

**UNIVERSIDADE FEDERAL
DE SANTA CATARINA**



**RELATÓRIO
DE GESTÃO**

2012

Decisão Normativa TCU N.º 119
De 18 de janeiro de 2012
Portaria TCU N.º 150
De 3 de julho de 2012

©2013 UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA.

Todos os direitos reservados. É permitida a reprodução parcial ou total desta obra, desde que citada a fonte e que não seja para venda ou qualquer fim comercial.

O RELATÓRIO DE GESTÃO 2012 está acessível em <http://dpqi.proplan.ufsc.br>.

Correspondência: Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento. Departamento de Planejamento e Gestão da Informação. Campus Universitário João David Ferreira Lima –Trindade. Florianópolis – Santa Catarina – Brasil. CEP 88040-900 Telefone: +55 (48) 3721-4201.

Reitora

Prof.^a Roselane Neckel

Vice-Reitora

Prof.^a Lúcia Helena Martins Pacheco

Chefe do Gabinete da Reitoria

Prof. Carlos Antonio Oliveira Vieira

Pró-Reitora de Graduação

Prof.^a Roselane Fátima Campos

Pró-Reitora de Pós-Graduação

Prof.^a Joana Maria Pedro

Pró-Reitor de Pesquisa

Prof. Jamil Assereuy Filho

Pró-Reitor de Extensão

Prof. Edison da Rosa

Pró-Reitora de Planejamento e Orçamento

Prof.^a Beatriz Augusto de Paiva

Pró-Reitor de Administração

Bel. Antônio Carlos Montezuma Brito

Pró-Reitor de Assuntos Estudantis

Prof. Lauro Francisco Mattei

Secretária Especial de Gestão de Pessoas

Lic. Neiva Aparecida Gasparetto Cornélio

Secretário de Cultura

Prof. Paulo Ricardo Berton

Secretário de Relações Internacionais

Prof. Luiz Carlos Pinheiro Machado Filho

Secretário de Aperfeiçoamento

Institucional

Prof. Airton Lisle Cerqueira Leite Seelaender

Centro de Ciências Agrárias

Prof. Jose Carlos Fiad Padilha

Centro de Ciências Biológicas

Prof.^a Sônia Gonçalves Carobrez

Centro de Comunicação e Expressão

Prof. Felício Wessling Margotti

Centro de Ciências da Saúde

Prof. Sergio Fernando Torres de Freitas

Centro de Ciências Jurídicas

Prof. Luis Carlos Cancellier de Olivo

Centro de Desportos

Prof. Edison Roberto de Souza

Centro Ciências da Educação

Prof. Nestor Manoel Habkost

Centro de Filosofia e Ciências Humanas

Prof. Paulo Pinheiro Machado

Centro de Ciências Físicas e Matemáticas

Prof. Valdir Rosa Correia

Centro Socioeconômico

Prof.^a Elisete Dahmer Pfitscher

Centro Tecnológico

Prof. Sebastião Roberto Soares

Campus de Joinville

Prof. Luis Fernando Peres Calil

Campus de Curitiba

Prof. Julian Borba

Campus de Araranguá

Prof. Paulo César Leite Esteves

SUMÁRIO

1. IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DAS UNIDADES	11
2. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO, PLANO DE METAS E DE AÇÕES	113
3. ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO	122
4. PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA.....	146
5. TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA	187
6. GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA E CUSTOS RELACIONADOS.....	191
7. GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO	211
8. GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO	217
9. GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL	221
10. CONFORMIDADES E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS ..	227
11. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS	481
12. OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO.....	486
13. INDICADORES DE DESEMPENHO NOS TERMOS DA DECISÃO TCU N° 408/2002 – PLENÁRIO E MODIFICAÇÕES POSTERIORES, NO FORMATO DEFINIDO NA PORTARIA PREVISTA NO ART. 4º, 7º DESTA DN	487
14. ANÁLISE DOS RESULTADOS DOS INDICADORES.....	497
15. RELAÇÃO DOS PROJETOS DESENVOLVIDOS PELAS FUNDAÇÕES SOB A ÉGIDE DA LEI N° 8.958/1994, DISCRIMINANDO O NÚMERO DO CONTRATO OU DO CONVÊNIO, O OBJETO, O VALOR E A VIGÊNCIA, E AINDA, OS RECURSOS FINANCEIROS MATERIAIS E HUMANOS PERTENCENTES À IFES ENVOLVIDOS EM CADA PROJETO.....	501
ANEXOS.....	547

ÍNDICE DOS QUADROS

QUADRO 1 - IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DAS UNIDADES	11
QUADRO 2 - PROJETOS VÁLIDOS DO ANO DE 2012.....	114
QUADRO 3 - BOLSISTAS DE PRODUTIVIDADE CNPQ – UNIDADES ACADÊMICAS.....	119
QUADRO 4 - GRUPOS DE PESQUISA – CNPQ.....	119
QUADRO 5 - NÚMERO DE REGISTROS DE AÇÕES DE EXTENSÃO NO SIRAEX.....	121
QUADRO 6 - NÚMERO DE CERTIFICADOS DE EXTENSÃO REGISTRADOS	121
QUADRO 7 - NÚMERO DE BOLSAS PERMANÊNCIA.....	121
QUADRO 8 - AVALIAÇÃO DO FUNCIONAMENTO DOS CONTROLES INTERNOS	141
QUADRO 9 – AÇÕES DE RESPONSABILIDADE DA UFSC.....	146
QUADRO 10 – AÇÕES DE RESPONSABILIDADE DA UFSC.....	147
QUADRO 11 – AÇÕES DE RESPONSABILIDADE DA UFSC.....	148
QUADRO 12 – AÇÕES DE RESPONSABILIDADE DA UFSC.....	149
QUADRO 13 – AÇÕES DE RESPONSABILIDADE DA UFSC.....	150
QUADRO 14 – AÇÕES DE RESPONSABILIDADE DA UFSC.....	151
QUADRO 15 – AÇÕES DE RESPONSABILIDADE DA UFSC.....	152
QUADRO 16 – AÇÕES DE RESPONSABILIDADE DA UFSC.....	154
QUADRO 17 – AÇÕES DE RESPONSABILIDADE DA UFSC.....	154
QUADRO 18 – AÇÕES DE RESPONSABILIDADE DA UFSC.....	156
QUADRO 19 – AÇÕES DE RESPONSABILIDADE DA UFSC.....	157
QUADRO 20 – AÇÕES DE RESPONSABILIDADE DA UFSC.....	157
QUADRO 21 – AÇÕES DE RESPONSABILIDADE DA UFSC.....	158
QUADRO 22 – AÇÕES DE RESPONSABILIDADE DA UFSC.....	159
QUADRO 23 – AÇÕES DE RESPONSABILIDADE DA UFSC.....	160
QUADRO 24 – AÇÕES DE RESPONSABILIDADE DA UFSC.....	161
QUADRO 25 – AÇÕES DE RESPONSABILIDADE DA UFSC.....	161
QUADRO 26 – AÇÕES DE RESPONSABILIDADE DA UFSC.....	163
QUADRO 27 – AÇÕES DE RESPONSABILIDADE DA UFSC.....	164
QUADRO 28 – AÇÕES DE RESPONSABILIDADE DA UFSC.....	165
QUADRO 29 – AÇÕES DE RESPONSABILIDADE DO HU	167
QUADRO 30 – AÇÕES DE RESPONSABILIDADE DO HU	168
QUADRO 31 – AÇÕES DE RESPONSABILIDADE DO HU	169
QUADRO 32 – AÇÕES DE RESPONSABILIDADE DO HU	170
QUADRO 33 – AÇÕES DE RESPONSABILIDADE DO HU	171
QUADRO 34 – AÇÕES DE RESPONSABILIDADE DO HU	172
QUADRO 35 – AÇÕES DE RESPONSABILIDADE DO HU	173
QUADRO 36 – AÇÕES DE RESPONSABILIDADE DO HU	174
QUADRO 37 – AÇÕES DE RESPONSABILIDADE DO HU	175
QUADRO 38 – AÇÕES DE RESPONSABILIDADE DO HU	176
QUADRO 39 - IDENTIFICAÇÃO DAS UNIDADES ORÇAMENTÁRIAS.....	177
QUADRO 40 - PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS CORRENTES - UFSC	177
QUADRO 41 - PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS CORRENTES - HU.....	177
QUADRO 42 - PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS CAPITAL - UFSC	178
QUADRO 43 - PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS CAPITAL - HU.....	178
QUADRO 44 - RESUMO DA PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS- UFSC	178
QUADRO 45 - RESUMO DA PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS- HU.....	178
QUADRO 46 - MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA POR GRUPO DE DESPESA.....	180
QUADRO 47 - DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO - CRÉDITOS ORIGINÁRIOS.....	182

QUADRO 48 - DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA – CRÉDITOS ORIGINÁRIOS	183
QUADRO 49 - DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO - CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO.....	184
QUADRO 50 - DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA – CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO	185
QUADRO 51 - DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA – CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO - CONTINUAÇÃO	186
QUADRO 52 - SITUAÇÃO DOS RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	187
QUADRO 53 - DESPESAS REALIZADAS POR MEIO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS (SF)	188
QUADRO 54 - DESPESA COM CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO POR UG E POR PORTADOR	188
QUADRO 55 - DESPESAS REALIZADAS POR MEIO DA CONTA TIPO “B” E POR MEIO DO CARTÃO DE CRÉDITO CORPORATIVO (SÉRIE HISTÓRICA)	189
QUADRO 56 - PRESTAÇÕES DE CONTAS DE SUPRIMENTO DE FUNDOS (CONTA TIPO “B” E CPGF)	189
QUADRO 57 - FORÇA DE TRABALHO À DISPOSIÇÃO	191
QUADRO 58 - SITUAÇÕES QUE REDUZEM A FORÇA DE TRABALHO	191
QUADRO 59 - DETALHAMENTO DA ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS	192
QUADRO 60 - QUANTIDADE DE SERVIDORES POR FAIXA ETÁRIA.....	192
QUADRO 61 - QUANTIDADE DE SERVIDORES POR NÍVEL DE ESCOLARIDADE	193
QUADRO 62 - CUSTOS DE PESSOAL NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA E NOS DOIS ANTERIORES.....	194
QUADRO 63 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE SERVIDORES INATIVOS.....	195
QUADRO 64 – INSTITUIDORES DE PENSÃO DA UFSC E DO HU	195
QUADRO 65 - ATOS SUJEITOS AO REGISTRO DO TCU (ART. 3º DA IN TCU 55/2007).....	196
QUADRO 66 - ATOS SUJEITOS À COMUNICAÇÃO AO TCU (ART. 3º DA IN TCU 55/2007).....	196
QUADRO 67 - REGULARIDADE DO CADASTRO DOS ATOS NO SISAC	197
QUADRO 68 - ATOS SUJEITOS À REMESSA FÍSICA AO TCU (ART. 14 DA IN TCU 55/2007).....	197
QUADRO 69 - ATUAÇÃO DO OCI SOBRE OS ATOS SUBMETIDOS A REGISTRO.....	197
QUADRO 70 – PAGAMENTOS DE INSCRIÇÕES EM CURSOS E EVENTOS DE CURTA DURAÇÃO.....	200
QUADRO 71 – AFASTAMENTOS PARA FORMAÇÃO E CAPACITAÇÃO	201
QUADRO 72 – AFASTAMENTOS DOCENTES EM 2012	201
QUADRO 73 - CARGOS E ATIVIDADES INERENTES A CATEGORIAS FUNCIONAIS DO PLANO DE CARGOS.....	202
QUADRO 74 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA	204
QUADRO 75 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA	205
QUADRO 76 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA.....	206
QUADRO 77 - CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA.....	208
QUADRO 78 - COMPOSIÇÃO DO QUADRO DE ESTAGIÁRIOS.....	210
QUADRO 79 – GESTÃO DA FROTA DE VEÍCULOS PRÓPRIOS E CONTRATADOS DE TERCEIROS.....	211
QUADRO 80 - GESTÃO DA FROTA DE VEÍCULOS PRÓPRIOS E CONTRATADOS DE TERCEIROS	213
QUADRO 81 - DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL DE PROPRIEDADE DA UNIÃO.....	214
QUADRO 82 - DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL LOCADOS DE TERCEIROS	214
QUADRO 83 - DISCRIMINAÇÃO DOS BENS IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO	216
QUADRO 84 - GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	217
QUADRO 85 - GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	219
QUADRO 86 - GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS	221
QUADRO 87 - GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS	223
QUADRO 88 - CONSUMO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA	225
QUADRO 89 - CONSUMO DE PAPEL, ENERGIA ELÉTRICA E ÁGUA	226
QUADRO 90 - CUMPRIMENTO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU ATENDIDAS NO EXERCÍCIO.....	227
QUADRO 91 - SITUAÇÃO DAS DELIBERAÇÕES DO TCU QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO.....	259
QUADRO 92 - RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI	280
QUADRO 93 - SITUAÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI QUE PERMANECEM PENDENTES DE	376
ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO.....	376

QUADRO 94 - DEMONSTRATIVO DO CUMPRIMENTO, POR AUTORIDADES E SERVIDORES DA UJ, DE ENTREGAR A DBR	478
QUADRO 95 - CUSTO CORRENTE COM HU	487
QUADRO 96 - CUSTO CORRENTE SEM HU	488
QUADRO 97 - PROFESSOR EQUIVALENTE	489
QUADRO 98 - FUNCIONÁRIO EQUIVALENTE COM HU	490
QUADRO 99 - FUNCIONÁRIO EQUIVALENTE SEM HU	491
QUADRO 100 - ALUNOS EFETIVAMENTE MATRICULADOS	492
QUADRO 101 - PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO	492
QUADRO 102 - QUALIFICAÇÃO DOCENTE	494
QUADRO 103 - RESUMO DOS INDICADORES DO TCU	495
QUADRO 104 - RESULTADOS DOS INDICADORES PRIMÁRIOS – DECISÃO TCU Nº 408/2002	496
QUADRO 105 - RESULTADOS DOS INDICADORES DA DECISÃO TCU Nº 408/2002	496
QUADRO 106 - RELAÇÃO DOS PROJETOS DESENVOLVIDOS PELA FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA – FAPEU	502
QUADRO 107 - RECURSOS PERTENCENTES ÀS IFES ENVOLVIDOS NOS PROJETOS DA FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA	523
QUADRO 108 - RELAÇÃO DOS PROJETOS DESENVOLVIDOS PELA FUNDAÇÃO DE ENSINO E ENGENHARIA DE SANTA CATARINA - FEESC	528
QUADRO 109 - RECURSOS PERTENCENTES ÀS IFES ENVOLVIDOS NOS PROJETOS DA FUNDAÇÃO DE ENSINO E ENGENHARIA DE SANTA CATARINA - FEESC.....	532
QUADRO 110 - RELAÇÃO DOS PROJETOS DESENVOLVIDOS PELA FUNDAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS SOCIOECONÔMICOS – FEPESE	534
QUADRO 111 - RECURSOS PERTENCENTES ÀS IFES ENVOLVIDOS NOS PROJETOS NA FUNDAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS SOCIOECONÔMICOS.....	539
QUADRO 112 - RELAÇÃO DOS PROJETOS DESENVOLVIDOS PELA FUNDAÇÃO JOSÉ ARTHUR BOITEUX – FUNJAB	541
QUADRO 113 - RECURSOS PERTENCENTES ÀS IFES ENVOLVIDOS NOS PROJETOS NA FUNDAÇÃO JOSÉ ARTHUR BOITEUX	545

APRESENTAÇÃO

O presente relatório de gestão traz as informações detalhadas da vida administrativa da Universidade Federal de Santa Catarina em 2012, na sustentação de suas ações de ensino, pesquisa e extensão. Seus números traduzem o compromisso com uma governança engajada com a boa gestão dos recursos públicos, compartilhando o patrimônio tangível e intangível da instituição com seus integrantes e com a sociedade, buscando fortalecer seus patamares de excelência acadêmica e, ao mesmo tempo, numa espiral impulsionadora da sua responsabilidade social.

O documento expressa a obrigação de potencializar o rigoroso e virtuoso manejo dos recursos públicos, empregando-os de modo racional, mediante uma administração republicana, imbuída da certeza de que somente com planejamento e transparência é possível alcançar a melhoria dos indicadores e da concretização que eles expressam. Assim, a Administração Central da UFSC adota uma postura de prontidão e combate à corrupção em qualquer nível em que ocorra, orientada por um arraigado senso de obrigação no qual não cabe somente realizar o que é possível, mas sim o que é necessário, de modo a construir e consolidar a profissionalização de gestão da Universidade tanto em seus aspectos administrativos quanto acadêmicos, na busca de uma gestão eficiente e integrada, que possa inspirar eticamente docentes, servidores técnico-administrativos e estudantes e, ainda, orgulhar a sociedade.

A UFSC, ao fortalecer sua atuação no ensino da graduação e da pós-graduação, na pesquisa e em suas atividades de extensão, se empenha para o desenvolvimento e a socialização da ciência e da tecnologia, mas não pode se descuidar de sua missão com o desenvolvimento humano baseado na justiça, na autonomia e na democracia. Coloca-se a serviço da sociedade brasileira, que anseia por soluções para os problemas contemporâneos; portanto, acredita-se que esta instituição pode e deve contribuir significativamente para o desenvolvimento da ciência e da tecnologia, bem como favorecer a reflexão humanística e filosófica, a expressão artística, as manifestações culturais, de forma a ser a vanguarda na busca de soluções que respondam às exigências coletivas e públicas do mundo atual. Ademais, hoje, o grande desafio das universidades públicas brasileiras é combinar a expansão do número de vagas com a manutenção e melhoria da qualidade acadêmica e científica, com inclusão social, assim como radicalizar na política de permanência dos estudantes, reduzindo a evasão acadêmica, eliminando vagas ociosas e visando à conclusão dos cursos.

Com o início desta gestão, em 10 de maio de 2012, foi gratificante constatar que os significativos avanços alcançados por esta Universidade ao longo de sua história não seriam possíveis sem a decisiva participação dos professores, servidores técnico-administrativos e estudantes que a compõem. A sinergia produzida por essa importante comunidade acadêmica motiva esta administração e desencadeia suas realizações.

Este relatório, para além de devidamente prestar contas à sociedade, pretende fomentar a reflexão, subsidiar o diálogo e, com isso, propiciar tempos de participação efetiva, que possam formular novas políticas acadêmicas, capazes de conduzir às transformações que a UFSC almeja e merece.

Prof.^a Roselane Neckel
Reitora

Prof.^a Lúcia Helena Martins Pacheco
Vice-Reitora

A INSTITUIÇÃO

Integrante do Sistema Federal de Ensino Superior e vinculada ao Ministério da Educação desde sua origem, nos anos 1960¹, a Universidade Federal de Santa Catarina se constitui como instituição pública, cuja existência ao longo deste meio século é organicamente mesclada ao processo de desenvolvimento econômico-social do povo catarinense. Ainda como protótipo, teve suas raízes no Instituto Politécnico (1917), que ofertou os primeiros cursos superiores do estado de Santa Catarina, e, em 1961, foi constituída como universidade, estrategicamente composta por cursos das diferentes áreas do conhecimento, englobando um universo polissêmico de saberes, cada qual atendendo a reclames fundamentais da sociedade, desde o campo sociojurídico e das humanidades (com os cursos de Direito, Economia, Filosofia e Serviço Social), até o da saúde (Medicina, Farmácia e Odontologia) e o tecnológico (Engenharia).

O caráter estratégico de nossa Universidade pode ser dimensionado por vários ângulos, mas ganha nitidez ao se constatar a direta contribuição da UFSC na montagem dos quadros intelectuais em Santa Catarina, com perfil e vocação saturados da vida catarinense. Essa vida inspira e desafia nossa Universidade, porque a UFSC se nutre da sua cultura pluriétnica, mas, simultaneamente, é afligida pela sua desigual estratificação social e peculiar dinâmica política. É ainda motivada pelos desafios postos pelas aptidões econômicas e movida pelas potencialidades dos recursos naturais. Portanto, a UFSC é artífice privilegiada na produção do conhecimento dedicado às interpretações e soluções dos problemas concretos da população e territórios catarinenses. Essa realidade, cada vez mais, é tomada como fonte para a pesquisa, a extensão e os estudos acadêmicos, o que permite a qualificação do horizonte da formação intelectual, artística e profissional, capaz de ampliar o universo de intervenção política e social de nossa Universidade, cumprindo assim sua vital função pública na construção de uma sociedade mais igualitária e democrática.

Sendo assim, a estrutura acadêmica da UFSC se organiza tradicionalmente por Centros de Ensino, multiplicados em onze áreas assim subdivididas:

- 1) Centro de Ciências Agrárias (CCA);
- 2) Centro de Ciências Biológicas (CCB);
- 3) Centro de Ciências da Educação (CED);
- 4) Centro de Ciências da Saúde (CCS);
- 5) Centro de Ciências Físicas e Matemáticas (CFM);
- 6) Centro de Ciências Jurídicas (CCJ);
- 7) Centro de Comunicação e Expressão (CCE);
- 8) Centro de Desportos (CDS);
- 9) Centro de Filosofia e Ciências Humanas (CFH);
- 10) Centro Socioeconômico (CSE);
- 11) Centro Tecnológico (CTC).

Com relação ao ensino básico, o Colégio de Aplicação e o Núcleo de Desenvolvimento Infantil, criados respectivamente em 1961 e 1980, oferecem todos os níveis da educação básica, desde a educação infantil aos níveis fundamental e médio. Constituem-se como valiosos campos de investigação científica, articulando atividades de ensino, extensão e pesquisa para alunos e professores da UFSC e de outras instituições, notabilizando-se como espaços de formação, produção e socialização de conhecimentos.

Na modalidade de ensino a distância, a UFSC iniciou sua atuação em 1995, com o Laboratório de Ensino a Distância (LED), privilegiando a pesquisa e a capacitação via projetos de

¹ Criada em 18 de dezembro de 1960 pela Lei nº 3.849 e instalada em 12 de março de 1962.

extensão com a oferta de diversos cursos de aperfeiçoamento, formatados em videoaulas transmitidas por satélite. Nos últimos anos, diversos grupos envolveram-se em ações de educação à distância na UFSC, dentro do Projeto Universidade Aberta do Brasil (UAB), possibilitando o desenvolvimento de infraestrutura que viabilizou a oferta de cursos de extensão, graduação e especialização em grande parte do território nacional, contribuindo para a expansão da instituição em termos de novos cursos não presenciais. Com essa atuação vimos colaborando para ampliar a formação superior e a especialização no âmbito nacional.

O ingresso da UFSC no Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais Brasileiras (REUNI), em 2008, contribuiu para uma forte ampliação de vagas gratuitas no ensino superior, por meio da oferta de novos cursos presenciais ou ampliando vagas em cursos já implantados. Ademais, os novos recursos advindos do REUNI permitiram, desde 2009, o desenvolvimento de uma estratégia importante para o ensino superior público em Santa Catarina, qual seja, a interiorização da UFSC com a instalação dos novos *campi* nas cidades de Araranguá (Sul), Curitibanos (Oeste) e Joinville (Norte), onde foram implantados os novos cursos de Engenharia de Computação, Engenharia de Energia, Fisioterapia, Tecnologia da Informação e Comunicação (Araranguá); Ciências Rurais, Agronomia, Engenharia Florestal, Medicina Veterinária (Curitibanos) e Bacharelado Interdisciplinar em Mobilidade, Engenharia Naval, Engenharia Ferroviária e Metroviária e Engenharia de Infraestrutura, Engenharia de Transporte e Logística, Engenharia Mecatrônica, Engenharia Automotiva, Engenharia Aeroespacial (Joinville).

A gestão da UFSC comporta uma estrutura organizacional que ocorre em obediência regimental e democrática aos colegiados acadêmicos, com composição proporcional e/ou paritária, eleições por pares, específicos dos órgãos deliberativos. Estes se subdividem em Conselho Universitário, fórum máximo de deliberação da Universidade, instruído previamente pelas câmaras, com função deliberativa nas respectivas áreas acadêmicas. No que diz respeito à função fiscalizadora temos o Conselho de Curadores, a Auditoria Interna e a Ouvidoria. Ainda destacam-se os órgãos executivos da UFSC, atuando em áreas essenciais da gestão superior da Universidade, composta por sete pró-reitorias e quatro secretarias, além do Gabinete da Reitoria. As pró-reitorias englobam a Graduação, a Pós-Graduação, a Pesquisa, a Extensão, a Administração, os Assuntos Estudantis e o Planejamento e Orçamento. As quatro secretarias implementam as ações na Cultura, nas Relações Internacionais, no Aperfeiçoamento Institucional e na Gestão de Pessoas, todas vinculadas diretamente ao Gabinete da Reitoria. Vinculados diretamente ao Gabinete da Reitoria encontram-se ainda diversos e fundamentais órgãos suplementares, como o Hospital Universitário, a Biblioteca Central, entre outros.

Finalmente, temos o dever honroso de apresentar o Relatório de Gestão da Universidade Federal de Santa Catarina referente ao ano de 2012, contendo detalhadas e consolidadas informações institucionais, especificando os indicadores definidos pelos órgãos de controle externo. Por meio deste retrato, esperamos subsidiar adequadamente os esforços de controle social, bem como as ações de monitoramento e aperfeiçoamento institucional que a boa gestão pública requer.

1. IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DAS UNIDADES

1.1. Identificação da unidade jurisdicionada, contendo: Poder e órgão de vinculação ou supervisão; nome completo; denominação abreviada; código SIORG; código na LOA; situação operacional; natureza jurídica; principal atividade econômica; telefones de contato, endereço postal; endereço eletrônico; página na internet; normas de criação; normas relacionadas à gestão e estrutura; manuais e publicações relacionadas às atividades da unidade; códigos e nomes das unidades gestoras e gestões no Sistema SIAFI.

Quadro 1 - Identificação e Atributos das Unidades

Poder: Executivo			
Órgão de vinculação: Ministério da Educação			Código SIORG: 000244
Identificação da Unidade Jurisdicionada consolidadora			
Denominação completa: Universidade Federal de Santa Catarina			
Denominação abreviada: UFSC			
Código SIORG: 429	Código LOA: 26246		Código SIAFI: 153163
Situação: ativa			
Natureza Jurídica: Autarquia			
Principal Atividade: Educação Superior			Código CNAE: 8532-5
Telefones/Fax de contato:	(48) 3721-9320	(48) 3721-9840	(48) 3721-9000
E-mail: gabinete@reitoria.ufsc.br			
Página na Internet: http://www.ufsc.br			
Endereço Postal: Gabinete do Reitor - Campus Universitário s/n – Trindade – Florianópolis, Santa Catarina - CEP: 88.040-900			
Nome		Situação	Código SIORG
Hospital Universitário Polydoro Ernani de São Thiago		ativa	15130
Normas de criação e alteração das Unidades Jurisdicionadas			
Lei de criação: LEI Nº 3.849, DE 18 DE DEZEMBRO DE 1960			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura das Unidades Jurisdicionadas			
Estatuto da Universidade Federal de Santa Catarina - Anexo			
Regimento da Universidade Federal de Santa Catarina – Anexo			
Regimento do Hospital Polydoro Ernani de são Thiago – Anexo			
Unidades Gestoras Relacionadas às Unidades Jurisdicionadas			
Código SIAFI	Nome		
153163	Universidade Federal de Santa Catarina		
150232	Hospital Universitário Polydoro Ernani de São Thiago		
Gestões relacionadas às Unidades Jurisdicionadas			
Código SIAFI	Nome		
15237	Universidade Federal de Santa Catarina		
15237	Hospital Universitário Polydoro Ernani de São Thiago		
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões			
Código SIAFI da Unidade Gestora		Código SIAFI da Gestão	
153163		15237	
150232		15237	

1.2. Finalidade e competências institucionais da unidade jurisdicionada definidas na Constituição Federal, em leis infraconstitucionais e em normas regimentais, identificando cada instância normativa.

1.2.1 Universidade Federal de Santa Catarina

Os componentes da responsabilidade institucional da Universidade Federal de Santa Catarina são expressos pelas atribuições da instituição, definidas por seu Estatuto e Regimento, e seus objetivos estratégicos, definidos, nos casos das instituições federais de ensino superior, a partir do seu Plano de Desenvolvimento Institucional – PDI.

A Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) é uma instituição de ensino superior e pesquisa, com sede no *Campus* Universitário Reitor João David Ferreira Lima, em Florianópolis, Capital do Estado de Santa Catarina, e vinculada ao Ministério da Educação (Lei nº 3.849, de 18 de dezembro de 1960 – Decreto nº 64.824, de 15 de julho de 1969).

As atribuições da instituição estão definidas no seu Estatuto, que, em seu terceiro artigo, define que “A Universidade tem por finalidade produzir, sistematizar e socializar o saber filosófico, científico, artístico e tecnológico, ampliando e aprofundando a formação do ser humano para o exercício profissional, a reflexão crítica, a solidariedade nacional e internacional, na perspectiva da construção de uma sociedade justa e democrática e na defesa da qualidade da vida.”

De acordo com o seu Estatuto, a UFSC, como instituição de ensino superior, tem por finalidade:

- I - estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;
- II - formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira e colaborar na sua formação contínua;
- III - incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando o desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;
- IV - promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber através do ensino, de publicações ou de outras formas de comunicação;
- V - estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;
- VI - promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição.

De acordo com a Resolução Normativa nº 28/CUn, de 27 de novembro de 2012, a Administração Central da Universidade Federal de Santa Catarina, formada pelos Órgãos Executivos Centrais, compreende a seguinte estrutura organizacional básica: a) Reitoria e Vice-Reitoria, composta pelo Gabinete da Reitoria, Auditoria Interna, Secretaria dos Órgãos Deliberativos Centrais, Ouvidoria, Serviço de Informação ao Cidadão, Agência de Comunicação, Assessoria de Imprensa e TV UFSC; b) Pelas Pró-Reitorias de Graduação, de Pós-Graduação, de Pesquisa, de Extensão, de Assuntos Estudantis, de Planejamento e Orçamento e de Administração; c) Pelas Secretarias de Cultura, de Relações Internacionais, de Gestão de Pessoas e de Aperfeiçoamento Institucional; d) Pelas Comissões Permanentes do Vestibular e do Pessoal

Docente; e) No âmbito dos Órgãos Suplementares, a Universidade vincula-se à Biblioteca Universitária, ao Restaurante Universitário, ao Museu de Arqueologia e Etnologia Osvaldo Rodrigues Cabral, ao Hospital Universitário, à Superintendência de Governança Eletrônica e Tecnologia da Informação e Comunicação, à Editora da UFSC e ao Biotério Central.

No referente às Unidades de Ensino, Pesquisa e Extensão, a Universidade é constituída pelos Centros de Ciências Agrárias, de Ciências Biológicas, de Comunicação e Expressão, de Ciências da Educação, de Ciências Físicas e Matemáticas, de Ciências Jurídicas, de Ciências da Saúde, de Filosofia e Ciências Humanas, de Desportos, Tecnológico e Socioeconômico, além dos *campi* de Araranguá, Curitiba e Joinville.

1.2.2 Hospital Universitário Professor Polydoro Ernani de São Thiago

Segundo o Ministério da Educação, os hospitais universitários são centros de formação de recursos humanos e de desenvolvimento de tecnologia para a área de saúde. A efetiva prestação de serviços à população possibilita o aprimoramento constante do atendimento e a elaboração de protocolos técnicos para as diversas patologias. Isso garante melhores padrões de eficiência, à disposição da rede do Sistema Único de Saúde (SUS). Além disso, os programas de educação continuada oferecem oportunidade de atualização técnica aos profissionais de todo o sistema de saúde. Segundo o seu Regimento Interno, o HU é definido como órgão suplementar previsto no artigo 12, inciso V, do Estatuto da UFSC, diretamente vinculado ao Reitor. É um Hospital Geral, e tem por finalidade promover assistência, ensino, pesquisa, e extensão na área de saúde e afins.

1.3 Apresentação do Organograma Funcional com Descrição Sucinta das Competências e das Atribuições das Áreas

1.3.1 Órgãos Deliberativos Centrais

O artigo 56 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996) estabelece que “as instituições públicas de educação superior obedecerão ao princípio da gestão democrática, assegurada à existência de órgãos colegiados deliberativos, de que participarão os segmentos da comunidade institucional, local e regional”.

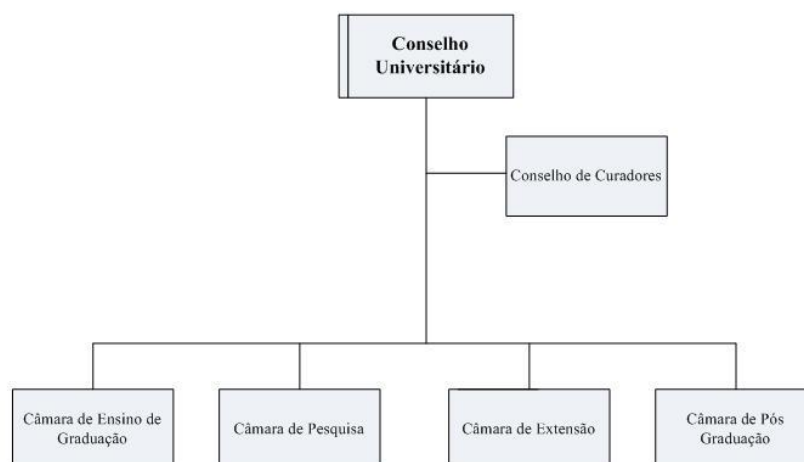
De acordo com o disposto na Lei, a estrutura organizacional da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) está disposta em seu Estatuto e Regimento Geral, os quais foram aprovados em sessão especial do órgão deliberativo superior e posteriormente homologados pela Câmara de Educação Superior – Órgão do Conselho Nacional de Educação.

O Estatuto da UFSC determina que “a Administração Superior da instituição efetivar-se-á por intermédio de Órgãos Deliberativos Centrais e Órgãos Executivos Centrais”.

Os Órgãos Deliberativos Centrais da UFSC estruturam-se em: Conselho Universitário (CUUn), Conselho de Curadores (CC), Câmara de Ensino de Graduação (CEG), Câmara de Pós-Graduação (CPG), Câmara de Pesquisa (CPes) e Câmara de Extensão (CEEx).

1.3.1.1 Organograma dos Órgãos Deliberativos Centrais

Órgãos Deliberativos Centrais



1.3.1.2 Conselho Universitário

1.3.1.2.1 Atribuições

As atribuições do Conselho Universitário estão especificadas no artigo 17 do Estatuto da UFSC:

Exercer como órgão deliberativo, consultivo, normativo, a jurisdição superior da Universidade em matéria de ensino, pesquisa, extensão e administração;

Julgar, em grau de recurso, os processos originários das Câmaras de Ensino de Graduação, de Pós-Graduação, de Pesquisa e de Extensão, quando arguida a infringência à Lei;

Reformar o presente Estatuto por três quintos do total de seus membros, submetendo-o à aprovação pelo Órgão competente do Ministério da Educação;

Aprovar o Regimento Geral da Universidade e reformá-lo, obedecendo ao quórum do inciso anterior;

Elaborar e aprovar o seu próprio Regimento;

Aprovar o Regimento dos demais órgãos da Administração Superior;

Aprovar as normas e diretrizes sobre o regime de trabalho do pessoal docente;

Apreciar os planos plurianuais de atividades universitárias, apresentados pelo Reitor;

Normatizar, nos termos da legislação vigente, o processo eleitoral referente à escolha do Reitor e Vice-Reitor da UFSC;

Apreciar os vetos do Reitor às decisões do próprio Conselho;

Emitir parecer sobre a prestação anual de contas do Reitor;

Apurar a responsabilidade do Reitor quando, por omissão ou tolerância, permitir ou favorecer o não cumprimento de legislação;

Decidir sobre a criação, desdobramento, incorporação, fusão e extinção de Unidades Universitárias e sobre a agregação de estabelecimentos de ensino superior isolados, bem como sobre a criação, transformação de regime jurídico ou extinção dos Órgãos Suplementares, na forma da legislação;

Deliberar, em grau de recurso, sobre decisões administrativas do Reitor ou de outros órgãos ou autoridades universitárias, desde que tomadas por delegação desse;

Propor ao Governo Federal, quando apurada a responsabilidade de que trata o inciso XII do presente artigo, em parecer fundamentado e aprovado por 3/5 (três quintos) dos seus membros, a destituição do Reitor e/ou Vice-Reitor;

Decidir, após inquérito administrativo, sobre a intervenção em qualquer Unidade ou Subunidade, por motivo de infringência da legislação vigente;

Aprovar o Calendário Escolar;

Apreciar o relatório anual de atividades, apresentado pelo Reitor;

Deliberar sobre a concessão de dignidades universitárias;

Deliberar sobre outras matérias que lhe sejam atribuídas no presente Estatuto e no Regimento Geral, bem como sobre questões que neles ou em quaisquer outros regimentos sejam omissas, submetendo a decisão, quando necessário, à homologação do Conselho Nacional de Educação.

1.3.1.3 Conselho de Curadores

1.3.1.3.1 Atribuições

Aprovar as normas de seu funcionamento;

Acompanhar e fiscalizar a execução orçamentária;

Aprovar a prestação de contas anual da Universidade;

Aprovar e fiscalizar a abertura de créditos adicionais;

Aprovar e fiscalizar acordos ou convênios;

Aprovar e fiscalizar a incorporação de receitas extraordinárias não previstas no orçamento;

Fixar, por proposta do Reitor, as tabelas de taxas e outros emolumentos devidos à Universidade;

Aprovar a proposta orçamentária e o orçamento analítico da Universidade, acompanhado do respectivo plano de atividade universitária, antes de sua remessa aos órgãos competentes;

Aprovar a realização de investimento visando à valorização patrimonial e à obtenção de rendas aplicáveis à realização dos objetivos da Universidade;

Aprovar a alienação e a transferência de bens da Universidade;

Deliberar sobre o veto do Reitor às suas decisões;

Emitir parecer sobre qualquer assunto relativo a patrimônio e finanças, mediante consulta do Reitor.

O Conselho de Curadores poderá designar comissão de especialistas para examinar e dar parecer sobre assuntos de sua competência.

1.3.1.4 Câmara de Graduação

1.3.1.4.1 Atribuições

Aprovar os Currículos dos Cursos de Graduação;

Propor ao Conselho Universitário políticas e normas relativas ao Ensino de Graduação;

Aprovar a criação ou supressão de Cursos de Graduação;

Atuar como instância recursal na área de graduação, quando for arguida ilegalidade no julgamento, em processos originários dos Conselhos das Unidades;

Elaborar e aprovar as normas de funcionamento para a Câmara;

Aprovar as normas referentes ao Concurso Vestibular;

Estabelecer as políticas de avaliação dos Cursos de Graduação;

Propor ao Conselho Universitário normas e diretrizes sobre o regime de trabalho do pessoal docente;

Manifestar-se sobre assuntos, propostas ou planos afetos a sua área de atuação;

Eleger os representantes da Câmara junto ao Conselho Universitário, ficando vedada a indicação de mais de 1 (um) representante por Unidade.

1.3.1.5 Câmara de Pós-Graduação

1.3.1.5.1 Atribuições

Propor ao Conselho Universitário políticas e normas relativas à pós-graduação;
Aprovar a criação, suspensão e supressão de Cursos de Pós-Graduação *stricto sensu*, observada a legislação vigente;
Atuar como instância recursal na área de pós-graduação, quando for arguida ilegalidade no julgamento, em processos originários dos Conselhos das Unidades;
Elaborar e aprovar as normas de funcionamento para a Câmara;
Propor ao Conselho Universitário normas e diretrizes sobre o regime de trabalho do pessoal docente;
Estabelecer as políticas de avaliação dos Cursos de Pós-Graduação;
Manifestar-se sobre assuntos, propostas ou planos afetos a sua área de atuação;
Eleger os representantes da Câmara junto ao Conselho Universitário, ficando vedada a indicação de mais de 1 (um) representante por Unidade Universitária.

1.3.1.6 Câmara de Pesquisa

1.3.1.6.1 Atribuições

Propor ao Conselho Universitário políticas e normas relativas à pesquisa;
Atuar como instância recursal na área de pesquisa, quando for arguida ilegalidade no julgamento, em processos originários dos Conselhos das Unidades;
Elaborar e aprovar normas de funcionamento para a Câmara;
Propor ao Conselho Universitário normas e diretrizes sobre o regime de trabalho do pessoal docente;
Estabelecer as políticas de avaliação das atividades de pesquisa;
Manifestar-se sobre assuntos, propostas ou planos afetos à sua área de atuação;
Eleger os representantes da Câmara junto ao Conselho Universitário, ficando vedada a indicação de mais de 1 (um) representante por Unidade Universitária.

1.3.1.7 Câmara de Extensão

1.3.1.7.1 Atribuições:

Propor ao Conselho Universitário políticas e normas relativas à extensão;
Atuar como instância recursal na área de extensão, quando for arguida ilegalidade no julgamento, em processos originários dos Conselhos das Unidades;
Elaborar e aprovar as normas de funcionamento para a Câmara;
Propor ao Conselho Universitário normas e diretrizes sobre o regime de trabalho do pessoal docente;
Estabelecer as políticas de avaliação das atividades de extensão;
Manifestar-se sobre assuntos, propostas ou planos afetos à sua área de atuação;
Eleger os representantes da Câmara junto ao Conselho Universitário, ficando vedada a indicação de mais de 1 (um) representante por Unidade Universitária.

1.3.2 Órgãos Executivos Centrais

A Administração universitária superior é realizada por intermédio de Órgãos Deliberativos Centrais e Órgãos Executivos Centrais. Os Órgãos Executivos Centrais, estruturam-se em: Reitoria; Vice-Reitoria; Pró- Reitorias , Secretarias, Comissões Permanentes e Órgãos Suplementares.

Reitoria

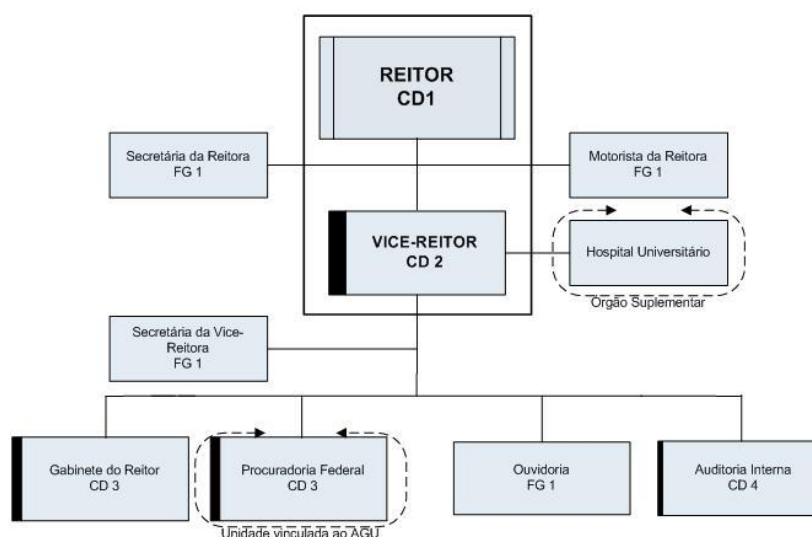
A Reitoria é o órgão executivo máximo da Administração Central da Universidade Federal de Santa Catarina, executando a política universitária definida pelos Órgãos Deliberativos Centrais.

A Reitoria será dirigida pelo reitor e, nas faltas e impedimentos deste, pelo vice-reitor. Nas faltas e nos impedimentos simultâneos do reitor e do vice-reitor, a reitoria será exercida por um dos pró-reitores, para tal fim designado.

Compete à Reitoria planejar, organizar, dirigir, coordenar e controlar todas as atividades da Universidade.

1.3.2.1.1 Organograma da Reitoria

Estrutura Organizacional da Reitoria – Unidades Vinculadas à Reitoria



1.3.2.1.2 Atribuições

1.3.2.1.2.1 Compete ao Reitor

Representar e administrar a Universidade, bem como superintender, coordenar e fiscalizar todas as suas atividades;

Convocar e presidir o Conselho Universitário, cabendo-lhe, nas reuniões, além do voto comum, o voto de qualidade;

Promover o planejamento das atividades da Universidade, bem como a elaboração de sua proposta orçamentária, para exame e aprovação pelos órgãos competentes;

Conferir graus e assinar diplomas relativos aos cursos de graduação e pós-graduação;

Administrar as finanças da Universidade, em conformidade com o orçamento;

Praticar atos pertinentes ao provimento, afastamento temporário e vacância dos cargos do pessoal da Universidade;

Firmar acordos e convênios entre a Universidade e entidades ou instituições públicas ou privadas, nacionais e estrangeiras, depois de aprovados pelos órgãos competentes;
Exercer o poder disciplinar no âmbito da Universidade;
Nomear e dar posse aos diretores das unidades universitárias;
Propor ao Conselho Universitário a criação, a modificação do regime jurídico ou a extinção de órgãos suplementares;
Submeter ao Conselho de Curadores a prestação de contas anual da Universidade;
Vetar deliberações do Conselho Universitário, do conselho de Curadores e das Câmaras;
Delegar competências como instrumento de descentralização administrativa;
Emitir portarias no âmbito de suas competências, inclusive para dar efetividade às decisões do Conselho Universitário e do Conselho de Curadores;
Apresentar ao Conselho Universitário, no início de cada ano, relatório das atividades da Universidade referentes ao ano anterior;
Conceder o título de livre-docente aos candidatos devidamente habilitados;
Decidir, em casos de urgência, sobre matéria de competência de quaisquer órgãos da Universidade, *ad referendum* do conselho Universitário;
Em situações excepcionais, se motivos de interesse da Universidade o justificarem, intervir em departamentos e outras unidades administrativas, nomeando dirigente *pro tempore*
Convocar por sua iniciativa ou por solicitação do Conselho Universitário ou das Câmaras, reuniões de duas ou mais câmaras, para tratar de assuntos relevantes de ensino, pesquisa e extensão;
Constituir assessorias especiais para melhor desempenho de suas atividades;
Exercer outras atribuições inerentes à sua competência geral.

1.3.2.1.2.2 Compete ao Vice-Reitor

Substituir o reitor em seus afastamentos temporários e impedimentos eventuais;
Desempenhar as atribuições que a ele forem delegadas pelo reitor.

1.3.2.1.2.3 Secretária da Reitora

Atender a Reitora, Vice-Reitora e Chefia do Gabinete do Reitor;
Atendimento telefônico e ao público interno e externo;
Abrir e responder os *e-mails* institucionais;
Receber, agendar e controlar as audiências com a Reitora;
Receber, agendar e fazer o acompanhamento dos convites para eventos;
Recepcionar e encaminhar os convidados da Reitora;
Executar atividades inerentes à área ou que venham a serem delegadas pela Reitora e pela Vice-Reitora.

1.3.2.1.2.4 Secretária da Vice-Reitora

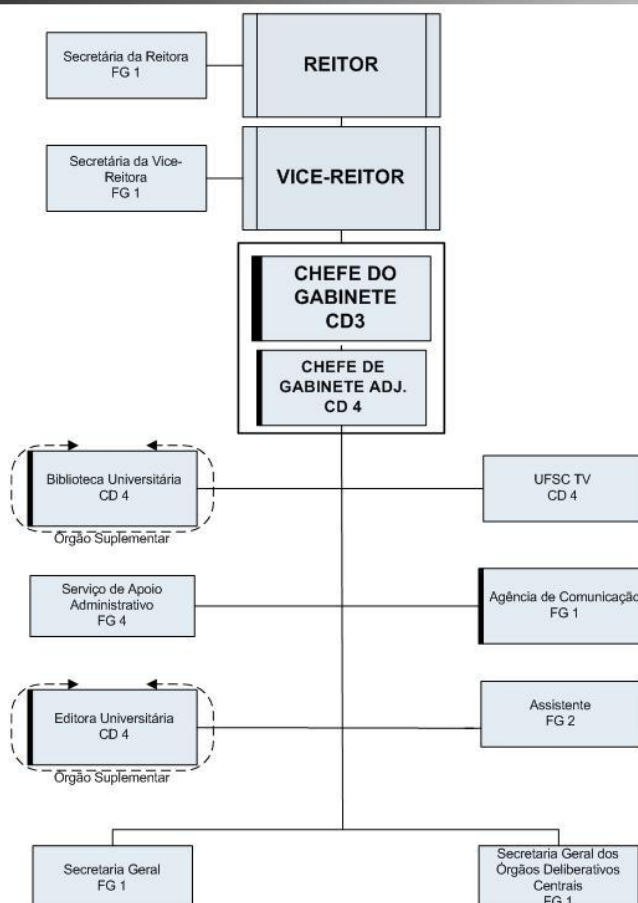
Atendimento telefônico e ao público interno e externo;
Atender a Reitora, Vice-Reitora e Chefia de Gabinete;
Recepcionar e encaminhar os convidados da Vice-Reitora;
Receber, agendar e controlar os pedidos de audiências com a Vice-Reitora;
Preparação e encaminhamentos de documentos;
Conferir e protocolar contratos e convênios assinados pela Reitora;
Secretariar Grupo de Trabalho que tem como função analisar e indicar; representantes institucionais e Comissões Temáticas relacionadas com as demandas apresentadas nas diversas áreas da UFSC;
Executar atividades inerentes à área ou que venham a serem delegadas pela Reitora e Vice-Reitora.

1.3.2.2 Gabinete do Reitor

O Gabinete da Reitoria será dirigido por uma Chefia de Gabinete, composta pelo Chefe de Gabinete e pelo Chefe de Gabinete Adjunto, designados pelo reitor.

1.3.2.2.1 Organograma do Gabinete do Reitor

Estrutura Organizacional do Gabinete do Reitor



1.3.2.2.2 Compete à Chefia de Gabinete

Assessorar diretamente o reitor;
Dirigir, coordenar e fiscalizar os serviços administrativos do Gabinete;
Exercer o poder disciplinar no âmbito do Gabinete;
Transmitir determinações e recomendações do reitor, no âmbito da Universidade;
Assistir o reitor em seu relacionamento institucional e administrativo;
Coordenar o cronograma das audiências diárias e os compromissos de agenda do reitor;
Analisar os processos e expedientes dirigidos ao reitor, proferindo despachos interlocutórios, quando for o caso;
Despachar com o reitor os processos e expedientes pertinentes à Universidade;
Executar outras atividades inerentes à alta gestão universitária ou que venham a ser delegadas pelo reitor.

1.3.2.2.3 Chefe de Gabinete Adjunto

Assessorar diretamente a Reitora e a Vice-Reitora;
Dirigir, coordenar e fiscalizar os serviços administrativos do Gabinete;
Coordenar o cronograma das audiências diárias da agenda da Reitora;
Analisar os processos dirigidos a Reitora proferindo despachos interlocutórios;
Despachar com a Reitora os processos e expedientes pertinentes à Universidade;
Supervisionar as atividades e o pessoal do Gabinete da Reitora;
Coordenar os serviços de redação e revisão de documentos oficiais;
Executar outras atividades inerentes à área ou que venham a ser delegadas pela Reitora.

1.3.2.2.4 Assistente do Gabinete

Atendimento telefônico e ao público interno e externo;
Controle e registro de entrada e saída dos documentos internos e externos;
Encaminhamento aos documentos e processos despachados pela Administração;
Realizar cadastro no SPA (Sistemas de Processos Administrativos) e protocolar os documentos para abertura de processo digital e/ou físico;
Responsável pela cobrança e acompanhamento dos processos e/ou documentos enviados as unidades da UFSC para análise e manifestação;
Executar atividades inerentes à área ou que venham a serem delegadas pela Reitora e pela Vice-Reitora.

1.3.2.2.5 Serviço de Apoio Administrativo

Buscar e devolver malote no DSG (Departamento de Serviços Gerais);
Entregar documentação interna e externa expedida pela administração e processos demandados pela Secretaria dos Órgãos Deliberativos Centrais;
Postagem de correspondências/documentos nos correios;
Atender às demandas de atividades documentais nos cartórios;
Apoio ao expediente do Gabinete;
Executar atividades inerentes à área ou que venham a serem delegadas pela Reitora e pela Vice-Reitora.

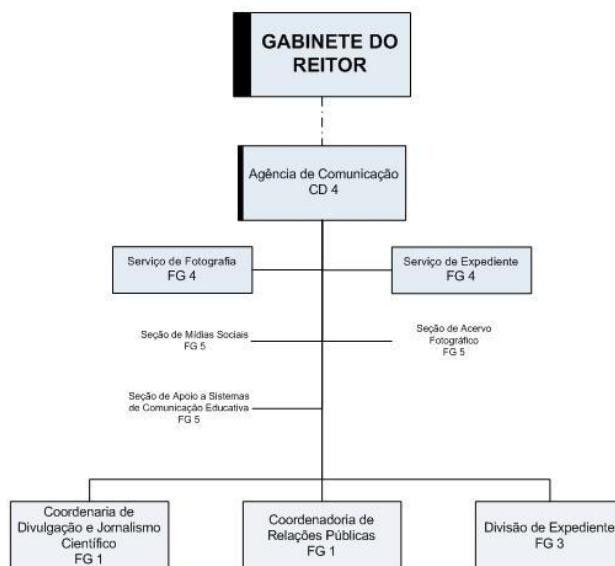
1.3.2.2.6 Secretaria Geral dos Órgãos Deliberativos Centrais

Elaborar a agenda dos trabalhos das reuniões;
Providenciar a convocação dos membros para as sessões, por determinação da Presidência;
Secretariar as sessões, lavrando as respectivas atas;
Redigir atos e demais documentos que traduzam as decisões tomadas;
Manter atualizados os arquivos e registros;
Executar outras atividades inerentes à área ou que venham a ser delegadas pelo reitor.

1.3.2.2.7 Agência de Comunicação

1.3.2.2.7.1 Organograma da Agência de Comunicação

Estrutura Organizacional do Gabinete da Reitoria – Agência de Comunicação



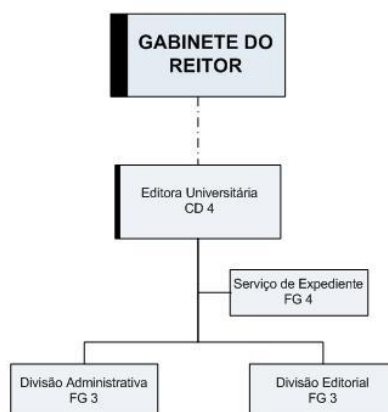
1.3.2.2.7.2 Compete à Agência de Comunicação

Executar a política de comunicação social da Universidade;
Promover a integração entre a Universidade e a Comunidade, através dos meios de comunicação;
Dar a cobertura jornalística às atividades e aos eventos promovidos pela Universidade;
Promover a comunicação interna na Universidade, visando à interação entre os diversos segmentos que a compõem;
Executar outras atividades inerentes à área da comunicação ou que venham a ser delegadas pelo reitor.

1.3.2.2.8 Editora Universitária

1.3.2.2.8.1 Organograma da Editora Universitária

Estrutura Organizacional do Gabinete da Reitoria – Editora Universitária



1.3.2.2.8.2 Compete à Editora da UFSC:

Editar, coeditar, distribuir, divulgar e comercializar trabalhos científicos, técnicos e culturais produzidos pelos corpos docente, discente e técnico-administrativo da Universidade e pela comunidade em geral;

Incentivar a produção intelectual para o desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa, extensão e administração;

Facilitar aos segmentos da comunidade universitária o acesso a materiais bibliográficos;

Manter uma livraria no campus-sede da UFSC;

Distribuir livros de outras editoras universitárias;

Promover eventos a fim de estimular a leitura;

Fornecer livros à Biblioteca Universitária da UFSC;

Definir e implementar a política editorial;

Manter intercâmbio com outras entidades congêneres, visando ao aperfeiçoamento dos seus serviços;

Colaborar na formação e no aperfeiçoamento de profissionais na área de sua especialidade;

Oferecer estágio para alunos da Universidade;

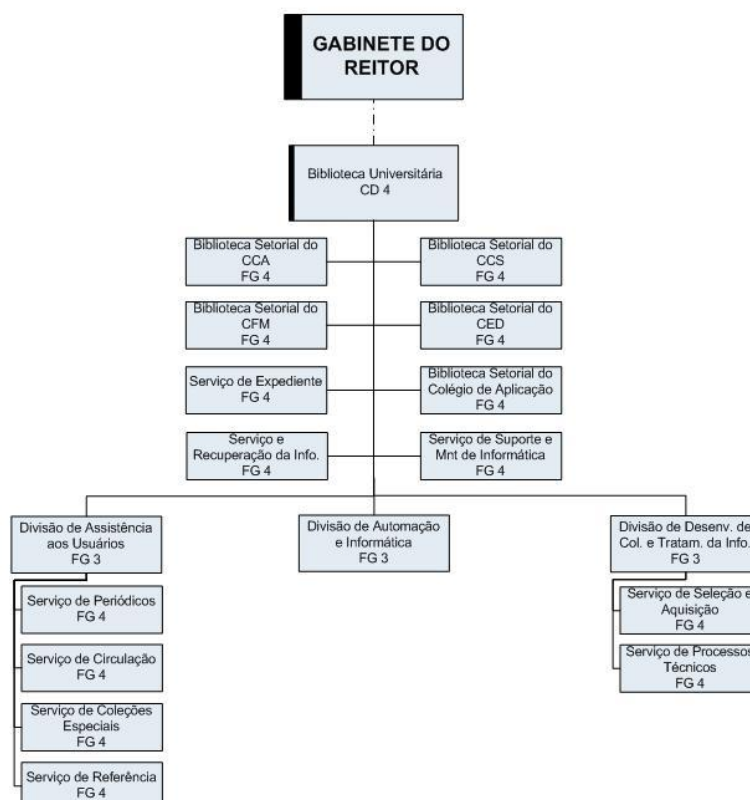
Realizar a sua gestão administrativa e financeira;

Executar outras atividades inerentes à área ou que venham a ser delegadas pela autoridade competente.

1.3.2.2.9 Biblioteca Universitária

1.3.2.2.9.1 Organograma da Biblioteca Universitária

Estrutura Organizacional do Gabinete da Reitoria – Biblioteca Universitária



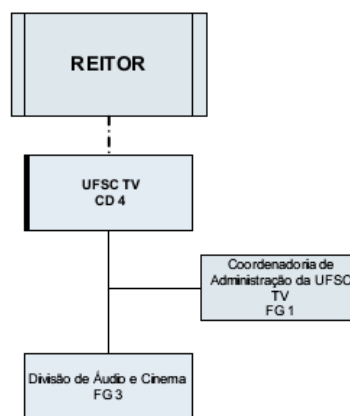
1.3.2.2.9.2 Compete à Biblioteca Universitária:

Organizar e manter atualizado o acervo informacional da Universidade;
Atuar como depositário da produção filosófica, literária, científica e tecnológica da comunidade universitária;
Manter intercâmbio com outras entidades congêneres;
Coordenar os serviços prestados pelas bibliotecas setoriais;
Programar e coordenar a aquisição de material informacional;
Colaborar na formação e no aperfeiçoamento de profissionais na área de sua especialidade;
Executar outras atividades inerentes à área ou que venham a ser delegadas pela autoridade competente.

1.3.2.3 TV UFSC

1.3.2.3.1 Organograma da TV UFSC

Estrutura Organizacional do Gabinete da Reitoria – Unidades Vinculadas – UFSC TV



1.3.2.3.2 Compete à TV UFSC:

Contribuir para a execução da política de comunicação social da Universidade em parceria com a Agência de Comunicação;

Garantir a veiculação de seu conteúdo nas mais diversas mídias, permitindo o acesso pela comunidade universitária em todos os campi da UFSC;

Disponibilizar mecanismos que permitam a participação da comunidade universitária na produção de conteúdos e na elaboração da grade de programação.

1.3.2.4 Procuradoria Federal

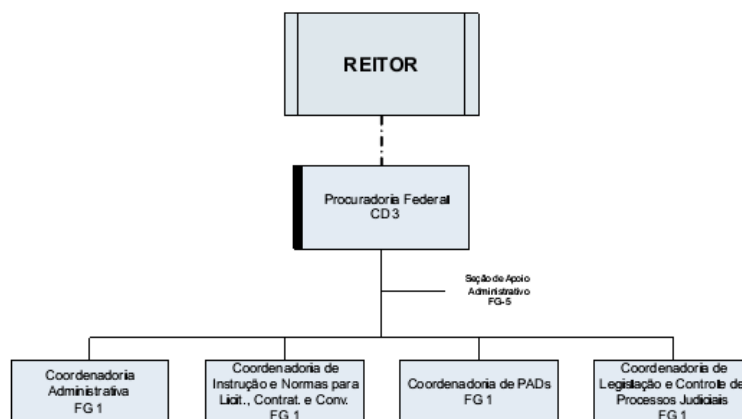
À Procuradoria Federal – PF/UFSC, órgão de execução integrante da Procuradoria-Geral Federal/AGU, competem as atividades de consultoria e assessoramento jurídicos aos dirigentes da Universidade Federal de Santa Catarina em matéria disciplinar, patrimonial, de pessoal, de licitações, contratos, convênios e de ensino.

A atuação da PF/UFSC ocorre, ainda, na prestação de subsídios à defesa nas ações judiciais demandadas em face da Universidade, a cargo da Procuradoria Federal em Santa Catarina (PF/SC), bem como nos mandados de segurança em que figure como autoridade impetrada servidor da Universidade.

Esta atuação em defesa do interesse público e da preservação dos direitos e garantias fundamentais do cidadão no âmbito da UFSC visa, em última instância, a prevenir o surgimento de litígios ou disputas jurídicas.

1.3.2.4.1 Organograma da Procuradoria Federal

Estrutura Organizacional da Reitoria – Unidade Vinculada ao AGU – Procuradoria Federal



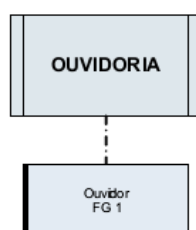
1.3.2.5 Ouvidoria da UFSC

A Ouvidoria da UFSC foi instituída pela Portaria nº 671/GR/96, de 28 de maio de 1996. Tem como objetivo constituir-se em um canal oficial de recebimento de críticas, reclamações, sugestões, denúncias e elogios da comunidade interna e externa da Universidade.

A Ouvidoria da UFSC é uma forma acessível e direta, sem burocracia, à disposição da comunidade geral e universitária, de injustiçados e queixosos, identificando os problemas sistêmicos ou injustiças, e atuando face aos resultados, como agente de mudanças.

1.3.2.5.1 Organograma da Ouvidoria da UFSC

Estrutura Organizacional da Reitoria – Unidades Vinculadas à Reitoria – Ouvidoria



1.3.2.5.2 Compete à Ouvidoria

Receber, registrar, classificar e encaminhar aos setores envolvidos críticas, reclamações e sugestões, na busca de soluções para os problemas da Universidade;

Acompanhar as ações empreendidas pelos diversos setores da Universidade, decorrentes dos encaminhamentos feitos, dando conhecimento dos seus resultados aos interessados;

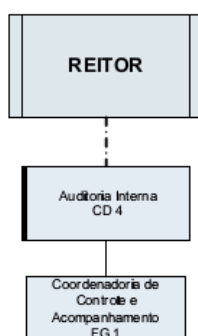
Elaborar e encaminhar à comunidade universitária, periodicamente, relatórios circunstanciados das atividades desenvolvidas;

Executar outras atividades inerentes à área ou que venham a ser delegadas pelo reitor.

1.3.2.6 Auditoria Interna

1.3.2.6.1 Organograma da Auditoria Interna

Estrutura Organizacional da Reitoria – Unidades Vinculadas à Reitoria – Auditoria Interna



1.3.2.6.2 Compete à Auditoria Interna:

Acompanhar o cumprimento das metas do Plano Plurianual (PPA) no âmbito da Universidade, visando a comprovar a conformidade de sua execução;

Assessorar os gestores da Universidade no acompanhamento da execução dos programas de governo, visando a comprovar o nível de execução das metas, o alcance dos objetivos e a adequação do gerenciamento;

Verificar a execução do orçamento da Universidade, visando a comprovar a conformidade da execução com os limites e destinações estabelecidas na legislação pertinente;

Verificar o desempenho da gestão da Universidade, visando a comprovar a legalidade e a legitimidade dos atos e a examinar os resultados quanto à economicidade, eficácia e eficiência da gestão orçamentária, financeira, patrimonial, de pessoal, e dos demais sistemas administrativos operacionais, recomendando a adoção de medidas de caráter preventivo e corretivo, objetivando o cumprimento da legislação pertinente;

Orientar subsidiariamente os dirigentes da Universidade quanto aos princípios e às normas de controle interno, inclusive quanto à forma de prestar contas;

Examinar e emitir parecer prévio sobre a prestação de contas anual da Universidade e as tomadas de contas especiais;

Propor mecanismos para o exercício do controle social sobre as ações da Universidade, bem como para a adequação dos mecanismos de controle social já em funcionamento;

Acompanhar a implementação das recomendações e das determinações das unidades do Sistema de controle Interno do Poder Executivo Federal e o Tribunal de Contas da União;

Esgotadas todas as medidas corretivas, do ponto de vista administrativo, comunicar às unidades do Sistema de Controle Interno e do Poder Executivo Federal, tempestivamente, os fatos irregulares que causarem prejuízo ao erário;

Elaborar o Plano Anual de Atividades da Auditoria Interna (PAINT), do exercício seguinte, bem como o Relatório Anual de Atividades da Auditoria Interna (RAINT), a serem encaminhados às unidades do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, para efeito de integração das ações de controle;

Verificar a consistência e a fidedignidade dos dados e informações que comporão o Balanço Geral da União (BGU);

Testar a consistência dos atos de aposentadoria, pensão e admissão de pessoal;

Executar outras atividades inerentes à área de controle interno que venham a ser delegadas pelas unidades do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, pelo órgão de controle externo, pela autoridade superior da Universidade ou pela Legislação.

1.3.2.7 Vice-Reitoria

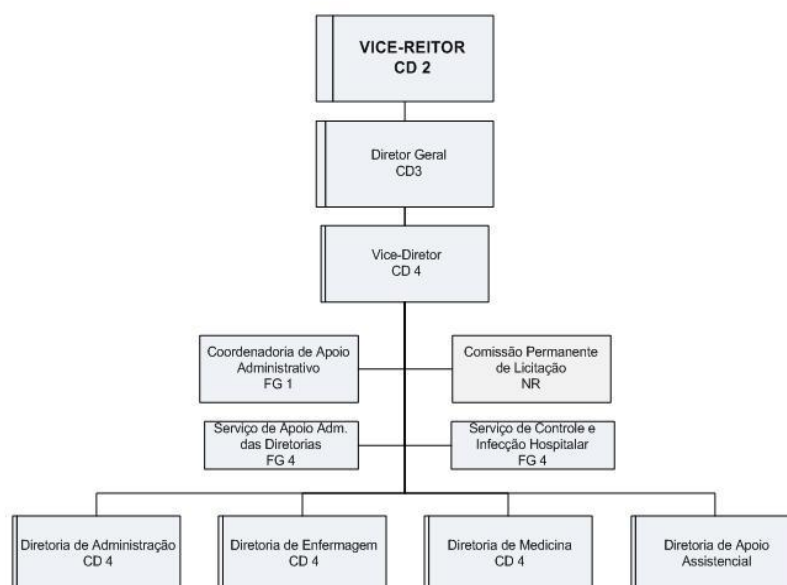
1.3.2.7.1 Compete ao Vice-reitor:

Substituir o reitor em seus afastamentos temporários e impedimentos eventuais;

Desempenhar as atribuições que a ele forem delegadas pelo reitor.

1.3.2.7.2 Hospital Universitário

O Hospital Universitário (HU) conta com uma Direção Geral e quatro diretorias setoriais (administração, apoio assistencial, enfermagem e medicina). As diretorias setoriais estão estruturadas em divisões, serviços e seções. Compete à Diretoria de Administração a coordenação das atividades patrimoniais, administrativas e financeiras. A Diretoria de Apoio Assistencial é o órgão responsável pelas atividades de apoio à assistência, incluindo os serviços de diagnóstico complementar. A Diretoria de Enfermagem tem finalidade diretiva e organizativa, visando gerir assistência de enfermagem de excelência, produzir conhecimento, formar e educar permanentemente as pessoas, utilizando os princípios científicos, humanísticos, éticos, valorizando o ser humano em sua multidimensionalidade, otimizando as relações interpessoais, bem como contemplando os princípios e a organização do Sistema Único de Saúde. A Diretoria de Medicina é órgão responsável pelas atividades de assistência médica. Entre suas atribuições estão as de zelar pelo cumprimento das disposições legais e regulamentares, assegurar condições dignas de trabalho e os meios indispensáveis à prática médica, e garantir o pleno e autônomo funcionamento das comissões de ética médica. A Direção geral e as Diretorias de Apoio Assistencial, Enfermagem e Medicina são o elo com os departamentos de ensino nas atividades de ensino, pesquisa e extensão neles desenvolvidas. As Divisões são órgãos de planejamento tático e controle operacional das diretorias setoriais e os Serviços são órgãos de execução em relação à assistência, ao ensino, à pesquisa e à extensão, devendo cumprir as diretrizes emanadas da Administração Superior, Diretorias Setoriais e das Divisões. As Seções são áreas operacionais subordinadas aos Serviços. Em anexo, segue o organograma da instituição, bem como cópia do seu Regimento.



1.3.2.7.2.1 Compete ao Hospital Universitário

Atuar como campo de ensino, pesquisa e extensão nas áreas da saúde e afins, em consonância com os respectivos departamentos acadêmicos da Universidade;

Prestar assistência à comunidade na área de saúde, em todos os níveis de complexidade, de forma universalizada e igualitária;

Manter assistência à saúde, harmonizada com o Sistema Nacional de Saúde;

Promover a integração docente-assistencial;

Executar outras atividades inerentes à área ou que venham a ser delegadas pela autoridade competente.

1.3.2.7.2.2 Conselho Diretor

O Conselho Diretor é um órgão com funções normativas, consultivas e deliberativas, obedecendo as disposições legais, regimentais, estatutárias e normativas da Universidade Federal de Santa Catarina.

1.3.2.7.2.2.1 Composição

Diretor Geral do Hospital Universitário, que é seu presidente;

Vice-Diretor do Hospital Universitário;

Diretor de Medicina;

Diretor de Enfermagem;

Diretor de Administração;

Diretor de Apoio Assistencial;

Diretor do Centro de Ciências da Saúde;

Chefes dos Departamentos de Ensino e dos Coordenadores dos Cursos de Graduação e Pós-Graduação do Centro de Ciências da Saúde que possuam atuação efetiva no Hospital Universitário.

1.3.2.7.2.2.2 Compete ao conselho Diretor (CD)

Promover a integração docente assistencial;

Apreciar os projetos de pesquisa e extensão a serem desenvolvidos no Hospital Universitário, previamente aprovados pelas Comissões de Ética respectivas;

Definir a política hospitalar em consonância com as normas vigentes na Lei Orgânica de Saúde;

Estabelecer medidas que visem à melhor técnica e/ou administrativa do Hospital Universitário;

Apreciar o plano anual de trabalho, incluindo a proposta orçamentária a ser encaminhada à Reitoria;

Estabelecer normas e critérios para consulta prévia a serem aprovadas pelo reitor, cuja consulta fornecerá subsídios ao mesmo para nomeação do Diretor Geral e Vice-Diretor do Hospital Universitário, bem como designar comissão para coordenar o processo;

Elaborar e submeter à aprovação do Reitor seu próprio Regimento e Regulamentos das Diretorias Setoriais;

Propor a Reitoria as alterações do presente Regimento desde que aprovadas por 2/3 (dois terços) dos seus membros;

Deliberar sobre questões omissas neste Regimento, aprovadas *ad referendum* pelo Diretor Geral.

1.3.2.7.2.3 Diretor Geral do Hospital Universitário

1.3.2.7.2.3.1 Atribuições

Convocar e coordenar as reuniões do Conselho Diretor;

Sugerir a nominata para o exercício dos cargos de chefia das Diretorias Setoriais, a serem nomeados pelo Reitor;

Representar o Hospital Universitário junto à Administração Superior da Universidade Federal de Santa Catarina, demais órgãos governamentais e onde se fizer necessário;

Propor ao Reitor, após análise de projetos, a criação ou extinção de Divisões, Serviços ou Seções, além das Comissões Permanentes e Temporárias;

Zelar pela disciplina no Hospital Universitário;

Cumprir e fazer cumprir o Estatuto e Regimento Geral da Universidade Federal de Santa Catarina, as determinações do Reitor, as deliberações do Conselho Diretor, este Regimento e as normas vigentes no Hospital Universitário;

Elaborar plano anual de trabalho a ser apresentado ao Conselho Diretor, contendo proposta orçamentária do Hospital Universitário para análise e apreciação;

Elaborar relatório anual do Hospital Universitário para apreciação do Conselho Diretor, até 31 de janeiro do ano seguinte ao exercício;

Mandar licitar e ordenar as despesas nos processos de compra de materiais permanentes e de consumo para o Hospital, dentro das normas vigentes no Serviço Público federal e na Universidade Federal de Santa Catarina;

Executar outras atividades inerentes à área ou que venham a ser delegadas pela autoridade competente.

1.3.2.7.2.4 Vice-Diretor do Hospital Universitário

O Vice-Diretor do Hospital Universitário substituirá o Diretor Geral nos seus impedimentos e exercerá outras atribuições, permanentes ou temporárias, delegadas pelo Diretor Geral.

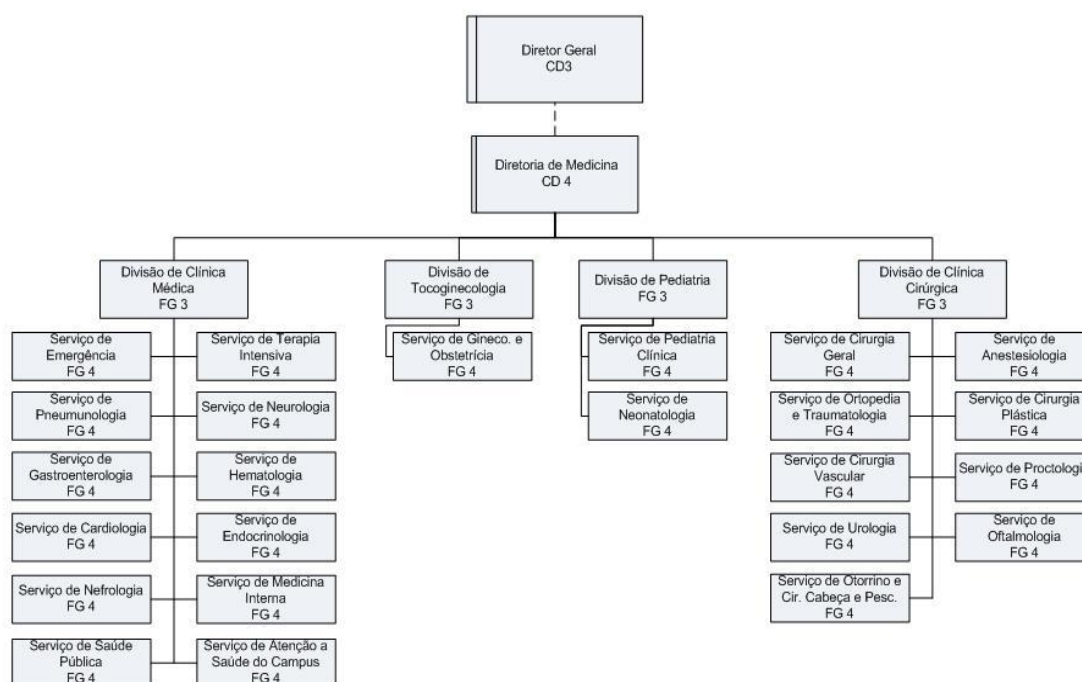
1.3.2.7.2.5 Diretorias Setoriais

1.3.2.7.2.5.1 Diretoria de Medicina

A Diretoria de Medicina é o órgão responsável pelas atividades de assistência médica no Hospital Universitário, assim como o elo de ligação com os departamentos.

1.3.2.7.2.5.1.1 Organograma da Diretoria de Medicina

Estrutura Organizacional do Hospital Universitário – Diretoria de Medicina



1.3.2.7.2.5.1.2 Atribuições do Diretor de Medicina

Chefiar o corpo clínico do Hospital Universitário;
Representar o Hospital Universitário junto aos órgãos de classe médica;
Planejar, organizar, dirigir, controlar e coordenar às atividades da Diretoria de Medicina;
Assessorar o Diretor Geral em assuntos de sua competência;
Avaliar, com as Divisões, seus respectivos planejamentos e relatórios anuais;
Apreciar todas as propostas e pedidos dos chefes de Divisões e Serviços antes de encaminhá-las ao Diretor Geral;
Cumprir e fazer cumprir as disposições deste regimento e as normas e rotinas em vigor no âmbito de sua Diretoria;
Manter estreito contato com as demais Diretorias Setoriais;
Estimular e apreciar o desenvolvimento da pesquisa clínica no âmbito do Hospital Universitário;
Garantir que os programas pedagógicos desenvolvidos através da assistência, realizem-se conforme as diretrizes propostas pelas chefias dos respectivos departamentos;
Garantir o apoio necessário ao desenvolvimento nos cursos de pós-graduação da área médica;
Promover e estimular a Educação continuada do Corpo Clínico através de reuniões clínicas, incentivo ao Centro de Estudos do Hospital Universitário e intercâmbio com outras instituições de ensino médico;

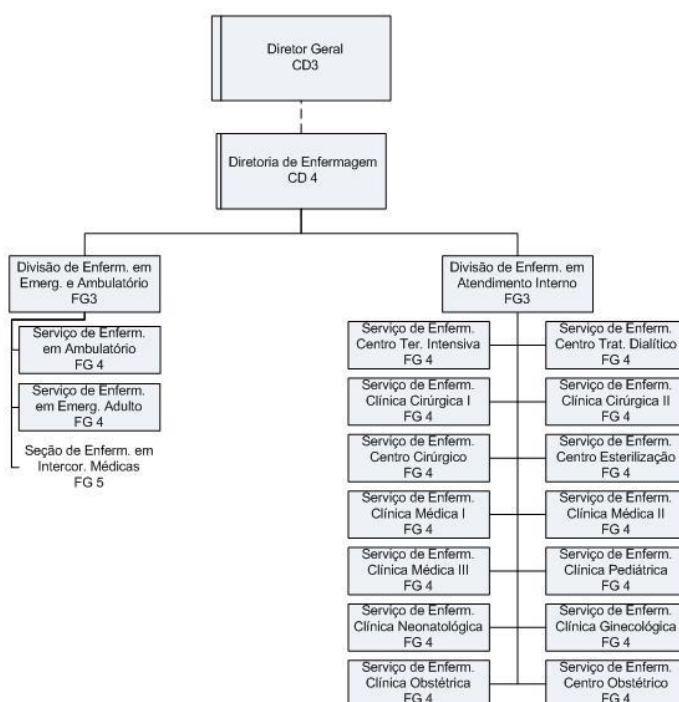
Executar outras atividades inerentes à área ou que venham a ser delegadas pela autoridade competente.

1.3.2.7.2.5.2 Diretoria de Enfermagem

A Diretoria de Enfermagem é o órgão responsável pela assistência de Enfermagem no Hospital Universitário, assim como o elo de ligação com o Departamento de Enfermagem nas atividades de ensino, pesquisa e extensão nele desenvolvidas.

1.3.2.7.2.5.2.1 Organograma da Diretoria de Enfermagem

Estrutura Organizacional do Hospital Universitário – Diretoria de Enfermagem



1.3.2.7.2.5.2.2 Atribuições do Diretor de Enfermagem

Chefiar a equipe de enfermagem do Hospital Universitário;
Representar o Hospital Universitário junto aos órgãos de classe da enfermagem e onde se fizer necessário;
Planejar, organizar, dirigir, controlar e coordenar as atividades da Diretoria de Enfermagem;
Assessorar o Diretor Geral em assuntos de sua competência;
Avaliar, com as Divisões, seus respectivos planejamentos e relatórios anuais;
Apreciar todas as propostas e pedidos dos chefes de Divisões e Serviços antes de encaminhá-las ao Diretor Geral;
Cumprir as disposições deste regimento e as normas e rotinas em vigor no âmbito de sua Diretoria;
Manter estreito contato com as demais Diretorias Setoriais;
Estimular e apoiar o desenvolvimento da pesquisa em enfermagem no âmbito do Hospital Universitário;
Garantir que os programas pedagógicos desenvolvidos através da assistência, realizem-se conforme as diretrizes propostas pelas chefias dos respectivos Departamentos;

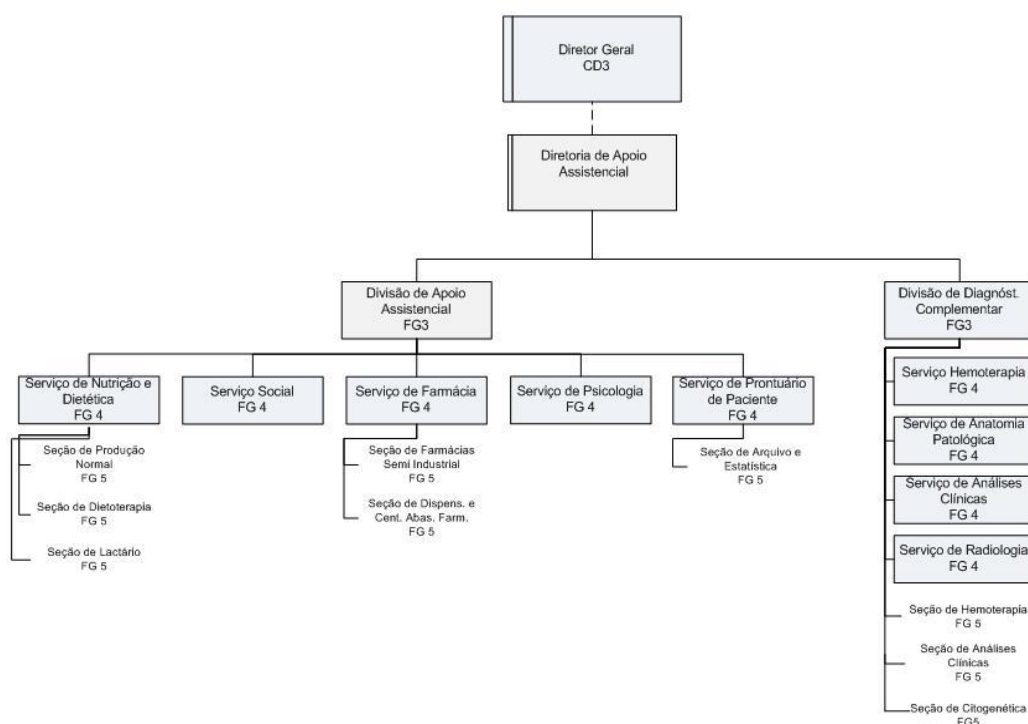
Executar outras atividades inerentes à área ou que venham a ser delegadas pela autoridade competente.

1.3.2.7.2.5.3 Diretoria de Apoio Assistencial

A Diretoria de Apoio Assistencial (DAA) é o órgão responsável pelas atividades de apoio à assistência, colaborando também com o ensino, pesquisa e extensão nas áreas de atuação de seus serviços.

1.3.2.7.2.5.3.1 Organograma da Diretoria de Apoio Assistencial

Estrutura Organizacional do Hospital Universitário – Diretoria de Apoio Assistencial



1.3.2.7.2.5.3.2 Atribuições do Diretor de Apoio Assistencial

Garantir a representação do Hospital Universitário junto aos órgãos de classe dos componentes de sua Diretoria e onde se fizer necessário;

Planejar, organizar, dirigir, controlar e coordenar as atividades da Diretoria de Apoio Assistencial;

Assessorar o Diretor geral em assuntos de sua competência;

Avaliar, com as chefias de Divisões, seus respectivos planejamentos e relatórios anuais;

Apreciar todas as propostas e pedidos dos chefes de Divisões e Serviços antes de encaminhá-las ao Diretor Geral;

Cumprir e fazer cumprir as disposições deste regimento e as normas e rotinas em vigor no âmbito de sua Diretoria;

Estimular e apoiar o desenvolvimento da pesquisa no âmbito do Hospital Universitário;

Promover e estimular a Educação continuada nas diversas áreas no âmbito de sua Diretoria;

Garantir que os programas pedagógicos desenvolvidos através da assistência, realizem-se conforme as diretrizes propostas pelas chefias dos respectivos Departamentos;

Manter estreito contato com as demais Diretorias Setoriais;

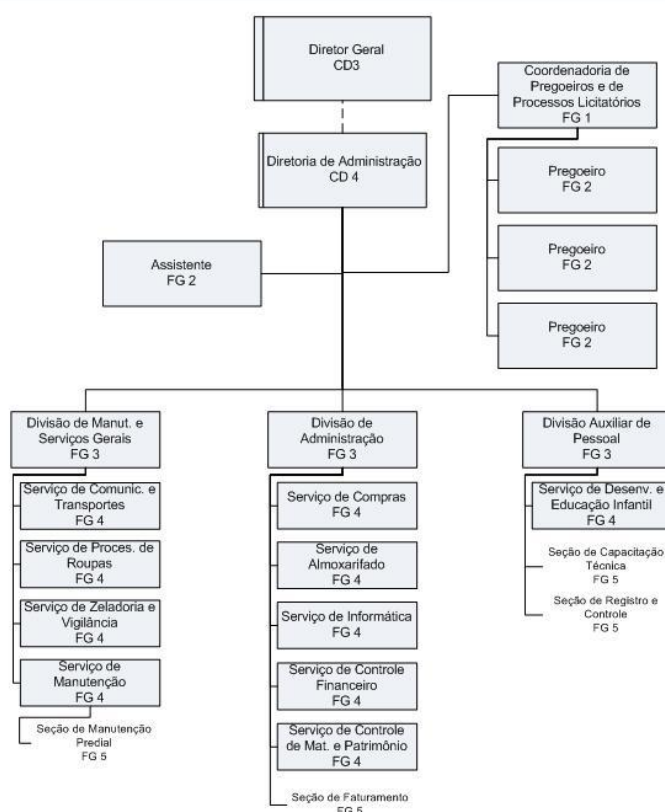
Executar outras atividades inerentes à área ou que venham a ser delegadas pela autoridade competente.

1.3.2.7.2.5.4 Diretoria de Administração

A Diretoria de Administração é o órgão responsável pela coordenação do sistema Administrativo do Hospital Universitário.

1.3.2.7.2.5.4.1 Organograma da Diretoria de Administração

Estrutura Organizacional do Hospital Universitário – Diretoria Administrativa



1.3.2.7.2.5.4.2 Atribuições do Diretor de Administração

Representar o Hospital Universitário junto aos órgãos de classe dos integrantes de sua diretoria e onde se fizer necessário;

Planejar, organizar, dirigir, controlar e coordenar as atividades da Diretoria de Administração;

Assessorar o Diretor Geral em assuntos de sua competência;

Avaliar, com as chefias de Divisões, seus respectivos planejamentos e relatórios anuais;

Apreciar todas as propostas e pedidos dos chefes de Divisões e Serviços antes de encaminhá-los ao Diretor Geral;

Cumprir e fazer cumprir as disposições deste regimento e as normas e rotina em vigor no âmbito de sua Diretoria;

Prestar contas anualmente do inventário dos bens patrimoniais em uso no Hospital

Universitário, encaminhado ao Diretor Geral em data conforme orientação dada pelo Tribunal de contas da União;

Definir diretrizes quanto à gerência de receitas, desembolso, orçamentos e custos de produção em consonância com a Administração Superior do Hospital universitário;

Definir política relativa ao suprimento de materiais de consumo e permanente do Hospital Universitário;

Coordenar as atividades inerentes à área de Recursos Humanos;

Manter estreito contato com as demais Diretorias Setoriais;

Executar outras atividades inerentes à área ou que venham a ser delegadas pela autoridade competente.

1.3.2.7.2.6 Divisões, Serviços e Seções

1.3.2.7.2.6.1 Divisões

As Divisões são órgãos de planejamento tático e controle operacional das Diretorias Setoriais.

1.3.2.7.2.6.1.1 Atribuições do Chefe de Divisão

Planejar, organizar, dirigir, controlar e coordenar todas as atividades de sua área de abrangência em relação à assistência, ao ensino, à pesquisa e à extensão, cumprindo as diretrizes emanadas da Administração Superior e Diretoria Setoriais.

1.3.2.7.2.6.2 Serviços

Os Serviços são órgãos de execução em relação à assistência, ao ensino, à pesquisa e à extensão, devendo cumprir as diretrizes emanadas da Administração Superior, Diretorias Setoriais e das Divisões respectivas.

Os Chefes de Serviços serão sugeridos pelo Diretor Geral em consonância com os Departamentos de ensino com atuação na área e nomeados pelo Reitor, devendo exercer suas funções em regime de tempo integral.

1.3.2.7.2.6.2.1 Atribuições do Chefe de Serviço

Planejar, organizar, dirigir, controlar, coordenar e propor normas para o bom funcionamento do Serviço;

Coordenar as atividades de assistência com as de ensino, pesquisa e extensão;

Supervisionar o cumprimento das normas estabelecidas pelo Serviço;

Organizar os meios necessários para cumprir as determinações emanadas da Administração Superior, Diretoria Setorial e da Divisão respectiva.

1.3.2.7.2.6.3 Seções

As Seções são áreas operacionais subordinadas aos Serviços nos quais são vinculados.

As Chefias de Serviços ou Seções, além de gerenciarem suas atividades, deverão desenvolver atividades fins conforme especificado no manual de atribuições.

1.3.2.7.2.7 Comissões Temporárias e Permanentes

As Comissões são órgãos de assessoramento e/ou auditoria de caráter permanente ou temporário, estas últimas designadas por tempo determinado para avaliar problemas específicos.

1.3.2.7.2.7.1 Atribuições do Presidente da Comissão

Coordenar as atividades da Comissão e representá-la junto à Direção Geral;
Deliberar sobre a distribuição de tarefas;
Convocar e presidir as sessões;
Solicitar as informações necessárias aos trabalhos da Comissão;
Elaborar relatórios que reflitam o andamento e/ou conclusão dos trabalhos.

1.3.2.7.2.7.2 Comissões Permanentes

As Comissões Permanentes do Hospital Universitários são:

De Prontuário;
De Padronização de Medicamentos;
De Controle de Infecção Hospitalar e Higienização (CCIIH);
De Residência Médica;
De Ética e Deontologia Médica;
De Abertura de Licitação.

1.3.2.7.2.7.2.1 Atribuições da Comissão Permanente de Prontuários

Estabelecer normas para avaliação e organização dos prontuários;
Recomendar a confecção ou supressão de formulários;
Avaliar os prontuários, verificando a qualidade das anotações e seu preenchimento;
Manter contato com os Chefes dos Serviços, transmitidos aos mesmos as observações que se fizerem recomendar;
Assessorar o Diretor Geral em assuntos de sua competência.

1.3.2.7.2.7.2.2 Atribuições da Comissão Permanente de Padronização de Medicamentos

Estabelecer critérios para inclusão e exclusão de medicamentos na padronização;
Elaborar a lista de medicamentos padronizados, divulgá-la e determinar seu uso como instrumento básico para a prescrição médica;
Rever e atualizar, anual ou bianualmente, a lista de medicamentos padronizados;
Estudar medicamentos sob ponto de vista clínico, biofarmacocinético e químico, emitindo parecer técnico sobre sua eficácia terapêutica, como critério fundamental de escola;
Relacionar, objetivamente, dados farmacológicos ou agentes terapêuticos propostos para uso no Hospital Universitário;
Divulgar informações relacionadas a estudos clínicos relativos a medicamentos incluídos e excluídos na padronização;
Servir como órgão assessor ao corpo clínico e à administração do Hospital em assuntos relacionados tecnicamente com medicamentos e produtos afins.

1.3.2.7.2.7.2.3 Atribuições da Comissão Permanente de Controle de Infecção Hospitalar e Higienização

Implantar um sistema de vigilância epidemiológica que compreende a coleta, análise e divulgação dos dados mais significativos;
Realizar treinamentos em Serviços;
Elaborar normas técnicas complementares para prevenção de infecções mais incidentes, com ênfase na regulamentação das necessidades e medidas de isolamento e acompanhamento de sua aplicação;

Sugerir medidas que resultem na higienização, prevenção e redução das infecções hospitalares;
Implementar todas as medidas recomendadas e supervisionadas as suas aplicações;
Implantar controle do uso de antimicrobianos;
Preparar, com o Diretor Geral, relação de casos de doenças de notificação compulsória, a ser remetida ao órgão Estadual de Saúde de sua Jurisdição.

1.3.2.7.2.7.2.4 Atribuições da Comissão Permanente de Residência Médica

Propor, anualmente, ao Conselho Diretor o número de vagas para residentes e alunos de pós-graduação e sua distribuição por Serviço;
Elaborar o Edital de inscrição e a sistemática a ser usada para demissão;
Elaborar seu próprio regimento e submeter a aprovação do Conselho Diretor do Hospital Universitário;
Elaborar o manual de atribuições dos residentes;
Manter estreito contato com as demais Diretorias Setoriais envolvidas com a Residência;
Prestar assessoramento à Administração Superior em assuntos de sua competência;
Manter esquema de avaliação periódica dos programas de residência e dos residentes.

1.3.2.7.2.7.2.5 Atribuições da Comissão Permanente de Ética e Deontologia Médica

Fiscalizar o exercício ético da profissão de médico;
Fiscalizar as condições oferecidas pela Instituição para o bom funcionamento da mesma;
Fiscalizar a obediência dos princípios que regulamentam os preceitos legais dos direitos dos médicos;
Fiscalizar a qualidade do atendimento dispensado aos pacientes;
Servir de interlocutor com o Conselho Regional de Medicina nos assuntos envolvendo transgressões ao código de Ética Médica.
Emitir parecer sobre os projetos de pesquisa envolvidos na instituição.

1.3.2.7.2.7.2.6 Atribuições da Comissão Permanente de Licitação

Proceder abertura da documentação das propostas que atendam aos requisitos do Edital de Licitação;
Desqualificar e anular propostas que estejam em desacordo com o previsto no Edital;
Lavar ata circunstanciada, sobre todas as ocorrências de abertura de licitações, bem como proceder a assinatura da mesma por todos os presentes.

1.3.2.8 Pró- Reitorias

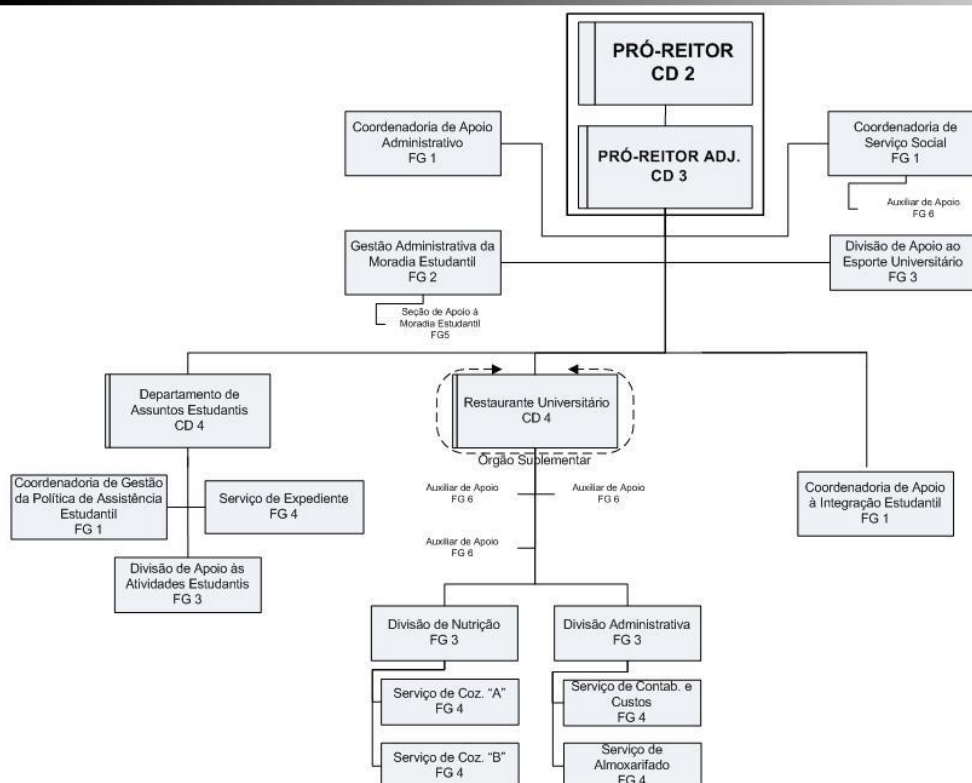
As pró-reitorias serão dirigidas por pró-reitores e pró-reitores adjuntos escolhidos pelo reitor, dentre os integrantes do quadro de pessoal da Universidade, cuja nomeação deverá ser homologada pelo Conselho Universitário.

1.3.2.8.1 Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE)

A Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE) é um órgão executivo central integrante da Administração Superior da Universidade Federal de Santa Catarina, criada com o objetivo de auxiliar o Reitor em suas tarefas executivas, especialmente em programas e projetos voltados à política estudantil.

1.3.2.8.1.1 Organograma da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis

Estrutura Organizacional da Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis - PRAE



1.3.2.8.1.2 Compete à Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis

Coordenar a execução das ações inerentes à política de assuntos estudantis, definida pelo Conselho Universitário, zelando pelo cumprimento das normas pertinentes;

Propor e acompanhar a execução de ações da política de assuntos estudantis da universidade, principalmente no que se refere ao acesso, à permanência e a conclusão do curso de graduação presencial, nas seguintes áreas: moradia estudantil, alimentação, transporte, assistência à saúde, inclusão digital, cultura, esporte e lazer, apoio pedagógico, movimentos estudantis e políticas sociais;

No campo dos assuntos estudantis, desenvolver projetos visando a aprimorar a gestão universitária e as políticas adotadas pela UFSC;

Planejar, coordenar e avaliar a execução das atividades inerentes aos planos, programas e projetos vinculados à política de assuntos estudantis;

Estimular a implementação de planos, programas e projetos junto à comunidade estudantil;

Manter intercâmbio com outras entidades, visando ao desenvolvimento de atividades e serviços de interesse da comunidade estudantil;

Propor e desenvolver políticas de benefícios da Universidade dirigidas à comunidade estudantil;

Propor à autoridade competente a formalização de convênios a serem celebrados com outros entes e órgãos, quando relacionados à sua área de atuação, procedendo ao seu acompanhamento;

Apoiar e divulgar a realização de eventos de interesse da comunidade estudantil;

Emitir portarias e outros atos administrativos que se façam necessários à consecução das atividades da respectiva área;

Executar outras atividades inerentes à área ou que venham a ser delegadas pelo reitor.

1.3.2.8.1.3 Compete ao Restaurante Universitário

Fornecer à comunidade universitária alimentação de qualidade, produzida dentro de padrões técnicos;

Contribuir para a promoção da qualidade do ensino, pesquisa e extensão, mediante a oferta de oportunidades de estágio;

Manter intercâmbio com outras entidades congêneres, visando ao aperfeiçoamento dos seus serviços;

Armazenar gêneros alimentícios e outros produtos necessários à execução de seus serviços, mantendo sistema adequado de controle de estoque;

Executar outras atividades inerentes à área ou que venham a ser delegadas pela autoridade competente.

1.3.2.8.1.4 Coordenadoria de Apoio Administrativo

Assessoramento às Pró-Reitoras e andamento aos despachos do Diretor de Assuntos Estudantis;

Elaboração, expedição, recebimento e arquivamento de correspondências físicas e digitais;

Solicitação de hospedagem e alimentação (palestrantes, estudantes de convênios);

Execução das atribuições de agente patrimonial, no âmbito da PRAE;

Registro e controle de férias dos servidores da PRAE;

Emissão de passagens e diárias dos servidores da PRAE;

Atendimento aos estudantes;

Solicitação de material ao Almoxarifado Central e de Serviços a Prefeitura Universitária;

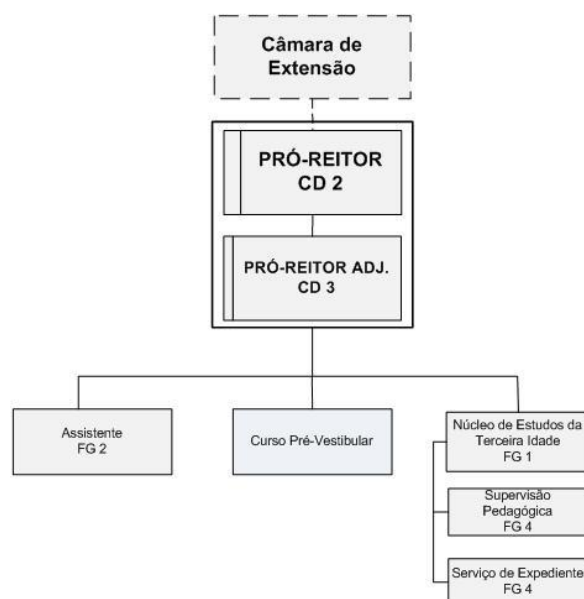
Manutenção da PRAE.

1.3.2.8.2 Pró-Reitoria de Extensão (PROEX)

A Pró-Reitoria de Extensão (PROEX) foi criada em 2012, por desdobramento da antiga Pró-Reitoria de Pesquisa e Extensão (PRPE). Tem por finalidade articular e apoiar a execução da política de extensão da UFSC, seja através de ações específicas dos departamentos de ensino, seja através de ações institucionais, buscando uma integração mais efetiva da realidade social com as atividades na universidade.

1.3.2.8.2.1 Organograma da Pró-Reitoria de Extensão

Estrutura Organizacional da Pró-Reitoria de Extensão - PROEX



1.3.2.8.2.2 Compete à Pró-Reitoria de Extensão

Coordenar a execução das ações inerentes à política de extensão, definida pelo Conselho Universitário, zelando pela sua regularidade e compatibilidade com o interesse público;
Gerir e promover o intercâmbio com outras entidades, visando ao desenvolvimento das atividades de extensão;

Acompanhar o desenvolvimento das atividades de extensão, zelando por sua regularidade e compatibilidade com o interesse público;

Estimular, autorizar e supervisionar a implementação de planos, programas e projetos de extensão junto à comunidade, zelando pela sua regularidade e compatibilidade com o interesse público;

Conceder bolsas de extensão, bem como auxílio financeiro a projetos, mediante o PROEXTENSÃO, o PROBOLSAS e programas congêneres;

Gerenciar o PROEXT/MEC/SESu e programas congêneres;

Regular e gerir o sistema de emissão de certificados de extensão;

Assinar termos de concessão de auxílios e bolsas formalizados com agências de fomento;

Designar os coordenadores de núcleos, programas institucionais e similares envolvendo mais de uma unidade;

Propor à autoridade competente a formalização de convênios com outras entidades, quando relacionados à sua área de atuação;

Ratificar os pareceres da Procuradoria Federal junto à UFSC nos processos de contratação de fundação de apoio para a execução de projetos de extensão;

Assinar os contratos administrativos com as fundações de apoio, na sua área de atuação;

Designar gestor para acompanhar a execução dos contratos referidos no inciso x, mediante indicação dos departamentos de ensino ou órgãos envolvidos;

Convocar e presidir as reuniões da Câmara de Extensão;

Emitir portarias e outros atos administrativos que se façam necessários à consecução das atividades da respectiva área;

Executar outras atividades inerentes à área ou que venham a ser delegadas pelo reitor.

1.3.2.8.2.3 Atribuições

1.3.2.8.2.3.1 Principais atividades

Atualização do formulário para registro *on-line* das Ações de Extensão, resultando em um banco de dados atualizado constantemente;
Certificação das ações extensionistas oficiais da UFSC;
Apoio às atividades de extensão, através do planejamento, da organização e do acompanhamento do PROEXTENSÃO – Programa de Apoio a Projetos de Extensão e do PROBOLSAS – Programa de Bolsas de Extensão;
Organização e condução do Projeto Rondon na UFSC;
Apoio à coordenação do Projeto Sala Verde;
Apoio à coordenação do NETI;
Organização de delegações e participação em eventos como o CBEU, SEURS e Congresso Ibero Americano;
Divulgação das ações de extensão, através do Jornal Universitário e da Extensão: Revista Eletrônica de Extensão da UFSC;
Promoção da indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão, realizada através da Semana de Ensino, Pesquisa e Extensão (SEPEX) e da inclusão da extensão nos projetos pedagógicos dos cursos de graduação.

1.3.2.8.2.3.2 Atribuições/Pró-Reitor (PROEX)

Acompanhar atividades da Pró-Reitoria, analisando e dando encaminhamento às ações;
Fazer cumprir a Legislação de Extensão junto às Câmaras, Centros, Departamentos e Órgãos Suplementares;
Atuar em conjunto com as outras Pró-Reitorias e ao Gabinete do Reitor para solução de problemas e encaminhamento de ações;
Representar a UFSC no SEBRAE, na FIESC e IEL, discutindo ações de fomento à Extensão em SC;
Representar a UFSC no Fórum de Pró-Reitores de Extensão (FORPROEX);
Coordenar ações para busca de recursos em Projetos Institucionais;
Contribuir para a concretização e o fortalecimento do papel social da UFSC na área da extensão;
Incentivar o desenvolvimento das atividades de extensão através de programas específicos ou da administração de programas externos;
Propor à autoridade competente a formalização de convênios a serem celebrados com outros organismos, quando relacionados à sua área de atuação, procedendo ao seu acompanhamento;
Convocar e presidir as reuniões da Câmara de Extensão;
Emitir portarias e outros atos administrativos que se façam necessários à consecução das atividades da respectiva área de atuação;
Promover a indissociabilidade entre Ensino, Pesquisa e Extensão, e da inclusão da extensão nos projetos pedagógicos dos cursos de graduação;
Coordenar a organização da SEPEX - Semana de Ensino, Pesquisa e Extensão, no âmbito da UFSC;
Executar outras atividades inerentes à área ou que venham a ser delegadas pelo Reitor.

1.3.2.8.2.3.3 Atribuições/Pró-Reitor Adjunto (PROEX)

Instruir processos que são submetidos à consideração do Pró-Reitor;
Transmitir as decisões do Pró-Reitor no âmbito da Pró-Reitoria;
Coordenar programas e projetos de extensão institucionais;

Promover e apoiar as políticas institucionais referentes às atividades de extensão, no que diz respeito à sua execução e divulgação;

Promover, coordenar e aperfeiçoar programas que fomentem a extensão realizada no âmbito da Universidade;

Apoiar e promover o desenvolvimento das extensões individuais e coletivas, departamentais, interdepartamentais e interinstitucionais;

Proceder a seleção e acompanhamento dos projetos submetidos ao PROEXTENSÃO, PROBOLSAS, PROEXT e Projeto Rondon;

Coordenar projetos de extensão institucionais;

Promover e apoiar as políticas institucionais referentes às atividades de extensão, no que diz respeito à sua execução e divulgação;

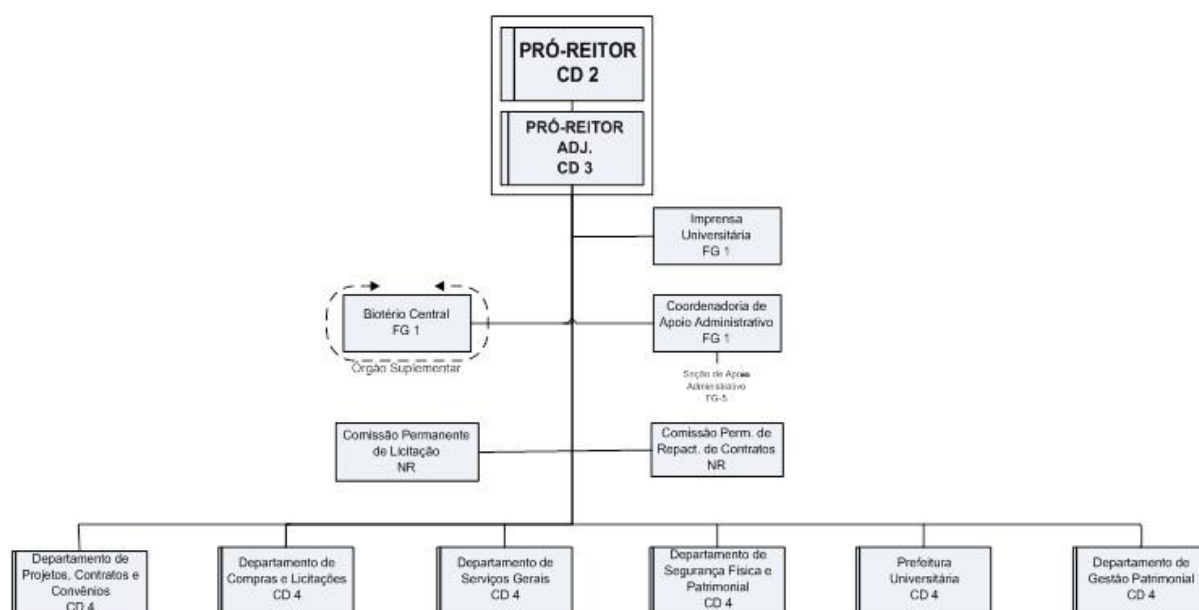
Promover eventos institucionais (congressos, simpósios, conferências, workshops e cursos) no campo da extensão e organizar o Seminário de Extensão Universitária da Região Sul (SEURS), o Congresso Brasileiro de Extensão Universitária (CBEU) e a SEPEX;

Executar outras atividades inerentes à área ou que venham a ser delegadas pela autoridade competente.

1.3.2.8.3 Pró-Reitoria de Administração (PROAD)

1.3.2.8.3.1 Organograma da Pró-Reitoria de Administração

Estrutura Organizacional da Pró-Reitoria de Administração



1.3.2.8.3.2 Compete à Pró-Reitoria de Administração (PROAD)

Coordenar a execução das ações inerentes à política de administração da Universidade, definida pelo Conselho Universitário, zelando pelo cumprimento das normas vigentes;

Acompanhar a execução da política de gestão da Universidade no que se refere a:

I. Segurança física e patrimonial;

II. Sistemas de administração de material, patrimônio e serviços auxiliares;

III. Serviços de conservação e manutenção física e patrimonial;

Sem prejuízo das competências de outros órgãos, formular as bases da política de gestão da Universidade, no que se refere a:

I. Segurança física e patrimonial;

II. Sistemas de administração de material, patrimônio e serviços auxiliares;

III. Serviços de conservação e manutenção física e patrimonial;

Propor à autoridade competente a formalização de convênios e contratos a serem celebrados com outros órgãos e entes, quando relacionados à sua área de competência, procedendo à sua execução e ao seu acompanhamento;

Emitir portarias e outros atos administrativos que se façam necessários à consecução das atividades da respectiva área;

Executar outras atividades inerentes à sua área ou que venham a ser delegadas pelo reitor.

1.3.2.8.3.3 Compete à Coordenadoria de Apoio Administrativo

Planejar, organizar e dirigir as atividades da Coordenadoria de Apoio Administrativo da Pró-Reitoria de Administração;

Assessorar o Pró-Reitor de Administração;

Avaliar, selecionar e encaminhar as correspondências da PROAD;

Conhecimento protocolares;

Redigir textos administrativos;

Interpretar e sintetizar textos e documentos;

Recepcionar e atender os visitantes da PROAD;

Prestar informações quando solicitadas e atendimento ao telefone;

Elaborar a agenda do Pró-Reitor e Pró-Reitor Adjunto;

Instruir os processos;

Registrar a tramitação e distribuição de expedientes (expedidos e recebidos);

Executar serviços complementares de administração de pessoal, material e financeiro;

Organizar e arquivar os documentos;

Transmitir as decisões e orientações do Pró-Reitor;

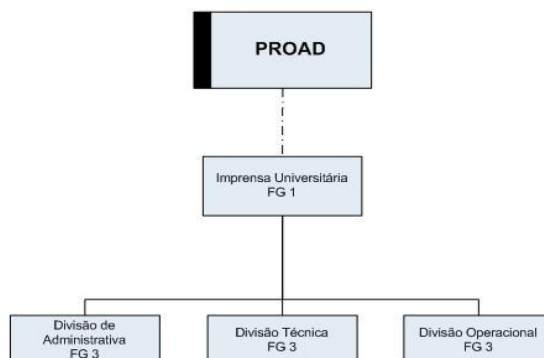
Divulgar e controlar os atos administrativos;

Executar outras atividades inerentes à área ou que venham a ser delegadas pela autoridade competente.

1.3.2.8.3.4 Imprensa Universitária (IU)

1.3.3.8.3.4.1 Organograma da Imprensa Universitária (IU)

Estrutura Organizacional da Pró-Reitoria de Administração- Imprensa Universitária -IU



1.3.3.8.3.5 Atividades da Imprensa Universitária (IU)

Coordenar, zelar pelo patrimônio público, tomar decisão pensando no bem-estar da instituição e das pessoas;

Atender as necessidades dos serviços de impressão utilizados pelas unidades de ensino e administração da UFSC;

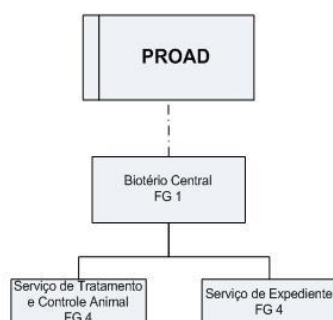
Executar serviços, tais como: impressão de livros didáticos, técnicos e científicos, teses, trabalhos de pesquisa, confecção de cartazes, fichas, formulários, folders, certificados, blocos, capas, convites, boletins, crachás, folhetos, cartões de apresentação, timbres, fotolitos, agendas, revistas, etc.;

Executar outras atividades inerentes à área ou que venham a ser delegadas pela autoridade competente.

1.3.2.8.3.6 Biotério Central

1.3.2.8.3.6.1 Organograma do Biotério Central

Estrutura Organizacional da Pró-Reitoria de Administração – Biotério Central



1.3.2.8.3.6.2 Compete ao Biotério Central

Manter sob sua guarda os animais destinados ao ensino, pesquisa e extensão, atendendo às necessidades dos departamentos de ensino e de outras unidades da Universidade, quando solicitado;

Colaborar na formação e aperfeiçoamento de profissionais na área de sua competência;

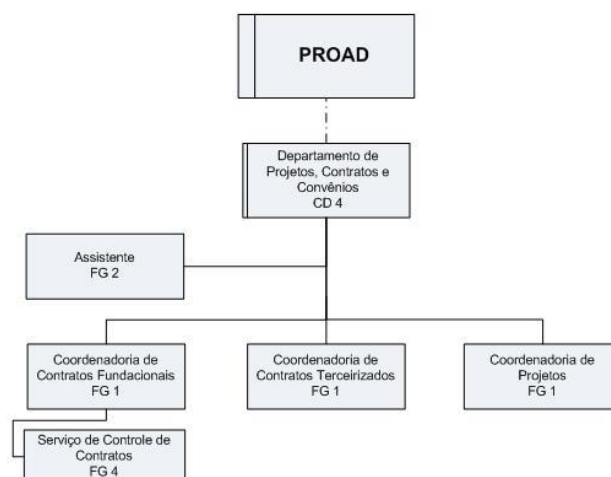
Manter intercâmbio com outras entidades congêneres, visando ao aperfeiçoamento de seus servidores;

Executar outras atividades inerentes à área ou que venham a ser delegadas pela autoridade competente.

1.3.2.8.3.7 Departamento de Projetos, Contratos e Convênios

1.3.2.8.3.7.1 Organograma do Departamento de Projetos, Contratos e Convênios

Estrutura Organizacional da Pró-Reitoria de Administração – Departamento de Projetos, Contratos e Convênios



1.3.2.8.3.7.2 Atribuições

Prover e manter condições para o desenvolvimento das atividades das Coordenadorias subordinadas ao Departamento;

Estabelecer vínculos com as Fundações de Apoio objetivando parcerias para atender objetivos da UFSC;

Atuar como intermediador e facilitador entre Servidores, Laboratórios e Centros da UFSC e as instituições e empresas externas, de forma a permitir a efetivação de projetos institucionais, de pesquisa e extensão;

Atuar em projetos institucionais relacionados ao desenvolvimento científico e tecnológico e que envolvam instituições e/ou empresas externas, promovendo convênios, contratos e acordos;

Elaborar relatórios de controles das atividades realizadas pelo Departamento tanto para as unidades de fiscalização interna e como externas;

Coordenar e/ou orientar modificações/suplementações a fim de viabilizar conclusão dos Convênios;

Orientar a elaboração do plano de trabalho para a execução orçamentária dos Convênios;

Articular junto às fundações de apoio, núcleos interdisciplinares e outros órgãos da Universidade envolvidos com os Convênios e Contratos;

Orientar, acompanhar e elaborar Convênios, Contratos, Acordos, Ajustes, Protocolos e Termos Aditivos celebrados ou firmados pela Universidade;

Encaminhar os projetos/convênios as agências financiadoras;

Manter atualizado cadastro de agências de cooperação técnica e financeira;

Manter atualizado o cadastro de convênios institucionais;

Efetuar o registro do convênio no SisGC e contratos no SICON;

Proceder à publicação dos Convênios e Contratos firmados no Diário Oficial da União;

Auxiliar a instituição no que tange assuntos que envolvem convênios com outras instituições;

Executar outras atividades inerentes à área ou que venham a ser delegadas pela autoridade competente.

1.3.2.8.3.7.2.1 Atribuições da Coordenadoria de Projetos (CP-DCP)

Analisar a viabilidade técnica dos projetos, sob o ponto de vista jurídico, ambiental e de engenharia;
Analisar o impacto socioeconômico dos projetos;
Avaliar relação entre custo e benefício dos projetos bem como de projetos alternativos, objetivando identificar a melhor estratégia para o alcance dos resultados almejados;
Estabelecer normas gerais, padronizar processos e prover orientação técnica e apoio necessário à elaboração e apresentação de projetos;
Apoiar tecnicamente os órgãos da UFSC na elaboração de projetos que contribuam para a realização dos objetivos expressos no Plano de Desenvolvimento Institucional;
Coordenar ou orientar a elaboração de projetos dentro da UFSC;
Prestar assessoria técnica para a elaboração de propostas de trabalho juntos aos Órgãos de Financiamento do Governo para a captação de recursos;
Orientar e apoiar tecnicamente os Órgãos na elaboração de programas e projetos para captação de recursos técnicos e financeiros;
Registro dos projetos nos Sistemas de Controle e Gestão elaborados pela UFSC e/ou pelos Órgãos de Controle do Governo Federal;
Elaboração de relatórios objetivando suprir as demandas de controle da atividade e para informações gerenciais;
Executar outras atividades inerentes à área ou que venham a ser delegadas pela autoridade competente.

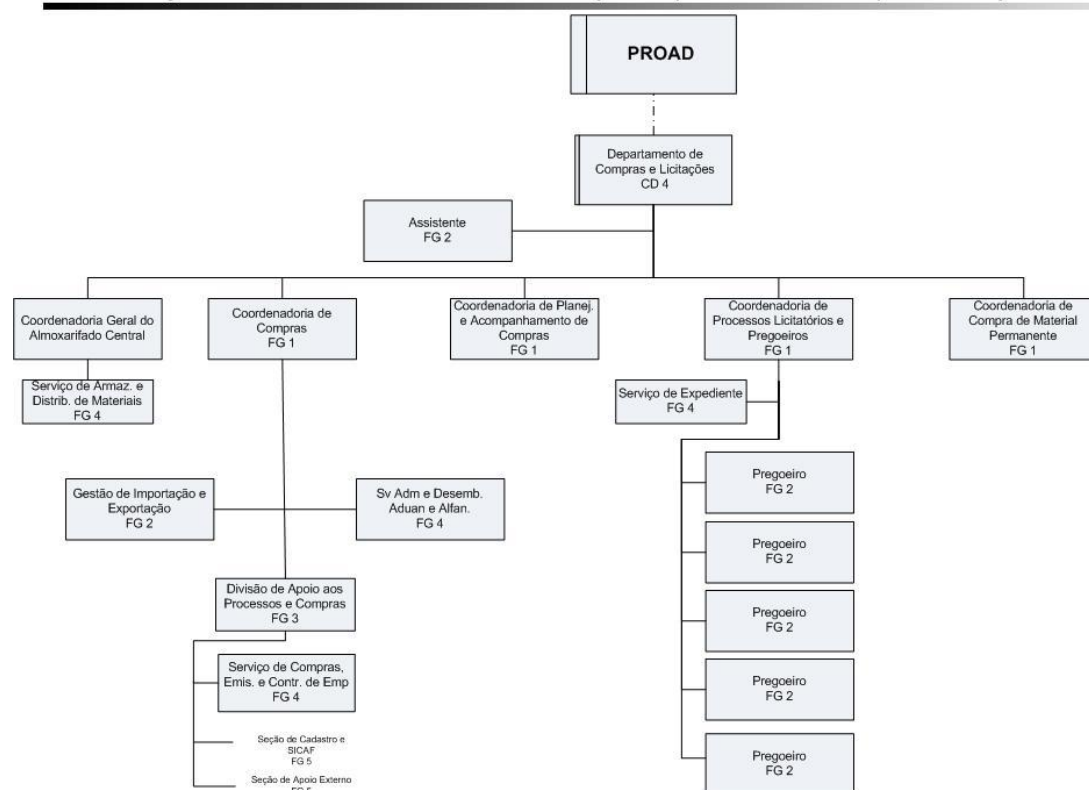
1.3.2.8.3.7.2.2 Atribuições da Coordenadoria de Contratos Fundacionais (CCF)

Coordenar as ações voltadas à execução dos Contratos Administrativos que envolvem as Fundações de Apoio no âmbito da UFSC;
Conferência e análise de Contratos;
Encaminhamentos de processos referentes contratos para manifestação, nas instâncias:
I. Departamento de Inovação Tecnológica;
II. Procuradoria Federal;
III. Conselho de Curadores e
IV. Outros que se fizerem necessários;
Registro e publicação de Dispensa de Licitação para contratação das Fundações de Apoio à UFSC;
Emissão de Notas de Empenho de Serviço da Pró-Reitoria;
Emissão de Ordem de Pagamento referente Contratos *sob o controle da Pró-Reitoria, para envio ao DCF para pagamento*;
Solicitação de Fatura junto ao DCF;
Atendimento/informação sobre Contrato à comunidade universitária e externa;
Registro dos contratos nos Sistemas de Controle e Gestão elaborados pela UFSC e/ou pelos Órgãos de Controle do Governo Federal;
Elaboração de relatórios objetivando suprir as demandas de controle da atividade e para informações gerenciais;
Executar outras atividades inerentes à área ou que venham a ser delegadas pela autoridade competente.

1.3.2.8.3.8 Departamento de Compras e Licitações

1.3.2.8.3.8.1 Organograma do Departamento de Compras e Licitações

Estrutura Organizacional da Pró-Reitoria de Administração – Departamento de Compras e Licitações



1.3.2.8.3.8.2 Atividades do Departamento de Compras e Licitações

Planejar, coordenar e acompanhar os processos compras para aquisição de materiais e serviços, nas modalidades previstas na Lei 8666/1993;

Envio de processos para realização de licitações, de acordo com os grupos e subgrupos de materiais;

Instruir e analisar processos de compra por dispensa ou inexigibilidade de licitação;

Coordenar e dirigir a equipe do departamento;

Recepcionar e atender os Diretores de outras unidades;

Subsidiar a Administração e as Unidades de Ensino com informações concernentes aos processos de Compra;

Oferecer suporte técnico e infraestrutura necessária às Unidades Gestoras de Compras;

Executar outras atividades inerentes à área ou que venham a ser delegadas pela autoridade competente.

1.3.2.8.3.9 Coordenadoria de Planejamento e Acompanhamento de Compras (CPAC- DCL)

Identificar e catalogar o universo de materiais necessários ao funcionamento da Universidade;

Auxiliar os usuários a especificar os materiais que deverão ser adquiridos e revisar as especificações já elaboradas, enquadrando-as dentro das normas legais e visando garantir a qualidade dos produtos a serem adquiridos;

Codificar os materiais especificados, classificando-os em grupos, subgrupos e natureza de despesa, bem como a codificação no SIASG;

Executar outras atividades inerentes à área ou que venham a ser delegadas pela autoridade competente.

1.3.2.8.3.10 Coordenadoria de Compras (CC- DCL)

Gerenciar questões relativas aos processos de compras de material de consumo (referente a empenhos, notas fiscais, entregas, etc.);
Instruir processos de compra de material de consumo;
Realizar compras através de Cartão Corporativo;
Assessoria ao setor de Importação;
Relacionamento com fornecedores;
Coordenar e dirigir a equipe do setor;
Executar outras atividades inerentes à área ou que venham a ser delegadas pela autoridade competente.

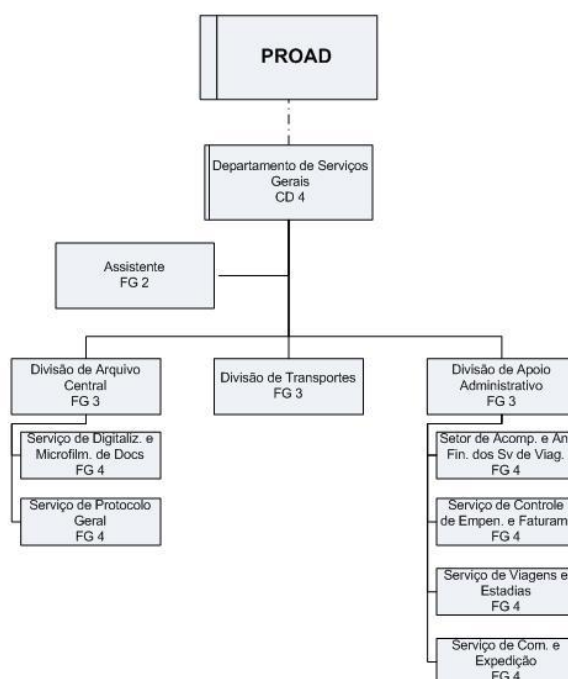
1.3.2.8.3.11 Coordenadoria de Processos Licitatórios e Pregoeiros (CPLP- DCL)

Coordenar os processos licitatórios;
Receber, examinar e decidir as impugnações e consultas ao Edital;
Conduzir a sessão pública da licitação;
Verificar a conformidade da proposta com os requisitos estabelecidos no instrumento convocatório;
Dirigir a etapa de lances;
Verificar e julgar as condições de habilitação;
Receber, examinar e decidir os recursos, encaminhando à autoridade competente quando mantiver sua decisão;
Indicar o vencedor do certame;
Adjudicar o objeto, quando não houver recurso;
Conduzir os trabalhos de equipe de apoio;
Encaminhar o processo devidamente instruído à autoridade superior e propor a homologação;
Executar outras atividades inerentes à área ou que venham a ser delegadas pela autoridade competente.

1.3.2.8.3.12 Departamento de Serviços Gerais (DSG)

1.3.2.8.3.12.1 Organograma do Departamento de Serviços Gerais (DSG)

Estrutura Organizacional da Pró-Reitoria de Administração – Departamento de Serviços Gerais



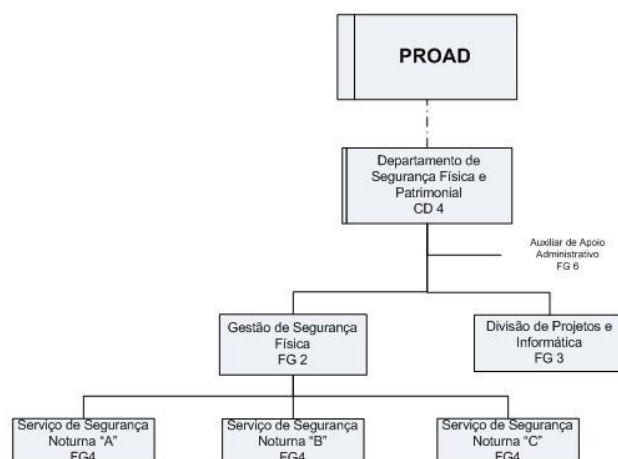
1.3.2.8.3.12.2 Atividades do Departamento de Serviços Gerais (DSG)

Planejar, organizar e coordenar a gestão de serviços gerais;
Coordenar e acompanhar os contratos de prestação de serviços terceirizados na UFSC;
Autorizar viagens com motoristas e veículos oficiais solicitadas pelo SPA (UFSC sem papel);
Conferir as notas fiscais, referentes a manutenções, realizadas nos veículos oficiais;
Aprovar pagamento de diárias aos motoristas oficiais;
Planejar, dirigir e acompanhar as atividades a serem desenvolvidas nas seguintes Divisões do DSG:
I. Divisão de Transportes,
II. Divisão de Arquivo Central,
III. Divisão de Apoio Administrativo.
Aplicar multas às empresas que prestam serviços terceirizados à UFSC quando estas infringirem as regras contidas nos Termos do Contrato;
Atender e averiguar as reclamações, referente ao DSG, oriundas da Ouvidoria da UFSC.

1.3.2.8.3.13 Departamento de Segurança Física e Patrimonial

1.3.2.8.3.13.1 Organograma do Departamento de Segurança Física e Patrimonial

Estrutura Organizacional da Pró-Reitoria de Administração – Departamento de Segurança Física e Patrimonial



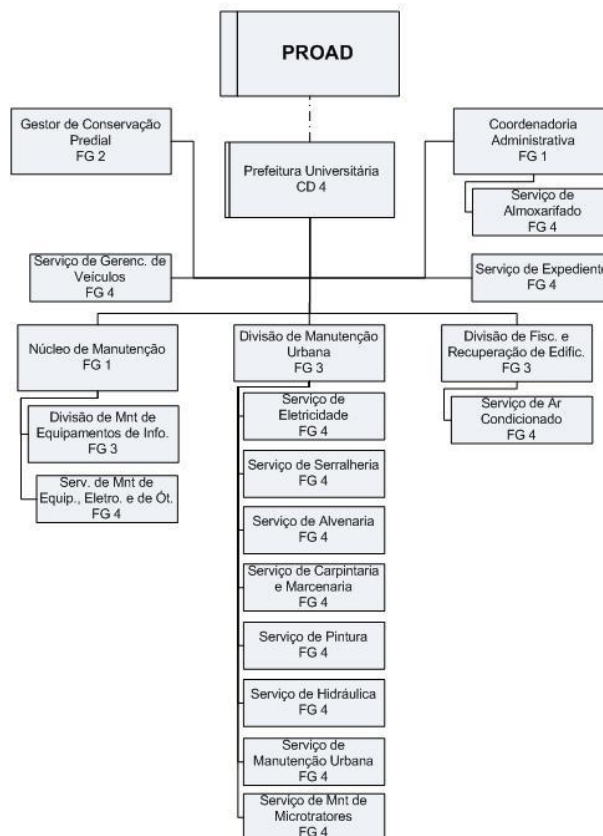
1.3.2.8.3.13.2 Atividades do Departamento de Segurança (DESEG)

Elaborar as escalas de serviço, férias e licenças especiais;
Emitir as ordens às equipes de serviço;
Controlar a frequência;
Encaminhar equipamentos e viaturas para manutenção;
Fazer pedidos de materiais, uniformes e equipamentos para o pessoal;
Dar conhecimentos aos Diretores das Unidades Acadêmicas e Administrativas sobre as ocorrências verificadas no âmbito da sua jurisdição;
Fazer convocação extra de vigilantes quando houver necessidade;
Dar conhecimento à Direção do Departamento de Segurança Física e patrimonial (DESEG) e à Pró-Reitoria de Administração sobre quaisquer mudanças nas normas pré-estabelecidas;
Executar outras atividades inerentes à área ou que venham a ser delegadas pela autoridade competente.

1.3.2.8.3.14 Prefeitura Universitária (PU)

1.3.2.8.3.14.1 Organograma da Prefeitura Universitária

Estrutura Organizacional da Pró-Reitoria de Administração – Prefeitura Universitária



1.3.2.8.3.14.2 Atividades da Prefeitura Universitária

Coordenar a manutenção e conservação do patrimônio da UFSC;
Coordenar e executar a manutenção de bens;
Executar e/ou administrar pequenos serviços nas instalações da UFSC;
Implantar, conservar e manter as áreas verdes e jardins do Campus;
Atender à comunidade universitária quando necessitem dos serviços da PU;
Despachar com o Coordenador de Apoio Administrativo;
Elencar prioridades para a PU;
Orientar seus subordinados quanto às metas a serem alcançadas;
Executar outras atividades inerentes à área ou que venham a ser delegadas pela autoridade competente;
Montar os processos de licitação referentes a serviços;
Solicitar à Procuradoria Federal, junto à UFSC, a prorrogação de contrato com terceiros em casos excepcionais;
Conferir os cálculos dos Termos Aditivos dos contratos de serviços terceirizados;
Encaminhar à Pró-Reitoria competente os Termos Aditivos aos contratos de serviços terceirizados da UFSC, quando conveniente;
Assinar as solicitações de notas de empenho e demandas de serviços de SEDEX;
Receber e expedir correspondências internas e externas;
Planejar e autorizar as férias dos servidores do DSG;

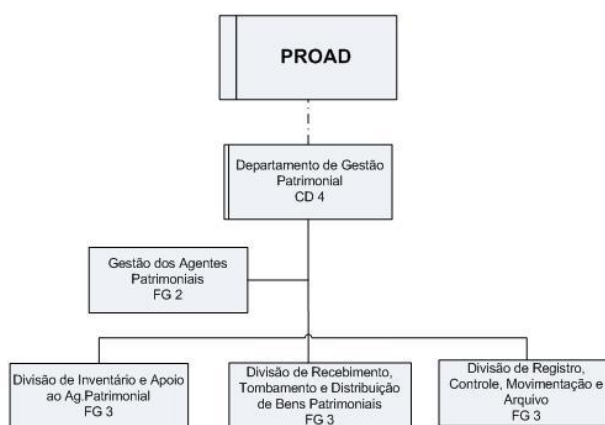
Avaliar o desempenho dos servidores do DSG no estágio probatório e na avaliação periódica de desempenho;

Executar outras atividades inerentes à área ou que venham a ser delegadas pela autoridade competente.

1.3.2.8.3.15 Departamento de Gestão Patrimonial

1.3.2.8.3.15.1 Organograma do Departamento de Gestão Patrimonial

Estrutura Organizacional da Pró-Reitoria de Administração – Departamento de Gestão Patrimonial



1.3.2.8.3.15.2 Atividades do Departamento de Gestão Patrimonial

Assessorar a PROAD em assuntos de sua área;

Coordenar as atividades relacionadas aos setores de sua estrutura;

Instruir processos para auxiliar a Administração em suas decisões;

Desenvolver estudos objetivando o aprimoramento e a racionalização da gestão patrimonial;

Manter atualizado o acervo normativo, prestar esclarecimentos e promover a divulgação de novas normas ou alterações nas já existentes;

Propor a implementação, atualização e adequação de normas internas e procedimentos administrativos inerentes à gestão patrimonial;

Providenciar a escala anual de férias dos servidores sob sua chefia;

Dirigir, orientar, supervisionar e avaliar a execução dos trabalhos de seus setores;

Baixar atos e ordens de serviços relativos o seu Departamento;

Promover estudos, reuniões e apresentar sugestões para aperfeiçoamento do sistema;

Apresentar os relatórios solicitados pelo Pró-Reitor de Administração;

Fazer cumprir as normas e orientações dos órgãos superiores da UFSC;

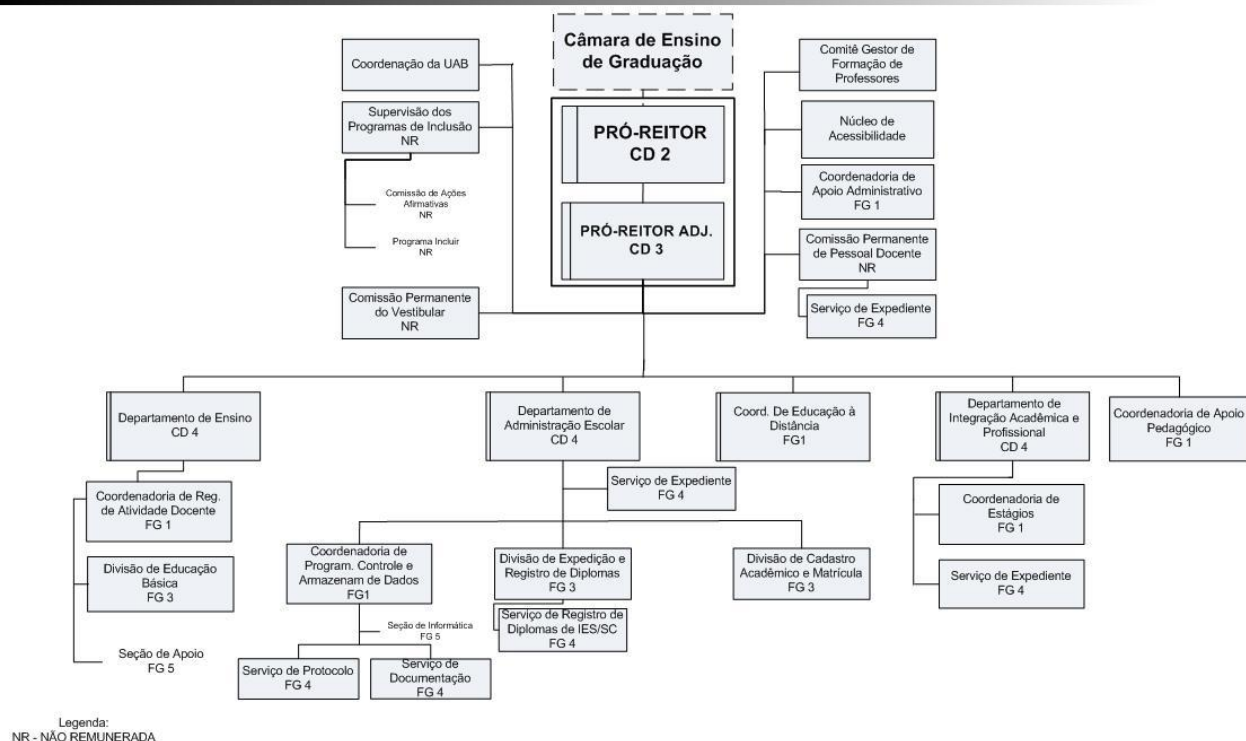
Indicar, ao Pró-Reitor de Administração, seu substituto eventual nas suas ausências ou impedimentos;

Executar outras atividades inerentes à área ou que venham a ser delegadas pela autoridade competente.

1.3.2.8.4 Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD)

1.3.2.8.4.1 Organograma da Pró-Reitoria de Graduação

Estrutura Organizacional da Pró-Reitoria de Graduação - PROGRAD



1.3.2.8.4.2 Compete à Pró-Reitoria de Graduação

Coordenar as ações inerentes à política de ensino de graduação, de ensino médio, fundamental e pré-escolar, definida pelo Conselho Universitário, zelando pelo cumprimento das normas pertinentes;

Promover intercâmbio com outras entidades nacionais, visando ao desenvolvimento do ensino de graduação e da educação básica;

Propor à autoridade competente a formalização de convênios a serem celebrados com outros organismos, quando relacionados à sua área de atuação, procedendo ao seu acompanhamento;

Coordenar o desenvolvimento das atividades de ensino, bem como do sistema de matrícula e de estágios curriculares na área de graduação;

Emitir parecer sobre a criação, expansão, modificação ou extinção de cursos de graduação;

Supervisionar a elaboração de processos de reconhecimento de cursos de graduação;

Supervisionar a avaliação e atualização de currículos e programas realizados pelos departamentos de ensino, bem como o aproveitamento acadêmico;

Lançar editais de fomento, relacionados à sua área de atuação;

Propor instrumentos para elaboração e atualização periódica de planos plurianuais de desenvolvimento dos cursos de graduação e de educação básica;

Convocar e presidir as reuniões da Câmara de Ensino de Graduação;

Propor à Câmara de Ensino de Graduação diretrizes de avaliação dos cursos de graduação;

Supervisionar os trabalhos da Comissão Permanente de Pessoal Docente, da Comissão Permanente do Vestibular, da Coordenação da Universidade Aberta do Brasil, do Comitê Gestor de Formação de Professores, do Programa das Ações Afirmativas e do Núcleo de Acessibilidade;

Coordenar os programas propostos pelo Ministério da Educação dirigidos à educação básica (Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência, Pró – Docência, Gestar, Programa Incluir, Pró- Letramento e outros programas federais);

Coordenar a gestão acadêmica do REUNI no campus sede e nos demais campi;

Acompanhar a elaboração e atualização dos projetos pedagógicos dos cursos de graduação, tanto na modalidade presencial quanto na modalidade a distância, em conjunto com a Câmara de Ensino de Graduação;

Representar a UFSC e a região Sul no Fórum das Licenciaturas, no Fórum de Pró-reitores da Graduação das Universidades Públicas junto à Associação Nacional dos Docentes das Instituições Federais de Ensino Superior e no Fórum Estadual de Formação de Professores do Ensino Básico;

Proceder à supervisão geral do processo seletivo para fins de matrícula inicial nos cursos de graduação;

Elaborar relatório sobre a realização do processo seletivo para fins de matrícula inicial nos cursos de graduação;

Desenvolver e manter atualizado o sistema de informações das atividades docentes;

Analisar e controlar a adequação do Planejamento e Acompanhamento da Atividades Docentes (PAAD), velando pela sua adequação à legislação e à política da Universidade;

Estimular a capacitação, em nível de pós-graduação, dos docentes;

Emitir parecer sobre as demandas dos docentes;

Desenvolver e coordenar o sistema Integrado de Espaço Físico da UFSC (SIEF);

Administrar o Espaço Físico Integrado (Bloco I);

Elaborar o calendário escolar dos cursos de graduação, submetendo-o à apreciação do Conselho Universitário;

Elaborar o catálogo informativo dos cursos de graduação, bem como outros materiais relacionados à sua área de competência;

Organizar um sistema informatizado de legislação e de normas da área de ensino;

Revisar periodicamente as normas de área de ensino, com vistas à sua atualização e adequação à legislação federal;

Propor normas destinadas a regulamentar procedimentos acadêmicos no âmbito da Universidade;

Coordenar e acompanhar as atividades de seus diretores e coordenadores;

Gerenciar os recursos financeiros;

Emitir portarias e outros atos administrativos que se façam necessários à consecução das atividades da respectiva área;

Executar outras atividades inerentes à área ou que venham a ser delegadas pelo reitor.

1.3.2.8.4.3 Departamento de Administração Escolar (DAE)

1.3.2.8.4.3.1 Competências do Departamento de Administração Escolar

Responsabilizar-se pela documentação escolar que entra na instituição e que instruem processos administrativos inerentes aos pedidos de matrícula inicial, renovação de matrícula, requerimentos de transferências, retornos, emissão e registro de diplomas de graduação, revalidação e reconhecimento de cursos de graduação e pós-graduação conferindo-lhe autenticidade após minuciosa análise documental;

Produzir, registrar e emitir documentação escolar com fé pública;

Prestar assessorias internas nos processos de capacitação promovidos pelo setor de Gestão de Pessoas através de cursos modulares destinados aos servidores ligados à administração escolar, como também de maneira informal e rotineira vem acolhendo e orientando aos novos servidores lotados nos campi mediante visitas, fazendo-lhes compreender a importância dos serviços relacionados à administração escolar da UFSC;

Dar assessoria externa direta às faculdades e institutos não universitários do Estado de Santa Catarina sobre a administração escolar e a instrução de processos que recebe na condição de instituição delegada pelo MEC para registros de diplomas de graduação e pós-graduação;
Prestar informações institucionais aos conselhos regionais de registros profissionais relacionados aos egressos da UFSC, bem como subsidia informações à justiça federal de Santa Catarina nos casos em que a UFSC é intimada por fazer ou deixar de fazer atos discricionários à luz das decisões ou sentenças judiciais, através da Procuradoria Federal e órgão de execução junto à UFSC.

1.3.2.8.4.3.2 Serviços de Expediente do Departamento de Administração Escolar

Atendimento ao público em geral pessoalmente e por mídia disponível;
Agendamento de reuniões convocadas pela direção e chefias;
Emitir e receber correspondências (ofícios, memorandos, circulares, portarias, etc.), declarações, atestados, certidões, pareceres, editais e demais documentos escolares da competência do DAE, registrando suas entradas e saídas;
Encaminhar correspondência oficial registrada para ciência dos pareceres relativos aos processos administrativos;
Reproduzir cópias de documentos oficiais aos requerentes emprestando-lhes fé pública;
Auxiliar as chefias no controle da frequência dos servidores e colaboradores terceirizados e proceder todos os atos RH relacionados aos servidores lotados no DAE;
Responder pela frequência e tarefas dos servidores terceirizados mantendo a direção informada sobre as alterações ocorridas;
Encaminhamento diário do malote ao DMSG e recolhimento dos expedientes destinados ao DAE;
Solicitação de serviços e material de consumo para o melhoramento e manutenção do prédio e equipamentos do DAE junto aos serviços de infraestrutura da UFSC, inclusive manter atualizados os carimbos utilizados pelas chefias e direção na chancela dos documentos expedidos;
Zelar pela atualização cadastral e uso do material permanente e patrimonial da instituição que se encontra a disposição do DAE;
Promover a divulgação e as informações de interesse dos serviços e servidores do DAE;
Receber e encaminhar ao Serviço de Protocolo os requerimentos de registro de diplomas de outras IES do Estado de Santa Catarina;
Auxiliar quando necessário os Serviços de Protocolo na execução das tarefas e atendimento aos requerentes;

1.3.2.8.4.3.3 Coordenadoria de Programação, Controle e Armazenamento de Dados-CPCAD

Atendimento ao público (alunos, ex-alunos, professores, servidores, outras instituições e comunidade em geral nos assuntos relacionados à administração escolar da UFSC e banco de dados);
Elaboração da proposta do calendário escolar da graduação para a composição do calendário acadêmico da UFSC contemplando todas as atividades escolares com vistas ao planejamento do ano letivo;
Análise e informações relacionadas aos processos administrativos;
Responder a consultas relacionadas à administração acadêmica, formuladas pelos diversos setores da sociedade ou organizações;
Coleta e alimentação de dados estatísticos para informações oficiais tendo como fonte principal o CAGr – Sistema Acadêmico de Graduação, direcionando-os à sociedade em geral, coordenadorias e outros órgãos da UFSC, bem como ao Censo/MEC, Ping-IFES, Relatórios Gestão, etc.;
Coordenar e Orientar os serviços dos setores sob sua coordenação.

1.3.2.8.4.3.3.1 Serviço de Protocolo (CPCAD)

Atendimento ao público (alunos, ex-alunos, professores, servidores, outras IES ou organizações e comunidade em geral);

Abertura de processos administrativos e requerimentos em geral, análise documental, instrução, montagem, protocolização, destinação e encaminhamento, tais como: Emissão e registro de diploma, transferências, retornos, cancelamentos de cursos, mobilidade acadêmica, intercâmbio, revalidações, validações de estudos, integralização curricular, quebra de pré-requisitos, e outros;

Auxiliar quando necessário os demais setores do departamento;

1.3.2.8.4.3.3.2 Serviço de Documentação (CPCAD)

Atendimento ao público (alunos, ex-alunos, servidores, professores, outras instituições e comunidade em geral);

Promover a abertura de pastas individuais dos alunos a partir dos documentos produzidos na relação com a UFSC;

Arquivar e zelar pela guarda e manutenção dos documentos escolares individuais e coletivos exigidos ou produzidos pela relação do estudante com a UFSC: transferência, retorno, validação, prorrogações de prazos, trancamentos, quebra de pré-requisitos, processos administrativos em geral, etc;

Instrução dos processos para a emissão e registro dos diplomas a partir dos dossiês individuais dos graduandos;

Arquivamento e guarda permanente dos processos de colação de grau, como indicativo do registro efetuado;

Arquivamento e guarda permanente dos processos que ensejaram os registros dos pós-graduados e dos especialistas da pós-graduação;

Arquivamento e guarda permanente dos processos de revalidação dos diplomas expedidos por instituições estrangeiras;

Promover a triagem das pastas individuais migrando-as dos arquivos correntes para os inativos, por status para posterior remessa à digitalização;

Promover triagem dos arquivos transitórios para a microfilmagem ou digitalização;

Arquivar os expedientes recebidos das coordenadorias de cursos e departamentos de ensino;

Auxiliar quando necessário os demais setores do departamento;

1.3.2.8.4.3.4 Divisão de Cadastro Acadêmico e Matrícula (DICAM)

Atendimento ao público: Alunos dos cursos presenciais, EAD, professores, chefes de departamentos, coordenadores, servidores de coordenadorias e departamentos, instituições, comunidade em geral e multimídia;

Planejar e coordenar com outros setores o processo de matrícula inicial de calouros de graduação cujas ações consistem na orientação através de normas e procedimentos impressos e explicações todas outras no sentido do gerenciamento da matrícula dos calouros. Fornecer os formulários necessários ao procedimento e, apoiar e auxiliar as secretarias dos cursos em todo o ato da matrícula inicial;

Planejar e coordenar a realização da renovação da matrícula dos veteranos alunos de graduação controlando e acompanhando o desenvolvimento do procedimento;

Realizar o levantamento das vagas dos desistentes à matrícula inicial promovendo a chamada e convocação dos substitutos para a recomposição do quadro de vagas oferecido no vestibular. Levantamento feito pela análise dos relatórios dos não participantes da matrícula inicial, desistentes e infrequentes visando a publicação do edital de vagas dos candidatos da lista de espera do vestibular;

Convocar os vestibulandos aprovados nas sucessivas chamadas para matrícula cujas ações consistem em divulgar amplamente através da Agecom/UFSC e editais de convocação para matrícula inicial, como também através de comunicação oficial pelos correios mediante emissão de telegramas ao domicílio do candidato;

Efetuar a matrícula inicial dos candidatos convocados para matrícula em chamadas subsequentes, recebendo e conferindo a documentação exigida e correspondente em cada categoria de classificados;

Receber e conferir a documentação para matrícula dos estudantes estrangeiros classificados no PEC-G e outros acordos culturais mantidos pela UFSC com outras instituições ou países;

Instruir os processos administrativos dos alunos de graduação subsidiando as decisões dos órgãos colegiados e coordenadorias de cursos.

1.3.2.8.4.4 Departamento de Ensino (DEN)

1.3.2.8.4.4.1 Competências do Departamento de Ensino

Coordenar as atividades de ensino de graduação e de educação básica;

Implementar e desenvolver políticas e programas referentes às atividades de ensino em conjunto com as outras Pró-reitorias;

Propor ações voltadas à melhoria permanente da qualidade do ensino de graduação e do ensino básico;

Coordenar a elaboração do projeto pedagógico da Universidade no que se refere ao ensino de graduação, promovendo a sua implementação;

Fornecer subsídios para a elaboração dos planos pedagógicos dos cursos;

Analisar as propostas curriculares dos cursos de graduação;

Emitir pareceres sobre propostas de criação de novos cursos;

Supervisionar a área pedagógica dos campi UFSC;

Elaborar o catálogo dos cursos de graduação;

Participar da elaboração e alteração de legislação pertinente ao ensino de graduação da UFSC;

Analisar e controlar a adequação do Planejamento e Acompanhamento de Atividades Docentes (PAAD);

Emitir pareceres sobre a demanda de docentes;

Gerenciar os programas de apoio ao Ensino de Graduação e Educação Básica;

Coordenar a execução das ações relativas à política de Educação Básica e zelar pelo cumprimento das normas pertinentes;

Analisar e acompanhar os planos individuais e coletivos de trabalho dos docentes vinculados à Educação Básica;

Assessorar os gestores acadêmicos, comissões e grupos de trabalho em procedimentos administrativos e no desenvolvimento de programas e projetos voltados para os cursos de graduação e educação básica;

Propor e coordenar as formas de acesso aos cursos de graduação e de educação básica, a programas de bolsas acadêmicas de graduação e estágios curriculares;

Registrar e gerenciar as atividades de planejamento acadêmico, as informações e dados relativos à graduação e educação básica, bem como expedir documentos diversos;

Propor instrumentos para a elaboração e atualização periódica de planos plurianuais de desenvolvimento dos cursos de graduação e da educação básica;

Elaborar portarias de Estágio Probatório dos docentes de ensino superior, do Colégio de Aplicação e do Núcleo de Desenvolvimento Infantil da UFSC;

Analisar os pedidos de contratação e/ou renovação de professores substitutos para o ensino superior, Colégio de Aplicação e para o Núcleo de Desenvolvimento Infantil da UFSC;

Analisar os pedidos de abertura de concurso público para docentes efetivos e controle da ocupação de vagas do REUNI e de docentes do quadro de equivalentes de ensino superior;
 Emitir pareceres a respeito da abertura de concursos públicos e contratação de professores efetivos, visitantes e substitutos;
 Analisar e gerenciar os pedidos de alteração de lotação dos docentes de ensino superior;
 Analisar e gerenciar os pedidos de redistribuição de professores;
 Atualizar o controle de docentes de ensino superior, onde constam todos os que se encontram na ativa e um controle de saída por ano, através do qual o DEN faz o controle de ocupação das vagas;
 Atualizar os dados referentes aos docentes quanto ao regime, titulação e classe de magistério;
 Cadastrar os professores voluntários da UFSC;
 Elaborar portarias de alteração de Regime de Trabalho dos docentes de ensino superior;
 Atender aos Diretores de Centro, Chefes de Departamento, Coordenadores de Curso e professores com relação às resoluções de graduação e educação básica;
 Mediar conflitos entre departamentos, cursos e professores;
 Analisar os Projetos Pedagógicos à luz da legislação do MEC, Diretrizes Curriculares Nacionais e Resolução 17/CuN/97 que regulamenta os cursos de Graduação da UFSC para efeito de criação de cursos, emitindo pareceres antes de serem encaminhados à Câmara de Ensino de Graduação (CEG);
 Analisar os pedidos de novas matrizes curriculares e/ou pequenas alterações curriculares;
 Elaborar portarias para adaptação das matrizes curriculares dos novos cursos e cursos já existentes, presenciais e a distância (EaD), de acordo com os projetos pedagógicos, ao Sistema de Controle Acadêmico de Graduação CAGR/SETIC da UFSC; para alterações curriculares: inclusão ou exclusão de disciplinas nos currículos, remanejamento de disciplinas, alteração de pré-requisitos, equivalências, etc.; para codificação de disciplinas para inclusão nos currículos dos cursos de graduação;
 Assessorar principalmente aos Coordenadores dos Cursos de Graduação com relação à Resolução 017/CUn/97 - Regulamento dos Cursos de Graduação da UFSC e DCNs- Diretrizes curriculares Nacionais;
 Acompanhar a estruturação e o funcionamento dos Núcleos Docentes Estruturantes de cada curso;
 Acompanhar, orientar e definir estratégias quanto à realização do ENADE (Exame Nacional de desempenho de Estudantes) e seus resultados;
 Realizar estudo comparativo entre a atual situação dos currículos dos cursos da UFSC visando adequá-los às Diretrizes Curriculares Nacionais;
 Elaborar e atualizar os dados referentes aos cursos de graduação da UFSC (projetos pedagógicos, DCNs, atividades complementares, currículos, entre outros);
 Realizar cadastro para atribuição de senha de acesso aos responsáveis pela elaboração do PAAD nos Departamentos de Ensino da UFSC;
 Informar a diferentes órgãos, quando solicitado, sobre os dados referentes ao corpo docente da UFSC;
 Ler o Diário Oficial para verificar informações relativas aos docentes da UFSC, reconhecimento de cursos, trocas de cargos, etc.

1.3.2.8.4.5 Departamento de Integração Acadêmica e Profissional (DIP)

1.3.2.8.4.5.1 Competências do Departamento de Integração Acadêmica e Profissional

Coordenar as atividades de estágio junto aos órgãos internos e externos à UFSC;
 Gerenciar a distribuição de recursos entre as Coordenadorias de Estágios;
 Elaborar propostas de alteração do regulamento de estágios e monitoria;
 Apoiar as Coordenadorias de Estágios na obtenção e divulgação de oportunidades de estágios e programas de ensino cooperativo;

Analisar e firmar convênios para estágio direto com concedente, via agente de integração e internacional;

Treinar bolsistas (estagiários) que atuam nas Coordenadorias de Estágio de Cursos para utilização do SIARE (Sistema de Inscrição, Acompanhamento e Registro de Estágio);

Atualizar e gerenciar o SIARE em conjunto com o SETIC;

Manter e gerenciar o sistema de bolsas de estágio;

Presidir a Comissão do Programa Institucional de Bolsa de Estágio (PIBE), para a distribuição das bolsas de estágio da UFSC nos campos de estágio da instituição;

Participar no Fórum Estadual de Estágios, como representante institucional;

Participar na comissão de intercâmbio acadêmico, em conjunto com a SINTER;

Representar a UFSC junto à seguradora contratada para informação mensal da listagem de alunos segurados;

Gerenciar os programas de bolsa de estágio e de monitoria da UFSC, com atendimento ao público, emissão de certificados, suporte técnico e legal aos coordenadores de estágio de curso;

Analisar os PPC's da UFSC para orientação e adequação dos mesmos à legislação de estágio vigente;

Gerenciar os programas de egressos e do Programa de Educação Tutorial (PET) da UFSC;

Acompanhar e avaliar os estágios.

1.3.2.8.4.6 Coordenadoria de Apoio Pedagógico (CAP)

1.3.2.8.4.6.1 Competências da Coordenadoria de Apoio Pedagógico

Propor, implementar e garantir a efetividade de ações de apoio pedagógico, amparado por um trabalho democrático não somente dentro da Coordenadoria, mas em integração com diversos outros setores da UFSC;

Elaborar propostas para reformulação e transição das atividades consideradas inadequadas de serem realizadas pela CAP/PROGRAD;

Planejar as atividades consideradas relevantes à CAP/PROGRAD em consonância com os objetivos da Coordenação;

Realizar estudos de experiências de programas de apoio pedagógico;

Elencar métodos e metodologias que poderão ser usados nos estudos de evasão e retenção na UFSC;

Elaborar pesquisa de avaliação semestral com os graduandos de todos os cursos de graduação presencial da UFSC;

Analisar semestralmente os dados de reprovação, evasão e retenção no CAGR em todos os cursos de graduação presencial de todos os campi da UFSC;

Oferecer apoio pedagógico aos discentes de graduação através do Programa do REUNI;

Atender ao público presencial, telefônico e via internet, para informações referentes às bolsas REUNI;

Orientar os coordenadores e professores de programas de Pós-graduação acerca do Programa de Apoio Pedagógico com bolsistas REUNI;

Coordenar as atividades dos bolsistas REUNI (de Pós-graduação) junto aos cursos de graduação da UFSC;

Elencar disciplinas passíveis de terem alocação de bolsista REUNI (consideravam-se disciplinas com reprovação igual ou superior a 30% das matrículas), a partir da análise de dados de reprovação, evasão e retenção no CAGR e da análise dos dados da pesquisa de avaliação discente;

Orientar os bolsistas REUNI acerca do programa e da documentação necessária;

Receber e analisar os relatórios dos bolsistas REUNI;

Coordenar o programa de formação continuada – PROFOR e o sistema Moodle para incentivo de ações de inovação no ensino;

Atender ao público, presencial, telefônico e via internet, dos docentes que realizam e ministram cursos no PROFOR;

Realizar a inscrição dos participantes nos cursos do PROFOR;

Executar as atividades referentes aos cursos do PROFOR (reserva de salas, equipamentos etc.);

Fazer a certificação dos participantes nos cursos do PROFOR, a partir das listas de presença dos cursos;

Validar as atividades realizadas em outras instituições como atividades PROFOR;

Organizar minicursos e estandes da PROGRAD em eventos internos e externos à UFSC, com a preparação do material para divulgação dos cursos de graduação da UFSC e de atividades da PROGRAD;

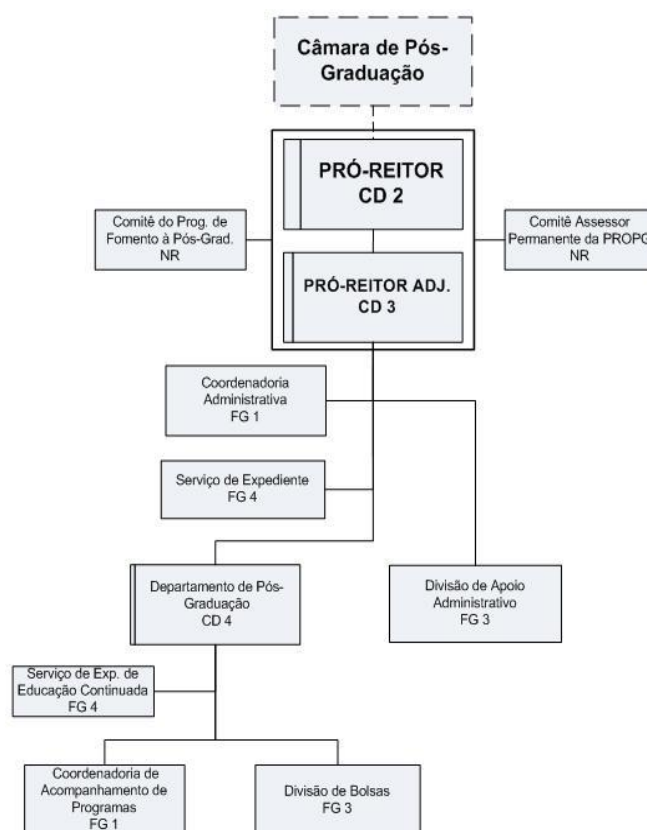
Elaborar, confeccionar e distribuir folders da PROGRAD;

Realizar a manutenção do website da Pró-Reitoria de Graduação e do PROFOR;

1.3.2.8.5 Pró-Reitoria de Pós-Graduação

1.3.2.8.5.1 Organograma da Pró-Reitoria de Pós-Graduação (PROPG)

Estrutura Organizacional da Pró-Reitoria de Pós-Graduação - PROPG



1.3.2.8.5.2 Compete à Pró-Reitoria de Pós-Graduação

Coordenar a execução das ações inerentes à política de ensino de pós-graduação da Universidade, definida pelo Conselho Universitário, zelando pelo cumprimento das normas pertinentes;

Planejar, coordenar e avaliar os planos de atividades da área de ensino de pós-graduação;

Zelar pela observância de critérios objetivos e impessoais nos procedimentos destinados a selecionar os alunos de pós-graduação;

Zelar pela observância de critérios objetivos e impessoais no credenciamento, credenciamento e descredenciamento de docentes, nos programas de pós-graduação;

Expedir recomendações aos coordenadores de programas de pós-graduação no que tange ao emprego dos recursos por estes diretamente geridos, oriundos de órgãos e entidades de fomento;
Promover a integração das atividades de ensino de pós-graduação com o sistema de avaliação de rendimento escolar, de dissertações e de teses;
Emitir parecer sobre a criação, expansão, modificação ou extinção de cursos de pós-graduação;
Elaborar processos de credenciamento de novos cursos de pós-graduação;
Programar e efetivar a capacitação, em nível de pós-graduação, do corpo docente da Universidade;
Manter intercâmbio com outras entidades, visando ao desenvolvimento da pós-graduação;
Propor à autoridade competente a formalização de convênios com outras entidades, quando relacionados à sua área de atuação, acompanhando sua execução;
Coordenar a elaboração do catálogo e de outros materiais ou publicações dos cursos relacionados à sua área de competência;
Convocar e presidir as reuniões da Câmara de Pós-Graduação;
Propor instrumentos para elaboração e atualização de planos plurianuais de desenvolvimento de cursos de pós-graduação;
Representar a UFSC nos Fóruns de Pró-Reitores de Pós-Graduação;
Emitir portarias e outros atos administrativos que se façam necessários à consecução das atividades da respectiva área;
Executar outras atividades inerentes à área ou que venham a ser delegadas pelo reitor.

1.3.2.8.5.3 Compete ao Pró-Reitor Adjunto de Pós-Graduação

Substituir a Pró-Reitora em suas faltas e impedimentos;
Assessorar a Pró-Reitora na formulação e a implementação de políticas para a pós-graduação e as atividades dos órgãos executores associados;
Instruir processos que são submetidos à consideração da Pró-Reitora;
Fazer cumprir a legislação da pós-graduação junto a Câmara de Pós-Graduação, Programas de Pós-Graduação *stricto sensu*, Centros, Departamentos e Órgãos Suplementares;
Assessorar os gestores acadêmicos, comissões e grupos de trabalho em procedimentos administrativos e no desenvolvimento de programas e projetos dos cursos de pós-graduação;
Supervisionar o desenvolvimento dos Programas de pós-graduação e das ações de educação continuada;
Coordenar os programas de bolsas acadêmicas e a mobilidade estudantil, no âmbito da pós-graduação;
Propor à autoridade competente a formalização de convênios a serem celebrados com outros organismos, quando relacionados à sua área de atuação, procedendo ao seu acompanhamento;
Registrar e gerenciar as atividades de planejamento acadêmico, as informações e os dados relativos à pós-graduação, bem como expedir documentos diversos;
Propor instrumentos para a elaboração e atualização periódica de planos plurianuais de desenvolvimento dos programas de pós-graduação *stricto sensu* e das ações de educação continuada;
Presidir as reuniões da Câmara de Pós-Graduação e dos Comitês de Gestão de Recursos e representar a Pró-Reitoria no Conselho Universitário, nas faltas e impedimentos da Pró-Reitora;
Atuar em conjunto com outras Pró-Reitorias ou Secretarias e ao Gabinete da Reitora para solução de problemas e encaminhamento de ações;
Acompanhar as atividades desenvolvidas no Departamento de Pós-graduação, analisando e dando encaminhamento às ações;
Supervisionar e apoiar a elaboração dos relatórios para avaliação pela CAPES (treinamento de bolsistas de apoio em Grupos Tarefas no preenchimento dos relatórios Coleta/CAPES);
Supervisionar o controle acadêmico da Pós-Graduação (acompanhamento dos programas por meio do Controle Acadêmico da Pós-Graduação – CAPG);

Executar outras atividades inerentes à área ou que venham a ser delegadas pela Reitora e/ou pela Pró-Reitora;

Assessorar a elaboração do relatório anual de atividades de Pós-Graduação da UFSC;

Supervisionar a elaboração de parecer técnico para subsidiar a análise dos processos de reconhecimento interno de diplomas de Mestre e Doutor emitidos por IES brasileiras obtidos por servidores docentes e técnico-administrativos da UFSC;

Supervisionar as ações de cooperação internacional (registro dos acordos de cooperação internacional e sistematização de dados, registro dos convênios de co-tutela e bolsas PDSE);

Supervisionar a elaboração de parecer técnico de projetos de criação de Programas de Pós-Graduação (auxílio aos Programas na criação de novos cursos e de cursos conveniados; análise dos projetos e seu encaminhamento à Câmara de Pós-Graduação e à CAPES para apreciação) para subsidiar a decisão da Câmara de Pós-Graduação;

Supervisionar a análise e registro dos processos iniciais e finais de estágio pós-doutoral;

Supervisionar o controle dos Regimentos e Normas de Credenciamento dos Programas (Regimentos Internos dos Programas, Normas de Credenciamento dos Docentes, Monitoramento do Credenciamento e Recredenciamento dos Professores);

Supervisionar o mapeamento e acompanhamento do desenrolar dos cursos de especialização na UFSC; inclusão e acompanhamento dos dados dos cursos de especialização no CAPG;

Supervisionar a elaboração de parecer técnico dos projetos de criação de cursos de especialização para subsidiar a decisão da Câmara de Pós-Graduação;

Supervisionar a análise dos relatórios finais e dos processos de emissão de certificados de especialização quanto à instrução e documentos anexados e encaminhamento ao DAE para registro.

1.3.2.8.5.4 Compete ao Diretor do Departamento de Pós-Graduação

Substituir a Pró-Reitora e seu Adjunto em suas faltas e impedimentos;

Coordenar ações para busca de recursos em Projetos Institucionais (Pró-Equipamentos, PNPD, PROCAD,...);

Supervisionar e acompanhar a aplicação dos recursos PROAP/CAPES pelos Programas (controle do orçamento dos Programas, elaboração de relatórios e prestação de contas dos recursos);

Supervisionar a gestão dos recursos do orçamento da UFSC (controle da aplicação dos recursos dos duodécimos);

Supervisionar os processos de licitações, dispensas e inexigibilidade para compras e serviços de terceiros;

Supervisionar e aprovar a liberação de diárias e passagens no Sistema SCDP;

Supervisionar a gestão dos pedidos de compras e serviços (encaminhamento dos pedidos de compras de material de consumo e material permanente, elaboração dos processos para dispensa ou para licitação, pedidos de passagens, diárias e despesas de estadia, pedidos de serviços de terceiros advindos dos Programas);

Supervisionar e aprovar a emissão de passagens para membros de Bancas Examinadoras de Doutorado;

Supervisionar as solicitações e acompanhar a implementação de bolsas PDSE no exterior;

Supervisionar a produção de dados financeiros da pós-graduação para atender às auditorias internas e externas;

Supervisionar a implementação, a suspensão e o cancelamento de bolsas de mestrado e doutorado PROAP e REUNI das quotas dos Programas;

Assessorar o Comitê de Planejamento e Gerência dos Recursos PROAP/CAPES;

Elaborar o relatório anual de atividades do Departamento de Pós-Graduação;

Executar outras atividades inerentes à área ou que venham a ser delegadas pela Reitora e/ou pela Pró-Reitora.

1.3.2.8.5.5 Compete à Coordenadoria Administrativa da PROPG

Instruir os processos submetidos à Pró-Reitoria;
Assessorar os Pró-reitores nos assuntos pertinentes;
Gerenciar as agendas dos Pró-Reitores;
Atuar como interveniente nas relações internas dos setores da PROPG;
Encaminhar os processos a pedido dos Pró-Reitores e Diretor do Departamento de Pós-Graduação;
Divulgar as decisões dos Pró-Reitores no âmbito da PROPG e aos demais interessados da comunidade universitária;
Supervisionar e acompanhar os processos de reconhecimento de diplomas de Mestre e Doutor emitidos por instituições estrangeiras (instrução processual e listagem dos documentos a serem anexados);
Superintender as reuniões da Câmara de Pós-Graduação e dos Comitês Assessores;
Elaborar o relatório anual da Coordenadoria Administrativa da PROPG;
Executar outras atividades inerentes à área ou que venham a ser delegadas pela autoridade superior.

1.3.2.8.5.6 Compete à Coordenadora de Acompanhamento de Programas

Providenciar dados acadêmicos da pós-graduação *stricto sensu* para atender às auditorias internas e externas;
Elaborar o relatório anual de atividades da Coordenadoria de Acompanhamento de Programas;
Elaborar parecer técnico para subsidiar a análise dos processos de reconhecimento interno de diplomas de Mestre e Doutor emitidos por IES brasileiras obtidos por servidores docentes e técnico-administrativos da UFSC;
Analisar e registrar as ações de cooperação internacional (registro dos acordos de cooperação internacional e sistematização de dados, análise e registro dos convênios de cotutela);
Elaborar parecer técnico nos projetos de criação de Programas de Pós-Graduação (auxílio aos Programas na criação de novos cursos e de cursos conveniados; análise dos projetos e seu encaminhamento à Câmara de Pós-Graduação e à CAPES para apreciação) para subsidiar a decisão da Câmara de Pós-Graduação;
Executar o controle dos Regimentos, Áreas de Concentração e Normas de Credenciamento dos Programas (Regimentos Internos dos Programas, Áreas de Concentração, Normas de Credenciamento dos Docentes, Monitoramento das alterações);
Atender os professores e os técnicos-administrativos envolvidos nos Programas de Pós-Graduação *stricto sensu*;
Apoiar a elaboração dos relatórios para avaliação pela CAPES (treinamento de bolsistas de apoio em Grupos Tarefas, aos servidores técnico-administrativos e coordenadores de programas, bem como suporte aos Programas no preenchimento dos relatórios Coleta/CAPES);
Executar o controle acadêmico da Pós-Graduação (acompanhamento dos programas por meio do Controle Acadêmico da Pós-Graduação – CAPG, treinamento e a prestação de auxílio aos coordenadores, secretários e bolsistas dos programas de pós-graduação na utilização do CAPG);
Aperfeiçoar o sistema de controle acadêmico da Pós-Graduação bem como elaborar e manter atualizados os manuais de utilização;
Assessorar a Presidência da Câmara de Pós-Graduação nos assuntos pertinentes à Pós-Graduação *stricto sensu*;
Executar outras atividades inerentes à área ou que venham a ser delegadas pela autoridade superior.

1.3.2.8.5.7 Compete ao Chefe de Educação Continuada

Acompanhar, controlar e assessorar a criação dos cursos de Pós-Graduação *lato sensu* (especialização, aperfeiçoamento e estudos de aprofundamento) na UFSC (incluindo o controle da carga horária dos docentes, e cadastro inicial dos cursos no CAPG);

Gerenciar os programas institucionais de bolsas pós-doutorado (PNPD/CAPES, Pós-Doc REUNI/UFSC etc.);

Elaborar parecer técnico para os projetos de criação de cursos de Pós-Graduação *lato sensu* para subsidiar a decisão da Câmara de Pós-Graduação;

Analisar e emitir parecer dos relatórios finais para viabilizar a emissão de certificados de cursos de Pós-Graduação *lato sensu* e encaminhamento ao DAE para registro;

Analisar os processos de emissão de segunda via de certificados de cursos de Pós-Graduação *lato sensu* não inseridos no CAPG;

Elaborar o relatório anual de atividades da Divisão de Educação Continuada;

Elaborar o Plano Institucional de Capacitação Docente a partir dos Planos Departamentais de Capacitação Docente;

Executar a produção de dados da Pós-graduação *lato sensu* para atendimento das demandas das auditorias internas e externas;

Elaborar parecer técnico nos processos de reconhecimento interno de certificados de cursos de pós-Graduação *lato sensu* obtidos por servidores docentes e técnico-administrativos da UFSC;

Atender os professores e os técnico-administrativos envolvidos nos cursos de especialização;

Executar o controle acadêmico dos Cursos de Pós-Graduação *lato sensu* (acompanhamento dos cursos de pós-graduação *lato sensu*, por meio do Controle Acadêmico da Pós-Graduação – CAPG, treinamento e a prestação de auxílio aos coordenadores dos cursos na utilização do CAPG);

Adequar e aperfeiçoar o sistema de controle acadêmico da Pós-Graduação para os cursos de pós-graduação *lato sensu*, bem como a elaboração e a atualização dos manuais de utilização;

Aperfeiçoar a elaboração de planilhas de controles internos dos cursos de pós-graduação *lato sensu*;

Atualizar as informações referentes à Coordenadoria de Educação Continuada no site da PROPG;

Assessorar a Presidência da Câmara de Pós-Graduação nos assuntos pertinentes à Pós-Graduação *lato sensu*;

Executar outras atividades inerentes à área ou que venham a ser delegadas pela autoridade superior.

1.3.2.8.5.8 Compete ao Chefe da Divisão de Bolsas de Pós-Graduação

Implementar, suspender e cancelar bolsas DS/CAPES referentes às quotas dos Programas e da PROPG;

Implementar, suspender e cancelar bolsas REUNI referentes às quotas dos Programas;

Implementar, suspender e cancelar bolsas de pós-doutorado REUNI, bem como elaborar folha de pagamento e respectiva prestação de contas; implementar, suspender, acompanhar e cancelar bolsas PEC/PG (CAPES e CNPq) e MCT/Moçambique/CNPq;

Analisar e encaminhar a documentação necessária para implementação de bolsas PDSE no exterior, para posterior homologação da PROPG;

Manter atualizados bancos de dados e arquivos referente às bolsas DS/CAPES e REUNI (digitais e físicos);

Atender estudantes, professores e servidores técnico-administrativos vinculados aos Programas de pós-graduação;

Executar outras atividades inerentes à área ou que venham a ser delegadas pela autoridade superior.

1.3.2.8.5.9 Compete ao Chefe de Expediente da PROPG

Receber e encaminhar correspondências, processos, solicitações e demais documentações (físicas e digitais);

Encaminhar pedidos de remessas via Correios;

Encaminhar pedidos de confecção de chaves e carimbos vindos dos programas de pós-graduação;

Atender estudantes, professores, servidores e comunidade em geral para assuntos pertinentes à pós-graduação;

Solicitar materiais de almoxarifado para a PROPG;

Providenciar pedidos de manutenção da estrutura física da PROPG, quando necessários;

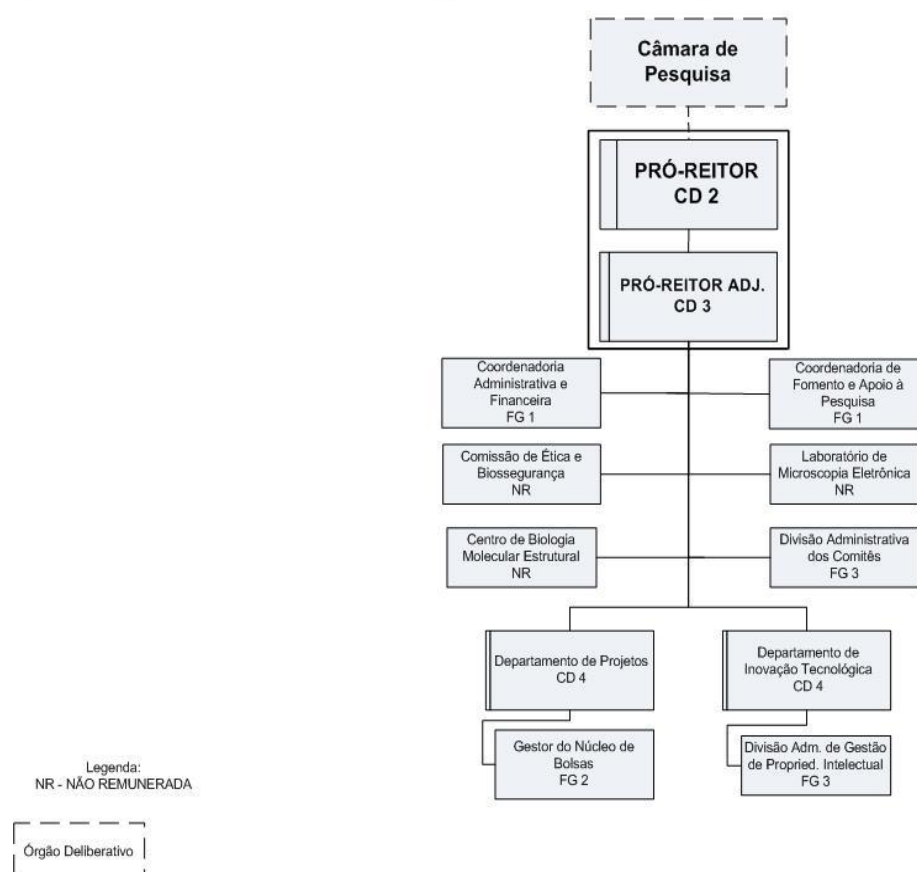
Gerenciar a utilização da sala de reuniões;

Executar outras atividades inerentes à área ou que venham a ser delegadas pela autoridade superior.

1.3.2.8.6 Pró-Reitoria de Pesquisa

1.3.2.8.6.1 Organograma da Pró-Reitoria de Pesquisa (PROPESQ)

Estrutura Organizacional da Pró-Reitoria de Pesquisa - PROPESQ



1.3.2.8.6.2 Compete à Pró-Reitoria de Pesquisa

Cumprir e fazer cumprir a legislação de pesquisa na Câmara de Pesquisa, nos Centros, nos Departamentos e nos Órgãos Suplementares;

Promover e apoiar as políticas institucionais relacionadas às atividades de pesquisa;

Coordenar a execução das ações inerentes à política de pesquisa da Universidade, definidas pelo Conselho Universitário, zelando pelo cumprimento das normas pertinentes;

Emitir pareceres, portarias e outros atos administrativos que se façam necessários à consecução das atividades de sua área de atuação;

Promover e apoiar atividades de fomento e apoio à pesquisa;

Propor à autoridade competente a formalização de convênios a serem celebrados com outros organismos, quando relacionados à sua área de atuação, procedendo ao seu acompanhamento;

Incentivar o desenvolvimento das atividades de pesquisa através de programas específicos ou da administração de programas externos;

Estimular, autorizar e supervisionar a execução de projetos de pesquisa científica e tecnológica, zelando pela sua regularidade e compatibilidade com o interesse público;

Estimular, autorizar e supervisionar a execução de projetos de administração de ciências e de transferência de tecnologia, zelando pela sua regularidade e compatibilidade com o interesse público;

Coordenar ações para a busca de recursos em projetos institucionais de pesquisa, inclusive no que tange à CT-INFRA, multiusuários, incubadoras, renúncia fiscal e descentralização de recursos;

Promover, coordenar e aperfeiçoar programas que fomentem pesquisas institucionais na Universidade;

Promover e apoiar o desenvolvimento de pesquisas individuais e coletivas, departamentais, interdepartamentais e interinstitucionais;

Acompanhar as negociações e emitir pareceres com relação a licenciamento ou realização de acordos, convênios ou contratos com terceiros, visando à exploração das tecnologias geradas na UFSC;

Exercer e fazer cumprir as disposições das resoluções da UFSC relativas à propriedade intelectual;

Emitir pareceres sobre a celebração de contratos e/ou convênios de pesquisa e desenvolvimento, no que se refere às cláusulas de propriedade intelectual no âmbito da UFSC, sempre que a instituição estiver direta e indiretamente envolvida;

Junto aos entes e órgãos nacionais e estrangeiros competentes, elaborar pedidos relacionados à propriedade intelectual e acompanhar a sua tramitação, se necessário com apoio profissional especializado;

Assinar contratos e termos de outorga referentes a projetos de pesquisa;

Convocar e presidir as reuniões da Câmara de Pesquisa;

Coordenar projetos de pesquisa institucionais;

Planejar, Coordenar e avaliar os planos de atividades da área de pesquisa;

Propor, coordenar e executar políticas públicas no âmbito do Departamento de Inovação Tecnológica e Social referentes às atividades artísticas, científicas e tecnológicas desenvolvidas e/ou criadas no âmbito da UFSC;

Coordenar o Comitê de Inovação da UFSC;

Propor e gerir o intercâmbio com outras entidades, visando ao desenvolvimento da pesquisa;

Contribuir para a concretização e o fortalecimento do papel social da UFSC na área da pesquisa;

Participar de órgãos colegiados, comissões e comitês referentes ao fomento científico e tecnológico;

Supervisionar, acompanhar e avaliar os programas institucionais PIBIC, PIBITI (CNPq)/BIP (UFSC), Jovens Talentos (CAPES) e demais afeitos à sua área de atuação, inclusive designando os respectivos comitês de seleção;

Supervisionar e acompanhar a gestão de programas de Iniciação Científica Junior, Iniciação Científica Mérito Universitário e demais programas correlatos na sua área de atuação;

Supervisionar a coleta, a organização e publicação dos dados da produção científica e técnica dos docentes e pesquisadores da UFSC;

Supervisionar a organização do sistema de registro, informação e divulgação de projetos de pesquisa da UFSC;

Supervisionar e coordenar as atividades dos Comitês Internos de Seleção e Avaliação dos programas de pesquisa;

Assessorar os docentes e pesquisadores da UFSC junto ao IBAMA/CGEN, no encaminhamento de pedidos de autorização vinculados às atividades de pesquisa;
Executar outras atividades inerentes à área ou que venham a ser delegadas pelo reitor.

1.3.2.8.6.3 Compete à Pró-Reitora Adjunta de Pesquisa

Substituir o Pró-Reitor em suas faltas e impedimentos;
Assessorar o Pró-Reitor nas políticas institucionais referentes às atividades de pesquisa;
Instruir processos que são submetidos à consideração do Pró-Reitor;
Supervisionar as atividades administração de pessoal e financeiro;
Supervisionar e coordenar as atividades dos fóruns de Pesquisa, quando realizado na UFSC;
Aprovar as liberações de diárias e passagens no sistema SCDP;
Aprovar projetos de pesquisa dos setores vinculados a Propesq, via Notes, quando necessário;
Coordenar e supervisionar as atividades da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia, Seminário de Iniciação Científica e SEPEX, em conjunto com demais unidades da UFSC;
Supervisionar o processo de compras do Funpesquisa;
Coordenar a elaboração de catálogos, folders e outras publicações com informações sobre a pesquisa;
Executar outras atividades inerentes à área ou que venham a ser delegadas pela autoridade superior.

1.3.2.8.6.4 Compete ao Departamento de Projetos de Pesquisa

Substituir o Pró-Reitor e seu Adjunto em suas faltas e impedimentos;
Coordenar projetos de Pesquisa institucionais;
Promover e apoiar as políticas institucionais referentes às atividades de Pesquisa;
Coordenar ações para busca de recursos em Projetos Institucionais (CT-INFRA, multiusuários, incubadoras, renúncia fiscal);
Supervisionar e acompanhar o FUNPESQUISA e o CT-INFRA;
Promover, coordenar e aperfeiçoar programas que fomentem Pesquisas institucionais na Universidade;
Participar do Comitê das Incubadoras;
Supervisionar sistema de informações sobre assuntos relacionados à Pesquisa;
Supervisionar os Órgãos vinculados a Pró-Reitoria de Pesquisa;
Executar outras atividades inerentes à área ou que venham a ser delegadas pela autoridade superior.

1.3.2.8.6.5 Compete ao Departamento de Fomento e Apoio à Pesquisa

Promover e apoiar atividades de fomento e apoio à Pesquisa;
Supervisionar, acompanhar e avaliar sistema de bolsas (PIBIC; BIP; PIBIT; PIBIC-Af; PIBIC-Junior)
Supervisionar e acompanhar Mérito Universitário e demais Programas correlatos;
Apoiar e promover o desenvolvimento de pesquisas individuais e coletivas, departamentais, interdepartamentais e interinstitucionais;
Supervisionar a coleta, a organização e publicação dos dados da produção científica e técnica dos docentes da UFSC;
Supervisionar e coordenar as atividades com os Comitês Internos de Seleção e Avaliação dos programas de Pesquisa;
Supervisionar a organização do sistema de registro, informação e divulgação de projetos de Pesquisa da UFSC;
Executar outras atividades inerentes à área ou que venham a ser delegadas pela autoridade superior.

1.3.2.8.6.6 Compete ao Departamento de Inovação Tecnológica

Exercer e fazer cumprir as disposições das resoluções da UFSC relativas à propriedade intelectual; Propor, coordenar e executar políticas públicas no âmbito do Departamento de Inovação Tecnológica e Social referentes às atividades artísticas, científicas e tecnológicas desenvolvidas e/ou criadas no âmbito da UFSC;

Acompanhar as negociações ou emitir parecer com relação a licenciamento ou realização de acordo, convênio ou contrato com terceiros derivadas da exploração das tecnologias geradas na UFSC, observando a legislação pertinente;

Emitir parecer sobre a celebração de contratos e/ou convênios de pesquisa e desenvolvimento;

Elaborar e acompanhar a tramitação dos pedidos dos criadores junto às entidades competentes nacionais ou estrangeiras, referentes à propriedade intelectual;

Assessorar o Diretor do DPP nas atividades de bolsas nas áreas tecnológica (PIBITI);

Assessorar os programas de Pós-Graduação da UFSC no que diz respeito a solicitação e defesa de trabalhos em sigilo;

Assessorar nas solicitações de autorização de acesso ao patrimônio genético junto ao IBAMA/CGEN;

Promover eventos institucionais no campo da propriedade intelectual;

Participar do Comitê das Incubadoras das Empresas Junior;

Representar a UFSC na Comissão de Combate à Pirataria do Estado de Santa Catarina e do Município, FIESC, IEL e no Fórum de Gestores dos Núcleos de Inovação –FORTEC.

1.3.2.8.6.7 Compete à Coordenadoria Administrativa e Financeira

Recepcionar e atendimento de pessoal junto à Pró-Reitoria e auxiliar o Pró-Reitor e Pró-Reitor Adjunto na elaboração de sua agenda;

Executar serviços complementares de administração de pessoal, material e financeiro do órgão;

Executar rotinas administrativas da PROPESQ;

Liberar diárias e passagens no Sistema SCDP;

Controlar e acompanhar o processo do Funpesq;

Dar suporte logístico a Semana Nacional de Ciência e Tecnologia, Seminário de Iniciação Científica e SEPEX;

Executar e acompanhar o processo de compras do Funpesquisa e Unidades da PROPESQ;

Supervisionar ações do edital FAPESC Prêmio Mérito Universitário Catarinense;

Transmitir as decisões do Pró-Reitor no âmbito da Pró-Reitoria;

executar outras atividades inerentes à área ou que venham a ser delegadas pela autoridade superior.

1.3.2.8.6.8 Compete ao Presidente do Lab. Central de Biologia Molecular Estrutural

Gerenciar todas as atividades exercidas no CEBIME; conforme o regimento interno do CEBIME;

Coordenar as atividades dos servidores lotados no CEBIME;

Orientar e supervisionar as atividades de pesquisa, ensino e extensão desenvolvidas no CEBIME;

Captar recursos para desenvolvimento das atividades do grupo de pesquisa;

Promover o desenvolvimento de novas pesquisas na área de Biologia Molecular Estrutural;

Gerenciar a utilização e o funcionamento dos serviços multiusuários localizados no CEBIME;

Supervisionar o andamento das pesquisas;

Executar outras atividades inerentes à área ou que venham a ser delegadas pela autoridade superior.

1.3.2.8.6.9 Compete ao Presidente do Lab. Central de Microscopia Eletrônica

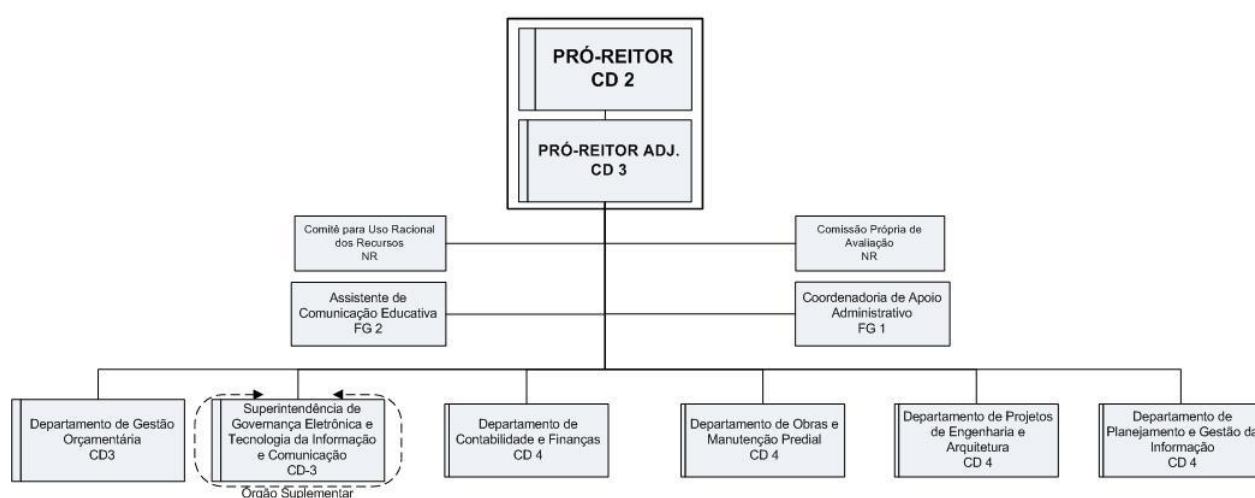
Gerenciar todas as atividades exercidas no LCME, conforme o regimento interno;

Coordenar as atividades dos servidores lotados no LCME;
 Estar ciente das atividades de pesquisa, ensino e extensão desenvolvidas no LCME;
 Gerenciar a utilização e o funcionamento dos serviços multiusuários no LCME;
 Captar recursos para a manutenção e melhoria da infraestrutura do LCME;
 Promover a difusão das técnicas existentes no LCME na comunidade científica e tecnológica da UFSC;
 Executar outras atividades inerentes à área ou que venham a ser delegadas pela autoridade superior.

1.3.2.8.7 Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento

1.3.2.8.7.1 Organograma da Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento

Estrutura Organizacional da Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento - PROPLAN



1.3.2.8.7.2 Compete à Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento

Desenvolver estudos visando a estabelecer diretrizes, normas de procedimento e métodos aplicáveis às atividades de planejamento e controle, bem como à modernização administrativa, ao desenvolvimento organizacional e ao aprimoramento dos métodos de gestão;
 Coordenar o planejamento institucional, mediante planos globais, programas, projetos e planos diretores;
 Coordenar e avaliar a execução das atividades inerentes aos planos, programas e projetos, no âmbito de atuação;
 Coletar, armazenar, analisar e divulgar os dados estatísticos e outras informações de interesse dos processos de planejamento e de avaliação desempenho da Universidade;
 Avaliar periodicamente os critérios de alocação de recursos e de desempenho gerencial e institucional;
 Coordenar a elaboração das propostas orçamentárias destinadas à aprovação por parte do Ministério da Educação;
 Subsidiar, a partir de dados objetivos, as decisões referentes à distribuição de recursos orçamentários;
 Gerenciar a execução do orçamento da Universidade;
 Coordenar as atividades relacionadas ao sistema de administração financeira e contábil da Universidade;
 Assessorar o reitor em matéria orçamentária e financeira;

Planejar e gerenciar a organização e a ocupação dos espaços físicos da UFSC;
Executar outras atividades inerentes à área do planejamento e gestão orçamentária, exercendo competências próprias ou delegadas pelo reitor.

1.3.2.8.7.3 Compete ao Pró-Reitor Adjunto de Planejamento e Orçamento

Assessorar o Pró-reitor de Planejamento e Orçamento, no que tange às suas competências;
Acompanhar as atividades dos Departamentos e Superintendências vinculados à Pró-Reitora de Planejamento e Orçamento;
Substituir o Pró-reitor de Planejamento e Orçamento em suas faltas e impedimentos;
Executar atividades inerentes à área e outras que venham a ser delegadas por autoridade competente;

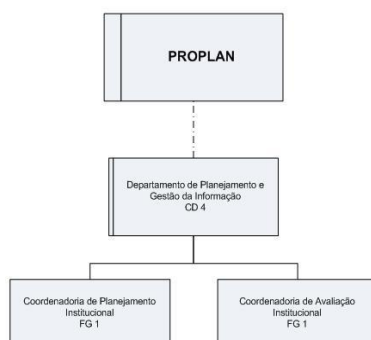
1.3.2.8.7.4 Atividades Coordenadoria Apoio Administrativo/PROPLAN

Assessorar administrativamente ao Pró-Reitor e seu adjunto no âmbito de suas atribuições institucionais;
Coletar dados e informações necessárias ao desenvolvimento das atividades da PROPLAN;
Acompanhar o cumprimento de ações, relatórios e tramitação de processos;
Elaborar documentos administrativos e instruir processos;
Gerenciar o orçamento e a execução financeira da PROPLAN;
Elaborar e monitorar o inventário patrimonial da PROPLAN;
Realizar as atividades complementares de administração de pessoal e manutenção da estrutura física da PROPLAN;
Coordenar tarefas próprias de rotina administrativa inerente à área e outras que venham a ser atribuídas pelo Secretário ou por autoridade competente.

1.3.2.8.7.5 Departamento de Planejamento e Gestão da Informação

1.3.2.8.7.5.1 Organograma do Departamento de Gestão da Informação

Estrutura Organizacional da Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento – Departamento de Planejamento e Gestão da Informação



1.3.2.8.7.5.2 Compete ao Diretor de Planejamento

Estabelecer diretrizes e propor normas aplicáveis às atividades de planejamento institucional, observando a legislação em vigor;
Coordenar o planejamento institucional, por meio de seus instrumentos de gestão;
Dimensionar as necessidades de recursos para o desenvolvimento institucional proposto através do planejamento;

Planejar e coordenar, em conjunto com a Diretoria de Gestão Orçamentária (DGO) as atividades de orçamento institucional;
 Orientar e apoiar as atividades de planejamento e avaliação institucional;
 Acompanhar a execução do planejamento institucional;
 Executar atividades inerentes à área e outras que venham a ser delegadas por autoridade competente.

1.3.2.8.7.5.3 Compete à Coordenadoria de Planejamento Institucional

Estabelecer diretrizes e propor normas aplicáveis às atividades de planejamento institucional, observando a legislação em vigor;
 Coordenar o planejamento institucional, por meio de seus instrumentos de gestão;
 Dimensionar as necessidades de recursos para o desenvolvimento institucional expresso através do planejamento;
 Planejar e coordenar, em conjunto com a Diretoria de Gestão Orçamentária (DGO) as atividades de orçamento institucional;
 Orientar e apoiar as atividades de planejamento;
 Acompanhar a execução do plano institucional;
 Elaborar o Relatório de Atividades anual da UFSC;
 Executar atividades inerentes à área e outras que venham a ser delegadas por autoridade competente.

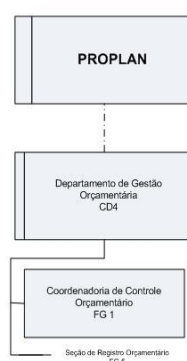
1.3.2.8.7.5.4 Compete à Coordenadoria de Avaliação Institucional

Dar suporte administrativo à Comissão Própria de Avaliação (CPA) na execução do processo de auto-avaliação institucional;
 Realizar a avaliação institucional e elaborar seu relatório;
 Fornecer subsídios para o replanejamento de políticas e diretrizes de gestão e de desenvolvimento institucional;
 Estimular a continuidade e a melhoria de processos avaliativos e decisórios e dos níveis de gestão e de desempenho institucional;
 Executar outras atividades relativas à área e que venham a ser delegadas por autoridade competente.

1.3.2.8.7.6 Departamento de Gestão Orçamentária

1.3.2.8.7.6.1 Organograma do Departamento de Gestão Orçamentária

Estrutura Organizacional da Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento – Departamento de Gestão Orçamentária



1.3.2.8.7.6.2 Compete à Diretoria de Gestão Orçamentária

Assessorar o Pró-Reitor de Planejamento e Orçamento, no que tange às suas atribuições;
Superintender as atividades da Coordenadoria da Diretoria;
Conceber o orçamento institucional, formalizar a proposta orçamentária e acompanhar todas as fases de discussão e aprovação do orçamento da Universidade;
Analisar o comportamento de receitas e despesas, o estabelecimento de limites de gasto, o controle de excessos de arrecadação e as tendências financeiras;
Executar atribuições inerentes à área e outras que venham a ser delegadas por autoridade competente.

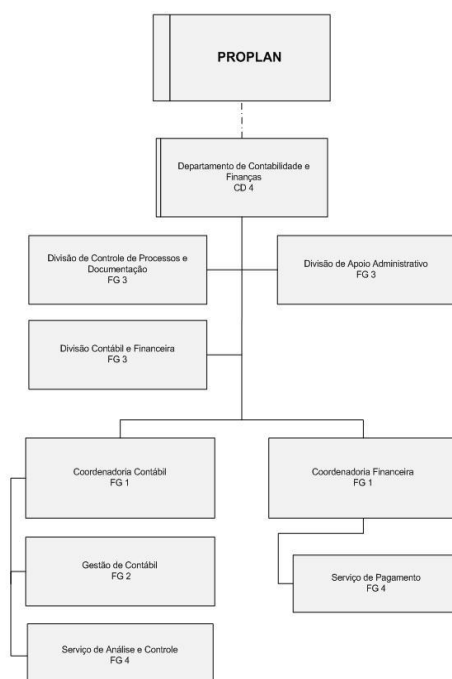
1.3.2.8.7.6.3 Compete à Coordenadoria de Controle e Orçamento

Coordenar, controlar e disponibilizar o orçamento às Unidades Gestoras;
Auxiliar na elaboração do orçamento institucional e da proposta orçamentária;
Desenvolver estudos econômicos destinados a subsidiar o planejamento das ações da Universidade;
Desenvolver estudos de custos e a proposição de indicadores de gestão de recursos orçamentários;
Elaborar relatórios de análise do desempenho financeiro das unidades gestoras, dos programas orçamentários e da Universidade;
Executar atividades inerentes à área e outras que venham a ser delegadas por autoridade competente.

1.3.2.8.7.7 Departamento de Contabilidade e Finanças

1.3.2.8.7.7.1 Organograma do Departamento de Contabilidade e Finanças

Estrutura Organizacional da Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento – Departamento de Contabilidade e Finanças



1.3.2.8.7.7.2 Compete ao Departamento de Contabilidade e Finanças

Assessorar o Pró-reitor de Planejamento e Orçamento, no que tange às suas atribuições;
Superintender as atividades das Coordenadorias do Departamento;
Subsidiar a prestação de contas da UFSC com os balanços orçamentários, financeiros, patrimonial e das variações patrimoniais;
Executar atribuições inerentes à área e outras que venham a ser delegadas por autoridade competente.

1.3.2.8.7.7.3 Compete à Coordenadoria Contábil

Coordenar e executar as atividades relacionadas com o sistema contábil da Universidade (HU, sede e campi);
Registrar contabilmente os atos e fatos financeiros e patrimoniais (depreciação, amortização e reavaliação dos bens patrimoniais);
Realizar análise e conciliação contábil;
Realizar a conformidade contábil e a conformidade de gestão;
Realizar a Prestação de Contas de Convênios;
Executar atividades inerentes à área e outras que venham a ser delegadas por autoridade competente.

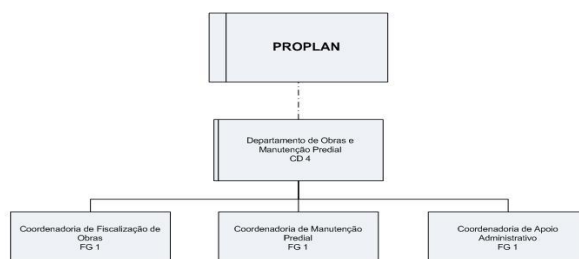
1.3.2.8.7.7.4 Compete à Coordenadoria Financeira

Coordenar e executar as atividades relacionadas com o sistema de administração financeira da Universidade (HU, sede e campi);
Orientar a execução das atividades financeiras dos Campi;
Analisar os processos de empenho e digitar os empenhos no SIAFI;
Analisar os processos de pagamento e proceder a liquidação das despesas no SIAFI;
Efetuar o pagamento de todas as despesas da Universidade no SIAFI;
Realizar análise e conciliação financeira;
Executar atividades inerentes à área e outras que venham a ser delegadas por autoridade competente.

1.3.2.8.7.8 Departamento de Obras e Manutenção Predial

1.3.2.8.7.8.1 Organograma do Departamento de Obras e Manutenção Predial

Estrutura Organizacional da Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento – Departamento de Obras e Manutenção Predial



1.3.2.8.7.8.2 Compete ao Departamento de Obras e Manutenção Predial

Assessorar o Pró-reitor de Planejamento e Orçamento, no que tange às suas atribuições;
Supervisionar, direcionar e coordenar os serviços de fiscalização de obras e manutenção predial;
Superintender as atividades de suas Coordenadorias;
Executar atribuições inerentes à área e outras que venham a ser delegadas por autoridade competente.

1.3.2.8.7.8.3 Compete à Coordenadoria de Apoio Administrativo

Secretariar as atividades do Departamento de Obras e Manutenção Predial e do Departamento de Projetos de Arquitetura e Engenharia;
Controlar os pagamentos de obras e serviços de engenharia;
Controlar o saldo orçamentário do órgão;
Registro e controle de processos administrativos;
Controlar as atividades auxiliares de pessoal;
Organização e controle de arquivo de documentos administrativos e processos de obras e licitações;
Executar atividades inerentes à área e outras que venham a ser delegadas por autoridade competente;

1.3.2.8.7.8.4 Compete à Coordenadoria de Fiscalização de Obras

Organizar, coordenar, dirigir, controlar e fiscalizar a execução de obras e serviços de engenharia;
Orientar e controlar as atividades ligadas às obras de ampliação e melhoramento nas edificações existentes;
Controlar e avaliar a qualidade dos materiais fornecidos e dos serviços prestados pelas empresas contratadas;
Estabelecer um programa de fiscalização para cada obra a ser iniciada na UFSC;
Executar atividades inerentes à área e outras que venham a ser delegadas por autoridade competente.

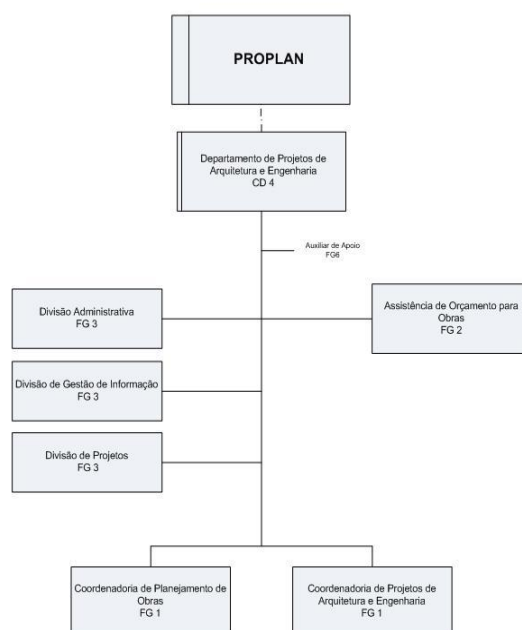
1.3.2.8.7.8.5 Compete à Coordenadoria de Manutenção Predial

Executar vistoria e apresentar relatório do estado de conservação das edificações;
Efetuar levantamento das patologias para auxiliar a elaboração dos projetos pelo departamento competente;
Planejar e estabelecer procedimentos para a manutenção das edificações da UFSC, quando necessário suporte da área técnica de engenharia;
Orientar e controlar as atividades ligadas às obras de manutenção executadas na UFSC;
Elaborar um plano de manutenção predial das edificações da UFSC;
Executar atividades inerentes à área e outras que venham a ser delegadas por autoridade competente.

1.3.2.8.7.9 Departamento de Projetos de Arquitetura e Engenharia

1.3.2.8.7.9.1 Organograma do Departamento de Projetos de Arquitetura e Engenharia

Estrutura Organizacional da Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento – Departamento de Projetos de Arquitetura e Engenharia



1.3.2.8.7.9.2 Compete ao Departamento de Projetos de Arquitetura e Engenharia

Assessorar o Pró-reitor de Planejamento e Orçamento, no que tange às suas atribuições;
Coordenar o Plano de Expansão Física;
Coordenar a implementação do Plano Diretor dos diversos Campi;
Superintender as atividades de suas Coordenadorias;
Executar atribuições inerentes à área e outras que venham a ser delegadas por autoridade competente.

1.3.2.8.7.9.3 Compete à Coordenadoria de Planejamento de Obras

Coordenar, desenvolver, revisar periodicamente os Planos Diretores Físicos, os Planos setoriais urbanísticos e os Planos de Ocupação dos diversos Campi e Unidades da UFSC;
Dar suporte técnico ao Comitê de Uso Racional de Recursos;
Supervisionar e gerenciar estudos de impacto ambiental e impacto de vizinhança para novas edificações e obras;
Elaborar, supervisionar e gerenciar estudos de viabilidade técnica para implantação de novas edificações, ampliações e reformas;
Fornecer apoio a elaboração de projetos para a captação de recursos extras (órgão de fomento, ministérios, outros órgãos e instituições públicas e privadas);
Definição de parâmetros construtivos e diretrizes de projeto de modo a subsidiar o desenvolvimento das atividades das demais coordenadorias do DPAE;

Executar atividades inerentes à área e outras que venham a ser delegadas por autoridade competente.

1.3.2.8.7.9.4 Compete à Coordenadoria de Projetos de Arquitetura e Engenharia

Elaborar estudos preliminares de todas as especialidades para projetos de sistemas de infraestrutura, urbanização, paisagismo e edificações;

Gerenciar a elaboração dos projetos edificações e reformas;

Fornecer apoio a elaboração de projetos para a captação de recursos extras (órgão de fomento, ministérios, outros órgãos e instituições públicas e privadas);

Dar suporte técnico a fiscalização de obras;

Elaborar e gerenciar o orçamento de execução de obras e serviços de engenharia;

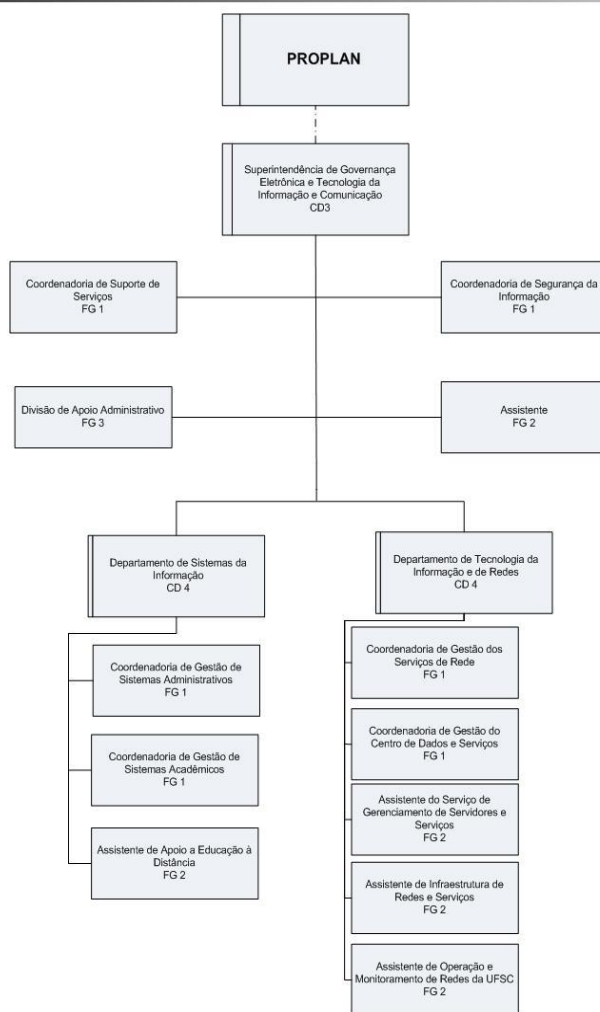
Elaborar termos de referência para contratação de projetos e serviços técnicos;

Gerenciar a aprovação dos projetos nos órgão competentes para obtenção dos licenciamentos para execução de obras;

Executar atividades inerentes à área e outras que venham a ser delegadas por autoridade competente.

1.3.2.8.7.10 Superintendência de Governança Eletrônica e Tecnologia da Informação e Comunicação

1.3.2.8.7.10.1 Organograma da Superintendência de Governança Eletrônica e Tecnologia da Informação e Comunicação



1.3.2.8.7.10.2 Compete à Superintendência de Governança Eletrônica e Tecnologia da Informação e Comunicação

Administrar e operar os sistemas centrais de processamento de dados da Universidade;
 Manter serviços de atendimento ao usuário;
 Executar os programas desenvolvidos por alunos, professores e pesquisadores da Universidade;
 Proceder à manutenção e ao desenvolvimento de sistemas operacionais;
 Controlar e avaliar o desempenho de atividades relacionadas ao processamento eletrônico de dados da Universidade;
 Colaborar na formação e aperfeiçoamento de profissionais na área de sua especialidade;
 Analisar, programar e operar sistemas especiais de processamento eletrônico de dados para usuários externos, atendendo aos interesses da Universidade;
 Estudar, implantar e disseminar novas tecnologias de informática, visando à melhoria dos serviços prestados à comunidade universitária;
 Manter intercâmbio com outras entidades congêneres, visando ao aperfeiçoamento dos seus serviços;
 Executar outras atividades inerentes à área ou que venham a ser delegadas pela autoridade competente.

1.3.2.8.7.10.3 Compete ao Departamento de Sistemas de Informação

Planejar e desenvolver projetos e implementações de sistemas e soluções de tecnologia da informação e comunicação;

Administrar as atividades das Coordenadorias do Departamento;

Executar outras atividades inerentes à área ou que venham a ser delegadas por autoridade competente;

Assessorar o Superintendente de TIC, no que tange às suas atribuições;

Executar atribuições inerentes à área e outras que venham a ser delegadas por autoridade competente.

1.3.2.8.7.10.4 Compete ao Departamento de Tecnologia da Informação e de Redes

Planejar, projetar, implantar e manter a rede UFSC, os Serviços de Rede os Centros de Dados e Serviços de Centro de Dados;

Planejar e desenvolver projetos de infraestrutura e serviços de tecnologia da informação e comunicação;

Promover o uso de Software na instituição;

Administrar as atividades das Coordenadorias do Departamento;

Assessorar o Superintendente de TIC, no que tange às suas atribuições;

Executar atribuições inerentes à área e outras que venham a ser delegadas por autoridade competente.

1.3.2.8.7.10.5 Compete à Coordenadoria de Gestão de Sistemas

Planejar e desenvolver projetos e implementações de sistemas e soluções de gestão administrativa, financeira e planejamento;

Promover a integração das aplicações de suporte a gestão administrativa e financeira;

Avaliar os sistemas de gestão administrativa e financeira em relação às necessidades da UFSC;

Executar outras atividades inerentes à área ou que venham a ser delegadas por autoridade competente.

1.3.2.8.7.10.6 Compete à Coordenadoria de Suporte de Serviços

Ponto único de contato para serviços e aplicações de TIC;

Promover o uso dos serviços e aplicações de TIC;

Suporte de Nível 1 aos serviços e aplicações de TIC prestados pela SETIC;

Gerenciar o ciclo de vida dos incidentes (abertura, solução/encaminhamento, acompanhamento e fechamento dos incidentes);

Gestão dos serviços de TIC terceirizados: Impressão, Manutenção de hardware; Cabeamento óptico e de par trançado, Telefonia convencional, Equipamentos em Garantia.

1.3.2.8.7.10.7 Compete à Coordenadoria de Segurança da Informação

Desenvolver ações para a melhoria contínua da segurança dos serviços e sistemas de TIC da UFSC em conformidade com: 1. Leis e normas nacionais e internacionais; 2. Políticas e normas institucionais;

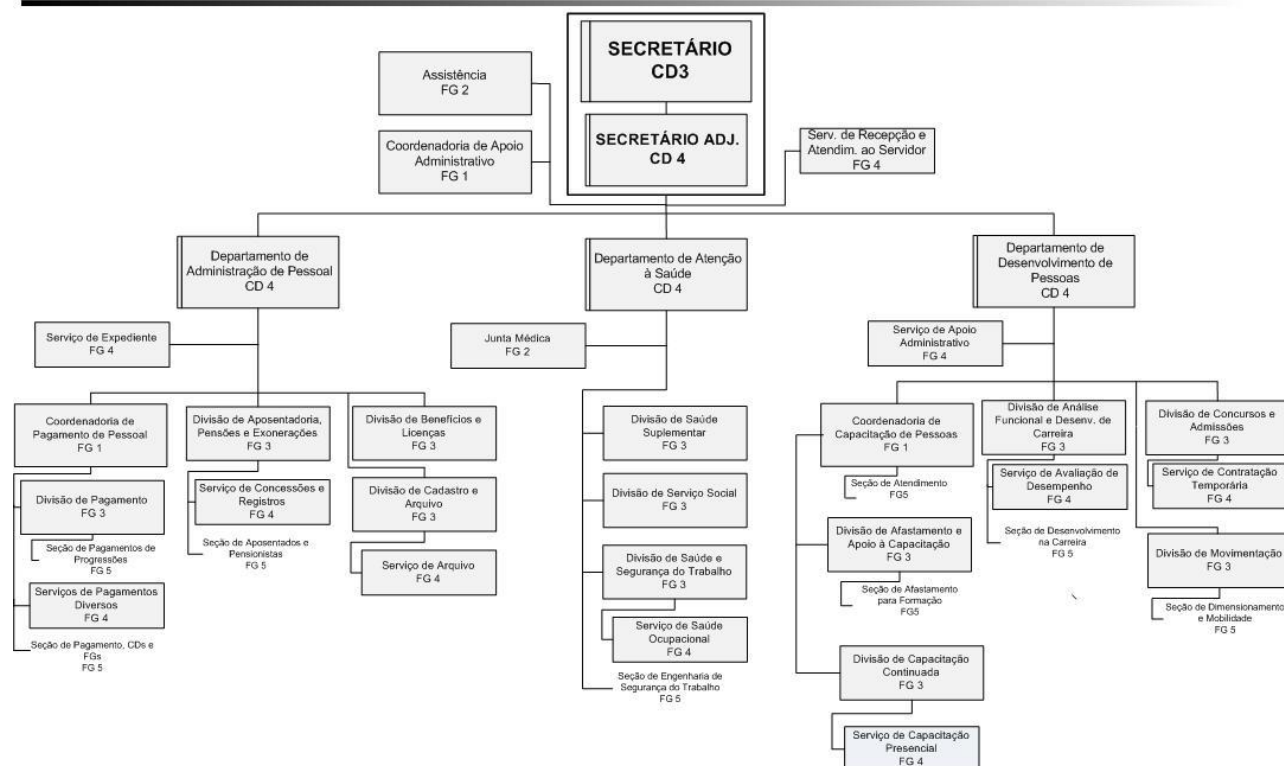
Coordenar grupo de resposta a incidentes de segurança.

1.3.2.9 Secretarias

1.3.2.9.1 Secretaria de Gestão de Pessoas (SEGESP)

1.3.2.9.1.1 Organograma da Secretaria de Gestão de Pessoas

Estrutura Organizacional da Secretaria de Gestão de Pessoas - SEGESP



1.3.2.9.1.2 Descrição da Secretaria de Gestão de Pessoas

A Secretaria de Gestão de Pessoas (SEGESP) é um Órgão Executivo Central integrante da Administração Superior da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), criada com o objetivo de auxiliar a Reitora em suas ações executivas na área de gestão de pessoas, destinadas à melhoria do nível da qualidade de vida no trabalho dos servidores docentes e técnico-administrativos em Educação, bem como dos serviços prestados à sociedade.

1.3.2.9.1.3 Compete à Secretaria de Gestão de Pessoas

- Coordenar a execução de ações referentes à política e ao desenvolvimento da gestão de pessoas;
- Emitir portarias e outros atos administrativos referentes a atividades da área de gestão de pessoas;
- Coordenar e acompanhar as ações de administração da vida funcional dos servidores;
- Coordenar e acompanhar as políticas de promoção social e à saúde;
- Articular ações continuadas de acompanhamento das carreiras dos servidores com as comissões de representação de suas categorias;
- Coordenar as políticas de benefícios da Universidade;
- Executar outras atividades inerentes à área ou que venham a ser delegadas pelo reitor.

1.3.2.9.1.4 Departamento de Administração de Pessoal

1.3.2.9.1.4.1 Atribuições do Departamento de Administração de Pessoal

O Departamento de Administração de Pessoal (DAP) é responsável por desenvolver ações de administração de pessoal e gerenciamento dos processos de trabalho, nas questões que envolvem aposentadorias, pensões, exonerações, benefícios e licenças, orçamento e remuneração, otimizando políticas que visem um melhor nível de qualidade de vida no trabalho dos servidores da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

1.3.2.9.1.4.2 Atividades das Coordenadorias e Divisões do Departamento de Administração de Pessoal (DAP)

1.3.2.9.1.4.2.1 Coordenadoria de Pagamento de Pessoal (CPP)

Pagamento referente a insalubridade, periculosidade e exposição a raio-X e irradiação ionizante;
Pagamento de adicional noturno;
Pagamento de hora extra;
Pagamento de Função Gratificada e de Cargo de Direção;
Cumprimento de ações judiciais;
Pagamento de pensão alimentícia;
Pagamento referente a titulações e Incentivo à Qualificação;
Emissão de declarações;
Pagamento referente a substituições.

1.3.2.9.1.4.2.2 Divisão de Aposentadoria, Pensões e Exonerações (DAPE)

Emissão de certidões referentes a tempo de contribuição;
Averbações/abonos permanência;
Aposentadorias e exonerações;
Pensões;
Vacâncias;
Demissões;
Reversões de aposentadorias;
Isenção de imposto de renda;
Designação beneficiário de pensão;
Auxílio Funeral.

1.3.2.9.1.4.2.3 Divisão de Benefícios e Licenças (DBL)

Benefícios: Auxílio-alimentação; natalidade; transporte pré-escolar. Inclusão de dependente para dedução de Imposto de Renda;
Férias;
Registro de faltas e impontualidades; atestados médicos;
Afastamentos: Maternidade, paternidade incentivada, interesses particulares, atividade política, mandado classista, afastamento de cônjuge, prêmio por assiduidade, tratamento de saúde, licença para capacitação.

1.3.2.9.1.4.2.4 Divisão de Cadastro e Arquivo (DCArq)

Cadastro;

Arquivamento e desarquivamento; pesquisa a pastas funcionais; fornecimento de cópia de documentos;
Declarações;
Alimentação dos sistemas ADRH e SIAPE, Suporte ao SIAPENET;
Análise referente a tempo de insalubridade;
Preparação de massa documental para digitalização.

1.3.2.9.1.5 Departamento de Atenção à Saúde

1.3.2.9.1.5.1 Atribuições do Departamento de Atenção à Saúde

Desenvolver e implementar políticas e ações referentes à vigilância e promoção à saúde, vigilância aos ambientes e processos de trabalho, perícia e assistência, em consonância com a Política Nacional de Atenção à Saúde/Subsistema integrado de Atenção à Saúde do Servidor (SIASS).

1.3.2.9.1.5.2 Atribuições da Junta Médica Oficial (JM)

Licenças para tratamento de saúde, gestante, por motivo em pessoa da família;
Licenças por acidente ou doenças do trabalho. Aposentadoria por invalidez; invalidez de dependente;
Readaptação funcional; reversão de aposentadoria por invalidez e remoção por motivo de saúde do servidor e pessoa da família;
Respostas a demandas judiciais. Avaliação de sanidade mental para Processos Administrativos Disciplinares.

1.3.2.9.1.5.3 Atribuições da Divisão de Saúde Suplementar (DSS)

Gerenciamento do plano de saúde suplementar dos servidores;
Inclusão ou exclusão dos beneficiários do plano de saúde;
Orientação aos usuários do plano de saúde quanto aos seus direitos;
Pagamento do subsídio patronal instituído pela Portaria Normativa SRH/SOF/MP.

1.3.2.9.1.5.4 Atribuições da Divisão de Serviço Social (DiSS)

Acompanhamento dos servidores nas situações relacionadas à saúde e ao trabalho;
Ações relacionadas à licença por motivo de doença em família;
Ações inclusivas para os servidores com deficiência;
Ações de reconhecimento e valorização dos servidores em fase de aposentadoria.

1.3.2.9.1.5.5 Atribuições da Divisão de Saúde e Segurança do Trabalho (DSST)

Prevenção de incêndios; monitoramento e controle de riscos;
Análise de doenças e acidentes relacionados ao trabalho;
Exames de admissão, monitoramento e controle da saúde ocupacional;
Laudo e pareceres periciais sobre a saúde dos servidores.

1.3.2.9.1.6 Departamento de Desenvolvimento de Pessoas

1.3.2.9.1.6.1 Atribuições do Departamento de Desenvolvimento de Pessoas

O Departamento de Desenvolvimento de Pessoas (DDP) é responsável por desenvolver ações institucionais em consonância com o Plano de Desenvolvimento Institucional, que potencializem o servidor como agente de transformação social, por meio da implementação de políticas de desenvolvimento humano e social, almejando a melhoria do seu nível de qualidade de vida no trabalho.

1.3.2.9.1.6.2 Atividades das Coordenadorias e Divisões do DDP

Coordenação e acompanhamento das ações de capacitação dos servidores da Universidade;
Levantamento de necessidades da Capacitação junto às Unidades Administrativas e Acadêmicas da UFSC;
Elaboração e avaliação do Plano Anual de Capacitação;
Apresentação de relatórios de suas atividades aos órgãos competentes;
Gerenciamento de processos de pagamento de taxas de inscrição em eventos e cursos de capacitação e de mensalidades em cursos de especialização;
Avaliação periódica das ações de capacitação e propostas de melhoria aos processos de acordo com a legislação vigente;
Gerenciamento de processos de afastamento para formação, licença para capacitação e horário especial.

1.3.2.9.1.6.2.1 Divisão de Movimentação (DiM)

Ajuda de custo para servidor redistribuído ou removido e Auxílio-moradia;
Lotação Provisória/Redistribuição/ Remoção/Provimento excepcional por Decisão Judicial;
Cessão, requisição e colaboração entre Unidades;
Colaboração Técnica (TAEs) e Colaboração entre Instituições (Docentes);
Dimensionamento (entrevista e levantamento de necessidades), identificação/inclusão das áreas de atuação;
Participação nas atividades relativas ao provimento/distribuição de vagas, Lotação, localização de exercício e lotação física;
Lotação/Cessão de servidores anistiados e Reversão de aposentadoria;
Análise e providências quanto ao desvio de função;
Participação na análise dos processos de Terceirização;
Resposta a auditorias e ouvidorias.

1.3.2.9.1.6.2.2 Divisão de Análise Funcional e Desenvolvimento na Carreira (DAFDC)

Avaliação de Desempenho dos Servidores Técnico – administrativos (STAEs);
Progressão por Mérito Profissional (PMP) aos STAEs;
Progressão por Capacitação Profissional (PCP) aos STAEs;
Incentivo à Qualificação (INQ) aos STAEs;
Progressão Funcional por Avaliação e por Titulação das Carreiras dos Docentes;
Análise Funcional do Desenvolvimento na Carreira para fins de aposentadoria;
Elaboração de respostas que subsidiem a Procuradoria frente a demandas de ações judiciais e auditorias internas e externas;
Acompanhamento, análise e atualização da legislação referente às Carreiras;
Relatórios de Previsão das Progressões Funcionais dos Docentes;

Previsão de entrega de Relatórios de Atividades para o Estágio Probatório (EPB) dos Docentes;
Encaminhamento, acompanhamento e tramitação de processos de Estágio Probatório dos STAEs.

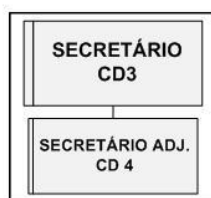
1.3.2.9.1.6.2.3 Divisão de Concursos e Admissões (DCA)

Admissão;
Concursos Públicos;
Contratação Temporária;
Processos Seletivos Simplificados;
Controle de Quadro de Vagas de TAEs e Docentes.

1.3.2.9.2 Secretaria de Aperfeiçoamento Institucional (SEAI)

1.3.2.9.2.1 Organograma da Secretaria de Aperfeiçoamento Institucional

Estrutura Organizacional de Aperfeiçoamento Institucional - SEAI



1.3.2.9.2.2 Compete à Secretaria de Aperfeiçoamento Institucional

Elaborar e propor atos, medidas, diretrizes e políticas destinadas à democratização, à republicanização e à ampliação da transparência, regularidade e impessoalidade da gestão universitária, tanto nos Órgãos Executivos Centrais quanto nas demais unidades e órgãos da UFSC;
Coordenar e acompanhar a execução das ações inerentes às políticas de democratização, republicanização e ampliação da transparência que o Conselho Universitário decida adotar, por meio de resolução;

Sem prejuízo das competências das outras secretarias especiais, do reitor, das pró-reitorias, do Conselho Universitário, da Advocacia Geral da União e dos demais órgãos previstos no Estatuto e no Regimento Geral, elaborar e propor atos, medidas, diretrizes e políticas que, não abrangidos pelo inciso I, destinem-se a modernizar e aprimorar as normas referentes às atividades da Universidade ou de órgãos a ela vinculados;

Propor à autoridade competente a formalização de convênios com outros entes e órgãos, quando relacionados à sua área de atuação;

Elaborar, a partir dos dados da Ouvidoria ou de consultas à comunidade universitária e à sociedade civil, sugestões para o aperfeiçoamento das atividades da Universidade, bem como de seus órgãos e unidades;

Elaborar, aprimorar e sugerir mecanismos de consulta, diálogo e participação da comunidade acadêmica e da sociedade civil no âmbito da Universidade e de suas unidades;

Aprimorar e intensificar o diálogo da Universidade com a sociedade civil, as organizações sociais, os movimentos sociais, as entidades representativas de categorias profissionais e econômicas, as associações e as instituições interessadas em apoiar as atividades-fim da Universidade;

Sem prejuízo das atribuições inerentes à vice-reitora nem da competência do reitor para designar outros representantes, representar a Reitoria, quando para tanto no âmbito da CAPES, do Ministério da Educação, do Ministério da Justiça e de outros órgãos e instituições federais e municipais;

Após designação específica, representar a Reitora perante o Ministério Público, a Advocacia Geral da União, a Controladoria Geral da União, o Tribunal de Contas da União e outros órgãos de controle, quando se tratar de planejamento e formulação de políticas de republicanização e transparência, no âmbito da universidade;

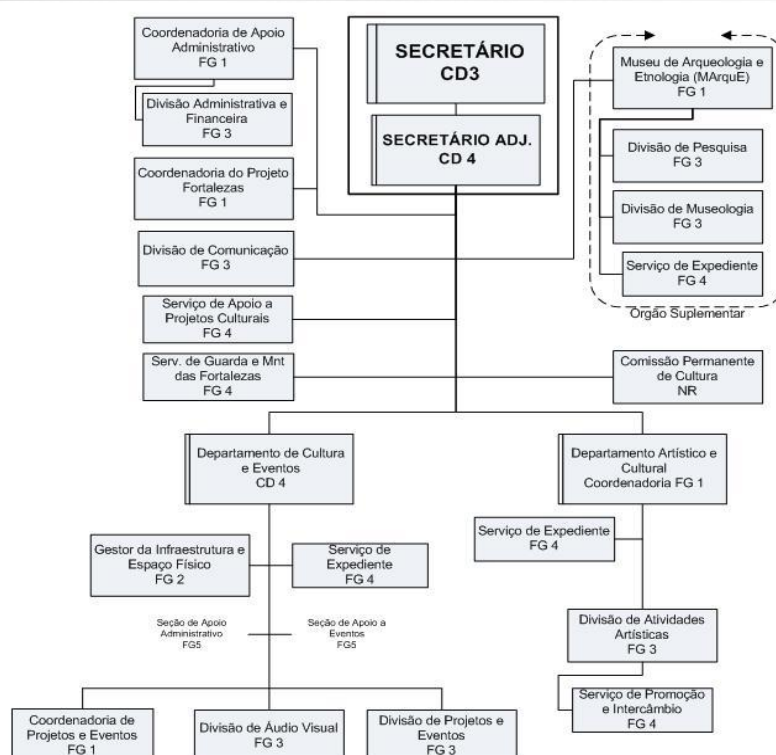
Propor ao Chefe de Gabinete, quando para tal solicitada, esboços de atos de competência deste último, de interesse para o aperfeiçoamento institucional;

Emitir portarias e outros atos administrativos que se façam necessário ao exercício das atividades e competências de sua respectiva área de atuação.

1.3.2.9.3 Secretaria de Cultura (SECULT)

1.3.2.9.3.1 Organograma da Secretaria de Cultura

Estrutura Organizacional da Secretaria de Cultura - SECULT



1.3.2.9.3.2 Compete à Secretaria de Cultura

Fomentar a cultura no âmbito da Universidade ou a partir dela, por meio da produção e difusão;
Sensibilizar a comunidade universitária e seus gestores quanto à importância da cultura na formação de uma sociedade mais humanizada;

Contribuir para uma formação pedagógica, cidadã e emancipadora mais abrangente do aluno, aumentando o seu repertório cultural com a oferta de atividades culturais extracurriculares;

Integrar a cultura às atividades de ensino, pesquisa e extensão;

Promover e estimular o acesso à produção e ao empreendimento cultural através de editais e seleções públicas democráticas e transparentes, zelando pela observância do direito vigente, na concessão de recursos financeiros;

Elevar a qualidade da produção artístico-cultural da Universidade;

Garantir a preservação do patrimônio cultural, histórico e artístico da Universidade, resguardando os bens de natureza material e imaterial;

Articular as políticas de cultura com outros órgãos administrativos e de ensino da Universidade, promovendo a organização de parcerias e redes para a sua implementação;
Em conjunto com outras universidades nacionais e estrangeiras, promover o intercâmbio e difusão da cultura universitária, levando a criação artístico-cultural produzida e financiada pela UFSC para além dos espaços físicos da Universidade;
Integrar as ações culturais dos campi da Universidade;
Estender as ações da Secretaria à comunidade externa das cidades-sede dos campi universitários e a outras localidades do Estado de Santa Catarina;
Organizar instâncias consultivas e de participação para que contribuam na formulação das políticas de cultura da Universidade, debatendo estratégias e formas de execução;
Executar outras atividades inerentes à área ou que venham a ser delegadas pela autoridade competente.

1.3.2.9.3.3 Atribuições do Departamento Artístico-Cultural

Promover a arte em todas as suas linguagens e formas de manifestação;
Planejar, fomentar, produzir, organizar e coordenar as atividades artístico-culturais desenvolvidas pelos diversos setores do DAC: artes visuais, cinema, música, teatro e arte-educação;
Assessorar e apoiar artistas, grupos, unidades da UFSC e outras instituições na elaboração e desenvolvimento de projetos artístico-culturais;
Promover ação interdisciplinar, interdepartamental e interinstitucional para melhor desenvolver suas atividades e alcançar seus objetivos;
Estimular o resgate, a preservação e a difusão das diversas manifestações artísticas da cultura local e regional;
Formar público crítico e capacitar recursos humanos através da realização sistemática de projetos de arte e de arte-educação;
Administrar os espaços culturais da UFSC: teatro, igrejinha, concha acústica, galeria de arte, espaço cultural do hall da reitoria e outros que venham a ser criados para fins artísticos;
Executar outras atividades inerentes à área e outras que venham a ser delegadas pela autoridade competente.

1.3.2.9.3.4 Atribuições do Serviço de Expediente

Providenciar a manutenção e atualização dos programas de informática;
Executar os serviços complementares de administração de pessoal, material e financeira do departamento;
Prestar esclarecimentos adicionais em procedimentos de rotina, segundo as normas estabelecidas;
Coordenar e fazer recepção ao público;
Auxiliar a direção nos seus compromissos profissionais;
Secretariar as reuniões do departamento e redigir as respectivas atas;
Executar outras atividades inerentes à área ou que venham a ser delegadas pela autoridade competente.

1.3.2.9.3.5 Atribuições do Serviço de Guarda e Manutenção das Fortalezas

Zelar pela preservação e manutenção das fortalezas do sistema defensivo da Ilha de Santa Catarina;
Coordenar os serviços de jardinagem e serviços gerais;
Abastecer as fortalezas com material de jardinagem, limpeza e combustível para as embarcações de transporte de funcionários;
Coordenar a retirada de resíduos produzidos e deixados nas ilhas de Ratonés e Anhatomirim;
Coordenar a manutenção e conservação das três embarcações e dos dois trapiches de atracação;

Fazer o controle e fechamento dos caixas das portarias das fortalezas;
Depositar a receita dos ingressos na conta única da universidade.

1.3.2.9.3.6 Museu de Arqueologia e Etnologia

1.3.2.9.3.6.1 Compete ao Museu de Arqueologia e Etnologia

Desenvolver pesquisas na área de Antropologia e em áreas afins;
Colaborar na formação e no aperfeiçoamento de profissionais na área de sua especialidade;
Desenvolver atividades voltadas à conscientização da sociedade quanto à importância da preservação de bens culturais;
Responsabilizar-se pela guarda e pela conservação de seu acervo museológico;
Proceder à catalogação do acervo de acordo com as normas técnicas;
Manter exposições à visitação pública;
Promover exposições públicas fora dos campi universitários;
Manter intercâmbio com outras entidades congêneres, visando ao aperfeiçoamento de seus servidores;
Incentivar a criação de museus em municípios do Estado e Santa Catarina, bem como prestar assistência técnica aos já existentes;
Elaborar normas, procedimentos e instruções a fim de atender às necessidades inerentes ao desenvolvimento de suas atividades;
Executar outras atividades inerentes à área e outras que venham a ser delegadas pela autoridade competente.

1.3.2.9.3.7 Atribuições da Divisão de Museologia

Planejar, supervisionar e dirigir os serviços de exposições interna e externa;
Executar outras atividades inerentes à área ou que venham a ser delegadas pela autoridade competente.

1.3.2.9.3.8 Atribuições da Divisão de Pesquisa

Empreender estudos e pesquisas em antropologia e áreas afins;
Organizar cursos de extensão e orientar estagiários;
Manter intercâmbio com outras instituições;
Divulgar regularmente os resultados obtidos nas pesquisas;
Executar outras atividades inerentes à área ou que venham a ser delegadas pela autoridade competente.

1.3.2.9.3.9 Atribuições do Departamento de Cultura e Eventos

Auxiliar a Secretaria de Cultura no atendimento de suas demandas;
Administrar os espaços físicos do centro de cultura e eventos, auditório da reitoria, auditório do centro de convivência, hall da reitoria e templo ecumênico;
Planejar, organizar e coordenar eventos institucionais;
Planejar, desenvolver e implantar novas tecnologias ligadas aos serviços do centro de cultura e eventos;
Executar plano de divulgação de suas atividades.

1.3.2.9.3.10 Atribuições do Serviço de Expediente

Instruir os processos submetidos à consideração do diretor do centro de cultura e eventos;
Auxiliar o diretor na elaboração da sua agenda;
Coordenar o atendimento de pessoas;
Executar os serviços complementares de administração de pessoal, material e financeiro;
Transmitir as decisões do diretor no âmbito do centro de cultura e eventos;
Executar outras atividades inerentes à área ou que venham a ser delegadas pela autoridade competente.

1.3.2.9.3.11 Atribuições da Divisão de Audiovisual

Orientar, coordenar e executar as atividades de som, vídeo, iluminação nos espaços do DCEven;
Supervisionar e executar a atividade de manutenção dos aparelhos de audiovisual;
Conferir vídeos para as formaturas;
Buscar soluções tecnológicas para a melhoria da qualidade de áudio e vídeo;
Transmitir e armazenar os cerimoniais de formatura;
Executar outras atividades inerentes à área ou que venham a ser delegadas pela autoridade competente.

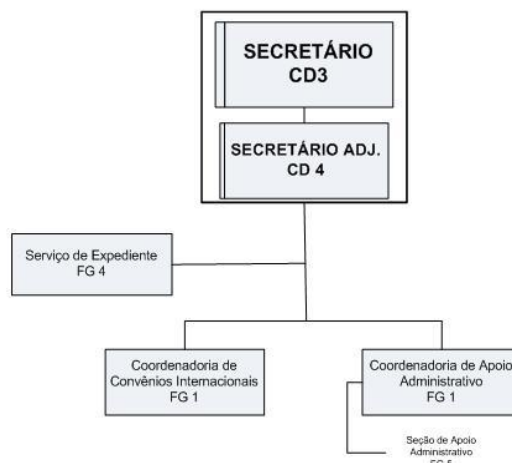
1.3.2.9.3.12 Atribuições da Divisão de Projetos e Eventos

Auxiliar na gestão financeira;
Elaborar planilhas e controle;
Desenvolver e alimentar o site do DCEven;
Coordenar e elaborar documentos e vídeos institucionais;
Viabilizar recursos para atividades institucionais;
Atender demandas emergenciais;
Executar outras atividades inerentes à área ou que venham a ser delegadas pela autoridade competente.

1.3.2.9.4 Secretaria de Relações Internacionais

1.3.2.9.4.1 Organograma da Secretaria de Relações Internacionais

Estrutura Organizacional da Secretaria Relações Internacionais - SINTER



1.3.2.9.4.2 Objetivos

Internacionalização como um instrumento de solidariedade internacional e uma forma de promover a excelência científica e tecnológica da UFSC e do país, bem como a redução das desigualdades acadêmicas sociais e regionais no âmbito internacional. Isso implica em:

Priorizar países e povos que têm sido alijados estruturalmente dos benefícios que a ciência e a técnica contemporâneas poderiam lhes aportar, e com os quais tenhamos identidade cultural, regional, política e econômica;

Buscar intercâmbios e convênios com instituições de excelência, ao mesmo tempo promovendo a solidariedade com os povos aos quais podemos aportar inovação científica e tecnológica, e formação de pessoal.

1.3.2.9.4.3 Compete à Secretaria de Relações Internacionais

Assessorar o reitor nos assuntos que envolvam as relações da Universidade com instituições estrangeiras;

Planejar, coordenar e avaliar a execução das ações inerentes à política de relações internacionais da Universidade;

Estabelecer e divulgar os procedimentos para a submissão de propostas de acordos e convênios internacionais, definindo também os critérios para sua aprovação;

Receber, registrar e emitir parecer sobre propostas de acordos e convênios internacionais bem como sobre suas renovações, modificações e adendos;

Regulamentar e coordenar o intercâmbio internacional de estudantes de graduação e pós-graduação, oferecendo orientação, recebendo e homologando candidaturas e, no caso de estudantes estrangeiros aceitos na Universidade, efetuando matrículas;

Estimular, coordenar e executar programas de cunho institucional que forneçam aporte financeiro, interno ou externo, à mobilidade internacional de estudantes, docentes e servidores técnico-administrativos;

Promover a integração, junto às respectivas pró – reitorias, das ações da Universidade, visando à internacionalização do ensino de graduação e pós – graduação, da pesquisa e da extensão;

Dar suporte administrativo aos alunos e aos servidores docentes e técnico-administrativos em projetos internacionais;
Emitir portarias atribuindo carga horária de atividade administrativa aos docentes que venham a ser nomeados coordenadores de convênios internacionais;
Firmar acordos e convênios entre a Universidade e instituições estrangeiras nos casos em que o signatário da parte estrangeira não seja o reitor, mas sim, o responsável pelo setor correspondente à Secretaria de Relações Internacionais;
Executar outras atividades inerentes à área o que venham a ser delegadas pelo reitor.

1.3.2.10 Comissões Permanentes

As comissões permanentes são órgãos de assessoramento técnico-administrativo, com subordinação direta ao reitor. As comissões permanentes poderão subordinar-se diretamente a secretários e pró-reitores, quando houver previsão regimental expressa ou delegação específica de competência, por parte do reitor.

1.3.2.10.1 Compete à Comissão Permanente do Vestibular

Propor à Pró-Reitoria de Graduação os objetivos a serem alcançados pelo processo seletivo para fins de matrícula inicial nos cursos de graduação;
Planejar, coordenar e controlar a execução do processo seletivo para fins de matrícula inicial nos cursos de graduação;
Propor à Administração Central da Universidade a celebração de convênios com outras instituições para viabilizar atividades de apoio à realização do processo seletivo para fins de matrícula inicial nos cursos de graduação;
Participar da execução do processo de avaliação do sistema educacional da Universidade;
Elaborar relatórios periódicos, sintéticos e analíticos com a finalidade de coleta, organização e disseminação de informações referentes à sua área de atuação;
Executar outras atividades inerentes à área ou que venham a ser delegadas pela autoridade competente.

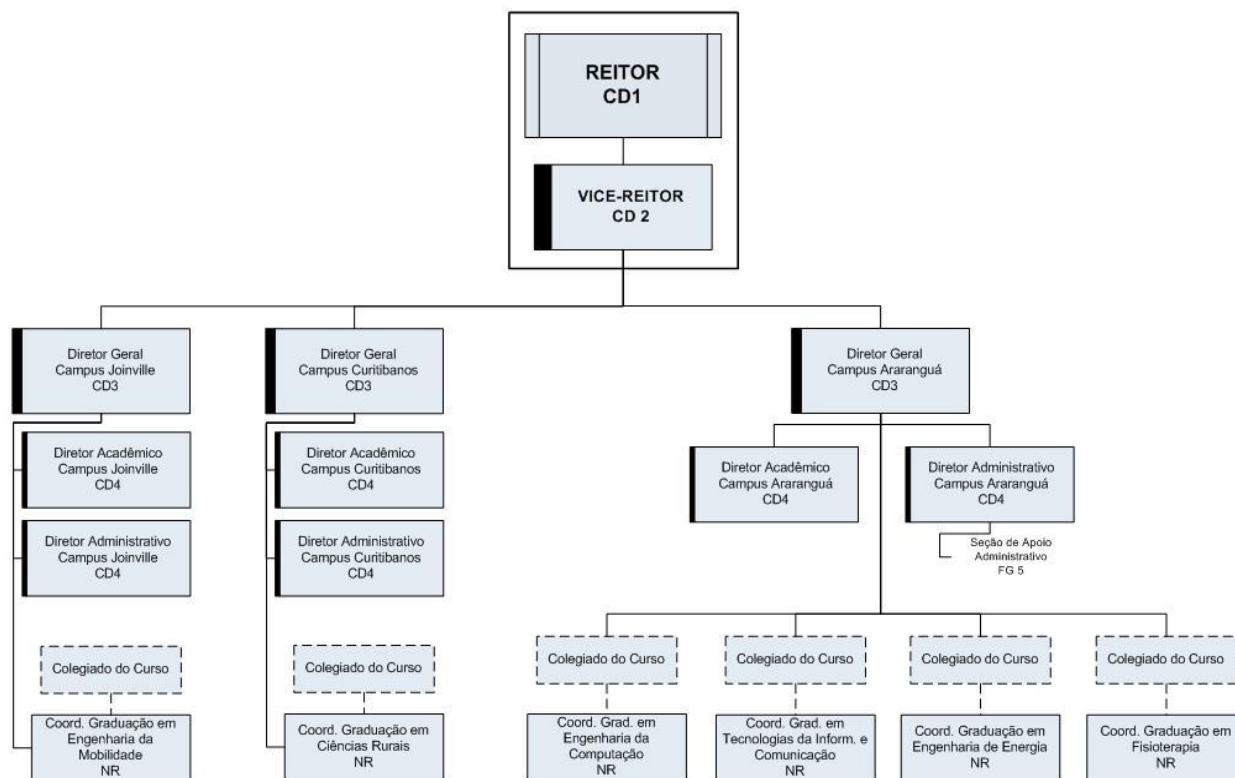
1.3.2.10.2 Compete à Comissão Permanente do Pessoal Docente

Prestar assessoramento à administração superior da Universidade na formulação e acompanhamento da execução da política de pessoal docente;
Apreciar, para decisão final da autoridade competente, os assuntos relativos a:
I. Necessidade de admissão de novos docentes para integrarem a carreira do magistério;
II. Avaliação de desempenho de docentes em estágio probatório;
III. Avaliação de desempenho para progressão funcional;
IV. Progressão funcional e concessão de percentual por titulação;
V. Afastamento para aperfeiçoamento, especialização, mestrado, doutorado e pós-doutorado;
VI. Alteração de regime de trabalho;
Desenvolver estudos e análises que sirvam de subsídios para fixação, aperfeiçoamento e modificação da política de pessoal docente e de seus instrumentos;
Executar outras atividades inerentes à área ou que venham a ser delegadas pela autoridade competente.

1.3.2.10.3 Campi

São campi da Universidade Federal de Santa Catarina: Campus Araranguá, Campus Curitibanos e Campus Joinville.

Estrutura Organizacional da Administração do Ensino, Pesquisa e Extensão – Campi



1.3.2.11.1 Organograma dos Centros de Ensino

O organograma da UNOESC apresenta a seguinte estrutura hierárquica:

- CONSELHO UNIVERSITÁRIO** (no topo, em uma caixa tracejada)
- REITOR CD1** (abaixo do Conselho, em uma caixa com uma barra decorativa à esquerda)
- VICE-REITOR CD 2** (abaixo do Reitor, em uma caixa com uma barra decorativa à esquerda)
- Dois grupos de **Campus** (CD 3) conectados ao VICE-REITOR:
 - Campus Curitibaanos CD 3
 - Campus Araranguá CD 3
 - Campus Joinville CD 3
- Seis **Centros** (CD 3) conectados diretamente ao VICE-REITOR:
 - Centro de Ciências Agrárias CD 3
 - Centro de Ciências Biológicas CD 3
 - Centro de Comunicação e Expressão CD 3
 - Centro de Ciências Jurídicas CD 3
 - Centro de Ciências da Saúde CD 3
 - Centro Tecnológico CD 3
- Quatro **Centros** (CD 3) conectados ao VICE-REITOR por uma linha horizontal inferior:
 - Centro de Desportos CD 3
 - Centro de Ciências da Educação CD 3
 - Centro de Filosofia e Ciências Humanas CD 3
 - Centro de Ciências Físicas e Matemáticas CD 3
 - Centro Sócio-Econômico CD 3

1.3.2.11.2 Organograma do Centro de Ciências Agrárias

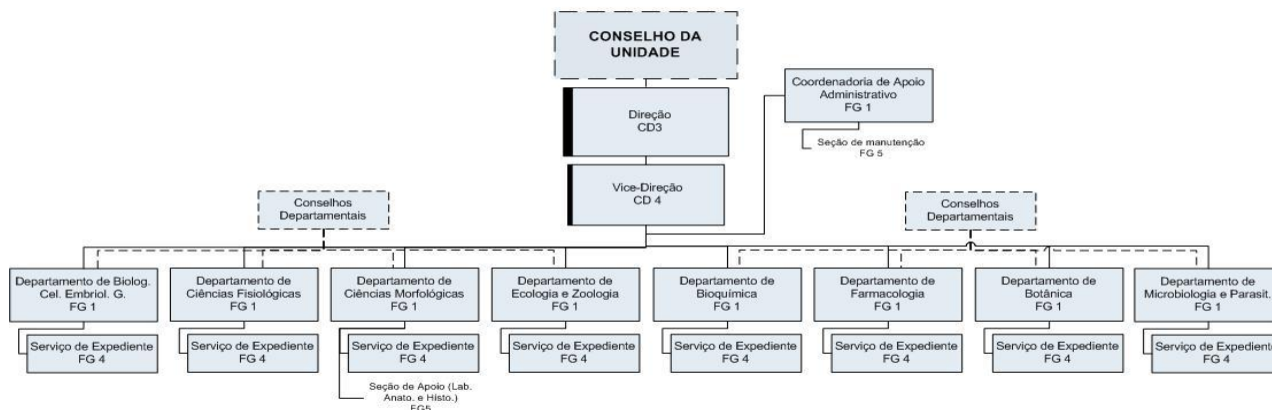
O organograma da UFRJ apresenta a seguinte estrutura:

- CONSELHO DA UNIDADE** (caixa sólida)
 - Direção CD3** (caixa sólida)
 - Vice-Direção CD 4** (caixa sólida)
 - Serviço Mnt da Faz. Experim. da Ressac. FG 4** (caixa sólida)
 - Coordenadoria de Apoio Administrativo FG 1** (caixa sólida)
 - Seção de manutenção FG 5** (caixa sólida)
- Quatro **Conselhos Departamentais** (caixas tracejadas)
 - Departamento de Aquicultura FG 1** (caixa sólida)
 - Serviço de Expediente FG 4** (caixa sólida)
 - Departamento de Ciênc. Tecn. Alimentos FG 1** (caixa sólida)
 - Serviço de Expediente FG 4** (caixa sólida)
 - Departamento de Engenharia Rural FG 1** (caixa sólida)
 - Departamento de Fitotecnia FG 1** (caixa sólida)
 - Serviço de Expediente FG 4** (caixa sólida)
 - Departamento de Zootec. e Desenv. Rur. FG 1** (caixa sólida)
 - Serviço de Expediente FG 4** (caixa sólida)

- Quatro **Colegiados dos Cursos** (caixas tracejadas)
- Coord. Graduação em Ciência e Tecnol. Agroalimentar NR** (caixa sólida)
 - Serviço de Expediente FG 4** (caixa sólida)
- Coord. Graduação em Engenharia de Aquicultura NR** (caixa sólida)
 - Serviço de Expediente FG 4** (caixa sólida)
- Coord. Pós-Grad. em Aquicultura FG 1** (caixa sólida)
 - Serviço de Expediente FG 4** (caixa sólida)
- Coord. Pós-Grad. em Recursos Genéticos Vegetais FG 1** (caixa sólida)
 - Serviço de Expediente FG 4** (caixa sólida)
- Coord. Graduação em Agronomia NR** (caixa sólida)
 - Serviço de Expediente FG 4** (caixa sólida)
- Coord. Graduação em Zootecnia NR** (caixa sólida)
 - Serviço de Expediente FG 4** (caixa sólida)
- Coord. Pós-Grad. em Ciência e Tecnol. dos Alimentos FG 1** (caixa sólida)
 - Serviço de Expediente FG 4** (caixa sólida)
- Coord. Pós-Grad. em Agroecossistemas FG 1** (caixa sólida)
 - Serviço de Expediente FG 4** (caixa sólida)

1.3.2.11.3 Organograma do Centro de Ciências Biológicas – Departamentos

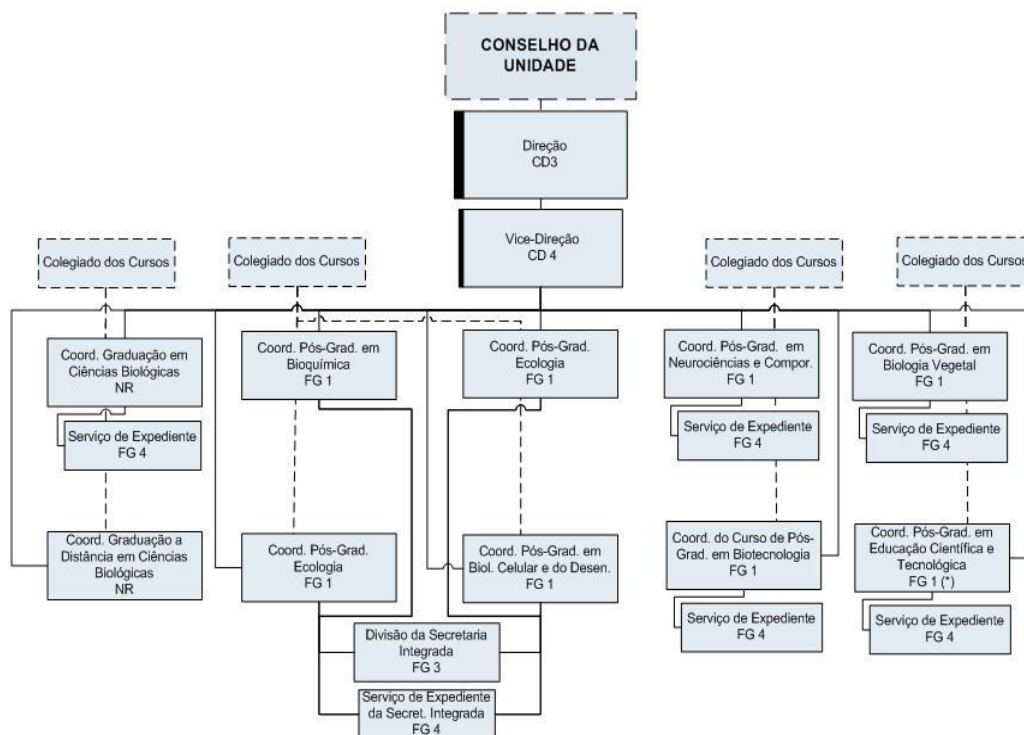
Estrutura Organizacional do Centro Ciências Biológicas - Departamentos



NR - Não Remunerado

1.3.2.11.4 Organograma do Centro de Ciências Biológicas - Cursos

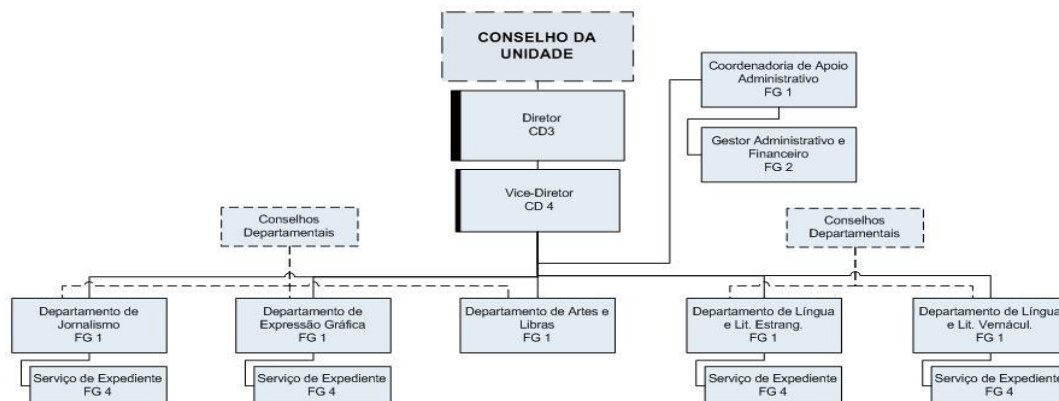
Estrutura Organizacional do Centro Ciências Biológicas - Cursos



NR - Não Remunerado
(*) Esta chefia é a mesma para três centros de ensino: CCB, CED e CFM.

1.3.2.11.5 Organograma do Centro de Comunicação e Expressão - Departamentos

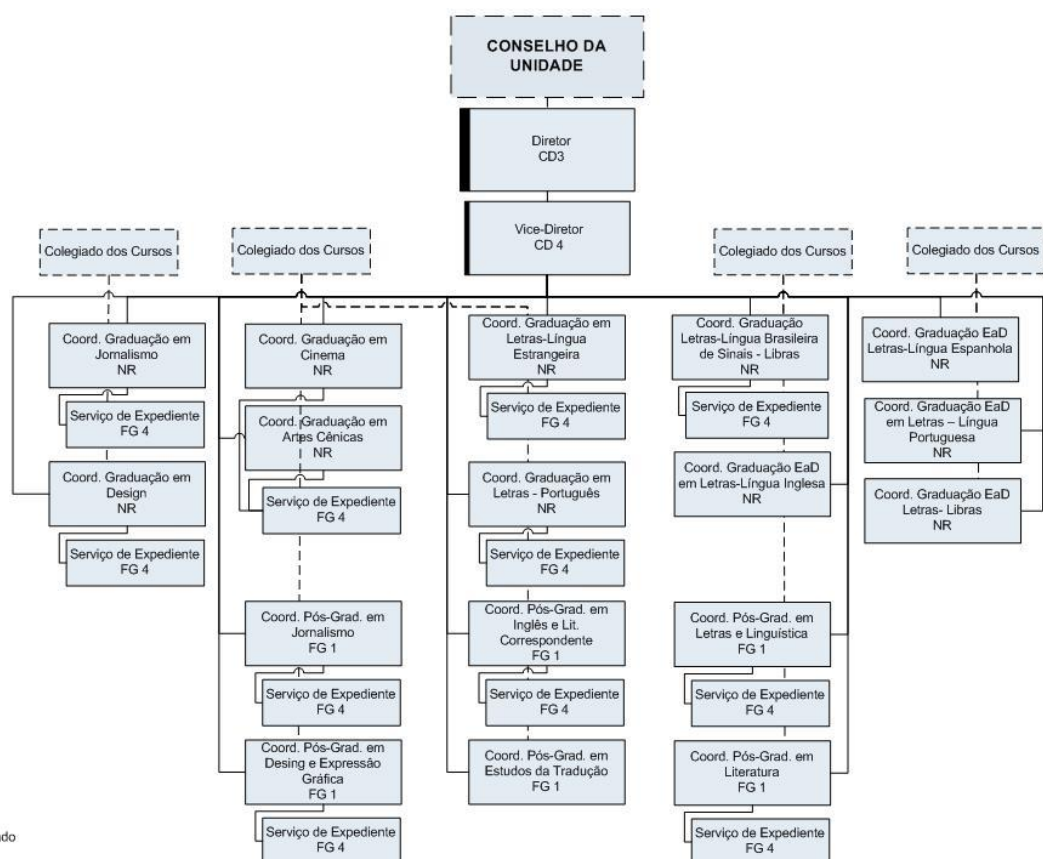
Estrutura Organizacional do Centro de Comunicação e Expressão - Departamentos



NR - Não Remunerado

1.3.2.11.6 Organograma do Centro de Comunicação e Expressão - Cursos

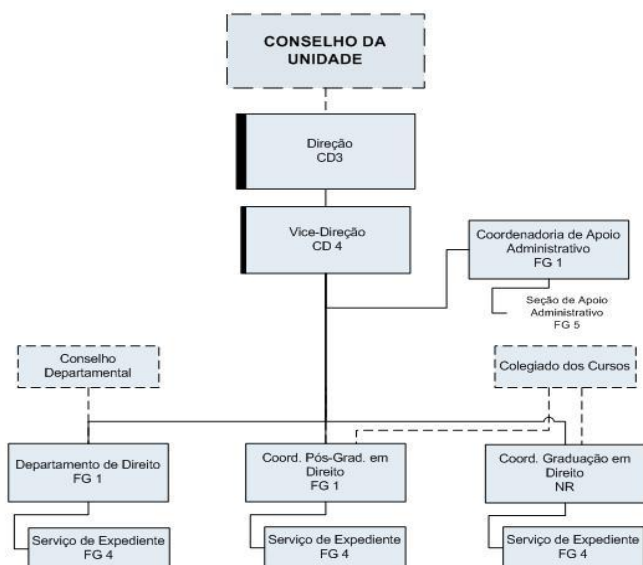
Estrutura Organizacional do Centro de Comunicação e Expressão - Cursos



NR - Não Remunerado

1.3.2.11.7 Organograma do Centro de Jurídicas

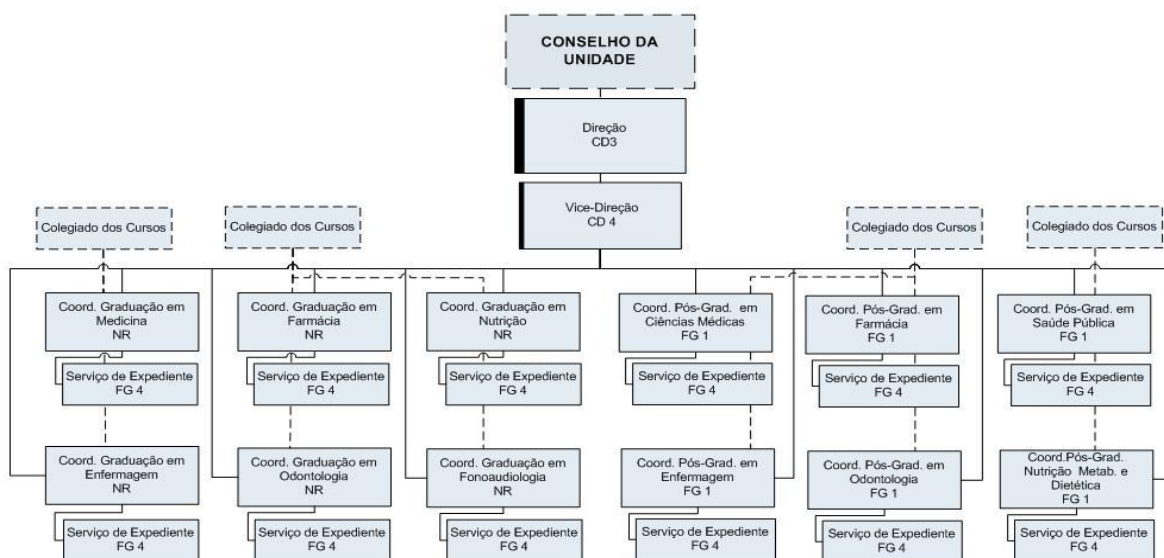
Estrutura Organizacional do Centro de Ciências Jurídicas



NR - Não Remunerado

1.3.2.11.8 Organograma do Centro de Ciências da Saúde - Cursos

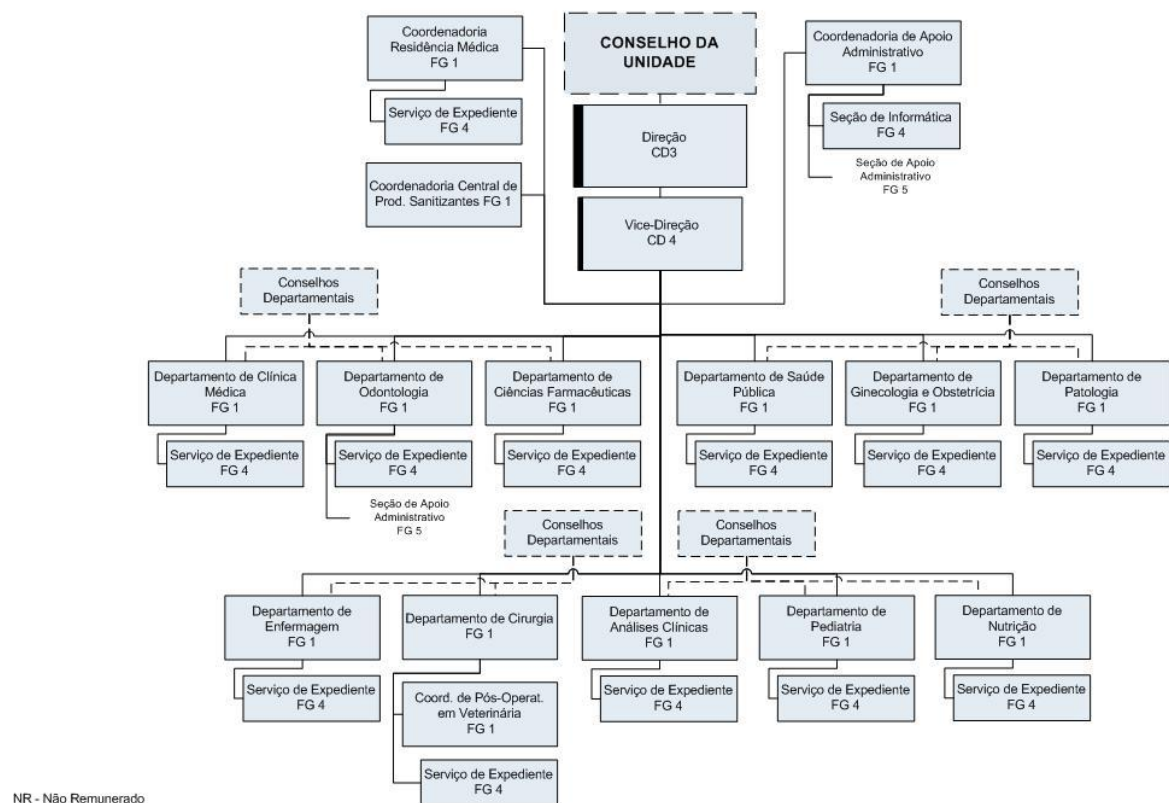
Estrutura Organizacional do Centro de Ciências da Saúde – Cursos



NR - Não Remunerado

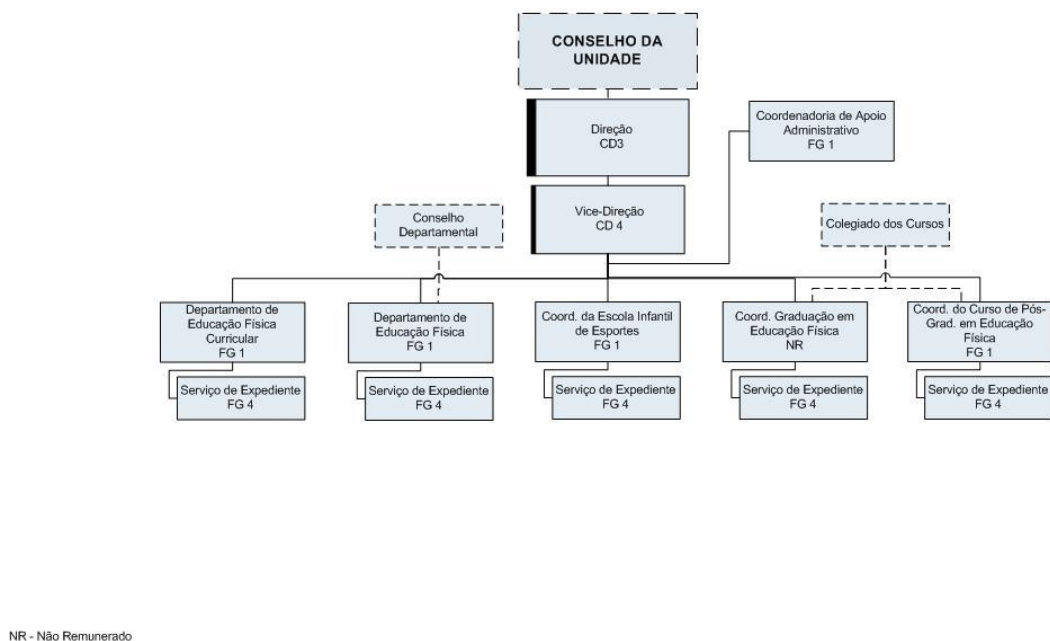
1.3.2.11.9 Organograma do Centro de Ciências da Saúde - Departamentos

Estrutura Organizacional do Centro Ciências da Saúde - Departamentos

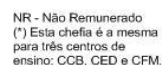


1.3.2.11.10 Organograma do Centro de Desportos

Estrutura Organizacional do Centro de Desportos



Estrutura Organizacional do Centro de Ciências da Educação - Cursos

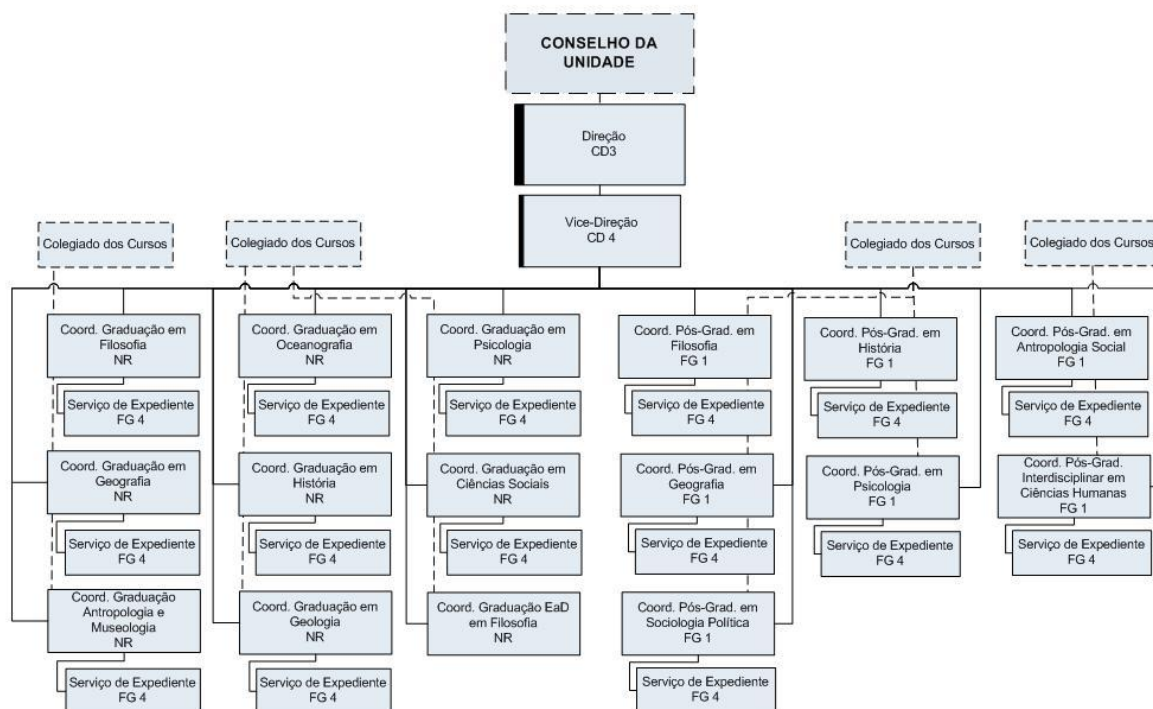


Estrutura Organizacional do Centro de Ciências da Educação – Departamentos e Administrativo



1.3.2.11.13 Organograma do Centro de Filosofia e Ciências Humanas - Cursos

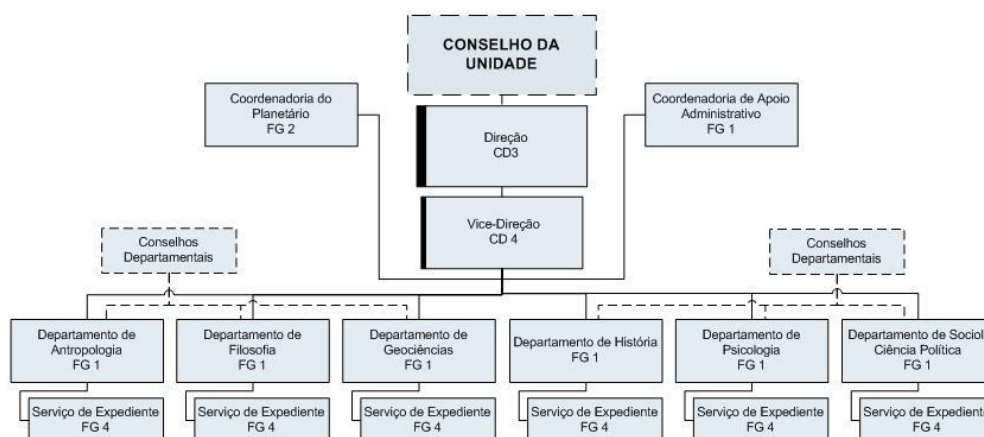
Estrutura Organizacional do Centro de Filosofia e Ciências Humanas - Cursos



NR - Não Remunerado

1.3.2.11.14 Organograma do Centro de Filosofia e Ciências Humanas - Departamentos

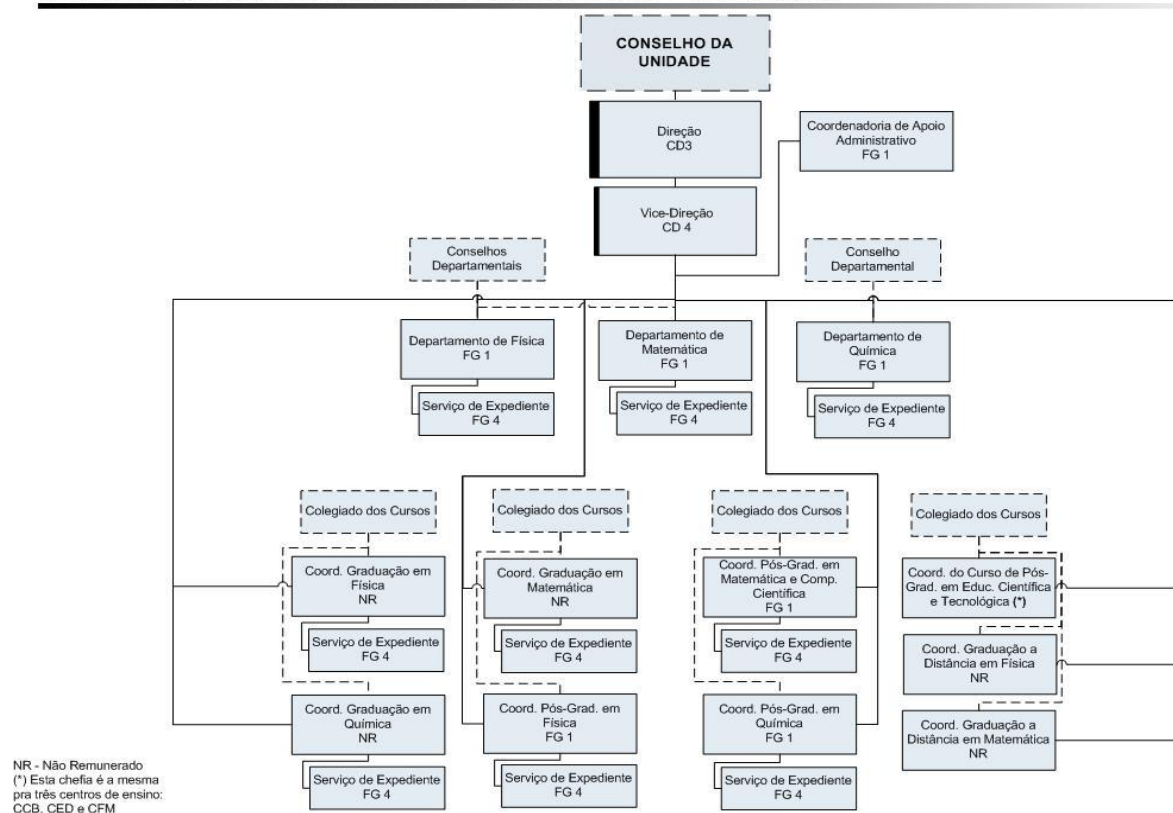
Estrutura Organizacional do Centro de Filosofia e Ciências Humanas - Departamentos



NR - Não Remunerado

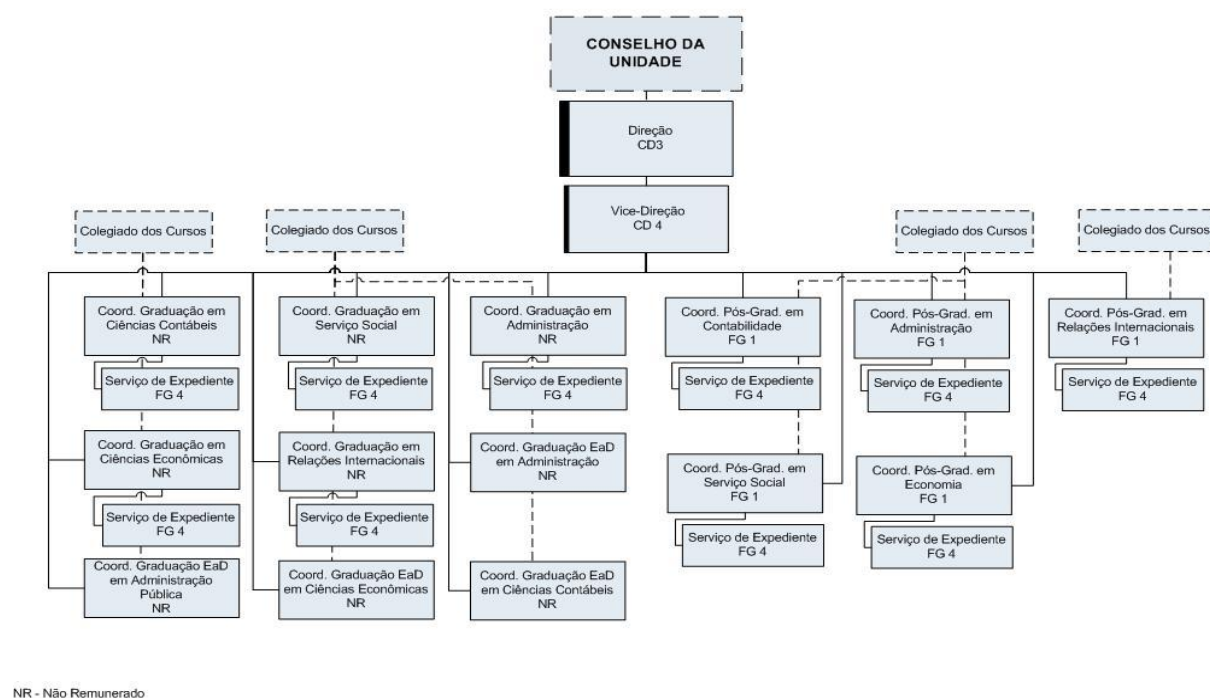
1.3.2.11.15 Organograma do Centro de Ciências Físicas e Matemáticas

Estrutura Organizacional do Centro de Ciências Físicas e Matemáticas



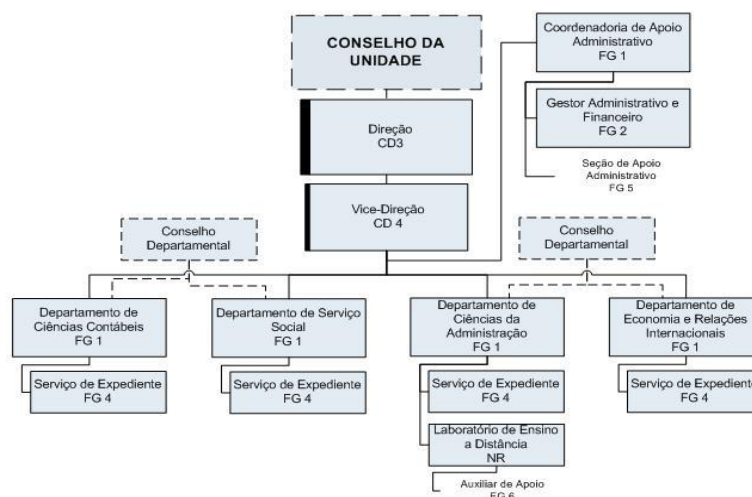
1.3.2.11.16 Organograma do Centro Socioeconômico – Cursos

Estrutura Organizacional do Centro Sócio-Econômico - Cursos



1.3.2.11.17 Organograma do Centro Socioeconômico – Departamentos

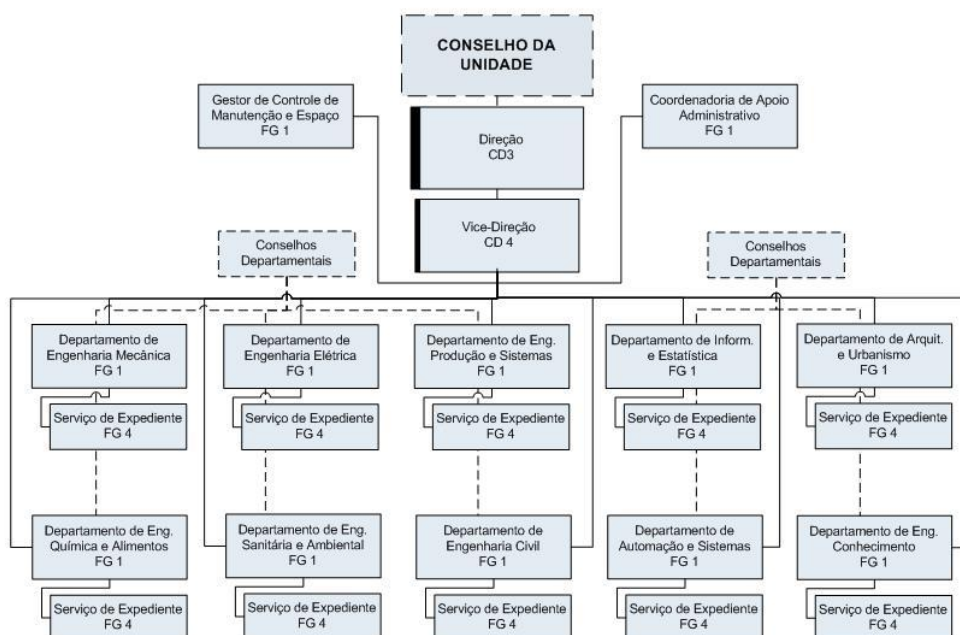
Estrutura Organizacional do Centro Sócio-Econômico - Departamentos



NR - Não Remunerado

1.3.2.11.18 Organograma do Centro Tecnológico – Departamentos

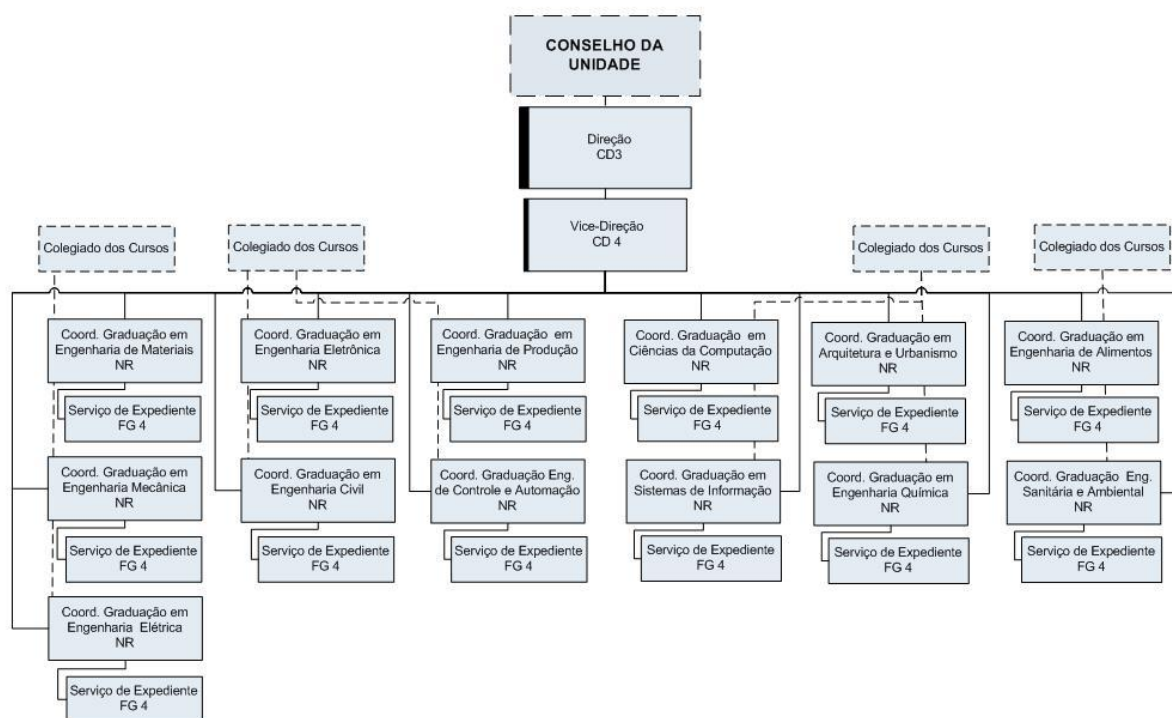
Estrutura Organizacional do Centro Tecnológico - Departamentos



NR - Não Remunerado

1.3.2.11.19 Organograma do Centro Tecnológico – Cursos de Graduação

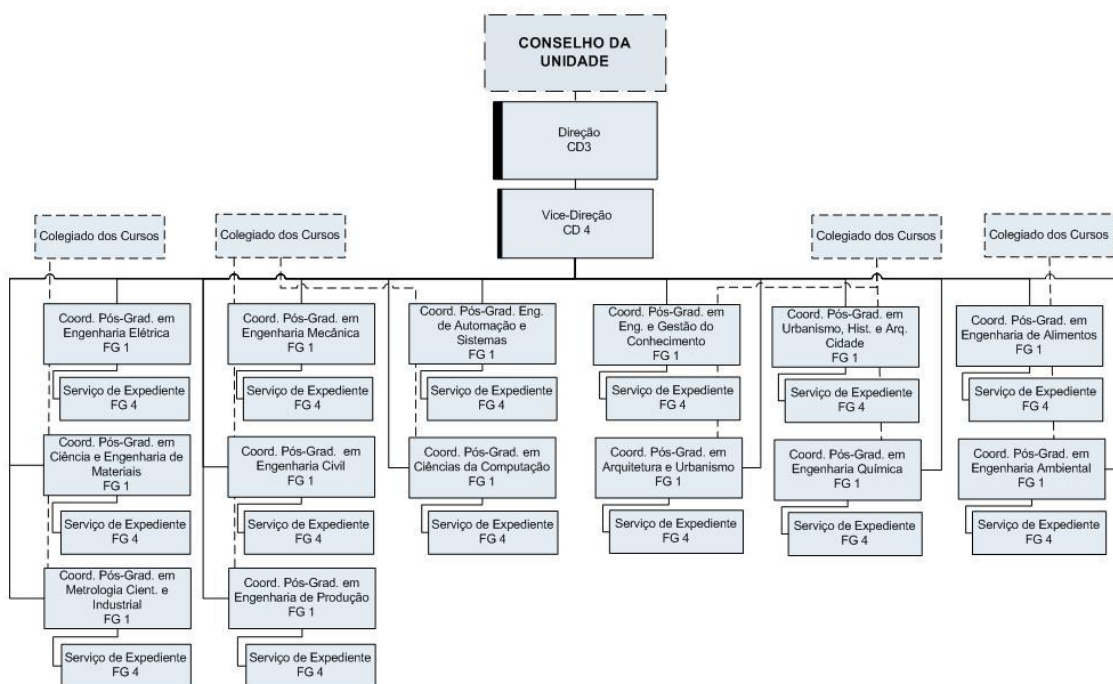
Estrutura Organizacional do Centro Tecnológico – Cursos de Graduação



NR - Não Remunerado

1.3.2.11.20 Organograma do Centro Tecnológico – Cursos de Pós-Graduação

Estrutura Organizacional do Centro Tecnológico – Cursos de Pós-Graduação



NR - Não Remunerado

1.4 Macroprocessos Finalísticos da Unidade Jurisdicionada, com a Indicação dos Principais Produtos e Serviços que Tais Processos Devem Oferecer aos Cidadãos-Usuários ou Clientes

1.4.1 Universidade Federal de Santa Catarina

Conforme o artigo 5º do Estatuto da UFSC, a Universidade organizar-se-á com estrutura e métodos de funcionamento que preservem a unidade de suas funções de ensino, pesquisa e extensão e assegurem a plena utilização dos seus recursos materiais e humanos, vedada a duplicação de meios para fins idênticos.

1.4.1.1 Macroprocesso Ensino

O macroprocesso de ensino envolve as Pró-Reitorias de Graduação e Pós-Graduação.

Conforme o artigo 18 do Regimento Interno da Reitoria (Resolução Normativa nº 28/CUn/2012), compete à Pró-Reitoria de Graduação:

- I – coordenar as ações inerentes à política de ensino de graduação, de ensino médio, fundamental e pré-escolar, definida pelo Conselho Universitário, zelando pelo cumprimento das normas pertinentes;
- II – promover intercâmbio com outras entidades nacionais, visando ao desenvolvimento do ensino de graduação e da educação básica;
- III – propor à autoridade competente a formalização de convênios a serem celebrados com outros organismos, quando relacionados à sua área de atuação, procedendo ao seu acompanhamento;
- IV – coordenar o desenvolvimento das atividades de ensino, bem como do sistema de matrícula e de estágios curriculares na área de graduação;
- V – emitir parecer sobre a criação, expansão, modificação ou extinção de cursos de graduação;
- VI – supervisionar a elaboração de processos de reconhecimento de cursos de graduação;
- VII – supervisionar a avaliação e atualização de currículos e programas realizados pelos departamentos de ensino, bem como o aproveitamento acadêmico;
- VIII – lançar editais de fomento, relacionados à sua área de atuação;
- IX – propor instrumentos para elaboração e atualização periódica de planos plurianuais de desenvolvimento dos cursos de graduação e de educação básica;
- X – convocar e presidir as reuniões da Câmara de Ensino de Graduação;
- XI – propor à Câmara de Ensino de Graduação diretrizes de avaliação dos cursos de graduação;
- XII – supervisionar os trabalhos da Comissão Permanente de Pessoal Docente, da Comissão Permanente do Vestibular, da Coordenação da Universidade Aberta do Brasil, do Comitê Gestor de Formação de Professores, do Programa das Ações Afirmativas e do Núcleo de Acessibilidade;
- XIII – coordenar os programas propostos pelo Ministério da Educação dirigidos à educação básica (Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência, Pró-Docência, Gestar, Programa Incluir, Pró-Letramento e outros programas federais);
- XIV – coordenar a gestão acadêmica do REUNI no *campus* sede e nos demais *campi*;
- XV – acompanhar a elaboração e atualização dos projetos pedagógicos dos cursos de graduação, tanto na modalidade presencial quanto na modalidade a distância, em conjunto com a Câmara de Ensino de Graduação;
- XVI – representar a UFSC e a região Sul no Fórum das Licenciaturas, no Fórum de Pró-reitores da Graduação das Universidades Públicas junto à Associação Nacional dos Docentes das Instituições Federais de Ensino Superior e no Fórum Estadual de Formação de Professores do Ensino Básico;
- XVII – proceder à supervisão geral do processo seletivo para fins de matrícula inicial nos cursos de graduação;
- XVIII – elaborar relatório sobre a realização do processo seletivo para fins de matrícula inicial nos cursos de graduação;

XIX – desenvolver e manter atualizado o sistema de informações das atividades docentes;
 XX – analisar e controlar a adequação do Planejamento e Acompanhamento da Atividades Docentes (PAAD), velando pela sua adequação à legislação e à política da Universidade;
 XXI – estimular a capacitação, em nível de pós-graduação, dos docentes;
 XXII – emitir parecer sobre as demandas docentes;
 XXIII – desenvolver e coordenar o sistema Integrado de Espaço Físico da UFSC (SIEF);
 XXIV – administrar o Espaço Físico Integrado (Bloco I);
 XXV – elaborar o calendário escolar dos cursos de graduação, submetendo-o à apreciação do Conselho Universitário;
 XXVI – elaborar o catálogo informativo dos cursos de graduação, bem como outros materiais relacionados à sua área de competência;
 XXVII – organizar um sistema informatizado de legislação e de normas da área de ensino;
 XXVIII – revisar periodicamente as normas de área de ensino, com vistas à sua atualização e adequação à legislação federal;
 XXIX – propor normas destinadas a regulamentar procedimentos acadêmicos no âmbito da Universidade;
 XXX – coordenar e acompanhar as atividades de seus diretores e coordenadores;
 XXXI – gerenciar os seus recursos financeiros;
 XXXII – emitir portarias e outros atos administrativos que se façam necessários à consecução das atividades da respectiva área;
 XXXIII – executar outras atividades inerentes à área ou que venham a ser delegadas pelo reitor.

Conforme o artigo 19 do Regimento Interno da Reitoria (Resolução Normativa nº 28/CUn/2012), compete à Pró-Reitoria de Pós-Graduação:

I – coordenar a execução das ações inerentes à política de ensino de pós-graduação da Universidade, definida pelo Conselho Universitário, zelando pelo cumprimento das normas pertinentes;
 II – planejar, coordenar e avaliar os planos de atividades da área de ensino de pós-graduação;
 III – zelar pela observância de critérios objetivos e impessoais nos procedimentos destinados a selecionar os alunos de pós-graduação;
 IV – zelar pela observância de critérios objetivos e impessoais no credenciamento, credenciamento e descredenciamento de docentes, nos programas de pós-graduação;
 V – expedir recomendações aos coordenadores de programas de pós-graduação, no que tange ao emprego dos recursos por estes diretamente geridos, oriundos de órgãos e entidades de fomento;
 VI – promover a integração das atividades de ensino de pós-graduação com o sistema de avaliação de rendimento escolar, de dissertações e de teses;
 VII – emitir parecer sobre a criação, expansão, modificação ou extinção de cursos de pós-graduação;
 VIII – elaborar processos de credenciamento de novos cursos de pós-graduação;
 IX – programar e efetivar a capacitação, em nível de pós-graduação, do corpo docente da Universidade;
 X – manter intercâmbio com outras entidades, visando ao desenvolvimento da pós-graduação;
 XI – propor à autoridade competente a formalização de convênios com outras entidades, quando relacionados à sua área de atuação, acompanhando sua execução;
 XII – coordenar a elaboração do catálogo e de outros materiais ou publicações dos cursos relacionados à sua área de competência;
 XIII – convocar e presidir as reuniões da Câmara de Pós-Graduação;
 XIV – propor instrumentos para elaboração e atualização de planos plurianuais de desenvolvimento de cursos de pós-graduação;
 XV – representar a UFSC nos Fóruns de Pró-Reitores de Pós-Graduação;

- XVI – emitir portarias e outros atos administrativos que se façam necessários à consecução das atividades da respectiva área;
- XVII – executar outras atividades inerentes à área ou que venham a ser delegadas pelo reitor.

1.4.1.2 Macroprocesso Pesquisa

O macroprocesso de pesquisa envolve a Pró-Reitoria de Pesquisa.

Conforme o artigo 20 do Regimento Interno da Reitoria (Resolução Normativa nº 28/CUn/2012), compete à Pró-Reitoria de Pesquisa:

- I – cumprir e fazer cumprir a legislação de pesquisa na Câmara de Pesquisa, nos Centros, nos Departamentos e nos Órgãos Suplementares;
- II – promover e apoiar as políticas institucionais relacionadas às atividades de pesquisa;
- III – coordenar a execução das ações inerentes à política de pesquisa da Universidade, definidas pelo Conselho Universitário, zelando pelo cumprimento das normas pertinentes;
- IV – emitir pareceres, portarias e outros atos administrativos que se façam necessários à consecução das atividades de sua área de atuação;
- V – promover e apoiar atividades de fomento e apoio à pesquisa;
- VI – propor à autoridade competente a formalização de convênios a serem celebrados com outros organismos, quando relacionados à sua área de atuação, procedendo ao seu acompanhamento;
- VII – incentivar o desenvolvimento das atividades de pesquisa através de programas específicos ou da administração de programas externos;
- VIII – estimular, autorizar e supervisionar a execução de projetos de pesquisa científica e tecnológica, zelando pela sua regularidade e compatibilidade com o interesse público;
- IX – estimular, autorizar e supervisionar a execução de projetos de administração de ciências e de transferência de tecnologia, zelando pela sua regularidade e compatibilidade com o interesse público;
- X – coordenar ações para a busca de recursos em projetos institucionais de pesquisa, inclusive no que tange à CT-INFRA, multiusuários, incubadoras, renúncia fiscal e descentralização de recursos;
- XI – promover, coordenar e aperfeiçoar programas que fomentem pesquisas institucionais na Universidade;
- XII – promover e apoiar o desenvolvimento de pesquisas individuais e coletivas, departamentais, interdepartamentais e interinstitucionais;
- XIII – acompanhar as negociações e emitir pareceres com relação a licenciamento ou realização de acordos, convênios ou contratos com terceiros, visando à exploração das tecnologias geradas na UFSC;
- XIV – exercer e fazer cumprir as disposições das resoluções da UFSC relativas à propriedade intelectual;
- XV – emitir pareceres sobre a celebração de contratos e/ou convênios de pesquisa e desenvolvimento, no que se refere às cláusulas de propriedade intelectual no âmbito da UFSC, sempre que a instituição estiver direta ou indiretamente envolvida;
- XVI – junto aos entes e órgãos nacionais e estrangeiros competentes, elaborar pedidos relacionados à propriedade intelectual e acompanhar a sua tramitação, se necessário com apoio profissional especializado;
- XVII – assinar contratos e termos de outorga referentes a projetos de pesquisa;
- XVIII – convocar e presidir as reuniões da Câmara de Pesquisa;
- XIX – coordenar projetos de pesquisa institucionais;
- XX – planejar, coordenar e avaliar os planos de atividades da área de pesquisa;
- XXI – propor, coordenar e executar políticas públicas no âmbito do Departamento de Inovação Tecnológica e Social referentes às atividades artísticas, científicas e tecnológicas desenvolvidas e/ou criadas no âmbito da UFSC;

- XXII – coordenar o Comitê de Inovação da UFSC;
- XXIII – propor e gerir o intercâmbio com outras entidades, visando ao desenvolvimento da pesquisa;
- XXIV – contribuir para a concretização e o fortalecimento do papel social da UFSC na área da pesquisa;
- XXV – participar de órgãos colegiados, comissões e comitês referentes ao fomento científico e tecnológico;
- XXVI – supervisionar, acompanhar e avaliar os programas institucionais PIBIC, PIBITI (CNPq)/BIP (UFSC), Jovens Talentos (CAPES) e demais afeitos à sua área de atuação, inclusive designando os respectivos comitês de seleção;
- XXVII – supervisionar e acompanhar a gestão de programas de Iniciação Científica Júnior, Iniciação Científica Mérito Universitário e demais programas correlatos, na sua área de atuação;
- XXVIII – supervisionar a coleta, a organização e publicação dos dados da produção científica e técnica dos docentes e pesquisadores da UFSC;
- XXIX – supervisionar a organização do sistema de registro, informação e divulgação de projetos de pesquisa da UFSC;
- XXX – supervisionar e coordenar as atividades dos Comitês Internos de Seleção e Avaliação dos programas de pesquisa;
- XXXI – assessorar os docentes e pesquisadores da UFSC junto ao IBAMA/CGEN, no encaminhamento de pedidos de autorização vinculados às atividades de pesquisa;
- XXXII – executar outras atividades inerentes à área ou que venham a ser delegadas pelo reitor.

1.4.1.3 Macroprocesso Extensão

O macroprocesso de extensão envolve a Pró-Reitoria de Extensão.

Conforme o artigo 21 do Regimento Interno da Reitoria (Resolução Normativa nº 28/CUn/2012), compete à Pró-Reitoria de Extensão:

- I – coordenar a execução das ações inerentes à política de extensão, definida pelo Conselho Universitário, zelando pela sua regularidade e compatibilidade com o interesse público;
- II – gerir e promover o intercâmbio com outras entidades, visando ao desenvolvimento das atividades de extensão;
- III – acompanhar o desenvolvimento das atividades de extensão, zelando por sua regularidade e compatibilidade com o interesse público;
- IV – estimular, autorizar e supervisionar a implementação de planos, programas e projetos de extensão junto à comunidade, zelando pela sua regularidade e compatibilidade com o interesse público;
- V – conceder bolsas de extensão, bem como auxílio financeiro a projetos, mediante o PROEXTENSÃO, o PROBOLSAS e programas congêneres;
- VI - gerenciar o PROEXT/MEC/SESu e programas congêneres;
- VII – regular e gerir o sistema de emissão de certificados de extensão;
- VIII – assinar termos de concessão de auxílios e bolsas formalizados com agências de fomento;
- IX – designar os coordenadores de núcleos, programas institucionais e similares envolvendo mais de uma unidade;
- X – propor à autoridade competente a formalização de convênios com outras entidades, quando relacionados à sua área de atuação;
- XI – ratificar os pareceres da Procuradoria Federal junto à UFSC nos processos de contratação de fundação de apoio para a execução de projetos de extensão;
- XII – assinar os contratos administrativos com as fundações de apoio, na sua área de atuação;
- XIII – designar gestor para acompanhar a execução dos contratos referidos no inciso X, mediante indicação dos departamentos de ensino ou órgãos envolvidos;

- XIV – convocar e presidir as reuniões da Câmara de Extensão;
- XV – emitir portarias e outros atos administrativos que se façam necessários à consecução das atividades da respectiva área;
- XVI – executar outras atividades inerentes à área ou que venham a ser delegadas pelo reitor.

1.4.1.4 Programas Finalísticos

1.4.1.4.1 Programa: 1061 - Brasil Escolarizado

Tipo de Programa: Finalístico

Objetivo Geral: Contribuir para a universalização da Educação Básica, assegurando equidade nas condições de acesso e permanência.

Público-alvo (beneficiários): Crianças, adolescentes e jovens

1.4.1.4.2 Programa 1073 – Brasil Universitário

Tipo: Finalístico

Objetivo Geral: Ampliar com qualidade o acesso ao ensino de graduação, à pesquisa e à extensão, com vistas a disseminar o conhecimento.

Público-alvo: Alunos e professores das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), bem como bolsistas das IES privadas.

1.4.1.4.3 Programa: 1375 - Desenvolvimento do Ensino da Pós-Graduação e da Pesquisa Científica

Tipo de Programa: Finalístico

Objetivo Geral: Formar pessoal de alto nível no País e no exterior, com vistas à produção do conhecimento científico para a solução dos grandes desafios educacionais, econômicos e sociais do Brasil.

Público-alvo (beneficiários): Alunos de Pós-Graduação, professores de ensino superior, pesquisadores, bem como o cidadão graduado que demonstre interesse em capacitação pós-graduada.

1.4.2 Hospital Universitário Professor Polydoro Ernani de São Thiago

O HU é um Hospital Geral, que atende várias especialidades e que conta com uma Maternidade. Possui um Ambulatório que atende cerca de 10 mil consultas e retornos por mês na Atenção Básica e especialmente em Média e Alta Complexidade. O Ambulatório representa uma das portas de entrada da instituição. As demais são as três Emergências (pediátrica, adulto e ginecológica/obstétrica), que realizam em torno de 7 mil atendimentos ao mês. Também realiza em torno de 750 internações, 260 cirurgias de médio e grande porte e 330 cirurgias ambulatoriais e 127 partos por mês. Os agendamentos de consultas, retornos e exames são na sua maioria agendados via Sistema de Regulação – SISREG, do Ministério da Saúde, sob a responsabilidade dos gestores estaduais e municipais.

1.5 Principais Macroprocessos de Apoio ao Exercício das Competências e Finalidades da Unidade Jurisdicionada.

1.5.1 Universidade Federal de Santa Catarina

Os macroprocessos de apoio envolvem o Gabinete da Reitoria, a Pró-Reitoria de Administração, a Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis, a Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento, a Secretaria de Cultura, a Secretaria de Relações Internacionais, a Secretaria de Gestão de Pessoas, a Secretaria de Aperfeiçoamento Institucional, a Auditoria Interna, a Secretaria dos Órgãos Deliberativos Centrais, a Ouvidoria, o Serviço de Informação ao Cidadão, a Agência de Comunicação, a Assessoria de Imprensa e a TV UFSC.

São órgãos suplementares de apoio a Biblioteca Universitária, o Restaurante Universitário, o Museu de Arqueologia e Etnologia Osvaldo Rodrigues Cabral, o Hospital Universitário, a Superintendência de Governança Eletrônica e Tecnologia da Informação e Comunicação, a Editora da UFSC e o Biotério Central.

Conforme o artigo 9º do Regimento Interno da Reitoria (Resolução Normativa nº 28/CUn/2012), compete ao Gabinete da Reitoria:

- I – assessorar diretamente o reitor;
- II – dirigir, coordenar e fiscalizar os serviços administrativos do Gabinete;
- III – exercer o poder disciplinar no âmbito do Gabinete;
- IV – transmitir determinações e recomendações do reitor no âmbito da Universidade;
- V – assistir o reitor em seu relacionamento institucional e administrativo;
- VI – coordenar o cronograma das audiências diárias e os compromissos de agenda do reitor;
- VII – analisar os processos e expedientes dirigidos ao reitor, proferindo despachos interlocutórios, quando for o caso;
- VIII – despachar com o reitor os processos e expedientes pertinentes à Universidade;
- IX – executar outras atividades inerentes à alta gestão universitária ou que venham a ser delegadas pelo reitor.

Conforme o artigo 24 do Regimento Interno da Reitoria (Resolução Normativa nº 28/CUn/2012), compete à Pró-Reitoria de Administração:

- I – coordenar a execução das ações inerentes à política de administração da Universidade, definida pelo Conselho Universitário, zelando pelo cumprimento das normas vigentes;
- II – acompanhar a execução da política de gestão da Universidade no que se refere a:
 - a) segurança física e patrimonial;
 - b) sistemas de administração de material, patrimônio e serviços auxiliares;
 - c) serviços de conservação e manutenção física e patrimonial;
- III – sem prejuízo das competências de outros órgãos, formular as bases da política de gestão da Universidade, no que se refere a:
 - a) segurança física e patrimonial;
 - b) sistemas de administração de material, patrimônio e serviços auxiliares;
 - c) serviços de conservação e manutenção física e patrimonial;

Conforme o artigo 22 do Regimento Interno da Reitoria (Resolução Normativa nº 28/CUn/2012), compete à Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis:

- I – coordenar a execução das ações inerentes à política de assuntos estudantis, definida pelo Conselho Universitário, zelando pelo cumprimento das normas pertinentes;

- II – propor e acompanhar a execução de ações da política de assuntos estudantis da Universidade, principalmente no que se refere ao acesso, à permanência e a conclusão do curso de graduação presencial, nas seguintes áreas: moradia estudantil, alimentação, transporte, assistência à saúde, inclusão digital, cultura, esporte e lazer; apoio pedagógico, movimentos estudantis e políticas sociais;
- III – no campo dos assuntos estudantis, desenvolver projetos visando a aprimorar a gestão universitária e as políticas adotadas pela UFSC;
- IV – planejar, coordenar e avaliar a execução das atividades inerentes aos planos, programas e projetos vinculados à política de assuntos estudantis;
- V – estimular a implementação de planos, programas e projetos junto à comunidade estudantil;
- VI – manter intercâmbio com outras entidades, visando ao desenvolvimento de atividades e serviços de interesse da comunidade estudantil;
- VII – propor e desenvolver políticas de benefícios da Universidade dirigidas à comunidade estudantil;
- VIII – propor à autoridade competente a formalização de convênios e contratos a serem celebrados com outros órgãos e entes, quando relacionados à sua área de competência, procedendo à sua execução e ao seu acompanhamento;
- IX – apoiar e divulgar a realização de eventos de interesse da comunidade estudantil;
- X – emitir portarias e outros atos administrativos que se façam necessários à consecução das atividades da respectiva área;
- XI – executar outras atividades inerentes à sua área ou que venham a ser delegadas pelo reitor.

Conforme o artigo 23 do Regimento Interno da Reitoria (Resolução Normativa nº 28/CUn/2012), compete à Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento:

- I – desenvolver estudos visando a estabelecer diretrizes, normas de procedimento e métodos aplicáveis às atividades de planejamento e controle, bem como à modernização administrativa, ao desenvolvimento organizacional e ao aprimoramento dos métodos de gestão;
- II – coordenar o planejamento institucional, mediante planos globais, programas, projetos e planos diretores;
- III – coordenar e avaliar a execução das atividades inerentes aos planos, programas e projetos, no seu âmbito de atuação;
- IV – coletar, armazenar, analisar e divulgar os dados estatísticos e outras informações de interesse dos processos de planejamento e de avaliação de desempenho da Universidade;
- V – avaliar periodicamente os critérios de alocação de recursos e de desempenho gerencial e institucional;
- VI – coordenar a elaboração das propostas orçamentárias destinadas à aprovação por parte do Ministério da Educação;
- VII – subsidiar, a partir de dados objetivos, as decisões referentes à distribuição de recursos orçamentários;
- VIII – gerenciar a execução do orçamento da Universidade;
- IX – coordenar as atividades relacionadas ao sistema de administração financeira e contábil da Universidade;
- X – assessorar o reitor em matéria orçamentária e financeira;
- XI – planejar e gerenciar a organização e a ocupação dos espaços físicos da UFSC;
- XII – executar outras atividades inerentes à área do planejamento e gestão orçamentária, exercendo competências próprias ou delegadas pelo reitor.

Conforme o artigo 25 do Regimento Interno da Reitoria (Resolução Normativa nº 28/CUn/2012), compete à Secretaria de Cultura:

- I – fomentar a cultura no âmbito da Universidade ou a partir dela, por meio da produção e difusão;
- II – sensibilizar a comunidade universitária e seus gestores quanto à importância da cultura na formação de uma sociedade mais humanizada;
- III – contribuir para uma formação pedagógica, cidadã e emancipadora mais abrangente do aluno, aumentando o seu repertório cultural com a oferta de atividades culturais extracurriculares;
- IV – integrar a cultura às atividades de ensino, pesquisa e extensão;
- V – promover e estimular o acesso à produção e ao empreendimento cultural através de editais e seleções públicas democráticas e transparentes, zelando pela observância do direito vigente, na concessão de recursos financeiros;
- VI – elevar a qualidade da produção artístico-cultural da Universidade;
- VII – garantir a preservação do patrimônio cultural, histórico e artístico da Universidade, resguardando os bens de natureza material e imaterial;
- VIII – articular as políticas de cultura com outros órgãos administrativos e de ensino da Universidade, promovendo a organização de parcerias e redes para a sua implementação;
- IX – em conjunto com outras universidades nacionais e estrangeiras, promover o intercâmbio e difusão da cultura universitária, levando a criação artístico-cultural produzida e financiada pela UFSC para além dos espaços físicos da Universidade;
- X – integrar as ações culturais dos *campi* da Universidade;
- XI – estender as ações da Secretaria à comunidade externa das cidades-sede dos campi universitários e a outras localidades do Estado de Santa Catarina;
- XII – organizar instâncias consultivas e de participação para que contribuam na formulação das políticas de cultura da Universidade, debatendo estratégias e formas de execução;
- XIII – executar outras atividades inerentes à área ou que venham a ser delegadas pela autoridade competente.

Conforme o artigo 26 do Regimento Interno da Reitoria (Resolução Normativa nº 28/CUn/2012), compete à Secretaria de Relações Internacionais:

- I – assessorar o reitor nos assuntos que envolvam as relações da Universidade com instituições estrangeiras;
- II – planejar, coordenar e avaliar a execução das ações inerentes à política de relações internacionais da Universidade;
- III – estabelecer e divulgar os procedimentos para a submissão de propostas de acordos e convênios internacionais, definindo também os critérios para sua aprovação;
- IV – receber, registrar e emitir parecer sobre propostas de acordos e convênios internacionais bem como sobre suas renovações, modificações e adendos;
- V – regulamentar e coordenar o intercâmbio internacional de estudantes de graduação e pós-graduação, oferecendo orientação, recebendo e homologando candidaturas e, no caso de estudantes estrangeiros aceitos na Universidade, efetuando matrículas;
- VI – estimular, coordenar e executar programas de cunho institucional que forneçam aporte financeiro, interno ou externo, à mobilidade internacional de estudantes, docentes e servidores técnico-administrativos;
- VII – promover a integração, junto às respectivas pró-reitorias, das ações da Universidade, visando à internacionalização do ensino de graduação e pós-graduação, da pesquisa e da extensão;
- VIII – dar suporte administrativo aos alunos e aos servidores docentes e técnico-administrativos em projetos internacionais;
- IX – emitir portarias atribuindo carga horária de atividade administrativa aos docentes que venham a ser nomeados coordenadores de convênios internacionais;

X – firmar acordos e convênios entre a Universidade e instituições estrangeiras nos casos em que o signatário da parte estrangeira não seja o reitor, mas sim o responsável pelo setor correspondente à Secretaria de Relações Internacionais;

XI – executar outras atividades inerentes à área ou que venham a ser delegadas pelo reitor.

Conforme o artigo 27 do Regimento Interno da Reitoria (Resolução Normativa nº 28/CUn/2012), compete à Secretaria de Gestão de Pessoas:

I – coordenar a execução de ações referentes à política e ao desenvolvimento da gestão de pessoas;

II – emitir portarias e outros atos administrativos referentes a atividades da área de gestão de pessoas;

III – coordenar e acompanhar as ações de administração da vida funcional dos servidores;

IV – coordenar e acompanhar as políticas de promoção social e à saúde;

V – articular ações continuadas de acompanhamento das carreiras dos servidores com as comissões de representação de suas categorias;

VI – coordenar as políticas de benefícios da Universidade;

VII – executar outras atividades inerentes à área ou que venham a ser delegadas pelo reitor.

Conforme o artigo 28 do Regimento Interno da Reitoria (Resolução Normativa nº 28/CUn/2012), compete à Secretaria de Aperfeiçoamento Institucional:

I – elaborar e propor atos, medidas, diretrizes e políticas destinadas à democratização, à republicanização e à ampliação da transparência, regularidade e impessoalidade da gestão universitária, tanto nos Órgãos Executivos Centrais quanto nas demais unidades e órgãos da UFSC;

II – coordenar e acompanhar a execução das ações inerentes às políticas de democratização, republicanização e ampliação da transparência que o Conselho Universitário decida adotar, por meio de resolução;

III – sem prejuízo das competências das outras secretarias especiais, do reitor, das pró-reitorias, do Conselho Universitário, da Advocacia Geral da União e dos demais órgãos previstos no Estatuto e no Regimento Geral, elaborar e propor atos, medidas, diretrizes e políticas que, não abrangidos pelo inciso I, destinem-se a modernizar e aprimorar as normas referentes às atividades da Universidade ou de órgãos a ela vinculados;

IV – propor à autoridade competente a formalização de convênios com outros entes e órgãos, quando relacionados à sua área de atuação;

V – elaborar, a partir dos dados da Ouvidoria ou de consultas à comunidade universitária e à sociedade civil, sugestões para o aperfeiçoamento das atividades da Universidade, bem como de seus órgãos e unidades;

VI – elaborar, aprimorar e sugerir mecanismos de consulta, diálogo e participação da comunidade acadêmica e da sociedade civil no âmbito da Universidade e de suas unidades;

VII – aprimorar e intensificar o diálogo da Universidade com a sociedade civil, as organizações sociais, os movimentos sociais, as entidades representativas de categorias profissionais e econômicas, as associações e as instituições interessadas em apoiar as atividades-fim da Universidade.

VIII – Sem prejuízo das atribuições inerentes à vice –reitora nem da competência do reitor para designar outros representantes, representar a Reitoria, quando pra tanto designado, em cerimônias, reuniões, órgãos colegiados, comissões e grupos de estudo no âmbito da CAPES, do Ministério da Educação, do Ministério da Justiça e de outros órgãos e instituições federais e municipais.

IX – Após designação específica, representar a Reitoria perante o Ministério Público, a Advocacia Geral da União, a Controladoria Geral da União, o Tribunal de Contas da União e outros órgãos de controle, quando se tratar de planejamento e formulação de políticas de republicanização e transparência, no âmbito da universidade.

X – Propor ao Chefe de Gabinete, quando para tal solicitada, esboços de atos de competência deste último, de interesse para o aperfeiçoamento institucional.

XI – Emitir portarias e outros atos administrativos que se façam necessário ao exercício das atividades e competências de sua respectiva área de atuação.

Conforme o artigo 10 do Regimento Interno da Reitoria (Resolução Normativa nº 28/CUn/2012), compete à Auditoria Interna:

I – acompanhar o cumprimento das metas do Plano Plurianual (PPA) no âmbito da Universidade, visando a comprovar a conformidade de sua execução;

II – assessorar os gestores da Universidade no acompanhamento da execução dos programas de governo, visando a comprovar o nível de execução das metas, o alcance dos objetivos e a adequação do gerenciamento;

III – verificar a execução do orçamento da Universidade, visando a comprovar a conformidade da execução com os limites e destinações estabelecidas na legislação pertinente;

IV – verificar o desempenho da gestão da Universidade, visando a comprovar a legalidade e a legitimidade dos atos e a examinar os resultados quanto à economicidade, eficácia e eficiência da gestão orçamentária, financeira, patrimonial, de pessoal e dos demais sistemas administrativos operacionais, recomendando a adoção de medidas de caráter preventivo e corretivo, objetivando o cumprimento da legislação pertinente;

V – orientar subsidiariamente os dirigentes da Universidade quanto aos princípios e às normas de controle interno, inclusive quanto à forma de prestar contas;

VI – examinar e emitir parecer prévio sobre a prestação de contas anual da Universidade e as tomadas de contas especiais;

VII – propor mecanismos para o exercício do controle social sobre as ações da Universidade, bem como para a adequação dos mecanismos de controle social já em funcionamento;

VIII – acompanhar a implementação das recomendações e das determinações das unidades do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e do Tribunal de Contas da União;

IX – esgotadas todas as medidas corretivas, do ponto de vista administrativo, comunicar às unidades do Sistema de Controle Interno e do Poder Executivo Federal, tempestivamente, os fatos irregulares que causarem prejuízo ao erário;

X – elaborar o Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna (PAINT) do exercício seguinte, bem como o Relatório Anual de Atividades da Auditoria Interna (RAINT), a serem encaminhados às unidades do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, para efeito de integração das ações de controle;

XI – verificar a consistência e a fidedignidade dos dados e informações que comporão o Balanço Geral da União (BGU);

XII – testar a consistência dos atos de aposentadoria, pensão e admissão de pessoal;

XIII – executar outras atividades inerentes à área de controle interno que venham a ser delegadas pelas unidades do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, pelo órgão de controle externo, pela autoridade superior da Universidade ou pela legislação.

Conforme o artigo 11 do Regimento Interno da Reitoria (Resolução Normativa nº 28/CUn/2012), compete à Secretaria dos Órgãos Deliberativos Centrais:

I – elaborar a agenda dos trabalhos das reuniões, observando o disposto no art. 6º, II;

II – providenciar a convocação dos membros para as sessões, por determinação da presidência;

III – secretariar as sessões, lavrando as respectivas atas;

IV – redigir atos e demais documentos que traduzam as decisões tomadas;

V – manter atualizados os arquivos e registros;

VI – executar outras atividades inerentes à área ou que venham a ser delegadas pelo reitor.

Conforme o artigo 12 do Regimento Interno da Reitoria (Resolução Normativa nº 28/CUn/2012), compete à Ouvidoria:

- I – sem prejuízo das atribuições elencadas no art. 27, receber, registrar, classificar e encaminhar aos setores envolvidos críticas, reclamações e sugestões, na busca de soluções para os problemas da Universidade;
- II – acompanhar as ações empreendidas pelos diversos setores da Universidade, decorrentes dos encaminhamentos feitos, dando conhecimento dos seus resultados aos interessados;
- III – elaborar e encaminhar à comunidade universitária, periodicamente, relatórios circunstanciados das atividades desenvolvidas;
- IV – executar outras atividades inerentes à área ou que venham a ser delegadas pelo reitor.

Conforme o artigo 13 do Regimento Interno da Reitoria (Resolução Normativa nº 28/CUn/2012), compete ao Serviço de Informação ao Cidadão – SIC:

- I – atender e orientar o público quanto ao acesso à informação;
- II – informar os eventuais interessados sobre a tramitação de documentos nas unidades;
- III – receber e registrar pedidos de acesso à informação.

Conforme o artigo 14 do Regimento Interno da Reitoria (Resolução Normativa nº 28/CUn/2012), compete à Agência de Comunicação:

- I – executar a política de comunicação social da Universidade, sem prejuízo do disposto no art. 15, I;
- II – promover a integração entre a Universidade e a comunidade através dos meios de comunicação;
- III – dar a cobertura jornalística às atividades e aos eventos promovidos pela Universidade;
- IV – promover a comunicação interna na Universidade, visando à interação entre os diversos segmentos que a compõem;
- V – executar outras atividades inerentes à área da comunicação ou que venham a ser delegadas pelo reitor.

Conforme o artigo 15 do Regimento Interno da Reitoria (Resolução Normativa nº 28/CUn/2012), compete à Assessoria de Imprensa do Gabinete da Reitoria:

- I – participar da concepção e execução do Planejamento de Comunicação da Universidade e da elaboração de sua política de comunicação pública;
- II – coordenar a elaboração de material de divulgação sobre assuntos diretamente vinculados à Administração Central;
- III – fazer o acompanhamento analítico da clipagem diária produzida pela Agência de Comunicação, sobre temas relacionados à Administração Central;
- IV – assessorar os gestores na produção de textos, sinopses, relatórios, notas oficiais e artigos destinados à imprensa;
- V – coordenar a atualização e o monitoramento de perfis institucionais específicos dos gestores nas redes sociais;
- VI – coordenar a concepção e atualização dos *sites* vinculados à Administração Central;
- VII – acompanhar entrevistas concedidas pelo reitor, pelo vice-reitor e por outros membros da administração central da Universidade.

Conforme o artigo 16 do Regimento Interno da Reitoria (Resolução Normativa nº 28/CUn/2012), compete à TV UFSC:

- I – contribuir para a execução da política de comunicação social da Universidade, em parceria com a Agência de Comunicação;
- II – garantir a veiculação de seu conteúdo nas mais diversas mídias, permitindo o acesso pela comunidade universitária em todos os *campi* da UFSC;
- III – disponibilizar mecanismos que permitam a participação da comunidade universitária na produção de conteúdos e na elaboração da grade de programação.

1.5.1.1 Programas de Apoio:

1.5.1.1.1 Programa: 0089 - Previdência de Inativos e Pensionistas da União

Tipo: Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais.

Objetivo Geral: Assegurar os benefícios previdenciários legalmente estabelecidos aos servidores inativos da União e seus pensionistas e dependentes.

Público-Alvo: Servidores públicos federais titulares de cargo efetivo, servidores inativos, dependentes e pensionistas.

1.5.1.1.2 Programa: 0750 - Apoio Administrativo

Tipo: Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais.

Objetivo Geral: Prover os órgãos da União dos meios administrativos para a implementação e gestão de seus programas finalísticos.

Público-alvo (beneficiários): Governo.

1.5.1.1.3 Programa: 0901 - Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais

Tipo de Programa: Operações Especiais.

Objetivo Geral: Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais.

Público-alvo (beneficiários): Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais.

1.5.1.1.4 Programa: 1067 - Gestão da Política de Educação

Tipo de Programa: Gestão de Políticas Públicas.

Objetivo Geral: Coordenar o planejamento e a formulação de políticas setoriais e a avaliação e controle dos programas na área da educação.

Público-alvo (beneficiários): Governo.

1.5.1.1.5 Programa: 0089 - Previdência de Inativos e Pensionistas da União

Tipo: Apoio às Políticas Públicas e Áreas Especiais.

Objetivo Geral: Assegurar os benefícios previdenciários legalmente estabelecidos aos servidores inativos da União e seus pensionistas e dependentes.

Público-alvo: Servidores públicos federais titulares de cargo efetivo, servidores inativos, dependentes e pensionistas.

1.5.2 Hospital Universitário Professor Polydoro Ernani de São Thiago

Os principais macroprocessos de apoio correspondem aos Serviços da Diretoria de Apoio Assistencial – Serviços de Análises Clínicas, Nutrição e Dietética, Prontuário do Paciente, Hemoterapia, Radiologia, Farmácia, Cardiologia, Hemodinâmica, Serviço Social, Psicologia, Fisioterapia, etc. Os exames realizados pelos Serviços são agendadas via Sistema de Regulação – SISREG, do Ministério da Saúde, sob a responsabilidade dos gestores estaduais e municipais. Ressaltamos também as atividades desenvolvidas pela Diretoria de Administração, que correspondem as Divisões de Manutenção e Serviços Gerais, de Administração e Auxiliar de Pessoal.

1.6 Principais Parceiros (Externos à Unidade Jurisdicionada, da Administração Pública ou da Iniciativa Privada) Relacionados aos Macroprocessos Finalísticos da Unidade

1.6.1 Universidade Federal de Santa Catarina

Os principais parceiros externos relacionados aos macroprocessos finalísticos que colaboram ou participam na consecução dos objetivos da UFSC são:

- a) Ministério da Educação – MEC;
- b) Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão – MPOG;
- c) Ministério da Saúde - MS
- d) Governo do Estado de Santa Catarina;
- e) Prefeitura Municipal de Florianópolis;
- f) Prefeitura Municipal de Araranguá;
- g) Prefeitura Municipal de Curitiba;
- h) Prefeitura Municipal de Joinville;
- i) Fundações vinculadas à UFSC:
 - 1) FEPESE - Fundação de Estudos e Pesquisas Socioeconômicos;
 - 2) FUNJAB - Fundação José Arthur Boiteux;
 - 3) FEESC - Fundação de Ensino de Engenharia de Santa Catarina;
 - 4) FAPEU - Fundação de Amparo à Pesquisa e Extensão Universitária.

1.6.2 Hospital Universitário professor Polydoro Ernani de São Thiago

O HU é um órgão suplementar previsto no artigo 12, inciso V, do Estatuto da UFSC, diretamente vinculado ao Reitor. Desde 2004 tem convênio firmado com Secretaria de Estado da Saúde de Santa Catarina, compartilhado com a Secretaria Municipal de Saúde de Florianópolis. Contamos também com Laboratórios e Clínicas de Referência para a realização de procedimentos de alta complexidade ou de baixa demanda, o que inviabiliza a sua implantação no HU.

2. PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO, PLANO DE METAS E DE AÇÕES

2.1 Informações Sobre o Planejamento Estratégico da Unidade

2.1.1 Universidade Federal de Santa Catarina

O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) foi elaborado com base na Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, e tem a função principal de sistematizar o planejamento da instituição com um horizonte temporal de no mínimo um quinquênio. A intenção é que o documento sirva de elemento ao redor do qual será definido o planejamento anual, com foco nas atividades de curto prazo, e o planejamento estratégico propriamente dito, com um horizonte de pelo menos dez anos.

O Plano de Desenvolvimento Institucional da Universidade Federal de Santa Catarina é a peça que norteia as ações estratégicas da Universidade, o plano que está em vigor no momento abrange o período de 2010-2014.

O Plano de Desenvolvimento Institucional está estruturado da seguinte forma:

1. Perfil Institucional – No capítulo sobre o perfil institucional, discutem-se os temas do histórico da UFSC, sua missão, visão, valores, e suas áreas de atuação acadêmica. Nas áreas de atuação, destacam-se o ensino em todos os níveis, a pesquisa, a extensão e a cultura e arte.
2. Projeto Pedagógico Institucional – O PPI, objeto do capítulo 2, foi estruturado exatamente de acordo com as orientações do MEC com seções definidas pelos seguintes temas: (1) inserção regional; (2) princípios filosóficos e técnico-metodológicos gerais que norteiam as práticas acadêmicas da instituição; (3) políticas; e (4) ações de responsabilidade ética e social. As políticas estão organizadas segundo cinco dimensões que incluem um total de 21 objetivos e mais de 130 metas.
3. Organização e Gestão – No capítulo 3 do PDI, discutem-se os meios que viabilizarão as políticas. Inicialmente, o tema do desenvolvimento do ensino nos próximos cinco anos é explorado, começando pela situação atual e passando para as perspectivas de expansão. Nas três seções finais do capítulo trata-se da gestão, comunicação e orçamento.
4. Inovação e interações institucionais – No capítulo 4, destacam-se dois temas: o papel da UFSC na geração de inovações e suas estratégias para o relacionamento interinstitucional.

2.1.2 Hospital Universitário Professor Polydoro Ernani de São Thiago

Em outubro de 2004, o HU foi reconhecido como Hospital de Ensino por meio de credenciamento junto aos Ministérios da Educação e da Saúde. Em 2005, iniciou seu Planejamento Estratégico, denominado Plano 2012, dando um passo fundamental em direção à excelência das práticas de gestão do HU. Em 2008, na revisão do Plano, fortaleceu sua intenção de ser alta complexidade. Já consolidou alguns serviços (transplante hepático, transplante de córnea, cirurgia bariátrica, implante coclear, nefrologia, vascular) e tem buscado apoio junto à SES/SC para o credenciamento de outros. Está em fase de execução de obra para implantação de uma Unidade de Queimados. Nessa ocasião foram definidos dez Programas ou Questões Estratégicas que são Programa de Gestão Institucional, de Acreditação, Gestão de Pessoas, Gestão da Assistência, Tecnologia da Informação, Gestão Financeira, Ciência e Tecnologia, Comunicação Interna e Marketing, gestão de Materiais e equipamentos e de Desenvolvimento e Implantação da Alta

Complexidade e Transplantes. A Gestão 2012-2016, que assumiu em outubro passado, vai realizar a revisão do Planejamento Estratégico, ressaltando que o Programa de Acreditação é considerado um das prioridades da atual gestão. Em relação ao Plano Plurianual (PPA) do Governo Federal, o HU busca contribuir com o aperfeiçoamento do Sistema Único de Saúde, garantindo acesso da população a serviços de qualidade, com equidade e em tempo adequado ao atendimento das necessidades de saúde. Entretanto, foi identificada como maior dificuldade a reposição e ampliação do quadro de pessoal. Promover atenção integral à saúde da mulher e da criança, com a reforma das Unidades de Alojamento Conjunto, UTI neonatal, Centro Obstétrico e abertura de 10 (dez) leitos de UTI pediátrica (projeto a ser elaborado). O HU está inserido no Sistema de Atenção Móvel de Urgência – SAMU 192, tendo iniciado em 2009 com o Acolhimento e Classificação de Risco. Em março de 2010 iniciou com Residência Integrada Multiprofissional em Saúde com duas áreas de concentração: Atenção às Urgências e Emergências e Atenção em Alta Complexidade. Tem a perspectiva de abrir nesse ano sete leitos em Saúde Mental, obra em fase final de execução, dependendo apenas da contratação de pessoal. Aumentou também sua capacidade na realização de exames em anatomia patológica para o diagnóstico de câncer de colo de útero e mama. Juntamente com o Centro de Ciências da Saúde e outros Centros da UFSC, busca contribuir para a adequada formação, alocação, qualificação, valorização e democratização das relações de trabalho dos profissionais de saúde. Está prevista para o primeiro semestre desse ano a implantação no HU do Aplicativo de Gestão para os Hospitais Universitários Federais (AGHU) do Ministério da Educação.

2.2 Informações Sobre as Estratégias Adotadas pela Unidade para Atingir os Objetivos Estratégicos do Exercício de Referência do Relatório de Gestão:

2.2.1 Universidade Federal de Santa Catarina

A execução do plano anual da Universidade Federal de Santa Catarina é orientada pelo seu Plano de Desenvolvimento Institucional e se dá através de projetos com escopo, responsáveis, resultado e cronograma identificados e gerenciados através do sistema de gerenciamento de projetos “GP-Web”. Cada projeto identifica o objetivo institucional ao qual seu resultado contribui. A seguir tem-se na tabela a listagem dos projetos em vigor no ano de 2012. Na mesma tabela os projetos estão estratificados por dimensão, objetivo e dimensão SINAES (Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior) aos quais atendem.

Quadro 2 - Projetos Válidos do Ano de 2012.

Unidade administrativa - UFSC	N.º projetos vinculados a esse Objetivo na Unidade	Total de Projetos por Objetivo	Dimensão SINAES atendida pelo Objetivo
Objetivo 1 – Assegurar a qualidade do ensino em todos os níveis buscando novos patamares de excelência acadêmica.		31	2 e 8
PROGRAD	9		
PROPG	1		
CCA	17		
CCE	1		
CCS	1		
CURITIBANOS	2		
Objetivo 2 - Institucionalizar ações inovadoras nas		12	2 e 4

atividades de ensino.			
AGECOM	1		
BU	1		
PRAE	1		
PROGRAD	4		
PROPG	3		
UFSC	1		
CCB	1		
Objetivo 3 – Buscar novos patamares de excelência acadêmica na Pós-Graduação.		10	2
PROPG	5		
SINTER	1		
UFSC	1		
CCA	2		
CSE	1		
Objetivo 4 – Expandir a oferta de cursos de mestrado profissional e de pós-graduação <i>lato sensu</i> com impacto social.		0	2 e 4
Objetivo 5 – Ampliar o acesso qualificado e a efetividade dos processos de formação.		7	2 e 3
BU	1		
PROGRAD	3		
SINTER	2		
UFSC	1		
Objetivo 6 – Institucionalizar ações de interação com os egressos.			2 e 4
Objetivo 7 – Promover a implantação de estruturas inovadoras de pesquisa.		6	2, 6, 7 e 10
PROPESQ	1		
UFSC	1		
CCA	1		
CCE	1		
CCS	2		
Objetivo 8 – Fortalecer o ambiente institucional da pesquisa de qualidade.		14	2
PROPESQ	2		
CCA	8		
CFM	2		
CURITIBANOS	2		
Objetivo 9 – Fortalecer a inserção regional e a responsabilidade social da UFSC na área da pesquisa.		4	2, 3 e 4
CCA	4		
Objetivo 10 – Ampliar a internacionalização das atividades da UFSC.		6	2, 3 e 4
PROPG	1		
SINTER	4		
UFSC	1		

Objetivo 11 – Melhorar as ações e estimular propostas inovadoras de interação comunitária.		4	2, 3 e 4
AGECOM	1		
BU	1		
SECULT	1		
SINTER	1		
Objetivo 12 – Ampliar e melhorar as ações de interação com os setores organizados da sociedade.		3	2 e 3
BU	2		
SINTER	1		
Objetivo 13 – Ampliar o ambiente cultural e artístico da UFSC para aperfeiçoar a formação do ser humano.		3	2, 3, 5 e 7
EDUFSC	1		
SECULT	2		
Objetivo 14 – Promover maior articulação com as unidades universitárias nas atividades artístico-culturais.		1	2,3 e 10
EDUFSC	1		
Objetivo 15 – Ampliar as ações da UFSC como um centro irradiador das artes e da cultura em Santa Catarina.		6	3
BU	2		
EDUFSC	2		
SECULT	2		
Objetivo 16 – Institucionalizar as práticas de planejamento e gestão estratégicos.		17	6 e 8
AGECOM	1		
OUVIDORIA	2		
PROAD	1		
PROPG	1		
PROPLAN	4		
SEGESP	2		
UFSC	5		
CURITIBANOS	1		
Objetivo 17 – Aprimorar a gestão organizacional.		47	3, 5 e 6
AGECOM	5		
AUDIN	1		
BU	4		
GR	2		
OUVIDORIA	2		
PRAE	2		
PROAD	2		
PROGRAD	1		
PROPESQ	1		
PROPG	2		
PROPLAN	10		
SEGESP	5		

UFSC	7		
CCA	1		
CCB	1		
CSE	1		
Objetivo 18 – Adequar a infraestrutura e sua gestão às demandas da atualidade.		115	3, 4, 6, 7 e 9
AGECOM	1		
AUDIN	1		
BU	5		
EDUFSC	1		
GR	1		
PRAE	5		
PROAD	3		
PROGRAD	2		
PROPLAN	3		
SEGESP	1		
SINTER	1		
UFSC	3		
CCA	37		
CCB	2		
CCE	28		
CCS	6		
CDS	1		
CFH	1		
CFM	11		
CURITIBANOS	2		
Objetivo 19 – Implementar ações inovadoras para o aprimoramento individual dos servidores visando à melhoria do desempenho institucional.		10	3, 5, 6 e 8
PROPG	1		
SEGESP	4		
SINTER	1		
CCA	1		
CCE	1		
CSE	1		
CURITIBANOS	1		
Objetivo 20 – Fortalecer e profissionalizar a comunicação e o relacionamento interno e externo.		18	4
AGECOM	1		
BU	2		
GR	1		
PROAD	1		
PROPLAN	2		
UFSC	2		
CCA	7		
CCB	1		

CCS	1		
Objetivo 21 – Implementar ações buscando ampliar a captação de recursos para a consecução das políticas institucionais.		4	4,9 e 10
BU	1		
PROAD	1		
PROGRAD	1		
PROPG	1		
	TOTAL DE PROJETOS	318	

Fonte: DPGI/PROPLAN-2012

No ano de 2012, a UFSC decidiu adquirir o Edifício Santa Clara, localizado no perímetro do *campus*, para sanar alguns problemas de adequação de seu espaço físico às demandas oriundas da expansão. As novas construções estão em passos rápidos, mas relativamente atrasadas, considerando a urgente necessidade de novos espaços de ensino e para administração que ainda persistem.

2.2.2 Hospital Universitário Professor Polydoro Ernani de São Thiago

As principais dificuldades evidenciadas no cumprimento dos objetivos estratégicos foi a cultura da organização e dos empregados, falta de conhecimento dos gestores, falta de pessoal e não envolvimento dos funcionários. Em 2010, elaboramos o Plano de Reestruturação do HU/UFSC (2010-2014) - REHUF, em resposta ao Decreto 7082, de 27 de janeiro de 2010, no que se refere à reestruturação da estrutura física, tecnológica e de recursos humanos. As reformas que estão sendo realizadas nas Unidades do HU, a aquisição de equipamentos tem contribuído no alcance dos objetivos estratégicos, entretanto, registramos novamente as dificuldades em relação a contratação de pessoal. Temos utilizado além da página do HU na internet, o Boletim Informativo para divulgação interna dos resultados alcançados.

2.3 Demonstração da Execução do Plano de Metas ou de Ações para o Exercício:

2.3.1 Universidade Federal de Santa Catarina

Durante o ano de 2012 houve troca de gestão na Universidade Federal de Santa Catarina, a partir do mês de maio a nova gestão tomou posse. A partir disso aconteceram diversas ações não previstas no planejamento, reestruturação administrativa, pró-reitorias e secretarias foram extintas, outras foram criadas. Também muitos projetos de obras e reformas relacionados ao cumprimento do REUNI foram postos em prática.

Em relação ao planejamento, uma ação muito importante foi o fortalecimento da sua estrutura com a transformação da secretaria (SEPLAN) em pró-reitoria (PROPLAN), e com a vinda da estrutura de TI (SeTIC) para a PROPLAN, pois muitos projetos dependem diretamente da integração dos sistemas de informação.

Porém, com o movimento de troca de gestão e adaptação da nova gestão alguns atrasos já esperados ocorreram no desenvolvimento dos projetos, a avaliação dos projetos acontecerá em 2013, bem como a elaboração de um novo plano de ação que contará com oportunidades de melhorias identificadas no período de transição ocorrido.

2.3.2 Hospital Universitário Professor Polydoro Ernani de São Thiago

Entre as estratégias anteriormente citadas, os Programas de Gestão de Pessoas, Gestão da Assistência, Tecnologia da Informação, Gestão Financeira, Programa de gestão de Materiais e equipamentos atingiram parcialmente seus objetivos. Ressaltamos que o Programa de Desenvolvimento e Implantação em Alta Complexidade em Transplante, no Programa de Gestão da Assistência se deu com implantação do Núcleo de Segurança do Paciente.

2.4 Informações sobre indicadores utilizados pela unidade jurisdicionada para monitorar e avaliar a gestão, acompanhar o alcance das metas, identificar os avanços e as melhorias na qualidade dos serviços prestados, identificar necessidade de correções e de mudanças de rumos, etc.

2.4.1 Universidade Federal de Santa Catarina

Os indicadores de desempenho da UFSC foram formulados de acordo com seus objetivos institucionais e estão organizados com base nestas dimensões.

a) Dimensão Pesquisa

A evolução dos indicadores de desempenho relacionados à dimensão pesquisa é apresentada nas tabelas que se seguem.

Quadro 3 - Bolsistas de Produtividade CNPq – Unidades Acadêmicas

Unidade Acadêmica	Ano					
	2003	2008	2009	2010	2011	2012
CTC	72	105	108	130	127	129
CSE	9	8	6	10	08	9
CFM	29	39	44	52	50	53
CFH	28	44	39	53	51	50
CED	8	13	10	12	14	13
CDS	4	3	5	3	05	5
CCS	14	21	24	29	32	32
CCJ	2	5	8	9	08	10
CCE	16	23	22	32	30	31
CCB	25	34	39	44	50	50
CCA	6	9	17	22	23	23
Campus Araranguá					2	2
Total	213	304	322	396	400	407

Fonte: PROPEQ

O número de bolsistas revela o forte comprometimento da UFSC com a pesquisa, evidenciado pela parcela significativa de docentes da instituição que tem seu mérito reconhecido pela agência de fomento. Da mesma forma observa-se o crescimento no número de grupos de pesquisa registrados no CNPq ao longo dos últimos anos.

Quadro 4 - Grupos de Pesquisa – CNPq

Grande Área	Nº de Grupos de Pesquisa 2003	Nº de Grupos de Pesquisa 2008	Nº de Grupos de Pesquisa 2009	Nº de Grupos de Pesquisa 2010	Nº de Grupos de Pesquisa 2011	Nº de Grupos de Pesquisa 2012
Ciências Agrárias	24	25	25	30	35	31

Grande Área	Nº de Grupos de Pesquisa 2003	Nº de Grupos de Pesquisa 2008	Nº de Grupos de Pesquisa 2009	Nº de Grupos de Pesquisa 2010	Nº de Grupos de Pesquisa 2011	Nº de Grupos de Pesquisa 2012
Ciências Biológicas	33	34	33	42	42	40
Ciências da Saúde	48	56	50	64	74	74
Ciências Exatas e da Terra	49	59	38	46	48	50
Ciências Humanas	77	84	82	95	109	96
Ciências Sociais e Aplicadas	48	80	68	82	94	89
Engenharias	72	86	98	109	120	109
Linguística, Letras e Artes	22	31	28	40	46	43
Tecnologias	0	0	0	5	0	0
Total	373	455	422	513	568	532

Fonte: PROPESQ

Atualmente a UFSC conta com 532 grupos registrados no Diretório do CNPq. As áreas com mais grupos são: Engenharias – 109; Ciências Humanas – 96; Ciências Sociais Aplicadas – 89; Ciências da Saúde – 74; Ciências Exatas e da Terra – 50; Linguística, Letras e Artes – 43; Ciências Biológicas – 40 e Ciências Agrárias – 31. Desde maio de 2012, quando identificou que havia a parcela de grupos ativos era menor do que o número de grupos cadastrados, a PROPESQ vem desenvolvendo um trabalho permanente de orientação dos líderes para que mantenham os registros atualizados.

Atualmente ainda estamos com 50 grupos desatualizados. A PROPESQ trabalha para que até março de 2013 o número de grupos de pesquisa desatualizados seja zerado. O CNPq comunicou à UFSC e aos pesquisadores em novembro de 2012 que até abril deste ano será realizado um novo censo no Diretório de Grupos. Caso esteja desatualizado há mais de 12 meses quando do levantamento feito pelo CNPq o grupo será automaticamente excluído da base de dados e deverá ser cadastrado novamente, necessitando passar por outra certificação pela instituição. Nos 532 grupos certificados estão registrados 3.306 pesquisadores. Destes, 2.557 são doutores. Além dos doutores participam 5.724 estudantes e 452 técnicos. Os pesquisadores estão vinculados a 2.233 linhas de pesquisa.

b) Dimensão Extensão

A evolução dos indicadores de desempenho relacionados à dimensão extensão é apresentada nas tabelas que se seguem.

Quadro 5 - Número de Registros de Ações de Extensão no SIRAEx

2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
1392	2062	2377	3109	4114	4281	6565	8545	6468

Fonte: PROEX

Quadro 6 - Número de Certificados de Extensão Registrados

2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012
15216	16648	17533	18360	19000	25200	78000	55488

Fonte: PROEX

O número de registros de ações de extensão no sistema da UFSC apresentou uma queda em 2012, um dos fatores que pode ter contribuído para tal ocorrência foi a greve dos professores que ocorreu durante o ano e que durou aproximadamente 40 dias.

Sendo assim, o número de certificados de extensão registrados também teve uma queda, pois tem relação direta com os registros de ações de extensão.

Quadro 7 - Número de Bolsas Permanência

MÊS	2008		2009		2010		2011		2012	
	Nº de Bolsa	VALOR (R\$) BRUTO*	Nº de Bolsa	VALOR (R\$) BRUTO*	Nº de Bolsa	VALOR (R\$) BRUTO	Nº de Bolsa	VALOR (R\$) BRUTO	Nº de Bolsa	VALOR (R\$) BRUTO
1	-	-	567	206.388,00	944	343.616,00	992	361.088,00	1151	483.420,00
2	-	-	566	206.024,00	907	330.148,00	982	357.448,00	1137	477.540,00
3	500	182.000,00	649	236.236,00	942	342.888,00	1096	398.944,00	1348	616.036,00
4	501	182.364,00	639	232.596,00	928	337.792,00	1055	384.020,00	1313	600.041,00
5	544	198.016,00	739	268.996,00	998	363.272,00	1028	374.192,00	1401	640.257,00
6	543	197.652,00	733	266.812,00	988	359.632,00	1014	369.096,00	1396	637.972,00
7	527	191.828,00	727	264.628,00	990	360.360,00	1007	366.548,00	1392	636.144,00
8	582	211.848,00	843	306.852,00	1004	365.456,00	1131	475.020,00	1592	727.544,00
9	557	202.748,00	814	296.296,00	980	356.720,00	1101	462.420,00	1500	685.500,00
10	599	218.036,00	954	347.256,00	1064	387.296,00	1200	504.000,00	1781	813.917,00
11	589	214.396,00	951	346.164,00	1035	376.740,00	1197	502.740,00	1769	808.433,00
12	583	212.212,00	944	343.616,00	1032	375.648,00	1197	502.740,00	1758	803.406,00
TOTAL	5.525	2.011.100,00	9.126	3.321.864,00	11.812	4.299.568,00	13.000	5.058.256,00	17.538	7.930.210,00

Fonte: PRAE

2.4.2 Hospital Universitário Professor Polydoro Ernani de São Thiago

Quando da elaboração dos Planos Operativos, que deram origem aos Convênios com a SES/SC foram definidos como indicadores a taxa de mortalidade global, taxa de mortalidade institucional, média de permanência, taxa de ocupação hospitalar, taxa de infecção hospitalar, taxa de cesárea, número de pacientes com acompanhante/dia, taxa de avaliação positiva pelos usuários, avaliação de satisfação dos colaboradores, programa de humanização de atenção e programa de educação permanente para profissionais da rede de serviços e para profissionais do hospital. Contamos com comissões obrigatórias, como a de Controle da Infecção Hospitalar e de Óbito, bem como, com o Setor de Estatística do Hospital, vinculado ao Serviço de Prontuário do Paciente, responsável pela elaboração do Boletim Estatístico Hospitalar – BEMH mensal. O Plano Operativo estabelece metas de produção para exames, consultas, internações e outros procedimentos.

3. ESTRUTURAS DE GOVERNANÇA E DE AUTOCONTROLE DA GESTÃO

3.1 Informações Sobre a Estrutura Orgânica de Controle no Âmbito da Unidade Jurisdicionada ou do Órgão a que se Vincula, Tais Como Unidade de Auditoria ou de Controle Interno, Conselhos Fiscais, Comitês de Avaliações, etc. Descrevendo de Maneira Sucinta a Base Normativa, as Atribuições e a Forma de Atuação de Cada Instância de Controle.

A Administração Universitária Superior é realizada por intermédio de Órgãos Deliberativos Centrais e Órgãos Executivos Centrais.

3.1.1 ÓRGÃOS DELIBERATIVOS

O artigo 56 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996) estabelece: “as instituições públicas de educação superior obedecerão ao princípio da gestão democrática, assegurada à existência de órgãos colegiados deliberativos, de que participarão os seguimentos da comunidade institucional, local e regional”.

Conforme ao disposto no referido artigo, o Estatuto da UFSC estabelece que são Órgãos Deliberativos Centrais (ODC) da UFSC: a) o Conselho Universitário (CUUn); b) o Conselho de Curadores (CC); c) Câmara de Graduação (CEG); d) a Câmara de Pós-Graduação (CPG), e) a Câmara de Pesquisa (CPes) e Câmara de Extensão (CEEx).

a) Conselho Universitário

O Conselho Universitário é o órgão máximo deliberativo e normativo, competindo-lhe definir as diretrizes da política universitária, acompanhar sua execução e avaliar os seus resultados, em conformidade com as finalidades e os princípios da Instituição. São membros do Conselho Universitário: I – Reitor (Presidente); II – Vice-Reitor (Vice-Presidente); III – Pró-Reitores e Secretários Especiais das atividades de ensino, de pesquisa, de extensão e de cultura; IV – Diretores das Unidades Universitárias; V – três representantes da Câmara de Ensino de Graduação; VI – três representantes da Câmara de Pós-Graduação; VII – três representantes da Câmara de Extensão; IX – um Professor representante de cada Unidade Universitária, eleito pelos seus pares por meio de eleições diretas, para um mandato de dois anos, permitida uma recondução; X – um Professor representante dos Professores de Educação Básica da UFSC, eleito pelos seus pares, por meio de eleições diretas, para um mandato de dois anos, permitida uma recondução; XI – seis representantes dos Servidores Técnico-Administrativos da UFSC, eleitos pelos seus pares, por meio de eleições diretas, para um mandato de dois anos, permitida uma recondução; XII – seis representantes do Corpo Discente, indicados pelo Diretório Central dos Estudantes, para um mandato de um ano, permitida uma recondução; XIII – seis representantes da Comunidade Externa, sendo três indicados, respectivamente, pelas Federações da Indústria, do Comércio e da Agricultura, de dois indicados pelas Federações dos Trabalhadores do Estado de Santa Catarina e de um indicado pelo Sindicato dos Trabalhadores da Educação do Estado de Santa Catarina, para um mandato de dois anos, permitida uma recondução.

Compete ao Conselho Universitário (art. 17 Estatuto da UFSC):

- I – exercer como órgão deliberativo, consultivo, normativo, a jurisdição superior da Universidade em matéria de ensino, pesquisa, extensão e administração;
- II – julgar, em grau de recurso, os processos originários das Câmaras de Ensino de Graduação, de Pós-Graduação, de Pesquisa e de Extensão, quando arguida a infringência à Lei;

- III – reformar o presente Estatuto por três quintos do total de seus membros, submetendo-o à aprovação pelo Órgão competente do Ministério da Educação;
- IV – aprovar o Regimento Geral da Universidade e reformá-lo, obedecendo ao quórum do inciso anterior;
- V – elaborar e aprovar o seu próprio Regimento;
- VI – aprovar o Regimento dos demais órgãos da Administração Superior;
- VII – aprovar as normas e diretrizes sobre o regime de trabalho do pessoal docente;
- VIII – apreciar os planos plurianuais de atividades universitárias, apresentados pelo Reitor;
- IX – normatizar, nos termos da legislação vigente, o processo eleitoral referente à escolha do Reitor e Vice-Reitor da UFSC;
- X – apreciar os vetos do Reitor às decisões do próprio Conselho;
- XI – emitir parecer sobre a prestação anual de contas do Reitor;
- XII – apurar a responsabilidade do Reitor quando, por omissão ou tolerância, permitir ou favorecer o não cumprimento de legislação;
- XIII – decidir sobre a criação, desdobramento, incorporação, fusão e extinção de Unidades Universitárias e sobre a agregação de estabelecimentos de ensino superior isolados, bem como sobre a criação, transformação de regime jurídico ou extinção dos Órgãos Suplementares, na forma da legislação;
- XIV - deliberar, em grau de recurso, sobre decisões administrativas do Reitor ou de outros órgãos ou autoridades universitárias, desde que tomadas por delegação deste;
- XV - propor ao Governo Federal, quando apurada a responsabilidade de que trata o inciso XII do presente artigo, em parecer fundamentado e aprovado por três quintos dos seus membros, a destituição do Reitor ou do Vice-Reitor;
- XVI – decidir, após inquérito administrativo, sobre a intervenção em qualquer Unidade ou Subunidade, por motivo de infringência da legislação vigente;
- XVII – aprovar o Calendário Escolar;
- XVIII – apreciar o relatório anual de atividades, apresentado pelo Reitor;
- XIX – deliberar sobre a concessão de dignidades universitárias;
- XX – deliberar sobre outras matérias que lhe sejam atribuídas no presente Estatuto e no Regimento Geral, bem como sobre questões que neles ou em quaisquer outros regimentos sejam omissas, submetendo a decisão, quando necessário, à homologação do Conselho Nacional de Educação.

b) Conselho de Curadores

O Conselho de Curadores, órgão deliberativo e consultivo em matéria de fiscalização econômica e financeira da Universidade, compõe-se de: I – quatro membros da carreira do magistério, escolhidos pelo Conselho Universitário, que não o integram, observada a natureza especializada nas matérias de competência do órgão e, sempre que possível, o sistema de rodízio entre as diversas Unidades; II – um representante dos empregadores e de um representante dos empregados indicados em sistema de rodízio pelas respectivas federações Sindicais que tenham sede em Santa Catarina; III – um representante indicado pelo Ministério da Educação, mediante solicitação do Reitor; IV – um representante do Corpo Discente; V – um representante dos Servidores Técnico-Administrativos da UFSC, eleito por seus pares em eleição direta e secreta. (art. 26 do Estatuto da UFSC) O Conselho de Curadores poderá designar comissão de especialistas para examinar e dar parecer sobre assunto de sua competência (art. 28 do Estatuto da UFSC).

São atribuições do Conselho de Curadores (art. 27 do Estatuto da UFSC):

- I – aprovar as normas de seu funcionamento;
- II – acompanhar e fiscalizar a execução orçamentária;
- III – aprovar a prestação de contas anual da Universidade;

- IV – aprovar e fiscalizar acordos ou convênios;
- V – aprovar e fiscalizar a incorporação de receitas extraordinárias não previstas no orçamento;
- VI – fixar, por proposta do Reitor, as tabelas de taxas e outros emolumentos devidos à Universidade;
- VII – aprovar a proposta orçamentária e o orçamento analítico da Universidade, acompanhado do respectivo plano de atividade universitária, antes de sua remessa aos órgãos competentes;
- VIII – aprovar a realização de investimento visando à valorização patrimonial e à obtenção de rendas aplicáveis à realização dos objetivos da Universidade;
- IX – aprovar a alienação e a transferência de bens da Universidade;
- X – deliberar sobre o veto do Reitor às suas decisões;
- XI – emitir parecer sobre qualquer assunto relativo a patrimônio e finanças, mediante consulta do Reitor.

c) Câmara de Graduação

A Câmara de Graduação, órgão deliberativo e consultivo em matéria de Ensino de Graduação, compõe-se: I – do Pró-Reitor de Graduação (Presidente); II – de um terço dos Coordenadores de Curso de Graduação de cada Unidade, sendo a fração igual ou superior a 0,5 computada como um representante, com um mínimo de um representante por Unidade; III - de representantes discentes dos Cursos de Graduação, indicados pela respectiva entidade estudantil, na proporção de um quinto dos membros não discentes da Câmara. Juntamente com os representantes titulares, são indicados os respectivos suplentes (art. 18 do Estatuto da UFSC).

Compete à Câmara de Ensino de Graduação (art. 18 do Estatuto da UFSC):

- I – aprovar os Currículos dos Cursos de Graduação;
- II – propor ao Conselho Universitário políticas e normas relativas ao Ensino de Graduação;
- III – aprovar a criação ou supressão de Cursos de Graduação;
- IV – atuar como instância recursal na área de graduação, quando for arguida ilegalidade no julgamento, em processos originários dos Conselhos das Unidades;
- V – elaborar e aprovar as normas de funcionamento para a Câmara;
- VI – aprovar as normas referentes ao Processo Seletivo;
- VII – estabelecer as políticas de avaliação dos Cursos de Graduação;
- VIII – propor ao Conselho Universitário normas e diretrizes sobre o regime de trabalho do pessoal docente;
- IX – manifestar-se sobre assuntos, propostas ou planos afetos à sua área de atuação;
- X – eleger os representantes da Câmara junto ao Conselho Universitário, ficando vedada a indicação de mais de um representante por Unidade.

d) Câmara de Pós-Graduação

A Câmara de Pós-Graduação, órgão deliberativo e consultivo em matéria de pós-graduação, compõe-se: I – do Pró-Reitor de Pós-Graduação, como Presidente; II – de um terço dos Coordenadores de Programas de Pós-Graduação stricto sensu de cada Unidade, sendo a fração igual ou superior a 0,5 computada como um representante, com um mínimo de um representante por unidade; III – de representantes discentes dos Cursos de Pós-Graduação, indicados pela respectiva entidade estudantil, na proporção de um quinto dos membros não discentes da Câmara (art. 20 do Estatuto da UFSC).

Compete à Câmara de Pós-Graduação (art. 21 do estatuto da UFSC):

- I – propor ao Conselho Universitário políticas e normas relativas à pós-graduação;
- II – aprovar a criação, suspensão e supressão de Cursos de Pós-Graduação stricto sensu, observada a legislação vigente;
- III – atuar como instância recursal na área de pós-graduação, quando for arguida ilegalidade no julgamento, em processos originários dos Conselhos das Unidades;
- IV – elaborar e aprovar as normas de funcionamento para a Câmara;
- V – propor ao Conselho Universitário normas e diretrizes sobre o regime de trabalho do pessoal docente;
- VI – estabelecer as políticas de avaliação dos Cursos de Pós-Graduação;
- VII – manifestar-se sobre assuntos, propostas ou planos afetos à sua área de atuação;
- VIII – eleger os representantes da Câmara junto ao Conselho Universitário, ficando vedada a indicação de mais de um representante por Unidade.

e) Câmara de Pesquisa

A Câmara de Pesquisa, órgão deliberativo e consultivo em matéria de pesquisa, compõe-se: I – do Pró-Reitor de Pesquisa e Extensão (Presidente); II – de um representante dos pesquisadores de cada Unidade, que possua título de doutor há pelo menos cinco anos; III – de representantes discentes, bolsistas de pesquisa dos Cursos de Graduação ou Pós-Graduação, indicados pelas respectivas entidades estudantis, na proporção de um quinto dos membros não discentes da Câmara (art. 22 do Estatuto da UFSC)

Compete à Câmara de Pesquisa (art. 23 do Estatuto da UFSC):

- I – propor ao Conselho Universitário políticas e normas relativas à pesquisa;
- II – atuar como instância recursal na área de pesquisa, quando for arguida ilegalidade no julgamento, em processos originários dos Conselhos das Unidades;
- III – elaborar e aprovar normas de funcionamento para a Câmara;
- IV – propor ao Conselho Universitário normas e diretrizes sobre o regime de trabalho do pessoal docente;
- V – estabelecer as políticas de avaliação das atividades de pesquisa;
- VII – manifestar-se sobre assuntos, propostas ou planos afetos à sua área de atuação;
- VIII – eleger os representantes da Câmara junto ao Conselho Universitário, ficando vedada a indicação de mais de um representante por Unidade.

f) Câmara de Extensão

A Câmara de Extensão, órgão deliberativo e consultivo em matéria de extensão, compõe-se: I – do Pró-Reitor de Pesquisa e Extensão (Presidente); II – de um representante docente de cada Unidade, participante em atividades de extensão; III – de representantes discentes dos Cursos de Graduação e Pós-Graduação indicados pelas respectivas entidades estudantis, na proporção de um quinto dos membros não discentes da Câmara (art. 24 do Estatuto da UFSC).

Compete à Câmara de Extensão (art. 25 do Estatuto da UFSC):

- I – propor ao Conselho Universitário políticas e normas relativas à extensão;
- II – atuar como instância recursal na área de extensão, quando for arguida ilegalidade no julgamento, em processos originários dos Conselhos das Unidades;
- III – elaborar e aprovar as normas de funcionamento para a Câmara;
- IV – propor ao Conselho Universitário normas e diretrizes sobre o regime de trabalho do pessoal docente;
- V – estabelecer as políticas de avaliação das atividades de extensão;

- VI – manifestar-se sobre assuntos, propostas ou planos afetos à sua área de atuação;
- VII – eleger os representantes da Câmara junto ao Conselho Universitário, ficando vedada a indicação de mais de um representante por Unidade.

3.1.2 Órgãos Executivos

O Regimento Geral da Reitoria (RGR) estabelece, em seu art. 5º: “A Administração Central, formada pelos Órgãos Executivos Centrais, compreende a seguinte estrutura organizacional básica: I – Reitoria e Vice-Reitoria; a) Gabinete da Reitoria; b) Auditoria Interna; c) Secretaria dos Órgãos Deliberativos Centrais; d) Ouvidoria; e) Serviço de Informação ao Cidadão; f) Agência de Comunicação; g) Assessoria de Imprensa; h) TV UFSC; II – Pró-Reitorias: a) Pró-Reitoria de Graduação; b) Pró-Reitoria de Pós-Graduação; c) Pró-Reitoria de Pesquisa; d) Pró-Reitoria de Extensão; e) Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis; f) Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento; g) Pró-Reitoria de Administração; III – Secretarias: a) Secretaria de Cultura; b) Secretaria de Relações Internacionais; c) Secretaria de Gestão de Pessoas; d) Secretaria de Aperfeiçoamento Institucional; IV – Comissões Permanentes: a) Comissão Permanente do Vestibular; b) Comissão Permanente do Pessoal Docente; V – Órgãos Suplementares: a) Biblioteca Universitária; b) Restaurante Universitário; c) Museu de Arqueologia e Etnologia Osvaldo Rodrigues Cabral; d) Hospital Universitário”.

3.1.2.1 Reitoria e Vice-Reitoria

Compete ao Reitor (art. 6º do RGR):

- I – representar e administrar a Universidade, bem como superintender, coordenar e fiscalizar todas as suas atividades;
- II – convocar e presidir o Conselho Universitário, cabendo-lhe, nas reuniões, além do voto comum, o voto de qualidade;
- III – promover o planejamento das atividades da Universidade, bem como a elaboração de sua proposta orçamentária, para exame e aprovação pelos órgãos competentes;
- IV – conferir graus e assinar diplomas relativos aos cursos de graduação e pós-graduação;
- V – administrar as finanças da Universidade, em conformidade com o orçamento;
- VI – praticar atos pertinentes ao provimento, afastamento temporário e vacância dos cargos do pessoal da Universidade;
- VII – firmar acordos e convênios entre a Universidade e entidades ou instituições públicas ou privadas, nacionais e estrangeiras, depois de aprovados pelos órgãos competentes;
- VIII – exercer o poder disciplinar no âmbito da Universidade;
- IX – nomear e dar posse aos diretores das unidades universitárias;
- X – propor ao Conselho Universitário a criação, a modificação do regime jurídico ou a extinção de órgãos suplementares;
- XI – submeter ao Conselho de Curadores a prestação de contas anual da Universidade;
- XII – vetar deliberações do Conselho Universitário, do Conselho de Curadores e das Câmaras;
- XIII – delegar competências como instrumento de descentralização administrativa;
- XIV – emitir portarias no âmbito de suas competências, inclusive para dar efetividade às decisões do Conselho Universitário e do Conselho de Curadores;
- XV – apresentar ao Conselho Universitário, no início de cada ano, relatório das atividades da Universidade referentes ao ano anterior;
- XVI – conceder o título de livre-docente aos candidatos devidamente habilitados;
- XVII – decidir, em casos de urgência, sobre matéria de competência de quaisquer órgãos da Universidade, ad referendum do Conselho Universitário;

XVIII – em situações excepcionais, se motivos de interesse da Universidade o justificarem, intervir em departamentos e outras unidades administrativas, nomeando dirigente pro tempore;

XIX – convocar, por sua iniciativa ou por solicitação do Conselho Universitário ou das Câmaras, reuniões de duas ou mais câmaras, para tratar de assuntos relevantes de ensino, pesquisa e extensão;

XX – constituir assessorias especiais para melhor desempenho de suas atividades;

XXI – exercer outras atribuições inerentes à sua competência geral.

§ 1º Efetivada a intervenção, na forma autorizada pelo inciso XVIII, o Conselho Universitário será convocado no prazo de dez dias para apreciar o ato, podendo rejeitá-lo por três quintos de seus membros.

§ 2º Cessados os motivos que justificaram a medida prevista no inciso XVIII, o reitor poderá suspender a intervenção.

As competências do Vice-Reitor estão dispostas no art. 7º do Regimento Interno da Reitoria, nos seguintes termos:

I – substituir o reitor em seus afastamentos temporários e impedimentos eventuais;

II – desempenhar as atribuições que a ele forem delegadas pelo reitor.

3.1.2.1.1 Gabinete da Reitoria

Dispõe o art. 8º do Regimento Geral da Reitoria: O Gabinete da Reitoria será dirigido por uma Chefia de Gabinete, composta pelo chefe de Gabinete e pelo chefe de Gabinete adjunto, designados pelo reitor.

Compete ao Chefe de Gabinete (art. 9º do RGR):

I – assessorar diretamente o reitor;

II – dirigir, coordenar e fiscalizar os serviços administrativos do Gabinete;

III – exercer o poder disciplinar no âmbito do Gabinete;

IV – transmitir determinações e recomendações do reitor no âmbito da Universidade;

V – assistir o reitor em seu relacionamento institucional e administrativo;

VI – coordenar o cronograma das audiências diárias e os compromissos de agenda do reitor;

VII – analisar os processos e expedientes dirigidos ao reitor, proferindo despachos interlocutórios, quando for o caso;

VIII – despachar com o reitor os processos e expedientes pertinentes à Universidade;

IX – executar outras atividades inerentes à alta gestão universitária ou que venham a ser delegadas pelo reitor.

3.1.2.1.2 Auditoria Interna

Compete à Auditoria Interna (art. 10 do RGR):

I – acompanhar o cumprimento das metas do Plano Plurianual (PPA) no âmbito da Universidade, visando a comprovar a conformidade de sua execução;

II – assessorar os gestores da Universidade no acompanhamento da execução dos programas de governo, visando a comprovar o nível de execução das metas, o alcance dos objetivos e a adequação do gerenciamento;

III – verificar a execução do orçamento da Universidade, visando a comprovar a conformidade da execução com os limites e destinações estabelecidas na legislação pertinente;

IV – verificar o desempenho da gestão da Universidade, visando a comprovar a legalidade e a legitimidade dos atos e a examinar os resultados quanto à economicidade, eficácia e

eficiência da gestão orçamentária, financeira, patrimonial, de pessoal e dos demais sistemas administrativos operacionais, recomendando a adoção de medidas de caráter preventivo e corretivo, objetivando o cumprimento da legislação pertinente;

V – orientar subsidiariamente os dirigentes da Universidade quanto aos princípios e às normas de controle interno, inclusive quanto à forma de prestar contas;

VI – examinar e emitir parecer prévio sobre a prestação de contas anual da Universidade e as tomadas de contas especiais;

VII – propor mecanismos para o exercício do controle social sobre as ações da Universidade, bem como para a adequação dos mecanismos de controle social já em funcionamento;

VIII – acompanhar a implementação das recomendações e das determinações das unidades do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e do Tribunal de Contas da União;

IX – esgotadas todas as medidas corretivas, do ponto de vista administrativo, comunicar às unidades do Sistema de Controle Interno e do Poder Executivo Federal, tempestivamente, os fatos irregulares que causarem prejuízo ao erário;

X – elaborar o Plano Anual de Atividades de Auditoria Interna (PAINT) do exercício seguinte, bem como o Relatório Anual de Atividades da Auditoria Interna (RAINT), a serem encaminhados às unidades do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, para efeito de integração das ações de controle;

XI – verificar a consistência e a fidedignidade dos dados e informações que comporão o Balanço Geral da União (BGU);

XII – testar a consistência dos atos de aposentadoria, pensão e admissão de pessoal;

XIII – executar outras atividades inerentes à área de controle interno que venham a ser delegadas pelas unidades do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal, pelo órgão de controle externo, pela autoridade superior da Universidade ou pela legislação.

3.1.2.1.3 Secretaria dos Órgãos Deliberativos Centrais

Compete à Secretaria dos Órgãos Deliberativos Centrais (art. 11 do RGR):

I – elaborar a agenda dos trabalhos das reuniões, observando o disposto no art. 6º, II;

II – providenciar a convocação dos membros para as sessões, por determinação da presidência;

III – secretariar as sessões, lavrando as respectivas atas;

IV – redigir atos e demais documentos que traduzam as decisões tomadas;

V – manter atualizados os arquivos e registros;

VI – executar outras atividades inerentes à área ou que venham a ser delegadas pelo reitor.

3.1.2.1.4 Ouvidoria

Compete à Ouvidoria (art. 12 do RGR):

I – sem prejuízo das atribuições elencadas no art. 27, receber, registrar, classificar e encaminhar aos setores envolvidos críticas, reclamações e sugestões, na busca de soluções para os problemas da Universidade;

II – acompanhar as ações empreendidas pelos diversos setores da Universidade, decorrentes dos encaminhamentos feitos, dando conhecimento dos seus resultados aos interessados;

III – elaborar e encaminhar à comunidade universitária, periodicamente, relatórios circunstanciados das atividades desenvolvidas;

IV – executar outras atividades inerentes à área ou que venham a ser delegadas pelo reitor.

3.1.2.1.5 Serviço de Informação ao Cidadão – SIC

Compete ao Serviço de Informação ao Cidadão (art. 13 do RGR):

- I – atender e orientar o público quanto ao acesso à informação;
- II – informar os eventuais interessados sobre a tramitação de documentos nas unidades;
- III – receber e registrar pedidos de acesso à informação.

3.1.2.1.6 Agência de Comunicação

Compete à Agência de Comunicação (art. 14 do RGR):

- I – executar a política de comunicação social da Universidade, sem prejuízo do disposto no art. 15, I;
- II – promover a integração entre a Universidade e a comunidade através dos meios de comunicação;
- III – dar a cobertura jornalística às atividades e aos eventos promovidos pela Universidade;
- IV – promover a comunicação interna na Universidade, visando à interação entre os diversos segmentos que a compõem;
- V – executar outras atividades inerentes à área da comunicação ou que venham a ser delegadas pelo reitor.

3.1.2.1.7 Assessoria de Imprensa

Compete à Assessoria de Imprensa (art. 15 do RGR):

- I – participar da concepção e execução do Planejamento de Comunicação da Universidade e da elaboração de sua política de comunicação pública;
- II – coordenar a elaboração de material de divulgação sobre assuntos diretamente vinculados à Administração Central;
- III – fazer o acompanhamento analítico da clipagem diária produzida pela Agência de Comunicação, sobre temas relacionados à Administração Central;
- IV – assessorar os gestores na produção de textos, sinopses, relatórios, notas oficiais e artigos destinados à imprensa;
- V – coordenar a atualização e o monitoramento de perfis institucionais específicos dos gestores nas redes sociais;
- VI – coordenar a concepção e atualização dos sites vinculados à Administração Central;
- VII – acompanhar entrevistas concedidas pelo reitor, pelo vice-reitor e por outros membros da administração central da Universidade.

3.1.2.1.8 TV UFSC

Compete à TV UFSC (art. 16 do RGR):

- I – contribuir para a execução da política de comunicação social da Universidade, em parceria com a Agência de Comunicação;
- II – garantir a veiculação de seu conteúdo nas mais diversas mídias, permitindo o acesso pela comunidade universitária em todos os campi da UFSC;
- III – disponibilizar mecanismos que permitam a participação da comunidade universitária na produção de conteúdos e na elaboração da grade de programação.

3.1.2.2 Pró-Reitorias

Dirigidas por Pró-Reitores e Pró-Reitores Adjuntos escolhidos pelo Reitor, dentre os integrantes do quadro de pessoal da Universidade, as Pró-Reitorias estão assim subdivididas: a)

Pró-Reitoria de Graduação; b) Pró-Reitoria de Pós-Graduação; c) Pró-Reitoria de Pesquisa; d) Pró-Reitoria de Extensão; e) Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis; f) Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento; g) Pró-Reitoria de Administração.

3.1.2.2.1 Pró-Reitoria de Graduação

Compete à Pró-Reitoria de Graduação (art. 18 do RGR):

- I – coordenar as ações inerentes à política de ensino de graduação, de ensino médio, fundamental e pré-escolar, definida pelo Conselho Universitário, zelando pelo cumprimento das normas pertinentes;
- II – promover intercâmbio com outras entidades nacionais, visando ao desenvolvimento do ensino de graduação e da educação básica;
- III – propor à autoridade competente a formalização de convênios a serem celebrados com outros organismos, quando relacionados à sua área de atuação, procedendo ao seu acompanhamento;
- IV – coordenar o desenvolvimento das atividades de ensino, bem como do sistema de matrícula e de estágios curriculares na área de graduação;
- V – emitir parecer sobre a criação, expansão, modificação ou extinção de cursos de graduação;
- VI – supervisionar a elaboração de processos de reconhecimento de cursos de graduação;
- VII – supervisionar a avaliação e atualização de currículos e programas realizados pelos departamentos de ensino, bem como o aproveitamento acadêmico;
- VIII – lançar editais de fomento, relacionados à sua área de atuação;
- IX – propor instrumentos para elaboração e atualização periódica de planos plurianuais de desenvolvimento dos cursos de graduação e de educação básica;
- X – convocar e presidir as reuniões da Câmara de Ensino de Graduação;
- XI – propor à Câmara de Ensino de Graduação diretrizes de avaliação dos cursos de graduação;
- XII – supervisionar os trabalhos da Comissão Permanente de Pessoal Docente, da Comissão Permanente do Vestibular, da Coordenação da Universidade Aberta do Brasil, do Comitê Gestor de Formação de Professores, do Programa das Ações Afirmativas e do Núcleo de Acessibilidade;
- XIII – coordenar os programas propostos pelo Ministério da Educação dirigidos à educação básica (Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência, Pró-Docência, Gestar, Programa Incluir, Pró-Letramento e outros programas federais);
- XIV – coordenar a gestão acadêmica do REUNI no campus sede e nos demais campi;
- XV – acompanhar a elaboração e atualização dos projetos pedagógicos dos cursos de graduação, tanto na modalidade presencial quanto na modalidade a distância, em conjunto com a Câmara de Ensino de Graduação;
- XVI – representar a UFSC e a região Sul no Fórum das Licenciaturas, no Fórum de Pró-reitores da Graduação das Universidades Públicas junto à Associação Nacional dos Docentes das Instituições Federais de Ensino Superior e no Fórum Estadual de Formação de Professores do Ensino Básico;
- XVII – proceder à supervisão geral do processo seletivo para fins de matrícula inicial nos cursos de graduação;
- XVIII – elaborar relatório sobre a realização do processo seletivo para fins de matrícula inicial nos cursos de graduação;
- XIX – desenvolver e manter atualizado o sistema de informações das atividades docentes;
- XX – analisar e controlar a adequação do Planejamento e Acompanhamento da Atividades Docentes (PAAD), velando pela sua adequação à legislação e à política da Universidade;
- XXI – estimular a capacitação, em nível de pós-graduação, dos docentes;

- XXII – emitir parecer sobre as demandas docentes;
- XXIII – desenvolver e coordenar o sistema Integrado de Espaço Físico da UFSC (SIEF);
- XXIV – administrar o Espaço Físico Integrado (Bloco I);
- XXV – elaborar o calendário escolar dos cursos de graduação, submetendo-o à apreciação do Conselho Universitário;
- XXVI – elaborar o catálogo informativo dos cursos de graduação, bem como outros materiais relacionados à sua área de competência;
- XXVII – organizar um sistema informatizado de legislação e de normas da área de ensino;
- XXVIII – revisar periodicamente as normas de área de ensino, com vistas à sua atualização e adequação à legislação federal;
- XXIX – propor normas destinadas a regulamentar procedimentos acadêmicos no âmbito da Universidade;
- XXX – coordenar e acompanhar as atividades de seus diretores e coordenadores;
- XXXI – gerenciar os seus recursos financeiros;
- XXXII – emitir portarias e outros atos administrativos que se façam necessários à consecução das atividades da respectiva área;
- XXXIII – executar outras atividades inerentes à área ou que venham a ser delegadas pelo reitor.

3.1.2.2.2 Pró-Reitoria de Pós-Graduação

Compete à Pró-Reitoria de Pós-Graduação (art. 19 do RGR):

- I – coordenar a execução das ações inerentes à política de ensino de pós-graduação da Universidade, definida pelo Conselho Universitário, zelando pelo cumprimento das normas pertinentes;
- II – planejar, coordenar e avaliar os planos de atividades da área de ensino de pós-graduação;
- III – zelar pela observância de critérios objetivos e impessoais nos procedimentos destinados a selecionar os alunos de pós-graduação;
- IV – zelar pela observância de critérios objetivos e impessoais no credenciamento, credenciamento e descredenciamento de docentes, nos programas de pós-graduação;
- V – expedir recomendações aos coordenadores de programas de pós-graduação, no que tange ao emprego dos recursos por estes diretamente geridos, oriundos de órgãos e entidades de fomento;
- VI – promover a integração das atividades de ensino de pós-graduação com o sistema de avaliação de rendimento escolar, de dissertações e de teses;
- VII – emitir parecer sobre a criação, expansão, modificação ou extinção de cursos de pós-graduação;
- VIII – elaborar processos de credenciamento de novos cursos de pós-graduação;
- IX – programar e efetivar a capacitação, em nível de pós-graduação, do corpo docente da Universidade;
- X – manter intercâmbio com outras entidades, visando ao desenvolvimento da pós-graduação;
- XI – propor à autoridade competente a formalização de convênios com outras entidades, quando relacionados à sua área de atuação, acompanhando sua execução;
- XII – coordenar a elaboração do catálogo e de outros materiais ou publicações dos cursos relacionados à sua área de competência;
- XIII – convocar e presidir as reuniões da Câmara de Pós-Graduação;
- XIV – propor instrumentos para elaboração e atualização de planos plurianuais de desenvolvimento de cursos de pós-graduação;
- XV – representar a UFSC nos Fóruns de Pró-Reitores de Pós-Graduação;

- XVI – emitir portarias e outros atos administrativos que se façam necessários à consecução das atividades da respectiva área;
- XVII – executar outras atividades inerentes à área ou que venham a ser delegadas pelo reitor.

3.1.2.2.3 Pró-Reitoria de Pesquisa

Compete à Pró-Reitoria de Pesquisa (art. 20 do RGR):

- I – cumprir e fazer cumprir a legislação de pesquisa na Câmara de Pesquisa, nos Centros, nos Departamentos e nos Órgãos Suplementares;
- II – promover e apoiar as políticas institucionais relacionadas às atividades de pesquisa;
- III – coordenar a execução das ações inerentes à política de pesquisa da Universidade, definidas pelo Conselho Universitário, zelando pelo cumprimento das normas pertinentes;
- IV – emitir pareceres, portarias e outros atos administrativos que se façam necessários à consecução das atividades de sua área de atuação;
- V – promover e apoiar atividades de fomento e apoio à pesquisa;
- VI – propor à autoridade competente a formalização de convênios a serem celebrados com outros organismos, quando relacionados à sua área de atuação, procedendo ao seu acompanhamento;
- VII – incentivar o desenvolvimento das atividades de pesquisa através de programas específicos ou da administração de programas externos;
- VIII – estimular, autorizar e supervisionar a execução de projetos de pesquisa científica e tecnológica, zelando pela sua regularidade e compatibilidade com o interesse público;
- IX – estimular, autorizar e supervisionar a execução de projetos de administração de ciências e de transferência de tecnologia, zelando pela sua regularidade e compatibilidade com o interesse público;
- X – coordenar ações para a busca de recursos em projetos institucionais de pesquisa, inclusive no que tange à CT-INFRA, multiusuários, incubadoras, renúncia fiscal e descentralização de recursos;
- XI – promover, coordenar e aperfeiçoar programas que fomentem pesquisas institucionais na Universidade;
- XII – promover e apoiar o desenvolvimento de pesquisas individuais e coletivas, departamentais, interdepartamentais e interinstitucionais;
- XIII – acompanhar as negociações e emitir pareceres com relação a licenciamento ou realização de acordos, convênios ou contratos com terceiros, visando à exploração das tecnologias geradas na UFSC;
- XIV – exercer e fazer cumprir as disposições das resoluções da UFSC relativas à propriedade intelectual;
- XV – emitir pareceres sobre a celebração de contratos e/ou convênios de pesquisa e desenvolvimento, no que se refere às cláusulas de propriedade intelectual no âmbito da UFSC, sempre que a instituição estiver direta ou indiretamente envolvida;
- XVI – junto aos entes e órgãos nacionais e estrangeiros competentes, elaborar pedidos relacionados à propriedade intelectual e acompanhar a sua tramitação, se necessário com apoio profissional especializado;
- XVII – assinar contratos e termos de outorga referentes a projetos de pesquisa;
- XVIII – convocar e presidir as reuniões da Câmara de Pesquisa;
- XIX – coordenar projetos de pesquisa institucionais;
- XX – planejar, coordenar e avaliar os planos de atividades da área de pesquisa;
- XXI – propor, coordenar e executar políticas públicas no âmbito do Departamento de Inovação Tecnológica e Social referentes às atividades artísticas, científicas e tecnológicas desenvolvidas e/ou criadas no âmbito da UFSC;

- XXII – coordenar o Comitê de Inovação da UFSC;
- XXIII – propor e gerir o intercâmbio com outras entidades, visando ao desenvolvimento da pesquisa;
- XXIV – contribuir para a concretização e o fortalecimento do papel social da UFSC na área da pesquisa;
- XXV – participar de órgãos colegiados, comissões e comitês referentes ao fomento científico e tecnológico;
- XXVI – supervisionar, acompanhar e avaliar os programas institucionais PIBIC, PIBITI (CNPq)/BIP (UFSC), Jovens Talentos (CAPES) e demais afeitos à sua área de atuação, inclusive designando os respectivos comitês de seleção;
- XXVII – supervisionar e acompanhar a gestão de programas de Iniciação Científica Júnior, Iniciação Científica Mérito Universitário e demais programas correlatos, na sua área de atuação;
- XXVIII – supervisionar a coleta, a organização e publicação dos dados da produção científica e técnica dos docentes e pesquisadores da UFSC;
- XXIX – supervisionar a organização do sistema de registro, informação e divulgação de projetos de pesquisa da UFSC;
- XXX – supervisionar e coordenar as atividades dos Comitês Internos de Seleção e Avaliação dos programas de pesquisa;
- XXXI – assessorar os docentes e pesquisadores da UFSC junto ao IBAMA/CGEN, no encaminhamento de pedidos de autorização vinculados às atividades de pesquisa;
- XXXII – executar outras atividades inerentes à área ou que venham a ser delegadas pelo reitor.

3.1.2.2.4 Pró-Reitoria de Extensão

Compete à Pró-Reitoria de Extensão (art. 21 do RGR):

- I – coordenar a execução das ações inerentes à política de extensão, definida pelo Conselho Universitário, zelando pela sua regularidade e compatibilidade com o interesse público;
- II – gerir e promover o intercâmbio com outras entidades, visando ao desenvolvimento das atividades de extensão;
- III – acompanhar o desenvolvimento das atividades de extensão, zelando por sua regularidade e compatibilidade com o interesse público;
- IV – estimular, autorizar e supervisionar a implementação de planos, programas e projetos de extensão junto à comunidade, zelando pela sua regularidade e compatibilidade com o interesse público;
- V – conceder bolsas de extensão, bem como auxílio financeiro a projetos, mediante o PROEXTENSÃO, o PROBOLSAS e programas congêneres;
- VI - gerenciar o PROEXT/MEC/SESu e programas congêneres;
- VII – regular e gerir o sistema de emissão de certificados de extensão;
- VIII – assinar termos de concessão de auxílios e bolsas formalizados com agências de fomento;
- IX – designar os coordenadores de núcleos, programas institucionais e similares envolvendo mais de uma unidade;
- X – propor à autoridade competente a formalização de convênios com outras entidades, quando relacionados à sua área de atuação;
- XI – ratificar os pareceres da Procuradoria Federal junto à UFSC nos processos de contratação de fundação de apoio para a execução de projetos de extensão;
- XII – assinar os contratos administrativos com as fundações de apoio, na sua área de atuação;

- XIII – designar gestor para acompanhar a execução dos contratos referidos no inciso X, mediante indicação dos departamentos de ensino ou órgãos envolvidos;
- XIV – convocar e presidir as reuniões da Câmara de Extensão;
- XV – emitir portarias e outros atos administrativos que se façam necessários à consecução das atividades da respectiva área;
- XVI – executar outras atividades inerentes à área ou que venham a ser delegadas pelo reitor.

3.1.2.2.5 Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis

Compete à Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (art. 22 do RGR):

- I – coordenar a execução das ações inerentes à política de assuntos estudantis, definida pelo Conselho Universitário, zelando pelo cumprimento das normas pertinentes;
- II – propor e acompanhar a execução de ações da política de assuntos estudantis da Universidade, principalmente no que se refere ao acesso, à permanência e a conclusão do curso de graduação presencial, nas seguintes áreas: moradia estudantil, alimentação, transporte, assistência à saúde, inclusão digital, cultura, esporte e lazer; apoio pedagógico, movimentos estudantis e políticas sociais;
- III – no campo dos assuntos estudantis, desenvolver projetos visando a aprimorar a gestão universitária e as políticas adotadas pela UFSC;
- IV – planejar, coordenar e avaliar a execução das atividades inerentes aos planos, programas e projetos vinculados à política de assuntos estudantis;
- V – estimular a implementação de planos, programas e projetos junto à comunidade estudantil;
- VI – manter intercâmbio com outras entidades, visando ao desenvolvimento de atividades e serviços de interesse da comunidade estudantil;
- VII – propor e desenvolver políticas de benefícios da Universidade dirigidas à comunidade estudantil;
- VIII – propor à autoridade competente a formalização de convênios a serem celebrados com outros entes e órgãos, quando relacionados à sua área de atuação, procedendo ao seu acompanhamento;
- IX – apoiar e divulgar a realização de eventos de interesse da comunidade estudantil;
- X – emitir portarias e outros atos administrativos que se façam necessários à consecução das atividades da respectiva área;
- XI – executar outras atividades inerentes à área ou que venham a ser delegadas pelo reitor.

3.1.2.2.6 Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento

Compete à Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento (art. 23 do RGR):

- I – desenvolver estudos visando a estabelecer diretrizes, normas de procedimento e métodos aplicáveis às atividades de planejamento e controle, bem como à modernização administrativa, ao desenvolvimento organizacional e ao aprimoramento dos métodos de gestão;
- II – coordenar o planejamento institucional, mediante planos globais, programas, projetos e planos diretores;
- III – coordenar e avaliar a execução das atividades inerentes aos planos, programas e projetos, no seu âmbito de atuação;
- IV – coletar, armazenar, analisar e divulgar os dados estatísticos e outras informações de interesse dos processos de planejamento e de avaliação de desempenho da Universidade;
- V – avaliar periodicamente os critérios de alocação de recursos e de desempenho gerencial e institucional;

- VI – coordenar a elaboração das propostas orçamentárias destinadas à aprovação por parte do Ministério da Educação;
- VII – subsidiar, a partir de dados objetivos, as decisões referentes à distribuição de recursos orçamentários;
- VIII – gerenciar a execução do orçamento da Universidade;
- IX – coordenar as atividades relacionadas ao sistema de administração financeira e contábil da Universidade;
- X – assessorar o reitor em matéria orçamentária e financeira;
- XI – planejar e gerenciar a organização e a ocupação dos espaços físicos da UFSC;
- XII – executar outras atividades inerentes à área do planejamento e gestão orçamentária, exercendo competências próprias ou delegadas pelo reitor.

3.1.2.2.7 Pró-Reitoria de Administração

Compete à Pró-Reitoria de Administração (art. 24 do RGR):

- I – coordenar a execução das ações inerentes à política de administração da Universidade, definida pelo Conselho Universitário, zelando pelo cumprimento das normas vigentes;
- II – acompanhar a execução da política de gestão da Universidade no que se refere a:
 - a) segurança física e patrimonial;
 - b) sistemas de administração de material, patrimônio e serviços auxiliares;
 - c) serviços de conservação e manutenção física e patrimonial;
- III – sem prejuízo das competências de outros órgãos, formular as bases da política de gestão da Universidade, no que se refere a:
 - a) segurança física e patrimonial;
 - b) sistemas de administração de material, patrimônio e serviços auxiliares;
 - c) serviços de conservação e manutenção física e patrimonial;
- IV – propor à autoridade competente a formalização de convênios e contratos a serem celebrados com outros órgãos e entes, quando relacionados à sua área de competência, procedendo à sua execução e ao seu acompanhamento;
- V – emitir portarias e outros atos administrativos que se façam necessários à consecução das atividades da respectiva área;
- VI – executar outras atividades inerentes à sua área ou que venham a ser delegadas pelo reitor.

3.1.2.3 Secretarias

As Secretarias estão assim subdivididas: a) Secretaria de Cultura; b) Secretaria de Relações Internacionais; c) Secretaria de Gestão de Pessoas; d) Secretaria de Aperfeiçoamento Institucional.

3.1.2.3.1 Secretaria da Cultura

Compete à Secretaria da Cultura (art. 25 do RGR):

- I – fomentar a cultura no âmbito da Universidade ou a partir dela, por meio da produção e difusão;
- II – sensibilizar a comunidade universitária e seus gestores quanto à importância da cultura na formação de uma sociedade mais humanizada;
- III – contribuir para uma formação pedagógica, cidadã e emancipadora mais abrangente do aluno, aumentando o seu repertório cultural com a oferta de atividades culturais extracurriculares;
- IV – integrar a cultura às atividades de ensino, pesquisa e extensão;

- V – promover e estimular o acesso à produção e ao empreendimento cultural através de editais e seleções públicas democráticas e transparentes, zelando pela observância do direito vigente, na concessão de recursos financeiros;
- VI – elevar a qualidade da produção artístico-cultural da Universidade;
- VII – garantir a preservação do patrimônio cultural, histórico e artístico da Universidade, resguardando os bens de natureza material e imaterial;
- VIII – articular as políticas de cultura com outros órgãos administrativos e de ensino da Universidade, promovendo a organização de parcerias e redes para a sua implementação;
- IX – em conjunto com outras universidades nacionais e estrangeiras, promover o intercâmbio e difusão da cultura universitária, levando a criação artístico-cultural produzida e financiada pela UFSC para além dos espaços físicos da Universidade;
- X – integrar as ações culturais dos campi da Universidade;
- XI – estender as ações da Secretaria à comunidade externa das cidades-sede dos campi universitários e a outras localidades do Estado de Santa Catarina;
- XII – organizar instâncias consultivas e de participação para que contribuam na formulação das políticas de cultura da Universidade, debatendo estratégias e formas de execução;
- XIII – executar outras atividades inerentes à área ou que venham a ser delegadas pela autoridade competente.

3.1.2.3.2 Secretaria de Relações Internacionais

Compete à Secretaria de Relações Internacionais (art. 26 do RGR):

- I – assessorar o reitor nos assuntos que envolvam as relações da Universidade com instituições estrangeiras;
- II – planejar, coordenar e avaliar a execução das ações inerentes à política de relações internacionais da Universidade;
- III – estabelecer e divulgar os procedimentos para a submissão de propostas de acordos e convênios internacionais, definindo também os critérios para sua aprovação;
- IV – receber, registrar e emitir parecer sobre propostas de acordos e convênios internacionais bem como sobre suas renovações, modificações e adendos;
- V – regulamentar e coordenar o intercâmbio internacional de estudantes de graduação e pós-graduação, oferecendo orientação, recebendo e homologando candidaturas e, no caso de estudantes estrangeiros aceitos na Universidade, efetuando matrículas;
- VI – estimular, coordenar e executar programas de cunho institucional que forneçam aporte financeiro, interno ou externo, à mobilidade internacional de estudantes, docentes e servidores técnico-administrativos;
- VII – promover a integração, junto às respectivas pró-reitorias, das ações da Universidade, visando à internacionalização do ensino de graduação e pós-graduação, da pesquisa e da extensão;
- VIII – dar suporte administrativo aos alunos e aos servidores docentes e técnico-administrativos em projetos internacionais;
- IX – emitir portarias atribuindo carga horária de atividade administrativa aos docentes que venham a ser nomeados coordenadores de convênios internacionais;
- X – firmar acordos e convênios entre a Universidade e instituições estrangeiras nos casos em que o signatário da parte estrangeira não seja o reitor, mas sim o responsável pelo setor correspondente à Secretaria de Relações Internacionais;
- XI – executar outras atividades inerentes à área ou que venham a ser delegadas pelo reitor.

3.1.2.3.3 Secretaria de Gestão de Pessoas

Compete à Secretaria de Gestão de Pessoas (art. 27 do RGR):

- I – coordenar a execução de ações referentes à política e ao desenvolvimento da gestão de pessoas;
- II – emitir portarias e outros atos administrativos referentes a atividades da área de gestão de pessoas;
- III – coordenar e acompanhar as ações de administração da vida funcional dos servidores;
- IV – coordenar e acompanhar as políticas de promoção social e à saúde;
- V – articular ações continuadas de acompanhamento das carreiras dos servidores com as comissões de representação de suas categorias;
- VI – coordenar as políticas de benefícios da Universidade;
- VII – executar outras atividades inerentes à área ou que venham a ser delegadas pelo reitor.

3.1.2.3.4 Secretaria de Aperfeiçoamento Institucional

Compete à Secretaria de Aperfeiçoamento Institucional (art. 28 do RGR):

- I – elaborar e propor atos, medidas, diretrizes e políticas destinadas à democratização, à republicanização e à ampliação da transparência, regularidade e impessoalidade da gestão universitária, tanto nos Órgãos Executivos Centrais quanto nas demais unidades e órgãos da UFSC;
- II – coordenar e acompanhar a execução das ações inerentes às políticas de democratização, republicanização e ampliação da transparência que o Conselho Universitário decida adotar, por meio de resolução;
- III – sem prejuízo das competências das outras secretarias especiais, do reitor, das pró-reitorias, do Conselho Universitário, da Advocacia Geral da União e dos demais órgãos previstos no Estatuto e no Regimento Geral, elaborar e propor atos, medidas, diretrizes e políticas que, não abrangidos pelo inciso I, destinem-se a modernizar e aprimorar as normas referentes às atividades da Universidade ou de órgãos a ela vinculados;
- IV – propor à autoridade competente a formalização de convênios com outros entes e órgãos, quando relacionados à sua área de atuação;
- V – elaborar, a partir dos dados da Ouvidoria ou de consultas à comunidade universitária e à sociedade civil, sugestões para o aperfeiçoamento das atividades da Universidade, bem como de seus órgãos e unidades;
- VI – elaborar, aprimorar e sugerir mecanismos de consulta, diálogo e participação da comunidade acadêmica e da sociedade civil no âmbito da Universidade e de suas unidades;
- VII – aprimorar e intensificar o diálogo da Universidade com a sociedade civil, as organizações sociais, os movimentos sociais, as entidades representativas de categorias profissionais e econômicas, as associações e as instituições interessadas em apoiar as atividades-fim da Universidade.
- VIII – Sem prejuízo das atribuições inerentes à vice-reitora nem da competência do reitor para designar outros representantes, representar a Reitoria, quando pra tanto designado, em cerimônias, reuniões, órgãos colegiados, comissões e grupos de estudo no âmbito da CAPES, do Ministério da Educação, do Ministério da Justiça e de outros órgãos e instituições federais e municipais.
- IX – Após designação específica, representar a Reitoria perante o Ministério Público, a Advocacia Geral da União, a Controladoria Geral da União, o Tribunal de Contas da União e outros órgãos de controle, quando se tratar de planejamento e formulação de políticas de republicanização e transparência, no âmbito da universidade.
- X – Propor ao Chefe de Gabinete, quando para tal solicitada, esboços de atos de competência deste último, de interesse para o aperfeiçoamento institucional.

XI – Emitir portarias e outros atos administrativos que se façam necessário ao exercício das atividades e competências de sua respectiva área de atuação.

3.1.2.4 Comissões Permanentes

As Comissões Permanentes são órgãos de assessoramento técnico-administrativos, com subordinação direta ao Reitor, e estão assim subdivididas: a) Comissão Permanente do Vestibular; b) Comissão Permanente do Pessoal Docente.

3.1.2.4.1 Comissão Permanente do Vestibular

Compete à Comissão Permanente do Vestibular (art. 30 do RGR):

- I – propor à Pró-Reitoria de Graduação os objetivos a serem alcançados pelo processo seletivo para fins de matrícula inicial nos cursos de graduação;
- II – planejar, coordenar e controlar a execução do processo seletivo para fins de matrícula inicial nos cursos de graduação;
- III – propor à Administração Central da Universidade a celebração de convênios com outras instituições para viabilizar atividades de apoio à realização do processo seletivo para fins de matrícula inicial nos cursos de graduação;
- IV – participar da execução do processo de avaliação do sistema educacional da Universidade;
- V – elaborar relatórios periódicos, sintéticos e analíticos com a finalidade de coleta, organização e disseminação de informações referentes à sua área de atuação;
- VI – executar outras atividades inerentes à área ou que venham a ser delegadas pela autoridade competente.

3.1.2.4.2 Comissão Permanente do Pessoal Docente

Compete à Comissão Permanente do Pessoal Docente (art. 31 do RGR):

- I – prestar assessoramento à administração superior da Universidade na formulação e acompanhamento da execução da política de pessoal docente;
- II – apreciar, para decisão final da autoridade competente, os assuntos relativos a:
 - a) necessidade de admissão de novos docentes para integrarem a carreira do magistério;
 - b) avaliação de desempenho de docentes em estágio probatório;
 - c) avaliação de desempenho para progressão funcional;
 - d) progressão funcional e concessão de percentual por titulação;
 - e) afastamento para aperfeiçoamento, especialização, mestrado, doutorado e pós-doutorado;
 - f) alteração de regime de trabalho.
- III – desenvolver estudos e análises que sirvam de subsídios para fixação, aperfeiçoamento e modificação da política de pessoal docente e de seus instrumentos;
- IV – executar outras atividades inerentes à área ou que venham a ser delegadas pela autoridade competente.

3.1.2.5 Órgãos suplementares

Os órgãos suplementares são unidades de natureza técnico-administrativa, cultural, recreativa e de assistência à comunidade universitária, com subordinação direta ao reitor ou a autoridade administrativa por ele designada (art. 32 do RGR). Os órgãos suplementares são dirigidos por diretores nomeados pelo reitor e estão assim subdivididos: a) Biblioteca Universitária; b) Restaurante

Universitário; c) Museu de Arqueologia e Etnologia Osvaldo Rodrigues Cabral; d) Hospital Universitário; e) Superintendência de Governança Eletrônica e Tecnologia da Informação e Comunicação; f) Editora da UFSC; g) Biotério Central.

3.1.2.5.1 Biblioteca Universitária

Compete à Biblioteca Universitária (art. 33 do RGR):

- I – organizar e manter atualizado o acervo informacional da Universidade;
- II – atuar como depositário da produção filosófica, literária, científica e tecnológica da comunidade universitária;
- III – manter intercâmbio com outras entidades congêneres;
- IV – coordenar os serviços prestados pelas bibliotecas setoriais;
- V – programar e coordenar a aquisição de material informacional;
- VI – colaborar na formação e no aperfeiçoamento de profissionais na área de sua especialidade;
- VII – executar outras atividades inerentes à área ou que venham a ser delegadas pela autoridade competente.

3.1.2.5.2 Restaurante Universitário

Compete ao Restaurante Universitário (art. 34 do RGR):

- I – fornecer à comunidade universitária alimentação de qualidade, produzida dentro de padrões técnicos;
- II – contribuir para a promoção da qualidade do ensino, pesquisa e extensão, mediante a oferta de oportunidades de estágio;
- III – manter intercâmbio com outras entidades congêneres, visando ao aperfeiçoamento dos seus serviços;
- IV – armazenar gêneros alimentícios e outros produtos necessários à execução de seus serviços, mantendo sistema adequado de controle de estoque;
- V – executar outras atividades inerentes à área ou que venham a ser delegadas pela autoridade competente.

3.1.2.5.3 Museu de Arqueologia e Etnologia Osvaldo Rodrigues Cabral

Compete ao Museu de Arqueologia e Etnografia Osvaldo Rodrigues Cabral (art. 35 do RGR):

- I – desenvolver pesquisas na área de Antropologia e em áreas afins;
- II – colaborar na formação e no aperfeiçoamento de profissionais na área de sua especialidade;
- III – desenvolver atividades voltadas à conscientização da sociedade quanto à importância da preservação de bens culturais;
- IV – responsabilizar-se pela guarda e pela conservação de seu acervo museológico;
- V – proceder à catalogação do acervo de acordo com as normas técnicas;
- VI – manter exposições à visitação pública;
- VII – promover exposições públicas fora dos campi universitários;
- VIII – manter intercâmbio com outras entidades congêneres, visando ao aperfeiçoamento de seus servidores;
- IX – incentivar a criação de museus em municípios do Estado de Santa Catarina, bem como prestar assistência técnica aos já existentes;
- X – elaborar normas, procedimentos e instruções a fim de atender às necessidades inerentes ao desenvolvimento de suas atividades;

XI – executar outras atividades inerentes à área e outras que venham a ser delegadas pela autoridade competente.

3.1.2.5.4 Hospital Universitário

Compete ao Hospital Universitário (art. 36 do RGR)

- I – atuar como campo de ensino, pesquisa e extensão nas áreas da saúde e afins, em consonância com os respectivos departamentos acadêmicos da Universidade;
- II – prestar assistência à comunidade na área da saúde, em todos os níveis de complexidade, de forma universalizada e igualitária;
- III – manter assistência à saúde, harmonizada com o Sistema Nacional de Saúde;
- IV – promover a integração docente-assistencial;
- V – executar outras atividades inerentes à área ou que venham a ser delegadas pela autoridade competente.

3.1.2.5.5 Superintendência de Governança Eletrônica e Tecnologia da Informação e Comunicação.

Compete à Superintendência de Governança Eletrônica e Tecnologia da Informação e Comunicação (art. 37 do RGR):

- I – administrar e operar os sistemas centrais de processamento de dados da Universidade;
- II – manter serviços de atendimento ao usuário;
- III – executar os programas desenvolvidos por alunos, professores e pesquisadores da Universidade;
- IV – proceder à manutenção e ao desenvolvimento de sistemas operacionais;
- V – controlar e avaliar o desempenho de atividades relacionadas ao processamento eletrônico de dados da Universidade;
- VI – colaborar na formação e aperfeiçoamento de profissionais na área de sua especialidade;
- VII – analisar, programar e operar sistemas especiais de processamento eletrônico de dados para usuários externos, atendendo aos interesses da Universidade;
- VIII – estudar, implantar e disseminar novas tecnologias de informática, visando à melhoria dos serviços prestados à comunidade universitária;
- IX – manter intercâmbio com outras entidades congêneres, visando ao aperfeiçoamento dos seus serviços;
- X – executar outras atividades inerentes à área ou que venham a ser delegadas pela autoridade competente.

3.1.2.5.6 Editora da UFSC

Compete à Editora da UFSC (art. 38 do RGR):

- I – editar, coeditar, distribuir, divulgar e comercializar trabalhos científicos, técnicos e culturais produzidos pelos corpos docente, discente e técnico-administrativo da Universidade e pela comunidade em geral;
- II – incentivar a produção intelectual para o desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa, extensão e administração;
- III – facilitar aos segmentos da comunidade universitária o acesso a materiais bibliográficos;
- IV – manter uma livraria no campus - sede da UFSC;
- V – distribuir livros de outras editoras universitárias;
- VI – promover eventos a fim de estimular a leitura;
- VII – fornecer livros à Biblioteca Universitária da UFSC;
- VIII – definir e implementar a política editorial;

- IX – manter intercâmbio com outras entidades congêneres, visando ao aperfeiçoamento dos seus serviços;
- X – colaborar na formação e no aperfeiçoamento de profissionais na área de sua especialidade;
- XI – oferecer estágio para alunos da Universidade;
- XII – realizar a sua gestão administrativa e financeira;
- XIII – executar outras atividades inerentes à área ou que venham a ser delegadas pela autoridade competente.
- XIV – executar outras atividades inerentes à área ou que venham a ser delegadas por autoridade competente.

3.1.2.5.7 Biotério Central

Compete ao Biotério Central (art. 39 do RGR):

- I – manter sob sua guarda os animais destinados ao ensino, pesquisa e extensão, atendendo às necessidades dos departamentos de ensino e de outras unidades da Universidade, quando solicitado;
- II – colaborar na formação e aperfeiçoamento de profissionais na área de sua competência;
- III – manter intercâmbio com outras entidades congêneres, visando ao aperfeiçoamento de seus servidores;
- IV – executar outras atividades inerentes à área ou que venham a ser delegadas pela autoridade competente.

3.2 Informações Sobre o Funcionamento do Sistema de Controle Interno da UJ

Quadro 8 - Avaliação do Funcionamento dos Controles Internos

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS					
Ambiente de Controle					
	1	2	3	4	5
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.					X
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.				X	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.			X		
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.			X		
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				X	
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.			X		
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.				X	
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.				X	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.				X	
Avaliação de Risco					
	1	2	3	4	5
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.				X	
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.				X	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.				X	

13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.				X	
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.				X	
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.				X	
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.				X	
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.					X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.				X	
Procedimentos de Controle	1	2	3	4	5
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.			X		
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.			X		
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.			X		
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.				X	
Informação e Comunicação	1	2	3	4	5
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				X	
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X	
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva, atual, precisa e acessível.			X		
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.				X	
Monitoramento	1	2	3	4	5
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				X	
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				X	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.				X	
Escala de valores da Avaliação: (1) Totalmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente não observado no contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua minoria . (3) Neutra: Significa que não há como avaliar se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua maioria . (5) Totalmente válido. Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente observado no contexto da UJ.					

Fonte: GR

3.3 Informações sobre a remuneração paga aos administradores, membros da diretoria estatutária, do conselho de administração e do conselho fiscal

Não se aplica.

3.4 Informações Sobre a Estrutura e as Atividades do Sistema de Correição da Unidade ou do Órgão de Vinculação da Unidade, Identificando, Inclusive, a Base Normativa que Rege a Atividade no Âmbito da Unidade ou do Órgão

A estrutura de correição da UFSC está localizada na Coordenadoria de Processo Administrativos Disciplinares, vinculada à Procuradoria Federal junto à UFSC. À Procuradoria Federal (PF/UFSC), órgão de execução integrante da Procuradoria-Geral Federal/AGU, competem as atividades de consultoria e assessoramento jurídicos aos dirigentes da Universidade Federal de Santa Catarina em matéria disciplinar, patrimonial, de pessoal, de licitações, contratos, convênios e de ensino.

A atuação da PF/UFSC ocorre, ainda, na prestação de subsídios à defesa nas ações judiciais demandadas em face da Universidade, a cargo da Procuradoria Federal em Santa Catarina – PF/SC, bem como nos mandados de segurança em que figure como autoridade impetrada servidor da Universidade. Esta atuação em defesa do interesse público e da preservação dos direitos e garantias fundamentais do cidadão no âmbito da UFSC visa, em última instância, a prevenir o surgimento de litígios ou disputas jurídicas.

A Coordenadoria de Processos Administrativos Disciplinares tem como coordenador o servidor Fabrício Pinheiro Guimarães, designado pela Portaria nº 184/GR/2009, Publicada no DOU nº 37, de 25/02/2009, pág. 15, seção 2, com as seguintes atribuições gerais:

I. Atender a demandas relacionadas a processos de:

- a) sindicâncias investigativas ou acusatórias e processos administrativos disciplinares relacionados aos servidores;
- b) sindicâncias patrimoniais referentes ao desaparecimento de bens (perdas, extravios ou outras irregularidades);
- c) tomadas de conta especial, nos casos em que, concluídos os procedimentos relacionados ao desaparecimento de bens, e restarem caracterizados prejuízos ao erário, o responsável deva proceder à indenização devida;
- d) sindicâncias e inquéritos envolvendo alunos, inclusive do ensino à distância;
- e) sindicâncias envolvendo empresas inadimplentes;
- f) registro das denúncias que não geraram procedimento apuratório.

II. Atribuições específicas:

- a) elaboração das portarias de constituição das comissões e demais atos decorrentes, para assinatura do Reitor ou de quem for por este delegado, dando-lhes a publicidade necessária;
- b) instrução dos processos com as informações e documentos pertinentes, principalmente quanto à qualificação e aos antecedentes do servidor, aluno ou da empresa, quando for o caso;
- c) prestação de assessoramento e consultoria às comissões processantes;
- d) elaboração da agenda das reuniões das comissões processantes;
- e) expedição das notificações e citações e publicação dos editais de citação, quando couber;

- f) acompanhamento dos prazos processuais, mediante emissão de memorandos aos presidentes das comissões;
- g) comunicação às chefias imediatas, quanto à designação de servidores para integrarem as comissões, visando à liberação desses servidores, sempre que necessário;
- h) comunicação da instauração de sindicância ou processo administrativo disciplinar à chefia imediata e ao responsável pelo órgão de lotação do servidor indicado, à Pró-Reitoria da área de pessoal e ao departamento administrativo correspondente;
- i) comunicação da instauração de processo administrativo às empresas;
- j) cumprimento das diligências determinadas pelas comissões processantes;
- k) indicação de defensor dativo ao Reitor, para designação, quando solicitado pelas Comissões;
- l) elaboração de portaria do Reitor para a indicação de perito, quando requerido pelas Comissões;
- m) criação de um “banco de processos administrativos”;
- n) elaboração de informações nos processos conclusos, para apreciação final do Procurador-Chefe, antes da sua remessa ao Reitor para decisão;
- o) ciência ao indiciado e às chefias da decisão prolatada pela autoridade competente no processo;
- p) elaboração de documento de encaminhamento do processo à Polícia Federal, ao Ministério Público Federal, à Controladoria-Geral da União e ao Tribunal de Contas da União, quando for o caso, para assinatura do Reitor;
- q) arquivamento dos processos;
- r) cadastramento dos servidores docentes e técnico-administrativos que irão compor comissões processantes, na condição de presidentes;
- s) solicitação de treinamento dos presidentes das comissões (servidores docentes e técnico-administrativos);
- t) solicitação de treinamento de servidores para secretariar as comissões;
- u) revisão e atualização de formulários e manual de procedimentos;
- v) execução de outras tarefas inerentes aos procedimentos administrativos da PF/UFSC, ou que vierem a ser delegadas pelo Procurador-Chefe.

Segundo o Manual de Processo Administrativo Disciplinar da Controladoria-Geral da União, o processo administrativo disciplinar tem como base legal a Constituição Federal, que veio a ser regulamentada pela Lei nº 8.112/90, em seus Títulos IV (do Regime Disciplinar, artigos 116 a 142) e V (do Processo Administrativo Disciplinar, artigos 143 a 182).

Entretanto, a Lei nº 8.112/90 apresenta algumas lacunas relativas ao processo administrativo disciplinar que demandam integração por meio de outras legislações aplicáveis, com destaque para as seguintes:

- a) Lei nº 9.784/99 (Lei de Processo Administrativo) – regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal. A aplicação das regras elencadas na Lei Federal nº 9.784/99 aos processos administrativos disciplinares (regidos por lei especial – Lei nº 8.112/90) será subsidiária, vale dizer, a lei geral incidirá nas partes omissas e sempre que não houver disposição especial no Estatuto dos Servidores Públicos Federais, como prevê o artigo 69;
- b) Lei nº 8.429/92 (Lei de Improbidade Administrativa) – além de trazer disposições para responsabilizar agentes públicos por atos de improbidade, agrega aspectos específicos para o processo administrativo disciplinar, definindo os atos de

improbidade administrativa e cominando penas passíveis de serem aplicadas a agentes públicos.

3.5 Informações Quanto ao Cumprimento, pela Instância de Correição da Unidade, das Disposições dos Arts. 4º e 5º da Portaria nº 1.043, de 24 de julho de 2007, da Controladoria - Geral da União – CGU, no que Tange aos Fatos Originados em Unidade Jurisdicionada cuja Gestão Esteja Contemplada no Relatório de Gestão

Em razão da Procuradoria Federal junto à UFSC contar atualmente com um servidor para realizar o acompanhamento dos Processos Administrativos Disciplinares da UFSC e HU, a implantação do uso do sistema de Gestão de Processos Disciplinares (CGU-PAD) para o gerenciamento das informações sobre processos disciplinares no âmbito do Sistema de Correição ainda não foi implementada.

4. PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO DA DESPESA ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

4.1 Relação dos programas do Plano Plurianual vigente que estiveram integral ou parcialmente na responsabilidade da unidade jurisdicionada ou de unidade consolidada no relatório de gestão

Não se aplica.

4.2 Relação das Ações da Lei Orçamentária Anual do exercício que estiveram integral ou parcialmente na responsabilidade da unidade jurisdicionada ou de unidade consolidada no relatório de gestão

4.2.1 Ações da Universidade Federal de Santa Catarina

4.2.1.1 0089.0181.26246.0042 - Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Civis
Coordenadora da Ação: Rita de Cássia Knabben

CPF: 298.612.689-87

Cargo: Diretora do Departamento de Administração de Pessoal

Quadro 9 – Ações de Responsabilidade da UFSC

Identificação da Ação						
Código		0089 - Previdência de Inativos e Pensionistas da União				
Descrição		Pagamento de proventos oriundos de direito previdenciário próprio dos servidores públicos civis do Poder Executivo ou dos seus pensionistas.				
Iniciativa		0089.0181.0042 – Pagamento de Aposentadorias e Pensões – Servidores Civis				
Unidade Responsável		Universidade Federal de Santa Catarina				
Unidade Orçamentária		26246				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
220.493.998	244.693.998	244.693.998	244.693.998	3.385.027,65	0,00	241.308.970,35
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Pagamento de proventos oriundos de direito previdenciário próprio dos servidores públicos civis do Poder Executivo ou dos seus pensionistas.	Aposentadorias e pensões	3.345	3.392	244.693.998	244.693.998

Fonte: SIMEC/COORDENADOR DE AÇÃO

Análise Crítica

Cumprimento das metas: Do montante previsto para 2012, 100% do valor foi utilizado para custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais decorrente de pagamento de aposentadorias e pensões – servidores civis. A meta física realizada foi maior que a prevista.

Eventuais problemas de execução: Não houve problemas para a execução da ação.

Superações significativas das metas estabelecidas: Não houve superações significativas.

Restos a pagar: O valor total empenhado e liquidado foi de R\$ 244.693.998,00, o valor pago foi de R\$ 241.308.970,35, assim há restos a pagar no valor de R\$ 3.385.027,65, integralmente processados.

4.2.1.2 0901.0005.26246.0042 - Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Precatórios)

Coordenadora da Ação: Rita de Cássia Knabben

CPF: 298.612.689-87

Cargo: Diretora do Departamento de Administração de Pessoal

Quadro 10 – Ações de Responsabilidade da UFSC

Identificação da Ação						
Código		0901 - Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais				
Descrição		Pagamento de Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) devidas pela União, Autarquias e Fundações Públicas.				
Iniciativa		0901.0005.26246.0042 – Cumprimento de Sentença Judicial Transitada em Julgado (Precatórios)				
Unidade Responsável		Universidade Federal de Santa Catarina				
Unidade Orçamentária		26246				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
10.727.712,00	9.909.305,00	9.906.033,54	9.906.033,54	0,00	0,00	
						9.906.033,54
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
02	Pagamento de Sentenças Judiciais Transitadas em Julgado (Precatórios) devidas pela União, Autarquias e Fundações Públicas	Precatórios	-	100%	9.909.305,00	9.906.033,54

Fonte: SIMEC/COORDENADOR DE AÇÃO

Análise Crítica

Cumprimento das metas: A meta financeira executada atingiu aproximadamente 100% da meta financeira prevista para o pagamento de precatórios.

Eventuais problemas de execução: Não houve problemas para a execução da ação.

Superações significativas das metas estabelecidas: não houve superações significativas.

Restos a pagar: O valor total empenhado e o valor pago foram de R\$ 9.906.033,54, de modo que não há restos a pagar.

4.2.1.3 0901.00G5.26246.0001 - Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais decorrente do Pagamento de Precatórios e Requisições de Pequeno Valor

Coordenadora da Ação: Rita de Cássia Knabben

CPF: 298.612.689-87

Cargo: Diretora do Departamento de Administração de Pessoal

Quadro 11 – Ações de Responsabilidade da UFSC

Identificação da Ação						
Código		0901 - Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais				
Descrição		Pagamento da contribuição patronal para o regime de previdência dos servidores públicos federais incidente sobre Precatórios e Requisições de Pequeno Valor.				
Iniciativa		090100G5.26246.0042 - Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais decorrente do Pagamento de Precatórios e Requisições de Pequeno Valor				
Unidade Responsável		Universidade Federal de Santa Catarina				
Unidade Orçamentária		26246				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
897.074,00	897.074,00	345.106,48	345.106,48	0,00	0,00	
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
03	Pagamento da contribuição patronal para o regime de previdência dos servidores públicos federais incidente sobre Precatórios e Requisições de Pequeno Valor.	Pagamento de precatórios e requisições de pequeno valor.	-	38%	897.074,00	345.106,48

Fonte: SIMEC/COORDENADOR DE AÇÃO

Análise Crítica

Cumprimento das metas: Do montante previsto para o ano de 2012, somente 38% do valor foi utilizado para o custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais decorrente do Pagamento de Precatórios e Requisições de Pequeno Valor.

Eventuais problemas de execução: Não houve problemas para a execução da ação.

Superações significativas das metas estabelecidas: Não houve superaões significativas.

Restos a pagar: O valor total empenhado e pago foi de R\$ 345.106,48, de modo que não há restos a pagar.

4.2.1.4 2030.20RI.26246.0042 - Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica
 Coordenadora da Ação: Sabrina Rebelo Schmitt
 CPF: 029.360.569-69
 Cargo: Chefe da Divisão de Educação Básica

Quadro 12 – Ações de Responsabilidade da UFSC

Identificação da Ação						
Código		2991.26246.0042				
Descrição		Manutenção das instituições por meio de gestão administrativa, financeira e técnica, propiciando condições de funcionamento da educação básica nas instituições federais de ensino, inclusive Colégio Pedro II, Instituto Nacional de Educação de Surdos e Instituto Benjamin Constant, de modo a atender adequadamente as demandas e especificidades dos alunos dessas instituições, dentre outras, aquisição, elaboração, produção e distribuição de material didático-pedagógico e especializado, aquisição de material de consumo e permanente, elaboração de processos para a contratação de serviços de pessoas físicas e jurídicas, atividades de capacitação de servidores em geral, envolvendo diárias, passagens, realização e participação em eventos, investimentos em obras e instalações, ampliação, reforma e adaptação, observados os limites da legislação vigente.				
Iniciativa		2030.20RI.26246.0042 Funcionamento das Instituições Federais de Educação Básica				
Unidade Responsável		Universidade Federal de Santa Catarina				
Unidade Orçamentária		26246 - Universidade Federal de Santa Catarina				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
1.002.115,00	1.122.115,00	884.400,00	748.937,05	7.779,20	135.462,95	
741.157,85						
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
	Alunos matriculados	Unidade	1200	1190	1.122.115,00	884.400,00

Fonte: SIMEC/COORDENADOR DE AÇÃO

Análise Crítica

A Educação Básica da Universidade Federal de Santa Catarina encerrou o ano letivo de 2012 com o total de 1190 alunos matriculados, sendo 237 alunos do Núcleo de Desenvolvimento Infantil – NDI e 953 alunos do Colégio de Aplicação – CA. Se comparada à meta estabelecida para o ano de 2012 (1200 alunos), o número de alunos apresentou um déficit de 10 alunos, o que corresponde a 0,83% abaixo da meta.

A justificativa para o déficit na meta está embasada em dois pontos:

- No Núcleo de Desenvolvimento Infantil, das 60 novas vagas, 55 foram ocupadas e 5 não foram preenchidas. Para que o número total de novas vagas fosse completado, no decorrer do ano de 2012, três editais foram abertos, mesmo assim as vagas não foram preenchidas.
- No Colégio de Aplicação, para que o número total de vagas anual fosse completado, os alunos sorteados, e que estavam na lista de espera, foram chamados. No entanto, 5 vagas não foram preenchidas, isso porque os contemplados não efetuaram a matrícula. Outra questão que deve ser destacada é que, de acordo com o regimento do Colégio de Aplicação, por questões pedagógicas, o ingresso de novos alunos deverá ocorrer até o final do segundo trimestre letivo, o que corroborou o déficit apresentado.

4.2.1.5 2030.20RJ.26246.0042 - Apoio à Capacitação e Formação Inicial e Continuada de Professores, Profissionais, Funcionários e Gestores para a Educação Básica

Coordenadora da Ação: Rute da Silva

CPF: 025.458.279-67

Cargo: Pedagoga – Chefe da Seção de apoio ao Departamento de Ensino da Pró-Reitoria de Graduação

Quadro 13 – Ações de Responsabilidade da UFSC

Identificação da Ação						
Código		20RJ.26246.0042				
Descrição		Incentivo e promoção da formação inicial e continuada de professores, profissionais, funcionários e gestores, desenvolvimento de capacitações, estudos, projetos, avaliações, implementação de políticas e programas demandados pela Educação Básica, por meio de apoio técnico, pedagógico e financeiro, inclusive ao sistema Universidade Aberta do Brasil – UAB, considerando o currículo de educação básica e programas específicos para população indígena, do campo e quilombola, a formação para a docência intercultural, o ensino da história e cultura indígena, afrobrasileira, africana, o atendimento educacional especializado, a educação de jovens e adultos, educação em direitos humanos, a sustentabilidade socioambiental, as relações etnicorraciais, de gênero, diversidade sexual e direitos da criança e do adolescente.				
Iniciativa		02BQ - Consolidação da política nacional de formação, promovendo a formação inicial e continuada de profissionais da educação básica com apoio técnico, financeiro e pedagógico, nas modalidades presencial e a distância, considerando programas específicos, como para professores indígenas, do campo e quilombolas, a formação para a docência intercultural, a educação bilíngue, o ensino da história e cultura indígena, afrobrasileira e africana, o atendimento educacional especializado, a educação em tempo integral, a educação de jovens e adultos, a educação em direitos humanos, a sustentabilidade socioambiental, as relações etnicorraciais, de gênero, diversidade sexual e direitos da criança e do adolescente.				
Unidade Responsável		Universidade Federal de Santa Catarina				
Unidade Orçamentária		26246-Universidade Federal de Santa Catarina				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
616.353,00	616.353,00	616.353,00	243.800,00		372.553,00	
243.800,00						
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Pessoas Beneficiadas	UN	4.040	3.981	616.353,00	616.353,00

Fonte: SIMEC/COORDENADOR DE AÇÃO

Análise Crítica

Por meio de ações voltadas à capacitação dos profissionais da educação básica, o Ministério da Educação tem como objetivo melhorar tanto a qualidade do ensino, como também os processos de gestão administrativa das redes públicas de ensino. Visando contribuir com estas ações, a UFSC estabeleceu como meta capacitar, em 2013, 4.040 profissionais deste nível de ensino. Em concordância com as orientações da SEB/MEC foram executados quatro programas, voltados à qualificação de professores e gestores. Da meta prevista inicialmente, atingiu-se 98,5%, com um total de 3981 pessoas beneficiadas. O déficit de 1,55% justifica-se em função do atraso no repasse de recursos e do movimento de paralisação de servidores técnicos e docentes que levou ao atraso nos cronogramas com a consequente redução de oferta de vagas em alguns polos, com redimensionamento de pessoas inscritas nos cursos ofertados. Ressalta-se, no entanto, que o Programa “Pacto de Alfabetização na Idade Certa”, atingirá de forma direta a rede de ensino de 256 municípios, ocorrendo uma incorporação tardia das escolas de ensino fundamental da rede estadual, o que levará à superação da meta inicial prevista, ampliando o número de pessoas beneficiadas.

Com relação aos recursos empenhados, porém não liquidados, tal situação decorreu do retardamento do início de algumas ações, motivadas pela situação de paralisação das atividades de servidores técnicos e docentes, e também pelo atraso no início das atividades por parte do Ministério da Educação, como foi o caso do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa, efetivamente implementado a partir de fins de setembro. Ou seja, as atividades foram iniciadas em 2012, com término previsto para 2013, o que justifica a existência de recursos ainda a serem liquidados.

4.2.1.6 2032.20GK.26246.0042 - Fomento às Ações de Ensino, Pesquisa e Extensão

Coordenador da Ação: Maristela Helena Zimmer Bortolini

CPF: 496.615.070-15

Cargo: Pró-Reitora Adjunta de Extensão

Quadro 14 – Ações de Responsabilidade da UFSC

Identificação da Ação						
Código		2032.20GK.26246.0042				
Descrição		Desenvolvimentos de programas e projetos de Ensino, Pesquisa e Extensão universitária e de atendimentos à comunidades como: implementação de ações educativas e culturais, manutenção da infraestrutura da extensão universitária para garantir o seu funcionamento, e demais atividades inerentes às ações de ensino pesquisa e extensão; formação de grupos tutoriais, compostos por alunos dos cursos de graduação, pós-graduação, mestrandos ou doutorandos sob a orientação de docente que possua título de doutor; realização de cursos de capacitação e qualificação de recursos humanos; promoção de congressos, seminários e simpósios científicos e culturais, além de outras atividades necessárias ao desenvolvimento dos projetos em questão.				
Iniciativa		0390 - Concessão de bolsas, auxílios e outros mecanismos, no país e no exterior, para a formação, valorização e capacitação de recursos humanos e para promover cooperação internacional no Sistema Nacional de Pós-Graduação, em áreas de interesse nacional e regional, inclusive formação de professores, garantida equidade étnico-racial e de gênero.				
Unidade Responsável		Universidade Federal de Santa Catarina				
Unidade Orçamentária		26246 - Universidade Federal de Santa Catarina				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
47.980.235,00	53.553.247,00	17.278.313,29	14.983.893,97			13.457.105,04
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Projeto apoiado	UN	8.500	13.682	53.553.247,00	17.278.313,29

Fonte: SIMEC/COORDENADOR DE AÇÃO

Análise Crítica

A meta física prevista para a Ação em 2012 era de 8.500 projetos apoiados na UFSC. Após coletar os dados junto às Pró-Reitorias de Graduação (PROGRAD), de Pós-Graduação (PROPG), de Pesquisa (PROPESQ) e de Extensão (PROEX), verificou-se que a meta foi superada em 61%, o que se deve principalmente a uma maior conscientização da importância de registrar todas as atividades de Pesquisa e Extensão em especial no SIRAEx -Sistema de Registro de Atividades de Extensão.

4.2.1.7 2032.20RK.26246.0042 - Funcionamento das Universidades Federais
 Coordenador da Ação: Rogério Luiz de Souza
 CPF: 712.087.559-00
 Cargo: Pró-Reitor Adjunto de Graduação

Quadro 15 – Ações de Responsabilidade da UFSC

Identificação da Ação						
Código		2032.20RK.26246.0042				
Descrição		Desenvolvimento de ações para assegurar a manutenção e o funcionamento dos cursos nas Instituições Federais de Ensino Superior, manutenção de serviços terceirizados, pagamento de serviços públicos e de pessoal ativo, manutenção de infra-estrutura física por meio de obras de pequeno vulto que envolvam ampliação/reforma/adaptação e aquisição e/ou reposição de materiais, inclusive aqueles inerentes às pequenas obras, observados os limites da legislação vigente, aquisição de material bibliográfico e promover subsídios para estudos, análises, diagnósticos, pesquisas e publicações científicas, bem como as demais contratações necessárias ao desenvolvimento de suas atividades.				
Iniciativa		2032.20RK.26246.0042 Funcionamento das Universidades Federais				
Unidade Responsável		Universidade Federal de Santa Catarina				
Unidade Orçamentária		26246 - Universidade Federal de Santa Catarina				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
91.516.192,00	106.066.902,00	88.842.360,54	63.006.105,78	783.398,13	25.836.254,76	62.222.707,65
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Alunos matriculados	Unidade	37.500	38.637	106.066.902,00	88.842.360,54

Fonte: SIMEC/COORDENADOR DE AÇÃO

Análise Crítica

Tipo da Ação: Atividade

Descrição: Desenvolvimento de ações para assegurar a manutenção e o funcionamento dos cursos de graduação e pós-graduação nas Instituições Federais de Ensino Superior, correspondendo a dispêndios com coordenadorias dos programas de pós-graduação e organização das atividades de ensino, pesquisa e extensão, incluindo participação em órgãos colegiados que congreguem o conjunto das instituições federais de ensino superior, manutenção de serviços terceirizados, pagamento de serviços públicos e de pessoal ativo, bem como a manutenção de infraestrutura física por meio de obras de pequeno vulto que envolvam ampliação/reforma/adaptação e aquisição ou reposição de materiais, inclusive aqueles inerentes às pequenas obras, observados os limites da legislação vigente.

Meta Física Prevista: 37.500 alunos matriculados

Meta Financeira Inicial Prevista: R\$ 91.516.192,00

Meta Física Realizada: 38.637 alunos matriculados

Meta Financeira Realizada: R\$ 88.842.360,54

Avaliação: Buscou-se garantir o funcionamento dos cursos de graduação e pós-graduação das Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), formar profissionais de alta qualificação para atuar nos diferentes setores da sociedade, capazes de contribuir para o progresso de desenvolvimento nacional, com transferência de conhecimento pautada em regras curriculares.

Dando prosseguimento ao desenvolvimento do Projeto REUNI e buscando sempre sua expansão em número de alunos e em qualidade, a UFSC matriculou 23.047 alunos em 85 cursos de graduação presencial e 3.456 alunos em 11 cursos de graduação à distância no ano de 2012. Neste período, foi dado prosseguimento ao processo de instalação dos *campi* de Araranguá, Curitibanos e Joinville, inaugurados no segundo semestre de 2009.

Com o início das atividades em 2011 de cursos como Fisioterapia e Engenharia de Computação no *campus* de Araranguá, Medicina Veterinária no *campus* de Curitibanos e Meteorologia no *campus* de Florianópolis, observou-se que, no ano de 2012, houve aumento no número de turmas oferecidas pela UFSC em comparação aos anos de 2010 e 2011.

Em 2011 a UFSC tinha 72 Programas de Pós-Graduação *stricto sensu*, compreendendo 58 mestrados acadêmicos, 12 mestrados profissionais e 46 doutorados, totalizando 3.845 alunos matriculados no mestrado acadêmico, 128 alunos no mestrado profissional, 2.719 alunos matriculados no doutorado e 7.385 em cursos *latu sensu* (especialização). Em 2012 houve a extinção de 1 mestrado acadêmico e 2 mestrados profissionais. Todavia criaram-se 2 novos mestrados profissionais (Matemática e Métodos e Gestão de Avaliação) e 3 novos cursos de doutorado (Economia, Nutrição e Ciência da Computação). Assim, em 2012 a UFSC teve 71 Programas de Pós-Graduação *stricto sensu*, compreendendo 57 mestrados acadêmicos, 12 mestrados profissionais e 49 doutorados, totalizando 3.351 alunos matriculados no mestrado acadêmico, 213 alunos no mestrado profissional e 2.733 alunos matriculados no doutorado.

Ofereceram-se também, em 2012, 5482 matrículas para alunos em cursos de pós-graduação *latu sensu* (especialização) e 355 matrículas para alunos de pós-doutorado.

As metas admitidas inicialmente foram superadas. Os 38.637 alunos matriculados em 2012 atende consideravelmente a meta prevista de 37.500 alunos matriculados em cursos de graduação e pós-graduação na UFSC.

Os recursos foram utilizados basicamente para a manutenção da infraestrutura física dos *campi*, manutenção de serviços terceirizados, pagamento dos serviços públicos e de pessoal ativo, incluindo participação em órgãos colegiados que congreguem o conjunto das instituições federais de ensino superior. Os recursos inerentes a essa ação foram utilizados em Contratação por Tempo Determinado, Benefícios Assistenciais, Vencimentos e Vantagens Fixas de Pessoal Civil, Outras Despesas Variáveis com Pessoal Civil Sentenças Judiciais, Despesas de Exercícios Anteriores, Obrigações Patrimoniais Diárias, Auxílio Financeiro a Estudantes, Auxílio Financeiro a Pesquisadores, Material de Consumo, Material de Distribuição Gratuita, Passagens e Despesas com Locomoção, Serviços de Terceiros de Pessoa Física, Serviços de Terceiros de Pessoa Jurídica, Obrigações Tributárias e Contributivas, Indenizações e Restituições, Obrigações Tributárias e Contribuições, Obras e Instalações, Equipamentos e Material Permanente.

4.2.1.8 2032.4002.26246.0042 - Assistência ao Estudante de Ensino Superior
 Coordenadora da Ação: Simone Matos Machado
 CPF: 433.100.799-53
 Cargo: Pró-Reitora Adjunta de Assuntos Estudantis

Quadro 16 – Ações de Responsabilidade da UFSC

Identificação da Ação						
Código		2032.4002.26246.0042				
Descrição		Apoio financeiro a projetos educacionais apresentados pelas Universidades que contribuam para a democratização do ensino superior, por meio de ações que possibilitem o ingresso, o desenvolvimento e o sucesso dos estudantes, considerando as especificidades de populações específicas, tais como, do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes e pessoas com deficiência. Fornecimento ou auxílio a alimentação, alojamento e transporte, dentre outras iniciativas da assistência ao estudante e que contribua para o bom desempenho do aluno no ensino superior. Concessão de ajuda financeira para apoiar a manutenção dos estudantes carentes, inclusive estrangeiros, matriculados em cursos de graduação nas Instituições de Ensino Superior.				
Iniciativa		03GA - Ampliação do acesso, da permanência e da taxa de sucesso dos estudantes na educação superior, em instituições públicas e privadas, inclusive por meio de financiamento estudantil, com promoção da elevação da eficiência acadêmica, da qualidade, da equidade e da inclusão, considerando, inclusive, especificidades das populações do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes e das pessoas com deficiência.				
Unidade Responsável		Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis - PRAE				
Unidade Orçamentária		PROPLAN				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
15.670.510,00	15.670.510,00	15.270.649,08	12.234.809,42	333.310,32	3.035.839,66	11.901.499,10
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista R\$	Realizada R\$
01	Ações de assistência estudantil	Estudante/dia	5.200	8.911	15.670.510,00	15.270.649,08

Fonte: SIMEC/COORDENADOR DE AÇÃO

Quadro 17 – Ações de Responsabilidade da UFSC

Número de estudantes beneficiados/dia em cada programa/ação durante todo o ano de 2012 considerando o ano cheio, ou seja, 365 dias.				
Sector		Indicador	Nº Estudantes	Período
CoSS	1	Estudantes beneficiados com o Programa Bolsa Permanência	1461	por dia
CoSS	2	Estudantes beneficiados com vaga na Moradia Estudantil	141	por dia
CoSS	3	Estudantes beneficiados com o Auxílio Moradia	565	por dia
RU	4	Estudantes beneficiados com isenção no RU	1736	por dia
RU	5	Estudantes beneficiados com subsídio da refeição do RU (passes G1)	3179	por dia
CoSS	6	Estudantes beneficiados com acolhimento psicológico	2	por dia
CAIE	7	Estudantes que utilizaram o laboratório de informática da CAIE	1500	por dia
CoSS	8	Estudantes beneficiados com o Auxílio Creche	63	por dia
DEAE	9	Estudantes beneficiados com o Programa Viagens de Estudo	75	por dia

DEAE	1 0	Estudantes beneficiados com ônibus para Eventos Científicos	56	por dia
CoSS	1 1	Estudantes beneficiados com cursos de Línguas Estrangeiras	125	por dia
PROGRAD	1 2	Estudantes inscritos no Apoio Pedagógico	7	por dia
		TOTAL DE ESTUDANTES ATENDIDOS NA PRAE POR DIA – 2012	8911	estudantes

Fonte: SIMEC/COORDENADOR DE AÇÃO

Análise Crítica

Cumprimento das metas: A política de assistência estudantil desenvolvida durante o ano de 2012 cumpriu suas metas, superando significativamente a meta física, conforme demonstrado no quadro acima. Ressalta-se aqui que do montante de recursos financeiros, cerca de R\$ 3.000.000,00 são provenientes de arrecadação (diretamente arrecadado), sendo que o cumprimento da meta financeira, oscilando como é da natureza desta arrecadação, gerou restos a pagar de 2012 para 2013.

Soma-se a isto a situação dos recursos do restaurante universitário empenhados em grande soma com necessidade de utilização rápida, incluindo o mês de fevereiro. A natureza desta despesa demanda precauções financeiras, uma vez tratar de gêneros alimentícios.

Eventuais problemas de execução: Alguns entraves tem impedido uma reorganização do setor para que atenda de forma plena seus objetivos. Ressaltamos aqui o excessivo número de solicitações de apoios assistenciais provenientes de outros setores não afins com a demanda de assistência estudantil diretamente, o que tem exigido tempo de dedicação dos pró-reitores, diretores e coordenadores em análises e despachos. Aliado a isso a PRAE tem assumido tarefas de outros setores, ou que poderiam ser realizadas em outros setores administrativos mais afins com a natureza da atividade. São situações que já estão sendo cuidadas e as mudanças na cultura administrativa, necessárias ao andamento dos trabalhos, começam a ser discutidas e implementadas. Neste sentido a integração e parceria com outras pró-reitorias tem sido fundamental. Outro aspecto que cabe ressaltar é a falta de profissionais de Serviço Social, bem como de apoio administrativo, uma vez que o aumento da demanda de atendimentos, já revelada, de 73% em 2012, não contou proporcionalmente com o aumento do número de trabalhadores necessários.

Superações significativas das metas estabelecidas: A significativa superação da meta física em 71,36% relaciona-se à grande demanda de benefícios oriundos dos estudantes com situação de vulnerabilidade socioeconômica que vem aumentando em proporções também significativas. A concessão de bolsa permanência ampliou em 52,65 % o número de estudantes assistidos durante o ano de 2012. Da mesma forma o atendimento do restaurante universitário ampliou significativamente aumentando em 102% o número de refeições diárias. O incremento dos sistemas de atendimento, mesmo com a necessidade de ampliação do quadro de pessoal, tem repercutido no aumento do número de estudantes assistidos diariamente.

Restos a pagar: Pela natureza desta pró-reitoria que trabalha com recursos oriundos de arrecadação própria, aliado ao serviço oferecido pelo restaurante universitário que demanda urgência na compra de produtos, a existência de restos a pagar é compreensível. Os valores empenhados e não entregues pelas empresas até o final de dezembro se justificam em função destas despesas que já se fazem necessárias no final do mês de janeiro para que o restaurante inicie suas atividades em fevereiro.

4.2.1.9 2032.8282.26246.0042 - Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
 Coordenador da Ação: Roselane Fátima Campos
 CPF: 311.633.009-34
 Cargo: Pró-Reitora de Graduação

Quadro 18 – Ações de Responsabilidade da UFSC

Identificação da Ação						
Código		2032.8282.26246.0042				
Descrição		Apoio a planos de reestruturação e expansão, elaborados pelas universidades federais, no exercício de sua autonomia, que visem o aumento do número de estudantes, a redução da evasão, o completo aproveitamento da estrutura instalada e a adequação e modernização da estrutura acadêmica e física das instituições, por meio de obras de pequeno vulto, incluindo reforma, construção, aquisição de equipamentos, materiais e serviços, e às necessidades de manutenção identificadas pelas IFES.				
Iniciativa		03GD - Expansão, reestruturação, interiorização e manutenção da Rede Federal de Educação Superior, com diversificação da oferta de cursos em consonância com as necessidades do mundo do trabalho, otimização da capacidade instalada das estruturas física e de recursos humanos e promoção de pesquisa, ensino e extensão visando a qualidade e garantindo condições de acessibilidade.				
Unidade Responsável		26246-Universidade Federal de Santa Catarina				
Unidade Orçamentária		26246-Universidade Federal de Santa Catarina				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
48.996.415,00	69.004.415,00	52.996.414,92	29.115.958,18	526.658,30	23.880.456,74	28.589.299,88
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Vagas oferecidas	UN	2.450	2.121	69.004.415.00	52.996.414.92

Fonte: SIMEC/COORDENADOR DE AÇÃO

Análise Crítica

Ao aderir ao Programa de Reestruturação das Universidades – REUNI, a UFSC estabeleceu meta relacionada a ampliação da oferta de vagas em cursos de graduação – 2.460 novas vagas, expansão esta que correspondia, à época, a um incremento de 63% considerando-se o montante 3.920 vagas oferecidas em 2007. Até 2012 alcançou-se a oferta de 6041 vagas no processo seletivo. Portanto, consideradas as diferenças entre as vagas previstas na meta – 2.450 e as efetivamente criadas – 2.121, tem-se a diferença de 329 vagas, o que representa um déficit de 13,43%, ou seja um cumprimento de 86,57% da meta prevista. Um dos fatores explicativos às dificuldades em se atingir plenamente meta proposta decorre da grande concentração de vagas novas em campi novos, a saber, Araranguá, Curitiba e Joinville, cujas dificuldades decorrentes dos processos de implantação se expressaram de várias maneiras, dentre estas a necessidade de redimensionamento de vagas. Foi o que ocorreu com os *campi* de Araranguá e Curitiba cuja previsão inicial de vagas precisou ser revista, reduzindo-se o número inicial de oferta (Curitiba – redução de 160 vagas; Araranguá – 100 vagas), uma vez que a demanda regional mostrou-se aquém das vagas ofertadas.

4.2.1.10 2032.8282.26246.0142 - Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
 Coordenador da Ação: Roselane Fátima Campos
 CPF: 311.633.009-34
 Cargo: Pró-Reitora de Graduação

Quadro 19 – Ações de Responsabilidade da UFSC

Identificação da Ação						
Código		2032.8282.26246.0142				
Descrição		Apoio a planos de reestruturação e expansão, elaborados pelas universidades federais, no exercício de sua autonomia, que visem o aumento do número de estudantes, a redução da evasão, o completo aproveitamento da estrutura instalada e a adequação e modernização da estrutura acadêmica e física das instituições, por meio de obras de pequeno vulto, incluindo reforma, construção, aquisição de equipamentos, materiais e serviços, e às necessidades de manutenção identificadas pelas IFES.				
Iniciativa		03GD - Expansão, reestruturação, interiorização e manutenção da Rede Federal de Educação Superior, com diversificação da oferta de cursos em consonância com as necessidades do mundo do trabalho, otimização da capacidade instalada das estruturas física e de recursos humanos e promoção de pesquisa, ensino e extensão visando a qualidade e garantindo condições de acessibilidade.				
Unidade Responsável		26246-Universidade Federal de Santa Catarina				
Unidade Orçamentária		26246-Universidade Federal de Santa Catarina				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
1.500.000,00		0,00	0,00	0,00	0,00	
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Uma unidade	UN	1	0	1.500.000,00	0,00

Fonte: SIMEC/COORDENADOR DE AÇÃO

Análise Crítica

Meta não realizada, pois não ocorreu liberação financeira para sua execução.

4.2.1.11 2109.00IE.26246.0042 - Contribuição à Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior – ANDIFES

Coordenador da Ação: Elci Terezinha de Souza Junckes
 CPF: 398.408.839-68
 Cargo: Chefe de Gabinete Adjunto

Quadro 20 – Ações de Responsabilidade da UFSC

Identificação da Ação	
Código	
2109.00IE.26246.0042	
Descrição	
A contribuição visa garantir a participação das Universidades na ANDIFES, representante oficial das Instituições Federais de Ensino Superior - IFES na interlocução com o governo federal, com as associações de professores, de técnico-administrativos, de estudantes e com a sociedade em geral.	
Iniciativa	
Unidade Responsável	
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA	
Unidade Orçamentária	
26246 – UFSC	

Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
100.000,00	77.063,92	77.063,92	77.063,92			77.063,92
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Valor referente pagamento de anuidade 2012 1 e 2 parcela	1	1	1	100.000,00	77.063,92

Fonte: SIMEC/COORDENADOR DE AÇÃO

Análise Crítica

Avaliação: Pagamento efetuado em novembro de 2012, referente a primeira e a segunda parcela da contribuição à Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior – ANDIFES.

4.2.1.12 2109.09HB.26246.0001 - Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais

Coordenadora da Ação: Rita de Cássia Knabben

CPF: 298.612.689-87

Cargo: Diretora do Departamento de Administração de Pessoal

Quadro 21 – Ações de Responsabilidade da UFSC

Identificação da Ação						
Código		2109 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação				
Descrição		Pagamento da contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais na forma do artigo 8º da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004.				
Iniciativa		2109.09HB.26246.0001 - Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais				
Unidade Responsável		Universidade Federal de Santa Catarina				
Unidade Orçamentária		26246				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
70.666.489	77.511.742	75.348.820,35	75.348.820,35	0,00	0,00	75.348.820,35
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
05	Pagamento da contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais.	Servidores Públicos Federais	-	97%	77.511.742	75.348.820,35

Fonte: SIMEC/COORDENADOR DE AÇÃO

Análise Crítica

Cumprimento das metas: Do montante previsto para o ano de 2012 foi utilizado aproximadamente 97% do valor para a Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais.

Eventuais problemas de execução: Não houve problemas para a execução da ação.

Superações significativas das metas estabelecidas: Não houve superações significativas.

Restos a pagar: O valor total empenhado e pago foi de R\$ 75.348.820,35, assim não há restos a pagar.

4.2.1.13 2109.20CW.26246.0042 - Assistência Médica aos Servidores e Empregados - Exames Periódicos

Coordenador da Ação: Marilza Nair dos Santos Mariggi

CPF: 618.239.709-82

Cargo: Diretora do Departamento de Atenção à Saúde

Quadro 22 – Ações de Responsabilidade da UFSC

Identificação da Ação						
Código		2109.20CW.2646.0042				
Descrição		Realização de exames médicos periódicos dos servidores e empregados públicos federais, ativos, mediante a contratação de serviços terceirizados, bem como pela aquisição de insumos, reagentes e outros materiais necessários, nos casos em que os referidos exames sejam realizados pelo próprio órgão.				
Iniciativa		Atendimento ao Decreto nº 6.856/2009				
Unidade Responsável		Universidade Federal de Santa Catarina				
Unidade Orçamentária		Ministério da Educação				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação(em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
406.759,00	406.759,00	0	0	0	0	
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Servidor beneficiado	Unidade	2.260	0	406.759,00	0

Fonte: SIMEC/COORDENADOR DE AÇÃO

Análise Crítica

Essa ação corresponde à realização de exames médicos periódicos dos servidores públicos federais ativos, que embora previstos na Lei orçamentária anual, não foram realizados em 2012 para os servidores da Universidade Federal de Santa Catarina. Como fator complicador da realização ação, podemos mencionar a greve dos servidores docentes e técnicos da UFSC.

Além de providências relativas ao treinamento de pessoal, o Serviço de Saúde Ocupacional está iniciando os estudos necessários, o levantamento das demandas e de outros procedimentos relevantes para o atendimento ao Decreto nº 6.856/2009, com previsão de encaminhamento licitatório ou inclusão ao contrato de Assistência Médica e Odontológica dos Servidores, para reiniciar a execução ação em 2013.

Finalidade: Proporcionar aos servidores e empregados públicos federais, ativos, condições para a manutenção da saúde física e mental, em função dos riscos existentes no ambiente de trabalho e de doenças ocupacionais ou profissionais.

Descrição: Realização de exames médicos periódicos dos servidores e empregados públicos federais, ativos, mediante a contratação de serviços terceirizados, bem como pela aquisição de insumos, reagentes e outros materiais necessários, nos casos em que os referidos exames sejam realizados pelo próprio órgão.

4.2.1.14 2109.20TP.26246.0042 - Pagamento de Pessoal Ativo da União

Coordenadora da Ação: Rita de Cássia Knabben

CPF: 298.612.689-87

Cargo: Diretora do Departamento de Administração de Pessoal

Quadro 23 – Ações de Responsabilidade da UFSC

Identificação da Ação						
Código		2109 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação				
Descrição		Pagamento de Pessoal Ativo da União				
Iniciativa		2109.20TP.26246.0042 – Pagamento de Pessoal Ativo da União				
Unidade Responsável		Universidade Federal de Santa Catarina				
Unidade Orçamentária		26246				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
351.815.730	390.315.730	390.241.250,46	390.241.250,46	132.116,66	0,00	390.109.133,80
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
04	Pagamento de Pessoal Ativo da União	Servidores ativos	-	100%	390.315.730,00	390.241.250,46

Fonte: SIMEC/COORDENADOR DE AÇÃO

Análise Crítica

Cumprimento das metas: Do montante previsto para o ano de 2012, aproximadamente 100% do valor foi utilizado para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais decorrente do Pagamento de Precatórios e Requisições de Pequeno Valor.

Eventuais problemas de execução: Não houve problemas para a execução da ação.

Superações significativas das metas estabelecidas: Não houve superaões significativas.

Restos a pagar: O valor total empenhado e liquidado foi de R\$390.241.250,46 e o total pago foi de 390.109.133,80, assim há restos a pagar no valor de 132.116,66, integralmente processados.

4.2.1.15 2109.2004.26246.0042 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes

Coordenador da Ação: Marilza Nair dos Santos Mariggi

CPF: 618.239.709-82

Cargo: Diretora do Departamento de Atenção à Saúde

Quadro 24 – Ações de Responsabilidade da UFSC

Identificação da Ação						
Código		2004.26246.0042				
Descrição		Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes – Concessão, em caráter suplementar, do benefício de assistência médico-hospitalar e odontológica aos servidores e empregados, ativos e inativos, dependentes e pensionistas.				
Unidade Responsável		Universidade Federal de Santa Catarina				
Unidade Orçamentária		Ministério da Educação				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação(em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
8.400.000,00	8.863.147,00	8.851.192,00	8.851.192,00	xx	xx	8.851.192,00
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Concessão, em caráter suplementar, do benefício de assistência médico-hospitalar e odontológica aos servidores e empregados, ativos e inativos, dependentes e pensionistas.	Unidade	7368	8972	8.400.000,00	8.851.192,00

Fonte: SIMEC/COORDENADOR DE AÇÃO

Análise Crítica

A ação correspondente à Assistência Médica e Odontológica aos Servidores superou a meta inicial prevista em 21.77% do quantitativo de beneficiários atendidos pela ação, em razão das novas contratações realizadas pela UFSC em 2012, e principalmente pela relação econômico-financeira vantajosa do atual plano de saúde.

4.2.1.16 2109.2010.26246.0042 - Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados

Coordenadora da Ação: Rita de Cássia Knabben

CPF: 298.612.689-87

Cargo: Diretora do Departamento de Administração de Pessoal

Quadro 25 – Ações de Responsabilidade da UFSC

Identificação da Ação	
Código	2109 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação
Descrição	Concessão do benefício de assistência pré-escolar pago diretamente no contra-cheque, a partir de requerimento, aos servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993), que tenham filhos em idade pré-escolar.
Iniciativa	2109.2010.26246.0042 – Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados

Unidade Responsável		Departamento de Administração de Pessoal				
Unidade Orçamentária		153163 – UFSC				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
300.000,00	311.000,00	303.384,94	303.384,94	0,00	0,00	303.384,94
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
06	Concessão do benefício de assistência pré-escolar pago diretamente no contra-cheque aos servidores e empregados públicos federais, que tenham filhos em idade pré-escolar.	Dependentes dos Servidores e Empregados	309	298	311.000,00	303.384,94

Fonte: SIMEC/COORDENADOR DE AÇÃO

Análise Crítica

Cumprimento das metas: Do montante previsto para o ano de 2012 foi utilizado aproximadamente 98% do valor para a Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados . A meta física realizada foi menor do que a meta física prevista.

Eventuais problemas de execução: Não houve problemas para a execução da ação.

Superações significativas das metas estabelecidas: Não houve superaões significativas.

Restos a pagar: O valor total empenhado e pago foi de R\$ 303.384,94, de modo que não há restos a pagar.

4.2.1.17 2109.2011.26246.0042 - Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados
 Coordenadora da Ação: Rita de Cássia Knabben
 CPF: 298.612.689-87
 Cargo: Diretora do Departamento de Administração de Pessoal

Quadro 26 – Ações de Responsabilidade da UFSC

Identificação da Ação						
Código		2109 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação				
Descrição		Pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993), nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa. A concessão do benefício por intermédio desta ação não é extensiva a estagiários, cuja despesa deverá correr à conta das dotações pelas quais correm o custeio das respectivas bolsas de estágio.				
Iniciativa		2109.2011.26246.0042 – Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados				
Unidade Responsável		Universidade Federal de Santa Catarina				
Unidade Orçamentária		26246				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
720.000,00	720.000,00	703.929,92	703.929,92	0,00	0,00	703.929,92
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
07	Pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual	Servidores e Empregados	390	440	720.000,00	703.929,92

Fonte: SIMEC/COORDENADOR DE AÇÃO

Análise Crítica

Cumprimento das metas: Do montante previsto para o ano de 2012 foi utilizado aproximadamente 98% do valor para o pagamento de Auxílio-Transporte aos servidores e empregados apesar de a meta física realizada ter sido maior do que a meta física prevista.

Eventuais problemas de execução: Não houve problemas para a execução da ação.

Superações significativas das metas estabelecidas: Não houve superaões significativas.

Restos a pagar: O valor total empenhado e pago foi de R\$ 703.929,92, de modo que não há restos a pagar.

4.2.1.18 2109.2012.26246.0042 - Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados
 Coordenadora da Ação: Rita de Cássia Knabben
 CPF: 298.612.689-87
 Cargo: Diretora do Departamento de Administração de Pessoal

Quadro 27 – Ações de Responsabilidade da UFSC

Identificação da Ação						
Código		2109 - Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação				
Descrição		Concessão em caráter indenizatório e sob forma de pecúnia do auxílio-alimentação aos servidores e empregados públicos federais, ativos, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993) ou por meio de manutenção de refeitório.				
Iniciativa		2109.2012.26246.0042 – Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados.				
Unidade Responsável		Universidade Federal de Santa Catarina				
Unidade Orçamentária		26246				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
13.200.000	14.394.190	14.384.197,40	14.384.197,40	0,00	0,00	14.384.197,40
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
08	Concessão em caráter indenizatório e sob forma de pecúnia do auxílio-alimentação aos servidores e empregados públicos federais, ativos.	Servidores e Empregados	3.618	4.136	14.394.190	14.384.197,40

Fonte: SIMEC/COORDENADOR DE AÇÃO

Análise Crítica

Cumprimento das metas: Do montante previsto para o ano de 2012 foi utilizado aproximadamente 100% do valor para o pagamento do Auxílio-Alimentação aos servidores e empregados apesar de a meta física realizada ter sido maior do que a meta física prevista.

Eventuais problemas de execução: Não houve problemas para a execução da ação.

Superações significativas das metas estabelecidas: Não houve superaões significativas.

Restos a pagar: O valor total empenhado e pago foi de R\$ 14.384.197,40, de modo que não há restos a pagar.

4.2.1.19 2109.4572.26246.0042 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação

Coordenadora da Ação: Bernadete Quadro Duarte

CPF: 613.027.679-68

Cargo: Diretora do Departamento de Desenvolvimento de Pessoas

Quadro 28 – Ações de Responsabilidade da UFSC

Identificação da Ação							
Código		2109.4572.26246.0042					
Descrição		Realização de ações diversas voltadas ao treinamento de servidores, tais como custeio dos eventos, pagamento de passagens e diárias aos servidores, quando em viagem para capacitação, taxa de inscrição em cursos, seminários, congressos e outras despesas relacionadas à capacitação de pessoal.					
Iniciativa		2109.4572.26246.0042 - Capacitação de Servidores Públicos Federais em Processo de Qualificação e Requalificação:					
Unidade Responsável		Secretaria de Gestão de Pessoas					
Unidade Orçamentária		153163 – Universidade Federal de Santa Catarina					
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)							
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos	
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados		
447.066,00	545.136,00	511.325,03	450.186,54		61.138,44	450.186,54	
Metas do Exercício Para a Ação							
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira		
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada	
1	Por meio desta Rubrica a UFSC tem por meta oferecer capacitação de qualidade ao maior número de servidores possível, condicionada à demanda por parte dos servidores.	Quantidade de servidores capacitados - UNIDADE	819	464	545.136,00	511.325,03	

Fonte: SIMEC/COORDENADOR DE AÇÃO

Análise Crítica

a) Função, subfunção e programa e vinculação da ação:

Função: Educação

Subfunção: Formação de Recursos Humanos

Programa de vinculação da ação: Gestão de Política de Educação

b) Metas e desempenhos físicos e financeiros:

Meta física: 819

Desempenho físico: 464

Meta financeira: R\$ 545.136,00

Desempenho financeiro: R\$ 511.325,03.

c) Reflexos de contingenciamentos sobre os resultados das ações: Durante o ano de 2012, a Secretaria de Gestão de Pessoas enfrentou algumas contingências que influenciaram negativamente na execução das atividades de capacitação dos servidores desta Universidade.

d) Reflexos dos restos a pagar na execução das ações: Do montante empenhado de R\$ 511.325,03, R\$ 450.186,59 foram liquidados e pagos resultando em restos à pagar de R\$ 61.138,44 não processados.

Análise Crítica

Cumprimento das metas: A meta financeira referida à capacitação foi superada, utilizando toda a verba repassada tendo contado ainda com suplementações.

Quanto à meta física, a Secretaria de Gestão de Pessoas em 2012 teve limitações na capacidade de atendimento em virtude problemas contingenciais.

Eventuais problemas de execução: Durante o ano de 2012, a Secretaria de Gestão de Pessoas enfrentou algumas contingências que influenciaram negativamente no alcance da meta física estabelecida. Dentre as mais relevantes, destaca-se:

- a) A reestruturação da Coordenadoria de Capacitação de Pessoas, em virtude do período de transição da nova Gestão, ocasionando redução, momentânea, da equipe de trabalho, influenciando diretamente na produtividade.
- b) A greve dos servidores da UFSC com duração de, aproximadamente, três meses. Durante este período quase toda a equipe de desenvolvimento aderiu à paralisação e somente os processos autuados antes do início da greve tiveram suas tramitações efetivadas;
- c) Após a greve, no retorno das atividades, houve a necessidade de um período de tempo para que a equipe de desenvolvimento pudesse se organizar e retomar a execução normal das atividades.
- d) Dotação insuficiente tendo em vista que a verba destina-se ao pagamento de eventos de curta duração, de cursos de capacitação profissional, cursos de formação em nível de aperfeiçoamento e especialização para os servidores técnico-administrativos e docentes desta Instituição, além de outras despesas que envolvam ações de capacitação interna.

Diante o exposto, a meta física foi severamente prejudicada conforme demonstra o item “b”, ficando o desempenho físico abaixo do esperado.

Superações significativas das metas estabelecidas: A meta financeira da Secretaria de Gestão de Pessoas foi superada, tendo em vista que os valores repassados inicialmente não foram suficientes para cobrir todos os gastos que envolvem as atividades de capacitação dos servidores Técnicos administrativos e Docentes, além de outros gastos que permeiam essa atividade.

A limitação financeira implica diretamente no alcance da meta física impedindo, desta forma, atingir efetivamente os objetivos das ações de capacitação, que objetiva oferecer capacitação de qualidade, ao maior número possível de servidores técnico-administrativos e docentes da UFSC.
Restos a pagar: Idem ao item “d”.

4.2.2 Ações do Hospital Universitário Professor Polydoro Ernani de São Thiago

4.2.2.1 0089.0181.26386.0042 - Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Cíveis

Coordenador da Ação: Geraldo Botelho Lage

CPF: 223.668.819-91

Cargo: Diretor da Divisão Auxiliar de Pessoal

Quadro 29 – Ações de Responsabilidade do HU

Identificação da Ação						
Código		0089.0181.26386.0042				
Descrição		Pagamento de Aposentadorias e Pensões – Servidores Civis				
Iniciativa						
Unidade Responsável		Hospital Universitário Professor Polydoro Ernani de São Thiago				
Unidade Orçamentária		26386				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
4.057.298,00	9.557.298,00	9.423.416,00	9.423.416,00	0,00	0,00	9.423.416,00
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
02	Pagamento de Aposentadorias e Pensões – Servidores Civis				9.557.298,00	9.423.416,00

Fonte: SIMEC/COORDENADOR DE AÇÃO

Análise Crítica

Cumprimento das metas: A meta financeira executada atingiu aproximadamente 99% da meta financeira prevista para o pagamento de aposentadorias e pensões.

Eventuais problemas de execução: Não houve problemas para a execução da ação.

Superações significativas das metas estabelecidas: Não houve superaões significativas.

Restos a pagar: O valor total empenhado e o valor pago foram de R\$ 9.423.416,00, assim não há restos a pagar.

4.2.2.2 2032.4086.26386.0042 - Funcionamento dos Hospitais de Ensino Federais
 Coordenador da Ação: Geraldo Botelho Lage
 CPF: 223.668.819-91
 Cargo: Diretor da Divisão Auxiliar de Pessoal

Quadro 30 – Ações de Responsabilidade do HU

Identificação da Ação						
Código		2032.4086.26386.0042				
Descrição		Manutenção das atividades para o funcionamento e melhoria da qualidade dos serviços hospitalares prestados à comunidade, bem como restauração/modernização das edificações/instalações, com vistas a um adequado estado de uso, por meio de obras de pequeno vulto que envolvam ampliação/reforma/adaptação e aquisição e/ou reposição de materiais, inclusive aqueles inerentes às pequenas obras, observados os limites da legislação vigente.				
Iniciativa		03GE - Expansão, reestruturação, manutenção e funcionamento dos hospitais universitários federais, com promoção da qualificação de recursos humanos na saúde e ampliação de programas de Residência em Saúde, nas profissões, especialidades e regiões prioritárias para o país.				
Unidade Responsável		Hospital Universitário Professor Polydoro Ernani de São Thiago				
Unidade Orçamentária		26386				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
2.310.658,00	3.333.559,00	2.289.353,89	277.701,21	0,00	2.011.652,68	277.701,21
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
09	Funcionamento dos Hospitais de Ensino Federais	unidade	1		3.333.559,00	2.289.353,89

Fonte: SIMEC/COORDENADOR DE AÇÃO

Análise Crítica

Cumprimento das metas: A meta financeira executada atingiu aproximadamente 69% da meta financeira prevista para o pagamento de auxílio alimentação aos servidores e empregados.

Eventuais problemas de execução: Não houve problemas para a execução da ação.

Superações significativas das metas estabelecidas: Não houve superaões significativas.

Restos a pagar: O valor total empenhado foi de R\$ 2.289.353,89, dos quais 277.701,21 foram liquidados e pagos, assim, há restos a pagar não processados no valor de R\$ 2.011.652,68.

4.2.2.3 2109.00H1.26386.0042 - Pagamento de Pessoal Ativo da União
 Coordenador da Ação: Geraldo Botelho Lage
 CPF: 223.668.819-91
 Cargo: Diretor da Divisão Auxiliar de Pessoal

Quadro 31 – Ações de Responsabilidade do HU

Identificação da Ação						
Código		2109.00H1.26386.00H1				
Descrição		Pagamento de Pessoal Ativo da União				
Iniciativa						
Unidade Responsável		Hospital Universitário Professor Polydoro Ernani de São Thiago				
Unidade Orçamentária		26386				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
99.887.759,00	104.402.326,00	103.380.415,96	103.380.415,96			103.380.415,96
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
01	Pagamento de Pessoal Ativo da União				104.402.326,00	103.380.415,96

Fonte: SIMEC/COORDENADOR DE AÇÃO

Análise Crítica

Cumprimento das metas: Do montante previsto para 2012, aproximadamente 99% do valor foi utilizado Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais decorrente de pagamento de Pessoal Ativo da União.

Eventuais problemas de execução: Não houve problemas para a execução da ação.

Superações significativas das metas estabelecidas: Não houve superaões significativas.

Restos a pagar: O valor total empenhado e o valor pago foram de R\$ 103.380.415,96, assim não há restos a pagar.

4.2.2.4 2109.09HB.26386.0001 - Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais

Coordenador da Ação: Geraldo Botelho Lage

CPF: 223.668.819-91

Cargo: Diretor da Divisão Auxiliar de Pessoal

Quadro 32 – Ações de Responsabilidade do HU

Quadro 02 - Ações de Responsabilidade do RCE						
Identificação da Ação						
Código		2109.09HB.26386 09HB				
Descrição		Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custei do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais				
Iniciativa						
Unidade Responsável		Hospital Universitário Professor Polydoro Ernani de São Thiago				
Unidade Orçamentária		26386				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
19.999.950,00	19.999,950,00	19.133.581,18	19.133.581,18	0,00	0,00	19.133.581,18
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
03	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custei do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais				19.999.950,00	19.133.581,18

Fonte: SIMEC/COORDENADOR DE AÇÃO

Análise Crítica

Cumprimento das metas: A meta financeira executada atingiu aproximadamente 96% da meta financeira prevista para o pagamento de aposentadorias e pensões.

Eventuais problemas de execução: Não houve problemas para a execução da ação.

Superações significativas das metas estabelecidas: Não houve superações significativas.

Restos a pagar: O valor total empenhado e pago foi de R\$ 19.133.581,18, assim não há restos a pagar.

4.2.2.5 2109.2004.26386.0042 - Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes

Coordenador da Ação: Geraldo Botelho Lage

CPF: 223.668.819-91

Cargo: Diretor da Divisão Auxiliar de Pessoal

Quadro 33 – Ações de Responsabilidade do HU

Identificação da Ação						
Código		2109.2004.26386.0042				
Descrição		Concessão, em caráter suplementar, do benefício de assistência médico-hospitalar e odontológica aos servidores e empregados, ativos e inativos, dependentes e pensionistas, exclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993). A concessão do benefício é exclusiva para a contratação de serviços médicos-hospitalares e odontológicos sob a forma de contrato ou convênio, serviço prestado diretamente pelo órgão ou entidade ou auxílio de caráter indenizatório, por meio de ressarcimento.				
Iniciativa		-				
Unidade Responsável		Hospital Universitário Professor Polydoro Ernani de São Thiago				
Unidade Orçamentária		26386				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
1.680.000,00	1.825.039,00	1.815.239,00	1.815.239,00	0,00	0,00	1.815.239,00
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
04	Assistência Médica e Odontológica aos Servidores, Empregados e seus Dependentes	unidade	1.474		1.825.039,00	1.815.239,00

Fonte: SIMEC/COORDENADOR DE AÇÃO

Análise Crítica

Cumprimento das metas: A meta financeira executada atingiu aproximadamente 99% da meta financeira prevista para o pagamento de assistência médica e odontológica aos servidores, empregados e seus dependentes.

Eventuais problemas de execução: Não houve problemas para a execução da ação.

Superações significativas das metas estabelecidas: Não houve superaões significativas.

Restos a pagar: O valor total empenhado e pago foi de R\$ 1.815.239,00, assim não há restos a pagar.

4.2.2.6 2109.2010.26386.0042 - Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados

Coordenador da Ação: Geraldo Botelho Lage

CPF: 223.668.819-91

Cargo: Diretor da Divisão Auxiliar de Pessoal

Quadro 34 – Ações de Responsabilidade do HU

Quadro 04 - Ações de Responsabilidade do RC						
Identificação da Ação						
Código		2109.2010.26386.0042				
Descrição		Concessão do benefício de assistência pré-escolar pago diretamente no contra-cheque, a partir de requerimento, aos servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993), que tenham filhos em idade pré-escolar.				
Iniciativa		-				
Unidade Responsável		Hospital Universitário Professor Polydoro Ernani de São Thiago				
Unidade Orçamentária		26386				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
192.000,00	192.555,00	190.202,54	190.202,54	0,00	0,00	190.202,54
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
05	Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores e Empregados	unidade	198		192.555,00	190.202,54

Fonte: SIMEC/COORDENADOR DE AÇÃO

Análise Crítica

Cumprimento das metas: A meta financeira executada atingiu aproximadamente 99% da meta financeira prevista para o pagamento de assistência pré-escolar aos dependentes dos servidores e Empregados.

Eventuais problemas de execução: Não houve problemas para a execução da ação.

Superações significativas das metas estabelecidas: Não houve superações significativas.

Restos a pagar: O valor total empenhado e pago foi de R\$ 190.202,54, assim não há restos a pagar.

4.2.2.7 2109.2011.26386.0042 - Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados
 Coordenador da Ação: Geraldo Botelho Lage
 CPF: 223.668.819-91
 Cargo: Diretor da Divisão Auxiliar de Pessoal

Quadro 35 – Ações de Responsabilidade do HU

Identificação da Ação						
Código		2109.2011.26386.0042				
Descrição		Pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993), nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa. A concessão do benefício por intermédio desta ação não é extensiva a estagiários, cuja despesa deverá correr à conta das dotações pelas quais correm o custeio das respectivas bolsas de estágio.				
Iniciativa		-				
Unidade Responsável		Hospital Universitário Professor Polydoro Ernani de São Thiago				
Unidade Orçamentária		26386				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
840.000,00	840.000,00	655.915,06	655.915,06	0,00	0,00	655.915,06
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
06	Auxílio-Transporte aos Servidores e Empregados	unidade	455		840.000,00	655.915,06

Fonte: SIMEC/COORDENADOR DE AÇÃO

Análise Crítica

Cumprimento das metas: A meta financeira executada atingiu aproximadamente 78% da meta financeira prevista para o pagamento de auxílio-transporte aos servidores e empregados.

Eventuais problemas de execução: Não houve problemas para a execução da ação.

Superações significativas das metas estabelecidas: Não houve superaões significativas.

Restos a pagar: O valor total empenhado e pago foi de R\$ 655.915,06, assim não há restos a pagar.

4.2.2.8 2109.2012.26386.0042 - Auxílio-Alimentação aos Servidores e Empregados
 Coordenador da Ação: Geraldo Botelho Lage
 CPF: 223.668.819-91
 Cargo: Diretor da Divisão Auxiliar de Pessoal

Quadro 36 – Ações de Responsabilidade do HU

Identificação da Ação						
Código		2109.2012.26386.0042				
Descrição		Concessão em caráter indenizatório e sob forma de pecúnia do auxílio-alimentação aos servidores e empregados públicos federais, ativos, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993) ou por meio de manutenção de refeitório.				
Iniciativa		-				
Unidade Responsável		Hospital Universitário Professor Polydoro Ernani de São Thiago				
Unidade Orçamentária		26386				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
4.200.000,00	4.799.888,00	4.772.907,13	4.772.907,13	0,00	0,00	4.772.907,13
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
07	Auxílio Alimentação aos Servidores e Empregados	unidade	1.151		4.799.888,00	4.772.907,13

Fonte: SIMEC/COORDENADOR DE AÇÃO

Análise Crítica

Cumprimento das metas: A meta financeira executada atingiu aproximadamente 99% da meta financeira prevista para o pagamento de auxílio alimentação aos servidores e empregados.

Eventuais problemas de execução: Não houve problemas para a execução da ação.

Superações significativas das metas estabelecidas: Não houve superaões significativas.

Restos a pagar: O valor total empenhado e pago foi de R\$ 4.772.907,13, assim não há restos a pagar.

4.2.2.9 2109.20CW.26386.0042 - Assistência Médica aos Servidores e Empregados - Exames Periódicos

Coordenador da Ação: Geraldo Botelho Lage

CPF: 223.668.819-91

Cargo: Diretor da Divisão Auxiliar de Pessoal

Quadro 37 – Ações de Responsabilidade do HU

Identificação da Ação						
Código		2109.20CW.26386.0042				
Descrição		Realização de exames médicos periódicos dos servidores e empregados públicos federais, ativos, mediante a contratação de serviços terceirizados, bem como pela aquisição de insumos, reagentes e outros materiais necessários, nos casos em que os referidos exames sejam realizados pelo próprio órgão.				
Iniciativa		-				
Unidade Responsável		Hospital Universitário Professor Polydoro Ernani de São Thiago				
Unidade Orçamentária		26386				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
108.565,00	108.565,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
08	Assistência Médica aos Servidores e Empregados – Exames Periódicos	unidade	603		108.565,00	

Fonte: SIMEC/COORDENADOR DE AÇÃO

Análise Crítica

Cumprimento das metas: O montante previsto para o ano de 2012 para esta ação não foi utilizado.

Eventuais problemas de execução: Não houve problemas para a execução da ação.

Superações significativas das metas estabelecidas: Não houve superaões significativas.

Restos a pagar: Não há restos a pagar.

4.2.2.10 2032.4086.26386.0042 - Funcionamento dos Hospitais de Ensino Federais - No Estado de Santa Catarina

Coordenador da Ação: Nélío Francisco Schmitt

CPF: 646.721.409-97

Cargo: Diretor de Administração

Quadro 38 – Ações de Responsabilidade do HU

Identificação da Ação						
Código		2032.4086.26386.0042 - Funcionamento dos Hospitais de Ensino Federais				
Descrição		Manutenção das atividades para o funcionamento e melhoria da qualidade dos serviços hospitalares prestados à comunidade, bem como restauração/modernização das edificações/instalações, com vistas a um adequado estado de uso, por meio de obras de pequeno vulto que envolvam ampliação/reforma/adaptação e aquisição ou reposição de materiais, inclusive aqueles inerentes às pequenas obras, observados os limites da legislação vigente.				
Iniciativa		03GE - Expansão, reestruturação, manutenção e funcionamento dos hospitais universitários federais, com promoção da qualificação de recursos humanos na saúde e ampliação de programas de Residência em Saúde, nas profissões, especialidades e regiões prioritárias para o país.				
Unidade Responsável		Hospital Universitário Polydoro Ernani de São Thiago – HU/UFSC				
Unidade Orçamentária		26386				
Execução Orçamentária e Financeira da Ação (em R\$ 1,00)						
Dotação		Despesa		Restos a Pagar		Valores Pagos
Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Processados	Não Processados	
2.310.658,00	3.333.559,00	2.289.353,89	277.701,21	-	2.011.652,68	277.701,21
Metas do Exercício Para a Ação						
Ordem	Descrição	Unidade de Medida	Meta Física		Meta Financeira	
			Prevista	Realizada	Prevista	Realizada
1	Unidade Mantida	un	1	1	3.333.559,00	2.289.353,89

Fonte: SIMEC/COORDENADOR DE AÇÃO

Análise Crítica

Cumprimento das metas: Dos recursos oriundos da ação 2032.4086.26386.0042 - Funcionamento dos Hospitais de Ensino Federais, R\$ 2.219.367,73 foi destinado para aquisição de equipamentos médico-hospitalares e materiais permanentes e R\$ 49.985,16 para aquisição de materiais de consumo.

Eventuais problemas de execução: A maior parte dos recursos foi disponibilizada próximo ao final do exercício de 2012. Por isso, a maior parte dos valores ainda não foi liquidada, pois os fornecedores ainda não entregaram os produtos.

Superações significativas das metas estabelecidas: Os investimentos realizados possibilitarão melhorar a qualidade de atendimento aos pacientes do SUS.

Restos a pagar: Os restos a pagar não processados existem em razão dos empenhos terem sido feitos próximo ao final do exercício, sendo que a sua liquidação deverá ocorrer no primeiro semestre de 2013.

Avaliação: Em 2012, os números relativos a produção geral do HU-UFSC se mantiveram dentro dos parâmetros médios, tomando como referência a literatura da área e em comparação com os outros 45 hospitais de ensino do MEC. Houve uma boa performance, quando comparados os números aos hospitais com o mesmo número relativo de leitos, proporcionalmente. No período de

verão, meses de janeiro, fevereiro e dezembro, contudo, apresentamos alguma alteração sazonal. No exercício de 2012 o HU-UFSC recebeu R\$ 4.606.904,59, de recursos de custeio do Programa Nacional de Reestruturação dos Hospitais Universitários Federais (REHUF), o que possibilitou manter o abastecimento regular dos produtos, bem como a manutenção dos contratos terceirizados existentes. O Plano Operativo foi revisado e houve a manutenção dos serviços de 2011 e oferta de novos serviços ao Sistema Único de Saúde – SUS, conforme pactuado com os gestores, Secretarias Estadual e Municipal de Saúde. As reformas objetivando a recuperação das áreas degradadas iniciaram com a liberação de R\$ 2,5 milhões do REHUF em dezembro de 2011 para promover a reestruturação física. Nessa etapa foram contempladas as reformas das seguintes áreas: Alojamento Conjunto, Unidade de Terapia Intensiva da Neonatologia, Serviço de Hemoterapia, Clínica Médica 2, Laboratório TOXEM e SPP/RX/Serviço Social. Essas reformas foram iniciadas entre março e abril de 2012, exceto o Laboratório TOXEM e SPP/RX/Serviço Social que serão iniciadas em março de 2013. Estamos concluindo os projetos e pleiteando recursos do REHUF para licitar novas reformas no exercício corrente. Tivemos também o repasse de outros recursos de capital, permitindo a substituição e aquisição de equipamentos novos de suma importância. Pelo Programa do MEC/REHUF, a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares – EBSEH descentralizou o montante de R\$ 3,88 milhões, possibilitando investimentos em equipamentos para Endoscopia, Neonatologia, Tecnologia da Informação, Odontologia, Unidade de Terapia Intensiva adulto além de outras áreas. Face ao repasse do recurso de custeio citado, houve a possibilidade de manter o investimento de recursos próprios no valor de R\$ 2,2 milhões em equipamentos e materiais permanentes, proporcionando melhorias significativas para diversas áreas. O montante de recursos de investimentos totalizou R\$ 6,1 milhões, sendo que a maior parte desses bens tem previsão de entrega para o primeiro semestre de 2013.

4.3. Demonstração e Análise do Desempenho da Unidade na Execução Orçamentária e Financeira

4.3.1 Programação Orçamentária das Despesas

Quadro 39 - Identificação das Unidades Orçamentárias

Denominação da Unidade Orçamentária	Código da UO	Código SIAFI da UGO
Universidade Federal de Santa Catarina	26246	153163
Hospital Universitário/UFSC	26386	150232

Fonte: DGO

Quadro 40 - Programação de Despesas Correntes - UFSC

	Pessoal e Encargos Sociais		Juros		Outras Despesas Correntes	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011
Dotação Proposta pela UO	538.345.701,00	652.028.508,00	0,00	0,00	186.265.872,00	180.840.898,00
PLOA	538.345.701,00	652.028.508,00	0,00	0,00	186.265.872,00	180.840.898,00
LOA	538.345.701,00	652.028.508,00	0,00	0,00	186.265.872,00	180.840.898,00
Suplementares	99.065.000,00	69.545.253,00	0,00	0,00	21.003.757,00	1.332.990,00
Especiais	0,00		0,00	0,00		0,00
Cancelados	1.127.702,00	567.305,00	0,00	0,00	19.357.861,00	5.181.182,00
	636.282.999,00	721.006.456,00	0,00	0,00	187.911.768,00	176.992.706,00

Fonte: DGO

Quadro 41 - Programação de Despesas Correntes - HU

	Pessoal e Encargos Sociais		Juros		Outras Despesas Correntes	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011
Dotação Proposta pela UO	123.945.007,00	94.871.550,00	0,00	0,00	8.120.565,00	7.786.203,00
PLOA	123.945.007,00	94.871.550,00	0,00	0,00	8.120.565,00	7.786.203,00
LOA	123.945.007,00	94.871.550,00	0,00	0,00	8.120.565,00	7.786.203,00

Suplementares	10.014.567,00	30.627.098,00	0,00	0,00	1.502.039,00	1.170.357,00
Especiais	0,00	0,00	0,00	0,00		0,00
Cancelados		0,00	0,00	0,00	1.031.998,00	705.061,00
	108.571.611,00	133.959.574,00	0,00	0,00	8.590.606,00	8.251.499,00

Fonte: DGO

Quadro 42 - Programação de Despesas Capital - UFSC

	Investimentos		Inversões Financeiras		Amortização da Dívida	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011
Dotação Proposta pela UO	47.162.268,00	60.557.099,00	0,00	0,00		
PLOA	47.162.268,00	60.557.099,00	0,00	0,00		
LOA	47.162.268,00	60.557.099,00	0,00	0,00		
Suplementares	21.014.372,00	0,00	19.000.000,00	0,00		
Especiais		0,00	0,00	0,00		
Extraordinários	10.504.548,00		6.333.333,00			
Cancelados	0,00	0,00	0,00	0,00		
	78.681.188,00	60.557.099,00	25.333.333,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: DGO

Quadro 43 - Programação de Despesas Capital - HU

	Investimentos		Inversões Financeiras		Amortização da Dívida	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011
Dotação Proposta pela UO	3.500.000,00	1.210.658,00	0,00	0,00		
PLOA	3.500.000,00	1.210.658,00	0,00	0,00		
LOA	3.500.000,00	1.210.658,00	0,00	0,00		
Suplementares	0,00	1.298.342,00	0,00	0,00		
Especiais		0,00	0,00	0,00		
Extraordinários			666.667,00			
Cancelados	2.000.000,00	2.509.000,00	0,00	0,00		
	1.500.000,00	2.509.000,00	666.667,00	0,00	0,00	0,00

Fonte: DGO

Quadro 44 - Resumo da Programação de Despesas- UFSC

	Despesas Correntes		Despesas de Capital		Reserva de Contingência	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011
Dotação Proposta pela UO	838.294.380,00	723.272.559,00	47.162.268,00	60.557.099,00		
PLOA	838.294.380,00	723.272.559,00	47.162.268,00	60.557.099,00		
LOA	838.294.380,00	723.272.559,00	47.162.268,00	60.557.099,00		
Suplementares	90.549.010,00	145.993.078,00	40.014.372,00	0,00		
Especiais	0,00	0,00	0,00	0,00		
Extraordinários			16.837.881,00			
Cancelados	19.925.166,00	5.362.426,00	0,00	0,00		
	908.918.224,00	863.903.211,00	104.014.521,00	60.557.099,00	0,00	0,00

Fonte: DGO

Quadro 45 - Resumo da Programação de Despesas- HU

	Despesas Correntes		Despesas de Capital		Reserva de Contingência	
	2012	2011	2012	2011	2010	2011
Dotação Proposta pela UO	132.065.572,00	102.657.753,00	1.210.658,00	1.044.391,00		

PLOA	132.065.572,00	102.657.753,00	1.210.658,00	1.044.391,00		
LOA	132.065.572,00	102.657.753,00	1.210.658,00	1.044.391,00		
Suplementares	11.516.606,00	31.797.455,00	1.298.342,00	0,00		
Especiais	0,00	0,00	0,00	0,00		
Extraordinários			666.667,00			
Cancelados	1.031.998,00	705.061,00	0,00	0,00		
	142.550.180,00	133.750.147,00	3.175.667,00	1.044.391,00	0,00	0,00

Fonte: DGO

Quadro 46 - Movimentação Orçamentária por Grupo de Despesa

Natureza da Movimentação de Crédito		UG/UO		Classificação da ação	Despesas Correntes			Despesas de Capital		
		Concedente	Recebedora		Pessoal e Encargos Sociais	Juros	Outras Despesas Correntes	Investimentos	Inversões Financeiras	Amortização da Dívida
Movimentação Interna	Concedidos									
	Recebidos									
Movimentação Externa	Concedidos	26246		28846090100050042	7.587.912,00		2.321.393,00			
				28846090100G50001	897.074,00					
				12364203220RK0042			93.163,63			
	Recebidos	26101		09272008901810053	105.995,00					
	Recebidos	26101		12122210920TP0001	2.467.959,53					
	Recebidos	26101		12122210920RH0001			2.950.941,00			
	Recebidos	26101		12364203220RX0001			1.442.145,82	3.450.158,33		
	Recebidos	26101		12364203240050001			4.541.651,22			
	Recebidos	26101		12364203282820001					3.500.000,00	
	Recebidos	20125		0412421012B130001			552.118,78			
	Recebidos	20128		26121207420B90001			10.931.725,14			
	Recebidos	20128		26121207420SK0001			4.615.200,00			
	Recebidos	20128		26122207487850001			1.066.620,53			
	Recebidos	20128		26128210145720001			248.250,00			
	Recebidos	20204		04125203849170001			1.124.438,90			
	Recebidos	20204		04126203872640001			271.646,20			
	Recebidos	22101		20128201486220001			350.073,84			
	Recebidos	22101		20572204285600001			17.760,66			
	Recebidos	22101		20572204289490001			65.369,13			
	Recebidos	22101		20605201486110001			66.090,84			
	Recebidos	22101		20665201486060001			62.779,37			
	Recebidos	24101		19571202120HW0001			17.100,00	90.912,89		
	Recebidos	24101		19572202168460001			30.000,00			
	Recebidos	24101		19572202186550001			97.000,00			
	Recebidos	24101		19573202189610001			75.000,00			
	Recebidos	24101		19754202189710001			50.000,00	150.000,00		
	Recebidos	24901		19753202141560001			433.249,29			
	Recebidos	26104		12368203020RI0033			2.253.475,31			
	Recebidos	26231		12364203220RK0027			42,52			
	Recebidos	26232		12128210945720029			2.225,28			

	Recebidos	26234	12364203220RK0032		2.180,73		
	Recebidos	26244	12364203220RK0043		2.656,11		
	Recebidos	26262	12128210945720035		1.440,00		
	Recebidos	26263	12364203220RK0031		482,30		
	Recebidos	26266	12364203220RK0043		713,61		
	Recebidos	26271	12364203220RK0053		1.300,00		
	Recebidos	26273	12364203220RK0043		1.537,88		
	Recebidos	26284	12364203220RK0043		1.960,18		
	Recebidos	26290	12128144945720053		150.470,67		
	Recebidos	26290	12122210920RH0001			22.000,00	
	Recebidos	26291	12364203204870001		7.890.332,62		
Movimentação Externa	Recebidos	26291	12368203020RJ0001		10.551.706,31		
	Recebidos	26291	12571203240190001			2.760.000,00	
	Recebidos	26298	12306203087440001		88.211,06		
	Recebidos	26298	12363203182520001		5.390.000,00		
	Recebidos	26298	12368203020RF0001		4.499.998,20		
	Recebidos	26298	12368203020RJ0001		8.469.636,69		
	Recebidos	26298	12368203020RU0001		1.564.594,57		
	Recebidos	30907	14421207081300001		324.601,30		
	Recebidos	30912	14128206049020001		6.899.663,00		
	Recebidos	36901	10128201586120001		4.116.000,00		
	Recebidos	36901	10128201586290001		5.500.000,00		
	Recebidos	36901	10301201585730001		26.000.000,00		
	Recebidos	36901	10302201520G80001		6.518.481,61	783.636,25	
	Recebidos	36901	10302201585850042		37.610.855,49		
	Recebidos	36901	10302201587520001		1.200.000,00		
	Recebidos	36901	10303205586360001		824.800,00		
	Recebidos	36901	10305201520QD0001		3.597.936,00		
	Recebidos	36901	10364201586280001		9.226.000,00	175.000,00	
	Recebidos	36901	10571201561460001		370.000,00		
	Recebidos	39101	26121212660580001		165.000,00		
	Recebidos	39250	26121212662640001		2.936.778,08		
	Recebidos	39250	26122212687850001		2.341.060,00		
	Recebidos	39250	26125207223480001		1.104.060,00		
	Recebidos	39251	26130212620880001		2.139.646,60		
	Recebidos	39252	26782207520360001		5.825.557,00		
	Recebidos	39252	26782207510M90043			8.481.726,76	
	Recebidos	42101	1312220272D410001		133.750,00		

	Recebidos	42101	13392202720KD0001	500.000,00		
	Recebidos	42101	1342220272D790001	125.000,00		
	Recebidos	42204	13391202720IJ0001	180.000,00		
	Recebidos	42207	13391202720KJ0001	21.485,75	125.256,23	
	Recebidos	44101	18542204584960001	602.255,60		
	Recebidos	47101	04121203845050001	30.000,00		
	Recebidos	49101	21128206623730001	1.135.000,00		
	Recebidos	49101	21606201283120001	100.000,00		
	Recebidos	49201	21363206683700001	288.160,00		
	Recebidos	49201	21606201244700001	9.597.460,99		
	Recebidos	51101	27811203520D80001	600.000,00		
	Recebidos	51101	27811203520DB0001	2.700.000,00	300.000,00	
	Recebidos	51101	27812203520JR0001	100.000,00		
	Recebidos	51101	27812203520JS0001	95.533,80		
	Recebidos	51101	27811203520SL0001		2.851.728,14	
Movimentação Externa	Recebidos	53101	06128204048480001	1.091.968,00		
	Recebidos	53101	06182204020N20001	1.210.999,00	195.200,00	
	Recebidos	53101	06182204081720001	1.774.660,00		
	Recebidos	56101	15121205488740001	236.706,00		
	Recebidos	56101	15452204020NN0001	253.021,00		
	Recebidos	56901	15572204843980001	1.655.549,85		

Fonte: Siafi Gerencial/DGO/DCF

4.3.2 - Execução Orçamentária da Despesa

Universidade Federal de Santa Catarina e Hospital Polydoro Ernani São Tiago

Quadro 47 - Despesas por Modalidade de Contratação - Créditos Originários

Valores em R\$ 1,00				
Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2012	2011	2012	2011
1. Modalidade de Licitação	47.043.949,51	47.642.035,82	45.452.360,98	47.642.035,82
Convite	75.841,14	-	75.841,14	-
Tomada de Preços	873.154,14	592.218,48	734.698,38	592.218,48
Concorrência	796.039,54	2.531.951,42	491.661,10	2.531.951,42
Pregão	45.298.914,69	44.517.865,92	44.150.160,36	44.517.865,92
Concurso	-	-	-	-

Consulta	-	-	-	-
Registro de Preços	-	-	-	-
2. Contratações Diretas	50.730.253,90	29.489.780,00	50.702.534,90	29.489.780,00
Dispensa	36.137.363,10	20.364.821,44	36.112.104,10	20.364.821,44
Inexigibilidade	14.592.890,80	9.124.958,56	14.590.430,80	9.124.958,56
3. Regime de Execução Especial	110.142,14	102.781,04	110.142,14	102.781,04
Suprimento de Fundos	110.142,14	102.781,04	110.142,14	102.781,04
4. Pagamento de Pessoal	885.278.692,92	803.768.266,40	881.759.385,82	803.768.266,40
Pagamento em Folha	882.944.315,68	801.939.420,20	879.427.171,37	801.939.420,20
Diárias	2.334.377,24	1.828.846,20	2.332.214,45	1.828.846,20
5. Outros	22.211.095,33	18.209.512,33	22.173.519,70	18.209.512,33
6. Total	1.005.374.133,80	899.212.375,59	1.000.197.943,54	899.212.375,59

Fonte: Siafi Gerencial/DCF

Quadro 48 - Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos Originários

DESPESAS CORRENTES								Valores em R\$ 1,00	
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		Valores Pagos		RP não processados		
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011	
1 – Despesas de Pessoal	850.151.229,42	767.143.859,82	850.151.229,42	767.143.859,52	846.634.085,11	767.135.831,60	-	-	
11 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	453.473.533,18	427.178.739,55	453.473.533,18	427.178.739,55	453.473.533,18	427.178.739,55	0,00	0,00	
01 - Aposentadorias, Reserva Remunerada e Reformas	200.854.783,28	177.492.162,51	200.854.783,28	177.492.162,51	197.469.755,63	177.492.162,51	0,00	0,00	
13 - Obrigações Patronais	97.378.149,01	92.290.093,55	97.378.149,01	92.290.093,25	97.378.149,01	92.290.093,55	0,00	0,00	
Demais elementos do grupo	98.444.763,95	70.182.864,21	98.444.763,95	70.182.864,21	98.312.647,29	70.174.835,99	0,00	0,00	
2 – Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
3 – Outras Despesas Correntes	145.669.942,56	144.610.889,07	127.966.847,55	113.232.102,57	126.928.149,10	113.232.102,57	17.703.095,01	31.578.786,75	
39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	73.485.464,53	83.485.120,36	60.395.902,52	56.090.655,10	59.700.831,30	56.090.655,10	13.089.562,01	27.394.465,51	
46 – Auxílio - Alimentação	19.157.104,53	17.901.956,83	19.157.104,53	17.901.956,83	19.157.104,53	17.901.956,83			
18 - Auxílio Financeiro a Estudantes	16.659.821,34	12.099.058,19	16.116.168,22	11.604.977,43	16.116.168,22	11.604.977,43	543.653,12	494.080,76	
Demais elementos do grupo	36.367.552,16	31.124.753,69	32.297.672,28	27.634.513,21	31.954.045,05	27.634.513,21	4.069.879,88	3.690.240,48	
DESPESAS DE CAPITAL									
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		Valores Pagos		RP não processados		

	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
4 – Investimentos	48.184.261,42	57.677.904,49	8.256.056,83	8.354.435,54	7.635.709,33	8.354.435,54	39.928.204,59	45.893.468,95
52 - Equip.e Material Permanente	24.759.207,21	20.758.567,29	5.692.949,50	7.936.046,79	5.515.436,20	7.936.046,79	19.066.257,71	12.822.520,50
51 - Obras e Instalações	23.133.411,82	36.246.104,66	2.395.000,33	387.274,71	1.952.166,13	387.274,71	20.738.411,49	32.428.829,95
39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	291.642,39	673.232,54	168.107,00	31.114,04	168.107,00	31.114,04	123.535,39	642.118,50
5 – Inversões Financeiras	19.000.000,00	0,00	19.000.000,00	0,00	19.000.000,00	0,00	0,00	0,00
61 - Aquisição de Imóveis	19.000.000,00		19.000.000,00		19.000.000,00			
6 – Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Totais	67.184.261,42	57.677.904,49	27.256.056,83	8.354.435,54	26.635.709,33	8.354.435,54	39.928.204,59	45.893.468,95

Fonte: Siafi Gerencial/DCF

Observação: A diferença entre Despesas Liquidada e Valores Pagos no item “Despesas de Pessoal” refere-se a DARF recolhido no mês de janeiro de 2013.

Quadro 49 - Despesas por Modalidade de Contratação - Créditos de Movimentação

				Valores em R\$ 1,00
Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2012	2011	2012	2011
1. Modalidade de Licitação	27.240.396,83	25.853.752,07	26.227.536,98	25.648.784,83
Convite	13.351,66	19.942,72	13.351,66	19.942,72
Tomada de Preços				
Concorrência				
Pregão	27.227.045,17	25.833.809,35	26.214.185,32	25.628.842,11
Concurso				
Consulta				
2. Contratações Diretas	61.041.145,60	43.450.632,61	57.286.310,74	42.552.094,48
Dispensa	60.279.522,81	41.140.980,12	56.538.585,04	40.400.300,85
Inexigibilidade	761.622,79	2.309.652,49	747.725,70	2.151.793,63
3. Regime de Execução Especial	0,00	0,00	0,00	0,00
Suprimento de Fundos				

4. Pagamento de Pessoal	7.630.181,98	4.695.938,12	7.630.181,98	4.695.938,12
Pagamento em Folha	7.107.239,12	4.027.144,60	7.107.239,12	4.027.144,60
Diárias	522.942,86	668.793,52	522.942,86	668.793,52
5. Outras	5.462.164,10	1.223.914,49	5.235.333,74	1.223.914,49
6. Total	101.373.888,51	75.224.237,29	96.379.363,44	74.120.731,92

Fonte: Siafi Gerencial/DCF

Quadro 50 - Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação

Valores em R\$ 1,00								
	DESPESAS CORRENTES							
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
1 – Despesas de Pessoal	2.573.954,50	0,00	2.573.954,50	0,00	0,00	0,00	2.573.954,50	0,00
11 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	2.467.959,53		2.467.959,53				2.467.959,53	
92 – Despesas de Exercícios Anteriores	105.993,97		105.993,97				105.993,97	
04 – Aposentadoria, Reserva Remunerada e Reforma	1,00		1,00				1,00	
Demais elementos do grupo								
2 – Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
3- Outras Despesas Correntes	208.728.479,54	137.521.737,18	89.821.170,49	77.008.466,83	118.907.309,05	60.513.270,35	84.913.155,42	76.836.470,04
39 - Outros Serviços de Terceiros- Pessoa Jurídica	173.555.848,69	103.591.430,74	62.065.071,83	50.238.519,03	111.490.776,86	53.352.911,71	57.949.210,60	50.238.519,03
30 - Material de Consumo	21.021.840,28	20.629.060,23	16.156.440,74	15.605.816,90	4.865.399,54	5.023.243,33	15.698.276,21	15.433.820,11
18 - Auxílio Financeiro a Estudante	7.141.441,00	6.825.171,04	5.439.368,21	5.223.721,22	1.702.072,79	1.601.449,82	5.230.114,99	5.223.721,22
Demais elementos do grupo	7.009.349,57	6.476.075,17	6.160.289,71	5.940.409,68	849.059,86	535.665,49	6.035.553,62	5.940.409,68

Fonte: Siafi Gerencial/DCF

Quadro 51 - Despesas por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação - Continuação

	DESPESAS DE CAPITAL							
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
	2012	2011	2012	2011	2012	2011	2012	2011
4 - Investimentos	19.148.105,68	16.624.402,69	5.478.763,52	2.160.207,90	13.669.342,16	14.464.194,79	5.392.253,52	1.228.699,32
39 - Outros Serviços de Terceiros-Pessoa Jurídica	8.596.031,81	5.100.000,00	5.063.453,52	0,00	3.532.578,29	5.100.000,00	5.063.453,52	0,00
52 - Equip.e Material Permanente - Op.intra-orc.	7.595.669,50	11.455.378,19	415.310,00	2.160.207,90	7.180.359,50	9.295.170,29	328.800,00	1.228.699,32
51 - Obras e Instalações	2.956.404,37	69.024,50	0,00	0,00	2.956.404,37	69.024,50	0,00	0,00
Demais elementos do grupo								
5 - Inversões Financeiras	3.500.000,00		3.500.000,00				3.500.000,00	
61 - Aquisição de Imóveis	3.500.000,00	0,00	3.500.000,00	0,00	0,00	0,00	3.500.000,00	0,00
Demais elementos do grupo								
6 - Amortização da Dívida	-	-	-	-	-	-	-	-
1º elemento de despesa								
Demais elementos do grupo								
Totais	22.648.105,68	16.624.402,69	8.978.763,52	2.160.207,90	13.669.342,16	14.464.194,79	8.892.253,52	1.228.699,32

Fonte: Siafi Gerencial/DCF

Análise Crítica da Execução Orçamentária:

Primeiro destaque a registrar no comportamento da execução orçamentária da UFSC é que ao longo de 2012 não houve novas atribuições nem cancelamentos excepcionais, que implicassem em alteração na dinâmica global, em comparação com o exercício anterior.

Os créditos programados foram executados na sua totalidade, conforme sua liberação, e atenderam satisfatoriamente as despesas previstas, em consonância com o planejamento orçamentário.

Não houve comprometimento de ações específicas, e os resultados planejados foram devidamente alcançados.

5. TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

5.1. Informações sobre o reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos

Não houve reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos no exercício de 2012.

5.2. Pagamentos e Cancelamentos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

Quadro 52 - Situação dos Restos a Pagar de Exercícios Anteriores

Valores em R\$ 1,00				
Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos Acumulados	Pagamentos Acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2012
2011	1.026.759,08		1.026.759,08	
2010	2.270.836,88		2.270.836,88	
2009				
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante Inscrito	Cancelamentos Acumulados	Pagamentos Acumulados	Saldo a Pagar em 31/12/2012
2011	152.444.672,73	5.269.123,87	118.051.034,00	29.124.514,86
2010	19.369.399,06	2.577.630,18	13.484.679,67	3.307.089,21
2009	1.029.603,80		743.434,85	286.168,95

Fonte: Siafi Gerencial/DCF

Análise Crítica:

Conforme nos cabe, passamos a detalhar alguns números referentes à evolução estratégica de pagamento dos RP adotados pela gestão orçamentária e financeira da UFSC. Os números de 2012 em comparação a 2011 demonstram que houve uma importante redução dos *recursos inscritos nos restos a pagar não processados*, num índice maior que 50% (QUADRO 52), demonstrando o esmero na condução desta ação, nos termos das normas legais vigentes. Assim, o volume expressivo de cancelamentos corresponde ao maior rigor no controle e no desenvolvimento de nova rotina na análise destes empenhos inscritos nos anos anteriores, a grande maioria de pequenos valores, mas que, ao serem somados, alcançam um valor significativo. Ademais, o alto volume de cancelamentos acumulados dos empenhos dos anos anteriores alerta para necessidade de seguirmos com total dedicação no planejamento das despesas e na capacitação dos seus ordenadores, de maneira que asseguremos o acompanhamento regular das providências de execução orçamentária dos recursos, num ritmo tempestivo para todas as unidades.

Ainda com relação a estes dados, identificamos um problema de ruptura unilateral de contrato de obras por empresa falimentar, cujas penalidades encontram-se na esfera administrativa. Assim, convém salientar que no ano de 2011 foi cancelado o empenho no valor de R\$3.137.456,50, da Empresa MD. Edificações e Saneamento Ltda., com alto impacto nas contas globais deste ano.

Por fim, registramos que os números trazidos como saldos (QUADRO 52) referem-se a contratos vigentes de convênios e obras. Os demais se encontram em análise junto aos ordenadores de despesa, tendo em vista a sua adequada liquidação. Chamamos atenção ainda que grande parte destes já foi devidamente liquidada em 2013, e o saldo ainda restante tem previsão de liquidação no trimestre.

5.3. Informação sobre as transferências mediante convênio, contrato de repasse, termo de parceria, termo de cooperação, termo de compromisso ou outros acordos, ajustes ou instrumentos congêneres, vigentes no exercício de referência.

Conforme manifestação do Departamento de Projetos, Contratos e Convênios informamos que a UFSC não realiza contrato de repasse, termo de parceria, termo de cooperação, termo de compromisso ou outros acordos, ajustes ou instrumentos congêneres; no exercício de 2012. Informamos, ainda, que os Convênios (ou Descentralização de Crédito) firmados com entidades do Governo Federal ou não, quando envolvem recursos financeiros, estes são utilizados para cobrir as despesas e investimentos inerentes ao convênio ou são transferidos a uma fundação de apoio.

5.4. Informações sobre a utilização de suprimento de fundos, contas bancárias tipo **b** e cartões de pagamento do governo federal

5.4.1 Suprimento de Fundos – Visão Geral

Quadro 53 - Despesas Realizadas por meio de Suprimento de Fundos (SF)

Suprimento de Fundos					Valores em R\$ 1,00
Código da UG	Nome da UG	Valores			Total Geral
		Conta Tipo “B”	CPGF		
			Saque	Fatura	
UG 1	153163	0,00	18.716,02	91.426,12	110.142,14
	Total Utilizado pela UJ por Tipo de SF		18.716,02	91.426,12	110.142,14

Fonte: Siafi Gerencial/DCF

5.4.1.2 Suprimento de Fundos – Conta Tipo “B”

Não há contas tipo “B”.

5.4.1.3 Suprimento de Fundos – Cartão de Crédito Corporativo (CPGF)

Quadro 54 - Despesa Com Cartão de Crédito Corporativo por UG e por Portador

Valores em R\$ 1,00					
Código da UG 1	153163	Limite de Utilização da UG		123.200,00	
Portador	CPF	Valor do Limite Individual	Valor		Total
			Saque	Fatura	
Aldanei Luci Correa	455.262.069-04	2.000,00	-	-	-
Alencar Antonio da Cunha	147.977.479-00	1.500,00	-	797,14	797,14
Carine Fagundes de Moraes	015.146.190-24	3.000,00	884,62	1.239,89	2.124,51
Carmelita Soares	455.193.829-72	4.500,00	-	3.544,17	3.544,17
Cinthia Alexsandra de Medeiros	036.799.709-60	3.800,00	1.480,00	1.488,71	2.968,71
Guilherme Henrique Schiroky	003.233.070-78	4.400,00	861,40	1.374,00	2.235,40
Jair José Elias	299.886.599-20	20.000,00	440,00	19.505,66	19.945,66

Joi Cletison Alves	289.357.309-63	39.000,00	11.010,00	26.874,84	37.884,84
José Vicente dos Santos	843.849.648-20	4.000,00	-	3.996,22	3.996,22
Maurício Gerber da Silva	343.168.849-72	32.000,00	3.974,00	26.211,66	30.185,66
Otávio Rechsteiner Maghelly	691.292.660-68	9.000,00	66,00	6.393,83	6.459,83
Total Utilizado pela UG			18.716,02	91.426,12	110.142,14
Total Utilizado pela UJ			18.716,02	91.426,12	110.142,14

Fonte: Siafi Gerencial/DCF

5.4.1.4 Utilização da Conta Tipo “B” e do Cartão Corporativo pela UJ

Quadro 55 - Despesas Realizadas por meio da Conta Tipo “B” e por meio do Cartão de Crédito Corporativo (Série Histórica)

Valores em R\$ 1,00							
Suprimento de Fundos							
Exercícios	Conta Tipo “B”		Saque		Fatura		Total (R\$)
	Quantidade	(a) Valor	Quantidade	(b) Valor	Quantidade	(c) Valor	(a+b+c)
2012	0	-	86	18.716,02	83	91.426,12	110.142,14
2011	0	-	56	9.649,00	71	93.132,04	102.781,04
2010	0	-	27	3.839,00	67	87.568,14	91.407,14

Fonte: Siafi Gerencial/DCF

5.4.1.5 Prestações de Contas de Suprimento de Fundos

Quadro 56 - Prestações de Contas de Suprimento de Fundos (Conta Tipo “B” e CPGF)

Suprimento de Fundos												
	Conta Tipo “B”						CPGF					
Situação	2012		2011		2010		2012		2011		2010	
	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd.	Valor	Qtd	Valor
PC não Apresentadas	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-
PC Aguardando Análise	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-
PC em Análise	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-
PC não Aprovadas	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-	0	-
PC Aprovadas	0	-	0	-	0	-	51	110.142,14	49	102.761,04	41	91.407,14

Fonte: DCF

5.4.1.6 Análise Crítica

O cartão está atendendo os pontos críticos encontrados no Campus dando continuidade a pesquisas laboratoriais, estudos em sala de aulas, materiais não inclusos e não encontrados em almoxarifados, prestação de serviços para locomoção de alunos, servidores e a sociedade, como o caso das embarcações que atendem o Projeto Fortalezas. (barcos Santo Antônio, Barco Mille e Barco Ratonés).

A legislação referente ao cartão corporativo (CPGF) limita o período, para os gastos efetuados a no máximo de 90 dias, porém as Portarias emitidas pelo Departamento de Contabilidade

e Finanças seguem com prazo de 60 dias para os gastos e mais 10 dias para a devida comprovação ficando 100% dentro do prazo da legislação.

O controle dos prazos das prestações de contas estão, em relatórios internos no DCF, separados por supridos e valores.

O Departamento de Contabilidade e Finanças, analisa as prestações de contas com relação às compras efetuadas de materiais de consumo e serviços prestados com o CPGF, verificando as datas de compras com o respectivo comprovante de pagamento do cartão, os atesto de recebimento nas notas fiscais com data (posteriores ou na mesma data da emissão da Nota Fiscal) , destinatário na nota fiscal, conciliação pelo extrato bancário BB. Bem como orienta os supridos quanto a legislação, e para que tomem ciência da mesma e suas alterações, com o intuito de que os gastos com o cartão corporativo estejam dentro das normas vigentes.

5.5. Informações sobre Renúncia Tributária, contendo declaração do gestor de que os beneficiários diretos da renúncia, bem como da contrapartida, comprovaram, no exercício, que estavam em situação regular em relação aos pagamentos dos tributos juntos à Secretaria da Receita Federal do Brasil – SRFB, ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço – FGTS e à Seguridade Social

Não houve renúncias tributárias no exercício em questão.

5.6. Informações sobre a gestão de precatórios

Não se aplica.

6. GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO-DE-OBRA E CUSTOS RELACIONADOS

As informações correspondem à Universidade Federal de Santa Catarina e ao Hospital Universitário Professor Polydoro Ernani de São Thiago

6.1 Informações Sobre a Estrutura de Pessoal da Unidade

6.1.1 Demonstração da Força de Trabalho à Disposição

Quadro 57 - Força de Trabalho à Disposição

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)	5.387	5223	375	24
1. Membros de poder e agentes políticos				
2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)	5.387	5223	375	24
Servidores de carreira vinculada ao órgão	5.387	5.202	371	24
Servidores de carreira em exercício descentralizado				
Servidores de carreira em exercício provisório	0	21	4	0
Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	0	0	0	0
Servidores com Contratos Temporários	413	359	217	110
Servidores sem Vínculo com a Administração Pública	0	10	2	0
Total de Servidores (1+2+3)	5.800	5.592	598	134

Fonte: DIM/SEGESP/UFSC

6.1.1.1 Situações que Reduzem a Força de Trabalho Efetiva

Quadro 58 - Situações que Reduzem a Força de Trabalho

Tipologias dos afastamentos	Quantidade de Pessoas na Situação em 31 de Dezembro
Cedidos (1.1+1.2+1.3)	17
Exercício de Cargo em Comissão	10
Exercício de Função de Confiança	01
Outras Situações Previstas em Leis Específicas (especificar as leis)	06
Afastamentos (2.1+2.2+2.3+2.4)	84
Para Exercício de Mandato Eletivo	0
Para Estudo ou Missão no Exterior	55
Para Serviço em Organismo Internacional	0
Para Participação em Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu no País	29
Removidos (3.1+3.2+3.3+3.4+3.5)	0
De Ofício, no Interesse da Administração	0
A Pedido, a Critério da Administração	0
A pedido, independentemente do interesse da Administração para acompanhar cônjuge/companheiro	0
A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Motivo de saúde	0
A Pedido, Independentemente do Interesse da Administração por Processo Seletivo	0
Licença Remunerada (4.1+4.2)	5
Doença em Pessoa da Família	2

Capacitação	3
Licença não Remunerada (5.1+5.2+5.3+5.4+5.5)	14
Afastamento do Cônjuge ou Companheiro	4
Serviço Militar	0
Atividade Política	10
Interesses Particulares	0
Mandato Classista	0
Outras Situações (Especificar o ato normativo)	0
Total de Servidores Afastados em 31 de Dezembro (1+2+3+4+5+6)	120

Fonte: DIM/SEGESP/UFSC

6.1.2 Qualificação da Força de Trabalho

Quadro 59 - Detalhamento da Estrutura de Cargos em Comissão e Funções Gratificadas

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
Cargos em Comissão	94	94	94	0
1.1.Cargos Natureza Especial				
1.2.Grupo Direção e Assessoramento Superior	94	91	91	0
Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	0	0	0	0
Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	1	1	0
Servidores de Outros Órgãos e Esferas	0	1	0	0
Sem Vínculo	0	1	1	0
Aposentados	0	0	0	0
Funções Gratificadas	667	606	606	61
Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	667	601	606	61
Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado	0	0	0	0
Servidores de Outros órgãos e Esferas	0	05	01	0
Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	761	700	700	61

Fonte:DIM/SEGESP/UFSC

6.1.2.1 Qualificação do Quadro de Pessoal da Unidade Jurisdicionada Segundo a Idade

Quadro 60 - Quantidade de Servidores por Faixa Etária

Tipologias do Cargo	Quantidade de Servidores por Faixa Etária				
	Até 30 anos	De 31 a 40 anos	De 41 a 50 anos	De 51 a 60 anos	Acima de 60 anos
Provimento de Cargo Efetivo	458	1.128	1.395	2.003	577
Membros de Poder e Agentes Políticos					
Servidores de Carreira	319	978	1.342	1.989	574
Servidores com Contratos Temporários	139	150	53	14	03
Provimento de Cargo em Comissão	88	96	319	267	23
Cargos de Natureza Especial					
Grupo Direção e Assessoramento Superior	03	05	38	43	05
Funções Gratificadas	85	91	281	225	18
Totais (1+2)	546	1.224	1.714	2.271	600

Fonte: SEGESP/UFSC

6.1.2.2 Qualificação do Quadro de Pessoal Segundo a Escolaridade

Quadro 61 - Quantidade de Servidores por Nível de Escolaridade

Tipologias do Cargo	Quantidade de Pessoas por Nível de Escolaridade								
	1	2	3	4	5	6	7	8	9
1. Provimento de Cargo Efetivo	0	17	151	217	1.071	757	756	686	1.906
1.1 Membros de Poder e Agentes Políticos									
1.2 Servidores de Carreira	0	17	151	217	1.071	696	726	490	1.834
1.3 Servidores com Contratos Temporários	0	0	0	0	0	61	30	196	72
2. Provimento de Cargo em Comissão	0	0	0	0	143	148	164	58	187
2.1 Cargos de Natureza Especial									
2.2 Grupo Direção e Assessoramento Superior	0	0	0	0	0	12	18	07	57
2.3 Funções Gratificadas	0	0	0	0	143	136	146	51	130
Totais (1+2)	0	17	151	217	1.214	905	920	741	2.093
LEGENDA									
Nível de Escolaridade									
1 - Analfabeto; 2 - Alfabetizado sem cursos regulares; 3 - Primeiro grau incompleto; 4 - Primeiro grau; 5 - Segundo grau ou técnico; 6 - Superior; 7 - Aperfeiçoamento / Especialização / Pós-Graduação; 8 – Mestrado; 9 – Doutorado/Pós Doutorado/PhD/Livre Docência; 10 - Não Classificada.									

Fonte: SEGESP/UFSC

6.1.3 Demonstração dos Custos de Pessoal

Quadro 62 - Custos de Pessoal no Exercício de Referência e nos dois Anteriores

Valores em R\$ 1,00										
Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis						Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários	Demais Despesas Variáveis			
Membros de Poder e Agentes Políticos										
2012										
2011										
2010										
Servidores de Carreira que não Ocupam Cargo de Provimento em Comissão										
2012										673.520.467,19
2011										600.653.375,50
2010										549.644.840,84
Servidores com Contratos Temporários										
2012										131.869.911,97
2011										9.283694,28
2010										12.814.938,12
Servidores Cedidos com Ônus ou em Licença										
2012										1.380.510,72
2011										1.692.145,35
2010										2.955.700,00
Servidores Ocupantes de Cargos de Natureza Especial										
2012										
2011										
2010										
Servidores Ocupantes de Cargos do Grupo Direção e Assessoramento Superior										
2012										151.563.174,86
2011										165.333.444,26
2010										144.806.449,69
Servidores Ocupantes de Funções Gratificadas										
2012										5.144.371,66
2011										5.011.598,21
2010										6.356.348,47

Fonte: SEGESP/UFSC

6.1.4 Composição do Quadro de Servidores Inativos e Pensionistas

6.1.4.1 Classificação do Quadro de Servidores Inativos Segundo o Regime de Proventos e de Aposentadoria

Quadro 63 - Composição do Quadro de Servidores Inativos

Regime de Proventos / Regime de Aposentadoria	Quantidade	
	De Servidores Aposentados até 31/12	De Aposentadorias Iniciadas no Exercício de Referência
Integral	2.759	186
Voluntária	2.759	179
Compulsória		01
Invalidez Permanente		06
Outras		0
Proporcional		03
Voluntária		0
Compulsória		01
Invalidez Permanente		02
Outras		0
Totais (1+2)	2.759	189

Fonte: SEGESP/UFSC

6.1.4.2 Origens das Pensões Pagas

Quadro 64 – Instituidores de Pensão da UFSC e do HU

Regime de Proventos do Servidor Instituidor	Quantidade de Beneficiários de Pensão	
	Acumulada até 31/12	Iniciada no Exercício de Referência
Aposentado	633	28
1.1. Integral	633	28
1.2. Proporcional	0	02
Em Atividade	0	02
Total (1+2)	633	30

Fonte: SEGESP/UFSC

6.1.5 Acumulação Indevida de Cargos, Funções e Empregos Públicos

A identificação de eventual acumulação remunerada de cargos, funções e empregos públicos vedada pelo art. 37, incisos XVI e XVII, da Constituição Federal é realizado no primeiro momento na entrega dos documentos para nomeação no cargo público. Não há até o presente momento controle interno com a finalidade de detectar possível acumulação vedada de cargos, funções e empregos públicos. Este tipo de fiscalização geralmente é efetuado pela Controladoria Regional da União no Estado de Santa Catarina e pela Secretaria de Fiscalização de Pessoal (Sefip) a partir do cruzamento de informações do sistema Integrado de Administração de Recursos Humanos (Siape) e da relação Anual de Informações Sociais (RAIS). Não há um banco de dados com o quantitativo de servidores que acumulem cargos, funções ou empregos públicos indevidamente no quadro de pessoal da UFSC.

6.1.6 Providências Adotadas nos Casos de Acumulação Indevida em Cargos, Funções e Empregos Públicos

Quando a UFSC é notificada sobre possíveis casos de acumulação ilícita de cargo/empregos públicos os servidores indicados nos Relatórios de Auditoria emitidos pela Controladoria Regional da União no Estado de Santa Catarina são notificados para regularizar a sua situação. No exercício de 2012 não foi realizada auditoria para detectar possíveis casos de acumulação ilícita de cargos/empregos públicos. Assim sendo no exercício de 2012 não foram abertos processos administrativos disciplinares para regularizar a situação de acumulação irregular de cargo, função ou empregos públicos.

6.1.7 Informações sobre os Atos de Pessoal Sujeitos a Registros e Comunicação

6.1.7.1 Atos Sujeitos à Comunicação ao Tribunal por Intermédio do SISAC

Quadro 65 - Atos Sujeitos ao Registro do TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos ao registro no TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2012	2011	2012	2011
Admissão	567	528	693	360
Concessão de aposentadoria	189	175	189	175
Concessão de pensão civil	30	23	30	23
Concessão de pensão especial a ex-combatente	0	0	0	0
Concessão de reforma	0	0	0	0
Concessão de pensão militar	0	0	0	0
Alteração do fundamento legal de ato concessório	153	32	153	32
Totais	939	758	1.065	590

Fonte: SEGESP/UFSC

Quadro 66 - Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (art. 3º da IN TCU 55/2007)

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos à comunicação ao TCU		Quantidade de atos cadastrados no SISAC	
	Exercícios		Exercícios	
	2012	2011	2012	2011
Desligamento	137	219	137	219
Cancelamento de concessão	02	02	02	02
Cancelamento de desligamento	0	0	0	0
Totais	139	221	139	221

Fonte: SEGESP/UFSC

Quadro 67 - Regularidade do Cadastro dos Atos no SISAC

Tipos de Atos	Quantidade de atos de acordo com o prazo decorrido entre o fato caracterizador do ato e o cadastro no SISAC			
	Exercício de 2012			
	Até 30 dias	De 31 a 60 dias	De 61 a 90 dias	Mais de 90 dias
Atos Sujeitos ao Registro pelo TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)				
Admissão	0	0	0	693
Concessão de aposentadoria	189	0	0	0
Concessão de pensão civil	30	0	0	0
Concessão de pensão especial a ex-combatente	0	0	0	0
Concessão de reforma	0	0	0	0
Concessão de pensão militar	0	0	0	0
Alteração do fundamento legal de ato concessório	153	0	0	0
Total	372	0	0	693
Atos Sujeitos à Comunicação ao TCU (Art. 3º da IN TCU 55/2007)				
Desligamento	35	0	0	0
Cancelamento de concessão	02	0	0	0
Cancelamento de desligamento	0	0	0	0
Total	37	0	0	0

Fonte: SEGESP/UFSC

6.1.7.2 Atos Sujeitos à Remessa ao TCU em Meio Físico

Quadro 68 - Atos Sujeitos à Remessa Física ao TCU (ART. 14 DA IN TCU 55/2007)

Tipos de Atos	Quantidade de atos sujeitos ao envio ao TCU		Quantidade de atos enviados ao TCU	
	Exercícios		Exercícios	
	2012	2011	2012	2011
Pensões graciosas ou indenizatórias	0	0	0	0
Outros atos fora do SISAC (especificar)				
Totais	0	0	0	0

Fonte: SEGESP/UFSC

6.1.7.3 Informações da Atuação do Órgão de Controle Interno (OCI) sobre os Atos

Quadro 69 - Atuação do OCI sobre os Atos Submetidos a Registro

Tipos de Atos	Quantidade de atos com diligência pelo OCI		Quantidade de atos com parecer negativo do OCI	
	Exercícios		Exercícios	
	2012	2011	2012	2011
Admissão	0	18	0	0
Concessão de aposentadoria	189	175	0	0
Concessão de pensão civil	30	23	0	0

Concessão de pensão especial a ex-combatente	0	0	0	0
Concessão de reforma	0	0	0	0
Concessão de pensão militar	0	0	0	0
Alteração do fundamento legal de ato concessório	153	32	0	0
Totais	372	248	0	0

Fonte: SEGESP/UFSC

6.1.8 Indicadores Gerenciais sobre Recursos Humanos

a) Absenteísmo

A UFSC, dentro da política de propor indicadores, formará um grupo de trabalho para estudar as informações disponíveis no SIASS e na Junta Médica Oficial do Departamento de Atenção a Saúde – DAS/SEGESP, juntamente com o Departamento de Administração de Pessoal – DAP/SEGESP e propor futuras ações.

b) Acidentes de Trabalho e Doenças Ocupacionais

As Fichas de Análise de Acidentes são geradas a partir das Comunicações de Acidente na UFSC, ocorridas com servidores, terceirizados e alunos, recebidas através do site www.dsst.ufsc.br. Geram informações com a finalidade de registro no prontuário do acidentado no HU e na pasta funcional do servidor ou na empresa; geram também recomendações de medidas de caráter corretivo e preventivo, buscando evitar que tais acidentes se repitam. As recomendações podem propor medidas como manutenção ou aquisição de equipamentos ou mobiliários, mudanças nos processos de trabalho e/ou necessidade de capacitação.

Tais dados geram informações relacionadas à frequência, ao tipo de ocorrência e ao vínculo dos acidentados com a UFSC e o desencadeamento de medidas complementares, como elaboração de Relatórios de Segurança do Trabalho, contatos com as chefias ou professores das áreas.

O número de acidentes de trabalho - AT registrados na DSST em 2012 foi de 119. Nos anos anteriores a tendência havia sido de aumento gradual do nº de registros, o que demonstra a difusão de informações sobre a notificação de acidentes na UFSC. Em 2011 foram 150 e a queda observada em 2012 pode ser atribuída ao período de greve e diminuição das atividades em inúmeros setores da UFSC.

A gestão atual poderá potencializar a política de saúde e segurança dos servidores da UFSC, reforçando a importância da implementação das medidas recomendadas nas Fichas de Análise de Acidentes e nos Relatórios técnicos.

c) Rotatividade (*turnover*)

A UFSC, dentro da política de propor indicadores, formará um grupo de trabalho para estudar as informações disponíveis no Departamento de Administração de Pessoal – DAP/SEGESP, juntamente com Departamento de Desenvolvimento de Pessoas – DDP/SEGESP e propor futuras ações.

d) Educação Continuada

A Coordenadoria de Capacitação de Pessoas (CCP) oferece aos servidores docentes e técnico-administrativos da UFSC diversas formas de Educação Continuada, quais sejam realização de

curso de capacitação presenciais e a distância, pagamento de inscrições em cursos e eventos de curta duração e de mensalidades de cursos de Especialização, bem como o gerenciamento dos processos de afastamento para formação e capacitação, Horário Especial e Licença Capacitação, no País e no exterior, que possibilitam que o servidor se afaste do seu trabalho para se dedicar integral ou parcialmente aos seus estudos. Para cada uma das ações listadas acima, são calculados indicadores específicos, que mostram o desenvolvimento da capacitação dentre os servidores da Universidade, além dos níveis de oferta e demanda destes serviços. A seguir são apresentados os indicadores referentes a cada ação de capacitação promovida pela CCP.

Cursos de Capacitação Presenciais e a Distância

Por meio da Divisão de Capacitação Continuada (DICC) são oferecidos módulos de capacitação presenciais e a distância aos servidores técnico-administrativos e docentes da UFSC, de acordo com as necessidades detectadas no Levantamento de Necessidades de Capacitação, encaminhadas diretamente à DICC pelas Unidades Administrativas e Acadêmicas da UFSC e das sugestões extraídas das Avaliações de Reação.

Os módulos a distância e semi-presenciais (aqueles que têm tanto conteúdo presencial quanto a distância) vêm sendo promovidos pela Divisão há cerca de dois anos com módulos-piloto, e estão passando atualmente por uma estruturação, a partir da criação do Serviço de Capacitação a Distância. Esse fato explica a quantidade pequena de cursos oferecidos na modalidade a **distância e semi-presencial (10 módulos)** quando comparada ao número de **módulos presenciais** realizados neste ano, totalizando **38** cursos. Portanto, o **total de módulos** de capacitação oferecidos no ano de 2012 foi de **48**, desdobrados em **78 turmas**.

A Divisão de Capacitação Continuada, no ano de 2012, direcionou seus trabalhos utilizando a máxima capacidade produtiva, porém apresentando um menor número de módulos/cursos ofertados em relação aos anos anteriores, devido aos seguintes fatores limitantes:

- Equipe reduzida e reestruturação da Divisão e das políticas de capacitação da UFSC;
- Greve dos servidores da Universidade, o que causou a suspensão de alguns módulos, que foram posteriormente reagendados;
- Período pós-greve, quando o processo de reagendamento dos módulos anteriormente suspensos prejudicou a iniciação de novos trabalhos.

Apesar de todas as dificuldades encontradas, a DICC atingiu o total de **1315 servidores capacitados**, neste ano de 2012. O quantitativo de servidores inscritos nos cursos foi de **2918 inscrições**. Destes, em decorrência da capacidade de atendimento desta Divisão e do enquadramento dos inscritos na legislação, foram **selecionados 1860** servidores. Dos selecionados, **1564 obtiveram autorização da chefia** para realizar o curso. Dentre este público, **162** servidores **desistiram** do curso quando já não era mais possível ser selecionado o próximo servidor na lista.

Como resultado final, os cursos tiveram **1315 concluintes**, sendo que destes, **1030** servidores responderam à **avaliação de reação**, principal instrumento de avaliação destes serviços. Ao todo, foram oferecidas mais de **1180 horas de capacitação** ao longo do ano (somatória da carga horária de todas as turmas oferecidas). O **investimento em 2012**, considerando a remuneração dos ministrantes, totalizou **R\$ 63.244,12**.

Pagamento de inscrições em cursos e eventos de curta duração e em cursos de Especialização

A Divisão de Afastamento e Apoio à Capacitação (DAAC) oferece e viabiliza aos servidores da UFSC o pagamento de taxas de inscrição em eventos e cursos de curta duração no País e no exterior, além do pagamento de cursos de Especialização. Trata-se de um serviço sob demanda, isto é, são atendidos os servidores que solicitam o pagamento, desde que este se enquadre na legislação pertinente. Dentre todas as solicitações autuadas no ano de 2012, foram pagos 464 pedidos, ou seja, a **quantidade de servidores capacitados** por meio desta ação foi **464** servidores, o que resultou em um **investimento total de R\$ 366.479,88**.

Os recursos destinados a esta ação de capacitação para o ano de 2012 foram utilizados em sua totalidade, sendo que o restante foi pago com suplementações orçamentárias, o que indica uma superação da meta financeira para esta ação. Percebe-se ao longo do ano, conforme tabela abaixo, um comportamento desigual da demanda quando comparados os meses entre si. Isto se deve ao fato de que há períodos de pico de oferecimento de cursos e eventos durante o ano. Nota-se também uma queda dos pagamentos nos meses de junho, julho e agosto, decorrente da greve dos servidores da UFSC durante este período, o que impediu a normal continuidade deste serviço. No mês de dezembro não foi realizado nenhum pagamento, em função de o sistema de emissão de Notas de Empenho, a nível nacional, ter sido bloqueado no final do mês de novembro, para que as instituições realizassem seu fechamento do ano.

Quadro 70 – Pagamentos de Inscrições em Cursos e Eventos de Curta Duração

Pagamentos		
MESES	Nº Servidores	Valor (R\$)
Janeiro	15	11.732,25
Fevereiro	8	13.475,44
Março	31	25.438,02
Abril	48	48.743,69
Maio	77	57.075,45
Junho	25	21.972,85
Julho	29	17.303,87
Agosto	16	14.921,32
Setembro	105	59.827,69
Outubro	76	65.840,84
Novembro	34	30.148,46
Dezembro	0	0
TOTAL	464	366.479,88

Fonte: SEGESP

Afastamentos para Formação e Capacitação, Horários Especiais e Licença Capacitação

A tabela abaixo apresenta os números dos afastamentos e licenças para capacitação dos servidores técnico-administrativos da Universidade no exercício de 2012. Nota-se que a quantidade de servidores **afastados para participar de cursos e eventos de curta duração** durante o ano de 2012 foi de **94** pessoas, ao passo em que os **afastamentos de longa duração** totalizaram **55** processos.

Quadro 71 – Afastamentos para Formação e Capacitação

Afastamentos Técnicos em 2012	
Modalidade	Quantidade de servidores
Curta Duração	94
Pós-Doutorado	1
Doutorado	25
Mestrado	28
Especialização	1
Horário Especial	37
Licença Capacitação	29

Fonte: SEGESP

Os afastamentos de curta duração dizem respeito àqueles cuja duração não ultrapassa 15 dias, enquanto os afastamentos de longa duração são destinados à realização de cursos de Educação Formal, isto é, cursos de Especialização, Mestrado, Doutorado e Pós-Doutorado. Apesar da predominância dos afastamentos de curta duração, pode ser considerada muito positiva a quantidade de servidores que estão cursando Educação Formal, mesmo porque tanto a **Licença Capacitação**, que teve **29 processos**, quanto o **Horário Especial**, com **37**, são utilizados em sua maioria por servidores que estão cursando Mestrado e Doutorado, mas que não podem se afastar integral ou parcialmente do trabalho por algum motivo, desde impedimentos legais, até por necessidade do setor em que atuam.

A tabela a seguir mostra os afastamentos dos servidores docentes da UFSC em 2012, com exceção aos processos de afastamento de longa duração dos docentes no País, gerenciados pela Comissão Permanente de Pessoal Docente (informações solicitadas por meio do Memorando 04/2012/DAF/CCP/DDP, sem resposta).

Quadro 72 – Afastamentos Docentes em 2012

Modalidade	Quantidade de servidores
Curta Duração	864
Longa Duração fora do Brasil	43
Horário Especial	0
Licença Capacitação	21

Fonte: SEGESP

O total de **afastamentos de curta duração** dos servidores **docentes** foi de **864**. Estes dizem respeito aos afastamentos do País cuja duração não exceda a um período de 90 dias, de acordo com a Resolução 011/CUn/1997. Os **afastamentos de longa duração** no exterior totalizaram **43** processos. Não houve **nenhuma** solicitação de **Horário Especial** por parte dos servidores docentes neste ano. Em relação à **Licença Capacitação**, houve **21** licenciados.

Quando comparado o quadro de afastamentos de servidores docentes e técnico-administrativos, pode-se notar que os docentes se afastam com uma frequência muito maior que os técnicos para eventos de curta duração. Isto pode ser explicado pelo menor período de afastamento permitido aos técnicos, e pelo fato de a carreira docente estimular mais a publicação científica, a participação em eventos e a pesquisa.

- Disciplina;
- Aposentadoria *versus* reposição do quadro.

A **Divisão de Contratações e Admissões – DCA/DDP**: Atualmente não há um indicador gerencial para mensurar de forma qualitativa e quantitativa a relação Aposentadoria versus reposição do quadro. Há apenas dados sobre essa relação.

Informamos que, em relação à quantidade de professores, foram repostos em 2012:

- 64 professores substitutos em vagas de professores aposentados;
- 86 professores efetivos em vagas de professores aposentados.

Informamos que, em relação à quantidade de técnicos administrativos em educação, foram repostos em 2012:

- 52 técnicos administrativos em educação.

6.2 Informações Sobre a Terceirização de Mão-de-Obra e Sobre o Quadro de Estagiários

6.2.1 Informações Sobre Terceirização de Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão

Quadro 73 - Cargos e Atividades Inerentes a Categorias Funcionais do Plano de Cargos

Descrição dos Cargos e Atividades do Plano de Cargos do Órgão em que há Ocorrência de Servidores Terceirizados	Quantidade no Final do Exercício			Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	2012	2011	2010		
ASSISTENTE ADMINISTRATIVO	22	25	23	0	3
ASSISTENTE SOCIAL	1	1	1	0	0
ASSISTENTE TECNICO ADMINI	1	1	1	0	0
AUXILIAR ADMINISTRATIVO	2	2	2	0	0
AUXILIAR DEPOSITO	1	1	1	0	0
AUXILIAR ENFERMAGEM	10	10	10	0	0
AUXILIAR LABORATORIO	2	2	2	0	0
AUXILIAR TECNICO PATOLOGIA CLINICA	1	1	0	0	0
ENFERMEIRO	1	1	2	0	0
FARMACEUTICO	0	1	1	0	1
FARMACEUTICO BIOQUIMICO	1	2	2	0	1
FISIOTERAPEUTA	1	1	0	0	0
FONOAUDIOLOGO	4	4	4	1	1
MEDICO	23	27	23	3	7
MEDICO ANESTESIOLOGISTA	3	5	6	0	2
MEDICO CIRURGIAO	0	1	1	0	1
MEDICO CIRURGIAO APARELHO DIGESTIVO	1	0	0	1	0
MEDICO CIRURGIAO PLASTICO	1	1	0	0	0
MEDICO PEDIATRA	1	1	1	0	0
MEDICO CLINICO GERAL	1	0	0	1	0
MEDICO GINECOLOGISTA OBST	1	2	4	0	1
MEDICO HEMATOLOGISTA	0	0	0	0	0
MEDICO DO TRABALHO	0	0	0	0	0
MEDICO NEFROLOGISTA	0	1	1	0	1
MEDICO OTORRINOLAGRINGOLOGISTA	0	0	0	0	0

MEDICO OFTALMOLOGISTA	0	0	1	0	0
MEDICO PATOLOGISTA	1	2	2	0	1
MEDICO RADIOLOGISTA	1	1	1	1	1
PEDAGOGO	11	12	11	0	1
PROFESSOR PRE ESCOLAR	1	1	1	0	0
PSICOLOGO	1	1	1	0	0
TECNICO ENFERMAGEM	46	51	50	5	10
TECNICO LABORATORIO	4	4	4	0	0
TECNICO RADIOLOGIA	1	1	0	0	0

Fonte: SEGESP

Observação:

Todos os cargos supracitados são contratos e mantidos através da fundação de apoio por necessidade da demanda de atividades da instituição. Por exigência do acórdão 2731/2008-TCU, cumpre-se o limite, impedindo-se novas contratações via fundação.

6.2.2 Informações Sobre a Substituição de Terceirizados em Decorência da Realização de Concurso Público

Para possibilitar o atendimento, com o mínimo possível de condições no tocante à qualidade dos serviços prestados pelo Hospital Universitário aos pacientes do Sistema Único de Saúde – SUS, manteve-se o mesmo número de vagas de empregados terceirizados, contratados pela Fundação de Amparo à Pesquisa e Extensão Universitária – FAPEU.

6.2.3 Autorizações Expedidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão para Realização de Concursos Públicos para Substituição de Terceirizados

Não houve ocorrência no período de 2012.

6.2.4 Informações sobre a Contratação de Serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância Ostensiva pela Universidade Federal de Santa Catarina e pelo Hospital Universitário Professor Polydoro Ernani de São Thiago

6.2.4.1 Universidade Federal de Santa Catarina

Quadro 74 - Contratos de Prestação de Serviços de Limpeza e Higiene e Vigilância Ostensiva

Nome: Universidade Federal de Santa Catarina													
UG/Gestão: 153163				CNPJ: 83.899.526/0001-82									
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada - CNPJ	Período Contratual		Nível de Escolaridade exigido dos trab. contratados						Sit
							Fundamental		Médio		Superior		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	A - P - E
2010	V	O	075/2010	KHRONOS - SEGURANÇA PRIVADA LTDA - 04.629.488/0001-71	01/05/2010				56	56			P
2009	V	O	463/2009	KHRONOS - SEGURANÇA PRIVADA LTDA 04.629.488/0001-71	22/12/2009				30	30			P
2012	V	O	428/2012	KHRONOS - SEGURANÇA PRIVADA LTDA 04.629.488/0001-71	01/10/2012				14	14			A
2008	L	O	683/2007	ONDREPSB - LIMPEZA E SERVIÇOS ESPECIAIS LTDA 83.953.331/0001-73	01/01/2008		377	377	15	15			P
2010	L	O	024/2010	AUTENTICA - ORGANIZAÇÃO DE SERVIÇOS DIVERSOS LTDA 84.965.706/0001-88	18/03/2010	31/03/2012	10	10	1	1			E
2012	L	E	053/2012	ADSERVI - ADMINISTRADORA DE SERVIÇOS LTDA 02.531.343/0001-08	01/04/2012	30/06/2012	10	10	1	1			E
2012	L	O	349/2012	ADSERVI - ADMINISTRADORA DE SERVIÇOS LTDA 02.531.343/0001-08	01/07/2012		10	10	1	1			A
LEGENDA Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva. Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial. Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													

Fonte: Pró-Reitoria de Administração

6.2.4.2 Hospital Universitário Professor Polydoro Ernani de São Thiago

Quadro 75 - Contratos de Prestação de Serviços de Limpeza e Higiene e Vigilância Ostensiva

Nome: Hospital Universitário da Universidade Federal de Santa Catarina													
UG/Gestão: 150232				CNPJ:									
Ano Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada - CNPJ	Período Contratual		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
							Fundamental		Médio		Superior		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	
2009	L	O	070/2009	Adservi Administradora de Serviços LTDA – 02531343/0001-08	29/04/10		123	123	15	15			P
2012	V	O	004/2012	Embrasp Empresa Brasileira de Segurança Patrimonial LTDA. – 03130750/0001-76	01/01/12		20	20	12	12			P
2009	L	O	142/2009	AP Serviços de Limpeza, Asseio e Conservação LTDA. - 09.284.904/0001-60	30/06/09		32	34					P
LEGENDA Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva. Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial. Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													

Fonte: Núcleo de Gestão de Contratos Terceirizados HU/UFSC

6.2.5 Informações sobre Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão

6.2.5.1 Universidade Federal de Santa Catarina

Quadro 76 - Contratos de Prestação de Serviços com Locação de Mão de Obra

Nome: Universidade Federal de Santa Catarina														
UG/Gestão: 153163				CNPJ: 83.899.526/0001-82										
Informações sobre os Contratos														
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada - CNPJ	Período Contratual		Nível de Escolaridade exigido dos trab. contratados						Sit	
							Fundamental		Médio		Superior			
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C		A - P - E
2009	12	O	384/2009	AJPLOT INFORMATICA LTDA 09.529.872/0001-16	09/12/2009					1	1			P
2010	12	O	288/2010	ADSERVI - ADMINISTRADORA DE SERVIÇOS LTDA 02.531.343/0001-08	09/12/2010			1	1					P
2010	12	O	235/2010	ADSERVI - ADMINISTRADORA DE SERVIÇOS LTDA 02.531.343/0001-08	18/11/2010			7	7					P
2011	8	O	044/2011	ADSERVI - ADMINISTRADORA DE SERVIÇOS LTDA 02.531.343/0001-08	31/03/2011			5	5					P
2012	12	O	010/2012	ADSERVI - ADMINISTRADORA DE SERVIÇOS LTDA 02.531.343/0001-08	09/01/2012			19	19	1	1			A
2012	12	O	035/2012	ADSERVI - ADMINISTRADORA DE SERVIÇOS LTDA 02.531.343/0001-08	01/05/2012					6	6			A

2010	12	O	163/2010	ARAUJO, JUNQUEIRA & CIA LTDA 07.855.231/0001-26	23/08/2010				6	6			P
2011	4	O	197/2011	GOMES ALVIM SERVIÇOS LTDA – ME 09.069.299/0001-05	16/11/2011	15/11/2012	8	8					E
2009	8	O	127/2009	A.S. MANUTENÇÃO 02.290.779/0001- 52	15/05/2009		5	5	6	6	1	1	P
2010	1	O	005/2010	EMBRASP - COM. E SERVIÇOS DE SEGURANÇA LTDA 03.181.579/0001- 90	01/02/2010		16	16					P
2009	3	O	002/2009	ILHA SERVICE - SERV. DE INFORMATICA LTDA 85.240.869/0001-66	02/02/2009				7	7	1	1	P
2009	12	O	421/2009	JOSUE FARIAS DAL DEGAN ME 07.593.524/0001-82	10/12/2009				7	7			P
2009	12	O	383/2009	LIDERANÇA - LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA 00.482.840/0001-38	01/01/2010		5	5					P
2009	8	O	326/2009	LIDERANÇA - LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA 00.482.840/0001-38	01/01/2010		11	11	1	1			P
2010	5	O	218/2010	LIDERANÇA - LIMPEZA E CONSERVAÇÃO LTDA 00.482.840/0001-38	30/09/2010				15	15			P
2008	8	O	094/2008	ONDREPSB - LIMPEZA E SERVIÇOS ESPECIAIS LTDA 83.953.331/0001-73	29/09/2008		11	11					P
2008	8	O	309/2008	ONDREPSB - LIMPEZA E SERVIÇOS ESPECIAIS LTDA 83.953.331/0001-73	01/01/2009		9	9	1	1			P
2011	12	O	013/2011	ORBENK 79.283.065/0001-41	01/01/2011		57	57					P
2008	8	O	308/2008	ORBENK 79.283.065/0001-41	01/01/2009		13	13					P

2007	8	O	377/2007	QUANTUM 82.094.640/0001-72	02/05/2007	30/06/2012			16	16	1	1	E
2012	8	O	362/2012	QUANTUM 82.094.640/0001-72	01/07/2012				20	20	1	1	A
2009	8	O	027/2009	URBANISTICA 03.880.511/0001-33	01/01/2009		35	35	1	1			P
2012	1	O	026/2012	LITORAL BUZIOS 01.884.453/0001-90	01/03/2012		43	43	1	1			P

LEGENDA

Área:

1. Segurança;
2. Transportes;
3. Informática;
4. Copeiragem;
5. Recepção;
6. Reprografia;
7. Telecomunicações;

8. Manutenção de bens móveis

9. Manutenção de bens imóveis

10. Brigadistas

11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes

12. Outras

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

Fonte: Universidade Federal de Santa Catarina

6.2.5.2 Hospital Universitário Professor Polydoro Ernani de São Thiago

Quadro 77 - Contratos de Prestação de Serviços com Locação de Mão de Obra

Nome: Hospital Universitário da Universidade Federal de Santa Catarina													
UG/Gestão: 150232				CNPJ:									
Ano Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada - CNPJ	Período Contratual		Nível de Escolaridade exigido dos trabalhadores contratados						Sit.
							Fundamental		Médio		Superior		
					Início	Fim	P	C	P	C	P	C	A – P - E
2011	12	O	167/2011	Technocare Engenheiros Clínicos Associados LTDA.- 5.808.800/0001-57	07/08/11			2	2	2	2	P	
2009	L	O	070/2009	Adservi Administradora de Serviços LTDA – 02531343/0001-08	29/04/10		123	123	15	15			

2011	4	O	105/2011	Facility Soluções Corporativas - 72109291/0001-61	01/07/11		34	38	12	12	1	1	P
2010	12	O	210/2010	Venturini Terceirização -	01/10/10		5	6					P
2009	12	O	075/2009	Adservi Administradora de Serviços LTDA - 02531343/0001-08	01/08/09		4	4	3	3	3	3	P
2009	7	O	106/2009	Adservi Administradora de Serviços LTDA - 02531343/0001-08	12/05/09				4	4			P
2010	9	O	250/2010	Adservi Administradora de Serviços LTDA - 02531343/0001-08	01/02/10				19	19	1	1	P
2012	1	O	004/2012	EMBRASP – Empresa Brasileira de Segurança Patrimonial LTDA. - 03.130.750/0001-76	01/01/12		20	20	12	12			P
2008	12	O	054/2008	Motivar Adm. de Serv. Ltda-ME - 08.958.492/0001-34	01/01/08	30/06/12	4	5					E
2010	5	O	200/2010	Plansul Planej. e Consultoria LTDA. - 78.533.312/0001-58	01/06/10	30/09/12			34	38			E
2012	5	O	394/2012	SC SEG Serviços Especializados LTDA-EPP. - 11.967.535/0001-52	01/10/12				51	56			P
2009	12	O	142/2009	AP Serviços de Limpeza, Asseio e Conservação LTDA. - 09.284.904/0001-60	30/06/09		32	34					P
2012	12	O	374/2012	Liderança Limpeza e Conservação LTDA. - 00.482.840/0001-38	01/07/12		6	5					A
2008	12	O	125/2008	<u>AS Manutenção de Ar Cond. Ltda - 02.290.779/0001-52</u>	01/01/08				8	8	1	1	P

LEGENDA

Área:

1. Segurança;
2. Transportes;
3. Informática;
4. Copeiragem;
5. Recepção;
6. Reprografia;
7. Telecomunicações;

9. Manutenção de bens imóveis

10. Brigadistas

11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes

12. Outras

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.

Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

8. Manutenção de bens móveis

Fonte: Núcleo de Gestão de Contratos Terceirizados HU/UFSC

6.2.6 Composição do Quadro de Estagiários (UFSC e HU)

Quadro 78 - Composição do Quadro de Estagiários

Nível de escolaridade	Quantitativo de contratos de estágio vigentes				Despesa no exercício
	1º Trimestre	2º Trimestre	3º Trimestre	4º Trimestre	(em R\$ 1,00)
1. Nível superior	756	1578	1428	1708	2,391,663.00
1.1 Área Fim	160	582	488	636	815,876.00
1.2 Área Meio	596	996	940	1072	1,575,787.00
2. Nível Médio	0	0	0	0	0
2.1 Área Fim	0	0	0	0	0
2.2 Área Meio	0	0	0	0	0
3. Total (1+2)	756	1578	1428	1708	2,391,663.00

Fonte: PROGRAD/Departamento de Integração Acadêmica e Profissional

7. GESTÃO DO PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO

7.1. Informações sobre a gestão da frota de veículos próprios e locados de terceiros, inclusive sobre as normas que regulamentam o uso da frota e os custos envolvidos

7.1.1 Universidade Federal de Santa Catarina

Quadro 79 – Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros

Quesitos a serem avaliados		Avaliação		
a)	Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos	- Decreto Nº 6.403, de 17 de março de 2008; - Instrução Normativa Nº 1, de 21 de junho de 2007.		
b)	Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UJ	Veículos comuns: 1. Transporte de materiais de bens do patrimônio; 2. Transporte de servidores a serviço da UFSC; 3. Transporte de material do Almoarifado. 4. Atendimento ao Biotério Central 5. Serviço de Malote e Expedição 6. Viagens de Estudo 7. Pesquisa e extensão		
c)	Quantidade de veículos em uso ou na responsabilidade da UJ, discriminados por grupos, segundo a classificação que lhes seja dada pela UJ (por exemplo, veículos de representação, veículos de transporte institucional etc.), bem como sua totalização por grupo e geral	Total de 36 veículos comuns,utilitários. 04 Parati 02 Scenic 01 Van Mercedes Benz Sprinter 02 Van Peugeot 01 Camionete Ranger Ford 01 L200 Camionete 01 Micro ônibus 04 ônibus 03 Caminhão Pequeno 01 Caminhão Volks 13180 Baú 01 Caminhão Baú Pequeno 01 Sentra 02 Livina 02 Gol 01 Versalhes 01 Santana		
d)	Média anual de quilômetros rodados, por grupo de veículos, segundo a classificação contida na letra “c” supra	Descrição do veículo	Classificação	Média anual/ KM rodado
		Parati	Veículo comum – transporte de materiais e pessoas a serviço	30.000 Km
		Parati	Veículo comum – transporte de materiais e pessoas a serviço	32.000 Km
		Scenic	Veículo comum – transporte de materiais e pessoas a serviço	31.420 Km
		VAN Sprinter	Veículo Viagem de Estudo	6.329 Km
		Van Peugeot	Veículo Viagem de Estudo	6.404 Km
		Caminhões	Veículo Viagem e	8.432 Km

	Ônibus	Transportes de Materiais Viagem de Estudo	55.000Km
	Total	53 veículos	107647 Km/ano
e) Idade média da frota, por grupo de veículos	Descrição do veículo	Ano de Fabricação	Idade de cada veículo
	Parati	2007	6 anos
	Parati	2008	5 anos
	VAN	2009	4 anos
	Micro ônibus	2011	2 anos
	Ônibus Mercedes Benz	1994	19 anos
	ônibus	2011	02 anos
	Idade média da frota - 11 anos		
f) Custos associados à manutenção da frota (Por exemplo, gastos com combustíveis e lubrificantes, revisões periódicas, seguros obrigatórios, pessoal responsável pela administração da frota, entre outros)	1. Manutenção e conservação da frota: R\$ 559.540,72/ano 2. Seguros obrigatórios: R\$ 14.047,04/ano 3. Gastos com combustíveis e lubrificantes: R\$ 477.745,38/ano		
g) Plano de substituição da frota	Não há um planejamento institucionalizado para a substituição da frota, porém foram adquiridos 03 Van, 03 Van Furgão, 08 veículos utilitários, 04 Micro Ônibus, 02 camionete, 02 ônibus, 03 caminhão Agrale. Visando renovação, substituindo uma das existentes.		
h) Razões de escolha da aquisição em detrimento da locação	Não se aplica		
i) Estrutura de controles de que a UJ dispõe para assegurar uma prestação eficiente e econômica do serviço de transporte.	1. Controle de saída de veículos através de requisição de veículos, através de formulário próprio, devidamente assinada pelas chefias imediatas; 2. O agendamento das saídas é realizado pelo SPA diretamente ao DSG e pela PRAE e encaminhada a DTR/DSG. 3. Existe um cartão para controle de abastecimento de combustível que é realizado pela Divisão de Transportes.		

Fonte: PROAD

Observação:

Os abastecimentos abrangem:

- a) Prefeitura Universitária: tobatas, roçadeiras, retro escavadeira.
- b) Fazenda da Ressacada: Tratores, roçadeiras, veículos, geradores instalados no SETIC e laboratórios
- c) Ilhas: barcos, veículos e geradores
- d) As informações constantes do quadro acima referem-se à frota de veículos oficiais pertencentes a UFSC (incluindo os campi de Araranguá, Curitibanos e Joinville exceto o Hospital Universitário)

7.1.2 Hospital Universitário Professor Polydoro Ernani de São Thiago

Quadro 80 - Gestão da Frota de Veículos Próprios e Contratados de Terceiros

Quesitos a serem avaliados		Avaliação		
j)	Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos	- Decreto Nº 6.403, de 17 de março de 2008; - Instrução Normativa Nº 1, de 21 de junho de 2007.		
k)	Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UJ	Veículos comuns: 8. Transporte de coletas de exames; 9. Transporte de servidores a serviço do HU; 10. Transporte de pacientes para exames em outros hospitais e clínicas, bem como transferências.		
l)	Quantidade de veículos em uso ou na responsabilidade da UJ, discriminados por grupos, segundo a classificação que lhes seja dada pela UJ (por exemplo, veículos de representação, veículos de transporte institucional etc.), bem como sua totalização por grupo e geral	Total de 6 veículos comuns, sendo 3 carros para transporte de pessoas e materiais e 3 ambulâncias. 2 Parati 1 Palio 2 ambulâncias Mercedes Benz Sprinter 1 ambulância Renault Master		
m)	Média anual de quilômetros rodados, por grupo de veículos, segundo a classificação contida na letra “c” supra	Descrição do veículo	Classificação	Média anual/ KM rodado
		Parati	Veículo comum – transporte de materiais e pessoas a serviço	12.672 km
		Parati	Veículo comum – transporte de materiais e pessoas a serviço	2.160 Km
		Palio	Veículo comum – transporte de materiais e pessoas a serviço	12.420 Km
		Ambulância Sprinter	Veículo comum – Saúde Pública	16.329 Km
		Ambulância Sprinter	Veículo comum – Saúde Pública	7.404 Km
		Ambulância Renault	Veículo comum – Saúde Pública	18.432 Km
		Total	06 veículos	69.408 Km/ano
n)	Idade média da frota, por grupo de veículos	Descrição do veículo	Ano de Fabricação	Idade de cada veículo
		Parati	2007	6 anos
		Parati	2007	6 anos
		Palio	2007	6 anos
		Ambulância Mercedes Benz	2011	1 ano
		Ambulância Mercedes Benz	2005	8 anos
		Ambulância Renault	2002	11 anos
		Idade média da frota - 6 anos		
o)	Custos associados à manutenção da frota (Por exemplo, gastos com combustíveis e lubrificantes, revisões periódicas, seguros obrigatórios, pessoal responsável pela administração da frota, entre outros)	4. Manutenção e conservação da frota: R\$ 66.122,74 5. Seguros obrigatórios: R\$ 15.667,18 6. Gastos com combustíveis e lubrificantes: R\$ 21.272,98		
p)	Plano de substituição da frota	Não há um planejamento institucionalizado para a substituição da frota, porém adquirimos 1 Veículo		

	ambulância, tipo furgão, marca/fabricante FIAT AUTOMÓVEIS S.A, modelo DUCATO MAXICARGO 12 M³ 2.3 L, visando a renovação, substituindo uma das existentes. 2 veículos da frota foram doados pelo Ministério da Agricultura ao HU em 2007 (1 Parati e 1 Palio em 2007, os demais foram adquiridos através de compra).
q) Razões de escolha da aquisição em detrimento da locação	Não se aplica
r) Estrutura de controles de que a UJ dispõe para assegurar uma prestação eficiente e econômica do serviço de transporte.	<p>4. Controle de saída de veículos através de requisição de veículos, através de formulário próprio, devidamente assinada pelas chefias imediatas;</p> <p>5. O agendamento das saídas é realizado pela recepção do Serviço de Comunicação/DMSG;</p> <p>6. Existe um cartão para controle de abastecimento de combustível que é realizado pela Prefeitura do Campus</p>

Fonte: Hospital Universitário Professor Polydoro Ernani de São Thiago

7.2. Informações sobre a gestão do patrimônio imobiliário próprio, da União que esteja sob a responsabilidade da unidade e dos imóveis locados de terceiros

7.2.1 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial

Quadro 81 - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial de Propriedade da União

Localização Geográfica		Quantidade de Imóveis de Propriedade da União	
		Exercício 2011	Exercício 2012
BRASIL	SANTA CATARINA	72	72
	Araranguá	1	1
	Balneário Barra do Sul	1	1
	Bom Jardim da Serra	1	1
	Curitibanos	3	3
	Florianópolis	65	65
	Joinville	1	1
	SUBTOTAL-BRASIL	72	72
EXTERIOR	PAÍS 1	0	0
SUBTOTAL EXTERIOR		0	0
TOTAL (BRASIL + EXTERIOR)		72	72

Fonte: PROAD

7.2.2 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis Locados de Terceiros

Quadro 82 - Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial Locados de Terceiros

Localização Geográfica		Quantidade de Imóveis de Propriedade da União	
		Exercício 2011	Exercício 2012
BRASIL	SANTA CATARINA		
	Araranguá		
	Chapecó		
	Curitibanos		
	Joinville		
	RIO GRANDE DO SUL		
	Erechim		
EXTERIOR	PAÍS 1	0	0
SUBTOTAL EXTERIOR		0	0
TOTAL (BRASIL + EXTERIOR)		0	0

Fonte: PROAD

Informamos que já foram identificados os processos referentes à locação de bens imóveis locados de terceiros pela UJ. Entretanto, a regularização junto a Delegacia do Patrimônio da União/SC e SIAFI não está totalmente concluída, isto posto, entendemos que as informações deverão ser devidamente incluídas nos respectivos quadros após a conclusão da regularização de todos os processos identificados

7.2.3 Discriminação dos Bens Imóveis sob a Responsabilidade da UJ

Quadro 83 - Discriminação dos Bens Imóveis de Propriedade da União

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa com Manutenção no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Imóvel	Instalações
153.163	8105.00269.500-7 - UFSC	21		204.153.726,00	27/8/2012			
153.163	8105.00167.500-2 - Mangue	21		365.709.297,60	27/082012			
153.163	8105.00243.500-5 - Tapera	21		91.726.545,50	27/8/2012			
153.163	8105.00268.500-1 - Ferreira Lima	21		945.000,00	27/8/2012			
153.163	8025.00005.500-9 - Fazenda Yakult	21		5.372.400,00	27/8/2012			
153.163	8027.00056.500-3 - Araranguá	21		82.236,42	11/5/2012			
153.163	8389.00007.500-5 - Bom Jardim da Serra	21		315.678,60	9/7/2011			
153.163	8093.00014.500-2 - Curitibaanos	21		737.364,72	27/8/2012			
153.163	8093.00020.500-5 - Curitibaanos	21		200.000,00	20/6/2012			
153.163	8093.00022.500-6 - Curitibaanos	21		263.131,19	22/6/2012			
153.163	8197.00001.500-0 - Joinville	21		9.447.400,00	27/8/2012			
153.163	8105.00497.500-7 - Travessa Ratcliff	21		5.000.000,00	27/8/2012			
153.163	8105.00192.500-9 - Saco dos Limões	21		84.411.002,65	25/7/2011			

Fonte: PROAD

No âmbito da UFSC; com o envolvimento do DGP, DOMP, DPAE e PU; estão sendo desenvolvidas rotinas junto à SETIC com o objetivo de que seja criado um link, na página da PROPLAN, para viabilizar a inclusão das informações ora solicitadas.

8. GESTÃO DA TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO

8.1. Informações sobre a gestão de tecnologia da informação (TI) da UJ

8.1.1 Universidade Federal de Santa Catarina

Quadro 84 - Gestão da Tecnologia da Informação

Quesitos a serem avaliados	
1. Em relação à estrutura de governança corporativa e de TI, a Alta Administração da Instituição:	
<input checked="" type="checkbox"/>	Aprovou e publicou plano estratégico institucional, que está em vigor.
<input checked="" type="checkbox"/>	monitora os indicadores e metas presentes no plano estratégico institucional.
<input checked="" type="checkbox"/>	Responsabiliza-se pela avaliação e pelo estabelecimento das políticas de governança, gestão e uso corporativos de TI.
<input checked="" type="checkbox"/>	aprovou e publicou a definição e distribuição de papéis e responsabilidades nas decisões mais relevantes quanto à gestão e ao uso corporativos de TI.
<input type="checkbox"/>	aprovou e publicou as diretrizes para a formulação sistemática de planos para gestão e uso corporativos de TI, com foco na obtenção de resultados de negócio institucional.
<input type="checkbox"/>	aprovou e publicou as diretrizes para gestão dos riscos aos quais o negócio está exposto.
<input type="checkbox"/>	aprovou e publicou as diretrizes para gestão da segurança da informação corporativa.
<input type="checkbox"/>	aprovou e publicou as diretrizes de avaliação do desempenho dos serviços de TI junto às unidades usuárias em termos de resultado de negócio institucional.
<input type="checkbox"/>	aprovou e publicou as diretrizes para avaliação da conformidade da gestão e do uso de TI aos requisitos legais, regulatórios, contratuais, e às diretrizes e políticas externas à instituição.
<input checked="" type="checkbox"/>	Designou formalmente um comitê de TI para auxiliá-la nas decisões relativas à gestão e ao uso corporativos de TI.
<input checked="" type="checkbox"/>	Designou representantes de todas as áreas relevantes para o negócio institucional para compor o Comitê de TI.
<input checked="" type="checkbox"/>	Monitora regularmente o funcionamento do Comitê de TI.
2. Em relação ao desempenho institucional da gestão e de uso corporativos de TI, a Alta Administração da instituição:	
<input checked="" type="checkbox"/>	Estabeleceu objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
<input type="checkbox"/>	Estabeleceu indicadores de desempenho para cada objetivo de gestão e de uso corporativos de TI.
<input type="checkbox"/>	Estabeleceu metas de desempenho da gestão e do uso corporativos de TI, para 2012.
<input type="checkbox"/>	Estabeleceu os mecanismos de controle do cumprimento das metas de gestão e de uso corporativos de TI.
<input type="checkbox"/>	Estabeleceu os mecanismos de gestão dos riscos relacionados aos objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
<input type="checkbox"/>	Aprovou, para 2012, plano de auditoria(s) interna(s) para avaliar os riscos considerados críticos para o negócio e a eficácia dos respectivos controles.
<input checked="" type="checkbox"/>	Os indicadores e metas de TI são monitorados.
<input type="checkbox"/>	Acompanha os indicadores de resultado estratégicos dos principais sistemas de informação e toma decisões a respeito quando as metas de resultado não são atingidas.
<input checked="" type="checkbox"/>	Nenhuma das opções anteriores descreve a situação desta instituição.
3. Entre os temas relacionados a seguir, assinale aquele(s) em que foi realizada auditoria formal em 2012, por iniciativa da própria instituição:	
<input type="checkbox"/>	Auditoria de governança de TI.
<input type="checkbox"/>	Auditoria de sistemas de informação.
<input type="checkbox"/>	Auditoria de segurança da informação.
<input type="checkbox"/>	Auditoria de contratos de TI.
<input type="checkbox"/>	Auditoria de dados.
<input type="checkbox"/>	Outra(s). Qual(is)?
<input checked="" type="checkbox"/>	Não foi realizada auditoria de TI de iniciativa da própria instituição em 2012.
4. Em relação ao PDTI (Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação) ou instrumento congênere:	

<input checked="" type="checkbox"/>	A instituição não aprovou e nem publicou PDTI interna ou externamente.
<input type="checkbox"/>	A instituição aprovou e publicou PDTI interna ou externamente.
<input checked="" type="checkbox"/>	A elaboração do PDTI conta com a participação das áreas de negócio.
<input type="checkbox"/>	A elaboração do PDTI inclui a avaliação dos resultados de PDTIs anteriores.
<input checked="" type="checkbox"/>	O PDTI é elaborado com apoio do Comitê de TI.
<input type="checkbox"/>	O PDTI desdobra diretrizes estabelecida(s) em plano(s) estratégico(s) (p.ex. PEI, PETI etc.).
<input type="checkbox"/>	O PDTI é formalizado e publicado pelo dirigente máximo da instituição.
<input type="checkbox"/>	O PDTI vincula as ações (atividades e projetos) de TI a indicadores e metas de negócio.
<input type="checkbox"/>	O PDTI vincula as ações de TI a indicadores e metas de serviços ao cidadão.
<input type="checkbox"/>	O PDTI relaciona as ações de TI priorizadas e as vincula ao orçamento de TI.
<input type="checkbox"/>	O PDTI é publicado na <i>internet</i> para livre acesso dos cidadãos. Se sim, informe a URL completa do PDTI:
5. Em relação à gestão de informação e conhecimento para o negócio:	
<input checked="" type="checkbox"/>	Os principais processos de negócio da instituição foram identificados e mapeados.
<input checked="" type="checkbox"/>	Há sistemas de informação que dão suporte aos principais processos de negócio da instituição.
<input type="checkbox"/>	Há pelo menos um gestor, nas principais áreas de negócio, formalmente designado para cada sistema de informação que dá suporte ao respectivo processo de negócio.
6. Em relação à gestão da segurança da informação, a instituição implementou formalmente (aprovou e publicou) os seguintes processos corporativos:	
<input checked="" type="checkbox"/>	Inventário dos ativos de informação (dados, <i>hardware</i> , <i>software</i> e instalações).
<input type="checkbox"/>	Classificação da informação para o negócio (p.ex. divulgação ostensiva ou acesso restrito).
<input type="checkbox"/>	Análise dos riscos aos quais a informação crítica para o negócio está submetida, considerando os objetivos de disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade.
<input checked="" type="checkbox"/>	Gestão dos incidentes de segurança da informação.
7. Em relação às contratações de serviços de TI: utilize a seguinte escala: (1) nunca (2) às vezes (3) usualmente (4) sempre	
(4)	são feitos estudos técnicos preliminares para avaliar a viabilidade da contratação.
(4)	nos autos são explicitadas as necessidades de negócio que se pretende atender com a contratação.
(3)	são adotadas métricas objetivas para mensuração de resultados do contrato.
(4)	os pagamentos são feitos em função da mensuração objetiva dos resultados entregues e aceitos.
(4)	no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, os artefatos recebidos são avaliados conforme padrões estabelecidos em contrato.
(3)	no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, há processo de <i>software</i> definido que dê suporte aos termos contratuais (protocolo e artefatos).
8. Em relação à Carta de Serviços ao Cidadão (Decreto 6.932/2009): (assinale apenas uma das opções abaixo)	
<input type="checkbox"/>	O Decreto não é aplicável a esta instituição e a Carta de Serviços ao Cidadão não será publicada.
<input type="checkbox"/>	Embora o Decreto não seja aplicável a esta instituição, a Carta de Serviços ao Cidadão será publicada.
<input type="checkbox"/>	A instituição a publicará em 2013, sem incluir serviços mediados por TI (e-Gov).
<input checked="" type="checkbox"/>	A instituição a publicará em 2013 e incluirá serviços mediados por TI (e-Gov).
<input type="checkbox"/>	A instituição já a publicou, mas não incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
<input checked="" type="checkbox"/>	A instituição já a publicou e incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
9. Dos serviços que a UJ disponibiliza ao cidadão, qual o percentual provido também por e-Gov?	
<input type="checkbox"/>	Entre 1 e 40%.
<input type="checkbox"/>	Entre 41 e 60%.
<input checked="" type="checkbox"/>	Acima de 60%.
<input type="checkbox"/>	Não oferece serviços de governo eletrônico (e-Gov).
Comentários	
Registre abaixo seus comentários acerca da presente pesquisa, incluindo críticas às questões, alerta para situações especiais não contempladas etc. Tais comentários permitirão análise mais adequada dos dados encaminhados e melhorias para o próximo questionário.	
A presente pesquisa poderia ser toda estrutura conforme a questão 7, onde pode-se atribuir um grau de adesão da instituição ao quesito pesquisado.	

Fonte: SETIC

Análise:

Embora ainda não exista um PDTI aprovado e publicado a UFSC vem utilizando, deste a criação da SeTIC em 2010 um plano de metas e ações para nortear e priorizar as ações relacionadas a TIC.

Este plano de ações e metas será utilizado com referencial para a criação do PDTI em 2013.

Quanto à carta de serviços a UFSC já a publicou e em 2013 esta será revisada, aprimorada e será novamente publicada.

8.1.2 Hospital Universitário Professor Polydoro Ernani de São Thiago

Quadro 85 - Gestão da Tecnologia da Informação

Quesitos a serem avaliados	
1. Em relação à estrutura de governança corporativa e de TI, a Alta Administração da Instituição:	
<input type="checkbox"/>	Aprovou e publicou plano estratégico institucional, que está em vigor.
<input type="checkbox"/>	monitora os indicadores e metas presentes no plano estratégico institucional.
<input type="checkbox"/>	Responsabiliza-se pela avaliação e pelo estabelecimento das políticas de governança, gestão e uso corporativos de TI.
<input checked="" type="checkbox"/>	aprovou e publicou a definição e distribuição de papéis e responsabilidades nas decisões mais relevantes quanto à gestão e ao uso corporativos de TI.
<input type="checkbox"/>	aprovou e publicou as diretrizes para a formulação sistemática de planos para gestão e uso corporativos de TI, com foco na obtenção de resultados de negócio institucional.
<input type="checkbox"/>	aprovou e publicou as diretrizes para gestão dos riscos aos quais o negócio está exposto.
<input type="checkbox"/>	aprovou e publicou as diretrizes para gestão da segurança da informação corporativa.
<input type="checkbox"/>	aprovou e publicou as diretrizes de avaliação do desempenho dos serviços de TI junto às unidades usuárias em termos de resultado de negócio institucional.
<input type="checkbox"/>	aprovou e publicou as diretrizes para avaliação da conformidade da gestão e do uso de TI aos requisitos legais, regulatórios, contratuais, e às diretrizes e políticas externas à instituição.
<input type="checkbox"/>	Designou formalmente um comitê de TI para auxiliá-la nas decisões relativas à gestão e ao uso corporativos de TI.
<input checked="" type="checkbox"/>	Designou representantes de todas as áreas relevantes para o negócio institucional para compor o Comitê de TI.
<input type="checkbox"/>	Monitora regularmente o funcionamento do Comitê de TI.
2. Em relação ao desempenho institucional da gestão e de uso corporativos de TI, a Alta Administração da instituição:	
<input type="checkbox"/>	Estabeleceu objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
<input type="checkbox"/>	Estabeleceu indicadores de desempenho para cada objetivo de gestão e de uso corporativos de TI.
<input type="checkbox"/>	Estabeleceu metas de desempenho da gestão e do uso corporativos de TI, para 2012.
<input type="checkbox"/>	Estabeleceu os mecanismos de controle do cumprimento das metas de gestão e de uso corporativos de TI.
<input type="checkbox"/>	Estabeleceu os mecanismos de gestão dos riscos relacionados aos objetivos de gestão e de uso corporativos de TI.
<input type="checkbox"/>	Aprovou, para 2012, plano de auditoria(s) interna(s) para avaliar os riscos considerados críticos para o negócio e a eficácia dos respectivos controles.
<input type="checkbox"/>	Os indicadores e metas de TI são monitorados.
<input type="checkbox"/>	Acompanha os indicadores de resultado estratégicos dos principais sistemas de informação e toma decisões a respeito quando as metas de resultado não são atingidas.
<input checked="" type="checkbox"/>	Nenhuma das opções anteriores descreve a situação desta instituição.
3. Entre os temas relacionados a seguir, assinale aquele(s) em que foi realizada auditoria formal em 2012, por iniciativa da própria instituição:	
<input type="checkbox"/>	Auditoria de governança de TI.
<input type="checkbox"/>	Auditoria de sistemas de informação.
<input type="checkbox"/>	Auditoria de segurança da informação.
<input type="checkbox"/>	Auditoria de contratos de TI.
<input type="checkbox"/>	Auditoria de dados.
<input type="checkbox"/>	Outra(s). Qual(is)?

<input checked="" type="checkbox"/>	Não foi realizada auditoria de TI de iniciativa da própria instituição em 2012.
4. Em relação ao PDTI (Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação) ou instrumento congênere:	
<input checked="" type="checkbox"/>	A instituição não aprovou e nem publicou PDTI interna ou externamente.
<input type="checkbox"/>	A instituição aprovou e publicou PDTI interna ou externamente.
<input type="checkbox"/>	A elaboração do PDTI conta com a participação das áreas de negócio.
<input type="checkbox"/>	A elaboração do PDTI inclui a avaliação dos resultados de PDTIs anteriores.
<input type="checkbox"/>	O PDTI é elaborado com apoio do Comitê de TI.
<input type="checkbox"/>	O PDTI desdobra diretrizes estabelecida(s) em plano(s) estratégico(s) (p.ex. PEI, PETI etc.).
<input type="checkbox"/>	O PDTI é formalizado e publicado pelo dirigente máximo da instituição.
<input type="checkbox"/>	O PDTI vincula as ações (atividades e projetos) de TI a indicadores e metas de negócio.
<input type="checkbox"/>	O PDTI vincula as ações de TI a indicadores e metas de serviços ao cidadão.
<input type="checkbox"/>	O PDTI relaciona as ações de TI priorizadas e as vincula ao orçamento de TI.
<input type="checkbox"/>	O PDTI é publicado na <i>internet</i> para livre acesso dos cidadãos. Se sim, informe a URL completa do PDTI:
5. Em relação à gestão de informação e conhecimento para o negócio:	
<input type="checkbox"/>	Os principais processos de negócio da instituição foram identificados e mapeados.
<input checked="" type="checkbox"/>	Há sistemas de informação que dão suporte aos principais processos de negócio da instituição.
<input type="checkbox"/>	Há pelo menos um gestor, nas principais áreas de negócio, formalmente designado para cada sistema de informação que dá suporte ao respectivo processo de negócio.
6. Em relação à gestão da segurança da informação, a instituição implementou formalmente (aprovou e publicou) os seguintes processos corporativos:	
<input checked="" type="checkbox"/>	Inventário dos ativos de informação (dados, <i>hardware</i> , <i>software</i> e instalações).
<input type="checkbox"/>	Classificação da informação para o negócio (p.ex. divulgação ostensiva ou acesso restrito).
<input checked="" type="checkbox"/>	Análise dos riscos aos quais a informação crítica para o negócio está submetida, considerando os objetivos de disponibilidade, integridade, confidencialidade e autenticidade.
<input checked="" type="checkbox"/>	Gestão dos incidentes de segurança da informação.
7. Em relação às contratações de serviços de TI: utilize a seguinte escala: (1) nunca (2) às vezes (3) usualmente (4) sempre	
<input type="checkbox"/>	(3) são feitos estudos técnicos preliminares para avaliar a viabilidade da contratação.
<input type="checkbox"/>	(4) nos autos são explicitadas as necessidades de negócio que se pretende atender com a contratação.
<input type="checkbox"/>	(2) são adotadas métricas objetivas para mensuração de resultados do contrato.
<input type="checkbox"/>	(1) os pagamentos são feitos em função da mensuração objetiva dos resultados entregues e aceitos.
<input type="checkbox"/>	(3) no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, os artefatos recebidos são avaliados conforme padrões estabelecidos em contrato.
<input type="checkbox"/>	(3) no caso de desenvolvimento de sistemas contratados, há processo de <i>software</i> definido que dê suporte aos termos contratuais (protocolo e artefatos).
8. Em relação à Carta de Serviços ao Cidadão (Decreto 6.932/2009): (assinale apenas uma das opções abaixo)	
<input type="checkbox"/>	O Decreto não é aplicável a esta instituição e a Carta de Serviços ao Cidadão não será publicada.
<input type="checkbox"/>	Embora o Decreto não seja aplicável a esta instituição, a Carta de Serviços ao Cidadão será publicada.
<input type="checkbox"/>	A instituição a publicará em 2013, sem incluir serviços mediados por TI (e-Gov).
<input type="checkbox"/>	A instituição a publicará em 2013 e incluirá serviços mediados por TI (e-Gov).
<input checked="" type="checkbox"/>	A instituição já a publicou, mas não incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
<input type="checkbox"/>	A instituição já a publicou e incluiu serviços mediados por TI (e-Gov).
9. Dos serviços que a UJ disponibiliza ao cidadão, qual o percentual provido também por e-Gov?	
<input type="checkbox"/>	Entre 1 e 40%.
<input type="checkbox"/>	Entre 41 e 60%.
<input type="checkbox"/>	Acima de 60%.
<input checked="" type="checkbox"/>	Não oferece serviços de governo eletrônico (e-Gov).

Fonte: Hospital Universitário Professor Polydoro Ernani de São Thiago

9. GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

9.1. Informações quanto à adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens, materiais de tecnologia da informação (TI) e na contratação de serviços ou obras, tendo como referência a Instrução Normativa nº 1/2010 e a Portaria nº 2/2010, ambas da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e informações relacionadas à separação de resíduos recicláveis descartados em conformidade com o Decreto nº 5.940/2006

9.1.1 Universidade Federal de Santa Catarina

Quadro 86 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
Licitações Sustentáveis	1	2	3	4	5
1. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados? 		X			
<p><i>Com relação aos requisitos exigidos, previstos nos artigos 4º, 5º e 6º da IN 01/10 SLTI/MPOG, informamos que passamos a exigir, no pregão de mobiliário (cadeiras, bancos e longarinas, processo 23080.037670/2012-86 e 23080.28037/2012-05) o disposto no inciso III do art. 5º (que os bens devam ser preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento).</i></p> <p><i>Para as aquisições de equipamentos de processamento de dados, pedimos atualmente as seguintes certificações (vide processo 23080.037717/2012-10), que atendem aos incisos II e IV do artigo 5º da referida IN:</i></p> <p>- EPEAT Silver ou superior: Esta certificação garante que a empresa respeita o meio-ambiente com relação a produção e fim dado a seus produtos. (Certificação pode ser fornecida pelo INMETRO). (Art. 5º, II, da IN 01/10)</p> <p>- RoHS - esta certificação busca incentivar a "TI Verde", conforme http://www.comprasnet.gov.br/ajuda/resultados_e_dados_estatisticos-sustentaveis.pdf (Art. 5º, IV, da IN 01/10)</p> <p>- Energy Star 5.0: O Energy Star junto com o Epeat são amplamente aceitos e altamente recomendados na gestão e consumo eficiente de energia, conforme portaria 02/2010 para especificações de equipamento de TI, em que deve ser estabelecidos critérios de sustentabilidade ambiental, conforme http://cpsustentaveis.planejamento.gov.br/wp-content/uploads/2010/03/Portaria_02-2010.pdf</p>					
2. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.		X			
3. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).		X			
4. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. <ul style="list-style-type: none"> Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos? 				X	
<p><i>Solicitamos para os principais pregões de mobiliário de madeira realizados em 2012 (processos 23080.028037/2012-05 e 23080.037670/2012-86) o Cadastro Técnico Federal/Certificado de Regularidade junto ao IBAMA e ainda Licença de Operação junto a Fundação Estadual de Proteção Ambiental da Sede da Fabricante ou do Extrator da matéria prima (madeira), referente ao objeto licitado. No caso do pregão de cadeiras, incluímos a prerrogativa de solicitar a licença ambiental ou a ISO 14001 que trata do SGA – Sistema de Gestão Ambiental, pois entendemos que não podemos exigir a ISO sob pena de restringir a competitividade, mas que se o licitante dispuser da mesma, não necessita apresentar a licença, pois a ISO já garante que o mesmo a tenha.</i></p>					

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
Licitações Sustentáveis	1	2	3	4	5
<i>Para os próximos pregões de mobiliário, solicitaremos em todos os casos estes itens acima citados.</i>					
5. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). • Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?			X		
6. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). • Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?		X			
	Papel reciclado				
7. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos. • Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?			X		
	Sim ()		Não ()		
8. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). • Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?		X			
Informamos que estamos trabalhando no Planejamento Estratégico da Unidade, para o exercício de 2013, onde um dos projetos é a revisão dos Editais, Termos de Referência e Atas de Registro de Preços. Nesta análise iremos verificar que itens podemos incluir de forma compulsória nos Termos de Referência, por categoria de produto.					
9. Para a aquisição de bens e produtos são levados em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens e produtos.				X	
10. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.			X		
11. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.	X				
12. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica. • Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?	X				
13. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores. • Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?	X				
<p>Considerações Gerais: Informamos que a estagiária Mariana Silva Becker está desenvolvendo, no período de 29/10/12 à 31/01/13, estágio supervisionado no Departamento de Compras e Licitações, cujo objetivo principal é realizar um levantamento das legislações federais, estaduais e municipais relacionadas à sustentabilidade, bem como as Portarias internas da UFSC voltadas ao tema, analisar as compras realizadas pelo DCL e sugerir critérios de sustentabilidade a serem adotados pelas licitações.</p> <p>A partir da conclusão deste trabalho e aliado a revisão dos Editais, Termos de Referência e Atas de Registro de Preços, esperamos estabelecer critérios de sustentabilidade ambiental, definidos de acordo com as diversas categorias de produtos solicitados, para que consigamos realizar o maior número possível de licitações contemplando estes requisitos.</p> <p>Ainda, com relação às disposições contidas no Decreto nº 5.940/2006, informamos que não somos responsáveis pela coleta e separação dos resíduos recicláveis descartados na instituição, mas após este questionamento estamos estudando a possibilidade de incluir nos Editais questões relacionadas à Logística Reversa, como por exemplo, fazer a empresa vencedora informar local de coleta apropriado para os resíduos recicláveis descartados, materiais passíveis de retorno ao seu ciclo produtivo, rejeitados pela instituição.</p> <p>Com relação à adoção dos critérios na contratação de serviços ou obras, acredito que cabe a consulta do DOMP e ao DPAE, visto que são eles quem instruem os processos licitatórios para contratação destes serviços.</p>					

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
Licitações Sustentáveis	1	2	3	4	5
LEGENDA Níveis de Avaliação: (1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria. (3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria. (5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

9.1.2 Hospital Universitário Professor Polydoro Ernani de São Thiago

Quadro 87 - Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
Licitações Sustentáveis	1	2	3	4	5
14. A UJ tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias primas. Se houver concordância com a afirmação acima, quais critérios de sustentabilidade ambiental foram aplicados?	X				
15. Em uma análise das aquisições dos últimos cinco anos, os produtos atualmente adquiridos pela unidade são produzidos com menor consumo de matéria-prima e maior quantidade de conteúdo reciclável.	X				
16. A aquisição de produtos pela unidade é feita dando-se preferência àqueles fabricados por fonte não poluidora bem como por materiais que não prejudicam a natureza (ex. produtos de limpeza biodegradáveis).	X				
17. Nos procedimentos licitatórios realizados pela unidade, tem sido considerada a existência de certificação ambiental por parte das empresas participantes e produtoras (ex: ISO), como critério avaliativo ou mesmo condição na aquisição de produtos e serviços. Se houver concordância com a afirmação acima, qual certificação ambiental tem sido considerada nesses procedimentos?	X				
18. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos que colaboram para o menor consumo de energia e/ou água (ex: torneiras automáticas, lâmpadas econômicas). Se houver concordância com a afirmação acima, qual o impacto da aquisição desses produtos sobre o consumo de água e energia?					X
19. No último exercício, a unidade adquiriu bens/produtos reciclados (ex: papel reciclado). Se houver concordância com a afirmação acima, quais foram os produtos adquiridos?	X				
20. No último exercício, a instituição adquiriu veículos automotores mais eficientes e menos poluentes ou que utilizam combustíveis alternativos. Se houver concordância com a afirmação acima, este critério específico utilizado foi incluído no procedimento licitatório?	X				
	Sim ()		Não ()		
21. Existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga). Se houver concordância com a afirmação acima, como essa preferência tem sido manifestada nos procedimentos licitatórios?		X			
22. Para a aquisição de bens e produtos são levados em conta os aspectos de durabilidade e qualidade de tais bens e produtos.					X
23. Os projetos básicos ou executivos, na contratação de obras e serviços de engenharia, possuem exigências que levem à economia da manutenção e operacionalização da edificação, à redução do consumo de energia e água e à utilização de tecnologias e materiais que reduzam o impacto ambiental.			X		
24. Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua				X	

Aspectos sobre a gestão ambiental	Avaliação				
	1	2	3	4	5
Licitações Sustentáveis					
destinação, como referido no Decreto nº 5.940/2006.					
25. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas entre os servidores visando a diminuir o consumo de água e energia elétrica. Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?					X
26. Nos últimos exercícios, a UJ promoveu campanhas de conscientização da necessidade de proteção do meio ambiente e preservação de recursos naturais voltadas para os seus servidores. Se houver concordância com a afirmação acima, como se procedeu a essa campanha (palestras, folders, comunicações oficiais, etc.)?					X
Considerações Gerais: Item 11: Tem sido foco da CCIH, na construção do Plano de Gerenciamento de Resíduos do Serviço de Saúde, temos promovido mudanças nas rotinas de recolhimento das sobras recicláveis, através do processamento de todas as sobras orgânicas, destinadas à compostagem, e da separação dos resíduos sólidos secos, como plásticos, papel e papelão. Temos a restrição estrutural, que é a falta de local adequado para depósito. Item 13: Implantamos a coleta de papel reciclável nas unidades, com a campanha: “Faça seu papel, não encha o saco”, além de programas de capacitação sobre gerenciamento de resíduos.					
LEGENDA Níveis de Avaliação: (1) Totalmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente não aplicado no contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua minoria. (3) Neutra: Significa que não há como afirmar a proporção de aplicação do fundamento descrito na afirmativa no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é parcialmente aplicado no contexto da UJ, porém, em sua maioria. (5) Totalmente válida: Significa que o fundamento descrito na afirmativa é integralmente aplicado no contexto da UJ.					

Fonte: Hospital Universitário Professor Polydoro Ernani de São Thiago

9.2. Informações sobre medidas adotadas pelas unidades que compõem o relatório de gestão para redução de consumo próprio de papel, energia elétrica e água

9.2.1 Universidade Federal de Santa Catarina

Com relação à política adotada pela unidade para estimular o uso racional dos recursos e para redução de consumo próprio de papel, energia elétrica e água apresentamos as estratégias adotadas pela Universidade Federal de Santa Catarina.

No que tange a redução do uso do papel, destacamos a ação da UFSC referente à adesão de Sistemas Eletrônico para tramitação virtual de processo de compras e licitações, de almoxarifado, de patrimônio e de processos administrativos. Os sistemas iniciaram seu processo de implantação em 2010 e tem avançado em termos de incorporação pela Universidade e, assim, contribuindo, a cada dia, com o redução do consumo de papel na UFSC. Inclui já possuindo alguns procedimentos sendo executados de forma totalmente digital, com a definição de fluxos e existência de formulários eletrônicos, entre outros.

Já a redução de consumo de energia elétrica e de água vem sendo buscada a partir de ações de normatização e de acompanhamento do consumo desses recursos. As Portarias Normativas 850/GR/2010 e 851/GR/2010 estabelecem os Padrões e as Normas para o Uso Racional de Recursos da UFSC, demonstrando a busca desta instituição por padrões de sustentabilidade. No âmbito do Departamento de Projetos de Arquitetura e Engenharia equipe de trabalho é destinada

para o acompanhamento do consumo de água e de energia. Com base nesse trabalho de diagnóstico, os dados, agora consolidados, subsidiarão a elaboração de estratégias de ação para melhorar o consumo desses recursos. Mesmo nessa fase inicial de acompanhamento, já conseguimos resultados importantes. A UFSC encontra-se em franco estágio de expansão estrutural e física e tem como um de seus reflexos o aumento do consumo. No entanto, ao identificarmos, na tabela a seguir, uma diminuição no consumo dos nossos recursos, demonstramos nossa capacidade de expandir com economicidade e de forma sustentável.

Quanto ao *item b do tópico 9.2*, informamos que a UFSC está estudando as ações necessárias para aderir, de forma efetiva, aos programas referenciados, ou seja, Agenda Ambiental na Administração Pública (A3P), Programa de Eficiência do Gasto (PEG) e Programa de Eficiência Energética em Prédios Públicos (Procel EPP).

Cabe destacar que em 2006 houve a adesão da UFSC à A3P, mas, atualmente, não executamos de forma efetiva as ações dele demandadas. No entanto, reforçamos nosso compromisso em atuar nesses programas, assim que for possível a estruturação da área de Gestão Ambiental da UFSC, a ocorrer brevemente.

De qualquer forma, temos atuado para atender as demais legislações emanadas aos órgãos públicos. Como, por exemplo, a lei que regulamenta e implantação do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos. A UFSC já elaborou seu Plano e irá iniciar sua implementação. Também destacamos a criação de Comissão para elaborar o Plano de Gestão de Logística Sustentável da UFSC, em atendimento às determinações da Instrução Normativa n 10, de 12 de novembro de 2012 da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação e do Decreto nº 7.746, de 5 de junho de 2012, do Ministério do Planejamento, Orçamento.

Por fim, conforme solicitado, apresentamos o quadro abaixo, evolução histórica do consumo, em valores monetários e quantitativos, de energia elétrica e água no âmbito da UFSC, devidamente preenchido.

Quadro 88 - Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água

Adesão a Programas de Sustentabilidade						
Nome do Programa	Ano de Adesão			Resultados		
Plano de Gestão de Logística Sustentável	2013			Criação de Comissão para elaboração do Plano		
Recurso Consumido	Quantidade			Valor(R\$)		
	Exercícios					
	2012	2011	2010	2012	2011	2010
Papel A3 (resma)			45			1.037,40
Papel A3 (pacote)			61			1.215,20
Papel A4 (resma)	9080	20.266	28.294	90.850,20	271.559,65	236.704,48
Papel A4 Celulose Vegetal (resma)		25			525,00	
Papel A4 Reciclado (resma)	2040	2125	5	20.543,40	33.575,00	50,35

Papel Almaco (pacote)			306			3.141,65
Papel Almaco (resma)		4	5		96,00	49,00
Papel Almaco (folha)	250	300		7,50	9,00	
Papel Almaco (unidade)	66000	8321	37.500	7.240,00	1.164,94	6.750,00
Papel Couché Liso (mil)	90	2	75	35.820,00	1.094,00	25.275,00
Papel Couché Liso (pacote)	10			1.750,00		
Papel Couché Fosco (unidades)		50			120,00	
Papel Offset (mil)	800			141.580,00		
Papel Sulfite (resma)		15	163		57,74	1.595,99
Papel Sulfite (pacote)		56			148,65	
Papel Vergê (caixa)			86			512,25
Papel Vergê (pacote)		24	52		215,80	370,93
Água (m³)	392.365	375.322	359.951	4.188.517,54	3.784.416,30	3.484.112,66
Energia Elétrica (KWh)	29.998.790	28.269.760	27.524.850	11.927.818,51	10.890.849,67	10.064.816,69
TOTAL				16.414.127,15	14.983.831,75	13.825.631,60

Fonte: Serviço de Controle de Materiais

9.2.2 Hospital Universitário Professor Polydoro Ernani de São Thiago

Quadro 89 - Consumo de Papel, Energia Elétrica e Água

Valores em R\$ 1,00						
Recurso Consumido	Quantidade			Valor		
	Exercícios					
	2012	2011	2010	2012	2011	2010
Papel	5.012 resmas	5.223 resmas	5.055 resmas	37.882,66	40.356,28	42.286,58
			Total	37.822,66	40.356,28	42.286,58

Fonte: Serviço de Controle de Materiais/HU

10. CONFORMIDADES E TRATAMENTO DE DISPOSIÇÕES LEGAIS E NORMATIVAS

10.1 Deliberações do TCU e do OCI Atendidas no Exercício

10.1.1 Deliberações do TCU Atendidas no Exercício (UFSC e HU consolidados)

Quadro 90 - Cumprimento das Deliberações do TCU Atendidas no Exercício

Unidade Jurisdicionada					
Denominação Completa:					Código SIORG
Ministério da Educação					244
Deliberações do TCU					
Deliberações Expedidas pelo TCU					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
1	005.243/2007-9	1185/2007 - Segunda Câmara	8.1	DE	Ofício nº 1660/2007 - TCU/SECEX-SC
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina					429
Descrição da Deliberação					
<p>Acórdão n.º 1185/2007 - TCU-2ª Câmara - Ata n.º 16/2007-2ª Câmara - Relação n.º 19/2007 (Representação TC 005.243/20007-9):</p> <p>Os Ministros do Tribunal de Contas da União, reunidos em Sessão Extraordinária da 2ª Câmara, de 22/5/20007, ACORDAM, por unanimidade, com fundamento nos arts. 1º, inciso II, e 43, inciso I, da Lei nº 8.443, de 16 de julho de 1992, c/c os arts. 143, 237, parágrafo único, e 250 do Regimento Interno, quanto ao(s) processo(s) a seguir relacionado(s), em conhecer da(s) representação(ões), considerá-la(s) procedente(s), fazer a(s) seguinte(s) determinação(ões) e/ou ordenar a adoção da(s) seguinte(s) medida(s) e determinar o arquivamento, dando ciência ao(s) representante(s), de acordo com os pareceres emitidos nos autos:</p> <p>8.1. à Universidade Federal de Santa Catarina que informe em tópico próprio constante do Relatório de Gestão de suas contas anuais, a partir da próxima e até que a situação esteja definitivamente regularizada, a situação dos pagamentos das verbas relativas ao reajuste de 26,05% da URP/1989 (Reclamatória Trabalhista nº 561/1989 e outras que eventualmente tenham sido ajuizadas), destacando o andamento em cada ano e a situação das ações judiciais que fundamentam os pagamentos, principalmente sobre o Mandado de Segurança TRT/SC 00079-2007-000-12-00-8 e acerca do Mandado de Segurança 2001.34.00.020574-8/17ª VF Distrito Federal, discriminando todas as providências adotadas em cada ano, inclusive aquelas tendentes à recuperação dos valores indevidamente pagos caso as decisões judiciais tenham sido derrubadas ou tenham perdido a sua validade/eficácia;</p>					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Pró-Reitoria de Desenvolvimento Humano e Social					26115
Secretaria de Gestão de Pessoas					26115
Síntese da Providência Adotada					
O pagamento da URP (percentual de 26,05%) foi excluído do pagamento dos professores em fevereiro de 2008 sendo que os valores correspondentes ao mês de janeiro de 2008 foram devolvidos ao erário. O processo 2001.34.00.020574-8/17ª VF Distrito Federal foi encaminhado ao Superior Tribunal de Justiça em 12/06/2012, conforme consulta processual realizada em 9/1/2013. O processo nº 00079-2007-000-12-00-8 foi julgado extinto sem resolução de mérito nos termos do artigo 267, inciso VI do CPC, tendo sido cassada a liminar deferida, sendo o processo arquivado em 26/06/2008 no Serviço de Arquivo Geral do TRT-SC, conforme consulta processual realizada em 9/1/2013.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
A SEGESP está aguardando o deslinde do processo nº 2001.34.00.020574-8 para adotar as providências cabíveis.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
As providências a serem adotadas pela SEGESP dependem de decisão judicial.					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida

2	022.878.2010-6	2498/2011-Segunda Câmara	1.6.1.1.	DE	365/2011-TCU/SECEX
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina					429
Descrição da Deliberação					
1.6.1. Determinar à Controladoria Regional da União no Estado de Santa Catarina - CGU/SC, bem como à Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, que informem nas próximas contas da UFSC, as providências e/ou medidas adotadas visando:					
1.6.1.1. Informar as providências e/ou medidas adotadas visando à melhoria no planejamento anual das necessidades da Instituição, bem como a utilização de modalidade licitatória compatível com a previsão anual de consumo, de modo a impedir aquisições emergenciais (item 2.1.1.1, do RA/CGU-SC nº 243.915);					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Pró-Reitoria de Infraestrutura					26114
Pró-Reitoria de Administração					26114
Síntese da Providência Adotada					
Informação do DCL: ... quanto às licitações de material de consumo e permanente, conduzidas pelo DCL, procuramos planejar as aquisições, realizando licitações para registro de preços baseadas em:					
1. histórico de licitações passadas, confrontando quant. Registrada x quant. Empenhada. Ex: pregões 205/2012 e 247/2012.					
2. Análise de dispensas de consumo e permanente, verificando os maiores volumes por categoria para levantar demandas. Ex: pregão 257/2012, 231/2012.					
3. Levantamento de demandas específicas. Ex: pregões 200-203/2012, 304/2012, 297/2012. Ainda, com relação às solicitações de dispensa de consumo e permanente, procuramos analisar mais criteriosamente, autorizando com ressalvas e instruindo os requerentes a providenciar licitação para suas demandas, conforme despachos em diversos processos.					
Informação do DSG: Falta de planejamento para dar o "start" nos processo licitatórios.					
Adotado o "Google Agenda" para alertar (antecedência mínima de três meses) sobre o fim de determinado contrato.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Informação do DCL:					
1) Redução nas dispensas de consumo e permanente, realizadas pela UGR 153773, na ordem de 15,76% (4.329.675,49 contra 3.646.930,73). Fonte: relatório MATL em 13/12/12). Esperamos ainda obter um maior número de bens comuns licitados, para atendimento das demandas gerais e específicas da Universidade, bem como um RP com quantitativos mais fidedignos, porém ainda não conseguimos quantificar estes resultados, visto que muitos pregões ainda estão sendo finalizados ou iniciaram sua vigência recentemente.					
Informação do DSG: Não houve resultados, pois esse instrumento (Google Agenda) foi adotado no final de NOV/2012.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Informação do DCL:					
Pontos positivos:					
1) auxílio da SEGESP no encaminhamento de servidores para o DCL;					
Pontos negativos:					
1) falhas/inconsistências no sistema solar;					
2) equipe nova e sem treinamento;					
3) greve, que prejudicou o contato com os requerentes e atrasou diversas atividades;					
4) carência de equipe técnica para especificação de materiais e composição de equipe de apoio para os pregões;					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
3	022.878.2010-6	2498/2011-Segunda Câmara	1.6.1.2.	DE	365/2011-TCU/SECEX
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina					429
Descrição da Deliberação					
1.6.1. Determinar à Controladoria Regional da União no Estado de Santa Catarina - CGU/SC, bem como à Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, que informem nas próximas contas da UFSC, as providências e/ou medidas adotadas visando:					
[...]					
1.6.1.2. Informar as providências e/ou medidas adotadas visando ao ressarcimento dos valores pagos indevidamente a contratados a título de CPMF, ou a sua recomposição do Erário, bem como o eventual aditamento dos contratos então					

vigentes de forma a excluir a previsão de pagamento da referida contribuição à época em vigor (item 2.1.2.1, do RA/CGU-SC nº 243.915);					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Hospital Universitário Professor Polydoro Ernani de São Thiago					15130
Síntese da Providência Adotada					
<u>Análise da CGU (Informação 2.1.1.4 – Relatório de Análise das Contas de 2011):</u>					
A constatação do item 2.1.2.1 do RA/CGU-SC nº 243915 se refere a contratos firmados pelo Hospital Universitário da UFSC. O ressarcimento dos valores pagos indevidamente a título de CPMF nesses contratos estão sendo monitorados pela CGU-R/SC através do Plano de Providências Permanente 243915. Conforme informação prestada pela Unidade em fevereiro de 2012, das seis empresas contratadas que deviam ressarcimento referente à CPMF, ainda estavam em débito duas empresas (inscritas no CNPJ sob os nº 00.330.962/0001-09 e 75.492.496/0001-67), e o processo de cobrança relativo a essas empresas encontrava-se na Procuradoria Federal.					
<u>Informação do HU em Jan/2013</u>					
A Coordenadoria de Processos Administrativos e Disciplinares da Procuradoria Federal junto à UFSC (CPAD/PF), quanto ao recolhimento dos valores devidos pelas empresas inscritas no CNPJ sob os n.ºs 00.330.962/0001-09 e 75.492.496/0001-67 (Processo n.º 23080.030270/2009-44), noticiou que as empresas foram notificadas visando o pagamento dos valores em questão. Não tendo ocorrido o recolhimento, foi procedido o envio de cópia do processo à Procuradoria Federal, para inscrição em dívida ativa da empresa Múltipla. Não foi feito o envio da empresa EBV por se tratar de valor irrisório (R\$ 165,00 aproximadamente)."					
Síntese dos Resultados Obtidos					
As empresas inscritas no CNPJ sob os nºs. 02.290.779/0001-52, 72.109.291/0001-6103.130.750/0001-76 e 02.531.343/0001-08 ressarciram os valores de CPMF cobrados a mais.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Não foram identificados fatores positivos e negativos					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
4	022.878.2010-6	2498/2011-Segunda Câmara	1.6.1.3.	DE	365/2011-TCU/SECEX
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina					429
Descrição da Deliberação					
1.6.1. Determinar à Controladoria Regional da União no Estado de Santa Catarina - CGU/SC, bem como à Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, que informem nas próximas contas da UFSC, as providências e/ou medidas adotadas visando: [...]					
1.6.1.3. Informar as providências e/ou medidas adotadas visando à comprovação de despesas de contratos e convênios por meio de pagamentos feitos a fundações de apoio (item 2.1.1.1, do RA/CGU-SC nº 243.915);					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Pró-Reitoria de Infraestrutura					26114
Pró-Reitoria de Administração					26114
Síntese da Providência Adotada					
<u>Análise da CGU (Informação 2.1.1.4 – Relatório de Análise das Contas de 2011):</u>					
No item 2.1.1.1 do RA/CGU-SC nº 243.915 foi feita a seguinte recomendação à UFSC: “ <i>Abster-se de aceitar como comprovação de despesas, em seus contratos e convênios (seja na forma de conveniente ou de concedente), documentação contendo meramente notas fiscais da própria Fundação de Apoio subcontratada, bem como abster-se de apresentar a cada concedente as notas fiscais da própria Fundação como comprovação da execução do Convênio, mas sim exigir e/ou apresentar todos os comprovantes de despesas efetivamente realizadas com recursos do Convênio</i> ”.					
Os contratos firmados pela UFSC com suas fundações de apoio em 2011 determinam que a prestação de contas deve ser composta por: demonstrativo da execução da receita e da despesa, relação de pagamentos, relação de bens permanentes adquiridos, extratos bancários onde se verifique a movimentação dos recursos, e comprovante de depósito bancário referente à devolução do saldo de recursos não utilizado.					
Os contratos também preveem a obrigação de que a fundação mantenha arquivados, pelo prazo de cinco anos contados da aprovação da prestação de contas, os originais dos comprovantes de despesa (notas fiscais, faturas, recibos, bilhetes de passagem e outros comprovantes).					

Verificou-se que a Universidade segue realizando apenas a análise formal das prestações de contas apresentadas pelas fundações de apoio, e a aprovação das contas tem se dado com base apenas nos documentos apresentados pelas entidades, exigidos no contrato. Os documentos de despesa citados no parágrafo anterior, mantidos nas entidades, não tem sido objeto de verificação pela Universidade.

Dessa forma, as prestações de contas têm sido aprovadas sem que haja aferição da regularidade das despesas apresentadas pelas fundações quanto à efetiva contratação e entrega dos bens e serviços informados na relação de pagamentos, bem como quanto à pertinência dessas despesas para a consecução do objeto do Projeto contratado junto à Universidade.

Informação da SEAI em out/2012 (Despacho n.º 033/SEAI/2012 à AudIn):

Na proposta de revisão da Resolução Normativa n.º 13/CUn/2011, que está sendo elaborada pela SEAI, essas Recomendações já estão sendo contempladas.

Síntese dos Resultados Obtidos

Informação da SEAI em out/2012 (Despacho n.º 033/SEAI/2012 à AudIn):

Na proposta de revisão da Resolução Normativa n.º 13/CUn/2011, que está sendo elaborada pela SEAI, essas Recomendações já estão sendo contempladas.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Não foram identificados fatores positivos e negativos

Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
5	022.878.2010-6	2498/2011-Segunda Câmara	1.6.1.4.	DE	365/2011-TCU/SECEX

Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação	Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina	429

Descrição da Deliberação

1.6.1. Determinar à Controladoria Regional da União no Estado de Santa Catarina - CGU/SC, bem como à Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, que informem nas próximas contas da UFSC, as providências e/ou medidas adotadas visando:

[...]

1.6.1.4. Informar as providências e/ou medidas adotadas visando ao acompanhamento do Mandado de Segurança nº 2009.72.0011347-3/SC por meio do qual foi determinado à UFSC o restabelecimento do pagamento do valor integral da pensão em favor do beneficiário do instituidor matrícula SIAPE nº 1.155.299, da forma como calculada até março de 2009, bem como a apuração de eventual responsabilidade pela alteração indevida da informação cadastral do mesmo no Sistema SIAPE, com a consequente alteração no valor da pensão (item 3.2.1.1, do RA/CGU-SC nº 243.915);

Providências Adotadas

Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Pró-Reitoria de Desenvolvimento Humano e Social	26115
Secretaria de Gestão de Pessoas	26115

Síntese da Providência Adotada

Análise da CGU (Informação 2.1.1.4 – Relatório Preliminar de Análise das Contas de 2011):

Por meio da Informação nº 010/ASB/CPAD/PF/UFSC/2012, de 20/04/12, a Procuradoria Federal junto à UFSC informou que o aludido Mandado de Segurança, de nº 2009.72.00.011247 encontra-se em baixa definitiva, tendo transitado em julgado a manutenção - mantida, portanto, em segundo grau jurisdicional - que determinou à Universidade o restabelecimento do pagamento integral da pensão em favor do beneficiário do instituidor, abstendo-se de cobrar valores ou realizar descontos a título de reposição ao erário.

Em relação à apuração de eventual responsabilidade pela alteração indevida da informação cadastral do mesmo no Sistema SIAPE, com a consequente alteração no valor da pensão, foi instaurado PAD por meio do processo nº 23080.027755/2009-51 (PAD), já encerrado. A Comissão concluiu pelo arquivamento do processo, cujos alguns excertos do relatório final da Comissão de Sindicância estão expostos a seguir:

"[...]

o suposto erro da administração ocorreu em 2003. O fato já era de conhecimento da Administração, uma vez que a mesma tinha sido informada pela Controladoria-Geral da União - CGU em 14 de dezembro de 2004, através do Ofício-Circular 000689/2004/CGU/SC, sendo também do conhecimento da AUDIN, que, como demonstrado no Memorando 053/AUDIN/2009, só manifestou quase cinco anos depois, o que por si só inviabilizaria quaisquer tipo de sanções ao servidor uma vez que o instituto da prescrição aplica-se no caso concreto conforme o Art. 142 da Lei nº 8.112, de 11/12/1990;

A servidora foi ouvida, informando que vários fatores, dentre eles, excesso de atividades, volume de serviço, falta de pessoal, falta de orientação dos órgãos superiores, sistema de informações não adequado, e transição de regras de aposentadoria contribuíram para o erro.

<p>[...]</p> <p><i>O órgão jurisdicional expõe de maneira clara, considerações sobre os institutos da Prescrição, Decadência e Boa-Fé, o que qualquer administrador ou assessor deveria saber: "O direito da Administração de anular os atos administrativos que decorram de efeitos favoráveis para os destinatários decai em cinco anos, contados da data em que foram praticados, salvo comprovada má-fé (Art. 54 a Lei 9.784, de 29 de janeiro de 1999).</i></p> <p><i>Sendo assim ada mais resta senão sugerir o que segue:</i></p> <p><i>O Departamento de Desenvolvimento e Administração de Pessoal deve buscar meios de rever os processos de aposentadoria e concessão de pensão, solicitar a administração superior da UFSC a reposição imediata de servidores ou a reestruturação no DDAP, bem como adequar os procedimentos à legislação vigente.</i></p> <p>[...]</p> <p><i>Portanto essa Comissão é de parecer favorável ao arquivamento do processo enviando os autos ao Gabinete do Reitor para manifestação.</i></p> <p>[...]"</p>					
Síntese dos Resultados Obtidos					
A Comissão concluiu pelo arquivamento do processo					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Não foram identificados fatores positivos e negativos					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
6	022.878.2010-6	2498/2011-Segunda Câmara	1.6.1.5.	DE	365/2011-TCU/SECEX
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina					429
Descrição da Deliberação					
1.6.1. Determinar à Controladoria Regional da União no Estado de Santa Catarina - CGU/SC, bem como à Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, que informem nas próximas contas da UFSC, as providências e/ou medidas adotadas visando:					
[...]					
1.6.1.5. Informar as providências e/ou medidas adotadas visando à regularização da cessão do servidor de matrícula SIAPE nº 1018879, bem como o cálculo do valor das parcelas remuneratórias pendentes de reembolso por parte do Governo do Estado do Amapá, em razão da cessão do mesmo (item 3.2.1.2, do RA/CGU-SC nº 243.915);					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Pró-Reitoria de Desenvolvimento Humano e Social					26115
Secretaria de Gestão de Pessoas					26115
Síntese da Providência Adotada					
<u>Análise da CGU (Informação 2.1.1.4 – Relatório de Análise das Contas de 2011):</u>					
O Governo do Estado do Amapá, por meio do Ofício nº 030/GOV, de 12/01/2011, faz retornar à UFSC o servidor de matrícula SIAPE nº 1.018.879.					
Em 14/02/2011, por meio de GRU, o Governo do Estado do Amapá efetuou o reembolso das parcelas pendentes, relativas ao período de Jan/2010 a Nov/2010, no valor de R\$ 97.243,58;					
Encontra-se pendente o reembolso no valor de R\$ 12.646,42 referente às remunerações de Dez/10 e 12 dias de Jan/11.(Ofício nº 578/2011/GR, de 06/10/11).					
<u>Informação da SEGESP em out/2012 (PPP 243915):</u>					
A SEGESP, conforme Memorando nº 098/SEGESP/2012, informa: O servidor JOSÉ MARIA DA SILVA MORAES (SIAPE nº 1018879), retornou à Universidade no em 04/01/2011 e em seguida solicitou sua aposentadoria. A situação dos pagamentos da retribuição do Governo do Estado do Amapá continua pendente, conforme planilha atualizada anexa.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
A situação dos pagamentos da retribuição do Governo do Estado do Amapá continua pendente.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Não foram identificados fatores positivos e negativos					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
7	022.878.2010-6	2498/2011-Segunda Câmara	1.6.1.6.	DE	365/2011-TCU/SECEX
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG

Universidade Federal de Santa Catarina					429
Descrição da Deliberação					
1.6.1. Determinar à Controladoria Regional da União no Estado de Santa Catarina - CGU/SC, bem como à Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, que informem nas próximas contas da UFSC, as providências e/ou medidas adotadas visando: [...] 1.6.1.6. Informar as providências e/ou medidas adotadas visando à comprovação do ressarcimento ao Erário dos valores pagos indevidamente em favor do servidor matrícula SIAPE nº 26.246-1.156.804; os procedimentos com o objetivo de aprimorar os controles internos voltados para a avaliação do comportamento das rubricas lançadas na ficha financeira dos servidores da Unidade; e a apuração da responsabilidade pela inclusão da rubrica "0005-Prov. Básico" com valor informado na ficha financeira do referido servidor de matrícula SIAPE nº 26.246-1.156.804, sem a devida retificação, causando os respectivos pagamentos indevidos (item 3.2.1.3, do RA/CGU-SC nº 243.915);					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Pró-Reitoria de Desenvolvimento Humano e Social					26115
Secretaria de Gestão de Pessoas					26115
Síntese da Providência Adotada					
Análise da CGU (Informação 2.1.1.4 – Relatório de Análise das Contas de 2011): Foi incluída a rubrica de reposição ao erário no pagamento da servidora matrícula SIAPE 1156804, no mês de julho de 2010. Por meio de sentença judicial foi suspenso o pagamento da reposição ao erário no mês de maio de 2011. Segundo informações da Unidade, mensalmente, na homologação da folha de pagamento, ocorre a análise e correção dos lançamentos cadastrais e financeiros efetuados no mês em referência. Informa ainda que não foi apurada a responsabilidade pela inclusão da rubrica "0005 – Prov. Básico na ficha financeira da servidora matrícula SIAPE 1156804 em vista da descontinuidade do desconto através de processo judicial impetrado pela servidora. A UFSC não respondeu à SA nº 201203151/23, de 10/04/2012, reiterada pela SA 201203151/39, de 17/04/2012, o pedido de esclarecimento acerca da não apuração de responsabilidade, bem como não forneceu informações atualizadas em relação ao acompanhamento do processo judicial impetrado pela servidora em questão.					
Informação da SEGESP em out/2012 (PPP 243915): A SEGESP, conforme Memorando nº 098/SEGESP/2012, informa: A servidora Marilda Gonçalves foi aposentada em 01/04/2002. Quando da alteração da situação de ativo para inativo, o provento da servidora no sistema SIAPE foi incluído com valor informado na sequência 1, quando o correto seria na sequência 0 (cálculo automático). Por ocasião do enquadramento no PCCTAE, Lei nº 11.071/05, a partir de 1/3/2005, o sistema gerou um novo pagamento para a servidora, ocasionando desta forma pagamento de proventos em duplicidade. Como o sistema gerou a duplicidade do pagamento, fica desnecessária a abertura de PAD, visto que não demonstra culpabilidade do servidor que à época, implantou o provento da servidora na sequência indicada. De acordo com consulta processual a última movimentação do processo judicial nº 5009027-52.2010.404.7200 foi 30/09/2011, anexo.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Como o sistema gerou a duplicidade do pagamento, fica desnecessária a abertura de PAD, visto que não demonstra culpabilidade do servidor que à época, implantou o provento da servidora na sequência indicada.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Não foram identificados fatores positivos e negativos					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
8	022.878.2010-6	2498/2011-Segunda Câmara	1.6.1.7.	DE	365/2011-TCU/SECEX
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina					429
Descrição da Deliberação					
1.6.1. Determinar à Controladoria Regional da União no Estado de Santa Catarina - CGU/SC, bem como à Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, que informem nas próximas contas da UFSC, as providências e/ou medidas adotadas visando: [...] 1.6.1.7. Informar as providências e/ou medidas adotadas visando à disponibilização da planilha de cálculo dos valores pagos indevidamente a título de auxílio-alimentação em favor dos servidores de matrículas SIAPE nºs 26.246-1.158.309, 26.246- 1.159.240 e 26.246-2.328.384, bem como a respectiva comprovação do ressarcimento ao Erário por parte dos referidos servidores (item 3.2.1.5, do RA/CGU-SC nº 243.915);					

Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Pró-Reitoria de Desenvolvimento Humano e Social					26115
Secretaria de Gestão de Pessoas					26115
Síntese da Providência Adotada					
Análise da CGU (Informação 2.1.1.4 – Relatório de Análise das Contas de 2011): Os gestores apresentaram o cálculo dos valores que deveriam ser ressarcidos pelos servidores de matrículas 26246-1158309, 26246-1159240 e 26246-2328384, que são, respectivamente: R\$ 241,00, R\$ 3.832,00 e R\$ 3.832,00. Consulta ao SIAPE realizada em 09/12/2011 demonstrou que a integralização do ressarcimento ao Erário pelo servidor de matrícula 1159240 ocorreu em agosto/2011, e que o ressarcimento ao Erário para os servidores de matrículas 1158309 e 2328384 foi integralizado em 2010.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Os valores pagos indevidamente a título de reposição ao erário foram ressarcidos ao erário.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
A adoção das providências por parte da SEGESP com relação a situação acima indicada foi realizada de acordo com as rotinas estabelecidas.					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
9	022.878.2010-6	2498/2011-Segunda Câmara	1.6.1.8.	DE	365/2011-TCU/SECEX
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina					429
Descrição da Deliberação					
1.6.1. Determinar à Controladoria Regional da União no Estado de Santa Catarina - CGU/SC, bem como à Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, que informem nas próximas contas da UFSC, as providências e/ou medidas adotadas visando: [...] 1.6.1.8. Informar as providências e/ou medidas adotadas visando à regularização do servidor com idade superior a 70 anos na situação de ativo permanente, no sentido de tornar sem efeito o ato de Reversão à Atividade do servidor aposentado, Matrícula SIAPE nº 26.246-575.801, efetivado por meio da Portaria do Ministério de Estado da Educação nº 1.054, publicada em 09/11/2009 (item 3.2.1.7, do RA/CGU-SC nº 243.915);					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Pró-Reitoria de Desenvolvimento Humano e Social					26115
Secretaria de Gestão de Pessoas					26115
Síntese da Providência Adotada					
Análise da CGU (Informação 2.1.1.4 – Relatório de Análise das Contas de 2011): A Unidade comprovou a anulação da reversão através da Portaria MEC 1.041, de 13/08/2010, publicada no Diário Oficial da União de 16 de agosto de 2010, Seção 2.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Anulada a reversão à atividade da servidora aposentada.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
A adoção das providências por parte da SEGESP com relação a situação acima indicada foi realizada de acordo com as rotinas estabelecidas					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
10	022.878.2010-6	2498/2011-Segunda Câmara	1.6.1.9.	DE	365/2011-TCU/SECEX
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina					429
Descrição da Deliberação					
1.6.1. Determinar à Controladoria Regional da União no Estado de Santa Catarina - CGU/SC, bem como à Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, que informem nas próximas contas da UFSC, as providências e/ou medidas adotadas visando: [...] 1.6.1.9. Informar as providências e/ou medidas adotadas visando a evitar o fracionamento de despesas em					

contratações por dispensa de licitação devido a falhas de planejamento das necessidades mensais, anuais e globais; a instituição de rotinas padronizadas de planejamento das necessidades de materiais e serviços diversos, para cumprimento por parte dos setores requerentes da UFSC, de modo que as necessidades possam ser agrupadas e licitadas periódica e centralizadamente pela PROINFRA, mantendo-se sempre a modalidade licitatória compatível com a previsão anual de consumo, com vistas a diminuir efetivamente o volume de despesas com aquisições fracionadas por meio de dispensa de licitação; a inclusão entre as rotinas a serem padronizadas e cumpridas por todos os setores requerentes, a de apresentação, por parte de cada requerente, da estimativa de suas necessidades por período trimestral, semestral e anual, por meio dos dados de consumo de períodos anteriores da totalidade de materiais e serviços, bem como, também entre as rotinas a serem padronizadas, a de manter dados precisos sobre o consumo passado de todos os itens e serviços, de forma a subsidiar a previsão das necessidades periódicas, trimestrais, semestrais e anuais; a análise do conjunto das dispensas realizadas; e a identificação dos serviços e materiais que poderiam ser viabilizados através de contratos de manutenção e de fornecimento, parcelado ou conforme demanda (item 4.1.1.1, do RA/CGU-SC nº 243.915);

Providências Adotadas

Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Pró-Reitoria de Infraestrutura	26114
Pró-Reitoria de Administração	26114

Síntese da Providência Adotada

Informação do DCL: ... informamos que estamos utilizando as modalidades cabíveis de licitação para os pregões que conduzimos (a maioria Registro de Preços) e que os quantitativos são sempre baseados em dados históricos ou então no levantamento das necessidades de cada setor.

Síntese dos Resultados Obtidos

-

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Não foram identificados fatores positivos e negativos

Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
11	022.878.2010-6	2498/2011-Segunda Câmara	1.6.1.10.	DE	365/2011-TCU/SECEX

Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação	Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina	429

Descrição da Deliberação

1.6.1. Determinar à Controladoria Regional da União no Estado de Santa Catarina - CGU/SC, bem como à Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, que informem nas próximas contas da UFSC, as providências e/ou medidas adotadas visando:

[...]

1.6.1.10. Informar as providências e/ou medidas adotadas visando ao estabelecimento de rotina de elaboração de orçamento prévio de quantitativos a executar para contratação de pequenos serviços por técnicos da PU/ETUSC (item 4.1.1.2, do RA/CGU-SC nº 243.915);

Providências Adotadas

Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Pró-Reitoria de Infraestrutura	26114
Pró-Reitoria de Administração	26114
Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento	97297

Síntese da Providência Adotada

Informação da PROPLAN em out/2012 (PPP 243915) - Memorando nº 69/PROPLAN/2012:

Informamos que as contratações de serviços de arquitetura e engenharia, realizadas pelo DOMP e DPAE foram aperfeiçoadas. O aperfeiçoamento se dá por meio de adoção de novos procedimentos administrativos, da revisão do fluxo dos processos, da lotação de um servidor com formação em administração e em direito para melhor instruir os processos, valorização da área responsável pelos orçamentos, com a lotação de pessoal e disponibilização de função gratificada, e também por meio de um Termo de Cooperação entre UFSC e Caixa Econômica Federal para disponibilização e treinamento dos modos avançados do SINAPI. Com isso, pretende-se, para o ano de 2013, atender de forma plena as recomendações dos órgãos de controle.

Informação da Prefeitura Universitária em dez/2012:

Para a contratação de pequenos serviços de engenharia a Prefeitura Universitária estabeleceu rotina de procedimentos em que constem orçamentos prévios compatíveis com o SINAPI. No tocante à "pulverização" dos serviços, a PU informa que as Unidades da UFSC gozam de autonomia e recursos próprios para a contratação de serviços de

pequena monta, mas, que, obrigatoriamente, devem sujeitar-se aos preceitos legais.

Informação da PROPLAN: Temos a informar que o DOMP, visando atender as demandas de manutenção predial dos diversos setores da Instituição, vem encaminhando a contratação de diversos serviços através de Atas de Registro de Preços, com base nos levantamentos de necessidades dos setores. Após, descrição detalhada dos serviços é realizada, bem como de seus quantitativos que subsidiam a elaboração de orçamento prévio ao processo licitatório. Informamos que as contratações de serviços de arquitetura e engenharia, realizadas pelo DOMP e DPAE, estão sendo aperfeiçoadas. O aperfeiçoamento está ocorrendo por meio de adoção de novos procedimentos administrativos, da revisão do fluxo dos processos, de melhor instrução processual, valorização da área responsável pelos orçamentos, com a lotação de pessoal e disponibilização de função gratificada, e também por meio de um Termo de Cooperação entre UFSC e Caixa Econômica Federal para disponibilização e treinamento dos modos avançados do SINAPI. Com isso, pretende-se para o ano de 2013, atender de forma plena as recomendações dos órgãos de controle.

Síntese dos Resultados Obtidos

Informação da PU:

Neste momento, os serviços contratados estão dentro dos parâmetros exigidos e obedecem às recomendações do TCU.

Informação da PROPLAN:

Manutenção predial das unidades da UFSC, diminuindo o fracionamento de despesas.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Informação da PU:

Após os devidos esclarecimentos a equipe da PU assimilou a necessidade de adaptar-se às determinações e não opôs resistência aos novos procedimentos.

Informação da PROPLAN: A PROPLAN, considera que as estruturações realizadas no DOMP e DPAE, anteriormente referenciadas, contribuíram para o atendimento das determinações. Importante salientar que outros ordenadores de despesas podem fazer a contratação, por dispensa, de serviços de arquitetura e engenharia e os mesmos devem estar atentos a estas recomendações e a auditoria interna poderá contribuir repassando também a eles essas determinações.

Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
12	022.878.2010-6	2498/2011-Segunda Câmara	1.6.1.11.	DE	365/2011-TCU/SECEX

Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação	Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina	429

Descrição da Deliberação

1.6.1. Determinar à Controladoria Regional da União no Estado de Santa Catarina - CGU/SC, bem como à Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, que informem nas próximas contas da UFSC, as providências e/ou medidas adotadas visando:

[...]

1.6.1.11. Informar as providências e/ou medidas adotadas visando à realização de licitação na modalidade Pregão em caráter restrito para os serviços descritos no anexo ao Decreto nº 3.555/2000 (item 4.1.1.3, do RA/CGU-SC nº 243.915);

Providências Adotadas

Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Pró-Reitoria de Infraestrutura	26114
Pró-Reitoria de Administração	26114
Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento	97297

Síntese da Providência Adotada

Análise da CGU (Informação 2.1.1.4 – Relatório de Análise das Contas de 2011):

A Entidade argumentou em relação a esta determinação que, em função do posicionamento do TCU conforme Acórdão 262/2010-Plenário-TCU, que admite a possibilidade da realização de Pregão na forma eletrônica ou presencial para contratação de serviços de engenharia para manutenção e conservação de bens imóveis, não estaria vedada a realização da modalidade adotada para os pregões em questão.

A definição de bens e serviços comuns que vigora é a constante do Decreto 3555/2000, artigo 3º, §2º, pela qual consideram-se bens e serviços comuns aqueles cujos padrões de desempenho e qualidade possam ser objetivamente definidos no edital, por meio de especificações usuais praticadas no mercado.

Assim, o que se requer para o atendimento à determinação é que a Unidade efetue uma especificação completa e que seja usual na prática do mercado de forma a evitar que na execução dos serviços sejam pagos valores por serviços executados de forma distinta daquela que foi licitada, denotando que as especificações não abrangeram todas as situações possíveis de execução.

Da análise dos Pregões n.º 109/2011 e 160/2011, relativo a obras e serviços de engenharia, verifica-se um

detalhamento dos serviços a serem executados, no entanto, somente com verificação em inspeção física da execução das obras poderá ser aferida a completude da discriminação dos serviços objeto do contrato. Por outro lado, a revogação do anexo II ao Decreto n.º 3.555/2000, não restringe mais a possibilidade de contratação mediante pregão.

Informação da PROPLAN:

Ao que cabe à PROPLAN, informamos que o DOMP e o DPAE efetuam a contratação de serviços de arquitetura e engenharia respeitando a legislação vigente, especificando em detalhes os serviços a serem executados, seus quantitativos e adotando os valores com base no SINAPI. Para tanto, levantamento de necessidades, no que tange à manutenção predial, é realizado nos setores da UFSC de forma a subsidiar os quantitativos e detalhamentos dos serviços a serem licitados. Também foi firmado um Termo de Cooperação entre UFSC e Caixa Econômica Federal para disponibilização e treinamento dos modos avançados do SINAPI. Com isso, pretende-se para o ano de 2013, atender de forma plena as recomendações dos órgãos de controle.

Síntese dos Resultados Obtidos

Informação da PROPLAN:

Contratação de serviços de arquitetura e engenharia respeitando a legislação vigente e proporcionando agilidade na solução dos problemas da instituição.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Informação da PROPLAN:

A PROPLAN, considera que as estruturas realizadas no DOMP e DPAE, anteriormente referenciadas, contribuíram para o atendimento das determinações.

Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
13	022.878.2010-6	2498/2011-Segunda Câmara	1.6.1.12.	DE	365/2011-TCU/SECEX

Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação	Código SIOrg
Universidade Federal de Santa Catarina	429

Descrição da Deliberação

1.6.1. Determinar à Controladoria Regional da União no Estado de Santa Catarina - CGU/SC, bem como à Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, que informem nas próximas contas da UFSC, as providências e/ou medidas adotadas visando:

[...]

1.6.1.12. Informar as providências e/ou medidas adotadas visando à abstenção da realização de licitações para registro de preços de serviços de engenharia de difícil padronização, ou ampliação das possibilidades de contratação nos respectivos editais e/ou contratos (item 4.1.2.2, do RA/CGU-SC nº 243.915);

Providências Adotadas

Setor Responsável pela Implementação	Código SIOrg
Pró-Reitoria de Infraestrutura	26114
Pró-Reitoria de Administração	26114
Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento	97297

Síntese da Providência Adotada

Análise da CGU (Informação 2.1.1.4 – Relatório De Análise das Contas de 2011):

Conforme se verifica da análise dos Pregões n.º 109/2011 e 160/2011, tendo como objeto “serviços de recuperação estrutural e impermeabilização nas edificações da UFSC” e de “reforma e adequação das passarelas de circulação do CTC”, verificamos que os serviços especificados são de natureza usual no mercado para o ramo objeto de contratação, ou seja, relativo a obras e serviços de engenharia.

Informação da PROPLAN:

A contratação de serviços de manutenção predial, realizada pelo DOMP, tem a finalidade de garantir processos licitatórios com economicidade, devido a licitação conjunta de itens, e o atendimento das demandas institucionais com eficiência. Para tanto, são adotadas medidas de forma a aperfeiçoar tal procedimento. Entre elas estão o levantamento de necessidades junto aos setores da UFSC, a descrição detalhada dos serviços, o detalhamento de seus quantitativos que subsidiam a elaboração de orçamento prévio ao processo licitatório. Informamos ainda a adoção de novos procedimentos administrativos como a revisão do fluxo dos processos, a melhor instrução processual, a valorização da área responsável pelos orçamentos, com a lotação de pessoal e disponibilização de função gratificada, e também com a adoção de um Termo de Cooperação entre UFSC e Caixa Econômica Federal para disponibilização e treinamento dos modos avançados do SINAPI.

Síntese dos Resultados Obtidos

Informação da PROPLAN:

Contratação de serviços de arquitetura e engenharia respeitando a legislação vigente e proporcionando agilidade na solução dos problemas da instituição.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Informação da PROPLAN: A PROPLAN, considera que as estruturas realizadas no DOMP e DPAA, anteriormente referenciadas, contribuíram para o atendimento das determinações.					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
14	022.878.2010-6	2498/2011-Segunda Câmara	1.6.1.13.	DE	365/2011-TCU/SECEX
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIOG
Universidade Federal de Santa Catarina					429
Descrição da Deliberação					
1.6.1. Determinar à Controladoria Regional da União no Estado de Santa Catarina - CGU/SC, bem como à Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, que informem nas próximas contas da UFSC, as providências e/ou medidas adotadas visando: [...] 1.6.1.13. Informar as providências e/ou medidas adotadas visando à verificação, previamente à contratação, da adequação dos preços de orçamentos apresentados para execução de pequenos serviços aos preços de mercado, mediante consulta ao sistema SINAPI, bem como os motivos que acarretaram a diferença estimada a maior de R\$ 5.056,29, em relação aos preços dos produtos/materiais utilizados e constantes do Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil - SINAPI, para, se for o caso, apurar responsabilidades e a eventual devolução de valores, com relação aos processos de dispensas de licitações n.º 11.219 e 11.232/2009 (item 4.1.3.1, do RA/CGU-SC nº 243.915);					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIOG
Pró-Reitoria de Infraestrutura					26114
Pró-Reitoria de Administração					26114
Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento					97297
Síntese da Providência Adotada					
Análise da CGU (Informação 2.1.1.4 – Relatório de Análise das Contas de 2011): Em relação a esta determinação a Pró-Reitoria de Infraestrutura - PROINFRA se pronunciou nos seguintes termos: “Informamos que preliminarmente vem sendo solicitado 03 (três) orçamentos com empresas do ramo, que após análise do Departamento de Obras e Manutenção Predial - DOMP, adapta-se os valores a tabela SINAPI e posterior encaminhamento para licitação. Portanto a recomendação vem sendo atendida.” De acordo com exame realizado em 24 (vinte e quatro) processos de dispensa, formalizados por Departamentos e em sua maioria (14 processos) pela Direção do Restaurante Universitário – RU, na contratação de empresas para realização de pequenas obras e serviços de engenharia, constatamos a ausência em todos os processos de rotina de elaboração de orçamentos prévios e de verificação da adequação dos preços dos orçamentos apresentados para execução desses serviços. A prática a que se refere a Unidade, diz respeito apenas a processos formalizados no âmbito do DOMP, o que não corresponde à totalidade dos processos de contratação mediante dispensa para execução de pequenas obras e serviços de engenharia, os quais estão particularmente sendo contratados pelos demais Departamentos Acadêmicos, Centros e órgãos suplementares da estrutura da Entidade. Quanto à determinação de apuração de responsabilidades e eventual devolução de valores decorrentes de indícios de superfaturamento, a Unidade por meio da PROINFRA, instada a manifestar-se por meio da SA n.º 201203151/46, de 20/04/2012, quanto às medidas implementadas visando a apuração do caso, limitou-se a encaminhar o Memorando n.º 22/PU/PROINFRA/2012, de 26/04/2012, da Prefeitura Universitária, que por sua vez apenas encaminha duas Planilhas de Preços, elaboradas em 25/04/2012 e assinada por um Engenheiro do Departamento de Obras e Manutenção Predial – DOMP, que contém os valores orçados para os serviços contratados pelas Dispensas n.º 11.219 e 11.232, com base em Dezembro/2009. Segundo os valores orçados constantes das referidas Planilhas de Preços, calculados com valores do SINAPI à época e considerando a inclusão de um BDI de 28%, e comparados com os valores contratados e calculados pela CGU, seriam de: Dispensa de licitação nº 11219/2009: Valor Contratado: R\$ 7.800,00 Valor Apurado pela CGU: R\$ 3.979,19 Valor Orçado: R\$ 7.457,85 Dispensa de Licitação nº 11232/2009: Valor Contratado: R\$ 1.380,00 Valor Apurado CGU: R\$ 302,90					

Valor Orçado: R\$ 1.395,34

Segundo observação constante da Planilha elaborada pelo Engenheiro do DOMP, os quantitativos basearam-se em informação prestada pela Prefeitura, que foi a Unidade que efetuou a contratação à época, e considerou ainda um custo de mão-de-obra majorado em 100%, que seria decorrente da execução dos serviços em final de semana em caráter emergencial.

Assim verifica-se que os quantitativos e o levantamento técnico dos serviços não foram efetuados por equipe distinta da que efetuou a contratação com os valores considerados superfaturados. As Planilhas apresentadas foram elaboradas por ocasião da Auditoria em abril/2012, e não fazem parte de nenhum processo de levantamento circunstanciado de apuração quanto aos fatos apontados pela Auditoria da CGU no Relatório n.º 243.915(Contas de 2009).

Verificamos, portanto, que a Unidade não procedeu conforme a determinação expressa do TCU.

Informação da PROPLAN em out/2012 (PPP 243915) - Memorando nº 69/PROPLAN/2012:

Reiteramos a manifestação referente à Constatação 045(*), lembrando que se tratam das contratações a serem realizadas pelo DOMP e DPAE ou aquelas que por eles passam por alguma análise.

(*) As contratações de serviços de arquitetura e engenharia, realizadas pelo DOMP e DPAE foram aperfeiçoadas. O aperfeiçoamento se dá por meio de adoção de novos procedimentos administrativos, da revisão do fluxo dos processos, da lotação de um servidor com formação em administração e em direito para melhor instruir os processos, valorização da área responsável pelos orçamentos, com a lotação de pessoal e disponibilização de função gratificada, e também por meio de um Termo de Cooperação entre UFSC e Caixa Econômica Federal para disponibilização e treinamento dos modos avançados do SINAPI. Com isso, pretende-se, para o ano de 2013, atender de forma plena as recomendações dos órgãos de controle.

Informação da Prefeitura Universitária:

Em cumprimento à determinação do TCU, a Prefeitura Universitária - PU estabeleceu rotina de procedimentos em que constam orçamentos prévios compatíveis com o SINAPI. Quanto à apuração de responsabilidade dos valores superfaturados, a PU recomenda que seja feita acareação dos fatos junto aos gestores em exercício à época.

Informação da PROPLAN em dez/2012:

No que tange a determinação de "verificação, previamente à contratação, da adequação dos preços de orçamentos apresentados para execução de pequenos serviços aos preços de mercado, mediante consulta ao sistema SINAPI", a PROPLAN informa que, em 09/12/2012, foi assinado Termo de Cooperação com a Caixa Econômica Federal para disponibilização de modos avançados do SINAPI, a ser utilizado pelo setor de orçamento do DPAE e, assim, atender a recomendação. Além disso, o setor de orçamento está sendo reestruturado, já houve a valorização do setor com a implementação de função gratificada e novo servidor foi lotado no setor. A outra questão relacionada à diferença de valor, mantemos a manifestação anterior do DOMP, lembrando que foram serviços contratados pela PU/PROAD.

Síntese dos Resultados Obtidos

Informação da PU: Neste momento, os serviços contratados estão dentro dos parâmetros exigidos e obedecem às recomendações do TCU.

Informação da PROPLAN:

Contratação de serviços de arquitetura e engenharia respeitando a legislação vigente e proporcionando agilidade na solução dos problemas da instituição.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Informação da PU: Após os devidos esclarecimentos a equipe da PU assimilou a necessidade de adaptar-se às determinações e não opôs resistência aos novos procedimentos.

Informação da PROPLAN:

A PROPLAN, considera que as estruturações realizadas no DOMP e DPAE, anteriormente referenciadas, contribuíram para o atendimento das determinações.

Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
15	022.878.2010-6	2498/2011-Segunda Câmara	1.6.1.14.	DE	365/2011-TCU/SECEX

Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação	Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina	429

Descrição da Deliberação

1.6.1. Determinar à Controladoria Regional da União no Estado de Santa Catarina - CGU/SC, bem como à Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, que informem nas próximas contas da UFSC, as providências e/ou medidas adotadas visando:

[...]

1.6.1.14. Informar as providências e/ou medidas adotadas visando à comprovação da incorporação ao patrimônio da UFSC dos bens adquiridos com recursos do CNPQ, por meio de processo de incorporação dos bens, indicando a descrição completa dos mesmos e a correspondente localização, em cumprimento ao item 9.3.1 do Acórdão TCU nº 4.575/2009 - 2ª Câmara (item 4.2.2.1, do RA/CGU-SC nº 243.915);

Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Pró-Reitoria de Infraestrutura					26114
Pró-Reitoria de Administração					26114
Síntese da Providência Adotada					
Análise da CGU (Informação 2.1.1.4 – Relatório de Análise das Contas de 2011): No item 9.3.1 do referido Acórdão o TCU fez a seguinte determinação à UFSC: “adote as providências necessárias para obter da Fundação de Ensino e Engenharia de Santa Catarina - FEESC e do responsável a doação e efetiva incorporação dos bens adquiridos com recursos da bolsa ao patrimônio da UFSC”.					
Em fevereiro de 2012, em resposta encaminhada à CGU-R/SC pelo Ofício nº 46/GR/2012, a UFSC informou que os seguintes bens arrolados no Acórdão TCU nº 4.575/2009 - 2ª Câmara: dois microcomputadores, uma impressora, um termógrafo, um sonômetro digital, dois pentes de memória, um “communication module” e um AC/DF/IR HIPOT TESTER MODEL 19052 teriam sido adquiridos diretamente pelo coordenador do Projeto, ex-professor da Universidade, e não puderam ser localizados, e que se encontrava no Gabinete do Reitor o Memorando nº 06/DGP/SCGP/2012, de 16/02/2012, com solicitação de abertura de processo administrativo disciplinar para apurar os fatos. Em 26/04/2012 a UFSC informou, no Ofício nº 075/PROINFRA/2012, que tal solicitação encontrava-se na Procuradoria Federal para análise.					
Informação da PROAD em out/2012 (PPP 243915): Reiteramos a informação de que os bens foram adquiridos pelo pesquisador e até o momento não puderam ser localizados, foi solicitada abertura de processo administrativo para apurar os fatos. Até o momento o processo não está concluído.					
O Gabinete do Reitor informa que a SEAI tomará providências para que o processo seja concluído com a maior brevidade possível, quando o resultado será encaminhado à CGU, para atendimento desta recomendação.					
Informação da PROAD EM dez/2012: Aguardando resultado de Processo Administrativo Disciplinar					
Síntese dos Resultados Obtidos					
-					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Não foram identificados fatores positivos e negativos					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
16	022.878.2010-6	2498/2011-Segunda Câmara	1.6.1.15.	DE	365/2011-TCU/SECEX
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina					429
Descrição da Deliberação					
1.6.1. Determinar à Controladoria Regional da União no Estado de Santa Catarina - CGU/SC, bem como à Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, que informem nas próximas contas da UFSC, as providências e/ou medidas adotadas visando:					
[...]					
1.6.1.15. Informar as providências e/ou medidas adotadas visando à exigência, em notas fiscais de serviços de engenharia, do ateste de técnico responsável pela medição juntamente com o ateste do setor requisitante do serviço; a contratação por sistema de registro de preços apenas serviços que se adequem completamente às especificações do objeto estabelecido em edital; a indicação de técnico da Prefeitura Universitária para efetuar levantamento detalhado de todos os serviços executados no âmbito do Contrato 393/2009, para, se for o caso, negociação com a empresa de eventuais pagamentos indevidos (item 4.2.3.1, do RA/CGU-SC nº 243.915);					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Pró-Reitoria de Infraestrutura					26114
Pró-Reitoria de Administração					26114
Síntese da Providência Adotada					
Análise da CGU (Informação 2.1.1.4 – Relatório de Análise das Contas de 2011): Quanto aos atestes a Unidade havia se manifestado que o equívoco não se repetiria. No entanto, constatamos da análise de 24 (vinte e quatro) processos de dispensa formalizados pelos diversos Departamentos, Centros e órgãos suplementares, que o problema persiste.					
Verificamos, no entanto, que nos processos elaborados pelo Departamento de Obras e Manutenção Predial – DOMP, a sistemática de ateste conjunto entre técnico e setor requisitante vem sendo observada.					

Quanto ao levantamento de todos os serviços executados no âmbito do Contrato, embora requisitada a posição da Entidade quanto às providências adotadas, não foram apresentadas as medidas implementadas e que configurariam o atendimento à determinação.

Informação da PROPLAN em out/2012 (PPP 243915):

Considerando a própria análise da CGU, acima, no que se refere ao Departamento Obras e Manutenção Predial, vinculado à PROPLAN, estamos atendendo as recomendações quanto ao atesto das notas fiscais de execução de serviços de engenharia. Já os serviços de engenharia que são contratados pelas demais unidades da UFSC, que possuem competência para tal, segundo os regimentos internos da universidade que visam à descentralização das atividades, nem sempre tem um técnico da área de engenharia para atesto da nota. De forma a atender a recomendação da CGU, portanto, o DOMP emitirá documento com orientações às demais unidades da UFSC sobre os processos de medição e de atesto.

Informação da Prefeitura Universitária em dez/2012:

Doravante, os serviços serão atestados pelo responsável técnico da PU juntamente com o responsável pelo setor requisitante. No que tange às informações a respeito do contrato nº 393/2009, a PU informa que, à época, foram feitas medições que comprovam que a área pintada corresponde ao quantitativo contratado, conforme consta do ofício nº 146/PU/2010.

Informação da PROPLAN em dez/2012:

Considerando a própria análise da CGU no item 4.2.3.1, do RA/CGU-SC nº 243.915, no que se refere ao Departamento Obras e Manutenção Predial, vinculado à PROPLAN, estamos atendendo as recomendações quanto ao atesto das notas fiscais de execução de serviços de engenharia. Já os serviços de engenharia que são contratados pelas demais unidades da UFSC, que possuem competência para tal, segundo os regimentos internos da universidade que visam à descentralização das atividades, nem sempre tem um técnico da área de engenharia para atesto da nota.

Síntese dos Resultados Obtidos

Informação da PU: Neste momento, os serviços contratados estão dentro dos parâmetros exigidos e obedecem às recomendações do TCU.

Informação da PROPLAN:

Contratação de serviços de arquitetura e engenharia respeitando a legislação vigente e proporcionando agilidade na solução dos problemas da instituição.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Informação da PU: Após os devidos esclarecimentos a equipe da PU assimilou a necessidade de adaptar-se às determinações e não opôs resistência aos novos procedimentos.

Informação da PROPLAN:

A PROPLAN, considera que as estruturas realizadas no DOMP contribuíram para o atendimento da determinação.

Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
17	022.878.2010-6	2498/2011-Segunda Câmara	1.6.1.16.	DE	365/2011-TCU/SECEX

Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação	Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina	429

Descrição da Deliberação

1.6.1. Determinar à Controladoria Regional da União no Estado de Santa Catarina - CGU/SC, bem como à Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, que informem nas próximas contas da UFSC, as providências e/ou medidas adotadas visando:

[...]

1.6.1.16. Informar as providências e/ou medidas adotadas visando ao implemento de controles que possibilitem identificar os docentes que estão prestando atividades por meio de fundações, discriminando, entre outros, período de prestação dos serviços, atividades desenvolvidas e valores percebidos; a busca de orientação formal junto ao Ministério da Educação para implementar o pagamento de bolsas aos docentes que ministrem aulas nos cursos de pós-graduação, gerenciados por fundações de apoio, através da Gratificação de Cursos e Concursos instituída pela Lei nº 11.314/2006, regulamentada pelo Decreto nº 6.114/2007, por meio do Sistema SIAPE (item 4.2.3.3, do RA/CGU-SC nº 243.915);

Providências Adotadas	
Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Pró-Reitoria Pós-Graduação	84217

Síntese da Providência Adotada

Análise da CGU (Informação 2.1.1.4 – Relatório de Análise das Contas de 2011):

Em relação à recomendação de implementação de controles que possibilitem identificar os docentes que estão prestando atividades por meio de fundações, discriminando, entre outros, período de prestação dos serviços, atividades desenvolvidas e valores percebidos, o Ofício nº 46/GR/2012, de 22/02/2012, encaminhou a seguinte

manifestação da Pró-Reitoria de Pós-Graduação da UFSC:

“Informação da PRPG: A PRPG vem desde 2008 dedicando considerável esforço no desenvolvimento e implantação de mecanismos de controle dos cursos de pós-graduação, tanto no aspecto acadêmico quanto no aspecto operacional. No que se refere aos cursos de Especialização, foi criado em 2010 nesta Pró-Reitoria o Departamento de Educação Continuada, responsável pelo acompanhamento dos cursos Lato-Sensu e estágios de pós-doutorado. Ao longo de 2010, por iniciativa daquele Departamento foi proposta, discutida e aprovada na Câmara de Pós-Graduação, a Regulamentação específica para os cursos Lato Sensu. Esta regulamentação foi colocada em consulta pública por três meses em 2011, discutida longamente no Conselho Universitário e finalmente aprovada na sessão do CUn de 13/10/2011 (Resolução Normativa 15/CUn/2011, cópia anexa). A Resolução Normativa 15/CUn/2011, interdita em seu artigo 14, §2º, a coordenação simultânea de mais de um curso de Especialização. A participação de docentes nestes cursos está limitada a 8 horas semanais, na média do semestre (artigo 18, § 6º). A nova regulamentação dos cursos Lato Sensu está articulada a duas outras resoluções, a saber: I – A Resolução Normativa 13/CUn/2011, aprovada no Conselho Universitário em 27/09/2011, que regula a relação entre a Universidade e as Fundações de Apoio (cópia anexa). a - Esta Resolução estabelece a possibilidade de concessão de bolsas de ensino a docentes que participem de cursos geridos pelas Fundações (RN 13/CUn/2011, artigo 15, caput e inciso I). b - Essa mesma Resolução fixa limites, tanto em termos de horas de participação nos cursos não-regulares (RN 13/CUn/2011, artigo 14, § 2º), quanto em termos dos valores concedidos como bolsas (RN 13/CUn/2011, artigo 17). c - O controle do número de horas de participação é feito através do Plano de Atividades do Docente, que passará a registrar as aulas ministradas em cursos não-regulares (RN 13/CUn/2011, artigo 16, § 1º). d – As Fundações de Apoio informarão mensalmente à UFSC a relação de bolsas efetivamente concedidas com a devida identificação do beneficiário (RN 13/CUn/2011, artigo 18, § 2º). e - Toda participação em cursos não-regulares deve ser previamente autorizada pelo Departamento de lotação do docente (RN 13/CUn/2011, artigo 14, § 1º). II – Resolução de Bolsas de Ensino, atualmente em discussão na Câmara de Pós-Graduação. Desde o início de 2011, todos os cursos de Especialização, aprovados na Câmara de Pós-Graduação, têm registro obrigatório no sistema de controle acadêmico da pós-graduação (CAPG), o mesmo sistema que já vinha sendo utilizado para os cursos Stricto Sensu (Mestrados e Doutorados). A emissão de certificados de cursos de especialização, a partir de novembro de 2011, passou a ser efetuada por rotina automática do CAPG, exigindo que todas as informações dos cursos, disciplinas, cargas horárias, docentes participantes e alunos, sejam corretamente cadastradas. A Pró-Reitoria de Pós-Graduação passa a ter acesso aos dados dos cursos com mais segurança, através de relatórios extraídos da base de dados do CAPG.”

A CGU-R/SC entende que os controles informados pela Unidade atendem a recomendação feita, desde que efetivamente implantados e monitorados. Tendo em vista os mesmos terem sido criados no final do exercício de 2011, não foram realizados testes para aferir a sua efetividade nesse exercício. Seria oportuna a verificação de tal efetividade a partir de 2012.

Em relação à recomendação de busca de orientação formal junto ao Ministério da Educação para implementar o pagamento de bolsas aos docentes que ministrem aulas nos cursos de pós-graduação, gerenciados por fundações de apoio, através da Gratificação de Cursos e Concursos instituída pela Lei nº 11.314/2006, a UFSC não apresentou nenhuma regulamentação interna ou orientação formulada pelo Ministério da Educação. O Ofício nº 46/GR/2012, de 22/02/2012, encaminhou a seguinte manifestação de sua Pró-Reitoria de Pós-Graduação:

“Informação da PRPG: A proposta de resolução que regulamenta a concessão de bolsas de ensino aos docentes participantes de cursos não-regulares da UFSC, fundamentada no que expressa o Art. 4º, § 1º, da Lei 8.952, de 20 de dezembro de 1994, alterado pela Lei 12.349, de 15 de dezembro de 2010, se encontra em discussão na Câmara de Pós-Graduação. Foi designada uma Comissão de Membros daquela Câmara, formada pelos (...), que deveria apresentar parecer na reunião de 15 de dezembro de 2011. Como a Comissão não concluiu seu parecer até aquela data, solicitou a retirada de pauta do processo (Pauta e Ata da reunião, anexas). Nas próximas reuniões ordinárias da CPG, a minuta deverá ser aprovada e enviada ao Conselho Universitário para completar o arcabouço legal regulando as atividades em cursos de especialização.”

Informação da PROPG em out/2012 (PPP 243915):

A PROPG, conforme Memorando nº 172/PROPG, esclarece que os cursos de pós-graduação lato sensu nesta UFSC compreendem diversas categorias de cursos, de oferta não obrigatória e de caráter não regular, regulamentados pela Resolução Normativa nº15/CUn, de 13 de dezembro de 2011, em conformidade com a Resolução nº1/CNE/CES, de 1º de agosto de 2007 e pelo artigo 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, regulamentado pelo Decreto nº5.622, de 19 de dezembro de 2005. A Resolução Normativa nº15/CUn/2011 determina que os cursos de especialização sejam elaborados como projetos únicos que se iniciam e finalizam mediante análises e deliberações de Departamentos, Conselhos de Unidade e Câmara de Pós-Graduação. Como os marcos regulatórios da UFSC não prevêem a reedição de cursos, a proposta de um novo curso deve sempre seguir a tramitação de um novo projeto. Além disso, determinam que as atividades de ensino não regular deverão ser esporádicas, vetando a coordenação concomitante de dois ou mais cursos de especialização pelo mesmo docente (art. 14 §3º da referida Resolução). Quanto à regulamentação do pagamento de bolsas de ensino aos docentes participantes de cursos de ensino não regulares na UFSC, a Pró-Reitoria de Pós-Graduação esclarece que, além da Resolução Normativa nº 013/CUn de 27 de setembro de 2011 (que regula as relações da UFSC com suas fundações de apoio), foi elaborada uma Minuta

de Resolução sobre as normas que regulamentam a concessão de Bolsas de Ensino de Pós-Graduação para docente na Universidade Federal de Santa Catarina, a qual deverá ser apreciada na próxima reunião da Câmara de Pós-Graduação (08 de novembro de 2012), antes da proposta definitiva ser encaminhada para aprovação do Conselho Universitário.

Informação da PROPLAN em out/2012 (Memorando n.º 70/2012/PROPLAN à AudIn):

No que se refere aos valores percebidos, bem como o pagamento de bolsas aos docentes por meio de Fundações de Apoio, informamos que medidas foram tomadas para garantir, de forma tempestiva, o atendimento da legislação pertinente.

Para tanto, a PROPLAN, por meio da SETIC, está trabalhando para utilizar a melhor ferramenta que contribua no atendimento das recomendações da CGU e da legislação em geral. Atualmente, procedimentos, ainda não informatizados, são adotados pela SEGESP, SEAI e GR para garantir que servidores da UFSC não ultrapassem o teto salarial dos servidores públicos federais. No entanto, visando aprimorar esse procedimento, construímos um Sistema Informatizado que permitirá a verificação dos pagamentos mensais, tanto os realizados pela UFSC via SIAPE, quanto os efetuados pelas Fundações de Apoio, limitando-os no recebimento do valor permitido ao Servidor Público Federal. Para a construção do sistema foram realizadas reuniões entre PROPLAN, SETIC, PROAD e Fundações de Apoio da UFSC. O sistema será utilizado pelas quatro Fundações de Apoio para pagamento aos servidores da UFSC, está concluído e encontra-se em fase de homologação – teste – junto aos seus usuários. Em paralelo será elaborada legislação interna para regulamentar o sistema, seus procedimentos, seus níveis de acesso dos usuários, a publicização dos relatórios que o sistema irá gerar, entre outros. Salientamos, no entanto, que a elaboração do regulamento do sistema, demandará o envolvimento de outras unidades da UFSC, como Secretarias de Aperfeiçoamento Institucional e de Gestão de Pessoas, Pró-Reitorias de Pesquisa, de Extensão e de Pós-Graduação. Além disso, haverá necessidade de aprovação do regulamento junto ao Conselho Universitário. Diante dessas novas etapas a serem realizadas, necessita-se de um prazo até março de 2013 para a efetiva implantação do sistema.

Informação da PROPG em dez/2012:

Em relação à proposta de Resolução para concessão de Bolsa de Ensino aos docentes participantes de cursos não regulares na UFSC já tem uma versão preliminar que está em análise no âmbito da Pró-Reitoria. Esta análise consiste em busca de orientação junto ao Ministério da Educação e em experiências de outras instituições. Após esta etapa deve seguir para a Câmara de Pós-Graduação em março de 2013.

As fundações de apoio informam a relação de bolsas efetivamente concedidas sempre que solicitadas.

O controle do número de horas de participação docente em cursos de pós-graduação Lato Sensu será feito através do Plano de Atividades do Docente que passará a registrar as aulas ministradas em cursos não regulares a partir de 2013. O programa que registra as atividades do PAAD está sendo reformulado e atenderá este registro, permitindo assim melhor controle."

A Coordenadoria de Educação Continuada tem realizado o acompanhamento e controle dos cursos de pós-graduação lato sensu; a Coordenadoria de Educação Continuada ganhou ampliação de sua equipe permitindo melhor controle das atividades. Os projetos de cursos de Especialização lato sensu são analisados e aprovados no âmbito dos departamentos proponentes, unidades de ensino, Coordenadoria de Educação Continuada - PROPG e finalmente Câmara de Pós-Graduação, atendendo o estabelecido na Resolução normativa número 15/CUN/2011, que por sua vez está baseada na Resolução número 1/CNE/CES/2007.

Todos os cursos de pós-graduação lato sensu, aprovados após a resolução normativa 15/CUN/2011, estão inseridos e são controlados via CAPG. Os certificados são emitidos pelo Departamento de Educação Escolar - DAE, a partir das informações inseridas no CAPG pelas coordenadorias dos cursos. A emissão dos certificados está portanto condicionada a inserção correta das informações sobre o cursos (carga horária, disciplinas, professores responsáveis, conceitos de estudantes, monografias, etc...).

Síntese dos Resultados Obtidos

A partir destes controles a Coordenadoria de Educação Continuada pode aferir o cumprimento das exigências de qualidade dos cursos de pós-graduação lato sensu oferecidos pela UFSC.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

A formulação de regulamentação interna para concessão de bolsas de ensino para participação em atividades de ensino não regular tem encontrado diversas dificuldades, entre elas, a ausência de referências que contemplem as especificidades deste tipo de bolsa.

Um fator positivo é o empenho da equipe da Coordenadoria de Educação Continuada e do SETIC - responsável pela reformulação do CAPG, para atender as especificidades dos cursos de pós-graduação lato sensu.

Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
18	022.878.2010-6	2498/2011-Segunda Câmara	1.6.1.17.	DE	365/2011-TCU/SECEX
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina					429
Descrição da Deliberação					

1.6.1. Determinar à Controladoria Regional da União no Estado de Santa Catarina - CGU/SC, bem como à Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, que informem nas próximas contas da UFSC, as providências e/ou medidas adotadas visando:

[...]

1.6.1.17. Informar as providências e/ou medidas adotadas visando a orientação às fundações de apoio acerca da necessidade de observância da legislação federal relativa às normas para licitações e contratos da administração pública, bem como para que executem despesas vinculadas ao objeto contratado; a oficialização às fundações de apoio contratadas a respeito da obrigatoriedade de identificar os comprovantes das despesas realizadas, bem como de que os mesmos sejam atestados, tempestivamente, por agente responsável pelo recebimento efetivo do bem adquirido ou que acompanhe a prestação do serviço; a manutenção de controle unificado de todos os contratos com fundações de apoio, solicitando formalmente a apresentação de contas tempestiva das fundações de apoio contratadas, e instaurando, se for o caso, o respectivo processo de tomada de contas especial; a previsão, ou proibição expressa, de acordo com o caso, de pagamento de taxa relativa a despesas operacionais e administrativas nos convênios/contratos com entidades sem fins lucrativos, ou, no caso de previsão, o estabelecimento do montante e as regras que permitam que este pagamento seja liquidado; a especificação, nos convênios firmados pela UFSC, dos gastos elegíveis no âmbito do projeto, bem como o detalhamento suficiente do objeto e do Plano de Trabalho dos contratos e convênios da Universidade, de modo a estabelecer e prever todos os tipos de despesas inerentes aos mesmos e permitir a identificação e o controle adequado de tais despesas; a abstenção de aprovação de despesas que não estão suficientemente detalhadas e justificadas, de forma a comprovar a relação desta despesa com o objeto do convênio, estando esta modalidade de gasto expressamente prevista no Plano de Trabalho (itens 4.2.3.4, 4.2.3.5, 4.2.3.6, 4.3.1.1, 4.3.2.1 e 4.3.2.2, do RA/CGU-SC nº 243.915).

Providências Adotadas

Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Pró-Reitoria de Infraestrutura	26114
Pró-Reitoria de Administração	26114

Síntese da Providência Adotada

Análise da CGU (Informação 2.1.1.4 – Relatório de Análise das Contas de 2011):

Em relação à recomendação de que a UFSC orientasse as fundações de apoio acerca da necessidade de observância da legislação federal relativa às normas para licitações e contratos da administração pública em caso de contratação de obras, compras e serviços realizados com recursos federais, em documentação encaminhada à CGU-R/SC pelo Ofício 092/AUDIN/2010, de 29/12/2010, a Unidade informou ter cumprido tal recomendação em 15/12/2010 e apresentou o ofício circular remetido às fundações de apoio.

Em relação à recomendação de que a UFSC orientasse as fundações de apoio para que as mesmas não executassem despesas sem vínculo com o objeto contratado, em documentação encaminhada à CGU-R/SC pelo Ofício 092/AUDIN/2010, de 29/12/2010, os gestores apresentaram o ofício circular que teria contido tal orientação, no entanto não apresentaram o recebimento deste pelas fundações.

Questionados novamente em fevereiro de 2012, os gestores apenas ratificaram a informação prestada anteriormente, sem comprovar a ciência da direção das fundações da notificação encaminhada.

No Relatório de Gestão 2011, consta a seguinte informação prestada pela UFSC a respeito da recomendação: “Por meio do Ofício 241/PROINFRA/2011, de 29/12/2011, a Pró-Reitoria de Infraestrutura informa: Em relação à necessidade da execução das despesas estarem vinculadas ao objeto contratado é obrigatória a apresentação do Plano de Trabalho e do Orçamento detalhado do projeto identificando todos os seus custos. Ademais a própria Procuradoria Federal junto à UFSC tem se manifestado nesse sentido, quando dos pareceres para aprovação dos contratos a serem firmados, exigindo que os contratos identifiquem o objeto a ser executado, às metas a serem atingidas, às etapas ou fases de execução e a previsão orçamentária e o início e fim da execução do objeto (...)”

Não foram realizados testes para aferir a regularidade das despesas realizadas pelas fundações de apoio no exercício. Considerando a publicação, pela UFSC, em setembro de 2011, da Resolução Normativa nº 13/CUn/2011, que trata da relação da Universidade com suas fundações de apoio, seria oportuna a verificação de tal regularidade a partir de 2012.

Em relação à recomendação de que a UFSC oficiasse as fundações de apoio contratadas da obrigatoriedade de identificar os comprovantes das despesas realizadas, bem como de que os mesmos fossem atestados, tempestivamente, por agente responsável pelo recebimento efetivo do bem adquirido ou pelo acompanhamento da prestação do serviço, os gestores informaram em documentação encaminhada pelo Ofício 092/AUDIN/2010, de 29/12/2010, que as fundações manifestaram-se pelo cumprimento da recomendação (Memo nº 222/PROINFRA/2010). Questionados novamente em fevereiro de 2012, os gestores apenas ratificaram a informação prestada anteriormente.

Em relação à recomendação de que a UFSC mantivesse controle unificado de todos os contratos com fundações de apoio, solicitando formalmente a apresentação de contas tempestiva das fundações de apoio contratadas e instaurasse, se fosse o caso, procedimento de tomada de contas especial, verificou-se que embora a Unidade tenha informado no Ofício 241/PROINFRA/2011, de 29/12/2011, conforme consta do Relatório de Gestão 2011 da Unidade, que o

controle dos contratos é realizado de forma unificada através do sistema MATL/UFSC, onde são registrados os contratos (numero, objeto, coordenador, fiscal, valor, pagamentos, empenhos, tipo de licitação, número da licitação, vigência, aditivos, apostilamentos, publicação, órgão responsável, fornecedor, tipo de contrato, etc.), a exigência tempestiva, pela UFSC, da apresentação da prestação de contas das fundações, não vem sendo realizada.

No âmbito da Unidade a competência para o acompanhamento da vigência dos contratos e vencimento dos prazos para prestação de contas está a cargo da Diretoria de Gestão, Programação e Acompanhamento, subordinada à Pró-Reitoria de Infraestrutura. A atuação dessa Pró-Reitoria não tem sido tempestiva na cobrança da apresentação das prestações de contas das fundações de apoio, conforme exposto a seguir.

Por solicitação da CGU-R/SC, feita em 10/04/2012, os gestores encaminharam pelo Ofício 54/PROINFRA/2012, de 13/04/2012, a relação de contratos com fundações de apoio cujo prazo para a apresentação da prestação de contas havia expirado em 2011.

Dessa relação constam 12 contratos para os quais não houve prestação de contas. Há, por exemplo, contratos cuja vigência expirou em 31/12/2010 sem que as prestações de contas tivessem sido apresentadas até aquela data, 13/04/2012: contratos 131/2010 - FAPEU, 320/2010 - FEPESE, 229/2009 - FEESC e 456/2009 - FAPEU.

Após a CGU-R/SC demandar a informação das inadimplências à Unidade, a Pró-Reitoria de Infraestrutura notificou, em 13/04/2012, as respectivas fundações para que apresentassem “o relatório de execução físico financeiro da prestação de contas” dos contratos.

Cabe ressaltar que pelo menos uma das fundações de apoio relacionadas pela Unidade como inadimplentes com a obrigação de prestar contas firmou novos contratos com a UFSC em 2012 (contratos 39/2012 - FAPEU, 55/2012 - FAPEU e 58/2012 - FAPEU). Não foi realizado levantamento exaustivo dos contratos firmados com as fundações de apoio que não houvessem prestado contas de contratos anteriores.

Em relação à recomendação de que a UFSC previsse ou proibisse expressamente, de acordo com o caso, o pagamento de taxa relativa a despesas operacionais e administrativas nos convênios/contratos com entidades sem fins lucrativos e que no caso de previsão estabelecesse seu montante e as regras que permitissem que este pagamento fosse liquidado, nos dois contratos com fundações de apoio firmados em 2011 que foram analisados pela CGU-R/SC por ocasião desta auditoria (Contratos nº 72/2011 e nº 160/2011), não se verificou a previsão de pagamento de “taxa de administração” à fundação de apoio como um percentual do valor total do contrato.

Em informação prestada no Ofício 241/PROINFRA/2011, de 29/12/2011, constante do Relatório de Gestão 2011 da Unidade, os gestores afirmam que nos contratos firmados entre a UFSC e as suas fundações de apoio há previsão de pagamento de valores a título de ressarcimento dos serviços administrativos prestados, que são especificados através do orçamento detalhado desses gastos.

Em relação à recomendação de que a UFSC especificasse os gastos elegíveis no âmbito do projeto, bem como obtivesse detalhamento suficiente do objeto e do Plano de Trabalho dos contratos e convênios firmados, de modo a estabelecer e prever todos os tipos de despesas inerentes aos mesmos e permitir a identificação e o controle adequado de tais despesas, a UFSC informou em resposta encaminhada pelo

Ofício 092/AUDIN/2010, de 29/12/2010 (Memo n.º 231/PROINFRA/2010), que “os convênios firmados pela UFSC atendem às exigências dos órgãos concedentes. Quanto ao detalhamento do Plano de Trabalho nos contratos comunicamos que os mesmos vêm de forma detalhada, caso contrário, não será aprovado pela Procuradoria Federal junto à UFSC”.

A Resolução Normativa nº 13/CUn/2011 previu o detalhamento do Plano de Trabalho em seu artigo 4º, § 3º, nos seguintes termos: “Os projetos e ações desenvolvidos com a participação de fundações de apoio devem ser baseados em plano de trabalho que contenham os itens definidos no § 1.º do Art. 6.º do Decreto nº 7.423, de 31 de dezembro de 2010.”

Em relação à recomendação de que a UFSC se abstinhasse de aprovar despesas que não estivessem suficientemente detalhadas e justificadas, sem comprovação de sua relação com o objeto do convênio, estando a modalidade de gasto expressamente prevista no Plano de Trabalho, os gestores consideraram, em manifestação encaminhada pelo Ofício 092/AUDIN/2010, de 29/12/2010, que tal recomendação já estava em prática na UFSC (Memo n.º 222/PROINFRA/2010). Esse posicionamento da Unidade foi reiterado em manifestação apresentada à CGU-R/SC em fevereiro de 2012, pelo Ofício 46/GR/2012.

Em que pese a manifestação dos gestores, verificou-se, conforme já relatado, que a Universidade promove apenas a análise formal das prestações de contas das fundações de apoio, sem verificação dos documentos de despesas, e que apesar de existirem fiscais formalmente designados pela UFSC para acompanhar esses contratos, os mesmos não tem elaborado relatório de fiscalização.

Reitera-se, por oportuno, que nos trabalhos desta auditoria não foram realizados testes para aferir a regularidade das despesas realizadas pelas fundações de apoio no exercício. Considerando a publicação, pela UFSC, em setembro de 2011, da Resolução Normativa nº 13/CUn/2011, que trata da relação da Universidade com suas fundações de apoio, seria oportuna a verificação de tal regularidade a partir de 2012.

Informação da PROAD em out/2012 (PPP 243915):

A responsabilidade da gestão dos Contratos com Fundações de Apoio é da UFSC através do atual Departamento de Projeto, Contratos e Convênios da PROAD e deve ser por ele o recebimento e conferência, e no caso de divergência deve ser sanado tempestivamente, para não deixar dúvida da competência na administração de recursos públicos. A

apresentação da Prestação de Contas (não documental) ainda é somente através de relatório apresentado ao Pró-Reitor de Administração, mas em breve estaremos discutindo com as Fundações de Apoio para que a apresentação da Prestação de Contas no seu inteiro teor e por via digital através do SPA, pois faz parte de um Plano de Ação do Departamento de Projetos, Contratos e Convênios/PROAD um controle efetivo sobre os Contratos em geral, entre eles o com as Fundações de Apoio.

Informação da FUNJAB em out/2012 (Ofício n.º 075/2012, à SEAI):

No que se refere à contratação de obras, compras e serviços realizados com recursos federais, a Fundação vem seguindo o recomendado pela UFSC e pela legislação vigente.

Quanto ao atesto nos comprovantes de despesas por agente responsável pelo recebimento efetivo do bem adquirido, informamos que todos os documentos são assinados pelo coordenador e pelo fiscal do projeto, ambos indicados pela UFSC.

Informamos ainda que não temos nenhuma prestação de contas pendente ou em atraso, e que a Fundação Boiteux vem entregando suas prestações de contas sempre dentro do prazo previsto em contrato.

Referente ao ressarcimento dos serviços administrativos prestados, quando previsto em contrato a Fundação executa de acordo com o informado no plano de trabalho. Todos os documentos comprovando estes pagamentos ficam arquivados na Fundação. Quando não previsto o ressarcimento das despesas a Fundação executa a gestão financeira do projeto mantendo sua estrutura com seus próprios recursos.

Informação da FEESC em out/2012 (Ofício n.º FEESC/GE/1730/2012, à SEAI):

Sobre a necessidade de observância da legislação federal relativa às normas de licitação, a FEESC vem seguindo tal determinação, conforme especificado nos convênios/contratos, parecer da Procuradoria, bem como especificado na Lei 12.349/2010, que altera a Lei 8.958/1994 e seu Decreto 7.423/2010. Ressaltamos o recebimento do ofício circular n.º 027/PROINFRA/2010, de 15/12/2010, no qual a UFSC comunica a necessidade de observância da legislação federal relativa às normas de licitação.

Em relação à recomendação de que a UFSC orientasse as fundações de apoio para que as mesmas não executassem despesas sem vínculo com o objeto contratado e posterior menção ao ofício 241/PROINFRA/2011, de 29/12/2011, informamos que não tomamos conhecimento do mesmo. Entretanto, afirmamos que todas as despesas realizadas tem vínculo com o projeto, uma vez que o coordenador quando faz as solicitações de aquisição de bens e serviços, informa em qual rubrica e item de dispêndio a despesa está relacionada.

Sobre a obrigatoriedade de identificar os comprovantes das despesas realizadas, a FEESC mantém guardado em seus arquivos toda a documentação de âmbito administrativo e financeiro dos projetos que gerencia. Ressalta-se que foram encaminhadas prestações de contas com cópias de todos os comprovantes de despesas em vários projetos, porém a UFSC determinou que fossem encaminhados apenas as planilhas com a relação detalhada das despesas, sendo que a mesma, a qualquer tempo poderia solicitar tais documentos. Também é importante enfatizar que tal procedimento consta dos contratos firmados entre a UFSC e a FEESC.

Sobre a comprovação das despesas, afirmamos que todas as notas fiscais são devidamente atestadas pelo coordenador do projeto, ou por pessoas por este designada, a qual recebe os materiais ou acompanha a execução dos serviços.

Sobre a previsão ou proibição expressa de pagamento de taxa relativa a despesas operacionais e administrativas, esclarecemos que, quando previsto, a Fundação cobra o ressarcimento de suas despesas operacionais e administrativas. Quando não é previsto, a Fundação realiza as atividades de gestão administrativa e financeira, prestação de contas, bem como assume todas as responsabilidades, sem qualquer ônus ao projeto ou à Universidade.

Sobre a especificação dos gastos elegíveis no âmbito dos projetos, informamos que, desde 2008, por orientação da UFSC, ao tramitar um projeto, é necessário apresentar uma série de documentos, entre eles o plano de trabalho, denominado nos contratos de “anexo II”, no qual ficam registradas as rubricas previstas para os projetos, bem como os itens de dispêndio em cada uma. Todas as despesas ocorrem de acordo com os itens previstos. Destaca-se que em 07 de agosto de 2012, foi realizada uma reunião com o Pró-Reitor de Administração, Senhor Antônio Carlos Montezuma, que relatou a necessidade de cumprimento do plano de trabalho, no que se refere aos valores lá especificados, e que qualquer alteração deveria ser feita após a devida autorização da UFSC, por meio de apostilamento. Na ocasião, o Pró-Reitor informou que a FEESC receberia um comunicado formal a respeito, porém até a presente data não constatamos o recebimento do referido comunicado. Mesmo assim, estamos dando prosseguimento às orientações.

Sobre a entrega das prestações de contas, os contratos de gestão entre a UFSC e a FEESC tem previsão de que a prestação de contas deve ser entregue em até 60 dias após o término da vigência deste contrato. Desta forma a FEESC tem procurado cumprir tais prazos, da melhor maneira. Assim, em 2010, aprimorou seu sistema de gestão de projetos, com a implantação de um módulo para registro, manutenção e acompanhamento das prestações de contas de todos os projetos. Atualmente, a FEESC não tem prestações de contas em atraso.

Com relação à prestação de contas do contrato 229/2009, correspondente ao projeto intitulado “Programa de Recursos Humanos da ANP para o Setor Petróleo e Gás”, com vigência de 18/08/2009 a 31/12/2010, coordenado pelo professor Júlio Elias Normey Rico, comunicamos que a referida prestação de contas foi encaminhada para UFSC em 23/02/2010, por meio do ofício FEESC/153-10, recebido pela Chefe do Serviço de Análise e Controle, vinculada a SEPLAN, em 24/02/2010, conforme documento anexo. Ou seja, dentro do prazo estabelecido no aludido contrato. Ressaltamos que esta informação consta no Relatório de Auditoria Anual de Contas – Exercício 2011, página 89.

Síntese dos Resultados Obtidos					
-					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Não foram identificados fatores positivos e negativos					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
19	016.406/2009-0	2616/2011-Segunda Câmara	1.5.1.2.1	DE	429/2011-TCU/SECEX-SC
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina					429
Descrição da Deliberação					
1.5.1. Determinar a UFSC que: [...]					
1.5.1.2. nas próximas contas, informe as providências adotadas:					
1.5.1.2.1. sobre o atendimento, no âmbito das suas competências, das determinações emanadas pelo Acórdão TCU nº 2.731/2008 - Plenário, objeto de auditoria feita pelo TCU (Processo nº 017.177/2008-2), avaliando, no plano nacional, o relacionamento das Instituições Federais de Ensino Superior - IFES com suas fundações de apoio;					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Pró-Reitoria de Infraestrutura					26114
Pró-Reitoria de Administração					26114
Síntese da Providência Adotada					
<u>Análise da CGU (Informação 2.1.1.2 – Relatório de Análise das Contas de 2011):</u>					
No Acórdão TCU nº 2.731/2008 – Plenário, o Tribunal determinou ao Ministério da Educação que instituisse ato normativo regulamentando o relacionamento das Instituições Federais de Ensino Superior – IFES - com suas fundações de apoio de forma que as IFES cumprissem as medidas contidas no texto do Acórdão.					
A partir da emissão do Acórdão TCU nº 2.731/2008 – Plenário, foi promulgada a Lei nº 12.349/2010, que alterou a Lei nº 8.958/1994, que dispõe sobre as relações entre as IFES e as fundações de apoio, bem como entrou em vigor o Decreto nº 7.423/2010, que regulamentou a Lei nº 8.958/1994 com base nas alterações feitas pela Lei nº 12.349/2010.					
No âmbito da UFSC, foi baixada a Resolução Normativa 13/CUn/2011, de 27/09/2011, do Conselho Universitário, órgão superior da entidade, com o objetivo de dispor internamente, com base na nova legislação, a relação entre a Universidade e suas fundações de apoio. De forma geral, essa Resolução abarcou as determinações contidas na nova legislação que tratou do assunto, porém alguns conteúdos não foram contemplados pelo normativo interno, conforme exposto em item específico deste relatório, que trata da confrontação feita entre os textos da Resolução Normativa 13/CUn/2011 e do Decreto nº 7.423/2010.					
No âmbito nacional, comparando-se as medidas de controle que o TCU buscou implantar com o Acórdão TCU nº 2.731/2008 – Plenário, com os textos da Lei nº 12.349/2010 e do Decreto nº 7.423/2010, verificamos que embora o Acórdão TCU nº 2.731/2008 – Plenário tenha tratado, no item 9.2.9, de forma explícita, que a contratação de fundações de apoio para realização de concursos vestibulares deveria ser evitada pelas IFES, a Lei nº 12.349/2010 e o Decreto nº 7.423/2010 abstiveram-se de especificar a contratação de concursos vestibulares como uma das atividades vedadas (ver art. 1º, §3º, inciso I da Lei nº 8.958/1994, incluído pela Lei nº 12.349/2010, bem como o art. 2º, §2º do Decreto nº 7.423/2010).					
No âmbito da UFSC, esse entendimento do legislador tem relevância, uma vez que a Universidade segue contratando fundações de apoio por dispensa de licitação para a realização de concursos vestibulares, embora exista constatação da CGU-R/SC para que essa prática não seja continuada pela Unidade. A UFSC informa que essas contratações são realizadas “apenas para pagamento de serviços de terceiros”, conforme manifestação encaminhada à CGU-R/SC pelo Ofício nº 46/2012/GR, de 22/02/2012, por ocasião da atualização das medidas adotadas para cumprimento das recomendações constantes do Relatório CGU nº 224886, relativo às contas de 2008.					
Tal manifestação, transcrita a seguir, se refere à constatação do item 4.2.2.4 do referido Relatório, cuja recomendação foi “Proceder a realização de contratação direta de todos os materiais e serviços de suporte ao vestibular da UFSC pela própria Universidade. Em casos excepcionais, nos quais isto não seja exequível, apresentar a devida justificativa e demonstrar, com o devido detalhamento, a impossibilidade de contratação direta pela própria Universidade dos serviços eventualmente contratados via fundação de apoio e as possíveis medidas a serem adotadas pela UFSC visando sanar a situação.”					
A manifestação da UFSC em março de 2011, ratificada em fevereiro de 2012, se deu nos seguintes termos: “A Proinfra informa que os recursos oriundos das inscrições dos candidatos ao concurso vestibular da UFSC são depositados na conta única da Instituição e as aquisições, necessárias para a realização do vestibular, são realizadas pela UFSC através de processos licitatórios com sistema de registro de preço – SRP. A UFSC realiza contrato com a					

FAPEU para repasse de recursos oriundos das inscrições apenas para pagamento de serviços de terceiros.” Com base nas informações relatadas, e tendo em vista o posicionamento do TCU no Acórdão nº 2.731/2008 – Plenário frente aos conteúdos dos textos da Lei nº 12.349/2010 e do Decreto nº 7.423/2010 no que se refere à proibição de contratação de fundação de apoio para a realização de concursos vestibulares, a CGU-R/SC entende por oportuna a manifestação do TCU quanto à possibilidade ou não de contratação de fundações de apoio para a viabilização dos concursos vestibulares pelas IFES.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
-					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Não foram identificados fatores positivos e negativos					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
20	016.406/2009-0	2616/2011-Segunda Câmara	1.5.1.2.2	DE	429/2011-TCU/SECEX-SC
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina					429
Descrição da Deliberação					
1.5.1. Determinar a UFSC que: [...] 1.5.1.2. nas próximas contas, informe as providências adotadas: 1.5.1.2.2. para solucionar o problema de obsolescência do parque tecnológico da imprensa universitária, seja com sua modernização, seja por meio da terceirização dos serviços;					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Pró-Reitoria de Infraestrutura					26114
Pró-Reitoria de Administração					26114
Síntese da Providência Adotada					
Na atualização do Plano de Providências do Relatório 224886, a CGU solicitou manifestação do Gestor referente à Constatação 075, Recomendação 001, que se deu nos seguintes termos: Foi realizado um Fórum de Planejamento envolvendo todos os Pró-Reitores Secretários e seus Adjuntos bem como a Mag. ^a Reitora e a Vice Reitora onde foi elaborado um Planejamento Estratégico com vistas a identificar lacunas e sobreposição de tarefas bem como as devidas condições de trabalho para que estas possam ser realizadas com desenvoltura. A próxima etapa é a apresentação dos projetos para os encaminhamentos. A Imprensa Universitária já elaborou a lista de suas necessidades para estar capacitada a atender plenamente as demandas da Universidade. Salientamos que estamos em negociação com a Imprensa Nacional de Brasília onde esta se manifestou em doar um equipamento que será de muita utilidade para a estruturação da Imprensa Universitária, neste sentido já enviamos 2 técnicos para identificar as condições do equipamento e segundo os mesmos o equipamento atende perfeitamente nossos trabalhos. Abaixo apresentamos a lista dos principais equipamentos a serem adquiridos. 1. Aquisição de Máquinas OFFSET 04 (quatro) Cores; Objetivo: Agilizar e buscar qualidade na produção de serviços com seleção de cores para grande quantidade de impressões. 2. Aquisição da Máquina OFFSET Bicolor com Reversão Objetivo: Imprimir frente e verso, cadernos de livros e qualquer outro tipo de impressão pela metade do tempo 3. Aquisição da Máquina IMAGESSET(doação); Objetivo: Realizar nossos próprios fotolitos; 4. Aquisição de uma Máquina de Grampear com Cabeçote Duplo; Objetivo: Agilizar a etapa de grampeamento; 5. Aquisição de Máquina de Corte Tri-lateral Automática; Objetivo: Agilidade e melhorar a qualidade nos cortes de livros e revistas, substituindo o equipamento manual hoje existente na IU; 6. Substituição ou Revisão Geral da Máquina de Colar Capa em Livros e Revistas; Objetivo: Produzir com mais qualidade e agilidade o serviço de colocação de capa. 7. Aquisição de Máquina de Corte e Vinco e Hot Stanping; Objetivo: Agregar novos serviços na IU; 8. Aquisição de CTP; Objetivo: Ter total autonomia para a realização de serviços com toda a segurança dentro da própria Instituição; 9. Aquisição de Impressoras Digitais Profissionais para impressão em cores e preto e branco; Objetivo: Atender com rapidez e qualidade as solicitações de impressões coloridas em preto e branco com tiragem					

até 1000 (mil);					
10. Aquisição de Máquina Dobradeira de Folders;					
Objetivo: Dinamizar a qualidade deste serviço ao cliente;					
11. Aquisição de 01 (uma) Perfuradora Elétrica Profissional;					
Objetivo: Atender a serviços de acabamento de livros, agendas de usuários que optam por este serviço;					
Com referência à Recomendação 002 da mesma Constatação do Relatório 224886, a PROAD informa que a Imprensa está se mobilizando para a compra destes equipamentos visto que tem mandado para avaliação pessoas do quadro com experiência, recentemente indo a Brasília/DF avaliar um equipamento que será muito útil no aumento de capacidade para atendimento de serviços que exigem o uso de fotolito, bem como a apresentação do projeto no Fórum de Planejamento.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
-					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Não foram identificados fatores positivos e negativos					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
21	016.406/2009-0	2616/2011-Segunda Câmara	1.5.1.2.3	DE	429/2011-TCU/SECEX-SC
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina					429
Descrição da Deliberação					
1.5.1. Determinar a UFSC que:					
[...]					
1.5.1.2. nas próximas contas, informe as providências adotadas:					
1.5.1.2.3. acerca dos ressarcimentos ao erário dos valores equivocadamente pagos a título de ajuda de custo aos servidores matrículas Siape nºs 53.905 e 357.830, e a título de aposentadoria com proventos integrais para ao beneficiário de pensão matrícula Siape nº 4.131.081;					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Pró-Reitoria de Desenvolvimento Humano e Social					26115
Secretaria de Gestão de Pessoas					26115
Síntese da Providência Adotada					
Incluída a rubrica de ressarcimento ao erário, no mês de abril de 2009, no pagamento dos servidores matrícula Siape 53965 e 357836.					
Com referência a matrícula Siape 413681 não foi incluída a rubrica de reposição ao erário em virtude de a beneficiária de pensão ter conseguido por meio do Mandado de Segurança nº 2009.72.00011347-3/SC o restabelecimento do valor da pensão pago até março de 2009.					
A Sentença judicial foi publicada no Diário Eletrônico de 24/02/2010. Abaixo transcrevemos alguns itens da sentença judicial:					
17. Conforme já afirmado, a impetrante recebe, desde março de 2003, pensão correspondente à integralidade dos proventos da aposentadoria voluntária, não havendo colaborado de nenhuma forma para o alegado "pagamento a maior", de modo que é forçoso reconhecer que agiu de boa-fé.					
18. Em conclusão, caracterizada a boa-fé e o transcurso do prazo decadencial de cinco anos a partir da prática do ato tido por ilegal, a Administração não pode mais anulá-lo, reduzindo o valor da pensão percebida pela impetrante. Não pode, tampouco, proceder aos descontos, a título de reposição ao erário, dos valores que supostamente lhe foram pagos a maior.					
19. Em face do exposto, confirmo a ordem liminar e concedo a segurança para declarar nulo o Ofício 77/DDAP/2009, de 23.9.2009, e determinar à autoridade impetrada que restabeleça o pagamento do valor integral da pensão à impetrante, da forma como calculada até março de 2009, e que se abstenha de cobrar valores ou de realizar descontos a título de reposição ao erário.					
A impetrante deverá ser ressarcida das custas processuais adiantadas. Não há condenação ao pagamento de honorários advocatícios, em razão do disposto no artigo 25 da Lei nº. 12.016, de 7 de agosto de 2009.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Incluída a rubrica de ressarcimento ao erário, no mês de abril de 2009, no pagamento dos servidores matrícula Siape 53965 e 357836.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
As providências foram adotadas de acordo com as determinações do TCU e decisão judicial.					

Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
22	016.406/2009-0	2616/2011-Segunda Câmara	1.5.1.2.4	DE	429/2011-TCU/SECEX-SC
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina					429
Descrição da Deliberação					
1.5.1. Determinar a UFSC que: [...] 1.5.1.2. nas próximas contas, informe as providências adotadas: 1.5.1.2.4. acerca do ressarcimento dos valores indevidamente pagos a título de ajuda de custo ao servidor matrícula Siape nº 2.123.097;					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Pró-Reitoria de Desenvolvimento Humano e Social					26115
Secretaria de Gestão de Pessoas					26115
Síntese da Providência Adotada					
Incluída a rubrica de ressarcimento ao erário, no mês de abril de 2009, no pagamento da servidora matrícula Siape 2123697. A CGU informa na última análise enviada à UFSC, no exercício de 2012, que, "tendo em vista a manifestação dos Gestores e os anexos apresentados, consideramos que a recomendação foi atendida.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Providenciada a inclusão da rubrica de reposição ao erário no pagamento da servidora.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
A adoção das providências por parte da SEGESP com relação a situação acima indicada foi realizada de acordo com as rotinas estabelecidas					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
23	016.406/2009-0	2616/2011-Segunda Câmara	1.5.1.2.5	DE	429/2011-TCU/SECEX-SC
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina					429
Descrição da Deliberação					
1.5.1. Determinar a UFSC que: [...] 1.5.1.2. nas próximas contas, informe as providências adotadas: 1.5.1.2.5. sobre o aprimoramento dos seus procedimentos de controle interno relacionados com a verificação de lançamento de informações em fichas financeiras e de dados cadastrais.					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Pró-Reitoria de Desenvolvimento Humano e Social					26115
Secretaria de Gestão de Pessoas					26115
Síntese da Providência Adotada					
O período da homologação da folha de pagamento tem como objetivo permitir ao usuário (servidor) analisar e corrigir os lançamentos cadastrais e financeiros efetuados para os servidores ativos, aposentados e pensionistas.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Utiliza-se o período de homologação da folha de pagamento para analisar e corrigir os lançamentos cadastrais e financeiros.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
O fator negativo para um controle interno com relação a verificação dos lançamentos cadastrais e financeiros é a diversificação de atividades exercidas. O lançamento cadastral ou financeiro na maioria das vezes é interrompido para atendimento ao usuário, por telefone ou pessoalmente.					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
24	856.701/1998-0	10204//2011-Segunda Câmara	1.6.1	DE	44714-TCU/SEFIP
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG

Universidade Federal de Santa Catarina					429
Descrição da Deliberação					
1.6.1. Determinar à Universidade Federal de Santa Catarina que, nos termos do art. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU, submeta, via Sisac, novos atos de concessão de aposentadoria para os servidores Paulo Leonardo Medeiros Vieira, Lindomar Antonio Fabro, Vânia Raulino Ribeiro, Raquel Stela de Sá Siebert, Eunice Passaglia Nascimento, Maria Salete Dagostim e Bernadete Maria Costa, uma vez que não consta mais dos mencionados atos a parcela referente à URP. [...]					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Pró-Reitoria de Desenvolvimento Humano e Social					26115
Secretaria de Gestão de Pessoas					26115
Síntese da Providência Adotada					
Foram providenciados, no Sistema SISACNet, novo cadastramento de informações relativas a concessão de aposentadoria dos servidores arrolados no referido Acórdão (Ofício n.º 120/2012/DDAP, de 9/2/2012, à SEFIP)					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Cadastramento de novo ato no sistema SISACnet.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
A adoção das providências por parte da SEGESP com relação a situação acima indicada foi realizada de acordo com as rotinas estabelecidas.					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
25	030.659/2011-6	10818/2011-Segunda Câmara	1.6.1	DE	43583-TCU/SEFIP
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina					429
Descrição da Deliberação					
1.6. determinar à Universidade Federal de Santa Catarina que: 1.6.1. providencie o encaminhamento, no prazo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da ciência da presente decisão, por intermédio do sistema Sisac, de novos atos de admissões para os interessados constante do presente processo, para apreciação por este Tribunal, corrigindo as falhas de lançamento verificadas nos atos de admissões; [...]					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Pró-Reitoria de Desenvolvimento Humano e Social					26115
Secretaria de Gestão de Pessoas					26115
Síntese da Providência Adotada					
Foram ultimadas as medidas a cargo desta Universidade, relativas aos atos de admissão submetidos à apreciação desse Tribunal, tendo sido também cadastrados no Sistema SISAC novos atos, livres das falhas apontadas ou confirmadas por esta Direção (Memorando n.º 010/DDPP/PRDHS/2012, de 13/2/2012, à AUDIn) Esta Informação, junto com a “tabela 1- relação de atos cadastrados no sistema SISAC relativa ao processo TC-030.659/2011-6”, foi repassada à SEFIP por meio do Ofício n.º 8/2012/GR.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
Os atos de admissão foram cadastrados no SISAC no prazo estabelecido.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
O fator negativo para a adoção das providências no prazo foram a carência de pessoal e o volume de admissões no período.					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
26	014.525/2011-9	10956/2011-Segunda Câmara	9.3	DE	44835 - TCU/Sefip
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina					429
Descrição da Deliberação					

[...]					
9.1. considerar ilegal o ato de aposentadoria em favor de Lenir Pierri Machado, negando-lhe registro;					
[...]					
9.3. determinar à Universidade Federal de Santa Catarina que:					
9.3.1 converta a parcela alusiva ao percentual de 3,17% em VPNI, aplicando-se a esta parcela somente os reajustes gerais concedidos ao funcionalismo público, a título de reajuste, uma vez que não se pode extrair da sentença proferida no âmbito da Ação Ordinária 99.0003933-5/SC entendimento de que tal rubrica deveria continuar sendo paga, no futuro, de modo continuado, sob a forma de percentual incidente sobre quaisquer das demais parcelas integrantes da remuneração da interessada;					
9.3.2. em caso de decisão desfavorável à interessada no âmbito do processo nº 2006.72.00.009358-8/SC, faça cessar os pagamentos decorrentes do ato em tela, promovendo, nos termos do art. 46 da Lei nº 8.112/1990, a restituição ao erário dos valores que lhes foram pagos indevidamente;					
[...]					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Pró-Reitoria de Desenvolvimento Humano e Social					26115
Secretaria de Gestão de Pessoas					26115
Síntese da Providência Adotada					
Ofício nº. 116/2012/DDAP à SEFIP/TCU com o seguinte teor:					
1. Em atendimento ao Controle nº 445835 – TCU/Sefip, de 02/01/2012, que encaminhou a esta Universidade cópia do Acórdão nº 10956-TCU – Segunda Câmara, prolatado na Sessão de 08/11/2011, Ata 40/2011, informamos:					
2. A servidora LENIR PIERRI MACHADO tomou ciência do inteiro teor do Acórdão nº 10956/2011-TCU – Segunda Câmara, em 19/01/2012, conforme comprovante anexo.					
3. Com relação à determinação contida nos item 9.3.1, do citado Acórdão que trata da conversão da parcela alusiva ao percentual de 3,17% em VPNI, informamos que por tratar-se de decisão judicial a parcela de 3,17% está sendo paga na rubrica decisão judicial transitado em julgado.					
4. Informamos, também, que em cumprimento a determinação do Acórdão nº 2161/2005/TCU a Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão transferiu todas as decisões judiciais cadastradas no Sistema de Cadastro de Ação Judicial – SICAJ, referentes a planos econômicos, para novos objetos com assunto de cálculo 21, com os valores pagos na folha de junho de 2006, sendo que estes valores a partir dessa data não sofreram qualquer correção ou reajustamento.					
5. Com relação ao item 9.5 informamos que o processo nº 2006.72.00.009358-8/SC (hora-extra), desde 11/11/2011, encontra-se no Superior Tribunal de Justiça, no Gabinete do Ministro Gilson Dipp.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
A parcela alusiva ao percentual dos 3,17% já foi transformada em V.P.N.I apesar de estar sendo paga na rubrica de decisão judicial, desde junho de 2006, sem sofrer qualquer reajuste.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
A adoção das providências por parte da SEGESP com relação a situação acima indicada foi realizada de acordo com as rotinas estabelecidas pelo Ministério do Planejamento, orçamento e Gestão.					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
27	015.735/2011-7	10960/2011-Segunda Câmara	9.3	DE	44873 - TCU/Sefip
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina					429
Descrição da Deliberação					
9.1. considerar ilegal o ato de aposentadoria em favor de Eleonor Minho Conill, negando-lhe o respectivo registro;					
[...]					
9.3. determinar à Fundação Universidade Federal de Santa Catarina que:					
9.3.1. faça cessar, em caso de sentença desfavorável à Sra. Eleonor Minho Conill, no âmbito da Medida Cautelar nº 2009.71.00.004888-2/RS em trâmite na Justiça Federal do Rio Grande do Sul, os pagamentos da parcela referente à URP (26,05%), promovendo, nos termos do art. 46 da Lei 8.112/1990, a restituição ao erário dos valores pagos indevidamente a partir do mês subsequente ao do presente Acórdão;					
9.3.2. converta a parcela alusiva ao percentual de 3,17% em VPNI, aplicando-se a essa parcela somente os reajustes gerais concedidos ao funcionalismo público, uma vez que não se coaduna com a sentença proferida o entendimento de que tal rubrica deveria continuar sendo paga, no futuro, de modo continuado, sob a forma de percentual incidente sobre quaisquer das demais parcelas integrantes da remuneração da interessada;					
[...]					

Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Pró-Reitoria de Desenvolvimento Humano e Social					26115
Secretaria de Gestão de Pessoas					26115
Síntese da Providência Adotada					
Ofício nº. 163/2012/DDAP à SEFIP/TCU com o seguinte teor: 1. Em atendimento ao Controle nº 44873 – TCU/Sefip, de 04/01/2012, que encaminhou a esta Universidade cópia do Acórdão nº 10960-TCU – Segunda Câmara, prolatado na Sessão de 8/11/2011, Ata 40/2011, informamos: 2. A servidora ELEONOR MINHO CONILL tomou ciência do inteiro teor do Acórdão nº 11894/2011-TCU – Segunda Câmara, em 17/01/2012, conforme comprovante anexo. 3. Com relação à determinação contida nos item 9.3.2, do citado Acórdão que trata da conversão da parcela alusiva ao percentual de 3,17% em VPNI, informamos que por tratar-se de decisão judicial a parcela de 3,17% está sendo paga na rubrica decisão judicial transitado em julgado. 4. Informamos, também, que em cumprimento a determinação do Acórdão nº 2161/2005/TCU a Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão transferiu todas as decisões judiciais cadastradas no Sistema de Cadastro de Ação Judicial – SICAJ, referentes a planos econômicos, para novos objetos com assunto de cálculo 21, com os valores pagos na folha de junho de 2006, sendo que estes valores a partir dessa data não sofreram qualquer correção ou reajustamento.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
A parcela alusiva ao percentual dos 3,17% já foi transformada em V.P.N.I apesar de estar sendo paga na rubrica de decisão judicial, desde junho de 2006, sem sofrer qualquer reajuste.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
A adoção das providências por parte da SEGESP com relação a situação acima indicada foi realizada de acordo com as rotinas estabelecidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
28	015.379/2011-6	11183/2011-Segunda Câmara	9.2	DE	44857 - TCU/Sefip
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina					429
Descrição da Deliberação					
[...] <p>9.1. com fundamento no art. 39, inciso II, da Lei n.º 8.443/1992, considerar ilegal o ato de aposentadoria em nome de José Cláudio Viana, negando-lhe o respectivo registro;</p> <p>9.2. com fundamento nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262 do Regimento Interno desta Corte, determinar à Universidade Federal de Santa Catarina que:</p> <p>9.2.1. converta a parcela alusiva ao percentual de 3,17% em VPNI, aplicando-se a esta parcela somente os reajustes gerais concedidos ao funcionalismo público, a título de reajuste, uma vez que não se coaduna com a sentença proferida o entendimento de que tal rubrica deveria continuar sendo paga, no futuro, de modo continuado, sob a forma de percentual incidente sobre quaisquer das demais parcelas integrantes da remuneração do interessado;</p> <p>9.2.2. uma vez desconstituída a decisão judicial que assegura a manutenção do pagamento de "horas extras judiciais", promova, nos termos do art. 46 da Lei nº 8.112, de 1990, a restituição dos valores indevidamente pagos a esse título, sem prejuízo da implementação das demais providências inerentes à negativa de registro do ato de concessão por esta Corte de Contas;</p> [...]					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Pró-Reitoria de Desenvolvimento Humano e Social					26115
Secretaria de Gestão de Pessoas					26115
Síntese da Providência Adotada					
Ofício nº. 121/2012/DDAP à SEFIP/TCU com o seguinte teor: 1. Em atendimento ao Controle nº 44857 – TCU/Sefip, de 04/01/2012, que encaminhou a esta Universidade cópia do Acórdão nº 11183/2011-TCU – Segunda Câmara, prolatado na Sessão de 22/11/2011, Ata 41/2011, informamos: 2. O servidor JOSÉ CLÁUDIO VIANA tomou ciência do inteiro teor do Acórdão nº 11183/2011-TCU – Segunda Câmara, em 18/01/2012, conforme comprovante anexo. 3. Com relação à determinação contida nos item 9.2.1, do citado Acórdão que trata da conversão da parcela alusiva					

<p>ao percentual de 3,17% em VPNI, informamos que por tratar-se de decisão judicial a parcela de 3,17% está sendo paga na rubrica decisão judicial transitado em julgado.</p> <p>4. Informamos, também, que em cumprimento a determinação do Acórdão nº 2161/2005/TCU a Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão transferiu todas as decisões judiciais cadastradas no Sistema de Cadastro de Ação Judicial – SICAJ, referentes a planos econômicos, para novos objetos com assunto de cálculo 21, com os valores pagos na folha de junho de 2006, sendo que estes valores a partir dessa data não sofreram qualquer correção ou reajustamento.</p> <p>5. Com relação ao item 9.3 informamos que o processo nº 2006.72.00.009358-8/SC (hora-extra), desde 11/11/2011, encontra-se no Superior Tribunal de Justiça, no Gabinete do Ministro Gilson Dipp.</p>					
Síntese dos Resultados Obtidos					
A parcela alusiva ao percentual dos 3,17% já foi transformada em V.P.N.I apesar de estar sendo paga na rubrica de decisão judicial, desde junho de 2006, sem sofrer qualquer reajuste					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
A adoção das providências por parte da SEGESP com relação a situação acima indicada foi realizada de acordo com as rotinas estabelecidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
29	025.367/2010-2	11473/2011-Segunda Câmara	9.2	DE	44563 - TCU/Sefip
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina					429
Descrição da Deliberação					
<p>[...]</p> <p>9.1. considerar ilegal o ato de fls. 2/5, de interesse de Ellen Jane Grim Ussami, negando-lhe o respectivo registro;</p> <p>9.2. determinar à Universidade Federal de Santa Catarina que:</p> <p>[...]</p> <p>9.2.2. converta a parcela alusiva ao percentual de 3,17% em VPNI, aplicando-se a esta somente os reajustes gerais concedidos ao funcionalismo público, a título de reajuste, uma vez que não se coaduna com a sentença proferida o entendimento de que tal rubrica deveria continuar sendo paga, no futuro, de modo continuado, sob a forma de percentual incidente sobre quaisquer das demais parcelas integrantes da remuneração da interessada;</p> <p>9.2.3. aplique à VPNI decorrente da URV (3,17%) o entendimento consignado no Acórdão nº 2.161/2005-TCU-Plenário, segundo o qual as novas estruturas remuneratórias criadas por lei deverão necessariamente absorver a mencionada vantagem, a despeito da decisão judicial que atualmente dá amparo ao pagamento;</p> <p>9.2.4. acompanhe o deslinde do processo nº 2006.72.00.009358-8/SC, e caso ocorra a desconstituição da sentença, faça cessar os pagamentos decorrentes do ato em tela, promovendo, nos termos do art. 46 da Lei nº 8.112/1990, a restituição ao erário dos valores pagos indevidamente à interessada;</p> <p>9.3. orientar à Universidade Federal de Santa Catarina que a concessão considerada ilegal poderá prosperar, mediante emissão de novo ato livre das irregularidades apontadas, conforme previsto no art. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU;</p> <p>[...]</p>					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Pró-Reitoria de Desenvolvimento Humano e Social					26115
Secretaria de Gestão de Pessoas					26115
Síntese da Providência Adotada					
<p>Ofício nº. 079/2012/DDAP à SEFIP/TCU com o seguinte teor:</p> <p>1. Em atendimento ao Controle nº 44563 – TCU/Sefip, de 14/12/2011, que encaminhou a esta Universidade cópia do Acórdão nº 11473/2011-TCU – Segunda Câmara, prolatado na Sessão de 29/11/2011, Ata 42/2011, informamos:</p> <p>2. A servidora ELLEN JANE GRIM USSAMI tomou ciência do inteiro teor do Acórdão nº 11473/2011-TCU – Segunda Câmara, em 06/01/2012, conforme comprovante anexo.</p> <p>3. Com relação à determinação contida nos item 9.2.2, do citado Acórdão que trata da conversão da parcela alusiva ao percentual de 3,17% em VPNI, informamos que por tratar-se de decisão judicial a parcela de 3,17% está sendo paga na rubrica decisão judicial transitado em julgado.</p> <p>4. Informamos, também, que em cumprimento a determinação do Acórdão nº 2161/2005/TCU a Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão transferiu todas as decisões judiciais cadastradas no Sistema de Cadastro de Ação Judicial – SICAJ, referentes a planos econômicos, para novos objetos com assunto de cálculo 21, com os valores pagos na folha de junho de 2006, sendo que estes valores a partir dessa data não sofreram qualquer correção ou reajustamento.</p>					

5. Com relação ao item 9.2.4 que trata do acompanhamento do processo nº 2006.72.00.009358-8/SC (hora-extra) informamos que o processo, desde 11/11/2011, encontra-se no Superior Tribunal de Justiça, no Gabinete do Ministro Gilson Dipp.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
A parcela alusiva ao percentual de 3,17% foi transformada em V.P.N.I e não sofre qualquer reajuste desde junho de 2006.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
A adoção das providências por parte da SEGESP com relação a situação acima indicada foi realizada de acordo com as rotinas estabelecidas pelo Ministério do Planejamento, orçamento e Gestão.					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
30	014.523/2011-6	11887/2011-Segunda Câmara	9.3	DE	44833 - TCU/Sefip
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina					429
Descrição da Deliberação					
[...] 9.1. com fundamento no art. 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, considerar ilegal o ato de aposentadoria em nome de José Francisco de Assis Batinga (peça 10), negando-lhe o respectivo registro; [...] 9.3. determinar à Universidade Federal de Santa Catarina que: 9.3.1. converta a parcela alusiva ao percentual de 3,17% em VPNI, aplicando-se a esta parcela somente os reajustes gerais concedidos ao funcionalismo público, a título de reajuste, uma vez que não se coaduna com a sentença proferida o entendimento de que tal rubrica deveria continuar sendo paga, no futuro, de modo continuado, sob a forma de percentual incidente sobre quaisquer das demais parcelas integrantes da remuneração da interessada; 9.3.2. em caso de decisão desfavorável aos interessados no âmbito do processo nº 2006.72.00.009358-8/SC, faça cessar os pagamentos decorrentes do ato em tela, promovendo, nos termos do art. 46 da Lei nº 8.112/1990, a restituição ao erário dos valores que lhes foram pagos indevidamente; [...]					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Pró-Reitoria de Desenvolvimento Humano e Social					26115
Secretaria de Gestão de Pessoas					26115
Síntese da Providência Adotada					
Ofício nº. 118/2012/DDAP à SEFIP/TCU com o seguinte teor: 1. Em atendimento ao Controle nº 44833 – TCU/Sefip, de 02/01/2012, que encaminhou a esta Universidade cópia do Acórdão nº 11887-TCU – Segunda Câmara, prolatado na Sessão de 06/12/2011, Ata 43/2011, informamos: 2. O servidor JOSÉ FRANCISCO DE ASSIS BATINGA tomou ciência do inteiro teor do Acórdão nº 11887/2011-TCU – Segunda Câmara, em 18/01/2012, conforme comprovante anexo. 3. Com relação à determinação contida nos item 9.3.1, do citado Acórdão que trata da conversão da parcela alusiva ao percentual de 3,17% em VPNI, informamos que por tratar-se de decisão judicial a parcela de 3,17% está sendo paga na rubrica decisão judicial transitado em julgado. 4. Informamos, também, que em cumprimento a determinação do Acórdão nº 2161/2005/TCU a Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão transferiu todas as decisões judiciais cadastradas no Sistema de Cadastro de Ação Judicial – SICAJ, referentes a planos econômicos, para novos objetos com assunto de cálculo 21, com os valores pagos na folha de junho de 2006, sendo que estes valores a partir dessa data não sofreram qualquer correção ou reajustamento. 5. Com relação ao item 9.5 informamos que o processo nº 2006.72.00.009358-8/SC (hora-extra), desde 11/11/2011, encontra-se no Superior Tribunal de Justiça, no Gabinete do Ministro Gilson Dipp.					
Síntese dos Resultados Obtidos					
A parcela alusiva ao percentual de 3,17% foi transformada m V.P.N.I desde junho de 2006 e não sofre mais qualquer reajuste.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
A adoção das providências por parte da SEGESP com relação a situação acima indicada foi realizada de acordo com as rotinas estabelecidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida

31	024.929/2010-7	216/2012 - Segunda Câmara	9.3	DE	45903 - TCU/Sefip
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina					429
Descrição da Deliberação					
<p>[...]</p> <p>9.1. considerar ilegal o ato de concessão de aposentadoria de fls. 2/5, de interesse de Ailson Adolfo das Chagas (fls. 2/5), negando-lhe registro;</p> <p>[...]</p> <p>9.3. determinar à Universidade Federal de Santa Catarina que:</p> <p>9.3.1. ajuste o valor das parcelas pagas ao interessado com base em decisão judicial, a exemplo da denominada URV (3,17%), conforme determina o subitem 9.2.1.2 do Acórdão nº 2.161/2005-TCU-Plenário, por diversas vezes dirigido a essa universidade;</p> <p>9.3.2. efetue a conversão da parcela denominada horas extras em Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada (VPNI), de acordo com reiteradas orientações expedidas a essa instituição;</p> <p>9.3.3. acompanhe o deslinde do Processo nº 2006.72.00.009358-8/SC, e, caso ocorra a desconstituição da sentença, faça cessar os pagamentos dele decorrentes e considerados irregulares nos autos, promovendo, nos termos do art. 46 da Lei nº 8.112/1990, a restituição ao erário dos valores pagos indevidamente ao interessado;</p> <p>9.3.4. cientifique, no prazo de 15 (quinze) dias, contado da notificação, do inteiro teor desta deliberação ao interessado cujo ato foi considerado ilegal, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos não o exime da devolução dos valores percebidos indevidamente, caso os recursos não sejam providos;</p> <p>9.3.3. envie a este Tribunal documentos comprobatórios de que o inativo tomou ciência do julgamento desta Corte, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da ciência da presente decisão;</p> <p>9.4. oriente a entidade de origem acerca da possibilidade de emissão de novo ato, livre das irregularidades apontadas nos autos, para que seja submetido à apreciação por este Tribunal, na forma dos arts. 260, caput, e 262, §2º, do Regimento Interno do TCU;</p> <p>[...]</p>					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Pró-Reitoria de Desenvolvimento Humano e Social					26115
Secretaria de Gestão de Pessoas					26115
Síntese da Providência Adotada					
<p>Ofício nº. 290/2012/DDAP à SEFIP/TCU com o seguinte teor:</p> <p>1. Em atendimento ao Controle nº 45903 – TCU/Sefip, de 6/2/2012, que encaminhou a esta Universidade cópia do Acórdão nº 216/2012-TCU – Segunda Câmara, prolatado na Sessão de 24/01/2012, Ata 1/2012, informamos:</p> <p>2. O servidor AILSON ADOLFO DAS CHAGAS tomou ciência do inteiro teor do Acórdão nº 216/2012-TCU – Segunda Câmara, em 27/02/2012, conforme comprovante anexo.</p> <p>3. Com relação à determinação contida no item 9.3.1 do citado Acórdão que determina o ajuste do valor das parcelas pagas ao servidor com base em decisão judicial (3,17%) informamos que o valor da parcela referente ao percentual de 3,17% encontra-se congelada desde 2006, quando a Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, em cumprimento a determinação ao Acórdão nº 2161/2005/TCU, transferiu todas as decisões judiciais cadastradas no Sistema de Cadastro de Ação Judicial – SICAJ, referentes a planos econômicos, para novos objetos com assunto de cálculo 21, com os valores pagos na folha de junho de 2006, sendo que estes valores, a partir dessa data, não sofreram mais qualquer correção ou reajustamento.</p> <p>4. Com relação ao item 9.3.2 que determina a conversão da parcela denominada horas extras em Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada (VPNI) informamos que por trata-se de pagamento judicial a parcela de hora extra está sendo paga na rubrica de Decisão Judicial.</p> <p>5. O processo nº 2006.72.00.009358-8/SC (hora-extra), desde 11/11/2011, encontra-se no Superior Tribunal de Justiça, no Gabinete do Ministro Gilson Dipp.</p>					
Síntese dos Resultados Obtidos					
A parcela alusiva ao percentual de 3,17% foi convertida em Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada (VPNI), e não sofre qualquer reajuste desde junho de 2006.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
A adoção das providências por parte da SEGESP com relação a situação acima indicada foi realizada de acordo com as rotinas estabelecidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.					

Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
32	025.392/2010-7	954//2012-Segunda Câmara	9.2	DE	46913-TCU/Sefip – de 2/03/2012
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina					429
Descrição da Deliberação					
<p>[...]</p> <p>9.2. determinar à Universidade Federal de Santa Catarina que:</p> <p>[...]</p> <p>9.2.2. converta a parcela alusiva ao percentual de 3,17% em VPNI, aplicando-se a esta somente os reajustes gerais concedidos ao funcionalismo público, a título de reajuste, uma vez que não se coaduna com a sentença proferida o entendimento de que tal rubrica deveria continuar sendo paga, no futuro, de modo continuado, sob a forma de percentual incidente sobre quaisquer das demais parcelas integrantes da remuneração do interessado;</p> <p>9.2.3. aplique à VPNI decorrente da URV (3,17%) o entendimento consignado no Acórdão nº 2.161/2005-TCU-Plenário, segundo o qual as novas estruturas remuneratórias criadas por lei deverão necessariamente absorver a mencionada vantagem, a despeito da decisão judicial que atualmente dá amparo ao pagamento;</p> <p>9.2.4. acompanhe o deslinde do processo nº 2006.72.00.009358-8/SC, e caso ocorra a desconstituição da sentença, faça cessar os pagamentos decorrentes do ato em tela, promovendo, nos termos do art. 46 da Lei nº 8.112/1990, a restituição ao erário dos valores pagos indevidamente à interessada;</p> <p>[...]</p>					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Pró-Reitoria de Desenvolvimento Humano e Social					26115
Secretaria de Gestão de Pessoas					26115
Síntese da Providência Adotada					
<p>Resposta por meio do Ofício 332/2012/DAP:</p> <p>1. Em atendimento as determinações constantes do Acórdão nº 954/2012-TCU – Segunda Câmara, prolatado na Sessão de 14/02/2012, Ata 4/2012, informamos:</p> <p>2. item 9.2 - O servidor LUIZ CARLOS POLICARPO tomou ciência do inteiro teor do Acórdão nº 954/2012-TCU – Segunda Câmara, em 14/03/2012, conforme comprovante anexo.</p> <p>3. item 9.2.2 - Com relação à determinação contida no item 9.2.2 que determina a conversão da parcela alusiva ao percentual de 3,17% em VPNI, informamos que por tratar-se de decisão judicial a parcela de 3,17% está sendo paga na rubrica decisão judicial transitado em julgado, sem a aplicação de qualquer reajuste.</p> <p>4. item 9.2.3 - Em cumprimento a determinação do Acórdão nº 2161/2005/TCU a Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão transferiu todas as decisões judiciais cadastradas no Sistema de Cadastro de Ação Judicial – SICAJ, referentes a planos econômicos, para novos objetos com assunto de cálculo 21, com os valores pagos na folha de junho de 2006, sendo que estes valores a partir dessa data não sofreram qualquer correção ou reajustamento.</p> <p>5. item 9.2.4 - Informamos que a Procuradoria Federal junto à UFSC está acompanhando o deslinde do processo nº 2006.72.00.009358-8/SC (hora-extra).</p>					
Síntese dos Resultados Obtidos					
A parcela alusiva ao percentual de 3,17% foi transformada em V.P.N.I. desde junho de 2006 e não sofre mais qualquer reajuste.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
A adoção das providências por parte da SEGESP com relação a situação acima indicada foi realizada de acordo com as rotinas estabelecidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
33	015.736/2011-3	1799/2012-Segunda Câmara	9.3.1, 9.3.4	DE	49985-TCU/Sefip – de 3/5/2012
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina					429
Descrição da Deliberação					
<p>[...]</p> <p>9.1. considerar ilegal o ato de aposentadoria em favor de Fernando Boing, negando-lhe o respectivo registro;</p> <p>[...]</p> <p>9.3. determinar à Fundação Universidade Federal de Santa Catarina que:</p>					

<p>9.3.1 converta a parcela alusiva ao percentual de 3,17% em VPNI, aplicando-se a essa parcela somente os reajustes gerais concedidos ao funcionalismo público, uma vez que não se coaduna com a sentença proferida o entendimento de que tal rubrica deveria continuar sendo paga, no futuro, de modo continuado, sob a forma de percentual incidente sobre quaisquer das demais parcelas integrantes da remuneração da interessada;</p> <p>[...]</p> <p>9.3.4 emita novo ato livre da irregularidade ora apontada, submetendo-o a nova apreciação por este Tribunal, na forma do artigo 260, caput, do Regimento Interno deste Tribunal.</p> <p>[...]</p>					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Pró-Reitoria de Desenvolvimento Humano e Social					26115
Secretaria de Gestão de Pessoas					26115
Síntese da Providência Adotada					
<p>Resposta por meio do Ofício 055/2012/DAP:</p> <p>1. Em atendimento ao Controle nº 49985 – TCU/Sefip, de 3/5/2012, que encaminha a esta Universidade cópia do Acórdão nº 1799/2012-TCU – Segunda Câmara, prolatado na Sessão de 20/3/2012, ata 8/2012, informamos:</p> <p>2. Com relação à determinação contida no item 9.3.1. do supracitado Acórdão informamos que a parcela alusiva ao percentual de 3,17% apesar de estar sendo paga na rubrica de Decisão Judicial Transitada em Julgado já foi convertida em VPNI, a partir do pagamento do mês de junho de 2006, pela Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, quando aquele Ministério, em cumprimento a determinação do Acórdão nº 2161/2005/TCU, transferiu todas as decisões judiciais cadastradas no Sistema de Cadastro de Ação Judicial – SICAJ, referentes a planos econômicos, para novos objetos com assunto de cálculo 21, com os valores efetuados na folha de junho de 2006, sendo que estes valores, a partir dessa data, não sofreram mais qualquer correção ou reajustamento.</p> <p>[...]</p>					
Síntese dos Resultados Obtidos					
A parcela alusiva ao percentual de 3,17% foi convertida em V.P.N.I desde junho de 2006 e não sofre qualquer reajuste.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
A adoção das providências por parte da SEGESP com relação a situação acima indicada foi realizada de acordo com as rotinas estabelecidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
34	015.739/2011-2	2353/2012-Segunda Câmara	9.3.1	DE	49990-TCU/Sefip – de 4/5/2012
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina					429
Descrição da Deliberação					
<p>[...]</p> <p>9.1. com fundamento no art. 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, considerar ilegal o ato de aposentadoria em nome de Iracema Busa, negando-lhe o respectivo registro;</p> <p>9.2. dispensar o recolhimento das quantias indevidamente recebidas, de boa-fé, pela inativa, até a data do presente Acórdão, consoante o disposto na Súmula nº 106 deste Tribunal;</p> <p>9.3. com fundamento nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262 do Regimento Interno desta Corte, determinar à Universidade Federal de Santa Catarina que:</p> <p>9.3.1. uma vez desconstituída a decisão judicial que assegura a manutenção do pagamento de "horas extras judiciais" à interessada, promova, nos termos do art. 46 da Lei nº 8.112, de 1990, a restituição dos valores indevidamente pagos a esse título;</p> <p>[...]</p>					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Pró-Reitoria de Desenvolvimento Humano e Social					26115
Secretaria de Gestão de Pessoas					26115
Síntese da Providência Adotada					
Por meio do Ofício nº 370/2012/DAP, de 18 de setembro de 2012 foi encaminhado a SEFP cópia do AR – Aviso de Recebimento de que a servidora Iracema Busana tomou ciência do supracitado acórdão.					
Síntese dos Resultados Obtidos					

O processo referente a hora extra continua tramitando na esfera judicial.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Qualquer providência a ser tomada pela SEGESP depende de decisão judicial.					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
35	028.458/2011-7	2589/2012 - Plenário	9.5	DE	Ofício 753/2012-TCU/SECEX-SC de 02/10/2012
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina					429
Descrição da Deliberação					
[...] 9.5. determinar, com fulcro no art. 250, inciso II, do Regimento Interno, à Controladoria-Geral da União (CGU) no Estado de Santa Catarina, bem como à Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), que informem nas próximas contas da entidade, as providências adotadas e os resultados alcançados em relação às recomendações da CGU constante dos Relatórios de Auditoria de Gestão nº 201108926 (UFSC) e nº 201108948 (Hospital Universitário); [...]					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Hospital Universitário Professor Polydoro Ernani de São Thiago					15130
Pró-Reitoria de Desenvolvimento Humano e Social					26115
Secretaria de Gestão de Pessoas					26115
Gabinete do Reitor					26075
Pró-Reitoria de Administração					26114
Pró-Reitoria de Infraestrutura					26114
Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis					84216
Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento					97297
Secretaria de Planejamento e Finanças					97297
Pró-Reitoria de Pós-Graduação					84217
Pró-Reitoria de Pesquisa					26112
Secretaria Especial de Aperfeiçoamento Institucional					119943
Síntese da Providência Adotada					
As Recomendações da CGU estão sendo tratadas em campo específico nos Quadros A.10.3 e A.10.4 – Relatório de Gestão					
Síntese dos Resultados Obtidos					
As Recomendações da CGU estão sendo tratadas em campo específico nos Quadros A.10.3 e A.10.4 – Relatório de Gestão					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
As Recomendações da CGU estão sendo tratadas em campo específico nos Quadros A.10.3 e A.10.4 – Relatório de Gestão					
Informação da PROPLAN: No que diz respeito às atribuições da PROPLAN estão asseguradas todas as providências requeridas, dado o empenho e compromisso da UFSC com a boa gestão pública. Todavia, ainda persistem fatores negativos, especialmente decorrentes da carência de estrutura financeira e de recursos humanos para desenvolvimento das novas sistemáticas e fluxos emanados pelas disposições da CGU.					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
36	002.504/2010-3	2758/2012 - Primeira Câmara Recurso de reconsideração contra Acórdão 8415/2011 – Primeira Câmara	9.2	DE	Ofício nº 325/2012 - TCU/SECEX - SC
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina					429
Descrição da Deliberação					
Acórdão 2758/2012 - TCU - Primeira Câmara - Recurso de reconsideração em face do acórdão 8415/2011:					

[...]	
9.1 Conhecer o recurso de reconsideração para no mérito negar-lhe provimento.	
Acórdão 8415/2011 - TCU - Primeira Câmara:	
[...]	
9.2 determinar à Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) que, nos termos do art. 28, inciso I da Lei 8.443/92, adote providências para efetuar o desconto integral ou parcelado da dívida referida no item 9.1 deste acórdão na remuneração do responsável, observados os limites previstos na legislação pertinente, caso não atendida a notificação.	
Providências Adotadas	
Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Pró-Reitoria de Desenvolvimento Humano e Social	26115
Secretaria de Gestão de Pessoas	26115
Síntese da Providência Adotada	
Foi encaminhado ofício nº 613/2012/GR de 12/11/2012 a SECEX-TCU com o seguinte teor: Em atenção ao ofício nº 325/2012 - TCU/SECEX-SC, de 28/05/2012, informamos que foram tomadas as providências para atender à determinação do item 9.2 do Acórdão 8415/2011 - TCU - 1ª Câmara, referente à inclusão na folha de pagamento do servidor matrícula 1156892, do desconto parcelado da dívida referida no item 9.1 do referido acórdão, conforme demonstrado nas fichas financeiras que seguem em anexo.	
Síntese dos Resultados Obtidos	
Incluído na folha de pagamento do servidor matrícula 1156892 a rubrica de reposição ao erário.	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	
A adoção das providências por parte da SEGESP com relação a situação acima indicada foi realizada de acordo com as rotinas estabelecidas.	

Fonte: Audin

10.1.2 Deliberações do TCU Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício (UFSC e HU consolidados)

Quadro 91 - Situação das Deliberações do TCU que Permanecem Pendentes de Atendimento no Exercício

Unidade Jurisdicionada						
Denominação Completa:						Código SIORG
Ministério da Educação						244
Deliberações do TCU						
Deliberações Expedidas pelo TCU						
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida	
1	019.985/2007-9	2519/2010-Segunda Câmara	1.5.1 a 1.5.4 e 1.5.9	DE	488/2010-TCU/SECEX-SC	
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação						Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina						429
Descrição da Deliberação						
1.5. Determinar à Universidade de Santa Catarina que: 1.5.1. Regularize a concessão de uso da área de 3.883,88 m² em benefício da Associação Atlética Volantes da UFSC, objeto do Contrato 269/2001, de 25/07/2001, de modo a atender à legislação aplicada, particularmente a Lei 6.120/1974 e o Decreto 99.509/1990, mediante a cobrança, por todo o período de vigência do referido contrato, do aluguel mensal devido com base em laudo de avaliação, mantendo os valores devidamente atualizados; 1.5.2. cancele ou regularize, inclusive mediante o devido processo licitatório, a subconcessão para terceiros de parte de área cedida pela UFSC à Associação Atlética Volantes, mencionada na alínea anterior, nos termos da legislação aplicável, em particular a Lei 6.120/1974, a Lei 8.666/1993, o Decreto 99.509/1990, bem ainda o Parecer da Procuradoria Geral da UFSC 471/ALF/PG/94; 1.5.3. observe os arts. 64, 67, 86, incisos I e II, e 95 do Decreto-lei 9.760/46, bem como a Portaria/SPU 205/2002, para						

a fixação do aluguel mensal a ser cobrado pela cessão de área para a Associação Atlética dos Servidores da UFSC – AASUFSC;					
1.5.4. apure os valores não pagos pela AASUFSC, baseando-se em critérios legais, e adote as medidas para a cobrança administrativa e/ou judicial, se for o caso, dos valores devidos;					
[...]					
1.5.9. aprimore os procedimentos de contratação por dispensa de licitação, atentando, em especial, para: a obtenção de orçamentos de empresas idôneas, cujas atividades econômicas sejam do ramo do objeto a ser contratado; a seleção de empresa que ofereça o produto/serviço conforme especificado no processo; a correta fiscalização da entrega do bem/execução do serviço, designando fiscal para as contratações envolvendo obras;					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Pró-Reitoria de Infraestrutura					26114
Pró-Reitoria de Administração					26114
Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis					84216
Justificativa para o seu não Cumprimento					
O atendimento pleno das Recomendações 1.5.1 a 1.5.4 dependem de resolução do problema no âmbito Poder Judiciário. Segue análise da CGU-R/SC sobre o assunto:					
Análise da CGU (Informação 2.1.1.1 – Relatório de Análise das Contas de 2011):					
As determinações destinaram-se à regularização da concessão de área em favor da Associação Atlética Volantes da UFSC, objeto do Contrato 269/2001. Apesar de a UFSC ter adotado tempestivamente medidas para o cumprimento das determinações, conforme relatado no Memorando n.º 025/PRAE, de 31.03.11, a referida Associação ingressou com demanda judicial, buscando reverter a determinação do TCU (Ação Ordinária 5009859-85.2010.404.7200). Tal demanda encontra-se pendente de resolução pelo Poder Judiciário, impedindo o cumprimento da determinação do Acórdão, conforme informação atualizada pela UFSC com documentação encaminhada pelo Ofício nº 46/2012/GR, de 22/02/2012.					
Informação da PRAE, em 31/12/2012:					
Informamos que, a pedido do Gabinete da Reitoria, atualizamos as informações em relação à situação no dia 08 de outubro de 2012. A ação judicial prossegue na Justiça Federal de Santa Catarina o que impede o cumprimento da determinação do Acórdão. Trata-se de processo impetrado conta a UFSC pela AASUFSC sob o número 5009859-85.2010.404.7200 tramitando na Justiça Federal da 4ª Região. Os últimos eventos do processo assim se referem: 05/12/2012 01:01 Decurso de Prazo Refer. ao Evento: 50					
19/11/2012 16:13 PETIÇÃO PROTOCOLADA JUNTADA Refer. ao Evento: 51 - PETIÇÃO					
17/11/2012 23:59 Intimação Eletrônica - Confirmada Refer. aos Eventos: 50 e 51. O link para acompanhamento é: http://www.trf4.jus.br/trf4/processos/acompanhamento/resultado_pesquisa_popup.php?selForma=NU&txtValor=50098598520104047200&chkMostrarBaixados=&todasfases=&todosvalores=&todaspartes=&txtDataFase=01/01/1970&selOrigem=SC&sistema=&hdnRefId=e01fc966cc84929f717426c113c4fc36&txtPalavraGerada=kBoV					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Demanda pendente de resolução pelo Poder Judiciário, impede o cumprimento da determinação do Acórdão.					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
2	016.406/2009-0	2616/2011-Segunda Câmara	1.5.1.4	DE	429/2011-TCU/SECEX-SC
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina					429
Descrição da Deliberação					
1.5.1. Determinar a UFSC que:					
[...]					
1.5.1.4. providencie, no prazo de 90 (noventa) dias, a reposição ao erário dos valores pagos indevidamente a título de abono de permanência aos servidores matrículas Siape nºs 217.300, 1.159.148 e 1.150.089;					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Pró-Reitoria de Desenvolvimento Humano e Social					26115
Secretaria de Gestão de Pessoas					26115
Justificativa para o seu não Cumprimento					
Por meio do Memorando n.º 486/2011/DDAP, de 19 de agosto de 2011, o Departamento de Desenvolvimento e Administração de Pessoal informa:					
“Em atendimento ao item 1.5.1.4 do Acórdão n.º 2616/2011 – TCU – Segunda Câmara, informamos que foram incluídos no pagamento dos servidores 1156089 – Christian Guy Caubert; 1159148 – Alai Garcia Diniz e 2173656 –					

<p>Albertina Bonetti a rubrica de reposição ao erário dos valores pagos indevidamente a título de abono de permanência, conforme demonstrado nas fichas financeiras, anexas.</p> <p>Informamos que foi suspenso do pagamento da servidora Albertina Bonetti, matrícula Siape 2173656, do mês de janeiro 2011, o desconto referente à reposição ao erário, em cumprimento à decisão judicial, conforme documentos anexos.”</p>					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Decisão Judicial impede o prosseguimento dos descontos a título de reposição ao erário.					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
3	025.362/2010-0	7476/2011-Segunda Câmara	9.5	DE	39988 - TCU/Sefip
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina					429
Descrição da Deliberação					
<p>[...]</p> <p>9.5. determinar à Universidade Federal de Santa Catarina que:</p> <p>9.5.1. faça cessar os pagamentos decorrentes dos atos ora impugnados, no prazo de 15 (quinze) dias, contado a partir da ciência desta deliberação, sujeitando-se a autoridade administrativa omissa à responsabilidade solidária, ante o disposto nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262, caput, do Regimento Interno do TCU;</p> <p>[...]</p> <p>9.5.4. adote as medidas cabíveis com vistas à regularização dos pagamentos indevidos referentes ao percentual de 3,17, em relação aos atos constantes das fls. 14/17, 18/21, 22/25, 30/33, 34/37, 38/41, 42/45, 46/49, 50/53, 54/57, 58/61, 62/65 e 66/69;</p> <p>9.5.5. de acordo com a Resolução do TCU nº 237, de 20 de outubro de 2010, efetue as devidas anotações nos assentamentos dos servidores inativos;</p> <p>[...]</p>					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Pró-Reitoria de Desenvolvimento Humano e Social					26115
Secretaria de Gestão de Pessoas					26115
Justificativa para o seu não Cumprimento					
<p>Ofício n.º 348/2012/DDAP, com o seguinte teor:</p> <p>1. Em atendimento ao Controle nº 39988-TCU/Sefip, de 3/10/2011, que encaminha a esta Universidade cópia do Acórdão nº 7476/2011-TCU – Segunda Câmara, prolatado na Sessão de 6/9/2011, Ata 32/2011, informamos:</p> <p>2. Os servidores ASCANIO RICIO E CARLOS ALBERTO SILVEIRA LENZI tomaram ciência do inteiro teor do Acórdão nº 7476/2011-TCU – Segunda Câmara, em 20/10/2011 e 19/10/2011, respectivamente, conforme comprovantes anexos.</p> <p>3. Informamos que a parcela alusiva ao percentual de 3,17%, por tratar-se de decisão judicial está sendo paga na rubrica Decisão Judicial Transitado em Julgado, sem sofrer qualquer tipo de correção ou reajustamento.</p> <p>4. Em cumprimento a determinação do Acórdão nº 2161/2005/TCU a Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão transferiu as decisões judiciais cadastradas no Sistema de Cadastro de Ação Judicial – SICAJ, referentes a planos econômicos, para novos objetos com assunto de cálculo 21, com os valores pagos na folha de junho de 2006, sem qualquer tipo de correção ou reajustamento.</p> <p>5. Em relação ao ato de fls. 18/21 - tempo insuficiente para aposentadoria de Ascânio Riccio informamos que o servidor foi aposentado com 31 anos, 1 mês e 8 dias conforme Mapa de Tempo de Serviço, anexo. No formulário de Concessão de Aposentadoria do SISAC equivocadamente foi declarado no campo “discriminação do tempo de serviço e averbações” o tempo de serviço no órgão como 24 anos, 1 mês e 4 dias, quando o correto seria 26 anos e 12 dias.</p> <p>6. Em relação ao ato de fls. 42/45, informamos que o servidor Carlos Alberto Silveira Lenzi percebe a vantagem de incorporação de Função Comissionada – FC, por força de decisão judicial, conforme cópia anexa.</p>					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Decisão Judicial impede que se proceda à referida providência determinada pelo TCU.					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
4	024.968/2010-2	8236/2011-Segunda Câmara	9.4	DE	39791 - TCU/Sefip
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina					429

Descrição da Deliberação	
<p>[...]</p> <p>9.2. considerar ilegais os atos de fls. 2/9, de interesse de Luiz Fernando Melo, negando-lhes os respectivos registros;</p> <p>[...]</p> <p>9.4. determinar à Universidade Federal de Santa Catarina que:</p> <p>9.4.1. faça cessar os pagamentos decorrentes dos atos ora impugnados, no prazo de 15 (quinze) dias, contado a partir da ciência desta deliberação, sujeitando-se a autoridade administrativa omissa à responsabilidade solidária, ante o disposto nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262, caput, do Regimento Interno do TCU;</p> <p>[...]</p> <p>9.4.4. efetue a conversão da parcela da remuneração denominada horas extras em Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada - VPNI, de acordo com as seguintes orientações:</p> <p>9.4.4.1. a conversão da parcela da remuneração denominada horas extras, concedida em razão de sentença judicial, deverá ser convertida em Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada - VPNI, levando em consideração o valor pago em 1º de janeiro de 1991;</p> <p>9.4.4.2. a partir de 1º janeiro de 1991, até a edição do Plano de Cargos e Salários aprovado pela Lei nº 11.091/2005, de 12/1/2005, o valor apurado naquela data somente será alterado com base nos reajustes gerais concedido aos servidores públicos federais;</p> <p>9.4.4.3. a partir de 12/1/2005, caso o aposentado tenha feito a opção de que trata o art. 16 da Lei nº 11.091/2005, e a nova remuneração seja superior à anteriormente paga, o valor da VPNI deverá ser definitivamente extinto; caso contrário, nova VPNI deverá ser definida, a qual deverá corresponder à diferença entre essas duas remunerações; e</p> <p>9.4.4.4. a partir de 12/1/2005, caso o aposentado não tenha feito a opção de que trata o art. 16 da Lei nº 11.091/2005, a remuneração anterior será mantida e o valor da VPNI continuará sendo alterado unicamente em razão dos reajustes gerais concedidos aos servidores públicos federais e absorvidos por reajustes reais concedidos à categoria, ou seja, editada lei específica aprovando novo plano de cargos e salários;</p> <p>9.4.5. no tocante aos atos de fls. 22/29, faça cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, o pagamento da vantagem de 3,17%;</p> <p>9.4.6. em relação ao ato de fls. 10/13, faça cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, o pagamento da parcela complementar de que trata a Lei nº 11.091/2005;</p> <p>[...]</p>	
Providências Adotadas	
Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Pró-Reitoria de Desenvolvimento Humano e Social	26115
Secretaria de Gestão de Pessoas	26115
Justificativa para o seu não Cumprimento	
<p>Ofício nº. 076/2012/DDAP à SEFIP/TCU com o seguinte teor:</p> <p>1. Em atendimento ao Controle nº 39791 – TCU/Sefip, de 29/09/2011, que encaminhou a esta Universidade cópia do Acórdão nº 8236/2011-TCU – Segunda Câmara, prolatado na Sessão de 20/09/2011, Ata 34/2011, informamos:</p> <p>2. O servidor LUIZ FERNANDO MELO tomou ciência do inteiro teor do Acórdão nº 8236/2011-TCU – Segunda Câmara, em 22/12/2012, conforme comprovante anexo.</p> <p>3. Com relação às determinações contidas nos itens 9.4.4, 9.4.4.1, 9.4.4.2, 9.4.4.3 e 9.4.4.4 do citado acórdão informamos que a parcela da remuneração denominada horas extras foi incorporada aos proventos do servidor decorrente de decisão judicial. No ano de 2006 o sindicato representante da categoria dos servidores técnico-administrativos (SINTUFSC), ajuizou ação sob nº 2006.72.00009358-8, com o intuito de impedir que a UFSC efetue qualquer alteração ou supressão do pagamento de hora-extra a que os servidores substituídos tem direito. Na decisão liminar, o então Juiz Federal Marcio Antonio Rocha deferiu o pedido do Sindicato/Autor para “manter o pagamento da verba discutida”. A decisão foi mantida em seu mérito e atualmente aguarda parecer final junto ao Superior Tribunal de Justiça.</p> <p>4. Com relação ao item 9.4.5 que trata da cessação do pagamento da vantagem de 3,17%, informamos que o servidor faz parte do Rol dos Substituídos da Ação Coletiva impetrada pelo Sindicato dos Trabalhadores da Universidade Federal de Santa Catarina – SINTUFSC. Da referida ação restou consignada a determinação de incorporação do percentual de 3,17% (autos nº 99.0003933-5).</p> <p>5. Em relação ao item 9.4.6 informamos que foi excluída dos proventos da servidora Maria Helena Pereira (fls. 10/13) a parcela complementar de que trata a Lei nº 11.091/2005.</p> <p>6. Informamos, também, que em cumprimento a determinação do Acórdão nº 2161/2005/TCU a Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão transferiu todas as decisões judiciais cadastradas no Sistema de Cadastro de Ação Judicial – SICAJ, referentes a planos econômicos, para novos objetos com assunto de cálculo 21, com os valores pagos na folha de junho de 2006, sendo que estes valores a partir dessa data não sofreram qualquer correção ou reajustamento.</p>	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	

Decisão Judicial impede que se proceda à referida providência determinada pelo TCU.					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
5	030.955/2010-6	8686/2011-Segunda Câmara	9.5	DE	
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina					429
Descrição da Deliberação					
<p>9.5. determinar à Universidade Federal de Santa Catarina que:</p> <p>9.5.1. faça cessar os pagamentos decorrentes dos atos ora impugnados, no prazo de 15 (quinze) dias, contado a partir da ciência desta deliberação, sujeitando-se a autoridade administrativa omissa à responsabilidade solidária, ante o disposto nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262, caput, do Regimento Interno do TCU;</p> <p>9.5.2. comunique aos interessados, em igual prazo de 15 (quinze) dias, cujos atos foram considerados ilegais a respeito deste acórdão, alertando-os de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos não os exime da devolução dos valores percebidos indevidamente após a respectiva notificação, em caso de não-provimento dos recursos;</p> <p>9.5.3. envie a esta Corte de Contas, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da notificação, cópias dos documentos que comprovem a data em que os interessados tiveram ciência desta deliberação;</p> <p>9.5.4. efetue a conversão da parcela da remuneração denominada horas extras em Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada - VPNI, de acordo com as seguintes orientações:</p> <p>9.5.4.1. a conversão da parcela da remuneração denominada horas extras, concedida em razão de sentença judicial, deverá ser convertida em Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada – VPNI, levando em consideração o valor pago em 1º de janeiro de 1991;</p> <p>9.5.4.2. a partir de 1º janeiro de 1991, até a edição do Plano de Cargos e Salários aprovado pela Lei nº 11.091/2005, de 12/1/2005, o valor apurado naquela data somente será alterado com base nos reajustes gerais concedido aos servidores públicos federais;</p> <p>9.5.4.3. a partir de 12/1/2005, caso o aposentado tenha feito a opção de que trata o art. 16 da Lei nº 11.091/2005, e a nova remuneração seja superior à anteriormente paga, o valor da VPNI deverá ser definitivamente extinto; caso contrário, nova VPNI deverá ser definida, a qual deverá corresponder à diferença entre essas duas remunerações; e</p> <p>9.5.4.4. a partir de 12/1/2005, caso o aposentado não tenha feito a opção de que trata o art. 16 da Lei nº 11.091/2005, a remuneração anterior será mantida e o valor da VPNI continuará sendo alterado unicamente em razão dos reajustes gerais concedidos aos servidores públicos federais e absorvidos por reajustes reais concedidos à categoria, ou seja, editada lei específica aprovando novo plano de cargos e salários;</p> <p>9.5.5. quanto aos atos de fls. 2/5, 18/21 e 63/66, no prazo de 15 (quinze) dias, exclua das fichas financeiras dos interessados parcela referente à vantagem de 3,17% (Rubrica/Descrição:16171/DECISÃO JUDICIAL TRANS JUG APO), relativa à defasagem no cálculo da URV em dezembro de 1994;</p> <p>[...]</p>					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Pró-Reitoria de Desenvolvimento Humano e Social					26115
Secretaria de Gestão de Pessoas					26115
Justificativa para o seu não Cumprimento					
O pagamento da hora extra está amparado por decisão judicial cujo processo ainda não foi julgado.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
A adoção das providências por parte da SEGESP com relação a situação acima indicada foi realizada de acordo com as rotinas estabelecidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
6	015.376/2011-7	9702/2011-Segunda Câmara	9.3	DE	
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina					429
Descrição da Deliberação					
<p>9.3. determinar à Fundação Universidade Federal de Santa Catarina que:</p> <p>9.3.1. relativamente ao ato em apreço, converta a parcela alusiva ao percentual de 3,17% em VPNI, aplicando-se a essa parcela somente os reajustes gerais concedidos ao funcionalismo público, uma vez que não se coaduna com a sentença proferida o entendimento de que tal rubrica deveria continuar sendo paga, no futuro, de modo continuado, sob a forma de percentual incidente sobre quaisquer das demais parcelas integrantes da remuneração da interessada;</p> <p>9.3.2. dê ciência, no prazo de 15 (quinze) dias, contado da notificação, do inteiro teor desta deliberação ao interessado,</p>					

<p>alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos não o exime da devolução dos valores percebidos indevidamente, caso os recursos não sejam providos;</p> <p>9.3.3. envie a esta Corte de Contas, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da notificação, cópias dos documentos que comprovem a data em que o interessado teve ciência desta deliberação;</p> <p>9.3.4. emita novo ato, livre da irregularidade apontada, e submeta-o à apreciação do Tribunal no prazo de trinta dias, a contar da ciência desta deliberação, nos termos do § 1º do art. 15 da IN/TCU nº 55/2007;</p> <p>[...]</p>					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Pró-Reitoria de Desenvolvimento Humano e Social					26115
Secretaria de Gestão de Pessoas					26115
Justificativa para o seu não Cumprimento					
A parcela alusiva ao percentual de 3,17% já foi convertida em V.P.N.I. desde junho de 2006 e não sofre mais qualquer reajuste.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
A adoção das providências por parte da SEGESP com relação a situação acima indicada foi realizada de acordo com as rotinas estabelecidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
7	015.378/2011-0	10586/2011-Segunda Câmara	9.3 e 9.4	DE	
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina					429
Descrição da Deliberação					
<p>9.3. determinar à Fundação Universidade Federal de Santa Catarina que:</p> <p>9.3.1 relativamente ao ato em apreço, converta a parcela alusiva ao percentual de 3,17% em VPNI, aplicando-se a essa parcela somente os reajustes gerais concedidos ao funcionalismo público, uma vez que não se coaduna com a sentença proferida o entendimento de que tal rubrica deveria continuar sendo paga, no futuro, de modo continuado, sob a forma de percentual incidente sobre quaisquer das demais parcelas integrantes da remuneração do interessado;</p> <p>9.3.2. dê ciência, no prazo de 15 (quinze) dias, contado da notificação, do inteiro teor desta deliberação ao interessado, alertando-o de que o efeito suspensivo proveniente da interposição de eventuais recursos não o exime da devolução dos valores percebidos indevidamente, caso os recursos não sejam providos; e</p> <p>9.3.3. envie a esta Corte de Contas, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da notificação, cópias dos documentos que comprovem a data em que o interessado teve ciência desta deliberação.</p> <p>9.4. emita novo ato, livre da irregularidade apontada, e submeta-o à apreciação do Tribunal no prazo de trinta dias, a contar da ciência desta deliberação, nos termos do § 1º do art. 15 da IN/TCU nº 55/2007; e</p> <p>[...]</p>					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Pró-Reitoria de Desenvolvimento Humano e Social					26115
Secretaria de Gestão de Pessoas					26115
Justificativa para o seu não Cumprimento					
A parcela alusiva ao percentual de 3,17% foi convertida em V.P.N.I desde junho de 2006 e não sofre qualquer reajuste.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
A adoção das providências por parte da SEGESP com relação a situação acima indicada foi realizada de acordo com as rotinas estabelecidas pelo Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
8	028.623/2011-8	11189/2011-Segunda Câmara	9.3	DE	44255 - TCU/Sefip
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina					429
Descrição da Deliberação					
<p>[...]</p> <p>9.1. julgar ilegais os atos de aposentadoria em favor de Maria de Jesus Oliveira Pereira e Maria de Lourdes Martins Gonçalves, negando-lhes o respectivo registro;</p>					

[...]					
9.3. determinar à Universidade Federal de Santa Catarina que:					
[...]					
9.3.3. promova a exclusão da vantagem decorrente da incorporação do percentual de 3,17% nos proventos das interessadas, em consonância com a Medida Provisória nº 2.225/2001, que determinou sua absorção em virtude de reajustes e reestruturações ocorridas em suas carreiras;					
[...]					
9.3.5. emita novos atos, livres da irregularidade apontada, submetendo-os à apreciação do Tribunal no prazo de trinta dias, a contar da ciência desta deliberação, nos termos do § 1º do art. 15 da IN/TCU nº 55/2007.					
[...]					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Pró-Reitoria de Desenvolvimento Humano e Social					26115
Secretaria de Gestão de Pessoas					26115
Justificativa para o seu não Cumprimento					
<p>Ofício nº. 077/2012/DDAP à SEFIP/TCU com o seguinte teor:</p> <p>1. Em atendimento ao Controle nº 44255 – TCU/Sefip, de 2/12/2011, que encaminhou a esta Universidade cópia do Acórdão nº 11189/2011-TCU – Segunda Câmara, prolatado na Sessão de 22/11/2011, Ata 41/2011, informamos:</p> <p>2. As servidoras MARIA DE JESUS OLIVEIRA PEREIRA E MARIA DE LOURDES MARTINS GONÇALVES tomaram ciência do inteiro teor do Acórdão nº 11189/2011-TCU – Segunda Câmara, em 03/01/2012, conforme comprovantes anexos.</p> <p>3. Com relação à determinação contida no item 9.3.3 do citado Acórdão que trata da exclusão da vantagem decorrente da incorporação do percentual de 3,17% nos proventos das interessadas, informamos que as servidoras fazem parte do Rol dos Substituídos da Ação Coletiva impetrada pelo Sindicato dos Trabalhadores da Universidade Federal de Santa Catarina – SINTUFSC. Da referida ação restou consignada a determinação de incorporação do percentual de 3,17% (autos nº 99.0003933-5).</p> <p>4. Com relação ao item 9.3.4 do citado Acórdão informamos que a parcela da remuneração denominada horas extras foi incorporada aos proventos das servidoras decorrente de decisão judicial. No ano de 2006 o sindicato representante da categoria dos servidores técnico-administrativos (SINTUFSC), ajuizou ação sob nº 2006.72.00009358-8, com o intuito de impedir que a UFSC efetue qualquer alteração ou supressão do pagamento de hora-extra a que os servidores substituídos tem direito. Na decisão liminar, o então Juiz Federal Marcio Antonio Rocha deferiu o pedido do Sindicato/Autor para “manter o pagamento da verba discutida”. A decisão foi mantida em seu mérito e atualmente aguarda parecer final junto ao Superior Tribunal de Justiça.</p> <p>5. Informamos, também, que em cumprimento a determinação do Acórdão nº 2161/2005/TCU a Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão transferiu todas as decisões judiciais cadastradas no Sistema de Cadastro de Ação Judicial – SICAJ, referentes a planos econômicos, para novos objetos com assunto de cálculo 21, com os valores pagos na folha de junho de 2006, sendo que estes valores a partir dessa data não sofreram qualquer correção ou reajustamento.</p>					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Decisão Judicial impede que se proceda à referida providência determinada pelo TCU.					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
9	002.437/2011-2	11367/2011-Segunda Câmara	1.6.1	DE	44330 - TCU/Sefip
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina					429
Descrição da Deliberação					
[...]					
1.6. Determinar à Universidade Federal de Santa Catarina que:					
1.6.1. exclua dos proventos dos interessados a parcela referente à diferença de 3,17% (Rubrica/Descrição:16171/DECISÃO JUDICIAL TRANS JUG APO);					
[...]					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Pró-Reitoria de Desenvolvimento Humano e Social					26115
Secretaria de Gestão de Pessoas					26115
Justificativa para o seu não Cumprimento					

<p>Ofício nº. 336/2012/DDAP de 20 de março de 2012 à SEFIP/TCU com o seguinte teor:</p> <p>Em atendimento as determinações constantes do Acórdão nº 11367/2011-TCU – Segunda Câmara, prolatado na Sessão de 29/11/2011, Ata 42/2011, informamos que os servidores tomaram ciência do inteiro teor do citado Acórdão, conforme comprovantes anexos.</p> <p>Com relação à determinação contida no item 1.6.1 do citado Acórdão que trata da exclusão da parcela referente ao 3,17% nos proventos dos interessados, informamos que a parcela dos 3,17% foi incorporada aos proventos dos servidores decorrente de decisão judicial. A supressão da rubrica da parcela de 3,17% implicará em descumprimento da ordem judicial.</p>					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Decisão Judicial impede que se proceda à referida providência determinada pelo TCU.					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
10	028.625/2011-0	11370/2011-Segunda Câmara	1.6.1	DE	44259 - TCU/Sefip
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina					429
Descrição da Deliberação					
<p>[...]</p> <p>1.6. Determinar à Universidade Federal de Santa Catarina que:</p> <p>1.6.1. exclua dos proventos da interessada a parcela referente à diferença de 3,17% (Rubrica/Descrição:16171/DECISÃO JUDICIAL TRANS JUG APO);</p> <p>[...]</p>					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Pró-Reitoria de Desenvolvimento Humano e Social					26115
Secretaria de Gestão de Pessoas					26115
Justificativa para o seu não Cumprimento					
Ofício nº. 337/2012/DDAP à SEFIP/TCU com o seguinte teor:					
<p>1. Em atendimento as determinações constantes do Acórdão nº 11370/2011-TCU – Segunda Câmara, prolatado na Sessão de 29/11/2011, Ata 42/2011, informamos que a servidora CLARICE DE PAULA MAÇANEIRO tomou ciência do inteiro teor do citado Acórdão, conforme comprovante anexo.</p> <p>2. Com relação à determinação contida no item 1.6.1 do citado Acórdão que trata da exclusão da parcela referente ao 3,17% nos proventos da interessada, informamos que a parcela dos 3,17% foi incorporada aos proventos da servidora decorrente de decisão judicial. A supressão da rubrica da parcela de 3,17% implicará em descumprimento da ordem judicial.</p>					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Decisão Judicial impede que se proceda à referida providência determinada pelo TCU.					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
11	028.628/2011-0	11371/2011-Segunda Câmara	1.6.1	DE	44258 - TCU/Sefip
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina					429
Descrição da Deliberação					
<p>[...]</p> <p>1.6. Determinar à Universidade Federal de Santa Catarina que:</p> <p>1.6.1. exclua dos proventos da interessada a parcela referente à diferença de 3,17% (Rubrica/Descrição:16171/DECISÃO JUDICIAL TRANS JUG APO);</p> <p>[...]</p>					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Pró-Reitoria de Desenvolvimento Humano e Social					26115
Secretaria de Gestão de Pessoas					26115
Justificativa para o seu não Cumprimento					
Ofício nº. 081/2012/DDAP à SEFIP/TCU com o seguinte teor:					
1. Em atendimento ao Controle nº 44258 – TCU/Sefip, de 2/12/2011, que encaminhou a esta Universidade cópia do					

<p>Acórdão nº 11371/2011-TCU – Segunda Câmara, prolatado na Sessão de 29/11/2011, Ata 42/2011, informamos:</p> <p>2. A servidora ELIZABETH ROSITO DA COSTA MARQUES tomou ciência do inteiro teor do Acórdão nº 11371/2011-TCU – Segunda Câmara, em 10/01/2012, conforme comprovante anexo.</p> <p>3. Com relação à determinação contida nos item 1.6.1, do citado Acórdão que trata da exclusão dos proventos da interessada a parcela referente à diferença de 3,17% (rubrica 16171/Decisão Judicial Transitado em Julgado informamos que a servidora faz parte do Rol dos Substituídos da Ação Coletiva impetrada pelo Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior - ANDES. Da referida ação restou consignada a determinação de incorporação do percentual de 3,17% (autos nº 99.00.01944-0).</p> <p>4. Informamos, também, que em cumprimento a determinação do Acórdão nº 2161/2005/TCU a Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão transferiu todas as decisões judiciais cadastradas no Sistema de Cadastro de Ação Judicial – SICAJ, referentes a planos econômicos, para novos objetos com assunto de cálculo 21, com os valores pagos na folha de junho de 2006, sendo que estes valores a partir dessa data não sofreram qualquer correção ou reajustamento.</p>					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Decisão Judicial impede que se proceda à referida providência determinada pelo TCU.					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
12	028.631/2011-0	11373/2011-Segunda Câmara	1.6.2	DE	44256 - TCU/Sefip
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina					429
Descrição da Deliberação					
<p>1.6. Determinar:</p> <p>[...]</p> <p>1.6.2. à Universidade Federal de Santa Catarina que exclua dos proventos da interessada a parcela referente à diferença de 3,17% (Rubrica/Descrição:16171/DECISÃO JUDICIAL TRANS JUG APO);</p> <p>[...]</p>					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Pró-Reitoria de Desenvolvimento Humano e Social					26115
Secretaria de Gestão de Pessoas					26115
Justificativa para o seu não Cumprimento					
Ofício nº. 082/2012/DDAP à SEFIP/TCU com o seguinte teor:					
<p>1. Em atendimento ao Controle nº 44256 – TCU/Sefip, de 2/12/2011, que encaminhou a esta Universidade cópia do Acórdão nº 11373/2011-TCU – Segunda Câmara, prolatado na Sessão de 29/11/2011, Ata 42/2011, informamos:</p> <p>2. A servidora DENISE MENDES DE FIGUEIREDO tomou ciência do inteiro teor do Acórdão nº 11373/2011-TCU – Segunda Câmara, em 03/01/2012, conforme comprovante anexo.</p> <p>3. Com relação à determinação contida nos item 1.6.2, do citado Acórdão que trata da exclusão dos proventos da interessada a parcela referente à diferença de 3,17% (rubrica 16171/Decisão Judicial Transitado em Julgado informamos que a servidora faz parte do Rol dos Substituídos da Ação Coletiva impetrada pelo Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior - ANDES. Da referida ação restou consignada a determinação de incorporação do percentual de 3,17% (autos nº 99.00.01944-0).</p> <p>4. Informamos, também, que em cumprimento a determinação do Acórdão nº 2161/2005/TCU a Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão transferiu todas as decisões judiciais cadastradas no Sistema de Cadastro de Ação Judicial – SICAJ, referentes a planos econômicos, para novos objetos com assunto de cálculo 21, com os valores pagos na folha de junho de 2006, sendo que estes valores a partir dessa data não sofreram qualquer correção ou reajustamento.</p>					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Decisão Judicial impede que se proceda à referida providência determinada pelo TCU.					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
13	025.401/2010-6	11474/2011-Segunda Câmara	9.4	DE	44532 - TCU/Sefip
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina					429
Descrição da Deliberação					

<p>9.4. determinar à Universidade Federal de Santa Catarina que:</p> <p>9.4.1. faça cessar os pagamentos decorrentes dos atos ora impugnados, no prazo de 15 (quinze) dias, contado a partir da ciência desta deliberação, sujeitando-se a autoridade administrativa omissa à responsabilidade solidária, ante o disposto nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262, caput, do Regimento Interno do TCU;</p> <p>[...]</p> <p>9.4.3. efetue a conversão da parcela da remuneração denominada horas extras em Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada - VPNI, de acordo com as seguintes orientações:</p> <p>9.4.3.1. a conversão da parcela da remuneração denominada horas extras, concedida em razão de sentença judicial, deverá ser convertida em Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada - VPNI, levando em consideração o valor pago em 1º de janeiro de 1991;</p> <p>9.4.3.2. a partir de 1º janeiro de 1991, até a edição do Plano de Cargos e Salários aprovado pela Lei nº 11.091/2005, de 12/1/2005, o valor apurado naquela data somente será alterado com base nos reajustes gerais concedido aos servidores públicos federais;</p> <p>9.4.3.3. a partir de 12/1/2005, caso o aposentado tenha feito a opção de que trata o art. 16 da Lei nº 11.091/2005, e a nova remuneração seja superior à anteriormente paga, o valor da VPNI deverá ser definitivamente extinto; caso contrário, nova VPNI deverá ser definida, a qual deverá corresponder à diferença entre essas duas remunerações; e</p> <p>9.4.3.4. a partir de 12/1/2005, caso o aposentado não tenha feito a opção de que trata o art. 16 da Lei nº 11.091/2005, a remuneração anterior será mantida e o valor da VPNI continuará sendo alterado unicamente em razão dos reajustes gerais concedidos aos servidores públicos federais e absorvidos por reajustes reais concedidos à categoria, ou seja, editada lei específica aprovando novo plano de cargos e salários;</p> <p>9.4.4. ajuste o valor da URP e do percentual de 3,17% pagos aos servidores aposentados na forma determinada no subitem 9.2.1.2 do Acórdão nº 2161/2005-TCU-Plenário;</p> <p>9.4.5. envie a esta Corte de Contas, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da notificação, cópias dos documentos que comprovem a data em que os interessados tiveram ciência desta deliberação;</p> <p>[...]</p>					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Pró-Reitoria de Desenvolvimento Humano e Social					26115
Secretaria de Gestão de Pessoas					26115
Justificativa para o seu não Cumprimento					
<p>Ofício nº. 335/2012/DDAP à SEFIP/TCU com o seguinte teor:</p> <p>1. Em atendimento as determinações constantes do Acórdão nº 11475/2011-TCU – Segunda Câmara, prolatado na Sessão de 29/11/2011, Ata 42/2011, informamos:</p> <p>2. item 9.4.2 - Os servidores tomaram ciência do inteiro teor do Acórdão nº 11475/2011-TCU – Segunda Câmara, conforme comprovantes anexos.</p> <p>3. item 9.4.3 – Com relação a conversão da parcela da remuneração denominada horas extras em Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada - VPNI informamos que por tratar-se de decisão judicial a parcela referente a hora-extra é paga na rubrica decisão judicial transitado em julgado, sem a aplicação de qualquer reajuste.</p> <p>4. item 9.4.4 - Com relação a conversão da parcela alusiva ao percentual de 3,17% em VPNI, informamos que por tratar-se de decisão judicial a parcela de 3,17% está sendo paga na rubrica decisão judicial transitado em julgado, sem a aplicação de qualquer reajuste.</p> <p>5. Em cumprimento a determinação do Acórdão nº 2161/2005/TCU a Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão transferiu todas as decisões judiciais cadastradas no Sistema de Cadastro de Ação Judicial – SICAJ, referentes a planos econômicos, para novos objetos com assunto de cálculo 21, com os valores pagos na folha de junho de 2006, sendo que estes valores a partir dessa data não sofreram qualquer correção ou reajustamento.</p>					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Decisão Judicial impede que se proceda à referida providência determinada pelo TCU.					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
15	030.839/2010-6	11478/2011-Segunda Câmara	9.3	DE	44533 - TCU/Sefip
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina					429
Descrição da Deliberação					
<p>[...]</p> <p>9.1. considerar ilegais os ato de concessão de aposentadoria de fls. 2/32, de interesse de Adelar Andrino Bastos (fls. 2/5), Adelino Barbosa (fls. 6/9), Adelino Barbosa (fls. 10/13), Adenilde Silva (fls. 14/17), Adenir Pereira dos Santos</p>					

(fls. 18/22), Agenor Benoni da Silva (fls. 23/27) e Albertina Zatelli (fls. 28/32), negando-lhes os respectivos registros;					
9.3. determinar à Universidade Federal de Santa Catarina que:					
9.3.1. faça cessar os pagamentos decorrentes dos atos ora impugnados, no prazo de 15 (quinze) dias, contado a partir da ciência desta deliberação, sujeitando-se a autoridade administrativa omissa à responsabilidade solidária, ante o disposto nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262, caput, do Regimento Interno do TCU;					
[...]					
9.3.3. efetue a conversão da parcela da remuneração denominada horas extras em Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada - VPNI, de acordo com as seguintes orientações:					
9.3.3.1. a conversão da parcela da remuneração denominada horas extras, concedida em razão de sentença judicial, deverá ser convertida em Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada - VPNI, levando em consideração o valor pago em 1º de janeiro de 1991;					
9.3.3.2. a partir de 1º janeiro de 1991, até a edição do Plano de Cargos e Salários aprovado pela Lei nº 11.091/2005, de 12/1/2005, o valor apurado naquela data somente será alterado com base nos reajustes gerais concedido aos servidores públicos federais;					
9.3.3.3. a partir de 12/1/2005, caso o aposentado tenha feito a opção de que trata o art. 16 da Lei nº 11.091/2005, e a nova remuneração seja superior à anteriormente paga, o valor da VPNI deverá ser definitivamente extinto; caso contrário, nova VPNI deverá ser definida, a qual deverá corresponder à diferença entre essas duas remunerações; e					
9.3.3.4. a partir de 12/1/2005, caso o aposentado não tenha feito a opção de que trata o art. 16 da Lei nº 11.091/2005, a remuneração anterior será mantida e o valor da VPNI continuará sendo alterado unicamente em razão dos reajustes gerais concedidos aos servidores públicos federais e absorvidos por reajustes reais concedidos à categoria, ou seja, editada lei específica aprovando novo plano de cargos e salários;					
9.3.4. ajuste o valor do percentual de 3,17% pago à servidora aposentada na forma determinada no subitem 9.2.1.2 do Acórdão nº 2161/2005-TCU-Plenário;					
[...]					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Pró-Reitoria de Desenvolvimento Humano e Social					26115
Secretaria de Gestão de Pessoas					26115
Justificativa para o seu não Cumprimento					
Ofício nº. 334/2012/DDAP à SEFIP/TCU com o seguinte teor:					
1. Em atendimento as determinações constantes do Acórdão nº 11478/2011-TCU – Segunda Câmara, prolatado na Sessão de 29/11/2011, Ata 42/2011, informamos:					
2. item 9.3.2 - Os servidores ADELAR ANDRINO BASTOS, ADELINO BARBOSA, ADENILDE SILVA, ADENIR PEREIRA DOS SANTOS, AGENOR BENONI DA SILVA E ALBERTINA ZATELLI tomaram ciência do inteiro teor do Acórdão nº 11478/2011-TCU – Segunda Câmara, conforme comprovantes anexos.					
3. item 9.3.3 – Com relação a conversão da parcela da remuneração denominada horas extras em Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada - VPNI informamos que por tratar-se de decisão judicial a parcela referente a hora-extra é paga na rubrica decisão judicial transitado em julgado, sem a aplicação de qualquer reajuste.					
4. item 9.3.4 - Com relação à conversão da parcela alusiva ao percentual de 3,17% em VPNI, informamos que por tratar-se de decisão judicial a parcela de 3,17% está sendo paga na rubrica decisão judicial transitado em julgado, sem a aplicação de qualquer reajuste.					
5. Em cumprimento a determinação do Acórdão nº 2161/2005/TCU a Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão transferiu todas as decisões judiciais cadastradas no Sistema de Cadastro de Ação Judicial – SICAJ, referentes a planos econômicos, para novos objetos com assunto de cálculo 21, com os valores pagos na folha de junho de 2006, sendo que estes valores a partir dessa data não sofreram qualquer correção ou reajustamento.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Decisão Judicial impede que se proceda à referida providência determinada pelo TCU.					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
16	014.527/2011-1	11888/2011-Segunda Câmara	9.3	DE	44837 - TCU/Sefip
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina					429
Descrição da Deliberação					
[...]					
9.1. considerar ilegal o ato de aposentadoria de Vando Manoel Vigano, negando-lhe o registro;					
[...]					

<p>9.3. determinar à Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC que:</p> <p>9.3.1. faça cessar, com fundamento nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262 do Regimento Interno desta Corte, no prazo de 15 (quinze) dias, a partir da ciência da deliberação do Tribunal, o pagamento da rubrica alusiva ao percentual de 3,17%, ora considerada irregular, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;</p> <p>[...]</p>					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Pró-Reitoria de Desenvolvimento Humano e Social					26115
Secretaria de Gestão de Pessoas					26115
Justificativa para o seu não Cumprimento					
Ofício nº. 190/2012/DDAP à SEFIP/TCU com o seguinte teor:					
<p>1. Em atendimento ao Controle nº 44837 – TCU/Sefip, de 02/01/2012, que encaminhou a esta Universidade cópia do Acórdão nº 11888 - TCU – Segunda Câmara, prolatado na Sessão de 06/12/2011, Ata 43/2011, informamos:</p> <p>2. O servidor VANDO MANOEL VIGANO tomou ciência do inteiro teor do Acórdão nº 118882011-TCU – Segunda Câmara, em 09/01/2012, conforme comprovante anexo.</p> <p>3. Com relação à determinação contida nos item 9.3.1 do citado Acórdão que trata da exclusão dos proventos do interessado a parcela referente à diferença de 3,17% (rubrica 16171/Decisão Judicial Transitado em Julgado) informamos que o servidor faz parte do Rol dos Substituídos da Ação Coletiva impetrada pelo Sindicato dos Trabalhadores da Universidade Federal de Santa Catarina – SINTUFSC. Da referida ação restou consignada a determinação de incorporação do percentual de 3,17%.</p> <p>4. Informamos, também, que em cumprimento a determinação do Acórdão nº 2161/2005/TCU a Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão transferiu todas as decisões judiciais cadastradas no Sistema de Cadastro de Ação Judicial – SICAJ, referentes a planos econômicos, para novos objetos com assunto de cálculo 21, com os valores pagos na folha de junho de 2006, sendo que estes valores a partir dessa data não sofreram qualquer correção ou reajustamento.</p> <p>5. Informamos que o servidor Vando Manoel Vigano através do SINTUFSC interpôs recurso ao Tribunal de Contas da União em 01/02/2012 com relação ao tempo rural averbado para aposentadoria.</p>					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Decisão Judicial impede que se proceda à referida providência determinada pelo TCU.					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
17	015.375/2011-0	11893/2011-Segunda Câmara	9.2	DE	44855 - TCU/Sefip
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina					429
Descrição da Deliberação					
<p>[...]</p> <p>9.1. com fundamento no art. 39, inciso II, da Lei nº 8.443/1992, considerar ilegal o ato de aposentadoria em nome de Hilda Maria de Pinho, negando-lhe o respectivo registro;</p> <p>9.2. com fundamento nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262 do Regimento Interno desta Corte, determinar à Universidade Federal de Santa Catarina que:</p> <p>9.2.1. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato impugnado por esta Corte, relacionados à rubrica alusiva ao percentual de 3,17%, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, nos termos do art. 262 do Regimento Interno/TCU;</p> <p>9.2.2. uma vez desconstituída a decisão judicial que assegura a manutenção do pagamento de "horas extras judiciais", promova, nos termos do art. 46 da Lei nº 8.112, de 1990, a restituição dos valores indevidamente pagos a esse título, sem prejuízo da implementação das demais providências inerentes à negativa de registro do ato de concessão por esta Corte de Contas;</p> <p>[...]</p>					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Pró-Reitoria de Desenvolvimento Humano e Social					26115
Secretaria de Gestão de Pessoas					26115
Justificativa para o seu não Cumprimento					
Ofício nº. 164/2012/DDAP à SEFIP/TCU com o seguinte teor:					
<p>1. Em atendimento ao Controle nº 44855 – TCU/Sefip, de 04/01/2012, que encaminhou a esta Universidade cópia do</p>					

<p>Acórdão nº 11893-TCU – Segunda Câmara, prolatado na Sessão de 6/12/2011, Ata 43/2011, informamos:</p> <p>2. A servidora HILDA MARIA DE PINHO tomou ciência do inteiro teor do Acórdão nº 11894/2011-TCU – Segunda Câmara, em 31/01/2012, conforme comprovante anexo.</p> <p>3. Com relação à determinação contida nos item 9.1 do citado Acórdão informamos que a parcela alusiva ao percentual de 3,17%, por tratar-se de decisão judicial está sendo paga na rubrica Decisão Judicial Transitado em Julgado, sem sofrer qualquer tipo de correção ou reajustamento.</p> <p>4. Informamos, também, que em cumprimento a determinação do Acórdão nº 2161/2005/TCU a Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão transferiu todas as decisões judiciais cadastradas no Sistema de Cadastro de Ação Judicial – SICAJ, referentes a planos econômicos, para novos objetos com assunto de cálculo 21, com os valores pagos na folha de junho de 2006, sendo que estes valores a partir dessa data não sofreram qualquer correção ou reajustamento.</p>					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Decisão Judicial impede que se proceda à referida providência determinada pelo TCU.					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
18	002.904/2010-1	11916/2011-Segunda Câmara	9.4	DE	44632 - TCU/Sefip
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina					429
Descrição da Deliberação					
<p>[...]</p> <p>9.2. considerar ilegais os atos de fls. 2/6 e 34/38, de interesse de Aldo Eller (fls. 2/6) e Reinaldo João Pick (fls. 34/38), negando-lhes os respectivos registros;</p> <p>[...]</p> <p>9.4. determinar à Universidade Federal de Santa Catarina que:</p> <p>9.4.1. faça cessar os pagamentos decorrentes dos atos ora impugnados, no prazo de 15 (quinze) dias, contado a partir da ciência desta deliberação, sujeitando-se a autoridade administrativa omissa à responsabilidade solidária, ante o disposto nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262, caput, do Regimento Interno do TCU;</p> <p>[...]</p> <p>9.4.4. ajuste o valor do percentual de 3,17% pago aos servidores aposentados na forma determinada no subitem 9.2.1.2 do Acórdão nº 2161/2005-TCU-Plenário;</p> <p>9.4.5. faça cessar o pagamento da vantagem relativa ao percentual de 3,17% aos interessados de fls. 7/12, 13/18 e 19/23, no prazo de 15 (quinze) dias, contado a partir da ciência desta deliberação, sujeitando-se a autoridade administrativa omissa à responsabilidade solidária,;</p> <p>[...]</p>					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Pró-Reitoria de Desenvolvimento Humano e Social					26115
Secretaria de Gestão de Pessoas					26115
Justificativa para o seu não Cumprimento					
<p>Ofício nº. 187/2012/DDAP à SEFIP/TCU com o seguinte teor:</p> <p>1. Em atendimento ao Controle nº 44632 – TCU/Sefip, de 020/12/2011, que encaminhou a esta Universidade cópia do Acórdão nº 11916-TCU – Segunda Câmara, prolatado na Sessão de 06/12/2011, Ata 43/2011, informamos:</p> <p>2. O servidor REINALDO JOÃO PICK tomou ciência do inteiro teor do Acórdão nº 11916/2011-TCU – Segunda Câmara, em 19/01/2012, conforme comprovante anexo.</p> <p>3. Com relação à determinação contida nos itens 9.4.4 e 9.4.5, do citado Acórdão informamos que a parcela alusiva ao percentual de 3,17%, por tratar-se de decisão judicial, está sendo paga na rubrica Decisão Judicial Transitado em Julgado, sem sofrer qualquer tipo de correção ou reajustamento.</p> <p>4. Informamos, também, que em cumprimento a determinação do Acórdão nº 2161/2005/TCU a Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão transferiu todas as decisões judiciais cadastradas no Sistema de Cadastro de Ação Judicial – SICAJ, referentes a planos econômicos, para novos objetos com assunto de cálculo 21, com os valores pagos na folha de junho de 2006, sendo que estes valores a partir dessa data não sofreram qualquer correção ou reajustamento.</p> <p>5. Com relação ao servidor Aldo Eller foi cessado, por meio da Portaria nº 410/DDAP/2011, publicada no Diário Oficial da União de 19 de agosto de 2011 (cópia anexa), a partir de 01 de agosto de 2011, os efeitos da Portaria nº 433/DRH/2000, publicada no Diário Oficial da União de 17/4/2000, que concedeu complementação de aposentadoria previdenciária.</p>					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo					

Gestor					
Decisão Judicial impede que se proceda à referida providência determinada pelo TCU.					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
19	014.524/2010-4	11923/2011-Segunda Câmara	9.4	DE	44612 - TCU/Sefip
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina					429
Descrição da Deliberação					
<p>[...]</p> <p>9.2. considerar ilegais os atos de fls. 2/102 e 108/120, instituídos por João Kalafatas (fls. 2/5), Joel Severino da Cruz de Aquino (fls. 6/9), Jose de Assis Filho (fls. 10/12), Jose João Machado (fls. 13/15), Jose Kinceler (fls. 16/20), Jose Luiz Meurer (fls. 21/23), Josué João Laureano (fls. 24/27), José Carlos Saves de Bastos Silva (fls. 28/31), José Geraldino do Espírito Santo (fls. 32/35), Justino Avelino (fls. 40/43), Latagildo João da Silva (fls. 44/47), Lino João da Silveira (fls. 48/50), Luci Rachadel (fls. 51/54), Luiz Carlos Dias (fls. 55/58), Luiz Henrique Vieira (fls. 63/66), Maíke Hering de Queiroz (fls. 67/70), Manoel de Abreu (fls. 71/73), Manoel Meira (fls. 74/77), Manoel Natividade (fls. 78/81), Marcio Childerico Leite da Costa (fls. 82/85), Marcio Luiz Guimarães Collaco (fls. 86/89), Maria Bernadete da Silva (fls. 90/93), Maria de Nazare de Matos Sanches (fls. 94/97), Maria Nair Ferreira (fls. 98/102), Marlete Santos da Silva (fls. 108/112), Marçal de Jesus (fls. 113/115), Mauro Jose Manoel Julio (fls. 116/120), negando-lhes os respectivos registros;</p> <p>[...]</p> <p>9.4. determinar à Universidade Federal de Santa Catarina que:</p> <p>9.4.1. faça cessar os pagamentos decorrentes dos atos ora impugnados, no prazo de 15 (quinze) dias, contado a partir da ciência desta deliberação, sujeitando-se a autoridade administrativa omissa à responsabilidade solidária, ante o disposto nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262, caput, do Regimento Interno do TCU;</p> <p>[...]</p> <p>9.4.3. envie a esta Corte de Contas, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da notificação, cópias dos documentos que comprovem a data em que os interessados tiveram ciência desta deliberação;</p> <p>9.4.4. ajuste o valor da URP e do percentual de 3,17% pagos aos beneficiários na forma determinada no subitem 9.2.1.2 do Acórdão nº 2161/2005-TCU-Plenário;</p> <p>9.4.5. efetue a conversão da parcela da remuneração denominada horas extras em Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada - VPNI, de acordo com as seguintes orientações:</p> <p>9.4.5.1. a conversão da parcela da remuneração denominada horas extras, concedida em razão de sentença judicial, deverá ser convertida em Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada - VPNI, levando em consideração o valor pago em 1º de janeiro de 1991;</p> <p>9.4.5.2. a partir de 1º janeiro de 1991, até a edição do Plano de Cargos e Salários aprovado pela Lei nº 11.091/2005, de 12/1/2005, o valor apurado naquela data somente será alterado com base nos reajustes gerais concedido aos servidores públicos federais;</p> <p>9.4.5.3. a partir de 12/1/2005, caso o aposentado tenha feito a opção de que trata o art. 16 da Lei nº 11.091/2005, e a nova remuneração seja superior à anteriormente paga, o valor da VPNI deverá ser definitivamente extinto; caso contrário, nova VPNI deverá ser definida, a qual deverá corresponder à diferença entre essas duas remunerações; e</p> <p>9.4.5.4. a partir de 12/1/2005, caso o aposentado não tenha feito a opção de que trata o art. 16 da Lei nº 11.091/2005, a remuneração anterior será mantida e o valor da VPNI continuará sendo alterado unicamente em razão dos reajustes gerais concedidos aos servidores públicos federais e absorvidos por reajustes reais concedidos à categoria, ou seja, editada lei específica aprovando novo plano de cargos e salários;</p> <p>9.5. com supedâneo no art. 262, § 2º, do Regimento Interno do TCU, orientar a entidade de origem acerca da possibilidade de emissão de novos atos, livres das irregularidades apontadas nos autos, para que sejam submetidos à apreciação por este Tribunal, na forma do art. 260, caput, também do Regimento Interno do TCU;</p> <p>[...]</p>					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Pró-Reitoria de Desenvolvimento Humano e Social					26115
Secretaria de Gestão de Pessoas					26115
Justificativa para o seu não Cumprimento					
Ofício nº. 365/2012/DDAP à SEFIP/TCU com o seguinte teor:					
<p>1. Em atendimento as determinações constantes do Acórdão nº 11923/2011-TCU – Segunda Câmara, prolatado na Sessão de 6/12/2011, Ata 43/2011, informamos:</p> <p>2. item 9.4.2 – Os beneficiários de pensão tomaram ciência do inteiro teor do Acórdão nº 11923/2011-TCU – Segunda Câmara, conforme comprovantes anexos.</p>					

3. item 9.4.4 - Com relação à conversão da parcela alusiva ao percentual de 3,17% em VPNI, informamos que por tratar-se de decisão judicial a parcela de 3,17% está sendo paga na rubrica decisão judicial transitado em julgado, sem a aplicação de qualquer reajuste.					
4. item 9.4.5 – Com relação a conversão da parcela da remuneração denominada horas extras em Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada - VPNI informamos que por tratar-se de decisão judicial a parcela referente a hora-extra é paga na rubrica decisão judicial transitado em julgado, sem a aplicação de qualquer reajuste.					
5. Em cumprimento a determinação do Acórdão nº 2161/2005/TCU a Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão transferiu todas as decisões judiciais cadastradas no Sistema de Cadastro de Ação Judicial – SICAJ, referentes a planos econômicos, para novos objetos com assunto de cálculo 21, com os valores pagos na folha de junho de 2006, sendo que estes valores a partir dessa data não sofreram qualquer correção ou reajustamento.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Decisão Judicial impede que se proceda à referida providência determinada pelo TCU.					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
20	029.522/2010-2	11927/2011-Segunda Câmara	9.4	DE	44614 - TCU/Sefip
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina					429
Descrição da Deliberação					
[...] 9.2. considerar ilegais os atos de fls. 6/10 e 15/24, de interesse de Maria da Graça Martins Cordeiro (fls. 6/10), Vera Lucia Bosco (fls. 20/24) e Vera de Fátima Graneman Joenk (fls. 15/19), negando-lhes os respectivos registros; [...] 9.4. determinar à Universidade Federal de Santa Catarina que: 9.4.1. faça cessar os pagamentos decorrentes dos atos ora impugnados, no prazo de 15 (quinze dias), contado a partir da ciência desta deliberação, sujeitando-se a autoridade administrativa omissa à responsabilidade solidária, ante o disposto nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262, caput, do Regimento Interno do TCU; [...] 9.4.4. ajuste o valor da do percentual de 3,17% pagos aos servidores aposentados na forma determinada no subitem 9.2.1.2 do Acórdão nº 2161/2005-TCU-Plenário; [...]					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Pró-Reitoria de Desenvolvimento Humano e Social					26115
Secretaria de Gestão de Pessoas					26115
Justificativa para o seu não Cumprimento					
Ofício nº. 289/2012/DDAP à SEFIP/TCU com o seguinte teor: 1. Em atendimento ao Controle nº 44614 – TCU/Sefip, de 19/12/2011, que encaminhou a esta Universidade cópia do Acórdão nº 11927/2011-TCU – Segunda Câmara, prolatado na Sessão de 6/12/2011, Ata 43/2011, informamos: 2. Os servidores MARIA DA GRAÇA MARTINS CORDEIRO, VERA LÚCIA BOSCO E VERA DE FÁTIMA GRANEMAN JOENK tomaram ciência do inteiro teor do Acórdão nº 11927/2011 – Segunda Câmara, conforme comprovante anexo. 3. Com relação à determinação contida no item 9.4.4 do citado Acórdão que determina o ajuste do valor do percentual de 3,17% pagos aos servidores aposentados na forma determinada no subitem 9.2.1.2 do Acórdão nº 2161/2005-TCU - Plenário informamos que o valor da parcela referente ao percentual de 3,17% encontra-se congelada desde 2006, quando a Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, em cumprimento a determinação do citado Acórdão transferiu todas as decisões judiciais cadastradas no Sistema de Cadastro de Ação Judicial – SICAJ, referentes a planos econômicos, para novos objetos com assunto de cálculo 21, com os valores efetuados na folha de junho de 2006, sendo que estes valores, a partir dessa data, não sofreram mais qualquer correção ou reajustamento.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Decisão Judicial impede que se proceda à referida providência determinada pelo TCU.					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
21	025.396/2010-2	11969/2011-Segunda Câmara	9.5	DE	43902 - TCU/Sefip

Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina					429
Descrição da Deliberação					
<p>[...]</p> <p>9.3. considerar ilegal o ato de fls. 14/17, de interesse de Maria Tereza Santos Cunha, negando-lhe o respectivo registro;</p> <p>[...]</p> <p>9.5. determinar à Universidade Federal de Santa Catarina que:</p> <p>9.5.1. faça cessar os pagamentos decorrentes do atos ora impugnado, no prazo de 15 (quinze) dias, contado a partir da ciência desta deliberação, sujeitando-se a autoridade administrativa omissa à responsabilidade solidária, ante o disposto nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262, caput, do Regimento Interno do TCU;</p> <p>[...]</p> <p>9.5.3. no prazo de 15 (quinze) dias, contado da notificação, adote as medidas cabíveis com vistas à regularização dos pagamentos indevidos referentes ao percentual de 3,17, em relação aos atos constantes às fls. 2/5, 10/13, 14/17, 18/21, 22/25, 26/29, 30/33, 50/53, 54/57 e 58/61.</p> <p>[...]</p>					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Pró-Reitoria de Desenvolvimento Humano e Social					26115
Secretaria de Gestão de Pessoas					26115
Justificativa para o seu não Cumprimento					
<p>Ofício nº. 109/2012/DDAP à SEFIP/TCU com o seguinte teor:</p> <p>1. Em atendimento ao Controle nº 43902 – TCU/Sefip, de 25/11/2011, que encaminhou a esta Universidade cópia do Acórdão nº 10969/2011-TCU – Segunda Câmara, prolatado na Sessão de 08/11/2011, Ata 40/2011, informamos:</p> <p>2. A servidora MARIA TERESA SANTOS CUNHA tomou ciência do inteiro teor do Acórdão nº 10969/2011-TCU – Segunda Câmara, em 15/12/2011, conforme comprovante anexo.</p> <p>3. Com relação às impropriedades constatadas pela SEFIP sobre o ato de aposentadoria de fls. 14/17, de interesse de Maria Teresa Santos Cunha informamos que a servidora faz parte do Rol dos Substituídos da Ação Coletiva impetrada pelo Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior - ANDES. Da referida ação restou consignada a determinação de incorporação do percentual de 3,17% (autos nº 99.00.01944-0).</p> <p>4. A parcela alusiva ao percentual de 3,17%, por tratar-se de decisão judicial está sendo paga na rubrica Decisão Judicial Transitado em Julgado, sem sofrer qualquer tipo de correção ou reajustamento.</p> <p>5. Em cumprimento a determinação do Acórdão nº 2161/2005/TCU a Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão transferiu as decisões judiciais cadastradas no Sistema de Cadastro de Ação Judicial – SICAJ, referentes a planos econômicos, para novos objetos com assunto de cálculo 21, com os valores pagos na folha de junho de 2006, sendo que estes valores a partir dessa data não sofreram qualquer correção ou reajustamento.</p> <p>6. Com relação à URP, informamos que a rubrica judicial alusiva à URP (26,0-5%) não integra mais os rendimentos da servidora desde fevereiro de 2008.</p> <p>7. Com relação à constatação de tempo insuficiente para aposentadoria em razão de a servidora ter se aposentado pela regra que se aplica ao magistério, contabilizando o período de quatro anos utilizado em afastamento para curso de doutorado informamos que o Decreto nº 94.664/876 em seu art. 47 prevê: “Além dos casos previstos na legislação vigente, o ocupante de cargo ou emprego das carreiras de Magistério e Técnico-Administrativas poderá afastar-se de suas funções, assegurados todos os direitos e vantagens a que fizer jus em razão da atividade docente: I – para aperfeiçoar-se em instituição nacional ou estrangeira”.</p> <p>A Lei nº 8.112/90 em seu art. 102 prevê: “Além das ausências ao serviço prestadas no art. 97, são considerados como de efetivo exercício os afastamentos em virtude de: item VIII, letra e) - para capacitação, conforme dispuser o regulamento (redação dada pela Lei nº 9.527, de 10.12.97)”.</p>					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Decisão Judicial impede que se proceda à referida providência determinada pelo TCU.					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
22	009.270/2010-8	210/2012 - Segunda Câmara	9.4	DE	445777 - TCU/Sefip
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina					429
Descrição da Deliberação					
9.2. considerar ilegais os atos de concessão de aposentadoria de fls. 2/129, 135/165, 176/185 e 192/208, referentes a					

Gerusa Maria Duarte (fls. 2/7), Gilberto de Souza (fls. 8/12), Gilberto Silveira (fls. 13/17), Glaci Inez Trevisan Santos (fls. 18/22), Harildon Savi (23/27), Heitor Germano do Livramento Ducker (fls. 28/32), Helena Alencar Machado (fls. 33/37), Helena Heloisa Fava Tornquist (fls. 38/42), Helio Cristofolini (fls. 43/48), Heloisa Maria Jose de Oliveira (fls. 49/53), Heloisa Ribeiro de Prospero (fls. 54/58), Hilda Maria da Silva (fls. 59/63), Iara Regina Damiani de Oliveira (fls. 64/68), Ieda Maria de Souza (fls. 69/74), Ieda Medeiros dos Santos (fls. 75/79), Ilda de Matos (fls. 80/84), Ildeu Lopes de Carvalho (fls. 85/89), Inez Maria da Silva (fls. 90/94), Irineu Carlos Vieira (fls. 95/99), Isaura Vieira dos Santos (fls. 100/104), Ivaneide Coelho Martins (fls. 105/109), Ivani Callado de Souza Fernandes (fls. 110/114), Izabel Cristina de Souza Glória (fls. 115/119), Isaura Custódia da Silveira (fls. 120/124), Jaime Baião (fls. 125/129), Jandira Nunes de Faria (fls. 135/140), Januário Santana Filho (fls. 141/145), Joana Benedita de Oliveira Quandt (fls. 146/150), Joaquim Eliseu de Miranda (fls. 151/155), Joel Lamarque (fls. 156/160), Jose Carlos Silveira de Oliveira (fls. 161/165), Jose Nazareno Cioffi (fls. 176/180), Jose Oscar de Souza (fls. 181/185), Jose Machado Correa (fls. 192/197), João Serafim Tusi da Silveira (fls. 198/202), Lea Teixeira (fls. 203/208), negando-lhes os correspondentes registros;

[...]

9.4. determinar à Universidade Federal de Santa Catarina que:

9.4.1. com fundamento nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262, caput, do Regimento Interno/TCU, faça cessar, no prazo de 15 (quinze) dias, contados a partir da ciência da deliberação deste Tribunal, todo e qualquer pagamento decorrente dos atos impugnados (subitem 9.2, precedente), sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa, quanto aos pagamentos processados após essa data;

[...]

9.4.4. ajuste o valor das parcelas pagas aos interessados com base em decisão judicial, a exemplo da denominada URV, conforme determina o subitem 9.2.1.2 do Acórdão nº 2.161/2005-TCU-Plenário, por diversas vezes dirigido a essa universidade;

9.4.5. efetue a conversão da parcela denominada horas extras em Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada (VPNI), de acordo com reiteradas orientações expedidas a essa instituição;

9.4.6. recalcule os proventos da inativa Isaura Custodia da Silveira (fls. 120/124), proporcionalizando-os para 80/100, ao invés de 85/100;

9.4.7. proporcionalize as aposentadorias de Irineu Carlos Vieira (fls. 95/99) e Helena Alencar Machado (fls. 33/37), excluindo dos tempos averbados aqueles relativos a justificação judicial;

9.4.8. com base no art. 6º, § 1º, da Resolução TCU nº 237/2010, no prazo de 15 dias, contado da ciência desta decisão, retire dos proventos dos ex-servidores Jandira Maria Cecchet Spalding (fls. 130/134), Jose Marcio Marques Vieira (fls. 171/175), Jose Deichmann (fls. 166/170) e Jose Roberto de Souza Dias (fls. 186/191), a vantagem judicial de 3,17%, atualmente percebida, sob pena de responsabilidade solidária da autoridade administrativa omissa;

9.4.9. recalcule os proventos da interessada Izabel Cristina de Souza Glória (fls. 115/119), conforme previsto nos arts. 1º, § 5º, e 15 da Lei nº 10.887/2004;

[...]

Providências Adotadas

Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Pró-Reitoria de Desenvolvimento Humano e Social	26115
Secretaria de Gestão de Pessoas	26115

Justificativa para o seu não Cumprimento

Ofício nº. 183/2012/DDAP à SEFIP/TCU com o seguinte teor:

1. Em atendimento ao Acórdão 210/2012-TCU-Segunda Câmara, prolatado na Sessão de 24/01/2012, Ata 1/2012, informamos:

2. Em atendimento ao item 9.4.3 do citado acórdão informamos que os servidores tomaram ciência do inteiro teor do Acórdão nº 210/2012-TCU – Segunda Câmara, conforme comprovantes anexos.

3. Em atendimento ao item 9.4.5 informamos que a parcela da remuneração denominada horas extras concedidas em razão de sentença judicial já está convertida em Vantagem Pessoal Nominalmente Identificada – VPNI apesar de estar sendo paga na rubrica de Decisão Judicial, desde junho de 2006, quando a

Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, em cumprimento a determinação do citado Acórdão transferiu todas as decisões judiciais cadastradas no Sistema de Cadastro de Ação Judicial – SICAJ, referentes a planos econômicos, para novos objetos com assunto de cálculo 21, com os valores efetuados na folha de junho de 2006, sendo que estes valores, a partir desta data, não sofreram mais qualquer correção ou reajustamento.

4. Em atendimento ao item 9.4.6 informamos que a servidora ISAURA CUSTÓDIA DA SILVEIRA recebe proventos proporcionais de forma correta, ou seja, 85% do valor que o servidor poderia atingir, conforme documentação, anexa.

5. Em atendimento ao item 9.4.6 informamos que foi alterada a portaria nº 209/DRH/2004 que concedeu aposentadoria ao servidor IRINEU CARLOS VIEIRA. Através do processo judicial nº 2003.72.00.003409-1/SC, encaminhado a este departamento no início do corrente mês, foi reformada a sentença inicial, ampliando o período elaborado em condições insalubres, incluindo na apelação o período a partir de junho de 1983. Diante disto, o servidor

passou a perceber seus proventos na proporcionalidade de 95%, conforme demonstrado nos documentos anexos.					
Quanto aos proventos da servidora inativa HELENA ALENCAR MACHADO, informamos que a mesma faz jus a integralidade, por ter completado em 04 de maio de 2001, os requisitos para concessão de uma aposentadoria nos termos do art. 8º, incisos I, II e III, alíneas 'a' e 'b' da Emenda Constitucional nº 20/98, onde computamos o tempo exercido nesta instituição, os períodos exercidos fora e mais o tempo insalubre ganho judicialmente, conforme demonstra cópia das averbações, decisão judicial, bem como o Mapa de Tempo de Contribuição anexos.					
6. Com relação à determinação contida no item 9.4.8 do citado Acórdão informamos que a supressão da rubrica da parcela de 3,17% implicará em descumprimento da ordem judicial.					
7. Em atendimento ao item 9.4.9 informamos que no mês de janeiro de 2012, os proventos da servidora ISABEL CRISTINA DE SOUZA GLORIA, foram recalculados e alterados no sistema SIAPE, conforme cálculo previsto nos arts. 1º, § 5º, e 15 da Lei nº 10.887/2004 conforme comprovantes anexos.					
8. Com relação as demais irregularidade detectadas pela Unidade Técnica informamos que foi retificado o fundamento legal da aposentadoria do servidor JOÃO SERAFIM TUSI DA SILVEIRA, conforme documento anexo.					
9. O fundamento legal da aposentadoria da servidora IEDA MEDEIROS DOS SANTOS, já havia sido alterado em 2005, conforme Portaria nº 250/DDAP/2005, conforme documentação anexa.					
10. A alteração da ficha SISAC do servidor JAIME BAIÃO só poderá ser feita mediante liberação do ato, pois hoje a mesma encontra-se no TCU – julgado, conforme demonstra abaixo: Resultado de pesquisa a atos de pessoal Editar Seq. Tipo Número de Controle Servidor/Instituidor CPF Localização / Situação Erro					
1 Aposentadoria 10795006-04-2005-000030-1 JAIME BAIÃO 154.909.399-15 TCU - Julgado Página 1 / 1 Total de atos: 1					
11. Quanto aos proventos da servidora inativa JANDIRA MARIA CECCHET SPALDING, informamos que a mesma faz jus a integralidade de seus proventos, por ter completado em 29 de janeiro de 1999, os requisitos para concessão de uma aposentadoria integral, onde foi computado somente tempo de magistério, concedendo-lhe o bônus de 20%, conforme art. 8º, incisos I e II, alíneas 'a' e 'b' e § 4º da Emenda Constitucional nº 20/98. Entendemos que a fundamento legal informado na portaria de aposentadoria está de acordo com a legislação vigente. Segue anexa cópia das averbações, bem como o Mapa de Tempo de Contribuição.					
12. Em relação a servidora HILDA MARIA DA SILVA, informamos que a mesma foi aposentada por invalidez permanente, em 01 de julho de 2005, conforme Portaria nº 602/ DRH/2003, nos termos do art. 40, inciso I, da Constituição Federal, com a redação dada pela Emenda Constitucional nº 20 de 15 de dezembro de 1998, com proventos proporcionais a 24/30(vinte e quatro, trinta avos). Segue anexa cópia da Certidão de Tempo de Contribuição, ficha funcional e Mapa de Tempo de Contribuição da servidora. Informamos que atualizamos o código do fundamento legal da aposentadoria da servidora no sistema SIAPE.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Decisão Judicial impede que se proceda à referida providência determinada pelo TCU.					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
23	024.988/2010-3	217/2012 - Segunda Câmara	9.4	DE	45889 - TCU/Sefip
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina					429
Descrição da Deliberação					
[...] 9.2. considerar ilegal o ato de fls. 6/9, de interesse de Miriam Tereza Rodrigues de Brito, negando-lhe o respectivo registro; [...] 9.4. determinar à Universidade Federal de Santa Catarina que: 9.4.1. faça cessar os pagamentos decorrentes do ato ora impugnado, no prazo de 15 (quinze) dias, contado a partir da ciência desta deliberação, sujeitando-se a autoridade administrativa omissa à responsabilidade solidária, ante o disposto nos arts. 71, inciso IX, da Constituição Federal e 262, caput, do Regimento Interno do TCU; [...] 9.4.4. faça cessar o pagamento da vantagem relativa ao percentual de 3,17% aos interessados de fls. 10/37; [...]					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Pró-Reitoria de Desenvolvimento Humano e Social					26115
Secretaria de Gestão de Pessoas					26115

Justificativa para o seu não Cumprimento					
Ofício nº. 291/2012/DDAP à SEFIP/TCU com o seguinte teor:					
<p>1. Em atendimento ao Controle nº 45889 – TCU/Sefip, de 6/2/2012, que encaminhou a esta Universidade cópia do Acórdão nº 217/2012-TCU – Segunda Câmara, prolatado na Sessão de 24/01/2012, Ata 1/2012, informamos:</p> <p>2. A servidora MIRIAM TEREZA RODRIGUES DE BRITO tomou ciência do inteiro teor do Acórdão nº 217/2012-TCU – Segunda Câmara, em 02/03/2012, conforme comprovante anexo.</p> <p>3. Com relação à determinação contida no item 9.4.4 do citado Acórdão que trata da exclusão dos proventos da interessada a parcela referente à diferença de 3,17% (rubrica 16171/Decisão Judicial Transitado em Julgado) informamos que a servidora faz parte do Rol dos Substituídos da Ação Coletiva impetrada pelo Sindicato dos Trabalhadores da Universidade Federal de Santa Catarina - SINTUFSC. Da referida ação restou consignada a determinação de incorporação do percentual de 3,17% (autos nº 99.00.0003933-5).</p> <p>4. Informamos, também, que em cumprimento a determinação do Acórdão nº 2161/2005/TCU a Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão transferiu todas as decisões judiciais cadastradas no Sistema de Cadastro de Ação Judicial – SICAJ, referentes a planos econômicos, para novos objetos com assunto de cálculo 21, com os valores pagos na folha de junho de 2006, sendo que estes valores, a partir dessa data, não sofreram qualquer correção ou reajustamento.</p>					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Decisão Judicial impede que se proceda à referida providência determinada pelo TCU.					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
24	028.626/2011-7	281/2012-Segunda Câmara	1.6.1	DE	46713-TCU/Sefip – de 27/2/2012
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina					429
Descrição da Deliberação					
<p>[...]</p> <p>1.6. Determinar à Universidade Federal de Santa Catarina que:</p> <p>1.6.1. exclua dos proventos da(do) interessada(o) a parcela referente à diferença de 3,17% (Rubrica/Descrição:16171/DECISÃO JUDICIAL TRANS JUG APO);</p> <p>[...]</p>					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Pró-Reitoria de Desenvolvimento Humano e Social					26115
Secretaria de Gestão de Pessoas					26115
Justificativa para o seu não Cumprimento					
Apresentado resposta por meio do Ofício 369/2012/DAP:					
<p>1. Em atendimento ao Controle nº 46713 – TCU/Sefip, de 27/2/2012, que encaminhou a esta Universidade cópia do Acórdão nº 281/2012-TCU – Segunda Câmara, prolatado na Sessão de 31/01/2012, Ata 2/2012, informamos:</p> <p>2. item 1.6.1. com relação a exclusão da parcela referente à diferença de 3,17% dos proventos da servidora CLARICE SERAFINA DO AMARAL, informamos que por tratar-se de decisão judicial a parcela de 3,17% está sendo paga na rubrica decisão judicial transitado em julgado, sem a aplicação de qualquer reajuste.</p> <p>3. informamos que o valor da parcela referente ao percentual de 3,17% encontra-se congelada desde 2006, quando a Secretaria de Recursos Humanos do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, em cumprimento a determinação do Acórdão nº 2161/2005 - TCU transferiu todas as decisões judiciais cadastradas no Sistema de Cadastro de Ação Judicial – SICAJ, referentes a planos econômicos, para novos objetos com assunto de cálculo 21, com os valores efetuados na folha de junho de 2006, sendo que estes valores, a partir dessa data, não sofreram mais qualquer correção ou reajustamento.</p> <p>[...]</p>					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Decisão Judicial impede que se proceda à referida providência determinada pelo TCU.					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
25	028.458/2011-7	2589/2012 - Plenário	9.4	DE	Ofício 753/2012-TCU/SECEX-SC de 02/10/2012
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina					429

Descrição da Deliberação					
[...] 9.4. determinar, com fulcro no art. 250, inciso II, do Regimento Interno, à Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) que, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a contar da ciência da decisão, apresente ao Tribunal de Contas da União, os inventários atualizados dos bens móveis e imóveis; [...]					
Providências Adotadas					
Setor Responsável pela Implementação					Código SIORG
Pró-Reitoria de Infraestrutura					26114
Pró-Reitoria de Administração					26114
Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento					97297
Justificativa para o seu não Cumprimento					
O prazo de 180 dias contido no item 9.4 do referido acórdão expirar-se-á em 08/04/2013. O DGP informa que a UFSC está aguardando uma solução da SETIC junto à SOFTPLAN para a implantação do software que irá permitir a coleta e a produção dos relatórios de inventário dos bens móveis da Instituição. A Administração Central da UFSC está criando um Comitê Gestor de Imóveis que deverá inventariar os mesmos.					
Informação da PROPLAN: A PROPLAN informa que os ajustes no sistema de patrimônio, solicitados pelo DGP, foram providenciados pela SETIC em parceria com a empresa contratada. Ainda assim, a SETIC está disponível para providenciar quaisquer novas adequações.					
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor					
Aguarda o prazo definido no item 9.4 (08/04/2013)					
Ordem	Processo	Acórdão	Item	Tipo	Comunicação Expedida
26	019.177/2011-9	2900/2012-Plenário	9.2	DE	Ofício nº 0822/2012 - TCU/SECEX-SC - de 01/11/2012
Órgão/entidade objeto da determinação e/ou recomendação					Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina					429
Descrição da Deliberação					
[...] 9.2. determinar, com fundamento no art. 43, inciso I, da Lei nº 8.443/1992, c/c o art. 250, II, do Regimento Interno do TCU, à Universidade Federal de Santa Catarina que, no prazo de 90 (noventa) dias : 9.2.1. verifique a compatibilidade de horários e se não há prejuízo às atividades exercidas em cada um dos cargos acumulados pelos servidores relacionados no subitem 3.3 do Relatório precedente, uma vez que os mesmos possuem jornada total semanal superior a 60 (sessenta) horas semanais, aplicando, ainda, se for o caso, o previsto no art. 133 da Lei nº 8.112/1990; 9.2.1.1. na hipótese de se concluir pela litude da acumulação, fundamentar devidamente a decisão, anexando no respectivo processo a devida a documentação comprobatória e indicar expressamente o responsável pela medida adotada; 9.2.2. adote medidas no sentido de instaurar, nos termos do art. 133 da Lei nº 8.112/1990, o devido processo legal visando à regularização das acumulações ilícitas dos servidores listados no subitens 3.1, 3.2, 3.4 e 3.5 do Relatório precedente, tendo em vista que foram detectados tanto casos de acumulação de mais de dois cargos como infração ao regime de dedicação exclusiva; 9.2.3. verifique, quanto aos servidores elencados no item 4 do Relatório precedente e que não apresentaram a documentação solicitada pela equipe de auditoria, se há acumulação indevida de cargos públicos, infração ao regime de dedicação exclusiva ou incompatibilidade de jornadas de trabalho, aplicando, se for o caso, o previsto no art. 133 da Lei nº 8.112/1990; 9.2.4. verifique a situação funcional das servidoras Maria Izabel de Bortoli Hentz (SIAPE 3322745), Priscilla Gonçalves Iracema Eger Teixeira (SIAPE 1771121) e Edna Maria Niero (SIAPE 1263037), após o término de suas respectivas licenças sem vencimento; 9.3. recomendar à Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC, nos termos do disposto no artigo 250, inciso III, do RI/TCU, que: 9.3.1. estabeleça rotinas periódicas de verificação com vistas a evitar situações de acumulação ilegal de cargos, empregos ou funções públicas; 9.3.2. adote as providências necessárias para manter atualizadas as informações do SIAPE, bem como as pastas funcionais de seu quadro permanente de servidores;					
Providências Adotadas					

Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Pró-Reitoria de Desenvolvimento Humano e Social	26115
Secretaria de Gestão de Pessoas	26115
Justificativa para o seu não Cumprimento	
Por meio da Portaria nº 2031/2012/GR, de 18 de dezembro de 2012 foi criada uma comissão para elaboração de resposta ao Ofício nº 0822/2012-TCU/SECEX-SC, para no prazo de sessenta dias emitir relatório conclusivo, a partir da data de publicação desta Portaria no Boletim Oficial da UFSC.	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	
Com relação a acumulação de cargos a SEGESp está encaminhando correspondência aos servidores mencionados no supracitado Acórdão.	

Fonte: Audin

10.1.3 Recomendações do OCI Atendidas no Exercício (UFSC e HU consolidados)

Quadro 92 - RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa:			Código SIORG
Ministério da Educação			244
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	RDE 00190.010664/2003-48-B NT 351/2012/DSEDU I/DS/SFC/CGU-PR	Item 1	Ofício 4475/DSEDU I/DS/SFC/CGU-PR de 16/2/2012
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Na realização de convênios envolvendo fundações de apoio, exigir a implementação de um plano de trabalho devidamente formalizado e detalhado, nos termos do artigo 25 da Portaria Interministerial MPOG/MF/CGU nº 507, de 24 de novembro de 2011 (que substituiu a IN 01/97).			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Infraestrutura			26114
Pró-Reitoria de Administração			26114
Síntese da Providência Adotada			
Nos contratos firmados com as fundações de apoio, atualmente, é obrigatório a apresentação do plano de trabalho devidamente formalizado e detalhado.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
-			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não foram identificados fatores positivos e negativos			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
2	RDE 00190.010664/2003-48-B NT 351/2012/DSEDU I/DS/SFC/CGU-PR	Item 2	Ofício 4475/DSEDU I/DS/SFC/CGU-PR de 16/2/2012
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Implementar mecanismos preventivos que possibilitem verificar a adequação do plano de trabalho procedendo às devidas correções, caso necessário.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG

Pró-Reitoria de Infraestrutura			26114
Pró-Reitoria de Administração			26114
Síntese da Providência Adotada			
Nos contratos firmados com as fundações de apoio o plano de trabalho deve ser adequado ao projeto. Para tanto sua verificação é submetida à Procuradoria federal junto à UFSC, ao Conselho de Curadores da UFSC e permanece à disposição da auditoria interna e externa.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
-			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não foram identificados fatores positivos e negativos			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
3	RDE 00190.010664/2003-48-B NT 351/2012/DSEDU I/DS/SFC/CGU-PR	Item 3	Ofício 4475/DSEDU I/DS/SFC/CGU-PR de 16/2/2012
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Doravante, observar que a contratação da fundação somente deverá ocorrer para auxiliar a Universidade em questões envolvendo a pesquisa, ensino e desenvolvimento institucional, conforme estipulado pela Lei 8.958/94. Para os demais casos, deverá se observado o devido procedimento licitatório.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Infraestrutura			26114
Pró-Reitoria de Administração			26114
Síntese da Providência Adotada			
A contratação da fundação de apoio segue, além das leis pertinentes, às resoluções e portarias internas da UFSC e, portanto, tratam, de projetos de pesquisa, ensino e desenvolvimento institucional, de acordo com as Portarias 15/Cun/2011, 03/Cun/2009 e 24/Cun/2009.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
-			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não foram identificados fatores positivos e negativos			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
4	RDE 00190.010664/2003-48-B NT 351/2012/DSEDU I/DS/SFC/CGU-PR	Item 4	Ofício 4475/DSEDU I/DS/SFC/CGU-PR de 16/2/2012
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Observar o que dispõe o artigo 1º, §4º, da Lei 8.958/94, que veda a subcontratação total ou parcial do objeto contratado pela fundação de apoio que estiver vinculada à Universidade			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Infraestrutura			26114
Pró-Reitoria de Administração			26114
Síntese da Providência Adotada			
O objeto contratado pela fundação de apoio é integralmente executado por ela. Há, inclusive, previsão contratual como obrigação da contratada de executar todas as atividades contratadas.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
-			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

Não foram identificados fatores positivos e negativos			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
5	RDE 00190.010664/2003-48-B NT 351/2012/DSEDU I/DS/SFC/CGU-PR	Item 5	Ofício 4475/DSEDU I/DS/SFC/CGU-PR de 16/2/2012
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Observar o que dispõe o artigo 3º, 1, da Lei 8.958/94, que obriga as fundações de apoios contratadas a observar a legislação federal que rege as licitações e contratos da administração pública.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Infraestrutura			26114
Pró-Reitoria de Administração			26114
Síntese da Providência Adotada			
Há previsão contratual, nos contratos firmados com as fundações de apoio em Executar todas as atividades do projeto em conformidade com o disposto no artigo 3,1, da Lei n.º 98.958/94.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
-			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não foram identificados fatores positivos e negativos			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
6	RDE 00190.010664/2003-48-B NT 351/2012/DSEDU I/DS/SFC/CGU-PR	Item 6	Ofício 4475/DSEDU I/DS/SFC/CGU-PR de 16/2/2012
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Atentar para o que dispõe o art. 7º, 8º e 14 da Lei 8.666/93 (sobre detalhamento do objeto a ser licitado e prévio registro de preços).			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Infraestrutura			26114
Pró-Reitoria de Administração			26114
Síntese da Providência Adotada			
Os contratos firmados com as fundações de apoio apresentam objeto específico e indicação dos recursos orçamentários, conforme prevê a legislação.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
-			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não foram identificados fatores positivos e negativos			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
7	RDE 00190.010664/2003-48-B NT 351/2012/DSEDU I/DS/SFC/CGU-PR	Item 8	Ofício 4475/DSEDU I/DS/SFC/CGU-PR de 16/2/2012
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Doravante, proceder à regular liquidação das despesas, como requisito fundamental para seu pagamento, conforme dispõe os artigos 62 e 63 da Lei 4.320/64, bem como atentar para o disposto no artigo 74, II da Portaria Interministerial MPOG/MF/CGU nº 507 (comprovação das despesas).			
Providências Adotadas			

Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Infraestrutura			26114
Pró-Reitoria de Administração			26114
Síntese da Providência Adotada			
A UFSC somente efetua os pagamentos de seus contratos após sua regular liquidação das despesas. Os pagamentos efetuados às fundações de apoio somente ocorrem com a devida apresentação da nota fiscal e atestado de execução do serviço assinado pelo fiscal do contrato.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
-			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não foram identificados fatores positivos e negativos			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
8	RDE 00190.010664/2003-48-B NT 351/2012/DSEDU I/DS/SFC/CGU-PR	Item 9	Ofício 4475/DSEDU I/DS/SFC/CGU-PR de 16/2/2012
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Observar a Lei 8.666/93, inclusive no que tange à habilitação das empresas participantes de processos licitatórios (art. 27 a 33).			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Infraestrutura			26114
Pró-Reitoria de Administração			26114
Síntese da Providência Adotada			
Nas contratações das fundações de apoio são exigidos os documentos pertinentes a habilitação das mesmas, bem como nos contratos firmados com as fundações de apoio há a previsão para que estas mantenham durante a vigência do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidos na licitação.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
-			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não foram identificados fatores positivos e negativos			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
9	RDE 00190.010664/2003-48-B NT 351/2012/DSEDU I/DS/SFC/CGU-PR	Item 10	Ofício 4475/DSEDU I/DS/SFC/CGU-PR de 16/2/2012
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Observar o que dispõe a Portaria Interministerial MPOG/MF/CGU n° 507, no tocante à formalização dos convênios a serem celebrados (art. 43).			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Infraestrutura			26114
Pró-Reitoria de Administração			26114
Síntese da Providência Adotada			
Os contratos firmados com as fundações de apoio preveem as cláusulas necessárias nos instrumentos regulados pela portaria MPOG/MF/CGU n° 507.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
-			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

Não foram identificados fatores positivos e negativos			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
10	RDE 00190.010664/2003-48-B NT 351/2012/DSEDU I/DS/SFC/CGU-PR	Item 11	Ofício 4475/DSEDU I/DS/SFC/CGU-PR de 16/2/2012
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Atentar para que as fundações de apoio que vierem a ser contratadas observem, em especial, os artigos 7º e 8º d Lei 8.666/93 (sobre detalhamento do objeto a ser licitado).			
Providências Adotadas			
Sector Responsável pela Implementação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Infraestrutura			26114
Pró-Reitoria de Administração			26114
Síntese da Providência Adotada			
Nos contratos firmados com as fundações de apoio existem cláusulas que condicionam a contratação de obras e serviços observados o estrito cumprimento da Lei 8.666/93.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
-			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não foram identificados fatores positivos e negativos			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
11	RDE 00190.010664/2003-48-B NT 351/2012/DSEDU I/DS/SFC/CGU-PR	Item 12	Ofício 4475/DSEDU I/DS/SFC/CGU-PR de 16/2/2012
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Ao firmar convênios (inclusive com fundações de apoio) observar a vedação imposta pela portaria interministerial MPOG/MF/CGU nº 507 (art. 52, 1), que impede a inclusão de cláusulas que permitam a realização de despesas a título de taxa de administração ou similares.			
Providências Adotadas			
Sector Responsável pela Implementação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Infraestrutura			26114
Pró-Reitoria de Administração			26114
Síntese da Providência Adotada			
Os contratos firmados pela UFSC com suas fundações de apoio não preveem pagamento de taxa de administração. Existe apenas o ressarcimento por despesas administrativas que é detalhado para cada contrato.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
-			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não foram identificados fatores positivos e negativos			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
12	RDE 00190.010664/2003-48-B NT 351/2012/DSEDU I/DS/SFC/CGU-PR	Item 13	Ofício 4475/DSEDU I/DS/SFC/CGU-PR de 16/2/2012
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Ao firmar convênios (inclusive com fundações de apoio), observar a vedação imposta pela Portaria Interministerial MPOG/MF/CGU nº 507 (art. 52, V e VI), que impede a realização de despesas em data anterior ou posterior à vigência do convênio.			
Providências Adotadas			

Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Infraestrutura			26114
Pró-Reitoria de Administração			26114
Síntese da Providência Adotada			
Os pagamentos efetuados nos contratos firmados entre a UFSC e as suas fundações de apoio são realizados estritamente dentro do período de vigência dos contratos.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
-			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não foram identificados fatores positivos e negativos			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
13	RDE 00190.010664/2003-48-B NT 351/2012/DSEDU I/DS/SFC/CGU-PR	Item 14	Ofício 4475/DSEDU I/DS/SFC/CGU-PR de 16/2/2012
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Abster-se de subcontratar fundações de apoio sem previsão no termo de convênio e sem prévio procedimento licitatório (salvo nos casos previstos na Lei 8.958/94, na Decisão TCU nº 1225/2002 Plenário (item 8.2.1) e no Acórdão TCU nº 599/2008).			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Infraestrutura			26114
Pró-Reitoria de Administração			26114
Síntese da Providência Adotada			
A UFSC não subcontrata fundações de apoio quando não há previsão no termo de convênio.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
-			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não foram identificados fatores positivos e negativos			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
14	RDE 00190.010664/2003-48-B NT 351/2012/DSEDU I/DS/SFC/CGU-PR	Item 15	Ofício 4475/DSEDU I/DS/SFC/CGU-PR de 16/2/2012
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Observar (e cumprir) o disposto na Decisão TCU nº 30/2002 - Plenário (itens 5.3 e 5.4 - realização de licitação como regra geral para contratar).			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Infraestrutura			26114
Pró-Reitoria de Administração			26114
Síntese da Providência Adotada			
A regra geral adotada pela UFSC é a de licitar. O procedimento geral adotado na UFSC é o de realizar licitação para todas as aquisições, exceto nos casos previstos em Lei.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
-			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não foram identificados fatores positivos e negativos			

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
15	RDE 00190.010664/2003-48-B NT 351/2012/DSEDU I/DS/SFC/CGU-PR	Item 16	Ofício 4475/DSEDU I/DS/SFC/CGU-PR de 16/2/2012
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Atentar para a devida prestação de contas dos convênios firmados, conforme dispõe a Portaria Interministerial MPOG/MF/CGU nº 507 (art. 72 a 76).			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Infraestrutura			26114
Pró-Reitoria de Administração			26114
Síntese da Providência Adotada			
Atualmente todos os contratos firmados pela UFSC com as fundações de apoio tem a obrigação de apresentar a prestação de contas no período máximo de 60 (sessenta) dias após o encerramento da vigência do contrato.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
-			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não foram identificados fatores positivos e negativos			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
16	RDE 00190.010664/2003-48-B NT 351/2012/DSEDU I/DS/SFC/CGU-PR	Item 17	Ofício 4475/DSEDU I/DS/SFC/CGU-PR de 16/2/2012
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Quando da realização de trabalhos de auditoria/fiscalização nesta Universidade, fornecer todas as informações/documentos que forem solicitados pela equipe de auditoria/fiscalização, tendo em vista o que dispõe o artigo 26 da Lei nº 10.180/2001			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Infraestrutura			26114
Pró-Reitoria de Administração			26114
Síntese da Providência Adotada			
A UFSC disponibiliza à todas as equipes de auditoria as informações/documentos que lhes são solicitados, em estrito atendimento a legislação vigente.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
-			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não foram identificados fatores positivos e negativos			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
17	RDE 00190.010664/2003-48-B NT 351/2012/DSEDU I/DS/SFC/CGU-PR	Item 18	Ofício 4475/DSEDU I/DS/SFC/CGU-PR de 16/2/2012
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Exigir a comprovação, se for o caso, da regularidade e da destinação das taxas por parte da fundação de apoio financeiramente responsável pelo convênio.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG

Pró-Reitoria de Infraestrutura			26114
Pró-Reitoria de Administração			26114
Síntese da Providência Adotada			
Atualmente nos contratos firmados com as fundações de apoio não há previsão de pagamento de taxas e o ressarcimento por despesas administrativas é detalhado para cada projeto.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
-			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não foram identificados fatores positivos e negativos			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
18	RDE 00190.010664/2003-48-B NT 351/2012/DSEDU I/DS/SFC/CGU-PR	Item 19	Ofício 4475/DSEDU I/DS/SFC/CGU-PR de 16/2/2012
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Nos casos em que a fundação de apoio for a responsável financeira pelo convênio, exigir a tempestiva transferência das taxas da UFSC que estiverem mantidas na conta da respectiva fundação de apoio para a conta única da UFSC.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Infraestrutura			26114
Pró-Reitoria de Administração			26114
Síntese da Providência Adotada			
Nos casos em que a fundação de apoio é a responsável financeira pelo convênio e a UFSC a interveniente, são exigidas, quando for o caso, a tempestiva transferência das taxas da Universidade.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
-			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não foram identificados fatores positivos e negativos			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
19	RDE 00190.010664/2003-48-B NT 351/2012/DSEDU I/DS/SFC/CGU-PR	Item 20	Ofício 4475/DSEDU I/DS/SFC/CGU-PR de 16/2/2012
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Implementar mecanismos efetivos de acompanhamento da utilização de recursos pelas fundações de apoio, de modo a assegurar que não sejam utilizadas taxas da UFSC para pagamentos que devem ser realizados com recursos exclusivamente destinados ao convênio/projeto a que se referem (por meio da conta da fundação de apoio financeiramente responsável).			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Infraestrutura			26114
Pró-Reitoria de Administração			26114
Síntese da Providência Adotada			
Há um controle efetivo por parte da UFSC no sentido de reter ou cobrar, dependendo do caso, as taxas da UFSC, impedindo a sua utilização para os pagamentos que devem ser realizados com recursos destinados ao projeto.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
-			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não foram identificados fatores positivos e negativos			

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
20	RDE 00190.010664/2003-48-B NT 351/2012/DSEDU I/DS/SFC/CGU-PR	Item 21	Ofício 4475/DSEDU I/DS/SFC/CGU-PR de 16/2/2012
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Abster-se de realizar (indevidamente ou sem justificativa) transferência de taxas da UFSC para contas de fundações de apoio responsáveis financeiramente pelos convênios/projetos.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Infraestrutura			26114
Pró-Reitoria de Administração			26114
Síntese da Providência Adotada			
A UFSC, atualmente, não realiza transferências de suas taxas para contas de fundações.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
-			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não foram identificados fatores positivos e negativos			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
21	RDE 00190.010664/2003-48-B NT 351/2012/DSEDU I/DS/SFC/CGU-PR	Item 22	Ofício 4475/DSEDU I/DS/SFC/CGU-PR de 16/2/2012
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Verificar se ainda há recursos referentes a taxas da UFSC na conta da FEESC e, em caso afirmativo, proceder à imediata transferência desses valores à conta única da UFSC junto ao Tesouro Nacional.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Infraestrutura			26114
Pró-Reitoria de Administração			26114
Síntese da Providência Adotada			
OFÍCIO: 72/PROINFRA/2012: Considerando o Relatório de Demandas Especiais da controladoria Geral da União-CGU n.º 00190.010664/2003-48-B e as recomendações constantes da Nota Técnica 351/2012/DSEDU I/DS/SFC/CGU-PR, solicitamos informações sobre a existência de recursos referentes às taxas da UFSC nas contas FEESC 8000 e 8300. Havendo saldo remanescente nas referidas contas relativo a taxas da Universidade, este deverá ser imediatamente recolhido à conta única da UFSC junto ao Tesouro Nacional. RESPOSTA OFÍCIO FEESC/6 96/2012: Cumprimentando-o cordialmente, em resposta ao Ofício n.º 72/PROINFRA/2012, informamos que: 1) A Conta 8000 era uma conta de apropriação da Taxa Centro, prevista nas resoluções da UFSC. Atualmente não está mais ativa, sendo que o último repasse ocorreu em janeiro de 2011 para a conta única da UFSC junto ao Tesouro Nacional, conforme anexo; 2) A conta 8300 não constitui taxas da UFSC, sendo uma parte do valor cobrado nos projetos, referente despesas operacionais e administrativas da Fundação; Ressaltamos que atualmente, os valores referentes às Taxas da UFSC são repassados diretamente dos seus projetos de origem, para a conta única da UFSC junto ao Tesouro Nacional, em geral com periodicidade mensal, ou de acordo com o recebimento dos recursos por parte dos projetos.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
-			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não foram identificados fatores positivos e negativos			

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
22	224886	Item 3.2.2.1 Rec. 001	31.960 /2010/CGU-R/SC
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Informar à CGU-R/SC sobre a manifestação do TCU ao tomar conhecimento do Memorando n.º 053/DDAP/2009, de 22/01/09, que trata da forma que a UFSC adota para o pagamento da "decisão judicial transitada em julgado", relativa ao percentual de 3,17%.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Desenvolvimento Humano e Social			26115
Secretaria de Gestão de Pessoas			26115
Síntese da Providência Adotada			
No Item 2.1.2.1 – Informação (39) do Relatório 201108926 a CGU-R/SC apresenta como situação atual da recomendação: “ <i>Pendente de Atendimento</i> ”.			
Na Solicitação de Auditoria 201103023/08, a CGU-R/SC apresenta como STATUS ATUAL DA RECOMENDAÇÃO: “ <i>Reiterada pela não implementação plena da Recomendação pela Unidade</i> ”, com a seguinte análise: “ <i>Conforme exposto na última manifestação da Unidade, a recomendação ainda não teria sido atendida. Deverão ser apresentadas e detalhadas as medidas adotadas pela UFSC visando o pleno atendimento da recomendação</i> ”.			
<u>Posição em 17/02/2012, informada no Plano de Providências preenchido e encaminhado à CGU-R/SC por meio do Ofício nº 46/2012/GR, de 22/02/2012:</u>			
Informação prestada Pela Pró-Reitoria de Desenvolvimento Humano e Social:			
Perdura a Decisão Judicial quanto ao pagamento dos 3,17%, na forma que está sendo paga.			
Manifestação da CGU-R/SC na última atualização do Plano de Providências:			
Recomendação atendida. O pagamento do percentual de 3,17% está parametrizado no SIAPE no assunto de cálculo 21, ou seja, sujeito exclusivamente aos reajustes gerais dos servidores públicos federais, conforme Acórdão TCU 2.213/2008. O ato de aposentadoria foi julgado legal pelo TCU sob o nº de controle 1-079500-6-04-1998-000336-6 (ver item 2.1.1.1 do RA 201203151, a parte que trata do cumprimento da determinação contida no item 1.5.2.5 do Acórdão TCU 2.616/2011 – 2ª Câmara).			
Síntese dos Resultados Obtidos			
O ato de aposentadoria foi considerado legal pelo TCU			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
O julgamento dos atos de aposentadoria são de responsabilidade do TCU			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
23	224886	Item 3.2.2.2 Rec. 002	31.960 /2010/CGU-R/SC
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Realizar a revisão de todos os processos de concessão de Abono de Permanência EC41/03 e elaborar relatório detalhado, indicando o n. do processo, servidor interessado, resultado do trabalho de revisão e providências adotadas com vistas a sanar as possíveis impropriedades detectadas.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Desenvolvimento Humano e Social			26115
Secretaria de Gestão de Pessoas			26115
Síntese da Providência Adotada			
No Item 2.1.2.1 – Informação (39) do Relatório 201108926 a CGU-R/SC apresenta como situação atual da recomendação: “ <i>Pendente de Atendimento</i> ”.			
Na Solicitação de Auditoria 201103023/08, a CGU-R/SC apresenta como STATUS ATUAL DA RECOMENDAÇÃO: “ <i>Reiterada pela não implementação plena da Recomendação pela Unidade</i> ”, com a seguinte análise: “ <i>Em sua manifestação os gestores solicitam dilação do prazo de atendimento. Contudo, solicitamos que tal</i>			

<p><i>situação seja atualizada, indicando se ocorreu o atendimento da recomendação”.</i></p> <p><u>Posição em 17/02/2012, informada no Plano de Providências preenchido e encaminhado à CGU-R/SC por meio do Ofício nº 46/2012/GR, de 22/02/2012:</u></p> <p><u>Informação prestada Pela Pró-Reitoria de Desenvolvimento Humano e Social:</u></p> <p>Realizada a revisão de todos os processos de concessão de abono permanência. EC/41/03</p> <p><u>Manifestação da CGU-R/SC na última atualização do Plano de Providências:</u></p> <p>Embora os gestores afirmem ter concluído a revisão de todos os processos de concessão de abono permanência, não apresentaram o relatório desse trabalho. Em dezembro/2008 o relatório do Sistema SIAPE "Servidores por Rubrica" totalizou 530 servidores da UFSC beneficiados com a rubrica 82273 - Abono de Permanência EC41/03. A Unidade deve apresentar à CGU o resultado do trabalhos de revisão realizados, com a descrição das inconsistências verificadas e as ações corretivas adotadas. Também deverá apresentar à CGU as melhorias por ventura adotadas nos processos de concessão de abono permanência com vistas a evitar a reincidência da falha apontada.</p>			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Foram efetuados a revisão dos processos de abono de permanência, porém não foram elaborados os relatórios.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
À época a DAPE apresentava carência de servidores adequados ao perfil da atividade.			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
24	224886	Item 4.1.1.4 Rec. 001	31.960 /2010/CGU-R/SC
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Realizar imediatamente o cancelamento dos saldos dos empenhos e a devolução dos valores repassados à FAPEU e ainda não utilizados pela Fundação.			
Providências Adotadas			
Sector Responsável pela Implementação			Código SIORG
Secretaria de Planejamento e Finanças			97297
Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento			97297
Síntese da Providência Adotada			
<p>No Item 2.1.2.1 – Informação (39) do Relatório 201108926 a CGU-R/SC apresenta como situação atual da recomendação: “<i>Pendente de Atendimento</i>”.</p> <p>Na Solicitação de Auditoria 201103023/08, a CGU-R/SC apresenta como STATUS ATUAL DA RECOMENDAÇÃO: “<i>Reiterada pela não implementação plena da Recomendação pela Unidade</i>”, com a seguinte análise: “<i>A manifestação apresentada pelos gestores indica que a recomendação não foi atendida. Assim, a verificação das causas deste descumprimento serão analisadas em futuros trabalhos de auditoria, bem como será apurado eventual dano ao Erário e apontamento de responsáveis.</i>”.</p> <p><u>Posição em 17/02/2012, informada no Plano de Providências preenchido e encaminhado à CGU-R/SC por meio do Ofício nº 46/2012/GR, de 22/02/2012:</u></p> <p><u>Informação prestada Pela Secretaria de Planejamento e Finanças:</u></p> <p>Reiteramos as informações enviadas anteriormente quanto a execução do Contrato e informamos que o mesmo já foi encerrado em 2011.</p> <p><u>Manifestação da CGU-R/SC na última atualização do Plano de Providências:</u></p> <p>A UFSC não acatou a recomendação feita pela CGU-R/SC, por considerar que “o contrato foi executado de acordo com a legislação vigente”. A recomendação deverá ser objeto de análise quanto à pertinência de uma revisão. Também deverá ser verificada a prestação de contas do contrato.</p> <p><u>Manifestação da PROPLAN em jan/13:</u></p> <p>Atendida, considerando, conforme informações de fevereiro/2012, que houve o cancelamento do contrato.</p>			
Síntese dos Resultados Obtidos			
<u>Informação da PROPLAN:</u>			
Encerramento do contrato.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
<u>Informação da PROPLAN:</u>			
No que tange às atribuições da PROPLAN, os encaminhamentos necessários e possíveis foram providenciados.			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida

25	224886	Item 4.1.1.4 Rec. 002	31.960 /2010/CGU-R/SC
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Providenciar a apuração das responsabilidades quanto ao não-cancelamento dos valores empenhados, bem como pela continuidade do repasse financeiro à Fundação, a despeito das recomendações da CGU.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Secretaria de Planejamento e Finanças			97297
Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento			97297
Síntese da Providência Adotada			
No Item 2.1.2.1 – Informação (39) do Relatório 201108926 a CGU-R/SC apresenta como situação atual da recomendação: “ <i>Pendente de Atendimento</i> ”.			
Na Solicitação de Auditoria 201103023/08, a CGU-R/SC apresenta como STATUS ATUAL DA RECOMENDAÇÃO: “ <i>Reiterada pela não implementação plena da Recomendação pela Unidade</i> ”, com a seguinte análise: “ <i>A manifestação apresentada pelos gestores indica que a recomendação não foi atendida. Assim, a verificação das causas deste descumprimento serão analisadas em futuros trabalhos de auditoria.</i> ”.			
<u>Posição em 17/02/2012, informada no Plano de Providências preenchido e encaminhado à CGU-R/SC por meio do Ofício nº 46/2012/GR, de 22/02/2012:</u>			
<u>Informação prestada Pela Secretaria de Planejamento e Finanças:</u>			
Contrato encerrado em 30/06/2011.			
<u>Manifestação da CGU-R/SC na última atualização do Plano de Providências:</u>			
A UFSC não acatou a recomendação feita pela CGU-R/SC, por considerar que “o contrato foi executado de acordo com a legislação vigente”. A recomendação deverá ser objeto de análise quanto à pertinência de uma revisão. Também deverá ser verificada a prestação de contas do contrato.			
<u>Manifestação da PROPLAN em jan/13:</u>			
Atendida, considerando, conforme informações de fevereiro/2012, que houve o cancelamento do contrato.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
<u>Informação da PROPLAN:</u>			
Encerramento do contrato.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
<u>Informação da PROPLAN:</u>			
No que tange às atribuições da PROPLAN, os encaminhamentos necessários e possíveis foram providenciados.			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
26	224886	Item 4.1.3.1 Rec. 001	31.960 /2010/CGU-R/SC
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Instaurar processo administrativo para apuração de responsabilidades por contratação de execução de obras sem a devida licitação, descumprindo prescrições da Lei 8.666/93.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Hospital Universitário Professor Polydoro Ernani de São Thiago			15130
Gabinete do Reitor			26075
Síntese da Providência Adotada			
No Item 2.1.2.1 – Informação (39) do Relatório 201108926 a CGU-R/SC apresenta como situação atual da recomendação: “ <i>Pendente de Atendimento</i> ”.			
Na Solicitação de Auditoria 201103023/08, a CGU-R/SC apresenta como STATUS ATUAL DA RECOMENDAÇÃO: “ <i>Reiterada pela não implementação plena da Recomendação pela Unidade</i> ”, com a seguinte análise: “ <i>Pela manifestação apresentada, verifica-se que somente em 24/6/2010 a instauração do procedimento administrativo foi determinada. Solicitamos que seja informada a fase atual do procedimento. Caso tenha sido concluído, que seja disponibilizada cópia do relatório de conclusão.</i> ”.			
<u>Posição em 17/02/2012, informada no Plano de Providências preenchido e encaminhado à CGU-R/SC por meio</u>			

<u>do Ofício nº 46/2012/GR, de 22/02/2012:</u>			
<u>Informação prestada Pela Pró-Reitoria de Infraestrutura:</u>			
Anexamos parecer da Comissão designada pela Portaria 008/PROINFRA/2011 que aplicou pena de advertência a Empresa MIMA Engenharia e Construções Ltda.			
<u>Manifestação da CGU-R/SC na última atualização do Plano de Providências:</u>			
A UFSC considera a recomendação atendida; informa que a comissão de sindicância concluiu pelo arquivamento do processo de apuração por ausência de provas que justificassem a instauração de processo administrativo disciplinar. No Acórdão TCU 2.616/2011 – 2ª Câmara, o Tribunal não acolheu a recomendação da CGU para apuração de responsabilidades. Em virtude da situação exposta, consideramos a recomendação atendida.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Atendida			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não foram identificados fatores positivos e negativos			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
27	224886	Item 4.1.3.2 Rec. 001	31.960 /2010/CGU-R/SC
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Instaurar processo administrativo: - para apurar responsabilidades pelas aquisições realizadas por meio das dispensas de licitação nº 180/2008, 60/2008 e 065/2008 e inexigibilidade de licitação nº 16/2008 em descumprimento às vedações e exigências da Lei 8.666/93, e, em alguns dos casos, em descumprimento a determinações do TCU e recomendação de Parecer da Procuradoria Federal junto a UFSC; - para providenciar ressarcimento de valores em caso de comprovação de preços praticados acima do mercado.			
Providências Adotadas			
Sector Responsável pela Implementação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Infraestrutura			26114
Pró-Reitoria de Administração			26114
Gabinete do Reitor			26075
Síntese da Providência Adotada			
No Item 2.1.2.1 – Informação (39) do Relatório 201108926 a CGU-R/SC apresenta como situação atual da recomendação: <i>“Pendente de Atendimento”</i> . Na Solicitação de Auditoria 201103023/08, a CGU-R/SC apresenta como STATUS ATUAL DA RECOMENDAÇÃO: <i>“Reiterada pela não implementação plena da Recomendação pela Unidade”, com a seguinte análise: “Conforme manifestação da Unidade, cabe acompanhamento das medidas adotadas até a conclusão do procedimento administrativo instaurado. Solicitamos que seja informado o estágio atual dos procedimentos sob análise. Em caso de conclusão, disponibilizar cópia do relatório de conclusão e informar as medidas dele decorrentes.”</i> .			
<u>Posição em 17/02/2012, informada no Plano de Providências preenchido e encaminhado à CGU-R/SC por meio do Ofício nº 46/2012/GR, de 22/02/2012:</u>			
<u>Informação prestada Pela Pró-Reitoria de Infraestrutura:</u>			
Segundo solicitação nº 003908/2012, do Gabinete do Reitor, temos a esclarecer. Processo nº 23080.031201/2009-58 - foi constituída Comissão de Sindicância para apuração dos fatos relatados, conforme Portaria nº 1467/GR/2011, de 16 de dezembro de 2011; Processo nº 23080.031202/2009-01, foi constituída Comissão de Sindicância para apuração dos fatos relatados, conforme Portaria nº 1464/GR/2011, de 16 de dezembro de 2011; Processo 23080.031200/2009-11, anexamos o relatório de conclusões finais; NT nº 078/FPG/CPAD/PF/UFSC/2010; parecer do Magnífico Reitor.			
<u>Manifestação da CGU-R/SC na última atualização do Plano de Providências:</u>			
Recomendação atendida. Conforme informações e documentos apresentados pela UFSC, o processo de apuração foi encerrado e conclui-se pela inexistência de infração disciplinar.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
-			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

Não foram identificados fatores positivos e negativos			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
28	224886	Item 4.2.2.4 Rec. 001	31.960 /2010/CGU-R/SC
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
<p>Proceder a realização de contratação direta de todos os materiais e serviços de suporte ao vestibular da UFSC pela própria Universidade. Em casos excepcionais, nos quais isto não seja exequível, apresentar a devida justificativa e demonstrar, com o devido detalhamento, a impossibilidade de contratação direta pela própria Universidade dos serviços eventualmente contratados via fundação de apoio e as possíveis medidas a serem adotadas pela UFSC visando sanar a situação.</p>			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Infraestrutura			26114
Pró-Reitoria de Administração			26114
Síntese da Providência Adotada			
<p>No Item 2.1.2.1 – Informação (39) do Relatório 201108926 a CGU-R/SC apresenta como situação atual da recomendação: “<i>Pendente de Atendimento</i>”.</p> <p>Na Solicitação de Auditoria 201103023/08, a CGU-R/SC apresenta como STATUS ATUAL DA RECOMENDAÇÃO: “<i>Reiterada pela não implementação plena da Recomendação pela Unidade</i>”, com a seguinte análise: “<i>A manifestação apresentada pelos gestores – memo n.º 549/09, de 16/11/2009 – indica que a recomendação não foi atendida pela Unidade. Solicitamos elencar quais as providências adotadas para atendimento da recomendação.</i>”.</p> <p><u>Posição em 17/02/2012, informada no Plano de Providências preenchido e encaminhado à CGU-R/SC por meio do Ofício nº 46/2012/GR, de 22/02/2012:</u></p> <p>Informação prestada Pela Pró-Reitoria de Infraestrutura:</p> <p>Ratificamos a informação prestada anteriormente e anexamos cópia do contrato nº 193/2011 onde na cláusula sexta fica comprovado que o valor das inscrições dos candidatos será depositada em conta única da UFSC.</p> <p>Manifestação da CGU-R/SC na última atualização do Plano de Providências:</p> <p>No Acórdão nº 2.731/2008 – Plenário o TCU definiu, expressamente, no item 9.2.9, que na contratação de fundações de apoio pelas IFES deveria ser evitada a contratação para realização de concursos vestibulares. Já a Lei nº 12.349/2010 e o Decreto nº 7.423/2010 que a regulamentou não vetaram explicitamente a contratação de fundações de apoio para a realização de vestibulares. No Acórdão TCU nº 2.616/2011 – 2ª Câmara, decorrente da análise da Tomada de Contas de 2008 da UFSC, o TCU não se pronunciou de modo específico sobre esta constatação, mas, no item 1.5.2.1 do referido Acórdão determinou à CGU que, de forma geral, informasse sobre o atendimento, no âmbito da entidade, das determinações emanadas pelo Acórdão TCU nº 2.731/2008 – Plenário. Dessa forma, o posicionamento adotado pela UFSC, de seguir contratando fundação de apoio para a realização de concursos vestibulares, mesmo que “apenas para pagamento de serviços de terceiros”, foi informado ao TCU no relatório de avaliação da gestão 2011 (item 2.1.1.2 do RA 201203151), no qual a CGU solicitou o posicionamento do TCU para a situação apontada, nos seguintes termos: “Com base nas informações relatadas, e tendo em vista o posicionamento do TCU no Acórdão nº 2.731/2008 – Plenário frente aos conteúdos dos textos da Lei nº 12.349/2010 e do Decreto nº 7.423/2010 no que se refere à proibição de contratação de fundação de apoio para a realização de concursos vestibulares, a CGU-R/SC entende por oportuna a manifestação do TCU quanto à possibilidade ou não de contratação de fundações de apoio para a viabilização dos concursos vestibulares pelas IFES.” A recomendação será mantida como reiterada para fins de verificação futura do posicionamento do TCU.</p>			
Síntese dos Resultados Obtidos			
-			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não foram identificados fatores positivos e negativos			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
29	224886	Item 4.2.4.1 Rec. 001	31.960 /2010/CGU-R/SC
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429

Descrição da Recomendação			
Expedir normativos internos que sistematize o procedimento de fiscalização a ser seguido por todos os fiscais de contratos no âmbito da UFSC, seja em relação a contratos de serviços ou de fornecimento parcelado, estabelecendo a cobrança periódica da fiscalização contratual antes do pagamento de cada etapa de execução contratual.			
Providências Adotadas			
Sector Responsável pela Implementação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Infraestrutura			26114
Pró-Reitoria de Administração			26114
Síntese da Providência Adotada			
No Item 2.1.2.1 – Informação (39) do Relatório 201108926 a CGU-R/SC apresenta como situação atual da recomendação: “ <i>Pendente de Atendimento</i> ”.			
Na Solicitação de Auditoria 201103023/08, a CGU-R/SC apresenta como STATUS ATUAL DA RECOMENDAÇÃO: “ <i>Reiterada pela não implementação plena da Recomendação pela Unidade</i> ”, com a seguinte análise: “ <i>Conforme exposto na última manifestação da Unidade, ainda estariam em execução ações visando o atendimento da recomendação. Deverá ser apresentado e detalhado o andamento de tais ações</i> ”.			
<u>Posição em 17/02/2012, informada no Plano de Providências preenchido e encaminhado à CGU-R/SC por meio do Ofício nº 46/2012/GR, de 22/02/2012:</u>			
Informação prestada Pela Pró-Reitoria de Infraestrutura:			
Foi encaminhado pelo Gabinete do Reitor, a minuta de Portaria Normativa a Comissão Permanente de Revisão e Elaboração de Atos Administrativos, ligado ao Gabinete do Reitor, para análise e manifestação. Disponibilizamos cópia da minuta em anexo.			
<u>Posição em out/2012, informada no Plano de Providências encaminhado à CGU-R/SC:</u>			
"Informação da PROAD: Através do Memorando nº 234/PROINFRA/2010, a PROINFRA encaminhou uma minuta de Portaria Normativa para estabelecer normas para a atividade de Fiscal de Contrato, e o Gabinete do Reitor acatando tal orientação publicou e divulgou a Portaria Normativa nº 37/GR/2012, de 24 de abril de 2012, instruindo e dando condições aos servidores, que por questões institucionais ou por vontade própria, desenvolvem tal atividade, de exercê-la bem orientados. A cada Portaria emitida e encaminhada ao nomeado, irá acompanhada de cópia da Portaria Normativa."			
Síntese dos Resultados Obtidos			
-			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não foram identificados fatores positivos e negativos			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
30	224886	Item 4.3.2.1 Rec. 001	31.960 /2010/CGU-R/SC
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Promover a tempestiva e efetiva análise das prestações de contas dos convênios, através das instâncias previstas no âmbito da UFSC, mediante análise rigorosa da regularidade das despesas realizadas e da compatibilidade com o plano de trabalho;			
Providências Adotadas			
Sector Responsável pela Implementação			Código SIORG
Secretaria de Planejamento e Finanças			97297
Pró-Reitoria de Administração			26114
Síntese da Providência Adotada			
No Item 2.1.2.1 – Informação (39) do Relatório 201108926 a CGU-R/SC apresenta como situação atual da recomendação: “ <i>Pendente de Atendimento</i> ”.			
Na Solicitação de Auditoria 201103023/08, a CGU-R/SC apresenta como STATUS ATUAL DA RECOMENDAÇÃO: “ <i>Reiterada pela não implementação plena da Recomendação pela Unidade</i> ”, com a seguinte análise: “ <i>O Memorando indicado na manifestação apresentada não orienta que as prestações de contas eventualmente apresentadas sejam devidamente analisadas. De fato o Memorando trata do atendimento aos itens 4.3.1.1, 4.3.4.4 e 4.3.4.5 do Relatório 224886. Portanto, e conforme exposto na manifestação da Unidade, a recomendação ainda não teria sido atendida. Solicitamos apresentação, detalhada das medidas adotadas pela UFSC visando o pleno atendimento da recomendação</i> ”.			

Posição em 17/02/2012, informada no Plano de Providências preenchido e encaminhado à CGU-R/SC por meio do Ofício nº 46/2012/GR, de 22/02/2012:

Informação prestada pela Secretaria de Planejamento e Finanças:

Nos exercícios de 2009, 2010 e 2011 a UFSC não firmou nenhum Convênio com as Fundações de Apoio, repassando recursos orçamentários.

Manifestação da CGU-R/SC na última atualização do Plano de Providências:

A UFSC informou que não tem firmado convênio com suas fundações de apoio. A prática atual é a assinatura de contrato junto a essas entidades. De acordo com a Lei nº 8.958/1994 e Decreto nº 7.423/2010, no entanto, os contratos das IFES com suas fundações de apoio no âmbito dessa legislação também estariam sujeitos à obrigatoriedade de prestação de contas. Nos trabalhos de auditoria de avaliação da gestão 2011 foi constatado que a Unidade segue realizando apenas uma análise formal das prestações de contas apresentadas pelas fundações de apoio, conforme apontado no item 2.1.2.3 do RA 201203151. Em virtude da reiteração desta recomendação no referido RA, o monitoramento do atendimento desta recomendação passará a ser realizado através do PPP 201203151, e para fins de registro no Sistema a mesma será considerada atendida no PPP 224886.

Manifestação da PROPLAN em jan/13:

Informamos que as cláusulas contratuais dos contratos firmados com Fundações de Apoio orientam quanto à prestação de contas, inclusive indicado setor na PROAD para tal procedimento. No entanto, a administração está discutindo a melhor estruturação do setor, visando o aperfeiçoamento da atividade.

Síntese dos Resultados Obtidos

Informação da PROPLAN:

Discussão para estruturação do setor, visando o aperfeiçoamento da atividade.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Informação da PROPLAN:

A nova estrutura organizacional que está em fase de implantação pela nova gestão, tende a favorecer a estruturação deste setor na UFSC. No entanto, a UFSC demanda novas contratações de pessoal, o que foi prejudicado pelo período de greve e por ação do Ministério Público.

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
31	224886	Item 4.3.4.1 Rec. 002	31.960 /2010/CGU-R/SC

Órgão/Entidade Objeto da Recomendação	Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina	429

Descrição da Recomendação

Cumprir as implementações das etapas propostas no Plano de Providências em relação às recomendações do Relatório de Auditoria 208481/2008 relativo à Avaliação de Gestão do Exercício de 2007, quais sejam:

Etapas 1 - Elaborar e submeter à Câmara de Pós-Graduação novo Regulamento para os Cursos de Especialização em que se explicitem as exigências documentais e de instâncias institucionais de tramitação do processo no que diz respeito à área financeira;

Etapas 2 - Desenvolver, em conjunto com o NPD, programa informatizado de controle acadêmico da Pós-Graduação Lato Sensu (Cursos de Especialização);

Etapas 3 - Implementar, na PRPG, sistemática mais eficiente de acompanhamento da tramitação desses processos para que se possa ter controle sólido e tempestivo de seu andamento.

Providências Adotadas	
Sector Responsável pela Implementação	Código SIORG
Pró-Reitoria de Pós Graduação	84217

Síntese da Providência Adotada

Na Solicitação de Auditoria 201103023/08, a CGU-R/SC apresenta como STATUS ATUAL DA RECOMENDAÇÃO: *“Reiterada pela não implementação plena da Recomendação pela Unidade”, com a seguinte análise: “Conforme exposto na última manifestação da Unidade, ainda estariam em execução ações visando o atendimento da recomendação. Deverá ser apresentado e detalhado o andamento de tais ações”.*

Posição em 17/02/2012, informada no Plano de Providências preenchido e encaminhado à CGU-R/SC por meio do Ofício nº 46/2012/GR, de 22/02/2012:

Informação prestada pela Pró-Reitoria de Pós Graduação:

A Resolução que regula os cursos de pós-graduação Lato Sensu (especializações) foi aprovada pelo Conselho Universitário em reunião no dia 13 de dezembro de 2011.

A partir de novembro de 2011, os certificados de especialização são emitidos através do CAPG, impondo o cadastramento correto de todas as informações dos cursos: Prazos de início e fim, disciplinas e conteúdos, participação de docentes e alunos.

<u>Posição em dez/2012, informada pela PROPG:</u>			
<u>Informação da PROPG:</u> O que competia à iniciativa da PROPG			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Segundo informação da CGU, a etapa 1 foi cumprida; as etapas 2 e 3 encontram-se pendentes de verificação pela CGU em trabalhos futuros de auditoria na Unidade.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não foram identificados fatores positivos e negativos			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
32	224886	Item 4.3.4.3 Rec. 001	31.960 /2010/CGU-R/SC
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Promover o cálculo e posterior cobrança de devolução dos valores indevidos já pagos a título de Bolsas a professores participantes do Curso de Graduação em Administração - Modalidade à Distância, sob pena de responsabilização daqueles que derem causa ao não-atendimento.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Ensino de Graduação			26111
Pró-Reitoria de Graduação			26111
Síntese da Providência Adotada			
No Item 2.1.2.1 – Informação (39) do Relatório 201108926 a CGU-R/SC apresenta como situação atual da recomendação: <i>“Pendente de Atendimento”</i> .			
Na Solicitação de Auditoria 201103023/08, a CGU-R/SC apresenta como STATUS ATUAL DA RECOMENDAÇÃO: <i>“Reiterada pela não implementação plena da Recomendação pela Unidade”</i> , com a seguinte análise: <i>“Conforme exposto na manifestação da Unidade, ainda estariam em execução ações visando o atendimento da recomendação. Deverá ser apresentado e detalhado o andamento de tais ações, bem como informado se o MEC ou outras instâncias já se pronunciaram sobre o assunto.”</i>			
<u>Posição em 17/02/2012, informada no Plano de Providências preenchido e encaminhado à CGU-R/SC por meio do Ofício nº 46/2012/GR, de 22/02/2012:</u>			
<u>Informação prestada pela Pró-Reitoria de Ensino de Graduação:</u>			
Em resposta a recomendações efetuadas pela CGU no item 4.3.4.3, recomendações 001 e 002, temos a informar que, de acordo com o que consta no ofício nº 574/2010/GR encaminhado ao Tribunal de Contas da União (TCU) em 26 de Outubro de 2010, já houve manifestação da Universidade sobre o referido assunto.			
Na verdade, a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) deixou de efetuar os pagamentos citados no item 4.3.4.3, encargos esses que passaram a ser assumidos diretamente pelo FNDE/MEC, o qual invoca, para tanto, na defesa da legalidade desse procedimento, a Resolução CD/FNDE n.º 26, de 5 de junho de 2009.			
Considerando-se que a natureza das atividades remuneradas pela UFSC por meio de bolsa não diferem das que são remuneradas pelo FNDE, resta clara a conclusão pela legalidades desses pagamentos, posto que em plena vigência a Resolução aludida.			
Uma vez que a interpretação da UFSC é idêntica à do Ministério da Educação, não faz sentido a adoção de tratamentos diferentes por parte dos Órgãos Controladores.			
<u>Manifestação da CGU-R/SC na última atualização do Plano de Providências:</u>			
Considerando o posicionamento do TCU no Acórdão 4.890/2010 – 2ª Câmara de não encampar a recomendação pela devolução de valores, mas sim de determinar à Universidade que: “1.4.1.2. em observância ao princípio da legalidade (art. 37 da Constituição Federal), suspenda, imediatamente, o pagamento de bolsas a professores participantes do Curso de Graduação em Administração - modalidade à distância até que seja demonstrada a base legal para a prática de tal pagamento; 1.4.1.3. caso verificada a ausência de amparo legal para os pagamentos das bolsas de que trata o item anterior, adote as providências necessárias para o ressarcimento dos valores já pagos, sob pena de responsabilidade, e informe este Tribunal sobre o desfecho da questão nas próximas contas”, e considerando as informações apresentadas pelos gestores de que a UFSC deixou de efetuar tais pagamentos, e que os mesmos passaram a ser pagos diretamente pelo FNDE/MEC, de acordo com a Resolução CD/FNDE 26/2009, esta recomendação passará a situação de atendida no Sistema.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Tendo em vista que as referidas bolsas foram assumidas pelo FNDE/MEC, ainda em 2009, atendendo a Resolução CD/FNDE/2009, consideramos termos atendido à recomendação.			

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não foram detectados fatores positivos ou negativos que facilitaram/prejudicaram a adoção de providências pelo gestor.			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
33	224886	Item 4.3.4.3 Rec. 002	31.960 /2010/CGU-R/SC
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Abster-se de pagar Bolsas a professores participantes de Cursos de Graduação (Modalidade à Distância) que não se enquadrem na Lei 11.273/06 (de 06/02/2006) e no Parecer n.º 250/ASJUR/CGU/PR, sob pena de responsabilização daqueles que derem causa ao não-atendimento.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Ensino de Graduação			26111
Pró-Reitoria de Graduação			26111
Síntese da Providência Adotada			
<p>No Item 2.1.2.1 – Informação (39) do Relatório 201108926 a CGU-R/SC apresenta como situação atual da recomendação: “<i>Pendente de Atendimento</i>”.</p> <p>Na Solicitação de Auditoria 201103023/08, a CGU-R/SC apresenta como STATUS ATUAL DA RECOMENDAÇÃO: “<i>Reiterada pela não implementação plena da Recomendação pela Unidade</i>”, com a seguinte análise: “<i>Conforme exposto na manifestação da Unidade, ainda estariam em execução ações visando o atendimento da recomendação. Deverá ser apresentado e detalhado o andamento de tais ações.</i>”.</p> <p><u>Posição em 17/02/2012, informada no Plano de Providências preenchido e encaminhado à CGU-R/SC por meio do Ofício n.º 46/2012/GR, de 22/02/2012:</u></p> <p><u>Informação prestada pela Pró-Reitoria de Ensino de Graduação:</u></p> <p>Em resposta a recomendações efetuadas pela CGU no item 4.3.4.3, recomendações 001 e 002, temos a informar que, de acordo com o que consta no ofício n.º 574/2010/GR encaminhado ao Tribunal de Contas da União (TCU) em 26 de Outubro de 2010, já houve manifestação da Universidade sobre o referido assunto.</p> <p>Na verdade, a Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) deixou de efetuar os pagamentos citados no item 4.3.4.3, encargos esses que passaram a ser assumidos diretamente pelo FNDE/MEC, o qual invoca, para tanto, na defesa da legalidade desse procedimento, a Resolução CD/FNDE n.º 26, de 5 de junho de 2009.</p> <p>Considerando-se que a natureza das atividades remuneradas pela UFSC por meio de bolsa não diferem das que são remuneradas pelo FNDE, resta clara a conclusão pela legalidades desses pagamentos, posto que em plena vigência a Resolução aludida.</p> <p>Uma vez que a interpretação da UFSC é idêntica à do Ministério da Educação, não faz sentido a adoção de tratamentos diferentes por parte dos Órgãos Controladores.</p> <p><u>Manifestação da CGU-R/SC na última atualização do Plano de Providências:</u></p> <p>Conforme manifestação apresentada pela UFSC, a recomendação foi atendida, uma vez que os pagamentos foram suspensos</p>			
Síntese dos Resultados Obtidos			
-			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não foram identificados fatores positivos e negativos			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
34	224886	Item 4.3.4.6 Rec. 001	31.960 /2010/CGU-R/SC
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Abster-se de autorizar a participação permanente e regular de professores e servidores da UFSC em projetos ou cursos contínuos da UFSC que envolvam Fundações de Apoio, quando remunerada, tendo em vista tal participação contínua não estar amparada no art. 5 do Decreto n.º 5.205/2004, sob pena de responsabilização inclusive de quem conceder indevidamente tal autorização.			
Providências Adotadas			

Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Pós-Graduação			84217
Gabinete do Reitor			26075
Síntese da Providência Adotada			
<p>No Item 2.1.2.1 – Informação (39) do Relatório 201108926 a CGU-R/SC apresenta como situação atual da recomendação: “<i>Pendente de Atendimento</i>”.</p> <p>Na Solicitação de Auditoria 201103023/08, a CGU-R/SC apresenta como STATUS ATUAL DA RECOMENDAÇÃO: “<i>Reiterada pela não implementação plena da Recomendação pela Unidade</i>”, com a seguinte análise: “<i>A manifestação apresentada pelos gestores indica que a recomendação não havia sido atendida. Ressalta-se que embora o Decreto n.º 5.205/2004 tenha sido revogado pelo Decreto n.º 7.423/2010, a vedação à participação permanente e regular de professores e servidores da UFSC em projetos ou cursos contínuos da UFSC que envolvam Fundações de Apoio segue vigente conforme Lei n.º 8.958/1994, artigo 4.º, § 2.º. Solicitamos apresentar as regulamentações por ventura realizadas sobre o assunto no âmbito do MEC e da própria Unidade.</i>”.</p> <p><u>Posição em 17/02/2012, informada no Plano de Providências preenchido e encaminhado à CGU-R/SC por meio do Ofício nº 46/2012/GR, de 22/02/2012:</u></p> <p>Informação prestada pela Pró-Reitoria de Pós Graduação:</p> <p>A Resolução Normativa 13/CUn/2011, que disciplina as relações entre a UFSC e as Fundações de Apoio foi aprovada pelo Conselho Universitário em 27 de setembro de 2011. A Resolução Normativa 15/CUn/2011, que regula a oferta de cursos de pós-graduação Lato-Sensu na UFSC, foi aprovada pelo Conselho Universitário em 15 de dezembro de 2011.</p> <p><u>Manifestação da CGU-R/SC na última atualização do Plano de Providências:</u></p> <p>Recomendação Atendida. A UFSC informou a aprovação pelo Conselho Universitário da Resolução Normativa 13/CUn/2011, que disciplina as relações entre a UFSC e as Fundações de Apoio (aprovada em 27 de setembro de 2011), bem como da Resolução Normativa 15/CUn/2011, que regula a oferta de cursos de pós-graduação Lato-Sensu na Universidade (aprovada em 15 de dezembro de 2011). Na Resolução Normativa 15/CUn/2011 os cursos de pós-graduação lato sensu são considerados “cursos de oferta não obrigatória, de caráter não regular.”, conforme artigo 1º, §1º. No artigo 18, §§ 6º a 8º, estão estabelecidas as restrições de carga horária impostas aos professores da UFSC que compuserem o corpo docente dos cursos de pós-graduação lato sensu, conforme transcrição a seguir: “§ 6º Professores (ativos) em regime de trabalho de 40 horas DE (Dedicação Exclusiva) poderão participar em até oito horas semanais em atividades de ensino não regular na média do semestre, desde que não ultrapasse 160 horas no semestre. § 7º Para professores (ativos) em regime de 40 horas DE (Dedicação Exclusiva) será atribuída uma hora semanal para cada monografia orientada. § 8º A participação do docente em atividades de ensino não regular deverá ser esporádica, sem prejuízos de suas demais atribuições e seja em assunto de sua especialidade.”</p>			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Informação da PROPG: A partir destes controles a Coordenadoria de Educação Continuada - PROPG, pode aferir o cumprimento das exigências de qualidade dos cursos de pós-graduação lato sensu oferecidos pela UFSC.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Informação da PROPG: Um fator positivo é o empenho da equipe da Coordenadoria de Educação Continuada e do SETIC - responsável pela reformulação do CAPG, para atender as especificidades dos cursos de pós-graduação lato sensu.			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
35	224886	Item 4.3.4.7 Rec. 001	31.960 /2010/CGU-R/SC
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Atender integralmente às determinações contidas no Acórdão 1795/2004- TCU-1. ^a Câmara (mantido pelo Acórdão 2.338/2005-TCU-1. ^a Câmara), sendo que o recolhimento das taxas (mensalidades) deverá ser feito obrigatoriamente pelos matriculados diretamente à Conta Única da UFSC junto ao Tesouro Nacional, sem o recolhimento prévio pelas próprias Fundações.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Infraestrutura			26114
Pró-Reitoria de Administração			26114
Síntese da Providência Adotada			
No Item 2.1.2.1 – Informação (39) do Relatório 201108926 a CGU-R/SC apresenta como situação atual da recomendação: “ <i>Pendente de Atendimento</i> ”.			

Na Solicitação de Auditoria 201103023/08, a CGU-R/SC apresenta como STATUS ATUAL DA RECOMENDAÇÃO: “Reiterada pela não implementação plena da Recomendação pela Unidade”, com a seguinte análise: “A UFSC informa o atendimento da recomendação. Contudo, solicitamos que seja disponibiliza cópia de modelo de contrato firmado junto à fundação de apoio, demonstrando que as alterações foram de fato realizadas. A verificação do efetivo recolhimento das mensalidades diretamente à Conta Única da UFSC será verificado em trabalho futuro de auditoria”.

Posição em 17/02/2012, informada no Plano de Providências preenchido e encaminhado à CGU-R/SC por meio do Ofício nº 46/2012/GR, de 22/02/2012:

Informação prestada Pela Pró-Reitoria de Infraestrutura

Ratificamos a informação anterior e anexamos cópia do contrato nº 016/2011, onde na cláusula segunda está atendida a recomendação da CGU.

Informação contida no Plano de Providências, com posição em 02/03/2011:

“ A Orientação de recolhimento das taxas/mensalidades à conta única da UFSC junto ao Tesouro Nacional foi repassada às quatro Fundações de Apoio, quais sejam, FAPEU, FEESC, FEPESE e FUNJAB. De acordo com os contratos assinados com as referidas Fundações, os recursos financeiros para a realização dos cursos de especialização deverão ser arrecadados/depositados diretamente na conta única da Universidade Federal de Santa Catarina, por meio de guia de recolhimento da União – GRU, junto ao Tesouro Nacional.

Segue cópia do contrato n.º 160/2010, onde se evidencia a inserção, na Cláusula Terceira – Do Suporte Financeiro, da referida exigência.”

Manifestação da CGU-R/SC na última atualização do Plano de Providências:

A UFSC considera a recomendação atendida. O recolhimento das mensalidades diretamente à conta do Tesouro Nacional deverá ser objeto de verificação em trabalho futuro de auditoria, razão pela qual a recomendação permanecerá na situação de reiterada.

Síntese dos Resultados Obtidos

-

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Não foram identificados fatores positivos e negativos

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
36	224886	Item 4.3.4.7 Rec. 002	31.960 /2010/CGU-R/SC

Órgão/Entidade Objeto da Recomendação	Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina	429

Descrição da Recomendação

Incluir, na minuta de contratos com Fundações, redação clara e precisa, estabelecendo a obrigatoriedade de recolhimento das taxas, matrículas e mensalidades dos Cursos de Especialização e de Extensão à Conta Única da UFSC junto ao Tesouro Nacional diretamente pelos próprios alunos matriculados, haja vista que a redação atual não é clara nesse sentido.

Providências Adotadas

Sector Responsável pela Implementação	Código SIORG
Pró-Reitoria de Infraestrutura	26114
Pró-Reitoria de Administração	26114

Síntese da Providência Adotada

No Item 2.1.2.1 – Informação (39) do Relatório 201108926 a CGU-R/SC apresenta como situação atual da recomendação: “Pendente de Atendimento”.

Na Solicitação de Auditoria 201103023/08, a CGU-R/SC apresenta como STATUS ATUAL DA RECOMENDAÇÃO: “Reiterada pela não implementação plena da Recomendação pela Unidade”, com a seguinte análise: “A UFSC informa o atendimento da recomendação. Contudo, solicitamos que seja disponibiliza cópia de modelo de contrato firmado junto à fundação de apoio, demonstrando que as alterações foram de fato realizadas. A verificação do efetivo recolhimento das mensalidades diretamente à Conta Única da UFSC será verificado em trabalho futuro de auditoria”.

Posição em 17/02/2012, informada no Plano de Providências preenchido e encaminhado à CGU-R/SC por meio do Ofício nº 46/2012/GR, de 22/02/2012:

Informação prestada Pela Pró-Reitoria de Infraestrutura

Ratificamos a informação anterior e anexamos cópia do contrato nº 016/2011, onde na cláusula segunda está atendida a recomendação da CGU.

Informação contida no Plano de Providências, com posição em 02/03/2011:

<p>“ A recomendação foi atendida conforme pode ser constatado no contrato n.º 160/2010 (em anexo), cláusula Terceira – do suporte financeiro.”</p> <p><u>Manifestação da CGU-R/SC na última atualização do Plano de Providências:</u></p> <p>Nos trabalhos de auditoria de avaliação da gestão 2011 verificou-se que a UFSC tem incluído nos contratos com fundações de apoio a obrigação de recolhimento das taxas e mensalidades diretamente à conta única do Tesouro. Recomendação atendida.</p>			
Síntese dos Resultados Obtidos			
-			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não foram identificados fatores positivos e negativos			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
37	224886	Item 4.3.4.7 Rec. 003	31.960 /2010/CGU-R/SC
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Orientar formalmente às Fundações para que o recolhimento das taxas, matrículas e mensalidades dos Cursos de Especialização e de Extensão sejam efetuados diretamente pelos alunos à Conta Única da UFSC junto ao Tesouro Nacional.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Infraestrutura			26114
Pró-Reitoria de Administração			26114
Síntese da Providência Adotada			
<p>No Item 2.1.2.1 – Informação (39) do Relatório 201108926 a CGU-R/SC apresenta como situação atual da recomendação: “<i>Pendente de Atendimento</i>”.</p> <p>Na Solicitação de Auditoria 201103023/08, a CGU-R/SC apresenta como STATUS ATUAL DA RECOMENDAÇÃO: “<i>Reiterada pela não implementação plena da Recomendação pela Unidade</i>”, com a seguinte análise: “<i>A UFSC informa o atendimento da recomendação. Contudo, solicitamos que seja disponibiliza cópia de modelo de contrato firmado junto à fundação de apoio, demonstrando que as alterações foram de fato realizadas.</i>”.</p> <p><u>Posição em 17/02/2012, informada no Plano de Providências preenchido e encaminhado à CGU-R/SC por meio do Ofício nº 46/2012/GR, de 22/02/2012:</u></p> <p><u>Informação prestada Pela Pró-Reitoria de Infraestrutura</u></p> <p>Ratificamos a informação anterior e anexamos cópia do contrato nº 016/2011, onde na cláusula segunda está atendida a recomendação da CGU.</p> <p>Informação contida no Plano de Providências, com posição em 02/03/2011:</p> <p>“ A recomendação foi atendida conforme pode ser constatado no contrato n.º 160/2010 (em anexo), cláusula Terceira – do suporte financeiro. Se existe uma cláusula no contrato determinando que os recursos para a realização serão arrecadados/depositados diretamente na conta única da UFSC por meio de GRU a nosso ver já é uma orientação formal para atendimento da recomendação.”</p> <p><u>Manifestação da CGU-R/SC na última atualização do Plano de Providências:</u></p> <p>Nos trabalhos de auditoria de avaliação da gestão 2011 verificou-se que a UFSC tem incluído nos contratos com fundações de apoio a obrigação de recolhimento das taxas e mensalidades diretamente à conta única do Tesouro. Recomendação atendida.</p>			
Síntese dos Resultados Obtidos			
-			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não foram identificados fatores positivos e negativos			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
38	224886	Item 4.3.4.7 Rec.	31.960 /2010/CGU-R/SC

		004	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Instituir controle permanente, por meio de planilha eletrônica ou de sistema informatizado, do recolhimento de taxas, matrículas e mensalidades de todos os cursos de especialização ou não e de Extensão à Conta Única da UFSC junto ao Tesouro Nacional, procedendo ao cruzamento de informações sobre alunos matriculados por curso e valores cobrados com os registros do SIAFI e com os relatórios oriundos das Fundações, de modo a checar o correto e integral recolhimento à Conta Única da UFSC.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Infraestrutura			26114
Pró-Reitoria de Administração			26114
Síntese da Providência Adotada			
<p>Informação contida no Plano de Providências, com posição em 02/03/2011:</p> <p>“ Informamos que implementamos junto às Fundações de Apoio, sistema de cobrança através de GRU-Cobrança com recolhimentos diretamente a Conta Única de Tesouro Nacional, de onde são feitos os retornos dos arquivos de pagamentos efetuados, e os quais são conferidos com o montante arrecadados registrados no SIAFI .”</p> <p>No Item 2.1.2.1 – Informação (39) do Relatório 201108926 a CGU-R/SC apresenta como situação atual da recomendação: “Pendente de Atendimento”.</p> <p>Na Solicitação de Auditoria 201103023/08, a CGU-R/SC apresenta como STATUS ATUAL DA RECOMENDAÇÃO: “Reiterada pela não implementação plena da Recomendação pela Unidade”, com a seguinte análise: “Conforme exposto na manifestação da Unidade, ainda estariam em execução ações visando o atendimento da recomendação. Solicitamos que seja apresentado e detalhado o andamento de tais ações.”.</p> <p><u>Posição em 17/02/2012, informada no Plano de Providências preenchido e encaminhado à CGU-R/SC por meio do Ofício nº 46/2012/GR, de 22/02/2012:</u></p> <p><u>Informação prestada Pela Pró-Reitoria de Infraestrutura</u></p> <p>Reiteramos a resposta encaminhada anteriormente, no Plano de Providências apresentado em Março/2011.</p> <p>Informação contida no Plano de Providências, com posição em 02/03/2011:</p> <p>“ Informamos que implementamos junto às Fundações de Apoio, sistema de cobrança através de GRU-Cobrança com recolhimentos diretamente a Conta Única de Tesouro Nacional, de onde são feitos os retornos dos arquivos de pagamentos efetuados, e os quais são conferidos com o montante arrecadados registrados no SIAFI .”</p> <p><u>Manifestação da CGU-R/SC na última atualização do Plano de Providências:</u></p> <p>Embora a UFSC considere a recomendação atendida, as medidas que a Unidade informa ter tomado são a princípio insuficientes para se obter o controle recomendado. A efetividade desse controle deverá ser objeto de trabalho futuro de auditoria na Unidade.</p>			
Síntese dos Resultados Obtidos			
-			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não foram identificados fatores positivos e negativos			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
39	224886	Item 4.4.1.1 Rec. 003	31.960 /2010/CGU-R/SC
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Orientar e capacitar todos os servidores que atuam nos almoxarifados quanto à forma correta e completa de execução de procedimentos de movimentação dos estoques de materiais em almoxarifado, bem como estabelecer sistemática visando orientação específica para os usuários dos almoxarifados.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Infraestrutura			26114
Pró-Reitoria de Administração			26114
Hospital Universitário Professor Polydoro Ernani de São Thiago			15130

Síntese da Providência Adotada			
<p>No Item 2.1.2.1 – Informação (39) do Relatório 201108926 a CGU-R/SC apresenta como situação atual da recomendação: “<i>Pendente de Atendimento</i>”.</p> <p>Na Solicitação de Auditoria 201103023/08, a CGU-R/SC apresenta como STATUS ATUAL DA RECOMENDAÇÃO: “<i>Reiterada pela não implementação plena da Recomendação pela Unidade</i>”, com a seguinte análise: “<i>Conforme manifestação, as medidas necessárias ao atendimento da recomendação ainda estariam em curso, tanto na UFSC quanto no HU, cabendo que seja informado o andamento das mesmas.</i>”.</p> <p><u>Posição em 17/02/2012, informada no Plano de Providências preenchido e encaminhado à CGU-R/SC por meio do Ofício nº 46/2012/GR, de 22/02/2012:</u></p> <p><u>Informação prestada Pela Pró-Reitoria de Infraestrutura</u></p> <p>Foi realizado treinamento, administrado pela Superintendência de Governança Eletrônica e Tecnologia da Informação e Comunicação - SeTIC/UFSC e pela empresa Softplan, com a finalidade de capacitar os usuários do sistema que atende os almoxarifados. Salientamos, que no Hospital Universitário será solicitado novos grupos de treinamento.</p> <p><u>Informação prestada pela Direção do Hospital Universitário</u></p> <p>Os servidores que atuam nos almoxarifados do HU, foram capacitados entre 2009 e 2010. A Chefia do Serviço de Almoxarifado está solicitando um curso de reciclagem para 2012, conforme Memo nº 006/ALMX/2012.</p> <p><u>Manifestação da CGU-R/SC na última atualização do último Plano de Providências:</u></p> <p>As Unidades – HU e UFSC informam que a capacitação foi realizada. Tal informação deverá ser confirmada em trabalho futuro de auditoria, razão pela qual a constatação permanece como reiterada.</p>			
Síntese dos Resultados Obtidos			
<p>Correta execução de procedimentos de movimentação dos estoques de materiais, em se tratando do Almoxarifado Central.</p> <p>Os servidores que atuam nos almoxarifados do HU foram capacitados.</p>			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Inconsistências no sistema.			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
40	224886	Item 4.4.1.1 Rec. 004	31.960 /2010/CGU-R/SC
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Determinar, no âmbito do HU e UFSC, a necessidade da devida identificação de todos os usuários e servidores nos documentos que legitimam a movimentação de materiais nos almoxarifados.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Infraestrutura			26114
Pró-Reitoria de Administração			26114
Hospital Universitário Professor Polydoro Ernani de São Thiago			15130
Síntese da Providência Adotada			
<p>No Item 2.1.2.1 – Informação (39) do Relatório 201108926 a CGU-R/SC apresenta como situação atual da recomendação: “<i>Pendente de Atendimento</i>”.</p> <p>Na Solicitação de Auditoria 201103023/08, a CGU-R/SC apresenta como STATUS ATUAL DA RECOMENDAÇÃO: “<i>Reiterada pela não implementação plena da Recomendação pela Unidade</i>”, com a seguinte análise: “<i>Conforme manifestação, o HU teria atendido a recomendação e as medidas necessárias ao atendimento da recomendação pela UFSC estariam em curso. A comprovação do atendimento pelo HU fica pendente de verificação pela CGU-R/SC em trabalho futuro de auditoria. Em relação à UFSC, solicitamos que informe sobre o atendimento da recomendação.</i>”.</p> <p><u>Posição em 17/02/2012, informada no Plano de Providências preenchido e encaminhado à CGU-R/SC por meio do Ofício nº 46/2012/GR, de 22/02/2012:</u></p> <p><u>Informação prestada Pela Pró-Reitoria de Infraestrutura</u></p> <p>Os usuários do sistema estão cadastrados, sendo seu acesso efetuado através de senha.</p> <p><u>Manifestação da CGU-R/SC na última atualização do último Plano de Providências:</u></p> <p>As Unidades – HU e UFSC informam que a recomendação foi atendida. No entanto, o registro da mesma será mantido no PPP para posterior verificação de seu cumprimento pela CGU-R/SC.</p> <p><u>Posição em dez/2012:</u></p> <p>Todas as requisições de material geram protocolo com as devidas informações do requerente e é possível saber o</p>			

usuário que efetua todas as operações no sistema.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Atendimento da recomendação.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não foram identificados fatores positivos e negativos			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
41	224886	Item 4.4.1.1 Rec. 005	31.960 /2010/CGU-R/SC
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Providenciar o imediato ajuste e aperfeiçoamento do sistema de controle de almoxarifado (MATL), de modo que: a) os saldos dos estoques não sejam mais automaticamente baixados a partir dos pedidos, mas somente a partir das saídas efetivas dos estoques e obrigatoriamente amparadas em documentos que atestem o efetivo recebimento pelos destinatários; b) sejam bloqueados os lançamentos com datas retroativas, visto que esta prática prejudica a conciliação de saldos, não reflete a realidade das transações e dos estoques em cada período, bem como possibilita ocultar fraudes nos estoques. No caso de eventual necessidade de registros com datas retroativas, o lançamento deverá ser efetuado via NPD mediante solicitação formal do setor requisitante, consignando-se a data do efetivo registro, não obstante a data de competência informada; c) os almoxarifados disponham de uma plataforma informatizada interligada e funcional, visando facilitar o planejamento de aquisições e a identificação de estoques excessivos em determinado almoxarifado que possam ser aproveitados em outros setores da Universidade e do HU.			
Providências Adotadas			
Sector Responsável pela Implementação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Infraestrutura			26114
Pró-Reitoria de Administração			26114
Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento			97297
Síntese da Providência Adotada			
<p>No Item 2.1.2.1 – Informação (39) do Relatório 201108926 a CGU-R/SC apresenta como situação atual da recomendação: “<i>Pendente de Atendimento</i>”.</p> <p>Na Solicitação de Auditoria 201103023/08, a CGU-R/SC apresenta como STATUS ATUAL DA RECOMENDAÇÃO: “<i>Reiterada pela não implementação plena da Recomendação pela Unidade</i>”, com a seguinte análise: “<i>Conforme manifestação, o HU teria atendido a recomendação e as medidas necessárias ao atendimento da recomendação pela UFSC estariam em curso. A comprovação do atendimento pelo HU fica pendente de verificação pela CGU-R/SC em trabalho futuro de auditoria. Em relação à UFSC, solicitamos que informe sobre o atendimento da recomendação.</i>”.</p> <p><u>Posição em 17/02/2012, informada no Plano de Providências preenchido e encaminhado à CGU-R/SC por meio do Ofício nº 46/2012/GR, de 22/02/2012:</u></p> <p><u>Informação prestada Pela Pró-Reitoria de Infraestrutura</u></p> <p>Com a implementação do novo sistema de controle de almoxarifado a recomendação foi atendida plenamente.</p> <p><u>Manifestação da CGU-R/SC na última atualização do último Plano de Providências:</u></p> <p>As Unidades – HU e UFSC informam que a recomendação foi atendida. No entanto, o registro da mesma será mantido no PPP para posterior verificação de seu cumprimento pela CGU-R/SC.</p> <p><u>Posição em dez/2012:</u></p> <p>O sistema dispõe de mecanismos que executam todos os procedimentos necessários para atendimento das solicitações requeridas.</p> <p><u>Manifestação da PROPLAN em jan/13:</u></p> <p>No que se refere ao sistema utilizado pela UFSC, chamado de “Sistema de Gestão de Materiais e Almoxarifado - ALX”, temos a informar que desde sua implantação a SETIC, em conjunto com a empresa contratada para desenvolvimento e implantação do sistema, realiza permanentemente os ajustes necessários no ALX, visando atender as demandas administrativas da UFSC, incluindo, assim, as recomendações da CGU. Por fim, esclarecemos ainda que o prazo final de implantação do sistema está previsto para outubro de 2013, no entanto, seu aperfeiçoamento será continuado.</p>			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Atendimento da recomendação.			
Informação da PROPLAN:			
Adequações no sistema sendo realizadas continuamente, sempre que demandadas pelo setor responsável do almoxarifado.			

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
<p>Em se tratando do almoxarifado Central, sistema apresentou inconsistências, já sanadas como:</p> <p>1) Falhas no mecanismo de TRAVAMENTO, que bloqueia REQUISIÇÕES DE USUÁRIOS durante o período de fechamento de estoque.</p> <p>2) ESTOQUE REAL x ESTOQUE COMPROMETIDO: usuário via o estoque real. Como a homologação do pedido não é imediata, ocorreram casos, por exemplo, de 3 usuários visualizarem um estoque com 1000 unidades e os três realizaram pedidos de 1000 unidades cada, mas quando o primeiro pedido fosse homologado o estoque zerava e as outras duas requisições não eram atendidas.</p> <p>3) Pedido homologado parcialmente sem retorno da cota referente à quantidade não homologada;</p> <p>Informação da PROPLAN:</p> <p>O atendimento da recomendação, no que se refere às adequações no sistema ALX, será providenciado pela SETIC/PROPLAN. No entanto, vale ressaltar que a gestão do Almoxarifado, certamente será auxiliada pelo sistema, mas a responsabilidade por seu desenvolvimento e implementação é do setor competente, vinculado à PROAD.</p>			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
42	224886	Item 4.4.1.1 Rec. 006	31.960 /2010/CGU-R/SC
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
<p>Proceder imediatamente ao cadastramento geral no HU e na UFSC de todos os usuários do sistema informatizado MATL, mediante autorizações formalizadas pelas chefias dos setores envolvidos, as quais deverão permanecer devidamente arquivadas junto ao NPD, bem como eliminar os usuários e senhas pessoais, reduzindo ao mínimo necessário o número de servidores autorizados em cada setor.</p>			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Infraestrutura			26114
Pró-Reitoria de Administração			26114
Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento			97297
Hospital Universitário Professor Polydoro Ernani de São Thiago			26114
Síntese da Providência Adotada			
<p>No Item 2.1.2.1 – Informação (39) do Relatório 201108926 a CGU-R/SC apresenta como situação atual da recomendação: <i>“Pendente de Atendimento”</i>.</p> <p>Na Solicitação de Auditoria 201103023/08, a CGU-R/SC apresenta como STATUS ATUAL DA RECOMENDAÇÃO: <i>“Reiterada pela não implementação plena da Recomendação pela Unidade”</i>, com a seguinte análise: <i>“Conforme manifestação, as medidas necessárias ao atendimento da recomendação ainda estariam em curso na UFSC e no HU, cabendo às Unidades informar o andamento das mesmas.”</i>.</p> <p><u>Posição em 17/02/2012, informada no Plano de Providências preenchido e encaminhado à CGU-R/SC por meio do Ofício nº 46/2012/GR, de 22/02/2012:</u></p> <p><u>Informação prestada Pela Pró-Reitoria de Infraestrutura</u></p> <p>Com a implementação do novo sistema de controle de almoxarifado a recomendação foi atendida plenamente.</p> <p><u>Informação prestada pela Direção Geral do Hospital Universitário</u></p> <p>Reiteramos a resposta encaminhada em março/2011: “A Recomendação já vem sendo atendida pelo Hospital Universitário”</p> <p><u>Manifestação da CGU-R/SC na última atualização do último Plano de Providências:</u></p> <p>Permissão de requisição de materiais somente por usuários cadastrados, identificados e vinculados à suas respectivas unidades administrativas.</p> <p><u>Posição em dez/2012:</u></p> <p>Todas as requisições de material geram protocolo com as devidas informações do requerente e é possível saber o usuário que efetua todas as operações no sistema.</p> <p><u>Manifestação da PROPLAN em jan/13:</u></p> <p>No que se refere ao sistema utilizado pela UFSC, chamado de “Sistema de Gestão de Materiais e Almoxarifado - ALX”, temos a informar que desde sua implantação a SETIC, em conjunto com a empresa contratada para desenvolvimento e implantação do sistema, realiza permanentemente os ajustes necessários no ALX, visando atender as demandas administrativas da UFSC, incluindo, assim, as recomendações da CGU. Por fim, esclarecemos ainda que o prazo final de implantação do sistema está previsto para outubro de 2013, no entanto, seu aperfeiçoamento será continuado.</p>			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Atendimento da recomendação.			

<u>Informação da PROPLAN:</u> Adequações no sistema sendo realizada continuamente, sempre que demandadas pelo setor responsável do almoxarifado.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
<u>Informação da PROPLAN:</u> O atendimento da recomendação, no que se refere às adequações no sistema ALX, será providenciado pela SETIC/PROPLAN. No entanto, vale ressaltar que a gestão do Almoxarifado, certamente será auxiliada pelo sistema, mas a responsabilidade por seu desenvolvimento e implementação é do setor competente, vinculado à PROAD.			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
43	224886	Item 4.4.1.1 Rec. 007	31.960 /2010/CGU-R/SC
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Efetuar conciliações periódicas (por exemplo: mensais, bimestrais ou trimestrais) dos saldos dos estoques de almoxarifado em relação aos registros contidos nos sistemas informatizados, através de contagens físicas, e destes com os saldos contábeis do SIAFI, a fim de monitorar, detectar e evitar a ocorrência de divergências, desvios e desfalques.			
Providências Adotadas			
Sector Responsável pela Implementação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Infraestrutura			26114
Pró-Reitoria de Administração			26114
Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento			97297
Síntese da Providência Adotada			
No Item 2.1.2.1 – Informação (39) do Relatório 201108926 a CGU-R/SC apresenta como situação atual da recomendação: <i>“Pendente de Atendimento”</i> . Na Solicitação de Auditoria 201103023/08, a CGU-R/SC apresenta como STATUS ATUAL DA RECOMENDAÇÃO: <i>“Reiterada pela não implementação plena da Recomendação pela Unidade”, com a seguinte análise: “Conforme manifestação, o HU teria atendido a recomendação e as medidas necessárias ao atendimento da recomendação pela UFSC estariam em curso. A comprovação do atendimento pelo HU fica pendente de verificação pela CGU-R/SC em trabalho futuro de auditoria. Em relação à UFSC, solicitamos que informe sobre o atendimento da recomendação.”.</i>			
<u>Posição em 17/02/2012, informada no Plano de Providências preenchido e encaminhado à CGU-R/SC por meio do Ofício nº 46/2012/GR, de 22/02/2012:</u>			
<u>Informação prestada Pela Pró-Reitoria de Infraestrutura</u> Com a implementação do novo sistema de controle de almoxarifado a recomendação foi atendida plenamente.			
<u>Manifestação da CGU-R/SC na última atualização do último Plano de Providências:</u> As Unidades – HU e UFSC informam que a recomendação foi atendida. No entanto, o registro da mesma será mantido no PPP para posterior verificação de seu cumprimento pela CGU-R/SC.			
<u>Posição em dez/2012:</u> Inventários realizados conforme orientações da PROAD.			
<u>Manifestação da PROPLAN em jan/13:</u> No que se refere ao sistema utilizado pela UFSC, chamado de “Sistema de Gestão de Materiais e Almoxarifado - ALX”, temos a informar que desde sua implantação a SETIC, em conjunto com a empresa contratada para desenvolvimento e implantação do sistema, realiza permanentemente os ajustes necessários no ALX, visando atender as demandas administrativas da UFSC, incluindo, assim, as recomendações da CGU. Por fim, esclarecemos ainda que o prazo final de implantação do sistema está previsto para outubro de 2013, no entanto, seu aperfeiçoamento será continuado.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Atendimento da recomendação.			
<u>Informação da PROPLAN:</u> Adequações no sistema sendo realizada continuamente, sempre que demandadas pelo setor responsável do almoxarifado.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
<u>Informação da PROPLAN:</u> O atendimento da recomendação, no que se refere às adequações no sistema ALX, será providenciado pela SETIC/PROPLAN. No entanto, vale ressaltar que a gestão do Almoxarifado, certamente será auxiliada pelo sistema, mas a responsabilidade por seu desenvolvimento e implementação é do setor competente, vinculado à PROAD.			

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
44	243915	Item 2.1.1.1 Rec. 002	36.685 /2010/CGU-R/SC
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
<p>Abster-se de aceitar como comprovação de despesas, em seus contratos e convênios (seja na forma de conveniente ou de concedente), documentação contendo meramente notas fiscais da própria Fundação de Apoio subcontratada, bem como abster-se de apresentar a cada concedente as notas fiscais da própria Fundação como comprovação da execução do Convênio, mas sim exigir e/ou apresentar todos os comprovantes de despesas efetivamente realizadas com recursos do Convênio.</p>			
Providências Adotadas			
Sector Responsável pela Implementação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Infraestrutura			26114
Pró-Reitoria de Administração			26114
Síntese da Providência Adotada			
<p>No Item 2.1.2.1 – Informação (39) do Relatório 201108926 a CGU-R/SC apresenta como situação atual da recomendação: “<i>Pendente de Atendimento</i>”.</p> <p>Na Solicitação de Auditoria 201103023/09, a CGU-R/SC apresenta como STATUS ATUAL DA RECOMENDAÇÃO: “<i>Reiterada pela não implementação plena da Recomendação pela Unidade</i>”, com a seguinte análise: “<i>Embora a recomendação se destine a todos os contratos e convênios da Unidade, a manifestação apresentada limitou-se ao convênio objeto da constatação. A UFSC absteve-se de apresentar manifestação, que foi elaborada pela própria FAPEU. A Fundação se dispôs a apresentar os comprovantes de despesa desde que seja provocada. Ressalta-se que a provocação deve partir da UFSC. A recomendação é reiterada à Unidade e se destina a todos os convênios.</i>”.</p> <p><u>Posição em 17/02/2012, informada no Plano de Providências preenchido e encaminhado à CGU-R/SC por meio do Ofício nº 46/2012/GR, de 22/02/2012:</u></p> <p><u>Informação prestada Pela Pró-Reitoria de Infraestrutura</u></p> <p>Tendo em vista a grande quantidade de comprovantes oriundos de contratos, os relatórios das prestações de contas tem como um de seus item um extrato das despesas, onde são discriminados todos os gastos efetuados com pessoas físicas e jurídicas. Desta forma, acreditamos que havendo necessidade de comprovação de qualquer despesa o comprovante poderá ser solicitado à qualquer uma das fundações de apoio, que tem a obrigação de guardá-los por um período de 5 (cinco) anos.</p> <p><u>Manifestação da CGU-R/SC na última atualização do Plano de Providências:</u></p> <p>Considerando o posicionamento do TCU no Acórdão nº 2.731/2008 – Plenário, item 9.2.19, pela não exigência da apresentação das notas fiscais de despesa junto à prestação de contas dos projetos executados pelas fundações de apoio, mas pela exigência de que esses documentos fiscais fiquem à disposição das IFES e dos órgãos de controle pelo prazo de 05 anos após o encerramento do projeto, e que esses documentos sejam identificados com o número do respectivo projeto, acatamos a manifestação da UFSC, mas ressaltamos que a Unidade precisa realizar a análise da documentação de despesa que fica sob a guarda das fundações de apoio para efetivar a aprovação das prestações de contas, em detrimento da análise formal que vem realizando, e que foi relatada no item 2.1.2.3 do RA 201203151, relativo à avaliação da gestão 2011.</p>			
Síntese dos Resultados Obtidos			
-			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não foram identificados fatores positivos e negativos			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
45	243915	Item 3.2.1.1 Rec. 002	36.685 /2010/CGU-R/SC
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
<p>Providenciar a apuração de responsabilidade pela alteração indevida da informação cadastral no SIAPE relativa ao instituidor Mat. SIAPE 1155299 e consequente alteração no valor da pensão.</p>			
Providências Adotadas			

Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Desenvolvimento Humano e Social			26115
Secretaria de Gestão de Pessoas			26115
Síntese da Providência Adotada			
No Item 2.1.2.1 – Informação (39) do Relatório 201108926 a CGU-R/SC apresenta como situação atual da recomendação: “ <i>Pendente de Atendimento</i> ”.			
Na Solicitação de Auditoria 201103023/09, a CGU-R/SC apresenta como STATUS ATUAL DA RECOMENDAÇÃO: “ <i>Reiterada pela não implementação plena da Recomendação pela Unidade</i> ”, com a seguinte análise: “ <i>Os gestores informam que foi constituída Comissão de Sindicância (Portaria 1168/GR/2010) para apurar os fatos. Durante os trabalhos de avaliação de gestão 2010 identificamos que o processo de apuração de responsabilidade não havia sido concluído. Solicitamos informar se o mesmo já foi encerrado. Em caso afirmativo, fornecer cópia do relatório de conclusão, bem como apresentar as medidas adotadas pela Unidade decorrentes dessa apuração.</i> ”.			
<u>Posição em 17/02/2012, informada no Plano de Providências preenchido e encaminhado à CGU-R/SC por meio do Ofício nº 46/2012/GR, de 22/02/2012:</u>			
<u>Informação prestada pela Pró-Reitoria de Desenvolvimento Humano e Social</u>			
O processo nº 23080.027755/2009-51 (PAD), já foi encerrado. A Comissão concluiu pelo arquivamento do processo, conforme cópia do relatório final, em anexo.			
<u>Manifestação da CGU-R/SC na última atualização do Plano de Providências:</u>			
Recomendação atendida. O processo apuratório foi realizado; concluiu-se pelo arquivamento do mesmo.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
O Processo Administrativo Disciplinar – PAD foi instaurado e concluso para arquivamento.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
A gestão adotou as medidas necessárias para a abertura do PAD.			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
46	243915	Item 4.1.1.1 Rec. 004	36.685 /2010/CGU-R/SC
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Incluir também entre as rotinas a serem padronizadas, a de manter dados precisos sobre o consumo passado de todos os itens e serviços, de modo a subsidiar a previsão das necessidades periódicas, trimestrais, semestrais e anuais.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Infraestrutura			26114
Pró-Reitoria de Administração			26114
Síntese da Providência Adotada			
No Item 2.1.2.1 – Informação (39) do Relatório 201108926 a CGU-R/SC apresenta como situação atual da recomendação: “ <i>Pendente de Atendimento</i> ”.			
Na Solicitação de Auditoria 201103023/09, a CGU-R/SC apresenta como STATUS ATUAL DA RECOMENDAÇÃO: “ <i>Reiterada pela não implementação plena da Recomendação pela Unidade</i> ”, com a seguinte análise: “ <i>Os gestores informam que a implantação da medida recomendada será feita futuramente. Solicitamos apresentar comprovação de tal implementação.</i> ”.			
<u>Posição em 17/02/2012, informada no Plano de Providências preenchido e encaminhado à CGU-R/SC por meio do Ofício nº 46/2012/GR, de 22/02/2012:</u>			
<u>Informação prestada Pela Pró-Reitoria de Infraestrutura</u>			
Foi encaminhado as Unidades de Ensino e aos Departamentos Administrativos o Ofício Circular nº 004/PROINFRA/2011 e a Portaria nº 100/PROINFRA/2011 comunicando, entre outras coisas, que é necessário que se tenha a real necessidade quanto a quantidade e qualidade dos produtos/serviços, ou ainda que seja realizada a verificação das necessidades através de fase históricas. A Superintendência de Compras e Gestão Patrimonial tem previsão de cronograma para pedidos de aberturas de processos de licitação.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
-			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

Não foram identificados fatores positivos e negativos			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
47	243915	Item 4.1.2.2 Rec. 001	36.685 /2010/CGU-R/SC
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Se abster de realizar registro de preços para serviços de engenharia de difícil padronização ou ampliar as possibilidades de contratação, abrangendo no edital/contrato várias possibilidades (por exemplo: calçada com ou sem retirada de piso existente, pintura com outros tipos de tinta/verniz, limpeza de fachadas, etc.)			
Providências Adotadas			
Sector Responsável pela Implementação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Infraestrutura			26114
Pró-Reitoria de Administração			26114
Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento			97297
Síntese da Providência Adotada			
No Item 2.1.2.1 – Informação (39) do Relatório 201108926 a CGU-R/SC apresenta como situação atual da recomendação: “ <i>Pendente de Atendimento</i> ”.			
Na Solicitação de Auditoria 201103023/09, a CGU-R/SC apresenta como STATUS ATUAL DA RECOMENDAÇÃO: “ <i>Reiterada pela não implementação plena da Recomendação pela Unidade</i> ”, com a seguinte análise: “ <i>Os gestores informam que a implementação da recomendação será feita em licitações futuras. O atendimento à recomendação será verificado em auditorias futuras</i> ”.			
<u>Posição em 17/02/2012, informada no Plano de Providências preenchido e encaminhado à CGU-R/SC por meio do Ofício nº 46/2012/GR, de 22/02/2012:</u>			
<u>Informação prestada Pela Pró-Reitoria de Infraestrutura</u>			
Ratificamos a informação anterior (de que a implementação da recomendação será feita em licitações futuras)			
<u>Manifestação da CGU-R/SC na última atualização do Plano de Providências:</u>			
Nos trabalhos de auditoria de avaliação da gestão 2011, na análise dos pregões para registro de preços, realizada por amostragem, não se verificou a reincidência da falha apontada, conforme relatado no item 2.1.1.4 do RA 201203151, na parte que trata do cumprimento do item 1.6.1.12 do Acórdão TCU nº 2.498/2011. A recomendação foi, portanto, considerada atendida.			
<u>Manifestação da PROPLAN em jan/13:</u>			
A recomendação é considerada atendida, pois a contratação de serviços de engenharia e reformas, realizada pelo DOMP e DPAE, objetiva atender as demandas dos diversos Campi da UFSC. A consolidação das diferentes demandas em único processo licitatório prevê a economicidade. Temos ainda como resultados as Atas de Registro de Preços disponíveis de diversos serviços de manutenção, de forma a atender toda a UFSC, com base em diagnóstico de demandas de manutenção, previamente realizado.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
<u>Informação da PROPLAN:</u>			
Contratação de serviços de engenharia e reformas, respeitando os procedimentos legais e, por ser realizado em único processo licitatório, garantindo a economicidade no uso dos recursos públicos. Temos ainda como resultados as Atas de Registro de Preços disponíveis de diversos serviços de manutenção, de forma a atender toda a UFSC, com base em diagnóstico de demandas de manutenção, previamente realizado.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
<u>Informação da PROPLAN:</u>			
Neste caso importante destacar como fator positivo a atuação proativa e a disciplina do Domp, no cumprimento das demandas da instituição, sempre atentando à legislação vigente.			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
48	243915	Item 4.1.3.1 Rec. 002	36.685 /2010/CGU-R/SC
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Verificar, previamente à contratação, a adequação dos preços de orçamentos apresentados para execução de pequenos			

serviços aos preços de mercado, mediante consulta ao sistema SINAPI.			
Providências Adotadas			
Sector Responsável pela Implementação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Infraestrutura			26114
Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento			97297
Síntese da Providência Adotada			
No Item 2.1.2.1 – Informação (39) do Relatório 201108926 a CGU-R/SC apresenta como situação atual da recomendação: “ <i>Pendente de Atendimento</i> ”.			
Na Solicitação de Auditoria 201103023/09, a CGU-R/SC apresenta como STATUS ATUAL DA RECOMENDAÇÃO: “ <i>Prorrogada</i> ”, com a seguinte análise: “ <i>Os gestores informam, em dezembro/2010, que a Unidade seguirá a recomendação. Solicitamos informar o atual estágio de implementação da recomendação.</i> ”.			
<u>Posição em 17/02/2012, informada no Plano de Providências preenchido e encaminhado à CGU-R/SC por meio do Ofício nº 46/2012/GR, de 22/02/2012:</u>			
<u>Informação prestada Pela Pró-Reitoria de Infraestrutura</u>			
Informamos que preliminarmente vem sendo solicitado 03 (três) orçamentos com empresas do ramo, que após análise do Departamento de Obras e Manutenção Predial, adapta-se os valores a tabela SINAPI e posterior encaminhamento para licitação. Portanto a recomendação vem sendo atendida.			
<u>Posição em out/2012, informada no Plano de Providências encaminhado à CGU-R/SC:</u>			
A PROPLAN reiteramos a manifestação referente à Recomendação 01, da Constatação 046(*), lembrando que se tratam das contratações a serem realizadas pelo DOMP e DPAE ou aquelas que por eles passam por alguma análise.			
(*)As contratações de serviços de arquitetura e engenharia, realizadas pelo DOMP e DPAE foram aperfeiçoadas. O aperfeiçoamento se dá por meio de adoção de novos procedimentos administrativos, da revisão do fluxo dos processos, da lotação de um servidor com formação em administração e em direito para melhor instruir os processos, valorização da área responsável pelos orçamentos, com a lotação de pessoal e disponibilização de função gratificada, e também por meio de um Termo de Cooperação entre UFSC e Caixa Econômica Federal para disponibilização e treinamento dos modos avançados do SINAPI. Com isso, pretende-se, para o ano de 2013, atender de forma plena as recomendações dos órgãos de controle.			
<u>Manifestação da PROPLAN em jan/13:</u>			
Em 09/12/2012 foi assinado Termo de Cooperação com a Caixa Econômica Federal para disponibilização de modos avançados do SINAPI, a ser utilizado pelo setor de orçamento do DPAE e, assim, atender a recomendação.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
-			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
<u>Informação da PROPLAN:</u>			
Favoreceram ao atendimento da recomendação, a adesão ao SINAPI, bem como a estruturação do setor de orçamento do DPAE, com a lotação de novo servidor.			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
49	243915	Item 4.1.3.1 Rec. 003	36.685 /2010/CGU-R/SC
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Apurar o superfaturamento informado e verificar os motivos que acarretaram a diferença estimada a maior de R\$ 5.056,29 no preço dos serviços contratados. Se for o caso, apurar responsabilidades e a devolução de valores.			
Providências Adotadas			
Sector Responsável pela Implementação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Infraestrutura			26114
Pró-Reitoria de Administração			26114
Síntese da Providência Adotada			
No Item 2.1.2.1 – Informação (39) do Relatório 201108926 a CGU-R/SC apresenta como situação atual da recomendação: “ <i>Pendente de Atendimento</i> ”.			
Na Solicitação de Auditoria 201103023/09, a CGU-R/SC apresenta como STATUS ATUAL DA RECOMENDAÇÃO: “ <i>Reiterada – pendente de verificação pela CGU</i> ”, com a seguinte análise: “ <i>Os gestores informam que não houve superfaturamento. Tal informação será verificada em auditoria futura da CGU-R/SC.</i> ”.			
Na análise da CGU foi considerada a última informação prestada pela UFSC: “ <i>Memo n.º 222/PROINFRA/2010:</i>			

Com referência aos contratos pela dispensa de licitação nº 11219/2009 e 11232/2009, temos a informar: Dispensa de licitação nº 11219/2009 – Faltaram dados suficientes quando da descrição dos serviços, levando a Prefeitura do Campus a tomar mais cuidado, pois um erro apontado, foi a informação que as telhas eram de 4 mm e na verdade são de 6 mm. O outro dado é que nos orçamentos não estão contemplados o fornecimento do madeiramento e a execução do contra piso, serviços esses que também foram necessários. Com referência a não haver solicitação, foi devido a referida oficina pertencer a própria Prefeitura, como os funcionários daquele setor tinham que trabalhar na lavagem dos equipamentos na área externa, e como os meses de dezembro, janeiro e fevereiro foram de temperaturas altíssimas e de períodos chuvosos, houve a necessidade de que fosse providenciada a cobertura. Ante o exposto, entendemos que não houve superfaturamento conforme fora mencionado.

Dispensa de licitação nº 11232/2009 – O pedido foi realizado via telefone, haja vista o vendaval ocorrido, provocando o destelhamento e o abalo da estrutura de madeira e que precisava ser recuperada de imediato. Entendemos que não houve superfaturamento conforme mencionado.”

Posição em 17/02/2012, informada no Plano de Providências preenchido e encaminhado à CGU-R/SC por meio do Ofício nº 46/2012/GR, de 22/02/2012:

Informação prestada Pela Pró-Reitoria de Infraestrutura

Ratificamos a informação anterior de que não houve superfaturamento.

Manifestação da CGU-R/SC na última atualização do Plano de Providências:

Os gestores informam que não houve superfaturamento. Tal informação será verificada em auditoria futura da CGU-R/SC.

Síntese dos Resultados Obtidos

-

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Não foram identificados fatores positivos e negativos

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
50	243915	Item 4.2.3.1 Rec. 001	36.685 /2010/CGU-R/SC

Órgão/Entidade Objeto da Recomendação

**Código
SIORG**

Universidade Federal de Santa Catarina

429

Descrição da Recomendação

Exigir, em notas fiscais de serviços de engenharia, ateste do técnico responsável pela medição juntamente ao ateste do setor requisitante do serviço.

Providências Adotadas

Setor Responsável pela Implementação

**Código
SIORG**

Pró-Reitoria de Infraestrutura

26114

Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento

97297

Síntese da Providência Adotada

No Item 2.1.2.1 – Informação (39) do Relatório 201108926 a CGU-R/SC apresenta como situação atual da recomendação: “*Pendente de Atendimento*”.

Na Solicitação de Auditoria 201103023/09, a CGU-R/SC apresenta como STATUS ATUAL DA RECOMENDAÇÃO: “*Reiterada – pendente de verificação pela CGU*”, com a seguinte análise: “*Os gestores concordam que o procedimento adotado estava incorreto, e que tal será corrigido. Como o posicionamento dos gestores se deu em dezembro/2010, a verificação das melhorias obtidas com a mudança de procedimento será oportuna em auditoria da gestão 2011.*”

Posição em 17/02/2012, informada no Plano de Providências preenchido e encaminhado à CGU-R/SC por meio do Ofício nº 46/2012/GR, de 22/02/2012:

Informação prestada Pela Pró-Reitoria de Infraestrutura

A Proinfra ratifica a informação anterior (por meio da qual há a concordância do gestor de que o procedimento adotado estava incorreto, e que tal será corrigido).

Posição em out/2012, informada no Plano de Providências encaminhado à CGU-R/SC:

A PROPLAN: Considerando a própria análise da CGU, acima, no que se refere ao Departamento Obras e Manutenção Predial, vinculado à PROPLAN, estamos atendendo as recomendações quanto ao atesto das notas fiscais de execução de serviços de engenharia. Já os serviços de engenharia que são contratados pelas demais unidades da UFSC, que possuem competência para tal, segundo os regimentos internos da universidade que visam à descentralização das atividades, nem sempre tem um técnico da área de engenharia para atesto da nota. De forma a atender a recomendação da CGU, portanto, o DOMP emitirá documento com orientações às demais unidades da UFSC sobre os processos de

medição e de atesto.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Informação da PROPLAN:			
Melhoria nos processos administrativos internos garantindo o atendimento da recomendação.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Informação da PROPLAN:			
A PROPLAN, considera que as estruturas realizadas no DOMP e DPAE, já referenciadas, contribuíram para o atendimento das solicitações da CGU.			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
51	243915	Item 4.2.3.1 Rec. 002	36.685 /2010/CGU-R/SC
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Contratar por sistema de registro de preços apenas serviços que se adequem completamente às especificações do objeto estabelecido em edital. Se o contrato é para pintura com tinta acrílica, não utilizá-lo para áreas onde só haverá limpeza ou é necessário outro tipo de acabamento.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Infraestrutura			26114
Pró-Reitoria de Administração			26114
Síntese da Providência Adotada			
No Item 2.1.2.1 – Informação (39) do Relatório 201108926 a CGU-R/SC apresenta como situação atual da recomendação: “ <i>Pendente de Atendimento</i> ”.			
Na Solicitação de Auditoria 201103023/09, a CGU-R/SC apresenta como STATUS ATUAL DA RECOMENDAÇÃO: “ <i>Reiterada – pendente de verificação pela CGU</i> ”, com a seguinte análise: “ <i>Os gestores se comprometem a adotar a recomendação em licitações futuras. Como a manifestação foi feita em dezembro/2010, a verificação do resultado das medidas adotadas será oportuna em auditoria da gestão 2011.</i> ”			
<u>Posição em 17/02/2012, informada no Plano de Providências preenchido e encaminhado à CGU-R/SC por meio do Ofício nº 46/2012/GR, de 22/02/2012:</u>			
Informação prestada Pela Pró-Reitoria de Infraestrutura			
A Proinfra ratifica a informação anterior (por meio da qual há o comprometimento dos gestores em adotar a recomendação em licitações futuras).			
Manifestação da CGU-R/SC na última atualização do Plano de Providências:			
Os gestores consideram a recomendação atendida, no entanto, tal atendimento deverá ser objeto de verificação futura de auditoria, razão pela qual a recomendação permanecerá na situação de reiterada.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
-			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não foram identificados fatores positivos e negativos			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
52	243915	Item 4.2.3.3 Rec. 001	36.685 /2010/CGU-R/SC
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Implementar controles que possibilitem identificar os docentes que estão prestando atividades através de fundações, discriminando, entre outros, período de prestação dos serviços, atividades desenvolvidas e valores percebidos.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Pós-Graduação			84217
Pró-Reitoria de Pesquisa			26112

Pró-Reitoria de Pesquisa e Extensão	26112
Pró-Reitoria de Extensão	11942
Síntese da Providência Adotada	
<p>No Item 2.1.2.1 – Informação (39) do Relatório 201108926 a CGU-R/SC apresenta como situação atual da recomendação: “<i>Pendente de Atendimento</i>”.</p> <p>Na Solicitação de Auditoria 201103023/09, a CGU-R/SC apresenta como STATUS ATUAL DA RECOMENDAÇÃO: “<i>Reiterada pela não implementação plena da Recomendação pela Unidade</i>”, com a seguinte análise: “<i>Os gestores informam que está em discussão nova regulamentação para os cursos de Pós-Graduação Lato Sensu e para pagamento de bolsas de ensino, e que tal regulamentação preverá os controles recomendados. A verificação dos resultados da implementação da nova regulamentação será oportuna em auditoria da gestão 2011.</i>”.</p> <p><u>Posição em 17/02/2012, informada no Plano de Providências preenchido e encaminhado à CGU-R/SC por meio do Ofício nº 46/2012/GR, de 22/02/2012:</u></p> <p><u>Informação prestada pela Pró-Reitoria de Ensino de Graduação</u></p> <p>A PREG entende que a manifestação oficial será da PRPG, contudo o artigo 11º da RESOLUÇÃO NORMATIVA N.º 15/CUn/2011, de 13 de dezembro de 2011, define de que forma esse controle deverá ser feito.</p> <p><u>Informação prestada pela Pró-Reitoria de Pós-Graduação</u></p> <p>A PRPG vem desde 2008 dedicando considerável esforço no desenvolvimento e implantação de mecanismos de controle do cursos de pós-graduação, tanto no aspecto acadêmico quanto no aspecto operacional. No que se refere aos cursos de Especialização, foi criado em 2010 nesta Pró-Reitoria o Departamento de Educação Continuada, responsável pelo acompanhamento dos cursos Lato-Sensu e estágios de pós-doutorado. Ao longo de 2010, por iniciativa daquele Departamento foi proposta, discutida e aprovada na Câmara de Pós-Graduação, a Regulamentação específica para os cursos Lato Sensu. Esta regulamentação foi colocada em consulta pública por três meses em 2011, discutida longamente no Conselho Universitário e finalmente aprovada na sessão do CUn de 13/10/2011 (Resolução Normativa 15/CUn/2011, cópia anexa).</p> <p>A Resolução Normativa 15/CUn/2011, interdita em seu artigo 14, §2º, a coordenação simultânea de mais de um curso de Especialização. A participação de docentes nestes cursos está limitada a 8 horas semanais, na média do semestre (artigo 18, § 6º).</p> <p>A nova regulamentação dos cursos Lato Sensu está articulada a duas outras resoluções, a saber:</p> <p>I- A Resolução Normativa 13/CUn/2011, aprovada no Conselho Universitário em 27/09/2011, que regula a relação entre a Universidade e as Fundações de Apoio (cópia anexa).</p> <p>a - Esta Resolução estabelece a possibilidade de concessão de bolsas de ensino a docentes que participem de cursos geridos pelas Fundações (RN 13/CUn/2011, artigo 15, caput e inciso I).</p> <p>b - Essa mesma Resolução fixa limites, tanto em termos de horas de participação nos cursos não-regulares (RN 13/CUn/2011, artigo 14, § 2º), quanto em termos dos valores concedidos como bolsas (RN 13/CUn/2011, artigo 17).</p> <p>c - O controle do número de horas de participação é feito através do Plano de Atividades do Docente, que passará a registrar as aulas ministradas em cursos não-regulares (RN 13/CUn/2011, artigo 16, § 1º).</p> <p>d - As Fundações de Apoio informarão mensalmente à UFSC a relação de bolsas efetivamente concedidas com a devida identificação do beneficiário (RN 13/CUn/2011, artigo 18, § 2º).</p> <p>e - Toda participação em cursos não-regulares deve ser previamente autorizada pelo Departamento de lotação do docente (RN 13/CUn/2011, artigo 14, § 1º).</p> <p>II – Resolução de Bolsas de Ensino, atualmente em discussão na Câmara de Pós-Graduação.</p> <p>Desde o início de 2011, todos os cursos de Especialização, aprovados na Câmara de Pós-Graduação, têm registro obrigatório no sistema de controle acadêmico da pós-graduação (CAPG), o mesmo sistema que já vinha sendo utilizado para os cursos Stricto Sensu (Mestrados e Doutorados). A emissão de certificados de cursos de especialização, a partir de novembro de 2011, passou a ser efetuada por rotina automática do CAPG, exigindo que todas as informações dos cursos, disciplinas, cargas horárias, docentes participantes e alunos, sejam corretamente cadastradas. A Pró-Reitoria de Pós-Graduação passa a ter acesso aos dados dos cursos com mais segurança, através de relatórios extraídos da base de dados do CAPG.</p> <p><u>Manifestação da CGU-R/SC na última atualização do Plano de Providências:</u></p> <p><u>Informação da PROPG:</u> Os controles constantes da Resolução nº13/CUn/2011 atendem à recomendação feita, desde que devidamente implantados e monitorados.</p> <p>O resultado desses controles deverá ser verificado em trabalho futuro de auditoria na Unidade, razão pela qual a recomendação permanecerá na situação de reiterada.</p> <p><u>Posição em dez/2012:</u></p> <p><u>Informação da PROPG:</u> Em relação à proposta de Resolução para concessão de Bolsa de Ensino aos docentes participantes de cursos não regulares na UFSC já tem uma versão preliminar que está em análise no âmbito da Pró-Reitoria. Esta análise consiste em busca de orientação junto ao Ministério da Educação e em experiências de outras instituições. Após esta etapa deve seguir para a Câmara de Pós-Graduação em março de 2013.</p> <p>As fundações de apoio informam a relação de bolsas efetivamente concedidas sempre que solicitadas.</p> <p>O controle do número de horas de participação docente em cursos de pós-graduação Lato Sensu será feito através do Plano de Atividades do Docente que passará a registrar as aulas ministradas em cursos não regulares a partir de 2013.</p>	

O programa que registra as atividades do PAAD está sendo reformulado e atenderá este registro, permitindo assim melhor controle.

Informação da PROPG: A Coordenadoria de Educação Continuada tem realizado o acompanhamento e controle dos cursos de pós-graduação lato sensu; a Coordenadoria de Educação Continuada ganhou ampliação de sua equipe permitindo melhor controle das atividades. Os projetos de cursos de Especialização lato sensu são analisados e aprovados no âmbito dos departamentos proponentes, unidades de ensino, Coordenadoria de Educação Continuada - PROPG e finalmente Câmara de Pós-Graduação, atendendo o estabelecido na Resolução normativa número 15/CUN/2011, que por sua vez está baseada na Resolução número 1/CNE/CES/2007.

Todos os cursos de pós-graduação lato sensu, aprovados após a resolução normativa 15/CUN/2011, estão inseridos e são controlados via CAPG. Os certificados são emitidos pelo Departamento de Educação Escolar - DAE, a partir das informações inseridas no CAPG pelas coordenadorias dos cursos. A emissão dos certificados está portanto condicionada a inserção correta das informações sobre o cursos (carga horária, disciplinas, professores responsáveis, conceitos de estudantes, monografias, etc...).

Síntese dos Resultados Obtidos

Informação da PROPG: A partir destes controles a Coordenadoria de Educação Continuada pode aferir o cumprimento das exigências de qualidade dos cursos de pós-graduação lato sensu oferecidos pela UFSC.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Informação da PROPG: A formulação de regulamentação interna para concessão de bolsas de ensino para participação em atividades de ensino não regular tem encontrado diversas dificuldades, entre elas, a ausência de referências que contemplem as especificidades deste tipo de bolsa.

Um fator positivo é o empenho da equipe da Coordenadoria de Educação Continuada e do SETIC - responsável pela reformulação do CAPG, para atender as especificidades dos cursos de pós-graduação lato sensu.

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
53	243915	Item 4.2.3.5 Rec. 001	36.685 /2010/CGU-R/SC

Órgão/Entidade Objeto da Recomendação	Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina	429

Descrição da Recomendação

Nos casos supracitados, bem como em outras situações de desrespeito à legislação referente aos contratos e licitações públicos, glosar os valores destas despesas nas prestações de contas dos contratos firmados e orientar as fundações de apoio para que não executem despesas sem o devido vínculo com o objeto contratado

Providências Adotadas

Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Pró-Reitoria de Infraestrutura	26114
Pró-Reitoria de Administração	26114

Síntese da Providência Adotada

No Item 2.1.2.1 – Informação (39) do Relatório 201108926 a CGU-R/SC apresenta como situação atual da recomendação: “*Pendente de Atendimento*”.

Na Solicitação de Auditoria 201103023/09, a CGU-R/SC apresenta como STATUS ATUAL DA RECOMENDAÇÃO: “*Reiterada pela não implementação plena da Recomendação pela Unidade*”, com a seguinte análise: “*Os gestores apresentam GRU recolhida pela FEPESE em 10/09/2010, no valor de R\$ 23.649,33, sem apresentar memória de cálculo que identifique a que despesas esse valor se refere. As despesas da FEPESE para as quais a glosa foi recomendada nesta constatação somam R\$12.562,97. Em relação às despesas da FAPEU (faturas de telefone e restaurantes, a Fundação apresentou declaração dos coordenadores dos cursos na qual afirmam que as despesas se referem, respectivamente, a comunicações relativas ao curso e a almoços de professores.*

Em relação à recomendação para que a UFSC orientasse as fundações de apoio para que as mesmas não executassem despesas sem vínculo com o objeto contratado, os gestores apresentaram o ofício circular que teria contido tal orientação, no entanto não apresentaram o recebimento desta pelas fundações. A verificação do cumprimento desta recomendação será feita em trabalho futuro de auditoria na Unidade.”.

Posição em 17/02/2012, informada no Plano de Providências preenchido e encaminhado à CGU-R/SC por meio do Ofício nº 46/2012/GR, de 22/02/2012:

Informação prestada Pela Pró-Reitoria de Infraestrutura

A Proinfra ratifica a informação anterior (por meio da qual foi apresentado o ofício circular com a orientação às fundações de apoio para que as mesmas não executassem despesas sem vínculo com o objeto contratado).

Manifestação da CGU-R/SC na última atualização do Plano de Providências:

Considerando as justificativas apresentadas pelos gestores, bem como o recolhimento de valores pela FEPESE e a elaboração, pela UFSC, de novo regulamento interno que rege a relação da Universidade com suas Fundações de Apoio

(Resolução CUn nº 13/2011), elaborada em consonância com a Lei nº 8.958/1994 com as alterações dadas pela Lei nº 12.349/2010, e o Decreto nº 7.243/2010, consideramos a recomendação atendida.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
-			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não foram identificados fatores positivos e negativos			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
54	243915	Item 4.3.2.2 Rec. 001	36.685 /2010/CGU-R/SC
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Especificar, nos convênios firmados pela UFSC, quais gastos são elegíveis no âmbito do projeto, bem como detalhar suficientemente o objeto e o Plano de Trabalho dos contratos e convênios da Universidade, de modo a estabelecer e prever todos os tipos de despesas inerentes aos mesmos e permitir a identificação e o controle adequado de tais despesas.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Infraestrutura			26114
Pró-Reitoria de Administração			26114
Síntese da Providência Adotada			
No Item 2.1.2.1 – Informação (39) do Relatório 201108926 a CGU-R/SC apresenta como situação atual da recomendação: <i>“Pendente de Atendimento”</i> .			
Na Solicitação de Auditoria 201103023/09, a CGU-R/SC apresenta como STATUS ATUAL DA RECOMENDAÇÃO: <i>“Reiterada – pendente de verificação pela CGU”</i> , com a seguinte análise: <i>“Os gestores não acataram a recomendação por considerarem que as medidas propostas já são cumpridas pela Unidade. Tal cumprimento será verificado em auditoria futura da CGU-R/SC.”</i> .			
<u>Posição em 17/02/2012, informada no Plano de Providências preenchido e encaminhado à CGU-R/SC por meio do Ofício nº 46/2012/GR, de 22/02/2012:</u>			
Informação prestada Pela Pró-Reitoria de Infraestrutura			
A Proinfra ratifica a informação anterior, apresentada à CGU-R/SC (por meio da qual os gestores se manifestam no sentido de que as medidas propostas já são cumpridas pela Unidade).			
<u>Manifestação da CGU-R/SC na última atualização do Plano de Providências:</u>			
Os gestores consideram a recomendação atendida, no entanto, tal atendimento deverá ser objeto de verificação futura de auditoria, razão pela qual a recomendação permanecerá na situação de reiterada.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
-			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não foram identificados fatores positivos e negativos			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
55	243915	Item 4.3.2.2 Rec. 002	36.685 /2010/CGU-R/SC
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Abster-se de aprovar despesas que não estão suficientemente detalhadas e justificadas, de forma a comprovar a relação desta despesa com o objeto do convênio, estando esta modalidade de gasto expressamente prevista no Plano de Trabalho.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Infraestrutura			26114
Pró-Reitoria de Administração			26114

Síntese da Providência Adotada			
<u>Manifestação da CGU-R/SC na última atualização do Plano de Providências:</u>			
Os gestores consideram a recomendação atendida, no entanto, tal atendimento deverá ser objeto de verificação futura de auditoria, razão pela qual a recomendação permanecerá na situação de reiterada.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
-			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não foram identificados fatores positivos e negativos			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
56	201108926	Item 1.1.1.1 Rec. 002	22.019 /2011/CGU-R/SC
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Na COPERVE, enquanto perseverar a estrutura reduzida, recomenda-se pelo menos segregar os processos da área 1 dos processos das áreas 2 e 3.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Infraestrutura			26114
Pró-Reitoria de Administração			26114
Síntese da Providência Adotada			
Na Solicitação de Auditoria 201103023/12, a CGU-R/SC apresenta como STATUS ATUAL DA RECOMENDAÇÃO: “Reiterada – pendente de verificação pela CGU”, com a seguinte análise: “A UFSC não concorda com a recomendação por considerar que a segregação de funções recomendada já existe na COPERVE. O assunto deverá ser rediscutido junto aos gestores em trabalho futuro de auditoria na Unidade.”.			
<u>Posição em 17/02/2012, informada no Plano de Providências preenchido e encaminhado à CGU-R/SC por meio do Ofício nº 46/2012/GR, de 22/02/2012:</u>			
<u>Informação prestada Pela Pró-Reitoria de Infraestrutura</u>			
O assunto voltará a ser discutido com a CGU-R/SC em trabalho futuro de auditoria, conforme consta da análise da CGU.			
<u>Manifestação da CGU-R/SC na última atualização do último Plano de Providências:</u>			
A UFSC não concorda com a recomendação por considerar que a segregação de funções recomendada já existe na COPERVE. O assunto deverá ser rediscutido junto aos gestores em trabalho futuro de auditoria na Unidade.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
-			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não foram identificados fatores positivos e negativos			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
57	201108926	Item 2.2.1.1 Rec. 001	22.019 /2011/CGU-R/SC
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Alterar a rotina adotada no relacionamento com fundações de apoio, tendo por base o cumprimento integral do Decreto n.º 7.423/2010.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Gabinete do Reitor			26075
Pró-Reitoria de Infraestrutura			26114
Pró-Reitoria de Administração			26114
Síntese da Providência Adotada			

Na Solicitação de Auditoria 201103023/12, a CGU-R/SC apresenta como STATUS ATUAL DA RECOMENDAÇÃO: “Reiterada – pendente de verificação pela CGU”, com a seguinte análise: “Os gestores informam que as medidas necessárias para atendimento à recomendação estão em curso, com prazo previsto de conclusão até 28.10.2011. Após esta data será verificado o atendimento pleno da recomendação.”.

Posição em 17/02/2012, informada no Plano de Providências preenchido e encaminhado à CGU-R/SC por meio do Ofício nº 46/2012/GR, de 22/02/2012:

Informação prestada Pela Pró-Reitoria de Infraestrutura (Ofício 241/Proinfra/2011, de 29/12/2011)

Em 27 de setembro de 2011 foi publicada a Resolução Normativa 13/CUn/2011 aprovada pelo Conselho Universitário, que trata da relação das Fundações de Apoio com a Universidade Federal de Santa Catarina, de acordo com a legislação vigente, bem como, principalmente, levando em consideração o Decreto 7.403, de 31 de dezembro de 2010. A referida resolução foi amplamente divulgada com publicação no diário oficial da União e foi encaminhado e-mail (doc. Anexo) a todas as fundações de apoio da UFSC com cópia da referida resolução. O Título I da Resolução Normativa 13/CUn/2011 trata da necessidade das Fundações de apoio observarem a legislação federal, conforme se verifica nos artigos 2.º e 3.º. As Fundações devem respeitar as normas de licitações e contratos administrativos conforme prevêem os próprios contratos firmados com a UFSC e os pareceres da Procuradoria Federal junto à UFSC, assim como a legislação vigente, uma vez que as Fundações gerem recursos públicos. Em relação à necessidade da execução das despesas estarem vinculadas ao objeto contratado é obrigatória a apresentação do Plano de Trabalho e do Orçamento detalhado do projeto identificando todos os seus custos. Ademais a própria Procuradoria Federal junto à UFSC tem se manifestado nesse sentido, quando dos pareceres para aprovação dos contratos a serem firmados, exigindo que os contratos identifiquem o objeto a ser executado, às metas a serem atingidas, às etapas ou fases de execução e à previsão orçamentária e o início e fim da execução do objeto. Todas as notas fiscais emitidas pelas fundações de apoio são atestadas pelo fiscal do contrato, a quem cabe a responsabilidade de fiscalizar a estrita obediência ao contrato assinado, ao plano de trabalho e à legislação aplicável aos contratos administrativos. No contrato firmado com as Fundações de Apoio há cláusula expressa quanto à obrigatoriedade de proceder o pagamento das despesas de acordo com o cronograma de desembolso, bem como quando da prestação de cotas devem apresentar relatório das despesas efetuadas e manter durante cinco anos os seus comprovantes. O controle dos contratos são realizados de forma unificada através do sistema MATL/UFSC onde são registrados os contratos (numero, objeto, coordenador, fiscal, valor, pagamentos, empenhos, tipo de licitação, número da licitação, vigência, aditivos, apostilamentos, publicação, órgão responsável, fornecedor, tipo de contrato, etc.). Na resposta à SA 201108926/18 foram apresentados os ofícios cobrando das fundações de apoio as prestações de contas que estavam em atraso. Informamos que em janeiro de 2012 estaremos realizando o levantamento dos contratos encerrados em 2011 para, quando for o caso, solicitar formalmente as prestações de contas que estiverem em atraso. Nos contratos firmados entre a UFSC e as suas Fundações de Apoio há previsão de pagamento de valores a título de ressarcimento dos serviços administrativos prestados, que são especificados através do orçamento detalhado destes gastos.

RESOLUÇÃO NORMATIVA N.º 13/CUn, de 27 setembro de 2011.

Dispõe sobre as normas que regulamentam as relações entre a Universidade Federal de Santa Catarina e as suas fundações de apoio.

O PRESIDENTE DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO da Universidade Federal de Santa Catarina, no uso de suas atribuições e tendo em vista a Lei n.º 8.958, de 20 de dezembro de 1994, a Lei n.º 12.349, de 15 de dezembro de 2010, o Decreto n.º 7.423, de 31 de dezembro de 2010, a Lei n.º 10.973, de 2 de dezembro de 2004, o Decreto n.º 5.563, de 11 de outubro de 2005, e o que deliberou este Conselho em sessão realizada nesta data, conforme Parecer n.º 17/CUn/11, constante do Processo n.º 23080.020670/2011-66, RESOLVE:

TÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

Art. 1.º Aprovar as normas que regulamentam as relações entre a Universidade Federal de Santa Catarina e as suas fundações de apoio.

Art. 2.º As fundações de apoio à UFSC deverão estar constituídas na forma de fundações de direito privado, sem fins lucrativos, regidas pelo Código Civil Brasileiro e por estatutos cujas normas expressamente disponham sobre a observância dos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade, economicidade e eficiência, e sujeitas, em especial:

I - à fiscalização pelo Ministério Público, nos termos do Código Civil e do Código de Processo Civil;

II - à legislação trabalhista;

III - ao prévio registro e credenciamento no Ministério da Educação e no Ministério da Ciência e Tecnologia, renovável bianualmente;

IV- às Resoluções Normativas da UFSC pertinentes.

Art. 3.º As fundações de apoio à UFSC devem estar registradas e credenciadas junto ao MEC/MCT, em consonância com os artigos 3.º, 4.º e 5.º do Decreto n.º 7.423, de 31 de dezembro de 2010.

TÍTULO II

DOS CONVÊNIOS E CONTRATOS

Art. 4.º A Universidade Federal de Santa Catarina poderá celebrar convênios e contratos, nos termos do inciso XIII do art. 24 da Lei n.º 8.666, de 21 de junho de 1993, por prazo determinado, com suas fundações de apoio, devidamente

credenciadas, com a finalidade de dar apoio a ações de extensão, projetos de ensino, pesquisa e de desenvolvimento institucional, científico e tecnológico, inclusive na gestão administrativa e financeira estritamente necessária à execução desses projetos e ações.

§ 1.º Para consecução do objeto referido no caput deste artigo, é permitida a associação de fundações de apoio às IFES, na forma de consórcio, para viabilizar projetos e ações multiinstitucionais, bem como para atender a eventuais exigências em editais e chamadas públicas.

§ 2.º É vedada a subcontratação total do objeto dos projetos, ações, contratos e convênios celebrados pela UFSC com as suas fundações de apoio, bem como a subcontratação parcial que delegue a terceiros a execução do núcleo do objeto contratado.

§ 3.º Os projetos e ações desenvolvidos com a participação de fundações de apoio devem ser baseados em plano de trabalho que contenham os itens definidos no § 1.º do Art. 6.º do Decreto n.º 7.423, de 31 de dezembro de 2010.

§ 4.º Os instrumentos contratuais definidos no caput deste artigo devem conter o que está previsto no Art. 9.º do Decreto n.º 7.423, de 31 de dezembro de 2010.

Art. 5.º Para os fins do que dispõe esta Resolução Normativa, entende-se por desenvolvimento institucional, científico e tecnológico os programas, projetos, ações e atividades, inclusive de natureza infraestrutural, material e laboratorial, que levem à melhoria mensurável das condições da Universidade Federal de Santa Catarina, para cumprimento eficiente e eficaz de sua missão, conforme descrita no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), vedada, em qualquer caso, a contratação de objetos genéricos, desvinculados de projetos específicos.

§ 1.º Os projetos de desenvolvimento institucional, científico e tecnológico têm origem nas instâncias administrativas da UFSC, nas coordenadorias de curso de graduação e pós-graduação, em laboratórios ou grupos de pesquisa, ou por iniciativa individual de servidores docentes ou técnico-administrativos.

§ 2.º As cargas horárias referentes à participação de servidores docentes ou técnicos administrativos, em projetos tratados neste artigo, deverão ser registradas como atividades de pesquisa, extensão, ensino ou administrativa, conforme sua natureza, e registradas em conformidade com as resoluções normativas vigentes.

§ 3.º As atividades descritas no § 2.º deste artigo devem ser programadas de modo a não comprometer as atividades regulares de ensino.

§ 4.º A atuação de fundação de apoio em projetos de desenvolvimento institucional, financiados com recursos orçamentários provenientes do Tesouro Nacional, para melhoria de infraestrutura, limitar-se-á às obras laboratoriais, aquisição de materiais e equipamentos e outros insumos especificamente relacionados às atividades de inovação e pesquisa científica e tecnológica.

§ 5.º A atuação da fundação de apoio em projetos de desenvolvimento institucional, científico e tecnológico, financiados com recursos orçamentários próprios da UFSC ou de parcerias ou convênios com instituições públicas ou privadas, para melhoria de infraestrutura, poderá envolver obras, aquisição de materiais e equipamentos e outros insumos especificamente relacionados às atividades de extensão, inovação, pesquisa científica e tecnológica e melhoria da qualidade do ensino na UFSC.

§ 6.º Os projetos de desenvolvimento científico e tecnológico, financiados com recursos de parcerias, por meio de contratos, convênios e acordos com instituições públicas ou privadas, podem reservar recursos para atividades que têm como objetivo criar condições propícias ao desenvolvimento da inovação e da pesquisa científica e tecnológica na UFSC.

§ 7.º Os materiais e equipamentos permanentes adquiridos com recursos previstos em projetos, tal como definidos no caput deste artigo, serão registrados no Departamento de Gestão Patrimonial da UFSC, como bem próprio ou de terceiros, recebidos em comodato, cessão ou depósito, conforme definido no projeto, observados os procedimentos previstos em normas internas da UFSC que disciplinem matéria patrimonial.

Art. 6.º É vedado o enquadramento, no conceito de desenvolvimento institucional, de projetos e ações que não estejam previstos no Plano de Desenvolvimento Institucional da UFSC.

Art. 7.º A UFSC poderá firmar parcerias com suas fundações de apoio para a criação e operacionalização de seus projetos de incubação, definidos pela Resolução n.º 023/CUn/2008, de 16 de setembro de 2008.

§ 1.º As parcerias a que se refere este artigo serão firmadas na forma de convênio.

§ 2.º Nas situações previstas no § 1.º, caberá a respectiva fundação de apoio a gestão administrativa e financeira de cada projeto de incubação de empresa.

Art. 8.º Na execução de convênios, contratos, acordos e outras parcerias que envolvam a aplicação de recursos públicos, as fundações de apoio contratadas serão obrigadas a seguir os procedimentos de acompanhamento e controle estabelecidos no Art. 12 do Decreto n.º 7.423, de 31 de dezembro de 2010, sendo o controle finalístico e de gestão exercido pelo Conselho de Curadores.

Art. 9.º A UFSC poderá celebrar convênios ou contratos com suas fundações de apoio para a gestão administrativa e financeira dos projetos ou ações firmadas com instituições públicas ou privadas.

§ 1.º Para os fins do disposto no caput deste artigo, a UFSC repassará à fundação de apoio contratada os recursos financeiros originados do convênio, contrato ou acordo celebrado com as instituições públicas ou privadas.

§ 2.º A UFSC, preliminarmente ao repasse a que se refere o § 1.º, deverá proceder à retenção correspondente às despesas administrativas e às taxas previstas na legislação interna que regulamenta o objeto da contratação.

Art. 10. Em função da origem dos recursos, os projetos, ações e parcerias a que se referem esta Resolução serão

classificados nos seguintes tipos:

I – Tipo A – contratação, pela UFSC, de fundação, conforme definida no Art. 2.º, para dar apoio à execução de convênios ou contratos celebrados entre a UFSC e instituições públicas ou privadas;

II – Tipo B – contratação, pela UFSC, de fundação de apoio para a execução de projetos financiados com recursos orçamentários provenientes do Tesouro Nacional ;

III – Tipo C – projeto financiado por agentes públicos ou privados, regido por instrumento de cooperação firmado entre os agentes externos, a fundação de apoio e a UFSC, sendo os recursos financeiros transferidos diretamente dos agentes financiadores à fundação de apoio responsável pela gestão administrativa e financeira do projeto ;

IV – Tipo D – projeto financiado por agentes públicos ou privados, regido por instrumento de cooperação firmado entre a fundação de apoio, atuando em consonância com o credenciamento concedido conforme o Art. 3.º desta Resolução, e os agentes externos, tendo a participação de servidores docentes ou técnico-administrativos da UFSC.

§ 1.º No caso de projetos de ensino de graduação e pós-graduação, stricto sensu e latu sensu, somente poderão ser dos tipos A e B, previstos nos incisos I e II deste artigo.

§ 2.º Os projetos, ações e parcerias do tipo previsto no inciso IV deste artigo, os contratos, convênios, acordos, ajustes e quaisquer outros instrumentos celebrados entre uma Fundação de Apoio e terceiros deverão ter o objeto compatível com as finalidades da UFSC e ser obrigatoriamente autorizados pelos departamentos de ensino ou órgãos envolvidos.

§ 3.º No caso de projetos, ações e parcerias do tipo previsto no inciso IV deste artigo, os contratos, convênios, acordos, ajustes e quaisquer outros instrumentos celebrados entre uma fundação de apoio e terceiros deverão, preliminarmente, ser aprovados pelo Departamento de Inovação Tecnológica da UFSC, quanto aos direitos de propriedade intelectual, sempre que pertinente.

§ 4.º Os projetos de pesquisa, desenvolvimento institucional, científico e tecnológico e ações de extensão, com a gestão financeira atribuída à fundação de apoio, devem ter a participação de no mínimo dois 2/3 (dois-terços) de pessoas vinculadas à UFSC, com exceção de projetos e ações multi-institucionais, cuja participação poderá ser alcançada por meio da soma de participação de pessoas vinculadas às instituições envolvidas;

§ 5.º Os projetos de ensino com a gestão financeira atribuída à fundação de apoio devem ter a participação de no mínimo 4/5(quatro quintos) de pessoas vinculadas à UFSC, conforme legislação pertinente, com exceção de projetos multi-institucionais, cuja participação poderá ser alcançada por meio da soma de participação de pessoas vinculadas às instituições envolvidas;

§ 6.º Os valores correspondentes às taxas previstas pela legislação da UFSC e pagamentos pelo uso de instalações, serviços e imagens referentes a projetos, ações e parcerias previstos nos incisos III e IV deste artigo devem ser repassados à conta de recursos próprios da UFSC, na forma da legislação orçamentária.

§ 7.º A proporção de participação de pessoal vinculado à UFSC de que trata o § 4.º poderá ser excepcionada após justificativa e aprovação pela respectiva Pró-Reitoria, respeitado o limite mínimo de 1/3 (um terço).

§ 8.º Em todos os projetos deve ser incentivada a participação de alunos de graduação e pós-graduação.

Art. 11. Na execução de projetos, ações e parcerias descritas no Art. 9.º poderá a fundação de apoio contratada, por meio de instrumento legal próprio, utilizar-se de bens, serviços e imagem da UFSC, mediante ressarcimento e pelo prazo estritamente necessário à elaboração e execução do projeto de ensino, pesquisa, extensão e de desenvolvimento institucional, científico e tecnológico previsto.

§ 1.º A utilização dos bens e serviços não poderão comprometer as atividades regulares a que se destinam.

§ 2.º A utilização deverá ser aprovada pelo departamento ou órgão ao qual o bem ou serviço estiver vinculado.

§ 3.º Os critérios para a determinação dos valores de ressarcimento serão definidos em resolução normativa específica aprovada pelo Conselho de Curadores.

§ 4.º Os equipamentos a serem adquiridos, com recursos do projeto, e tombados como patrimônio da UFSC terão seus valores de custo deduzidos integralmente do valor a ser ressarcido à UFSC.

§ 5.º Os custos das obras civis a serem construídas em áreas pertencentes à UFSC com recursos de projeto, e com finalidade de atender a demandas de ensino pesquisa e extensão, terão seus valores deduzidos integralmente do valor a ser ressarcido à UFSC.

§ 6.º O montante de recursos a ser despendido com bolsas regulamentadas pela UFSC a serem concedidas, com recursos do projeto, a alunos regulares de graduação e pós-graduação, serão deduzidos integralmente do valor a ser ressarcido para a UFSC.

§ 7.º Os recursos previstos no projeto com o objetivo de manter laboratórios de pesquisa, de forma a criar condições propícias ao desenvolvimento da inovação e da pesquisa científica e tecnológica na UFSC, terão seus valores deduzidos integralmente do valor a ser ressarcido para a UFSC.

§ 8.º Quando os valores a serem deduzidos, previstos nos parágrafos § 4.º a § 7.º, resultarem maior que o valor a ser ressarcido para a UFSC, não geram créditos futuros para outros projetos.

§ 9.º Os projetos cujos recursos sejam oriundos de entes da Administração Pública Direta ou órgãos de fomento poderão prever o ressarcimento disposto no caput deste artigo, se assim permitir os termos do edital, do convênio ou do contrato celebrado.

Art. 12. A vigência do contrato ou convênio específico a ser celebrado entre a UFSC e a fundação de apoio será estabelecida com base no período de execução dos projetos e será determinado no cronograma de atividades constante no Plano de Trabalho.

Art. 13. Para efeito de execução dos recursos financeiros e sua respectiva prestação de contas, a Fundação de Apoio deverá obedecer ao prazo estabelecido no contrato ou convênio, podendo ser prorrogado por manifestação de interesse das partes.

TÍTULO III

DA PARTICIPAÇÃO DE SERVIDORES DA UFSC

Art. 14. A UFSC autorizará a participação de seus servidores docentes e técnico administrativos em projetos de que trata o Art. 10, atendendo ao que segue:

§ 1.º A participação de servidores docentes ou técnico-administrativos deve ser aprovada pelo departamento de ensino ou órgão ao qual esteja vinculado;

§ 2.º Professores em regime de trabalho de 40 horas DE (Dedicação Exclusiva) e servidores técnico-administrativos poderão participar em até oito horas semanais em atividades de ensino não regular remuneradas na média do semestre dentro do horário de trabalho, desde que a participação seja esporádica, não implique prejuízos as suas demais atribuições e seja em assunto de sua especialidade;

§ 3.º A participação do servidor deve atender à legislação prevista para o corpo docente ou técnico-administrativo da UFSC, representadas pelas Resoluções Normativas n.º 009/CUn/2006, n.º 03/CUn/2009 e demais normas pertinentes.

§ 4.º Servidores docentes e técnico-administrativos da UFSC poderão ocupar cargos não remunerados nas diretorias e nos conselhos das fundações de apoio, desde que sem prejuízo das suas atribuições funcionais.

TÍTULO IV

DA CONCESSÃO DE BOLSAS A SERVIDORES

Art. 15. As fundações de apoio contratadas para execução de projetos, ações e parcerias de que trata o Art. 10 poderão conceder a servidores docentes e técnico-administrativos, se a fonte de recursos assim permitir, bolsas de ensino, de pesquisa, de extensão e de estímulo à inovação, com fundamento na Lei n.º 8.958, de 20 de dezembro de 1994, no Art. 7º do Decreto nº 7.243, de 31 de dezembro de 2010, ou no art. 9.º da Lei n.º 10.973, de 2 de dezembro de 2004, observadas as seguintes finalidades:

I - São consideradas atividades de ensino os cursos de especialização e aperfeiçoamento, mestrados profissionais e as atividades descritas no Art. 2.º da Resolução n.º 53/CEPE/95.

II - São consideradas atividades de pesquisa aquelas descritas no Art. 3.º e seguintes da Resolução n.º 009/CUn/2006, que regulamenta a pesquisa na UFSC.

III - São consideradas ações de extensão aquelas descritas na Resolução Normativa n.º 03/CUn/2009, que regulamenta a extensão na UFSC.

IV - São consideradas atividades de inovação científica e tecnológicas aquelas descritas pela Lei n.º 10.973, de 2 de dezembro de 2004.

Art. 16. As bolsas de que trata o Art. 15 deverão estar associadas a projetos de ensino, pesquisa ou ações de extensão devidamente aprovados conforme legislação pertinente da UFSC.

§ 1.º As cargas horárias associadas aos projetos e ações com concessão de bolsas devem ser contabilizadas nos registros das atividades de ensino, pesquisa e extensão, conforme resoluções apontadas no caput deste artigo.

§ 2.º O valor máximo da bolsa a ser concedida por projeto ou ação deverá ser igual ao maior valor de bolsa concedida pelo CNPq ou CAPES.

§ 3.º As bolsas de estímulo à inovação científica e tecnológica, definidas pela Lei n.º 10.973, de 2 de dezembro de 2004, deverão estar associadas a projeto de pesquisa devidamente aprovado conforme Resolução n.º 009/CUN/2006 e registradas como tal.

Art. 17. O valor mensal da soma da remuneração do servidor docente ou técnico administrativo com os valores das bolsas recebidas, conforme Art. 15, não poderá, em qualquer hipótese, exceder o maior valor recebido pelo funcionalismo público federal, nos termos do artigo 37, inciso XI, da Constituição Federal.

Art. 18. Será de responsabilidade do servidor o cumprimento da legislação referente ao limite dos valores recebidos.

§ 1.º A constatação de recebimentos que ultrapassem o limite definido no Art. 17 implicará, além das punições legais cabíveis, a proibição de recebimento de bolsas previstas nesta Resolução por um período de 12 meses.

§ 2.º Para efeito de verificação dos limites estabelecidos no Art. 17, as fundações de apoio deverão encaminhar ao setor financeiro da UFSC, mensalmente, a relação de bolsas efetivamente concedidas com a devida identificação dos beneficiários.

Art. 19. As fundações de apoio à UFSC poderão conceder bolsas de ensino, pesquisa e extensão e de estímulo à inovação, a servidores públicos federais, estaduais e municipais, autorizados por lei, como participantes de projetos e ações multi-institucionais devidamente aprovados pela UFSC.

§ 1.º A participação do servidor no projeto ou ação deverá ter a aprovação da IFES, ICT ou órgão público de origem.

§ 2.º Os parâmetros estabelecidos no Art. 17 e no Art. 18 aplicam-se de forma integral aos servidores públicos definidos no caput deste artigo.

I - Para efeito de verificação dos limites estabelecidos no Art. 17, as fundações de apoio deverão encaminhar ao setor financeiro da instituição de origem, mensalmente, a relação de bolsas efetivamente concedidas com a devida identificação dos beneficiários.

§ 3.º A participação de servidores definidos no caput deste artigo em atividades previstas nesta Resolução não cria vínculo empregatício de qualquer natureza.

TÍTULO V

DA CONCESSÃO DE BOLSAS A DISCENTES

Art. 20. As fundações de apoio à UFSC poderão conceder bolsas de ensino, pesquisa e extensão e de estímulo à inovação aos alunos regulares de graduação e pós-graduação vinculadas a projetos institucionais devidamente aprovados conforme legislação pertinente.

§ 1.º As bolsas de ensino poderão ser concedidas na forma de bolsa estágio, em conformidade com a Lei n.º 11.788 e com a Resolução n.º 09/CUn/98, na forma de bolsa de monitoria, normatizada pela Resolução n.º 19/CEPE/93, e na forma de bolsa de estudos, normatizada pelo Decreto n.º 3000, de 26 de março de 1999, que regulamenta a tributação, fiscalização, arrecadação e administração do imposto sobre a renda e proventos de qualquer natureza.

§ 2.º As bolsas de extensão deverão atender à Resolução Normativa n.º 09/CUn/2010, de 7 de dezembro de 2010, que estabelece as regras para a concessão de bolsas de extensão, a alunos participantes de ações de extensão financiadas com recursos próprios da UFSC ou de fundações de apoio obtidos pelas ações.

§ 3.º As bolsas de pesquisa deverão atender à Resolução Normativa n.º 07/CUn/2010, de 24 de outubro de 2010, que define as normas para as bolsas de pesquisa para alunos vinculados a projetos de pesquisa financiados com recursos próprios da UFSC ou de fundações de apoio obtidos pelos projetos.

§ 4.º As bolsas de estímulo à inovação deverão atender às mesmas regras definidas no parágrafo anterior.

TÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 21. Esta Resolução Normativa entra em vigor na data de sua publicação no Boletim Oficial.

Prof. Alvaro Toubes Prata

Manifestação da CGU-R/SC na última atualização do Plano de Providências:

Nos trabalhos de auditoria de avaliação da gestão 2011, verificou-se que a Universidade segue realizando apenas a análise formal das prestações de contas, conforme item 2.1.2.3 do RA 201203151. Em consequência esta recomendação passará a ser monitorada no PPP 201203151 e será considerada, para efeitos de registro no Sistema, como atendida para o PPP 201108926.

Síntese dos Resultados Obtidos

-

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Não foram identificados fatores positivos e negativos

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
58	201108926	Item 3.1.1.1 Rec. 001	22.019 /2011/CGU-R/SC

Órgão/Entidade Objeto da Recomendação	Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina	429

Descrição da Recomendação

Avaliar caso a caso os empenhos inscritos em 31/12/2010 em Restos a Pagar Não Processados, a fim de proceder à devida anulação e readequação orçamentária quando cabíveis.

Providências Adotadas

Sector Responsável pela Implementação	Código SIORG
Secretaria de Planejamento e Finanças	97297
Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento	97297

Síntese da Providência Adotada

Na Solicitação de Auditoria 201103023/12, a CGU-R/SC apresenta como STATUS ATUAL DA RECOMENDAÇÃO: “Reiterada pela não implementação plena pela Unidade”, com a seguinte análise: “Em sua manifestação os gestores informam que até 31.12.2011 os empenhos inscritos em RP serão analisados. Assim, após esta data a situação será verificada para atestar a regularidade das medidas adotadas.”.

Posição em 17/02/2012, informada no Plano de Providências preenchido e encaminhado à CGU-R/SC por meio do Ofício nº 46/2012/GR, de 22/02/2012:

Informação prestada pela Secretaria de Planejamento e Finanças

Durante o exercício de 2011 foram anulados os empenhos inscritos em restos a pagar referente aos exercícios de 2007, 2008 e 2009, exceto os empenhos 2009NE900177 e 2009NE906970, referentes aos contratos de obras e projetos de engenharia que ainda estão em andamento, conforme comprova Conrazaio da conta 295110100 (anexo).

Os empenhos do exercício de 2010, não processados terão validade até 30/06/2012 conforme o Decreto 7.654/2011.

Manifestação da CGU-R/SC na última atualização do Plano de Providências:

A informação prestada pelos gestores foi confirmada em consulta feita ao Siafi Gerencial em 23/03/2012. Dessa forma, a recomendação foi considerada atendida.

Síntese dos Resultados Obtidos			
Informação da PROPLAN:			
Todos os recursos inscritos nos restos a pagar foram devidamente cancelados, nos termos da Legislação.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Informação da PROPLAN:			
A PROPLAN, especialmente o seu DCF, visando a aprimorar a gestão financeira e contábil dos da UFSC, está gestionando junto aos ordenadores de despesas da Universidade de forma a orientá-los quanto as suas responsabilidades, inclusive dos restos a pagar.			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
59	201108926	Item 5.1.1.1 Rec. 002	22.019 /2011/CGU-R/SC
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Que sejam refeitos os cálculos do pagamento da vantagem do Art. 192, II da Lei 8.112/90 para os demais servidores que a percebem.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Desenvolvimento Humano e Social			26115
Secretaria de Gestão de Pessoas			26115
Síntese da Providência Adotada			
Na Solicitação de Auditoria 201103023/12, a CGU-R/SC apresenta como STATUS ATUAL DA RECOMENDAÇÃO: “Reiterada – pendente de verificação pela CGU”, com a seguinte análise: “O atendimento da recomendação será testado na auditoria de avaliação da Gestão 2011.”.			
<u>Posição em 17/02/2012, informada no Plano de Providências preenchido e encaminhado à CGU-R/SC por meio do Ofício nº 46/2012/GR, de 22/02/2012:</u>			
Informação prestada pela Pró-Reitoria de Desenvolvimento Humano e Social			
Foram refeitos os cálculos de todos os servidores ocupantes do cargo de Professor Titular e dos servidores técnico-administrativos que percebem a vantagem do Art. 192, II da Lei 8.112/90.			
Manifestação da CGU-R/SC na última atualização do Plano de Providências:			
Recomendação atendida. Verificou-se que a Unidade cumpriu a recomendação.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Refeitos os cálculos do pagamento da vantagem do art. 192, II da Lei 8.112/90 para todos os servidores que a percebem			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
A adoção das providências deu-se de acordo com as rotinas estabelecidas.			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
60	201108926	Item 5.1.1.3 Rec. 001	22.019 /2011/CGU-R/SC
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Reenquadrar o servidor na Classe padrão a ele pertinente, bem como fazer revisão do enquadramento funcional dos demais Professores Titulares a fim de corrigir casos de preenchimento de cargo de Professor Titular preenchido sem concurso público de provas e títulos.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Desenvolvimento Humano e Social			26115
Secretaria de Gestão de Pessoas			26115
Síntese da Providência Adotada			

Na Solicitação de Auditoria 201103023/12, a CGU-R/SC apresenta como STATUS ATUAL DA RECOMENDAÇÃO: “Reiterada – pendente de verificação pela CGU”, com a seguinte análise: “A UFSC não concorda com a constatação. O assunto deverá ser rediscutido junto aos gestores em trabalho futuro de auditoria na Unidade.”.

Posição em 17/02/2012, informada no Plano de Providências preenchido e encaminhado à CGU-R/SC por meio do Ofício nº 46/2012/GR, de 22/02/2012:

Informação prestada pela Pró-Reitoria de Desenvolvimento Humano e Social

O servidor de matrícula SIAPE 0100938 foi admitido e, 13 de maio de 1965, no cargo de Professor Titular. Em atendimento ao art. 25 do Decreto nº 85.487, de 11 de novembro de 1980, a UFSC, por meio da Portaria nº 416/GR/1981 enquadrando definitivamente os servidores docentes ocupantes de cargos/empregos, da Categoria Funcional do Magistério de Ensino Superior. A partir da edição do referido Decreto, o ingresso na classe Professor Titular, obedeceu rigorosamente a legislação em vigor, ou seja, mediante a aprovação em concurso público de provas e títulos.

Manifestação da CGU-R/SC na última atualização do Plano de Providências:

A UFSC não concorda com a constatação. O assunto deverá ser reavaliado junto aos gestores em trabalho futuro de auditoria na Unidade.

Síntese dos Resultados Obtidos

O enquadramento do servidor matrícula SIAPE 0100938 no cargo de Professor Titular ocorreu de acordo com a legislação vigente à época.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

O servidor foi enquadrado na Classe de Professor Titular em 1981, impossibilitando desta forma qualquer alteração no enquadramento.

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
61	201108926	Item 5.1.1.6 Rec. 002	22.019 /2011/CGU-R/SC

Órgão/Entidade Objeto da Recomendação	Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina	429

Descrição da Recomendação

Que se faça constar nos processos de admissão dos dois professores o parecer jurídico de que trata a recomendação anterior e que sejam encaminhados a esta CGU para análise após a inserção das respectivas fichas SISAC.

Providências Adotadas

Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Pró-Reitoria de Desenvolvimento Humano e Social	26115
Secretaria de Gestão de Pessoas	26115

Síntese da Providência Adotada

Na Solicitação de Auditoria 201103023/12, a CGU-R/SC apresenta como STATUS ATUAL DA RECOMENDAÇÃO: “Reiterada pela não implementação plena pela Unidade”, com a seguinte análise: “Pela manifestação apresentada pelos gestores, concluímos que a Procuradoria Federal ainda não apresentou sua análise. Assim, em momento futuro retomaremos a análise da recomendação.”.

Posição em 17/02/2012, informada no Plano de Providências preenchido e encaminhado à CGU-R/SC por meio do Ofício nº 46/2012/GR, de 22/02/2012:

Informação prestada pela Pró-Reitoria de Desenvolvimento Humano e Social

Em 21 de setembro de 2011, o DDPP/PRDHS encaminhou ao Pró-Reitor de Desenvolvimento Humano e Social o Memorando nº 417/DDPP/PRDHS/2011, solicitando que fosse encaminhada à Procuradoria Federal junto à UFSC, a seguinte orientação jurídica:

“1. A UFSC tem contratados, com fulcro na Lei nº 8.745/1993, dois professores visitantes com idade superior a 70 (setenta) anos.

2. Considerando a recomendação da Controladoria Geral da União – CGU acerca do assunto, solicitamos o encaminhamento à Procuradoria Federal junto à UFSC para orientações jurídicas quanto à legalidade destes contratos, haja vista que a Lei nº 8.745/1993 não fixa limite de idade para atividade de trabalho.”

Em resposta à consulta formulada no Memorando nº 417/DDPP/2011, a Procuradoria Federal junto à UFSC apresentou a seguinte manifestação:

“À consideração da Direção do DDPP:

O limite de idade de 70 anos para permanência no serviço público é determinado pela Constituição Federal, quando institui a aposentadoria compulsória ao servidor efetivo (art. 40. § 1.º II). Tal restrição não é encontrada no Regime Geral da Previdência Social, tratado na Lei nº 8.213/91.

Os Professores contratados segundo a Lei nº 8.745/1993 não ocupam cargos efetivos. São servidores temporários, e

vinculam-se ao Regime Geral da Previdência. Portanto, não estão sujeitos ao limite máximo de idade. Mas não estão isentos da obrigação da sujeição ao exame médico de admissão.

Impende-se ainda para ilustrar, que a aposentadoria compulsória está prevista, também, na Lei n.º 8.112/90 (art. 186, II), da qual a Lei n.º 8.745/93 acolheu, via art. 11, diversos dispositivos. Entretanto, não adotou o marco pertinente à idade de permanência.

Nilto Parma

Procurador-Chefe/UFSC

Em 12/01/2012”

Em 14/02/2012, o Coordenador de Desenvolvimento de Potencialização de Pessoas – DDPP/PRDHS/UFSC informou que a manifestação será anexada aos processos de contratação dos docentes em tela, os quais, após inclusão no SISAC, serão remetidos à apreciação da CGU-R/SC.

Manifestação da CGU-R/SC na atualização do Plano de Providências de out/2012:

Os gestores comprovam a emissão de parecer jurídico sobre o assunto e informam que o parecer será anexado aos processos de contratação dos docentes em tela, e que após inclusão no SISAC, serão remetidos à apreciação da CGU-R/SC. Dessa forma, a recomendação será considerada parcialmente atendida até que os processos sejam encaminhados à CGU.

Posição em out/2012, informada no Plano de Providências encaminhado à CGU-R/SC:

A SEGESP, conforme Memorando n.º 098/SEGESP/2012, informa que: Os processos em epígrafe deverão ser encaminhados à CGU em 30 dias.

Posição em dez/2012:

Foram anexados aos processos dos servidores os pareceres solicitados.

Síntese dos Resultados Obtidos

Foram providenciados os pareceres nos processos.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

A SEGESP adotou as providências pertinentes ao caso.

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
62	201108926	Item 5.2.2.1 Rec. 002	22.019 /2011/CGU-R/SC

Órgão/Entidade Objeto da Recomendação	Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina	429

Descrição da Recomendação

Em atendimento ao Artigo 12-A do Decreto n.º 5.992, de 19.12.2006, utilizar o SCDP para geração de todas as diárias da Unidade.

Providências Adotadas

Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Secretaria de Planejamento e Finanças	97297
Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento	97297
Pró-Reitoria de Desenvolvimento Humano e Social	26115
Secretaria de Gestão de Pessoas	26115

Síntese da Providência Adotada

Na Solicitação de Auditoria 201103023/12, a CGU-R/SC apresenta como STATUS ATUAL DA RECOMENDAÇÃO: “Reiterada – pendente de verificação pela CGU”, com a seguinte análise: “Pela manifestação apresentada pelos gestores, a princípio, a recomendação foi atendida e as diárias da UG estariam sendo integralmente geradas por meio do Sistema SCDP. Contudo, a situação carece de análise in loco, que deverá ser realizada no próximo trabalho de auditoria.”.

Posição em 17/02/2012, informada no Plano de Providências preenchido e encaminhado à CGU-R/SC por meio do Ofício n.º 46/2012/GR, de 22/02/2012:

Informação prestada pela Pró-Reitoria de Desenvolvimento Humano e Social

A recomendação foi atendida e as diárias da UG estão sendo integralmente geradas por meio do Sistema SCDP.

Informação prestada pela Secretaria de Planejamento e Finanças

Reiteramos as informações contidas no plano de providência de setembro de 2011, que a partir de 02/05/2011, todos os recursos orçamentários do ano de 2011 referente a diárias inclusive de convênios/projetos/termo de descentralização passaram a ser feitos utilizando-se o Sistema de Concessão de Diárias e Passagens - SCDP.

Manifestação da CGU-R/SC na última atualização do último Plano de Providências:

Embora os gestores informem o atendimento da recomendação, há necessidade de verificação in loco pela auditoria.

Manifestação da PROPLAN em jan/13: Considera-se atendida, pois os recursos orçamentários da UFSC referente às diárias são executados, utilizando o sistema do SCDP.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Informação da PROPLAN: Execução, via SCDP, dos recursos orçamentários da UFSC na rubrica de diária.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Informação da PROPLAN: Inicialmente, as dificuldades encontradas estavam na arquitetura do sistema do SCDP, como os registros dos empenhos, por exemplo.			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
63	201108926	Item 6.1.1.1 Rec. 001	22.019 /2011/CGU-R/SC
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Manter as recomendações constantes da Nota de Auditoria 254283/01, até a sua implementação integral, quais sejam: 1) Promova, imediatamente, ampla e inequívoca pesquisa de mercado, buscando comprovar a regularidade dos preços contratados, oriundos do Pregão n.º 081/2010; 2) Até a conclusão de tal pesquisa, abstenha-se de contratar junto aos fornecedores em comento, utilizando as Atas de Registro de Preço vigentes, salvo situações emergenciais e urgentes. Neste caso, deverá demonstrar, formalmente, a situação excepcional que justifica a aquisição; 3) Abstenha-se de autorizar adesão às Atas sob comento, até que seja comprovada a regularidade dos preços contratados; 4) Caso os preços contratados apresentem-se acima dos valores de mercado, rescinda a Ata de Registro de Preços; 5) Encaminhe à CGU-R/SC comprovação das medidas adotadas.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Infraestrutura			26114
Pró-Reitoria de Administração			26114
Síntese da Providência Adotada			
Na Solicitação de Auditoria 201103023/12, a CGU-R/SC apresenta como STATUS ATUAL DA RECOMENDAÇÃO: <i>“Reiterada pela não implementação plena pela Unidade”, com a seguinte análise: “A situação identificada pela CGU-R/SC configura, em princípio, conduta irregular dos licitantes. Os gestores demonstram em sua manifestação que adotaram as medidas necessárias para evitar dano ao Erário. Demonstram, ainda, que as medidas visando a avaliar a conduta dos licitantes foram iniciadas, porém ainda não foram concluídas. Assim, cabe acompanhar a situação até sua conclusão. Informar a situação atual de atendimento desta recomendação.”</i> <u>Posição em 17/02/2012, informada no Plano de Providências preenchido e encaminhado à CGU-R/SC por meio do Ofício nº 46/2012/GR, de 22/02/2012:</u> <u>Informação prestada Pela Pró-Reitoria de Infraestrutura</u> Após concluído o processo administrativo disciplinar a Empresa Reuter Gráficos Editores Ltda sofreu a penalidade de impedimento de licitar e contratar com a União, pelo período de 2 (dois) anos, com o descredenciamento do SICAF pelo mesmo período.(Portaria nº 218/PROINFRA/2012-Anexo). Através do Mandado de Segurança nº 5004001-18-2011.404.7207/SC foi concedido Liminar Antecipada de Tutela, pelo Juiz Federal Substituto Dr. Gustavo Dias de Barcellos, em favor da Empresa Reuter, suspendendo a penalidade aplicada à impetrante.(anexo) <u>Manifestação da CGU-R/SC na última atualização do Plano de Providências:</u> Os gestores adotaram as medidas cabíveis que a situação requeria. Recomendação atendida.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Adotadas as medidas cabíveis. Recomendação atendida.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não foram identificados fatores positivos e negativos			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida

64	201108926	Item 6.1.1.1 Rec. 002	22.019 /2011/CGU-R/SC
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Com base nos Artigos 87 e 88 da Lei n.º 8.666/93, adotar as medidas cabíveis no sentido de penalizar as empresas Reuter Gráficos Editores Ltda. (CNPJ 82.583.220/0001-50) e Meridian Assessoria Técnica Ltda. - EPP (CNPJ 10.378.110/0001-45), em vista da conduta inidônea na licitação.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Infraestrutura			26114
Pró-Reitoria de Administração			26114
Síntese da Providência Adotada			
<p>Na Solicitação de Auditoria 201103023/12, a CGU-R/SC apresenta como STATUS ATUAL DA RECOMENDAÇÃO: “Reiterada pela não implementação plena pela Unidade”, com a seguinte análise: “A situação identificada pela CGU-R/SC configura, em princípio, conduta irregular dos licitantes. Os gestores demonstram em sua manifestação que adotaram as medidas necessárias para evitar dano ao Erário. Demonstram, ainda, que as medidas visando a avaliar a conduta dos licitantes foram iniciadas, porém ainda não foram concluídas. Assim, cabe acompanhar a situação até sua conclusão. Informar a situação atual de atendimento desta recomendação.”</p> <p><u>Posição em 17/02/2012, informada no Plano de Providências preenchido e encaminhado à CGU-R/SC por meio do Ofício nº 46/2012/GR, de 22/02/2012:</u></p> <p><u>Informação prestada Pela Pró-Reitoria de Infraestrutura</u></p> <p>Após concluído o processo administrativo disciplinar a Empresa Reuter Gráficos Editores Ltda sofreu a penalidade de impedimento de licitar e contratar com a União, pelo período de 2 (dois) anos, com o descredenciamento do SICAF pelo mesmo período.(Portaria nº 218/PROINFRA/2012-Anexo). Através do Mandado de Segurança nº 5004001-18-2011.404.7207/SC foi concedido Liminar Antecipada de Tutela, pelo Juiz Federal Substituto Dr. Gustavo Dias de Barcellos, em favor da Empresa Reuter, suspendendo a penalidade aplicada à impetrante.(anexo)</p> <p><u>Manifestação da CGU-R/SC na última atualização do Plano de Providências:</u></p> <p>Os gestores adotaram as medidas cabíveis que a situação requeria. Recomendação atendida.</p>			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Adotadas as medidas cabíveis. Recomendação atendida.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não foram identificados fatores positivos e negativos			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
65	201108926	Item 6.1.1.1 Rec. 003	22.019 /2011/CGU-R/SC
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Adotar as medidas necessárias para ressarcimento, ou compensação, dos valores pagos às empresas contratadas, caso configurado contratação com valores acima dos preços de mercado.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Infraestrutura			26114
Pró-Reitoria de Administração			26114
Síntese da Providência Adotada			
<p>Na Solicitação de Auditoria 201103023/12, a CGU-R/SC apresenta como STATUS ATUAL DA RECOMENDAÇÃO: “Reiterada pela não implementação plena pela Unidade”, com a seguinte análise: “A situação identificada pela CGU-R/SC configura, em princípio, conduta irregular dos licitantes. Os gestores demonstram em sua manifestação que adotaram as medidas necessárias para evitar dano ao Erário. Demonstram,</p>			

ainda, que as medidas visando a avaliar a conduta dos licitantes foram iniciadas, porém ainda não foram concluídas. Assim, cabe acompanhar a situação até sua conclusão.

Informar a situação atual de atendimento desta recomendação.”

Posição em 17/02/2012, informada no Plano de Providências preenchido e encaminhado à CGU-R/SC por meio do Ofício nº 46/2012/GR, de 22/02/2012:

Informação prestada Pela Pró-Reitoria de Infraestrutura

Após concluído o processo administrativo disciplinar a Empresa Reuter Gráficos Editores Ltda sofreu a penalidade de impedimento de licitar e contratar com a União, pelo período de 2 (dois) anos, com o descredenciamento do SICAF pelo mesmo período.(Portaria nº 218/PROINFRA/2012-Anexo). Através do Mandado de Segurança nº 5004001-18-2011.404.7207/SC foi concedido Liminar Antecipada de Tutela, pelo Juiz Federal Substituto Dr. Gustavo Dias de Barcellos, em favor da Empresa Reuter, suspendendo a penalidade aplicada à impetrante.(anexo)

Manifestação da CGU-R/SC na última atualização do Plano de Providências:

Os gestores adotaram as medidas cabíveis que a situação requeria. Recomendação atendida.

Síntese dos Resultados Obtidos

Adotadas as medidas cabíveis. Recomendação atendida.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Não foram identificados fatores positivos e negativos

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
66	201108926	Item 6.1.1.1 Rec. 004	22.019 /2011/CGU-R/SC

Órgão/Entidade Objeto da Recomendação	Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina	429

Descrição da Recomendação

Instruir processo administrativo específico para apuração e acompanhamento da irregularidade constatada.

Providências Adotadas

Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Pró-Reitoria de Infraestrutura	26114
Pró-Reitoria de Administração	26114

Síntese da Providência Adotada

Na Solicitação de Auditoria 201103023/12, a CGU-R/SC apresenta como STATUS ATUAL DA RECOMENDAÇÃO: “Reiterada pela não implementação plena pela Unidade”, com a seguinte análise: “A situação identificada pela CGU-R/SC configura, em princípio, conduta irregular dos licitantes. Os gestores demonstram em sua manifestação que adotaram as medidas necessárias para evitar dano ao Erário. Demonstram, ainda, que as medidas visando a avaliar a conduta dos licitantes foram iniciadas, porém ainda não foram concluídas. Assim, cabe acompanhar a situação até sua conclusão.

Informar a situação atual de atendimento desta recomendação.”

Posição em 17/02/2012, informada no Plano de Providências preenchido e encaminhado à CGU-R/SC por meio do Ofício nº 46/2012/GR, de 22/02/2012:

Informação prestada Pela Pró-Reitoria de Infraestrutura

Após concluído o processo administrativo disciplinar a Empresa Reuter Gráficos Editores Ltda sofreu a penalidade de impedimento de licitar e contratar com a União, pelo período de 2 (dois) anos, com o descredenciamento do SICAF pelo mesmo período.(Portaria nº 218/PROINFRA/2012-Anexo). Através do Mandado de Segurança nº 5004001-18-2011.404.7207/SC foi concedido Liminar Antecipada de Tutela, pelo Juiz Federal Substituto Dr. Gustavo Dias de Barcellos, em favor da Empresa Reuter, suspendendo a penalidade aplicada à impetrante.(anexo)

Manifestação da CGU-R/SC na última atualização do Plano de Providências:

Os gestores adotaram as medidas cabíveis que a situação requeria. Recomendação atendida.

Síntese dos Resultados Obtidos

Adotadas as medidas cabíveis. Recomendação atendida.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Não foram identificados fatores positivos e negativos

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
67	201108926	Item 6.1.1.2 Rec.	22.019 /2011/CGU-R/SC

		001	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Implementar levantamento completo com diagnóstico da reais necessidades de cada imóvel da Instituição quanto à execução de serviços de reforma e manutenção predial, estabelecendo uma estrutura gerencial que dê atendimento eficaz às demandas por obras, reformas e manutenção predial na UFSC;			
Providências Adotadas			
Sector Responsável pela Implementação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Infraestrutura			26114
Pró-Reitoria de Administração			26114
Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento			97297
Síntese da Providência Adotada			
<p>Na Solicitação de Auditoria 201103023/12, a CGU-R/SC apresenta como STATUS ATUAL DA RECOMENDAÇÃO: “Reiterada pela não implementação plena pela Unidade”, com a seguinte análise: “A UG manifesta que adotou medidas necessárias para aprimoramento dos procedimentos de contratação de serviços de engenharia ou reforma. Porém, indica que as medidas estarão concluídas em 31.12.2011, motivo pelo qual serão verificadas no futuro.</p> <p>Informar a situação atual de cumprimento desta recomendação.”.</p> <p><u>Posição em 17/02/2012, informada no Plano de Providências preenchido e encaminhado à CGU-R/SC por meio do Ofício nº 46/2012/GR, de 22/02/2012:</u></p> <p><u>Informação prestada Pela Pró-Reitoria de Infraestrutura</u></p> <p>Foram realizados os levantamentos com diagnósticos de necessidades em, aproximadamente, 80% das edificações do Campus Reitor João David Ferreira Lima (Florianópolis), priorizando a execução dos serviços nos casos em que ocorriam danos ao patrimônio da instituição. Nestes casos, foram elaborados os projetos, memoriais de especificações e planilhas orçamentárias com custos unitários, para posterior processo licitatório (conforme os documentos comprobatórios juntados no ANEXO II)</p> <p><u>Manifestação da CGU-R/SC na última atualização do último Plano de Providências:</u></p> <p>Os gestores informam as medidas adotadas visando o cumprimento da recomendação. Tais medidas deverão ser avaliadas em trabalho futuro de auditoria na Unidade, razão pela qual a recomendação permanece na situação de reiterada.</p> <p><u>Manifestação da PROPLAN em jan/13:</u></p> <p>Consideramos a solicitação atendida, pois a contratação de serviços de engenharia e reformas, realizada pelo DOMP e DPAE, objetiva atender as demandas dos diversos Campi da UFSC. A consolidação das diferentes demandas em único processo licitatório prevê a economicidade. As demandas são identificadas de forma antecipada, para instrução da licitação, principalmente de seus quantitativos. No entanto, quando se trata de reformas de manutenções rotineiras, considera-se a demanda histórica dessas manutenções e estima-se na licitação o quantitativo que atenderá durante o período de um ano as demandas das unidades da UFSC.</p> <p>No intuito de manter o aperfeiçoamento constante das ações, o Departamento de Obras e Manutenção Predial estipulou no seu planejamento de 2012-2013 o plano de “estruturação de indicadores de desempenho e avaliação dos serviços de manutenção, obras e reformas”.</p>			
Síntese dos Resultados Obtidos			
<u>Informação da PROPLAN:</u>			
Atas de Registro de Preços disponíveis de diversos serviços de manutenção, de forma a atender toda a UFSC, com base em diagnóstico de demandas de manutenção, previamente realizado.			
<u>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</u>			
<u>Informação da PROPLAN:</u>			
Favoreceram ao atendimento da recomendação, a adesão ao SINAPI, bem como a estruturação do setor de orçamento do DPAE e a lotação de novos servidores no DOMP.			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
68	201108926	Item 6.1.1.2 Rec. 004	22.019 /2011/CGU-R/SC
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429

Descrição da Recomendação			
Estabelecer, para todas as áreas da Instituição, a exigência de que todas as aquisições tenham a prévia demonstração da real necessidade baseada em estudo/levantamento da necessidade quanto à quantidade e qualidade dos produtos /serviços, ou ainda baseando-se em série histórica;			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Infraestrutura			26114
Pró-Reitoria de Administração			26114
Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento			97297
Síntese da Providência Adotada			
Na Solicitação de Auditoria 201103023/12, a CGU-R/SC apresenta como STATUS ATUAL DA RECOMENDAÇÃO: “Reiterada pela não implementação plena pela Unidade”, com a seguinte análise: “A UG manifesta que adotou medidas necessárias para aprimoramento dos procedimentos de contratação de serviços de engenharia ou reforma. Contudo, a recomendação se destina às contratações realizadas por todas as áreas da Unidade. Caberá em trabalhos futuros a verificação da efetividade das medidas adotadas, motivo pelo qual a recomendação ficará sobrestada.”.			
<u>Posição em 17/02/2012, informada no Plano de Providências preenchido e encaminhado à CGU-R/SC por meio do Ofício nº 46/2012/GR, de 22/02/2012:</u>			
Informação prestada Pela Pró-Reitoria de Infraestrutura			
Ratificamos a informação de que o DOMP vem adotando as recomendações da CGU.			
Manifestação da CGU-R/SC na última atualização do último Plano de Providências:			
A efetividade das medidas adotadas pelos gestores para cumprimento da recomendação deverá ser avaliada em trabalho futuro de auditoria na Unidade, razão pela qual a recomendação permanece na situação de reiterada.			
Manifestação da PROPLAN em jan/13:			
Consideramos a solicitação atendida, pois a contratação de serviços de engenharia e reformas, realizada pelo DOMP e DPAAE, objetiva atender as demandas dos diversos Campi da UFSC. A consolidação das diferentes demandas em único processo licitatório prevê a economicidade. As demandas são identificadas de forma antecipada, para instrução da licitação, principalmente de seus quantitativos. No entanto, quando se trata de reformas de manutenções rotineiras, considera-se a demanda histórica dessas manutenções e estima-se na licitação o quantitativo que atenderá durante o período de um ano as demandas das unidades da UFSC.			
No intuito de manter o aperfeiçoamento constante das ações, o Departamento de Obras e Manutenção Predial estipulou no seu planejamento de 2012-2013 o plano de “estruturação de indicadores de desempenho e avaliação dos serviços de manutenção, obras e reformas”.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Informação da PROPLAN:			
Atas de Registro de Preços disponíveis de diversos serviços de manutenção, de forma a atender toda a UFSC, com base em diagnóstico de demandas de manutenção, previamente realizado			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Informação da PROPLAN:			
Favoreceram ao atendimento da recomendação, a adesão ao SINAPI, bem como a estruturação do setor de orçamento do DPAAE e a lotação de novos servidores no DOMP.			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
69	201108926	Item 6.1.1.3 Rec. 001	22.019 /2011/CGU-R/SC
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Determinar, aos diversos setores da Instituição e especialmente às áreas técnicas de engenharia (ETUSC, PU e DOMP), a obrigatoriedade da elaboração prévia de planilha orçamentária de quantitativos e preços unitários para todas as licitações que objetivem execução de obras e serviços de engenharia, inclusive os serviços de reforma e manutenção predial.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG

Secretaria de Planejamento e Finanças		97297
Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento		97297
Pró-Reitoria de Infraestrutura		26114
Pró-Reitoria de Administração		26114
Síntese da Providência Adotada		
<p>Na Solicitação de Auditoria 201103023/12, a CGU-R/SC apresenta como STATUS ATUAL DA RECOMENDAÇÃO: “Reiterada – pendente de verificação pela CGU”, com a seguinte análise: “A Unidade informa que todos os procedimentos de contratação de serviços de engenharia e obras são instruídos com planilhas orçamentárias, identificando quantitativos e preços unitários e totais. Agora, caberá a esta CGU verificar em trabalhos futuros a eficácia das medidas adotadas, motivo pelo qual a constatação fica na condição de reiterada.”.</p> <p><u>Posição em 17/02/2012, informada no Plano de Providências preenchido e encaminhado à CGU-R/SC por meio do Ofício nº 46/2012/GR, de 22/02/2012:</u></p> <p><u>Informação prestada Pela Pró-Reitoria de Infraestrutura</u></p> <p>Ratificamos a informação de que o DOMP vem adotando as recomendações da CGU.</p> <p><u>Informação prestada pela Secretaria de Planejamento e Finanças</u></p> <p>A Unidade vem adotando as recomendações da CGU nas novas demandas.</p> <p><u>Manifestação da CGU-R/SC na última atualização do Plano de Providências:</u></p> <p>A Unidade informa que todos os procedimentos de contratação de serviços de engenharia e obras são instruídos com planilhas orçamentárias, identificando quantitativos e preços unitários e totais. No entanto, tal não foi a situação identificada na auditoria de avaliação da gestão 2011 (ver item 2.1.1.4 do RA 201203151, na parte que trata do cumprimento do item 1.6.1.10 do Acórdão TCU nº 2.498/2011 – 2ª Câmara, bem como item 7.2.2.2 do RA). Em consequência esta recomendação passará a ser monitorada no PPP 201203151 e será considerada, para efeitos de registro no Sistema, como atendida para o PPP 201108926.</p>		
Síntese dos Resultados Obtidos		
-		
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor		
<p><u>Informação da PROPLAN:</u></p> <p>Favoreceram ao atendimento da recomendação, a adesão ao SINAPI, bem como a estruturação do setor de orçamento do DPAE e a lotação de novos servidores no DOMP e DPAE.</p>		
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA
70	201108926	Item 6.1.1.3 Rec. 002
Comunicação Expedida		22.019 /2011/CGU-R/SC
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação		Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina		429
Descrição da Recomendação		
Promover ações de forma a dotar as áreas técnicas encarregadas dos serviços de obras e manutenção predial, do quantitativo necessário de servidores com perfil adequado às atividades, e identificar alternativas para realização das atividades técnicas de engenharia exigidas pela Lei de Licitações, caso a contratação de servidores se torne excessivamente demorada.		
Providências Adotadas		
Setor Responsável pela Implementação		Código SIORG
Pró-Reitoria de Infraestrutura		26114
Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento		97297
Secretaria de Planejamento e Finanças		97297
Síntese da Providência Adotada		
<p>Na Solicitação de Auditoria 201103023/12, a CGU-R/SC apresenta como STATUS ATUAL DA RECOMENDAÇÃO: “Reiterada pela não implementação plena pela Unidade”, com a seguinte análise: “Pela manifestação apresentada presume-se que a Unidade adotou medidas para atender à recomendação. Contudo, conforme consta de sua manifestação, as medidas estão em curso, com prazo de conclusão estimado em 31.12.2011, motivo pelo qual a recomendação será mantida como reiterada.</p> <p><i>Informar a situação atual de cumprimento desta recomendação.”.</i></p> <p><u>Posição em 17/02/2012, informada no Plano de Providências preenchido e encaminhado à CGU-R/SC por meio do Ofício nº 46/2012/GR, de 22/02/2012:</u></p> <p><u>Informação prestada Pela Pró-Reitoria de Infraestrutura</u></p> <p>O DOMP encaminhou à PRDHS em 04/11/2011 a necessidade de servidores para contratação para o quadro</p>		

permanente da área de arquitetura e engenharia para enfrentar a demanda de manutenção predial e fiscalização de obras da UFSC.

Informação prestada pela Secretaria de Planejamento e Finanças

O DPAE encaminhou à PRDHS em 05/11/2011 a necessidade de servidores para contratação para o quadro permanente da área de engenharia e arquitetura para enfrentar a demanda de projetos para construção de obras para a UFSC.

Posição em out/2012, informada no Plano de Providências encaminhado à CGU-R/SC:

A PROPLAN, conforme Memorando nº 69/PROPLAN/2012, informa que: tanto o Departamento de Obras e Manutenção Predial como o Departamento de Projetos de Arquitetura e Engenharia estão recebendo reforço em sua estrutura de pessoal desde maio de 2012. O reforço refere-se à lotação de novos servidores, tanto da área fim (engenharias e arquitetura) como de área meio (administrador), e à reorganização de suas estruturas funcionais com a disponibilização de funções gratificadas. Ainda no que se refere à especificação completa dos serviços em planilhas de quantitativos e custos unitários, além da lotação de mais dois servidores na área que é responsável por essa atividade, existe a previsão de mais um servidor, foi valorizado o setor em termos de função gratificada e está em fase de assinatura um Termo de Cooperação com a Caixa Econômica Federal visando a disponibilização e treinamento em modos avançados do SINAPI. Portanto, até o final de 2012, acredita-se que a recomendação seja atendida.

Síntese dos Resultados Obtidos

Informação da PROPLAN:

Em 09/12/2012 foi assinado Termo de Cooperação com a Caixa Econômica Federal para disponibilização de modos avançados do SINAPI, a ser utilizado pelo setor de orçamento do DPAE e, assim, atender a recomendação.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Informação da PROPLAN:

Favoreceram ao atendimento da recomendação, a adesão ao SINAPI, bem como a estruturação do setor de orçamento do DPAE, com a lotação de novo servidor.

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
71	201108926	Item 6.1.1.4 Rec. 001	22.019 /2011/CGU-R/SC

Órgão/Entidade Objeto da Recomendação	Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina	429

Descrição da Recomendação

Determinar aos diversos setores da Instituição e em especial às áreas técnicas de engenharia, a obrigatoriedade, nas licitações para contratação de obras e serviços de engenharia, inclusive os de reforma e manutenção predial, de elaboração de orçamentos em face ao contido no art. 6º, inciso IX, c/c o art. 7º, § 2º, inciso II, da Lei nº 8.666/1993, abstendo-se de prever serviços pagos por verba.

Providências Adotadas

Sector Responsável pela Implementação	Código SIORG
Secretaria de Planejamento e Finanças	97297
Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento	97297
Pró-Reitoria de Infraestrutura	26114
Pró-Reitoria de Administração	26114

Síntese da Providência Adotada

Na Solicitação de Auditoria 201103023/12, a CGU-R/SC apresenta como STATUS ATUAL DA RECOMENDAÇÃO: *“Reiterada – pendente de verificação pela CGU”, com a seguinte análise: “A Unidade informa que todos procedimentos de contratação de serviços de engenharia e obras são instruídos adequadamente, conforme recomendado. Agora, caberá a esta CGU verificar em trabalhos futuros a eficácia das medidas adotadas, motivo pelo qual a constatação fica na condição de reiterada.”.*

Posição em 17/02/2012, informada no Plano de Providências preenchido e encaminhado à CGU-R/SC por meio do Ofício nº 46/2012/GR, de 22/02/2012:

Informação prestada Pela Pró-Reitoria de Infraestrutura

Ratificamos a informação de que o DOMP vem adotando as recomendações da CGU.

Informação prestada pela Secretaria de Planejamento e Finanças

A Unidade vem adotando as recomendações da CGU nas novas demandas.

Manifestação da CGU-R/SC na última atualização do Plano de Providências:

A Unidade informa que todos os procedimentos de contratação de serviços de engenharia e obras são instruídos com planilhas orçamentárias, identificando quantitativos e preços unitários e totais. No entanto, tal não foi a situação identificada na auditoria de avaliação da gestão 2011 (ver item 2.1.1.4 do RA 201203151, na parte que trata do cumprimento do item 1.6.1.10 do Acórdão TCU nº 2.498/2011 – 2ª Câmara, bem como item 7.2.2.2 do RA). Em

consequência esta recomendação passará a ser monitorada no PPP 201203151 e será considerada, para efeitos de registro no Sistema, como atendida para o PPP 201108926.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
<u>Informação da PROPLAN:</u> A recomendação pode ser considerada atendida, pois a contratação de serviços de engenharia e reformas, realizada pelo DOMP e DPAE, que objetiva atender as demandas dos diversos Campi da UFSC e garantir a economicidade no processo licitatório, é subsidiada pela descrição dos quantitativos e custos, todos inclusive, sendo baseados no SINAPI.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
<u>Informação da PROPLAN:</u> Favoreceram ao atendimento da recomendação, a adesão ao SINAPI, bem como a estruturação do setor de orçamento do DPAE e a lotação de novos servidores no DOMP e DPAE.			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
72	201108926	Item 6.1.1.5 Rec. 001	22.019 /2011/CGU-R/SC
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Determinar a todas as áreas da Instituição e em especial aos setores técnicos de engenharia (ETUSC, Prefeitura Universitária e DOMP), que em todas as licitações para contratação de obras e serviços de engenharia, seja promovida a orçamentação dos custos utilizando-se como referencial as composições de custos de obras públicas contidos no SINAPI, de forma a evitar a ocorrência de sobrepreços ou preços inexequíveis.			
Providências Adotadas			
Sector Responsável pela Implementação			Código SIORG
Secretaria de Planejamento e Finanças			97297
Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento			97297
Pró-Reitoria de Infraestrutura			26114
Pró-Reitoria de Administração			26114
Síntese da Providência Adotada			
Na Solicitação de Auditoria 201103023/12, a CGU-R/SC apresenta como STATUS ATUAL DA RECOMENDAÇÃO: “Reiterada – pendente de verificação pela CGU”, com a seguinte análise: “A Unidade informa que todos os procedimentos de contratação de serviços de engenharia e obras são orçados com base no SINAPI ou na Tabela Pini. Agora, caberá a esta CGU verificar em trabalhos futuros a eficácia das medidas adotadas, motivo pelo qual a constatação fica na condição de reiterada.”.			
<u>Posição em 17/02/2012, informada no Plano de Providências preenchido e encaminhado à CGU-R/SC por meio do Ofício nº 46/2012/GR, de 22/02/2012:</u>			
<u>Informação prestada Pela Pró-Reitoria de Infraestrutura</u> Ratificamos a informação de que o DOMP vem adotando as recomendações da CGU.			
<u>Informação prestada pela Secretaria de Planejamento e Finanças</u> A Unidade vem adotando as recomendações da CGU nas novas demandas.			
<u>Manifestação da CGU-R/SC na última atualização do Plano de Providências:</u> Nos trabalhos de auditoria de avaliação da gestão 2011 foi constatado que nos processos que tramitam pelo Departamento de Obras e Manutenção Predial – DOMP, que não são muitos, realmente constata-se a existência de prática de elaboração de orçamento com base nos valores do SINAPI, no entanto, no caso das dispensas realizadas pelas diversas Unidades, não foi implementada rotina permanente e centralizada de forma a atender à determinação (item 2.1.1.4 do RA 201203151, na parte que trata do cumprimento do item 1.6.1.10 do Acórdão TCU nº 2.498/2011- 2ª Câmara, bem como item 7.2.2.2 do RA 201203151). Em consequência esta recomendação passará a ser monitorada no PPP 201203151 e será considerada, para efeitos de registro no Sistema, como atendida para o PPP 201108926.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
-			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não foram identificados fatores positivos e negativos			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
73	201108926	Item 6.1.1.6 Rec.	22.019 /2011/CGU-R/SC

		001	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Implementar, mediante envolvimento das áreas técnicas de engenharia da UFSC, a elaboração de instrumental técnico em que fique definido os padrões e especificações mínimos para obras e serviços de engenharia a serem executados no âmbito da Instituição.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Infraestrutura			26114
Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento			97297
Síntese da Providência Adotada			
Na Solicitação de Auditoria 201103023/12, a CGU-R/SC apresenta como STATUS ATUAL DA RECOMENDAÇÃO: “Reiterada – pendente de verificação pela CGU”, com a seguinte análise: “A Unidade informa que todos procedimentos de contratação de serviços de engenharia e obras são adequadamente instruídos, conforme recomendado. Agora, caberá a esta CGU verificar em trabalhos futuros a eficácia das medidas adotadas, motivo pelo qual a constatação fica na condição de reiterada.”.			
<u>Posição em 17/02/2012, informada no Plano de Providências preenchido e encaminhado à CGU-R/SC por meio do Ofício nº 46/2012/GR, de 22/02/2012:</u>			
<u>Informação prestada Pela Pró-Reitoria de Infraestrutura</u>			
Ratificamos a informação de que o DOMP vem adotando as recomendações da CGU.			
<u>Informação prestada pela Secretaria de Planejamento e Finanças</u>			
A Unidade vem adotando as recomendações da CGU nas novas demandas.			
<u>Manifestação da CGU-R/SC na última atualização do último Plano de Providências:</u>			
A Unidade informa que todos procedimentos de contratação de serviços de engenharia e obras são adequadamente instruídos, conforme recomendado. Agora, caberá a esta CGU verificar em trabalhos futuros a eficácia das medidas adotadas, motivo pelo qual a constatação fica na condição de reiterada.			
<u>Manifestação da PROPLAN em jan/2013:</u>			
A Unidade vem adotando as recomendações da CGU nas novas demandas.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
-			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não foram identificados fatores positivos e negativos			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
74	201108926	Item 6.1.1.6 Rec. 002	22.019 /2011/CGU-R/SC
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Abstenha-se de realizar licitações para realização de obras e serviços de engenharia em que não se estabeleça previamente os requisitos, padrões e especificações mínimas a serem observados na execução dos serviços contratados, em cumprimento ao disposto no inciso I do § 2º e II do Art. 7º da Lei de Licitações.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Infraestrutura			26114
Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento			97297
Síntese da Providência Adotada			
Na Solicitação de Auditoria 201103023/12, a CGU-R/SC apresenta como STATUS ATUAL DA RECOMENDAÇÃO: “Reiterada – pendente de verificação pela CGU”, com a seguinte análise: “A Unidade informa que todos procedimentos de contratação de serviços de engenharia e obras são adequadamente instruídos, conforme recomendado. Agora, caberá a esta CGU verificar em trabalhos futuros a eficácia das medidas adotadas,			

<i>motivo pelo qual a constatação fica na condição de reiterada.”.</i>			
<u>Posição em 17/02/2012, informada no Plano de Providências preenchido e encaminhado à CGU-R/SC por meio do Ofício nº 46/2012/GR, de 22/02/2012:</u>			
<u>Informação prestada Pela Pró-Reitoria de Infraestrutura</u>			
Ratificamos a informação de que o DOMP vem adotando as recomendações da CGU.			
<u>Informação prestada pela Secretaria de Planejamento e Finanças</u>			
A Unidade vem adotando as recomendações da CGU nas novas demandas.			
<u>Manifestação da CGU-R/SC na última atualização do último Plano de Providências:</u>			
A Unidade informa que todos procedimentos de contratação de serviços de engenharia e obras são adequadamente instruídos, conforme recomendado. Agora, caberá a esta CGU verificar em trabalhos futuros a eficácia das medidas adotadas, motivo pelo qual a constatação fica na condição de reiterada.			
<u>Manifestação da PROPLAN em jan/2013:</u>			
A Unidade vem adotando as recomendações da CGU nas novas demandas.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
-			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não foram identificados fatores positivos e negativos			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
75	201108926	Item 6.2.1.1 Rec. 001	22.019 /2011/CGU-R/SC
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Monitorar o atendimento às orientações expedidas, conforme consta no Ofício Circular 026/PROINFRA/2010, visando ao atendimento da legislação.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Infraestrutura			26114
Pró-Reitoria de Administração			26114
Síntese da Providência Adotada			
Na Solicitação de Auditoria 201103023/12, a CGU-R/SC apresenta como STATUS ATUAL DA RECOMENDAÇÃO: <i>“Reiterada – pendente de verificação pela CGU”, com a seguinte análise: “Em sua manifestação os gestores indicam que a recomendação passou a ser atendida a partir de 31.10.2011. Contudo, caberá análise, em trabalhos futuros, para verificar se nas dispensas de licitação constará a justificativa para aquisição.”.</i>			
<u>Posição em 17/02/2012, informada no Plano de Providências preenchido e encaminhado à CGU-R/SC por meio do Ofício nº 46/2012/GR, de 22/02/2012:</u>			
<u>Informação prestada Pela Pró-Reitoria de Infraestrutura</u>			
Tendo em vista dificuldades de acompanhamento, por parte do Diretor da DGPA, da tramitação dos processos de dispensa de licitação, foi encaminhado Memorando nº 4/DGPA/PROINFRA/2011 comunicando as Unidades de Ensino e Departamentos Administrativos que os processos de dispensa de licitação deverão ser encaminhados ao Departamento de Finanças contento os seguintes documentos:			
a) Memorando motivador (justificativa) da dispensa;			
b) 03 orçamentos;			
c) Solicitação de Nota de Empenho. (Mem 04/DGPA/2011 anexo)			
<u>Manifestação da CGU-R/SC na última atualização do último Plano de Providências:</u>			
Os gestores informam as medidas adotadas visando o cumprimento da recomendação. A efetividade de tais medidas deverá ser avaliada em trabalho futuro de auditoria na Unidade, razão pela qual a situação da recomendação permanece como reiterada.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
-			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não foram identificados fatores positivos e negativos			

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
76	201108926	Item 6.2.1.2 Rec. 001	22.019 /2011/CGU-R/SC
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Estabelecer, para todos os setores da Instituição, a obrigatoriedade de observância a procedimentos mínimos de formalização de processos de dispensas, mediante implantação de roteiro/chek-list com base nos requisitos da Lei n.º 8.666/93.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Infraestrutura			26114
Pró-Reitoria de Administração			26114
Síntese da Providência Adotada			
Na Solicitação de Auditoria 201103023/12, a CGU-R/SC apresenta como STATUS ATUAL DA RECOMENDAÇÃO: “Reiterada – pendente de verificação pela CGU”, com a seguinte análise: “Em sua manifestação os gestores indicam que a recomendação foi atendida. Contudo, caberá análise, em trabalhos futuros, para verificar a instrução processual adequada das dispensas de licitação da Unidade.”.			
<u>Posição em 17/02/2012, informada no Plano de Providências preenchido e encaminhado à CGU-R/SC por meio do Ofício nº 46/2012/GR, de 22/02/2012:</u>			
<u>Informação prestada Pela Pró-Reitoria de Infraestrutura</u>			
Ratificamos a informação de que a recomendação da CGU foi atendida.			
Informação contida no Plano de Providências, com posição em 29/09/2011:			
“ O estabelecimento da observância de critérios mínimos de formalização de processos de dispensa, foram encaminhados aos setores através do Ofício circular nº 026/PROINFRA/2010.”			
<u>Manifestação da CGU-R/SC na última atualização do Plano de Providências:</u>			
Nos trabalhos de auditoria de avaliação da gestão 2011 foi identificada fragilidade na fundamentação de dispensa/inexigibilidade, conforme exposto no item 7.1.2.3 do RA 201203151 e recomendação 03 do referido item. Em consequência esta recomendação passará a ser monitorada no PPP 201203151 e será considerada, para efeitos de registro no Sistema, como atendida para o PPP 201108926.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
-			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não foram identificados fatores positivos e negativos			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
77	201108926	Item 6.2.1.3 Rec. 003	22.019 /2011/CGU-R/SC
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Orientar os diversos setores da Instituição, a abster-se de realizar dispensas de licitação para aquisição de produtos e serviços que possam ser efetuados de forma global com planejamento prévio e centralização das aquisições, evitando-se o fracionamento das despesas;			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Infraestrutura			26114
Pró-Reitoria de Administração			26114
Síntese da Providência Adotada			
Na Solicitação de Auditoria 201103023/12, a CGU-R/SC apresenta como STATUS ATUAL DA RECOMENDAÇÃO: “Reiterada – pendente de verificação pela CGU”, com a seguinte análise: “Com base em sua manifestação, a Unidade entende que a recomendação foi atendida com o encaminhamento do Ofício as unidades			

administrativas da UFSC. Contudo, a recomendação visa a elidir a ocorrência de situações impróprias nas dispensas de licitação. Assim, a efetividade da medida adotada pelos gestores deverá ser aferida em futuros trabalhos de auditoria, ficando a recomendação reiterada.”.

Posição em 17/02/2012, informada no Plano de Providências preenchido e encaminhado à CGU-R/SC por meio do Ofício nº 46/2012/GR, de 22/02/2012:

Informação prestada Pela Pró-Reitoria de Infraestrutura

Ratificamos a informação de que a recomendação da CGU foi atendida.

Informação contida no Plano de Providências, com posição em 29/09/2011:

“ A PROINFRA encaminhou as unidades o Ofício Circular nº 004/PROINFRA/2011 solicitando que a recomendação da Controladoria Geral da União - CGU fosse atendida. (Ofício anexo).”

Manifestação da CGU-R/SC na última atualização do Plano de Providências:

Nos trabalhos de auditoria de avaliação da gestão 2011 foi verificada a reiteração da prática de fracionamento de despesas por dispensa de licitação, conforme item 7.2.2.1 do RA 201203151. Em consequência esta recomendação passará a ser monitorada no PPP 201203151 e será considerada, para efeitos de registro no Sistema, como atendida para o PPP 201108926.

Síntese dos Resultados Obtidos

-

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Não foram identificados fatores positivos e negativos

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
78	201108926	Item 6.2.1.3 Rec. 004	22.019 /2011/CGU-R/SC

Órgão/Entidade Objeto da Recomendação	Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina	429

Descrição da Recomendação

Determinar aos diversos Setores da Instituição, que evite a solicitação de orçamentos à empresas fornecedoras de materiais e serviços, de maneira informal (por telefone) e formalize o envio das requisições de propostas a partir de levantamento prévio promovido por pessoal qualificado da própria UFSC ou contratado;

Providências Adotadas

Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Pró-Reitoria de Infraestrutura	26114
Pró-Reitoria de Administração	26114

Síntese da Providência Adotada

Na Solicitação de Auditoria 201103023/12, a CGU-R/SC apresenta como STATUS ATUAL DA RECOMENDAÇÃO: “Reiterada – pendente de verificação pela CGU”, com a seguinte análise: “Com base em sua manifestação, a Unidade entende que a recomendação foi atendida com o encaminhamento do Ofício as unidades administrativas da UFSC. Contudo, a recomendação visa a elidir a ocorrência de situações impróprias nas dispensas de licitação. Assim, a efetividade da medida adotada pelos gestores deverá ser aferida em futuros trabalhos de auditoria, ficando a recomendação reiterada.”.

Posição em 17/02/2012, informada no Plano de Providências preenchido e encaminhado à CGU-R/SC por meio do Ofício nº 46/2012/GR, de 22/02/2012:

Informação prestada Pela Pró-Reitoria de Infraestrutura

Ratificamos a informação de que a recomendação da CGU foi atendida.

Informação contida no Plano de Providências, com posição em 29/09/2011:

“ A PROINFRA encaminhou as unidades o Ofício Circular nº 004/PROINFRA/2011 solicitando que a recomendação da Controladoria Geral da União - CGU fosse atendida. (Ofício anexo).”

Manifestação da CGU-R/SC na última atualização do último Plano de Providências:

A efetividade das medidas adotadas pelos gestores para cumprimento da recomendação deverá ser avaliada em trabalho futuro de auditoria na Unidade, razão pela qual a recomendação permanecerá na situação de reiterada.

Síntese dos Resultados Obtidos

-

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Não foram identificados fatores positivos e negativos

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
79	201108926	Item 6.2.2.1 Rec. 001	22.019 /2011/CGU-R/SC
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Quando da nomeação de fiscal de contrato, garantir que seja respeitada a segregação de funções e responsabilidades na gestão dos contratos, em atendimento ao Inciso IV, § 1º, do Artigo 12, do Decreto n.º 7.423/2010.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Infraestrutura			26114
Pró-Reitoria de Administração			26114
Síntese da Providência Adotada			
Na Solicitação de Auditoria 201103023/12, a CGU-R/SC apresenta como STATUS ATUAL DA RECOMENDAÇÃO: “Reiterada – pendente de verificação pela CGU”, com a seguinte análise: “A Unidade informa que a recomendação foi atendida. Contudo, agora, caberá a CGU atestar e efetividade das medidas, tarefa que deverá ser realizada em futuros trabalhos de auditoria, motivo pelo qual a recomendação ficará mantida como reiterada.”.			
<u>Posição em 17/02/2012, informada no Plano de Providências preenchido e encaminhado à CGU-R/SC por meio do Ofício nº 46/2012/GR, de 22/02/2012:</u>			
<u>Informação prestada Pela Pró-Reitoria de Infraestrutura</u>			
Ratificamos a informação de que a Pró-Reitoria de Infraestrutura vem adotando as recomendações da CGU.			
<u>Manifestação da CGU-R/SC na última atualização do último Plano de Providências:</u>			
O cumprimento da recomendação deverá ser verificado em trabalho futuro de auditoria na Unidade, razão pela qual a situação da recomendação permanece como reiterada.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
-			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não foram identificados fatores positivos e negativos			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
80	201108926	Item 6.2.3.1 Rec. 001	22.019 /2011/CGU-R/SC
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Manter controle efetivo sobre os prazos de apresentação de prestações de contas devidas pelas fundações de apoio contratadas;			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Infraestrutura			26114
Pró-Reitoria de Administração			26114
Síntese da Providência Adotada			
Na Solicitação de Auditoria 201103023/12, a CGU-R/SC apresenta como STATUS ATUAL DA RECOMENDAÇÃO: “Reiterada – pendente de verificação pela CGU”, com a seguinte análise: “Os gestores informam que o controle recomendado está sendo realizado pela Unidade. A existência desse(s) mecanismo(s) de controle será verificada em trabalho futuro de auditoria na Unidade.”.			
<u>Posição em 17/02/2012, informada no Plano de Providências preenchido e encaminhado à CGU-R/SC por meio do Ofício nº 46/2012/GR, de 22/02/2012:</u>			
<u>Informação prestada Pela Pró-Reitoria de Infraestrutura</u>			
Ratificamos a informação de que a Pró-Reitoria de Infraestrutura vem adotando as recomendações da CGU.			
Informação contida no Plano de Providências, com posição em 29/09/2011:			

<p>“ Está sendo realizado controle efetivo das prestações de contas e as Fundações de Apoio estão as entregando conforme os prazos contratuais ou conforme a solicitação da UFSC.”</p> <p><u>Manifestação da CGU-R/SC na última atualização do Plano de Providências:</u></p> <p>Embora os gestores informem que estão realizando controle efetivo das prestações de contas das fundações de apoio e que as mesmas estão entregando as prestações de contas conforme prazos contratuais, tal não foi a situação verificada na auditoria de avaliação da gestão 2011, conforme apontado no RA 201203151, item 2.1.2.4. Em consequência esta recomendação passará a ser monitorada no PPP 201203151 e será considerada, para efeitos de registro no Sistema, como atendida para o PPP 201108926.</p>			
Síntese dos Resultados Obtidos			
-			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não foram identificados fatores positivos e negativos			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
81	201108926	Item 6.2.3.1 Rec. 002	22.019 /2011/CGU-R/SC
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Adotar as medidas necessárias para que a apresentação ocorra tempestivamente, respeitando os prazos determinados.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Infraestrutura			26114
Pró-Reitoria de Administração			26114
Síntese da Providência Adotada			
<p>Na Solicitação de Auditoria 201103023/12, a CGU-R/SC apresenta como STATUS ATUAL DA RECOMENDAÇÃO: “Reiterada – pendente de verificação pela CGU”, com a seguinte análise: “Os gestores informam que o controle recomendado está sendo realizado pela Unidade. A existência desse(s) mecanismo(s) de controle será verificada em trabalho futuro de auditoria na Unidade.”.</p> <p><u>Posição em 17/02/2012, informada no Plano de Providências preenchido e encaminhado à CGU-R/SC por meio do Ofício nº 46/2012/GR, de 22/02/2012:</u></p> <p><u>Informação prestada Pela Pró-Reitoria de Infraestrutura</u></p> <p>Ratificamos a informação de que a Pró-Reitoria de Infraestrutura vem adotando as recomendações da CGU. Informação contida no Plano de Providências, com posição em 29/09/2011:</p> <p>“ As medidas já vêm sendo adotadas através de encaminhamento de ofícios as Fundações de Apoio, quando da ocorrência de atraso.”</p> <p><u>Manifestação da CGU-R/SC na última atualização do Plano de Providências:</u></p> <p>A recomendação não foi atendida conforme RA 201203151 (auditoria de avaliação da gestão 2011). Em consequência esta recomendação passará a ser monitorada no PPP 201203151 e será considerada, para efeitos de registro no Sistema, como atendida para o PPP 201108926.</p>			
Síntese dos Resultados Obtidos			
-			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não foram identificados fatores positivos e negativos			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
82	201108926	Item 6.2.4.1 Rec. 001	22.019 /2011/CGU-R/SC
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Encaminhar o Contrato 314/2009 à Procuradoria Federal solicitando análise e parecer acerca da regularidade das			

alterações promovidas à sua revelia;			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Infraestrutura			26114
Pró-Reitoria de Administração			26114
Síntese da Providência Adotada			
Na Solicitação de Auditoria 201103023/12, a CGU-R/SC apresenta como STATUS ATUAL DA RECOMENDAÇÃO: “Reiterada – pendente de verificação pela CGU”, com a seguinte análise: “Os gestores informam que a recomendação foi atendida, mas não apresentam comprovação documental sobre o posicionamento da Procuradoria Federal. Tal situação será verificada em trabalho futuro de auditoria.”.			
<u>Posição em 17/02/2012, informada no Plano de Providências preenchido e encaminhado à CGU-R/SC por meio do Ofício nº 46/2012/GR, de 22/02/2012:</u>			
<u>Informação prestada Pela Pró-Reitoria de Infraestrutura</u>			
Anexamos o parecer nº 243/WB/PG/2011, exarado pelo Procurador Dr. Walter Backes e aprovado pelo Dr. Nílto Parma, Procurador-Chefe, comprovando que a recomendação foi atendida.			
<u>Manifestação da CGU-R/SC na última atualização do Plano de Providências:</u>			
Foi realizada a análise da alteração pela Procuradoria Federal, conforme Parecer 243/WB/PG/2011. Recomendação atendida.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
-			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não foram identificados fatores positivos e negativos			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
83	201108926	Item 6.2.4.1 Rec. 002	22.019 /2011/CGU-R/SC
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Em casos futuros, abster-se de promover alterações nas minutas aprovadas pela Procuradoria Jurídica. Caso sejam necessárias, reencaminhar para análise e parecer acerca das alterações promovidas.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Infraestrutura			26114
Pró-Reitoria de Administração			26114
Síntese da Providência Adotada			
Na Solicitação de Auditoria 201103023/12, a CGU-R/SC apresenta como STATUS ATUAL DA RECOMENDAÇÃO: “Reiterada – pendente de verificação pela CGU”, com a seguinte análise: “O cumprimento da recomendação será verificado em trabalho futuro de auditoria na Unidade.”.			
<u>Posição em 17/02/2012, informada no Plano de Providências preenchido e encaminhado à CGU-R/SC por meio do Ofício nº 46/2012/GR, de 22/02/2012:</u>			
<u>Informação prestada Pela Pró-Reitoria de Infraestrutura</u>			
Ratificamos a informação de que a Pró-Reitoria de Infraestrutura vem adotando as recomendações da CGU.			
<u>Manifestação da CGU-R/SC na última atualização do Plano de Providências:</u>			
Os gestores informam que a recomendação vem sendo cumprida e na auditoria de avaliação da gestão 2011 não foi identificada a reincidência na falha apontada, razão pela qual considera-se a recomendação atendida.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
-			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não foram identificados fatores positivos e negativos			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida

84	201108926	Item 6.3.1.1 Rec. 001	22.019 /2011/CGU-R/SC
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Reforçar a orientação junto a todas as UGRs quanto à necessidade de alimentar e manter atualizado o SIASG.:			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Infraestrutura			26114
Pró-Reitoria de Administração			26114
Síntese da Providência Adotada			
<p>Na Solicitação de Auditoria 201103023/12, a CGU-R/SC apresenta como STATUS ATUAL DA RECOMENDAÇÃO: “Reiterada – pendente de verificação pela CGU”, com a seguinte análise: “Os gestores informam o atendimento da recomendação. A efetividade das orientações internas sobre a necessidade de atualização do SIASG será verificada em trabalho futuro de auditoria na Unidade.”.</p> <p><u>Posição em 17/02/2012, informada no Plano de Providências preenchido e encaminhado à CGU-R/SC por meio do Ofício nº 46/2012/GR, de 22/02/2012:</u></p> <p><u>Informação prestada Pela Pró-Reitoria de Infraestrutura</u></p> <p>Ratificamos a informação de que a Unidade vem adotando as recomendações da CGU.</p> <p>Informação contida no Plano de Providências, com posição em 29/09/2011:</p> <p>“ Foi encaminhado às UGRs o Ofício nº 178/PROINFRA/2011, solicitando que sejam atendidas as recomendações da CGU, conforme conta do Relatório de Auditoria Anual de Contas nº 201108926.”</p> <p><u>Manifestação da CGU-R/SC na última atualização do Plano de Providências:</u></p> <p>Embora os gestores informem o atendimento da recomendação, nos trabalhos de auditoria de avaliação da gestão 2011 foram identificadas falhas na atualização do SIASG. Dessa forma, o cumprimento desta recomendação será feito pelo Plano de Providências 201203151, relativo à gestão 2011.</p>			
Síntese dos Resultados Obtidos			
-			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não foram identificados fatores positivos e negativos			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
85	201108926	Item 6.3.1.2 Rec. 001	22.019 /2011/CGU-R/SC
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Reforçar as orientações sobre a necessidade de atualização do SIASG a todas as Unidades Gestoras Responsáveis encarregadas dos devidos registros.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Infraestrutura			26114
Pró-Reitoria de Administração			26114
Síntese da Providência Adotada			
<p>Na Solicitação de Auditoria 201103023/12, a CGU-R/SC apresenta como STATUS ATUAL DA RECOMENDAÇÃO: “Reiterada – pendente de verificação pela CGU”, com a seguinte análise: “Os gestores informam o atendimento da recomendação. A efetividade das orientações internas sobre a necessidade de atualização do SIASG será verificada em trabalho futuro de auditoria na Unidade.”.</p> <p><u>Posição em 17/02/2012, informada no Plano de Providências preenchido e encaminhado à CGU-R/SC por meio do Ofício nº 46/2012/GR, de 22/02/2012:</u></p> <p><u>Informação prestada Pela Pró-Reitoria de Infraestrutura</u></p> <p>Ratificamos a informação de que a Pró-Reitoria de Infraestrutura vem adotando as recomendações da CGU.</p>			

<p>Informação contida no Plano de Providências, com posição em 29/09/2011:</p> <p>“ Foi encaminhado às UGRs o Ofício nº 178/PROINFRA/2011, solicitando que sejam atendidas as recomendações da CGU, conforme conta do Relatório de Auditoria Anual de Contas nº 201108926.”</p> <p><u>Manifestação da CGU-R/SC na última atualização do Plano de Providências:</u></p> <p>Embora os gestores informem o atendimento da recomendação, tal não foi a situação verificada nos trabalhos de auditoria de avaliação da gestão 2011, conforme consta no item 6.2.1.1 do RA 201203151. Em consequência esta recomendação passará a ser monitorada no PPP 201203151 e será considerada, para efeitos de registro no Sistema, como atendida para o PPP 201108926.</p>			
Síntese dos Resultados Obtidos			
-			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não foram identificados fatores positivos e negativos			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
86	201108926	Item 7.1.1.1 Rec. 001	22.019 /2011/CGU-R/SC
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Com base no Acórdão TCU 2640/2007, recomendamos que a UFSC somente dê início a processos licitatórios para execução de obras e serviços quando dispuser de projeto básico que contemple o conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar a obra ou serviço, ou complexo de obras ou serviços objeto da licitação, elaborado com base nas indicações dos estudos técnicos preliminares que assegurem a viabilidade técnica do empreendimento e que possibilite a avaliação do custo da obra, a definição dos métodos e do prazo de execução, quantitativos e itens de serviços.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Infraestrutura			26114
Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento			97297
Secretaria de Planejamento e Finanças			97297
Síntese da Providência Adotada			
<p>Na Solicitação de Auditoria 201103023/12, a CGU-R/SC apresenta como STATUS ATUAL DA RECOMENDAÇÃO: “Reiterada – pendente de verificação pela CGU”, com a seguinte análise: “Os gestores consideram a recomendação atendida. O atendimento deverá ser verificado em trabalho futuro de auditoria na Unidade.”.</p> <p><u>Posição em 17/02/2012, informada no Plano de Providências preenchido e encaminhado à CGU-R/SC por meio do Ofício nº 46/2012/GR, de 22/02/2012:</u></p> <p><u>Informação prestada Pela Pró-Reitoria de Infraestrutura</u></p> <p>Ratificamos a informação de que a Unidade vem adotando as recomendações da CGU.</p> <p>Informação contida no Plano de Providências, com posição em 29/09/2011:</p> <p>“ A PROINFRA encaminhou as unidades o Ofício nº 177/PROINFRA/2011 solicitando que a recomendação da Controladoria Geral da União - CGU fosse atendida. (Ofício anexo).”</p> <p><u>Informação prestada pela Secretaria de Planejamento e Finanças</u></p> <p>A Unidade vem adotando as recomendações da CGU nas novas demandas..</p> <p>Informação contida no Plano de Providências, com posição em 29/09/2011:</p> <p>“ Em todos os processos licitatórios encaminhados pelo Departamento de Projetos de Arquitetura e Engenharia (DPAE) são juntados os projetos básicos e/ou executivos de todas as disciplinas pertinentes à edificação a ser construída (ex: arquitetura, estrutura, instalações elétricas, comunicação, hidro-sanitárias, prevenção de incêndio, gases, infraestrutura, etc.), assim como os respectivos Memoriais de Especificações de Materiais e Serviços, Orçamento e Cronograma Físico-Financeiro para sua execução.”</p> <p><u>Posição em out/2012, informada no Plano de Providências encaminhado à CGU-R/SC:</u></p> <p>A PROPLAN, conforme Memorando nº 69/PROPLAN/2012, informa que: estamos envidando esforços nos Departamentos de Projetos de Arquitetura e Engenharia e de Obras e Manutenção Predial de forma a garantir o efetivo atendimento das recomendações dos órgãos de controle. Diante da reiteração dessa constatação, esclarecemos que as contratações de serviços de arquitetura e engenharia, realizadas pelo DOMP e DPAE, estão sendo aperfeiçoadas. O aperfeiçoamento está ocorrendo por meio de adoção de novos procedimentos administrativos, da revisão do fluxo dos</p>			

processos, da lotação de um servidor com formação em administração e em direito para melhor instruir os processos, valorização da área responsável pelos orçamentos, com a lotação de pessoal e disponibilização de função gratificada, e também por meio de um Termo de Cooperação entre UFSC e Caixa Econômica Federal para disponibilização e treinamento dos modos avançados do SINAPI.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
-			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
<u>Informação da PROPLAN:</u> A PROPLAN, considera que as estruturas realizadas no DOMP e DPAAE, já referenciadas, contribuíram para o atendimento das solicitações da CGU.			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
87	201108926	Item 7.1.1.2 Rec. 001	22.019 /2011/CGU-R/SC
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Exigir em editais de licitações de obras a apresentação junto a proposta de preços, da composição detalhada do BDI aplicado pela empresa participante.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Secretaria de Planejamento e Finanças			97297
Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento			97297
Pró-Reitoria de Infraestrutura			26114
Síntese da Providência Adotada			
Na Solicitação de Auditoria 201103023/12, a CGU-R/SC apresenta como STATUS ATUAL DA RECOMENDAÇÃO: “Reiterada – pendente de verificação pela CGU”, com a seguinte análise: “Os gestores consideram a recomendação atendida. O atendimento deverá ser verificado em trabalho futuro de auditoria na Unidade.”.			
<u>Posição em 17/02/2012, informada no Plano de Providências preenchido e encaminhado à CGU-R/SC por meio do Ofício nº 46/2012/GR, de 22/02/2012:</u>			
<u>Informação prestada Pela Pró-Reitoria de Infraestrutura</u> Ratificamos a informação de que a Unidade vem adotando as recomendações da CGU. Informação contida no Plano de Providências, com posição em 29/09/2011: “ A PROINFRA encaminhou as unidades o Ofício nº 177/PROINFRA/2011 solicitando que a recomendação da Controladoria Geral da União - CGU fosse atendida. (Ofício anexo).”			
<u>Informação prestada pela Secretaria de Planejamento e Finanças</u> A Unidade vem adotando as recomendações da CGU nas novas demandas.. Informação contida no Plano de Providências, com posição em 29/09/2011: “ Essa exigência tem sido cumprida e acompanha todos os editais de processos licitatórios elaborados e encaminhados pelo Departamento de Projetos de Arquitetura e Engenharia (DPAAE).”			
<u>Manifestação da CGU-R/SC na última atualização do Plano de Providências:</u> Nas licitações realizadas em 2011, verificadas amostralmente na auditoria de avaliação da gestão 2011 não foi verificada reincidência da falha apontada. Concluímos que a recomendação foi atendida			
Síntese dos Resultados Obtidos			
<u>Informação da PROPLAN:</u> Recomendação considerada atendida, proporcionando maior transparência nos processos licitatórios, em especial nos orçamentos apresentados, bem como garantindo a economicidade das construções da UFSC.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
<u>Informação da PROPLAN:</u> Como fator positivo identificamos os ajustes estruturais realizados no DOMP e DPAAE.			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
88	201108926	Item 7.1.1.4 Rec. 001	22.019 /2011/CGU-R/SC

Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Promover o aditamento ao Contrato n.º 16/2009, substituindo o quantitativo do item 2.3 de "vb" para 93 m³ e aplicar ao item o preço unitário de mercado à época da licitação (ref. SINAPI), o que reduzirá o valor total do item de R\$ 274.100,00 (já pagos) para R\$ 128.236,53, sendo a diferença de R\$ 145.863,46 compensada a favor da UFSC em pagamentos futuros da obra.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Secretaria de Planejamento e Finanças			97297
Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento			97297
Pró-Reitoria de Infraestrutura			26114
Síntese da Providência Adotada			
Na Solicitação de Auditoria 201103023/12, a CGU-R/SC apresenta como STATUS ATUAL DA RECOMENDAÇÃO: <i>“Reiterada pela não implementação plena pela Unidade”, com a seguinte análise: “Os gestores informam que a recomendação foi atendida, mas não apresentam documentos comprobatórios de que o ajuste financeiro foi realizado junto à empresa contratada. Apresentar a comprovação da efetivação do ajuste.”.</i>			
<u>Posição em 17/02/2012, informada no Plano de Providências preenchido e encaminhado à CGU-R/SC por meio do Ofício nº 46/2012/GR, de 22/02/2012:</u>			
<u>Informação prestada Pela Pró-Reitoria de Infraestrutura</u>			
Encaminhamos anexo ao Plano de Providências a anulação do empenho n.º 2009900185 da empresa Salver Construtora e Incorporadora Ltda.			
<u>Manifestação da CGU-R/SC na última atualização do Plano de Providências:</u>			
Foi verificado nos trabalhos de acompanhamento da gestão 2011 (OS 201115132) que a Unidade de fato deixou de pagar o valor de R\$ 139.082,50 à empresa por considerá-lo indevido após levantamento realizado em virtude da recomendação da CGU. Recomendação atendida.			
<u>Manifestação da Proplan em jan/2013:</u>			
Foi encaminhado anexo ao Plano de Providências de 17/2/2012, o documento que comprova a anulação do empenho n.º 2009900185 da empresa Salver Construtora e Incorporadora Ltda.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
-			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
<u>Informação da PROPLAN:</u>			
Estruturação do DPAE e DOMP.			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
89	201108926	Item 7.1.1.4 Rec. 002	22.019 /2011/CGU-R/SC
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Abstenha-se de pagar novas medições apresentadas pela Empresa contratada enquanto não for aditado o contrato nos moldes acima descritos, sob pena de inexistir saldo suficiente à compensação devida.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Secretaria de Planejamento e Finanças			97297
Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento			97297
Pró-Reitoria de Infraestrutura			26114
Síntese da Providência Adotada			
Na Solicitação de Auditoria 201103023/12, a CGU-R/SC apresenta como STATUS ATUAL DA RECOMENDAÇÃO: <i>“Reiterada pela não implementação plena pela Unidade”, com a seguinte análise: “Os gestores informam que a recomendação foi atendida, mas não apresentam documentos comprobatórios de que o ajuste financeiro foi realizado junto à empresa contratada. Apresentar a comprovação da efetivação do ajuste.”.</i>			

<u>Posição em 17/02/2012, informada no Plano de Providências preenchido e encaminhado à CGU-R/SC por meio do Ofício nº 46/2012/GR, de 22/02/2012:</u>			
<u>Informação prestada Pela Pró-Reitoria de Infraestrutura</u>			
Encaminhamos anexo ao Plano de Providências a anulação do empenho n.º 2009900185 da empresa Salver Construtora e Incorporadora Ltda.			
<u>Manifestação da CGU-R/SC na última atualização do Plano de Providências:</u>			
Foi verificado nos trabalhos de acompanhamento da gestão 2011 (OS 201115132) que a Unidade de fato deixou de pagar o valor de R\$ 139.082,50 à empresa por considerá-lo indevido após levantamento realizado em virtude da recomendação da CGU. Recomendação atendida.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
<u>Informação da PROPLAN:</u>			
Recomendação considerada atendida pela CGU.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
<u>Informação da PROPLAN:</u>			
Estruturação do DPAE e DOMP.			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
90	201108926	Item 7.1.1.4 Rec. 003	22.019 /2011/CGU-R/SC
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Na elaboração de planilhas de quantitativos de novas obras ou serviços de engenharia, efetue a decomposição de todos os serviços, de forma que seja possível expressar a composição dos custos unitários, conforme previsto no art. 6º, inciso IX, c/c o art. 7º, § 2º, inciso II, da Lei nº 8.666/1993, abstendo-se de cotar itens por verba.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Secretaria de Planejamento e Finanças			97297
Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento			97297
Pró-Reitoria de Infraestrutura			26114
Síntese da Providência Adotada			
Na Solicitação de Auditoria 201103023/12, a CGU-R/SC apresenta como STATUS ATUAL DA RECOMENDAÇÃO: “Reiterada – pendente de verificação pela CGU”, com a seguinte análise: “Os gestores consideram a recomendação atendida. O atendimento deverá ser verificado em trabalho futuro de auditoria na Unidade.”.			
<u>Posição em 17/02/2012, informada no Plano de Providências preenchido e encaminhado à CGU-R/SC por meio do Ofício nº 46/2012/GR, de 22/02/2012:</u>			
<u>Informação prestada Pela Pró-Reitoria de Infraestrutura</u>			
Estamos encaminhando a documentação referente ao ajuste financeiro realizado entre a UFSC e a Empresa Salver no valor de R\$ 139.082,50. Em virtude do prazo da obra ter expirado em 25/09/2010 e a decisão da administração de suprimir o valor de R\$ 139.082,50 do contrato, ter ocorrido em 07/07/2011, não foi possível realizar o termo aditivo de supressão (apenas a anulação de parte do empenho neste valor, conforme os documentos comprobatório juntados no ANEXO I.			
<u>Informação prestada pela Secretaria de Planejamento e Finanças</u>			
A Unidade vem adotando as recomendações da CGU nas novas demandas.			
Informação contida no Plano de Providências, com posição em 29/09/2011:			
“ Todas as planilhas orçamentárias elaboradas ou aceitas pelo Departamento de Projetos de Arquitetura e Engenharia (DPAE) apresentam os valores unitários decompostas em Valor Unitário de Material e Valor Unitário de Mão de Obra.”			
<u>Manifestação da CGU-R/SC na última atualização do Plano de Providências:</u>			
Foi verificado nos trabalhos de acompanhamento da gestão 2011 que os orçamentos passaram a ser elaborados de forma mais detalhada, e não houve identificação de reincidência da falha apontada. Dessa forma, a recomendação foi considerada atendida.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
<u>Informação da PROPLAN:</u>			
Recomendação considerada atendida, proporcionando maior transparência nos processos licitatórios, em especial nos orçamentos apresentados, bem como garantindo a economicidade das construções da UFSC.			

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Informação da PROPLAN: Estruturação do DOMP e do DPAE facilitaram no atendimento da recomendação.			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
91	201108926	Const. 045 – Rec. 001	22.019 /2011/CGU-R/SC
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Dotar a Auditoria Interna de estrutura adequada, ampliando o quadro de servidores, possibilitando que a AudIn tenha condições de auxiliar no fortalecimento da gestão da UFSC.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Desenvolvimento Humano e Social			26115
Secretaria de Gestão de Pessoas			26115
Síntese da Providência Adotada			
Manifestação da CGU-R/SC na atualização do Plano de Providências em out/2012: Segundo informação da própria AUDIN, apesar dos incrementos no quadro, a sua composição ainda seria insuficiente para acompanhar a expansão física e orçamentária da Universidade. Recomendação não atendida.			
Posição em out/2012, informada no Plano de Providências encaminhado à CGU-R/SC: Informação da SEGESP: Encaminhamos anexo, resposta à Procuradoria Federal junto à UFSC, referente à Decisão Judicial ACP n.º 2009.72.00.009349-8, que nos impossibilita a contratação de novos servidores oriundos e classificados no Edital n.º 035/DDPP/2012. A demanda por servidores para compor a equipe da AudIn é considerada prioridade por esta gestão, sendo atendida tão logo se resolva a pendência judicial citada.			
Posição em dez/2012: Foram alocados dois servidores solicitados pela AUDIN/UFSC.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
-			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Foram admitidos servidores específicos para o setor.			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
92	201108926	Const. 047 – Rec. 001	22.019 /2011/CGU-R/SC
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Recomendamos à AudIn aperfeiçoar os registros formais do planejamento das auditorias realizadas, evidenciando a motivação para seleção das amostras analisadas.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Auditoria Interna			
Síntese da Providência Adotada			
Manifestação da CGU-R/SC na atualização do Plano de Providências em out/2012: A manifestação dos gestores não informa se a recomendação foi ou não atendida. A verificação do cumprimento dessa recomendação deverá ser realizada em trabalho específico de avaliação da unidade de auditoria interna.			
Posição em out/2012, informada no Plano de Providências encaminhado à CGU-R/SC: Ratificamos o posicionamento informado no Ofício nº 46/2012/GR, porém, quanto aos registros formais do planejamento das auditorias, esta AudIn tem buscado aperfeiçoar os trabalhos no sentido de atender as necessidades da gestão e dos órgãos de controle internos e externos, fazendo constar do relatório de auditoria, o planejamento e a motivação da amostra que compõe a análise. Desta forma, entendemos que a recomendação está sendo atendida.			
Síntese dos Resultados Obtidos			

A AudIn vem inserindo nos seus relatórios de auditoria, o planejamento e a motivação da amostra que compõe a análise.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Constante aperfeiçoamento dos servidores da AudIn, como fator positivo.			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
93	201108948	Item 1.1.3.2 Rec. 001	22.019 /2011/CGU-R/SC
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Redimensionar o quadro de servidores de carreira de TI com formação superior na área de forma a evitar a dependência externa de conhecimento em atividades estratégicas da gestão de TI da Unidade.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Hospital Universitário Professor Polydoro Ernani de São Thiago			15130
Síntese da Providência Adotada			
Na Solicitação de Auditoria 201103023/11, a CGU-R/SC apresenta como STATUS ATUAL DA RECOMENDAÇÃO: “Reiterada pela não implementação plena pela Unidade”, com a seguinte análise: “Os gestores informam as medidas que estão tomando para cumprimento da recomendação, o qual será verificado em trabalho futuro de auditoria.”.			
<u>Posição em 17/02/2012, informada no Plano de Providências preenchido e encaminhado à CGU-R/SC por meio do Ofício nº 46/2012/GR, de 22/02/2012:</u>			
<u>Informação prestada pela Direção Geral do Hospital Universitário</u>			
Esta ação vem sendo implementada ao longo de 2011, sendo que para abril/maio de 2012 pretendemos contratar via terceirização mais um profissional com conhecimento na área de gestão de TI. Esta área (Gestão de TI) conta atualmente com dois estagiários, um servidor do quadro permanente com formação em Gestão da Tecnologia da Informação, e que deverá iniciar especialização em Governança de TI a partir de meados de 2012. Conta também com uma servidora terceirizada com formação superior na área de administração. Outras áreas como Segurança, Telemática e Atendimento de Primeiro Nível, deverão ser viabilizadas através de processo licitatório, porém, ainda não conseguimos emitir Termos de Referência para apresentar os custos para Direção do HU. Cremos que esses estudos poderão ser apresentados entre abril/maio de 2012.			
<u>Manifestação da CGU-R/SC na última atualização do Plano de Providências:</u>			
Conforme manifestação da Unidade a recomendação ainda não foi atendida, situação comprovada na auditoria de avaliação da gestão 2011 (item 1.1.3.2 do RA 201203109). Em consequência, o cumprimento desta recomendação passará a ser monitorado no PPP 201203151 e a mesma será registrada como atendida no PPP 201108948 apenas para fins de registro no Sistema.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Prejudicado. Registrada pela CGU-R/SC como atendida no PPP 201108948 apenas para fins de registro no Sistema, já que será monitorada no PPP 201203109.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não foram identificados fatores positivos e negativos			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
94	201108948	Item 1.1.3.4 Rec. 001	22.019 /2011/CGU-R/SC
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Redimensionar o quadro de servidores de carreira de TI com formação superior na área de forma a evitar a dependência externa de conhecimento em atividades estratégicas da gestão de TI da Unidade.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código

			SIORG
Hospital Universitário Professor Polydoro Ernani de São Thiago Pró-Reitoria de Desenvolvimento Humano e Social Secretaria de Gestão de Pessoas			15130 26115 26115
Síntese da Providência Adotada			
Na Solicitação de Auditoria 201103023/11, a CGU-R/SC solicita que a UFSC atualize o Plano de Providências Permanente, com prazo fixado para encaminhamento à CGU-R/SC em 17/02/2012. <u>Posição em 17/02/2012, informada no Plano de Providências preenchido e encaminhado à CGU-R/SC por meio do Ofício nº 46/2012/GR, de 22/02/2012:</u> <u>Informação prestada pela Direção Geral do Hospital Universitário</u> Continuamos gerenciando junto ao DDPP/PRDHS, os servidores descritos na recomendação. Anexo, cópia requerimento de servidor da Diretoria de Administração. “Florianópolis, 08 de Novembro de 2011 Da: Diretoria de Administração do HU Para: Chefe da Divisão do Movimentação – DiM/DDPP/PRDHS/UFSC Referente: Necessidades de Pessoal da Diretoria de Administração Encaminhamos planilha contendo as necessidades de pessoal da Diretoria de Administração, conforme solicitado. Salientamos que tais dados estão justificados em decorrência de vacâncias, aposentadorias, demandas exigidas pela CGU, aumento de demandas e ampliações de serviços do HU. Atenciosamente, Adm. Nélio Francisco Schmitt Diretor Administrativo HU/UFSC” <u>Manifestação da CGU-R/SC na última atualização do Plano de Providências:</u> Conforme manifestação da Unidade a recomendação ainda não foi atendida, situação comprovada na auditoria de avaliação da gestão 2011 (item 1.1.3.2 do RA 201203109). Em consequência, o cumprimento desta recomendação passará a ser monitorado no PPP 201203151 e a mesma será registrada como atendida no PPP 201108948 apenas para fins de registro no Sistema.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
<u>Informação do HU:</u> Prejudicado. Registrada pela CGU-R/SC como atendida no PPP 201108948 apenas para fins de registro no Sistema, já que será monitorada no PPP 20203109.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não foram identificados fatores positivos e negativos			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
95	201108948	Item 1.1.3.5 Rec. 001	22.019 /2011/CGU-R/SC
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Estabelecer responsabilidades internas quanto à segurança da informação. Utilizar como referência a Norma NBR ISO/IEC 17799:2005, item 6.1.3, conforme determinação contida no item 9.1.1 do Acórdão TCU nº 1092/2007 - Plenário, em que o Tribunal tratou de situação análoga ocorrida em outra entidade.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Hospital Universitário Professor Polydoro Ernani de São Thiago			15130
Síntese da Providência Adotada			
Na Solicitação de Auditoria 201103023/11, a CGU-R/SC solicita que a UFSC atualize o Plano de Providências Permanente, com prazo fixado para encaminhamento à CGU-R/SC em 17/02/2012. <u>Posição em 17/02/2012, informada no Plano de Providências preenchido e encaminhado à CGU-R/SC por meio do Ofício nº 46/2012/GR, de 22/02/2012:</u> <u>Informação prestada pela Direção Geral do Hospital Universitário</u> Os estudos relativos ao entendimento desta norma e sua posterior adoção estão em andamento, sendo que deverão estar terminados até março de 2012. Sua implementação deve ser discutida no Comitê Gestor de TI. <u>Manifestação da CGU-R/SC na última atualização do Plano de Providências:</u>			

Conforme manifestação da Unidade a recomendação ainda não foi atendida, situação comprovada na auditoria de avaliação da gestão 2011 (item 1.1.3.3 do RA 201203109). Em consequência, o cumprimento desta recomendação passará a ser monitorado no PPP 201203151 e a mesma será registrada como atendida no PPP 201108948 apenas para fins de registro no Sistema.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Prejudicado. Registrada pela CGU-R/SC como atendida no PPP 201108948 apenas para fins de registro no Sistema, já que será monitorada no PPP 20203109.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não foram identificados fatores positivos e negativos			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
96	201108948	Item 1.1.3.5 Rec. 002	22.019 /2011/CGU-R/SC
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Elaborar, aprovar e divulgar Política de Segurança da Informação - PSI. Utilizar como referência a norma NBR ISO/IEC 17799:2005, item 5.1.1, conforme determinação contida no item 9.1.2 do Acórdão TCU nº 1092/2007 - Plenário, em que o Tribunal tratou de situação análoga ocorrida em outra entidade.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Hospital Universitário Professor Polydoro Ernani de São Thiago			15130
Síntese da Providência Adotada			
Na Solicitação de Auditoria 201103023/11, a CGU-R/SC solicita que a UFSC atualize o Plano de Providências Permanente, com prazo fixado para encaminhamento à CGU-R/SC em 17/02/2012.			
<u>Posição em 17/02/2012, informada no Plano de Providências preenchido e encaminhado à CGU-R/SC por meio do Ofício nº 46/2012/GR, de 22/02/2012:</u>			
<u>Informação prestada pela Direção Geral do Hospital Universitário</u>			
Cremos que a solução para este caso seria a mesma a ser adotada na recomendação 1.1.3.2, no entanto, considerando a atuação do Comitê Gestor, bem como o entendimento da NBR mencionada.			
<u>Manifestação da CGU-R/SC na última atualização do Plano de Providências:</u>			
Conforme manifestação da Unidade a recomendação ainda não foi atendida, situação comprovada na auditoria de avaliação da gestão 2011 (item 1.1.3.3 do RA 201203109). Em consequência, o cumprimento desta recomendação passará a ser monitorado no PPP 201203151 e a mesma será registrada como atendida no PPP 201108948 apenas para fins de registro no Sistema.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Prejudicado. Registrada pela CGU-R/SC como atendida no PPP 201108948 apenas para fins de registro no Sistema, já que será monitorada no PPP 20203109.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não foram identificados fatores positivos e negativos			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
97	201108948	Item 1.1.3.5 Rec. 003	22.019 /2011/CGU-R/SC
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Criar mecanismos para que as políticas e normas de segurança da informação se tornem conhecidas, acessíveis e observadas por todos os servidores e colaboradores da Unidade.			
Utilizar como referência a Norma NBR ISO/IEC 17799:2005, item 5.1.1, conforme determinação contida no item 9.1.4 do Acórdão TCU nº 1092/2007 - Plenário, em que o Tribunal tratou de situação análoga ocorrida em outra entidade.			
Providências Adotadas			

Sector Responsável pela Implementação			Código SIORG
Hospital Universitário Professor Polydoro Ernani de São Thiago			15130
Síntese da Providência Adotada			
Na Solicitação de Auditoria 201103023/11, a CGU-R/SC solicita que a UFSC atualize o Plano de Providências Permanente, com prazo fixado para encaminhamento à CGU-R/SC em 17/02/2012.			
<u>Posição em 17/02/2012, informada no Plano de Providências preenchido e encaminhado à CGU-R/SC por meio do Ofício nº 46/2012/GR, de 22/02/2012:</u>			
<u>Informação prestada pela Direção Geral do Hospital Universitário</u>			
A norma mencionada já se encontra publicada no site oficial da instituição. As licitações de aquisição de bens permanentes e de consumo estão sendo orientadas através da mencionada norma.			
<u>Manifestação da CGU-R/SC na última atualização do Plano de Providências:</u>			
Na auditoria de avaliação da gestão 2011 verificou-se a inexistência de uma política de segurança de informações na Unidade. O item 1.1.3.3 do RA 201203109 trata especificamente do assunto, em consequência, o cumprimento desta recomendação passará a ser monitorado no PPP 201203151 e a mesma será registrada como atendida no PPP 201108948 apenas para fins de registro no Sistema.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Prejudicado. Registrada pela CGU-R/SC como atendida no PPP 201108948 apenas para fins de registro no Sistema, já que será monitorada no PPP 20203109.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não foram identificados fatores positivos e negativos			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
98	201108948	Item 1.1.4.3 Rec. 002	22.019 /2011/CGU-R/SC
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Enquanto o PDTI não estiver devidamente formulado, providenciar a divulgação do conteúdo da Portaria SLTI/MP 02/2010 aos setores envolvidos com as aquisições e descartes de TI para a adoção prática das orientações ali contidas.			
Providências Adotadas			
Sector Responsável pela Implementação			Código SIORG
Hospital Universitário Professor Polydoro Ernani de São Thiago			15130
Síntese da Providência Adotada			
Na Solicitação de Auditoria 201103023/11, a CGU-R/SC apresenta como STATUS ATUAL DA RECOMENDAÇÃO: “Reiterada pela não implementação plena pela Unidade”, com a seguinte análise: “Os gestores informam as medidas que serão tomadas para cumprimento da recomendação, cuja conclusão está prevista para 31/10/2011. Informar a situação atual de cumprimento desta recomendação.”.			
<u>Posição em 17/02/2012, informada no Plano de Providências preenchido e encaminhado à CGU-R/SC por meio do Ofício nº 46/2012/GR, de 22/02/2012:</u>			
<u>Informação prestada pela Direção Geral do Hospital Universitário</u>			
A Portaria mencionada já se encontra publicada no site oficial da instituição.			
<u>Manifestação da CGU-R/SC na última atualização do Plano de Providências:</u>			
Os gestores comprovaram a divulgação da referida Portaria no portal da Unidade. Recomendação atendida.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Atendida.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não foram identificados fatores positivos e negativos			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
99	201108948	Item 2.1.1.1 Rec. 002	22.019 /2011/CGU-R/SC
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG

Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Em relação ao Contrato nº HU/070/2009: divulgar aos responsáveis pelos setores do Hospital as condições contratadas com a empresa Adservi (serviços, periodicidade, qualidade e quantidade contratados), bem como as obrigações da empresa e do Hospital na execução desse contrato.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Hospital Universitário Professor Polydoro Ernani de São Thiago			15130
Síntese da Providência Adotada			
<p>Na Solicitação de Auditoria 201103023/11, a CGU-R/SC apresenta como STATUS ATUAL DA RECOMENDAÇÃO: “Reiterada pela não implementação plena pela Unidade”, com a seguinte análise: “Os gestores informam que estão sendo tomadas medidas para implantar a recomendação feita pela CGU-R/SC, e que a implantação está prevista para ocorrer até 31/10/2011. Informar a situação atual de atendimento desta recomendação.”.</p> <p><u>Posição em 17/02/2012, informada no Plano de Providências preenchido e encaminhado à CGU-R/SC por meio do Ofício nº 46/2012/GR, de 22/02/2012:</u></p> <p><u>Informação prestada pela Direção Geral do Hospital Universitário</u></p> <p>Informo que elaboramos documento que foi encaminhado na semana de 02 a 06/01 para as unidades deste HU, atendendo as questões solicitadas.</p> <p>Conteúdo do 76/SZV/DMSG/11:</p> <p>DE: Serviço de Zeladoria e Vigilância-DMSG – HU - UFSC</p> <p>PARA: Chefias Setoriais/HU</p> <p>Prezado(a)s Senhor(a)s:</p> <p>Com o objetivo de manter a transparência dos processos geridos neste HU, levamos ao vosso conhecimento que, todas as informações contidas nos contratos de prestação de serviços contínuos (manutenção, limpeza e conservação, vigilância, etc) são de conhecimento público.</p> <p>Isto posto, o Serviço de Zeladoria e Vigilância está disponibilizando a minuta do contrato referente a prestação de serviços de limpeza e conservação juntamente com demais informações que julga necessário ao conhecimento das chefias. Para solicitar, basta mandar e-mail para: zeladoriah@hotmai.com . Tal medida visa melhor orientar e esclarecer as chefias quanto a um contrato que abrange todos os setores do HU. Saber o que estamos contratando e em que condições foi contratado o serviço é não somente um dever, como também uma obrigação de todos que dele se utilizam.</p> <p>Salientamos que os aditivos aos contratos de serviços terceirizados, assim como os seus históricos, estão disponíveis junto a gestão de contratos e podem ser solicitados através do ramal 8115, com Sr. Luiz Otávio ou Sr. Ramon.</p> <p>Informamos ainda que, o edital de licitação e seus anexos podem ser solicitados a CPL/HU (http://www.hu.ufsc.br/cpl/).</p> <p>Sendo o que tínhamos para o momento, agradecemos vossa atenção e colocamo-nos a inteira disposição para suscitar quaisquer dúvidas quanto aos serviços prestados pelo SZV/HU.Edson Carreirão Alves</p> <p>Chefe do Serviço do Serviço de Zeladoria e Vigilância DMSG/HU/UFSC”</p> <p><u>Manifestação da CGU-R/SC na última atualização do Plano de Providências:</u></p> <p>A Unidade apresentou documento de divulgação. Recomendação atendida.</p>			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Atendida.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não foram identificados fatores positivos e negativos			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
100	201108948	Item 2.1.1.1 Rec. 003	22.019 /2011/CGU-R/SC
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Em relação ao Contrato nº HU/070/2009: divulgar aos responsáveis pelos setores do Hospital o fiscal do contrato e o supervisor da empresa no HU, bem como abrir um canal de comunicação escrita entre eles e os setores (por exemplo, correio eletrônico), para recebimento de reclamações e sugestões, especificando as demandas que deverão ser encaminhadas a cada um deles (fiscal e supervisor).			

Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Hospital Universitário Professor Polydoro Ernani de São Thiago			15130
Síntese da Providência Adotada			
<p>Na Solicitação de Auditoria 201103023/11, a CGU-R/SC apresenta como STATUS ATUAL DA RECOMENDAÇÃO: “Reiterada pela não implementação plena pela Unidade”, com a seguinte análise: “Os gestores informam que estão sendo tomadas medidas para implantar a recomendação feita pela CGU-R/SC, e que a implantação está prevista para ocorrer até 31/10/2011. Informar a situação atual de atendimento desta recomendação.”.</p> <p><u>Posição em 17/02/2012, informada no Plano de Providências preenchido e encaminhado à CGU-R/SC por meio do Ofício nº 46/2012/GR, de 22/02/2012:</u></p> <p><u>Informação prestada pela Direção Geral do Hospital Universitário</u></p> <p>Situação em conformidade. Com abertura de um canal de reclamação e sugestões pelo endereço eletrônico: zeladoriah@hotmai.com e publicação de uma nota permanente na home page do HU, onde está informando fiscal, supervisor e ramais para contato.</p> <p><u>Manifestação da CGU-R/SC na última atualização do Plano de Providências:</u></p> <p>A Unidade promoveu a divulgação recomendada. Recomendação atendida.</p>			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Atendida.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não foram identificados fatores positivos e negativos			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
101	201108948	Item 3.1.1.1 Rec. 001	22.019 /2011/CGU-R/SC
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Avaliar caso a caso os empenhos inscritos em 31/12/2010 em Restos a Pagar Não Processados, a fim de proceder à devida anulação e readequação orçamentária quando cabíveis.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Secretaria de Planejamento e Finanças			97297
Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento			97297
Hospital Universitário Professor Polydoro Ernani de São Thiago			15130
Síntese da Providência Adotada			
<p>Informação constante do Plano de Providências Permanente, preenchido pela UFSC e apresentado à CGU-R/SC em 29/9/2011:</p> <p>Estamos avaliando todos os empenhos inscritos em 31/12/2010 em Restos a Pagar, para proceder sua utilização ou anulação.</p> <p>Na Solicitação de Auditoria 201103023/11, a CGU-R/SC apresenta como STATUS ATUAL DA RECOMENDAÇÃO: “Reiterada pela não implementação plena pela Unidade”, com a seguinte análise: “Os gestores informam que estão sendo tomadas medidas para implantar a recomendação feita pela CGU-R/SC, e que a implantação está prevista para ocorrer até 31/10/2011. Informar a situação atual de cumprimento desta recomendação.”.</p> <p>O prazo para a UFSC apresentar a atualização do Plano de Providências Permanente à CGU-R/SC, objeto desta Solicitação de Auditoria, expira-se em 17/02/2012.</p> <p><u>Manifestação da CGU-R/SC na última atualização do Plano de Providências:</u></p> <p>Comprovou-se, em consulta feita ao Siafi Gerencial em 23/03/2012 a inexistência de empenhos de anos anteriores a 2010 classificados em restos a pagar no exercício. Recomendação atendida.</p>			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Informação do HU:			
Atendida.			

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não foram identificados fatores positivos e negativos			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
102	201203109	Item 2.1.2.1 Rec. 001	Ofício 23307/2012/cgu-r/sc
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Finalizar a elaboração da Carta de Serviços ao Cidadão do HU nos moldes prescritos no artigo 11 do Decreto nº 6.932/2009, em especial o previsto em seu parágrafo 2º: "A Carta de Serviços ao Cidadão deverá trazer informações claras e precisas em relação a cada um dos serviços prestados, em especial as relacionadas com: I- o serviço oferecido; II- os requisitos, documentos e informações necessários para acessar o serviço; III – as principais etapas para processamento do serviço; IV – o prazo máximo para a prestação do serviço; V- a forma de prestação do serviço; VI- a forma de comunicação com o solicitante do serviço; e VII- os locais e formas de acessar o serviço."			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Hospital Universitário Professor Polydoro Ernani de São Thiago			15130
Síntese da Providência Adotada			
<u>Posição em out/2012, informada no Plano de Providências encaminhado à CGU-R/SC:</u>			
A versão preliminar da Carta de Serviços ao Cidadão foi revisada em abril/2012 e está disponibilizada na internet, podendo ser acessada através do link (www.hu.ufsc.br) na página inicial do portal do Hospital Universitário.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Atendida.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não foram identificados fatores positivos e negativos			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
103	201203109	Item 2.1.2.1 Rec. 002	Ofício 23307/2012/cgu-r/sc
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Incluir na página inicial do portal do HU (www.hu.ufsc.br) link para acesso à Carta de Serviços do Hospital.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Hospital Universitário Professor Polydoro Ernani de São Thiago			15130
Síntese da Providência Adotada			
<u>Posição em out/2012, informada no Plano de Providências encaminhado à CGU-R/SC:</u>			
Na página inicial do portal do Hospital Universitário (www.hu.ufsc.br) foi incluído um link para acesso à Carta de Serviços do Hospital (Carta de Serviços ao Cidadão).			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Atendida.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não foram identificados fatores positivos e negativos			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
104	201203109	Item 9.1.3.1 Rec. 001	Ofício 23307/2012/cgu-r/sc

Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Garantir os procedimentos de transferência de conhecimentos para servidores da Unidade referentes a produtos e serviços de TI terceirizados, mediante adequada elaboração de editais, previsão contratual expressa e fiscalização da execução do contrato.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Hospital Universitário Professor Polydoro Ernani de São Thiago			15130
Síntese da Providência Adotada			
<u>Posição em out/2012, informada no Plano de Providências encaminhado à CGU-R/SC:</u>			
O Serviço de Informática do HU já inclui nas licitações o seguinte texto: “TRANSFERÊNCIA DE CONHECIMENTO A transferência de conhecimento (mentoring) das soluções desenvolvidas pela CONTRATADA deverá ser viabilizada, sem ônus adicionais para o HU/UFSC, por meio de eventos específicos e baseados em documentos técnicos e/ou manuais específicos da solução desenvolvida para os profissionais indicados pelo HU/UFSC. O cronograma e horários dos eventos deverão ser previamente aprovados pelo HU/UFSC e deverão durar o tempo necessário para o correto e total aproveitamento dos participantes. O HU/UFSC indicará o período em que tais eventos deverão ser realizados bem como a sua duração e frequência. Também a empresa deverá escrever tutoriais das soluções apresentadas em relação ao atendimento associado ao objeto deste contrato disponibilizando sem custo a CONTRATANTE no sistema de Help-Desk.”			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Atendida.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não foram identificados fatores positivos e negativos			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
105	201203109	Item 13.1.2.2 Rec. 001	Ofício 23307/2012/cgu-r/sc
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Abster-se de efetuar exigências no Edital que restringem o caráter competitivo da licitação sem que sejam essenciais à prestação do serviço a ser contratado.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Hospital Universitário Professor Polydoro Ernani de São Thiago			15130
Síntese da Providência Adotada			
<u>Posição em out/2012, informada no Plano de Providências encaminhado à CGU-R/SC:</u>			
Em obediência ao inciso I do parágrafo 1º do Art. 30 da Lei 8.666/93 “...capacitação técnico-profissional: comprovação do licitante de possuir em seu quadro permanente, na data prevista para entrega da proposta, profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes, limitadas estas exclusivamente às parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto da licitação, vedadas as exigências de quantidades mínimas ou prazos máximos...”, foi suprimida tal exigência. Também foi alterada a redação do subitem 8.2 do edital, suprimindo a alínea que versa sobre a exigência de declaração da inexistência de vínculos comerciais. Quanto à exigência de comprovação de sede própria na região da Grande Florianópolis, foi adotada nova redação, de acordo com o Art. 68 da Lei 8.666/93 “... O contratado deverá manter preposto, aceito pela Administração, no local da obra ou serviço, para representá-lo na execução do contrato...”.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Atendida.			

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não foram identificados fatores positivos e negativos			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
106	201203109	Item 13.1.2.2 Rec. 002	Ofício 23307/2012/cgu-r/sc
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Promover um programa continuado de capacitação dos servidores responsáveis pela área de licitações a fim de que estes se mantenham permanentemente atualizados em relação à legislação vigente que envolve o setor.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Hospital Universitário Professor Polydoro Ernani de São Thiago			15130
Síntese da Providência Adotada			
<u>Posição em out/2012, informada no Plano de Providências encaminhado à CGU-R/SC:</u>			
Os pregoeiros e equipe de apoio da CPPL/HU têm participado e, quando necessário, continuarão a participar de cursos de capacitação, com ênfase nos aspectos técnicos e legais dos processos licitatórios.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Atendida.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não foram identificados fatores positivos e negativos			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
107	201203109	Item 13.1.2.3 Rec. 001	Ofício 23307/2012/cgu-r/sc
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Utilizar a modalidade de licitação adequada para a contratação de obras públicas.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Hospital Universitário Professor Polydoro Ernani de São Thiago			15130
Síntese da Providência Adotada			
<u>Posição em out/2012, informada no Plano de Providências encaminhado à CGU-R/SC:</u>			
As recomendações foram acatadas, no sentido de se restringir o Pregão Eletrônico apenas para aquisição ou contratação de bens e serviços comuns.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Atendida.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não foram identificados fatores positivos e negativos			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
108	201203109	Item 13.1.2.3 Rec. 002	Ofício 23307/2012/cgu-r/sc
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
<u>Posição em out/2012, informada no Plano de Providências encaminhado à CGU-R/SC:</u>			
Promover um programa continuado de capacitação dos servidores responsáveis pela área de licitações a fim de que estes			

se mantenham permanentemente atualizados em relação à legislação vigente que envolve o setor.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Hospital Universitário Professor Polydoro Ernani de São Thiago			15130
Síntese da Providência Adotada			
Os pregoeiros e equipe de apoio da CPPL/HU têm participado e, quando necessário, continuarão a participar de cursos de capacitação, com ênfase nos aspectos técnicos e legais dos processos licitatórios.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Atendida.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não foram identificados fatores positivos e negativos			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
109	201203109	Item 13.1.2.4 Rec. 001	Ofício 23307/2012/cgu-r/sc
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Exigir das licitantes, em relação à qualificação técnica, atestados de capacidade técnica dos itens de maior relevância e materialidade, a fim de que as exigências não se transformem em fatores de restrição à competitividade.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Hospital Universitário Professor Polydoro Ernani de São Thiago			15130
Síntese da Providência Adotada			
<u>Posição em out/2012, informada no Plano de Providências encaminhado à CGU-R/SC:</u>			
Abolimos as subalíneas b.1 e b.2 do edital:			
a) Atestado de capacidade técnica, expedido por pessoa jurídica, que comprove que a licitante prestou ou vem prestando serviços pertinentes e compatíveis em características, quantidades e prazos com o objeto deste edital, nos termos do inciso II do art. 30 da Lei nº 8.666/93;			
b.1. Entende-se por pertinente e compatível em características o atestado(s) que em sua individualidade ou soma de até dois atestados, contemplem todo(s) o(s) serviço(s) objeto desta licitação;			
b.2. Entende-se por pertinente e compatível em quantidade o(s) atestado(s) que em sua individualidade ou soma de até dois atestados, contemplem um mínimo de 100% (cem por cento) de cada tipo de área objeto desta licitação;			
Foi adotada redação consonante com o inciso II do Art. 30 da Lei 8.666/93 "... comprovação de aptidão para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e prazos com o objeto da licitação, e indicação das instalações e do aparelhamento e do pessoal técnico adequados e disponíveis para a realização do objeto da licitação, bem como da qualificação de cada um dos membros da equipe técnica que se responsabilizará pelos trabalhos;...". Estão sendo exigidos dos licitantes, apenas atestados de capacidade técnica dos itens de maior relevância e materialidade, conforme § 2º do Art. 30 da Lei 8.666/93. Foi suprimida a limitação do número de atestados para qualificação técnica, sendo admitida a soma de atestados fornecidos por pessoa jurídica de direito público e privado.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Atendida.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não foram identificados fatores positivos e negativos			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
110	201203109	Item 13.1.3.1Rec. 001	Ofício 23307/2012/cgu-r/sc
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			

Ao definir as quantidades de equipamentos de AASI a serem adquiridas, evitar estimativas de quantidades diferentes para aquisição de equipamentos sem que haja uma justificativa técnica para esta diferenciação.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Hospital Universitário Professor Polydoro Ernani de São Thiago			15130
Síntese da Providência Adotada			
<p><u>Posição em out/2012, informada no Plano de Providências encaminhado à CGU-R/SC:</u></p> <p>"Conforme consta do Processo n.º 23080.009352/2012-25, o HU instaurou licitação para Registro de Preços, na modalidade Pregão, na forma Eletrônica, tipo Menor Preço – Pregão Eletrônico n.º 070/HU/2012 - SRP, para aquisição de Aparelhos de Amplificação Individual (AASI). As quantidades estimadas referem-se à previsão de consumo total no período de vigência da Ata.</p> <p>Haja vista que alguns itens do Pregão Eletrônico n.º 070/HU/2012 – SRP foram cancelados porque as propostas não atendiam as especificações, parte destes itens tiveram suas especificações alteradas em algumas características e outros itens foram incluídos, assim, neste momento estão sendo adotadas ações para a realização de outro pregão eletrônico, atualmente o processo encontra-se no Setor de Compras, para consulta de preços e estimativa de valores de referência, conforme consta do Processo n.º 23080.034223/2012-75.</p> <p>Nesse tipo de serviço, o HU atende mensalmente cerca de 600 pacientes, além de realizar 300 doações de aparelhos de amplificação sonora individual (AASI), seguindo fielmente todos os protocolos e recomendações da portaria SAS nº 587/2004, incluindo o item “C”- Seleção e Adaptação de AASI."</p>			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Atendida.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não foram identificados fatores positivos e negativos			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
111	201203109	Item 13.1.3.2 Rec. 001	Ofício 23307/2012/cgu-r/sc
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Promova a imediata instauração de procedimento licitatório para a aquisição de equipamentos de AASI, tendo em vista a possibilidade de aquisição por meio de licitação, e tendo em vista os vícios contidos no processo de Credenciamento nº 001/2011, que poderiam inclusive ensejar a anulação do processo de Credenciamento. Considerando que o Hospital Universitário necessita prestar o devido atendimento aos pacientes, mantenha a contratação das atuais empresas credenciadas apenas até a realização do procedimento licitatório, o qual deve ser realizado de forma imediata.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Hospital Universitário Professor Polydoro Ernani de São Thiago			15130
Síntese da Providência Adotada			
<p><u>Posição em out/2012, informada no Plano de Providências encaminhado à CGU-R/SC:</u></p> <p>Conforme consta do Processo n.º 23080.009352/2012-25, o HU instaurou licitação para Registro de Preços, na modalidade Pregão, na forma Eletrônica, tipo Menor Preço – Pregão Eletrônico n.º 070/HU/2012 – SRP, para aquisição de Aparelhos de Amplificação Individual (AASI).</p> <p>Haja vista que alguns itens do Pregão Eletrônico n.º 070/HU/2012 – SRP foram cancelados porque as propostas não atendiam as especificações, parte destes itens tiveram suas especificações alteradas em algumas características e outros itens foram incluídos, assim, neste momento estão sendo adotadas ações para a realização de outro pregão eletrônico, atualmente o processo encontra-se no Setor de Compras, para consulta de preços e estimativa de valores de referência, conforme consta do Processo n.º 23080.034223/2012-75.</p>			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Atendida.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não foram identificados fatores positivos e negativos			

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
112	201203109	Item 13.1.3.3 Rec. 001	Ofício 23307/2012/cgu-r/sc
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Considerando a possibilidade de competição na aquisição de Aparelhos de Amplificação Sonora Individual - AASI, recomenda-se que o processo de credenciamento seja desconsiderado, e seja realizado procedimento licitatório para a aquisição destes equipamentos.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Hospital Universitário Professor Polydoro Ernani de São Thiago			15130
Síntese da Providência Adotada			
<u>Posição em out/2012, informada no Plano de Providências encaminhado à CGU-R/SC:</u>			
Conforme consta do Processo n.º 23080.009352/2012-25, o HU instaurou licitação para Registro de Preços, na modalidade Pregão, na forma Eletrônica, tipo Menor Preço – Pregão Eletrônico n.º 070/HU/2012 – SRP, para aquisição de Aparelhos de Amplificação Individual (AASI).			
Haja vista que alguns itens do Pregão Eletrônico n.º 070/HU/2012 – SRP foram cancelados porque as propostas não atendiam as especificações, parte destes itens tiveram suas especificações alteradas em algumas características e outros itens foram incluídos, assim, neste momento estão sendo adotadas ações para a realização de outro pregão eletrônico, atualmente o processo encontra-se no Setor de Compras, para consulta de preços e estimativa de valores de referência, conforme consta do Processo n.º 23080.034223/2012-75.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Atendida.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não foram identificados fatores positivos e negativos			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
113	201203109	Item 13.1.3.4 Rec. 001	Ofício 23307/2012/cgu-r/sc
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Considerando a possibilidade de competição na aquisição de Aparelhos de Amplificação Sonora Individual - AASI, recomenda-se que o processo de credenciamento seja desconsiderado, e seja realizado procedimento licitatório para a aquisição destes equipamentos.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Hospital Universitário Professor Polydoro Ernani de São Thiago			15130
Síntese da Providência Adotada			
<u>Posição em out/2012, informada no Plano de Providências encaminhado à CGU-R/SC:</u>			
Conforme consta do Processo n.º 23080.009352/2012-25, o HU instaurou licitação para Registro de Preços, na modalidade Pregão, na forma Eletrônica, tipo Menor Preço – Pregão Eletrônico n.º 070/HU/2012 – SRP, para aquisição de Aparelhos de Amplificação Individual (AASI).			
Haja vista que alguns itens do Pregão Eletrônico n.º 070/HU/2012 – SRP foram cancelados porque as propostas não atendiam as especificações, parte destes itens tiveram suas especificações alteradas em algumas características e outros itens foram incluídos, assim, neste momento estão sendo adotadas ações para a realização de outro pregão eletrônico. Atualmente o processo encontra-se no Setor de Compras, para consulta de preços e estimativa de valores de referência, conforme consta do Processo n.º 23080.034223/2012-75.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Atendida.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo			

Gestor			
Não foram identificados fatores positivos e negativos			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
114	201203151	Item 1.1.2.3 Rec. 001	Ofício 23307/2012/cgu-r/sc
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Revisar a necessidade de indicadores que não estejam sendo utilizados pelo RH da UFSC.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Secretaria de Planejamento e Finanças			97297
Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento			97297
Síntese da Providência Adotada			
<u>Posição em out/2012, informada no Plano de Providências encaminhado à CGU-R/SC:</u>			
<p>PROPLAN: Informamos que as Recomendações 01 e 02 serão atendidas para o próximo Relatório de Gestão da UFSC, referente ao exercício de 2012. Para tanto, o Departamento de Planejamento e Gestão da Informação irá encaminhar aos setores da UFSC, até o final do ano, correspondência detalhando as informações necessárias à composição do Relatório de Gestão 2012.</p> <p>Assim, será incluído o pedido de informações para elaboração dos indicadores de desempenho da gestão, mantendo os existentes, aprimorando novos indicadores, se necessário, e recuperando os indicadores de recursos humanos que ficaram ausentes no Relatório de 2011.</p>			
Síntese dos Resultados Obtidos			
<u>Informação da PROPLAN:</u>			
Documento enviado, pelo DPGI, aos setores competentes, detalhando as informações a serem providenciadas para compor o Relatório de Gestão da UFSC 2012.			
<u>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</u>			
<u>Informação da PROPLAN:</u>			
As novas estruturas organizacionais, definidas na nova gestão da UFSC, facilitarão os encaminhamentos para atendimento da recomendação.			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
115	201203151	Item 1.1.2.3 Rec. 002	Ofício 23307/2012/cgu-r/sc
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Garantir a coerência nas informações sobre indicadores de desempenho nos relatórios de gestão de exercícios subsequentes, informando também aqueles indicadores excluídos e os que passaram a ser utilizados no exercício em curso.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Secretaria de Planejamento e Finanças			97297
Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento			97297
Síntese da Providência Adotada			
<u>Posição em out/2012, informada no Plano de Providências encaminhado à CGU-R/SC:</u>			
<p>PROPLAN: Informamos que as Recomendações 01 e 02 serão atendidas para o próximo Relatório de Gestão da UFSC, referente ao exercício de 2012. Para tanto, o Departamento de Planejamento e Gestão da Informação irá encaminhar aos setores da UFSC, até o final do ano, correspondência detalhando as informações necessárias à composição do Relatório de Gestão 2012.</p> <p>Assim, será incluído o pedido de informações para elaboração dos indicadores de desempenho da gestão, mantendo os existentes, aprimorando novos indicadores, se necessário, e recuperando os indicadores de recursos humanos que</p>			

ficaram ausentes no Relatório de 2011.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
<u>Informação da PROPLAN:</u> Documento enviado, pelo DPGI, aos setores competentes, detalhando as informações a serem providenciadas para compor o Relatório de Gestão da UFSC 2012			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
<u>Informação da PROPLAN:</u> As novas estruturas organizacionais, definidas na nova gestão da UFSC, facilitarão os encaminhamentos para atendimento da recomendação.			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
116	201203151	Item 1.1.3.3 Rec. 001	Ofício 23307/2012/cgu-r/sc
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Exigir atuação efetiva do Comitê Gestor de Tecnologia da Informação e Comunicação no sentido de estabelecer uma política de segurança da informação com aplicabilidade prática, realizando os detalhamentos de normatização específica.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Infraestrutura			26114
Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento			97297
Síntese da Providência Adotada			
<u>Posição em out/2012, informada no Plano de Providências encaminhado à CGU-R/SC:</u> a) A SeTIC irá sugerir a PROPLAN/UFSC e ao GR redefinição do papel do COTIC atribuindo a este a responsabilidade sobre a definição da política de segurança da informação. b) Embora existam procedimentos para salvaguarda das informações da UFSC não existe documentação referente a estes procedimentos. A SeTIC propõe elaborar documento descrevendo estes procedimentos e encaminhar ao COTIC para discussão e aprovação até 31/12/2012.			
<u>Posição em dez/2012:</u>			
<u>Informação da PROPLAN:</u> Criação do COTIC, por meio da Portaria 2050/2012/GR, bem como definição de suas atribuições, por meio da Portaria 2049/2012/GR.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
<u>Informação da PROPLAN:</u> COTIC Criado.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
<u>Informação da PROPLAN:</u> A atuação da Vice-reitora, enquanto presidente do Comitê, demonstra a preocupação da administração central com esta questão e tem se revelado como um fator positivo para as providências necessárias ao atendimento da recomendação.			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
117	201203151	Item 1.1.4.1 Rec. 001	Ofício 23307/2012/cgu-r/sc
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Verificar quais são os itens adquiridos com maior volume ou regularidade pela Unidade e identificar, conforme a natureza desses itens (materiais, serviços, obras), que requisitos previstos nos artigos 4º, 5º e 6º da IN 01/10 SLTI/MPOG podem ser considerados nas aquisições.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código

	SIORG
Pró-Reitoria de Infraestrutura	26114
Pró-Reitoria de Administração	26114
Síntese da Providência Adotada	
<u>Posição em out/2012, informada no Plano de Providências encaminhado à CGU-R/SC:</u>	
<u>Informação da PROAD:</u>	
<p>Para verificação dos itens adquiridos com maior volume ou regularidade, utilizamos como base relatório fornecido pelo sistema MATL, que informa todos os empenhos realizados em determinado período, por natureza de operação.</p> <p>Em posse desse relatório, realizamos uma análise nos empenhos de natureza de operação 449052 (permanente) e 339030 (consumo), realizados em 2011, ordenados por número de empenhos realizados e, em segunda ordem, por valores totais empenhados.</p> <p>Após este agrupamento, chegamos a um total de 15 principais categorias, as quais representam 80,24% do total em R\$ empenhado em 2011 e 82,70% de todos os empenhos realizados (nas categorias de material permanente e consumo), cuja planilha segue abaixo:</p> <p>1 CÓD. NAT NATUREZA N°. EMP. EMPENHOS EM R\$</p> <p>1 449052 mobiliário em geral 662 6.588.019,93</p> <p>2 339030 material laboratorial 202 582.324,87</p> <p>3 449052 Equipamentos de Processamento de Dados 197 7.788.296,98</p> <p>4 449052 aparelhos e utensílios domésticos 170 978.852,87</p> <p>5 339030 material de expediente 164 325.407,03</p> <p>6 339030 material de proc. de dados 140 542.754,04</p> <p>7 339030 material odontológico 134 245.429,30</p> <p>8 339030 gêneros de alimentação 132 4.401.604,64</p> <p>9 449052 Equipamento para Áudio e Vídeo 124 990.670,53</p> <p>10 339030 Material de Limpeza e prod. de higienização 114 614.522,95</p> <p>11 339030 material químico 103 124.617,29</p> <p>12 449052 Aparelhos Equip. Medicoodontologico 83 1.228.429,47</p> <p>13 339030 material elétrico 73 582.603,57</p> <p>14 339030 material p/ manutenção de bens imóveis 58 135.523,66</p> <p>15 449052 aparelhos de medição 49 278.008,29</p> <p>Com relação aos requisitos exigidos, previstos nos artigos 4º, 5º e 6º da IN 01/10 SLTI/MPOG, informamos que passamos a exigir, no pregão de mobiliário (cadeiras, bancos e longarinas, processo 23080.037670/2012-86) o disposto no inciso III do art. 5º (que os bens devam ser preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento).</p> <p>Para as aquisições de equipamentos de processamento de dados, pedimos atualmente as seguintes certificações (vide processo 23080.037717/2012-10), que atendem aos incisos II e IV do artigo 5º da referida IN:</p> <ul style="list-style-type: none"> • EPEAT Silver ou superior: Esta certificação garante que a empresa respeita o meio-ambiente com relação a produção e fim dado a seus produtos. <p>(Certificação pode ser fornecida pelo INMETRO). (Art. 5º, II, da IN 01/10)</p> <ul style="list-style-type: none"> • RoHS - esta certificação busca incentivar a "TI Verde", conforme http://www.comprasnet.gov.br/ajuda/resultados_e_dados_estatisticos-sustentaveis.pdf (Art. 5º, IV, da IN 01/10) • Energy Star 5.0: O Energy Star junto com o Epeat são amplamente aceitos e altamente recomendados na gestão e consumo eficiente de energia, conforme portaria 02/2010 para especificações de equipamento de TI, em que deve ser estabelecidos critérios de sustentabilidade ambiental, conforme http://cpsustentaveis.planejamento.gov.br/wp-content/uploads/2010/03/Portaria_02-2010.pdf <p>Ainda, com relação a outros requisitos de sustentabilidade não previstos na referida Instrução Normativa, solicitamos para os principais pregões de mobiliário de madeira realizados em 2012 (processos 23080.028037/2012-05 e 23080.037670/2012-86) o Cadastro Técnico Federal/Certificado de Regularidade junto ao IBAMA e ainda Licença de Operação junto a Fundação Estadual de Proteção Ambiental da Sede da Fabricante ou do Extrator da matéria prima (madeira), referente ao objeto licitado. No caso do pregão de cadeiras, incluímos a prerrogativa de solicitar a licença ambiental ou a ISO 14001 que trata do SGA – Sistema de Gestão Ambiental, pois entendemos que não podemos exigir a ISO sob pena de restringir a competitividade, mas que se o licitante dispuser da mesma, não necessita apresentar a licença, pois a ISO já garante que o mesmo a tenha.</p> <p>Para os próximos pregões de mobiliário, solicitaremos em todos os casos estes itens acima citados. Informamos que tentamos também incluir o pedido de Certificação da Madeira, mas decidimos por não colocar, devido aos motivos expostos no anexo 1 a este documento.</p> <p>Informamos também que estamos trabalhando no Planejamento Estratégico da Unidade, para o exercício de 2013, onde um dos projetos é a revisão dos Editais, Termos de Referência e Atas de Registro de Preços. Nesta análise iremos verificar que itens podemos incluir de forma compulsória nos Termos de Referência, por categoria de produto.</p>	

<u>Posição em dez/2012:</u>			
1) Inclusão de novos critérios de sustentabilidade nos principais pregões conduzidos pelo DCL (ex: 205.2012;241.2012;247.2012). 2) Parceria com o Fernando S. P. Sant'Anna, Dpto Enga. Sanitária e Ambiental/CTC, com a colaboração das alunas Nicole Friedrich e Mariana Becker, cujo objetivo principal é realizar um levantamento das legislações federais, estaduais e municipais relacionadas à sustentabilidade, bem como as Portarias internas da UFSC voltadas ao tema, analisar as compras realizadas pelo DCL e sugerir critérios de sustentabilidade a serem adotados pelas licitações e ainda a criação rotinas para verificação dos critérios de sustentabilidade ambiental nas aquisições de material de consumo e permanente.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
1) Aquisição de mobiliários e equipamentos oferecidos por empresas que atendem aos critérios de sustentabilidade requeridos; 2) O trabalho que está sendo desenvolvido em parceria com o Dpto Enga. Sanitária e Ambiental/CTC ainda está em andamento. O estágio da aluna Mariana Becker, que está sendo supervisionado pela Direção do DCL, finda em 31/01/2031 (TCE Nº 436253). A partir desta data, esperamos ter desenvolvido um check-list para verificação de critérios ambientais que podem ser incluídos nas licitações de consumo e permanente, por categorias de materiais, no momento da elaboração do TR.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
1) Falta de equipe técnica para avaliar de maneira criteriosa os Termos de Referência e sugerir a inclusão de critérios de sustentabilidade. Os resultados obtidos foram conquistados através da ajuda do professor Fernando (relativo aos pregões de mobiliário) e do SETIC, que contribuiu na elaboração do TR do pregão de computadores (241.2012) . 2) Falta de tempo para treinamento e capacitação dos servidores, devido ao excesso de demanda do departamento. 3) Com relação às obras e serviços, os Editais são elaborados pelos setores responsáveis por estes serviços, ficando a critério dos mesmos a inclusão de requisitos ambientais.			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
118	201203151	Item 2.1.1.3 Rec. 001	Ofício 23307/2012/cgu-r/sc
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Avaliar a conveniência e oportunidade de se proceder à adequação do texto da Resolução Normativa 13/CUn/2011, de forma que o mesmo contemple, com fidelidade, os conteúdos relatados no fato da constatação.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Secretaria Especial de Aperfeiçoamento Institucional			119943
Síntese da Providência Adotada			
<u>Posição em out/2012, informada no Plano de Providências encaminhado à CGU-R/SC:</u>			
SEAI: Na proposta de revisão da Resolução Normativa n.º 13/CUn/2011, que está sendo elaborada pela SEAI, já estão sendo contempladas as adequações dos textos indicados na Recomendação.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
-			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não foram identificados fatores positivos e negativos			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
119	201203151	Item 3.1.1.1 Rec. 001	Ofício 23307/2012/cgu-r/sc
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Registrar as motivações dos gastos pelos supridos de forma que seja possível identificar, onde, por que, e para quem foi necessária a despesa, dando maior transparência à mesma e permitindo uma melhor análise das prestações de contas pela própria Unidade.			

Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Secretaria de Planejamento e Finanças			97297
Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento			97297
Síntese da Providência Adotada			
<u>Posição em out/2012, informada no Plano de Providências encaminhado à CGU-R/SC:</u>			
No que se refere às recomendações, registramos que a mesma já está atendida pelo Departamento de Contabilidade e Finanças. Atualmente, na prestação de contas, o suprido deve informar a motivação dos gastos. Além da prestação de contas, cada suprido deve registrar no ComprasNet a justificativa sobre os gastos efetuados, em que se identifica onde, por quem e para que foi efetuada a despesa.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
-			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
<u>Informação da PROPLAN:</u>			
É possível considerar como ponto positivo para o atendimento das recomendações da CGU, a estruturação do DCF, com a criação de coordenadorias, financeira e contábil, e com a lotação de pessoal no setor. Há ainda demandas de pessoal a serem sanadas, esperamos, durante o ano de 2013.			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
120	201203151	Item 3.1.1.1 Rec. 002	Ofício 23307/2012/cgu-r/sc
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Aprimorar verificação qualitativa e quantitativa dos objetos dos gastos com CPGF, durante a análise das prestações de contas, no intuito de prevenir despesas não elegíveis, não eventuais, fracionamento de despesas, eventual necessidade de contrato e gastos passíveis de serem realizadas pelo processo normal da despesa.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Secretaria de Planejamento e Finanças			97297
Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento			97297
Síntese da Providência Adotada			
<u>Posição em out/2012, informada no Plano de Providências encaminhado à CGU-R/SC:</u>			
No que se refere às recomendações, registramos que a mesma já está atendida pelo Departamento de Contabilidade e Finanças. Atualmente, na prestação de contas, o suprido deve informar a motivação dos gastos. Além da prestação de contas, cada suprido deve registrar no ComprasNet a justificativa sobre os gastos efetuados, em que se identifica onde, por quem e para que foi efetuada a despesa.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
-			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
<u>Informação da PROPLAN:</u>			
É possível considerar como ponto positivo para o atendimento das recomendações da CGU, a estruturação do DCF, com a criação de coordenadorias, financeira e contábil, e com a lotação de pessoal no setor. Há ainda demandas de pessoal a serem sanadas, esperamos, durante o ano de 2013.			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
121	201203151	Item 3.2.1.1 Rec. 001	Ofício 23307/2012/cgu-r/sc
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			

Avaliar, caso a caso, todos os empenhos inscritos em Restos a Pagar não Processados em 31/12/2011, incluindo os acima relacionados, a fim de proceder à devida anulação e readequação orçamentária quando cabíveis.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Secretaria de Planejamento e Finanças			97297
Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento			97297
Síntese da Providência Adotada			
<u>Posição em out/2012, informada no Plano de Providências encaminhado à CGU-R/SC:</u>			
Em relação à recomendação 001, informamos que Departamento de Contabilidade e Finanças já realizou procedimentos, como o envio de correspondência às unidades que possuem restos a pagar, no intuito de solucionar os casos de restos a pagar que podem ser anulados. As ações de contato com as unidades serão intensificadas até o final do ano, de forma a estudar caso a caso e proceder as correções orçamentárias devidas.			
Salientamos ainda que alguns dos processos são registrados em restos a pagar não processados, como forma de garantia do fornecimento dos serviços necessários à manutenção da Universidade no início do ano, à continuidade das obras e à execução de projetos de pesquisa e de extensão, em andamento.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
<u>Informação da PROPLAN:</u>			
Resolução dos restos a pagar, dentro dos trâmites da legislação.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
<u>Informação da PROPLAN:</u>			
Dentre os fatores positivos podemos citar a reorganização do Departamento de Contabilidade e Finanças, ocorrida com a criação das coordenadorias contábil e financeira. No entanto, ressaltamos que a responsabilidade pelos restos a pagar é dos ordenadores de despesas que executam cada um dos empenhos e o DCF está orientando todos os ordenadores para proceder corretamente em relação a questão.			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
122	201203151	Item 3.2.1.1 Rec. 002	Ofício 23307/2012/cgu-r/sc
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Observar as determinações dos arts. 30 e 35, combinados, do Decreto nº 93.872/86 ao fazer inscrição de empenhos em Restos a Pagar não Processados.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Secretaria de Planejamento e Finanças			97297
Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento			97297
Síntese da Providência Adotada			
<u>Posição em out/2012, informada no Plano de Providências encaminhado à CGU-R/SC:</u>			
A recomendação 002 será atendida.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
<u>Informação da PROPLAN:</u>			
Resto a pagar inscritos em respeito à legislação vigente.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
<u>Informação da PROPLAN:</u>			
Dentre os fatores positivos podemos citar a reorganização do Departamento de Contabilidade e Finanças, ocorrida com a criação das coordenadorias contábil e financeira. No entanto, ressaltamos que a responsabilidade pelos restos a pagar é dos ordenadores de despesas que executam cada um dos empenhos e o DCF está orientando todos os ordenadores para proceder corretamente em relação a questão.			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
123	201203151	Item 5.1.1.1 Rec.003	Ofício 23307/2012/cgu-r/sc
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG

Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Encaminhar os seguintes atos de admissão efetuados pela UFSC em 2011 na forma da IN/TCU n.º 55/2007: (...)			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Desenvolvimento Humano e Social			26115
Secretaria de Gestão de Pessoas			26115
Síntese da Providência Adotada			
<u>Posição em out/2012, informada no Plano de Providências encaminhado à CGU-R/SC:</u>			
Material será entregue na sede da CGU-R/SC até o dia 06/11/2012.			
Observação: Material entregue à CGU no dia 07/11/2012 (Of. N° 01/DCA/DDP/SEGESP/2012).			
Síntese dos Resultados Obtidos			
-			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Foram registrados todos os processos .			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
124	201203151	Item 5.2.1.1 Rec. 001	Ofício 23307/2012/cgu-r/sc
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Aprimorar o controle de frequência dos servidores por meio do desenvolvimento de rotinas de procedimentos com vistas ao acompanhamento de faltas de servidores registradas no cadastro funcional do Sistema Siape.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Desenvolvimento Humano e Social			26115
Secretaria de Gestão de Pessoas			26115
Síntese da Providência Adotada			
<u>Posição em out/2012, informada no Plano de Providências encaminhado à CGU-R/SC:</u>			
O controle de frequência dos servidores é efetuado por meio do Boletim de frequência onde são informados os dias faltantes, a impontualidade e horas faltantes. As faltas são registradas no sistema SIAPE e no sistema de Administração de Recursos Humanos – SARH da UFSC. O SARH possibilita ao gestor o acompanhamento das faltas registradas.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
O controle de frequência é realizado por meio do Boletim de Frequência.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
As faltas e impontualidade são acompanhadas por meio do Boletim de Frequência.			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
125	201203151	Item 5.2.1.1 Rec. 002	Ofício 23307/2012/cgu-r/sc
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Em relação à aplicação da recomendação anterior, detectadas as de hipóteses de abandono de cargo ou inassiduidade habitual de servidor, realizar com tempestividade a regularização da respectiva situação funcional, mediante procedimento sumário, conforme previsto no artigo 133 da Lei nº 8.112/90.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código

			SIORG
Pró-Reitoria de Desenvolvimento Humano e Social Secretaria de Gestão de Pessoas			26115 26115
Síntese da Providência Adotada			
<u>Posição em out/2012, informada no Plano de Providências encaminhado à CGU-R/SC:</u> Atualmente ao ser detectada a hipótese de abandono de cargo ou inassiduidade habitual do servidor, imediatamente encaminha-se expediente ao Gabinete do Reitor para abertura de processo administrativo disciplinar, conforme previsto no artigo 133 da Lei n.º 8.112, de 1990.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Abertura de Processo Administrativo Disciplinar para os casos de abandono de cargo e inassiduidade habitual.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
As providências são adotadas imediatamente após a constatação de abandono de cargo e inassiduidade habitual.			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
126	201203151	Item 5.2.1.2 Rec. 001	Ofício 23307/2012/cgu-r/sc
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Promover os procedimentos necessários com vistas à reposição ao erário dos valores pagos de forma indevida da rubrica "98002-Cont.Plano de Seguridade Social", desde a aposentadoria até Dez/1011 dos seguintes servidores: Servidor Valor a ressarcir Mat. 26246-1157446 R\$ 19.723,52 Mat. 26246-115840 R\$ 17.750,52 Mat. 26246-1157899 R\$ 7.892,22			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Desenvolvimento Humano e Social Secretaria de Gestão de Pessoas			26115 26115
Síntese da Providência Adotada			
<u>Posição em out/2012, informada no Plano de Providências encaminhado à CGU-R/SC:</u> Providenciado na folha de pagamento do mês de julho de 2012 a inclusão da rubrica reposição ao erário dos valores pagos de forma indevida da rubrica "98002 – Cont. Plano de Seguridade Social" das servidoras matrículas 1158409 – Neide Pelaez de Campos e 1157899 – Rosilene dos Anjos, conforme comprovante, anexo. Com relação à matrícula 1157446 – Albertina Dutra Silva não foi incluída a rubrica de reposição ao erário para a devolução dos valores recebidos indevidamente a título de Contr. Plano de Seguridade Social em virtude de decisão (liminar/antecipação da tutela) que determinou a UFSC "que se abstenha de efetuar qualquer desconto na remuneração da autora, a título de reposição ao erário decorrente dos descontos salariais a título de exclusão da rubrica 98002" (cópia anexa).			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Incluída a rubrica de reposição ao erário para os servidores matrículas SIAPE 1158409 e 1157899. Para o servidor matrícula SIAPE 1157446 a rubrica de reposição ao erário não foi incluída por determinação judicial.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
A adoção das providências estão de acordo com as determinações da CGU e judicial.			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
127	201203151	Item 5.2.1.2 Rec. 002	Ofício 23307/2012/cgu-r/sc
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Fornecer relatório contendo avaliação crítica por mês de competência, quanto à regularidade das rubricas informadas			

manualmente na ficha financeira de cada servidor, ou seja, parcelas não geradas pela rotina de cálculo automático do SIAPE.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Desenvolvimento Humano e Social Secretaria de Gestão de Pessoas			26115 26115
Síntese da Providência Adotada			
<u>Posição em out/2012, informada no Plano de Providências encaminhado à CGU-R/SC:</u> Considerando as metas de governo para a melhoria dos gastos públicos e o aperfeiçoamento dos mecanismos de controle e da transparência, inserido no projeto “Melhoria da qualidade dos gastos da folha de pagamento no âmbito do SIAPE” o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, por meio de sua Auditoria de Recursos Humanos e Coordenação Geral de Gestão de Normas de Rotinas da Folha de Pagamento analisa os lançamentos cadastrais e financeiros efetuados no SIAPE e por meio de “Comunica” informa aos órgãos integrantes do SIPEC as inconsistências detectadas no cadastro e na folha de pagamento dos servidores, conforme documentos anexos.			
<u>Posição em dez/2012:</u> Está disponível mensalmente no SIAPE			
Síntese dos Resultados Obtidos			
O Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão analisa rigorosamente todos os lançamentos cadastrais e financeiros efetuados no SIAPE.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Na homologação da folha de pagamento são verificadas as rubricas lançadas manualmente.			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
128	201203151	Item 5.2.1.3 Rec. 001	Ofício 23307/2012/cgu-r/sc
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Evidenciar por meio de relatório de atividades o estabelecimento de rotinas de procedimentos com vistas a assegurar a confiabilidade dos dados lançados mensalmente no Sistema SIAPE.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Desenvolvimento Humano e Social Secretaria de Gestão de Pessoas			26115 26115
Síntese da Providência Adotada			
<u>Posição em out/2012, informada no Plano de Providências encaminhado à CGU-R/SC:</u> Mensalmente no período de homologação da folha de pagamento o sistema SIAPE fica aberto para análise e correção dos lançamentos cadastrais e financeiros efetuados no período de atualização normal da folha de pagamento permitindo assim a atualização das inconsistências detectadas, conforme documento anexo.			
<u>Posição em dez/2012:</u> Está disponível mensalmente no SIAPE.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
O Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão analisa rigorosamente todos os lançamentos cadastrais e financeiros efetuados no SIAPE.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Os lançamentos cadastrais e financeiros possuem uma rotina de procedimentos com vistas a assegurar a confiabilidade dos dados lançados no SIAPE.			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
129	201203151	Item 6.1.1.1 Rec. 001	Ofício 23307/2012/cgu-r/sc
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG

Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Efetuar alteração contratual mediante termo aditivo, reduzindo os valores contratados em face de redução da necessidade dos serviços propostos pela Empresa Genesys Telecomunicações e Processamento de Dados Ltda., relativos ao Contrato n.º 018/2012, assinado em 25/01/2012, em atendimento ao Parecer da Procuradoria Federal (fls. 41-43) e conforme proposta orçamentária da Empresa contida no Processo.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Infraestrutura			26114
Pró-Reitoria de Administração			26114
Secretaria de Planejamento e Finanças			97297
Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento			97297
Síntese da Providência Adotada			
<u>Posição em out/2012, informada no Plano de Providências encaminhado à CGU-R/SC:</u>			
<u>Informação da PROPLAN</u> : Em trabalho conjunto entre SeTIC e DSG foi recomendado a assinatura de termo aditivo com supressão do valor cujo objeto encontra-se abaixo: “CLÁUSULA PRIMEIRA DO OBJETO: É objeto do presente contrato a supressão do valor de R\$ 21.400,00 (vinte e um mil e quatrocentos reais) referente a redução da carga horária anteriormente acordada dos consultores seniors, de 646 para 431 horas e analistas de tecnologia, de 510 para 340 horas”. Este termo aditivo foi assinado em agosto/2012. Maiores detalhes podem ser vistos no processo 23080.047046/2011-14.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
<u>Informação da PROPLAN:</u> Supressão do valor devido, em atendimento à recomendação da CGU.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
<u>Informação da PROPLAN:</u> Por parte da PROPLAN, consideramos com fator positivo a atuação eficiente da equipe da SETIC para providenciar a correção do contrato.			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
130	201203151	Item 6.1.1.1 Rec. 002	Ofício 23307/2012/cgu-r/sc
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Efetuar os ajustes na redação do Contrato n.º 018/2012, de forma a prever o período efetivo sobre os quais a empresa executará as perícias das contas telefônicas e os produtos dos serviços a serem entregues, adequando a cláusula que trata do Objeto e Das Obrigações da Contratada.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Infraestrutura			26114
Pró-Reitoria de Administração			26114
Secretaria de Planejamento e Finanças			97297
Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento			97297
Síntese da Providência Adotada			
<u>Posição em out/2012, informada no Plano de Providências encaminhado à CGU-R/SC:</u>			
<u>Informação da PROPLAN</u> : Em trabalho conjunto entre SeTIC e DSG foi recomendado a assinatura de termo aditivo ajustando o período de execução das perícias: “Termo Aditivo n.º 01 ao contrato n.º 018/2012 de prestação de serviços para realização de perícias nas contas de telecomunicações relativa a telefonia móvel, das operadoras TIM e Oi, no período compreendido entre os anos de 2007 e 2010 que entre si fazem a Universidade Federal de Santa Catarina e a Empresa Genesys Telecomunicações e Processamento de Dados Ltda.” Este termo aditivo foi assinado em agosto/2012. Maiores detalhes podem ser vistos no processo 23080.047046/2011-14.			
Síntese dos Resultados Obtidos			

Informação da PROPLAN: Supressão do valor devido, em atendimento à recomendação da CGU.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Informação da PROPLAN: Por parte da PROPLAN, consideramos com fator positivo a atuação eficiente da equipe da SETIC para providenciar a correção do contrato.			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
131	201203151	Item 6.1.1.1 Rec. 003	Ofício 23307/2012/cgu-r/sc
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação Abster-se de realizar a contratação por inexigibilidade de licitação para serviços passíveis de licitação, como os de auditoria em contas telefônicas, em estrita observância aos requisitos do art. 25, inciso II da Lei n.º 8.666/93			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Infraestrutura			26114
Pró-Reitoria de Administração			26114
Secretaria de Planejamento e Finanças			97297
Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento			97297
Síntese da Providência Adotada			
<u>Posição em out/2012, informada no Plano de Providências encaminhado à CGU-R/SC:</u> Nos processos encaminhados pela PROPLAN, o respeito a Lei n.º 8.666/93 é sempre observado, tendo sua tramitação avaliada pela PROAD, responsável pelos processos licitatórios, e Procuradoria Federal.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Informação da PROPLAN: Atuação da PROPLAN respeitando a legislação vigente e os trâmites administrativos internos.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Informação da PROPLAN: Atuação da PROPLAN respeitando a legislação vigente e os trâmites administrativos internos.			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
132	201203151	Item 7.1.2.1 Rec. 001	Ofício 23307/2012/cgu-r/sc
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação Promover o aditamento ao Contrato n.º 303/2010, corrigindo o BDI do grupo de serviços de nº 8, reduzindo-o de 28% para 18%, o que reduzirá o valor total do item de R\$ 43.605,15 (já pagos) para R\$ 40.198,49, sendo a diferença de R\$ 3.406,65 compensada em favor da UFSC em pagamentos futuros da obra.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Infraestrutura			26114
Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento			97297
Síntese da Providência Adotada			
<u>Posição em out/2012, informada no Plano de Providências encaminhado à CGU-R/SC:</u> Foi realizada a compensação no valor de R\$ 3.406,65 em favor da UFSC na 2.ª medição do Contrato n.º 303/2010, em 05/10/2012.			
<u>Posição em dez/2012:</u>			
Informação da PROPLAN: Compensação no valor de R\$ 3.406,65 em favor da UFSC na 2.ª medição do Contrato n.º 303/2010, em 05/10/2012.			

Síntese dos Resultados Obtidos			
<u>Informação da PROPLAN:</u>			
Atendimento à recomendação da CGU, que resultará em uma supressão no valor global do contrato (posteriormente apostilada ao processo da licitação).			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
<u>Informação da PROPLAN:</u>			
NEGATIVO:			
1) Resistência da empresa contratada na aplicação de tal recomendação, em virtude da supressão no valor global do contrato.			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
133	201203151	Item 7.1.2.2 Rec. 001	Ofício 23307/2012/cgu-r/sc
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Agilizar, perante os contratados, o reinício dos trabalhos.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Infraestrutura			26114
Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento			97297
Síntese da Providência Adotada			
<u>Posição em out/2012, informada no Plano de Providências encaminhado à CGU-R/SC:</u>			
O DOMP informa no Mem. 096/DOMP-PROPLAN, de 01 de outubro de 2012, que a paralisação do contrato n.º 303/UFSC/2010 ocorreu em virtude da dependência de conclusão dos serviços do contrato n.º 115/UFSC/2011, que por sua vez foram prejudicados pelo embargo da FLORAM por falta de Licença Ambiental, conforme relatado no “Relatório de Auditoria Anual de Contas – 2011”.			
Conforme informado no item 7.1.2.2 do “Relatório de Auditoria Anual de Contas – 2011” a previsão de retomada dos serviços referentes ao contrato n.º 303/UFSC/2010 seria em 12 de maio de 2012. Porém, conforme parecer da fiscalização no memorando n.º 008/CKS (em anexo), devido ao atraso dos serviços do contrato n.º 115/UFSC/2011, em decorrência das chuvas ocorridas no período e alterações no projeto hidrossanitário, os serviços do contrato n.º 303/UFSC/2010 estariam liberados a partir de 30 de julho de 2012. Após prazo necessário para mobilização da equipe, os serviços foram reiniciados em 14 de agosto de 2012, com previsão de conclusão em 02 de novembro de 2012.			
A recomendação foi atendida, uma vez que os serviços foram reiniciados, e atualmente estão sendo executados em ritmo normal.			
<u>Posição em dez/2012:</u>			
<u>Informação da PROPLAN:</u>			
Viabilizar junto à empresa e aos limitantes externos o reinício dos trabalhos.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
<u>Informação da PROPLAN:</u>			
Obra com previsão de conclusão em dezembro/2012.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
<u>Informação da PROPLAN:</u>			
A PROPLAN, considera que as estruturas realizadas no DOMP e DPAE contribuíram para o atendimento das determinações.			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
134	201203151	Item 7.1.2.3 Rec. 002	Ofício 23307/2012/cgu-r/sc
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Adotar a modalidade adequada e prevista pela legislação para contratação de serviços de publicidade e divulgação, tendo por base a elaboração de Projeto Básico em que sejam detalhados os serviços e custos estimados em observância			

ao art. 5º da Lei 12.232/2010 e ao art. 7º da Lei n.º 8.666/93;			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Gabinete do Reitor			26075
Síntese da Providência Adotada			
<u>Posição em out/2012, informada no Plano de Providências encaminhado à CGU-R/SC:</u>			
O Gabinete da Reitoria informa que não há contrato de publicidade vigente, devido ao cancelamento dos contratos, e que quando forem firmados novos contratos será observada a modalidade prevista na legislação para contratação de serviços de publicidade e divulgação.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
-			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não foram identificados fatores positivos e negativos			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
135	201203151	Item 7.1.2.4 Rec. 001	Ofício 23307/2012/cgu-r/sc
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Efetuar elaboração de demonstrativo de valores a ressarcir no âmbito do Contrato n.º 321/UFSC/2010, referente aos Aditivos n.º 01/2011 e 02/2011, notificando a empresa para que efetue o recolhimento dos valores pagos à maior;			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Infraestrutura			26114
Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento			97297
Síntese da Providência Adotada			
<u>Posição em out/2012, informada no Plano de Providências encaminhado à CGU-R/SC:</u>			
O DOMP informa que a empresa foi notificada pelo próprio DOMP a realizar o recolhimento dos valores pagos à maior, no valor de R\$ 3.300,68, ficando a critério da empresa (com o consenso da fiscalização), a definição se o valor será reembolsado em favor da UFSC em valores ou serviços (com base nos preços de referência do SINAPI).			
<u>Posição em dez/2012:</u>			
<u>Informação da PROPLAN:</u>			
A empresa optou pelo reembolso em serviços, com a aprovação da fiscalização. A fiscalização elaborou uma planilha de serviços utilizando a base de preços de referência do SINAPI (à época da proposta) com a aplicação do desconto para manutenção da proporcionalidade existente entre o valor global contratado e o valor do orçamento, conforme a determinação contida na Lei de Diretrizes Orçamentárias do respectivo exercício a que se refere a despesa			
Síntese dos Resultados Obtidos			
<u>Informação da PROPLAN:</u>			
Atendimento à recomendação da CGU, que resultou em uma supressão no valor global do contrato (posteriormente apostilada ao processo da licitação).			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
<u>Informação da PROPLAN:</u>			
NEGATIVO:			
1) Resistência da empresa contratada na aplicação de tal recomendação, em virtude da supressão no valor global do contrato.			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
136	201203151	Item 7.1.2.4 Rec. 002	Ofício 23307/2012/cgu-r/sc
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG

Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Observar nas próximas alterações contratuais, decorrentes de aditivos com inclusão de serviços não previstos nas planilhas orçamentárias originárias das licitações de obras e serviços de engenharia, a determinação contida na Lei de Diretrizes Orçamentárias do respectivo exercício a que se refere a despesa, de forma a garantir o equilíbrio financeiro do contrato, mediante a manutenção da proporcionalidade existente entre o valor global contratado e o valor do orçamento com base nos preços de referência do SINAPI.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Infraestrutura			26114
Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento			97297
Síntese da Providência Adotada			
<u>Posição em out/2012, informada no Plano de Providências encaminhado à CGU-R/SC:</u>			
O DOMP informa que esta recomendação vem sendo atendida pelo próprio DOMP desde 18/06/2012, tanto nos processos de termos aditivos das obras em andamentos, bem como nos processos licitatórios elaborados neste setor.			
<u>Posição em dez/2012:</u>			
<u>Informação da PROPLAN:</u>			
Em atenção à recomendação da CGU, o DOMP vem incluindo em seus processos de termos aditivos a seguinte medida: 1) aplicação do desconto para manutenção da proporcionalidade existente entre o valor global contratado e o valor do orçamento com base nos preços de referência do SINAPI, em caso de itens não previstos na planilha original da licitação, conforme a determinação contida na Lei de Diretrizes Orçamentárias do respectivo exercício a que se refere a despesa.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
<u>Informação da PROPLAN:</u>			
Com as medidas adotadas, a fiscalização vem atendendo as recomendações da CGU, instruindo melhor os processos de termos aditivos, além de garantir a manutenção da proporcionalidade do desconto ofertado pela contratada, na execução de serviços acrescidos.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
<u>Informação da PROPLAN:</u>			
POSITIVO:			
1) Permite à fiscalização uma maior clareza nas diretrizes das atividades desenvolvidas (definição de normas e rotinas);			
2) Atendimento à legislação vigente;			
NEGATIVO:			
1) Resistência das empresas contratadas na aplicação de tais recomendações em processos que já estão em andamento.			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
137	201203151	Item 7.1.2.5 Rec. 001	Ofício 23307/2012/cgu-r/sc
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Determinar, por ocasião de assinatura de aditivos contratuais que contenham acréscimo de serviços ao orçamento original nos contratos de obras e serviços de engenharia, a necessária elaboração de Projeto Básico e Memorial Descritivo complementar que contenham as novas especificações dos serviços acrescidos ao Contrato.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Infraestrutura			26114
Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento			97297
Síntese da Providência Adotada			
<u>Posição em out/2012, informada no Plano de Providências encaminhado à CGU-R/SC:</u>			
O Departamento de Obras e Manutenção Predial - DOMP informa que esta recomendação vem sendo atendida pelo DOMP desde 18/06/2012 nos processos de termos aditivos das obras em andamento elaborados no DOMP.			
<u>Posição em dez/2012:</u>			
<u>Informação da PROPLAN:</u>			

Em atenção à recomendação da CGU, o DOMP vem incluindo em seus processos de termos aditivos a seguinte medida: 1) elaboração de projeto básico e memorial descritivo complementar que contenham as novas especificações dos serviços a serem acrescidos.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
<u>Informação da PROPLAN:</u> Com as medidas adotadas, a fiscalização vem atendendo as recomendações da CGU, instruindo melhor os processos de termos aditivos acrescidos.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
<u>Informação da PROPLAN:</u> POSITIVO: 1) Permite à fiscalização uma maior clareza nas diretrizes das atividades desenvolvidas (definição de normas e rotinas); 2) Atendimento à legislação vigente;			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
138	201203151	Item 7.2.2.1 Rec. 001	Ofício 23307/2012/cgu-r/sc
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Efetuar adequado planejamento da contratação de obras e serviços de engenharia nos diversos setores da Instituição de forma a agregar o maior número possível de serviços, realizando licitação em modalidade adequada ao objeto e valores dos serviços, evitando-se o fracionamento de despesas para os serviços de manutenção predial com fundamento no art. 24, II da Lei n.º 8.666/93, por contrariarem o próprio inciso referenciado;			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Infraestrutura			26114
Pró-Reitoria de Administração			26114
Secretaria de Planejamento e Finanças			97297
Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento			97297
Síntese da Providência Adotada			
<u>Posição em out/2012, informada no Plano de Providências encaminhado à CGU-R/SC:</u> O DOMP informa que, visando atender as demandas de manutenção predial dos diversos setores da Instituição, vem encaminhando a contratação de diversos serviços através de Atas de Registro de Preços, com base nos levantamentos de necessidades e nas demandas encaminhadas ao setor. O DOMP vem procurando atender as demandas integralmente, buscando englobar o maior número possível de serviços contratados, considerando as limitações atuais do dimensionamento da equipe técnica.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
<u>Informação da PROPLAN:</u> Atas de Registro de Preços licitadas em 2012, garantindo a manutenção predial das unidades da UFSC, sem fracionamento de despesas.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
<u>Informação da PROPLAN:</u> A Estrutura atual do DOMP tem favorecido ao cumprimento das recomendações da CGU.			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
139	201203151	Item 7.2.2.2 Rec. 001	Ofício 23307/2012/cgu-r/sc
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Fazer cumprir expressamente as determinações do TCU contidas nos itens 1.6.1.10 e 1.6.1.13 do Acórdão nº 2498/2011 - TCU - 2ª Câmara, ante a ausência constatada de orçamentos prévios e avaliação de custos na contratação de serviços de engenharia mediante dispensa de licitação.			
Providências Adotadas			

Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Infraestrutura			26114
Pró-Reitoria de Administração			26114
Síntese da Providência Adotada			
<u>Posição em out/2012, informada no Plano de Providências encaminhado à CGU-R/SC:</u>			
A Prefeitura Universitária – PU informa que cumprirá a recomendação na sua íntegra. A PU compromete-se a não mais incorrer no erro, ou seja, providenciará os orçamentos prévios e fará a avaliação de custos para a contratação de serviços de engenharia mediante dispensa de licitação.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
-			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não foram identificados fatores positivos e negativos			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
140	201203151	Item 7.3.2.1 Rec. 001	Ofício 23307/2012/cgu-r/sc
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Elaborar e datar normativo interno padronizando o preenchimento do documento que tem a finalidade de autorizar a abertura da licitação, bem como de todas as partes (plantas, memoriais, orçamentos etc) que devem compor os processos de obras e serviços de engenharia a serem licitados.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Infraestrutura			26114
Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento			97297
Síntese da Providência Adotada			
<u>Posição em out/2012, informada no Plano de Providências encaminhado à CGU-R/SC:</u>			
O DOMP vem utilizando o Normativo Interno n.º 001/2012, elaborado pelo DPAE em 25/06/2012, para a solicitação de abertura de processos licitatórios.			
<u>Posição em dez/2012:</u>			
<u>Informação da PROPLAN:</u>			
Adoção do Normativo Interno nº 001/2012 para a solicitação de abertura de processos licitatórios.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
<u>Informação da PROPLAN:</u>			
Padronização nos procedimentos de solicitação de abertura de processos licitatórios			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
<u>Informação da PROPLAN:</u>			
A Estrutura atual do DOMP tem favorecido ao cumprimento das recomendações da CGU.			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
141	201203151	Item 7.3.3.1 Rec. 001	Ofício 23307/2012/cgu-r/sc
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Incluir nos orçamentos comparativos internos que suportarem os próximos aditivos de obras em andamento, bem como nos próprios processos licitatórios, a identificação dos códigos de referência SINAPI utilizados para validação dos preços dos itens de serviços e identificar também aqueles itens de serviços em que seja necessária a utilização de outros comparativos por inexistência de referencial neste sistema, conforme previsto na LDO anual pertinente, mediante a evidenciação de suas respectivas planilhas de composição de serviços nos autos dos processos.			
Providências Adotadas			

Sector Responsável pela Implementação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Infraestrutura			26114
Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento			97297
Síntese da Providência Adotada			
<u>Posição em out/2012, informada no Plano de Providências encaminhado à CGU-R/SC:</u>			
Esta Recomendação vem sendo atendida pelo DOMP desde 18/06/2012, tanto nos processos de termos aditivos das obras em andamentos, bem como nos processos licitatórios elaborados neste setor.			
<u>Posição em dez/2012:</u>			
<u>Informação da PROPLAN:</u>			
Em atenção à recomendação da CGU, o DOMP vem incluindo em seus processos de termos aditivos e processos licitatório elaborados no setor, as seguintes medidas: 1) identificação dos códigos de referencial de preços utilizados por item - SINAPI e PINI (caso não exista no SINAPI); 2) utilização de composição própria dos itens não constantes no SINAPI, com base nos valores dos insumos do SINAPI; 3) aplicação do desconto para manutenção da proporcionalidade existente entre o valor global contratado e o valor do orçamento com base nos preços de referência do SINAPI, em caso de itens não previstos na planilha original da licitação, conforme a determinação contida na Lei de Diretrizes Orçamentárias do respectivo exercício a que se refere a despesa; 4) elaboração de projeto e memorial descritivo complementar que contenham as novas especificações dos serviços a serem acrescidos.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
<u>Informação da PROPLAN:</u>			
Com as medidas adotadas, a fiscalização vem atendendo as recomendações da CGU, instruindo melhor os processos de termos aditivos e novas licitações no que diz respeito a validação dos preços, além de garantir a manutenção da proporcionalidade do desconto ofertado pela contratada, na execução de serviços acrescidos.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
<u>Informação da PROPLAN:</u>			
POSITIVO:			
1) Permite à fiscalização uma maior clareza nas diretrizes das atividades desenvolvidas (definição de normas e rotinas);			
2) Atendimento à legislação vigente;			
NEGATIVO:			
1) Resistência das empresas contratadas na aplicação de tais recomendações em processos que já estão em andamento.			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
142	201203151	Item 7.3.3.1 Rec. 002	Ofício 23307/2012/cgu-r/sc
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Estabelecer rotinas para verificar o cumprimento de todos os aspectos legais necessários aos procedimentos licitatórios a fim de garantir a lisura e transparência destes processos, evitando assim eventuais recursos ou impugnações que possam vir a retardar a execução do objeto a ser contratado.			
Providências Adotadas			
Sector Responsável pela Implementação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Infraestrutura			26114
Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento			97297
Síntese da Providência Adotada			
<u>Posição em out/2012, informada no Plano de Providências encaminhado à CGU-R/SC:</u>			
A PROPLAN informa que as rotinas recomendadas pela CGU estão sendo aperfeiçoadas pelo Departamento de Projetos de Arquitetura e Engenharia – DPAE. Para tanto, foi recentemente alocada no DPAE, uma servidora com formação em Administração e Direito que já realizou estudos iniciais e aperfeiçoamentos nos editais de licitação que foram encaminhados no mês de outubro. A partir desses estudos, que continuarão a ser realizados durante os próximos meses, as demais etapas relacionadas ao processo licitatório serão também aperfeiçoadas.			
<u>Posição em dez/2012:</u>			
<u>Informação da PROPLAN:</u>			
Os editais frutos do estudo proposto foram lançados nas licitações do CFM, número 011/2012 - "Construção de Laboratórios de Ensino e Pesquisa e Salas de Apoio Administrativo e instalação de um Elevador no Bloco 29 do Departamento de Química do Centro de Ciências Físicas Matemáticas da Universidade Federal de Santa Catarina (área			

– 3.441,88m²); Sibiotec, licitação número 006/2012 - Construção da primeira etapa de Laboratórios de Pesquisa do Centro de Ciências Biológicas “SIBIOTEC” da Universidade Federal de Santa Catarina (área = 2.365,50m²); CFH, licitação número 007/2012 - "Construção de Laboratórios de Ensino e Pesquisa principalmente para os Cursos de Geologia e Oceanografia, bem como de Núcleos de Apoio para o Centro de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Federal de Santa Catarina (área = 6.003,25m²)"; CCE, licitação número 005/2012 - "Construção de Salas de Aula e Laboratórios de Ensino para os Cursos de Design, Artes Cênicas e Cinema do Centro de Comunicação e Expressão da Universidade Federal de Santa Catarina (área = 4.611,69 m²)" . Após as repercussões ocorridas nesses processos, foram identificadas novas possibilidades de correções e melhorias. Uma comissão que envolve servidores do Departamento de Projetos de Arquitetura e Engenharia (DPAE), Departamento de Obras e Manutenção Predial (DOMP) e do setor de licitações (CPL/PROAD) está gerando nova revisão para as próximas licitações previstas, por exemplo, a referente ao Centro de Ciências Biológicas (CCB), programada para janeiro de 2013.

Síntese dos Resultados Obtidos

Informação da PROPLAN:

Padronização de editais objetivando a seleção mais acertada das empresas com garantia da qualidade esperada. O documento terá um corpo padrão visando garantir o atendimento aos parâmetros legais e técnicos, com campos que serão inseridos de acordo com o objeto do processo.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Informação da PROPLAN:

POSITIVO:

- 1) Reforço do vínculo do servidor-técnico designado com os serviços fiscalizados;
- 2) Atendimento à legislação vigente;

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
143	201203151	Item 7.3.3.2 Rec. 001	Ofício 23307/2012/cgu-r/sc

Órgão/Entidade Objeto da Recomendação

**Código
SIORG**

Universidade Federal de Santa Catarina

429

Descrição da Recomendação

Quando da execução de obras de engenharia no parque da UFSC, emitir as correspondentes ART de fiscalização, dentre outras, conforme entendimento da súmula nº 260 do TCU.

Providências Adotadas

Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Pró-Reitoria de Infraestrutura	26114
Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento	97297

Síntese da Providência Adotada

Posição em out/2012, informada no Plano de Providências encaminhado à CGU-R/SC:

Esta recomendação vem sendo atendida pelo DOMP desde 18/06/2012, para todas as obras iniciadas após esta data. Conforme manifestação anterior desta unidade, “apesar da constatação da falta de ART de fiscalização nos dois contratos citados (015/UFSC/2009 e 164/UFSC/2010), a confecção da ART de fiscalização da execução das obras da UFSC é uma prática nas obras da instituição”.

Posição em dez/2012:

Informação da PROPLAN:

- 1) Confecção das ARTs de fiscalização para todas as obras iniciadas após 18/06/2012;
- 2) Confecção das ARTs de fiscalização de algumas obras já concluídas, cujo o fiscal havia sido designado à época, por portaria específica.

Síntese dos Resultados Obtidos

Informação da PROPLAN:

Todos os fiscais designados para a fiscalização das obras contratadas a partir de 18/06/2012 possuem ART de fiscalização e consequentemente incremento do acervo técnico perante ao CREA/SC.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Informação da PROPLAN:

POSITIVO:

- 1) Reforço do vínculo do servidor-técnico designado com os serviços fiscalizados;
- 2) Atendimento à legislação vigente;

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
-------	---	------------	----------------------

144	201203151	Item 8.1.2.1 Rec. 001	Ofício 23307/2012/cgu-r/sc
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Determinar às diversas unidades da Instituição, a expressa obrigação de fazer constar dos processos de aquisição direta elementos de justificativa quanto aos preços contratados, por força do disposto no inciso III do parágrafo único do art. 26 da Lei n.º 8.666/93, mediante comprovação dos valores praticados pelas empresas na venda a outros órgãos, empresas ou instituições.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Infraestrutura			26114
Pró-Reitoria de Administração			26114
Síntese da Providência Adotada			
<u>Posição em out/2012, informada no Plano de Providências encaminhado à CGU-R/SC:</u>			
<u>Informação da PROAD:</u> Em atenção às disposições contidas no inciso III do parágrafo único do art. 26 da Lei nº 8666/1993, foi implementado como rotina no Departamento de Compras e Licitações, a verificação de comprovação de que o preço orçado corresponde aos preços praticados no mercado, através do instrumento Check-list, que está sendo anexado a todos os processos de compra conduzidos via sistema, e todos os processos estão seguindo esta sistemática virtual (processos que passam pela autorização do DCL).			
No entanto, estamos recebendo diversas reclamações quando devolvemos processos aos requerentes, para que se faça constar esta comprovação, por alegação de que é difícil conseguir estas comprovações. Considerando esta dificuldade, passamos a pedir (a partir de outubro de 2012) que aqueles que não conseguirem fazer constar as comprovações necessárias, ou fizerem em número insuficiente, que instruem o processo fazendo constar o porque da não obtenção das comprovações exigidas, para então submetermos o processo para análise da Procuradoria Federal.			
<u>Posição em dez/2012:</u>			
Exigência de comprovação de preços praticados através da apresentação de orçamentos ou notas fiscais da empresa, referente ao produto ofertado, preferencialmente para outro órgão público.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Comprovação de que os preços orçados estão de acordo com os preços praticados no mercado.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Resistência dos requerentes à "mudança de regra", alegando que anteriormente não era feito dessa forma, que é uma exigência desnecessária, excesso de burocracia, etc. Ainda, em atendimento à solicitação da PRPG, que alegou ser difícil "mudar a regra do jogo no segundo tempo", após o conhecimento desta recomendação alguns processos ainda foram encaminhados sem uma completa comprovação de preços, para análise da Procuradoria.			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
145	201203151	Item 8.1.2.2 Rec. 001	Ofício 23307/2012/cgu-r/sc
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Exigir, nas contratações diretas mediante dispensa ou inexigibilidade, na etapa prévia de análise documental e anterior ao empenho, a prova de regularidade fiscal com a seguridade social, nos termos do § 3º do Art. 195 da Constituição Federal.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Infraestrutura			26114
Pró-Reitoria de Administração			26114
Síntese da Providência Adotada			
<u>Posição em out/2012, informada no Plano de Providências encaminhado à CGU-R/SC:</u>			
<u>Informação da PROAD:</u> Da mesma forma como estamos procedendo com a questão comprovação dos preços, no check-list da Inexigibilidade (vide anexo), o item 10 se atém a esta questão da regularidade com a Seguridade Social, e			

nenhum processo está sendo conduzido sem que todas as exigências do check-list sejam cumpridas.

Posição em dez/2012:

Exigência, conforme orientação, nas contratações diretas mediante dispensa ou inexigibilidade conduzidas pelo DCL (de materiais de consumo e permanente), na etapa prévia de análise documental e anterior ao empenho, da prova de regularidade fiscal com a seguridade social, nos termos do § 3º do Art. 195 da Constituição Federal.

Síntese dos Resultados Obtidos

Atendimento integral aos termos do § 3º do Art. 195 da Constituição Federal, no que tange às dispensas e inexigibilidades conduzidas pelo DCL, e assinadas pela direção do mesmo.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Não foi verificado empecilhos para o atendimento da solicitação. Consideramos uma prerrogativa inquestionável para condução dos processos de dispensa e inexigibilidade.

Fonte: Audin

10.1.4 Recomendações do OCI Pendentes de Atendimento ao Final do Exercício (UFSC e HU consolidados)

Quadro 93 - Situação das Recomendações do OCI que Permanecem Pendentes de Atendimento no Exercício

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa:			Código SIORG
Ministério da Educação			244
Recomendações do OCI			
Recomendações expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	RDE 00190.010664/2003-48-B NT 351/2012/DSEDU I/DS/SFC/CGU-PR	Item 7	Ofício 4475/DSEDU I/DS/SFC/CGU-PR de 16/2/2012
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Proceder à Tomada de Contas Especial para apuração do dano com vistas ao devido ressarcimento ao erário (IN 01/97, art. 38), bem como, instaurar procedimentos para responsabilização dos agentes envolvidos.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Infraestrutura			26114
Pró-Reitoria de Administração			26114
Justificativa para o seu não Cumprimento			
<p>Memorando n.º 25/PROINFRA/UFSC/2012: De ordem do Sr. Pró-Reitor de Infraestrutura, solicitamos que sejam adotadas as providências no sentido de proceder a Tomada de Contas Especial para apurar os danos com vistas ao ressarcimento ao erário (IN01/97). Nos convênios firmados com a ANTT e o INMET, com recursos executados pela Fundação Técnica 351/2012/DSEDU I/DS/SFC/CGU-PR, bem como, instaurar procedimento para responsabilização dos agentes envolvidos.</p> <p>Portaria n.º 1141/2012/GR, de 10 de julho de 2012, com o seguinte teor: A Vice-Reitora da Universidade Federal de Santa Catarina, no exercício da Reitoria, no uso de suas atribuições estatutárias e regimentais, tendo em vista o item 7 da “Recomendação à Unidade” feita pela CGU, o que consta no Ofício 4475/DSEDU I/DS/SFC/CGU-PR e na Nota Técnica 351-2012/DSEDU I/DS/SFC/CGU-PR,</p> <p>RESOLVE: DETERMINAR, sem prejuízo de outras eventuais providências que venham a se fazer necessárias, a instauração de Comissão de Sindicância para a apuração de fatos e eventuais responsabilidades, composta pela Professora Doutora DANIELLE ANNONI (CCJ), pelo Prof. Dr. ILDEMAR EGGER (CCJ) e pelo Prof. Dr. ARNOLDO DEBATIN NETO (CCE), que sob a presidência da primeira deverá apurar os fatos relatados no ofício em tela e na documentação que o instrui.</p> <p>A Comissão terá prazo de trinta dias para apresentar relatório conclusivo, contado da data da sua instalação, que deverá ocorrer até cinco dias úteis a partir da publicação desta portaria no Boletim Oficial da Universidade.</p>			

Despacho n.º 159/GR/2012, de 9 de julho de 2012, com o seguinte teor:			
1. Tendo em vista a “Recomendação à Unidade” feita pela CGU (Item 7 da Nota Técnica 351-2012/DSEDUI/DS/SFC/CGU-PR, encaminhada com o Ofício 4475/DSEDUI/DS/SFC/CGU-PR), bem como o despacho do antigo Procurador-Chefe, determino – sem prejuízo de outras eventuais providências que venham a se fazer necessárias – o imediato encaminhamento do expediente à Proplan, para que se viabilize, após cabal comprovação do atendimento do art. 1.º – par. 3 da Instrução Normativa/TCU n.º 56 e do art. 5 – LV da Constituição Federal, a instauração de TOMADA DE CONTAS ESPECIAL, nos termos da referida Instrução Normativa.			
2. Após as providências de competência da PROPLAN, encaminhe-se o expediente à Auditoria Interna, para análise e manifestação.			
Despacho n.º 494/GR/2012, de 26 de outubro de 2012, com o seguinte teor:			
1. Informada a nova gestão das irregularidades imputadas pela CGU, determinou-se a instauração de sindicância (Portaria 1141/2012/GR), tendo em vista a necessidade de se observar o disposto no art. 5LV da Constituição Federal. Sem prejuízo de tal providência, determinou-se, no Despacho 159/GR/2012, o “encaminhamento do expediente à PROPLAN, para que se viabilize, após cabal comprovação do atendimento do art. 1.º - § 3.º da Instrução Normativa/TCU n.º 56 e do art. 5-LV da Constituição Federal, a instauração de TOMADA DE CONTAS ESPECIAL”. A PROPLAN já reuniu a documentação pertinente que retornará à AudIn e será usada oportunamente na referida tomada de contas. Esta, s.m.j., deverá aguardar a conclusão da sindicância supracitada.			
Informação repassada à CGU-R/SC em dezembro de 2012, por meio de mensagem eletrônica, de que os últimos encaminhamentos foram dados por meio da Portaria 1141/2012/GR, do Despacho 159/GR/2012 e do Despacho 494/GR/2012. Na ocasião, a CGU-R/SC foi informada que o Chefe de Gabinete da Reitoria determinou que a Secretaria Especial de Aperfeiçoamento Institucional – SEAI, será responsável pelas providências necessárias ao cumprimento das determinações em questão, e que a AudIn estará em contato permanente para verificar o seu andamento.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não foram identificados fatores positivos e negativos			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
2	224886	Item 2.2.1.3 Rec. 001	31.960 /2010/CGU-R/SC
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Reiteramos pela quinta vez a recomendação de se atender às determinações do TCU contidas na alínea "a" do Acórdão n.º 2892/2004 - 1ª Câmara TCU, onde foi determinado que a UFSC: "a) regularize a concessão de uso de área de 3.883,88 m² em benefício da Associação Atlética Volantes da UFSC, objeto do Contrato n.º 269/2001, de 25/07/2001, de modo a atender à legislação aplicada, particularmente, a Lei n.º 6.120/1974 e o Decreto n.º 99.509/1990, mediante a cobrança por todo o período de vigência do referido contrato do aluguel mensal devido, com base em laudo de avaliação, mantendo os valores devidamente atualizados; ..."			
Providências Adotadas			
Sector Responsável pela Implementação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis			84216
Pró-Reitoria de Administração			26114
Justificativa para o seu não Cumprimento			
No Item 2.1.2.1 – Informação (39) do Relatório 201108926 a CGU-R/SC apresenta como situação atual da recomendação: “ <i>Pendente de Atendimento</i> ”.			
Na Solicitação de Auditoria 201103023/08, a CGU-R/SC apresenta como STATUS ATUAL DA RECOMENDAÇÃO: “ <i>Reiterada pela não implementação plena da Recomendação pela Unidade</i> ”, com a seguinte análise: “ <i>Conforme determinação do TCU – Acórdão 2519/2010 – cabe aos gestores a regularização da cessão da área. Solicitamos que sejam apresentadas as medidas adotadas pela Unidade (desde sua última manifestação) para efetivação do recebimento dos aluguéis da AASUFSC.</i> ”.			
<u>Posição em 17/02/2012, informada no Plano de Providências preenchido e encaminhado à CGU-R/SC por meio do Ofício n.º 46/2012/GR, de 22/02/2012:</u>			
<u>Informação prestada Pela Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis:</u>			
Por meio do Memorando 176/PRAE/2011, de 16/12/2011, a PRAE informa que o presente caso está “sub judice” aguardando decisão da Justiça Federal de Florianópolis e do Tribunal Regional Federal da 4.ª Região, e que em consultas processuais extraídas dos sites da JFSC e TRF 4.ª Região, verificou-se que a última movimentação ocorreu em 14 de setembro de 2011.			
Memorando n.º 312/CLCPJ/PF/UFSC/2011, de 28/12/2011, à PRAE, com o seguinte teor:			

Encaminho a Vossa Senhoria correspondência eletrônica da Procuradoria Federal, Dr.^a Renata Elisandra de Araújo, solicitando sejam encaminhadas cópias dos autos do TC 019.985/2007-09 e acórdão 2519/2010, a fim de instruir a ação judicial de cobrança contra a Associação Atlética dos Servidores da UFSC.

Por fim, comunico que quaisquer esclarecimentos que se façam necessários poderão ser obtidos pelos telefones supracitados, ou pelo e-mail procuradoria@reitoria.ufsc.br.

Memorando n.º 178/PRAE, de 28/12/2011, ao Senhor Procurador Federal da PF/UFSC, com o seguinte teor:

Atendendo à solicitação de Vossa Senhoria, consubstanciada no Memorando n.º 312/CLCPJ/PF/UFSC/2011, desta data, em face do e-mail endereçado a essa Procuradoria pela Dra. Renata Elisandra de Araújo, Procuradora Federal da SCRC/PF/SC, cumpre-nos encaminhar-lhe, em anexo, a cópia do dossiê referente ao TC 019.985/2007-09, elaborado pela Auditoria desta Universidade, contendo o Acórdão n.º 2519/2010 e as informações necessárias à instrução da ação judicial de cobrança em desfavor da Associação Atlética dos Servidores da UFSC – AASUFSC.

Importante ressaltar que esta Pró-Reitoria já havia encaminhado a essa Procuradoria o anexo Memorando n.º 078/PRAE, de 09 de agosto passado, fornecendo todos os esclarecimentos relativos ao presente caso, para atender requisição formulada pelo Dr. Marcelo Evaristo de Souza, Procurador Federal Chefe da SCRC-PF/SC, através de Memorando n.º 236/CLCP/UFSC/2011.

Posição em out/2012, informada no Plano de Providências encaminhado à CGU-R/SC:

A PRAE informa que, a Ação ordinária n.º 500985201040472200 está em trânsito na Justiça Federal de Santa Catarina, sem nenhuma decisão/sentença lançada nos autos.

Posição em 31/12/2012, informada pela PRAE:

Informamos que, a pedido do Gabinete da Reitoria, atualizamos as informações em relação à situação no dia 08 de outubro de 2012. A ação judicial prossegue na Justiça Federal de Santa Catarina o que impede o cumprimento da determinação do Acórdão. Trata-se de processo impetrado contra a UFSC pela AASUFSC sob o número 5009859-85.2010.404.7200 tramitando na Justiça Federal da 4ª Região. Os últimos eventos do processo assim se referem: 05/12/2012 01:01 Decurso de Prazo Refer. ao Evento: 50

19/11/2012 16:13 PETIÇÃO PROTOCOLADA JUNTADA Refer. ao Evento: 51 - PETIÇÃO

17/11/2012 23:59 Intimação Eletrônica - Confirmada Refer. aos Eventos: 50 e 51. O link para acompanhamento é: http://www.trf4.jus.br/trf4/processos/acompanhamento/resultado_pesquisa_popup.php?selForma=NU&txtValor=50098598520104047200&chkMostrarBaixados=&todasfases=&todosvalores=&todaspares=&txtDataFase=01/01/1970&selOrigem=SC&sistema=&hdnRefId=e01fc966cc84929f717426c113c4fc36&txtPalavraGerada=kBoV

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Demanda judicial impede o cumprimento da recomendação da CGU-R/SC

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
3	224886	Item 2.2.1.3 Rec. 002	31.960 /2010/CGU-R/SC

Órgão/Entidade Objeto da Recomendação	Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina	429

Descrição da Recomendação

Modificar o teor da minuta do Termo Aditivo apresentado pela UFSC alterando o percentual de definição do valor mensal a ser pago pela AASUFSC, conforme for o resultado do julgamento do Processo n.º TC 017.323/2006-6 (Prestação de Contas/2005).

Providências Adotadas

Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis	84216
Pró-Reitoria de Administração	26114

Justificativa para o seu não Cumprimento

No Item 2.1.2.1 – Informação (39) do Relatório 201108926 a CGU-R/SC apresenta como situação atual da recomendação: “*Pendente de Atendimento*”.

Na Solicitação de Auditoria 201103023/08, a CGU-R/SC apresenta como STATUS ATUAL DA RECOMENDAÇÃO: “*Reiterada pela não implementação plena da Recomendação pela Unidade*”, com a seguinte análise: “*Conforme determinação do TCU – Acórdão 2519/2010 – cabe aos gestores a regularização da cessão da área. Solicitamos que sejam apresentadas as medidas adotadas.*”.

Posição em 17/02/2012, informada no Plano de Providências preenchido e encaminhado à CGU-R/SC por meio do Ofício n.º 46/2012/GR, de 22/02/2012:

Informação prestada Pela Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis:

Por meio do Memorando 176/PRAE/2011, de 16/12/2011, a PRAE informa que o presente caso está “sub judice” aguardando decisão da Justiça Federal de Florianópolis e do Tribunal Regional Federal da 4.ª Região, e que em

consultas processuais extraídas dos sites da JFSC e TRF 4.^a Região, verificou-se que a última movimentação ocorreu em 14 de setembro de 2011.

Memorando n.º 312/CLCPJ/PF/UFSC/2011, de 28/12/2011, à PRAE, com o seguinte teor:

Encaminho a Vossa Senhoria correspondência eletrônica da Procuradoria Federal, Dr.^a Renata Elisandra de Araújo, solicitando sejam encaminhadas cópias dos autos do TC 019.985/2007-09 e acórdão 2519/2010, a fim de instruir a ação judicial de cobrança contra a Associação Atlética dos Servidores da UFSC.

Por fim, comunico que quaisquer esclarecimentos que se façam necessários poderão ser obtidos pelos telefones supracitados, ou pelo e-mail procuradoria@reitoria.ufsc.br.

Memorando n.º 178/PRAE, de 28/12/2011, ao Senhor Procurador Federal da PF/UFSC, com o seguinte teor:

Atendendo à solicitação de Vossa Senhoria, consubstanciada no Memorando n.º 312/CLCPJ/PF/UFSC/2011, desta data, em face do e-mail endereçado a essa Procuradoria pela Dra. Renata Elisandra de Araújo, Procuradora Federal da SCRC/PF/SC, cumpre-nos encaminhar-lhe, em anexo, a cópia do dossiê referente ao TC 019.985/2007-09, elaborado pela Auditoria desta Universidade, contendo o Acórdão n.º 2519/2010 e as informações necessárias à instrução da ação judicial de cobrança em desfavor da Associação Atlética dos Servidores da UFSC – AASUFSC.

Importante ressaltar que esta Pró-Reitoria já havia encaminhado a essa Procuradoria o anexo Memorando n.º 078/PRAE, de 09 de agosto passado, fornecendo todos os esclarecimentos relativos ao presente caso, para atender requisição formulada pelo Dr. Marcelo Evaristo de Souza, Procurador Federal Chefe da SCRC-PF/SC, através de Memorando n.º 236/CLCP/UFSC/2011.

Posição em out/2012, informada no Plano de Providências encaminhado à CGU-R/SC:

A PRAE informa que, a Ação ordinária n.º 500985201040472200 está em trânsito na Justiça Federal de Santa Catarina, sem nenhuma decisão/sentença lançada nos autos.

Posição em 31/12/2012, informada pela PRAE:

Informamos que, a pedido do Gabinete da Reitoria, atualizamos as informações em relação à situação no dia 08 de outubro de 2012. A ação judicial prossegue na Justiça Federal de Santa Catarina o que impede o cumprimento da determinação do Acórdão. Trata-se de processo impetrado contra a UFSC pela AASUFSC sob o número 5009859-85.2010.404.7200 tramitando na Justiça Federal da 4.^a Região. Os últimos eventos do processo assim se referem: 05/12/2012 01:01 Decurso de Prazo Refer. ao Evento: 50

19/11/2012 16:13 PETIÇÃO PROTOCOLADA JUNTADA Refer. ao Evento: 51 - PETIÇÃO

17/11/2012 23:59 Intimação Eletrônica - Confirmada Refer. aos Eventos: 50 e 51. O link para acompanhamento é: http://www.trf4.jus.br/trf4/processos/acompanhamento/resultado_pesquisa_popup.php?selforma=NU&txtValor=50098598520104047200&chkMostrarBaixados=&todasfases=&todosvalores=&todaspartes=&txtDataFase=01/01/1970&selOrigem=SC&sistema=&hdnRefId=e01fc966cc84929f717426c113c4fc36&txtPalavraGerada=kBoV

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Demanda judicial impede o cumprimento da recomendação da CGU-R/SC

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
4	224886	Item 2.2.1.3 Rec. 003	31.960 /2010/CGU-R/SC

Órgão/Entidade Objeto da Recomendação	Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina	429

Descrição da Recomendação:

Apurar os valores não pagos pela AASUFSC, baseando-se nos critérios legais, e adotar as medidas para a cobrança administrativa e/ou judicial, se for o caso, dos valores pretéritos devidos, conforme for o resultado do julgamento do Processo n.º TC 017.323/2006-6 (Prestação de Contas/2005).

Providências Adotadas

Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis	84216
Pró-Reitoria de Administração	26114

Justificativa para o seu não Cumprimento

No Item 2.1.2.1 – Informação (39) do Relatório 201108926 a CGU-R/SC apresenta como situação atual da recomendação: “*Pendente de Atendimento*”.

Na Solicitação de Auditoria 201103023/08, a CGU-R/SC apresenta como STATUS ATUAL DA RECOMENDAÇÃO: “*Reiterada pela não implementação plena da Recomendação pela Unidade*”, com a seguinte análise: “*Conforme determinação do TCU – Acórdão 2519/2010 – cabe aos gestores a regularização da cessão da área. Solicitamos que sejam apresentados: a apuração dos valores devidos pela AASUFSC, as medidas adotadas para a cobrança desses valores, e a comprovação da efetivação do recolhimento.*”.

Posição em 17/02/2012, informada no Plano de Providências preenchido e encaminhado à CGU-R/SC por meio

do Ofício nº 46/2012/GR, de 22/02/2012:**Informação prestada Pela Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis:**

Por meio do Memorando 176/PRAE/2011, de 16/12/2011, a PRAE informa que o presente caso está “sub judice” aguardando decisão da Justiça Federal de Florianópolis e do Tribunal Regional Federal da 4.ª Região, e que em consultas processuais extraídas dos sites da JFSC e TRF 4.ª Região, verificou-se que a última movimentação ocorreu em 14 de setembro de 2011.

Memorando nº 312/CLCPJ/PF/UFSC/2011, de 28/12/2011, à PRAE, com o seguinte teor:

Encaminho a Vossa Senhoria correspondência eletrônica da Procuradoria Federal, Dr.ª Renata Elisandra de Araújo, solicitando sejam encaminhadas cópias dos autos do TC 019.985/2007-09 e acórdão 2519/2010, a fim de instruir a ação judicial de cobrança contra a Associação Atlética dos Servidores da UFSC.

Por fim, comunico que quaisquer esclarecimentos que se façam necessários poderão ser obtidos pelos telefones supracitados, ou pelo e-mail procuradoria@reitoria.ufsc.br.

Memorando nº 178/PRAE, de 28/12/2011, ao Senhor Procurador Federal da PF/UFSC, com o seguinte teor:

Atendendo à solicitação de Vossa Senhoria, consubstanciada no Memorando nº 312/CLCPJ/PF/UFSC/2011, desta data, em face do e-mail endereçado a essa Procuradoria pela Dra. Renata Elisandra de Araújo, Procuradora Federal da SCRC/PF/SC, cumpre-nos encaminhar-lhe, em anexo, a cópia do dossiê referente ao TC 019.985/2007-09, elaborado pela Auditoria desta Universidade, contendo o Acórdão nº 2519/2010 e as informações necessárias à instrução da ação judicial de cobrança em desfavor da Associação Atlética dos Servidores da UFSC – AASUFSC.

Importante ressaltar que esta Pró-Reitoria já havia encaminhado a essa Procuradoria o anexo Memorando nº 078/PRAE, de 09 de agosto passado, fornecendo todos os esclarecimentos relativos ao presente caso, para atender requisição formulada pelo Dr. Marcelo Evaristo de Souza, Procurador Federal Chefe da SCRC-PF/SC, através de Memorando nº 236/CLCP/UFSC/2011.

Posição em out/2012, informada no Plano de Providências encaminhado à CGU-R/SC:

A PRAE informa que, a Ação ordinária nº 500985201040472200 está em trânsito na Justiça Federal de Santa Catarina, sem nenhuma decisão/sentença lançada nos autos.

Posição em 31/12/2012, informada pela PRAE:

Informamos que, a pedido do Gabinete da Reitoria, atualizamos as informações em relação à situação no dia 08 de outubro de 2012. A ação judicial prossegue na Justiça Federal de Santa Catarina o que impede o cumprimento da determinação do Acórdão. Trata-se de processo impetrado contra a UFSC pela AASUFSC sob o número 500985-85.2010.404.7200 tramitando na Justiça Federal da 4ª Região. Os últimos eventos do processo assim se referem: 05/12/2012 01:01 Decurso de Prazo Refer. ao Evento: 50

19/11/2012 16:13 PETIÇÃO PROTOCOLADA JUNTADA Refer. ao Evento: 51 - PETIÇÃO

17/11/2012 23:59 Intimação Eletrônica - Confirmada Refer. aos Eventos: 50 e 51. O link para acompanhamento é: http://www.trf4.jus.br/trf4/processos/acompanhamento/resultado_pesquisa_popup.php?selForma=NU&txtValor=50098598520104047200&chkMostrarBaixados=&todasfases=&todosvalores=&todaspartes=&txtDataFase=01/01/1970&selOrigem=SC&sistema=&hdnRefId=e01fc966cc84929f717426c113c4fc36&txtPalavraGerada=kBoV

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Demanda judicial impede o cumprimento da recomendação da CGU-R/SC

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
5	224886	Item 2.2.1.3 Rec. 004	31.960 /2010/CGU-R/SC

Órgão/Entidade Objeto da Recomendação	Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina	429

Descrição da Recomendação

Apurar o possível descumprimento do Termo de Concessão de Uso por parte da AASUFSC e, conforme o resultado, adotar providências para retomada da área pela UFSC.

Providências Adotadas

Sector Responsável pela Implementação	Código SIORG
Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis	84216
Pró-Reitoria de Administração	26114

Justificativa para o seu não Cumprimento

No Item 2.1.2.1 – Informação (39) do Relatório 201108926 a CGU-R/SC apresenta como situação atual da recomendação: “*Pendente de Atendimento*”.

Na Solicitação de Auditoria 201103023/08, a CGU-R/SC apresenta como STATUS ATUAL DA RECOMENDAÇÃO: “*Reiterada pela não implementação plena da Recomendação pela Unidade*”, com a seguinte análise: “*Conforme determinação do TCU – Acórdão 2519/2010 – cabe aos gestores a regularização da cessão da*

área. Solicitamos que sejam apresentadas as medidas adotadas.”.

Posição em 17/02/2012, informada no Plano de Providências preenchido e encaminhado à CGU-R/SC por meio do Ofício nº 46/2012/GR, de 22/02/2012:

Informação prestada Pela Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis:

Por meio do Memorando 176/PRAE/2011, de 16/12/2011, a PRAE informa que o presente caso está “sub judice” aguardando decisão da Justiça Federal de Florianópolis e do Tribunal Regional Federal da 4.ª Região, e que em consultas processuais extraídas dos sites da JFSC e TRF 4.ª Região, verificou-se que a última movimentação ocorreu em 14 de setembro de 2011.

Memorando n.º 312/CLCPJ/PF/UFSC/2011, de 28/12/2011, à PRAE, com o seguinte teor:

Encaminho a Vossa Senhoria correspondência eletrônica da Procuradoria Federal, Dr.ª Renata Elisandra de Araújo, solicitando sejam encaminhadas cópias dos autos do TC 019.985/2007-09 e acórdão 2519/2010, a fim de instruir a ação judicial de cobrança contra a Associação Atlética dos Servidores da UFSC.

Por fim, comunico que quaisquer esclarecimentos que se façam necessários poderão ser obtidos pelos telefones supracitados, ou pelo e-mail procuradoria@reitoria.ufsc.br.

Memorando n.º 178/PRAE, de 28/12/2011, ao Senhor Procurador Federal da PF/UFSC, com o seguinte teor:

Atendendo à solicitação de Vossa Senhoria, consubstanciada no Memorando nº 312/CLCPJ/PF/UFSC/2011, desta data, em face do e-mail endereçado a essa Procuradoria pela Dra. Renata Elisandra de Araújo, Procuradora Federal da SCRC/PF/SC, cumpre-nos encaminhar-lhe, em anexo, a cópia do dossiê referente ao TC 019.985/2007-09, elaborado pela Auditoria desta Universidade, contendo o Acórdão nº 2519/2010 e as informações necessárias à instrução da ação judicial de cobrança em desfavor da Associação Atlética dos Servidores da UFSC – AASUFSC.

Importante ressaltar que esta Pró-Reitoria já havia encaminhado a essa Procuradoria o anexo Memorando nº 078/PRAE, de 09 de agosto passado, fornecendo todos os esclarecimentos relativos ao presente caso, para atender requisição formulada pelo Dr. Marcelo Evaristo de Souza, Procurador Federal Chefe da SCRC-PF/SC, através de Memorando nº 236/CLCP/UFSC/2011.

Posição em out/2012, informada no Plano de Providências encaminhado à CGU-R/SC:

A PRAE informa que, a Ação ordinária nº 500985201040472200 está em trânsito na Justiça Federal de Santa Catarina, sem nenhuma decisão/sentença lançada nos autos.

Posição em 31/12/2012, informada pela PRAE:

Informamos que, a pedido do Gabinete da Reitoria, atualizamos as informações em relação à situação no dia 08 de outubro de 2012. A ação judicial prossegue na Justiça Federal de Santa Catarina o que impede o cumprimento da determinação do Acórdão. Trata-se de processo impetrado contra a UFSC pela AASUFSC sob o número 500985-85.2010.404.7200 tramitando na Justiça Federal da 4ª Região. Os últimos eventos do processo assim se referem: 05/12/2012 01:01 Decurso de Prazo Refer. ao Evento: 50

19/11/2012 16:13 PETIÇÃO PROTOCOLADA JUNTADA Refer. ao Evento: 51 - PETIÇÃO

17/11/2012 23:59 Intimação Eletrônica - Confirmada Refer. aos Eventos: 50 e 51. O link para acompanhamento é: http://www.trf4.jus.br/trf4/processos/acompanhamento/resultado_pesquisa_popup.php?selForma=NU&txtValor=50098598520104047200&chkMostrarBaixados=&todasfases=&todosvalores=&todaspartes=&txtDataFase=01/01/1970&selOrigem=SC&sistema=&hdnRefId=e01fc966cc84929f717426c113c4fc36&txtPalavraGerada=kBoV

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Demanda judicial impede o cumprimento da recomendação da CGU-R/SC

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
6	224886	Item 2.3.1.1 Rec. 001	31.960 /2010/CGU-R/SC

Órgão/Entidade Objeto da Recomendação	Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina	429

Descrição da Recomendação

Elaborar plano de ação referente ao projeto de modernização da Imprensa Universitária, contendo etapas, metas, prazos, possíveis fontes de recursos e responsáveis

Providências Adotadas

Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Pró-Reitoria de Infraestrutura	26114
Pró-Reitoria de Administração	26114

Justificativa para o seu não Cumprimento

No Item 2.1.2.1 – Informação (39) do Relatório 201108926 a CGU-R/SC apresenta como situação atual da recomendação: “Pendente de Atendimento”.

Na Solicitação de Auditoria 201103023/08, a CGU-R/SC apresenta como STATUS ATUAL DA RECOMENDAÇÃO:

“Reiterada pela não implementação plena da Recomendação pela Unidade”, com a seguinte análise: “Conforme exposto na manifestação da Unidade, ainda estariam em andamento ações visando o atendimento da recomendação. Considerando que o trabalho realizado pela empresa de consultoria foi concluído, cabe aos gestores informarem quais providências foram adotadas com base nesse trabalho.”.

Posição em 17/02/2012, informada no Plano de Providências preenchido e encaminhado à CGU-R/SC por meio do Ofício nº 46/2012/GR, de 22/02/2012:

Informação prestada Pela Pró-Reitoria de Infraestrutura:

Com base no trabalho apresentado ao magnífico Reitor, ficou autorizado que fosse realizado processo licitatório ou, até mesmo, “caronas” em Atas de Registro de Preços para aquisição de equipamentos. Espera-se que ainda no primeiro semestre de 2012 novos equipamentos sejam adquiridos para resolução do problema.

Posição em out/2012, informada no Plano de Providências encaminhado à CGU-R/SC:

"Foi realizado um Fórum de Planejamento envolvendo todos os Pró-Reitores Secretários e seus Adjuntos bem como a Mag.^a Reitora e a Vice Reitora onde foi elaborado um Planejamento Estratégico com vistas a identificar lacunas e sobreposição de tarefas bem como as devidas condições de trabalho para que estas possam ser realizadas com desenvoltura. A próxima etapa é a apresentação dos projetos para os encaminhamentos. A Imprensa Universitária já elaborou a lista de suas necessidades para estar capacitada a atender plenamente as demandas da Universidade. Salientamos que estamos em negociação com a Imprensa Nacional de Brasília onde esta se manifestou em doar um equipamento que será de muita utilidade para a estruturação da Imprensa Universitária, neste sentido já enviamos 2 técnicos para identificar as condições do equipamento e segundo os mesmos o equipamento atende perfeitamente nossos trabalhos. Abaixo apresentamos a lista dos principais equipamentos a serem adquiridos.

1. Aquisição de Máquinas OFFSET 04 (quatro) Cores;
Objetivo: Agilizar e buscar qualidade na produção de serviços com seleção de cores para grande quantidade de impressões.
2. Aquisição da Máquina OFFSET Bicolor com Reversão
Objetivo: Imprimir frente e verso, cadernos de livros e qualquer outro tipo de impressão pela metade do tempo
3. Aquisição da Máquina IMAGESSET(doação);
Objetivo: Realizar nossos próprios fotolitos;
4. Aquisição de uma Máquina de Grampear com Cabeçote Duplo;
Objetivo: Agilizar a etapa de grampeamento;
5. Aquisição de Máquina de Corte Tri-lateral Automática;
Objetivo: Agilidade e melhorar a qualidade nos cortes de livros e revistas, substituindo o equipamento manual hoje existente na IU;
6. Substituição ou Revisão Geral da Máquina de Colar Capa em Livros e Revistas;
Objetivo: Produzir com mais qualidade e agilidade o serviço de colocação de capa.
7. Aquisição de Máquina de Corte e Vinco e Hot Stanping;
Objetivo: Agregar novos serviços na IU,;
8. Aquisição de CTP;
Objetivo: Ter total autonomia para a realização de serviços com toda a segurança dentro da própria Instituição;
9. Aquisição de Impressoras Digitais Profissionais para impressão em cores e preto e branco;
Objetivo: Atender com rapidez e qualidade as solicitações de impressões coloridas em preto e branco com tiragem até 1000 (mil);
10. Aquisição de Máquina Dobradeira de Folders;
Objetivo: Dinamizar a qualidade deste serviço ao cliente;
11. Aquisição de 01 (uma) Perfuradora Elétrica Profissional;
Objetivo: Atender a serviços de acabamento de livros, agendas de usuários que optam por este serviço;"

Posição em dez/2012, informada pela Imprensa Universitária:

" A Imprensa Universitária não foi atendida em suas solicitações de renovação dos equipamentos, a nova Coordenação encaminhando projeto de compra para 12/13, junto ao Fórum de Planejamento e apresentado no PPP de 10/12."

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Posição em dez/2012, informada pela Imprensa Universitária:

“Contudo foi realizada manutenção nos atuais equipamentos e conseguimos atender somente este ano a 1000 (mil) solicitações de serviço num total aproximado de mais de 900.000 (novecentos mil) impressões, evitando que muitos serviços fossem feitos fora da UFSC.”

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
7	224886	Item 2.3.1.1 Rec. 002	31.960 /2010/CGU-R/SC
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			

Monitorar a execução do plano de ação, emitindo relatórios de acompanhamento, de modo a garantir a conclusão do projeto dentro do prazo programado.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Infraestrutura			26114
Pró-Reitoria de Administração			26114
Justificativa para o seu não Cumprimento			
No Item 2.1.2.1 – Informação (39) do Relatório 201108926 a CGU-R/SC apresenta como situação atual da recomendação: “ <i>Pendente de Atendimento</i> ”.			
Na Solicitação de Auditoria 201103023/08, a CGU-R/SC apresenta como STATUS ATUAL DA RECOMENDAÇÃO: “ <i>Reiterada pela não implementação plena da Recomendação pela Unidade</i> ”, com a seguinte análise: “ <i>Conforme exposto na manifestação da Unidade, ainda estariam em andamento ações visando o atendimento da recomendação. Considerando que o trabalho realizado pela empresa de consultoria foi concluído, cabe aos gestores informarem quais providências foram adotadas com base nesse trabalho.</i> ”.			
<u>Posição em 17/02/2012, informada no Plano de Providências preenchido e encaminhado à CGU-R/SC por meio do Ofício nº 46/2012/GR, de 22/02/2012:</u>			
Informação prestada Pela Pró-Reitoria de Infraestrutura:			
Com base no trabalho apresentado ao magnífico Reitor, ficou autorizado que fosse realizado processo licitatório ou, até mesmo, “caronas” em Atas de Registro de Preços para aquisição de equipamentos. Espera-se que ainda no primeiro semestre de 2012 novos equipamentos sejam adquiridos para resolução do problema.			
<u>Posição em out/2012, informada no Plano de Providências encaminhado à CGU-R/SC:</u>			
“ Informação da PROAD: A Imprensa esta se mobilizando para a compra destes equipamentos visto que temos mandado para avaliação pessoas do quadro com experiência, recentemente fomos a Brasília/DF avaliar um equipamento que será muito útil no aumento de nossa capacidade para atendimento de serviços que exigem o uso de fotolito, bem como a apresentação do projeto no Fórum de Planejamento.”			
<u>Posição em dez/2012, informada pela Imprensa Universitária:</u>			
“A Imprensa Universitária não foi atendida em suas solicitações de renovação dos equipamentos, a nova Coordenação encaminhando projeto de compra para 12/13, junto ao Fórum de Planejamento e apresentado no PPP de 10/12.”			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
<u>Posição em dez/2012, informada pela Imprensa Universitária:</u>			
“Contudo foi realizada manutenção nos atuais equipamentos e conseguimos atender somente este ano a 1000 (mil) solicitações de serviço num total aproximado de mais de 900.000 (novecentos mil) impressões, evitando que muitos serviços fossem feitos fora da UFSC.”			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
8	224886	Item 3.4.1.2 Rec. 001	31.960 /2010/CGU-R/SC
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Acompanhar as manifestações do TCU decorrentes do Ofício n.º 675/GR/2008, de 21/11/2008 e do Memorando n.º 690/DDAP/2008, em relação ao julgamento do ato de aposentadoria do servidor Mat. 1555434.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Desenvolvimento Humano e Social			26115
Secretaria de Gestão de Pessoas			26115
Justificativa para o seu não Cumprimento			
No Item 2.1.2.1 – Informação (39) do Relatório 201108926 a CGU-R/SC apresenta como situação atual da recomendação: “ <i>Pendente de Atendimento</i> ”.			
Na Solicitação de Auditoria 201103023/08, a CGU-R/SC apresenta como STATUS ATUAL DA RECOMENDAÇÃO: “ <i>Reiterada pela não implementação plena da Recomendação pela Unidade</i> ”, com a seguinte análise: “ <i>Conforme exposto na manifestação da Unidade, a UFSC estaria aguardando a decisão do TCU. Solicitamos que sejam apresentadas informações atualizadas acerca da situação em análise.</i> ”.			
<u>Posição em 17/02/2012, informada no Plano de Providências preenchido e encaminhado à CGU-R/SC por meio do Ofício nº 46/2012/GR, de 22/02/2012:</u>			
Informação prestada Pela Pró-Reitoria de Desenvolvimento Humano e Social:			
Situação permanece inalterada, aguardando parecer do TCU.			

<u>Posição em out/2012, informada no Plano de Providências encaminhado à CGU-R/SC:</u> A SEGESP, conforme Memorando nº 098/SEGESP/2012, informa: Situação continua inalterada conforme consulta anexa.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Aguardando Parecer do TCU			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
9	224886	Item 4.1.3.3 Rec. 001	31.960 /2010/CGU-R/SC
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Instaurar processo administrativo para apuração de responsabilidades e ressarcimento de prejuízo de R\$ 13.339,35 em razão de inclusão de exigência irrelevante em Edital de Pregão, com a contratação posterior de fornecimento por meio de dispensa de licitação.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Gabinete do Reitor			26075
Secretaria Especial de Aperfeiçoamento Institucional			119943
Justificativa para o seu não Cumprimento			
No Item 2.1.2.1 – Informação (39) do Relatório 201108926 a CGU-R/SC apresenta como situação atual da recomendação: <i>“Pendente de Atendimento”</i> . Na Solicitação de Auditoria 201103023/08, a CGU-R/SC apresenta como STATUS ATUAL DA RECOMENDAÇÃO: <i>“Reiterada pela não implementação plena da Recomendação pela Unidade”, com a seguinte análise: “Conforme manifestação da Unidade, cabe acompanhamento das medidas adotadas até a conclusão do procedimento administrativo instaurado. Solicitamos que seja informado o estágio atual do procedimento. Em caso de conclusão, disponibilizar cópia do relatório de conclusão, bem como informar as medidas dele decorrentes.”</i> . <u>Posição em 17/02/2012, informada no Plano de Providências preenchido e encaminhado à CGU-R/SC por meio do Ofício nº 46/2012/GR, de 22/02/2012:</u> <u>Informação prestada Pela Pró-Reitoria de Infraestrutura:</u> Conforme Memo n.º 030/CPAD/PF/UFSC/2012, da Coordenadoria de Processos Administrativos Disciplinares, de 16/02/2012, o processo n.º 23080.023968/2009-11, teve designada nova Comissão para análise e parecer (Memo anexo). <u>Posição em out/2012, informada no Plano de Providências encaminhado à CGU-R/SC:</u> <u>Informação da SEAI:</u> "Acatando a manifestação da CGU, a Secretaria Especial de Aperfeiçoamento Institucional (Despacho 24/SEAI/2012) solicitou o desarquivamento dos autos de sindicância 23080.023968/2009-11). A CPAD manifestou sua discordância com o prosseguimento do feito na esfera administrativa. Em resposta, a SEAI está encaminhando à Procuradoria Federal junto à UFSC consulta sobre a possibilidade de abertura de nova sindicância, alertando para as falhas verificadas nas sindicâncias anteriores e destacando as advertências da CGU"			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não foram identificados fatores positivos e negativos			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
10	224886	Item 4.1.3.6 Rec. 002	31.960 /2010/CGU-R/SC
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Proceder à apuração de responsabilidade quanto à inserção de exigência ilegal no edital, atinente à comprovação de atividade ou de aptidão com limitações de tempo, para efeitos de habilitação técnica no Pregão 278/2008.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Gabinete do Reitor			26075

Pró-Reitoria de Infraestrutura			26114
Pró-Reitoria de Administração			26114
Justificativa para o seu não Cumprimento			
No Item 2.1.2.1 – Informação (39) do Relatório 201108926 a CGU-R/SC apresenta como situação atual da recomendação: “ <i>Pendente de Atendimento</i> ”.			
Na Solicitação de Auditoria 201103023/08, a CGU-R/SC apresenta como STATUS ATUAL DA RECOMENDAÇÃO: “ <i>Reiterada pela não implementação plena da Recomendação pela Unidade</i> ”, com a seguinte análise: “ <i>Conforme manifestação da Unidade, a recomendação ainda não teria sido atendida. Solicitamos informar se o Processo 23080.042170/2009-61 foi concluído, disponibilizando cópia de sua conclusão.</i> ”.			
<u>Posição em 17/02/2012, informada no Plano de Providências preenchido e encaminhado à CGU-R/SC por meio do Ofício nº 46/2012/GR, de 22/02/2012:</u>			
Informação prestada Pela Pró-Reitoria de Infraestrutura:			
Encaminhamos o Ofício nº 014/PROINFRA/2012, ao Gabinete do Reitor, solicitando a reabertura de Processo Administrativo Disciplinar para atendimento da recomendação da CGU. (Ofício anexo)			
<u>Posição em out/2012, informada no Plano de Providências encaminhado à CGU-R/SC:</u>			
"O GR informa que nova Comissão de Sindicância foi constituída em 27 de maio de 2011 através da Portaria nº 620/GR/2011. O processo nº 23080.006135/2011 – 01 encontra-se com a Presidente da Comissão."			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não foram identificados fatores positivos e negativos			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
11	224886	Item 4.2.2.2 Rec. 004	31.960 /2010/CGU-R/SC
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Proceder à apuração das responsabilidades daqueles que deram causa a lançamento tardio de edital com prazo inadequado para conclusão da licitação dentro do prazo de encerramento da contratação emergencial então vigente.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Hospital Universitário Professor Polydoro Ernani de São Thiago			15130
Gabinete do Reitor			26075
Justificativa para o seu não Cumprimento			
No Item 2.1.2.1 – Informação (39) do Relatório 201108926 a CGU-R/SC apresenta como situação atual da recomendação: “ <i>Pendente de Atendimento</i> ”.			
Na Solicitação de Auditoria 201103023/08, a CGU-R/SC apresenta como STATUS ATUAL DA RECOMENDAÇÃO: “ <i>Reiterada pela não implementação plena da Recomendação pela Unidade</i> ”, com a seguinte análise: “ <i>A manifestação apresentada indica que as medidas adotadas para atendimento da recomendação estariam em curso. Solicitamos informar se o procedimento já foi concluído bem como as decorrências do mesmo, disponibilizando, em caso positivo, cópia de sua conclusão.</i> ”.			
<u>Posição em 17/02/2012, informada no Plano de Providências preenchido e encaminhado à CGU-R/SC por meio do Ofício nº 46/2012/GR, de 22/02/2012:</u>			
Informação prestada pelo Gabinete do Reitor:			
Processo n. 23080.033740/2009-21 - Comissão de Sindicância para apurar responsabilidades, daqueles que deram causa ao lançamento tardio de edital com prazo inadequado para a conclusão da licitação dentro do prazo de encerramento do contrato emergencial de serviços de limpeza, higienização, desinfecção e conservação do HU/UFSC.			
O Processo em questão teve parecer exarado pela Comissão de Sindicância, composta pela Portaria 1207/GR/2009, pelo arquivamento do processo, em 17 de maio de 2010. No entanto, O relatório foi rejeitado pela Procuradoria Federal/AGU junto a UFSC com a concordância do Reitor que através de Nota Técnica sugeria a designação de uma nova comissão para melhor apurar o ocorrido.			
Foi designada nova Comissão em 17 de março de 2011, Portaria n. 357/GR/2011. Os trabalhos não foram iniciados porque houve necessidade de substituir o presidente da Comissão. A nova servidora designada, por um equívoco, estava com lotação provisória e já em término do seu contrato, conforme informado pela PRDHS em 15/02/2012. Atualmente, o processo está na CPAD – Coordenadoria de Processos Administrativos Disciplinares para nomear novo servidor para compor a comissão de sindicância em questão.			
<u>Posição em out/2012, informada no Plano de Providências encaminhado à CGU-R/SC:</u>			
Informação do HU: A Coordenadoria de Processos Administrativos e Disciplinares da Procuradoria Federal junto à			

UFSC (CPAD/PF), por intermédio de despacho na Solicitação 044965/2012, remetida por intermédio do Sistema de Gestão de Processos Digitais quanto ao Processo n.º 23080.033740/2009-21, informou que foi formada nova Comissão por meio da Portaria n.º 786/GR/2012 e que os autos foram enviados ao Presidente da Comissão por meio do Memorando n.º 149/CPAD/PF/UFSC/2012.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Informação do HU:

Morosidade na designação, no controle administrativo e na execução dos trabalhos das Comissões de Sindicância.

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
12	224886	Item 4.2.2.3 Rec. 002	31.960 /2010/CGU-R/SC

Órgão/Entidade Objeto da Recomendação	Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina	429

Descrição da Recomendação

Proceder à apuração das responsabilidades daqueles que deram causa a lançamento tardio de edital com prazo inadequado para conclusão da licitação dentro do prazo de encerramento da contratação emergencial então vigente.

Providências Adotadas

Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Hospital Universitário Professor Polydoro Ernani de São Thiago	15130
Gabinete do Reitor	26075

Justificativa para o seu não Cumprimento

No Item 2.1.2.1 – Informação (39) do Relatório 201108926 a CGU-R/SC apresenta como situação atual da recomendação: “*Pendente de Atendimento*”.

Na Solicitação de Auditoria 201103023/08, a CGU-R/SC apresenta como STATUS ATUAL DA RECOMENDAÇÃO: “*Reiterada pela não implementação plena da Recomendação pela Unidade*”, com a seguinte análise: “*A manifestação apresentada indica que as medidas adotadas para atendimento da recomendação estariam em curso. Solicitamos informar se a sindicância já foi concluída, bem como as decorrências da mesma, disponibilizando, em caso positivo, cópia de sua conclusão.*”.

Posição em 17/02/2012, informada no Plano de Providências preenchido e encaminhado à CGU-R/SC por meio do Ofício n.º 46/2012/GR, de 22/02/2012:

Informação prestada pelo Gabinete do Reitor:

Processo n. 23080.033740/2009-21 - Comissão de Sindicância para apurar responsabilidades, daqueles que deram causa ao lançamento tardio de edital com prazo inadequado para a conclusão da licitação dentro do prazo de encerramento do contrato emergencial de serviços de limpeza, higienização, desinfecção e conservação do HU/UFSC.

O Processo em questão teve parecer exarado pela Comissão de Sindicância, composta pela Portaria 1207/GR/2009, pelo arquivamento do processo, em 17 de maio de 2010. No entanto, O relatório foi rejeitado pela Procuradoria Federal/AGU junto a UFSC com a concordância do Reitor que através de Nota Técnica sugeria a designação de uma nova comissão para melhor apurar o ocorrido.

Foi designada nova Comissão em 17 de março de 2011, Portaria n. 357/GR/2011. Os trabalhos não foram iniciados porque houve necessidade de substituir o presidente da Comissão. A nova servidora designada, por um equívoco, estava com lotação provisória e já em término do seu contrato, conforme informado pela PRDHS em 15/02/2012. Atualmente, o processo está na CPAD – Coordenadoria de Processos Administrativos Disciplinares para nomear novo servidor para compor a comissão de sindicância em questão.

Posição em out/2012, informada no Plano de Providências encaminhado à CGU-R/SC:

Informação do HU: A Coordenadoria de Processos Administrativos e Disciplinares da Procuradoria Federal junto à UFSC (CPAD/PF), por intermédio de despacho na Solicitação 044965/2012, remetida por intermédio do Sistema de Gestão de Processos Digitais quanto ao Processo n.º 23080.033740/2009-21, informou que foi formada nova Comissão por meio da Portaria n.º 786/GR/2012 e que os autos foram enviados ao Presidente da Comissão por meio do Memorando n.º 149/CPAD/PF/UFSC/2012.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Informação do HU:

Morosidade na designação, no controle administrativo e na execução dos trabalhos das Comissões de Sindicância.

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
13	224886	Item 4.2.4.1 Rec. 002	31.960 /2010/CGU-R/SC

Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Elaborar modelos-padrão de formulários de fiscalização a serem preenchidos pelos fiscais de contrato de serviços ou de fornecimento, contendo campos destacados para a anotação dos itens verificados, tais como quantitativo, especificações de qualidade, prazo, etc., bem como para registro do escopo da ação fiscalizatória, informando se o trabalho foi realizado sobre uma amostra ou sobre o universo do contrato, dos problemas ocorridos durante a ação, das observações e das providências eventualmente tomadas.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Infraestrutura			26114
Pró-Reitoria de Administração			26114
Justificativa para o seu não Cumprimento			
No Item 2.1.2.1 – Informação (39) do Relatório 201108926 a CGU-R/SC apresenta como situação atual da recomendação: “ <i>Pendente de Atendimento</i> ”.			
Na Solicitação de Auditoria 201103023/08, a CGU-R/SC apresenta como STATUS ATUAL DA RECOMENDAÇÃO: “ <i>Reiterada pela não implementação plena da Recomendação pela Unidade</i> ”, com a seguinte análise: “ <i>Conforme exposto na última manifestação da Unidade, ainda estariam em execução ações visando o atendimento da recomendação. Deverá ser apresentado e detalhado o andamento de tais ações</i> ”.			
<u>Posição em 17/02/2012, informada no Plano de Providências preenchido e encaminhado à CGU-R/SC por meio do Ofício nº 46/2012/GR, de 22/02/2012:</u>			
<u>Informação prestada Pela Pró-Reitoria de Infraestrutura:</u>			
Os modelos padrões serão elaborados após a efetivação da Portaria Normativa.			
<u>Posição em out/2012, informada no Plano de Providências encaminhado à CGU-R/SC:</u>			
"Informação da PROAD: Os relatórios têm sido apresentados em formatos diferentes por cada Fiscal mensalmente e dentro da especificidade de cada Contrato. Um padrão de relatório talvez não fosse adequado. Essa questão deve ser mais bem estudada no âmbito do Departamento de Projetos, Contratos e Convênios em breve."			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não foram identificados fatores positivos e negativos			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
14	224886	Item 4.2.4.1 Rec. 004	31.960 /2010/CGU-R/SC
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Supervisionar e acompanhar a atuação dos fiscais de contrato, por meio da cobrança dos relatórios de fiscalização e realização de reuniões periódicas com os mesmos, emitindo relatório periódico da supervisão e acompanhamento, tendo em vista o dever gerencial dos níveis superiores de hierarquia de acompanhamento das atividades sob sua responsabilidade.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Gabinete do Reitor			26075
Secretaria Especial de Aperfeiçoamento Institucional			119943
Pró-Reitoria de Infraestrutura			26114
Pró-Reitoria de Administração			26114
Justificativa para o seu não Cumprimento			
No Item 2.1.2.1 – Informação (39) do Relatório 201108926 a CGU-R/SC apresenta como situação atual da recomendação: “ <i>Pendente de Atendimento</i> ”.			
Na Solicitação de Auditoria 201103023/08, a CGU-R/SC apresenta como STATUS ATUAL DA RECOMENDAÇÃO: “ <i>Reiterada pela não implementação plena da Recomendação pela Unidade</i> ”, com a seguinte análise: “ <i>Conforme exposto na última manifestação da Unidade, ainda estariam em execução ações visando o atendimento da recomendação. Deverá ser apresentado e detalhado o andamento de tais ações</i> ”.			
<u>Posição em 17/02/2012, informada no Plano de Providências preenchido e encaminhado à CGU-R/SC por meio do Ofício nº 46/2012/GR, de 22/02/2012:</u>			

Informação prestada Pela Pró-Reitoria de Infraestrutura:			
A supervisão e acompanhamento recomendada será efetivada após a conclusão dos trabalhos da Comissão permanente de Revisão e Elaboração de Atos Administrativos.			
Posição em out/2012, informada no Plano de Providências encaminhado à CGU-R/SC:			
"Informação da PROAD: Com a implantação do Sistema de Processos Administrativos – SPA “UFSC sem papel”, os relatórios dos fiscais vem sendo encaminhados fora do processo do Contrato, ficando difícil a avaliação e comparação. Com a criação do Departamento de Projetos, Contratos e Convênios temos como um dos objetivos fazer com que o processo do Contrato desde seu início com a manifestação de necessidade até o encerramento do Contrato, deverá estar anexado todos os documentos que dele se originaram durante sua vigência, deixando assim, o processo completamente transparente. "			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não foram identificados fatores positivos e negativos			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
15	224886	Item 4.2.4.2 Rec. 001	31.960 /2010/CGU-R/SC
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Concluir o relatório conclusivo do Processo de Sindicância nº 23080.007372/2009-66 e remeter à CGU/SC.			
Providências Adotadas			
Sector Responsável pela Implementação			Código SIORG
Gabinete do Reitor			26075
Pró-Reitoria de Infraestrutura			26114
Pró-Reitoria de Administração			26114
Justificativa para o seu não Cumprimento			
No Item 2.1.2.1 – Informação (39) do Relatório 201108926 a CGU-R/SC apresenta como situação atual da recomendação: “ <i>Pendente de Atendimento</i> ”.			
Na Solicitação de Auditoria 201103023/08, a CGU-R/SC apresenta como STATUS ATUAL DA RECOMENDAÇÃO: “ <i>Reiterada pela não implementação plena da Recomendação pela Unidade</i> ”, com a seguinte análise: “ <i>Conforme exposto na manifestação da Unidade, e documentação disponibilizada, verificamos que a sindicância foi concluída, sendo instaurado Processo Administrativo Disciplinar – PAD. Solicitamos que seja informado se o PAD foi concluído, disponibilizando, em caso positivo, cópia de sua conclusão.</i> ”.			
Posição em 17/02/2012, informada no Plano de Providências preenchido e encaminhado à CGU-R/SC por meio do Ofício nº 46/2012/GR, de 22/02/2012:			
Informação prestada Pela Pró-Reitoria de Infraestrutura:			
No dia 27/01/2012, foi encaminhado o Processo nº 23080.007372/2009-66 ao Coordenador de Processos Administrativos Disciplinares para providenciar o ato que determina a instauração de comissão de processo administrativo disciplinar.			
Posição em out/2012, informada no Plano de Providências encaminhado à CGU-R/SC:			
"O GR informa que, de acordo com manifestação em 23 de abril de 2012, o objeto do processo nº 23080.007372/2009-66 foi analisado pelo TCU, que acatou as justificativas apresentadas pela UFSC, conforme Acórdão n. 4890/2010-TCU – 2ª Câmara, e isentou os referidos servidores de responsabilidade. Conclui-se o processo com parecer favorável ao deferimento do pedido de reconsideração e encontra-se arquivado na PROAD (PROINFRA)."			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não foram identificados fatores positivos e negativos			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
16	224886	Item 4.3.2.1 Rec. 003	31.960 /2010/CGU-R/SC
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Instituir prestação de contas eletrônica dos demonstrativos de receitas e despesas dos Contratos e Convênios assinados			

pela UFSC com Fundações de Apoio, a fim de facilitar e agilizar as atividades de análise das prestações de contas pela Universidade.

Providências Adotadas	
Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Pró-Reitoria de Infraestrutura	26114
Pró-Reitoria de Administração	26114

Justificativa para o seu não Cumprimento
 No Item 2.1.2.1 – Informação (39) do Relatório 201108926 a CGU-R/SC apresenta como situação atual da recomendação: “*Pendente de Atendimento*”.
 Na Solicitação de Auditoria 201103023/08, a CGU-R/SC apresenta como STATUS ATUAL DA RECOMENDAÇÃO: “*Reiterada pela não implementação plena da Recomendação pela Unidade*”, com a seguinte análise: “*Conforme exposto na manifestação da Unidade, ainda estariam em execução ações visando o atendimento da recomendação. Solicitamos apresentação, detalhada das medidas adotadas pela UFSC visando o pleno atendimento da recomendação*”.
Posição em 17/02/2012, informada no Plano de Providências preenchido e encaminhado à CGU-R/SC por meio do Ofício nº 46/2012/GR, de 22/02/2012:

Informação prestada Pela Pró-Reitoria de Infraestrutura:
 Comunicamos que até o presente momento as prestações de contas dos contratos ainda não vêm sendo efetuadas através do Sistema CPA – Controle de Processos Administrativos, o que deverá ser realizado ainda no ano de 2012.
Posição em out/2012, informada no Plano de Providências encaminhado à CGU-R/SC:
"Informação da PROAD: Conforme informado pela FEESC no dia 05/10/2012 pelo responsável de Contratos e Convênios da FEESC, a Prestação de Contas dos Convênios nº 013, 014 e 016/2008, já encerrados, foram apresentadas conforme o quadro abaixo:
 Convênio Período da PC Encaminhado em
 016/2008 01/12/2007 à 09/03/2012 09/04/2012 – DCF
 013/2008 09/01/2008 à 30/03/2012 20/06/12 – DCF
 014/2008 08/01/2008 à 10/03/2011 21/03/11 – DCF"

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Não foram identificados fatores positivos e negativos

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
17	224886	Item 4.3.2.2 Rec. 001	31.960 /2010/CGU-R/SC

Órgão/Entidade Objeto da Recomendação	Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina	429

Descrição da Recomendação
 Cobrar a devolução dos valores de taxas pagas às fundações diretamente para a conta do tesouro nacional, relativo aos contratos 580/06, 606/06, 552/07, 617/07, 636/07 e 648/07 (Contratos com a FAPEU) e 271/01, 502/04, 530/05, 531/05, 555/05, 565/05, 599/06, 603/06, 613/06 e 620/06 (Contratos com a FEESC), mediante monitoramento do atendimento aos Ofícios nº. 013/PROINFRA/2009, encaminhado ao Diretor Executivo da FAPEU, e nº. 014/PROINFRA/2009, encaminhado à Diretoria da FEESC;

Providências Adotadas	
Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Pró-Reitoria de Infraestrutura	26114
Pró-Reitoria de Administração	26114

Justificativa para o seu não Cumprimento
 No Item 2.1.2.1 – Informação (39) do Relatório 201108926 a CGU-R/SC apresenta como situação atual da recomendação: “*Pendente de Atendimento*”.
 Na Solicitação de Auditoria 201103023/08, a CGU-R/SC apresenta como STATUS ATUAL DA RECOMENDAÇÃO: “*Reiterada pela não implementação plena da Recomendação pela Unidade*”, com a seguinte análise: “*A manifestação apresentada pelos gestores aponta que a recomendação ainda não teria sido implementada. Solicitamos apresentação das medidas adotadas pela UFSC visando o pleno atendimento da recomendação*”.
Posição em 17/02/2012, informada no Plano de Providências preenchido e encaminhado à CGU-R/SC por meio do Ofício nº 46/2012/GR, de 22/02/2012:
Informação prestada Pela Pró-Reitoria de Infraestrutura:

Encaminhamos o Ofício nº 015/PROINFRA/2012, de 16/02/2012, para a Procuradoria Federal junto a UFSC, com o seguinte texto: Solicitamos intervenção desta Procuradoria Federal, no sentido de analisar e apresentar parecer, a respeito da recomendação da Controladoria Geral da União - CGU, que determina a cobrança e devolução dos valores de taxas pagas às fundações diretamente para a conta do tesouro nacional, relativo aos contratos 580/06, 606/06, 552/07, 617/07, 636/07 e 648/07 (Contratos com a FAPEU) e 271/01, 502/04, 530/05, 531/05, 555/05, 565/05, 599/06, 603/06, 613/06 e 620/06 (Contratos com a FEESC).

Manifestação complementar da Unidade em 18/06/2012:

Ofício nº 255/2012/GR encaminhando à CGU-R/SC cópia do processo 23080.016359/2012-01, contendo Manifestação da FAPEU (Ofício nº 149/2012/SG), da FEESC (Ofício FEESC/PRJ/802/2012) da PROAD (Ofício nº 090/PROAD/2012), além de despacho do Procurador-Chefe/UFSC, de 01/05/2012, com o seguinte teor:

Senhor Pró-Reitor da Proinfra,

Em diversos Acórdãos, o Tribunal de Contas da União tem decidido pela irregularidade da fixação de percentual sobre o valor de contratos, convênios ou acordos de parceria em favor da fundação de apoio contratada para executar a gestão administrativa, contábil e financeira dos mesmos. Mas admite o pagamento de retribuição, se fixada em critérios claramente definidos e nos seus reais custos operacionais. No caso em questão, penso que as fundações deveriam apresentar detalhadamente em planilhas os reais custos havidos com a gestão administrativa, contábil e financeira dos projetos referentes a cada contrato, devendo a Administração da UFSC submetê-las à consideração da CGU. A devolução deverá ser feita à UFSC, caso os valores se mostrarem inferiores aos percentuais. Com efeito, não é justa nem legal a exigência do trabalho gratuito. O próprio TCU ensina, em situação semelhante: “Seja qual for a contratação, ainda que decorrente de dispensa de licitação, como no caso, o preço pago pela contratante deve corresponder às despesas suportadas mais a retribuição admissível. Em outras palavras, o preço deve ser justo, equilibrado, sem que acarrete prejuízos ou enriquecimento indevido a uma das partes” (item 8, voto do relator, Acórdão nº 716/2006, TCU, Plenário – grifei)

À consideração de Vossa Senhoria.

Nilto Parma

Procurador-Chefe/UFSC

Posição em out/2012, informada no Plano de Providências encaminhado à CGU-R/SC:

Informação da PROAD: Essa questão deverá ser efetivada pela Coordenadoria de Contratos Fundacionais a partir dos próximos Contratos, salientando que o Departamento de Projetos, Contratos e Convênios já enviou e-mail no dia 05/10/2012 para as Fundações solicitando para que informe em cada processo de Contrato os seus custos operacionais como valor de administração e não um percentual sobre o valor da transferência, e sim antes do Contrato ser assinado, devendo informar qual será o custo do trabalho a ser prestado. A partir de Outubro/2012 devemos ter no quadro de servidores do Departamento de Projetos, Contratos e Convênios dois servidores no cargo de Contador para desenvolver o trabalho recomendado."

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Não foram identificados fatores positivos e negativos

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
18	224886	Item 4.3.2.2 Rec. 002	31.960 /2010/CGU-R/SC

Órgão/Entidade Objeto da Recomendação	Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina	429

Descrição da Recomendação

Providenciar a cobrança da devolução diretamente para a conta do tesouro nacional, dos valores já pagos relativos à taxa de administração nos contratos firmados em 2008 identificados na presente auditoria: 036/2008, 206/2008, 170/2008 e 217/2008 (FEPESE); 185/2008, 186/2008 e 284/2008 (FEESC); e 252/2008, 039/2008 e 164/2008 (FAPEU).

Providências Adotadas

Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Pró-Reitoria de Infraestrutura	26114
Pró-Reitoria de Administração	26114

Justificativa para o seu não Cumprimento

No Item 2.1.2.1 – Informação (39) do Relatório 201108926 a CGU-R/SC apresenta como situação atual da recomendação: “*Pendente de Atendimento*”.

Na Solicitação de Auditoria 201103023/08, a CGU-R/SC apresenta como STATUS ATUAL DA RECOMENDAÇÃO: “*Reiterada pela não implementação plena da Recomendação pela Unidade*”, com a seguinte análise: “*A manifestação apresentada pelos gestores indica que a recomendação ainda não teria sido atendida.*”

Solicitamos apresentação das medidas adotadas pela UFSC visando o pleno atendimento da recomendação”.
Posição em 17/02/2012, informada no Plano de Providências preenchido e encaminhado à CGU-R/SC por meio do Ofício nº 46/2012/GR, de 22/02/2012:

Informação prestada Pela Pró-Reitoria de Infraestrutura:

Encaminhamos o Ofício nº 015/PROINFRA/2012, de 16/02/2012, para a Procuradoria Federal junto a UFSC, com o seguinte texto” Solicitamos intervenção desta Procuradoria Federal, no sentido de analisar e apresentar parecer, a respeito da recomendação da Controladoria Geral da União - CGU, que determina a “ cobrança e devolução dos valores de taxas pagas às fundações diretamente para a conta do tesouro nacional, relativo aos contratos 580/06, 606/06, 552/07, 617/07, 636/07 e 648/07 (Contratos com a FAPEU) e 271/01, 502/04, 530/05, 531/05, 555/05, 565/05, 599/06, 603/06, 613/06 e 620/06 (Contratos com a FEESC).

Manifestação complementar da Unidade em 18/06/2012:

Ofício n.º 255/2012/GR encaminhando à CGU-R/SC cópia do processo 23080.016359/2012-01, contendo Manifestação da FAPEU (Ofício n.º 149/2012/SG), da FEESC (Ofício FEESC/PRJ/802/2012) da PROAD (Ofício n.º 090/PROAD/2012) , além de despacho do Procurador-Chefe/UFSC, de 01/05/2012, com o seguinte teor:

Senhor Pró-Reitor da Proinfra,

Em diversos Acórdãos, o Tribunal de Contas da União tem decidido pela irregularidade da fixação de percentual sobre o valor de contratos, convênios ou acordos de parceria em favor da fundação de apoio contratada para executar a gestão administrativa, contábil e financeira dos mesmos. Mas admite o pagamento de retribuição, se fixada em critérios claramente definidos e nos seus reais custos operacionais. No caso em questão, penso que as fundações deveriam apresentar detalhadamente em planilhas os reais custos havidos com a gestão administrativa, contábil e financeira dos projetos referentes a cada contrato, devendo a Administração da UFSC submetê-las à consideração da CGU. A devolução deverá ser feita à UFSC, caso os valores se mostrarem inferiores aos percentuais. Com efeito, não é justa nem legal a exigência do trabalho gratuito. O próprio TCU ensina, em situação semelhante: “Seja qual for a contratação, ainda que decorrente de dispensa de licitação, como no caso, o preço pago pela contratante deve corresponder às despesas suportadas mais a retribuição admissível. Em outras palavras, o preço deve ser justo, equilibrado, sem que acarrete prejuízos ou enriquecimento indevido a uma das partes “(item 8, voto do relator, Acórdão n.º 716/2006, TCU, Plenário – grifei)

À consideração de Vossa Senhoria.

Nilto Parma

Procurador-Chefe/UFSC

Posição em out/2012, informada no Plano de Providências encaminhado à CGU-R/SC:

Informação da PROAD: Ao analisar a recomendação, tomei conhecimento do Processo nº 23080.016359/2012-01, que foi encaminhado à Procuradoria Federal na UFSC para análise e parecer sobre as recomendações da Controladoria Geral da União – CGU, sobre a cobrança e devolução de valores. Esse processo encontra-se com o Pró-Reitor de Administração que deverá dar o devido encaminhamento."

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Não foram identificados fatores positivos e negativos

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
19	224886	Item 4.3.2.2 Rec. 003	31.960 /2010/CGU-R/SC

Órgão/Entidade Objeto da Recomendação	Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina	429

Descrição da Recomendação

Executar e concluir, conforme Memo n.º 070/PROINFRA/2009, de 22/04/2009, o levantamento de contratos firmados com fundações de apoio em 2007, 2008 e anos anteriores em relação a conter ou não previsão de taxa de administração, emitindo relatório dos trabalhos executados detalhando a relação completa dos fatos identificados em tais contratos.

Providências Adotadas

Sector Responsável pela Implementação	Código SIORG
Pró-Reitoria de Infraestrutura	26114
Pró-Reitoria de Administração	26114

Justificativa para o seu não Cumprimento

No Item 2.1.2.1 – Informação (39) do Relatório 201108926 a CGU-R/SC apresenta como situação atual da recomendação: “*Pendente de Atendimento*”.

Na Solicitação de Auditoria 201103023/08, a CGU-R/SC apresenta como STATUS ATUAL DA RECOMENDAÇÃO: “*Reiterada pela não implementação plena da Recomendação pela Unidade*”, com a seguinte análise: “*A manifestação apresentada pelos gestores indica que a recomendação ainda não teria sido atendida.*”

Solicitamos apresentação, detalhada, das medidas adotadas pela UFSC visando o pleno atendimento da recomendação”.

Posição em 17/02/2012, informada no Plano de Providências preenchido e encaminhado à CGU-R/SC por meio do Ofício nº 46/2012/GR, de 22/02/2012:

Informação prestada Pela Pró-Reitoria de Infraestrutura:

Encaminhamos a Coordenadoria de Análise e Registro de Contratos a solicitação nº 004346/2012, solicitando, com urgência, levantamento de contratos firmados com fundações de apoio em 2007, 2008 e anos anteriores em relação a conter ou não previsão de taxa de administração, emitindo relatório dos trabalhos executados detalhando a relação completa dos fatos identificados em tais contratos.

Posição em out/2012, informada no Plano de Providências encaminhado à CGU-R/SC:

"Informação da PROAD: Informamos que a Solicitação nº 004346/2012 não foi atendida pela CARC/PROINFRA, tendo sido arquivada sem solução, mas de forma geral, todas as Fundações cobram taxas que variam de 5 A 15 % sobre o valor a ser administrado, sem constar o cálculo do custo operacional, sem justificativa para o percentual informado e nem o porque desse intervalo entre 5 E 15 %. Esse assunto será definitivamente tratado quando da aplicação do Custo Operacional por todas as Fundações de Apoio."

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Não foram identificados fatores positivos e negativos

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
20	224886	Item 4.3.2.2 Rec. 004	31.960 /2010/CGU-R/SC

Órgão/Entidade Objeto da Recomendação	Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina	429

Descrição da Recomendação

Providenciar a cobrança da devolução diretamente para a conta do tesouro nacional dos valores correspondentes a taxas de administração identificadas no levantamento acima mencionado.

Providências Adotadas

Sector Responsável pela Implementação	Código SIORG
Pró-Reitoria de Infraestrutura	26114
Pró-Reitoria de Administração	26114

Justificativa para o seu não Cumprimento

No Item 2.1.2.1 – Informação (39) do Relatório 201108926 a CGU-R/SC apresenta como situação atual da recomendação: *“Pendente de Atendimento”*.

Na Solicitação de Auditoria 201103023/08, a CGU-R/SC apresenta como STATUS ATUAL DA RECOMENDAÇÃO: *“Reiterada pela não implementação plena da Recomendação pela Unidade”*, com a seguinte análise: *“A manifestação apresentada pelos gestores indica que a recomendação ainda não teria sido atendida. Solicitamos apresentação, detalhada, das medidas adotadas pela UFSC visando o pleno atendimento da recomendação”*.

Posição em 17/02/2012, informada no Plano de Providências preenchido e encaminhado à CGU-R/SC por meio do Ofício nº 46/2012/GR, de 22/02/2012:

Informação prestada Pela Pró-Reitoria de Infraestrutura:

Encaminhamos o Ofício nº 015/PROINFRA/2012, de 16/02/2012, para a Procuradoria Federal junto a UFSC, com o seguinte texto: Solicitamos intervenção desta Procuradoria Federal, no sentido de analisar e apresentar parecer, a respeito da recomendação da Controladoria Geral da União - CGU, que determina a cobrança e devolução dos valores de taxas pagas às fundações diretamente para a conta do tesouro nacional, relativo aos contratos 580/06, 606/06, 552/07, 617/07, 636/07 e 648/07 (Contratos com a FAPEU) e 271/01, 502/04, 530/05, 531/05, 555/05, 565/05, 599/06, 603/06, 613/06 e 620/06 (Contratos com a FEESC).

Manifestação complementar da Unidade em 18/06/2012:

Ofício nº 255/2012/GR encaminhando à CGU-R/SC cópia do processo 23080.016359/2012-01, contendo Manifestação da FAPEU (Ofício nº 149/2012/SG), da FEESC (Ofício FEESC/PRJ/802/2012) da PROAD (Ofício nº 090/PROAD/2012), além de despacho do Procurador-Chefe/UFSC, de 01/05/2012, com o seguinte teor:

Senhor Pró-Reitor da Proinfra,

Em diversos Acórdãos, o Tribunal de Contas da União tem decidido pela irregularidade da fixação de percentual sobre o valor de contratos, convênios ou acordos de parceria em favor da fundação de apoio contratada para executar a gestão administrativa, contábil e financeira dos mesmos. Mas admite o pagamento de retribuição, se fixada em critérios claramente definidos e nos seus reais custos operacionais. No caso em questão, penso que as fundações deveriam apresentar detalhadamente em planilhas os reais custos havidos com a gestão administrativa, contábil e financeira dos

projetos referentes a cada contrato, devendo a Administração da UFSC submetê-las à consideração da CGU. A devolução deverá ser feita à UFSC, caso os valores se mostrarem inferiores aos percentuais. Com efeito, não é justa nem legal a exigência do trabalho gratuito. O próprio TCU ensina, em situação semelhante: “Seja qual for a contratação, ainda que decorrente de dispensa de licitação, como no caso, o preço pago pela contratante deve corresponder às despesas suportadas mais a retribuição admissível. Em outras palavras, o preço deve ser justo, equilibrado, sem que acarrete prejuízos ou enriquecimento indevido a uma das partes” (item 8, voto do relator, Acórdão n.º 716/2006, TCU, Plenário – grifei)

À consideração de Vossa Senhoria.

Nilton Parma

Procurador-Chefe/UFSC

Posição em out/2012, informada no Plano de Providências encaminhado à CGU-R/SC:

Informação da PROAD: A PROINFRA solicitou à Procuradoria Federal análise e parecer sobre as solicitações da CGU e a manifestação das Fundações através do Processo nº 016359/2012-01. Conforme análise do Processo em questão, entendemos que seja realizada uma nova análise das informações prestadas pelas Fundações citadas. Esclarecemos que o Processo encontra-se nesta data, com o Pró-Reitor de Administração, para encaminhamento à Procuradoria Federal na UFSC."

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Não foram identificados fatores positivos e negativos

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
21	224886	Item 4.3.4.1 Rec. 003	31.960 /2010/CGU-R/SC

Órgão/Entidade Objeto da Recomendação	Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina	429

Descrição da Recomendação

Estabelecer mecanismos efetivos de controle (manuais e informatizados) sobre a utilização do espaço físico, equipamentos e laboratórios da Universidade por parte de Fundações de Apoio e de terceiros.

Providências Adotadas

Sector Responsável pela Implementação	Código SIORG
Pró-reitoria de Infraestrutura	26114
Pró-Reitoria de Administração	26114
Secretaria de Planejamento e Finanças	97297
Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento	97297

Justificativa para o seu não Cumprimento

No Item 2.1.2.1 – Informação (39) do Relatório 201108926 a CGU-R/SC apresenta como situação atual da recomendação: “*Pendente de Atendimento*”.

Na Solicitação de Auditoria 201103023/08, a CGU-R/SC apresenta como STATUS ATUAL DA RECOMENDAÇÃO: “*Reiterada pela não implementação plena da Recomendação pela Unidade*”, com a seguinte análise: “*Cabe frisar que a recomendação não foi expedida à PRPG, mas sim à UFSC. Portanto, a alegação apresentada pela Unidade, tentando justificar a não implementação, não pode ser acatada. Deverão ser apresentadas e detalhadas as medidas adotadas pela UFSC visando o pleno atendimento da recomendação.*”.

Posição em 17/02/2012, informada no Plano de Providências preenchido e encaminhado à CGU-R/SC por meio do Ofício nº 46/2012/GR, de 22/02/2012:

Informação prestada Pela Pró-Reitoria de Infraestrutura:

Encaminhamos a Coordenadoria de Análise e Registro de Contrato-CARC/PROINFRA, através da solicitação nº 004192/2012 solicitação para que seja estabelecido mecanismos efetivos de controle (manuais e informatizados) sobre a utilização do espaço físico, equipamentos e laboratórios da Universidade por parte de Fundações de Apoio e de terceiros. (Solicitação anexo)

Posição em out/2012, informada no Plano de Providências encaminhado à CGU-R/SC:

"A PROPLAN, conforme Memorando nº 69/2012/PROPLAN, informa: Os contratos firmados com as Fundações de Apoio são gerenciados, desde sua elaboração pelo Departamento de Projetos, Contratos e Convênios, vinculado à PROAD. Com relação à prestação de contas dos projetos desenvolvidos com apoio das Fundações está em fase final de institucionalização um setor específico junto à SEAI, de forma a que esta ação seja efetivamente encaminhada. De qualquer forma, a PROPLAN, no âmbito do seu Departamento de Contabilidade e Finanças, executará o que lhe for devido e solicitado para atender a recomendação da CGU.

Informação da PROAD:

Informamos que estamos iniciando um entendimento com as Fundações de Apoio sobre dois pontos:

<p>1. A contra partida da Fundação de Apoio quando é utilizado o espaço físico, equipamentos e laboratórios utilizados em Cursos de Especialização, deverá ser desenvolvido um sistema que informe dia, local e hora que será utilizado o local para o curso;</p> <p>2. Com referência a prestação de contas, iniciamos uma conversação com duas fundações, e devemos avançar essa conversa já na próxima semana, com as outras duas fundações, visando a prestação de contas digital dentro do prazo legal (60 dias após o encerramento), fechando o Contrato com o Relatório final do Contador do DPC.</p> <p>Essas questões estão sendo desenvolvidas pelo novo Departamento de Projetos, Contratos e Convênios que, dentro do seu tempo, fará parte de um Plano de Ação para 2012/2013."</p>			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Informação da PROPLAN:			
Temos como fator positivo para adotar as providências citadas a nova organização institucional da UFSC, que foi estruturada ao longo de 2012 e, a partir de 2013, poderá atuar de forma mais efetiva.			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
22	224886	Item 4.3.4.1 Rec. 004	31.960 /2010/CGU-R/SC
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Instituir Prestação de Contas eletrônica dos demonstrativos de receitas e despesas dos Contratos e Convênios assinados pela UFSC com Fundações de Apoio, a fim de facilitar e agilizar as atividades de análise das Prestações de Contas pela Universidade e o controle dos recursos públicos repassados a Fundações de Apoio ou arrecadados pelas mesmas.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Pró-reitoria de Infraestrutura			26114
Pro-Reitoria de Administração			26114
Justificativa para o seu não Cumprimento			
<p>No Item 2.1.2.1 – Informação (39) do Relatório 201108926 a CGU-R/SC apresenta como situação atual da recomendação: “<i>Pendente de Atendimento</i>”.</p> <p>Na Solicitação de Auditoria 201103023/08, a CGU-R/SC apresenta como STATUS ATUAL DA RECOMENDAÇÃO: “<i>Reiterada pela não implementação plena da Recomendação pela Unidade</i>”, com a seguinte análise: “<i>Conforme exposto na última manifestação da Unidade, ainda estariam em execução ações visando o atendimento da recomendação. Deverá ser apresentado e detalhado o andamento de tais ações.</i>”.</p> <p><u>Posição em 17/02/2012, informada no Plano de Providências preenchido e encaminhado à CGU-R/SC por meio do Ofício nº 46/2012/GR, de 22/02/2012:</u></p> <p>Informação prestada Pela Pró-Reitoria de Infraestrutura:</p> <p>Comunicamos que até o presente momento as prestações de contas dos contratos ainda não vem sendo efetuada através do Sistema CPA - Controle de Processos Administrativos, o que deverá ser realizado ainda no ano de 2012.</p> <p><u>Posição em out/2012, informada no Plano de Providências encaminhado à CGU-R/SC:</u></p> <p>Dentro do escopo de buscar uma transparência na prestação de serviço realizada pelas Fundações de Apoio no atendimento dos contratos assinados com a UFSC, encontra-se, em regime de urgência, a cobrança do Departamento de Projetos, Contratos e Convênio da PROAD para com as Fundações de Apoio o desenvolvimento de um sistema interno delas para apresentação da prestação de contas via digital através do Sistema de Processos Administrativos. Esse entendimento já está em andamento, conforme explicado no item anterior.</p>			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não foram identificados fatores positivos e negativos			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
23	224886	Item 4.3.4.2 Rec. 001	31.960 /2010/CGU-R/SC
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Determinar a devolução, pelas fundações e responsáveis por tais cursos, dos valores irregulares e não comprovados referentes aos itens 1.1, 1.2, 1.3, 1.4, 1.5, 1.7 e 1.8 (relacionados ao Curso de Especialização em Implantodontia - Res.			

082/CPG/2003), 2.1, 2.2, 2.3, 2.4, 2.5, 2.6 e 2.7 (Especialização em Administração e Marketing em Saúde - Res. 100/CPG/2003), 3.1, 3.2, 3.3, 3.4, 3.5 e 3.6 (Especialização em Endodontia - Res. 075/CPG/2003), e 4.1, 4.2, 4.4 e 4.5 (Mestrado em Psicologia - Convênio n.º 199/2002) da constatação 5.2.3.2 do Relatório de Avaliação de Gestão da UFSC n.º 189.712, totalizando cerca de R\$ 623.946,47, referentes a tais pagamentos indevidos e/ou não devidamente comprovados.

Providências Adotadas	
Sector Responsável pela Implementação	Código SIORG
Gabinete do Reitor	26075
Secretaria Especial de Aperfeiçoamento Institucional	119943

Justificativa para o seu não Cumprimento

No Item 2.1.2.1 – Informação (39) do Relatório 201108926 a CGU-R/SC apresenta como situação atual da recomendação: “*Pendente de Atendimento*”.

Na Solicitação de Auditoria 201103023/08, a CGU-R/SC apresenta como STATUS ATUAL DA RECOMENDAÇÃO: “*Reiterada pela não implementação plena da Recomendação pela Unidade*”, com a seguinte análise: “*Com base no resultado de sindicância e por ordem do Magnífico Reitor foi determinada a instauração de Processo Administrativo Disciplinar – PAD. Contudo, não há informações acerca das medidas adotadas pela UFSC para devolução dos valores em comento. Assim, solicitamos que seja informado o resultado do PAD e elencadas as medidas adotadas para recomposição ao Erário*”.

Posição em 17/02/2012, informada no Plano de Providências preenchido e encaminhado à CGU-R/SC por meio do Ofício n.º 46/2012/GR, de 22/02/2012:

Informação prestada Pela Pró-Reitoria de Infraestrutura:

Foi encaminhado à Coordenadoria de Processo Administrativo Disciplinar - CPAD/PF, pelo Chefe de Gabinete, o processo n.º 007376/2009-44, no dia 14/02/2012, com nominata para composição de Comissão a ser composta pelos seguintes Servidores: Alex Martins, Carlos Alberto Franca Dantas e José Antonio Mossmann, (cópia anexa).

Posição em out/2012, informada no Plano de Providências encaminhado à CGU-R/SC:

"O Gabinete do Reitor informa que até o momento não recebeu o relatório conclusivo da Comissão, mas a SEAI tomará providências para que o processo seja concluído com a maior brevidade possível, quando o resultado será encaminhado à CGU, para atendimento desta recomendação."

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Não foram identificados fatores positivos e negativos

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
24	224886	Item 4.3.4.2 Rec. 002	31.960 /2010/CGU-R/SC

Órgão/Entidade Objeto da Recomendação	Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina	429

Descrição da Recomendação

Apresentar à CGU os resultados dos trabalhos da comissão constituída em abril de 2009 para apurar os fatos relativos às despesas irregulares ou não comprovadas nas prestações de contas de convênios e contratos com Fundações de Apoio.

Providências Adotadas	
Sector Responsável pela Implementação	Código SIORG
Gabinete do Reitor	26075
Secretaria Especial de Aperfeiçoamento Institucional	119943

Justificativa para o seu não Cumprimento

No Item 2.1.2.1 – Informação (39) do Relatório 201108926 a CGU-R/SC apresenta como situação atual da recomendação: “*Pendente de Atendimento*”.

Na Solicitação de Auditoria 201103023/08, a CGU-R/SC apresenta como STATUS ATUAL DA RECOMENDAÇÃO: “*Reiterada pela não implementação plena da Recomendação pela Unidade*”, com a seguinte análise: “*Com base no resultado de sindicância e por ordem do Magnífico Reitor foi determinada a instauração de Processo Administrativo Disciplinar – PAD. Contudo, não há informações acerca das medidas adotadas pela UFSC para devolução dos valores em comento. Assim, solicitamos que seja informado o resultado do PAD e elencadas as medidas adotadas para recomposição ao Erário*”.

Posição em 17/02/2012, informada no Plano de Providências preenchido e encaminhado à CGU-R/SC por meio do Ofício n.º 46/2012/GR, de 22/02/2012:

Informação prestada Pela Pró-Reitoria de Infraestrutura:

Segundo informação do Gabinete do Reitor , o Chefe de Gabinete encaminhou o processo para a Coordenadoria de

<p>Processo Administrativo Disciplinar com nominata para composição de Comissão, que será composta pelos seguintes Servidores: Alex Martins, Carlos Alberto Franca Dantas e José Antonio Mossmann.</p> <p><u>Posição em out/2012, informada no Plano de Providências encaminhado à CGU-R/SC:</u></p> <p>"O Gabinete do Reitor informa que até o momento não recebeu o relatório conclusivo da Comissão, mas a SEAI tomará providências para que o processo seja concluído com a maior brevidade possível, quando o resultado será encaminhado à CGU, para atendimento desta recomendação."</p>			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não foram identificados fatores positivos e negativos			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
25	224886	Item 4.3.4.6 Rec. 002	31.960 /2010/CGU-R/SC
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Revisar e aperfeiçoar a regulamentação interna da UFSC relativa a participação de servidores em atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão, detalhando com rigor e precisão a conceituação de “atividades esporádicas e eventuais”, de modo a garantir interpretação e caracterização correta dos casos que efetivamente se enquadrem em participação esporádicas e eventuais.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Pós-Graduação			84217
Pró-Reitoria de Pesquisa e Extensão			26112
Pró-Reitoria de Pesquisa			26112
Pró-Reitoria de Extensão			119942
Justificativa para o seu não Cumprimento			
<p>No Item 2.1.2.1 – Informação (39) do Relatório 201108926 a CGU-R/SC apresenta como situação atual da recomendação: “<i>Pendente de Atendimento</i>”.</p> <p>Na Solicitação de Auditoria 201103023/08, a CGU-R/SC apresenta como STATUS ATUAL DA RECOMENDAÇÃO: “<i>Reiterada pela não implementação plena da Recomendação pela Unidade</i>”, com a seguinte análise: “<i>A manifestação apresentada pelos gestores indica que a recomendação não havia sido integralmente atendida. Ressalta-se que embora o Decreto n.º 5.205/2004 tenha sido revogado pelo Decreto n.º 7.423/2010, a vedação à participação permanente e regular de professores e servidores da UFSC em projetos ou cursos contínuos da UFSC que envolvam Fundações de Apoio segue vigente conforme Lei n.º 8.958/1994, artigo 4.º, § 2.º. Solicitamos apresentar as regulamentações por ventura realizadas sobre o assunto no âmbito do MEC e da própria Unidade.</i>”.</p> <p><u>Posição em 17/02/2012, informada no Plano de Providências preenchido e encaminhado à CGU-R/SC por meio do Ofício nº 46/2012/GR, de 22/02/2012:</u></p> <p><u>Informação prestada pela Pró-Reitoria de Pós Graduação:</u></p> <p>A resolução que disciplina a concessão de Bolsas de Ensino, conforme previsto na Lei 8.952, com alterações pela Lei 12.349/2010, de 15 de dezembro de 2010, se encontra em discussão na Câmara de Pós-Graduação. O processo foi pautado para a reunião de 15.12.2011, porém foi retirado de pauta a pedido da Comissão de Conselheiros que examinam o assunto por não haverem concluído o parecer. A proposta deve ser aprovada nas próximas reuniões ordinárias da CPG.</p> <p><u>Posição em out/2012, informada no Plano de Providências encaminhado à CGU-R/SC:</u></p> <p>"A PROPESQ, conforme Memorando nº 116/PROPESQ, informa: Quanto à regulamentação do pagamento de bolsas aos docentes participantes de projetos de pesquisa na UFSC, esclarecemos que, além da Resolução Normativa nº 013/CUn de 27 de setembro de 2011, que regula as relações da UFSC com suas fundações de apoio, foi elaborada uma Minuta de Resolução sobre as normas que regulamentam a concessão de Bolsas de Ensino de Pós-Graduação para docente na Universidade Federal de Santa Catarina, a qual deverá ser apreciada na próxima reunião da Câmara de Pós-Graduação prevista para o dia 08 de novembro de 2012, antes da proposta definitiva ser encaminhada para aprovação do Conselho Universitário. Na página da Pró-Reitoria de Pesquisa, (http://propesq.ufsc.br/pesquisa/), há orientações dos procedimentos dos registros e procedimentos quanto aos projetos de pesquisa, por meio da Resolução 09/CUn/2006, que dispõe sobre a proposição, o acompanhamento e a avaliação das atividades de pesquisa na UFSC, bem como orientações quanto as normas para padronizar a tramitação de processos para assinatura de projetos submetidos pelos pesquisadores da UFSC às agências de fomento e órgãos governamentais, a fim de organizar o fluxo de trabalho e aumentar a segurança jurídica, salvaguardando os direitos da instituição nos contratos assinados.</p> <p>A PROPG, conforme Memorando nº 172/PROPG, esclarece que os cursos de pós-graduação lato sensu nesta UFSC</p>			

compreendem diversas categorias de cursos, de oferta não obrigatória e de caráter não regular, regulamentados pela Resolução Normativa nº15/CUn, de 13 de dezembro de 2011, em conformidade com a Resolução nº1/CNE/CES, de 1º de agosto de 2007 e pelo artigo 80 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, regulamentado pelo Decreto nº5.622, de 19 de dezembro de 2005. A Resolução Normativa nº15/CUn/2011 determina que os cursos de especialização sejam elaborados como projetos únicos que se iniciam e finalizam mediante análises e deliberações de Departamentos, Conselhos de Unidade e Câmara de Pós-Graduação. Como os marcos regulatórios da UFSC não prevêm a reedição de cursos, a proposta de um novo curso deve sempre seguir a tramitação de um novo projeto. Além disso, determinam que as atividades de ensino não regular deverão ser esporádicas, vetando a coordenação concomitante de dois ou mais cursos de especialização pelo mesmo docente (art. 14 §3º da referida Resolução). Quanto à regulamentação do pagamento de bolsas de ensino aos docentes participantes de cursos de ensino não regulares na UFSC, a Pró-Reitoria de Pós-Graduação esclarece que, além da Resolução Normativa nº 013/CUn de 27 de setembro de 2011 (que regula as relações da UFSC com suas fundações de apoio), foi elaborada uma Minuta de Resolução sobre as normas que regulamentam a concessão de Bolsas de Ensino de Pós-Graduação para docente na Universidade Federal de Santa Catarina, a qual deverá ser apreciada na próxima reunião da Câmara de Pós-Graduação (08 de novembro de 2012), antes da proposta definitiva ser encaminhada para aprovação do Conselho Universitário.

A PROEX informa que, quanto ao pagamento das bolsas de extensão a resolução normativa nº 03/CUn/2009 de 8.12.2009 já contempla parcialmente esta questão, mas está em revisão para incorporar as demandas de forma mais específica. A alteração está em discussão na câmara de extensão e seguirá para o Conselho Universitário para homologação.

A Resolução Normativa 9/CUn/2010 de 7.12.2010 regulamenta a concessão de bolsas de extensão para os discentes da UFSC."

Posição em dez/2012:

" PROEX - Adequação da Resolução Normativa 09/CUn/2009 ao Decreto 7423/2010, em especial ao seu Capítulo III. Minuta a ser submetida ao Conselho Universitário no início de 2013.

PROPESQ - Em relação a revisão e aperfeiçoamento da regulamentação interna da UFSC relativa ao pagamento de bolsa de pesquisa a servidores da Universidade esclarecemos que:

a) de acordo com a Portaria Normativa nº 35/GR/2012 de 17 de fevereiro de 2012, o Coordenador e os demais servidores UFSC participantes do projeto que venham a receber remuneração devem assinar declaração de ciência de que o limite máximo da soma de sua remuneração como servidor, demais bolsas e valores recebidos por prestação de serviços públicos, não excederá, mensalmente, o maior valor recebido pelo funcionalismo público federal, nos termos do art. 37, inciso art. 37, inciso XI da Constituição Federal. A Pró-Reitoria de Pesquisa também mantém atualizada na sua página (<http://propesq.ufsc.br/pesquisa/>), em conjunto com o Departamento de Projetos de Pesquisa, a Resolução 09/CUn/2006 e as normas para a tramitação de processos submetidos pelos pesquisadores da UFSC às agências de fomento e órgãos governamentais, a fim de organizar o fluxo de trabalho e aumentar a segurança jurídica, salvaguardando os direitos da instituição nos contratos assinados.

b) quanto à regulamentação do pagamento de bolsas de pesquisa aos docentes participantes de projetos de pesquisa na UFSC, esclarecemos que, além da Resolução Normativa nº 013/CUn de 27 de setembro de 2011, que regula as relações da UFSC com suas fundações de apoio, foi elaborada uma Minuta de Resolução sobre as normas que regulamentam a concessão de Bolsas de Ensino de Pós-Graduação para docente na Universidade Federal de Santa Catarina, a qual está sendo apreciada e discutida nas reuniões da Câmara de Pós-Graduação, antes da proposta definitiva ser encaminhada para aprovação do Conselho Universitário.

Após a publicação da Portaria 35/GR/2012, todos os projetos que envolvam remuneração de servidores tem que ter, obrigatoriamente, a referida declaração assinada pelo interessado. "

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Informação da PROPG: A formulação de regulamentação interna para concessão de bolsas de ensino para participação em atividades de ensino não regular tem encontrado diversas dificuldades, entre elas, a ausência de referências que contemplem as especificidades deste tipo de bolsa.

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
26	224886	Item 4.3.4.6 Rec. 003	31.960 /2010/CGU-R/SC
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Estabelecer um sistema (informatizado ou não) de registro e controle unificado de pagamento de Bolsas a professores e servidores da UFSC, de modo a identificar as atividades realizadas e coibir pagamentos que extrapolem os limites estabelecidos em normas desta Instituição, em termos de valores máximos mensais e de horas máximas semanais destinadas às atividades de ensino, pesquisa e extensão, onde a participação em atividades de extensão, em especial, não deve prejudicar o envolvimento dos mesmos em atividades ligadas ao ensino regular e à pesquisa.			

Providências Adotadas	
Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Pró-Reitoria de Pós-Graduação	84217
Pró-Reitoria de Pesquisa e Extensão	26112
Pró-Reitoria de Pesquisa	26112
Pró-Reitoria de Extensão	119942
Secretaria de Planejamento e Finanças	97297
Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento	97297
Justificativa para o seu não Cumprimento	
<p>No Item 2.1.2.1 – Informação (39) do Relatório 201108926 a CGU-R/SC apresenta como situação atual da recomendação: “Pendente de Atendimento”.</p> <p>Na Solicitação de Auditoria 201103023/08, a CGU-R/SC apresenta como STATUS ATUAL DA RECOMENDAÇÃO: “Reiterada pela não implementação plena da Recomendação pela Unidade”, com a seguinte análise: “A manifestação apresentada indica que a recomendação não havia sido atendida. Solicitamos que a UFSC informe a situação atual de atendimento desta recomendação”.</p> <p><u>Posição em 17/02/2012, informada no Plano de Providências preenchido e encaminhado à CGU-R/SC por meio do Ofício nº 46/2012/GR, de 22/02/2012:</u></p> <p><u>Informação prestada pela Pró-Reitoria de Pós Graduação:</u></p> <p>A concessão e o controle do pagamento de bolsas de ensino a docentes participantes de cursos não-regulares na UFSC será regida pelas Resoluções Normativas 13/CUn/2011, que regula as relações entre a UFSC e suas Fundações de Apoio, aprovada em 27 de setembro de 2011 e pela Resolução de Bolsas de Ensino, que se encontra em discussão na Câmara de Pós-Graduação.</p> <p><u>Posição em out/2012, informada no Plano de Providências encaminhado à CGU-R/SC:</u></p> <p>"A PROPESQ, conforme Memorando nº 116/PROPESQ, informa: Sobre o controle unificado de pagamento de bolsas a professores e servidores da UFSC, a Pró-Reitoria de Pesquisa (PROPESQ) esclarece que, de acordo com a Portaria Normativa nº 35/GR/2012 de 17 de fevereiro de 2012, tem solicitado que seja anexado, em cada projeto que prever a remuneração dos envolvidos, a declaração de ciência de todos os servidores docentes e técnicos administrativos atuantes no respectivo projeto de pesquisa, de que o limite máximo da soma de sua remuneração como servidor, demais bolsas e valores recebidos por prestação de serviços públicos, não excederá, mensalmente, o maior valor recebido pelo funcionalismo público federal, nos termos do art. 37, inciso art. 37, inciso XI da Constituição Federal. A Pró-Reitoria de Pesquisa também mantém atualizada na sua página (http://propesq.ufsc.br/pesquisa/), em conjunto com o Departamento de Projetos de Pesquisa, a Resolução 09/CUn/2006, que dispõe sobre a proposição, o acompanhamento e a avaliação das atividades de pesquisa na UFSC e as normas para padronizar a tramitação de processos para assinatura de projetos submetidos pelos pesquisadores da UFSC às agências de fomento e órgãos governamentais, a fim de organizar o fluxo de trabalho e aumentar a segurança jurídica, salvaguardando os direitos da instituição nos contratos assinados. Permitindo analisar os documentos referente ao projeto, inclusive o plano de trabalho detalhado com as descrições das rubricas financeiras.</p> <p>Quanto à regulamentação do pagamento de bolsas de pesquisa aos docentes participantes de projetos de pesquisa na UFSC, esclarecemos que, além da Resolução Normativa nº 013/CUn de 27 de setembro de 2011, que regula as relações da UFSC com suas fundações de apoio, foi elaborada uma Minuta de Resolução sobre as normas que regulamentam a concessão de Bolsas de Ensino de Pós-Graduação para docente na Universidade Federal de Santa Catarina, a qual deverá ser apreciada na próxima reunião da Câmara de Pós-Graduação prevista para o dia 08 de novembro de 2012, antes da proposta definitiva ser encaminhada para aprovação do Conselho Universitário.</p> <p>A PROPG, conforme Memorando nº 172/PROPG, esclarece que, de acordo com a Portaria nº 35/GR/2012 de 17 de fevereiro de 2012, tem solicitado que seja anexado, em cada projeto de curso de especialização que prever a remuneração dos envolvidos, a declaração de ciência de todos os servidores docentes e técnicos administrativos atuantes no respectivo curso de especialização, de que o limite máximo da soma de sua remuneração como servidor, demais bolsas e valores recebidos por prestação de serviços públicos, não excederá, mensalmente, o maior valor recebido pelo funcionalismo público federal, nos termos do art. 37, inciso art. 37, inciso XI da Constituição Federal. Quanto ao limite de horas semanais as quais os docentes podem se dedicar em atividades de ensino não regular na UFSC, a PROPG esclarece que a Resolução Normativa nº15/CUn, de 13 de dezembro de 2011, art. 18 §6º e 7º estabelece limite de participação para docentes ativos em regime de 40 horas DE (dedicação exclusiva) de até oito horas semanais na média do semestre, não ultrapassando 160 horas semestrais, incluindo, neste limite, a atribuição de 1 hora semanal para cada monografia orientada. Para tanto, a PROPG mantém atualizado na sua homepage (http://propg.ufsc.br/orientacoes-para-coordenadores-de-cursos-de-especializacao/control-de-horas-docentes-latu-sensu/) um controle unificado da participação de docentes em cursos desta natureza, com a respectiva carga horária alocada.</p> <p>A PROPLAN informa que: está trabalhando para utilizar a melhor ferramenta para atender às recomendações da CGU e da legislação em geral. Atualmente, procedimentos, ainda não informatizados, são adotados pela SEGESP, SEAI e GR para garantir que servidores da UFSC não ultrapassem o teto salarial dos servidores públicos federais. No entanto,</p>	

visando aprimorar esse procedimento, construímos um Sistema Informatizado que permitirá a verificação dos pagamentos mensais, tanto os realizados pela UFSC via SIAPE, como os efetuados pelas Fundações de Apoio, limitando-os no recebimento do valor permitido ao Servidor Público Federal.

Para a construção do sistema foram realizadas reuniões entre PROPLAN, SETIC, PROAD e Fundações de Apoio da UFSC. O sistema será utilizado pelas quatro Fundações de Apoio para pagamento aos servidores da UFSC. O sistema está concluído e encontra-se em fase de homologação – teste – junto aos seus usuários. Em paralelo, será elaborada legislação interna para regulamentar o sistema, seus procedimentos, seus níveis de acesso dos usuários, a publicização dos relatórios que o sistema irá gerar, entre outros. Salientamos, no entanto, que a elaboração do regulamento do sistema, demandará o envolvimento de outras unidades da UFSC, como Secretarias de Aperfeiçoamento Institucional e de Gestão de Pessoas, Pró-Reitorias de Pesquisa, de Extensão e de Pós-Graduação. Além disso, haverá necessidade de aprovação do regulamento junto ao Conselho Universitário. Diante dessas novas etapas a serem realizadas, necessita-se de um prazo até março de 2013 para a efetiva implantação do sistema. "

Posição em dez/2012:

“ PROEX - Adequação da Resolução Normativa 09/CUn/2009 ao Decreto 7423/2010, em especial ao seu Capítulo III. Minuta a ser submetida ao Conselho Universitário no início de 2013.

No que diz respeito ao pagamento de bolsas a professores participantes de cursos de especialização, considerados como reedições, a Pró-reitoria de extensão não tem atuação, visto que os cursos de especialização estão sob a alçada do pró-reitoria de pós-graduação. Quanto ao controle de pagamento de bolsas em projetos de extensão, de acordo com a Portaria Normativa 35/GR/2012, de 17/02/2012, todos os processos de projetos de extensão devem conter declaração de todos servidores envolvidos do conhecimento do limite e de declaração de que a soma dos valores recebidos de remuneração mais bolsas e outros valores, não ultrapassará, o maior valor recebido pelo Funcionalismo Público Federal, nos termos do Artigo 7º, §4º, do Decreto 7423 de 31 de dezembro de 2010 e do artigo 37, XI, da Constituição Federal. Propesq: Esclarecemos que de comum acordo com o SETIC, a PROPLAN e a PROAD está sendo elaborando um aplicativo que permitirá a consulta e a consolidação em tempo real de bolsas de pesquisa sendo pagas à servidores da UFSC de modo que eventuais excessos ou sobreposições sejam imediatamente detectados.

Esse aplicativo tem previsão de entrada em operação no primeiro semestre de 2013"

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Informação da Propesq: Aplicativo ainda não-operacional.

Informação da PROPLAN:

A PROPLAN, especialmente a SETIC continua trabalhando para o desenvolvimento do aplicativo, no entanto, ainda necessitamos de revisão da regulamentação interna para iniciar sua operação

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
27	224886	Item 4.4.1.1 Rec. 001	31.960 /2010/CGU-R/SC

Órgão/Entidade Objeto da Recomendação	Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina	429

Descrição da Recomendação

Instituir padronização de procedimentos no âmbito dos almoxarifados da UFSC, de modo a uniformizar o formato e as rotinas do sistema informatizado e os procedimentos de registros de entradas, saídas, formalização de pedidos, comprovação de entrega e arquivamento adotados;

Providências Adotadas

Sector Responsável pela Implementação	Código SIORG
Hospital Universitário Professor Polydoro Ernani de São Thiago	15130
Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento	97297
Pró-Reitoria de Infraestrutura	26114
Pró-Reitoria de Administração	26114

Justificativa para o seu não Cumprimento

No Item 2.1.2.1 – Informação (39) do Relatório 201108926 a CGU-R/SC apresenta como situação atual da recomendação: “*Pendente de Atendimento*”.

Na Solicitação de Auditoria 201103023/08, a CGU-R/SC apresenta como STATUS ATUAL DA RECOMENDAÇÃO: “*Reiterada pela não implementação plena da Recomendação pela Unidade*”, com a seguinte análise: “*Conforme manifestação, as medidas necessárias ao atendimento da recomendação ainda estariam em curso. Deverá ser informado o andamento das mesmas.*”.

Posição em 17/02/2012, informada no Plano de Providências preenchido e encaminhado à CGU-R/SC por meio do Ofício nº 46/2012/GR, de 22/02/2012:

Informação prestada Pela Pró-Reitoria de Infraestrutura

O Almoxarifado Central, bem como, os almoxarifados da Prefeitura do Campus e do Restaurante Universitário estão

utilizando o sistema adquirido junto a Empresa Softplan, cremos que dessa forma estamos atendendo a recomendação da CGU. Salientamos, que no Hospital Universitário ainda está sendo utilizado o sistema MATL.

Informação prestada pela Direção do Hospital Universitário

No Período que sucedeu às informações de março/2011, tivemos novas variantes relativo ao sistema de planejamento de estoque/compras/almoxarifado para Hospitais Universitários. O Ministério de Educação através do Aplicativo de Gestão para Hospitais Universitários, começou a desenvolver módulos de gestão que contemplarão compras e estoque, conforme apresentado no documento anexo, AGHU onde estamos e para onde vamos. Considerando o interesse do Governo Federal em ter um controle efetivo a nível nacional do Sistema de Gestão de Materiais dos HU's, não seria recomendável que implantássemos o sistema da SOFTPLAN.

Posição em out/2012, informada no Plano de Providências encaminhado à CGU-R/SC:

"A PROPLAN, conforme Memorando nº 69/2012/PROPLAN, informa: No que se refere ao sistema utilizado pela UFSC, chamado de "Sistema de Gestão de Materiais e Almoxarifado - ALX", temos a informar que desde sua implantação a SETIC, em conjunto com a empresa contratada para desenvolvimento e implantação do sistema, realiza permanentemente os ajustes necessários no ALX, visando atender as demandas administrativas da UFSC, incluindo, assim, as recomendações da CGU. Por fim, esclarecemos ainda que o prazo final de implantação do sistema está previsto para outubro de 2013, no entanto, seu aperfeiçoamento será continuado.

No período que sucedeu às informações prestadas em 17/02/2012, aconteceram novas variantes relativas ao sistema de planejamento de estoque, compras e almoxarifado para Hospitais Universitários. Em virtude da não adesão da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) à Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH), o Hospital Universitário (HU) desta Universidade foi excluído do programa de implantação do Aplicativo de Gestão para Hospitais Universitários (AGHU). No entanto, após negociações, nos meses de agosto/setembro de 2012, realizadas entre a Direção do HU junto ao MEC, o HU/UFSC foi novamente inserido no planejamento de implantação do AGHU.

O HU informa: O AGHU, desenvolvido no Hospital de Clínicas de Porto Alegre - HCPA, em parceria com o Ministério da Educação, dentre outras atribuições, visa padronizar sistema e aplicativos de gestão, tais como: Internação; Cadastro de Pacientes; Servidor; Prescrição Médica; Farmácia; e Estoque. No período de 15 a 19 de outubro, servidores do HU, das áreas de TI, enfermagem, farmácia, almoxarifado e medicina, estarão participando do programa de integração, migração e implantação dos módulos Internação, Cadastro de Pacientes, Servidor, Prescrição Médica, Farmácia e Estoque, no HCPA em Porto Alegre/RS. A partir deste momento, se constataremos a inexistência de padronização de procedimentos, o que deve ser improvável, serão adotadas atitudes para atendimento a essa recomendação.

A PROAD informa: Com relação ao Almoxarifado Central, que está subordinado ao Departamento de Compras e Licitações, informamos que o software da Softplan está sendo utilizado e fornece todos os controles solicitados: registros de entradas, saídas, formalização de pedidos, comprovação de entrega e arquivamento adotados. No entanto, persistem algumas inconsistências, para as quais já foram abertas diversas Salts, no entanto sem resolução. Esperamos que com a assinatura do Contrato do novo aditivo essas inconsistências possam ser resolvidas pela própria equipe da UFSC (SETIC)."

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Informação da PROPLAN:

O atendimento da recomendação, no que se refere às adequações no sistema ALX, será providenciado pela SETIC. No entanto, vale ressaltar que a padronização de procedimentos no âmbito dos almoxarifados, certamente será auxiliada pelo sistema, mas a responsabilidade por seu desenvolvimento e implementação é dos setores competentes pela gestão dos almoxarifados.

Informação do Hospital Universitário:

A implementação do AGHU no Hospital Universitário está sendo por etapas. Em relação aos almoxarifados, os procedimentos ainda são insipientes, todavia serão intensificados no decorrer de 2013.

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
28	224886	Item 4.4.1.1 Rec. 002	31.960 /2010/CGU-R/SC
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Desenvolver manual do usuário para o sistema informatizado de controle de materiais, bem como manual completo de normas, rotinas e procedimentos aplicáveis ao gerenciamento e controle dos estoques da Instituição.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Hospital Universitário Professor Polydoro Ernani de São Thiago			15130
Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento			97297
Pró-Reitoria de Infraestrutura			26114

Pró-Reitoria de Administração	26114
Justificativa para o seu não Cumprimento <p>No Item 2.1.2.1 – Informação (39) do Relatório 201108926 a CGU-R/SC apresenta como situação atual da recomendação: “<i>Pendente de Atendimento</i>”.</p> <p>Na Solicitação de Auditoria 201103023/08, a CGU-R/SC apresenta como STATUS ATUAL DA RECOMENDAÇÃO: “<i>Reiterada pela não implementação plena da Recomendação pela Unidade</i>”, com a seguinte análise: “<i>Conforme manifestação, as medidas necessárias ao atendimento da recomendação ainda estariam em curso, tanto na UFSC quanto no HU. Solicitamos que as Unidades informem sobre o andamento das mesmas.</i>”.</p> <p><u>Posição em 17/02/2012, informada no Plano de Providências preenchido e encaminhado à CGU-R/SC por meio do Ofício nº 46/2012/GR, de 22/02/2012:</u></p> <p><u>Informação prestada Pela Pró-Reitoria de Infraestrutura</u> O Almoxarifado Central, bem como, os almoxarifados da Prefeitura do Campus e do Restaurante Universitário estão utilizando o sistema adquirido junto a Empresa Softplan, cremos que dessa forma estamos atendendo a recomendação da CGU. Salientamos, que no Hospital Universitário ainda está sendo utilizado o sistema MATL.</p> <p><u>Informação prestada pela Direção do Hospital Universitário</u> No Período que sucedeu às informações de março/2011, tivemos novas variantes relativo ao sistema de planejamento de estoque/compras/almoxarifado para Hospitais Universitários. O Ministério de Educação através do Aplicativo de Gestão para Hospitais Universitários, começou a desenvolver módulos de gestão que contemplarão compras e estoque, conforme apresentado no documento anexo, AGHU onde estamos e para onde vamos. Considerando o interesse do Governo Federal em ter um controle efetivo a nível nacional do Sistema de Gestão de Materiais dos HU's, não seria recomendável que implantássemos o sistema da SOFTPLAN.</p> <p><u>Posição em out/2012, informada no Plano de Providências encaminhado à CGU-R/SC:</u> "A PROPLAN, conforme Memorando nº 69/2012/PROPLAN, informa: No que se refere ao sistema utilizado pela UFSC, chamado de “Sistema de Gestão de Materiais e Almoxarifado - ALX”, temos a informar que durante a fase em que nos encontramos de implantação final do Sistema, a ser encerrada até outubro de 2013, a SETIC está à disposição para auxiliar o setor de Almoxarifado, vinculado à PROAD, na elaboração do manual, naquilo que estiver relacionado ao Sistema Eletrônico.</p> <p>No período que sucedeu às informações prestadas em 17/02/2012, aconteceram novas variantes relativas ao sistema de planejamento de estoque, compras e almoxarifado para Hospitais Universitários. Em virtude da não adesão da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) à Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH), o Hospital Universitário (HU) desta Universidade foi excluído do programa de implantação do Aplicativo de Gestão para Hospitais Universitários (AGHU). No entanto, após negociações, nos meses de agosto/setembro de 2012, realizadas entre a Direção do HU junto ao MEC, o HU/UFSC foi novamente inserido no planejamento de implantação do AGHU.</p> <p>O HU informa: O AGHU, desenvolvido no Hospital de Clínicas de Porto Alegre - HCPA, em parceria com o Ministério da Educação, dentre outras atribuições, visa padronizar sistema e aplicativos de gestão, tais como: Internação; Cadastro de Pacientes; Servidor; Prescrição Médica; Farmácia; e Estoque. No período de 15 a 19 de outubro, servidores do HU, das áreas de TI, enfermagem, farmácia, almoxarifado e medicina, estarão participando do programa de integração, migração e implantação dos módulos Internação, Cadastro de Pacientes, Servidor, Prescrição Médica, Farmácia e Estoque, no HCPA em Porto Alegre/RS. A partir deste momento, se constataremos a inexistência de um manual do usuário, o que deve ser improvável, serão adotadas atitudes para atendimento a essa recomendação.</p> <p>Informado pela PROAD: Em que pese o Departamento de Compras e Licitações já ter desenvolvido Manual de Compras para orientar seus usuários (versão 01 – 30/07/12), este não contempla procedimentos relativos ao gerenciamento e controle dos estoques do almoxarifado. A nova Direção do Departamento tomou ciência somente agora desta recomendação. Podemos trabalhar no desenvolvimento de um Manual, especificamente para o Almoxarifado Central, mas acreditamos que o mesmo deve ser construído em conjunto com os responsáveis pelos Almoxarifados de outros setores (HU, RU, PU), para que haja uma padronização de procedimentos. Ainda, com relação especificamente ao Almoxarifado Central, informamos que estamos contratando consultoria especializada (EJEP – Empresa Júnior de Engenharia de Produção) para fazer um estudo criterioso dos itens mais relevantes distribuídos pelo Almoxarifado, com o objetivo de verificar e propor melhorias para as atuais condições de armazenagem e providências futuras em relação à estocagem racional, ventilação, proteção de intempéries, umidade, incidência solar e outros fatores.”</p>	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	
<u>Informação da PROPLAN:</u> Ressaltamos o apresentado no item anterior, ou seja, a gestão dos Almoxarifados da UFSC não é responsabilidade da PROPLAN e entendemos que o solicitado pela nesta recomendação, demanda ações além daquelas relacionadas à ferramenta ALX, sendo portanto, necessário o encaminhamento dessas questões aos setores competentes pela gestão do almoxarifado. A PROPLAN, por meio da SETIC, providenciará tudo o que for necessário referente às demandas do sistema ALX, conforme manifestação de outubro.	
<u>Informação do Hospital Universitário:</u>	

A implementação do AGHU no Hospital Universitário está sendo por etapas. Em relação aos almoxarifados, os procedimentos ainda são insipientes, todavia serão intensificados no decorrer de 2013.			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
29	224886	Item 4.4.1.1 Rec. 008	31.960 /2010/CGU-R/SC
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Proceder à avaliação, mediante comissão instituída, de todos os almoxarifados da Instituição, visando identificar as atuais condições de armazenagem e providências futuras em relação à estocagem racional, ventilação, proteção de intempéries, umidade, incidência solar e outros fatores que contribuem para a deterioração dos itens estocados, especialmente alimentos e medicamentos, que necessitam de condições específicas para manter sua qualidade e durabilidade.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Hospital Universitário Professor Polydoro Ernani de São Thiago			15130
Pró-Reitoria de Infraestrutura			26114
Pró-Reitoria de Administração			26114
Justificativa para o seu não Cumprimento			
No Item 2.1.2.1 – Informação (39) do Relatório 201108926 a CGU-R/SC apresenta como situação atual da recomendação: “ <i>Pendente de Atendimento</i> ”.			
Na Solicitação de Auditoria 201103023/08, a CGU-R/SC apresenta como STATUS ATUAL DA RECOMENDAÇÃO: “ <i>Reiterada pela não implementação plena da Recomendação pela Unidade</i> ”, com a seguinte análise: “ <i>Conforme manifestação, as medidas necessárias ao atendimento da recomendação ainda estariam em curso na UFSC e HU, cabendo informar o andamento das mesmas.</i> ”.			
<u>Posição em 17/02/2012, informada no Plano de Providências preenchido e encaminhado à CGU-R/SC por meio do Ofício nº 46/2012/GR, de 22/02/2012:</u>			
<u>Informação prestada Pela Pró-Reitoria de Infraestrutura</u>			
Informamos que o novo prédio do Departamento de Patrimônio já foi inaugurado e que o Almoxarifado Central teve um aumento considerável em seu espaço físico.			
<u>Informação prestada pela Direção Geral do Hospital Universitário</u>			
A Portaria nº 57/DG-HU-2010, constituiu a comissão de Análise da Estrutura dos Almoxarifados do HU. A comissão não concluiu os trabalhos, conforme informado no Memo nº 001/ALMOX/2012.			
<u>Posição em out/2012, informada no Plano de Providências encaminhado à CGU-R/SC:</u>			
"Informação do HU: Conforme consta do Memorando n.º 002/ALMOX/2012, da Comissão designada pela Portaria nº57/DG-HU/2010, com o objetivo de analisar as condições de infraestrutura dos Almoxarifados do HU, todos os trabalhos referentes às coletas de dados pertinentes a cada almoxarifado por meio de visitas, questionários e fotos foram realizados.			
Todos os dados já foram analisados e já foram elaboradas todas as propostas de melhorias referente a cada almoxarifado. Todavia, para a conclusão dos trabalhos, ainda no final de outubro/2012, se fazem necessárias algumas correções e a juntada de fotos.			
<u>Informação da PROAD:</u> Informamos que a obra de ampliação do Almoxarifado Central está em andamento, mas seu término foi prorrogado, primeiro em função da greve, e segundo devido à dificuldade em realizar a obra, pois não temos como liberar muito espaço para realização da mesma, pois não há onde estocar os materiais que lá se encontram em outro local, o que dificulta o trabalho da empresa contratada."			
<u>Posição em dez/2012, informada pela Pró-Reitoria de Administração:</u>			
"Informamos que a obra de ampliação do Almoxarifado Central ainda não foi finalizada, o mezanino foi concluído mas ainda aguardamos a conclusão das demais etapas. Devido a este fato, ainda persistem algumas inconsistências quanto ao armazenamento dos materiais. Soma-se a isso a crescente demanda devido ao crescimento da Universidade. De qualquer forma, os alimentos armazenados ficam em local apropriado, à parte do local onde a obra está sendo realizada. Não são armazenados neste almoxarifado medicamentos."			
<u>Posição em 31/12/2012 do HU:</u>			
Em parte por acúmulo de atividades e de outra parte por problemas de saúde do Presidente da Comissão, além da sobrecarga de trabalho gerada num fim de exercício, ainda não foram complementadas as ações para a elaboração do relatório final. Em face dos membros da Comissão estarem em gozo de férias em janeiro/fevereiro, o Relatório final será concluído em março/2013.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

Informação do HU: Em relação ao Hospital Universitário, os trabalhos da Comissão foram prejudicados pelos acúmulos de trabalhos decorrentes da falta de pessoal e da intensa movimentação de produtos, tanto na entrada como na saída. Neste último caso, influenciado pela greve de servidores federais e estaduais no período.			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
30	224886	Item 4.4.1.1 Rec. 011	31.960 /2010/CGU-R/SC
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Promover a imediata definição das ações necessárias para a correção das falhas identificadas e a implementação das recomendações da CGU, elaborando plano de ação contendo definição das atividades, metas, prazos e responsáveis por sua implementação.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Hospital Universitário Professor Polydoro Ernani de São Thiago			15130
Pró-Reitoria de Infraestrutura			26114
Pró-Reitoria de Administração			26114
Justificativa para o seu não Cumprimento			
No Item 2.1.2.1 – Informação (39) do Relatório 201108926 a CGU-R/SC apresenta como situação atual da recomendação: “ <i>Pendente de Atendimento</i> ”. Na Solicitação de Auditoria 201103023/08, a CGU-R/SC apresenta como STATUS ATUAL DA RECOMENDAÇÃO: “ <i>Reiterada pela não implementação plena da Recomendação pela Unidade</i> ”, com a seguinte análise: “ <i>Conforme manifestação, as medidas necessárias ao atendimento da recomendação ainda estariam em curso, cabendo informar o andamento das mesmas.</i> ”. <u>Posição em 17/02/2012, informada no Plano de Providências preenchido e encaminhado à CGU-R/SC por meio do Ofício nº 46/2012/GR, de 22/02/2012:</u> <u>Informação prestada Pela Pró-Reitoria de Infraestrutura</u> Comunicamos que o controle de estoque já está sendo realizado pelo novo sistema de controle de estoques e que a maioria das compras são realizadas através do sistema de registro de preços. <u>Informação prestada pela Direção Geral do Hospital Universitário</u> Estamos atendendo a recomendação implementando ações necessárias para minimizar eventuais falhas. Por isso a Chefia do Serviço de Almojarifado está solicitando um curso de reciclagem para 2012, conforme Memo nº 006/ALMX/2012. Além disso, agendou para o dia 27/02/12 a conciliação periódica com a contagem de material, conforme Memo nº 008/ALMX/2012. Contamos com equipe de servidores pequena e deficiente para os almojarifados do HU. Por isso, além da capacitação, é imprescindível a contratação de novos servidores. Essa demanda consta na planilha, Requerimento de Servidor – Diretoria de Administração, encaminhado em 2011 e reencaminhado em fevereiro/2012 ao DDPP/PRDHS para realização de concurso público, visando a recomposição do quadro de servidores. <u>Posição em out/2012, informada no Plano de Providências encaminhado à CGU-R/SC:</u> "A PROPLAN, conforme Memorando nº 69/2012/PROPLAN, informa: No que se refere ao sistema utilizado pela UFSC, chamado de “Sistema de Gestão de Materiais e Almojarifado - ALX”, temos a informar que durante a fase em que nos encontramos - de implantação final do Sistema - a ser encerrada até outubro de 2013, a SETIC está à disposição para auxiliar o setor de Almojarifado, vinculado à PROAD, no cumprimento do Plano de Ação recomendado pela CGU, em tudo aquilo que estiver relacionado a demandas de soluções do Sistema Eletrônico. No entanto, a definição do Plano de Ação, bem como de seus prazos devem ser realizados pela PROAD. <u>Informação do HU:</u> A Chefia do Serviço de Almojarifado do HU, em atendimento a esta recomendação, tem adotado ações para minimizar eventuais falhas. Persiste ainda a questão da permanência de uma equipe de servidores pequena e deficiente. No início deste semestre foi incluído no Plano Anual de Capacitação (PAC/2012) um módulo para os servidores responsáveis pelos almojarifados do HU. Entretanto, haja vista o movimento reivindicatório dos servidores e docentes ocorrido nas Universidades Federais, este módulo de capacitação foi reprogramado para o 1º semestre de 2013. Em agosto/2012, a Diretoria de Administração do HU, atualizou a planilha “Requerimento de Servidor”, enviada ao DDPP/PRDHS em 2011 e reenviada ao mesmo órgão em fevereiro/2012, encaminhando-a novamente, por meio do Memorando n.º 38/DG-HU/2012 à Secretaria de Gestão de Pessoas (SEGESP). Com a inserção novamente do HU/UFSC no planejamento de implantação do AGHU pela EBSEH, a partir do segundo semestre de ano, técnicos do HU, nestes meses finais do ano, estarão participando no HCPA, em Porto Alegre/RS, de módulos de programa de integração, migração e implantação de sistemas específicos de gestão. A partir desses encontros, se constataremos a inexistência de um plano de ação, o que deve ser improvável, serão adotadas atitudes para atendimento a essa			

recomendação.

Por sua vez, por intermédio da Portaria n.º 1580/2012/2012, de 10/10/2012, foi constituído o Grupo de Trabalho de Diagnóstico e Dimensionamento Prospectivo dos Servidores Técnico-Administrativos em Educação da UFSC, estabelecendo-se o prazo para conclusão de seus trabalhos até o dia 31/03/2013.

Informação da PROAD: Reiteramos a informação de que o controle de estoque já está sendo realizado pelo novo sistema de controle de estoques e que a maioria das compras são realizadas através do sistema de registro de preços. "

Posição em dez/2012, informada pela Pró-Reitoria de Administração:

"O DCL desconhece o plano de ação desenvolvido para correção das falhas identificadas e implementações das recomendações da CGU, mas informa que o sistema está atendendo às exigências, as inconsistências foram recentemente sanadas e a obra de ampliação do almoxarifado ainda está em andamento. Está em curso processo licitatório para compra de estantes de aço que irão substituir as atuais, de madeira, em precárias condições."

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Informação da PROPLAN:

Ressaltamos o apresentado no item anterior, ou seja, a gestão dos Almoxarifados da UFSC não é responsabilidade da PROPLAN e entendemos que o solicitado pela nesta recomendação, demanda ações além daquelas relacionadas à ferramenta ALX, sendo portanto, necessário o encaminhamento dessas questões aos setores competentes pela gestão do almoxarifado. A PROPLAN, por meio da SETIC, providenciará tudo o que for necessário referente às demandas do sistema ALX, conforme manifestação de outubro.

Informação do Hospital Universitário:

A implementação do AGHU no Hospital Universitário está sendo por etapas. Em relação aos almoxarifados, os procedimentos ainda são insipientes, todavia serão intensificados no decorrer de 2013.

Precisa haver lotação, por parte da SEGESP/UFSC, de servidores para os almoxarifados. Torna-se imprescindível a conclusão dos trabalhos do Grupo de Trabalho de Diagnóstico e Dimensionamento Prospectivo dos Servidores Técnico-Administrativos em Educação da UFSC.

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
31	243915	Item 3.2.1.2 Rec. 002	36.685 /2010/CGU-R/SC

Órgão/Entidade Objeto da Recomendação	Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina	429

Descrição da Recomendação

Calcular o valor das parcelas remuneratórias pendentes de reembolso, em razão da cessão do servidor Mat. SIAPE 1018879 e adotar as providências cabíveis no sentido de regularizar o correspondente ressarcimento à UFSC por parte do Governo do Estado do Amapá.

Providências Adotadas

Sector Responsável pela Implementação	Código SIORG
Pró-Reitoria de Desenvolvimento Humano e Social	26115
Secretaria de Gestão de Pessoas	26115

Justificativa para o seu não Cumprimento

No Item 2.1.2.1 – Informação (39) do Relatório 201108926 a CGU-R/SC apresenta como situação atual da recomendação: *"Pendente de Atendimento"*.

Na Solicitação de Auditoria 201103023/09, a CGU-R/SC apresenta como STATUS ATUAL DA RECOMENDAÇÃO: *"Reiterada pela não implementação plena da Recomendação pela Unidade"*, com a seguinte análise: *"Os gestores informam o pagamento da parcela pendente de dezembro/2008 e apresentam comprovante dessa arrecadação. Durante os trabalhos de avaliação de gestão 2010 a Unidade informou à CGU-R/SC que existem outras parcelas de reembolsos pendentes, em relação a todo o período compreendido desde o início da cessão do servidor até a suspensão do pagamento de sua remuneração pela UFSC. Solicitamos apresentar o levantamento de todas as parcelas pendentes de reembolso, com indicação do mês de competência, do valor correspondente à época e atual (se for o caso)."*.

Posição em 17/02/2012, informada no Plano de Providências preenchido e encaminhado à CGU-R/SC por meio do Ofício n.º 46/2012/GR, de 22/02/2012:

Informação prestada pela Pró-Reitoria de Desenvolvimento Humano e Social

1. Em 13-04-2011 foram geradas as faturas n.º 0082/2011 e 0083/2011 para reembolso, pelo Governo do Estado do Amapá, do ônus referente à cessão do servidor JOSÉ MARIA DA SILVA MORAES (SIAPE n.º 1018879) no mês de dezembro de 2010 e janeiro de 2011, até o dia 12;

2. Em 06-10-2011 foi encaminhado o Ofício n.º 578/GR/2011, por esta Universidade, em que foram reenviadas as referidas faturas e solicitado novamente o pagamento das mesmas, cuja regularização permanece pendente;

3. Segue o cálculo:

Tabela Demonstrativa dos Ressarcimentos da Cessão do Servidor José Maria da Silva Moraes ao Governo do Estado do Amapá		
Número da Fatura	0082/2011	0083/2011
Período referente à cessão	Dezembro/2010	Janeiro/2011 (12 dias)
Ônus a ser reembolsado	R\$ 9.033,10	R\$ 3.613,32
Data de Pagamento		
Número do Documento de Pagamento		

Posição em out/2012, informada no Plano de Providências encaminhado à CGU-R/SC:

"A SEGESP, conforme Memorando nº 098/SEGESP/2012, informa: O servidor JOSÉ MARIA DA SILVA MORAES (SIAPE nº 1018879), retornou à Universidade no em 04/01/2011 e em seguida solicitou sua aposentadoria. A situação dos pagamentos da retribuição do Governo do Estado do Amapá continua pendente, conforme planilha atualizada anexa."

Posição em dez/2012, informada pela SEGESP:

"O servidor JOSÉ MARIA DA SILVA MORAES (SIAPE nº 1018879), retornou à Universidade no em 04/01/2011 e em seguida solicitou sua aposentadoria. A situação dos pagamentos da retribuição do Governo do Estado do Amapá continua pendente."

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

"1. Em 2011, já havia sido enviado documento de cobrança (Ofício nº 578/GR/2011).
2. No ano de 2012, foi novamente realizada a cobrança (através do Ofício nº 726/2012/GR).
3. O cálculo das parcelas remuneratórias pendentes de reembolso permaneceu o mesmo de 2011 para 2012 (Faturas n.º 00082/2011 e 00083/2011, no valor de R\$ 9.033,10 e R\$ 3.613,32, respectivamente, totalizando R\$ 12.646,42)."

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
32	243915	Item 3.2.1.3 Rec. 003	36.685 /2010/CGU-R/SC

Órgão/Entidade Objeto da Recomendação	Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina	429

Descrição da Recomendação

Apurar a responsabilidade pela inclusão da rubrica "0005-Prov.Básico" com valor informado na ficha financeira do servidor Mat. SIAPE n 26246-1156804, sem a devida retificação o que causou pagamento indevido de R\$ 39.703,13.

Providências Adotadas

Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Pró-Reitoria de Desenvolvimento Humano e Social	26115
Secretaria de Gestão de Pessoas	26115

Justificativa para o seu não Cumprimento

No Item 2.1.2.1 – Informação (39) do Relatório 201108926 a CGU-R/SC apresenta como situação atual da recomendação: *"Pendente de Atendimento"*.

Na Solicitação de Auditoria 201103023/09, a CGU-R/SC apresenta como STATUS ATUAL DA RECOMENDAÇÃO: *"Reiterada pela não implementação plena da Recomendação pela Unidade"*, com a seguinte análise: *"Os gestores informam que tomarão medidas para atender à recomendação. Solicitamos informar a situação atual de atendimento da recomendação. No caso de o processo administrativo ter sido concluído, apresentar cópia do relatório de conclusão, bem como informar as medidas adotadas pela Unidade decorrentes desse processo."*

Posição em 17/02/2012, informada no Plano de Providências preenchido e encaminhado à CGU-R/SC por meio do Ofício nº 46/2012/GR, de 22/02/2012:

Informação prestada pela Pró-Reitoria de Desenvolvimento Humano e Social

Informamos que não foi aberto PAD, em vista da descontinuidade do desconto da reposição ao erário, por meio de processo judicial impetrado pela servidora.

Posição em out/2012, informada no Plano de Providências encaminhado à CGU-R/SC:

A SEGESP, conforme Memorando nº 098/SEGESP/2012, informa: A servidora Marilda Gonçalves foi aposentada em 01/04/2002. Quando da alteração da situação de ativo para inativo, o provento da servidora no sistema SIAPE foi incluído com valor informado na sequência 1, quando o correto seria na sequência 0 (cálculo automático).

Por ocasião do enquadramento no PCCTAE, Lei nº 11.071/05, a partir de 1/3/2005, o sistema gerou um novo pagamento para a servidora, ocasionando desta forma pagamento de proventos em duplicidade.

Como o sistema gerou a duplicidade do pagamento, fica desnecessária a abertura de PAD, visto que não demonstra culpabilidade do servidor que à época, implantou o provento da servidora na sequência indicada.

De acordo com consulta processual a última movimentação do processo judicial nº 5009027-52.2010.404.7200 foi

30/09/2011, anexo.			
Posição em dez/2012, informada pela Secretaria de Gestão de Pessoas:			
Não houve encaminhamento para abertura de processo administrativo disciplinar pela Procuradoria Federal unto à UFSC.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
A dificuldade permanece pela evolução do processo judicial.			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
33	243915	Item 4.1.1.2 Rec. 001	36.685 /2010/CGU-R/SC
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Estabelecer rotina de elaboração de orçamento prévio de quantitativos a executar para contratação de pequenos serviços por técnicos da PU/ETUSC.			
Providências Adotadas			
Sector Responsável pela Implementação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Infraestrutura			26114
Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento			97297
Justificativa para o seu não Cumprimento			
No Item 2.1.2.1 – Informação (39) do Relatório 201108926 a CGU-R/SC apresenta como situação atual da recomendação: “ <i>Pendente de Atendimento</i> ”.			
Na Solicitação de Auditoria 201103023/09, a CGU-R/SC apresenta como STATUS ATUAL DA RECOMENDAÇÃO: “ <i>Reiterada pela não implementação plena da Recomendação pela Unidade</i> ”, com a seguinte análise: “ <i>Os gestores informam que futuramente o atendimento à recomendação será possível.</i> ”			
Solicitamos informar o atual estágio de implementação da recomendação.”.			
Posição em 17/02/2012, informada no Plano de Providências preenchido e encaminhado à CGU-R/SC por meio do Ofício nº 46/2012/GR, de 22/02/2012:			
Informação prestada Pela Pró-Reitoria de Infraestrutura			
Informamos que preliminarmente vem sendo solicitado 03 (três) orçamentos com empresas do ramo, que após análise do Departamento de Obras e Manutenção Predial, adapta-se os valores a tabela SINAPI e posterior encaminhamento para licitação.			
Posição em out/2012, informada no Plano de Providências encaminhado à CGU-R/SC:			
A PROPLAN, conforme Memorando nº 69/PROPLAN/2012: Informamos que as contratações de serviços de arquitetura e engenharia, realizadas pelo DOMP e DPAE foram aperfeiçoadas. O aperfeiçoamento se dá por meio de adoção de novos procedimentos administrativos, da revisão do fluxo dos processos, da lotação de um servidor com formação em administração e em direito para melhor instruir os processos, valorização da área responsável pelos orçamentos, com a lotação de pessoal e disponibilização de função gratificada, e também por meio de um Termo de Cooperação entre UFSC e Caixa Econômica Federal para disponibilização e treinamento dos modos avançados do SINAPI. Com isso, pretende-se, para o ano de 2013, atender de forma plena as recomendações dos órgãos de controle.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Informação da PROPLAN:			
A PROPLAN, considera que as estruturações realizadas no DOMP e DPAE, já referenciadas em memorando anterior, contribuíram para o atendimento das solicitações da CGU. Importante salientar que outros ordenadores de despesas podem fazer a contratação, por dispensa, de serviços de arquitetura e engenharia e os mesmos devem estar atentos a estas recomendações.			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
34	243915	Item 4.1.3.1 Rec. 001	36.685 /2010/CGU-R/SC
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Estabelecer rotina de elaboração de orçamento prévio de quantitativos a executar para contratação de pequenos serviços por técnicos da PU/ETUSC.			

Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Infraestrutura			26114
Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento			97297
Justificativa para o seu não Cumprimento			
<p>No Item 2.1.2.1 – Informação (39) do Relatório 201108926 a CGU-R/SC apresenta como situação atual da recomendação: “<i>Pendente de Atendimento</i>”.</p> <p>Na Solicitação de Auditoria 201103023/09, a CGU-R/SC apresenta como STATUS ATUAL DA RECOMENDAÇÃO: “<i>Reiterada pela não implementação plena da Recomendação pela Unidade</i>”, com a seguinte análise: “<i>Os gestores informam, em dezembro/2010, que medidas estão sendo tomadas para cumprir a recomendação. Solicitamos informar o atual estágio de implementação da recomendação.</i>”.</p> <p><u>Posição em 17/02/2012, informada no Plano de Providências preenchido e encaminhado à CGU-R/SC por meio do Ofício nº 46/2012/GR, de 22/02/2012:</u></p> <p><u>Informação prestada Pela Pró-Reitoria de Infraestrutura</u></p> <p>Informamos que preliminarmente vem sendo solicitado 03 (três) orçamentos com empresas do ramo, que após análise do Departamento de Obras e Manutenção Predial, adapta-se os valores a tabela SINAPI e posterior encaminhamento para licitação.</p> <p><u>Posição em out/2012, informada no Plano de Providências encaminhado à CGU-R/SC:</u></p> <p>A PROPLAN, conforme Memorando nº 69/PROPLAN/2012: Reiteramos a manifestação referente à Constatação 045(*), lembrando que se tratam das contratações a serem realizadas pelo DOMP e DPAE ou aquelas que por eles passam por alguma análise.</p> <p>(*) As contratações de serviços de arquitetura e engenharia, realizadas pelo DOMP e DPAE foram aperfeiçoadas. O aperfeiçoamento se dá por meio de adoção de novos procedimentos administrativos, da revisão do fluxo dos processos, da lotação de um servidor com formação em administração e em direito para melhor instruir os processos, valorização da área responsável pelos orçamentos, com a lotação de pessoal e disponibilização de função gratificada, e também por meio de um Termo de Cooperação entre UFSC e Caixa Econômica Federal para disponibilização e treinamento dos modos avançados do SINAPI. Com isso, pretende-se, para o ano de 2013, atender de forma plena as recomendações dos órgãos de controle.</p>			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
<p><u>Informação da PROPLAN:</u></p> <p>A PROPLAN, considera que as estruturações realizadas no DOMP e DPAE, já referenciadas em memorando anterior, contribuíram para o atendimento das solicitações da CGU. Importante salientar que outros ordenadores de despesas podem fazer a contratação, por dispensa, de serviços de arquitetura e engenharia e os mesmos devem estar atentos a estas recomendações.</p>			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
35	243915	Item 4.2.2.1 Rec. 001	36.685 /2010/CGU-R/SC
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Que a Unidade apresente cópia do processo de incorporação dos bens, indicando a descrição completa dos mesmo e a sua atual localização, para que, em trabalhos futuros de auditoria, seja atestado o atendimento ao item 9.3.1 do Acórdão n.º 4.575/2009 - 2ª Câmara.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Infraestrutura			26114
Pró-Reitoria de Administração			26114
Secretaria Especial de Aperfeiçoamento Institucional			119943
Gabinete do Reitor			26075
Justificativa para o seu não Cumprimento			
<p>No Item 2.1.2.1 – Informação (39) do Relatório 201108926 a CGU-R/SC apresenta como situação atual da recomendação: “<i>Pendente de Atendimento</i>”.</p> <p>Na Solicitação de Auditoria 201103023/09, a CGU-R/SC apresenta como STATUS ATUAL DA RECOMENDAÇÃO: “<i>Reiterada pela não implementação plena da Recomendação pela Unidade</i>”, com a seguinte análise: “<i>A partir da documentação apresentada pela Unidade, buscou-se fazer um batimento entre os itens que a FEESC - Fundação de Ensino e Engenharia de Santa Catarina transferiu para a UFSC, e os bens constantes dos</i></p>			

Termos de Transferência n.ºs 09952004, 22502008, 05366/2010 e 03305/2010 apresentados pela Universidade. Os resultados encontram-se no quadro a seguir. Ressalta-se que a UFSC não apresentou o processo de incorporação dos itens, o que impossibilita fazer a correlação direta entre o número de tombo do item na FEESC com o número de tombo do mesmo item na Universidade. As correlações foram feitas a partir da comparação das especificações dos bens, o que não garante sua exatidão...” Para os itens 1, 4, 6, 7 e 10 não foi verificada a perfeita correspondência da especificação do item para nenhum dos bens constantes dos termos de referência. Como exemplo, cita-se o item 4, nenhuma das sondas apresentadas pela UFSC tem como descrição “NS. B018655”. Outra questão que merece ser levantada é quanto aos itens arrolados no Acórdão 4.575/2009 – 2ª Câmara, objeto desta constatação. Tais itens não guardam perfeita correlação com os itens apresentados pela UFSC. No Acórdão foram citados dois microcomputadores, uma impressora, um termógrafo, um psfômetro digital, dois pentes de memória, um “communication module” e um AC/DF/IR HIPOT TESTER MODEL 19052, que não foram mencionados pela Unidade. NOVAS RECOMENDAÇÕES: (001) Apresentar à CGU-R/SC a correlação entre os bens transferidos da FEESC para a UFSC, objetos do Acórdão TCU n.º 4.575/2009 – 2ª Câmara, identificando, para cada item transferido pela FEESC (com o respectivo n.º de tombo na FEESC), o número de tombamento na UFSC. (002) Justificar o fato de os itens arrolados no Acórdão TCU n.º 4.575/2009 – 2ª Câmara não serem os mesmos que foram apresentados pela Unidade. No Acórdão foram citados dois microcomputadores, uma impressora, um termógrafo, um psfômetro digital, dois pentes de memória, um “communication module” e um AC/DF/IR HIPOT TESTER MODEL 19052, que não foram mencionados pela Unidade.”

Posição em 17/02/2012, informada no Plano de Providências preenchido e encaminhado à CGU-R/SC por meio do Ofício n.º 46/2012/GR, de 22/02/2012:

Informação prestada Pela Pró-Reitoria de Infraestrutura

Encontra-se no Gabinete do Reitor Memorando n.º 06/DGP/SCGP/2012, de 16/02/2012, enviado via SPA, com solicitação de abertura de Processo Administrativo Disciplinar, com o intuito de buscar elementos que possibilitem a resolução da presente recomendação. (Documento anexo)

Teor do Memorando n.º 06/DGP/SCGP/2012:

“Ao Senhor Pró-Reitor da Proinfra, em exercício

Assunto: Resposta à auditoria acerca do Acórdão TCU 4.575/2009 (bens adquiridos com recursos do CNPq pelo ex-professor Alexandre Ferrari de Souza).

1. Em atenção às recomendações do TCU – cumprimento do item 9.3.1 do Acórdão 4.575/2009, em relação aos bens adquiridos com recursos do CNPq pelo ex-professor Alexandre Ferrari de Souza, informamos:

a. Dos bens adquiridos pela FEESC – importação, segue quadro apresentado pelo Chefe da Divisão de Registro, Tombamento e Controle de Bens Patrimoniais/DGP/SCGP/PROINFRA, com a correlação entre os bens transferidos por aquela Fundação para a UFSC, identificando, para cada item transferido, o número de tombamento na UFSC; e

b. Quanto aos bens adquiridos diretamente pelo ex-professor (dois Microcomputadores, uma impressora, um termógrafo, um psfômetro digital, dois pentes de memória, um “communication module” e um AC/DF/IR HIPOT TESTER MODEL 19052), tentamos novamente localizá-los no INEP/EEL/UFSC onde, teoricamente, deveriam estar instalados. Contudo, um dos professores vinculado ao INEP declarou que os materiais não podem ser localizados, devido às poucas informações apresentadas (declaração anexada). Assim, sugerimos a abertura do competente processo para a apuração dos fatos, o que deverá possibilitar ao DGP o atendimento às recomendações do TCU.”

Posição em out/2012, informada no Plano de Providências encaminhado à CGU-R/SC:

Informação da PROAD: Reiteramos a informação de que os bens foram adquiridos pelo pesquisador e até o momento não puderam ser localizados, foi solicitada abertura de processo administrativo para apurar os fatos. Até o momento o processo não está concluído.

O Gabinete do Reitor informa que a SEAI tomará providências para que o processo seja concluído com a maior brevidade possível, quando o resultado será encaminhado à CGU, para atendimento desta recomendação.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Não foram identificados fatores positivos e negativos

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
36	243915	Item 4.2.3.3 Rec. 002	36.685 /2010/CGU-R/SC

Órgão/Entidade Objeto da Recomendação	Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina	429

Descrição da Recomendação

Buscar orientação, formalmente, junto ao Ministério da Educação para implementar o pagamento de bolsas aos docentes que ministrem aulas nos cursos de pós-graduação, gerenciados por fundações de apoio, através da Gratificação de Cursos e Concursos instituída pela Lei n.º 11.314/2006 e regulamentada pelo Decreto n.º 6.114/2007, por meio do Sistema SIAPE.

Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Pós-Graduação			84217
Justificativa para o seu não Cumprimento			
<p>No Item 2.1.2.1 – Informação (39) do Relatório 201108926 a CGU-R/SC apresenta como situação atual da recomendação: “<i>Pendente de Atendimento</i>”.</p> <p>Na Solicitação de Auditoria 201103023/09, a CGU-R/SC apresenta como STATUS ATUAL DA RECOMENDAÇÃO: “<i>Reiterada pela não implementação plena da Recomendação pela Unidade</i>”, com a seguinte análise: “<i>Os gestores informam que a regulamentação interna para pagamento de bolsas de ensino está em discussão na Unidade, com base na Medida Provisória n° 495/2010. A verificação dessa regulamentação será oportuna em auditoria da gestão 2011.</i>”.</p> <p><u>Posição em 17/02/2012, informada no Plano de Providências preenchido e encaminhado à CGU-R/SC por meio do Ofício n° 46/2012/GR, de 22/02/2012:</u></p> <p><u>Informação prestada pela Pró-Reitoria de Pós-Graduação</u></p> <p>A proposta de resolução que regulamenta a concessão de bolsas de ensino aos docentes participantes de cursos não- regulares da UFSC, fundamentada no que expressa o Art. 4º, § 1º, da Lei 8.952, de 20 de dezembro de 1994, alterado pela Lei 12.349, de 15 de dezembro de 2010, se encontra em discussão na Câmara de Pós-Graduação. Foi designada uma Comissão de Membros daquela Câmara, formada pelos Conselheiros Prof. Luiz Otávio Pimentel, Prof. Roberto Caldas Pinto e Prof. Fernando Difenthaeler, que deveria apresentar parecer na reunião de 15 de dezembro de 2011. Como a Comissão não concluiu seu parecer até aquela data, solicitou a retirada de pauta do processo (Pauta e Ata da reunião, anexas). Nas próximas reuniões ordinárias da CPG, a minuta deverá ser aprovada e enviada ao Conselho Universitário para completar o arcabouço legal regulando as atividades em cursos de especialização.</p> <p><u>Posição em out/2012, informada no Plano de Providências encaminhado à CGU-R/SC:</u></p> <p>A PROPG, conforme Memorando n° 172/PROPG, esclarece que os cursos de pós-graduação lato sensu nesta UFSC compreendem diversas categorias de cursos, de oferta não obrigatória e de caráter não regular, regulamentados pela Resolução Normativa n°15/CUn, de 13 de dezembro de 2011, em conformidade com a Resolução n°1/CNE/CES, de 1º de agosto de 2007 e pelo artigo 80 da Lei n° 9.394, de 20 de dezembro de 1996, regulamentado pelo Decreto n°5.622, de 19 de dezembro de 2005. A Resolução Normativa n°15/CUn/2011 determina que os cursos de especialização sejam elaborados como projetos únicos que se iniciam e finalizam mediante análises e deliberações de Departamentos, Conselhos de Unidade e Câmara de Pós-Graduação. Como os marcos regulatórios da UFSC não prevêm a reedição de cursos, a proposta de um novo curso deve sempre seguir a tramitação de um novo projeto. Além disso, determinam que as atividades de ensino não regular deverão ser esporádicas, vetando a coordenação concomitante de dois ou mais cursos de especialização pelo mesmo docente (art. 14 §3º da referida Resolução). Quanto à regulamentação do pagamento de bolsas de ensino aos docentes participantes de cursos de ensino não regulares na UFSC, a Pró-Reitoria de Pós-Graduação esclarece que, além da Resolução Normativa n° 013/CUn de 27 de setembro de 2011 (que regula as relações da UFSC com suas fundações de apoio), foi elaborada uma Minuta de Resolução sobre as normas que regulamentam a concessão de Bolsas de Ensino de Pós-Graduação para docente na Universidade Federal de Santa Catarina, a qual deverá ser apreciada na próxima reunião da Câmara de Pós-Graduação (08 de novembro de 2012), antes da proposta definitiva ser encaminhada para aprovação do Conselho Universitário.</p>			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não foram identificados fatores positivos e negativos			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
37	243915	Item 4.2.3.6 Rec. 002	36.685 /2010/CGU-R/SC
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Em caso de não cumprimento, glosar os valores dos comprovantes, visto que não estariam aptos a comprovar a regular aplicação dos recursos repassados.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Infraestrutura			26114
Pró-Reitoria de Administração			26114
Justificativa para o seu não Cumprimento			
No Item 2.1.2.1 – Informação (39) do Relatório 201108926 a CGU-R/SC apresenta como situação atual da			

<p>recomendação: “Pendente de Atendimento”.</p> <p>Na Solicitação de Auditoria 201103023/09, a CGU-R/SC apresenta como STATUS ATUAL DA RECOMENDAÇÃO: “Reiterada pela não implementação plena da Recomendação pela Unidade”, com a seguinte análise: “O cumprimento da recomendação pelas fundações de apoio será verificado em auditoria futura da CGU-R/SC.”.</p> <p><u>Posição em 17/02/2012, informada no Plano de Providências preenchido e encaminhado à CGU-R/SC por meio do Ofício nº 46/2012/GR, de 22/02/2012:</u></p> <p><u>Informação prestada Pela Pró-Reitoria de Infraestrutura</u></p> <p>A Proinfra ratifica a informação anterior, apresentada à CGU-R/SC por meio do Memo n.º 222/PROINFRA/2010, com o seguinte teor: <i>As fundações manifestaram-se pelo cumprimento da recomendação. Não cabe a UFSC glosar despesas que foram realizadas pelas fundações. Cabe ao Conselho de Curadores a análise e aprovação das prestações de contas.</i></p> <p><u>Posição em out/2012, informada no Plano de Providências encaminhado à CGU-R/SC:</u></p> <p><u>Informação da PROAD:</u> A responsabilidade da gestão dos Contratos com Fundações de Apoio é da UFSC através do atual Departamento de Projeto, Contratos e Convênios da PROAD e deve ser por ele o recebimento e conferência, e no caso de divergência deve ser sanado tempestivamente, para não deixar dúvida da competência na administração de recursos públicos. A apresentação da Prestação de Contas (não documental) ainda é somente através de relatório apresentado ao Pró-Reitor de Administração, mas em breve estaremos discutindo com as Fundações de Apoio para que a apresentação da Prestação de Contas no seu inteiro teor e por via digital através do SPA, pois faz parte de um Plano de Ação do Departamento de Projetos, Contratos e Convênios/PROAD um controle efetivo sobre os Contratos em geral, entre eles o com as Fundações de Apoio.</p>			
<p>Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor</p>			
<p>Não foram identificados fatores positivos e negativos</p>			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
38	243975	Item 2.1.2.1 Rec. 001	36.685 /2010/CGU-R/SC
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
<p>Que a Unidade certifique-se de que os valores serão efetivamente ressarcidos pelos contratados. Caso contrário, adote as medidas necessárias à recomposição do Erário.</p>			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Hospital Universitário Professor Polydoro Ernani de São Thiago			15130
Justificativa para o seu não Cumprimento			
<p>No Item 2.1.2.1 – Informação (39) do Relatório 201108926 a CGU-R/SC apresenta como situação atual da recomendação: “Pendente de Atendimento”.</p> <p>Na Solicitação de Auditoria 201103023/10, a CGU-R/SC apresenta como STATUS ATUAL DA RECOMENDAÇÃO: “Reiterada pela não implementação plena da Recomendação pela Unidade”, com a seguinte análise: “Os gestores informaram a devolução de valores por quatro das oito empresas listadas na recomendação e o encaminhamento à Procuradoria Federal do processo 23080.030270/2009-44 para cobrança das demais empresas que a Unidade afirma não terem sido localizadas.</p> <p><i>Para duas das empresas que fizeram recolhimento, o valor recolhido foi menor do que o apontado na constatação. São elas: CNPJ 03.130.750/0001-76: valor relatado: R\$ 4.600,87 e valor recolhido: R\$ 652,31; CNPJ 02.531.343/0001-08: valor relatado: R\$ 3.521,55 e valor recolhido: R\$ 1.599,49.</i></p> <p>NOVAS RECOMENDAÇÕES:</p> <p>(001): Justificar o recolhimento de valores inferiores aos relatados pela CGU-R/SC no caso das empresas de CNPJ 03.130.750/0001-76 (valor relatado: R\$ 4.600,87 e valor recolhido: R\$ 652,31) e 02.531.343/0001-08 (valor relatado: R\$ 3.521,55 e valor recolhido: R\$ 1.599,49).</p> <p>(002): Apresentar à CGU-R/SC os resultados obtidos nas cobranças das empresas de CNPJ 00.330.962/0001-09 (valor a recolher: R\$ 772,40; CNPJ 00.330.962/0001-09 (valor a recolher: R\$ 256,96); CNPJ 00.330.962/0001-09 (valor a recolher: R\$ 2.963,66) e CNPJ 75.492.496/0001-67 (valor a recolher: R\$ 155,21)”.</p> <p><u>Posição em 17/02/2012, informada no Plano de Providências preenchido e encaminhado à CGU-R/SC por meio do Ofício nº 46/2012/GR, de 22/02/2012:</u></p> <p><u>Informação prestada pela Direção Geral do Hospital Universitário</u></p> <p>As empresas CNPJ 03.130.750/0001-76 e 02.531.343/0001-08, questionaram os valores e solicitaram sua revisão. Os</p>			

valores foram revisados conforme consta no documento anexo, que em seu teor é auto-explicativo. Os novos valores citados, foram reajustados, definindo os valores finais recolhidos.

Quanto aos valores não recolhidos pelas empresas Múltipla e EBV, publicamos as notificações extra judiciais conforme solicitado pela Procuradoria Federal. Os valores citados não foram efetuados pelas empresas. O processo encontra-se na Procuradoria Federal, conforme documento comprobatório.

Posição em out/2012, informada no Plano de Providências encaminhado à CGU-R/SC:

A Coordenadoria de Processos Administrativos e Disciplinares da Procuradoria Federal junto à UFSC (CPAD/PF), por meio de despacho na Correspondência 15/HU/DA/2012, remetida por intermédio do Sistema de Gestão de Processos Digitais, em resposta ao questionamento do Assistente da Diretoria Administrativa do HU quanto ao recolhimento dos valores devidos pelas empresas inscritas no CNPJ sob os n.os 00.330.962/0001-09 e 75.492.496/0001-67 (Processo n.º 23080.030270/2009-44), noticiou o seguinte: “Informamos que recebemos o processo em questão para notificar as empresas visando o pagamento dos valores em questão. Não tendo ocorrido o recolhimento, procedemos ao envio de cópia do processo à Procuradoria Federal, para inscrição em dívida ativa da empresa Múltipla. Não foi feito o envio da empresa EBV por se tratar de valor irrisório (165,00 aproximadamente)”.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

As empresas inscritas no CNPJ sob os n.ºs. 02.290.779/0001-52, 72.109.291/0001-6103.130.750/0001-76 e 02.531.343/0001-08 ressarciram os valores de CPMF cobrados a mais.

Quanto ao não recolhimento dos valores devidos pelas empresas inscritas no CNPJ sob os n.ºs 00.330.962/0001-09 e 75.492.496/0001-67, a PF/UFSC tomou as decisões pertinentes.

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
39	201108926	Item 1.1.1.1 Rec. 001	22.019 /2011/CGU-R/SC

Órgão/Entidade Objeto da Recomendação	Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina	429

Descrição da Recomendação

Na SETIC, segregar os processos identificados em pelo menos três áreas, de forma a atender o item 10.1.3 da norma ABNT NBR ISO/IEC 27002:2005.

Providências Adotadas

Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Pró-Reitoria de Infraestrutura	26114
Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento	97297

Justificativa para o seu não Cumprimento

Informação constante do Plano de Providências Permanente, preenchido pela UFSC e apresentado à CGU-R/SC em 29/9/2011:

Estamos em processo de redefinição da equipe, mas necessitamos de contratação de pessoas para atender plenamente as recomendações.

Posição em out/2012, informada no Plano de Providências encaminhado à CGU-R/SC:

A PROPLAN, conforme Memorando nº 69/PROPLAN/2012, informa que o atendimento a norma ABNT NBR ISO/IEC 27002:2005 está ocorrendo de forma gradativa, em razão das contingências orçamentário-financeiras, porém com um plano de ação efetivo, com prazos rigorosos e realistas para implementação das recomendações, especialmente quando relacionadas à gestão da segurança da informação previstas na referida norma. Será elaborado até 31/12/2012.

Esclarecemos ainda que a equipe da SETIC está se aprimorando em busca de conhecimento adequado para implementação da norma. Portanto, entre os dias 26 a 31 de novembro de 2012, realizará treinamento específico junto à Escola Superior de Redes da RNP abordando Gestão da Segurança da Informação – e as normas NBR 27001 e NBR 27002. Após, será constituído um grupo de trabalho, visando a elaboração de um Plano de Ação para implantação da norma na UFSC, com o propósito de atender devidamente as exigências de segurança.

Posição em dez/2012:

Informação da PROPLAN:

Até então, de fato, a equipe da SeTIC não possuía conhecimentos das normas NBR 27001 e 27002. Em novembro de 2012 seis servidores participaram de treinamento oferecido pela escola superior de redes da RNP. Após o curso um grupo de trabalho foi constituído com objetivo de elaboração do Plano de Ação para atendimento a norma NBR27002 no contexto dos serviços e sistemas geridos pela SeTIC. O grupo de trabalho tem prazo até 30 de abril para apresentar o plano de ação, que deverá ter sua implementação iniciada imediatamente após a sua elaboração.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Informação da PROPLAN: O principal dificultador para implementação imediata da recomendação refere-se ao conhecimento das normas. No entanto, o primeiro passo já foi realizado, ou seja, capacitação da equipe técnica da SETIC.			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
40	201108926	Item 1.1.1.2 Rec. 001	22.019 /2011/CGU-R/SC
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Elaborar e implantar processo formal de revisão dos direitos de acesso em intervalos regulares nunca superiores a 1(um) ano, conforme item 11.2.4 da norma ABNT NBR ISO/IEC 27002:2005.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Infraestrutura			26114
Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento			97297
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Informação constante do Plano de Providências Permanente, preenchido pela UFSC e apresentado à CGU-R/SC em 29/9/2011: Estamos em processo de implementação, que dará suporte a revisão dos direitos de acesso.			
Posição em out/2012, informada no Plano de Providências encaminhado à CGU-R/SC: A PROPLAN, conforme Memorando nº 69/PROPLAN/2012, informa: que o atendimento a norma ABNT NBR ISO/IEC 27002:2005 está ocorrendo de forma gradativa, conforme regularidade institucional, onde um plano de ação efetivo será organizado, com prazos para implementação das recomendações relacionadas à gestão da segurança da informação. Será elaborado até 31/12/2012. Esclarecemos ainda que, embora a equipe da SETIC não possua conhecimento suficiente para implementação da norma, entre os dias 26 a 31 de novembro de 2012, realizará treinamento específico junto à Escola Superior de Redes da RNP abordando Gestão da Segurança da Informação – e as normas NBR 27001 e NBR 27002. Após, grupo de trabalho será constituído visando a elaboração de um Plano de Ação para implantação da norma na UFSC.			
Posição em dez/2012:			
Informação da PROPLAN: Até então, de fato, a equipe da SeTIC não possuía conhecimentos das normas NBR 27001 e 27002. Em novembro de 2012 seis servidores participaram de treinamento oferecido pela escola superior de redes da RNP. Após o curso um grupo de trabalho foi constituído com objetivo de elaboração do Plano de Ação para atendimento a norma NBR27002 no contexto dos serviços e sistemas geridos pela SeTIC. O grupo de trabalho tem prazo até 30 de abril para apresentar o plano de ação, que deverá ter sua implementação iniciada imediatamente após a sua elaboração.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Informação da PROPLAN: O principal dificultador para implementação imediata da recomendação refere-se ao conhecimento das normas. No entanto, o primeiro passo já foi realizado, ou seja, capacitação da equipe técnica da SETIC.			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
41	201108926	Item 1.1.1.3 Rec. 001	22.019 /2011/CGU-R/SC
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Elaborar e formalizar Plano(s) de Contingência para os seguintes sistemas: 1) Sistema de Administração de Recursos Financeiros e Orçamentários; 2) Sistema de Administração de Recursos Humanos; 3) Concurso Vestibular - UFSC; 4) Vestibular do Ensino à Distância; 5) Concurso Público Docentes; 6) Concurso Público - UFSC; 7) Administração de Materiais e Cotas e Serviços - MATL; Cabe destacar que na eventualidade da descontinuidade de algum destes sistemas, seu substituto passaria a compor			

<p>automaticamente esta seleção.</p> <p>(Não se trata de exigência de um plano específico para cada sistema, mas todos estes sistemas devem estar abrangidos por um ou mais Planos de Contingências (por exemplo, um plano da COPERVE e outro da SETIC). O plano deve considerar os aspectos descritos nos itens 13 e 14 da norma ABNT NBR ISO/IEC 27002:2005).</p>			
Providências Adotadas			
Sector Responsável pela Implementação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Infraestrutura			26114
Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento			97297
Justificativa para o seu não Cumprimento			
<p>Na Solicitação de Auditoria 201103023/12, a CGU-R/SC apresenta como STATUS ATUAL DA RECOMENDAÇÃO: “Reiterada pela não implementação plena pela Unidade”, com a seguinte análise: “Os gestores manifestam que a recomendação não foi atendida, apontando como prazo de atendimento 31.12.2011. Assim, informar sobre a situação atual de implementação da recomendação.”.</p> <p><u>Posição em 17/02/2012, informada no Plano de Providências preenchido e encaminhado à CGU-R/SC por meio do Ofício nº 46/2012/GR, de 22/02/2012:</u></p> <p>Informação prestada Pela Pró-Reitoria de Infraestrutura</p> <p>As contingências da Infraestrutura dos serviços básicos foram implementadas nos últimos dois anos, dispondo a UFSC de um site principal e um de backup. Os servidores com os sistemas de aplicação estão na infraestrutura contingenciada, e as bases de dados, também são contingenciadas através de replicação entre o site principal e o site backup. Estas operações de infraestrutura, estão em fase de documentação, com previsão de formatação para junho de 2012.</p> <p>Posição em out/2012, informada no Plano de Providências encaminhado à CGU-R/SC:</p> <p>A PROPLAN, conforme Memorando nº 69/PROPLAN/2012, informa: que o atendimento a norma ABNT NBR ISO/IEC 27002:2005 está ocorrendo de forma gradativa e um plano de ação com prazos para implementação efetiva das recomendações relacionadas à gestão da segurança da informação previstas na referida norma será elaborado até 31/12/2012.</p> <p>Esclarecemos ainda que, de fato, a equipe da SETIC não possui conhecimento suficiente para implementação da norma e, portanto, entre os dias 26 a 31 de novembro de 2012, realizará treinamento específico junto à Escola Superior de Redes da RNP abordando Gestão da Segurança da Informação – e as normas NBR 27001 e NBR 27002. Após, grupo de trabalho será constituído visando a elaboração de um Plano de Ação para implantação da norma na UFSC.</p> <p>Posição em dez/2012:</p> <p>Informação da PROPLAN:</p> <p>Até então, de fato, a equipe da SeTIC não possuía conhecimentos nas normas NBR 27001 e 27002. Em novembro de 2012 seis servidores participaram de treinamento oferecido pela escola superior de redes da RNP. Após o curso um grupo de trabalho foi constituído com objetivo de elaboração do Plano de Ação para atendimento a norma NBR27002 no contexto dos serviços e sistemas geridos pela SeTIC. O grupo de trabalho tem prazo até 30 de abril para apresentar o plano de ação que deverá ter sua implementação iniciada imediatamente após a elaboração do plano de ação.</p>			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
<p>Informação da PROPLAN:</p> <p>O principal dificultador para implementação imediata da recomendação refere-se ao conhecimento das normas. No entanto, o primeiro passo já foi realizado, ou seja, capacitação da equipe técnica da SETIC.</p>			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
42	201108926	Item 1.1.1.4 Rec. 001	22.019 /2011/CGU-R/SC
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
<p>Implementar obrigatoriedade de alteração da senha pelo usuário no primeiro acesso, nos casos em que a senha inicial é gerada automaticamente pelo sistema, de forma a atender os itens 11.2.3-b e 11.3.1-f da norma ABNT NBR ISO/IEC 27002:2005, para os seguintes sistemas:</p> <ol style="list-style-type: none"> 1) Sistema de Administração de Recursos Financeiros e Orçamentários; 2) Sistema de Administração de Recursos Humanos; 3) Concurso Vestibular - UFSC; 4) Vestibular do Ensino à Distância; 5) Concurso Público Docentes; 6) Concurso Público - UFSC; e 7) Administração de Materiais e Cotas e Serviços - MATL. <p>Cabe destacar que na eventualidade da descontinuidade de algum destes sistemas, seu substituto passaria a compor</p>			

automaticamente esta seleção.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Infraestrutura			26114
Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento			97297
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Informação constante do Plano de Providências Permanente, preenchido pela UFSC e apresentado à CGU-R/SC em 29/9/2011:			
Estamos em processo de homologação da infraestrutura que dará suporte aos procedimentos de alteração da senha.			
<u>Posição em out/2012, informada no Plano de Providências encaminhado à CGU-R/SC:</u>			
A PROPLAN, conforme Memorando nº 69/PROPLAN/2012, informa que: O atendimento a norma ABNT NBR ISO/IEC 27002:2005 está ocorrendo de forma organizada e gradual. Nesse sentido, um plano de ação, com prazos para implementação efetiva das recomendações relacionadas à gestão da segurança da informação previstas na referida norma, será elaborado até 31/12/2012.			
Visando adquirir conhecimentos suficientes para implementação rigorosa da norma, a equipe da SETIC participará, entre os dias 26 a 31 de novembro de 2012, de treinamento específico junto à Escola Superior de Redes da RNP abordando Gestão da Segurança da Informação – e as normas NBR 27001 e NBR 27002. Após, grupo de trabalho será constituído visando a elaboração de um Plano de Ação para implantação da norma na UFSC.			
<u>Posição em dez/2012:</u>			
<u>Informação da PROPLAN:</u>			
Até então, de fato, a equipe da SeTIC não possuía conhecimentos nas normas NBR 27001 e 27002. Em novembro de 2012 seis servidores participaram de treinamento oferecido pela escola superior de redes da RNP. Após o curso um grupo de trabalho foi constituído com objetivo de elaboração do Plano de Ação para atendimento a norma NBR27002 no contexto dos serviços e sistemas geridos pela SeTIC. O grupo de trabalho tem prazo até 30 de abril para apresentar o plano de ação que deverá ter sua implementação iniciada imediatamente após a elaboração do plano de ação.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
<u>Informação da PROPLAN:</u>			
O principal dificultador para implementação imediata da recomendação refere-se ao conhecimento das normas. No entanto, o primeiro passo já foi realizado, ou seja, capacitação da equipe técnica da SETIC.			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
43	201108926	Item 1.1.1.4 Rec. 002	22.019 /2011/CGU-R/SC
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Implantar a utilização de mecanismo que impeça aqueles que possuem acesso ao local de armazenamento das senhas de visualizarem as senhas escolhidas pelos usuários, seja implantando o uso de funções do tipo HASH, de criptografia ou de outra metodologia, de forma a atender o item 11.2.3-g da norma ABNT NBR ISO/IEC 27002:2005:			
1) Sistema de Administração de Recursos Financeiros e Orçamentários;			
2) Sistema de Administração de Recursos Humanos;			
3) Concurso Vestibular - UFSC;			
4) Vestibular do Ensino à Distância;			
5) Concurso Público Docentes;			
6) Concurso Público - UFSC; e			
7) Administração de Materiais e Cotas e Serviços ? MATL.			
cabe destacar que na eventualidade da descontinuidade de algum destes sistemas, seu substituto passaria a compor automaticamente esta seleção.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Infraestrutura			26114
Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento			97297
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Informação constante do Plano de Providências Permanente, preenchido pela UFSC e apresentado à CGU-R/SC em 29/9/2011:			
Estamos em processo de homologação da infraestrutura que dará suporte ao controle de senha.			

Posição em out/2012, informada no Plano de Providências encaminhado à CGU-R/SC:

A PROPLAN, conforme Memorando nº 69/PROPLAN/2012, informa que: o atendimento a norma ABNT NBR ISO/IEC 27002:2005 está ocorrendo de forma gradativa e um plano de ação com prazos para implementação efetiva das recomendações relacionadas à gestão da segurança da informação previstas na referida norma será elaborado até 31/12/2012.

Esclarecemos ainda que, de fato, a equipe da SETIC não possui conhecimento suficiente para implementação da norma e, portanto, entre os dias 26 a 31 de novembro de 2012, realizará treinamento específico junto à Escola Superior de Redes da RNP abordando Gestão da Segurança da Informação – e as normas NBR 27001 e NBR 27002. Após, grupo de trabalho será constituído visando a elaboração de um Plano de Ação para implantação da norma na UFSC.

Posição em dez/2012:**Informação da PROPLAN:**

Até então, de fato, a equipe da SeTIC não possuía conhecimentos nas normas NBR 27001 e 27002. Em novembro de 2012 seis servidores participaram de treinamento oferecido pela escola superior de redes da RNP. Após o curso um grupo de trabalho foi constituído com objetivo de elaboração do Plano de Ação para atendimento a norma NBR27002 no contexto dos serviços e sistemas geridos pela SeTIC. O grupo de trabalho tem prazo até 30 de abril para apresentar o plano de ação que deverá ter sua implementação iniciada imediatamente após a elaboração do plano de ação.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor**Informação da PROPLAN:**

O principal dificultador para implementação imediata da recomendação refere-se ao conhecimento das normas. No entanto, o primeiro passo já foi realizado, ou seja, capacitação da equipe técnica da SETIC.

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
44	201108926	Item 1.1.1.4 Rec. 003	22.019 /2011/CGU-R/SC

Órgão/Entidade Objeto da Recomendação	Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina	429

Descrição da Recomendação

Implementar rotinas e testes de verificação das senhas de forma a atender os itens 11.2.3 e 11.3.1 da norma ABNT NBR ISO/IEC 27002:2005 Para os seguintes sistemas:

- 1) Sistema de Administração de Recursos Financeiros e Orçamentários;
- 2) Sistema de Administração de Recursos Humanos;
- 3) Concurso Vestibular - UFSC;
- 4) Vestibular do Ensino à Distância;
- 5) Concurso Público Docentes;
- 6) Concurso Público - UFSC;
- 7) Administração de Materiais e Cotas e Serviços - MATL;

Cabe destacar que na eventualidade da descontinuidade de algum destes sistemas, seu substituto passaria a compor automaticamente esta seleção.

Providências Adotadas

Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Pró-Reitoria de Infraestrutura	26114
Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento	97297

Justificativa para o seu não Cumprimento**Informação constante do Plano de Providências Permanente, preenchido pela UFSC e apresentado à CGU-R/SC em 29/9/2011:**

Estamos em processo de homologação da infraestrutura que dará suporte ao controle da senha.

Posição em out/2012, informada no Plano de Providências encaminhado à CGU-R/SC:

A PROPLAN, conforme Memorando nº 69/PROPLAN/2012, informa que: o atendimento a norma ABNT NBR ISO/IEC 27002:2005 está ocorrendo de forma gradativa e um plano de ação com prazos para implementação efetiva das recomendações relacionadas à gestão da segurança da informação previstas na referida norma será elaborado até 31/12/2012.

Esclarecemos ainda que, de fato, a equipe da SETIC não possui conhecimento suficiente para implementação da norma e, portanto, entre os dias 26 a 31 de novembro de 2012, realizará treinamento específico junto à Escola Superior de Redes da RNP abordando Gestão da Segurança da Informação – e as normas NBR 27001 e NBR 27002. Após, grupo de trabalho será constituído visando a elaboração de um Plano de Ação para implantação da norma na UFSC.

Posição em dez/2012:**Informação da PROPLAN:**

Até então, de fato, a equipe da SeTIC não possuía conhecimentos nas normas NBR 27001 e 27002. Em novembro de

2012 seis servidores participaram de treinamento oferecido pela escola superior de redes da RNP. Após o curso um grupo de trabalho foi constituído com objetivo de elaboração do Plano de Ação para atendimento a norma NBR27002 no contexto dos serviços e sistemas geridos pela SeTIC. O grupo de trabalho tem prazo até 30 de abril para apresentar o plano de ação que deverá ter sua implementação iniciada imediatamente após a elaboração do plano de ação.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Informação da PROPLAN:

O principal dificultador para implementação imediata da recomendação refere-se ao conhecimento das normas. No entanto, o primeiro passo já foi realizado, ou seja, capacitação da equipe técnica da SETIC.

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
45	201108926	Item 1.1.1.6 Rec. 001	22.019 /2011/CGU-R/SC

Órgão/Entidade Objeto da Recomendação	Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina	429

Descrição da Recomendação

Implementar Política de Segurança de Informações a ser utilizada de forma descentralizada nos distintos departamentos da UFSC, considerando os aspectos descritos no item 5 da norma ABNT NBR ISO/IEC 27002:2005.

Providências Adotadas

Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Pró-Reitoria de Infraestrutura	26114
Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento	97297

Justificativa para o seu não Cumprimento

Informação constante do Plano de Providências Permanente, preenchido pela UFSC e apresentado à CGU-R/SC em 29/9/2011:

Estão sendo realizadas adequações nos documentos redigidos para implementar a Política de Segurança de Informações, devendo ser analisado pelas instâncias superiores para aprovação e implementação definitiva.

Posição em out/2012, informada no Plano de Providências encaminhado à CGU-R/SC:

A PROPLAN, conforme Memorando nº 69/PROPLAN/2012, informa que: o atendimento a norma ABNT NBR ISO/IEC 27002:2005 está ocorrendo de forma gradativa e um plano de ação com prazos para implementação efetiva das recomendações relacionadas à gestão da segurança da informação previstas na referida norma será elaborado até 31/12/2012.

Esclarecemos ainda que, de fato, a equipe da SETIC não possui conhecimento suficiente para implementação da norma e, portanto, entre os dias 26 a 31 de novembro de 2012, realizará treinamento específico junto à Escola Superior de Redes da RNP abordando Gestão da Segurança da Informação – e as normas NBR 27001 e NBR 27002. Após, grupo de trabalho será constituído visando a elaboração de um Plano de Ação para implantação da norma na UFSC.

Posição em dez/2012:

Informação da PROPLAN:

Até então, de fato, a equipe da SeTIC não possuía conhecimentos nas normas NBR 27001 e 27002. Em novembro de 2012 seis servidores participaram de treinamento oferecido pela escola superior de redes da RNP. Após o curso um grupo de trabalho foi constituído com objetivo de elaboração do Plano de Ação para atendimento a norma NBR27002 no contexto dos serviços e sistemas geridos pela SeTIC. O grupo de trabalho tem prazo até 30 de abril para apresentar o plano de ação que deverá ter sua implementação iniciada imediatamente após a elaboração do plano de ação.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Informação da PROPLAN:

O principal dificultador para implementação imediata da recomendação refere-se ao conhecimento das normas. No entanto, o primeiro passo já foi realizado, ou seja, capacitação da equipe técnica da SETIC.

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
46	201108926	Item 1.1.1.7 Rec. 001	22.019 /2011/CGU-R/SC

Órgão/Entidade Objeto da Recomendação	Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina	429

Descrição da Recomendação

Expandir o registro de informações de monitoramento de modo que todas as perguntas formuladas possam ser respondidas para qualquer um dos sete sistemas analisados, de forma a atender os itens 10.1.2, 10.10.1, 10.10.2,

10.10.3, 10.10.4, 10.10.5, 11.2.1, 11.2.2, 11.2.3, 12.4.3-f, 12.5.1, 13.2.3 da norma ABNT NBR ISO/IEC 27002:2005, nos seguintes sistemas: 1) Sistema de Administração de Recursos Financeiros e Orçamentários; 2) Sistema de Administração de Recursos Humanos; 3) Concurso Vestibular - UFSC; 4) Vestibular do Ensino à Distância; 5) Concurso Público Docentes; 6) Concurso Público - UFSC; e 7) Administração de Materiais e Cotas e Serviços - MATL. Cabe destacar que na eventualidade da descontinuidade de algum destes sistemas, seu substituto passaria a compor automaticamente esta seleção.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Infraestrutura			26114
Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento			97297
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Informação constante do Plano de Providências Permanente, preenchido pela UFSC e apresentado à CGU-R/SC em 29/9/2011: Estamos em processo de homologação da infraestrutura que dará suporte ao registro de informações para os sistemas da SeTIC analisados. <u>Posição em out/2012, informada no Plano de Providências encaminhado à CGU-R/SC:</u> A PROPLAN, conforme Memorando nº 69/PROPLAN/2012, informa que: o atendimento a norma ABNT NBR ISO/IEC 27002:2005 está ocorrendo de forma gradativa e um plano de ação com prazos para implementação efetiva das recomendações relacionadas à gestão da segurança da informação previstas na referida norma será elaborado até 31/12/2012. Esclarecemos ainda que, de fato, a equipe da SETIC não possui conhecimento suficiente para implementação da norma e, portanto, entre os dias 26 a 31 de novembro de 2012, realizará treinamento específico junto à Escola Superior de Redes da RNP abordando Gestão da Segurança da Informação – e as normas NBR 27001 e NBR 27002. Após, grupo de trabalho será constituído visando a elaboração de um Plano de Ação para implantação da norma na UFSC. <u>Posição em dez/2012:</u> <u>Informação da PROPLAN:</u> Até então, de fato, a equipe da SeTIC não possuía conhecimentos nas normas NBR 27001 e 27002. Em novembro de 2012 seis servidores participaram de treinamento oferecido pela escola superior de redes da RNP. Após o curso um grupo de trabalho foi constituído com objetivo de elaboração do Plano de Ação para atendimento a norma NBR27002 no contexto dos serviços e sistemas geridos pela SeTIC. O grupo de trabalho tem prazo até 30 de abril para apresentar o plano de ação que deverá ter sua implementação iniciada imediatamente após a elaboração do plano de ação.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
<u>Informação da PROPLAN:</u> O principal dificultador para implementação imediata da recomendação refere-se ao conhecimento das normas. No entanto, o primeiro passo já foi realizado, ou seja, capacitação da equipe técnica da SETIC.			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
47	201108926	Item 1.1.1.7 Rec. 002	22.019 /2011/CGU-R/SC
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Extinguir o compartilhamento de logins (usuários), quer dizer, qualquer operação realizada deve ser associada a uma única pessoa de forma a atender o item 11.2.1-a da norma ABNT NBR ISO/IEC 27002:2005, nos seguintes sistemas: 1) Sistema de Administração de Recursos Financeiros e Orçamentários; 2) Sistema de Administração de Recursos Humanos; 3) Concurso Vestibular - UFSC; 4) Vestibular do Ensino à Distância; 5) Concurso Público Docentes; 6) Concurso Público - UFSC; e 7) Administração de Materiais e Cotas e Serviços - MATL. Cabe destacar que na eventualidade da descontinuidade de algum destes sistemas, seu substituto passaria a compor automaticamente esta seleção.			

Salvo os casos onde há restrições técnicas inevitáveis, que devem ser justificadas.			
Providências Adotadas			
Sector Responsável pela Implementação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Infraestrutura			26114
Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento			97297
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Informação constante do Plano de Providências Permanente, preenchido pela UFSC e apresentado à CGU-R/SC em 29/9/2011:			
O Compartilhamento de logins está em fase de desativação, com a implantação de diversos mecanismos que possibilitem a utilização de logins individuais para os sistemas da SeTIC analisados.			
<u>Posição em out/2012, informada no Plano de Providências encaminhado à CGU-R/SC:</u>			
A PROPLAN, conforme Memorando nº 69/PROPLAN/2012, informa que: o atendimento a norma ABNT NBR ISO/IEC 27002:2005 está ocorrendo de forma gradativa e um plano de ação com prazos para implementação efetiva das recomendações relacionadas à gestão da segurança da informação previstas na referida norma será elaborado até 31/12/2012.			
Esclarecemos ainda que, de fato, a equipe da SETIC não possui conhecimento suficiente para implementação da norma e, portanto, entre os dias 26 a 31 de novembro de 2012, realizará treinamento específico junto à Escola Superior de Redes da RNP abordando Gestão da Segurança da Informação – e as normas NBR 27001 e NBR 27002. Após, grupo de trabalho será constituído visando a elaboração de um Plano de Ação para implantação da norma na UFSC.			
<u>Posição em dez/2012:</u>			
<u>Informação da PROPLAN:</u>			
Até então, de fato, a equipe da SeTIC não possuía conhecimentos nas normas NBR 27001 e 27002. Em novembro de 2012 seis servidores participaram de treinamento oferecido pela escola superior de redes da RNP. Após o curso um grupo de trabalho foi constituído com objetivo de elaboração do Plano de Ação para atendimento a norma NBR27002 no contexto dos serviços e sistemas geridos pela SeTIC. O grupo de trabalho tem prazo até 30 de abril para apresentar o plano de ação que deverá ter sua implementação iniciada imediatamente após a elaboração do plano de ação.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
<u>Informação da PROPLAN:</u>			
O principal dificultador para implementação imediata da recomendação refere-se ao conhecimento das normas. No entanto, o primeiro passo já foi realizado, ou seja, capacitação da equipe técnica da SETIC.			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
48	201108926	Item 1.2.3.1 Rec. 001	22.019 /2011/CGU-R/SC
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Formalizar um Planejamento Estratégico para a área de TI e realizar acompanhamento e revisões periódicas do Plano de forma que o mesmo possa ser utilizado como uma ferramenta de gestão.			
Providências Adotadas			
Sector Responsável pela Implementação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Infraestrutura			26114
Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento			97297
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Na Solicitação de Auditoria 201103023/12, a CGU-R/SC apresenta como STATUS ATUAL DA RECOMENDAÇÃO: <i>“Reiterada pela não implementação plena pela Unidade”, com a seguinte análise: “Os gestores informam que as medidas necessárias para atendimento à recomendação estão em curso, com prazo previsto de conclusão até 31.12.2011. Informar a situação atual de atendimento desta recomendação.”.</i>			
<u>Posição em 17/02/2012, informada no Plano de Providências preenchido e encaminhado à CGU-R/SC por meio do Ofício nº 46/2012/GR, de 22/02/2012:</u>			
<u>Informação prestada Pela Pró-Reitoria de Infraestrutura</u>			
O planejamento estratégico de tecnologia da informação está sendo finalizado e deverá ser encaminhado para análise do Comitê de Tecnologia da Informação e Comunicação (COTIC), em maio de 2012.			
<u>Posição em out/2012, informada no Plano de Providências encaminhado à CGU-R/SC:</u>			
A PROPLAN, conforme Memorando nº 69/PROPLAN/2012, informa que: O que existe na UFSC e que se aproxima de um Planejamento para área de TI refere-se ao Plano de Ações e Metas da SETIC, recentemente atualizado para o			

período de 2012-2013. Todavia, reconhecemos a necessidade de um Plano Estratégico de TI mais abrangente que deverá ser construído ao longo de 2013.

Posição em dez/2012:

Informação da PROPLAN:

O PDTI será formalizado no ano de 2013.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Informação da PROPLAN:

Um dos fatores que contribuirá com a formalização do PDTI da UFSC refere-se ao já existente Plano de Ações e Metas da SETIC.

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
49	201108926	Item 1.2.3.3 Rec. 001	22.019 /2011/CGU-R/SC

Órgão/Entidade Objeto da Recomendação

Universidade Federal de Santa Catarina

Código SIORG

429

Descrição da Recomendação

Implantar rotina de avaliação da compatibilidade dos recursos de TI (hardware e software) com as reais necessidades da Unidade; formalizar os resultados das avaliações e utilizá-los como ferramenta para o planejamento dos investimentos e ações da área.

Providências Adotadas

Sector Responsável pela Implementação

Pró-Reitoria de Infraestrutura

Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento

Pró-Reitoria de Infraestrutura

Código SIORG

26114

97297

26114

Justificativa para o seu não Cumprimento

Na Solicitação de Auditoria 201103023/12, a CGU-R/SC apresenta como STATUS ATUAL DA RECOMENDAÇÃO: “*Reiterada pela não implementação plena pela Unidade*”, com a seguinte análise: “*Os gestores informam que as medidas necessárias para atendimento à recomendação estão em curso, com prazo previsto de conclusão até 31.12.2011. Informar a situação atual de atendimento desta recomendação.*”.

Posição em 17/02/2012, informada no Plano de Providências preenchido e encaminhado à CGU-R/SC por meio do Ofício nº 46/2012/GR, de 22/02/2012:

Informação prestada Pela Pró-Reitoria de Infraestrutura

O plano de metas está sendo avaliado com previsão de finalização em 2012.

Posição em out/2012, informada no Plano de Providências encaminhado à CGU-R/SC:

A PROPLAN, conforme Memorando nº 69/PROPLAN/2012, informa que: De fato, a SETIC ainda não dispõe de metodologia para formalizar esta questão. Atualmente, visando compatibilizar os recursos de TI com as reais necessidades da UFSC, realizamos o levantamento total de demandas e estabelecemos, no Plano de Ações e Metas da SETIC, os prazos para o atendimento dessas demandas, dimensionando os recursos necessários.

Posição em dez/2012:

Informação da PROPLAN:

Os contratos de TI celebrados pela SeTIC com seus fornecedores possuem acordos de níveis de serviço. A SeTIC irá elaborar um relatório resumo sobre estes contratos. Prazo abril/2013. Quanto à avaliação da compatibilidade dos recursos de TI com as reais necessidades da UFSC o assunto será estudado tendo em visto que não dispomos de metodologia para realizar tal avaliação. Prazo dezembro/2013.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Informação da PROPLAN:

Enquanto fator dificultador podemos citar a carência de conhecimento na equipe referente à metodologia e instrumental que possa auxiliar na avaliação de compatibilidade.

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
50	201108926	Item 1.2.3.3 Rec. 002	22.019 /2011/CGU-R/SC

Órgão/Entidade Objeto da Recomendação

Universidade Federal de Santa Catarina

Código SIORG

429

Descrição da Recomendação

Em relação ao desenvolvimento e produção de sistemas e soluções em TI, adotar acordos de níveis de serviço tanto no que se refere ao desenvolvimento interno (para atender os quesitos pactuados com a área demandante), quanto no que se refere aos contratos celebrados entre a UFSC e seus fornecedores externos.

Providências Adotadas

Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Pró-Reitoria de Infraestrutura	26114
Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento	97297

Justificativa para o seu não Cumprimento

Na Solicitação de Auditoria 201103023/12, a CGU-R/SC apresenta como STATUS ATUAL DA RECOMENDAÇÃO: “Reiterada pela não implementação plena pela Unidade”, com a seguinte análise: “Os gestores informam que as medidas necessárias para atendimento à recomendação estão em curso, com prazo previsto de conclusão até 31.12.2011. Informar a situação atual de atendimento desta recomendação.”.

Posição em 17/02/2012, informada no Plano de Providências preenchido e encaminhado à CGU-R/SC por meio do Ofício nº 46/2012/GR, de 22/02/2012:

Informação prestada Pela Pró-Reitoria de Infraestrutura

O plano de metas está sendo avaliado com previsão de finalização em 2012.

Posição em out/2012, informada no Plano de Providências encaminhado à CGU-R/SC:

A PROPLAN, conforme Memorando nº 69/PROPLAN/2012, informa que: De fato, a SETIC precisa definir metodologia para gerenciamento de seus projetos de modo a evidenciar tanto internamente quanto externamente a eficiência e a eficácia no atendimento das demandas por produtos e serviços de TI e também para o estabelecimento do SLA para o desenvolvimento dos sistemas e também para os sistemas em produção. Esta ação exige treinamento da equipe gerencial na gerência de projetos e outras metodologias para governança de TI e também na definição na forma de estabelecer e medir o SLA.

Posição em dez/2012:

Informação da PROPLAN:

Os contratos de TI celebrados pela SeTIC com seus fornecedores possuem acordos de níveis de serviço. A SeTIC irá elaborar um relatório resumo sobre estes contratos. Prazo abril/2013. Quanto à avaliação da compatibilidade dos recursos de TI com as reais necessidades da UFSC, o assunto será estudado tendo em vista que não dispomos de metodologia para realizar tal avaliação. Prazo dezembro/2013.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Informação da PROPLAN:

Os avanços alcançados no que se refere ao atendimento desta recomendação são frutos, dentre outras questões, da nova estruturação da SETIC, incluindo suas ações de capacitação do pessoal, adoção de procedimentos e preocupação com o planejamento de suas ações.

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
51	201108926	Item 1.2.3.5 Rec. 001	22.019 /2011/CGU-R/SC

Órgão/Entidade Objeto da Recomendação	Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina	429

Descrição da Recomendação

Estabelecer responsabilidades internas quanto à segurança da informação. Utilizar como referência a Norma NBR ISO/IEC 17799:2005, item 6.1.3, conforme determinação contida no item 9.1.1 do Acórdão TCU nº 1092/2007 - Plenário, em que o Tribunal tratou de situação análoga ocorrida em outra entidade.

Providências Adotadas

Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Pró-Reitoria de Infraestrutura	26114
Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento	97297

Justificativa para o seu não Cumprimento

Na Solicitação de Auditoria 201103023/12, a CGU-R/SC apresenta como STATUS ATUAL DA RECOMENDAÇÃO: “Reiterada pela não implementação plena pela Unidade”, com a seguinte análise: “Os gestores informam que as medidas necessárias para atendimento à recomendação estão em curso, com prazo previsto de conclusão até 31.12.2011. Após esta data será verificado o atendimento pleno da recomendação. Informar a situação atual de atendimento desta recomendação.”.

Posição em 17/02/2012, informada no Plano de Providências preenchido e encaminhado à CGU-R/SC por meio do Ofício nº 46/2012/GR, de 22/02/2012:

Informação prestada Pela Pró-Reitoria de Infraestrutura

O documento "Política Institucional de Uso de Recursos de Tecnologia e Informação" foi elaborado pelo Comitê gestor de Tecnologia da Informação e Comunicação e encaminhado ao Gabinete do Reitor para análise e providências. Após sua aprovação será divulgado para a comunidade, com previsão para abril de 2012.

Posição em out/2012, informada no Plano de Providências encaminhado à CGU-R/SC:

A PROPLAN, conforme Memorando nº 69/PROPLAN/2012, informa que: Para atendimento a esta recomendação será necessário inicialmente criar o Comitê de Segurança da Informação ou atribuir ao Comitê de Tecnologia da Informação a responsabilidade para definir e publicar a Política de Segurança da Informação. Nesta política deverão estar explícitas as responsabilidades dos usuários dos recursos de TI, dos administradores de sistemas de TI e dos gestores da instituição.

Posição em dez/2012:

Informação da PROPLAN:

A SeTIC está definindo acordos de nível de serviço para o catálogo de serviços vigente ao longo de 2013, serão geradas estatísticas de atendimentos que irão permitir definir os acordos efetivamente. Finalmente quanto aos serviços realizados por empresas terceirizadas, a SeTIC já define e acompanha o efetivo cumprimento.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Informação da PROPLAN:

Os avanços alcançados no que se refere ao atendimento desta recomendação são frutos, dentre outras questões, da nova estruturação da SETIC, incluindo suas ações de capacitação do pessoal, adoção de procedimentos e preocupação com o planejamento de suas ações.

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
52	201108926	Item 1.2.3.5 Rec. 002	22.019 /2011/CGU-R/SC

Órgão/Entidade Objeto da Recomendação	Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina	429

Descrição da Recomendação

Elaborar, aprovar e divulgar Política de Segurança da Informação - PSI. Utilizar como referência a norma NBR ISO/IEC 17799:2005, item 5.1.1, conforme determinação contida no item 9.1.2 do Acórdão TCU nº 1092/2007 - Plenário, em que o Tribunal tratou de situação análoga ocorrida em outra entidade.

Providências Adotadas

Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Pró-Reitoria de Infraestrutura	26114
Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento	97297

Justificativa para o seu não Cumprimento

Na Solicitação de Auditoria 201103023/12, a CGU-R/SC apresenta como STATUS ATUAL DA RECOMENDAÇÃO: *"Reiterada pela não implementação plena pela Unidade"*, com a seguinte análise: *"Os gestores informam que as medidas necessárias para atendimento à recomendação estão em curso, com prazo previsto de conclusão até 31.12.2011. Informar a situação atual de atendimento desta recomendação."*

Posição em 17/02/2012, informada no Plano de Providências preenchido e encaminhado à CGU-R/SC por meio do Ofício nº 46/2012/GR, de 22/02/2012:

Informação prestada Pela Pró-Reitoria de Infraestrutura

O documento "Política Institucional de Uso de Recursos de Tecnologia e Informação" foi elaborado pelo Comitê gestor de Tecnologia da Informação e Comunicação e encaminhado ao Gabinete do Reitor para análise e providências. Após sua aprovação será divulgado para a comunidade, com previsão para abril de 2012.

Posição em out/2012, informada no Plano de Providências encaminhado à CGU-R/SC:

A PROPLAN, conforme Memorando nº 69/PROPLAN/2012, informa que: Depende do atendimento da recomendação 001.

Posição em dez/2012:

Informação da PROPLAN:

Até então, de fato, a equipe da SeTIC não possuía conhecimentos nas normas NBR 27001 e 27002. Em novembro de 2012 seis servidores participaram de treinamento oferecido pela escola superior de redes da RNP. Após o curso um grupo de trabalho foi constituído com objetivo de elaboração do Plano de Ação para atendimento a norma NBR27002 no contexto dos serviços e sistemas geridos pela SeTIC. O grupo de trabalho tem prazo até 30 de abril para apresentar o plano de ação que deverá ter sua implementação iniciada imediatamente após a elaboração do plano de ação.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Informação da PROPLAN:

O principal dificultador para implementação imediata da recomendação refere-se ao conhecimento das normas. No

entanto, o primeiro passo já foi realizado, ou seja, capacitação da equipe técnica da SETIC.			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
53	201108926	Item 1.2.3.5 Rec. 003	22.019 /2011/CGU-R/SC
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Criar mecanismos para que as políticas e normas de segurança da informação se tornem conhecidas, acessíveis e observadas por todos os servidores e colaboradores da Unidade. Utilizar como referência a Norma NBR ISO/IEC 17799:2005, item 5.1.1, conforme determinação contida no item 9.1.4 do Acórdão TCU nº 1092/2007 - Plenário, em que o Tribunal tratou de situação análoga ocorrida em outra entidade.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Infraestrutura			26114
Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento			97297
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Na Solicitação de Auditoria 201103023/12, a CGU-R/SC apresenta como STATUS ATUAL DA RECOMENDAÇÃO: <i>“Reiterada pela não implementação plena pela Unidade”, com a seguinte análise: “Os gestores informam que as medidas necessárias para atendimento à recomendação estão em curso, com prazo previsto de conclusão até 31.12.2011. Informar a situação atual de atendimento desta recomendação.”</i>			
<u>Posição em 17/02/2012, informada no Plano de Providências preenchido e encaminhado à CGU-R/SC por meio do Ofício nº 46/2012/GR, de 22/02/2012:</u>			
<u>Informação prestada Pela Pró-Reitoria de Infraestrutura</u>			
O documento “Política Institucional de Uso de Recursos de Tecnologia e Informação” foi elaborado pelo Comitê gestor de Tecnologia da Informação e Comunicação e encaminhado ao Gabinete do Reitor para análise e providências. Após sua aprovação será divulgado para a comunidade, com previsão para abril de 2012.			
<u>Posição em out/2012, informada no Plano de Providências encaminhado à CGU-R/SC:</u>			
A PROPLAN, conforme Memorando nº 69/PROPLAN/2012, informa que: Depende do atendimento da recomendação 001.			
<u>Posição em dez/2012:</u>			
<u>Informação da PROPLAN:</u>			
Até então, de fato, a equipe da SeTIC não possuía conhecimentos nas normas NBR 27001 e 27002. Em novembro de 2012 seis servidores participaram de treinamento oferecido pela escola superior de redes da RNP. Após o curso um grupo de trabalho foi constituído com objetivo de elaboração do Plano de Ação para atendimento a norma NBR27002 no contexto dos serviços e sistemas geridos pela SeTIC. O grupo de trabalho tem prazo até 30 de abril para apresentar o plano de ação que deverá ter sua implementação iniciada imediatamente após a elaboração do plano de ação.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
<u>Informação da PROPLAN:</u>			
O principal dificultador para implementação imediata da recomendação refere-se ao conhecimento das normas. No entanto, o primeiro passo já foi realizado, ou seja, capacitação da equipe técnica da SETIC.			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
54	201108926	Item 1.2.3.5 Rec. 004	22.019 /2011/CGU-R/SC
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Instituir Comitê de Segurança da Informação e Comunicações, em conformidade com o estabelecido na Instrução Normativa GSI/PR (Gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República) nº 1, de 13 de junho de 2008.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Infraestrutura			26114
Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento			97297
Justificativa para o seu não Cumprimento			

Na Solicitação de Auditoria 201103023/12, a CGU-R/SC apresenta como STATUS ATUAL DA RECOMENDAÇÃO: “Reiterada pela não implementação plena pela Unidade”, com a seguinte análise: “Os gestores informam que as medidas necessárias para atendimento à recomendação estão em curso, com prazo previsto de conclusão até 31.12.2011. Informar a situação atual de atendimento desta recomendação.”.

Posição em 17/02/2012, informada no Plano de Providências preenchido e encaminhado à CGU-R/SC por meio do Ofício nº 46/2012/GR, de 22/02/2012:

Informação prestada Pela Pró-Reitoria de Infraestrutura

O documento “Política Institucional de Uso de Recursos de Tecnologia e Informação” foi elaborado pelo Comitê gestor de Tecnologia da Informação e Comunicação e encaminhado ao Gabinete do Reitor para análise e providências. Após sua aprovação será divulgado para a comunidade, com previsão para abril de 2012.

Posição em out/2012, informada no Plano de Providências encaminhado à CGU-R/SC:

A PROPLAN, conforme Memorando nº 69/PROPLAN/2012, informa que: A UFSC, com a coordenação da PROPLAN, irá estudar o assunto e definir pela atribuição de responsabilidades para criação e acompanhamento da política de segurança da informação ao Comitê de Tecnologia da Informação ou pela criação de comitê específico para Segurança da Informação e Comunicação.

Posição em dez/2012:

Informação da PROPLAN:

Até então, de fato, a equipe da SeTIC não possuía conhecimentos nas normas NBR 27001 e 27002. Em novembro de 2012 seis servidores participaram de treinamento oferecido pela escola superior de redes da RNP. Após o curso um grupo de trabalho foi constituído com objetivo de elaboração do Plano de Ação para atendimento a norma NBR27002 no contexto dos serviços e sistemas geridos pela SeTIC. O grupo de trabalho tem prazo até 30 de abril para apresentar o plano de ação que deverá ter sua implementação iniciada imediatamente após a elaboração do plano de ação.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Informação da PROPLAN:

O principal dificultador para implementação imediata da recomendação refere-se ao conhecimento das normas. No entanto, o primeiro passo já foi realizado, ou seja, capacitação da equipe técnica da SETIC.

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
55	201108926	Item 1.2.4.1 Rec. 001	22.019 /2011/CGU-R/SC

Órgão/Entidade Objeto da Recomendação	Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina	429

Descrição da Recomendação

Determinar à Coordenadoria de Gestão Ambiental a elaboração e disseminação de orientações às diversas Unidades Responsáveis por aquisições e contratações, em observação às novas normas de Sustentabilidade Ambiental previstas na IN SLTI/MPOG 01/2010.

Providências Adotadas

Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Secretaria de Planejamento e Finanças	97297
Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento	97297

Justificativa para o seu não Cumprimento

Na Solicitação de Auditoria 201103023/12, a CGU-R/SC apresenta como STATUS ATUAL DA RECOMENDAÇÃO: “Reiterada pela não implementação plena pela Unidade”, com a seguinte análise: “A manifestação apresentada pelos gestores, de fato, não indica quais as medidas adotadas para atendimento à recomendação. Porém, foi indicada a data de 23.12.2011 como prazo previsto para atendimento da recomendação. Informar a situação atual de atendimento desta recomendação.”.

Posição em 17/02/2012, informada no Plano de Providências preenchido e encaminhado à CGU-R/SC por meio do Ofício nº 46/2012/GR, de 22/02/2012:

Informação prestada pela Secretaria de Planejamento e Finanças

Os servidores envolvidos com o processo de compras estão orientados e capacitados para atender ao que recomenda a IN SLTI/MPGO 01/2010. O sistema de gestão de compras por meio de software adquirido pela UFSC contempla as regras de compras sustentáveis preconizadas na IN.

Posição em out/2012, informada no Plano de Providências encaminhado à CGU-R/SC:

A PROPLAN, conforme Memorando nº 69/PROPLAN/2012, informa que: Até o final de 2012, uma estrutura organizacional será constituída, vinculada à PROPLAN, para tratar especificamente da Gestão Sócio-Ambiental da UFSC. A proposta consiste em direcionar a Gestão Sócio-Ambiental em uma perspectiva mais estratégica da gestão, fortalecendo a implementação de ações comprometidas com a preocupação ambiental e social, bem como de dotar a UFSC de capacidade operacional para a co-gestão das áreas sob sua responsabilidade.

Conforme analisado pela própria CGU no que se refere a compras sustentáveis, a UFSC elaborou, no âmbito da Coordenadoria de Planejamento de Recursos do Departamento de Projetos de Arquitetura e Engenharia, normas internas. A incorporação dessas normas está ocorrendo de forma gradativa e tende a ser incorporada integralmente, bem como aperfeiçoada, a partir das ações da nova estrutura organizacional de gestão ambiental.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Informação da PROPLAN:

Será necessário que os setores competentes pelas aquisições e contratações, principalmente DCL/PROAD, responsabilizem-se pelo atendimento das normas, a serem divulgadas pelo setor de gestão ambiental. Salientamos a dificuldade para composição deste setor de gestão ambiental, com a lotação de pessoal, tendo em vista que a UFSC ficou impossibilitada de nomear novos servidores, em função de ação do Ministério Público.

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
56	201108926	Item 1.2.4.1 Rec. 002	22.019 /2011/CGU-R/SC

Órgão/Entidade Objeto da Recomendação	Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina	429

Descrição da Recomendação

Providenciar a formalização do Plano Diretor de Tecnologia da Informação.

Providências Adotadas

Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Pró-Reitoria de Infraestrutura	26114
Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento	97297

Justificativa para o seu não Cumprimento

Na Solicitação de Auditoria 201103023/12, a CGU-R/SC apresenta como STATUS ATUAL DA RECOMENDAÇÃO: *“Reiterada pela não implementação plena pela Unidade”, com a seguinte análise: “Os gestores informam que as medidas necessárias para atendimento à recomendação estão em curso, com prazo previsto de conclusão até 31.12.2011. Informar a situação atual de cumprimento desta recomendação.”.*

Posição em 17/02/2012, informada no Plano de Providências preenchido e encaminhado à CGU-R/SC por meio do Ofício nº 46/2012/GR, de 22/02/2012:

Informação prestada Pela Pró-Reitoria de Infraestrutura

O documento “Plano Diretor de Tecnologia da Informação” está em fase de elaboração pela SETIC, com previsão para término em maio de 2012.

Posição em out/2012, informada no Plano de Providências encaminhado à CGU-R/SC:

A PROPLAN, conforme Memorando nº 69/PROPLAN/2012, informa que: A SETIC, até o final de 2012, irá constituir grupos de trabalho para que seja revisado o Plano Diretor de Tecnologia da Informação.

Posição em dez/2012:

Informação da PROPLAN:

O PDTI será formalizado no ano de 2013.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Informação da PROPLAN:

Um dos fatores que contribuirá com a formalização do PDTI da UFSC refere-se ao já existente Plano de Ações e Metas da SETIC.

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
57	201108926	Item 1.2.4.2 Rec. 001	22.019 /2011/CGU-R/SC

Órgão/Entidade Objeto da Recomendação	Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina	429

Descrição da Recomendação

Providenciar a formalização e a devida divulgação interna do processo de reciclagem de resíduos da área administrativa, a fim de que todos os servidores da Unidade tenham conhecimento sobre o processo e sobre a forma de cooperar com o pleno funcionamento do mesmo.

Providências Adotadas

Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
---	---------------------

Secretaria de Planejamento e Finanças			97297
Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento			97297
Justificativa para o seu não Cumprimento			
<p>Na Solicitação de Auditoria 201103023/12, a CGU-R/SC apresenta como STATUS ATUAL DA RECOMENDAÇÃO: “Reiterada pela não implementação plena pela Unidade”, com a seguinte análise: “Os gestores informam que as medidas necessárias para atendimento à recomendação estão em curso, com prazo previsto de conclusão até 31.12.2011. Informar a situação atual de cumprimento desta recomendação.”.</p> <p><u>Posição em 17/02/2012, informada no Plano de Providências preenchido e encaminhado à CGU-R/SC por meio do Ofício nº 46/2012/GR, de 22/02/2012:</u></p> <p><u>Informação prestada pela Secretaria de Planejamento e Finanças</u></p> <p>O processo envolve mudança cultural e estruturação de novas rotinas. Está em curso a institucionalização do Núcleo de Processamento de Resíduos da UFSC. Esta iniciativa visa não somente atender as demandas relacionadas aos resíduos sólidos, mas também gerenciar o processo de adequação dos setores para segregação na origem, estabelecimento da logística de transporte para o setor de triagem e estabelecimento de parceria com o poder municipal para a coleta. Está em fase de elaboração o plano de gestão de resíduos a ser legitimado pela instituição, estabelecendo a forma, os procedimentos e os equipamentos a serem padronizados na UFSC para atender à IN 01.</p> <p><u>Posição em out/2012, informada no Plano de Providências encaminhado à CGU-R/SC:</u></p> <p>A PROPLAN, conforme Memorando nº 69/PROPLAN/2012, informa que: Até o final de 2012, uma estrutura organizacional será constituída, vinculada à PROPLAN, para tratar especificamente da Gestão Sócio-Ambiental na UFSC. A proposta consiste em direcionar a Gestão Sócio-Ambiental em uma perspectiva mais estratégica da gestão, fortalecendo a implementação de ações comprometidas com a preocupação ambiental e social.</p> <p>Em relação ao processo de separação dos resíduos sólidos, informamos que foi concluído o Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos e que sua implementação deverá ser programada até o final do ano para posterior implantação.</p>			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Informação da PROPLAN:			
Salientamos que a gestão de resíduos da UFSC está também vinculada à PROAD, em função da ação da PU. Ressaltamos, ainda, as contribuições da PROPLAN, junto ao setor competente, para atender as recomendações da CGU.			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
58	201108926	Item 1.2.4.2 Rec. 002	22.019 /2011/CGU-R/SC
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Providenciar local adequado para o processo de separação dos resíduos recicláveis.			
Providências Adotadas			
Sector Responsável pela Implementação			Código SIORG
Secretaria de Planejamento e Finanças			97297
Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento			97297
Justificativa para o seu não Cumprimento			
<p>Na Solicitação de Auditoria 201103023/12, a CGU-R/SC apresenta como STATUS ATUAL DA RECOMENDAÇÃO: “Reiterada pela não implementação plena pela Unidade”, com a seguinte análise: “Os gestores informam que as medidas necessárias para atendimento à recomendação estão em curso, com prazo previsto de conclusão até 31.12.2011. Informar a situação atual de cumprimento desta recomendação.”.</p> <p><u>Posição em 17/02/2012, informada no Plano de Providências preenchido e encaminhado à CGU-R/SC por meio do Ofício nº 46/2012/GR, de 22/02/2012:</u></p> <p><u>Informação prestada pela Secretaria de Planejamento e Finanças</u></p> <p>Esta situação se relaciona com a anterior. Ao se institucionalizar o NPR, o local a ser adotado permitirá que a operação de triagem possa acontecer de forma adequada. A orientação de segregação na origem e disposição adequada para coleta pelo serviço municipal devem reduzir o volume de resíduos a serem processados no ambiente do campus. Também está em estudo a criação do PET – Programa Especial de Treinamento do curso de Engenharia de Materiais que pretende desenvolver pesquisas referentes à reciclagem dos materiais.</p> <p><u>Posição em out/2012, informada no Plano de Providências encaminhado à CGU-R/SC:</u></p> <p>A PROPLAN, conforme Memorando nº 69/PROPLAN/2012, informa que: O atendimento desta recomendação dependerá da implementação do Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos, conforme informação na recomendação anterior.</p>			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo			

Gestor			
Informação da PROPLAN: Salientamos que a gestão de resíduos da UFSC está também vinculada à PROAD, em função da ação da PU. Ressaltamos, ainda, as contribuições da PROPLAN, junto ao setor competente, para atender as recomendações da CGU.			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
59	201108926	Item 4.1.1.1 Rec. 001	22.019 /2011/CGU-R/SC
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Realizar o devido inventário físico anual dos bens móveis constantes do patrimônio da UFSC.			
Providências Adotadas			
Sector Responsável pela Implementação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Infraestrutura			26114
Pró-Reitoria de Administração			26114
Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento			97297
Secretaria de Planejamento e Finanças			97297
Justificativa para o seu não Cumprimento			
<p>Na Solicitação de Auditoria 201103023/12, a CGU-R/SC apresenta como STATUS ATUAL DA RECOMENDAÇÃO: “Reiterada pela não implementação plena pela Unidade”, com a seguinte análise: “Em sua manifestação os gestores informam que até 31.12.2011 o inventário será realizado. Informar se a previsão de realização do inventário foi/será mantida.”.</p> <p>Posição em 17/02/2012, informada no Plano de Providências preenchido e encaminhado à CGU-R/SC por meio do Ofício nº 46/2012/GR, de 22/02/2012:</p> <p>Informação prestada Pela Pró-Reitoria de Infraestrutura</p> <p>Através da Portaria 264/PROINFRA/2011, foi designada comissão para elaboração do inventário físico e financeiro dos bens móveis da UFSC, referente ao exercício 2011. A Portaria 279/PROINFRA/2011 prorrogou o prazo de conclusão dos trabalhos para 13/01/2012. Em 10/01/2012, através do Memorando nº 002/CI/2012 o Presidente da Comissão de Inventário solicita prorrogação de prazo por mais 45 dias. A Portaria nº 006/PROINFRA/2012 prorroga o prazo até o dia 31/01/2012 para conclusão dos trabalhos. O Presidente da Comissão solicitou nova prorrogação de prazo e o mesmo foi concedido até o dia 14/02/2012. O Presidente da comissão de Inventário comunicou que está com problemas para fechar o inventário, tendo em vista, que a o sistema da Empresa Softplan, não disponibilizou, ainda, os relatórios necessários. No dia 22/02/2012, haverá uma reunião entre os Responsáveis pela Empresa, Vice-Reitor, Pró-Reitor de Infraestrutura, Superintendente de Compras e Gestão Patrimonial e SETIC para resolução dos problemas. (Portarias anexo).</p> <p>Posição em out/2012, informada no Plano de Providências encaminhado à CGU-R/SC:</p> <p>A PROPLAN, conforme Memorando nº 69/PROPLAN/2012, informa que: No que se refere à ação da PROPLAN, especificamente de seu Departamento de Contabilidade e Finanças, informamos que no nosso planejamento de 2012-2013, incluímos como um Projeto a reorganização de nossa área contábil de forma a garantir o atendimento das Normas Brasileiras de Contabilidade Pública, em especial as que envolvem depreciação e amortização de inventário. De qualquer forma, importante salientar a necessidade do setor de patrimônio concluir o inventário físico, para subsidiar o DCF com informações que permitam a inventariança financeira.</p> <p>Informação da PROAD:</p> <p>O DGP está aguardando uma posição da nova administração da UFSC quanto à manutenção do SIP, adquirido da empresa Softplan. Atualmente referido software NÃO ATENDE as necessidades do DGP inviabilizando quaisquer tentativas de se iniciar o inventário. A maioria das solicitações de alterações nos diversos formulários e relatórios, não têm sido atendidas. O programa apresenta diversas “inconsistências” e não gera sequer um relatório confiável de bens por servidor. O Inventário deverá encerrado em 120 após o saneamento das deficiências no software. Alterações imediatas a serem implementadas no Sistema SIP para o Início do Inventário 2012.</p> <p>1- Utilizar apenas um campo para consultas de “Número de Patrimônio”, ou seja, independentemente do número ser “tombamento”, “código de barras”, “número de controle”, etc. o usuário digita dentro do campo específico um número de seis dígitos. (Caso o usuário digite um número com menos de seis dígitos o sistema completará com “zeros” à esquerda) Após o comando CONSULTAR, o programa mostra qual, ou quais bens possuem aquele número de registro. Caso haja a necessidade de ser consultada uma sequência numérica o procedimento deverá acima deverá ser feito em dois campos específicos.</p> <p>2- Revisar a(s) tabela (s) de servidores. Todos os ativos e inativos com carga patrimonial devem ser listados, inclusive homônimos e servidores com mais de uma matrícula.</p>			

3- O relatório acima deve listar corretamente a carga patrimonial do servidor. Obs. Atualmente o sistema possui diversas inconsistências.

4- Criar junto com a opção acima: Consulta por local/setor/imóvel – e por tipo de bem, devidamente indexados, de forma a pesquisar, por exemplo, quantos teclados um servidor possui em um determinado local.

5- Criar uma padronização mínima para o CONTROLE PREDIAL. Habilitar usuários com Perfil 1 (um) para incluir imóveis, locais, setores, etc. dentro do menu “tabelas”. O controle predial deve levar em consideração todos os segmentos da UFSC que poderão de alguma forma utilizar este recurso. Por exemplo: DEPAE, DGP, Almoxarifado, Prefeitura do Campus, DAE, etc.

Pontos a serem considerados:

a) Alguns prédios foram adicionados a outros já existentes. Portanto, em algumas edificações a numeração das salas segue uma sequência.

b) O Campo destinado aos Imóveis, Setores e Locais devem conter o nome completo do mesmo, sigla e código.

c) O nome do IMÓVEL deve refletir, sempre que possível, a unidade administrativa abrigada por ele. Ex: Departamento de Gestão Patrimonial – DGP; Centro Tecnológico – CTC – Bloco H – Superintendência de Governança Eletrônica e Tecnologia da Informação e Comunicação - SETIC; Núcleo de Desenvolvimento Infantil – NDI – Módulo I.

d) Caso o imóvel abrigue mais de uma Unidade Administrativa, utilizar o nome pelo qual é mais conhecido. Ex: Prédio da Reitoria; Prédio da FAPEU.

e) Os SETORES são as Unidades Administrativas ou Acadêmicas localizadas dentro dos imóveis. Obs. Algumas Unidades Administrativas possuem “ambientes” em mais de um imóvel. Ex: CCA (Ressacada, Itacorubi, Fazenda Yakult). Outro exemplo: O setor “Secretaria Administrativa do CTC” possui bens em nome do Diretor do CTC em mais de um local.

f) Os LOCAIS são as salas, divisões ou ambientes dentro dos setores e portanto, em alguns casos, poderão possuir “ambientes” em mais de um imóvel. Por Exemplo: Os bens das salas da aula do CTC (outro imóvel) pertencem a Secretaria Administrativa do Centro.

6- Habilitar AUTOMATICAMENTE a opção “Confirmar Transferências” de forma que fique visível ao usuário que efetuou a transferência do bem. Talvez através de um alerta: “SUA TRANSFERÊNCIA DEVE SER CONFIRMADA!!”.

7- Criar o “Termo Digital de Responsabilidade/Transferência”, ou seja, após a inclusão do bem ou a transferência do mesmo, um Termo é gerado eletronicamente, ficando disponível para visualização aos Agentes Patrimoniais do Setor, ao DGP e ao usuário, de modo que este último após acessar ao sistema SIP, digita seu login e senha “recebendo” eletronicamente a transferência eliminando definitivamente os papéis neste processo.

8- Criar um Módulo de Inventário de acordo com as necessidades atuais do DGP para que o levantamento de dados seja disponibilizado pelos Agentes Patrimoniais.

9- Criar todos os documentos necessários a Conciliação Contábil.

Posição em dez/2012:

O DGP continua aguardando uma solução para o problema do software adquirido pela UFSC da empresa Softplan. Diversas reuniões foram feitas com os gestores da SETIC. Até o momento não foram feitas as alterações solicitadas. O Software não atende as necessidades do DGP inviabilizando quaisquer tentativas de se iniciar o inventário, no entanto, os Agentes Patrimoniais continuam a fazer o levantamento preliminar dos bens que deverá ser disponibilizado após a liberação do módulo de inventário do referido software desde que o mesmo esteja funcionando regularmente.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Informação da PROPLAN:

Salientamos que a gestão patrimonial está vinculada à PROAD e o aspecto positivo refere-se às contribuições da PROPLAN, junto ao setor competente, para atender as recomendações da CGU. Neste caso, apenas após o inventário realizado o DCF poderá atuar.

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
60	201108926	Item 4.2.1.1 Rec. 001	22.019 /2011/CGU-R/SC
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Programar e realizar um levantamento de todos os seus imóveis para fins de adequação do SPIUnet, procedendo caso a caso, ao seu devido lançamento, avaliação e atualização das benfeitorias.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Infraestrutura			26114
Pró-Reitoria de Administração			26114

Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento		97297
Secretaria de Planejamento e Finanças		97297
Justificativa para o seu não Cumprimento		
<p>Na Solicitação de Auditoria 201103023/12, a CGU-R/SC apresenta como STATUS ATUAL DA RECOMENDAÇÃO: “Reiterada pela não implementação plena pela Unidade”, com a seguinte análise: “Os gestores informam que as medidas necessárias para atendimento à recomendação estão em curso, com prazo previsto de conclusão até 31.12.2011. Solicitamos informar se a recomendação foi atendida.”.</p> <p><u>Posição em 17/02/2012, informada no Plano de Providências preenchido e encaminhado à CGU-R/SC por meio do Ofício nº 46/2012/GR, de 22/02/2012:</u></p> <p><u>Informação prestada Pela Pró-Reitoria de Infraestrutura</u></p> <p>Segundo informação do Servidor responsável pelos lançamentos no SPIUnet a recomendação da CGU foi atendida.</p> <p><u>Posição em out/2012, informada no Plano de Providências encaminhado à CGU-R/SC:</u></p> <p>A PROPLAN, conforme Memorando nº 69/PROPLAN/2012, informa que: Em relação aos bens imóveis, informamos que iniciamos o processo de diagnóstico dos bens em nome da Universidade e estamos providenciando as regularizações dessas áreas. Concluída esta fase será possível o setor de patrimônio atualizar os dados no SPIUnet, bem como os registros na Contabilidade.</p>		
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor		
<p><u>Informação da PROPLAN:</u></p> <p>Salientamos que a gestão patrimonial está vinculada à PROAD e o aspecto positivo refere-se às contribuições da PROPLAN, junto ao setor competente, para atender as recomendações da CGU.</p>		
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA
61	201108926	Item 4.2.1.1 Rec. 002
Comunicação Expedida		22.019 /2011/CGU-R/SC
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação		Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina		429
Descrição da Recomendação		
Realizar os inventários de bens imóveis como forma de avaliar a atualização periódica dos registros no SPIUnet.		
Providências Adotadas		
Setor Responsável pela Implementação		Código SIORG
Pró-Reitoria de Infraestrutura		26114
Pró-Reitoria de Administração		26114
Justificativa para o seu não Cumprimento		
<p>Na Solicitação de Auditoria 201103023/12, a CGU-R/SC apresenta como STATUS ATUAL DA RECOMENDAÇÃO: “Reiterada pela não implementação plena pela Unidade”, com a seguinte análise: “Os gestores informam que as medidas necessárias para atendimento à recomendação estão em curso, com prazo previsto de conclusão até 31.12.2011. Solicitamos informar se a recomendação foi atendida.”.</p> <p><u>Posição em 17/02/2012, informada no Plano de Providências preenchido e encaminhado à CGU-R/SC por meio do Ofício nº 46/2012/GR, de 22/02/2012:</u></p> <p><u>Informação prestada Pela Pró-Reitoria de Infraestrutura</u></p> <p>Segundo informação do Servidor José Francisco Bernardes, responsável pelos lançamentos no SPIUnet A recomendação foi atendida quanto a atualização dos RIP no SPIUnet.</p> <p><u>Posição em out/2012, informada no Plano de Providências encaminhado à CGU-R/SC:</u></p> <p>Manifestação da PROAD: Atualmente o Departamento de Gestão Patrimonial da UFSC é responsável apenas pelo gerenciamento dos Bens Móveis Permanentes de acordo com a classificação do Plano de Contas da União. O DGP não possui rotinas ligadas à gestão de imóveis. O Servidor José Francisco Bernardes (Gestor de Agentes Patrimoniais) esporadicamente atualiza as informações no SPIUnet quando recebe subsídios para tal. Foi solicitado ao mesmo que atualizasse os registros relativos ao lançamento, avaliação e atualização das benfeitorias o que foi feito conforme documentos enviados à PROAD.</p> <p><u>Posição em dez/2012:</u></p> <p><u>Informação da PROAD:</u> O DGP executa as atividades de bens móveis e imóveis sendo que os imóveis é gerenciado administrativamente pelo servidor José Francico Bernardes. Quanto ao inventário do quantitativo dos bens imóveis, seus Rips estão atualizados junto ao SPIUnet e foi feita a atualização junto ao mesmo sistema.</p>		
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor		
Não foram identificados fatores positivos e negativos		

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
62	201108926	Item 4.2.1.2 Rec. 001	22.019 /2011/CGU-R/SC
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Implementar rotina para realização dos inventários periódicos de bens imóveis como forma de avaliar as condições dos imóveis e a consistência dos registros patrimoniais cadastrais (SPIUnet) e contábeis.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Infraestrutura			26114
Pró-Reitoria de Administração			26114
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Informação constante do Plano de Providências Permanente, preenchido pela UFSC e apresentado à CGU-R/SC em 29/9/2011:			
A SEPLAN por meio da CGI (Coordenadoria de Gestão Integrada) está elaborando o mapeamento dos processos. Este trabalho visa detalhar o fluxo dos processos, bem como a definição das atribuições e competências de cada Unidade. A partir da conclusão do trabalho de mapeamentos dos processos serão implementadas as respectivas rotinas.			
<u>Posição em out/2012, informada no Plano de Providências encaminhado à CGU-R/SC:</u>			
Manifestação da PROAD: Atualmente o Departamento de Gestão Patrimonial da UFSC é responsável apenas pelo gerenciamento dos Bens Móveis Permanentes de acordo com a classificação do Plano de Contas da União. O DGP não possui rotinas ligadas à gestão de imóveis. O DGP está solicitando junto a Administração Central uma definição de qual setor da UFSC é responsável de fato pelo gerenciamento dos Bens Imóveis para que o mesmo implemente uma rotina para a realização de inventário periódico de bens imóveis como forma de avaliar as condições dos imóveis e a consistência dos registros patrimoniais cadastrais (SPIUnet) e contábeis.			
<u>Posição em dez/2012:</u>			
Ainda não temos definidas as rotinas pertinentes a ação em análise. Reitera-se o que já foi mencionado no item anterior (33 - 002)			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não foram identificados fatores positivos e negativos			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
63	201108926	Item 4.2.1.3 Rec. 001	22.019 /2011/CGU-R/SC
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Organizar, formalizar e divulgar a rotina interna de gestão de bens imóveis com as atribuições e o fluxo de informações bem definidos, para que os registros e informações mantenham-se atualizados, incluindo aqueles referentes às condições de manutenção dos imóveis.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Infraestrutura			26114
Pró-Reitoria de Administração			26114
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Informação constante do Plano de Providências Permanente, preenchido pela UFSC e apresentado à CGU-R/SC em 29/9/2011:			
A SEPLAN por meio da CGI (Coordenadoria de Gestão Integrada) está elaborando o mapeamento dos processos. Este trabalho visa detalhar o fluxo dos processos, bem como a definição das atribuições e competências de cada Unidade.			
<u>Posição em out/2012, informada no Plano de Providências encaminhado à CGU-R/SC:</u>			
<u>Informação da PROAD:</u> O DGP não possui rotinas ligadas à gestão de imóveis. O DGP está solicitando junto a Administração Central uma definição de qual setor da UFSC é responsável de fato pelo gerenciamento dos Bens Imóveis para que o mesmo implemente uma rotina de forma de avaliar a atualizar os valores e demais dados relacionados à gestão de imóveis.			

<u>Posição em dez/2012:</u>			
Não temos ainda uma definição clara e em execução ref. à rotina de ação integrada entre os setores envolvidos. Estas ações continuam em estudo para o pleno atendimento das rotinas citadas.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não foram identificados fatores positivos e negativos			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
64	201108926	Item 5.1.1.2 Rec. 001	22.019 /2011/CGU-R/SC
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Que seja elaborado um mecanismo de controle e guarda das declarações de imposto de renda ou autorização para acesso eletrônico.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Desenvolvimento Humano e Social			26115
Secretaria de Gestão de Pessoas			26115
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Informação constante do Plano de Providências Permanente, preenchido pela UFSC e apresentado à CGU-R/SC em 29/9/2011:			
A unidade vem alterando a rotina para atendimento do exposto na presente recomendação, bem como está implantando no âmbito dos cargos diretivos, o exposto na Instrução Normativa – TCU Nº 65, de 20 de abril de 2011, que dispõe sobre os procedimentos referentes às Declarações de Bens e Rendas a serem apresentados pelas autoridades e servidores públicos federais. O prazo estabelecido para a execução da recomendação está relacionado com a mudança de administração em início de maio de 2012, e também pelo período de entrega das declarações de renda do próximo ano.			
<u>Posição em out/2012, informada no Plano de Providências encaminhado à CGU-R/SC:</u>			
A SEGESP, conforme Memorando nº 098/SEGESP/2012, informa: Em 10 de maio de 2012 assumiu a Reitoria a nova Administração Central. Com isso alterou-se a lista dos novos dirigentes, bem como houve uma grande reestruturação em nível das Pró-reitorias e Secretarias e nos demais níveis de estruturação. Essa nova estrutura está em fase de consolidação e aprovação dos Órgãos Colegiados Superiores, sendo necessária uma atualização dos procedimentos de entrega das declarações ou o termo de responsabilidade, devidamente identificados e assinados pelos novos dirigentes. Estabelecido o prazo de 31 de março de 2013 para a entrega da Declaração de Bens e Rendas.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Em razão da mudança da gestão a apresentação da Declaração de Bens e Rendas ficou prejudicada.			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
65	201108926	Item 6.1.1.2 Rec. 003	22.019 /2011/CGU-R/SC
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Evitar a realização de processos licitatórios simultâneos nas diversas modalidades, para contratação de serviços de engenharia que poderiam ser efetuados de forma global com redução de preços e custos de processamento, gerenciamento dos contratos e fiscalização dos serviços;			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Infraestrutura			26114
Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento			97297
Secretaria de Planejamento e Finanças			97297
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Na Solicitação de Auditoria 201103023/12, a CGU-R/SC apresenta como STATUS ATUAL DA			

RECOMENDAÇÃO: “Reiterada – pendente de verificação pela CGU”, com a seguinte análise: “A UG manifesta que adotou medidas necessárias para aprimoramento dos procedimentos de contratação de serviços de engenharia ou reforma. Contudo, caberá em trabalhos futuros a verificação da efetividade das medidas adotadas, motivo pelo qual a recomendação ficará sobrestada.”.

Posição em 17/02/2012, informada no Plano de Providências preenchido e encaminhado à CGU-R/SC por meio do Ofício nº 46/2012/GR, de 22/02/2012:

Informação prestada Pela Pró-Reitoria de Infraestrutura

Ratificamos a informação de que a Pró-Reitoria de Infraestrutura vem adotando as recomendações da CGU.

Informação contida no Plano de Providências, com posição em 29/09/2011:

“ Com relação aos serviços de reformas, estamos agrupando, na medida do possível, vários serviços em uma única licitação.

Com relação aos serviços de manutenção predial, estamos elaborando licitações de acordo com o tipo de serviços, por exemplo: serviços de impermeabilização, pintura e recuperação de telhados.

A PROINFRA encaminhou as unidades o Ofício nº 177/PROINFRA/2011 solicitando que a recomendação da Controladoria Geral da União - CGU fosse atendida. (Ofício anexo).”

Posição em out/2012, informada no Plano de Providências encaminhado à CGU-R/SC:

A PROPLAN, conforme Memorando nº 69/PROPLAN/2012, informa que: A contratação de serviços de engenharia e reformas, realizada pelo DOMP e DPAE, objetiva atender as demandas dos diversos Campi da UFSC. A consolidação das diferentes demandas em único processo licitatório prevê a economicidade. As demandas são identificadas de forma antecipada, para instrução da licitação, principalmente de seus quantitativos. No entanto, quando se trata de reformas de manutenções rotineiras, considera-se a demanda histórica dessas manutenções e estima-se na licitação o quantitativo que atenderá durante o período de um ano as demandas das unidades da UFSC.

No intuito de manter o aperfeiçoamento constante das ações, o Departamento de Obras e Manutenção Predial estipulou no seu planejamento de 2012-2013 o plano de “estruturação de indicadores de desempenho e avaliação dos serviços de manutenção, obras e reformas”.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Informação da PROPLAN:

A PROPLAN, considera que as estruturações realizadas no DOMP e DPAE contribuíram para o atendimento das solicitações da CGU.

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
66	201108948	Item 1.1.3.1 Rec. 001	22.019 /2011/CGU-R/SC

Órgão/Entidade Objeto da Recomendação	Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina	429

Descrição da Recomendação

Realizar a revisão do Planejamento Estratégico para a área de TI e acompanhar a execução das ações planejadas e os resultados alcançados.

Providências Adotadas

Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Hospital Universitário Professor Polydoro Ernani de São Thiago	15130

Justificativa para o seu não Cumprimento

Na Solicitação de Auditoria 201103023/11, a CGU-R/SC apresenta como STATUS ATUAL DA RECOMENDAÇÃO: “Reiterada pela não implementação plena pela Unidade”, com a seguinte análise: “Os gestores informam as medidas que estão tomando para cumprimento da recomendação, cuja conclusão está prevista para dezembro/2011. Informar a situação atual de cumprimento desta recomendação.”.

Posição em 17/02/2012, informada no Plano de Providências preenchido e encaminhado à CGU-R/SC por meio do Ofício nº 46/2012/GR, de 22/02/2012:

Informação prestada pela Direção Geral do Hospital Universitário

O planejamento de TI continua em processo de revisão, sendo que para abril de 2012 o mesmo deverá estar concluído.

Posição em out/2012, informada no Plano de Providências encaminhado à CGU-R/SC:

A continuidade do processo associado ao planejamento estratégico de TI está condicionada à conclusão do trabalho do Comitê Gestor de TI, designado pela Portaria 140/DG-HU/2012, de junho de 2012.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

O Comitê Gestor de TI, designado por meio da Portaria 140/DG-HU/2012, do mês de junho de 2012, ainda não definiu a sua forma de atuação e suas atribuições específicas.

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
67	201108948	Item 1.1.3.1 Rec. 002	22.019 /2011/CGU-R/SC
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Avaliar a oportunidade de se instituir um comitê diretivo de TI, que determine as prioridades de investimento e alocação de recursos nos diversos projetos e ações em tecnologia da informação.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Hospital Universitário Professor Polydoro Ernani de São Thiago			15130
Justificativa para o seu não Cumprimento			
<p>Na Solicitação de Auditoria 201103023/11, a CGU-R/SC apresenta como STATUS ATUAL DA RECOMENDAÇÃO: “Reiterada pela não implementação plena pela Unidade”, com a seguinte análise: “Os gestores informam as medidas que estão tomando para cumprimento da recomendação, cuja conclusão está prevista para 30/11/2011. O atendimento da recomendação será verificado em trabalho futuro de auditoria. Informar a situação atual de cumprimento desta recomendação.”</p> <p><u>Posição em 17/02/2012, informada no Plano de Providências preenchido e encaminhado à CGU-R/SC por meio do Ofício nº 46/2012/GR, de 22/02/2012:</u></p> <p><u>Informação prestada pela Direção Geral do Hospital Universitário</u></p> <p>O mencionado comitê deverá iniciar suas atividades entre março/maio de 2012, uma vez que os integrantes foram escolhidos. A constituição do comitê, aguarda ainda a definição de atribuições, que necessita de discussão prévia.</p> <p><u>Posição em out/2012, informada no Plano de Providências encaminhado à CGU-R/SC:</u></p> <p>Por meio da Portaria 140/DG-HU/2012, do mês de junho de 2012, foi nomeado o referido Comitê Gestor de TI. Este comitê definirá a sua forma de atuação e suas atribuições específicas.</p>			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
O Comitê Gestor de TI, designado por meio da Portaria 140/DG-HU/2012, do mês de junho de 2012, ainda não definiu a sua forma de atuação e suas atribuições específicas.			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
68	201108948	Item 1.1.3.2 Rec. 002	22.019 /2011/CGU-R/SC
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Avaliar a situação dos estagiários que atuam na área de TI da Unidade, no que diz respeito às atividades por eles desenvolvidas e o nível de acesso a informações sigilosas que detêm, com vistas a buscar um adequado dimensionamento quantitativo e qualitativo do quadro de recursos humanos da área.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Hospital Universitário Professor Polydoro Ernani de São Thiago			15130
Justificativa para o seu não Cumprimento			
<p>Informação constante do Plano de Providências Permanente, preenchido pela UFSC e apresentado à CGU-R/SC em 29/9/2011:</p> <p>Vamos estudar com a Direção Geral do HU, a viabilidade de iniciar processo licitatório para a contratação de empresa terceirizada na área de atendimento contemplando todas as ações sugeridas por esta recomendação.</p> <p><u>Posição em 17/02/2012, informada no Plano de Providências preenchido e encaminhado à CGU-R/SC por meio do Ofício nº 46/2012/GR, de 22/02/2012:</u></p> <p><u>Informação prestada pela Direção Geral do Hospital Universitário</u></p> <p>A partir de fevereiro de 2012 a área de gestão de TI viabilizará uma licitação para contratação de pessoal especializado de modo a substituir o trabalho de estagiários, conforme recomendação. Contudo, caberá a Direção do HU, decidir se há disponibilidade financeira para contratação de empresa terceirizada.</p> <p><u>Posição em out/2012, informada no Plano de Providências encaminhado à CGU-R/SC:</u></p> <p>A alternativa imediata para solução deste problema já está em andamento, ou seja, a terceirização desta área através de</p>			

processo licitatório. Ocorre que os estagiários assumem uma responsabilidade que vai muito além de suas habilidades e de seu compromisso com a instituição. Toda a área de atendimento de primeiro nível está sob a tutela deste pessoal, que mais das vezes são liberados por conta de viagens de estudos, problemas de saúde e principalmente questões associadas a estudos acadêmicos. Desta forma ocorre uma forte fragilização nas questões associadas ao atendimento dos usuários, o que coloca em risco a própria saúde do paciente. Entendemos, igualmente, que esta ação não resolve a questão principal apontada por esta CGU, ou seja, a dependência de conhecimento de pessoal terceirizado. No entanto, nesta licitação, já estão sendo tomadas todas as providências no sentido de garantir a transferência de conhecimento para o pessoal do quadro permanente do HU. No entanto para esta área, normalmente ocorre o oposto, já que são poucas as situações que obrigam esta transferência. A Direção Geral do HU continua a envidar esforços junto a Administração Superior da UFSC no sentido de haver o provimento de pessoal do quadro permanente para suprir esta necessidade.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Precisa haver lotação, por parte da SEGESP/UFSC, de servidores com graduação em Sistema de Informações no Hospital Universitário. Torna-se imprescindível a conclusão dos trabalhos do Grupo de Trabalho de Diagnóstico e Dimensionamento Prospectivo dos Servidores Técnico-Administrativos em Educação da UFSC, com previsão para concluir seus trabalhos em 31/05/2013.

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
69	201108948	Item 1.1.3.3 Rec. 001	22.019 /2011/CGU-R/SC

Órgão/Entidade Objeto da Recomendação	Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina	429

Descrição da Recomendação

Implantar rotina de avaliação da compatibilidade dos recursos de TI (hardware e software) com as reais necessidades da Unidade; formalizar os resultados das avaliações e utilizá-los como ferramenta para o planejamento dos investimentos e ações da área.

Providências Adotadas

Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Hospital Universitário Professor Polydoro Ernani de São Thiago	15130

Justificativa para o seu não Cumprimento

Posição em 17/02/2012, informada no Plano de Providências preenchido e encaminhado à CGU-R/SC por meio do Ofício nº 46/2012/GR, de 22/02/2012:

Informação prestada pela Direção Geral do Hospital Universitário

Existe esta rotina estabelecida entre os próprios técnicos de TI que, ao visitarem os locais, tomam ciência das reais condições do Hardware existente. Também o atual sistema de Help-Desk possibilita uma análise da situação real do hardware instalado. No entanto as decisões relativas a aquisições e investimentos deverão estar condicionadas ao início das atividades do Comitê Gestor de TI.

Posição em out/2012, informada no Plano de Providências encaminhado à CGU-R/SC:

O Sistema de Help-Desk, que atende a todas as unidades do HU, onde está registrado o cadastro de todos os equipamentos e periféricos do HU sofrerá algumas modificações que visam atender estas solicitações da CGU. Permitindo avaliar com maior agilidade, através de relatórios dos cadastros mencionados, a real situação do hardware disponibilizado para a instituição. Também o Comitê Gestor de TI deverá discutir a criação de políticas neste sentido. Por exemplo: definindo o tempo de vida de determinado equipamento, considerando o local de sua utilização bem como os softwares instalados. Ultimamente o HU tem adquirido equipamentos com garantia on-site de três anos, o que tem garantido a aquisição de equipamentos de baixo custo, produzidos, porém com componentes de alta qualidade. A questão da compatibilidade do hardware, seja para a área computacional ou para a área da rede estruturada, também deverá passar por definições de política, por parte do mencionado comitê, de utilização destes recursos, já que o sistema de Help-Desk poderá fornecer informações tais como, custo de manutenção de determinado bem, seu tempo de uso, índice de problemas, mas as ações que seguirão tais informações dependem destas políticas a serem estabelecidas. No entanto deve-se considerar, que somente por que um hardware esteja sendo utilizado a mais de dez anos, como é o caso de algumas impressoras do HU, não significa isso que simplesmente este tenha que ser substituído, já que o "prontuário" do equipamento existente no Help-Desk é que fornecerá subsídios para tomada de decisão.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

O Comitê Gestor de TI, designado por meio da Portaria 140/DG-HU/2012, do mês de junho de 2012, ainda não definiu a sua forma de atuação e suas atribuições específicas.

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
-------	---	------------	----------------------

70	201108948	Item 1.1.3.3 Rec. 002	22.019 /2011/CGU-R/SC
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Em relação ao desenvolvimento e produção de sistemas e soluções em TI, adotar acordos de níveis de serviço tanto no que se refere ao desenvolvimento interno (para atender os quesitos pactuados com a área demandante no nível de serviço exigido), quanto no que se refere aos contratos celebrados entre o HU e seus fornecedores externos.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Hospital Universitário Professor Polydoro Ernani de São Thiago			15130
Justificativa para o seu não Cumprimento			
<p>Na Solicitação de Auditoria 201103023/11, a CGU-R/SC apresenta como STATUS ATUAL DA RECOMENDAÇÃO: “Reiterada pela não implementação plena pela Unidade”, com a seguinte análise: “Os gestores informam as medidas que estão tomando para cumprimento da recomendação, cuja conclusão está prevista para dezembro/2011. Informar a situação atual de cumprimento desta recomendação.”.</p> <p><u>Posição em 17/02/2012, informada no Plano de Providências preenchido e encaminhado à CGU-R/SC por meio do Ofício nº 46/2012/GR, de 22/02/2012:</u></p> <p><u>Informação prestada pela Direção Geral do Hospital Universitário</u></p> <p>A Adoção de Acordos de Níveis de Serviço é estipulada pelo próprio objeto do contrato, quando este instrui acerca do produto que deverá ser entregue por cada empresa terceirizada. Desta maneira, o fiscal pode acompanhar e avaliar o desempenho de cada empresa quanto ao que é contratado.</p> <p><u>Posição em out/2012, informada no Plano de Providências encaminhado à CGU-R/SC:</u></p> <p>A área de TI examinou uma série de licitações de outros órgãos, inclusive a própria AGU de onde absorveu um melhor entendimento do que está sendo postulado por esta CGU e resolveu adotar integralmente este padrão. No entanto falta para a área de TI do HU a criação de algumas normas referentes a área de software e correlatos.</p>			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
O Comitê Gestor de TI, designado por meio da Portaria 140/DG-HU/2012, do mês de junho de 2012, ainda não definiu a sua forma de atuação e suas atribuições específicas.			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
71	201108948	Item 1.1.4.1 Rec. 001	22.019 /2011/CGU-R/SC
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Determinar a elaboração e disseminação de orientações às diversas Unidades Responsáveis por aquisições e contratações, em observação às novas normas de Sustentabilidade Ambiental previstas na IN SLTI/MPOG 01/2010.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Hospital Universitário Professor Polydoro Ernani de São Thiago			15130
Justificativa para o seu não Cumprimento			
<p>Na Solicitação de Auditoria 201103023/11, a CGU-R/SC apresenta como STATUS ATUAL DA RECOMENDAÇÃO: “Reiterada pela não implementação plena pela Unidade”, com a seguinte análise: “Os gestores informam medidas que seriam necessárias para o cumprimento da recomendação, e estimam o prazo de conclusão das mesmas para 31/12/2011. Informar a situação atual de cumprimento desta recomendação.”.</p> <p><u>Posição em 17/02/2012, informada no Plano de Providências preenchido e encaminhado à CGU-R/SC por meio do Ofício nº 46/2012/GR, de 22/02/2012:</u></p> <p><u>Informação prestada pela Direção Geral do Hospital Universitário</u></p> <p>Estamos avaliando a implementação das normas de Sustentabilidade Ambiental em nossos processos licitatórios a partir de 2012.</p> <p><u>Posição em out/2012, informada no Plano de Providências encaminhado à CGU-R/SC:</u></p> <p>Em face da transição de poder ocorrida na UFSC, o movimento reivindicatório dos servidores e docentes, o processo eleitoral ocorrido no HU com a designação da nova Direção Geral do HU no início deste mês, infelizmente pouco se fez no domínio da sustentabilidade ambiental. Nos termos de referencia para a solicitações da área de TI, já está sendo</p>			

seguido o procedimento de exigir que as empresas que forneçam insumos ou componentes para esta área tenham adotado a diretiva ROHS no que tem a ver com os procedimentos associados a TI-Verde. No tocante ao material de enfermagem, no âmbito da Comissão Permanente de Materiais de Assistência (CPMA), a questão foi informalmente e insipidamente discutida. Em relação as demais áreas do HU o debate sobre o tema ainda não evoluiu.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

A sobrecarga de trabalho, a deficiência de servidores e o atendimento às necessidades prementes, tem prejudicado a observância na aquisição de bens e serviços que atendam a sustentabilidade ambiental.

Torna-se imprescindível a conclusão dos trabalhos do Grupo de Trabalho de Diagnóstico e Dimensionamento Prospectivo dos Servidores Técnico-Administrativos em Educação da UFSC, com previsão para concluir seus trabalhos em 31/05/2013.

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
72	201108948	Item 1.1.4.2 Rec. 001	22.019 /2011/CGU-R/SC

Órgão/Entidade Objeto da Recomendação	Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina	429

Descrição da Recomendação

Providenciar a formalização e a devida divulgação interna do processo de reciclagem de resíduos da área administrativa, a fim de que todos os servidores da Unidade tenham conhecimento sobre o processo e sobre a forma de cooperar com o pleno funcionamento do mesmo.

Providências Adotadas

Sector Responsável pela Implementação	Código SIORG
Hospital Universitário Professor Polydoro Ernani de São Thiago	15130

Justificativa para o seu não Cumprimento

Na Solicitação de Auditoria 201103023/11, a CGU-R/SC apresenta como STATUS ATUAL DA RECOMENDAÇÃO: *“Reiterada pela não implementação plena pela Unidade”, com a seguinte análise: “Os gestores informam as medidas que estão tomando para cumprimento da recomendação, cuja conclusão está prevista para 31/12/2011. Informar a situação atual de cumprimento desta recomendação.”.*

Posição em 17/02/2012, informada no Plano de Providências preenchido e encaminhado à CGU-R/SC por meio do Ofício nº 46/2012/GR, de 22/02/2012:

Informação prestada pela Direção Geral do Hospital Universitário

Dentre os resíduos da área de TI podemos destacar o descarte dos cabos UTP inservíveis. Para este caso dispomos de três pequenos “containers” que recebem este tipo de cabo, além dos cabos de eletricidade. A medida em que estes se enchem há a troca destes recipientes por caixas de cabeamento UTP novos. Este é um programa da empresa Furukawa que disponibilizou os containers de forma gratuita, bem como o seu envio e recebimento através de empresa transportadora. Com relação as placas de memória, placas mãe e outros dispositivos inservíveis, estamos iniciando estudos para definir uma área física que receba esses descartes e defina seu destino dentro da política de reciclagem.

Posição em out/2012, informada no Plano de Providências encaminhado à CGU-R/SC:

No Relatório de Auditoria 201203109 (Prestação de Contas do HU – 2011) é noticiado que o hospital vem realizando a separação dos resíduos recicláveis comuns de forma precária. A área de TI implantou um sistema de coleta de lixo eletrônico, onde através de um container armazena e após determinado tempo encaminha todo tipo de componente descartado, excetuando-se bens tombados, a uma empresa especializada no recolhimento deste tipo de material. Dentre estes materiais destacam-se placas de memória, placas mães, unidades fusoras, discos rígidos, fontes de alimentação, etc. A Comissão de Controle de Infecção Hospitalar (CCIH) do HU, a quem também cabe a coordenação do descarte dos materiais recicláveis, encaminhou à Direção Geral do HU um plano (cópia anexa) para melhorias na coleta de resíduos, que estará sendo avaliado pela Nova Direção Geral.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Segundo a Secretaria de Planejamento e Finanças, está em curso a institucionalização do Núcleo de Processamento de Resíduos da UFSC. Esta iniciativa visa não somente atender as demandas relacionadas aos resíduos sólidos, mas também gerenciar o processo de adequação dos setores para segregação na origem, estabelecimento da logística de transporte para o setor de triagem e estabelecimento de parceria com o poder municipal para a coleta. Está em fase de elaboração o plano de gestão de resíduos a ser legitimado pela instituição, estabelecendo a forma, os procedimentos e os equipamentos a serem padronizados na UFSC para atender à IN 01.

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
73	201108948	Item 1.1.4.2 Rec.	22.019 /2011/CGU-R/SC

		002	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Viabilizar local adequado para armazenagem e separação dos resíduos recicláveis comuns.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Hospital Universitário Professor Polydoro Ernani de São Thiago			15130
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Na Solicitação de Auditoria 201103023/11, a CGU-R/SC apresenta como STATUS ATUAL DA RECOMENDAÇÃO: “Reiterada pela não implementação plena pela Unidade”, com a seguinte análise: “Os gestores informam as medidas que estão tomando para cumprimento da recomendação, sem previsão de conclusão. Tal cumprimento será verificado em trabalho futuro de auditoria. Informar a situação atual de cumprimento desta recomendação.”.			
<u>Posição em 17/02/2012, informada no Plano de Providências preenchido e encaminhado à CGU-R/SC por meio do Ofício nº 46/2012/GR, de 22/02/2012:</u>			
<u>Informação prestada pela Direção Geral do Hospital Universitário</u>			
Temos o Projeto concluído. Estamos definindo o local da obra e buscando os recursos de investimento necessários para viabilizá-la.			
<u>Posição em out/2012, informada no Plano de Providências encaminhado à CGU-R/SC:</u>			
Para que haja efetividade no processo de separação dos resíduos recicláveis se faz necessária a construção de um depósito apropriado. Já foram elaborados os projetos arquitetônico e complementares. Todavia, para serem garimpados os recursos financeiros, há necessidade que antes haja uma definição do Plano Diretor da UFSC e que se estabeleça uma área para a sua localização. O assunto está sendo debatido com as áreas técnicas da UFSC.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Segundo a Secretaria de Planejamento e Finanças, está em curso a institucionalização do Núcleo de Processamento de Resíduos da UFSC. Esta iniciativa visa não somente atender as demandas relacionadas aos resíduos sólidos, mas também gerenciar o processo de adequação dos setores para segregação na origem, estabelecimento da logística de transporte para o setor de triagem e estabelecimento de parceria com o poder municipal para a coleta. Está em fase de elaboração o plano de gestão de resíduos a ser legitimado pela instituição, estabelecendo a forma, os procedimentos e os equipamentos a serem padronizados na UFSC para atender à IN 01.			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
74	201108948	Item 1.1.4.3 Rec. 001	22.019 /2011/CGU-R/SC
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Providenciar a implantação do PDTI nos termos do artigo 2º da Portaria SLTI/MP 02/2010.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Hospital Universitário Professor Polydoro Ernani de São Thiago			15130
Justificativa para o seu não Cumprimento			
<u>Posição em 17/02/2012, informada no Plano de Providências preenchido e encaminhado à CGU-R/SC por meio do Ofício nº 46/2012/GR, de 22/02/2012:</u>			
<u>Informação prestada pela Direção Geral do Hospital Universitário</u>			
A partir de 2012, toda a equipe de TI da instituição se reunirá de forma a viabilizar a recomendação mencionada.			
<u>Posição em out/2012, informada no Plano de Providências encaminhado à CGU-R/SC:</u>			
A elaboração do PDTI está condicionada à conclusão do trabalho do Comitê Gestor de TI, designado pela Portaria 140/DG-HU/2012, de junho de 2012.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
O Comitê Gestor de TI, designado por meio da Portaria 140/DG-HU/2012, do mês de junho de 2012, ainda não definiu a sua forma de atuação e suas atribuições específicas.			

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
75	201108948	Item 2.1.1.1 Rec. 001	22.019 /2011/CGU-R/SC
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Em relação ao Contrato nº HU/070/2009: realizar um levantamento do consumo médio mensal dos itens de limpeza utilizados pela empresa na prestação dos serviços; comparar o consumo médio mensal levantado com as quantidades e valores contratados junto à empresa e verificar a necessidade de ajustes contratuais.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Hospital Universitário Professor Polydoro Ernani de São Thiago			15130
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Na Solicitação de Auditoria 201103023/11, a CGU-R/SC apresenta como STATUS ATUAL DA RECOMENDAÇÃO: “Reiterada pelo não atendimento pleno pela Unidade”, com a seguinte análise: “Os gestores informam que estão sendo tomadas medidas para implantar a recomendação feita pela CGU-R/SC, e que a implantação está prevista para ocorrer até 15/11/2011. Informar a situação atual de atendimento desta recomendação.”.			
<u>Posição em 17/02/2012, informada no Plano de Providências preenchido e encaminhado à CGU-R/SC por meio do Ofício nº 46/2012/GR, de 22/02/2012:</u>			
<u>Informação prestada pela Direção Geral do Hospital Universitário</u>			
Estamos enfrentando dificuldades para o efetivo levantamento, devido a falta de pessoal e algumas informações que deveriam ser entregues pela empresa só foram enviadas durante um mês, faltando assim informações complementares para a devida regulamentação. Solicitamos que este prazo seja revisto para junho/2012.			
<u>Posição em out/2012, informada no Plano de Providências encaminhado à CGU-R/SC:</u>			
Haja vista que não foi contratado ou remanejado nenhum servidor para o Serviço de Vigilância e Zeladoria, dificuldades com falta de pessoal ainda persistem, inibindo o controle efetivo no acompanhamento das quantidades de materiais previstas nas planilhas que estão sendo utilizadas nos serviços de limpeza. Não obstante, a empresa contratada entrega relação das quantidades de materiais gastos. Esta situação também se explica pelos fatos ocorridos desde o fim do ano passado até o presente momento, tais como: processo eleitoral na UFSC; transição de poder ocorrida na UFSC; o movimento reivindicatório dos servidores e docentes; o processo eleitoral ocorrido no HU com a designação da nova Direção Geral do HU no início deste mês. A nova Direção Geral do HU, em conjunto com a Administração Superior da UFSC, estará implementando tratativas para atendimento desta recomendação.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Precisa haver lotação, por parte da SEGESP/UFSC, de servidores para o Serviço de Zeladoria do Hospital Universitário. Torna-se imprescindível a conclusão dos trabalhos do Grupo de Trabalho de Diagnóstico e Dimensionamento Prospectivo dos Servidores Técnico-Administrativos em Educação da UFSC, com previsão para concluir seus trabalhos em 31/05/2013.			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
76	201108948	Item 2.1.1.1 Rec. 004	22.019 /2011/CGU-R/SC
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Em relação ao Contrato nº HU/070/2009: verificar a necessidade de revisão contratual frente as demandas dos setores.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Hospital Universitário Professor Polydoro Ernani de São Thiago			15130
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Informação constante do Plano de Providências Permanente, preenchido pela UFSC e apresentado à CGU-R/SC em 29/9/2011:			
Informamos que alguns ajustes que se fizerem necessários, e apontados, faremos em conjunto com Serviço de Controle			

e Infecção Hospitalar – SCIH/H, Núcleo de gestão de contratos e Serviço de Zeladoria e Vigilância – SZV.			
Na Solicitação de Auditoria 201103023/11, a CGU-R/SC solicita que a UFSC atualize o Plano de Providências Permanente, com prazo fixado para encaminhamento à CGU-R/SC em 17/02/2012.			
<u>Posição em out/2012, informada no Plano de Providências encaminhado à CGU-R/SC:</u>			
Para atendimento a esta recomendação há a necessidade de ser antes concluída a implementação da “Recomendação 001” desta constatação (001), com prazo previsto para março/2013.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Precisa haver lotação, por parte da SEGESP/UFSC, de servidores para o Serviço de Vigilância e Zeladoria do Hospital Universitário. Torna-se imprescindível a conclusão dos trabalhos do Grupo de Trabalho de Diagnóstico e Dimensionamento Prospectivo dos Servidores Técnico-Administrativos em Educação da UFSC, com previsão para concluir seus trabalhos em 31/05/2013.			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
77	201108948	Item 2.1.1.1 Rec. 005	22.019 /2011/CGU-R/SC
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Em relação ao Contrato nº HU/070/2009: demandar ao fiscal do contrato o encaminhamento mensal à Diretoria Administrativa de relatório contendo minimamente:			
1. Avaliação sobre a qualidade dos serviços prestados pela Adservi;			
2. Avaliação sobre o cumprimento do contrato pela empresa;			
3. Ocorrências registradas no período, verificadas em inspeção "in loco", ou recebidas dos setores, bem como as providências adotadas e as pendências existentes.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Hospital Universitário Professor Polydoro Ernani de São Thiago			15130
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Informação constante do Plano de Providências Permanente, preenchido pela UFSC e apresentado à CGU-R/SC em 29/9/2011:			
Por sugestão do responsável do Núcleo de gestão de contratos que vai elaborar uma planilha/relatório mensal que será encaminhado ao Diretor Administrativo do HU, contendo as seguintes informações: avaliação sobre a qualidade, cumprimento e ocorrências registradas no período, verificadas “in loco”, ou recebidas dos setores, bem como as providências adotadas e as pendências existentes.			
Na Solicitação de Auditoria 201103023/11, a CGU-R/SC apresenta como STATUS ATUAL DA RECOMENDAÇÃO: “Reiterada pela não implementação plena pela Unidade”, com a seguinte análise: “Os gestores informam que estão sendo tomadas medidas para implantar a recomendação feita pela CGU-R/SC, e que a implantação está prevista para ocorrer até 31/10/2011. Informar a situação atual de atendimento desta recomendação.”.			
O prazo para a UFSC apresentar a atualização do Plano de Providências Permanente à CGU-R/SC, objeto desta Solicitação de Auditoria, expira-se em 17/02/2012.			
<u>Posição em out/2012, informada no Plano de Providências encaminhado à CGU-R/SC:</u>			
A falta de servidores, anteriormente noticiada, não permite que haja a segregação das funções de gestor e de fiscal do contrato, já que o Chefe do Serviço de Vigilância e Zeladoria executa ambas as funções, dificultando o pleno atendimento desta recomendação. Entretanto, atualmente, mensalmente são encaminhadas às unidades ficha de avaliação e ocorrências. Parte destas fichas são devolvidas e parte não, sendo que quando não são devolvidas as fichas, adota-se uma posição reativa, considerando-se que não existem ocorrências negativas. Quando são apontadas ocorrências são tomadas ações junto a empresa para a resolução, bem como é feita comunicação à Diretoria de Administração.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Precisa haver lotação, por parte da SEGESP/UFSC, de servidores para o Serviço de Zeladoria do Hospital Universitário. Torna-se imprescindível a conclusão dos trabalhos do Grupo de Trabalho de Diagnóstico e Dimensionamento Prospectivo dos Servidores Técnico-Administrativos em Educação da UFSC, com previsão para concluir seus trabalhos em 31/05/2013.			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida

78	201108948	Item 4.1.1.1 Rec. 001	22.019 /2011/CGU-R/SC
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Determinar aos dirigentes do HU/UFSC a obrigatoriedade de observância dos requisitos legais previstos na Lei n.º 8.666/93, em seu art. 24, inciso V de forma a garantir tratamento isonômico a todos os fornecedores, exigindo o cumprimento das condições preestabelecidas na licitação anterior;			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Hospital Universitário Professor Polydoro Ernani de São Thiago			15130
Justificativa para o seu não Cumprimento			
<u>Posição em out/2012, informada no Plano de Providências encaminhado à CGU-R/SC:</u>			
Para reforçar orientação informal anterior, a Diretoria de Administração do HU, por meio do Memorando n.º 156/2012-DA (cópia anexa), determinou à Divisão de Administração (DAD) que adote procedimentos visando à observância dos requisitos legais previstos na Lei n.º 8.666/1993, quando das aquisições de bens e serviços para este Hospital Universitário, notadamente em casos semelhantes ao que fundamentaram as Recomendações 001 e 002 referentes à Constatação 036 do Relatório de Auditoria n.º 201108948-HU.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Atendida.			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
79	201108948	Item 4.1.1.1 Rec. 002	22.019 /2011/CGU-R/SC
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Observar os requisitos legais para enquadramento das aquisições como dispensa em razão dos elementos fáticos presentes e que determinem a adequação à outra modalidade licitatória ou de inexigibilidade.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Hospital Universitário Professor Polydoro Ernani de São Thiago			15130
Justificativa para o seu não Cumprimento			
<u>Posição em out/2012, informada no Plano de Providências encaminhado à CGU-R/SC:</u>			
Para reforçar orientação informal anterior, a Diretoria de Administração do HU, por meio do Memorando n.º 156/2012-DA (cópia anexa), determinou à Divisão de Administração (DAD) que adote procedimentos visando à observância dos requisitos legais previstos na Lei n.º 8.666/1993, quando das aquisições de bens e serviços para este Hospital Universitário, notadamente em casos semelhantes ao que fundamentaram as Recomendações 001 e 002 referentes à Constatação 036 do Relatório de Auditoria n.º 201108948-HU.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Atendida.			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
80	201203109	Item 9.1.2.2 Rec. 001	Ofício 23307/2012/cgu-r/sc
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Revisar os indicadores de desempenho do HU, no sentido de que possam ser efetivamente empregados nas tomadas de decisões gerenciais e contemplem adequadas complexidade, aferibilidade, economicidade e utilidade.			
Providências Adotadas			

Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Hospital Universitário Professor Polydoro Ernani de São Thiago	15130
Justificativa para o seu não Cumprimento	
<u>Posição em out/2012, informada no Plano de Providências encaminhado à CGU-R/SC:</u>	
<p>Todo e qualquer indicador só cumpre os seus objetivos quando utilizados adequadamente dentro de uma política de planejamento seja ele tático, operacional ou estratégico. No âmbito do Hospital Universitário ultimamente os indicadores financeiros e de custo tem servido muito bem para tomadas de decisões táticas, ou seja: decisões com órgão gestores como a Secretaria de Saúde Municipal e Estadual ou mesmo na elaboração de estudos de custo benefício para diversas áreas do Hospital interessadas em calcular seus custos ou desempenho financeiro.</p> <p>Como podemos verificar a abrangência da tomada de decisão se restringe somente aos aspectos táticos e com excelentes resultados junto a Serviço de Controle Financeiro, Diretoria de Administração e Direção Geral do Hospital Universitário. Os indicadores financeiros e de custos com o conjunto de informações do Relatório de Análise de Custos, foram muito utilizados nas seguintes tomadas decisões no âmbito tático e operacional:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Viabilidade do fechamento temporário da Emergência do HU/UFSC para reforma; • Empréstimo da estrutura da Clínica Médica do HU/UFSC para Secretaria de Estado da Saúde; • Elaboração da contratualização junto SES/SC; • Implantação do procedimento transplante de fígado no HU/UFSC; • Implantação do Procedimento transplante de córnea no HU/UFSC; • Implantação da cirurgia de cataratas no HU/UFSC; • Custo da realização de exames extra contratualização; • Custo de produção X Custo de mercado do kg roupa lavado na lavanderia. <p>Estes indicadores estão dando boa resposta, pois estão em comum acordo como modelo de gestão hora em execução. Novos indicadores só serão desenvolvidos e ou refinados a medida que o planejamento ocorra nos demais níveis, operacional e estratégico, servindo para medir as metas estipuladas em cada "ação estratégica". Se nos reportarmos como um exemplo ao "Plano 2012", que foi o último macro programa de gestão implantado, teríamos duas ações estratégicas preponderantes: aumentar o faturamento total do Hospital e racionalizar o custo total do HU/UFSC.</p> <p>Nesta aplicação de macro programas existe a necessidade de se estabelecer novas atividades e processos, que por sua vez estarão em consonância com as ações acima. Neste caso, os indicadores de custos e financeiros iriam ser calculados periodicamente, comparados aos de períodos anteriores, servindo de base para uma análise, propondo correções, manutenção ou aprimoramento das ações.</p> <p>Novos indicadores também só poderão ser criados ou aprimorados, a medida que estas ações sejam executadas e se tornem mais complexas. Portanto não vemos a possibilidade de uma melhor utilização ou criação de novos indicadores sem a implementação de macro programas de gestão no âmbito do Hospital Universitário.</p> <p>Mas quando se fala em "macro programas de gestão" não se fala somente nos planos como a "acreditação" e os programas de "qualidade em saúde", que também se utilizam de indicadores. Voltado para estes é intenção do Diretor Geral do HU/UFSC, implantar em breve um programa de "acreditação hospitalar em saúde" com certificação da ONA – Organização Nacional de Acreditação, com apoio logístico e intensivo da área de TI - tecnologia da informação.</p> <p>Neste sentido está sendo desenvolvido no âmbito dos Hospitais Universitários Federais de todo o Brasil o AGHU - Aplicativo de Gestão Para os Hospitais Universitários do Ministério da Educação. Este aplicativo dará suporte a todas estas atividades sejam elas de ordem administrativas, de base, de diagnóstico e tratamento, ou de atividade fim. De posse deste grande banco que compões o AGHU, que inclusive já possui uma série de indicadores de gestão voltados ao MEC, novos indicadores poderão ser processados. Porém para sua implantação necessita-se de recurso humanos e financeiros que precisam ser incorporados a medida que sejam disponibilizados pelo Governo Federal</p> <p>Pode-se concluir então, que os atuais indicadores suprem bem as necessidades do Hospital Universitário da UFSC. Estes são criados de acordo com a necessidade e modelo de gestão administrativa implantada na instituição. Em breve com a implantação da acreditação hospitalar novos indicadores serão criados de acordo com a velocidade desta implantação e sua utilização também será mais efetiva.</p>	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	
<p>Não houve mudanças no processo de gestão, portanto não houve revisão dos indicadores de desempenho do HU e o os indicadores utilizados continuam sendo os mesmos. Quanto a efetividade nas tomadas de decisões gerenciais foram aprimorações nos cálculos e no programa AGHU que em breve vai ser aplicado no âmbito do Hospital Universitário. Todo plano de centro de custos e a alocação dos custos está sendo revista para dar suporte ao novo sistema de informações. Quanto à complexidade, aferibilidade, economicidade e novas utilidades dos indicadores, não houve mudanças, devido também a não implementação de novas ferramentas que fomentam o processo de gestão.</p> <p>Fatores Positivos: podemos citar mudança dos gestores empossados em novembro de 2012 com promessa da implantação dos Programas de Acreditação Hospitalar e Planejamento Estratégico, criando um novo ambiente voltado para gestão. Este novo ambiente necessitará de novos indicadores mais precisos e mais complexos para fazer sua aferição. Outro pontos favorável é a tecnologia disponível para cálculos de novos indicadores que terão que ser criados e aprimorados sob demanda. Pontos Negativos: A cultura de gestão em prática que utiliza os indicadores atuais somente</p>	

para decisões no âmbito do planejamento operacional, onde estes indicadores são mais que suficientes para as tomadas de decisão.

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
81	201203109	Item 9.1.3.2 Rec. 001	Ofício 23307/2012/cgu-r/sc
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Realizar estudo de lotação ideal na área de TI do HU e envidar esforços no sentido de conferir estrutura adequada ao respectivo quadro de pessoal permanente.			
Providências Adotadas			
Sector Responsável pela Implementação			Código SIORG
Hospital Universitário Professor Polydoro Ernani de São Thiago			15130
Justificativa para o seu não Cumprimento			
<p><u>Posição em out/2012, informada no Plano de Providências encaminhado à CGU-R/SC:</u></p> <p>No período de 15 a 19 de outubro, servidores do HU, do setor de TI e de outras áreas, participarão do programa de integração, migração e implantação dos módulos Internação, Cadastro de Pacientes, Servidor, Prescrição Médica, Farmácia e Estoque, no HCPA em Porto Alegre/RS, que visa a implantação do Aplicativo de Gestão para os Hospitais Universitários (AGHU), proposto pelo Ministério da Educação, no HU/UFSC. A partir dos desdobramentos deste momento, ao confrontarmos o estudo existente de necessidades de recursos humanos com a demanda a ser atendida, será feita uma reformulação do estudo e encaminhado à Secretaria de Gestão de Pessoas (SEGESP), em subsídio à planilha “Requerimento de Servidor”, enviada ao DDPP/PRDHS em 2011 e reenviada ao mesmo órgão em fevereiro/2012, atualizada em agosto/2012 e encaminhada novamente, por meio do Memorando n.º 38/DG-HU/2012 dirigido à SEGESP.</p> <p>Por sua vez, por intermédio da Portaria n.º 1580/2012/2012, de 10/10/2012, foi constituído o Grupo de Trabalho de Diagnóstico e Dimensionamento Prospectivo dos Servidores Técnico-Administrativos em Educação da UFSC, estabelecendo-se o prazo para conclusão de seus trabalhos até o dia 31/03/2013.</p> <p>Estes procedimentos demonstram que estão sendo adotadas atitudes para atendimento a essa recomendação.</p>			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Precisa haver lotação, por parte da SEGESP/UFSC, de servidores com graduação em Sistema de Informações no Hospital Universitário. Torna-se imprescindível a conclusão dos trabalhos do Grupo de Trabalho de Diagnóstico e Dimensionamento Prospectivo dos Servidores Técnico-Administrativos em Educação da UFSC, com previsão para concluir seus trabalhos em 31/05/2013.			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
82	201203109	Item 9.1.3.3 Rec. 001	Ofício 23307/2012/cgu-r/sc
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Definir uma área específica dentro do HU que seja responsável por lidar estrategicamente com segurança da informação, formalizando um comitê gestor de segurança e estabelecendo uma política de segurança da informação.			
Providências Adotadas			
Sector Responsável pela Implementação			Código SIORG
Hospital Universitário Professor Polydoro Ernani de São Thiago			15130
Justificativa para o seu não Cumprimento			
<p><u>Posição em out/2012, informada no Plano de Providências encaminhado à CGU-R/SC:</u></p> <p>No período de 15 a 19 de outubro, servidores do HU, do setor de TI e de outras áreas, participaram do programa de integração, migração e implantação dos módulos Internação, Cadastro de Pacientes, Servidor, Prescrição Médica, Farmácia e Estoque, no HCPA em Porto Alegre/RS, que visa a implantação do Aplicativo de Gestão para os Hospitais Universitários (AGHU), proposto pelo Ministério da Educação, no HU/UFSC. A partir dos desdobramentos deste momento, ao confrontarmos o estudo existente de necessidades de recursos humanos com a demanda a ser atendida,</p>			

será feita uma reformulação do estudo e encaminhado à Secretaria de Gestão de Pessoas (SEGESP), em subsídio à planilha “Requerimento de Servidor”, enviada ao DDPP/PRDHS em 2011 e reenviada ao mesmo órgão em fevereiro/2012, atualizada em agosto/2012 e encaminhada novamente, por meio do Memorando n.º 38/DG-HU/2012 dirigido à SEGESP.

Por sua vez, por intermédio da Portaria n.º 1580/2012/2012, de 10/10/2012, foi constituído o Grupo de Trabalho de Diagnóstico e Dimensionamento Prospectivo dos Servidores Técnico-Administrativos em Educação da UFSC, estabelecendo-se o prazo para conclusão de seus trabalhos até o dia 31/03/2013.

Atualmente, não existe profissional no HU com suficiente conhecimento nesta área. Por conta do exposto, enquanto não forem supridas as necessidades de recursos humanos para TI e a capacitação do profissional do quadro de servidores a ser contratado, visando atender a esta recomendação, foi incluído no Processo n.º 23080.044288/2012-29, referente à contratação de prestação de serviços terceirizados de TI, a inclusão de um analista em segurança da informação, com os seguintes pré-requisitos:

01 Analista em Segurança da Informação: Em regime de 40 horas semanais, sendo 8 horas diárias 5 dias na semana, com as seguintes atribuições: ter experiência de no mínimo 05 anos na área de Redes, sendo graduado ou tecnólogo em processamento de dados e no mínimo com Pós-graduação em Redes e segurança de dados, com as seguintes características: Com conhecimento das tecnologias que protegem a instituição da ação de pessoas mal-intencionadas (denominadas hackers e crackers), principalmente, por meio de spywares e vírus além de qualquer tipo de espionagem. Este profissional deverá estar gabaritado a criar, manter e difundir mecanismos que visam proteger a integridade de dados sigilosos, contra aquisições inapropriadas e fraudes. Este deverá ater-se totalmente ao documento emitido pela ABNT (Associação Brasileira de Normas Técnicas) na NBR ISO/IEC 17799. Este profissional deverá compreender que a Segurança da Informação consiste na “proteção da informação de vários tipos de ameaças para garantir a continuidade do negócio do HU, minimizando o risco ao negócio, maximizando o retorno sobre os investimentos e as oportunidades de negócio”. Também deverá atuar diligentemente no sentido de auxiliar o Comitê Gestor de Segurança da Informação do HU a criar políticas de acesso, a estipulação de processos e procedimentos que resguardem a integridade dos dados armazenados a consolidação de estruturas organizacionais bem definidas e a implementação de funções de software e hardware. Também deverá providenciar que estes recursos sejam monitorados, analisados criticamente e aperfeiçoados com o objetivo de minimizar ao máximo qualquer brecha na segurança e gestão informacional, assegurando que os objetivos de negócio sejam alcançados. Este profissional deve prevenir que dados sigilosos sejam roubados ou vazem para fora da instituição tendo como missão principal assegurar a disponibilidade dos recursos informacionais e resguardar a integridade das informações garantindo a confidencialidade do conteúdo. Também deverá atuar com a elaboração de planos estratégicos que resguardem os dados e informações, a auditoria de sistemas informatizados e o monitoramento e controle de políticas de segurança. Deverá proceder com ações voltadas para a educação corporativa relacionada à segurança computacional e até o desenvolvimento de produtos e serviços. Espera-se deste profissional a realização de estudos de maneira que assegurem a integridade de informações incluindo até mesmo a perícia forense, sendo que deverá busca evitar que o HU/UFSC seja vítima daquilo que é denominado crime cibernético. Deve-se considerar que em última análise o dado protegido é sigiloso e de propriedade do Governo Federal. Também este profissional tem a tarefa de garantir a integridade de dados e sistemas, por consequência, das operações em níveis táticos e estratégicos, criando mecanismos que facilitem o controle de acesso e movimentos das informações.

Com a contratação deste profissional poderemos dar início a construção e implementação das políticas recomendadas, bem como a nomeação de um comitê gestor de segurança onde este profissional funcionará como consultor. Também estamos viabilizando um espaço físico para que este possa trabalhar e dar andamento às demandas que surgirem.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Precisa haver lotação, por parte da SEGESP/UFSC, de servidores com graduação em Sistema de Informações no Hospital Universitário. Torna-se imprescindível a conclusão dos trabalhos do Grupo de Trabalho de Diagnóstico e Dimensionamento Prospectivo dos Servidores Técnico-Administrativos em Educação da UFSC, com previsão para concluir seus trabalhos em 31/05/2013.

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
83	201203109	Item 9.1.3.4 Rec. 001	Ofício 23307/2012/cgu-r/sc
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Formalizar os responsáveis pela elaboração e aprovação do PDTI, bem como formalizar um comitê diretivo para a área de TI.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG

Hospital Universitário Professor Polydoro Ernani de São Thiago			15130
Justificativa para o seu não Cumprimento			
<u>Posição em out/2012, informada no Plano de Providências encaminhado à CGU-R/SC:</u>			
<p>Parte desta recomendação foi atendida com a emissão da Portaria n.º 140/DG-HU/2012, de 26/07/2012, designando o Comitê Gestor de Tecnologia da Informação do Hospital Universitário. Este Comitê definirá a sua forma de atuação e as suas atribuições específicas, bem como os critérios para a elaboração e a aprovação do Plano Diretor de Tecnologia da Informação (PDTI). A elaboração do PDTI está condicionada à conclusão do trabalho desse Comitê Gestor de TI.</p> <p>No período de 15 a 19 de outubro, servidores do HU, do setor de TI e de outras áreas, participarão do programa de integração, migração e implantação dos módulos Internação, Cadastro de Pacientes, Servidor, Prescrição Médica, Farmácia e Estoque, no HCPA em Porto Alegre/RS, que visa a implantação do AGHU, proposto pelo Ministério da Educação, no HU/UFSC. Nesses encontros, serão evidenciadas as necessidades do HU em informática, que subsidiaram o Comitê Gestor de TI em suas atividades.</p>			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
O Comitê Gestor de TI, designado por meio da Portaria 140/DG-HU/2012, do mês de junho de 2012, ainda não definiu a sua forma de atuação e suas atribuições específicas.			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
84	201203109	Item 9.1.4.1 Rec. 001	Ofício 23307/2012/cgu-r/sc
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Verificar quais são os itens adquiridos com maior volume ou regularidade pela Unidade e identificar, conforme a natureza desses itens (materiais, serviços, obras), que requisitos previstos nos artigos 4º, 5º e 6º da IN 01/10 SLTI/MPOG podem ser consideradas nas aquisições.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Hospital Universitário Professor Polydoro Ernani de São Thiago			15130
Justificativa para o seu não Cumprimento			
<u>Posição em out/2012, informada no Plano de Providências encaminhado à CGU-R/SC:</u>			
<p>Nos termos de referência para as aquisições da área de TI, já está sendo seguido o procedimento de exigir que as empresas que forneçam insumos ou componentes para esta área tenham adotado a diretiva ROHS, nos procedimentos associados a TI-Verde. No tocante ao material de enfermagem, no âmbito da Comissão Permanente de Materiais de Assistência (CPMA), a questão foi informalmente e insipidamente discutida. Em relação as demais áreas do HU o debate sobre o tema ainda não evoluiu. Identificamos a necessidade de implantação de uma política de responsabilidade e sustentabilidade ambiental (prazo 31/12/2013)</p>			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
<p>A sobrecarga de trabalho, a deficiência de servidores e o atendimento às necessidades prementes, tem prejudicado a observância na aquisição de bens e serviços que atendam a sustentabilidade ambiental.</p> <p>Torna-se imprescindível a conclusão dos trabalhos do Grupo de Trabalho de Diagnóstico e Dimensionamento Prospectivo dos Servidores Técnico-Administrativos em Educação da UFSC, com previsão para concluir seus trabalhos em 31/05/2013.</p>			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
85	201203109	Item 9.1.4.1 Rec. 002	Ofício 23307/2012/cgu-r/sc
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Identificados os itens referidos na Recomendação 1, realizar pesquisa para identificar se existe número razoável de fornecedores que atendem aos requisitos, ainda que parcialmente, da referida IN.			
Providências Adotadas			

Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Hospital Universitário Professor Polydoro Ernani de São Thiago			15130
Justificativa para o seu não Cumprimento			
<u>Posição em out/2012, informada no Plano de Providências encaminhado à CGU-R/SC:</u>			
Para atendimento a esta recomendação há a necessidade de ser antes concluída a implementação da “Recomendação 001” desta constatação (020), com prazo previsto para 31/12/2013.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
A sobrecarga de trabalho, a deficiência de servidores e o atendimento às necessidades prementes, tem prejudicado a observância na aquisição de bens e serviços que atendam a sustentabilidade ambiental. Torna-se imprescindível a conclusão dos trabalhos do Grupo de Trabalho de Diagnóstico e Dimensionamento Prospectivo dos Servidores Técnico-Administrativos em Educação da UFSC, com previsão para concluir seus trabalhos em 31/05/2013.			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
86	201203109	Item 9.1.4.1 Rec. 003	Ofício 23307/2012/cgu-r/sc
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Antes de cada aquisição de itens referidos na Recomendação 1, verificar se os preços ofertados pelos fornecedores, cujos produtos e serviços atendem aos requisitos ambientais, estão situados numa média de mercado.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Hospital Universitário Professor Polydoro Ernani de São Thiago			15130
Justificativa para o seu não Cumprimento			
<u>Posição em out/2012, informada no Plano de Providências encaminhado à CGU-R/SC:</u>			
Para atendimento a esta recomendação há a necessidade de ser antes concluída a implementação da “Recomendação 001” desta constatação (020), com prazo previsto para 31/12/2013.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
A sobrecarga de trabalho, a deficiência de servidores e o atendimento às necessidades prementes, tem prejudicado a observância na aquisição de bens e serviços que atendam a sustentabilidade ambiental. Torna-se imprescindível a conclusão dos trabalhos do Grupo de Trabalho de Diagnóstico e Dimensionamento Prospectivo dos Servidores Técnico-Administrativos em Educação da UFSC, com previsão para concluir seus trabalhos em 31/05/2013.			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
87	201203109	Item 9.1.4.1 Rec. 004	Ofício 23307/2012/cgu-r/sc
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
De posse das informações obtidas nas Recomendações 1, 2 e 3, acima, organizar os processos de compra dos referidos itens, decidindo pela exigência dos critérios ambientais sempre que sua inclusão não prejudique a qualidade, a competitividade e a economicidade das aquisições.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Hospital Universitário Professor Polydoro Ernani de São Thiago			15130
Justificativa para o seu não Cumprimento			
<u>Posição em out/2012, informada no Plano de Providências encaminhado à CGU-R/SC:</u>			
Para atendimento a esta recomendação há a necessidade de ser antes concluída a implementação das “Recomendações 001, 002 e 003” desta constatação (020), com prazo previsto para 31/12/2013.			

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
A sobrecarga de trabalho, a deficiência de servidores e o atendimento às necessidades prementes, tem prejudicado a observância na aquisição de bens e serviços que atendam a sustentabilidade ambiental. Torna-se imprescindível a conclusão dos trabalhos do Grupo de Trabalho de Diagnóstico e Dimensionamento Prospectivo dos Servidores Técnico-Administrativos em Educação da UFSC, com previsão para concluir seus trabalhos em 31/05/2013.			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
88	201203109	Item 9.1.4.1 Rec. 005	Ofício 23307/2012/cgu-r/sc
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Estender a implementação da rotina descrita nas Recomendações 1 a 4 aos demais itens de compra da Unidade.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Hospital Universitário Professor Polydoro Ernani de São Thiago			15130
Justificativa para o seu não Cumprimento			
<u>Posição em out/2012, informada no Plano de Providências encaminhado à CGU-R/SC:</u>			
Para atendimento a esta recomendação há a necessidade de ser antes concluída a implementação da “Recomendação 001” desta constatação (020), com prazo previsto para 31/12/2013.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
A sobrecarga de trabalho, a deficiência de servidores e o atendimento às necessidades prementes, tem prejudicado a observância na aquisição de bens e serviços que atendam a sustentabilidade ambiental. Torna-se imprescindível a conclusão dos trabalhos do Grupo de Trabalho de Diagnóstico e Dimensionamento Prospectivo dos Servidores Técnico-Administrativos em Educação da UFSC, com previsão para concluir seus trabalhos em 31/05/2013.			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
89	201203109	Item 9.1.4.2 Rec. 001	Ofício 23307/2012/cgu-r/sc
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Estruturar plano de funcionamento (operacional) para a reciclagem de resíduos comuns (papel, papelão, vidro, metal) de todas as áreas do Hospital, levantando as providências (ações e custos) necessárias ao seu adequado funcionamento.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Hospital Universitário Professor Polydoro Ernani de São Thiago			15130
Justificativa para o seu não Cumprimento			
<u>Posição em out/2012, informada no Plano de Providências encaminhado à CGU-R/SC:</u>			
A Comissão de Controle de Infecção Hospitalar (CCIH) do HU, a quem também cabe a coordenação do descarte dos resíduos recicláveis, encaminhou à Direção Geral do HU um plano (cópia anexa) para melhorias na coleta de resíduos, que estará sendo avaliado pela Nova Direção Geral. Para que haja efetividade no processo de separação dos resíduos recicláveis se faz necessária a construção de um depósito apropriado. Prazo: 30/06/2013			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Segundo a Secretaria de Planejamento e Finanças, está em curso a institucionalização do Núcleo de Processamento de Resíduos da UFSC. Esta iniciativa visa não somente atender as demandas relacionadas aos resíduos sólidos, mas também gerenciar o processo de adequação dos setores para segregação na origem, estabelecimento da logística de transporte para o setor de triagem e estabelecimento de parceria com o poder municipal para a coleta. Está em fase de elaboração o plano de gestão de resíduos a ser legitimado pela instituição, estabelecendo a forma, os procedimentos e os			

equipamentos a serem padronizados na UFSC para atender à IN 01.			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
90	201203109	Item 9.1.4.2 Rec. 002	Ofício 23307/2012/cgu-r/sc
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Viabilizar local adequado para armazenagem e separação dos resíduos recicláveis comuns.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Hospital Universitário Professor Polydoro Ernani de São Thiago			15130
Justificativa para o seu não Cumprimento			
<p><u>Posição em out/2012, informada no Plano de Providências encaminhado à CGU-R/SC:</u></p> <p>Os projetos arquitetônico e complementares para um local de armazenagem já foram elaborados, todavia, para serem garimpados os recursos financeiros, há necessidade que antes haja uma definição do Plano Diretor da UFSC e que se estabeleça uma área para a sua localização. O assunto está sendo debatido com as áreas técnicas da UFSC. Prazo: 31/12/2013</p>			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Segundo a Secretaria de Planejamento e Finanças, está em curso a institucionalização do Núcleo de Processamento de Resíduos da UFSC. Esta iniciativa visa não somente atender as demandas relacionadas aos resíduos sólidos, mas também gerenciar o processo de adequação dos setores para segregação na origem, estabelecimento da logística de transporte para o setor de triagem e estabelecimento de parceria com o poder municipal para a coleta. Está em fase de elaboração o plano de gestão de resíduos a ser legitimado pela instituição, estabelecendo a forma, os procedimentos e os equipamentos a serem padronizados na UFSC para atender à IN 01.			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
91	201203109	Item 9.1.4.2 Rec. 003	Ofício 23307/2012/cgu-r/sc
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Enquanto as atuais restrições de espaço e outras não sejam solucionadas, identificar e implementar possíveis medidas, mesmo que provisórias, que promovam um aumento do volume de resíduos separados para reciclagem.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Hospital Universitário Professor Polydoro Ernani de São Thiago			15130
Justificativa para o seu não Cumprimento			
<p><u>Posição em out/2012, informada no Plano de Providências encaminhado à CGU-R/SC:</u></p> <p>No Relatório de Auditoria 201203109 (Prestação de Contas do HU – 2011) já é noticiado que o hospital vem realizando a separação dos resíduos recicláveis comuns de forma precária. Entretanto, por não contar com local apropriado para depósito, parte significativa destes resíduos acabam tendo o mesmo destino dos resíduos normais. A área de TI implantou um sistema de coleta de lixo eletrônico, onde através de um container armazena e após determinado tempo encaminha todo tipo de componente descartado, excetuando-se bens tombados, a uma empresa especializada no recolhimento deste tipo de material. Dentre estes materiais destacam-se placas de memória, placas mães, unidades fusoras, discos rígidos, fontes de alimentação, etc.</p> <p>Para que haja efetividade no processo de separação dos resíduos recicláveis se faz necessária a construção de um depósito apropriado. Prazo: 31/12/2013</p>			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Segundo a Secretaria de Planejamento e Finanças, está em curso a institucionalização do Núcleo de Processamento de Resíduos da UFSC. Esta iniciativa visa não somente atender as demandas relacionadas aos resíduos sólidos, mas também gerenciar o processo de adequação dos setores para segregação na origem, estabelecimento da logística de			

transporte para o setor de triagem e estabelecimento de parceria com o poder municipal para a coleta. Está em fase de elaboração o plano de gestão de resíduos a ser legitimado pela instituição, estabelecendo a forma, os procedimentos e os equipamentos a serem padronizados na UFSC para atender à IN 01.

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
92	201203109	Item 11.1.1.1 Rec. 001	Ofício 23307/2012/cgu-r/sc
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Avaliar, caso a caso, todos os empenhos inscritos em Restos a Pagar não Processados em 31/12/2011, incluindo os relacionados no campo fato, a fim de proceder à devida anulação e readequação orçamentária quando cabíveis.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Hospital Universitário Professor Polydoro Ernani de São Thiago			15130
Justificativa para o seu não Cumprimento			
<u>Posição em out/2012, informada no Plano de Providências encaminhado à CGU-R/SC:</u>			
Informamos que os Empenhos Inscritos em Restos a Pagar não Processados em 31/12/2011, que se encontram em desacordo com os artigos 30 e 35 do Decreto n.º 93872/1986, foram analisados pela Diretoria de Administração. No dia 25/09/2012, foi promovida uma reunião com todas as unidades responsáveis pelos materiais/serviços empenhados em Restos a Pagar, para que fosse gerenciado urgentemente junto às empresas o devido fornecimento dos materiais/serviços, para a liquidação das despesas no exercício de 2012. Ao mesmo tempo foi solicitado que relacionassem os empenhos que não seriam passíveis de liquidação, para que fossem providenciadas as devidas anulações.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
A Direção do HU está tomando as providências para liquidar, até 30/06/2013, os empenhos relacionados em Restos a Pagar não Processados em 31/12/2011, exceto os empenhos das duas reformas (RX/SPP/S.Social e Laboratório TOXEM) que serão iniciadas entre fevereiro e março/2013 das empresas AZ Serviços e Artello.			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
93	201203109	Item 11.1.1.1 Rec. 002	Ofício 23307/2012/cgu-r/sc
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Inscrever em Restos a Pagar não Processados somente os empenhos cuja inscrição respeite os artigos 30 e 35, combinados, do Decreto 93.872/86.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Hospital Universitário Professor Polydoro Ernani de São Thiago			15130
Justificativa para o seu não Cumprimento			
<u>Posição em out/2012, informada no Plano de Providências encaminhado à CGU-R/SC:</u>			
Diante dos fatos ocorridos em 2011, quanto aos Restos a Pagar não Processados, estão sendo revistos os processos de aquisições de bens e serviços de 2012, para que não venham a ocorrer estes procedimentos para o exercício de 2013, e que seja atendido ao que normatiza o Decreto n.º 93872/1986.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não foram identificados fatores positivos e negativos			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
94	201203109	Item 12.1.1.1 Rec. 001	Ofício 23307/2012/cgu-r/sc
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG

Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Proceder à implementação de um sistema de controle de frequência efetivamente eficaz em que a leitura dos dados de entrada e de saída da instituição sejam efetuadas por mecanismos confiáveis, como o proporcionado pelos dados biométricos do servidor.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Hospital Universitário Professor Polydoro Ernani de São Thiago			15130
Pró-Reitoria de Desenvolvimento Humano e Social			26115
Secretaria de Gestão de Pessoas			26115
Justificativa para o seu não Cumprimento			
<u>Posição em out/2012, informada no Plano de Providências encaminhado à CGU-R/SC:</u>			
<u>Informação do HU:</u> O HU é um órgão suplementar da UFSC vinculado diretamente ao Reitor. A decisão sobre a implementação de controle de frequência é uma decisão institucional. O HU tem a preocupação com o cumprimento da jornada de trabalho na instituição, por não possuir um mecanismo que possa gerenciar a questão dos outros vínculos. Para os profissionais da área da saúde, que realizam procedimentos no HU (consultas, exames, cirurgias ...) o Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES) cruza as informações do servidor em seus diferentes vínculos, emitindo crítica, impedindo cobranças dos procedimentos até a regularização do caso. A gestão 2012-2016 considera prioridade a implementação de uma política de gestão de pessoas em consonância com a SEGESP e para tanto necessita reestruturar a Divisão Auxiliar de Pessoal, ampliando e capacitando o seu quadro funcional.			
<u>Informação da SEGESP:</u> Foi constituída uma Comissão para Diagnóstico e Dimensionamento Prospectivo, que deverá concluir os seus trabalhos em 31/05/2013 e propor uma forma efetiva de controle.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
<u>Informação do HU:</u>			
Torna-se imprescindível a conclusão dos trabalhos do Grupo de Trabalho de Diagnóstico e Dimensionamento Prospectivo dos Servidores Técnico-Administrativos em Educação da UFSC, com previsão para concluir seus trabalhos em 31/05/2013.			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
95	201203109	Item 12.1.1.1 Rec. 002	Ofício 23307/2012/cgu-r/sc
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Proceder à verificação da capacidade de cada chefia imediata em realmente aferir o cumprimento de jornada dos servidores sob sua supervisão a fim de que esse controle não se torne uma peça inócua.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Hospital Universitário Professor Polydoro Ernani de São Thiago			15130
Pró-Reitoria de Desenvolvimento Humano e Social			26115
Secretaria de Gestão de Pessoas			26115
Justificativa para o seu não Cumprimento			
<u>Posição em out/2012, informada no Plano de Providências encaminhado à CGU-R/SC:</u>			
<u>Informação do HU:</u> A estrutura organizacional do HU data de 1996. O HU tem aumentado sua capacidade instalada e a complexidade dos atendimentos e procedimentos e a maioria dos serviços e unidades funcionam de forma ininterrupta. Necessitamos aprimorar um modelo de dimensionamento de pessoal e buscar mecanismos que auxiliem as chefias na verificação do cumprimento da jornada de trabalho dos servidores, mapeando processos, estabelecendo metas, buscando fixar o servidor em seu ambiente de trabalho motivado e comprometido com a instituição.			
<u>Informação da SEGESP:</u> Será encaminhado memorando circular às chefias das unidades administrativas e acadêmicas para que permaneça realizando o controle de frequência de forma efetiva e informem as ocorrências verificadas.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
<u>Informação do HU:</u>			
Torna-se imprescindível a conclusão dos trabalhos do Grupo de Trabalho de Diagnóstico e Dimensionamento			

Prospectivo dos Servidores Técnico-Administrativos em Educação da UFSC, com previsão para concluir seus trabalhos em 31/05/2013.

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
96	201203109	Item 12.1.1.1 Rec. 003	Ofício 23307/2012/cgu-r/sc
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Proceder à informatização dos dados de vínculos acumulados pelos servidores, de modo a permitir confiabilidade e agilidade na detecção de irregularidades e a consequente regularização.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Hospital Universitário Professor Polydoro Ernani de São Thiago			15130
Pró-Reitoria de Desenvolvimento Humano e Social			26115
Secretaria de Gestão de Pessoas			26115
Justificativa para o seu não Cumprimento			
<u>Posição em out/2012, informada no Plano de Providências encaminhado à CGU-R/SC:</u>			
<u>Informação do HU:</u> Para implementar uma política de gestão de pessoas o HU necessita reestruturar a Divisão Auxiliar de Pessoal, ampliando e capacitando o seu quadro funcional, sendo esta uma prioridade da gestão 2012-2016.			
<u>Informação da SEGESP:</u> Será desenvolvido no sistema ADRH um campo para informações sobre os vínculos ou a criação de outra sistemática de informação no prazo de 120 dias.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
<u>Informação do HU:</u>			
Dependendo do desenvolvimento no sistema ADRH, pela SEGESP, de um campo para informações sobre os vínculos ou a criação de outra sistemática de informação			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
97	201203109	Item 12.1.1.1 Rec. 004	Ofício 23307/2012/cgu-r/sc
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Proceder ao levantamento estatístico de afastamentos que tenham por iniciativa tratamento da própria saúde, decorrentes de sobrecarga de trabalho em vínculos acumulados. Faculta-se a utilização da unidade SIASS para obtenção desse levantamento.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Hospital Universitário Professor Polydoro Ernani de São Thiago			15130
Pró-Reitoria de Desenvolvimento Humano e Social			26115
Secretaria de Gestão de Pessoas			26115
Justificativa para o seu não Cumprimento			
<u>Posição em out/2012, informada no Plano de Providências encaminhado à CGU-R/SC:</u>			
<u>Informação do HU:</u> A política de gestão de pessoas a ser implantada deve contemplar esta demanda e buscar maior aproximação com o SIASS.			
<u>Informação da SEGESP:</u> Serão utilizadas as informações do SIASS Net e caso não estejam todas disponíveis se desenvolverá mecanismos para coletar as informações num prazo de 120 dias.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
<u>Informação do HU:</u>			
Dependendo do desenvolvimento de mecanismo, pela SEGESP, para coletar as informações, caso as existentes no SIASS Net se mostrem inconsistentes.			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida

98	201203109	Item 12.1.1.1 Rec. 005	Ofício 23307/2012/cgu-r/sc
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Proceder aos descontos proporcionais nas remunerações dos servidores que deixarem de cumprir as jornadas de trabalho às quais estão sujeitas, pagando-se somente pelas horas efetivamente trabalhadas.			
Providências Adotadas			
Sector Responsável pela Implementação			Código SIORG
Hospital Universitário Professor Polydoro Ernani de São Thiago			15130
Pró-Reitoria de Desenvolvimento Humano e Social			26115
Secretaria de Gestão de Pessoas			26115
Justificativa para o seu não Cumprimento			
<u>Posição em out/2012, informada no Plano de Providências encaminhado à CGU-R/SC:</u>			
<u>Informação do HU:</u> A política de gestão de pessoas a ser instituída pela GESTÃO 2012-2016 deve prever ampla discussão sobre a jornada de trabalho, tendo como base o dimensionamento de pessoal e o mapeamento de processos, para atendimento às necessidades da instituição. A implementação desta recomendação dependerá, também, da definição da política de controle de frequência a ser implantada pela Administração Central da UFSC.			
<u>Informação da SEGESP:</u> Atualmente as faltas informadas já são descontadas. A utilização de formas mais efetivas de controle de frequência deverá contribuir para resolver possíveis falhas.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
<u>Informação da SEGESP:</u> Os descontos são efetuados mediante Boletim de Frequência.			
<u>Informação do HU:</u> Torna-se imprescindível a conclusão dos trabalhos do Grupo de Trabalho de Diagnóstico e Dimensionamento Prospectivo dos Servidores Técnico-Administrativos em Educação da UFSC, com previsão para concluir seus trabalhos em 31/05/2013.			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
99	201203109	Item 12.1.1.1 Rec. 006	Ofício 23307/2012/cgu-r/sc
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Proceder à implantação de mecanismos de detecção de atividades de administração e (ou) gerência privada pelos servidores da Instituição, inclusive na admissão, promovendo, se for o caso, recadastramento com todos os servidores ativos.			
Providências Adotadas			
Sector Responsável pela Implementação			Código SIORG
Hospital Universitário Professor Polydoro Ernani de São Thiago			15130
Pró-Reitoria de Desenvolvimento Humano e Social			26115
Secretaria de Gestão de Pessoas			26115
Justificativa para o seu não Cumprimento			
<u>Posição em out/2012, informada no Plano de Providências encaminhado à CGU-R/SC:</u>			
<u>Informação do HU:</u> Para implementar uma política de gestão de pessoas o HU necessita reestruturar a Divisão Auxiliar de Pessoal, ampliando e capacitando o seu quadro funcional, sendo esta uma prioridade da gestão 2012-2016.			
<u>Informação da SEGESP:</u> O recadastramento de servidores começará a ser realizado para fins instrumentação da Comissão de Dimensionamento. Em decorrência deverá ser procedida à coleta de informações sobre a acumulação de cargos.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
<u>Informação do HU:</u> A SEGESP fará novo recadastramento para detecção de atividades de administração e (ou) gerência privada pelos servidores da UFSC.			

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida	
100	201203109	Item 12.1.1.1 Rec. 007	Ofício 23307/2012/cgu-r/sc	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação				Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina				429
Descrição da Recomendação				
Proceder à instauração do competente procedimento disciplinar visando apurar as responsabilidades pelo exercício de atividade vedada pela legislação vigente, durante todo o exercício concomitante das atividades de administração ou gerência com as atribuições do cargo público.				
Providências Adotadas				
Sector Responsável pela Implementação				Código SIORG
Hospital Universitário Professor Polydoro Ernani de São Thiago				15130
Pró-Reitoria de Desenvolvimento Humano e Social				26115
Secretaria de Gestão de Pessoas				26115
Justificativa para o seu não Cumprimento				
<u>Posição em out/2012, informada no Plano de Providências encaminhado à CGU-R/SC:</u>				
<u>Informação do HU:</u> Medidas serão adotadas em consonância com a Secretaria de Gestão de Pessoas – SEGESP/UFSC.				
<u>Informação da SEGESP:</u> O procedimento disciplinar vem sendo realizado por meio do Processo Administrativo Disciplinar (PAD) pela Procuradoria Federal junto à UFSC, dando o direito de ampla defesa para os envolvidos. Em caso de comprovação é encaminhada a punição devidamente respaldada pelo PAD.				
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor				
<u>Informação da SEGESP:</u>				
Procedimento adotado de acordo com a legislação vigente.				
<u>Informação do HU:</u>				
A SEGESP informa que, detectada a ocorrência de exercício de atividade vedada pela legislação vigente, durante todo o exercício concomitante das atividades de administração ou gerência com as atribuições do cargo público, são adotadas ações para a instauração do competente procedimento disciplinar.				
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida	
101	201203109	Item 13.1.2.1 Rec. 001	Ofício 23307/2012/cgu-r/sc	
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação				Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina				429
Descrição da Recomendação				
Na hipótese de exigência de amostras de produtos licitados, exigir estas apenas da empresa classificada em primeiro lugar, inserindo no Edital, de forma objetiva, o que será verificado quando a amostra for analisada, bem como oferecendo prazo de apresentação de amostra que possa ser compatível com a realização de um Pregão Eletrônico de abrangência nacional.				
Providências Adotadas				
Sector Responsável pela Implementação				Código SIORG
Hospital Universitário Professor Polydoro Ernani de São Thiago				15130
Justificativa para o seu não Cumprimento				
<u>Posição em out/2012, informada no Plano de Providências encaminhado à CGU-R/SC:</u>				
Em auditoria recente realizada pelo TCU neste hospital, tivemos a oportunidade de discutir o assunto com os auditores Omar Sampaio Doria Chaves e Luiz Henrique Teixeira Ruiz, quando ficou constatada a inviabilidade de se alongar o prazo de entrega das amostras, bem como, a de se solicitar amostras apenas para o 1º colocado, sob pena de se exceder o prazo de validade das propostas de 60 dias. Desta forma, desde 21/06/12, as amostras, anteriormente solicitadas para todas as empresas, estão sendo, solicitadas apenas para as três primeiras colocadas, com tempo de remessa de cinco dias úteis. Entendemos ser este prazo suficiente ao cumprimento de envio das amostras. Verificaremos junto à Coordenadoria de Pregoeiros e Processos Licitatórios – CPPL a possibilidade de inclusão no edital de cláusula que permita a prorrogação do prazo de remessa das amostras, desde que devidamente justificado e mantido o princípio da igualdade. Medidas serão adotadas no sentido de implementarmos a avaliação técnica prévia dos produtos a serem adquiridos, criando um banco de marcas aprovadas, inicialmente para os materiais do grupo de assistência ao paciente e				

suprimentos de informática. Para os processos cujo objeto seja bens e suplementos de TI, já estamos conseguindo atender a Nota Técnica 04/2009 SEFTI/TCU, solicitamos amostras apenas para o menor preço. Todas as informações pertinentes forma inseridas no Instrumento Convocatório.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Somos um Hospital Universitário, e dentre os itens adquiridos por licitação, temos materiais relacionados diretamente com a assistência ao paciente. Esses materiais sofrem um rigoroso controle de qualidade por parte dos profissionais da enfermagem, visando assegurar a correta assistência e garantir a segurança no manuseio.

Para tanto, no momento da aceitação desses itens há a necessidade da solicitação de amostras visando garantir a eficácia da contratação. Na prática, o procedimento propicia ao gestor um contato inicial com o produto a ser adquirido, ou, na maioria dos casos, com uma unidade idêntica, em princípio, àquelas que serão entregues após a celebração do contrato. Nessa oportunidade, o gestor poderá proceder a uma avaliação do produto e/ou a uma gama de testes previamente definidos, com objetivo de verificar a aderência do produto ofertado aos requisitos de qualidade e desempenho estabelecidos no instrumento convocatório.

Na jurisprudência predominante do TCU (a exemplo das Decisões nº197/2000 e 1.237/2002 e dos Acórdãos nº 808/2003, 99/2005, 526/2005, todos do Plenário), para as modalidades licitatórias previstas na Lei nº 8.666/1993, esta Casa já consignava pela procedência da avaliação de amostras, condicionando-se que tal exigência fosse feita apenas ao licitante provisoriamente colocado em primeiro lugar, pois agir de modo diverso poderia encarecer o custo de participação dos licitantes no certame. Assim, se a amostra do licitante provisoriamente colocado em primeiro lugar fosse rejeitada pela Administração, seria necessário convocar o segundo colocado e ofertar-lhe novo tempo para fornecimento de sua amostra, e assim sucessivamente, o que acarreta o prolongamento do certame licitatório, divergindo da característica do pregão eletrônico.

No caso desse grupo de material licitado pelo HU-UFSC, o número de participantes por item, por vezes, perpassa a casa de 20 empresas licitantes. Ressalte-se que o número de itens em cada pregão gira em torno de 200 itens.

Diante do número de itens e empresas participantes e, visando dar celeridade aos pregões cujos materiais são de assistência ao paciente, temos a intenção de divulgar com o edital, a relação de marcas já aprovadas pela equipe de enfermagem para itens licitados anteriormente, com o propósito de informar aos licitantes as marcas que já passaram por realização de testes e que atendem as necessidades e especificações exigidas em edital.

No edital será informado também que para as marcas desconhecidas e/ou não aprovadas, será concedido um prazo para a apresentação de amostras e realização dos testes.

Após a fase de lances e, obedecendo a classificação das empresas no pregão, será identificado se a empresa de menor preço cotou marca já aprovada pelo HU-UFSC. Caso a marca cotada não conste da relação, chamar-se-á as classificadas em grupo de 3 (três) para que apresentem amostras para testes, objetivando dar celeridade ao processo.

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
102	201203109	Item 13.1.2.1 Rec. 002	Ofício 23307/2012/cgu-r/sc

Órgão/Entidade Objeto da Recomendação	Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina	429

Descrição da Recomendação

Realizar a devida conferência dos produtos no momento do recebimento das mercadorias, a fim de verificar a aderência destes ao estipulado no edital da licitação e à proposta da empresa fornecedora.

Providências Adotadas

Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Hospital Universitário Professor Polydoro Ernani de São Thiago	15130

Justificativa para o seu não Cumprimento

Posição em out/2012, informada no Plano de Providências encaminhado à CGU-R/SC:

Alguns materiais por serem perecíveis, como os adquiridos pelo Serviço de Nutrição e Dietética ou necessitam serem armazenados em geladeira (Serviços de Farmácia e Análises Clínicas), são recebidos diretamente nos Serviços acima citados, onde se encontram profissionais capacitados para o recebimento dos mesmos. Devido a grande quantidade de materiais adquiridos, bem como, as especificidades dos mesmos, identificamos a necessidade de ampliar o número de servidores no almoxarifado, bem como, melhor capacitá-los para o recebimento das mercadorias ou seja com capacidade de avaliar se o que está sendo entregue corresponde ao estipulado no edital, prazo de validade, etc.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Precisa haver lotação, por parte da SEGESP/UFSC, de servidores com graduação em Sistema de Informações no Hospital Universitário. Torna-se imprescindível a conclusão dos trabalhos do Grupo de Trabalho de Diagnóstico e Dimensionamento Prospectivo dos Servidores Técnico-Administrativos em Educação da UFSC, com previsão para

concluir seus trabalhos em 31/05/2013.			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
103	201203151	Item 1.1.3.1 Rec. 001	Ofício 23307/2012/cgu-r/sc
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Garantir os procedimentos de transferência de conhecimentos para servidores da Unidade referentes a produtos e serviços de TI terceirizados, mediante adequada elaboração de editais, previsão contratual expressa e fiscalização da execução do contrato.			
Providências Adotadas			
Sector Responsável pela Implementação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Infraestrutura			26114
Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento			97297
Justificativa para o seu não Cumprimento			
<u>Posição em out/2012, informada no Plano de Providências encaminhado à CGU-R/SC:</u>			
A transferência de tecnologia está previsto no termo aditivo de contrato 2012, CLÁUSULA SEGUNDA, “DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA” nos seguintes itens:			
a. Fornecer os códigos fontes do sistema, modelo de dados, help, lista de pacotes de componentes e ferramentas necessárias para continuidade da manutenção dos Softwares quando solicitado pela UFSC, no mínimo uma vez a cada 6 meses e ao final do contrato. Fornecer também os pacotes binários do framework de desenvolvimento e sua API. Todos esses artefatos serão armazenados na Superintendência de Governança Eletrônica e Tecnologia da Informação e Comunicação (SeTIC) da UFSC. A UFSC poderá, caso julgue necessário, dar manutenção nos sistemas contratados a partir dos programas-fonte entregues pela empresa contratada.			
b. Promover a transferência de conhecimento e de tecnologia, através de treinamentos e/ou consultoria, com objetivo de possibilitar a equipe técnica da SeTIC/UFSC proceder a manutenção dos sistemas e a sua integração com os sistemas e aplicações existentes na UFSC, perante projeto específico a ser dimensionado, planejado e orçado, quando demandado pela UFSC.			
c. Na presente contratação a transferência de conhecimento deve contemplar, no mínimo, o modelo de dados e arquitetura do sistema, o desenvolvimento de formulários, de fluxos e de serviços WEB, por meio de treinamentos previstos na proposta da contratante.			
Para fazer frente ao processo de transferência de tecnologia a SeTIC designou equipe responsável pela interação com a empresa desenvolvedora do software.			
Obs: Conveniência em dar continuidade a um contrato de manutenção e atualização tecnológica com a empresa será avaliado ao final do contrato.			
<u>Posição em dez/2012:</u>			
<u>Informação da PROPLAN:</u>			
O novo termo de contrato foi assinado em 21/11/2012 e está previsto para o primeiro semestre de 2012 o início do processo de transferência de tecnologia.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
<u>Informação da PROPLAN:</u>			
Não obstante o empenho dos setores da PROPLAN e da própria empresa houve certo atraso para execução dos procedimentos. De qualquer forma, o novo termo de contrato garante a transferência de tecnologia e a equipe da SETIC já está estruturada e devidamente orientada de forma que a transferência de tecnologia já vem ocorrendo			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
104	201203151	Item 1.1.3.2 Rec. 001	Ofício 23307/2012/cgu-r/sc
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Buscar melhorias em rotinas, atividades e processos voltados à tecnologia da informação na SETIC, com foco no aprimoramento da eficiência, eficácia e efetividade no desenvolvimento de produtos e serviços, bem como na agilidade ao atendimento de demandas (sejam internas ou externas), observado o porte da estrutura mantida na SETIC/PROINFRA da UFSC.			

Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Infraestrutura			26114
Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento			97297
Justificativa para o seu não Cumprimento			
<u>Posição em out/2012, informada no Plano de Providências encaminhado à CGU-R/SC:</u>			
Considerações da SeTIC: A SeTIC está procurando melhorar seus processos de gerenciamento do ciclo de vidas dos serviços de TI e desenvolvimento de software. Quanto ao desenvolvimento de software, ao longo de 2010 e 2011, em parceria com o laboratório de software do departamento de informática da UFSC foram realizados diversos 7 (sete) cursos e também um projeto piloto para servir como base para estabelecimento de um processo de desenvolvimento de software e ser utilizado por toda a equipe SeTIC. Em 2012, sob coordenação do DSI/SeTIC está sendo elaborado e documentado o processo de desenvolvimento de software a ser adotado pela SeTIC. Para este processo em sua versão 1.0 as seguintes premissas estão sendo consideradas: <ul style="list-style-type: none"> • Conhecimentos adquiridos nos cursos e no piloto realizado em 2010 e 2011; • Melhores práticas do mercado; • Experiência interna; • Tamanho da equipe de desenvolvimento e manutenção de software da SeTIC; Para o gerenciamento do Ciclo de vida dos serviços de TIC está sendo utilizado o framework ITIL. Como etapa inicial da implantação do ITIL está sendo priorizada: <ul style="list-style-type: none"> • A central de serviços, • Software para gerenciamento de incidentes e mudanças, e o • Catálogo de serviços que foi remodelado buscando maior aderência a esta prática. 			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
<u>Informação da PROPLAN:</u> Os avanços alcançados no que se refere ao atendimento desta recomendação são frutos, dentre outras questões, da nova estruturação da SETIC, incluindo suas ações de capacitação do pessoal, adoção de procedimentos e preocupação com o planejamento de suas ações .			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
105	201203151	Item 1.1.4.1 Rec. 002	Ofício 23307/2012/cgu-r/sc
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Identificados os itens referidos na Recomendação 1, realizar pesquisa para identificar se existe número razoável de fornecedores que atendem aos requisitos, ainda que parcialmente, da referida IN.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Infraestrutura			26114
Pró-Reitoria de Administração			26114
Justificativa para o seu não Cumprimento			
<u>Posição em out/2012, informada no Plano de Providências encaminhado à CGU-R/SC:</u>			
<u>Informação da PROAD:</u> Informamos que contratamos uma estagiária, que irá trabalhar no Departamento de Compras e Licitações sob a tutela do professor Prof. Fernando S. P. Sant'Anna, do Depto Eng. Sanitária e Ambiental/CTC. Dentre as atividades previstas, está 1) a realização de levantamento de toda a legislação ambiental e normativas internas e externas relativas à sustentabilidade, 2) o diagnóstico do que solicitamos atualmente, nos Editais de licitação para as principais categorias licitadas, 3) verificação de que requisitos poderíamos solicitar em cada categoria 4), a realização de pesquisa junto aos principais fornecedores para verificar se os mesmos tem condições de atender aos requisitos que desejamos exigir. Este trabalho irá resultar na alteração da especificação de alguns itens que adquirimos e ainda, inclusões de novas cláusulas de sustentabilidade ambiental nos Editais. <u>Posição em dez/2012:</u> O trabalho de pesquisa junto aos fornecedores será desenvolvido posteriormente a análise dos critérios de sustentabilidade a serem incluídos nas licitações. Esperamos desenvolver este trabalho ainda no primeiro semestre de 2012, junto aos fornecedores de materiais de consumo e permanente.			

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não foram identificados fatores positivos e negativos			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
106	201203151	Item 1.1.4.1 Rec. 003	Ofício 23307/2012/cgu-r/sc
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Antes de cada aquisição de itens referidos na Recomendação 1, verificar se os preços ofertados pelos fornecedores, cujos produtos e serviços atendem aos requisitos ambientais, estão situados numa média de mercado.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Infraestrutura			26114
Pró-Reitoria de Administração			26114
Justificativa para o seu não Cumprimento			
<u>Posição em out/2012, informada no Plano de Providências encaminhado à CGU-R/SC:</u>			
<u>Informação da PROAD:</u> Esse trabalho será desenvolvido após a conclusão das atividades previstas na resposta à recomendação 002.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não foram identificados fatores positivos e negativos			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
107	201203151	Item 1.1.4.1 Rec. 004	Ofício 23307/2012/cgu-r/sc
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
De posse das informações obtidas nas Recomendações 1, 2 e 3, acima, organizar os processos de compra dos referidos itens, decidindo pela exigência dos critérios ambientais sempre que sua inclusão não prejudique a qualidade, a competitividade e a economicidade das aquisições.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Infraestrutura			26114
Pró-Reitoria de Administração			26114
Justificativa para o seu não Cumprimento			
<u>Posição em out/2012, informada no Plano de Providências encaminhado à CGU-R/SC:</u>			
<u>Informação da PROAD:</u> Esse trabalho será desenvolvido após a conclusão das atividades previstas na resposta à recomendação 003.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não foram identificados fatores positivos e negativos			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
108	201203151	Item 1.1.4.1 Rec. 005	Ofício 23307/2012/cgu-r/sc
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Estender a implementação da rotina descrita nas Recomendações 1 a 4 aos demais itens de compra da Unidade.			
Providências Adotadas			

Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Infraestrutura			26114
Pró-Reitoria de Administração			26114
Justificativa para o seu não Cumprimento			
<u>Posição em out/2012, informada no Plano de Providências encaminhado à CGU-R/SC:</u>			
<u>Informação da PROAD:</u> Esse trabalho será desenvolvido após a conclusão das atividades previstas na resposta à recomendação 004.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não foram identificados fatores positivos e negativos			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
109	201203151	Item 1.1.4.2 Rec. 001	Ofício 23307/2012/cgu-r/sc
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Concluir o plano de gestão de resíduos recicláveis.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Infraestrutura			26114
Pró-Reitoria de Administração			26114
Secretaria de Planejamento e Finanças			97297
Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento			97297
Justificativa para o seu não Cumprimento			
<u>Posição em out/2012, informada no Plano de Providências encaminhado à CGU-R/SC:</u>			
A PROPLAN informa: Em relação às recomendações 1, 2 e 3, foi concluído o Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos e que sua implementação deverá ser programada até o final do ano para posterior implantação. Além disso, visando aprimorar as políticas de gestão socioambiental da UFSC, pretende-se, até o final de 2012, constituir uma estrutura organizacional, vinculada à PROPLAN, para tratar especificamente da Gestão Socioambiental na UFSC. A proposta consiste em direcionar a Gestão Socioambiental em uma perspectiva mais estratégica da gestão, fortalecendo a implementação de ações de gestão do patrimônio, do manejo das áreas de preservação ambiental, bem como do planejamento, comprometidas com a preocupação ambiental e social. A Prefeitura Universitária informa: A destinação final dos resíduos/detritos produzidos na UFSC é efetuada a nível de equipes da UFSC criadas para este fim e empresas que são contratadas para exercer esta função. Há contrato com a COMCAP (284/2011), responsável pela destinação final dos resíduos/detritos orgânicos e/ou recicláveis e com a empresa PROACTIVA (n.º 195/2008), responsável pela destinação final dos resíduos/detritos contaminados, cujo fiscal é o senhor Luiz Pereira, servidor com lotação no HU. Há também contrato com a empresa ECOEFICIÊNCIA (n.º 112/2011), responsável pela destinação final dos resíduos/detritos provenientes de entulhos, cujo fiscal é o senhor Vilmar Luiz Rosa, lotado na Prefeitura Universitária. Há ainda o recolhimento dos resíduos/detritos provenientes dos laboratórios que possuem experimentos com animais e do biotério da UFSC e lâmpadas queimadas, efetuado pela equipe do Professor Paul Richard Momsen Miller, do Depto. de Engenharia Rural, do CCA. Outrossim, evidenciamos que à PU cabe o papel de coletar e disponibilizar em local adequado os resíduos/detritos para o recolhimento e destinação final efetuado por estas equipes.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
<u>Informação da PROPLAN:</u> Salientamos que a gestão de resíduos da UFSC está vinculada à PROAD, em função da ação da PU. Ressaltamos, ainda, as contribuições da PROPLAN, junto ao setor competente, para atender as recomendações da CGU, principalmente no que se refere às políticas de gestão ambiental. No entanto, dada as dificuldades de novas contratações na UFSC, devido à ação do Ministério Público, ainda não foi possível constituir o setor de gestão ambiental na PROPLAN, o que vem dificultando os encaminhamentos necessários nesta área.			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida

110	201203151	Item 1.1.4.2 Rec. 002	Ofício 23307/2012/cgu-r/sc
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Viabilizar local adequado para armazenagem e separação dos resíduos recicláveis comuns.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Infraestrutura			26114
Pró-Reitoria de Administração			26114
Secretaria de Planejamento e Finanças			97297
Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento			97297
Justificativa para o seu não Cumprimento			
<u>Posição em out/2012, informada no Plano de Providências encaminhado à CGU-R/SC:</u>			
<p>A PROPLAN informa:</p> <p>Em relação às recomendações 1, 2 e 3, foi concluído o Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos e que sua implementação deverá ser programada até o final do ano para posterior implantação.</p> <p>Além disso, visando aprimorar as políticas de gestão socioambiental da UFSC, pretende-se, até o final de 2012, constituir uma estrutura organizacional, vinculada à PROPLAN, para tratar especificamente da Gestão Socioambiental na UFSC. A proposta consiste em direcionar a Gestão Socioambiental em uma perspectiva mais estratégica da gestão, fortalecendo a implementação de ações de gestão do patrimônio, do manejo das áreas de preservação ambiental, bem como do planejamento, comprometidas com a preocupação ambiental e social.</p> <p>A Prefeitura Universitária informa:</p> <p>A destinação final dos resíduos/detritos produzidos na UFSC é efetuada a nível de equipes da UFSC criadas para este fim e empresas que são contratadas para exercer esta função.</p> <p>Há contrato com a COMCAP (284/2011), responsável pela destinação final dos resíduos/detritos orgânicos e/ou recicláveis e com a empresa PROACTIVA (n.º 195/2008), responsável pela destinação final dos resíduos/detritos contaminados, cujo fiscal é o senhor Luiz Pereira, servidor com lotação no HU.</p> <p>Há também contrato com a empresa ECOEFICIÊNCIA (n.º 112/2011), responsável pela destinação final dos resíduos/detritos provenientes de entulhos, cujo fiscal é o senhor Vilmar Luiz Rosa, lotado na Prefeitura Universitária.</p> <p>Há ainda o recolhimento dos resíduos/detritos provenientes dos laboratórios que possuem experimentos com animais e do biotério da UFSC e lâmpadas queimadas, efetuado pela equipe do Professor Paul Richard Momsen Miller, do Depto. de Engenharia Rural, do CCA.</p> <p>Outrossim, evidenciamos que à PU cabe o papel de coletar e disponibilizar em local adequado os resíduos/detritos para o recolhimento e destinação final efetuado por estas equipes.</p>			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
<u>Informação da PROPLAN:</u>			
Salientamos que a gestão de resíduos da UFSC está vinculada à PROAD, em função da ação da PU. Ressaltamos, ainda, as contribuições da PROPLAN, junto ao setor competente, para atender as recomendações da CGU, principalmente no que se refere às políticas de gestão ambiental. No entanto, dada as dificuldades de novas contratações na UFSC, devido à ação do Ministério Público, ainda não foi possível constituir o setor de gestão ambiental na PORPLAN, o que vem dificultando os encaminhamentos necessários nesta área.			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
111	201203151	Item 1.1.4.2 Rec. 003	Ofício 23307/2012/cgu-r/sc
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Enquanto as atuais restrições de espaço e outras não sejam solucionadas, identificar e implementar possíveis medidas, mesmo que provisórias, que promovam um aumento do volume de resíduos separados para reciclagem.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Infraestrutura			26114
Pró-Reitoria de Administração			26114
Secretaria de Planejamento e Finanças			97297

Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento			97297
Justificativa para o seu não Cumprimento			
<u>Posição em out/2012, informada no Plano de Providências encaminhado à CGU-R/SC:</u>			
<p>A PROPLAN informa:</p> <p>Em relação às recomendações 1, 2 e 3, foi concluído o Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos e que sua implementação deverá ser programada até o final do ano para posterior implantação. Além disso, visando aprimorar as políticas de gestão socioambiental da UFSC, pretende-se, até o final de 2012, constituir uma estrutura organizacional, vinculada à PROPLAN, para tratar especificamente da Gestão Socioambiental na UFSC. A proposta consiste em direcionar a Gestão Socioambiental em uma perspectiva mais estratégica da gestão, fortalecendo a implementação de ações de gestão do patrimônio, do manejo das áreas de preservação ambiental, bem como do planejamento, comprometidas com a preocupação ambiental e social.</p> <p>A Prefeitura Universitária informa:</p> <p>A destinação final dos resíduos/detritos produzidos na UFSC é efetuada a nível de equipes da UFSC criadas para este fim e empresas que são contratadas para exercer esta função.</p> <p>Há contrato com a COMCAP (284/2011), responsável pela destinação final dos resíduos/detritos orgânicos e/ou recicláveis e com a empresa PROACTIVA (n.º 195/2008), responsável pela destinação final dos resíduos/detritos contaminados, cujo fiscal é o senhor Luiz Pereira, servidor com lotação no HU.</p> <p>Há também contrato com a empresa ECOEFICIÊNCIA (n.º 112/2011), responsável pela destinação final dos resíduos/detritos provenientes de entulhos, cujo fiscal é o senhor Vilmar Luiz Rosa, lotado na Prefeitura Universitária.</p> <p>Há ainda o recolhimento dos resíduos/detritos provenientes dos laboratórios que possuem experimentos com animais e do biotério da UFSC e lâmpadas queimadas, efetuado pela equipe do Professor Paul Richard Momsen Miller, do Depto. de Engenharia Rural, do CCA.</p> <p>Outrossim, evidenciamos que à PU cabe o papel de coletar e disponibilizar em local adequado os resíduos/detritos para o recolhimento e destinação final efetuado por estas equipes.</p>			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
<u>Informação da PROPLAN:</u>			
Salientamos que a gestão de resíduos da UFSC está vinculada à PROAD, em função da ação da PU. Ressaltamos, ainda, as contribuições da PROPLAN, junto ao setor competente, para atender as recomendações da CGU, principalmente no que se refere às políticas de gestão ambiental. No entanto, dada as dificuldades de novas contratações na UFSC, devido à ação do Ministério Público, ainda não foi possível constituir o setor de gestão ambiental na PORPLAN, o que vem dificultando os encaminhamentos necessários nesta área.			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
112	201203151	Item 2.1.2.1 Rec. 001	Ofício 23307/2012/cgu-r/sc
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Aprimorar a divulgação da Carta de Serviços ao Cidadão na internet, de forma a tornar suas informações mais facilmente acessíveis ao público em geral, ou seja: Incluir na página inicial do portal da UFSC (www.ufsc.br) link para acesso à Carta; Melhorar a estrutura de apresentação das informações na Carta de forma a tornar a navegação no documento mais intuitiva para o público em geral, por exemplo, disponibilizando as informações por serviço prestado, em vez de por unidade administrativa. Realizar a revisão das informações contidas na Carta de forma a garantir que o conteúdo do documento esteja de acordo com o prescrito no artigo 11 do Decreto nº 6.932/2009, em especial o previsto em seu parágrafo 2º: "A Carta de Serviços ao Cidadão deverá trazer informações claras e precisas em relação a cada um dos serviços prestados, em especial as relacionadas com: I- o serviço oferecido; II- os requisitos, documentos e informações necessários para acessar o serviço; III – as principais etapas para processamento do serviço; IV – o prazo máximo para a prestação do serviço; V- a forma de prestação do serviço; VI- a forma de comunicação com o solicitante do serviço; e VII- os locais e formas de acessar o serviço." Disponibilizar o acesso à Carta de Serviços do HU também na página inicial do portal do Hospital (www.hu.ufsc.br), vez que o público do Hospital não é necessariamente o mesmo da Universidade.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Secretaria de Planejamento e Finanças			97297
Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento			97297
Justificativa para o seu não Cumprimento			
<u>Posição em out/2012, informada no Plano de Providências encaminhado à CGU-R/SC:</u>			

Visando o atendimento das recomendações da CGU, informamos que a atualização da Carta de Serviços será realizada, juntamente com os trabalhos a serem desenvolvidos pela Comissão responsável pela implantação da Lei de Acesso à informação. Importante observar que a atualização da carta de serviços depende das definições referentes à estrutura da organizacional que deve estar definida pela Nova Gestão até o final deste ano. Todavia, informamos que um catálogo já foi desenvolvido, contemplando a solicitação da CGU, ou seja, disponibilizando informações por serviço prestado, em vez de por unidade administrativa. O referido piloto foi realizado no âmbito da SETIC/PROPLAN.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Informação da PROPLAN:

Temos como fator positivo a definição da estrutura organizacional da UFSC. No entanto, ainda necessitamos estruturar (infraestrutura e pessoal) o setor responsável para atender na totalidade as recomendações da CGU, sendo que alguns encaminhamentos já vem sendo realizados no âmbito do Departamento de Planejamento e Gestão da Informação.

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
113	201203151	Item 2.1.2.1 Rec. 002	Ofício 23307/2012/cgu-r/sc

Órgão/Entidade Objeto da Recomendação	Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina	429

Descrição da Recomendação

Instituir cronograma de trabalho para realizar os aprimoramentos na Carta.

Providências Adotadas

Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Secretaria de Planejamento e Finanças	97297
Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento	97297

Justificativa para o seu não Cumprimento

Posição em out/2012, informada no Plano de Providências encaminhado à CGU-R/SC:

Visando o atendimento das recomendações da CGU, informamos que a atualização da Carta de Serviços será realizada, juntamente com os trabalhos a serem desenvolvidos pela Comissão responsável pela implantação da Lei de Acesso à informação. Importante observar que a atualização da carta de serviços depende das definições referentes à estrutura da organizacional que deve estar definida pela Nova Gestão até o final deste ano. Todavia, informamos que um catálogo já foi desenvolvido, contemplando a solicitação da CGU, ou seja, disponibilizando informações por serviço prestado, em vez de por unidade administrativa. O referido piloto foi realizado no âmbito da SETIC/PROPLAN.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Informação da PROPLAN:

Temos como fator positivo a definição da estrutura organizacional da UFSC. No entanto, ainda necessitamos estruturar (infraestrutura e pessoal) o setor responsável para atender na totalidade as recomendações da CGU, sendo que alguns encaminhamentos já vem sendo realizados no âmbito do Departamento de Planejamento e Gestão da Informação.

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
114	201203151	Item 2.1.2.3 Rec. 001	Ofício 23307/2012/cgu-r/sc

Órgão/Entidade Objeto da Recomendação	Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina	429

Descrição da Recomendação

Definir rotinas e competências para que as despesas relacionadas na prestação de contas dos projetos desenvolvidos pelas fundações de apoio sejam analisadas, no âmbito da Universidade, quanto aos aspectos contábil, financeiro, de legalidade, de economicidade (quanto à realização de licitação para a contratação da melhor proposta), de efetividade (quanto ao atingimento dos objetivos esperados), de pertinência (em relação às atividades previstas no plano de trabalho), de existência (quanto aos bens e serviços adquiridos).

Providências Adotadas

Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Pró-Reitoria de Infraestrutura	26114
Pró-Reitoria de Administração	26114

Justificativa para o seu não Cumprimento

Posição em out/2012, informada no Plano de Providências encaminhado à CGU-R/SC:

Informação da PROAD: Estamos iniciando um entendimento com as Fundações de Apoio (FAPEU, FEPESE, FEESC, E FUNJAB) quanto à transparência de sua atuação (apoio à Universidade como prestadora de serviço) e a efetividade da meta a ser atingida, buscando todos os pontos da recomendação acima descrita. Esses objetivos já estavam dentro da visão do Departamento de Projetos, Contratos e Convênios onde se tentará atingir no menor espaço de tempo possível.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Não foram identificados fatores positivos e negativos

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
115	201203151	Item 2.1.2.4 Rec. 001	Ofício 23307/2012/cgu-r/sc

Órgão/Entidade Objeto da Recomendação

Código SIORG

Universidade Federal de Santa Catarina

429

Descrição da Recomendação

Adotar medidas efetivas para que a apresentação de prestação de contas ocorra tempestivamente, respeitando os prazos determinados; e manter registro atualizado dos contratos em relação aos quais não houve prestação de contas no prazo regular.

Providências Adotadas

Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Pró-Reitoria de Infraestrutura	26114
Pró-Reitoria de Administração	26114
Secretaria de Planejamento e Finanças	97297
Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento	97297

Justificativa para o seu não Cumprimento

Posição em out/2012, informada no Plano de Providências encaminhado à CGU-R/SC:

Informação da PROPLAN: Os contratos firmados com as Fundações de Apoio são gerenciados, desde sua elaboração, pelo Departamento de Projetos, Contratos e Convênios, vinculado à PROAD. Com relação à prestação de contas dos projetos desenvolvidos com apoio das Fundações está em fase final de institucionalização um setor específico junto à SEAI, de forma que esta ação seja efetivamente encaminhada. De qualquer forma, a PROPLAN, no âmbito do seu Departamento de Contabilidade e Finanças, executará o que lhe for devido e solicitado para atender a recomendação da CGU, quando se tratar de contrato vinculado à descentralização de crédito. Neste caso já procedemos o encaminhamento dos projetos às Pró-Reitorias de Pesquisa e de Extensão, de maneira a obtermos parecer sobre mérito das propostas, tendo em vista à adequação com as normas legais.

Informação da PROAD: Estamos em processo de organização de uma reunião com os Gerentes Administrativos das Fundações de Apoio (FAPEU, FEPESE, FEESC E FUNJAB) sobre a tomada de decisão de apresentação da Prestação de Contas dentro do prazo legal estipulado pelo Contrato, fazendo com que o não atendimento gere a não assinatura de novos Contratos, entre outros assuntos como: Prestação de Contas digital e apresentação de Custo Operacional em vez de taxa administrativa.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Informação da PROPLAN:

As novas estruturas organizacionais que estão sendo consolidadas estão facilitando o atendimento da recomendação.

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
116	201203151	Item 2.1.2.4 Rec. 002	Ofício 23307/2012/cgu-r/sc

Órgão/Entidade Objeto da Recomendação

Código SIORG

Universidade Federal de Santa Catarina

429

Descrição da Recomendação

Não celebrar novos contratos com as fundações de apoio que estejam inadimplentes com a obrigação de prestar contas.

Providências Adotadas

Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Pró-Reitoria de Infraestrutura	26114
Pró-Reitoria de Administração	26114
Secretaria de Planejamento e Finanças	97297

Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento			97297
Justificativa para o seu não Cumprimento			
<u>Posição em out/2012, informada no Plano de Providências encaminhado à CGU-R/SC:</u>			
<u>Informação da PROPLAN:</u> Os contratos firmados com as Fundações de Apoio são gerenciados, desde sua elaboração, pelo Departamento de Projetos, Contratos e Convênios, vinculado à PROAD. Com relação à prestação de contas dos projetos desenvolvidos com apoio das Fundações está em fase final de institucionalização um setor específico junto à SEAI, de forma que esta ação seja efetivamente encaminhada. De qualquer forma, a PROPLAN, no âmbito do seu Departamento de Contabilidade e Finanças, executará o que lhe for devido e solicitado para atender a recomendação da CGU, quando se tratar de contrato vinculado à descentralização de crédito. Neste caso já procedemos o encaminhamento dos projetos às Pró-Reitorias de Pesquisa e de Extensão, de maneira a obtermos parecer sobre mérito das propostas, tendo em vista à adequação com as normas legais.			
<u>Informação da PROAD:</u> Estamos em processo de organização de uma reunião com os Gerentes Administrativos das Fundações de Apoio (FAPEU, FEPESE, FEESC E FUNJAB) sobre a tomada de decisão de apresentação da Prestação de Contas dentro do prazo legal estipulado pelo Contrato, fazendo com que o não atendimento gere a não assinatura de novos Contratos, entre outros assuntos como: Prestação de Contas digital e apresentação de Custo Operacional em vez de taxa administrativa.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não foram identificados fatores positivos e negativos			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
117	201203151	Item 4.1.1.2 Rec. 001	Ofício 23307/2012/cgu-r/sc
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Providenciar o registro e atualização no SPIUnet dos imóveis não cadastrados de propriedade da União, locados de terceiros e daqueles com áreas desatualizadas, conforme itens “b”, “c” e “e”, acima.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Infraestrutura			26114
Pró-Reitoria de Administração			26114
Secretaria de Planejamento e Finanças			97297
Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento			97297
Justificativa para o seu não Cumprimento			
<u>Posição em out/2012, informada no Plano de Providências encaminhado à CGU-R/SC:</u>			
A PROPLAN informa que está iniciando o processo de diagnóstico dos bens imóveis em nome da UFSC e está providenciando as regularizações dessas áreas. Concluída esta fase será possível o setor de patrimônio atualizar os dados no SPIUnet, bem como os registros na Contabilidade.			
<u>Informação da PROAD:</u> Será criada uma rotina conjunta com o DOMP, DPAA, PU, DPC e DEGP para providenciar o registro e atualização no SPIUnet do imóveis.			
<u>Posição em dez/2012:</u>			
<u>Informação da PROAD:</u>			
Reiteramos o que foi informado nos itens anteriores			
<u>Informação da PROPLAN:</u>			
Por parte da PROPLAN, mantida a manifestação de outubro de 2012.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
<u>Informação da PROPLAN:</u>			
Salientamos que a gestão patrimonial está vinculada à PROAD e o aspecto positivo refere-se às contribuições da PROPLAN, junto ao setor competente, para atender as recomendações da CGU.			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
118	201203151	Item 4.1.1.2 Rec. 002	Ofício 23307/2012/cgu-r/sc
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429

Descrição da Recomendação			
Atentar para a inclusão de todos os imóveis locados de terceiros nos Relatórios de Gestão da Unidade.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Infraestrutura			26114
Pró-Reitoria de Administração			26114
Justificativa para o seu não Cumprimento			
<u>Posição em out/2012, informada no Plano de Providências encaminhado à CGU-R/SC:</u>			
<u>Informação da PROAD:</u> Será notificado o DPC para que informe a PROPLAN a relação de imóveis locados de terceiros até a data vigente para inclusão no Relatório de Gestão da Unidade.			
<u>Posição em dez/2012:</u>			
Os processos dos imóveis locados de terceiro estão sendo identificados e, posteriormente, serão lançados no SPIUnet.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não foram identificados fatores positivos e negativos			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
119	201203151	Item 4.1.1.2 Rec. 003	Ofício 23307/2012/cgu-r/sc
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Registrar na contabilidade (SIAFI) as informações sobre os 12 imóveis ainda sem RIP com suas respectivas avaliações de valor.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Infraestrutura			26114
Pró-Reitoria de Administração			26114
Secretaria de Planejamento e Finanças			97297
Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento			97297
Justificativa para o seu não Cumprimento			
<u>Posição em out/2012, informada no Plano de Providências encaminhado à CGU-R/SC:</u>			
<u>Informação da PROPLAN:</u> No que se refere à ação da PROPLAN, especificamente de seu Departamento de Contabilidade e Finanças, informamos que no nosso planejamento de 2012/2013, incluímos como um Projeto a reorganização de nossa área contábil de forma a garantir o atendimento das Normas Brasileiras de Contabilidade Pública, em especial as que envolvem depreciação e amortização de inventário. De qualquer forma, importante salientar a necessidade do setor de patrimônio proceder ao inventário físico, para subsidiar o DCF com informações que permitam a inventariança financeira.			
<u>Informação da PROAD:</u> Atualmente 05 (cinco) ainda se encontram sem a respectiva RIP por pendências de caráter administrativo e judiciais. Estas serão levantadas pela PROAD para que se proceda a devida regularização.			
<u>Posição em dez/2012:</u>			
<u>Informação da PROAD:</u>			
Os processos anteriormente citados continuam em tramite para as suas regularizações em caráter administrativo e judicial.			
<u>Informação da PROPLAN:</u>			
Por parte da PROPLAN, mantida a manifestação de outubro de 2012.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
<u>Informação da PROPLAN:</u>			
Salientamos que a gestão patrimonial está vinculada à PROAD e o aspecto positivo refere-se às contribuições da PROPLAN, junto ao setor competente, para atender as recomendações da CGU.			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
120	201203151	Item 4.1.1.2 Rec. 004	Ofício 23307/2012/cgu-r/sc
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG

Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Organizar, formalizar e divulgar a rotina interna de gestão de bens imóveis, com atribuições e fluxo de informações bem definidos, visando a atualização de todos os registros de natureza imobiliária.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Infraestrutura			26114
Pró-Reitoria de Administração			26114
Justificativa para o seu não Cumprimento			
<u>Posição em out/2012, informada no Plano de Providências encaminhado à CGU-R/SC:</u>			
<u>Informação da PROAD:</u> Será criada uma rotina conjunta com o DOMP, DPAE, PU, DPC e DEGP para providenciar o registro e atualização no SPIUnet do imóveis.			
<u>Posição em dez/2012:</u>			
Reiteramos o que foi informado nos item 32. - 001.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não foram identificados fatores positivos e negativos			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
121	201203151	Item 4.1.1.2 Rec. 005	Ofício 23307/2012/cgu-r/sc
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Identificar a necessidade de recursos humanos e materiais nas áreas envolvidas com a gestão de imóveis, de modo a compatibilizar as rotinas com tais necessidades, considerando a possibilidade de aumento e/ou de remanejamento na estrutura atual.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Infraestrutura			26114
Pró-Reitoria de Administração			26114
Justificativa para o seu não Cumprimento			
<u>Posição em out/2012, informada no Plano de Providências encaminhado à CGU-R/SC:</u>			
<u>Informação da PROAD:</u> Somente após a criação das rotinas referentes a Constatação 032 – recomendações 001 e 004, é que será possível dimensionar a estrutura necessária para a área de patrimônio imobiliário.			
<u>Posição em dez/2012:</u>			
Com as rotinas implementadas teremos condições de, de forma clara, de definir o quantitativo necessária de RH para atender as especificidades.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não foram identificados fatores positivos e negativos			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
122	201203151	Item 5.1.1.1 Rec.001	Ofício 23307/2012/cgu-r/sc
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Dimensionar a força de trabalho de forma a alcançar a suficiência quantitativa e qualitativa do quadro de pessoal frente aos objetivos, metas e estratégias do Setor de Pessoal.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Desenvolvimento Humano e Social			26115
Secretaria de Gestão de Pessoas			26115

Justificativa para o seu não Cumprimento			
<u>Posição em out/2012, informada no Plano de Providências encaminhado à CGU-R/SC:</u>			
As atualizações referidas estavam atreladas a disponibilidade de pessoal habilitado e disponível para proceder tais inclusões naquele momento. Hoje estamos incorporando ao quadro de servidores da SEGESP novos profissionais oriundos dos Concursos dos Editais 35/DDPP/2012, e 80/DDPP/2011, melhorando de forma quantitativa e qualitativa as áreas de maior concentração de demandas e novos processos.			
<u>Posição em dez/2012:</u>			
A Reitoria designou uma nova comissão para desenvolver o Dimensionamento no âmbito da UFSC.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Com data de encerramento em 31/05/2013.			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
123	201203151	Item 5.1.1.1 Rec.002	Ofício 23307/2012/cgu-r/sc
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Informar quais os instrumentos e metas utilizados para a redução da defasagem (se existente) entre o quantitativo e o perfil atual e o desejado para o Setor de Pessoal.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Desenvolvimento Humano e Social			26115
Secretaria de Gestão de Pessoas			26115
Justificativa para o seu não Cumprimento			
<u>Posição em out/2012, informada no Plano de Providências encaminhado à CGU-R/SC:</u>			
Está-se formando uma nova Comissão de estudos do Dimensionamento no âmbito da UFSC, devendo produzir novos resultados complementares aos já existentes, visando proporcionar uma melhor distribuição de profissionais nas áreas meio e fins da Instituição.			
<u>Posição em dez/2012:</u>			
A Reitoria designou uma nova comissão para desenvolver o Dimensionamento no âmbito da UFSC.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Com data de encerramento em 31/05/2013.			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
124	201203151	Item 6.2.1.1 Rec. 001	Ofício 23307/2012/cgu-r/sc
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Reforçar a orientação e o controle junto a todas as UGRs quanto à exigência legal, além da conveniência administrativa, de manter atualizados os registros dos contratos no Sistema SIASG.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Infraestrutura			26114
Pró-Reitoria de Administração			26114
Justificativa para o seu não Cumprimento			
<u>Posição em out/2012, informada no Plano de Providências encaminhado à CGU-R/SC:</u>			
<u>Informação da PROAD:</u> Será providenciado dentro do prazo.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não foram identificados fatores positivos e negativos			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida

125	201203151	Item 6.2.1.1 Rec. 002	Ofício 23307/2012/cgu-r/sc
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Registrar e atualizar os registros no SIASG referentes aos contratos relacionados.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Infraestrutura			26114
Pró-Reitoria de Administração			26114
Justificativa para o seu não Cumprimento			
<u>Posição em out/2012, informada no Plano de Providências encaminhado à CGU-R/SC:</u>			
<u>Informação da PROAD:</u> Será providenciado dentro do prazo.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não foram identificados fatores positivos e negativos			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
126	201203151	Item 7.1.2.1 Rec. 002	Ofício 23307/2012/cgu-r/sc
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
No mesmo aditamento, corrigir o BDI dos demais itens previstos no grupo de serviços de nº 8, ainda pendentes de realização.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Infraestrutura			26114
Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento			97297
Justificativa para o seu não Cumprimento			
<u>Posição em out/2012, informada no Plano de Providências encaminhado à CGU-R/SC:</u>			
Na 2.ª medição do Contrato n.º 303/2010, os itens restantes do grupo de serviços de n.º 8 não foram executados e consequentemente, não foram pagos. A compensação dos valores em favor da UFSC, em virtude da correção do BDI, será realizada em pagamentos futuros.			
<u>Posição em dez/2012:</u>			
<u>Informação da PROPLAN:</u>			
Os itens restantes do grupo de serviços de n.º 8 foram executados, porém serão realizados os descontos em virtude da correção do BDI na 3ª medição prevista para dezembro/2012.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
<u>Informação da PROPLAN:</u>			
NEGATIVO:			
1) Resistência da empresa contratada na aplicação de tal recomendação, em virtude da supressão no valor global do contrato.			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
127	201203151	Item 7.1.2.3 Rec. 001	Ofício 23307/2012/cgu-r/sc
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Efetuar apuração por meio de levantamento técnico circunstanciado dos preços e serviços pagos no Contrato n.º 116/2011 de forma a atestar sua compatibilidade com os valores praticados pelo mercado, verificando a ocorrência de sobrepreço e/ou superfaturamento, e em ocorrendo, apurar a responsabilidade e ressarcimento dos prejuízos ao Erário, em face do disposto no § 2º do art. 25 da Lei n.º 8.666/93;			

Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Gabinete do Reitor			26075
Justificativa para o seu não Cumprimento			
<u>Posição em out/2012, informada no Plano de Providências encaminhado à CGU-R/SC:</u>			
O Chefe de Gabinete da Reitoria informa que a nova gestão da UFSC atuou diligentemente cancelando o contrato e determinando a pronta abertura de sindicância no âmbito do Processo n.º 23080.020284/2011-74 (cf. Despacho n.º 204/GR/2012 e Portarias n.º 1433/2012/GR e 1653/2012/GR). No presente momento, ainda não há resultados da apuração, ainda que a Comissão de Sindicância já tenha sido designada.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não foram identificados fatores positivos e negativos			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
128	201203151	Item 7.1.2.3 Rec. 003	Ofício 23307/2012/cgu-r/sc
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Fazer constar dos processos de contratação direta (dispensa e inexigibilidade) todas as peças necessárias para completo atendimento aos requisitos legais na sua formalização, em observância ao princípio da legalidade, moralidade e eficiência administrativa.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Infraestrutura			26114
Pró-Reitoria de Administração			26114
Justificativa para o seu não Cumprimento			
<u>Posição em out/2012, informada no Plano de Providências encaminhado à CGU-R/SC:</u>			
No âmbito da PROAD, já são observados os requisitos necessários para enquadrar as aquisições como dispensa ou inexigibilidade. Algumas aquisições que são descentralizadas, serão objeto de análise para verificar a possibilidade de centralização do controle.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não foram identificados fatores positivos e negativos			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
129	201203151	Item 7.2.2.1 Rec. 002	Ofício 23307/2012/cgu-r/sc
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina			429
Descrição da Recomendação			
Definir claramente a que Unidade da Estrutura da UFSC compete a contratação dos serviços de manutenção predial dos diversos Departamentos, Centros e órgãos Suplementares, evitando a realização de despesas mediante contratação sem licitação e sem adequado planejamento que contemple as necessidades anuais da Entidade;			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Pró-Reitoria de Infraestrutura			26114
Pró-Reitoria de Administração			26114
Secretaria de Planejamento e Finanças			97297
Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento			97297
Justificativa para o seu não Cumprimento			
<u>Posição em out/2012, informada no Plano de Providências encaminhado à CGU-R/SC:</u>			
A PROPLAN informa que as contratações dos serviços de engenharia para manutenção predial estão sendo realizadas			

pelo DOMP, que procura atender integralmente as demandas das diversas unidades da UFSC. No entanto, a atual estrutura organizacional da UFSC têm algumas atividades e atribuições descentralizadas. Importante observar ainda que a nova gestão, assumida em 10 de maio deste ano, está revendo a estrutura organizacional e deverá, inclusive, atualizar a portaria de delegação de competências. A partir disso, novas definições serão adotadas a respeito do solicitado.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Informação da PROPLAN:

A PROPLAN, considera que as estruturas realizadas no DOMP e DPAE, anteriormente referenciadas, contribuíram para o atendimento das determinações.

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
130	201203151	Item 7.2.2.1 Rec. 003	Ofício 23307/2012/cgu-r/sc

Órgão/Entidade Objeto da Recomendação	Código SIORG
Universidade Federal de Santa Catarina	429

Descrição da Recomendação

Avaliar a possibilidade de agregação, em uma única estrutura, das atribuições e competências destinadas à Prefeitura Universitária - PU e ao Departamento de Obras e Manutenção Predial – DOMP em face de ausência de clara definição do papel de cada área no tocante ao gerenciamento da contratação dos serviços de manutenção predial.

Providências Adotadas

Sector Responsável pela Implementação	Código SIORG
Pró-Reitoria de Infraestrutura	26114
Pró-Reitoria de Administração	26114
Secretaria de Planejamento e Finanças	97297
Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento	97297

Justificativa para o seu não Cumprimento

Posição em out/2012, informada no Plano de Providências encaminhado à CGU-R/SC:

A PROPLAN informa que, conforme apresentado anteriormente na Recomendação 002 desta mesma Constatação, a UFSC está readequando sua estrutura organizacional às demandas da atualidade e, no seu processo de planejamento já iniciou estudo das lacunas e sobreposições das atribuições de seus setores, incluindo aí, DOMP e PU. A agregação das atribuições referente à contratação dos serviços de engenharia para manutenção predial será avaliada e melhor definida.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Informação da PROPLAN:

A PROPLAN, considera que as estruturas realizadas no DOMP e DPAE, anteriormente referenciadas, contribuíram para o atendimento das determinações.

Fonte: Audin

10.2. Informações sobre o tratamento das recomendações realizadas pela unidade de controle interno, caso exista na estrutura do órgão, apresentando as justificativas para os casos de não acatamento

A unidade de Auditoria Interna da Universidade Federal de Santa Catarina foi criada pela Resolução do Conselho Universitário nº 04/CUn/2012, de 31 de janeiro de 2002.

A Auditoria Interna da UFSC é administrada por um Auditor-Chefe, cuja nomeação foi submetida à aprovação do Conselho Universitário e da Controladoria Geral da União, e ao final do exercício de 2012, a equipe da Auditoria Interna conta com oito profissionais, sendo:

- um contador, na função de chefe da unidade;
- dois contadores e um auditor, responsáveis pela coordenação das atividades de auditoria;
- um técnico em contabilidade e um assistente em administração, auxiliares das atividades de auditoria;
- dois assistentes em administração responsáveis pelo monitoramento, junto às unidades auditadas, da implementação das recomendações ou determinações do Tribunal de Contas da União,

da Controladoria Geral da União e das auditorias realizadas pela própria equipe da Auditoria Interna.

A Auditoria Interna está formalmente subordinada à Reitoria e Vice Reitoria da UFSC, conforme dispõe o artigo 5º do Estatuto da Universidade Federal de Santa Catarina:

Art. 5º A administração superior, formada pelos órgãos executivos centrais, compreende a seguinte estrutura organizacional básica:

I - Reitoria e Vice-Reitoria:

- a) Gabinete do Reitor;
- b) Ouvidoria;
- c) Procuradoria Geral;
- d) Secretaria dos Órgãos Deliberativos Centrais;
- e) Agência de Comunicação;
- f) Auditoria Interna;
- g) Coordenadoria de Gestão Ambiental.

No exercício de 2012, foram realizados os seguintes trabalhos de auditoria com suas respectivas constatações:

a) Ordem de Serviço nº 007/2011 – Análise da regularidade do pagamento de bolsas aos alunos de graduação (Apuração de denúncia feita à CGU-PR no final do exercício de 2011).

Constatação (001): A Instituição possui metodologia baseada em legislação e procedimentos internos, como também critérios subjetivos para concessão de benefícios aos alunos, no entanto não há formalização de norma interna.

Constatação (002): Pagamento de auxílio para aquisição de passagem aérea, tendo por justificativa a impossibilidade de utilização do SCDP.

Constatação (003): Pagamento do auxílio efetuado em duas parcelas e em sub-elementos de despesa distintos, sem justificativa para tal.

Constatação (004): Não foi encaminhado os termos de responsabilidade e compromisso dos alunos.

Constatação (005): As prestações de contas instruem-se com recibos emitidos em nome de alunos, com descrição genérica dos materiais adquiridos e apresentando valor total para cada documento apresentado.

Constatação (006): Quanto aos pareceres de uso exclusivo da Coordenadoria de Serviço Social em Atendimento ao Estudante, não há informações descritivas em relação à situação vulnerabilidade. Alguns pareceres apresentaram no seu teor rasuras (nos índices e agravantes e nas datas).

Constatação (007): Dentre os alunos da amostra não foi encontrada a documentação da uma aluna.

b) Ordem de Serviço nº 001/2012 – Análise da regularidade dos procedimentos adotados para a elaboração do inventário anual da UFSC.

Constatação (001): Ausência de execução de inventário físico e financeiro do exercício de 2011.

c) Ordem de Serviço nº 002/2012 - Exame documental e avaliação dos procedimentos relativos à inscrição em restos a pagar não processados do exercício de 2011.

Constatação (001): Valores residuais inscritos em restos a pagar não processados dos seguintes empenhos: 2010ne000138, 2010ne000709, 2010ne900096, 2010ne900137, 2010ne900986, 2010ne901857, 2010ne901883, 2010ne901961, 2010ne902097, 2010ne902447, 2010ne902903, 2010ne902905, 2010ne903295 e 2010ne903946.

Constatação (002): Apresentação de saldo em restos a pagar não processados - natureza 33901801 – Bolsa de Estudo no País, nos seguintes empenhos: 2010NE000192, 2010NE000198, 2010NE000294, 2010NE000387, 2010NE001267.

Constatação (003): Inscrição indevida de saldo em restos a pagar não processados - natureza 33903607 – Bolsa de Estágio no empenho 2010NE000280

Constatação (004): Inscrição indevida em restos a pagar não processados na natureza 33909302 – Restituições no empenho 2010NE000265.

Constatação (005): Inscrição indevida em restos a pagar não processados na natureza 33903628 – Serviço de Seleção e Treinamento no empenho 2010NE001242.

Constatação (006): Inscrição indevida em restos a pagar não processados na natureza 33903946 – Serviços Domésticos, com vigência do contrato expirado em 31/12/2010 no empenho 2010NE906188.

Constatação (007): Apresentação de saldo em restos a pagar não processados, na natureza 44905296 – Equipamento e Material Permanente – Pagamento Antecipado nos empenhos 2010NE001217 e 2010NE904894.

Constatação (008): Apresentação de saldo em restos a pagar não processados, na natureza 44905191 – Obras em Andamento, dos seguintes empenhos: 2009NE900177, 2010NE905035, 2010NE906030, 2010NE906031 e 2010NE906174.

Constatação (009): Inscrição em restos a pagar não processados na natureza 44903979 – Apoio Administrativo Técnico e Operacional do empenho 2010NE904228.

Constatação (010): Inscrição em restos a pagar não processados na natureza 33903979 – Serviço de Apoio Administrativo Técnico e Operacional dos empenhos 2010NE905757 e 2010NE906063.

Constatação (011): Inscrição em restos a pagar não processados na natureza 33903905 – Serviços Técnicos Profissionais do empenho 2009ne906970.

Constatação (012): Inscrição em restos a pagar não processados na natureza 33903958 – Serviços de Telecomunicações no empenho 2010NE906190.

Constatação (013): Inscrição em restos a pagar não processados na natureza 44905218

Constatação (014): Inscrição em restos a pagar não processados na natureza 33903022 – Material de Limpeza e Prod. de Higienização do empenho 2010NE905357.

d) Ordem de Serviço nº 003/2012 - Análise de processos de aquisição de bens e serviços por dispensa de licitação (artigo 24, incisos I, II e XXI da Lei nº. 8.666/93), inexigibilidade de licitação (artigo 25 da Lei nº 8.666/93) e adesão à ata de registro de preços de outros órgãos (carona).

(Trabalho de auditoria em andamento ao final do exercício de 2012)

e) Ordem de Serviço nº 004/2012 - Análise dos documentos para execução dos Contratos, com ênfase na formalização e na atuação e responsabilidade do fiscal e gestor dos contratos.

Constatação (001): Quanto ao contrato n. 138/2011, firmado com a CASAN S.A, observou-se que não foi feita menção em seu preâmbulo de vinculação ao termo que inexigiu (artigo 25, I, Lei n. 8.666/93) a realização de certame licitatório.

Constatação (002): No que concerne ao contrato de fornecimento de água potável, coleta e tratamento de esgoto, n. 138/2011 (CASAN), antes da celebração do referido pacto, houve fornecimento por longo período sem qualquer contrato escrito, descumprindo artigos 62, e 60, parágrafo único, da Lei n. 8.666/93.

Constatação (003): Quanto ao fornecimento de água pela CASAN, observa-se que o prazo de vigência contratual é de 12 (doze) meses contados da data da assinatura (04/08/2011), podendo ter sua duração prorrogada com fundamento no artigo 57, II, da Lei n. 8.666/93.

Constatação (004): Observa-se, no contrato firmado com a FEESC, que não foi juntada aos autos n. 23080.007174/2010-36 via assinada da íntegra do Plano de Trabalho, mas apenas cópia apócrifa às fls. 03/25. Consta complemento assinado ao plano de trabalho às fls. 83/86 daqueles autos.

Constatação (005): No contrato firmado com a FEESC, do plano de trabalho juntado aos autos consta apenas a definição dos cargos das pessoas físicas participantes, todavia o documento limita-se a informar como “a indicar”, não qualificando os indivíduos vinculados à instituição apoiada. Tampouco consta do plano de trabalho os pagamentos previstos a pessoas físicas ou jurídicas, por prestação de serviços, com a devida identificação pelos números de CPF ou CNPJ (artigo 6º do Decreto n. 7.423/10).

Constatação (006): No cronograma do Plano de Trabalho do contrato celebrado com a FAPEU, verificou-se que consta como termo inicial das atividades do projeto o mês de outubro de 2011, entretanto, o contrato n. 0262/2011 foi firmado apenas em março de 2012.

Constatação (007): Quanto ao contrato n. 0262/2011 (FAPEU), verificou-se a indicação, como participante, em 12 de janeiro de 2012, de quatro professores vinculados à UFSC, instituição apoiada, limitando-se a mencionar que os demais participantes serão incluídos posteriormente, todavia, não há nos autos a indicação dos demais. Ademais, consta menção à necessidade de indicação, no orçamento detalhado, os nomes dos envolvidos no projeto com os valores aprovados no departamento de ensino e o modo de remuneração, o que não se verificou no processo analisado.

Constatação (008): Quanto ao contrato n.262/2011 (FAPEU), não houve expressa menção às hipóteses de rescisão contratual, embora decorram diretamente da lei, constituem cláusula necessária/obrigatória prevista no artigo 55, VIII, da Lei n. 8.666/93.

Constatação (009): Observa-se que o contrato com a UNIMED não prevê as hipóteses de rescisão contratual dos artigos 78 e 79 da Lei n. 8.666/93, tampouco os direitos da Administração decorrentes de eventual rescisão previstos no artigo 77 do mesmo diploma. Além disso, a cláusula

21ª do contrato está em desacordo com a legislação aplicável à espécie, sobretudo, artigos 3º, 55, 78, 79 da Lei n. 8.666/93, 13, parágrafo único, II e III, da Lei n. 9.656, artigo 1º, II, do Decreto n. 4.978/2004 e artigos 17, II, e 25 da Portaria Normativa n. 05/SRH/MPOG/2010. A referida cláusula malfez, ainda, os princípios da supremacia e da indisponibilidade do interesse público, subjacentes no texto do artigo 37 da Constituição de 1988.

Constatação (010): O contrato firmado com a UNIMED e os termos aditivos estão em autos apartados, com numeração distinta, o que dificulta a análise e arquivamento dos mesmos.

Constatação (011): No contrato de fornecimento de prestação de serviço telefônico fixo comutado – STFC, n. 0638/2006, houve omissão do item 10.2.1.- “A verificação dos preços praticados pelas operadoras contratadas deverá ocorrer mensalmente, de forma a se obter um histórico comparativo para fins de avaliação quanto à oportunidade e conveniência da manutenção dos contratos existentes” (fl. 129 dos autos do processo administrativo n. 23080.045805/2006-39), constante do anexo I ao edital do Pregão presencial n. 295/2006, quando da formalização do contrato n. 00638/2006.

Constatação (012): Nos contratos de obras auditados (n. 186/2011 e n. 206/2011) não houve expressa menção às hipóteses de rescisão contratual, embora decorram diretamente da lei, constituem cláusula necessária/obrigatória prevista no artigo 55, VIII, da Lei n. 8.666/93.

Constatação (013): No contrato n. 186/2011, celebrado com a Progredior Ltda., observa-se que não foi juntada aos autos, via original assinada do primeiro termo aditivo celebrado (TA01).

Constatação (014): Observa-se, quanto aos contratos firmados com Adservi e Khronos, que não houve menção às hipóteses que ensejam rescisão contratual, tampouco cláusula sobre o reconhecimento dos direitos da Administração, em caso de rescisão administrativa prevista no art. 77 da Lei n. 8.666/93.

Constatação (015): Observa-se, quanto ao contrato celebrado com a Ondrepbs, que não houve menção às hipóteses que ensejam rescisão contratual.

Constatação (016): No tocante ao contrato firmado com a Ondrepbs, verificam-se termos aditivos de supressão e sucessivo acréscimo de área em virtude de sazonalidade de férias no mês de janeiro de cada exercício (TA01; TA08; TA11 e TA16).

Constatação (017): No tocante ao instrumento firmado com a Ondrepbs, constata-se alterações contratuais, com a celebração do sexto termo aditivo (TA06), que modificam o objeto inicialmente pactuado, através da inclusão de 1.769,70m² correspondentes ao campus de Araranguá/SC. Não se está apenas modificando o regime de execução ou a área de abrangência, mas incluindo novo objeto no bojo do contrato original.

Constatação (018): No tocante ao contrato celebrado com a Ondrepbs, ressalta-se que a vigência contratual encerra-se em 31.12.2012, e o contrato já foi prorrogado pelo período de 60 meses previsto no artigo 57, II, da Lei n. 8.666/93.

Constatação (019): Os contratos n.ºs. 0638/2006; 0683/2007; 067/2008; 0138/2011 e 0262/2011 tiveram a publicação de seu extrato no DOU em data superior ao estabelecido pela Lei n.º 8.666/93.

Constatação (020): Quanto à fiscalização, foram apresentadas respostas aos questionários, pelos fiscais dos contratos, por meio dos quais foi possível constatar fragilidades comuns a todos. Dentre

as mais frequentes, desponta a ausência de reuniões periódicas para discussão da execução dos contratos, falta de infraestrutura para exercício da fiscalização e ausência de registros escritos dos acompanhamentos e verificações.

Constatação (021): Dentre os dez fiscais pesquisados através dos questionários submetidos, oito apresentaram resposta, o que representa 80% da amostra. Os fiscais não respondentes atuam nos contratos n. 059/2010 (FEESC) e n. 262/2011 (FAPEU), e, tampouco justificaram a abstenção.

Constatação (022): Três fiscais afirmaram que apresentam relatórios escritos ao gestor. Apenas o fiscal dos contratos n. 186/2011 (Gaertner) e 206/2011 (Progredior) respondeu afirmativamente ao item de manutenção de anotações em livro de ocorrências, que, no caso específico, é o Diário de Obras, também este fiscal é o único que respondeu afirmativamente ao item de manutenção de atas de reuniões realizadas.

Constatação (023): Parte dos fiscais designados por portaria informou que não se sente capacitada na área em que fiscaliza, fato que lhes dificulta, sobremaneira, o trabalho realizado.

Constatação (024): Observa-se que os fiscais apontam a falta ou deficiência de estrutura para executar a fiscalização.

Constatação (025): No tocante às três empresas de mão de obra terceirizada abrangidas pela amostra, da aplicação de questionário específico dirigido ao fiscal designado, constatou-se que nenhum deles é orientado a verificar por amostragem, periodicamente, a CTPS dos empregados terceirizados, tampouco observam se foi requerido pela terceirizadora exame de saúde admissional. Não é analisado, ainda, por dois dos três fiscais respondentes, o cumprimento, por parte das empresas contratadas, das obrigações oriundas das CCTs.

Constatação (026): Observa-se, quanto ao contrato celebrado com a FEESC, que, em observância ao artigo 4º- A, II, da Lei n. 8.958/94, a fundação de apoio deveria divulgar, semestralmente, os relatórios de execução do contrato, indicando os valores executados, as atividades, as obras e os serviços realizados, discriminados por projeto, unidade acadêmica ou pesquisa beneficiária, e tal não tem ocorrido no caso em tela.

Constatação (027): Observa-se que não estão divulgadas as relações de pagamentos já efetuados, em decorrência do contrato, a servidores, outras pessoas naturais e pessoas jurídicas, conforme determinam os incisos III e IV do artigo 4º - A da Lei n. 8.958/94.

Constatação (028): Constata-se que os registros do contrato estão digitalizados e inseridos no sistema SPA/UFSC. Não foram juntadas ao processo no SPA as vias assinadas do Termo de Cooperação para Gestão Ambiental celebrado entre a UFSC e o DNIT, tampouco a via original do plano de trabalho que o integra, conforme o ofício n. 1932/2011/CGMAB/DPP, enviado pelo DNIT em 29.12.2011, e, recebido pelo Gabinete da Reitoria da UFSC em 03.01.2012.

Consta das fls. 139/175 dos autos virtuais, o Anexo I, composto do Plano de Trabalho, integrante do Contrato firmado entre UFSC e FAPEU. Infere-se que tal documento reproduz o conteúdo do Plano de Trabalho enviado pelo DNIT à UFSC. Porém, o referido documento, por ser digitalização de cópia reprográfica, apresenta falhas gráficas que dificultam a análise.

Constatação (029): Verifica-se que a fundação de apoio FAPEU não divulga em sítio que mantém na rede mundial de computadores (internet) cópia dos instrumentos contratuais (n. 262/2011), que firmou com a Universidade, o que seria sua obrigação de acordo com o artigo 4º-A, I, da Lei n. 8.958/94.

Constatação (030): Em observância ao artigo 4º- A, II, da Lei n. 8.958/94, a fundação de apoio FAPEU deveria divulgar, semestralmente, os relatórios de execução do contrato, indicando os valores executados, as atividades, as obras e os serviços realizados, discriminados por projeto,

Constatação (031): Observa-se que a fiscalização do contrato firmado com a CASAN atende parcialmente aos requisitos previstos na IN 02/2008/MPOG e na Lei n. 8.666/93, de acordo com as respostas ao questionário aplicado, sobretudo, no tocante à manutenção de registros escritos.

Constatação (032): Quanto ao contrato n. 0638/2006, durante o período de vigência, observou-se a ocorrência de substituição de fiscal responsável por cinco vezes .

Constatação (033): Para o contrato n. 0638/2006, dos quatorze itens de obrigação listados no questionário geral aplicado, com base na IN 02/2008 do MPOG e na Lei n. 8.666/93, observou-se o não atendimento de três requisitos, quais sejam: manutenção de livro ou registro de ocorrências, reuniões periódicas e apresentação de relatórios escritos para o gestor.

Constatação (034): Quanto ao contrato n. 0638/2006, constatou-se crédito em favor da UFSC, por ocasião de cobranças indevidas na fatura, apurados, em razão de solicitação do então Pró-Reitor de Infraestrutura à época, por auditoria externa contratada especialmente para este fim.

Constatação (035): Com relação à constatação 4.1.2, evidencia-se uma fragilidade no processo de fiscalização, pois a suspeita de incorreção nas faturas que ensejou a contratação de auditoria externa surgiu em 2010, sendo que, ao que consta, equívocos estavam ocorrendo desde 2007.

Constatação (036): Quanto ao contrato celebrado com a FEESC, identificou-se a ocorrência de pagamento antecipado de despesas e o desembolso com base em menção genérica ao objeto do contrato (“Estudos de planejamento para o setor portuário, Cont 059/2010.”) no campo de descrição dos serviços nas notas fiscais apresentadas pela FEESC à UFSC, com valor global, contrariando entendimento do TCU (v.g. Acórdão Plenário TC 027.709/2010-8). De acordo com o artigo 116, §3º, da Lei n. 8.666/93, as parcelas de recursos provenientes do convênio serão liberadas em estrita conformidade com o plano de aplicação aprovado.

Constatação (037): Observa-se que o elemento de despesa 30.90.39, previsto na cláusula quarta do contrato n. 059/2010 (FEESC), de acordo com a Portaria Interministerial/MF/MPOG n. 163/2001, evidencia prestação de serviços por pessoas jurídicas para órgãos públicos, todavia, não se verifica claramente a descrição de tais serviços nas notas fiscais. Além disso, o referido elemento de despesa não satisfaz as rubricas apresentadas nas fls. 25 e 86, referentes ao Plano de Trabalho juntado ao processo em análise.

Constatação (038): Sobre o contrato firmado com a FEESC, observa-se que não há nos autos, tampouco está disponível para consulta, prestação de contas parcial com relação às atividades já realizadas no Projeto de Pesquisa “Estudos de Planejamento para o Setor Portuário”, objeto do contrato n. 059/2010.

Constatação (039): No tocante ao contrato celebrado com a CASAN, observou-se que das 66 (sessenta e seis) unidades de consumo para o período de cinco meses apontado na amostra, algumas apresentam variação de consumo importante. Esta auditoria, entretanto, não possui elementos suficientes para avaliar as razões dessas variações de consumo.

Constatação (040): Constata-se o pagamento, na fatura, referente ao consumo de água e esgoto da matrícula n. 229692-6, correspondente à unidade da Associação Atlética Volantes UFSC, no valor mensal de R\$137,89, durante o período abrangido pela amostra.

Constatação (041): Quanto ao contrato celebrado com a empresa Progrebior Ltda., constatou-se que, no que se refere à solicitação de pagamento da nota fiscal n. 2897, não foram juntados aos autos os comprovantes de cumprimento das obrigações previdenciárias e do recolhimento do FGTS.

Constatação (042): Verificou-se que, no tocante à nota fiscal n. 2905, referente ao contrato n. 186/2011, celebrado com a Progrebior Ltda. o atesto não foi conferido por fiscal designado através de portaria. Além disso, não foram juntados os resumos das folhas de pagamento das empresas subcontratadas.

Constatação (043): Quanto ao contrato firmado com a Khronos, os atestos de quatro das cinco notas fiscais foram conferidos conforme fiscal designada pela Portaria n. 075/CARC/2010. Entretanto, a nota fiscal n. 300123 foi atestada não pela fiscal designada, mas por outro servidor. Consta dos processos de solicitação de pagamento 201204902 e 201203534 os documentos relativos ao resumo da folha, e guias GFIP e GPS, em atenção ao artigo 71 da Lei n. 8.666/93 e 34, §5º, da IN 02/2008/MPOG, todavia, dos demais processos de solicitação de pagamentos auditados não consta o resumo da folha de pagamentos, apenas a relação dos trabalhadores constante do arquivo SEFIP, o que não equivale ao resumo da folha de pessoal.

Constatação (044): No tocante ao contrato firmado com a UNIMED, a solicitação de pagamento n. 201001344, autos n. 23080.0002257/2010-39, teve os documentos atestados em 12.02.2010 pela servidora assistente da PRDHS, que não é fiscal do contrato regularmente designada por portaria. O mesmo ocorre com a solicitação de pagamento n. 201013180, autos n. 23080.039023/2010-47, que teve os documentos atestados em 11.11.2010 pela servidora Chefe da Seção de Expediente da PRDHS, e não pelo fiscal do contrato regularmente designado pela portaria n. 067-S/CAAd/2008 fl. 553 autos n. 23080.007548/2008-07.

Constatação (045): As solicitações de pagamento autuadas sob os n.ºs. 23080029216/2011-71; 23080.042109/2011-38; 23080.001895/2012-02 e 23080023201/2012-80 correspondem a Ordens Bancárias-folha, e, encontram-se desacompanhadas dos documentos comprobatórios dos valores consignados. Tampouco consta dos processos mencionados qualquer documento indicativo de que o fiscal designado tenha realizado a conferência dos valores exigidos pela contratada. Não constam, ainda, dos autos referidos, os comprovantes de retenção/recolhimento dos tributos (DARF, GPS), de modo que não se tem elementos para assegurar a regularidade fiscal.

Constatação (046): Quanto ao contrato n. 0262/2011, da análise das duas solicitações de pagamento, constatou-se o prazo de vencimento fixado na apresentação, e, que os atestos não foram conferidos pelo fiscal designado conforme a portaria n. 262/CARC/2011, mas por outro servidor. Não é possível verificar se a GPS encontra-se de acordo com a legislação pertinente, uma vez que não está acompanhada de memória de cálculo para conferência da base para retenção de INSS.

Constatação (047): Quanto ao contrato celebrado com a FAPEU, identificou-se a ocorrência de pagamento antecipado de despesas e o desembolso com base em menção genérica ao objeto do contrato ("Execução do projeto intitulado 'Gestão Ambiental e Execução de Programas Ambientais na BR386/RS'") no campo de descrição dos serviços nas notas fiscais apresentadas pela FAPEU à UFSC, com valor global, contrariando entendimento do TCU (v.g. Acórdão Plenário TC 027.709/2010-8). A nota fiscal n. 57.347 apresenta indicação de base de cálculo para o recolhimento de INSS, contudo, sem apresentar qualquer referência à memória de cálculo.

Constatação (048): Observa-se que não há nos autos 23080.051814/2011-26, tampouco está disponível para consulta, prestação de contas parcial com relação às atividades já realizadas no Projeto de Pesquisa objeto do contrato n. 262/2011 (FAPEU).

Constatação (049): Quanto ao contrato n. 0638/2006, constata-se a celebração de sete termos aditivos e dois apostilamentos. Quanto ao TA05, embora o DSG mencione a realização de pesquisa de preços a justificar a prorrogação do prazo (fl. 979-A), tal não foi anexada ao processo administrativo, verificando-se apenas o demonstrativo das tarifas a serem praticadas no ano subsequente pela EMBRATEL, contratada (fl. 982).

Constatação (050): Ainda quanto ao contrato n. 0638/2006, no que concerne ao TA07, verifica-se irregularidade no sentido de que “valores mensais da conta telefônica da UFSC eram elevados” (fl. 1015, autos n. 23080.045805/2006-39), sendo que a motivação para prorrogar excepcionalmente o prazo contratual, com supedâneo no §4º do artigo 57 da Lei n. 8.666/93, por mais doze meses, foi um crédito gerado nos anos anteriores, de 2007 a 2009, em razão de pagamentos indevidos.

Constatação (051): Através da empresa Genesys Telecomunicações LTDA. ME, contratada com propósito de prestar ajuda especializada em análise de faturas de telecomunicação, verificou-se excesso de cobrança nas faturas apresentadas pela Embratel S.A., o que ensejou suspensão dos pagamentos em 2010 e ajustes durante o período que se seguiu. Com arrimo no princípio da continuidade dos serviços públicos, decidiu-se pela prorrogação do contrato utilizando-se os créditos constituídos no período pretérito para compensar as novas faturas, conforme relatório anexo, apresentado em resposta à SA 042012-03. Observou-se o uso, pela consultoria externa, das ferramentas Account Manager e Sistema TEM – Telecom Expense Manager.

Constatação (052): No tocante ao contrato n. 075/2010, observou-se que o percentual limite de acréscimo de serviços permitido, correspondente a 25% do valor inicial atualizado do contrato, conforme dispõe o artigo 65, §1º, da Lei n. 8.666/93, já foi atingido, não sendo mais possível aditar o contrato para acrescer serviços.

Constatação (053): No tocante ao contrato n. 186/2011, firmado com a empresa Gaertner Ltda., constatou-se que o seguro-garantia prestado no ato da contratação, conforme exigência, correspondente a 5% do valor total, e, em função do acréscimo de valor e prazo decorrentes do termo aditivo (TA01), terá sua vigência expirada antes do prazo previsto para o recebimento definitivo do objeto contratado.

Constatação (054): Observa-se que os autos não estão organizados, de modo que não há uma ordem cronológica dos termos aditivos, o que dificulta a análise.

Constatação (055): Quanto ao contrato celebrado com a UNIMED, mais precisamente, no TA01, observou-se que a cláusula segunda, bem como as respectivas subcláusulas, não atendem ao interesse da Administração, considerando os princípios da supremacia e da indisponibilidade do interesse público, sobretudo, no que tange à subcláusula terceira da cláusula segunda do TA01, que prevê a possibilidade de recair sobre a UFSC a responsabilização “pelo pagamento integral da fatura dos servidores/beneficiários atualizada até a data do pagamento considerando 2% de multa sobre o valor nominal do débito e 1% de juros ao mês – cobrados por dia de atraso, com vistas a evitar a suspensão dos atendimentos do contrato mantido junto ao ÓRGÃO CONCEDENTE”.

Constatação (056): No que concerne ao contrato n. 0683/2007, quanto ao percentual limite de acréscimos e supressões previsto no §1º do artigo 65 da Lei n. 8.666/93, considerou-se, nesta

análise, que foi respeitado. Há, porém, que se fazer uma ressalva no que concerne às sucessivas supressões e acréscimos referentes aos meses de janeiro de cada ano, uma vez que as alterações contratuais não podem ser consideradas de forma consolidada para o fim de se verificar se houve ou não o alcance do limite previsto em lei.

f) Ordem de Serviço nº 005/2012 - Exame dos procedimentos e controles relacionados à concessão de auxílio-transporte, diárias e passagens.

Constatação (001): Os endereços constantes da ficha pessoal do SIAPE dos servidores do HU relacionados diferem do endereço informado nos requerimentos de auxílio-transporte

Constatação (002): Pagamento de auxílio-transporte a servidor cujo requerimento não consta assinatura da chefia imediata e cuja data é posterior a dezembro de 2011.

Constatação (003): Contrato de locação com do servidor com prazo expirado.

Constatação (004): Pagamento de auxílio-transporte a servidores cujo requerimento não constava assinatura da chefia imediata

Constatação (005): Pagamento de auxílio-transporte aos servidores cujo requerimento não constava assinatura da chefia imediata.

Constatação (006): Contrato de utilização de transporte coletivo de natureza especial de servidor com prazo expirado.

Constatação (007): Divergência entre o valor devido e valor pago de auxílio-transporte a servidores.

Constatação (008): Requerimento de auxílio-transporte.

Constatação (009): Descumprimento do prazo legal estabelecido para autorização de afastamento do país.

Constatação (010): Ausência de inclusão de cópia da publicação do DOU, no SCDP referente à autorização de afastamento do país da solicitação de viagem nº 0465/12-1c.

Constatação (011): Ausência de publicação do Boletim Interno referente aos atos de concessão de diárias.

Constatação (012): Justificativa insuficiente para solicitação de viagem com prazo inferior a dez dias (Portaria do MEC nº. 403/2009).

Constatação (013): Ausência de publicação do Boletim Interno referente aos atos de concessão de diárias.

Constatação (014): Instrução incompleta dos processos de solicitação de passagens de colaborador eventual.

Constatação (015): Solicitações de viagens com origem no exterior cadastradas como viagem nacional.

Constatação (016): Pagamento de passagem a servidor em período de licença capacitação.

Constatação (017): Ausência de inclusão de informação referente aos recursos provenientes da UFSC ou CAPES na solicitação de viagens de colaborador eventual.

g) Ordem de Serviço nº 006/2012 - Acompanhamento do cumprimento das metas previstas no Plano Plurianual (PPA), da execução dos programas de governo e do orçamento.

Constatação (001): Não correspondência dos dados constantes do SIMEC com os valores lançados no SIAFI. Ação 2030.20RJ.26246.0042 - Apoio à Capacitação e Formação Inicial e Continuada de Professores, Profissionais, Funcionários e Gestores para a Educação Básica.

Constatação (002): Não correspondência dos dados constantes do SIMEC com os valores lançados no SIAFI. Ação 0089.0181.26246.0042 – Pagamento de Aposentadorias e Pensões - Servidores Cíveis.

Constatação (003): Indicação de categoria de apropriação nos Planos Internos em desconformidade com o Anexo III da Portaria SOF nº. 01/2012.

Constatação (004): Emissão de Nota Fiscal Anterior ao Empenho.

Constatação (005): Falta de designação dos Coordenadores de Ação 2008-2011.

Constatação (006): Falta de designação dos Coordenadores de Ação 2012-2015.

Constatação (007): Até a data de 03.08.2012, não havia registros no SIMEC com relação às ações desenvolvidas pela Universidade Federal de Santa Catarina.

Constatação (008): Observa-se que as últimas atualizações referentes ao ano de 2011 no SIMEC foram realizadas em 20/05/2012, e não conforme as metas físicas e financeiras eram executadas durante o exercício.

Constatação (009): Ausência de registro de metas físicas até o presente momento.

h) Ordem de Serviço nº 007/2012 - Análise da regularidade da execução dos termos de cooperação e instrumentos congêneres firmados pela UFSC com órgãos da Administração Federal, com ênfase no relacionamento da UFSC com as fundações de apoio.

(Trabalho de auditoria em andamento ao final do exercício de 2012)

i) Ordem de Serviço nº 008/2012 - Controle da gestão nos processos licitatórios, dispensas e inexigibilidade de licitação, que tenham como objeto a aquisição de materiais ou a contratação de serviços para o Restaurante Universitário e a Editora da UFSC (Demanda do Gabinete da Reitoria)

(Trabalho de auditoria em andamento ao final do exercício de 2012)

Durante o exercício de 2012, foram propostas 123 recomendações que a AUDIN julgou como sendo necessárias para sanar as impropriedades verificadas durante os exames e para o aprimoramento dos controles internos. Porém, como o monitoramento é feito posteriormente, quando da realização de nova auditoria sobre o mesmo objeto, ao final do exercício de 2012 não foi

possível aferir a relação entre a quantidade de recomendações feitas e a quantidade de recomendações implementadas.

Ao final dos trabalhos de auditoria, a equipe responsável elabora o Plano de Providências, onde os gestores das áreas auditadas devem informar quais as providências que serão adotadas para regularização das constatações apontadas, bem como os prazos que julgam necessários à implementação, considerando as condições operacionais de cada área.

A unidade de Auditoria Interna conta com uma Coordenação de Controle e Acompanhamento, composta por dois profissionais, com o objetivo de monitorar se as providências propostas pela CGU e as determinações do TCU estão sendo implementadas. Pretende-se, para o próximo exercício, que esta coordenação acompanhe, também, a implementação das recomendações oriundas dos trabalhos de Auditoria Interna. Atualmente, a análise e a confirmação do atendimento ou não das recomendações é efetuada quando da realização de nova auditoria sobre o mesmo objeto.

Para cada trabalho de auditoria realizado, é elaborado relatório contendo as informações que os membros da equipe de auditoria julgam necessárias para o entendimento do objeto que está sendo auditado. O relatório de auditoria contempla, também, as constatações feitas pela equipe e as recomendações que os auditores consideram necessárias para sanar as irregularidades encontradas e para aprimoramento dos controles internos. Este relatório de auditoria é enviado ao Gabinete da Reitoria e aos diretores das áreas que foram auditadas.

Os resultados preliminares são levados ao conhecimento dos responsáveis pelas áreas auditadas, quando é solicitado destes as manifestações formais com os devidos esclarecimentos adicionais ou justificativas a respeito das ocorrências identificadas, conforme previsto nas normas legais. Posteriormente, é elaborado o relatório definitivo, que também é submetido às áreas auditadas e ao Gabinete da Reitoria, acompanhado do respectivo plano de providências que deve ser devolvido à Auditoria Interna para que faça o monitoramento da implementação das recomendações.

10.3. Informações sobre o cumprimento das obrigações estabelecidas na Lei nº 8.730, de 10 de novembro de 1993, relacionadas à entrega e ao tratamento das declarações de bens e rendas

Quadro 94 - Demonstrativo do Cumprimento, por Autoridades e Servidores da UJ, de Entregar a DBR

Detentores de Cargos e Funções Obrigados a Entregar a DBR	Situação em Relação às Exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício Financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR			
	Entregaram a DBR			
	Não cumpriram a obrigação			
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR			
	Entregaram a DBR			
	Não cumpriram a obrigação			
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	794	794	794
	Entregaram a DBR	794	794	794
	Não cumpriram a obrigação			

Fonte: AUDIN

Análise Crítica

O Departamento de Administração de Pessoal está incumbido de gerenciar a recepção das Declarações de Bens e Rendas – DBR dos servidores ocupantes de cargo de direção e função gratificada da Universidade Federal de Santa Catarina. Não há sistema informatizado para o gerenciamento da entrega da DBR. Para o exercício de 2013 estaremos providenciando a informatização desse gerenciamento. Os servidores que entregaram a DBR preencheram o formulário de autorização de acesso à declaração de ajuste anual do imposto de renda da pessoa física. Os formulários de autorização são arquivados na pasta funcional dos servidores. Em razão deste Departamento não ter acesso as Declarações de Bens e Rendas dos servidores não há como identificar eventuais incompatibilidades de patrimônio com a remuneração recebida.

10.4 Declaração da área responsável atestando que as informações referentes a contratos e convênios ou outros instrumentos congêneres estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria – SICONV, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

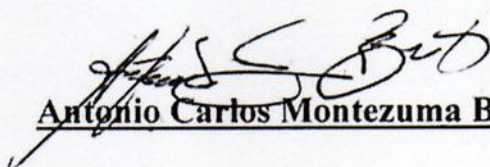
Pró-Reitoria de Administração

Campus Prof. João David Ferreira Lima - CEP 88040-900
Trindade - Florianópolis - Santa Catarina - Brasil - E-mail proinfra@reitoria.ufsc.br - Fone (48) 3721-9537

DECLARAÇÃO

Eu, **ANTONIO CARLOS MONTEZUMA BRITO**, CPF nº 051518132-34, Pró Reitor de Administração, exercido na Universidade Federal de Santa Catarina, declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2012 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG, conforme estabelece o art. 19 da Lei nº 12.465, de 12 de agosto de 2011 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Florianópolis, 27 de Fevereiro de 2013.


Antonio Carlos Montezuma Brito

11. INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

11.1 Informações Sobre a Adoção de Critérios e Procedimentos Estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público

Trata a NBC T 16.9 sobre os critérios e procedimentos para o registro contábil da depreciação, amortização e exaustão. Quanto ao atendimento dessa Norma Técnica nos itens relacionados às atividades do Departamento de Gestão Patrimonial (DGP), informa-se que a apuração da depreciação dos bens não ocorre mensalmente, como previsto no item 4 (quatro) da Norma.

Também não se procede à revisão anual, no final de cada exercício, do valor residual e da vida útil econômica dos bens permanentes, como previsto no item 5 (cinco). Os itens 9 (nove) e 10 (dez) da referida Norma abordam a necessidade de estimar a vida útil econômica dos bens, com base em parâmetros e índices admitidos em norma específica ou laudo técnico, o que também não está sendo executado, de forma manual, no Departamento. Neste caso, o próprio sistema informatizado procede ao cálculo, de modo automático, da vida útil, cuja metodologia é embutida no sistema, através do método de cálculo linear. Já o item 11 (onze) aborda a reavaliação de bens, o que também não ocorre ao final da vida útil econômica dos mesmos.

No que tange ao item 6 (seis) da NBC T 16.9, a depreciação é reconhecida automaticamente pelo sistema informatizado de registros patrimoniais, até o término da vida útil do mesmo. Quanto aos itens 7 (sete) e 8 (oito), tem-se que o início da depreciação corresponde à data de incorporação do mesmo ao Patrimônio da Universidade e, desse modo, havendo condições de uso do bem, ao mesmo tempo em que a depreciação não cessa quando o ativo se torna obsoleto ou retirado temporariamente de circulação, uma vez que o mesmo permanece com cadastro ativo e, portanto, sofrendo depreciação.

De modo paralelo, trata a NBC T 16.10 sobre os critérios e procedimentos para a avaliação e mensuração de ativos e passivos integrantes do patrimônio de entidades do setor público. Sobre o atendimento à mesma, tem-se que a incorporação dos bens ao Ativo Permanente da Universidade ocorre com base no valor de aquisição do mesmo, em conformidade aos itens 23 (vinte e três) e 25 (vinte e cinco) da Norma. Já no que se refere à incorporação de imobilizáveis obtidos a título gratuito, considera-se o valor constante dos respectivos documentos que serviram de base ao processo de doação ou cessão, geralmente ocorrido por meio de Termo de Doação, Termo de Cessão de Uso ou Termo de Depósito. Ainda, cabe destacar que eventuais transferências a outros órgãos ou entidades seguem os mesmos critérios, em atendimento aos itens 26 (vinte e seis), 27 (vinte e sete) e 29 (vinte e nove) da NBC T 16.10.

Quanto à reavaliação, informa-se que a mesma não é realizada com suficiente regularidade, como previsto no item 32 (trinta e dois) da NBC T 16.10, em virtude, principalmente, do grande volume de bens na UFSC, do mesmo modo que não se atende, conseqüentemente, aos itens 33 (trinta e três), 34 (trinta e quatro) e 35 (trinta e cinco).

Em síntese, atende-se **parcialmente** ao constante das Normas NBC T 16.9 e NBC T 16.10, cujas justificativas encontram-se descritas nos itens que seguem.

Quanto aos itens das NBC Ts não observados pelo Departamento, informa-se que a apuração mensal da depreciação não ocorre tendo em vista que o atual sistema informatizado de registros

efetua o cálculo anual automaticamente, com base na data de incorporação dos bens, valor de incorporação e taxa de depreciação anual.

Quanto à reavaliação anual de bens, estabelecimento de valor residual e da vida útil econômica, quanto ao atendimento das expectativas atuais em comparação às estimativas anteriores de valor, não se efetua tais rotinas tendo em vista o reduzido número de Servidores lotados no Departamento, os quais têm dificuldades em realizar as tarefas diárias normais do Departamento.

A estimativa da vida útil econômica dos ativos nos lançamentos de incorporação é realizada de forma indireta, automaticamente pelo sistema informatizado, com base no lançamento da taxa anual de depreciação, conforme descrito nos Itens “d” e “e” a seguir.

Atualmente, a metodologia utilizada (incorporada ao sistema informatizado) adota o método linear de depreciação, atendendo ao item 13, “a”, da NBC T 16.9, com base na equação:

$$(Valor\ de\ incorporação - Valor\ Residual) / Vida\ Útil$$

As taxas anuais de depreciação atualmente utilizadas correspondem às utilizadas anteriormente pelas demais Gestões do Departamento, ou seja, veio-se mantendo os mesmos critérios de lançamento, quais sejam:

- 1) Para livros e demais materiais bibliográficos (natureza de despesa 44.90.52.18): taxa de depreciação anual de 10% (dez por cento);
- 2) Para as demais naturezas de despesa: taxa de depreciação anual de 20% (vinte por cento).

Quanto ao imobilizado e dos bens intangíveis classificados como permanentes (de competência do DGP), o critério utilizado para incorporação dos bens corresponde ao seguinte:

- 1) Nas aquisições, o valor da aquisição (com base na Nota Fiscal);
- 2) Nas doações e cessões de uso, o valor das respectivas Notas Fiscais, juntamente com o respectivo Termo de Doação, Termo de Cessão de Uso, ou Termo de Depósito.

O impacto da utilização dos critérios contidos nas NBC T 16.9 e 16.10, trará confiabilidade nos balanços anuais, com relação aos valores patrimoniais do setor público em geral, o que não ocorre até a presente data.

Na Universidade Federal de Santa Catarina, ainda não podemos mensurar tal impacto, tendo em vista que ainda não houve uma implantação efetiva das normas, conforme exposto acima.

Levando-se em consideração as informações repassadas pelo Setor de Patrimônio da Universidade, responsável por prestar as informações para dar suporte aos registros contábeis, verifica-se que a UFSC está desenvolvendo métodos, sistemas internos e capacitando o pessoal envolvido, para que os problemas com os sistemas sejam solucionados ainda no exercício de 2013 e que possamos gerar informações contábeis que possam refletir de forma fidedigna a situação patrimonial deste Órgão.

11.2 Declaração do Contador Atestando a Conformidade das Demonstrações Contábeis



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
PRÓ-REITORIA DE ORÇAMENTO, ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE E FINANÇAS**

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)			Código da UG
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA			153163
<p>Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais), regidos pela Lei n.º 4.320/1964 e pela Norma Brasileira de Contabilidade Aplicada ao Setor Público NBC T 16.6 aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008, relativos ao exercício de 2012, refletem adequadamente a situação orçamentária; financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante a:</p> <ul style="list-style-type: none"> a) Saldos contábeis do Almoxarifado e dos bens móveis não conferem c/ RMA e o RMB, respectivamente; b) Falta de atualização monetária, de Depreciação, de Amortização, e de Exaustão dos Ativos Permanentes; c) Saldos de Imóveis não confere c/ SPIUNET; e d) Falta de conciliação nas transações processadas nos registros contábeis <p>Informamos, outrossim, que as demonstrações do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico não estão disponibilizados no SIAFI.</p> <p>Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.</p>			
Local	Florianópolis	Data	28/fevereiro/2013
Contador Responsável (Técnico em Contabilidade)	 Marcus Vinicius Vieira	CRC nº	030048/O-2 - SC



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CAMPUS REITOR JOÃO DAVID FERREIRA LIMA - TRINDADE - CEP 88040-900 - FLORIANÓPOLIS / SC
TELEFONE +55 (48) 3721-8418 - FAX +55 (48) 3721-9633
www.ufsc.br

NOTA EXPLICATIVA


Em relação à **DECLARAÇÃO DO CONTADOR**, a administração tem a esclarecer que providências foram tomadas com relação aos itens especificados, cuja resolução está em desenvolvimento.

Nesse sentido, desenvolvemos uma série de medidas junto aos setores envolvidos, inclusive com reunião de trabalho detalhada e ampla com a empresa contratada para implantar nosso sistema de patrimônio, em 05 de março de 2013, onde pactuamos um cronograma de resolução das pendências para fim de março próximo, com a produção do relatório consolidado de depreciação dos últimos 15 meses, sua devida contabilização e a nova programação da depreciação mês a mês, conforme a norma, disponibilizados em meio eletrônico no sítio da UFSC.

Vale ressaltar, ainda, que novos procedimentos da contabilidade da gestão pública estão em processo de implantação, com resultados previstos ao longo de 2013.

Por fim, informamos que os esclarecimentos referentes à depreciação estão contidos no item 11.1 deste relatório.


Beatriz Augusto de Paiva
Pró-Reitora de Planejamento e Orçamento
Beatriz Augusto de Paiva
Pró-Reitora de Planejamento e Orçamento
Portaria nº 1.238/GR/2012.


Antonio Carlos Montezuma Brito
Pró-Reitor de Administração
Antonio Carlos Montezuma Brito
Pró-Reitor de Administração
Portaria 653/2012/GR

11.3 Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas Previstas na Lei nº 4.320/1964 e pela NBC T 16.6 Aprovada pela Resolução CFC nº 1.133/2008

Não se aplica.

11.4 Demonstrações Contábeis e Notas Explicativas Exigidas pela Lei nº 6.404/1976

Não se aplica.

11.5. Composição Acionária das Empresas Estatais

Não se aplica.

11.6 Parecer da Auditoria Independente

As demonstrações contábeis da Universidade Federal de Santa Catarina não necessitam ser submetidas à auditoria independente.

12. OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO

A Universidade Federal de Santa Catarina declara que as informações já apresentadas representam bem o seu desempenho na gestão.

13. INDICADORES DE DESEMPENHO NOS TERMOS DA DECISÃO TCU Nº 408/2002 – PLENÁRIO E MODIFICAÇÕES POSTERIORES, NO FORMATO DEFINIDO NA PORTARIA PREVISTA NO ART. 4º, 7º DESTA DN

I a. Custo Aluno com Hospital Universitário

$$\text{Custo Corrente / Aluno Equivalente} = \frac{\text{Custo Corrente com HU}}{A_{GE} + A_{PG} TI + A_R TI}$$

Quadro 95 - Custo Corrente com HU

Componentes	Fonte de Consulta	Valor
Despesas Correntes da Universidade	SIAFI - Conta nº 3300000	1.196.782.856,23
(-) 65% das despesas correntes do Hospital Universitário	Fonte: SIAFI	123.025.819,19
(-) Aposentadorias e Reformas	SIAFI - Conta nº 3319001	200.854.784,28
(-) Pensões	SIAFI - Conta nº 3319003	31.673.626,34
(-) Sentenças Judiciais	SIAFI - Conta nº 3319091	30.884.031,36
(-) Despesas com Pessoal Cedido (Corpo Docente)	Fonte: SEGESP	781.123,56
(-) Despesas com Pessoal Cedido (Corpo Técnico-Administrativo)	Fonte: SEGESP	599.387,21
(-) Despesas com Afastamento País/Exterior (Corpo Docente)	Fonte: SEGESP	0,00
(-) Despesas com afastamento País/Exterior (Técnico-Administrativo)	Fonte: SEGESP	0,00
Total Custo Corrente		808.964.084,29

Fonte: UFSC

A_R = Nº de alunos residentes.

A_{PG} = Nº de alunos regularmente matriculados em cursos de pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado), não incluindo alunos de cursos de extensão e especialização.

A_{GE} = Número de Alunos Equivalentes da Graduação.

$A_{GE} = \sum_{\text{todos os cursos}} \{ [N_{DI} \times D_{PC}] \times [1 + (\text{Fator de Retenção})] + [(N_I - N_{DI}) / 4] \times D_{PC} \} \times \{ \text{Peso do grupo em que se insere o curso} \}$

$A_{GE} = 30.030,88$ (Fonte: Departamento de Administração Escolar)

$A_{PG} = 6.084$ (Fonte: Pró-Reitoria de Pós-Graduação)

$A_{PG} TI = 2 \times A_{PG} = 2 \times 6.564 = 12.168$

$A_R = 133$ (Fonte: Hospital Universitário)

$A_R TI = 2 \times A_R = 2 \times 133 = 266$

$$\text{Total Aluno Equivalente} = A_{GE} + A_{PGTI} + A_{RTI} = 42.464,88$$

$$\text{Custo Aluno Equivalente} = R\$ 808.964.084,29 / 42.464,88 = R\$ 19.050,19$$

Esse custo não representa o custo real médio por aluno, pois inclui o custo dos alunos do Colégio de Aplicação e NDI, e também inclui os custos com pesquisa e extensão. Não inclui amortização de capital. Não pode ser usado para fins gerenciais ou de política institucional ou governamental.

I b. Custo Aluno sem Hospital Universitário

$$\text{Custo Corrente / Aluno Equivalente} = \frac{\text{Custo Corrente sem HU}}{A_{GE} + A_{PGTI} + A_{RTI}}$$

Quadro 96 - Custo Corrente sem HU

Componentes	Fonte de Consulta	Valor
Despesas Correntes da Universidade	SIAFI - Conta nº 3300000	1.196.782.856,23
(-) 100% das despesas correntes do Hospital Universitário	Fonte: SIAFI	189.270.491,06
(-) Aposentadorias e Reformas	SIAFI - Conta nº 3319001	200.854.784,28
(-) Pensões	SIAFI - Conta nº 3319003	31.673.626,34
(-) Sentenças Judiciais	SIAFI - Conta nº 3319091	30.884.031,36
(-) Despesas com Pessoal Cedido (Corpo Docente)	Fonte: SEGESP	781.123,56
(-) Despesas com Pessoal Cedido (Corpo Técnico-Administrativo)	Fonte: SEGESP	599.387,21
(-) Despesas com Afastamento País/Exterior (Corpo Docente)	Fonte: SEGESP	0,00
(-) Despesas com afastamento País/Exterior (Técnico-Administrativo)	Fonte: SEGESP	0,00
Total Custo Corrente		742.719.412,42

Fonte: UFSC

A_R = N° de alunos residentes.

A_{PG} = N° de alunos regularmente matriculados em cursos de pós-graduação stricto sensu (mestrado e doutorado), não incluindo alunos de cursos de extensão e especialização.

A_{GE} = Número de Alunos Equivalentes da Graduação.

$A_{GE} = \sum_{\text{todos os cursos}} \{ [N_{DI} \times D_{PC}] \times [1 + (\text{Fator de Retenção})] + [(N_I - N_{DI}) / 4] \times D_{PC} \} \times \{ \text{Peso do grupo em que se insere o curso} \}$

$A_{GE} = 30.030,88$ (Fonte: Departamento de Administração Escolar)

$A_{PG} = 6.084$ (Fonte: Pró-Reitoria de Pós-Graduação)

$A_{PG TI} = 2 \times A_{PG} = 2 \times 6.564 = 12.168$

$A_R = 133$ (Fonte: Hospital Universitário)

$$A_{RTI} = 2 \times A_R = 2 \times 133 = 266$$

$$\text{Total Aluno Equivalente} = A_{GE} + A_{PGTI} + A_{RTI} = 42.464,88$$

$$\text{Custo Aluno Equivalente} = R\$ 742.719.412,42 / 42.464,88 = R\$ 17.490,20$$

Esse custo não representa o custo real médio por aluno, pois inclui o custo dos alunos do Colégio de Aplicação e NDI, e também inclui os custos com pesquisa e extensão. Não inclui amortização de capital. Não pode ser usado para fins gerenciais ou de política institucional ou governamental.

II. Aluno tempo Integral / Professor Equivalente

$\text{Aluno Tempo Integral / Professor} = \frac{A_{G^{TI}} + A_{PG^{TI}} + A_{R^{TI}}}{N.^{\circ} \text{ de Professores Equivalentes}}$
--

Quadro 97 - Professor Equivalente

Situação:	Nº de Professores:	Peso:	Resultado:
<i>Professores em Exercício Efetivo</i>			
20 horas/semana	132	0,50	66
40 horas/semana	20	1,00	20
Dedicação Exclusiva	1801	1,00	1801
<i>(+) Substitutos e Visitantes</i>			
20 horas/semana	140	0,50	70
40 horas/semana	181	1,00	181
Dedicação Exclusiva	20	1,00	20
<i>(-) Professores afastados para capacitação ou cedidos para outros órgãos ou entidades da administração pública em 31/12 do exercício</i>			
20 horas/semana	0	0,50	0
40 horas/semana	0	1,00	0
Dedicação Exclusiva	79	1,00	79

Fonte: PROGRAD

$$\text{Total de Professores (ENSINO SUPERIOR) Equivalentes} = 2.079$$

CÁLCULO ALUNO TEMPO INTEGRAL

$A_{G^{TI}}$ = Número de Alunos da Graduação em Tempo Integral

$$A_{G^{TI}} = \sum_{\text{todos os cursos}} \{ [N_{DI} \times D_{PC}] \times [1 + (\text{Fator de Retenção})] + [(N_I - N_{DI}) / 4] \times D_{PC} \}$$

$$A_{G^{TI}} = 17.767,55 \text{ (Fonte: Departamento de Administração Escolar)}$$

$$A_{PG} = 6.084 \text{ (Fonte: Pró-Reitoria de Pós-Graduação)}$$

$$A_{PG} TI = 2 \times A_{PG} = 2 \times 6.564 = 12.168$$

$$A_R = 133 (\text{Fonte: Hospital Universitário})$$

$$A_{RTI} = 2 \times A_R = 2 \times 133 = 266$$

Total de Alunos Tempo Integral: 30.201,55

$$\text{Aluno Tempo Integral / Professor} = 30.201,55 / 2.079 = 14,53 \text{ alunos por professor}$$

III a. Aluno Tempo Integral / Funcionário Equivalente com HU

$\frac{A_{GTI} + A_{PGTI} + A_{RTI}}{\text{Nº de Funcionários Equivalentes}}$

Aluno Tempo Integral / Funcionário Equiv.com HU = -----

Total de Alunos Tempo Integral: 30.201,55

Quadro 98 - Funcionário Equivalente com HU

Situação	Nº de Funcionários	Peso	Resultado
<i>Servidores Técnico-Administrativos vinculados à Universidade</i>			
20 horas/semana	195	0,50	97,5
30 horas/semana	21	0,75	15,75
40 horas/semana	3027	1,00	3027
<i>(+) Contratados sob a forma de prestação temporária de serviços</i>			
20 horas/semana	18	0,50	9
30 horas/semana	66	0,75	49,5
40 horas/semana	674	1,00	674
<i>(-) funcionários afastados para capacitação ou cedidos para outros órgãos/entidades da administração pública em 31/12 do exercício</i>			
20 horas/semana	2	0,50	1
30 horas/semana	1	0,75	0,75
40 horas/semana	59	1,00	59

Fonte: SEGESP

Funcionário Equivalente com HU = 3.812

$$\text{Aluno Tempo Integral / Funcionário Equivalente com HU} = 30.201,55 / 3.812 = 7,92$$

III b. Aluno Tempo Integral / Funcionário Equivalente sem HU

$\frac{A_{GTI} + A_{PGTI} + A_{RTI}}{\text{Nº de Funcionários Equivalentes}}$

Aluno Tempo Integral / Funcionário Equiv.sem HU = -----

Total de Alunos Tempo Integral: 30.201,55

Quadro 99 - Funcionário Equivalente sem HU

Situação	Nº de Funcionários	Peso	Resultado
<i>Servidores Técnico-Administrativos vinculados à Universidade</i>			
20 horas/semana	24	0,50	12
30 horas/semana	11	0,75	8,25
40 horas/semana	1888	1,00	1888
<i>(+) Contratados sob a forma de prestação temporária de serviços</i>			
20 horas/semana	18	0,50	9
30 horas/semana	66	0,75	49,5
40 horas/semana	674	1,00	674
<i>(-) funcionários afastados para capacitação ou cedidos para outros órgãos/entidades da administração pública em 31/12 do exercício</i>			
20 horas/semana	2	0,50	1
30 horas/semana	1	0,75	0,75
40 horas/semana	59	1,00	59

Fonte: SEGESP

Funcionário Equivalente sem HU = 2.580

Aluno Tempo Integral / Funcionário Equivalente sem HU = 30.201,55 / 2.580 = 11,71

IV a. Funcionário Equivalente com HU / Professor Equivalente

$\text{Funcionário Equivalente / Professor Equivalente} = \frac{\text{Nº de Funcionários Equivalente}}{\text{Nº de Professores Equivalente}}$

Total de Professores (ENSINO SUPERIOR) Equivalentes = 2.079

Funcionário Equivalente com HU = 3.812

Funcionário Equivalente com HU / Professor Equivalente = 3.812 / 2.079 = 1,83

IV b. Funcionário Equivalente sem HU / Professor Equivalente

$\text{Funcionário Equivalente / Professor Equivalente} = \frac{\text{Nº de Funcionários Equivalente}}{\text{Nº de Professores Equivalente}}$

Total de Professores (ENSINO SUPERIOR) Equivalentes = 2.079

Funcionário Equivalente sem HU = 2.580

Funcionário Equivalente sem HU / Professor Equivalente = 2.580/ 2.079= 1,24

V. Grau de Participação Estudantil

$$\text{Grau de Participação Estudantil (GPE)} = \frac{A_{GTI}}{A_G}$$

Quadro 100 - Alunos Efetivamente Matriculados

Alunos efetivamente matriculados no 1º (primeiro) semestre do exercício:	22.836
Alunos efetivamente matriculados no 2º (segundo) semestre do exercício:	23.047
(ALUNOS 1.º SEMESTRE + ALUNOS 2.º SEMESTRE) / 2 =	22.941,5

Fonte: PROGRAD

$$A_G = 22.941,50$$

$$A_{GTI} = 17.767,55$$

$$\text{Grau de Participação Estudantil (GPE)} = 22.941,50 / 17.767,55 = 0,77$$

VI. Grau de Envolvimento Discente com Pós-Graduação

$$\text{Grau de Envolvimento Discente com Pós-Graduação (GEPG)} = \frac{A_{PG}}{A_G + A_{PG}}$$

$$A_{PG} = 6.084$$

$$A_G = 22.941,50$$

$$\text{GEPG} = 6.084 / (6.084 + 22.941,50) = 0,21$$

VII. Conceito CAPES/MEC para a Pós-Graduação

$$\text{Conceito CAPES/MEC para a Pós-Graduação} = \frac{\Sigma \text{Conceito de todos os Programas de Pós-Grad.}}{\text{Nº de Programas de Pós-Graduação}}$$

Quadro 101 - Programa de Pós-Graduação

Programa de Pós-Graduação	Conceito CAPES:
ADMINISTRAÇÃO (M/D)	4
AGROECOSSISTEMAS (M)	3
ANTROPOLOGIA SOCIAL (M/D)	5
AQUICULTURA (M/D)	5

Programa de Pós-Graduação	Conceito CAPES:
ARQUITETURA E URBANISMO (M/D)	4
ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA	3
BIOLOGIA CELULAR E DO DESENVOLVIMENTO (M/D)	4
BIOLOGIA DE FUNGOS, ALGAS E PLANTAS VEGETAL (M)	3
BIOQUÍMICA (M/D)	4
BIOTECNOLOGIA E BIOCÊNCIAS(M/D)	5
CIÊNCIA DA COMPUTAÇÃO (M)	4
CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO (M)	4
CIÊNCIA DOS ALIMENTOS (M/D)	5
CIÊNCIA E ENGENHARIA DE MATERIAIS (M/D)	6
CIÊNCIAS MÉDICAS (M/D)	4
CONTABILIDADE (M)	4
DESIGN E EXPRESSÃO GRÁFICA (M)	3
DIREITO (M/D)	6
ECOLOGIA (M/D)	4
ECONOMIA (M)	4
EDUCAÇÃO (M/D)	4
EDUCAÇÃO CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA (M/D)	5
EDUCAÇÃO FÍSICA (M/D)	5
ENFERMAGEM (M/D)	6
ENGENHARIA AMBIENTAL (M/D)	4
ENGENHARIA CIVIL (M/D)	5
ENGENHARIA DE ALIMENTOS (M/D)	5
ENGENHARIA DE AUTOMAÇÃO E SISTEMAS (M/D)	5
ENGENHARIA E GESTÃO DO CONHECIMENTO (M/D)	5
ENGENHARIA ELÉTRICA (M/D)	6
ENGENHARIA MECÂNICA (M/D)	7
ENGENHARIA DE PRODUÇÃO (M/D)	4
ENGENHARIA QUÍMICA (M/D)	6
ESTUDOS DA TRADUÇÃO (M/D)	4
FARMÁCIA (M/D)	4
FARMACOLOGIA (M/D)	7
FILOSOFIA (M/D)	5
FÍSICA (M/D)	5
GEOGRAFIA (M/D)	4
HISTÓRIA (M/D)	5
INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS HUMANAS (D)	5
JORNALISMO (M)	4
LETRAS/INGLÊS E LITERATURA CORRESPONDENTE (M/D)	5
LINGÜÍSTICA (M/D)	6
LITERATURA (M/D)	5
MATEMÁTICA PURA E APLICADA (M)	4
MULTICÊNTRICO EM CIÊNCIAS FISIOLÓGICAS (M/D) em rede com a Soc. Brasileira de Fisiologia	4

Programa de Pós-Graduação	Conceito CAPES:
NANOTECNOLOGIA FARMACEUTICA	4
NEUROCIÊNCIAS (M/D)	4
NUTRIÇÃO (M)	4
ODONTOLOGIA (M/D)	3
PSICOLOGIA (M/D)	5
QUÍMICA (M/D)	7
RECURSOS GENÉTICOS VEGETAIS (M/D)	6
RELAÇÕES INTERNACIONAIS (M)	3
SAÚDE COLETIVA (M/D)	5
SERVIÇO SOCIAL (M/D)	4
SOCIOLOGIA POLÍTICA (M/D)	5
URBANISMO, HISTÓRIA E ARQUITETURA DA CIDADE (M)	3

Fonte: PROPG

Σ Conceito de todos os Programas de Pós-Grad. = **271**

N.º de Programas de Pós-Graduação = 59

Conceito CAPES/MEC para a Pós-Graduação = $271 / 59 = 4,59$

VIII. Índice de qualificação do corpo docente

$$\text{Índice de Qualificação do Corpo Docente} = \frac{(5D + 3M + 2E + G)}{(D + M + E + G)}$$

Quadro 102 - Qualificação Docente

Situação	Doutores (D)	Mestres (M)	Especialização (E)	Graduados (G)	Total Geral de Professores ^(b)
Professores em Exercício Efetivo					
20 horas/semana	78	37	9	8	132
40 horas/semana	12	5	2	1	20
Dedicação Exclusiva	1651	135	8	7	1801
(+) Substitutos e Visitantes					
20 horas/semana	20	78	17	25	140
40 horas/semana	36	107	11	27	181
Dedicação Exclusiva	20	0	0	0	20
(-) Professores afastados para capacitação ou cedidos para outros órgãos e/ou entidades da administração pública em 31/12 do exercício					
20 horas/semana	0	0	0	0	0
40 horas/semana	0	0	0	0	0
Dedicação Exclusiva	68	10	1	0	79
Nº Total de Professores POR TITULAÇÃO	1749	352	46	68	2215

Fonte: PROGRAD

Índice de Qualificação do Corpo Docente = $9.661 / 2.215 = 4,50$

IX. Taxa de Sucesso na Graduação

$\text{Taxa de Sucesso na Graduação (TSG)} = \frac{\text{N}^\circ \text{ de Diplomados (N}_{\text{DI}})}{\text{N}^\circ \text{ Total de Alunos Ingressantes}}$
--

Número de concluintes: **2.613**

Foram considerados somente os ingressantes via concurso vestibular para medir a taxa de sucesso na graduação, levando em conta a duração média de cada curso

Número de Ingressantes Vestibular – Referente ao Período Padrão Duração dos Cursos: **4.165**

Obs.: Para a contagem do número de ingressantes, é calculado o ano de ingresso do aluno em seus respectivos cursos, ou seja, depende da duração de cada curso.

Taxa de Sucesso na Graduação (TSG) = $2.613 / 4.165 = 0,6274$

Em percentual = 62,74%

Quadro 103 - Resumo dos Indicadores do TCU

Componentes	
Custo Corrente com Hospital Universitário	808.964.084,29
Custo Corrente sem Hospital Universitário	742.719.412,42
Aluno Equivalente	42.464,88
Alunos Tempo Integral	30.201,55
Professores equivalentes	2.079,00
Funcionário Equivalente com HU	3.812,00
Funcionário Equivalente sem HU	2.580,00
Indicadores	
I a. Custo Aluno com Hospital Universitário	19.050,19
I b. Custo Aluno sem Hospital Universitário	17.490,20
II. Aluno tempo Integral / Professor Equivalente	14,53
III a. Aluno Tempo Integral / Funcionário Equivalente com HU	7,92
III b. Aluno Tempo Integral / Funcionário Equivalente sem HU	11,71
IV a. Funcionário Equivalente com HU / Professor Equivalente	1,83
IV b. Funcionário Equivalente sem HU / Professor Equivalente	1,24
V. Grau de participação Estudantil	0,77
VI. Grau de Envolvimento Discente com Pós-Graduação	0,21
VII. Conceito CAPES / MEC para a Pós-Graduação	4,59
VIII. Índice de qualificação do corpo docente	4,50
IX. Taxa de Sucesso na Graduação	62,74%

Fonte: DPGI/PROPLAN

Quadro 104 - Resultados dos Indicadores Primários – Decisão TCU N° 408/2002

Indicadores Primários	Exercícios				
	2012	2011	2010	2009	2008
Custo Corrente com HU(Hospital Universitário)	808.964.084,29	694.798.945,17	695.227.098,09	563.803.462,27	464.125.637,38
Custo Corrente sem HU(Hospital Universitário)	742.719.412,42	630.245.423,11	642.789.212,24	525.378.462,35	434.923.214,44
Número de Professores Equivalentes	2.079,00	2.024,00	1.908,50	1.830,50	1.764,50
Número de Funcionários Equivalentes com HU	3.812,00	3.587,25	3.440,50	3.600,75	3.544,00
Número de Funcionários Equivalentes sem HU	2.580,00	2.340,25	2.210,75	2.408,25	2.389,50
Total de Alunos Regularmente Matriculados na Graduação (AG)	22.941	21.350	20.029	19.322	17.809
Total de Alunos na Pós-graduação <i>stricto sensu</i> , incluindo-se alunos de mestrado e de doutorado (APG)	6.084	6.564	6.069	6.242	5.888
Alunos de Residência Médica (AR)	133	90	75	75	74
Número de Alunos Equivalentes da Graduação (AGE)	30.030,88	30.813,08	31019,33	26.858,82	27.382,93
Número de Alunos da Graduação em Tempo Integral (AGTI)	17.767,55	18.778,43	18.422,66	16.158,32	16.330,00
Número de Alunos da Pós-graduação em Tempo Integral (APGTI)	12.128	13.128	12.128	12.484	11.776
Número de Alunos de Residência Médica em Tempo Integral (ARTI)	266	180	150	150	148

Fonte: UFSC

Quadro 105 - Resultados dos Indicadores da Decisão TCU N° 408/2002

Indicadores Decisão TCU 408/2002	Exercícios				
	2012	2011	2010	2009	2008
Custo Corrente com HU / Aluno Equivalente	19.050,19	15.747,55	16.053,33	14.276,10	11.807,73
Custo Corrente sem HU / Aluno Equivalente	17.490,20	14.284,45	14.842,50	13.303,14	11.064,80
Aluno Tempo Integral / Professores Equivalentes	14,53	15,85	16,09	15,73	16,01
Aluno Tempo Integral / Funcionários Equivalentes com HU	7,92	8,95	8,93	8,00	7,97
Aluno Tempo Integral / Funcionários Equivalentes sem HU	11,71	13,73	13,89	11,96	11,82
Funcionário Equivalente com HU/ Professores Equivalentes	1,83	1,77	1,80	1,97	2,01
Funcionário Equivalente sem HU / Professores Equivalentes	1,24	1,15	1,16	1,32	1,35
Grau de Participação Estudantil (GPE)	0,77	0,88	0,92	0,84	0,92
Grau de Envolvimento com Pós-Graduação (GEPG)	0,21	0,24	0,23	0,24	0,25
Conceito CAPES/MEC para Pós-Graduação	4,59	4,59	4,63	4,35	4,33
Índice de Qualificação do Corpo Docente (IQCD)	4,50	4,50	4,51	4,27	4,23
Taxa de Sucesso na Graduação (TSG)	62,74%	72,35%	72,42%	65,46%	72,54%

Fonte: DPGI

14. ANÁLISE DOS RESULTADOS DOS INDICADORES

Conforme recomendação do TCU, estabelecemos a régua cronológica regressiva - de 2012 a 2008 – atendendo ao detalhamento das informações exigidas, bem como o dimensionamento relativo e suas tendências de expansão e retração, cotejadas com a dinâmica institucional específica de nossa Universidade. Para efeito de maior precisão na análise, selecionamos alguns dos resultados apurados nos indicadores da UFSC, nos termos da Decisão do TCU nº 408/202, remetendo-os aos dados obtidos pelos indicadores primários, de maneira a evidenciarmos os pontos de compressão e de distensão representados nos números, referentes da realidade institucional.

O primeiro item - CUSTO CORRENTE /ALUNO EQUIVALENTE - revela a expansão do INVESTIMENTO PÚBLICO na nossa IFES, numa dinâmica positiva de crescimento do financiamento, de forma a custear em melhores condições a criação de novas vagas no ensino público federal, almejada pela sociedade brasileira.

Os grandes números do gasto corrente da UFSC nas duas situações requeridas - com e sem as despesas **com o HU** - revelam que o aporte de novos recursos neste período, que engloba o projeto REUNI, alcançou um valor relativo de cerca de 50% (descontando-se a inflação no período), projetando grandes impactos para o novo funcionamento da UFSC.

Programamos e implantamos novos cursos, além da interiorização, cujo financiamento global revela-se ainda aquém das necessidades da UFSC, na medida em que, sabemos, as despesas crescem numa dinâmica diversa, ou seja, cumulativamente, ao contrário das oportunidades criadas, que obedecem a uma marcação objetiva, quantitativamente mais expressiva.

A expansão de vagas e cursos, com efeitos relativamente mais lentos que a alteração dos dados orçamentários no curto prazo (2008-2012), também explica os novos números traduzidos na relação CUSTO CORRENTE/ALUNO EQUIVALENTE. Equivalente à dinâmica expansiva do orçamento, observa-se uma média de aumento de cerca de 30% deste valor no período. Este número sinaliza a correção da inflação acumulada, mas também um esforço significativo da UFSC em otimizar os novos investimentos resultantes do projeto REUNI. Todavia, há que ressaltar uma ligeira imprecisão do índice apurado no ano de 2012, já que não realizamos as formaturas do segundo semestre de 2012, devido ao movimento paradista dos servidores no ano passado. Há que ressaltar, portanto, que os números indicam a consolidação das estratégias de fortalecimento do ensino, da pesquisa e da extensão, além da reestruturação das estruturas administrativas.

Este aumento reflete um marcador valioso na construção das pré-condições de financiamento das atividades da UFSC, pois retrata que há maior expansão do investimento, ao lado de uma resposta efetiva em termos de resultados no acesso ao ensino superior público nas nossas IFE's.

Por outro lado, há que registrar que esta expansão dos recursos ainda está aquém das necessidades geradas com os novos alunos e estruturas acadêmicas. Demandas urgentes em termos de ampliação de espaço físico (salas de aula e laboratórios), bem como uma significativa expansão de demandas de custeio, sejam para pagamento das tarifas de energia e água das novas instalações, sejam pelas necessidades de contratação de serviços de terceiros em setores como segurança, limpeza e cozinha refletem pontos de estrangulamento importantes a serem sanados nos próximos anos.

Cabe registrar que a dinâmica observada não contém alterações quando se examina a proporção custo corrente/aluno equivalente “**com as despesas do HU**” e “**sem as despesas do HU**”.

Com relação ao segundo indicador ALUNO TEMPO INTEGRAL/PROFESSORES EQUIVALENTES há que destacar que a medição utilizada pelo TCU, ao incluir professores substitutos com contratos temporários nesta contagem, deixa de evidenciar a intensificação de trabalho dos professores efetivos, que seguem desenvolvendo ainda, além do ensino, todas as atividades de pesquisa, extensão e as funções administrativas específicas. Os números assim revelam uma ligeira oscilação, sem, todavia, caracterizar uma mudança qualitativamente relevante, apontando uma pequena redução na proporção (1,48%) ao longo dos 5 anos. Esta tendência, vale enfatizar, não indica a melhoria das condições de trabalho em nossa Universidade, já que inclusive cálculo oculta uma dinâmica nova, que é a dos novos cursos de graduação, cuja plena conclusão está em curso, seja pela greve, seja pela implantação complexa e demorada próprias dos novos cursos. Os dados primários citam um crescimento entre 2008 e 2012 de 17% no número de professores equivalentes (incluindo substitutos); de cerca de 20 % nos alunos na graduação (AG); de 3% na pós-graduação *stricto sensu* e de 79% na residência médica e interdisciplinar.

Quanto ao terceiro indicador ALUNO TEMPO INTEGRAL / FUNCIONÁRIOS EQUIVALENTES **COM HU** e **SEM HU** deve-se registrar que em ambas as medições não há alteração significativa ao longo do período, com diminutas oscilações que não se consolidam, alcançando uma proporção a menor para a UFSC, entre, por exemplo, os anos de 2008 e de 2012. Este indicador revela, portanto, que a necessidade de contratação de novos servidores técnico-administrativos, além dos docentes efetivos, segue na agenda de prioridades da UFSC, devido à sobrecarga de trabalho e à intensificação das atividades, tornada uma regra indesejável em muitos setores, com prejuízos para a saúde do trabalhador e para a qualidade dos serviços educacionais que prestamos.

A carência de funcionários equivalentes é percebida de forma aguda nas ações estabelecidas pelo Programa Nacional de Assistência Estudantil/PNAES (Decreto 7234/2010), priorizadas na UFSC nas atividades de Residência Estudantil, Restaurante Universitário, Serviços de Apoio Pedagógico, Serviço de Assistência Estudantil e Atenção Psicossocial, Ações Culturais e Artísticas, boa parte delas a exigirem servidores especializados, e outra parte a demandarem contratação terceirizada, comprimida pela contenção de recursos de custeio, que disputam com as necessidades de capital a destinação do financiamento que a UFSC faz jus.

Cabe esclarecer que ao examinarmos o indicador ALUNO TEMPO INTEGRAL / FUNCIONÁRIOS EQUIVALENTES **COM HU** é essencial registrarmos o grande esforço da UFSC em manter seu Hospital Universitário funcionando adequadamente, ainda que com um número importante de trabalhadores terceirizados. Em Santa Catarina, o nosso HU possui todos os seus leitos e atendimentos conveniados somente com o Sistema Único de Saúde, afirmando-se como melhor e exclusiva referência em muitas clínicas e especialidades, o que demonstra o empenho de toda comunidade pela sua manutenção. É de observar ainda que o investimento no HU não compromete a organização da força de trabalho na UFSC, vez que a proporção indicada nesta medição não induz uma tendência distinta daquela percebida no contexto simulado **sem** a presença dos servidores do HU.

Vale registrar os dados primários que compõem este indicador, com os números absolutos de Funcionários Equivalentes **contando obviamente o HU** de 3.544 em 2008 para 3.812 em 2012, uma expansão de menos de 7,6%, ocorrendo inclusive uma redução em 2010 (3.440), quando o MEC aprovou o regime de reposição automática das vagas dos servidores aposentados (Decreto 7239/2010), o que permitiu ao menos não regredirmos à situação anterior ao REUNI. O mesmo

ocorre na contagem de Funcionários Equivalentes sem o HU, que cresce proporcionalmente 7,9% entre 2008 e 2012, portanto, num ritmo significativamente menor do que os demais referentes.

O quarto grupo de indicadores retrata a relação entre FUNCIONÁRIO EQUIVALENTE/PROFESSORES EQUIVALENTES. Tanto um indicador FUNCIONÁRIO EQUIVALENTE SEM HU/PROFESSORES EQUIVALENTES, quanto outro - **COM HU** - apresentam uma redução em 2012 de cerca de 8,5% em relação a 2008. Se esta redução indicasse um crescimento na contratação de professores efetivos em relação aos servidores, não seria de todo tranquilo, pois poderia identificar a contração de uma relação já deficitária. Todavia, este indicador parece sugerir que o quadro de servidores técnico-administrativos está proporcionalmente se contraindo na UFSC, não obstante o crescimento de novas ações demandadas pelo Projeto REUNI.

O quinto indicador representa o GRAU DE PARTICIPAÇÃO ESTUDANTIL, composto pelos números de alunos em regime integral e os demais. Numa razão muito pequena, percebe-se que os dados apontam para uma diminuição da participação, que pode ser interpretada por alguns motivos. Há uma redução na participação do aluno em tempo integral no conjunto global de alunos de graduação matriculados, ou seja, o crescimento de matriculados nesta condição é relativamente menor (8,8% de 2008 a 2012) do que os demais alunos matriculados (28,8% de 2008 a 2012). Esta diminuição indica ainda que pode haver uma maior retenção nos cursos integrais, decaindo o número de formandos, dinâmica mais frequente nos novos cursos e campi do interior, em processo de consolidação.

O próximo indicador refere-se ao GRAU DE ENVOLVIMENTO COM PÓS-GRADUAÇÃO, que mensura a participação dos alunos da pós em relação aos da graduação. Este dado demonstra uma pequena redução da expansão da pós-graduação da UFSC proporcionalmente àquela havida nos cursos de graduação, pois enquanto as matrículas cresceram 28,8% na graduação, entre 2008 e 2012, somente cresceram 3,33% nos programas de mestrado e doutorado no mesmo período. Se as novas atividades de ensino decorrentes da expansão da graduação com o REUNI podem ser partilhadas temporariamente com professores substitutos, na pós-graduação esta alternativa não existe. Assim, sem novas contratações de professores efetivos em número suficiente a repor os déficits históricos, dificilmente a pós-graduação poderá expandir-se no mesmo ritmo que o REUNI empreendeu para graduação. Ademais, há uma simbiose virtuosa entre pesquisa e ensino na pós-graduação, que somente professores efetivos podem produzir, apoiados pela estrutura administrativa em programas, institutos e laboratórios, decerto.

Com relação ao indicador CONCEITO CAPES/MEC PARA PÓS-GRADUAÇÃO há uma relativa estabilidade na proporção auferida entre o número de programas e a média das notas emitidas pela CAPES/MEC, alcançando o valor positivo de 4,59. Assim, ao mesmo tempo em que a estabilidade neste índice nos assegura uma boa valoração, também revela que não possuímos ainda as condições para melhoria neste indicador.

O próximo indicador representa o ÍNDICE DE QUALIFICAÇÃO DO CORPO DOCENTE obtido pela relação entre a titulação dos professores e o seu somatório geral. Também neste marcador constata-se a manutenção do referencial em 4,50, quase idêntico aos dos dois anos anteriores, revelando que a expansão de vagas não precarizou o perfil dos professores recém-contratados e a política de formação continuada da UFSC; ao contrário, permitiu uma pequena melhoria na mensuração, pois que nos dois primeiros anos medidos o índice oscilava em 4,34.

Por fim, o último indicador representa a medição da TAXA DE SUCESSO NA GRADUAÇÃO. Nestes números encontramos mais nitidamente o esforço da UFSC na sua organização acadêmica e

no desenvolvimento das atividades sob o impacto da expansão dos cursos de graduação. Verifica-se uma pequena oscilação dos valores entre 2008 e 2012, numa razão bem menor do que o que foi obtido na ampliação das vagas, revelando, portanto, uma estabilidade na dinâmica entre o número de matrículas e de diplomação no período, mesmo considerando 2012, que não contemplou as formaturas devido ao atraso da greve. Os números sugerem um bom resultado, mediante às condições estruturais que a rápida expansão ensejou, embora revelem ainda que há muito a consolidar para que as novas vagas sejam sustentadas pelas políticas de permanência dos estudantes, de forma que cada vez mais tenhamos diplomados com a qualidade profissional e a formação ética e intelectual que os grandes desafios do país exigem.

**15. RELAÇÃO DOS PROJETOS DESENVOLVIDOS PELAS FUNDAÇÕES SOB A
ÉGIDE DA LEI Nº 8.958/1994, DISCRIMINANDO O NÚMERO DO CONTRATO
OU DO CONVÊNIO, O OBJETO, O VALOR E A VIGÊNCIA, E AINDA, OS
RECURSOS FINANCEIROS MATERIAIS E HUMANOS PERTENCENTES À IFES
ENVOLVIDOS EM CADA PROJETO**

Quadro 106 - Relação dos Projetos Desenvolvidos pela Fundação de Amparo à Pesquisa e Extensão Universitária – FAPEU

Fundação de Apoio													
Nome: FUNDAÇÃO DE AMPARO À PESQUISA E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA - FAPEU										CNPJ: 83.476.911/0001-1			
Projeto		Instrumento Contratual											
		Contrato						Convênio					
N°	Tipo	N°	Objeto	Vigência		Valor		N°	Objeto	Vigência		Valor	
				Início	Fim	Bruto	Repassado			Início	Fim	Bruto	Repassado
044041/2006-64	1	576/2006	Prestação de serviços de apoio pela FAPEU, na execução do Curso de Graduação em Administração, na modalidade a Distância, financiado pelo Banco do Brasil.	01/11/06	29/02/12	2.682.900,00	0,00						
054989/2007-17	2	655/2007	Implementação do programa de formação de engenheiros nas áreas de automação, controle e instrumentação para indústria de petróleo e gás.(ANP 003/2001)	13/12/07	13/12/07	269.400,00	0,00						
036115/2008-51	1	165/2008	Cooperação técnica e administrativa para apoio na implantação e oferta do 4º e 5º semestres do Curso de Graduação de Administração, oferecido na modalidade à distância, financiado pelo Ministério da Educação.	02/09/08	30/06/13	1.724.196,31	125.948,31						
055848/2008-94	1	231/2008	Cooperação Técnica e administrativa para apoio na implementação do 3º e 4º semestres do Curso de Licenciatura em Letras/Espanhol, na modalidade à distância.	08/12/08	30/11/13	910.193,12	0,00						
055850/2008-63	1	232/2008	Cooperação técnica e administrativa para apoio na implementação do 3º e 4º semestres do Curso de Licenciatura em Português, na modalidade à distancia.	08/12/08	30/11/13	781.393,44	0,00						
055833/2008-26	1	233/2008	Cooperação técnica e administrativa para apoio na implementação do 3º e 4º semestres do Curso de Licenciatura em Filosofia, na modalidade à distância.	08/12/08	30/09/12	510.995,82	0,00						

046981/2008-50	2	256/2008	Implementação do projeto "Centro de Referência em Formação para o Sistema Único de Saúde- SUS", financiado pelo Ministério da Saúde.	18/12/08	11/12/13	567.682,00	0,00						
056538/2008-97	1	257/2008	Implementação do 3º e 4º semestres do Curso de Licenciatura em Biologia, na modalidade á distância, financiado pelo FNDE.	18/12/08	30/09/12	1.212.648,24	195.573,72						
057414/2008-29	2	260/2008	Apoi na produção de material de apoio à educação à distância e ao uso de tecnologias da informação e comunicação na educação, financiado pelo FNDE	18/12/08	30/09/12	2.674.885,26	0,00						
060626/2008-93	2	265/2008	Apoio na implementação do Curso de Licenciatura Plena em Educação do Campo: áreas de ciências da natureza, matemática e ciências agrárias, financiado pelo FNDE.	23/12/08	31/12/12	484.000,00	84.000,00						
060624/2008-02	2	266/2008	Apoio no acompanhamento, análise e produção de conteúdos para o Curso de Bacharelado do Programa Nacional de Administração Pública no âmbito do Sistema UAB, financiado pelo Ministerio da Educação.	23/12/08	31/07/13	1.848.603,20	0,00						
060497/2008-33	2	271/2008	Cooperação técnica e adm. para apoio na implementação do 3º e 4º semestres do Curso de Licenciatura em Administração, a distância	23/12/08	30/06/13	1.818.152,60	427.760,06						
060012/2008-10	2	280/2008	Apoio na implementação do Projeto de Pesquisa Institucional para Desenvolvimento de Processos de Tecnologia de Informação do Núcleo de Processamento de Dados.	24/12/08	31/12/13	283.195,00	0,00						
060950/2008-10	2	282/2008	Implementação do Projeto "TELELAB- Criação e Renovação de Titulos". financiado pelo Ministerio da Saúde.	24/12/08	31/12/12	3.380.190,00	0,00						
061653/2008-83	1	286/2008	Execução do projeto de extensão referente à realização de um Curso de Pós-Graduação Lato Sensu, em nível de Especialização em Saúde da Família.	29/12/08	31/12/12	4.780.000,00	880.000,00						

061446/2008-29	2	291/2008	Apoio na execução dos cursos de licenciaturas em Física, Matemática, Ciências Biológicas, Letras-Ingles e especialização em Gestão de Bibliotecas Escolares e, Matemática / Formação de Professor, na modalidade a distância financiado pelo FNDE.	26/12/08	30/11/13	6.966.472,50	1.915.013,38						
004248/2009-49	2	064/2009	Projeto "Um estudo aberto, multicêntrico e de seguimento para avaliar a segurança e a eficácia a longo prazo do brivaracetam utilizado como tratamento para portadores de epilepsia", financiado pela PPD Development LP.	23/04/09	22/04/14	76.669,64	5.120,22						
000603/2009-19	2	082/2009	Execução do projeto "Desenvolvimento de tecnologia para a Produção e estabilização de corantes/pigmentos naturais com propriedades adequadas para aplicações na área de cosméticos e têxteis", financiado pela Natura Ltda e Coteminas S/A.	28/04/09	28/04/09	161.017,02	0,00						
020746/2009-39	2	140/2009	Cooperação técnica e administrativa para apoio na preparação do material didático e execução do 2º e 3º semestres do curso de Licenciatura e Bacharelado em língua Brasileira de Sinais -Expansão, na modalidade à distancia, financiado pelo FNDE.	26/06/09	31/12/13	9.847.325,27	2.010.953,19						
019517/2009-71	2	164/2009	Implementação do projeto "Embedded SDR-Desenvolvimento de um Software-defined Radio Embarcado", financiado pela Dígito Tecnologia Ltda.	01/07/09	30/06/13	566.604,87	190.732,39						
026914/2009-08	2	214/2009	Projeto de ensino de produção de vídeos e DVD-ROM dos conteúdos para Programa Nacional de Formação em Administração Pública, financiado pelo Ministerio da Educação.	10/09/09	31/12/12	867.222,00	0,00						
060276/2008-65	1	216/2009	Curso de Pós-Graduação Lato Sensu, em nível de Especialização, em Gestão de Design.	10/09/09	31/01/12	173.864,00	7.301,00						
034458/2009-61	2	324/2009	Implementação do projeto de ensino "Gestão e Docência em Ensino a Distância- UAB/UFSC, financiado pelo Ministerio da Educação.	10/11/09	31/05/13	1.844.808,78	412.268,08						

030127/2009-52	2	331/2009	Execução do 6ª e 7ª semestres do Curso de Licenciatura em Física, na modalidade à distância, financiado pelo Ministério da Educação.	09/11/09	28/02/12	1.023.506,86	0,00						
025065/2009-67	2	332/2009	Projeto de pesquisa "ARTEMIS:estudo fase III, randomiza, duplo cego controlado por placebo, multicêntrico, para avaliar a eficácia e seg. da mabrisentana, pacientes em fase inicial de fibrose pulmonar idiopática", financiado pela GILEAD SCIENCES.	10/11/09	30/09/13	24.715,60	0,00						
045961/2009-42	2	404/2009	Implantação do Projeto Educação do Campo - Licenciatura: áreas de Ciências da Natureza e de Matemática e Ciências Agrárias.	30/12/09	30/12/09	800.000,00	130.640,00						
044589/2009-57	2	405/2009	Validação de Materiais Didáticos para o Sistema Escola Técnica do Brasil do Programa E-TEC do Brasil	30/12/09	31/07/12	2.793.538,00	0,00						
046836/2009-50	2	411/2009	Implementação do Curso de Administração à Distância do 5º e 6º semestres.	30/12/09	30/11/13	1.557.565,54	297.401,62						
047170/2009-57	2	424/2009	Apoio a execução do Projeto: Desenvolvimento Institucional para Construção e Implementação do Planejamento Estratégico nas Unidades de UFSC.	30/12/09	31/12/12	431.931,79	0,00						
046847/2009-30	2	425/2009	Apoio ao Projeto de Extensão: Diversidade Religiosa e Direitos Humanos: Conhecer e Respeitar.	30/12/09	31/12/12	196.594,00	0,00						
040936/2009-72	1	431/2009	Apoio na implementação d o Projeto de Ensino " Licenciatura dos Povos Indigenas do Sul da Mata Atlântica - Guarani, Kaingang e XoKleng, financiado pelo FNDE/MEC.	18/12/09	18/12/09	1.765.840,00	197.476,00						
047990/2009-49	1	447/2009	Execução do Projeto de Ensino "Educação de Jovens e Adultos - Ensino Médio", financiado pelo INCRA.	29/12/09	31/07/13	1.800.762,00	288.160,00						
047682/2009-13	2	449/2009	Execução do projeto de pesquisa "implantação de laboratórios de análise química para classificação de resíduos sólidos em amostras ambientais segundo as especificações das normas (abnt nbr 0 vigentes.	30/12/09	03/10/13	721.288,47	263.576,00						

011559/2009-64	1	451/2009	Execução do Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em Ensino de Ciências Humanas e Sociais em Escolas do Campo.	23/12/09	29/02/12	562.500,00	0,00						
048923/2009-41	2	457/2009	Apoio ao Projeto de Extensão: Plataforma NUTRIAQUA - base de dados sobre exigências nutricionais de espécies de interesse para a aquicultura brasileira - Minist. da Pesca e Aquicultura.	30/12/09	30/11/12	130.231,13	0,00						
049431/2009-73	2	475/2009	Programa de Avaliação Externa da Qualidade para Rede de Laboratórios Públicos que fazem Testes para Sífilis, Hepatites Virais monitoram a infecção para o HIV e avaliam a resposta ao tratamento com antiretrovirais.	30/12/09	31/12/12	3.379.518,00	0,00						
048482/2009-88	2	013/2010	Execução do Projeto Institucional "Compostagem de Resíduos Urbanos", financiado pela UFSC.	25/02/10	31/12/13	474.000,00	105.000,00						
018173/2008-01	1	032/2010	Apoio ao Curso de Especialização em Engenharia de Produção com ênfase em Lean Manufacturing. Contrato 513/2009 SINDIPEÇAS.	26/03/10	31/12/12	191.329,00	0,00						
035732/2009-10	1	055/2010	Curso de Pós-Graduação Lato Sensu, em nível de Especialização, em Dentística.	12/04/10	29/02/12	604.800,00	27.361,00						
004047/2010-85	2	073/2010	Execução do Projeto de extensão "Valorização dos produtos agroalimentares de qualidade", financiado pela Universidade de Estudo de Teramo.	28/04/10	31/01/13	241.628,18	41.628,18						
010829/2010-53	1	082/2010	Realização de um Curso de Pós-Graduação Lato Sensu, em nível de Especialização, em Gestão da Assistência Farmacêutica em conformidade com o disposto na Lei 9.958/94.	24/05/10	24/05/10	8.412.371,16	2.100.000,00						
011574/2010-46	2	092/2010	Operação e Avaliação de Sistemas de Pesagem em Movimento em Velocidade Diretriz da Via com a utilização de Múltiplos Sensores (MS-WIM) e Análise do Comportamento Mecânica de Pavimentos, financiado pelo DNIT.	20/05/10	31/07/12	6.064.000,00	0,00						

007178/2010-14	2	106/2010	Programas de Atividades Físicas à Comunidade, para o custeio dos serviços urgencia dos equipamentos e dos materiais do complexo esportivo e aquático, financiado pela UFSC.	09/06/10	09/06/10	280.500,00	43.366,09						
039349/2009-31	1	107/2010	Realização de um Curso de Pós-Graduação Lato Sensu, em nível de Especialização, em Engenharia de Produção com ênfase em Manufatura Enxuta. Contrato 066/2011 com AICE	09/06/10	30/06/13	163.800,00	94.875,00						
016074/2010-09	2	132/2010	Implementação do projeto de pesquisa ComICIP60-Arquitetura de Comunicação para a Placa Intelbras ICIP60, financiado pela Intelbras.	08/07/10	30/06/13	595.603,63	257.721,68						
016397/2010-94	2	138/2010	Execução do projeto de pesquisa Elaboração de metodologia para acompanhamento e avaliação dos cursos técnicos do Sistema Escola Técnica Aberta do Brasil (e-tec-Brasil), financiado pelo Ministerio da Educação.	27/07/10	31/12/12	1.363.000,00	0,00						
045929/2009-67	2	143/2010	Execução do projeto de extensão Ampliação das funções e integração do sistema de informações (SIEMC) do Depto de Eng. Mecânica com sistemas da UFSC e da Fundações, financiado pela UFSC.	26/07/10	30/06/12	98.580,65	0,00						
045473/2009-35	1	145/2010	Realização de um Curso de Pós-Graduação Lato Sensu, em nível de Especialização em Educação Infantil.	06/08/10	30/03/12	867.162,18	0,00						
043756/2009-42	1	146/2010	Realização de um Curso de Pós-Graduação Lato Sensu, em nível de Especialização, em Prótese Dentária.	06/08/10	30/12/12	414.720,00	172.909,50						
039587/2009-46	1	147/2010	Realização de um curso de Pós-Graduação Lato Sensu, em nível de Especialização, em Endodontia.	06/08/10	06/08/10	414.720,00	72.273,60						
038126/2009-56	1	160/2010	Realização de um Curso de Pós-Graduação Lato Sensu, em nível de Especialização, em Ortodontia.	18/08/10	18/08/10	486.000,00	125.951,00						
024254/2010-56	1	181/2010	Execução do projeto de ensino 1ª e 2ª semestres dos cursos na modalidade a distância do Programa Nacional de Formação em Administração Pública-PNAP, financiado pela CAPES.	02/09/10	01/10/14	1.615.863,02	376.583,72						

025456/2010-15	2	202/2010	Execução do projeto de extensão "Fortalecendo as ações de agricultura urbana e periurbana da região norte/nordeste de Santa Catarina: continuidade do Centro de Apoio Terra Viva à agricultura urbana e perirurbana da região metropolitana de Joinville".	24/08/10	31/07/13	529.215,97	0,00						
028156/2010-98	2	222/2010	Execução do Projeto de extensão "Programa de Monitoramento de Fauna Silvestre, de Recursos Hídricos Superficiais ao longo do trecho catarinense e gaúcho da BR 101 e de Espécies Imunes ao longo do trecho gaúcho da BR 101 Sul.", financiado pelo DNIT.	25/10/10	25/10/10	2.556.570,80	815.826,10						
024393/2010-80	2	227/2010	Execução do Projeto de extensão "Sistema de Prevenção, controle e Atendimento Emergencial em Acidentes com Produtos Perigosos na Rodovia BR 101 - Trecho Sul - SC", financiado pelo DNIT.	27/10/10	18/11/12	3.683.526,30	0,00						
005728/2010-61	1	228/2010	Realização de um Curso de Pós-Graduação Lato Sensu, em nível de Especialização, em Enfermagem Oncológica em conformidade com o disposto na Lei nº 9.958/94.	27/10/10	27/10/10	150.288,24	0,00						
049982/2008-56	1	234/2010	Realização de um Curso de Pós-Graduação Lato Sensu, em nível de Mestrado Profissionalizante em Engenharia Ambiental com ênfase em Gestão Ambiental. Contrato 232/UFSC-AICE	11/11/10	31/10/13	249.340,00	74.693,00						
044661/2009-46	1	255/2010	Serviço de apoio na execução do Curso de Pós-Graduação em nível de Especialização em Coordenação Pedagógica - Escola de Gestores.	01/12/10	30/09/12	274.281,44	0,00						
040011/2010-65	2	257/2010	Ampliação das ações e a cobertura do Programa Nacional de Controle de Qualidade para testes de diagnóstico do HIV e Sifilis e o monitoramento da infecção pelo HIV/AIDS.	02/12/10	31/12/13	3.500.000,00	0,00						
040014/2010-07	2	258/2010	Apoio para pesquisa e desenvolvimento e produção de materiais instrucionais para o diagnóstico de doenças sexualmente transmissíveis, AIDS e Hepatite Viral. Financiado pelo Fundo Nacional de Saúde.	12/12/10	12/12/10	3.209.000,00	0,00						

040013/2010-54	2	260/2010	Projeto intitulado Des. e Implantação de soluções tecnológicas baseadas em energia solar fotovoltaica para empreendimentos produtivos comunitários na Amazônia.	02/12/10	31/12/12	688.012,89	0,00						
040017/2010-32	2	261/2010	Implantação da unidade sul dos centros integrados multiusuário de capacitação e desenvolvimento de aplicações de energia solar fotovoltaica.	02/12/10	02/12/10	2.100.000,00	0,00						
040015/2010-43	2	266/2010	Execução do Projeto de Extensão "Farmácia Escola - Dispensação de Medicamentos do Sistema Único de Saúde -SUS", financiado pela Prefeitura Municipal de Fpolis.	07/12/10	31/12/12	240.000,00	65.000,00						
043052/2010-11	2	271/2010	Projeto de "Formação de recursos humanos na atenção primária á saúde - Cooperação técnica Brasil, Cuba e Haiti.	09/12/10	30/09/14	6.500.000,00	0,00						
037962/2010-57	2	273/2010	Projeto de Extensão "Escola Ativa em Santa Catarina", financiado pelo Ministerio da Educação	09/12/10	31/12/12	589.045,17	0,00						
043720/2010-01	2	281/2010	Projeto de Pesquisa "Telessaúde III". para Fortalecimento e qualificação da atenção Primária Brasileira: Nucleo Santa Catarina, financiado pelo Fundo Nacional de Saúde.	10/12/10	08/12/12	650.000,00	0,00						
040593/2010-80	2	286/2010	Execução do projeto institucional "Programa de incubação de Empresas na UFSC, financiado pelo Ministério da Ciência e Tecnologia.	10/12/10	10/12/10	250.000,00	0,00						
045227/2010-17	2	297/2010	Projeto de Pesquisa Certificação Cadastral em Terras Públicas para o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão - Secretaria do Patrimonio da União, financiado pelo Ministerio do Planejamento, Orçamento e Gestão.	17/12/10	31/12/12	500.000,00	166.000,00						
045229/2010-14	2	299/2010	Projeto de extensão Estudos Ambientais, planos básicos de regularização ambiental, capacitação, Gerenciamento Ambiental, Portaria - PRGAP, financiado pela Secretaria Especial dos Portos da Presidencia da Republica.	17/12/10	02/01/13	8.097.448,45	3.625.666,86						

045066/2010-61	2	300/2010	Projeto de Aquisição de Material de Controle de equipamentos para laboratório de pesquisa e inovação em DST, AIDS e controle de qualidade dos testes para diagnóstico e monitoramento das DST, AIDS e doenças relacionadas.	17/12/10	31/12/12	791.000,00	0,00						
045297/2010-75	2	301/2010	Oferta do 1º e 2º semestres dos cursos no âmbito do Sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB III) - Licenciaturas em Letras-Português, Letras-Espanhol e Administração., financiado pelo Ministério da Educação.	17/12/10	31/12/13	3.659.343,40	1.271.649,72						
045424/2010-36	2	306/2010	Operacionalização do projeto de Extensão "Publicação da revista Brasileira de Cineantropometria & Desempenho Humano, financiado pelo Ministério dos Esportes..	28/03/11	30/06/12	74.000,00	0,00						
045820/2010-63	2	315/2010	Projeto Curso de propriedade intelectual e inovação no Agronegócio. Financiado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.	17/12/10	31/07/12	334.210,00	0,00						
043690/2010-24	2	322/2010	Programa de formação continuada em Defesa Civil para organização e fortalecimento de COMDEC, financiado pelo Ministério da Integração Nacional..	31/12/10	28/02/12	220.000,00	0,00						
046763/2010-30	2	323/2010	Projeto de extensão Planejamento nacional para gestão de riscos - etapa I, financiado pelo Ministério da Integração Nacional.	31/12/10	30/09/12	700.000,00	0,00						
004002/2011-91	2	028/2011	Realização de consultoria na área da tecnologia da informação e comunicação, para a definição de padrões de equipamentos adquiridos pelo Governo do Estado SC., financiado pela Secretaria de Estado da Administração. Contrato 27/2011 -ESTADO SC	21/03/11	31/01/13	66.468,00	27.695,00						
000009/2011-34	2	029/2011	Viabilização de recursos humanos, materiais e serviços da área de saúde e áreas de apoio, visando a assistência à saúde e consequentemente o ensino e pesquisa, combinando a melhoria da qualidade dos serviços hospitalares e ambulatoriais	22/03/11	31/12/13	29.772.451,79	7.973.984,62						
021773/2010-62	1	030/2011	Curso de Pós-Graduação Lato Sensu, em nível de Especialização, em Design Instrucional para Mídia Digital.	21/03/11	21/03/11	335.016,00	296,50						

026602/2010-20	2	031/2011	Projeto de Pesquisa Consolidação da Legislação Catarinense,, financiado pela Assembleia Legislativa do Estado SC. Contrato 326/2010 com a UFSC.	21/03/11	21/03/11	3.895.600,00	1.940.952,00						
032455/2009-93	2	055/2011	Execução do projeto de extensão Editora da UFSC.	29/03/11	31/12/14	1.715.900,00	536.209,49						
027857/2010-18	1	056/2011	Realização de um Curso de Pós-Graduação Lato Sensu, em n´vel de Especialização, em Design Gráfico - Interfaces.	21/03/11	21/03/11	212.058,00	0,00						
006642/2011-36	2	068/2011	Implementação do projeto Apoio Pedagógico aos Alunos dos Cursos de Graduação da UFSC, financiado pelo Plano Nacional de Assistência Estudantil -PNAES.	11/05/11	30/04/12	520.000,00	0,00						
042028/2010-57	1	073/2011	Curso de Pós-Graduação lato Sensu, em nível de Especialização, Design Estratégico.	13/05/11	30/09/13	550.240,00	171.664,26						
008764/2011-67	2	091/2011	Estudo para ampliação da metodologia desenvolvida no Plano Nacional de Contagem de Tráfego para coleta, análise e tratamento estatístico de tráfego rodoviário, financiado pelo DNIT.	01/06/11	01/06/11	1.862.963,08	1.862.963,08						
008788/2011-16	2	092/2011	Estudos para proposição de melhorias das condições da segurança viária da malha viária federal sob. jurisdição do DNIT, financiado pelo DNIT.	01/06/11	01/06/11	2.138.081,60	2.138.081,60						
022447/2011-53	2	108/2011	Execução das Inscrições para o Curso de Especialização em Gestão Pública.	06/07/11	31/01/13	67.142,47	66.393,68						
009670/2011-13	1	120/2011	Curso de Pós-Graduação Lato Sensu, em nível de Especialização, em Hematologia.	12/07/11	12/07/11	183.600,00	0,00						
020686/2011-79	2	122/2011	Cooperação no Desenvolvimento dos Trabalhos de Relatorio da 1ª Conferência Nacional sobre Transparência e Controle Social, Financiado pela Controladoria Geral da União.	06/07/11	30/07/12	864.793,78	792.118,78						
025283/2010-35	1	126/2011	Curso de Pós-Graduação Lato Sensu, em nível de Especialização, em Sistemas de Energia Elétrica. Contrato 146/2011 -UFSC/ COGE	31/05/11	31/05/11	188.001,00	91.812,49						

026505/2011-18	2	149/2011	Execução do Projeto de extensão Centro de Especialidade Odontológicas, financiado pelo Fundo Estadual de Saúde.	18/08/11	18/08/11	460.000,00	152.568,44						
034476/2011-68	1	165/2011	Execução das inscrições para o Curso de Especialização em Gestão Pública Municipal, financiado através das inscrições dos candidatos.	24/11/11	24/11/11	42.000,00	27.772,30						
027985/2011-34	2	169/2011	Execução do Projeto de Pesquisa Potencial Biotecnológico das Microalgas para Produção de Biodiesel, financiado pelo Ministério da Ciência e Tecnologia.	29/09/11	30/06/13	389.801,42	0,00						
032908/2011-04	2	171/2011	Execução do Projeto Qualificação de profissionais de Enfermagem e de Agentes de Saúde para a atenção rede integrada do SUS: Saúde Mental, Materno Infantil, Urgência e Emergência e Doenças não transmissíveis, financiado pelo Fundo Nacional de Saúde.	30/09/11	30/09/11	6.000.000,00	4.000.000,00						
029085/2011-21	2	172/2011	Projeto de extensão "Centro Colaborador em Alimentação e Nutrição do Escolar do Estado de Santa Catarina-CECANE/SC", financiado pelo Ministério da Educação.	13/10/11	15/10/13	2.522.485,50	588.475,45						
028495/2011-55	2	180/2011	Projeto de ensino "1º e 2º semestre dos cursos na modalidade a distância do Programa Nacional de Formação em Administração Pública -PNAP - 2ª Turma", financiado pela CAPES.	14/10/11	31/12/12	473.360,42	0,00						
032624/2011-18	2	181/2011	Execução do projeto institucional "IV Semana Ousada de Artes", financiado pela UFSC.	17/10/11	17/10/11	103.980,00	0,00						
037538/2011-93	2	182/2011	Implementação do projeto de extensão "Semana Nacional de Ciência e Tecnologia", financiado pelo Ministério de Ciência e Tecnologia.	24/10/11	24/10/11	100.000,00	0,00						
028014/2011-10	2	187/2011	Projeto de extensão Capacitação Básica em Defesa Civil e Risco de Desastres, financiado pelo Ministério da Integração Nacional.	14/10/11	14/10/11	378.871,17	151.548,46						

035867/2011-08	2	189/2011	Projeto de pesquisa Avaliação de Qualidade na Agência Brasil - Condições de Produção, Interfaces para o Público e Monitoramento de Reportagem, financiado pela Empresa Brasil de Comunicação.	24/10/11	24/10/11	74.100,00	14.100,00						
039480/2011-12	2	190/2011	Curso de capacitação a ser oferecidos aos Técnicos dos Governos Municipais para a elaboração de planos locais de Habitação de interesse social para municípios abaixo de 50 mil habitantes e fora da Região Metropolitana.	24/10/11	24/10/11	477.569,00	0,00						
034219/2011-26	2	191/2011	Projeto de extensão "V Congresso de Direito de Autor e Interesse Público", financiado pelo Ministério da Cultura.	27/10/11	30/04/12	90.000,00	0,00						
036670/2011-86	2	139/2011	Processo seletivo para ingresso aos Cursos de Graduação mantidos pela UFSC - Vestibular 2012, financiado pela UFSC.	08/11/11	08/11/11	1.951.881,75	551.881,75						
009296/2010-67	1	195/2011	Curso de Pós-Graduação Lato Sensu, em nível de Especialização, em Engenharia Automotiva com ênfase em materiais e processos de fabricação. (Proc. 028181/2011-52)	29/09/11	29/09/11	218.000,00	118.079,00						
048657/2011-71	2	215/2011	Projeto de Extensão Escola Ativa em Santa Catarina, financiado pelo Ministério da Educação.	26/04/12	26/04/12	389.905,26	389.905,26						
049157/2011-57	2	217/2011	Projeto de Extensão Desenvolvimento da Educação do Campo em Santa Catarina, financiado pelo Ministério da Educação	14/03/12	14/03/12	107.725,00	107.725,00						
049264/2011-85	3	218/2011	Projeto inst. Desenvolvimento e implantação do projeto de modernização tecnológica e institucional do sistema de gestão acadêmica através de fábrica de software no Depto de Sistemas de Informação da SETIC. financiado pela UFSC..	14/03/12	14/03/12	919.322,40	919.322,40						
036142/2011-29	2	228/2011	Projeto de pesquisa Inclusão do Hawa no Sistema de Gerenciamento de Certificados (SGC), financiado pelo Instituto Nacional de Tecnologia da Informação (ITI).	15/12/11	15/12/11	53.334,00	53.334,00						

043130/2011-51	2	233/2011	Projeto Implantação do Centro Brasileiro de Eficiência Energetica em Edificações, financiado pelo Ministerio da Ciência e Tecnologia.	30/11/11	31/12/12	511.406,00	511.406,00						
038334/2011-70	2	234/2011	Projeto de pesquisa Telessaúde IV , para fortalecimento e qualificação da atenção Básica:Nucleo Santa Catarina, financiado pelo Fundo Nacional de Saude.	15/12/11	15/12/11	2.000.000,00	2.000.000,00						
049835/2011-81	2	235/2011	Projeto de extensão "Capacitação em eventos agudos de interesse da estratégia Saúde da Família e Saúde Bucal, financiado pelo Ministerio da Saude.	14/03/12	14/03/12	1.800.000,00	1.800.000,00						
048622/2011-32	2	236/2011	Projeto de extensão "Atenção da saúde do Homem e da Mulher em situação de Violência, financiado pelo Ministerio da Saúde.	14/03/12	31/10/13	250.000,00	250.000,00						
047121/2011-39	2	237/2011	Projeto de pesquisa "Desenvolvimento e validação de um sistema de vigilância On-Line para a medida do consumo alimentar e da atividade física de escolares de 7 a 10 anos, financiado pelo Fundo Nacional de Saúde.	30/01/12	30/11/13	1.304.000,00	1.304.000,00						
044634/2011-98	2	238/2011	Execução do Projeto Institucional "Laboratório de teste Pré-clínicos em Stents e Próteses Endovasculares", financiado pelo Fundo Nacional de Saúde.	21/03/12	21/03/12	2.881.000,00	2.881.000,00						
038006/2011-73	2	240/2011	Projeto de Pesquisa "Um estudo Interdisciplinar sobre o II Plano Nacional de Políticas para as Mulheres e a III conferência Nacional de Políticas para as Mulheres", financiado pela Sec de Políticas para as Mulheres.	14/12/11	31/07/12	200.000,00	200.000,00						
050033/2011-14		241/2011	Projeto de extensão "Formação de Especialistas em Saúde da Família", financiado pelo Fundo Nacional de Saúde.	01/03/12	01/03/12	3.000.000,00	2.100.000,00						
050615/2011-09	2	242/2011	Projeto de Pesquisa "Cadastro, Atualização e Avaliação dos Imóveis de Bens Públicos da União em Santa Catarina -Próprios Nacionais", financiado pelo Ministerio do Planejamento.	01/03/12	01/03/12	500.000,00	100.000,00						

051416/2011-18	2	247/2011	Projeto de Extensão ,Implementação do Parque Viva a Ciência, Financiado pelo Ministerio da Ciência e Tecnologia.	26/04/12	26/04/12	135.000,00	135.000,00						
051315/2011-39		248/2011	Projeto de Pesquisa, Análise da Sustentabilidade dos Principais Sistemas de Cultivo de Camarões Marinhos, financiado pelo Ministério da Pesca.	15/05/12	15/05/12	934.465,00	934.465,00						
051622/2011-10	2	249/2011	Projeto de Extensão ,Programa Nacional de Redução de Riscos nas Escolas, com Ação Simultânea de Mobilização Nacional, financiado pelo Ministerio da Integração Nacional.	01/03/12	01/03/12	800.000,00	800.000,00						
051657/2011-59	2	250/2011	Projeto de Extensão, Curso de Capacitação Básica Continuada, Orientações de Prevenção, Resposta e Reconstrução, financiado pelo Ministerio da Integração Nacional.	01/03/12	31/12/12	982.388,00	454.850,00						
051707/2011-06	2	251/2011	Projeto de Pesquisa intitulado "Construção de infraestrutura tecnológica para o selo de qualidade em turismo, financiado pelo Ministério do Turismo..	01/03/12	01/03/12	1.032.000,00	1.032.000,00						
051795/2011-38	2	252/2011	Projeto de Extensão, Analise de Mercado; Produção, beneficiamento e comercialização de Alimentos Agroecologicos para o Mercado Institucional da Região sul do Brasil- Financiado pelo INCRA..	15/12/11	31/12/12	4.766.208,80	3.705.078,42						
051796/2011-82	2	253/2011	Projeto de Extensão intitulado de Olho na Terra, financiado pelo INCRA.	06/03/12	06/03/12	198.130,00	198.130,00						
051798/2011-71	2	254/2011	Projeto de Extensão intitulado Mitãrusu Mbo epy; Petel Tape. Formação de jovens; um caminho, Financiado pelo Ministerio das Comunicações.	15/03/12	15/03/12	150.000,00	150.000,00						
051832/2011-16	2	256/2011	Projetode pesquisa Desenvolvimento e implantação de novas funcionalidades no Sistema de Custos Operacionais Ferroviários e na Ferramenta SISLOG, Sistema Logístico e de Transportes, financiado pela - ANTT.	01/03/12	01/03/12	4.877.048,00	1.926.830,00						

051820/2011-83	2	257/2011	Projeto de Pesquisa Transferência de Metodologias e Ferramentas de Apoio à Gestão da Costa Brasileira, financiado pelo Ministério do Meio Ambiente.	14/03/12	31/12/13	397.500,00	397.500,00						
051839/2011-20	2	259/2011	Projeto de extensão Odontologia e Saúde Bucal no SUS baseada em Evidências Científicas, financiado pelo Ministério da Saúde.	14/03/12	01/09/13	413.400,00	413.400,00						
051824/2011-61	2	261/2011	Execução do Projeto de Pesquisa Metodologia para qualificação de riscos costeiros, financiado pelo Ministério do Meio Ambiente.	09/02/12	09/02/12	1.033.800,00	1.033.800,00						
051814/2011-26	2	262/2011	Projeto de extensão ,Projeto de Plantio Compensatório e Gestão e execução do Programa de Apoio às Comunidades Indígenas Kaingang, no âmbito das obras de duplicação da rodovia BR-386/RS, financiado pelo DNIT.	14/03/12	14/03/12	16.939.089,19	10.163.453,52						
052006/2011-86	2	264/2011	Projeto de pesquisa Desenvolvimento e implementação das tecnologias de assentamento remoto de larvas de moluscos como apoio à produção de mexilhões, vieira e berbigões- fase 1 , Financiado pelo Ministério da Pesca.	09/02/12	09/02/12	435.750,00	435.750,00						
052008/2011-75	2	265/2011	Projeto institucional Elaboração de Plano Setorial de Mitigação e Adaptação de Aquicultura e Pesca para Mudanças Climáticas, financiado pelo Ministério da Pesca,	30/11/12	30/11/12	500.000,00	360.343,92						
052112/2011-60	2	270/2011	Projeto de Extensão Curso Gestão de Convênios e Aplicação de Recursos, financiado pelo Ministério da Integração Nacional	14/04/12	14/04/12	932.278,83	932.278,83						
052055/2011-19	2	271/2011	Projeto de Extensão Desenv. do Sistema Integrado de Informações Sobre desastres S2ID, Como Apoio ao Centro Nacional de Gerenc. de Riscos e Desastres - CENAD, financ. pelo Minist. Integração Nacional,	01/03/12	01/03/12	207.285,00	207.285,00						
052276/2011-97	1	272/2011	Implementação do projeto "Pré-Vestibular da UFSC, financiado pela UFSC.	15/12/11	15/12/11	350.000,00	350.000,00						
052306/2011-65	1	273/2011	Execução do projeto de ensino, " Curso de Mestrado Profissional em Perícias Criminais Ambientais", financiado pela Capes.	27/09/12	27/09/12	169.000,00	169.000,00						

040689/2010-48	1	279/2011	Projeto de extensão referente à realização de um Curso de Pós-Graduação Lato Sensu, em nível de Especialização, em Periodontia.	07/12/11	07/12/11	442.368,00	81.923,23						
053260/2011-00	2	282/2011	Projeto de extensão intitulado, Estudos de viabilidade técnica, econômica, social, ambiental e juridico-legal dos serviços regionais de transportes ferroviários de passageiros, de caráter regular, no trecho compreendido entre os municípios.	21/03/12	23/01/13	750.000,00	750.000,00						
033144/2010-85	2	285/2011	Curso de Pós-Graduação Lato Sensu, em nível de Especialização, em Odontopediatria.	24/11/11	24/11/11	380.160,00	0,00						
042829/2011-01	2	287/2011	Implementação do projeto de extensão "Sistema de Identidade Visual do Ministério Público de Santa Catarina, financiado pelo MPSC. Contrato com a UFSC 288/2011.	15/12/11	31/12/12	73.941,00	0,00						
044099/2011-75	2	290/2011	Execução da atividade de extensão intitulada Formação da Política Estadual de Transporte de Passageiros de SC, financiado pelo DETER. Contrato com UFSC 289/2011	15/12/11	06/05/13	498.840,00	241.300,00						
048483/2009-22	2	020/2012	CONTINUIDADE na execução do Projeto de Preparação de conteúdos do Curso de Especialização em Gestão Farmacêutica, financiado pelo Fundo Nacional de Saúde, nos termos do contrato 444/2009.	30/01/12	30/01/12	528.158,15	0,00						
027281/2008-66	2	033/2012	Cooperação técnica e administrativa para a CONTINUIDADE na execução do Curso de Especialização em Engenharia de Segurança do Trabalho (Contrato 235/2008).	16/02/12	16/02/12	0,00	0,00						
017997/2011-51	1	039/2012	Projeto de extensão referente à realização de um Curso de Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i> , em nível de Especialização, em Engenharia de Avaliações e Perícias. Contrato 038/2012- UFSC-IBAPE/SC.	05/01/12	05/01/12	138.805,50	48.588,25						
007697/2012-44	2	040/2012	Execução do Projeto Inscrições para o Curso de Especialização de Gestão em Saúde.	04/06/12	04/06/12	42.000,00	35.490,00						

052898/2011-15	2	055/2012	Extensão do Projeto Câncer, ou seja a realização de Programa de Capacitação, Pesquisa e Desenvolvimento de Protocolo para Detecção Precoce do Câncer Uterino e Seminário, Financiado pela Sec. de Estado da Saúde. Contrato 027/2012 UFSC.	29/03/12	29/03/12	416.736,47	226.800,00						
053630/2011-09	2	058/2012	Projeto Apoio Pedagógico aos Alunos dos Cursos de Graduação da UFSC, financiado pelo Ministério da Educação. - PNAES.	29/03/12	29/03/12	720.000,00	720.000,00						
047040/2011-39	2	080/2012	Cooperação técnica para o aporte financeiro visando à continuidade e a execução da obra do Edifício "Tecnologias Sociais para a Gestão da Água".	16/03/12	16/03/12	129.199,08	129.199,08						
044095/2011-97	2	142/2012	Projeto de extensão referente à realização de um Curso de Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i> , em nível de Especialização, em Fisioterapia.	07/05/12	07/05/12	199.410,00	0,00						
013707/2012-81	2	324/2012	Projeto de Extensão II Congresso Internacional de Formação Profissional em Educação Física e VI Seminário de Estudos e Pesquisas em formação Profissional no Campo da Educação Física. financiado pelo Ministério do Esporte.	30/05/12	30/05/12	50.050,00	50.050,00						
038533/2011-88	1	363/2012	Projeto de extensão referente à realização de um Curso de Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i> , em nível de Especialização, em Dentística.	31/05/12	31/05/12	604.800,00	80.210,46						
023394/2012-79	2	370/2012	Projeto de pesquisa "Unidade estratégica de suporte a operação de despacho de carga de linhas de transmissão nacionais baseada em dados ambientais em tempo atual", financiado pela FINEP/UFSC.	23/07/12	23/07/12	100.000,00	100.000,00						
014396/2012-77	2	371/2012	Apoio Administrativo, comercialização de produtos e gestão financeira na execução do projeto de extensão "Fazenda Experimental Yakult da UFSC". localizado no Balneário Barra do Sul/SC.	02/07/12	02/07/12	1.500.000,00	0,00						

027672/2012-67	2	377/2012	Projeto de extensão levantamento de dados de produção e comercialização junto à Rede Ecovida de Agroecologia e apoio ao seu VIII Encontro Ampliado, financiado pelo Ministério da Agricultura.	23/07/12	30/04/12	99.950,00	99.950,00						
014557/2012-22	2	378/2012	Comercialização de produtos e gestão financeira na Execução do projeto de extensão Laboratório de Camarões Marinhos da UFSC, localizado na Barra da Lagoa.	30/05/12	30/05/12	1.260.000,00	0,00						
047767/2011-16	1	381/2012	Curso de Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i> , em nível de Especialização, em Design Experiencial.	25/07/12	25/07/12	199.451,57	21.613,18						
029057/2012-95	2	383/2012	Implementação do projeto de extensão Pré-Vestibular da UFSC/SED, financiado pela UFSC.	27/07/12	31/01/13	1.600.000,00	1.000.000,00						
037956/2011-81	1	388/2012	Curso de Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i> , em nível de Especialização, em Engenharia Automotiva.	25/07/12	25/07/12	182.000,00	0,00						
034892/2012-47	2	431/2012	Execução do Projeto de pesquisa sobre separação da Biomassa de Microalgas visando a produção de biodiesel.	13/09/12	13/09/12	200.000,00	200.000,00						
036599/2012-14	2	443/2012	Projeto de extensão "VI Congresso de Direito de Autor e Interesse Público".	18/09/12	18/09/12	125.000,00	125.000,00						
034814/2012-42	2	444/2012	Execução do projeto de extensão "S2ID - Controle de processos para transferência obrigatória e obras de prevenção".	14/09/12	14/09/12	1.382.625,00	882.625,00						
031276/2012-34	2	447/2012	Projeto de extensão "Programa de Apoio aos Dirigentes Municipais de Educação -2012", financiado pelo Ministério da Educação.	18/09/12	18/09/12	75.027,52	75.027,52						
042490/2012-16	2	452/2012	Implementação da realização do Processo Seletivo para ingresso aos Cursos de Graduação mantidos pela UFSC- Vestibular 2013.	09/10/12	09/10/12	1.686.330,87	1.300.000,00						
043678/2012-81	2	457/2012	Projeto de extensão "Seminário Internacional da cadeia produtiva do leite", financiado pelo Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.	05/11/12	05/11/12	250.123,84	250.123,84						

029966/2012-23	2	460/2012	Execução da atividade de pesquisa intitulada "Estudos, pesq. e prog. de capacitação para des. e consolidação de métodos e processos p/ suporte à gestão de competências da CGPERT vinculadas às áreas de segurança viária e operações rodoviárias".	31/08/12	31/08/12	30.650.300,00	3.065.030,00						
017461/2012-16	2	461/2012	Execução do Projeto de Extensão "Revezamento do Pró-Letramento", financiado pelo Ministério da Educação.	02/10/12	02/10/12	120.000,00	120.000,00						
036256/2012-50	2	462/2012	Projeto de extensão "Semana Nacional de Ciência e Tecnologia 2012", financiado pelo Ministério de Ciência e Tecnologia.	10/10/12	10/10/12	75.000,00	75.000,00						
038087/2012-92	2	468/2012	Execução do Projeto de ensino "Implementação e oferta do 1º e 2º semestres, 2ª edição de Filosofia no âmbito do Sistema (UAB).	09/11/12	09/11/12	262.231,50	131.115,75						
043800/2012-10	2	469/2012	Execução do projeto de extensão "Programa Nacional de Certificação de Proficiência no uso e Ensino de Libras e Proficiência em Tradução e Interpretação de Libras".	09/11/12	09/11/12	2.177.952,00	800.000,00						
041297/2012-68	2	470/2012	Execução do projeto de extensão "UCA- Um Computador por Aluno".	08/11/12	08/11/12	253.370,00	253.370,00						
048839/2012-23	2	474/2012	Execução do Projeto Pró-Letramento Pacto Nacional pela alfabetização na idade certa.	12/11/12	12/11/12	134.309,00	0,00						
046734/2012-30	1	475/2012	Projeto de extensão referente à realização de um "Curso de Pós-Graduação <i>Lato Sensu</i> , em nível de Especialização em Educação Infantil"	03/12/12	03/12/12	562.726,50	0,00						
050824/2012-25	2	477/2012	Execução do projeto de extensão intitulado "Programa de Formação Continuada de Professores para Educação Digital".	12/11/12	12/11/12	3.819.869,00	0,00						
050697/2012-64	2	478/2012	Execução do projeto de pesquisa intitulado "Pesquisa, Avaliação, Desenvolvimento e Metodologia Integrada de Portais Educacionais da TV Escola e dos Portais de 050697201264" -	12/11/12	12/11/12	4.048.800,00	0,00						

052095/2012-41	2	481/2012	Execução do projeto de extensão intitulado "Atualização do Curso de Extensão a Distância - Formação Continuada de Conselheiros Municipais"	16/11/12	16/11/12	70.464,00	0,00						
050872/2012-13	2	482/2012	Apoio administrativo ao projeto de extensão intitulado "Formação Continuada em Conselhos Escolares"	12/11/12	12/11/12	71.862,92	0,00						
050165/2012-27	2	483/2012	Execução do projeto de " Pesquisa, elaboração e produção de materiais instrucionais visando a orientação de Estados e Municípios para o alinhamento dos planos de educação"	21/12/12	21/12/12	2.929.807,00	0,00						
034665/2012-11	2	489/2012	Projeto de pesquisa intitulado "Desenvolvimento conjunto de pesquisa aplicada para reconstrução do Sistema de Gerenciamento de Certificados do SERPRO (SGCS)".	08/11/12	08/11/12	168.000,00	84.000,00						
045216/2012-07	2	492/2012	Projeto de extensão Programa de Valorização do Profissional da Atenção Básica Turma - C - PROVAB.	03/12/12	03/12/12	576.000,00	0,00						
058163/2012-86	2	496/2012	Apoio administrativo na execução do projeto de extensão "Pró-Saúde/Pet-Saúde"	29/11/12	14/09/14	759.999,10	0,00						
055654/2012-75	2	497/2012	Apoio administrativo na implementação do projeto de extensão "Capacitação em Violência Doméstica para a Atenção Básica"	29/11/12	29/11/12	2.400.000,00	0,00						
055681/2012-48	2	501/2012	Execução do projeto de extensão Prevenção do uso de Drogas Capacitação para Conselheiros e Lideranças - Comunitárias 5ª Edição	18/12/12	18/12/12	6.600.000,00	0,00						
053390/2012-15	2	512/2012	Projeto de extensão "Estudos Especializados e Planos Estratégicos com Foco na Cadeia Produtiva, como Suporte na Confecção de Projeto Técnico, Acompanhamento à Implementação e Monitoramento de Empreendimentos Agroindustriais em Assentamentos	08/01/13	08/01/13	19.103.950,53	0,00						
058955/2012-51	2	521/2012	Projeto de extensão Capacitação para a Gestão da Assistência Farmacêutica - EAD", - FAPEU	07/12/12	07/12/12	7.630.250,00	0,00						
056082/2012-41	2	526/2012	Execução do projeto institucional Pista Sintética de Atletismo	07/12/12	07/12/12	8.169.969,82	0,00						

056570/2012-59	2	531/2012	Execução do projeto de extensão Legados do Esporte Brasileiro.	02/01/13	02/01/13	118.996,00	0,00						
061856/2012-56	2	567/2012	Apoio administrativo ao projeto de extensão intitulado "Desenvolvimento de Metodologias e Tecnologias Educacionais na Implantação de Processos de Formação, Qualificação e Desenvolvimento de Inteligência Institucional para o SUS.	19/12/12	19/12/12	30.000.000,00	0,00						
					Total	360.617.005,77	85.437.299,98			Total	0,00	0,00	

Fonte: PROAD

Quadro 107 - Recursos Pertencentes às IFES Envolvidos nos Projetos da Fundação de Amparo à Pesquisa e Extensão Universitária

Recursos Pertencentes às IFES Envolvidos nos Projetos						
Projeto		Recursos das IFES				
Nº	Tipo	Financeiros	Materiais		Humanos	
		Valor	Tipo	Valor	Quantidade	Valor
044041/2006-64	1	0,00			1	1.000,00
054989/2007-17	2	0,00			-	-
036115/2008-51	1	125.948,31			22	82.117,67
055848/2008-94	1	0,00			19	117.678,80
055850/2008-63	1	0,00			18	132.296,80
055833/2008-26	1	0,00			5	12.241,44
046981/2008-50	2	0,00			2	8.500,00
056538/2008-97	1	195.573,72			26	150.520,50
057414/2008-29	2	0,00			-	-
060626/2008-93	2	84.000,00			-	-
060624/2008-02	2	0,00			6	40.800,00
060497/2008-33	2	427.760,06			33	187.203,00
060012/2008-10	2	0,00			-	-
060950/2008-10	2	0,00			-	-
061653/2008-83	1	880.000,00			45	567.330,50
061446/2008-29	2	1.915.013,38			106	594.020,00
004248/2009-49	2	5.120,22			-	-
000603/2009-19	2	0,00			-	-
020746/2009-39	2	2.010.953,19			5	49.264,13
019517/2009-71	2	190.732,39			3	32.800,00
026914/2009-08	2	0,00			2	28.800,00
060276/2008-65	1	7.301,00			1	8.316,70
034458/2009-61	2	412.268,08			30	118.573,70
030127/2009-52	2	0,00			15	64.950,00
025065/2009-67	2	0,00			-	-
045961/2009-42	2	130.640,00			6	29.075,00
044589/2009-57	2	0,00			6	197.453,44
046836/2009-50	2	297.401,62			20	55.891,20
047170/2009-57	2	0,00			-	-
046847/2009-30	2	0,00			2	10.503,00
040936/2009-72	1	197.476,00			-	-
047990/2009-49	1	288.160,00			-	-
047682/2009-13	2	263.576,00			4	61.500,00

011559/2009-64	1	0,00			-	-
048923/2009-41	2	0,00			-	-
049431/2009-73	2	0,00			1	12.066,67
048482/2009-88	2	105.000,00			-	-
018173/2008-01	1	0,00			2	30.809,45
035732/2009-10	1	27.361,00			4	17.200,00
004047/2010-85	2	41.628,18			-	-
010829/2010-53	1	2.100.000,00			61	385.381,78
011574/2010-46	2	0,00			1	29.120,00
007178/2010-14	2	43.366,09			-	-
039349/2009-31	1	94.875,00			4	40.509,43
016074/2010-09	2	257.721,68			1	71.212,86
016397/2010-94	2	0,00			12	373.175,26
045929/2009-67	2	0,00			-	-
045473/2009-35	1	0,00			-	-
043756/2009-42	1	172.909,50			3	99.153,50
039587/2009-46	1	72.273,60			6	25.134,09
038126/2009-56	1	125.951,00			9	89.593,84
024254/2010-56	1	376.583,72			9	14.371,46
025456/2010-15	2	0,00			-	-
028156/2010-98	2	815.826,10			4	25.195,00
024393/2010-80	2	0,00			8	80.140,73
005728/2010-61	1	0,00			-	-
049982/2008-56	1	74.693,00			6	42.941,80
044661/2009-46	1	0,00			10	138.565,93
040011/2010-65	2	0,00			1	20.000,00
040014/2010-07	2	0,00			7	151.750,00
040013/2010-54	2	0,00			-	-
040017/2010-32	2	0,00			-	-
040015/2010-43	2	65.000,00			-	-
043052/2010-11	2	0,00			2	24.185,00
037962/2010-57	2	0,00			2	7.246,66
043720/2010-01	2	0,00			3	52.887,00
040593/2010-80	2	0,00			3	8.041,45
045227/2010-17	2	166.000,00			2	118.000,00
045229/2010-14	2	3.625.666,86			12	120.614,46
045066/2010-61	2	0,00			-	-
045297/2010-75	2	1.271.649,72			15	44.393,52
045424/2010-36	2	0,00			1	1.711,91
045820/2010-63	2	0,00			2	10.800,00
043690/2010-24	2	0,00			-	-
046763/2010-30	2	0,00			-	-
004002/2011-91	2	27.695,00			2	14.575,84
000009/2011-34	2	7.973.984,62			-	-

021773/2010-62	1	296,50			-	-
026602/2010-20	2	1.940.952,00			10	583.766,67
032455/2009-93	2	536.209,49			7	55.344,62
027857/2010-18	1	0,00			-	-
006642/2011-36	2	0,00			-	-
042028/2010-57	1	171.664,26			8	64.021,69
008764/2011-67	2	1.862.963,08			-	-
008788/2011-16	2	2.138.081,60			-	-
022447/2011-53	2	66.393,68			-	-
009670/2011-13	1	0,00			-	-
020686/2011-79	2	792.118,78			6	32.664,37
025283/2010-35	1	91.812,49			4	24.000,00
026505/2011-18	2	152.568,44			2	25.468,98
034476/2011-68	1	27.772,30				
027985/2011-34	2	0,00			-	-
032908/2011-04	2	4.000.000,00			57	414.135,69
029085/2011-21	2	588.475,45			4	80.400,00
028495/2011-55	2	0,00			3	4.400,00
032624/2011-18	2	0,00			2	6.059,62
037538/2011-93	2	0,00			-	-
028014/2011-10	2	151.548,46			2	8.898,10
035867/2011-08	2	14.100,00			4	20.550,00
039480/2011-12	2	0,00			1	4.375,22
034219/2011-26	2	0,00			-	-
036670/2011-86	2	551.881,75			23	186.353,68
009296/2010-67	1	118.079,00			9	95.500,00
048657/2011-71	2	389.905,26			-	-
049157/2011-57	2	107.725,00			1	28.600,00
049264/2011-85	3	919.322,40			-	-
036142/2011-29	2	53.334,00			3	48.000,00
043130/2011-51	2	511.406,00			-	-
038334/2011-70	2	2.000.000,00			3	62.694,00
049835/2011-81	2	1.800.000,00			41	339.381,74
048622/2011-32	2	250.000,00			3	43.600,00
047121/2011-39	2	1.304.000,00			5	161.605,00
044634/2011-98	2	2.881.000,00			6	49.737,00
038006/2011-73	2	200.000,00			3	63.800,00
050033/2011-14		2.100.000,00				
050615/2011-09	2	100.000,00			-	-
051416/2011-18	2	135.000,00			-	-
051315/2011-39		934.465,00				
051622/2011-10	2	800.000,00			3	31.600,00
051657/2011-59	2	454.850,00			2	8.898,10
051707/2011-06	2	1.032.000,00			-	-

051795/2011-38	2	3.705.078,42			1	1.952,97
051796/2011-82	2	198.130,00			-	-
051798/2011-71	2	150.000,00			-	-
051832/2011-16	2	1.926.830,00			2	42.300,00
051820/2011-83	2	397.500,00			-	-
051839/2011-20	2	413.400,00			4	151.200,00
051824/2011-61	2	1.033.800,00			-	-
051814/2011-26	2	10.163.453,52			11	111.694,01
052006/2011-86	2	435.750,00			-	-
052008/2011-75	2	360.343,92			4	56.752,00
052112/2011-60	2	932.278,83			2	23.000,00
052055/2011-19	2	207.285,00			1	7.000,00
052276/2011-97	1	350.000,00			1	31.200,00
052306/2011-65	1	169.000,00			-	-
040689/2010-48	1	81.923,23			3	45.899,03
053260/2011-00	2	750.000,00			-	-
033144/2010-85	2	0,00			-	-
042829/2011-01	2	0,00			-	-
044099/2011-75	2	241.300,00			-	-
048483/2009-22	2	0,00			1	6.979,16
027281/2008-66	2	0,00			4	5.700,00
017997/2011-51	1	48.588,25			7	22.210,00
007697/2012-44	2	35.490,00			9	11.400,00
052898/2011-15	2	226.800,00			6	39.485,71
053630/2011-09	2	720.000,00			1	6.000,00
047040/2011-39	2	129.199,08			-	-
044095/2011-97	2	0,00			-	-
013707/2012-81	2	50.050,00			-	-
038533/2011-88	1	80.210,46			4	22.780,00
023394/2012-79	2	100.000,00			-	-
014396/2012-77	2	0,00			-	-
027672/2012-67	2	99.950,00			-	-
014557/2012-22	2	0,00			-	-
047767/2011-16	1	21.613,18			3	14.000,00
029057/2012-95	2	1.000.000,00			1	26.000,00
037956/2011-81	1	0,00			-	-
034892/2012-47	2	200.000,00			-	-
036599/2012-14	2	125.000,00			-	-
034814/2012-42	2	882.625,00			1	7.000,00
031276/2012-34	2	75.027,52			1	13.200,00
042490/2012-16	2	1.300.000,00			17	115.348,46
043678/2012-81	2	250.123,84			3	1.031,49
029966/2012-23	2	3.065.030,00			6	72.150,00
017461/2012-16	2	120.000,00			1	6.507,19

036256/2012-50	2	75.000,00			-	-
038087/2012-92	2	131.115,75			-	-
043800/2012-10	2	800.000,00			1	3.375,00
041297/2012-68	2	253.370,00			-	-
048839/2012-23	2	0,00			-	-
046734/2012-30	1	0,00			-	-
050824/2012-25	2	0,00			-	-
050697/2012-64	2	0,00			-	-
052095/2012-41	2	0,00			-	-
050872/2012-13	2	0,00			-	-
050165/2012-27	2	0,00				
034665/2012-11	2	84.000,00			2	25.216,65
045216/2012-07	2	0,00			-	-
058163/2012-86	2	0,00				
055654/2012-75	2	0,00			-	-
055681/2012-48	2	0,00			-	-
053390/2012-15	2	0,00			-	-
058955/2012-51	2	0,00			-	-
056082/2012-41	2	0,00			-	-
056570/2012-59	2	0,00			-	-
061856/2012-56	2	0,00			-	-
Tipo: (1) Ensino (2) Pesquisa e Extensão (3) Desenvolvimento Institucional (4) Desenvolvimento Científico (5) Desenvolvimento Tecnológico						

Fonte: PROAD

Quadro 108 - Relação dos Projetos Desenvolvidos pela Fundação de Ensino e Engenharia de Santa Catarina - FEESC

Fundação de Apoio													
Nome: FUNDAÇÃO DE ENSINO E ENGENHARIA DE SANTA CATARINA - FEESC									CNPJ: 82.895.327/0001-33				
Projeto		Instrumento Contratual											
		Contrato						Convênio					
N°	Tipo	N°	Objeto	Vigência		Valor		N°	Objeto	Vigência		Valor	
				Início	Fim	Bruto	Repassado			Início	Fim	Bruto	Repassado
006512/2010-12	2	100/2010	Dispositivo de Controle para Usinas Eólicas	02/06/10	01/06/13	396.288,00	110.080,00						
006623/2011-18	2	131/2011	Assistência Técnica em Informática e Estatística	07/06/11	30/06/12	17.190,00	0,00						
007174/2010-36	2	059/2010	Estudos de Planejamento para o Setor Portuário -SEP I	13/04/10	14/06/13	30.000.000,00	0,00						
008302/2012-21	2	384/2012	Continuidade das atividades de inovação tecnológica referente ao processo de desenvolvimento de software para Telemedicina e integração de serviços de baixa, média e alta complexidade ao Sistema Catarinense de Telemedicina e Telessaúde STT	30/07/12	29/07/13	864.000,00	672.000,00						
008778/2010-08	2	125/2010	Dispositivo de Controle para usinas Eólicas	02/06/10	01/06/13	103.504,50	21.497,00						
011000/2011-59	2	170/2011	Demandas Judiciais em Santa Catarina	29/09/11	31/12/12	32.140,00	24.104,50						
013456/2010-72	2	128/2010	Desenvolvimento de Software de Vídeo Conferência Corporativa para Computadores Pessoais com Sistema Operacional Linux	31/05/10	31/03/12	313.116,97	25.960,39						
015527/2010-71	2	148/2010	Otimização do trâmite dos processos que envolvem direitos de Propriedade Intelectual na UFSC.	04/08/10	03/08/13	545.842,00	145.614,00						
016045/2011-10	2	173/2011	Estudo preliminar sobre os aspectos técnicos da implementação de um sistema operacional de tempo real	29/09/11	30/06/12	25.435,08	8.478,36						
017555/2010-23	2	172/2010	Suporte Técnico para Avaliação de Áreas Atingidas por Desastres em Santa Catarina	23/08/10	23/01/12	470.584,68	0,00						

018743/2011-50	2	132/2011	Continuidade das Atividades de Inovação Tecnológica Referente ao Processo de Desenvolvimento de Software para Telemedicina e Integração de Serviços de Baixa, Média e Alta Complexidade ao Sistema Catarinense de Telemedicina e Telessaúde STT	29/06/11	30/06/12	1.152.000,00	576.000,00						
022283/2012-45	1	352/2012	Curso à Distância sobre Etiquetagem da Eficiência Energética de Edificações	03/07/12	15/04/13	54.673,75	51.024,50						
033278/2010-04	2	045/2011	Autoplanejamento de aterramentos de sistemas de distribuição utilizando métodos numéricos determinísticos	22/02/11	22/05/13	499.352,00	242.295,00						
034869/2009-57	2	312/2009	Plano de capacitação da defesa civil estadual, visando melhores condições de vida e seguridade à população catarinense	05/11/09	08/01/12	793.140,58	0,00						
038175/2012-94	2	510/2012	Execução do Projeto de Pesquisa intitulado Projeto Cooperação para Pesquisa para Avaliação de Obras no Estado de Santa Catarina), firmado entre UFSC e o Tribunal de Contas do Estado de SC	20/11/12	19/11/13	849.264,00	0,00						
038915/2011-10	2	192/2011	O Saber para Conquistar um Lugar	09/11/11	30/11/12	1.575.000,00	1.575.000,00						
039437/2012-38	2	486/2012	Curso de capacitação para tutores, Docentes e Designer para Educação a Distancia	13/11/12	01/03/13	29.184,00	29.184,00						
040317/2009-88	2	361/2009	UFSC - SAFF.	02/12/09	31/05/13	4.442.290,75	2.031.190,00						
040887/2010-10	2	256/2010	Tecnologias de Artefatos e Processos de EAD para Qualificação de Usuários do Sistema Informatizado de Gerenciamento - SIG	01/12/10	30/06/12	293.300,00	0,00						
041622/2010-21	2	253/2010	Validação de Materiais Didáticos para o Sistema Escola Técnica Aberta do Brasil (e-Tec Brasil)	01/12/10	31/12/13	2.455.000,00	0,00						
042138/2012-81	2	466/2012	Avaliação sobre o impacto socioeconômico da certificação Digital no Brasil	09/11/12	03/09/13	390.000,00	140.000,00						
043213/2012-21	1	465/2012	Mestrado Profissional em Métodos e Gestão em Avaliação - UFSC	08/11/12	31/08/14	314.500,00	72.000,00						

046178/2010-30	2	085/2011	Desenvolvimento de metodologias para medição de Potenciais em Malhas de Terra de Ses Urbanas.	12/05/11	12/08/14	1.104.831,00	339.120,00						
047148/2011-21	2	214/2011	Produção dos módulos intradotórios do programa nacional de formação continuada em tecnologia educacional - PROINFRO	21/12/11	31/12/12	331.544,00	331.544,00						
047949/2009-72	2	450/2009	Regular as condições e responsabilidades dos partícipes para com a realização do programa intitulado PRH 09 - - Formação de recursos humanos em engenharias mecânica e química em ênfase em petróleo e gás (MECPETRO), termo de cooperação técnica UFSC e ANP	29/12/09	30/11/17	849.102,83	30.000,00						
047950/2009-05	2	445/2009	Programa PRH nº 34 - Formação de Engenheiros na Áreas de Automação, Controle e Instrumentação para a indústria de Petróleo e Gás	29/12/09	30/11/17	488.625,79	292.085,37						
051305/2012-84	2	473/2012	Revisão de Módulos da Formação Continuada em Tecnologia Educacional.	14/11/12	30/06/13	329.310,45	0,00						
051860/2012-14	2	569/2012	Estudo de Medidores de Temperatura com Sensores à Fibra Óptica	11/12/12	10/11/13	110.000,00	0,00						
052407/2011-36	2	276/2011	Apoio à SEP/PR no Planejamento do Setor Portuário Brasileiro e na Implantação dos Projetos Inteligência Logística Portuária - SEP II	29/03/12	17/01/15	25.737.065,00	7.978.490,00						
052834/2012-03	2	506/2012	Execução do Projeto de Pesquisa: "Manutenção de aprimoramento dos sistemas Ywapa e Ywra versão 3.0"	06/12/12	12/11/13	73.846,20	0,00						
055212/2012-29	2	503/2012	Projeto e-SUS Atenção Básica - Educação Permanente para os Profissionais e Estudantes do Sistema Único de Saúde (SUS) na Atenção Básica	21/11/12	30/07/15	10.000.000,00	7.000.000,00						
058218/2012-58	2	495/2012	Atenção às Situações de Crise em Saúde Mental	29/11/12	29/12/15	1.300.000,00	0,00						
058234/2012-41	2	494/2012	Curso sobre Saúde Mental na Infância e Adolescência no Âmbitoda Rede de Atenção Psicossocial	29/11/12	27/11/15	1.500.000,00	0,00						

058687/2012-77	2	524/2012	Execução do Projeto: “Análise e Intercâmbio Técnico-Científico sobre Experiências Internacionais de Ordenamento, Regularização e Crédito Fundiário	07/12/12	30/11/14	1.135.000,00	0,00						
					Total	88.575.131,58	21.695.667,12			Total	0,00	0,00	

Fonte: PROAD

Quadro 109 - Recursos Pertencentes às IFES Envolvidos nos Projetos da Fundação de Ensino e Engenharia de Santa Catarina - FEESC

Recursos Pertencentes às IFES Envolvidos nos Projetos						
Projeto		Recursos das IFES				
Nº	Tipo	Financeiros	Materiais		Humanos	
		Valor	Tipo	Valor	Quantidade	Valor
006512/2010-12	2	319.232,00			3	5.424,00
006623/2011-18	2	17.190,00			-	-
007174/2010-36	2	30.000.000,00			17	277.600,00
008302/2012-21	2	672.000,00			-	-
008778/2010-08	2	103.504,50			2	11.490,00
011000/2011-59	2	32.140,00			2	19.332,00
013456/2010-72	2	313.116,97			-	-
015527/2010-71	2	460.900,54			-	-
016045/2011-10	2	25.435,08			-	-
017555/2010-23	2	470.584,68			-	-
018743/2011-50	2	1.152.000,00			-	-
022283/2012-45	1	51.024,50			3	17.200,00
033278/2010-04	2	423.728,00			4	71.890,00
034869/2009-57	2	793.044,91			-	-
038175/2012-94	2	0,00			-	-
038915/2011-10	2	1.575.000,00			20	548.840,00
039437/2012-38	2	29.184,00			6	11.040,00
040317/2009-88	2	4.176.180,00			4	15.000,00
040887/2010-10	2	293.300,00			2	10.400,00
041622/2010-21	2	2.455.000,00			8	60.600,00
042138/2012-81	2	140.000,00			5	26.500,00
043213/2012-21	1	72.000,00			18	3.600,00
046178/2010-30	2	574.571,00			4	89.660,00
047148/2011-21	2	331.544,00			4	92.580,00
047949/2009-72	2	526.272,71			-	-
047950/2009-05	2	292.085,37			-	-
051305/2012-84	2	0,00			-	-
051860/2012-14	2	0,00			-	-
052407/2011-36	2	7.978.490,00			5	51.600,00
052834/2012-03	2	0,00			-	-
055212/2012-29	2	7.000.000,00			-	-
058218/2012-58	2	0,00			-	-
058234/2012-41	2	0,00			-	-

058687/2012-77	2	600.000,00			-	-
Tipo: (1) Ensino (2) Pesquisa e Extensão (3) Desenvolvimento Institucional (4) Desenvolvimento Científico (5) Desenvolvimento Tecnológico						
Fonte: PROAD						

Quadro 110 - Relação dos Projetos Desenvolvidos pela Fundação de Estudos e Pesquisas Socioeconômicos – FEPESE

Fundação de Apoio													
Nome: FUNDAÇÃO DE ESTUDOS E PESQUISAS SOCIOECONÔMICOS – FEPESE										CNPJ: 83.566.299/0001-73			
Projeto		Instrumento Contratual											
		Contrato						Convênio					
Nº	Tipo	Nº	Objeto	Vigência		Valor		Nº	Objeto	Vigência		Valor	
				Início	Fim	Bruto	Repassado			Início	Fim	Bruto	Repassado
005811/2011-11	2	117/2011	Execução do projeto de extensão referente à realização do Curso de Pesquisas - Elaboração, Fomento, Gestão e Resultados. Contrato 175/2011.	29/06/11	30/07/12	16.840,50	0,00						
010444/2012-58	2	396/2012	O presente Contrato tem por objeto a prestação de serviços de apoio pela FEPESE na execução do Projeto de Atividade de Extensão denominado “Curso de Metodologia do Ensino Superior de Administração”.	20/08/12	31/12/12	19.306,50	0,00						
014581/2010-08	2	270/2010	Execução do Projeto de Extensão do Curso de Pós-Graduação Lato Sensu, em nível de Especialização, em Educação de jovens e adultos e educação na diversidade.	09/12/10	30/08/13	177.996,80	0,00						
014979/2012-06	1	397/2012	O presente Contrato tem por objeto a prestação de serviços de apoio pela FEPESE na execução do Projeto denominado “Curso de Especialização em GESTÃO E DOCÊNCIA EM EAD”.	31/08/12	31/12/13	3.050.000,00	3.050.000,00						
019552/2009-91	2	120/2010	Realização de um Curso de Pós-Graduação Lato Sensu, em nível de Especialização, em Gestão de Pessoas nas Organizações.	10/06/10	30/03/12	215.060,59	5.584,66						
023032/2011-05	2	150/2011	Prestação de serviço de apoio para a execução do Projeto de Pesquisa e desenvolvimento de metodologia para acompanhamento por parâmetros sistemáticos de implementação das estratégias do e-tec	18/08/11	31/10/13	1.900.000,00	100.000,00						
023743/2010-91	2	221/2010	Execução do Projeto para capacitação em gestão e docência em EAd para o programa e-TEC/SEED/MEC.	04/10/10	31/12/12	1.457.600,00	0,00						

025121/2011-88	2	159/2011	Execução do projeto Estudo da Contribuição do Projeto Prêmio Professor Brasil na Educação Básica.	01/09/11	18/11/12	717.550,00	0,00						
025190/2011-91	2	162/2011	Prestação de serviço de apoio na execução do Projeto de Pesquisa de "Estudos e Implantação de Projeto Piloto do Centro de Supervisão das concessões Ferroviárias e Expansão do Sistema de Informação SAFF.	12/09/11	11/07/14	4.717.432,00	2.382.785,00						
026226/2011-54	2	158/2011	Execução do Processo Seletivo para Curso de Residência Integrada Multiprofissional em Saúde do Hospital Universitário.	12/09/11	30/06/12	49.934,46	30.136,50						
027412/2012-91	2	366/2012	Consiste em planejar e coordenar a execução das ações definidas pela Câmara Temática de Promoção Comercial e Tecnológica do GeCopa, dando sequência ao programa 14bis do Governo Federal	10/07/12	09/11/13	3.600.000,00	2.700.000,00						
027770/2012-02	2	376/2012	Cooperação entre o DEPEN/MJ e a UFSC com vistas à criação de uma Tabela de Referência, sob denominação SINAPI-DEPEN, que contenha insumos e composição utilizados na construção de penitenciárias	18/07/12	17/07/13	509.555,00	302.723,00						
028780/2010-95	2	208/2010	Execução do Projeto de pesquisa em: "Desenvolvimento de Estudos e Análise das Hidrovias Brasileiras e suas Instalações Portuárias com Implantação de Base de Dados Georreferenciada e Sistema de Informação Geográfica".	28/09/10	07/12/13	3.658.500,00	556.232,00						
030947/2010-88	2	216/2010	Execução do Projeto para capacitação em gestão e docência em EAd para o programa e-TEC/SEED/MEC.	14/10/10	31/12/12	7.183.737,93	0,00						
030996/2009-87	2	207/2010	Execução do projeto de extensão referente à realização de um Curso de Pós-Graduação Lato Sensu, em nível de Especialização, em Implantodontia.	24/09/10	31/12/12	844.800,00	185.436,56						
031344/2010-01	2	279/2010	Desenvolvimento de Institucional com vista ao Projeto, Implantação e Gestão de Serviços Avançados de TIC	10/12/10	30/12/13	727.782,00	264.699,60						
032992/2011-58	2	194/2011	Prestação de serviço de apoio para a execução do Projeto de extensão intitulado Gestão Estratégica do Ministério Público de Santa Catarina.	04/11/11	31/03/13	241.130,00	241.130,00						

033104/2011-14	2	210/2011	Serviço de apoio na execução do Projeto de Extensão do Processo de Seleção para os Médicos Residentes do Hospital Universitário.	16/11/11	30/12/12	150.000,00	122.717,50						
033318/2010-18	2	278/2011	Execução da atividade de extensão referente à realização do Curso de Especialização em Sistemas de Planejamento e Gestão Empresarial.	05/12/11	29/12/13	240.614,79	107.811,33						
033472/2009-48	1	049/2010	Curso de Pós-Graduação Lato Sensu em nível de Especialização em Economia e Gestão das Estratégias Empresariais.	18/03/10	31/05/12	211.516,25	3.160,51						
035727/2010-41	2	269/2010	Projeto de "Integração de convergência entre a modalidade de educação presencial e a distância na UFSC.	09/12/10	30/06/12	197.260,00	0,00						
036718/2012-39	2	453/2012	Execução do Projeto de Atividade de Extensão denominado Curso de Metodologia do Ensino Superior	08/10/12	15/12/12	17.196,50	0,00						
036719/2012-83	2	454/2012	Projeto de Atividade de Extensão denominado Curso de elaboração e gestão de projetos de pesquisa	21/09/12	08/12/12	18.000,00	0,00						
036835/2010-31	2	121/2011	Curso de pós graduação lato sensu em Gestão e Marketing Estratégico de Negócios	11/07/11	31/07/13	270.000,00	156.049,24						
037010/2012-03	2	430/2012	Prestação de serviços de apoio pela FEPESE para realizar a gestão financeira e a execução do Processo Seletivo para o Curso de Residência Integrada Multiprofissional em Saúde do Hospital Universitário Prof. Polydoro Ernani de São Thiago	25/09/12	30/04/13	59.554,58	0,00						
037048/2012-78	2	455/2012	Execução do Projeto de Extensão do Processo de Seleção para os Médicos Residentes do Hospital Universitário.	05/10/12	30/11/12	140.000,00	0,00						
038434/2011-04	2	269/2011	Execução do Projeto de Pesquisa denominado "O SUAS em Santa Catarina: o processo de implantação de proteção social básica em perspectiva.	14/12/11	31/12/13	195.000,00	195.000,00						
042293/2011-16	2	212/2011	Execução do projeto de Pesquisa denominado Pesquisa e desenvolvimento de uma plataforma educacional.	02/12/11	31/12/13	4.883.300,00	3.174.250,00						
043940/2010-26	2	283/2010	Apoio na execução do Curso de Pós-Graduação lato sensu Especialização em Educação Integral	10/12/10	30/07/13	200.000,00	200.000,00						

043957/2010-83	2	287/2010	Prestação de serviço de apoio para a execução do Projeto de Pesquisa "Concepção, e desenvolvimento de uma metodologia para implementação do Currículo referência para o sistema e-Tec Brasil"	10/12/10	31/12/13	5.796.000,00	0,00						
045551/2012-05	2	476/2012	O presente Contrato tem por objetivo a prestação de serviços de apoio pela Fepese na gestão administrativa e financeira necessária à execução do Projeto de Pesquisa " Metodologia na implementação da Rede e-tec Brasil	14/11/12	31/12/13	2.340.000,00	0,00						
046549/2011-64	2	263/2011	Execução do projeto de pesquisa denominado Projeto Águas da Terra - Consolidação de um modelo autossustentável de operação de sistemas de dessalinação: geração de emprego e renda.	29/03/12	31/12/12	244.545,12	244.545,12						
046585/2009-11	2	061/2010	Projeto denominado "Rede Comunitária de Educação e Pesquisa da Região de Florianópolis", doravante denominado simplesmente REMEP-FLN, na cidade de Florianópolis-SC.	01/03/10	01/03/13	127.112,76	48.392,03						
047681/2009-79	2	441/2009	Desenvolvimento e gerenciamento de uma plataforma de promoção das atividades de tecnologia e inovação para o Estado de Santa Catarina por meio do apoio á estruturação e operação de Parques de Inovação e Incubadoras de Empresas de Base Tecnológica.	29/12/09	30/12/12	1.350.000,00	0,00						
048405/2012-23	2	499/2012	O presente Contrato tem por objeto a prestação de serviço pela FEPESE para apoio administrativo e financeiro na execução do projeto:"SEGUNDO SIMPÓSIO TÉCNICO-EMPRESARIAL DE NANOTECNOLOGIA ".	14/11/12	30/03/13	200.000,00	0,00						
048438/2012-73	2	498/2012	O presente Contrato tem por objeto a prestação de serviço pela FEPESE para apoio administrativo e financeiro na execução do projeto: "DINAMIZAÇÃO DA INTERAÇÃO DA UFSC COM O CLUSTER DE NANOTECNOLOGIA DO TECNÓPOLIS PARA PROMOÇÃO DA INOVAÇÃO".	14/11/12	13/03/13	30.000,00	0,00						

048463/2012-57	2	528/2012	O presente Contrato tem por objeto a prestação de serviço pela FEPESE para apoio administrativo e financeiro na execução do projeto: "APOIO E AÇÕES ESTRUTURANTES DO ARRANJO PROMOTOR DE INOVAÇÃO EM NANOTECNOLOGIA DO TECNÓPOLIS E O SEU SEGUNDO SIMPÓSIO DE SOLUÇÕES NANO-TECNOLÓGICAS PARA O SETOR EMPRESARIAL BRASILEIRO"	14/11/12	31/03/13	97.000,00	0,00						
050130/2011-15	2	277/2011	Projeto de pesquisa para parametrização e sistematização para custos portuários	13/03/12	18/12/13	2.448.660,00	1.493.682,60						
052176/2012-41	2	479/2012	O presente Contrato tem por objeto a prestação de serviços de apoio pela FEPESE na gestão administrativa e financeira necessária à execução do Projeto "Pesquisa e Desenvolvimento de Dispositivos Portáteis de Tradução Braille em Tempo Real com Avaliação de Resultados de sua Inserção em Ambientes da Educação Pública Associado com Avaliação de Portais Educacionais Acessíveis".	14/11/12	13/11/13	4.495.500,00	0,00						
052176/2012-41	2	575/2012	Execução do Projeto: Pesquisa e Desenvolvimento de Simuladores, para Treinamento de Condutores de Motocicletas.	28/12/12	31/12/13	1.655.549,85	0,00						
061450/2008-97	2	298/2008	O presente Contrato tem por objeto a contratação da FEPESE para apoiar a oferta dos cursos aprovados para o sistema UAB nos pólos dos estados de Roraima, Mato Grosso do Sul, Paraná, Rio Grande do Sul, e Santa Catarina, correspondendo ao primeiro e segundo semestres dos cursos: Graduação Bacharelado em Ciências Contábeis; Graduação Bacharelado em Ciências Econômicas; Especialização Lato Sensu; Controle da Gestão Pública do Departamento de -Ciências Contábeis e Especialização Lato Sensu ; Gestão Pública Municipal do Departamento de Ciências Contábeis, em conformidade com o disposto na Lei nº 8.958/94 e Decreto Lei nº 5.205/2004.	26/12/08	30/11/13	6.210.801,34	917.234,50						
					Total	60.664.836,97	16.481.570,15			Total			

Fonte: PROAD

Quadro 111 - Recursos Pertencentes às IFES Envolvidos nos Projetos na Fundação de Estudos e Pesquisas Socioeconômicos

Recursos Pertencentes às IFES Envolvidos nos Projetos						
Projeto		Recursos das IFES				
Nº	Tipo	Financeiros	Materiais		Humanos	
		Valor	Tipo	Valor	Quantidade	Valor
005811/2011-11	2	0,00			-	-
010444/2012-58	2	0,00			-	-
014581/2010-08	2	0,00			21	R\$ 29.300,00
014979/2012-06	2	3.050.000,00			6	R\$ 27.600,00
019552/2009-91	2	5.584,66			-	-
023032/2011-05	2	100.000,00			18	R\$ 322.750,00
023743/2010-91	2	0,00			3	R\$ 8.100,00
025121/2011-88	2	0,00			7	R\$ 166.133,24
025190/2011-91	2	2.382.785,00			3	R\$ 22.100,00
026226/2011-54	2	30.136,50			-	-
027412/2012-91	2	2.700.000,00			2	R\$ 39.200,00
027770/2012-02	2	302.723,00			2	R\$ 33.000,00
028780/2010-95	2	556.232,00			1	R\$ 1.500,00
030947/2010-88	2	0,00			3	R\$ 21.750,00
030996/2009-87	2	185.436,56			-	-
031344/2010-01	2	264.699,60			-	-
032992/2011-58	2	241.130,00			2	R\$ 67.400,00
033104/2011-14	2	122.717,50			-	-
033318/2010-18	2	107.811,33			10	R\$ 56.330,08
033472/2009-48	1	3.160,51			-	-
035727/2010-41	2	0,00			-	-
036718/2012-39	2	0,00			-	-
036719/2012-83	2	0,00			-	-
036835/2010-31	2	156.049,24			-	-
037010/2012-03	2	0,00			-	-
037048/2012-78	2	0,00			-	-
038434/2011-04	2	195.000,00			2	R\$ 90.400,00
042293/2011-16	2	3.174.250,00			8	R\$ 133.500,00
043940/2010-26	2	200.000,00			6	R\$ 102.600,00
043957/2010-83	2	0,00			19	R\$ 424.300,00
045551/2012-05	2	0,00			-	-
046549/2011-64	2	244.545,12			3	R\$ 27.000,00
046585/2009-11	2	48.392,03			1	R\$ 22.270,00
047681/2009-79	2	0,00			-	-

048405/2012-23	2	0,00			-	-
048438/2012-73	2	0,00			-	-
048463/2012-57	2	0,00			-	-
050130/2011-15	2	1.493.682,60			5	R\$ 85.700,00
052176/2012-41	2	0,00			-	-
052176/2012-41	2	0,00			-	-
061450/2008-97	2	917.234,50			78	R\$ 862.395,00

Tipo:

- (1) Ensino
- (2) Pesquisa e Extensão
- (3) Desenvolvimento Institucional
- (4) Desenvolvimento Científico
- (5) Desenvolvimento Tecnológico

Fonte: PROAD

Quadro 112 - Relação dos Projetos Desenvolvidos pela Fundação José Arthur Boiteux – FUNJAB

Fundação de Apoio													
Nome: FUNDAÇÃO JOSÉ ARTHUR BOITEUX									CNPJ: 83.472.860/0001-55				
Projeto		Instrumento Contratual											
		Contrato						Convênio					
Nº	Tipo	Nº	Objeto	Vigência		Valor		Nº	Objeto	Vigência		Valor	
				Início	Fim	Bruto	Repassado			Início	Fim	Bruto	Repassado
007614/2012-17	2	056/2012	Contratação da Fundação José Boiteux para gestão financeira na implementação da realização do Concurso Público para ingresso na Universidade Federal de Santa Catarina, EDITAL N.º 035/DDPP/2012	04/04/12	30/06/12	150.354,70	150.354,70						
007690/2012-22	2	128/2012	Prestação de serviços pela FUNJAB na implementação do projeto “Imagens da Mudança – Visibilidade para o acervo fotográfico do TMT-UFSC”	02/05/12	31/07/12	12.800,00	12.800,00						
008480/2011-71	2	057/2011	Prestação de serviços pela FUNJAB na realização do Concurso Público para ingresso na carreira de docente da UFSC	15/04/11	31/12/12	525.000,00	210.000,00						
013465/2010-63	2	016/2011	Contratação da FUNJAB, para apoiar a execução do projeto de extensão referente à realização de um Curso de Pós-Graduação Lato Sensu, em nível de Especialização, em Direito Processual Civil, em conformidade com o disposto na Lei nº 8.958/94, no Decreto nº 5.205/2004 e na Resolução nº 10/CUn/97, que regulamenta os Cursos de Pós-Graduação Lato Sensu.	15/02/11	31/12/12	364.951,84	137.106,66						
017241/2012-92	2	365/2012	Apoio administrativo e financeiro pela FUNJAB ao projeto “Santa Afro Catarina: Educação Patrimonial e a presença de africanos e afrodescendentes na Ilha de Santa Catarina”	02/07/12	31/12/12	28.460,00	28.460,00						
025382/2012-89	2	386/2012	Contratação da FUNJAB para apoio administrativo e financeiro ao projeto de extensão “Gênero e Diversidade nas Escolas”	06/08/12	30/06/13	297.151,52	297.151,52						

025538/2011-41	2	160/2011	Contratação da FUNJAB, para apoiar a execução do projeto denominado Pós-Graduação Lato Sensu, em nível de Especialização em Direito do Estado, em conformidade com o disposto na Lei nº 8.958/94, no Decreto nº 5.205/2004 e na Resolução nº 010/CUn/97, que regulamenta os Cursos de Pós-Graduação Lato Sensu	12/09/11	31/05/13	485.000,00	324.000,00						
028329/2010-78	2	192/2010	Contratação da FUNJAB, para apoiar a execução do projeto de desenvolvimento institucional no âmbito do Centro de Ciências Jurídicas.	17/09/10	17/09/13	500.000,00	166.666,72						
029849/2012-60	2	433/2012	Contratação da FUNJAB para apoio administrativo e financeiro ao projeto “Promoção da Igualdade Étnico-Racial no Ensino Superior”	03/09/12	31/12/12	65.790,00	65.790,00						
032813/2011-82	2	174/2011	Prestação de serviços pela FUNJAB na operacionalização do projeto "Implementação do Parque Viva a Ciência", especialmente no que se refere ao custeio de serviços de urgência relacionados à manutenção dos equipamentos interativos de grande porte, na mesa interativa, no projetor digital e nos equipamentos que venham a ser incorporados ao Parque, bem como à capacitação e treinamento de docentes, servidores e bolsistas envolvidos com o projeto. O financiamento desses serviços será feito com recursos oriundos da cobrança de taxas para visitação do Parque Viva a Ciência, em consonância com a Resolução Normativa n. 05/CC/2010, seção IV	29/09/11	28/02/14	105.840,00	9.659,00						
033165/2009-67	2	085/2010	Contratação da FUNJAB, para apoiar a execução do projeto de extensão referente à realização de um Curso de Pós-Graduação Lato Sensu, em nível de Especialização, em Gestão Organizacional e Tecnologia em Recursos Humanos, em conformidade com o disposto na Lei nº 8.958/94, no Decreto nº 5.205/2004 e na Resolução nº 10/CUn/97, que regulamenta os Cursos de Pós-Graduação Lato Sensu.	25/05/10	15/03/12	362.087,84	21.718,11						

034078/2010-61	2	051/ 2011	Contratação da FUNJAB, para viabilizar a execução dos projetos dos Núcleos de Estudos e Pesquisa – NEP’s da Academia Judicial do Tribunal de Justiça de Santa Catarina	31/03/11	01/03/13	330.250,80	138.195,68						
035262/2012-90	2	432/ 2012	Contratação da FUNJAB para apoio administrativo e financeiro ao projeto “Patrimônio Cultural e Políticas Públicas”	24/09/12	31/12/12	28.000,00	28.000,00						
036693/2010-10	2	259/ 2010	Contratação da FUNJAB, para apoiar a execução do projeto de extensão referente à realização de um Curso de Pós-Graduação Lato Sensu, em nível de Especialização, em Gestão da Saúde Pública, em conformidade com o disposto na Lei nº 8.958/94, no Decreto nº 5.205/2004 e na Resolução nº 003/CUn/09, que regulamenta os Cursos de Pós-Graduação Lato Sensu.	02/12/10	31/03/13	680.000,00	0,00						
041646/2008-65	2	239/ 2009	Contratação da Fundação José Arthur Boiteux para apoiar a execução do projeto de extensão referente à realização de um Curso de Pós-Graduação Stricto Sensu, em nível de Mestrado em Direito, em conformidade com o disposto na Lei nº 8.958/94, no Decreto nº 5.205/2004 e na Resolução nº 010/CUn/97, que regulamenta os Cursos de Pós-Graduação Stricto Sensu.	18/09/09	31/01/12	606.992,64	0,00						
045868/2012-33	2	467/ 2012	contratação da FUNJAB para apoio administrativo e financeiro ao projeto “Atualização e/ou reformulação de conteúdos para o Programa Nacional de Formação em Administração Pública no âmbito do Sistema UAB”	09/11/12	02/10/14	507.805,40	170.000,00						
046572/2011-59	2	232/ 2011	Gestão administrativa e financeira do projeto Apoio a Elaboração de Planos Estaduais/Municipais de Cultura, realizado sob a forma de atividade de extensão universitária, de apoio técnico e capacitação, aos Estados/Municípios da Federação.	15/12/11	28/07/13	3.623.006,00	3.299.056,00						
046763/2011-11	2	031/ 2012	Prestação de serviços pela FUNJAB na implementação da realização do Concurso Público para ingresso na Secretaria de Estado de Saúde de Santa Catarina (SES-SC), EDITAL SES N.º 001/2012	29/02/12	31/12/12	796.142,82	796.142,82						
59363/2012-50	2	576/ 2012	Apoio administrativo ao projeto de extensão intitulado "Curso de Indicação Geográfica na Modalidade a Distância	31/12/12	05/01/13	212.000,00	0,00						

			- 3ª Edição"										
					Total	9.681.633,56	5.855.101,21				Total	0,00	0,00

Fonte: PROAD

Quadro 113 - Recursos Pertencentes às IFES Envolvidos nos Projetos na Fundação José Arthur Boiteux

Recursos Pertencentes às IFES Envolvidos nos Projetos						
Projeto		Recursos das IFES				
Nº	Tipo	Financeiros	Materiais		Humanos	
		Valor	Tipo	Valor	Quantidade	Valor
007614/2012-17	2	150.354,70			6	R\$ 2.020,00
007690/2012-22	2	12.800,00			-	-
008480/2011-71	2	210.000,00			-	-
013465/2010-63	2	137.106,66			10	R\$ 69.757,57
017241/2012-92	2	28.460,00			1	R\$ 3.200,00
025382/2012-89	2	297.151,52			5	R\$ 9.990,00
025538/2011-41	2	324.000,00			22	R\$ 149.779,98
028329/2010-78	2	166.666,72			24	R\$ 79.014,60
029849/2012-60	2	65.790,00			-	-
032813/2011-82	2	9.659,00			1	R\$ 1.725,00
033165/2009-67	2	21.718,11			8	R\$ 17.811,00
034078/2010-61	2	138.195,68			4	R\$ 38.890,00
035262/2012-90	2	28.000,00			-	-
036693/2010-10	2	0,00			15	R\$ 137.500,00
041646/2008-65	2	0,00			4	R\$ 2.100,00
045868/2012-33	2	170.000,00			-	-
046572/2011-59	2	3.299.056,00			8	R\$ 179.263,00
046763/2011-11	2	796.142,82			162	R\$ 316.393,50
059363/2012-50	2	0,00			-	-
Tipo: (1) Ensino (2) Pesquisa e Extensão (3) Desenvolvimento Institucional (4) Desenvolvimento Científico (5) Desenvolvimento Tecnológico						

Fonte: PROAD

RELATÓRIO DE GESTÃO

2012

Anexos

ANEXOS

I. ESTATUTO DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

O presente Estatuto foi aprovado pelo Conselho Universitário, em sessão realizada no dia 3 de novembro de 1978 - Resolução nº 065/78, e pelo Ministro de Estado da Educação e Cultura, por meio da Portaria nº 56, de 1º de fevereiro de 1982 (Parecer nº 779/CFE/81).

Alterado pelas Resoluções nºs 030, 031, 032, 040, 053 de 1980; 018 029 e 038 de 1981; 059 de 1983; 039, 105 e 136 de 1984; 107, 129, 131 e 144 de 1985; 082 e 109 de 1986; 009 e 013-A de 1987; 078 de 1988; 045 de 1989; 052 de 1990; 043 de 1991; 081, 082, 095 e 106 de 1993; 48 e 80 de 1994; 011 e 026 de 1995; 032 de 1996; 04 de 1997; 021 de 2002 ; 012 de 2004; 016 de 2008; 012 de 2010 e 20 de 2012.

TÍTULO I DA UNIVERSIDADE E DOS SEUS FINS

Art. 1.º A Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), autarquia de regime especial, vinculada ao Ministério da Educação (Lei n.º 3.849, de 18 de dezembro de 1960 - Decreto n.º 64.824, de 15 de julho de 1969), é uma instituição de ensino superior e pesquisa, com sede no Campus Universitário Reitor João David Ferreira Lima, em Florianópolis, Capital do Estado de Santa Catarina.

Art. 2.º A Universidade, com autonomia administrativa, didático-científica, gestão financeira e disciplinar, reger-se-á pela legislação federal que lhe for pertinente, pelo presente Estatuto, pelo Regimento Geral, pelos Regimentos dos Órgãos da Administração Superior e das Unidades Universitárias e pelas Resoluções de seus órgãos.

Art. 3.º A Universidade tem por finalidade produzir, sistematizar e socializar o saber filosófico, científico, artístico e tecnológico, ampliando e aprofundando a formação do ser humano para o exercício profissional, a reflexão crítica, a solidariedade nacional e internacional, na perspectiva da construção de uma sociedade justa e democrática e na defesa da qualidade da vida.

Art. 4.º A educação superior tem por finalidade:

I – estimular a criação cultural e o desenvolvimento do espírito científico e do pensamento reflexivo;

II – formar diplomados nas diferentes áreas de conhecimento, aptos para a inserção em setores profissionais e para a participação no desenvolvimento da sociedade brasileira e colaborar na sua formação contínua;

III – incentivar o trabalho de pesquisa e investigação científica, visando ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia e da criação e difusão da cultura e, desse modo, desenvolver o entendimento do homem e do meio em que vive;

IV – promover a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e técnicos que constituem patrimônio da humanidade e comunicar o saber mediante o ensino, publicações ou outras formas de comunicação;

V – estimular o conhecimento dos problemas do mundo presente, em particular os nacionais e regionais, prestar serviços especializados à comunidade e estabelecer com esta uma relação de reciprocidade;

VI – promover a extensão, aberta à participação da população, visando à difusão das conquistas e benefícios resultantes da criação cultural e da pesquisa científica e tecnológica geradas na instituição.

TÍTULO II DA ESTRUTURA UNIVERSITÁRIA

CAPÍTULO I PRINCÍPIOS GERAIS

Art. 5.º A Universidade Federal de Santa Catarina organizar-se-á com estrutura e métodos de funcionamento que preservem a unidade de suas funções de ensino, pesquisa e extensão e assegurem a plena utilização dos seus recursos materiais e humanos, vedada a duplicação de meios para fins idênticos.

Art. 6.º A Universidade estruturar-se-á em Departamentos, coordenados por Unidades.

§ 1.º Para os efeitos da Lei e deste Estatuto, as Unidades Universitárias serão os Centros, sendo essa denominação privativa dos referidos órgãos.

§ 2.º O ensino, a pesquisa e as atividades de extensão, envolvidos em cada curso ou projeto, desenvolver-se-ão sob a responsabilidade dos Departamentos de um mesmo ou de diferentes Centros, responsáveis pelos respectivos campos de estudos.

Art. 7.º A criação de novos Centros ou Departamentos dependerá sempre da amplitude do campo de conhecimentos abrangidos e dos recursos materiais e humanos que devam efetivamente ser utilizados em seu funcionamento, observando o disposto no art. 5.º deste Estatuto.

CAPÍTULO II DAS UNIDADES UNIVERSITÁRIAS

Art. 8.º As Unidades Universitárias agruparão o ensino e a pesquisa básica, congregando áreas fundamentais de conhecimento humano. (Redação dada pela Resolução n.º 12/CUn/2004)

Parágrafo único. A Universidade manterá, junto à Unidade Universitária vinculada à área da educação, um Colégio de Aplicação e um Núcleo de Desenvolvimento Infantil, abrangendo níveis de ensino que permitam experimentações, inovações pedagógicas e estágios para os cursos da área educacional. (Redação dada pela Resolução n.º 12/CUn/2004)

Art. 9.º As Unidades Universitárias receberão a denominação de Centros quando tratadas de per se e constarão de relação anexa ao Regimento Geral. (Redação dada pela Resolução n.º 12/CUn/2004)

CAPÍTULO III DAS SUBUNIDADES UNIVERSITÁRIAS

Art. 10. Os Departamentos, como subunidades universitárias, constituem a menor fração dos Centros, para todos os efeitos de organização administrativa, didático-científica, bem como de distribuição de pessoal.

§ 1.º Os Departamentos desenvolverão atividades de ensino, pesquisa e extensão, no âmbito de suas áreas específicas.

§ 2.º Para que possa ser implantado, o Departamento deverá ter:

I – no mínimo quinze docentes;

II – disponibilidade de instalações e equipamentos.

§ 3.º Os Departamentos que integram as diversas Unidades Universitárias constam da relação anexa ao Regimento Geral.

CAPÍTULO IV DOS ÓRGÃOS SUPLEMENTARES

Art. 11. Para melhor desempenho de suas atividades, a Universidade disporá, além das Unidades Universitárias referidas no Capítulo II deste Título, de Órgãos Suplementares de natureza técnico-administrativa, cultural, recreativa e de assistência ao estudante. (Redação dada pela Resolução n.º 12/CUn/2004)

§ 1.º Nos Órgãos Suplementares não haverá lotação de pessoal docente. (Incluído pela Resolução n.º 12/CUn/2004)

§ 2.º Para fins de ensino, pesquisa e extensão, os Órgãos Suplementares estarão a serviço da Universidade, na forma discriminada pelo Regimento da Reitoria, o qual disciplinará também a sua forma de administração. (Incluído pela Resolução n.º 12/CUn/2004).

Art. 12. Os Órgãos Suplementares, cuja relação constará sob a forma de anexo no Regimento Geral, estarão diretamente subordinados ao Reitor. (Redação dada pela Resolução n.º 12/CUn/2004)

Parágrafo único. O Reitor poderá atribuir ao Vice-Reitor e aos Pró-Reitores a subordinação dos Órgãos Suplementares. (Redação dada pela Resolução n.º 016/CUn/2008)

TÍTULO III DA ADMINISTRAÇÃO UNIVERSITÁRIA

CAPÍTULO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 13. A administração universitária far-se-á em nível superior e em nível de Unidades, Subunidades e Órgãos Suplementares.

Art. 14. A Administração Superior efetivar-se-á por intermédio de: (Redação dada pela Resolução n.º 12/CUn/2004)

I – Órgãos Deliberativos Centrais:

- a) Conselho Universitário;
- b) Câmara de Graduação;
- c) Câmara de Pós-Graduação;
- d) Câmara de Pesquisa;
- e) Câmara de Extensão;
- f) Conselho de Curadores;

II – Órgãos Executivos Centrais:

- a) Reitoria;
- b) Vice-Reitoria;
- c) Pró-Reitorias;
- d) Secretarias.

Art. 15. A administração nas Unidades efetivar-se-á por intermédio de:

I – Órgãos Deliberativos Setoriais:

- a) Conselhos das Unidades;
- b) Departamentos;

II – Órgãos Executivos Setoriais:

- a) Diretoria de Unidades;
- b) Chefia de Departamentos.

CAPÍTULO II DOS ÓRGÃOS DELIBERATIVOS CENTRAIS

Seção I Do Conselho Universitário

Art. 16. O Conselho Universitário é o órgão máximo deliberativo e normativo, competindo-lhe definir as diretrizes da política universitária, acompanhar sua execução e avaliar os seus resultados, em conformidade com as finalidades e os princípios da Instituição, e compõe-se:

- I – do Reitor, como Presidente;
- II – do Vice-Reitor, como Vice-Presidente;
- III – dos Pró-Reitores das atividades de ensino, de pesquisa e de extensão; (Redação dada pela Resolução Normativa n.º 20/CUn/2012)
- IV – dos Diretores das Unidades Universitárias;
- V – de três representantes da Câmara de Graduação; (Redação dada pela Resolução Normativa n.º 20/CUn/2012)
- VI – de três representantes da Câmara de Pós-Graduação;
- VII – de três representantes da Câmara de Pesquisa;
- VIII – de três representantes da Câmara de Extensão;
- IX – de um Professor representante de cada Unidade Universitária, eleito pelos seus pares, por meio de eleições diretas, para um mandato de dois anos, permitida uma recondução;
- X – de um Professor representante dos Professores de Educação Básica da UFSC, eleito pelos seus pares, por meio de eleições diretas, para um mandato de dois anos, permitida uma recondução;
- XI – de seis representantes dos Servidores Técnico-Administrativos da UFSC, eleitos pelos seus pares, por meio de eleições diretas, para um mandato de dois anos, permitida uma recondução;
- XII – de seis representantes do Corpo Discente, indicados pelo Diretório Central dos Estudantes, para um mandato de um ano, permitida uma recondução;
- XIII – de seis representantes da Comunidade Externa, sendo três indicados, respectivamente, pelas Federações da Indústria, do Comércio e da Agricultura, de dois indicados pelas Federações dos Trabalhadores do Estado de Santa Catarina e de um indicado pelo Sindicato dos Trabalhadores da Educação do Estado de Santa Catarina, para um mandato de dois anos, permitida uma recondução.

Parágrafo único. Os representantes mencionados nos incisos V, VI, VII, VIII, IX, X, XI, XII e XIII terão cada qual um suplente, eleito ou designado conforme o caso, pelo mesmo processo e na mesma ocasião da escolha dos titulares, aos quais substituem, automaticamente, nas faltas, impedimentos e vacância.

Art. 17. Compete ao Conselho Universitário:

- I – exercer como órgão deliberativo, consultivo, normativo, a jurisdição superior da Universidade em matéria de ensino, pesquisa, extensão e administração;
- II – julgar, em grau de recurso, os processos originários das Câmaras de Graduação, de Pós-Graduação, de Pesquisa e de Extensão, quando arguida a infringência à Lei; (Redação dada pela Resolução Normativa n.º 20/CUn/2012)
- III – reformar o presente Estatuto por três quintos do total de seus membros, submetendo-o à aprovação pelo Órgão competente do Ministério da Educação;
- IV – aprovar o Regimento Geral da Universidade e reformá-lo, obedecendo ao quorum do inciso III do presente artigo;
- V – elaborar e aprovar o seu próprio Regimento;
- VI – aprovar o Regimento dos demais órgãos da Administração Superior;
- VII – aprovar as normas e diretrizes sobre o regime de trabalho do pessoal docente;
- VIII – apreciar os planos plurianuais de atividades universitárias, apresentados pelo Reitor;

IX – normatizar, nos termos da legislação vigente, o processo eleitoral referente à escolha do Reitor e Vice-Reitor da UFSC;

X – apreciar os vetos do Reitor às decisões do próprio Conselho;

XI – emitir parecer sobre a prestação anual de contas do Reitor;

XII – apurar a responsabilidade do Reitor quando, por omissão ou tolerância, permitir ou favorecer o não cumprimento de legislação;

XIII – decidir sobre a criação, desdobramento, incorporação, fusão e extinção de Unidades Universitárias e sobre a agregação de estabelecimentos de ensino superior isolados, bem como sobre a criação, transformação de regime jurídico ou extinção dos Órgãos Suplementares, na forma da legislação;

XIV – deliberar, em grau de recurso, sobre decisões administrativas do Reitor ou de outros órgãos ou autoridades universitárias, desde que tomadas por delegação deste;

XV – propor ao Governo Federal, quando apurada a responsabilidade de que trata o inciso XII do presente artigo, em parecer fundamentado e aprovado por três quintos dos seus membros, a destituição do Reitor ou do Vice-Reitor;

XVI – decidir, após inquérito administrativo, sobre a intervenção em qualquer Unidade ou Subunidade, por motivo de infringência da legislação vigente;

XVII – aprovar o Calendário Escolar;

XVIII – apreciar o relatório anual de atividades, apresentado pelo Reitor;

XIX – deliberar sobre a concessão de dignidades universitárias;

XX – deliberar sobre outras matérias que lhe sejam atribuídas no presente Estatuto e no Regimento Geral, bem como sobre questões que neles ou em quaisquer outros regimentos sejam omissas, submetendo a decisão, quando necessário, à homologação do Conselho Nacional de Educação.

Seção II **Das Câmaras**

Art. 18. A Câmara de Graduação, órgão deliberativo e consultivo em matéria de Ensino de Graduação, compõe-se: (Redação dada pela Resolução Normativa n.º 20/CUn/2012)

I – do Pró-Reitor de Graduação, como Presidente;

II – de um terço dos Coordenadores de Curso de Graduação de cada Unidade, sendo a fração igual ou superior a 0,5 computada como um representante, com um mínimo de um representante por Unidade;

III – de representantes discentes dos Cursos de Graduação, indicados pela respectiva entidade estudantil, na proporção de um quinto dos membros não discentes da Câmara.

Parágrafo único. Juntamente com os representantes titulares, deverão ser indicados os respectivos suplentes.

Art. 19. Compete à Câmara de Graduação: (Redação dada pela Resolução Normativa n.º 20/CUn/2012)

I – aprovar os Currículos dos Cursos de Graduação;

II – propor ao Conselho Universitário políticas e normas relativas ao Ensino de Graduação;

III – aprovar a criação ou supressão de Cursos de Graduação;

IV – atuar como instância recursal na área de graduação, quando for arguida ilegalidade no julgamento, em processos originários dos Conselhos das Unidades;

V – elaborar e aprovar as normas de funcionamento para a Câmara;

VI – aprovar as normas referentes ao Processo Seletivo;

VII – estabelecer as políticas de avaliação dos Cursos de Graduação;

VIII – propor ao Conselho Universitário normas e diretrizes sobre o regime de trabalho do pessoal docente;

IX – manifestar-se sobre assuntos, propostas ou planos afetos à sua área de atuação;

X – eleger os representantes da Câmara junto ao Conselho Universitário, ficando vedada a indicação de mais de um representante por Unidade.

Art. 20. A Câmara de Pós-Graduação, órgão deliberativo e consultivo em matéria de pós-graduação, compõe-se:

I – do Pró-Reitor de Pós-Graduação, como Presidente; (Redação dada pela Resolução n.º 12/CUn/2004)

II – de um terço dos coordenadores de Programas de Pós-Graduação stricto sensu de cada Unidade, sendo a fração igual ou superior a 0,5 computada como um representante, com um mínimo de um representante por Unidade;

III – de representantes discentes dos Cursos de Pós-Graduação, indicados pela respectiva entidade estudantil, na proporção de um quinto dos membros não discentes da Câmara.

Art. 21. Compete à Câmara de Pós-Graduação:

I – propor ao Conselho Universitário políticas e normas relativas à pós-graduação;

II – aprovar a criação, suspensão e supressão de Cursos de Pós-Graduação stricto sensu, observada a legislação vigente;

III – atuar como instância recursal na área de pós-graduação, quando for arguida ilegalidade no julgamento, em processos originários dos Conselhos das Unidades;

IV – elaborar e aprovar as normas de funcionamento para a Câmara;

V – propor ao Conselho Universitário normas e diretrizes sobre o regime de trabalho do pessoal docente;

VI – estabelecer as políticas de avaliação dos Cursos de Pós-Graduação;

VII – manifestar-se sobre assuntos, propostas ou planos afetos à sua área de atuação;

VIII – eleger os representantes da Câmara junto ao Conselho Universitário, ficando vedada a indicação de mais de um representante por Unidade.

Art. 22. A Câmara de Pesquisa, órgão deliberativo e consultivo em matéria de pesquisa, compõe-se:

I – do Pró-Reitor de Pesquisa e Extensão, como presidente; (Redação dada pela Resolução n.º 016/CUn/2008)

II – de um representante dos pesquisadores de cada Unidade, que possua título de doutor há pelo menos cinco anos;

III – de representantes discentes, bolsistas de pesquisa dos Cursos de Graduação ou Pós-Graduação, indicados pelas respectivas entidades estudantis, na proporção de um quinto dos membros não discentes da Câmara.

Art. 23. Compete à Câmara de Pesquisa:

I – propor ao Conselho Universitário políticas e normas relativas à pesquisa;

II – atuar como instância recursal na área de pesquisa, quando for arguida ilegalidade no julgamento, em processos originários dos Conselhos das Unidades;

III – elaborar e aprovar normas de funcionamento para a Câmara;

IV – propor ao Conselho Universitário normas e diretrizes sobre o regime de trabalho do pessoal docente;

V – estabelecer as políticas de avaliação das atividades de pesquisa;

VI – manifestar-se sobre assuntos, propostas ou planos afetos à sua área de atuação;

VII – eleger os representantes da Câmara junto ao Conselho Universitário, ficando vedada a indicação de mais de um representante por Unidade.

Art. 24. A Câmara de Extensão, órgão deliberativo e consultivo em matéria de extensão, compõe-se:

I – do Pró-Reitor de Pesquisa e Extensão, como presidente; (Redação dada pela Resolução n.º 016/CUn/2008)

II – de um representante docente de cada Unidade, participante em atividades de extensão;

III – de representantes discentes dos Cursos de Graduação e Pós-Graduação, indicados pelas respectivas entidades estudantis, na proporção de um quinto dos membros não discentes da Câmara.

Art. 25. Compete à Câmara de Extensão:

I – propor ao Conselho Universitário políticas e normas relativas à extensão;

II – atuar como instância recursal na área de extensão, quando for arguida ilegalidade no julgamento, em processos originários dos Conselhos das Unidades;

III – elaborar e aprovar as normas de funcionamento para a Câmara;

IV – propor ao Conselho Universitário normas e diretrizes sobre o regime de trabalho do pessoal docente;

V – estabelecer as políticas de avaliação das atividades de extensão;

VI – manifestar-se sobre assuntos, propostas ou planos afetos à sua área de atuação;

VII – eleger os representantes da Câmara junto ao Conselho Universitário, ficando vedada a indicação de mais de um representante por Unidade.

Seção III **Do Conselho de Curadores**

Art. 26. O Conselho de Curadores, órgão deliberativo e consultivo em matéria de fiscalização econômica e financeira da Universidade, compõe-se:

I – de quatro membros da carreira do magistério, escolhidos pelo Conselho Universitário, que não o integram, observada a natureza especializada nas matérias de competência do órgão e, sempre que possível, o sistema de rodízio entre as diversas Unidades;

II – de um representante dos empregadores e de um representante dos empregados, indicados em sistema de rodízio pelas respectivas Federações Sindicais que tenham sede em Santa Catarina;

III – de um representante indicado pelo Ministério da Educação, mediante solicitação do Reitor;

IV – de um representante do Corpo Discente;

V – de um representante dos Servidores Técnico-Administrativos da Universidade Federal de Santa Catarina, eleito por seus pares em eleição direta e secreta.

§ 1.º O Presidente do Conselho de Curadores será eleito por seus pares, dentre os representantes a que se refere o inciso I, por maioria de votos, e terá mandato de um ano, podendo ser reconduzido por idêntico período.

§ 2.º Será de dois anos o mandato dos representantes referidos nos incisos I, II, III e V e de um ano o do representante referido no inciso IV, admitindo-se, em todos os casos, uma recondução ou reeleição por período idêntico ao primeiro.

§ 3.º Caberá ao Diretório Central dos Estudantes indicar a representação estudantil no Conselho de Curadores, obedecidas as normas deste Estatuto e do Regimento Geral.

Art. 27. São atribuições do Conselho de Curadores:

I – aprovar as normas de seu funcionamento;

II – acompanhar e fiscalizar a execução orçamentária;

III – aprovar a prestação de contas anual da Universidade;

IV – aprovar e fiscalizar acordos ou convênios;

V – aprovar e fiscalizar a incorporação de receitas extraordinárias não previstas no orçamento;

VI – fixar, por proposta do Reitor, as tabelas de taxas e outros emolumentos devidos à Universidade;

VII – aprovar a proposta orçamentária e o orçamento analítico da Universidade, acompanhado do respectivo plano de atividade universitária, antes de sua remessa aos órgãos competentes;

VIII – aprovar a realização de investimento visando à valorização patrimonial e à obtenção de rendas aplicáveis à realização dos objetivos da Universidade;

IX – aprovar a alienação e a transferência de bens da Universidade;

X – deliberar sobre o veto do Reitor às suas decisões;

XI – emitir parecer sobre qualquer assunto relativo a patrimônio e finanças, mediante consulta do Reitor.

Art. 28. O Conselho de Curadores poderá designar comissão de especialistas para examinar e dar parecer sobre assuntos de sua competência.

CAPÍTULO III DOS ÓRGÃOS EXECUTIVOS CENTRAIS

Seção I Da Reitoria

Art. 29. A Reitoria será exercida pelo Reitor, eleito nos termos da legislação vigente, para um mandato de quatro anos, permitida uma recondução.

Art. 30. São atribuições do Reitor:

I – representar a Universidade em juízo ou fora dele, administrá-la, superintender, coordenar e fiscalizar todas as suas atividades;

II – convocar e presidir o Conselho Universitário, cabendo-lhe nas reuniões, também, o voto de qualidade;

III – promover o planejamento das atividades da Universidade, bem como a elaboração da proposta orçamentária, para exame e aprovação pelos órgãos competentes;

IV – conferir graus e assinar diplomas relativos aos Cursos de Graduação e Pós-Graduação;

V – administrar as finanças da Universidade, de conformidade com o orçamento;

VI – praticar atos pertinentes ao provimento, afastamento temporário e vacância dos cargos do pessoal da Universidade;

VII – firmar acordos e convênios entre a Universidade e entidades ou instituições públicas ou privadas nacionais, estrangeiras ou internacionais, depois de aprovados pelos órgãos competentes;

VIII – exercer o poder disciplinar na jurisdição da Universidade;

IX – dar posse aos Diretores das Unidades;

X – propor ao Conselho Universitário a criação, a modificação do regime jurídico ou a extinção de Órgãos Suplementares;

XI – submeter ao Conselho de Curadores a prestação de contas anual da Universidade;

XII – vetar deliberações dos Conselhos Universitário, de Curadores e das Câmaras;

XIII – delegar competência como instrumento de descentralização administrativa;

XIV – baixar resoluções e portarias decorrentes das decisões dos Conselhos Universitário e de Curadores;

XV – apresentar ao Conselho Universitário, no início de cada ano, relatório das atividades da Universidade relativas ao ano anterior;

XVI – conceder o título de Livre-Docente aos candidatos devidamente habilitados;

XVII – decidir, em casos de urgência, sobre matéria de competência de quaisquer órgãos da Universidade, *ad referendum* do Conselho Universitário;

XVIII – intervir nos Departamentos, *ad referendum* do Conselho Universitário, nomeando Chefe *pro tempore*, sempre que motivos de interesse da Universidade justificarem tal procedimento.

§ 1.º Efetivada a intervenção, na forma autorizada pelo inciso XVIII, no prazo de dez dias será convocado o Conselho Universitário para apreciar o ato, podendo rejeitá-lo por três quintos de seus membros.

§ 2.º Cessados os motivos que justificaram a medida, o Reitor poderá suspender a intervenção.

I – convocar, por sua iniciativa ou por solicitação do Conselho Universitário ou das Câmaras, reuniões de duas ou mais Câmaras, para tratar de assuntos relevantes de ensino, pesquisa e extensão;

II – exercer outras atribuições inerentes à sua competência geral.

Art. 31. Para o melhor desempenho de suas atividades, o Reitor poderá constituir assessorias especiais.

Art. 32. Das decisões do Reitor caberá recurso ao Conselho Universitário, na forma estabelecida pelo Regimento Geral.

Art. 33. O veto do Reitor às deliberações dos órgãos mencionados no inciso XII do artigo 22 deverá ser exercido até 10 dias após a sessão respectiva.

§ 1.º Vetada a deliberação do Conselho Universitário, este será convocado pelo Reitor, para, dentro de dez dias, tomar conhecimento e decidir sobre as razões do veto.

§ 2.º Quando se tratar de veto a deliberações do Conselho de Curadores ou das Câmaras, o Reitor comunicará aos respectivos Presidentes, para que os convoquem, no prazo de dez dias, para tomar conhecimento e decidir sobre as razões do veto.

§ 3.º A rejeição do veto por três quintos dos membros do respectivo Conselho importará na aprovação definitiva da deliberação.

§ 4.º Não cabe veto às decisões do Conselho de Curadores, contrárias à aprovação de prestação de contas.

Art. 34. O Reitor exercerá o cargo em regime de dedicação exclusiva.

Seção II **Da Vice-Reitoria**

Art. 35. A Vice-Reitoria será exercida pelo Vice-Reitor, eleito nos termos da legislação vigente, para um mandato de quatro anos, permitida uma recondução.

Art. 36. O Vice-Reitor, além das atribuições estatutárias e regimentais, será o substituto do Reitor nas suas faltas e impedimentos.

§ 1.º O Vice-Reitor terá atribuições permanentes no âmbito da Administração Superior da Universidade, definidas pelo Reitor, bem como atribuições delegadas.

§ 2.º O Vice-Reitor exercerá o cargo em regime de dedicação exclusiva.

Seção III **Das Pró-Reitorias**

Art. 37. Para auxiliar o Reitor no exercício de suas tarefas executivas, poderão ser criadas Pró-Reitorias e Secretarias, observadas as áreas de atuação afetas às atividades-fim e às atividades-meio. (Redação dada pela Resolução Normativa n.º 20/CUn/2012)

§ 1.º As relações das Pró-Reitorias e das Secretarias constarão em forma de anexo do Regimento Geral, e as suas atribuições serão definidas no Regimento da Reitoria. (Redação dada pela Resolução Normativa n.º 20/CUn/2012)

§ 2.º As referidas Pró-Reitorias e Secretarias serão compostas por um titular e um adjunto. (Incluído pela Resolução Normativa n.º 20/CUn/2012)

Art. 38. A nomeação dos Pró-Reitores e dos Secretários competirá ao Reitor e será homologada pelo Conselho Universitário. (Redação dada pela Resolução Normativa n.º 20/CUn/2012)

Parágrafo único. As Pró-Reitorias e as Secretarias vinculadas às atividades-fim da Universidade terão os seus titulares escolhidos dentre os integrantes da carreira do magistério superior, facultando-se, no caso das Pró-Reitorias afetas às atividades-meio, a escolha de seus titulares dentre os servidores que integram o corpo técnico-administrativo. (Redação dada pela Resolução Normativa n.º 20/CUn/2012)

Art. 39. Os Pró-Reitores e os Secretários, quando integrantes do Corpo Docente, ficarão desobrigados de suas atividades didáticas e exercerão seus cargos em regime de tempo integral e, facultativamente, de dedicação exclusiva. (Redação dada pela Resolução Normativa n.º 20/CUn/2012)

Art. 40. Nas faltas e impedimentos simultâneos do Reitor e do Vice-Reitor, a Reitoria será exercida por um dos Pró-Reitores ou Secretários, para tal fim especialmente designado. (Redação dada pela Resolução Normativa n.º 20/CUn/2012)

Art. 41. O Reitor delegará aos Pró-Reitores e aos Secretários atribuições concernentes às respectivas áreas de atuação, cabendo a estes, ainda, aquelas definidas neste Estatuto, no Regimento Geral e nos Regimentos dos Órgãos de Administração Superior da Universidade. (Redação dada pela Resolução Normativa n.º 20/CUn/2012)

Seção IV Disposições Comuns

Art. 42. No caso de vacância dos cargos de Reitor e Vice-Reitor, serão organizadas novas eleições no prazo máximo de sessenta dias após a abertura da vaga, e os mandatos dos dirigentes que vierem a ser nomeados será de quatro anos.

CAPÍTULO IV DOS ÓRGÃOS DELIBERATIVOS SETORIAIS

Seção I Do Conselho da Unidade

Art. 43. O Conselho da Unidade é o órgão máximo deliberativo e consultivo da administração das Unidades Universitárias.

Art. 44. Das decisões do Conselho da Unidade caberá recurso às Câmaras respectivas, na forma estabelecida pelo Regimento Geral.

Art. 45. O Conselho da Unidade é composto:

- I – do Diretor da Unidade, como Presidente;
- II – do Vice-Diretor da Unidade, como Vice-Presidente;
- III – dos Chefes dos Departamentos vinculados à Unidade;

- IV – dos Coordenadores de Cursos de Graduação vinculados à Unidade;
 - V – dos Coordenadores de Cursos de Pós-Graduação vinculados à Unidade;
 - VI – de representantes do Corpo Discente, indicados pela respectiva entidade estudantil, na proporção de um quinto dos membros não discentes deste Conselho, para um mandato de um ano, permitida uma recondução;
 - VII – de representante dos Servidores Técnico-Administrativos, lotados na respectiva Unidade, eleito por seus pares em eleição direta, para um mandato de dois anos, permitida uma recondução;
 - VIII – dos representantes da Unidade nas Câmaras de Pesquisa e de Extensão;
 - IX – dos representantes da Unidade no Conselho Universitário.
- § 1.º Os representantes mencionados nos incisos VI e VII terão cada qual um suplente, eleito ou designado conforme o caso, pelo mesmo processo e na mesma ocasião da escolha dos titulares, aos quais substituem, automaticamente, nas suas faltas, impedimentos e vacância.
- § 2.º É facultada a inclusão de outros membros nos Conselhos de Unidades, de acordo com critérios definidos nos Regimentos das respectivas Unidades.

Art. 46. Compete ao Conselho da Unidade:

- I – desempenhar as atribuições estabelecidas em lei e as que forem definidas no Regimento Geral da Universidade e no Regimento da Unidade;
 - II – opinar sobre a destituição de Chefe ou Subchefe de Departamento.
- Parágrafo único. O exercício da competência estabelecida no inciso II deste artigo dependerá de representação, devidamente justificada, que, encaminhada pelo Diretor da Unidade ao Reitor, será por este submetida à decisão do Conselho Universitário.

Seção II

Dos Departamentos

Art. 47. O Departamento, como menor fração de Unidade Universitária, será organizado na forma prevista no art. 10 deste Estatuto.

§ 1.º Ao Departamento compete elaborar os seus planos de trabalho, atribuindo encargos de ensino, pesquisa e extensão aos docentes nele lotados e praticar todos os atos que lhe são inerentes.

§ 2.º O conjunto de disciplinas afins, que não reúna o número de docentes necessários à formação de um Departamento, deverá ser distribuído, respeitado o critério de afinidade, entre os já existentes.

§ 3.º A representação estudantil no Departamento será determinada pelo Regimento da Unidade.

§ 4.º Os Regimentos das Unidades Universitárias disporão sobre a competência e normas de funcionamento dos Departamentos.

CAPÍTULO V

DOS ÓRGÃOS EXECUTIVOS SETORIAIS

Seção I

Da Diretoria das Unidades

Art. 48. A Diretoria da Unidade será exercida por um Diretor que, como órgão executivo, dirige, coordena, fiscaliza e superintende as atividades da Unidade.

Parágrafo único. Em cada Unidade, haverá um Vice-Diretor que substituirá o Diretor nas suas faltas e impedimentos e ao qual serão delegadas atribuições administrativas de caráter permanente.

Art. 49. O Diretor e o Vice-Diretor serão eleitos, nos termos da legislação vigente, para um mandato de quatro anos, permitida uma recondução.

Parágrafo único. Em caso de vacância do cargo de Diretor ou Vice-Diretor, serão organizadas novas eleições no prazo máximo de sessenta dias após a abertura da vaga, e os mandatos dos dirigentes que vierem a ser nomeados será de quatro anos.

Art. 50. O Diretor e o Vice-Diretor exercerão suas funções, obrigatoriamente, em regime de dedicação exclusiva, podendo ambos eximir-se do exercício do magistério, sem prejuízo de quaisquer direitos e vantagens.

Seção II

Das Chefias de Departamentos

Art. 51. Cada Departamento terá um Chefe e um Subchefe eleitos pelos membros do Colegiado do Departamento, por meio do voto direto e secreto, dentre os professores adjuntos e titulares, integrantes da carreira do magistério, com mais de dois anos na UFSC, designados pelo Reitor para um mandato de dois anos, permitida uma recondução.

§ 1.º As eleições deverão ser realizadas, pelo menos trinta dias antes do término do mandato dos dirigentes referidos neste artigo, e serão convocadas pelo Diretor da Unidade.

§ 2.º O resultado das eleições, de que trata este artigo, será comunicado ao Reitor, pelo Diretor da Unidade, no máximo, até dez dias após o pleito.

§ 3.º As atribuições do Chefe e do Subchefe constarão do Regimento Geral.

§ 4.º As Chefias de Departamentos serão exercidas por Professores com regime de dedicação exclusiva e, facultativamente, de tempo integral.

TÍTULO IV

DAS ATIVIDADES UNIVERSITÁRIAS

CAPÍTULO I

DO REGIME DIDÁTICO

Art. 52. O acesso aos Cursos de Graduação da Universidade será feito mediante Processo Seletivo, cabendo à Câmara de Ensino de Graduação, ouvidas as Unidades Universitárias, fixar o número de vagas para a matrícula inicial nos diversos cursos.

§ 1.º O Processo Seletivo será unificado e obedecerá às normas gerais fixadas pelo Regimento Geral e complementares estabelecidas pelo Conselho Universitário.

§ 2.º Os candidatos classificados no Processo Seletivo deverão matricular-se no conjunto de disciplinas que compõem o primeiro período do currículo do curso.

Art. 53. A matrícula nos Cursos de Graduação será regulamentada pela Câmara de Ensino de Graduação.

Art. 54. A matrícula nos Cursos de Pós-Graduação será regulamentada pela Câmara de Pós-Graduação.

Art. 55. O Conselho Universitário e as Câmaras fixarão as normas complementares sobre a forma de execução dos currículos dos Cursos de Graduação e Pós-Graduação, a verificação do rendimento escolar e os critérios para transferência de alunos, inclusive de países estrangeiros, obedecida a legislação federal pertinente.

CAPÍTULO II DOS CURSOS

Art. 56. A Universidade oferecerá, entre outras, as seguintes modalidades de Cursos:

- I – de Graduação;
- II – de Pós-Graduação;
- III – de especialização e aperfeiçoamento;
- IV – de atualização;
- V – de extensão;
- VI – sequenciais.

Art. 57. Na organização dos Cursos de Graduação serão observadas as seguintes normas fundamentais:

- I – matrícula por disciplina ou bloco de disciplinas;
- II – coordenação curricular por meio de pré-requisitos, quando didaticamente recomendável;
- III – controle e integralização curricular mediante carga horária semestral.

Art. 58. Os Cursos de Graduação serão vinculados às Unidades com que tenham mais afinidades e terão por objetivo proporcionar formação de nível superior, de natureza acadêmica ou profissional, que habilite à obtenção de grau universitário, e serão abertos à matrícula de candidatos que tenham obtido certificado de 2.º Grau e que tenham sido classificados no Processo Seletivo.

Art. 59. Os Cursos de Pós-Graduação *stricto sensu* serão vinculados às Unidades com que tenham mais afinidades e terão por finalidade desenvolver e aprofundar a formação adquirida nos Cursos de Graduação, conduzindo aos graus de mestre e de doutor.

Art. 60. Os Cursos de Especialização e de Aperfeiçoamento, promovidos pela Universidade em pós-graduação, terão por objetivo desenvolver e aprofundar setores limitados de conhecimento ou técnicas correspondentes a Cursos de Graduação e melhorar os conhecimentos já adquiridos, respectivamente.

Art. 61. Os Cursos de Atualização terão por objetivo renovar os conhecimentos adquiridos nos Cursos de Graduação e Pós-Graduação na linha da educação permanente, podendo ser abertos a estudantes e graduados.

Art. 62. Os Cursos de Extensão terão por objetivo difundir a cultura, conhecimentos e técnicas de trabalho à Comunidade.

Art. 63. A frequência de docentes e alunos aos cursos ministrados pela Universidade obedecerá às disposições legais e regulamentares e às normas especiais baixadas pelo Conselho Universitário.

CAPÍTULO III DA COORDENAÇÃO DIDÁTICA DOS CURSOS

Art. 64. Cada Curso de Graduação e Pós-Graduação terá um Colegiado responsável pela coordenação didática e a integração de estudos.

§ 1.º A Presidência e a Vice-Presidência dos Colegiados dos Cursos de Graduação serão exercidas pelos respectivos Coordenadores e Subcoordenadores, eleitos na forma estabelecida no Regulamento dos Cursos de Graduação.

§ 2.º A Presidência e a Vice-Presidência dos Colegiados de Cursos de Pós-Graduação serão exercidas pelos respectivos Coordenadores e Subcoordenadores, eleitos de acordo com o seu Regimento.

CAPÍTULO IV DAS DIGNIDADES UNIVERSITÁRIAS

Art. 65. A Universidade expedirá títulos de “Doutor Honoris Causa” e “Professor Honoris Causa”, para distinguir profissionais de altos méritos e personalidades eminentes.

§ 1.º A Universidade, além das dignidades universitárias citadas, poderá conceder ainda as seguintes:

I – “Professor Emérito” - a membro de pessoal docente aposentado, pelos altos méritos profissionais ou por relevantes serviços prestados à Instituição;

II – “Benemérito da Universidade” - a pessoas ou entidades que façam à Universidade doação de alto valor ou a ela prestem serviços considerados de alta e inestimável relevância;

III – “Mérito Cultural” - a personalidades nacionais ou estrangeiras que se destaquem por relevantes atividades ou trabalhos prestados ao desenvolvimento da cultura em qualquer das suas áreas;

IV – “Mérito Universitário” - a personalidades nacionais ou estrangeiras, cuja contribuição ao ensino, pesquisa, extensão ou à causa universitária seja considerada de alta valia à coletividade ou à Instituição;

V – “Mérito Estudantil” - ao estudante da Universidade que obtiver o melhor desempenho no seu Curso.

§ 2.º A concessão de quaisquer dignidades universitárias, exceto a de “Mérito Estudantil”, far-se-á mediante proposta do Reitor ao Conselho Universitário, devidamente instruída com o curriculum vitae da personalidade a ser agraciada, ou da relevância dos serviços prestados quando se tratar de entidades, dependendo de aprovação em votação secreta, de três quintos de seus membros.

§ 3.º As dignidades universitárias serão concretizadas em diplomas e medalhas a serem entregues à personalidade ou entidade homenageada, em sessão solene presidida pelo Reitor e realizada na Universidade.

§ 4.º A de “Mérito Estudantil”, concedida segundo normas do Conselho Universitário, constará de certificado e medalha, também entregues na sessão solene de colação de grau do formando.

Art. 66. Aos estudantes que venham a concluir Cursos de Graduação ou de Pós-Graduação, a Universidade outorgará os graus a que tenham direito e expedirá os correspondentes diplomas e certificados, que serão assinados pelo Reitor.

Art. 67. Aos que concluírem Cursos de Especialização e de Aperfeiçoamento, a Universidade expedirá os correspondentes certificados, assinados pelo Coordenador, pelo Chefe do Departamento predominante em cada Curso e pelo Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação.

Parágrafo único. Os certificados dos Cursos de Atualização e Extensão serão assinados pelos respectivos Coordenadores e pelo Pró-Reitor responsável pela extensão. (Redação dada pela Resolução n.º 016/CUn/2008)

Art. 68. A Universidade promoverá a revalidação de diplomas estrangeiros, bem como a validação de estudos ou seu aproveitamento de um para outro Curso, quando idêntico ou semelhante.

Parágrafo único. A revalidação de diplomas e validação ou aproveitamento de estudos, assim como as adaptações em caso de transferência, far-se-ão de acordo com os critérios fixados pelas respectivas Câmaras, obedecida a legislação pertinente.

TÍTULO V DA COMUNIDADE UNIVERSITÁRIA

Art. 69. A Comunidade Universitária é constituída pelos Corpos Docente, Discente e Técnico-Administrativo, diversificados em suas atribuições e unificados em seus objetivos.

CAPÍTULO I DOS DOCENTES INTEGRANTES DA CARREIRA

Art. 70. O Corpo Docente da Universidade será integrado por todos que exerçam, em nível superior, atividades de magistério, assim compreendidas como:

I – as pertinentes à pesquisa e ao ensino de graduação, ou de nível mais elevado, que visem à produção, ampliação e transmissão de saber;

II – as que estendam à Comunidade, sob a forma de cursos e serviços especiais, as atividades de ensino e os resultados da pesquisa;

III – as inerentes à direção ou assessoramento exercidas por professores na UFSC ou em órgão do Ministério da Educação.

Parágrafo único. São privativas dos integrantes da carreira do magistério superior as funções de administração universitária afetas a atividades-fim, facultando-se, quanto às atividades-meio, a escolha dentre os servidores do corpo técnico-administrativo. (Redação dada pela Resolução n.º 12/CUn/2004).

Art. 71. Constituem o Corpo Docente da UFSC os integrantes da carreira do magistério e os professores visitantes.

Art. 72. A carreira do magistério será integrada pelas seguintes classes:

I – Professor Titular;

II – Professor Adjunto;

III – Professor Assistente;

IV – Professor Auxiliar.

Parágrafo único. Cada classe, exceto a do Titular, compreenderá quatro referências, numeradas de 1 a 4.

Art. 73. Os cargos do pessoal docente não se vinculam a campos específicos de conhecimento.

Art. 74. O provimento dos cargos integrantes da carreira do magistério far-se-á de acordo com a lei e as normas fixadas pelo Regimento Geral.

Art. 75. O regime de trabalho do pessoal docente será fixado em função das horas semanais de trabalho, com ou sem dedicação exclusiva.

Parágrafo único. Incluem-se nas horas de trabalho a que estejam obrigados os docentes as atividades previstas nos incisos I e II do art. 62, de acordo com os planos dos Departamentos, assim como as inerentes à direção ou assessoramento exercidas por professores na Universidade ou em órgãos do Ministério da Educação.

CAPÍTULO II DOS DOCENTES NÃO INTEGRANTES DA CARREIRA

Art. 76. A Universidade poderá contratar Professor Visitante, na conformidade da legislação pertinente.

Parágrafo único. O Professor Visitante será pessoa de renome, admitido de acordo com normas específicas fixadas pelo Conselho Universitário, para atender a programa especial de ensino ou pesquisa.

CAPÍTULO III DO CORPO DISCENTE

Art. 77. O Corpo Discente da Universidade é constituído pelos alunos regularmente matriculados em seus diferentes cursos.

Art. 78. Os alunos da Universidade distribuir-se-ão pelas categorias de regulares e não regulares.

§ 1.º Alunos regulares são os que se matricularem em Curso de Graduação e Pós-Graduação, com observância dos requisitos necessários à obtenção dos correspondentes diplomas.

§ 2.º Alunos não regulares são os que se matricularem em Cursos de Especialização, Aperfeiçoamento, Atualização, Extensão e outros mantidos pela Universidade.

§ 3.º Consideram-se também regulares os alunos matriculados nos Cursos de Ensino Fundamental e Médio, mantidos pela Universidade.

Art. 79. Aos estudantes carentes de recursos financeiros será concedida isenção de taxas de matrícula, mediante a devida comprovação de carência.

Parágrafo único. Observada a legislação vigente, a Universidade poderá conceder bolsas aos estudantes de graduação, podendo exigir, em contrapartida, a prestação de serviços à Universidade, de acordo com normas fixadas pelo Conselho Universitário.

Art. 80. As funções de monitor serão exercidas por alunos de Cursos de Graduação e Pós-Graduação que se submeterem a provas específicas e nas quais demonstrem capacidade de desempenho em atividades técnico-didáticas de determinada disciplina, na forma do Regimento Geral.

Parágrafo único. O exercício das funções de monitor implica a concessão de bolsa de estudo, conforme disciplinar a Reitoria, não constituindo vínculo empregatício, mas valendo como título para posterior ingresso no Corpo Docente da Universidade.

Art. 81. O Diretório Central dos Estudantes será o órgão que congregará os membros do Corpo Discente da Universidade.

Parágrafo único. Os Centros ou Diretórios Acadêmicos são as entidades representativas dos estudantes de nível superior da UFSC.

CAPÍTULO IV DO CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

Art. 82. O Corpo Técnico-Administrativo compreende o pessoal ocupante de cargos de nível superior, nível médio e de nível de apoio.

Art. 83. As atribuições inerentes aos cargos técnico-administrativos são as estabelecidas no respectivo Plano de Cargos e Salários, previsto na legislação pertinente.

Parágrafo único. Caberá ao Reitor determinar a lotação do pessoal técnico-administrativo para atender às necessidades dos serviços e garantir o funcionamento da Universidade.

TÍTULO VI DO PATRIMÔNIO, DOS RECURSOS E DO REGIME FINANCEIRO DA UNIVERSIDADE

CAPÍTULO I DO PATRIMÔNIO

Art. 84. O patrimônio é constituído:

- I – pelos bens móveis, imóveis, instalações, títulos e direitos da Universidade;
 - II – pelos bens e direitos que lhe forem incorporados em virtude da Lei, ou que a Universidade aceitar oriundos de doações ou legados;
 - III – pelos bens e direitos que a Universidade adquirir;
 - IV – pelo superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior;
 - V – pelos bens relacionados na Lei n.º 7.664, de 20 de janeiro de 1961, e no Decreto n.º 2.297, de 26 de janeiro de 1961, do Estado de Santa Catarina, publicado no Diário Oficial respectivo, em 30 de janeiro de 1961;
 - VI – pelos direitos de propriedade intelectual. (Incluído pela Resolução n.º 12/CUn/2010)
- Parágrafo único. A Universidade poderá licenciar ou ceder os seus direitos de propriedade intelectual. (Incluído pela Resolução n.º 12/CUn/2010)

Art. 85. Os bens e direitos pertencentes à Universidade somente poderão ser utilizados para realização de seus objetivos.

Parágrafo único. A Universidade poderá, entretanto, fazer investimentos visando à valorização patrimonial e à obtenção de renda aplicáveis à realização dos objetivos, ouvido o Conselho de Curadores.

CAPÍTULO II DOS RECURSOS

Art. 86. Os recursos da Universidade serão provenientes de:

- I – dotações que, a qualquer título, lhe forem atribuídas nos orçamentos da União, dos Estados e dos Municípios;
- II – doações e contribuições, a título de subvenção, concedidas por autarquias ou quaisquer pessoas físicas ou jurídicas;
- III – rendas de aplicação de bens e valores;
- IV – retribuição de atividades remuneradas;
- V – taxas e emolumentos;
- VI – rendas eventuais.
- VII – royalties, participações e transferência de tecnologia ou propriedade intelectual. (Incluído pela Resolução n.º 12/CUn/2010)

Art. 87. A Universidade poderá receber doações ou legados, com ou sem encargos, inclusive para a ampliação de instalações ou custeio de determinados serviços.

§ 1.º A Universidade somente poderá receber legados ou doações com encargos, desde que estejam compreendidos dentro de suas finalidades, e possam ser cobertos financeiramente pelos bens recebidos ou por recursos do orçamento.

§ 2.º Os processos que tratam de doações e legados deverão ser apreciados pelos setores envolvidos e aprovados pelo Conselho de Curadores.

§ 3.º A critério do Reitor, os processos poderão ser submetidos à homologação do Conselho Universitário.

Art. 88. O exercício financeiro da Universidade coincide com o ano civil.

Art. 89. A proposta orçamentária da Universidade compreenderá a receita e a despesa e, depois de aprovada pelo Conselho de Curadores, será remetida aos órgãos competentes.

Art. 90. De acordo com o valor das dotações globais que o orçamento geral da União consignar para a manutenção da Universidade, a Reitoria promoverá a organização do orçamento analítico que deverá ser submetido à aprovação do Conselho de Curadores.

Art. 91. É vedada a retenção de renda para qualquer aplicação por parte das Unidades, devendo o produto de toda a arrecadação ser recolhido à conta única do Tesouro Nacional e escriturado na receita geral.

Art. 92. A escrituração da receita, despesa e patrimônio será centralizada na Reitoria.

Art. 93. A comprovação dos gastos far-se-á nos termos da legislação vigente, obrigados os depósitos em espécie em estabelecimentos de créditos oficiais federais, consoante determinações, cabendo ao Reitor a movimentação das contas.

TÍTULO VII DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 94. O Regimento Geral e o das Unidades Universitárias disporão sobre o regime disciplinar a que ficarão sujeitos os Corpos Docente, Discente e Técnico-Administrativo.

Art. 95. No início de cada ano, em prazo fixado pelo Regimento Geral, o Diretor de cada Unidade apresentará ao Reitor relatório circunstanciado das atividades desenvolvidas no ano anterior, com sugestões para sua melhoria no exercício em curso.

Art. 96. O Conselho Universitário, por três quintos de seus membros, poderá conceder agregação a estabelecimentos de ensino superior, localizados no Estado de Santa Catarina, legalmente reconhecidos, que atuem em setores de estudos, sem equivalentes na Universidade, observadas as seguintes prescrições:

I – a agregação será feita por convênio, a requerimento da parte interessada, com objetivos de colaboração em atividades de ensino, pesquisa e extensão, não implicando, necessariamente, ônus financeiro para a Universidade;

II – o estabelecimento conservará a sua denominação, à qual será acrescida a condição de agregado à Universidade;

III – poderá ser rescindida a agregação, por iniciativa da Universidade ou da entidade mantenedora do estabelecimento agregado, dependendo, na primeira hipótese, da aprovação do Conselho Universitário pela maioria de votos de seus membros.

Parágrafo único. Serão mantidos os convênios de agregação em vigor na data da aprovação do presente Estatuto.

Art. 97. Não se aplica aos atuais Departamentos o disposto no art. 10, § 2.º, inciso I deste Estatuto.

Art. 98. As resoluções decorrentes de deliberações do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão que não contrariam disposições do presente Estatuto permanecem em vigor. (Redação dada pela Resolução n.º 12/CUn/2004)

Art. 99. O presente Estatuto entra em vigor na data de sua publicação, após aprovação pelo órgão competente do MEC.

Art. 100. Revogam-se as disposições em contrário.

II. REGIMENTO GERAL DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

GABINETE DO MINISTRO

PROCESSO MEC N.º 200.711/82; CFE N.º 2.589/79

Nos termos e para os efeitos do art. 14 do Decreto-Lei n.º 464, de 11 de fevereiro de 1969, HOMOLOGO o Parecer n.º 794/81 do Conselho Federal de Educação, favorável à aprovação do Regimento Geral da Universidade Federal de Santa Catarina, Estado de Santa Catarina.

Brasília, em 28 de janeiro de 1982.

Rubem Ludwig

Publicado no Diário Oficial da União em 28/02/82. Aprovado pelo Conselho Universitário em sessão realizada no dia 3 de novembro de 1978 - Resolução n.º 065/78. Alterado pelas Resoluções n.ºs 030, 040, 053 de 1980; 029 de 1981; 027 e 109 de 1986; 013-A e 094 de 1987; 045 de 1988; 052 de 1990; 023 e 117 de 1991; 151 de 1992; 66 de 1994; 22 e 26 de 1995; 033 de 1996 e 20 de 2012.

TÍTULO I DAS DISPOSIÇÕES INICIAIS

Art. 1.º O presente Regimento Geral disciplina as atividades comuns aos vários órgãos integrantes da estrutura e da administração da UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA (UFSC), nos planos didático, científico, administrativo e disciplinar.

Parágrafo único. Os Órgãos Deliberativos e Executivos Centrais e Setoriais, as Unidades, Subunidades e Órgãos Suplementares terão Regimento próprio, respeitadas as disposições constantes da legislação federal aplicável, do Estatuto e deste Regimento Geral.

TÍTULO II DOS ÓRGÃOS DELIBERATIVOS E EXECUTIVOS CENTRAIS E SETORIAIS

CAPÍTULO I DO FUNCIONAMENTO

Art. 2.º Ressalvados os casos expressamente mencionados no Estatuto e neste Regimento Geral, os Órgãos Colegiados da Universidade funcionarão com a presença da maioria de seus membros.

Art. 3.º As reuniões dos Órgãos Deliberativos serão convocadas por escrito ou por meio eletrônico pelo seu Presidente, por iniciativa própria ou atendendo a pedido de, pelo menos, 1/3 (um terço) de seus membros, com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas, mencionando-se o assunto que deve ser tratado, salvo se for considerado secreto, a juízo do Presidente.

Parágrafo único. Em caso de urgência, o prazo de convocação poderá ser reduzido, e a indicação de pauta poderá ser omitida, quando ocorrerem motivos excepcionais a serem justificados no início da reunião.

Art. 4.º O comparecimento às reuniões dos Órgãos Deliberativos é obrigatório e preferencial em relação a qualquer outra atividade administrativa, de ensino, pesquisa ou extensão na Universidade.

Parágrafo único. Perderá o mandato aquele que, sem causa justificada, faltar a mais de três reuniões consecutivas ou a seis alternadas do Colegiado, ou tiver sofrido penalidade por infração incompatível com a dignidade da vida universitária.

Art. 5.º Na falta ou impedimento do Presidente ou de seu substituto legal, a Presidência será exercida:

I – no Conselho Universitário, pelo Pró-Reitor mais antigo no magistério da Universidade ou, em igualdade de condições, pelo mais idoso;

II – nos demais Órgãos Colegiados, pelo membro mais antigo no magistério da Universidade, observado o disposto no inciso I, no caso de igualdade de condições.

§ 1.º Na ausência simultânea dos Pró-Reitores mencionados no inciso I deste artigo, observar-se-á o disposto no inciso II.

§ 2.º Sempre que esteja presente à reunião de qualquer Colegiado da Universidade, o Reitor assumirá a presidência dos trabalhos.

Art. 6.º As reuniões compreenderão uma parte de expediente, destinada à discussão e aprovação da ata e a comunicações, e outra, à ordem do dia, na qual serão considerados os assuntos da pauta.

§ 1.º Mediante consulta ao plenário, por iniciativa própria ou a requerimento, poderá o Presidente inverter a ordem dos trabalhos ou suspender a parte de comunicações, bem como dar preferência ou atribuir urgência a determinados assuntos, dentre os constantes da pauta.

§ 2.º O regime de urgência impedirá a concessão de vista, a não ser exame do processo no recinto do plenário e no decorrer da própria reunião.

Art. 7.º Para cada assunto constante da pauta, haverá uma fase de discussão e outra de votação, procedendo-se, em ambas, de acordo com a praxe seguida na condução dos trabalhos dos Órgãos Deliberativos.

Art. 8.º As decisões dos Órgãos Deliberativos serão tomadas pelo voto da maioria dos membros presentes, ressalvadas as disposições em contrário.

§ 1.º A votação será simbólica, nominal ou secreta, adotando-se a primeira forma sempre que uma das duas outras não seja requerida nem esteja expressamente prevista.

§ 2.º Além do voto comum, terão os Presidentes dos Órgãos Deliberativos, nos casos de empate, o voto de qualidade.

§ 3.º Excetuada a hipótese do § 2.º, os membros dos Colegiados terão direito apenas a um voto nas deliberações, mesmo quando a eles pertencam sob dupla condição.

§ 4.º Nenhum membro de Órgão Deliberativo poderá votar nas deliberações que, diretamente, digam respeito a seus interesses particulares, de seu cônjuge, descendentes, ascendentes ou colaterais, estes até o 3.º grau.

§ 5.º Ressalvados os impedimentos legais, nenhum membro dos Órgãos Deliberativos poderá recusar-se a votar.

Art. 9.º De cada reunião lavrar-se-á ata, assinada pelo Secretário, que será discutida e votada na reunião seguinte e, após aprovação, subscrita pelo Presidente e demais membros presentes.

Art. 10. Além de aprovação, autorização, homologação, despachos e comunicações de secretaria, as decisões dos Órgãos Deliberativos terão a forma de resoluções baixadas pelos seus Presidentes.

Art. 11. O Reitor poderá vetar resoluções dos Órgãos Deliberativos Centrais, na forma estabelecida no artigo 29 do Estatuto.

Art. 12. Haverá uma Secretaria para cada um dos Órgãos Deliberativos Centrais, com atribuições definidas nos respectivos Regimentos.

CAPÍTULO II DAS ELEIÇÕES

Art. 13. As eleições serão anunciadas e convocadas, nos Órgãos Deliberativos Centrais, pelo Reitor e, nos de âmbito das Unidades, pelo Diretor, com antecedência mínima de quinze dias, por meio de edital.

§ 1.º Todas as eleições serão feitas por escrutínio secreto.

§ 2.º Nas eleições para organização de listas de nomes, cada eleitor votará nos nomes necessários para a sua composição, mediante votação uninominal.

§ 3.º Só integrarão listas aqueles candidatos que declararem expressamente que, se escolhidos, aceitarão a investidura.

§ 4.º Será considerado eleito ou indicado, em cada escrutínio, para compor a lista, o candidato que obtiver maioria simples de votos dos membros do Colegiado presentes à reunião.

§ 5.º Serão realizados tantos escrutínios sucessivos quantos forem necessários ao atendimento do disposto no § 4.º, dos quais participarão apenas os dois candidatos mais votados, respeitadas as condições de desempate estabelecidas no art. 19 deste Regimento.

§ 6.º As listas de nomes, em ordem alfabética, serão encaminhadas às autoridades competentes pelo menos trinta dias antes de extinto o mandato do titular em exercício, ou, em caso de morte, renúncia ou aposentadoria, dentro dos trinta dias subsequentes à vaga.

§ 7.º As eleições dos representantes dos Servidores Técnico-Administrativos serão anunciadas e convocadas, por meio de edital, com antecedência mínima de quinze dias, pelo Reitor, para os Conselhos Universitário e de Curadores e pelo Diretor da Unidade respectiva, para o Conselho da Unidade.

Art. 14. A apuração das eleições far-se-á por uma comissão escrutinadora, composta de três membros, indicados na oportunidade pelo Presidente da reunião.

Art. 15. Das reuniões destinadas à realização de eleições ou organização de listas, lavrar-se-ão atas sucintas, assinadas pelos presentes, com a indicação individualizada dos resultados obtidos.

Art. 16. Dos resultados registrados nas atas, que serão divulgados logo após a reunião, caberá recurso, dentro do prazo de quarenta e oito horas, sob estrita arguição de ilegalidade, para o Órgão Deliberativo imediatamente superior, na forma do disposto neste Regimento Geral.

Art. 17. Não serão admitidos votos cumulativos nem por procuração.

Art. 18. Nas eleições de representantes em Órgãos Deliberativos, juntamente com os titulares serão eleitos seus suplentes com mandato ao deles vinculado.

Art. 19. Nas eleições de que participarem, como candidatos, elementos do Corpo Docente da Universidade, sempre que houver empate, considerar-se-á eleito o mais antigo no exercício do magistério na Universidade e, no caso de persistir o empate, o mais idoso.

CAPÍTULO III DOS RECURSOS

Art. 20. Das decisões caberá pedido de reconsideração à própria autoridade ou Órgão, ou apresentação de recurso à instância imediatamente superior, na forma seguinte:

- I – do Chefe do Departamento ao Departamento;
 - II – do Presidente do Colegiado de Curso ao Colegiado de Curso;
 - III – do Departamento e do Colegiado do Curso ao Conselho da Unidade;
 - IV – do Diretor da Unidade ao Conselho da Unidade;
 - V – do Conselho da Unidade às Câmaras de Ensino de Graduação, de Pós-Graduação, de Pesquisa e de Extensão, conforme a natureza da matéria, de processos originários do referido Conselho;
 - VI – das Câmaras de Ensino de Graduação, de Pós-Graduação, de Pesquisa e de Extensão ao Conselho Universitário, de processos originários nas referidas Câmaras;
 - VII – do Reitor ao Conselho Universitário;
 - VIII – do Conselho Universitário ao Conselho Nacional de Educação.
- Parágrafo único. Os recursos previstos nos incisos V, VI e VIII somente serão admitidos nos casos de arguição de ilegalidade.

Art. 21. Será de dez dias o prazo para a interposição dos recursos previstos, contado da data da ciência pelo interessado do teor da decisão.

Art. 22. O recurso será interposto perante a autoridade ou órgão recorrido, que deverá encaminhá-lo à instância superior dentro do prazo de três dias úteis, a contar do recebimento.

§ 1.º O recurso não terá efeito suspensivo, salvo se, da execução imediata do ato ou decisão recorridos, puder resultar sua ineficácia, com prejuízo irreparável para o recorrente, no caso de seu provimento.

§ 2.º A autoridade declarará, para os fins do parágrafo anterior, o efeito com que receberá o recurso.

§ 3.º Esgotado o prazo referido neste artigo, bem como remessa do recurso ao Órgão recorrido, caberá ao interessado o direito de interposição direta.

Art. 23. Os recursos deverão ser decididos no prazo de trinta dias.

Parágrafo único. Os Órgãos Colegiados deverão ser convocados, pelo respectivo Presidente, para deliberar sobre o recurso, de modo que não se ultrapasse o prazo deste artigo.

Art. 24. Julgado o recurso, será o processo devolvido à autoridade ou órgão recorrido para o cumprimento da decisão proferida.

CAPÍTULO IV DA COMPETÊNCIA DOS ÓRGÃOS DELIBERATIVOS E EXECUTIVOS SETORIAIS

Seção I Do Conselho da Unidade

Art. 25. Compete ao Conselho da Unidade:

- I – estabelecer as políticas de ensino, pesquisa e de extensão da Unidade;
- II – exercer, como órgão consultivo e deliberativo, a jurisdição superior da Unidade;
- III – conhecer e deliberar sobre assuntos de natureza técnica, administrativa e funcional;

IV – elaborar o Regimento da Unidade ou suas modificações e submetê-lo ao Conselho Universitário;

V – emitir parecer sobre a criação e supressão de Cursos de Graduação e Pós-Graduação; normatizar, nos termos da legislação vigente, o processo eleitoral referente a escolha do Diretor e do Vice-Diretor da Unidade;

VI – julgar sobre atos e procedimentos de membros do magistério, propondo, quando for o caso, ao Órgão Superior, a adoção de medidas punitivas cabíveis;

VII – decidir, em primeira instância, sobre penas previstas no Regimento Geral;

VIII – rever, em grau de recurso, as decisões dos Departamentos, Colegiados dos Cursos de Graduação e dos Colegiados dos Cursos de Pós-Graduação;

IX – deliberar sobre providências preventivas, corretivas ou supressivas de atos de indisciplina coletiva;

X – sugerir ao Conselho Universitário a concessão de dignidades universitárias;

XI – aprovar o relatório do Diretor da Unidade referente ao ano anterior;

XII – aprovar a programação anual dos trabalhos da Unidade;

XIII – apreciar proposta sobre a criação de novos Departamentos, bem como alteração na constituição dos existentes;

XIV – exercer as demais atribuições conferidas por Lei, Regulamento, Estatuto, Regimento Geral e Regimento da Unidade.

Seção II

Do Departamento

Art. 26. Compete ao Departamento:

I – elaborar as normas do seu funcionamento, atendidas as diretrizes fixadas pelo Conselho Universitário;

II – eleger o Chefe e o Subchefe;

III – aprovar o Plano de Aplicação dos Recursos;

IV – aprovar o Plano de Trabalho do Departamento;

V – ministrar o ensino das disciplinas a ele pertinentes;

VI – promover o desenvolvimento da pesquisa, em articulação com o ensino e a extensão;

VII – apreciar a relotação, admissão ou afastamento dos servidores docentes e técnico-administrativos;

VIII – promover e estimular a prestação de serviços à Comunidade, observando a orientação geral do Conselho Universitário;

IX – orientar e fiscalizar todas as atividades de ensino, pesquisa e extensão, bem como estágios supervisionados dos alunos no âmbito do Departamento, nos diversos níveis de estudos universitários, de acordo com as normas estabelecidas;

X – examinar, decidindo em primeira instância, as questões suscitadas pelos Corpos Docente e Discente, encaminhando ao Diretor da Unidade, informados e com parecer, os assuntos cuja solução transcenda suas atribuições;

XI – deliberar sobre os pedidos de afastamentos de servidores docentes e técnico-administrativos para realização de estudos no País e no exterior;

XII – exercer outras atribuições previstas por Lei, Regulamento, Estatuto e Regimento da Universidade e no seu próprio Regimento.

§ 1.º As decisões do Departamento serão tomadas sempre pela maioria dos membros presentes, obedecido o disposto no artigo 2.º deste Regimento. Em caso de urgência e inexistindo *quorum* para o funcionamento, o Chefe do Departamento poderá decidir *ad referendum* do Departamento, ao qual a decisão será submetida dentro de trinta dias.

§ 2.º Persistindo a inexistência de *quorum* para nova reunião, convocada com a mesma finalidade, será o ato considerado ratificado.

§ 3.º É facultado ao Departamento deliberar mediante colegiados especiais, sendo a composição e as atribuições desses colegiados definidas de acordo com critérios estabelecidos no Regimento do Departamento.

Seção III

Da Direção das Unidades

Art. 27. Compete à Direção da Unidade:

- I – dirigir, coordenar, fiscalizar e superintender os serviços administrativos da Unidade;
- II – convocar e presidir as reuniões do Conselho da Unidade;
- III – aprovar a proposta orçamentária da Unidade, com base nas propostas dos Departamentos, encaminhando-a à Reitoria para elaboração do orçamento geral da Universidade;
- IV – apresentar à Reitoria a prestação de contas do movimento financeiro anual;
- V – fiscalizar a execução do regime didático, zelando, junto aos Chefes de Departamentos, pela observância rigorosa dos horários, programas e atividades dos professores e alunos;
- VI – cumprir e fazer cumprir as decisões dos Órgãos Superiores da Universidade e do Conselho da Unidade;
- VII – aprovar a escala de férias proposta pelos Departamentos;
- VIII – propor ou determinar ao órgão competente a abertura de inquéritos administrativos;
- IX – administrar o patrimônio da Unidade;
- X – fiscalizar o cumprimento da legislação federal de ensino, no âmbito da Unidade;
- XI – baixar atos normativos próprios, bem como delegar competência, nos limites de suas atribuições;
- XII – propor a lotação do pessoal administrativo nos diversos Departamentos;
- XIII – exercer o poder disciplinar no âmbito da Unidade;
- XIV – convocar as eleições nos Departamentos e para os representantes da Unidade nos Órgãos Colegiados da Administração Superior.

Seção IV

Da Chefia de Departamento

Art. 28. Compete à Chefia de Departamento:

- I – presidir o Colegiado do Departamento;
 - II – exercer ou delegar ao Subchefe a Presidência de Colegiado do Curso de Graduação vinculado ao Departamento;
 - III – submeter ao Conselho da Unidade as normas de funcionamento do Departamento;
 - IV – elaborar o Plano de Aplicação de Recursos;
 - V – elaborar o Plano de Trabalho do Departamento, distribuindo entre os membros os encargos de ensino, pesquisa e extensão;
 - VI – submeter ao Departamento os Planos de Atividades das disciplinas elaborados pelos docentes, atendidas as diretrizes fixadas pelo Conselho Universitário;
 - VII – propor a relotação, admissão e afastamento dos servidores docentes e técnico-administrativos;
 - VIII – superintender as eleições que ocorrerem no Departamento.
- Parágrafo único. Serão atribuídas até quarenta e até trinta horas, ao Chefe e Subchefe de Departamento, respectivamente, que assumir a Presidência de Colegiado de Curso de Graduação.

TÍTULO III DO REGIME DIDÁTICO-CIENTÍFICO

CAPÍTULO I DO ENSINO

Seção I Da Graduação

Art. 29. O Curso de Graduação é constituído por ciclos integrados de estudos, em que serão agrupadas a formação básica, acadêmica ou profissional.

§ 1.º (Revogado).

§ 2.º (Revogado).

§ 3.º (Revogado).

Art. 30. (Revogado).

Art. 31. A Universidade Federal de Santa Catarina promoverá meios que visem a proporcionar condições de rápido ajustamento dos estudantes que tenham revelado insuficiência, no Concurso Vestibular, aos cursos superiores.

Parágrafo único. Serão estabelecidas, em Resoluções da Câmara de Ensino de Graduação, as condições que determinem aos candidatos classificados no Concurso Vestibular o ajustamento desejado.

Seção II Dos Currículos e Programas de Graduação

Art. 32. O currículo pleno será elaborado pelo Colegiado do Curso de Graduação, ouvidos os Departamentos envolvidos e o Conselho da Unidade ao qual o Curso está vinculado e aprovado pela Câmara de Ensino de Graduação.

Art. 33. Para todos os efeitos, entender-se-á:

I – por disciplina, o conjunto de estudos ou atividades correspondentes a um programa de ensino desenvolvido num período letivo;

II – por bloco de disciplinas, o conjunto de duas ou mais disciplinas definido pelo Colegiado de Curso;

III – por pré-requisito, a disciplina, bloco de disciplinas ou carga horária cursada, cujo estudo, com o necessário aproveitamento, é exigido para a matrícula em nova disciplina ou bloco de disciplinas.

Parágrafo único. (Revogado).

Art. 34. Constituem o currículo pleno do curso:

I – disciplinas desdobradas de matérias do currículo mínimo do curso, fixadas pelo Conselho Nacional de Educação;

II – disciplinas complementares obrigatórias necessárias à formação profissional do aluno;

III – disciplinas optativas, de livre escolha do aluno.

Parágrafo único. (Revogado).

Art. 35. Ao conjunto de disciplinas do currículo mínimo, complementares e optativas de cada Curso, dar-se-á a denominação de currículo pleno.

Art. 36. (Revogado).

Art. 37. O ensino das disciplinas constantes do currículo de cada Curso será ministrado mediante aulas teóricas e práticas, seminários, discussões em grupo, estudos dirigidos, trabalhos de pesquisa e quaisquer outras técnicas pedagógicas ou atividades aconselhadas pela natureza dos temas e pelo grau de escolaridade e maturidade intelectual dos alunos.

Art. 38. O Plano de Ensino de cada disciplina será elaborado pelo respectivo professor ou grupo de professores e, depois de submetido ao Departamento, será aprovado pelo Colegiado de Curso.

§ 1.º (Revogado).

§ 2.º (Revogado).

Parágrafo único. (Revogado).

Art. 39. Será responsabilizado o professor que, sem justa causa, deixar de cumprir o Plano de Ensino em sua totalidade, sendo obrigação do Departamento assegurar, em qualquer caso, a integralização do ensino de cada disciplina, nos termos do programa e plano correspondentes.

Parágrafo único. Verificada a inadequação do Plano de Ensino, caberá ao professor ou ao Departamento propor sua alteração, observado o disposto no artigo 39.

Seção III **Da Pós-Graduação**

Art. 40. Os Cursos de Pós-Graduação serão aprovados e regulamentados pela Câmara de Pós-Graduação, obedecendo o seu funcionamento ao disposto na Lei e neste Regimento Geral.

§ 1.º Para ser iniciado qualquer curso de Pós-Graduação, o respectivo projeto deverá dar entrada na Câmara de Pós-Graduação, em prazo a ser definido por essa Câmara.

§ 2.º Constarão obrigatoriamente do projeto:

I – objetivos do curso;

II – manifestação quanto à utilização de pessoal, equipamentos, instalações e material;

III – organização e normas de funcionamento do curso;

IV – estrutura curricular;

V – relação completa dos professores que lecionarão no curso, acompanhada do respectivo curriculum vitae e indicando para cada um o regime de trabalho a que ficará sujeito, bem como a carga horária semanal que dedicará ao curso;

VI – indicação dos recursos financeiros para atender às necessidades do curso, inclusive no que se refere a bolsas de estudos e remuneração do pessoal docente;

VII – critérios para preenchimento de vagas;

VIII – data de início do curso;

IX – regulamento específico do curso.

§ 3.º A Pró-Reitoria de Pós-Graduação poderá representar à Câmara de Pós-Graduação, solicitando a suspensão de qualquer Curso de Mestrado ou Doutorado da Universidade, por inobservância das normas constantes deste Regimento Geral e da legislação aplicável.

Art. 41. Na organização dos cursos de Pós-Graduação será observado o que segue:

I – na duração do curso, quanto ao mínimo, os prazos fixados pela legislação federal pertinente e, quanto ao máximo, os previstos no Regulamento Geral dos Cursos de Pós-Graduação stricto sensu aprovado pela Câmara de Pós-Graduação;

II – na execução do programa de pós-graduação, além de elaboração de tese, dissertação ou trabalho equivalente, o candidato deverá cumprir determinado número de créditos relativos à sua área de concentração e à do domínio conexo;

III – por área de concentração entende-se o campo específico de conhecimentos que constituirá objeto de estudos do candidato, e por domínio conexo, o conjunto das disciplinas não pertencentes àquele campo, mas consideradas convenientes ou necessárias para completar sua formação;

IV – os cursos deverão oferecer elenco variado de disciplinas, a fim de que o candidato possa exercer opção;

V – os programas de trabalho caracterizar-se-ão pela flexibilidade, deixando-se liberdade de iniciativa ao candidato, que receberá assistência de um orientador.

Art. 42. Para obtenção do grau de Mestre, o regulamento do curso estabelecerá, entre outras, as seguintes condições:

I – número e natureza dos créditos a serem cumpridos, observadas as normas gerais fixadas pelo Regulamento Geral dos cursos de Pós-Graduação *stricto sensu*, aprovado pela Câmara de Pós-Graduação;

II – apresentação de dissertação ou trabalho equivalente, em que o candidato revele domínio do tema escolhido, capacidade de sistematização e de pesquisa bibliográfica;

III – aprovação da dissertação ou trabalho equivalente por comissão de três especialistas, após defesa feita pelo candidato, em sessão pública;

IV – prova de conhecimento de, pelo menos, uma língua estrangeira.

Art. 43. Para obtenção do grau de Doutor, o Regulamento do Curso estabelecerá, entre outras, as seguintes condições:

I – número e natureza dos créditos a serem cumpridos, observadas as normas gerais fixadas pelo Regulamento Geral dos cursos de Pós-Graduação *stricto sensu*, aprovado pela Câmara de Pós-Graduação;

II – apresentação de tese que constitua contribuição original e significativa, na respectiva área de conhecimento;

III – aprovação em defesa de tese por comissão de cinco especialistas;

IV – prova de conhecimento de, pelo menos, duas línguas estrangeiras.

§ 1.º Os componentes da comissão serão indicados pelo Colegiado de Curso.

§ 2.º A comissão será constituída com a participação de especialistas estranhos à Universidade.

Art. 44. Cada candidato ao doutoramento apresentará seu plano de tese para aprovação pelo Colegiado de Curso, em que se fará o respectivo registro.

Parágrafo único. Nenhuma tese poderá ser defendida sem o registro do respectivo plano, com antecedência de, no mínimo, cento e oitenta dias.

Art. 45. A defesa de tese, dissertação ou trabalho equivalente realizar-se-á em sessão pública.

Seção IV

Dos Cursos de Especialização, Aperfeiçoamento e Atualização

Art. 46. Os cursos de Especialização e Aperfeiçoamento destinam-se a graduados em nível superior, mas distinguem-se dos cursos de Pós-Graduação, por não conferirem grau acadêmico.

Art. 47. Os cursos de Especialização e Aperfeiçoamento, orientados pelos princípios básicos da educação permanente, têm como objetivos:

I – especializar e aperfeiçoar graduados em nível superior;

II – desenvolver atividade científica no trabalho, bem como aprimorar o conhecimento para o melhor exercício da profissão;

III – permitir o domínio científico ou técnico de uma área limitada do saber.

Art. 48. Os cursos de Especialização e Aperfeiçoamento serão de caráter permanente ou transitório e constituem categoria específica de formação.

Art. 49. Caberá à Câmara de Pós-Graduação, além de decidir sobre a criação e a forma de cursos de Especialização e Aperfeiçoamento, aprovar as normas gerais aplicáveis a eles.

Art. 50. Os Cursos de Atualização, visando a renovar conhecimentos adquiridos, serão abertos a estudantes e graduados.

Seção V Da Extensão

Art. 51. Além das atividades de ensino e pesquisa que, indiretamente, levam a Universidade ao meio, promover-se-á a extensão direta dessas funções com o objetivo de Comunidade.

Art. 52. A extensão poderá alcançar o âmbito de toda a coletividade ou dirigir-se a pessoas e instituições públicas ou privadas, abrangendo cursos, estágios e serviços que serão realizados conforme plano e normas específicas.

§ 1.º Os Cursos de Extensão serão oferecidos ao público em geral, com o propósito de divulgar conhecimentos e técnicas de trabalho, podendo desenvolver-se em nível universitário ou não, conforme o conteúdo e o sentido que tenham.

§ 2.º Os estágios sob a forma de extensão caracterizam-se pelo desempenho da atividade prática demandada por universitários, no intuito de aplicarem a teoria assimilada em seus respectivos cursos.

§ 3.º Os serviços de extensão serão prestados sob a forma de atendimento de consultas, realização de estudos, elaboração e orientação de projetos em matéria científica, técnica e educacional, bem como de participação em iniciativas de natureza científica, artística e cultural.

Art. 53. Os cursos, estágios e serviços de extensão serão planejados e executados por iniciativa da Universidade ou por solicitação do interessado, podendo ou não ser remunerados, conforme as suas características e objetivos.

Art. 54. Caberá aos Departamentos a elaboração dos projetos de extensão, atendendo às diretrizes gerais estabelecidas pela Câmara de Extensão.

Parágrafo único. (Revogado).

Seção VI Da Admissão aos Cursos

Art. 55. O Concurso Vestibular, que será unificado para todos os Cursos de Graduação da Universidade, obedecerá às seguintes normas gerais:

- I – a habilitação do candidato far-se-á por sistema de classificação;
- II – do resultado do Concurso não caberá recurso de qualquer natureza;
- III – os exames serão coordenados por uma Comissão, a cargo da qual estará a supervisão de todas as atividades concernentes ao Concurso Vestibular;
- IV – constitui-se obrigação do professor, convocado para os trabalhos exigidos pelo Concurso Vestibular, cumprir as tarefas a ele cometidas pela Comissão de que trata o inciso III.

Art. 56. A Câmara de Ensino de Graduação elaborará as normas para o Concurso Vestibular, com antecedência de seis meses da data fixada para a sua realização.

Art. 57. A Universidade poderá, com autorização da Câmara de Ensino de Graduação e aprovação do Conselho Universitário, celebrar convênio com outras Unidades de Ensino Superior para a realização conjunta do Concurso Vestibular.

Art. 58. O Concurso Vestibular só terá validade para os períodos letivos expressamente referidos.

Art. 59. Compete à Pró-Reitoria de Ensino de Graduação a supervisão geral do Concurso Vestibular no âmbito da Universidade, bem como a prática dos atos necessários à sua realização.

Parágrafo único. Caberá à Pró-Reitoria de Ensino de Graduação elaborar relatório sobre o Concurso Vestibular, até trinta dias após o encerramento da matrícula dos candidatos nele classificados.

Art. 60. Somente poderão ser admitidos a Curso de Pós-Graduação candidatos diplomados em Curso de Graduação e selecionados conforme normas gerais da Instituição e específicas do Curso.

Art. 61. A admissão aos Cursos de Especialização, Aperfeiçoamento, Atualização, Extensão e outros far-se-á de acordo com os planos respectivos.

Seção VII Da Matrícula

Art. 62. A matrícula nos Cursos de Graduação será regulamentada pela Câmara de Ensino de Graduação.

Parágrafo único. (Revogado).

Art. 63. (Revogado).

Art. 64. Será recusada matrícula nos Cursos de Graduação ao aluno que não concluir o Curso de Graduação no prazo máximo estabelecido pelo Conselho Nacional de Educação para integralização do respectivo currículo ou, tratando-se de Curso criado pela Universidade, na forma da legislação vigente, no prazo estabelecido pela Câmara de Ensino de Graduação.

Parágrafo único. Não será computado, no prazo de integralização do Curso, o período correspondente a trancamento de matrícula, feito na forma regimental.

Art. 65. Terminado o processo de matrícula dos alunos regulares, as vagas restantes em disciplinas poderão ser ocupadas por interessados - alunos regularmente matriculados nos Cursos da UFSC ou candidatos externos - que as frequentarão na condição de “aluno especial” de disciplina isolada ou de “aluno-ouvinte”, para complementação ou atualização de conhecimentos.

Parágrafo único. Os candidatos às vagas de que trata o caput deste artigo serão aceitos conforme políticas estabelecidas em resolução do Conselho competente e procedimentos definidos pela Pró-Reitoria de Ensino de Graduação.

Art. 66. A Câmara de Ensino de Graduação fixará o número de vagas para matrícula inicial e baixará normas complementares referentes à matrícula.

Seção VIII

Da Transferência e Adaptação nos Cursos de Graduação

Art. 67. A Universidade concederá transferência a alunos regularmente matriculados nos seus cursos para outros estabelecimentos congêneres, mediante simples requerimento.

Art. 68. A Universidade aceitará a transferência de estudantes, oriundos de outras Instituições de Ensino Superior, nacionais ou estrangeiras, para cursos correspondentes ou afins, sempre que se registrarem vagas, e na época fixada pelo Calendário Acadêmico.

Parágrafo único. Consideram-se cursos afins aqueles que se desenvolvem de um tronco comum de matérias e conduzem a uma habilitação profissional incluída na mesma área de conhecimento.

Art. 69. (Revogado).

Art. 70. Não estão isentos de adaptação os alunos beneficiados por leis especiais, com privilégio de transferência, em qualquer época, independentemente da existência de vagas.

Parágrafo único. Quando a transferência prevista neste artigo se fizer depois de iniciado o período letivo, e as exigências de frequência ao estabelecimento de que se transfere o aluno forem inferiores às do Curso da Universidade, prevalecerão, no cômputo de frequência do período já realizado, as exigências do primeiro.

Art. 71. Será permitida a transferência de um Curso para outro da Universidade, condicionada à existência de vaga, à época apropriada e às adaptações curriculares necessárias.

Parágrafo único. (Revogado).

Seção IX

Da Verificação do Rendimento Escolar

Art. 72. A verificação do rendimento escolar compreenderá a frequência e a eficiência nos estudos, as quais, desde que não atingidas, em conjunto ou isoladamente, inabilitam o aluno na disciplina.

Art. 73. É obrigatória a frequência às atividades correspondentes a cada disciplina, ficando nela reprovado o aluno que não comparecer a setenta e cinco por cento, no mínimo, das aulas e demais trabalhos escolares programados para a integralização da carga horária fixada.

Parágrafo único. Poderá ser exigida frequência superior ao disposto neste artigo, de acordo com disposições aprovadas pela Câmara de Ensino de Graduação.

Art. 74. O aproveitamento nos estudos será verificado, em cada disciplina, pelo desempenho do aluno frente aos objetivos propostos no Plano de Ensino.

Art. 75. (Revogado).

Art. 76. Os alunos do Curso de Graduação em Medicina, que completarem a carga horária necessária para esse fim, passarão a ser regidos pelo Regimento do Internato Hospitalar, aprovado pelo Conselho da Unidade de Ciências da Saúde e homologado pela Câmara de Ensino de Graduação.

§ 1.º (Revogado).

§ 2.º (Revogado).

Art. 77. As normas constantes desta seção aplicam-se, no que couber, a todos os Cursos oferecidos pela Universidade.

Art. 78. (Revogado).

Seção X Do Colegiado de Curso

Art. 79. A coordenação didática de cada Curso de Graduação e Pós-Graduação ficará a cargo de um Colegiado.

Art. 80. (Revogado).

Art. 81. A constituição e atribuições dos Colegiados de Cursos de Graduação e Pós-Graduação serão definidas em Regulamento próprio aprovado pelo Conselho Universitário.

Subseção I Das Atribuições

Art. 82. (Revogado).

Art. 83. (Revogado).

Subseção II Dos Coordenadores de Curso

Art. 84. (Revogado).

Seção XI Do Calendário Escolar

Art. 85. O Calendário Escolar estabelecerá os prazos para a efetivação de todos os atos escolares.

§ 1.º Caberá ao Conselho Universitário a aprovação do Calendário Escolar.

§ 2.º É facultado ao Colegiado de Curso propor ampliação do período letivo de seu respectivo Curso, por meio de proposta devidamente justificada, obedecido o disposto no art. 53 do Estatuto da Universidade Federal de Santa Catarina.

CAPÍTULO II DA PESQUISA

Art. 86. A pesquisa deverá articular-se com o ensino, objetivando o cultivo da atividade científica.

Parágrafo único. Os projetos de pesquisa tomarão, quando possível, como ponto de partida, os dados das realidades local e nacional, sem, contudo, perder de vista, em contexto mais amplo e universal, as novas descobertas e suas interpretações.

Art. 87. A Universidade incentivará a pesquisa por todos os meios ao seu alcance, notadamente por meio de:

I – concessão de bolsas especiais em categorias diversas, principalmente na iniciação científica;

- II – formação de pessoal em Cursos de Pós-Graduação da própria Universidade ou em outras instituições nacionais, estrangeiras e internacionais;
- III – concessão de auxílio para execução de projetos específicos;
- IV – realização de convênios com entidades nacionais, estrangeiras e internacionais;
- V – intercâmbio com instituições científicas, estimulando os contatos entre pesquisadores e o desenvolvimento de projetos comuns;
- VI – divulgação dos resultados das pesquisas realizadas em suas Unidades;
- VII – promoção de congressos, simpósios e seminários para estudos e debates de temas científicos;
- VIII – concessão de regime especial de trabalho aos docentes que se dedicarem à pesquisa;
- IX – ênfase na captação de recursos para aplicação na pesquisa.

Art. 88. A elaboração de projetos de pesquisa deverá atender às diretrizes gerais traçadas pela Câmara de Pesquisa.

§ 1.º (Revogado).

§ 2.º (Revogado).

Art. 89. O orçamento analítico da Universidade consignará verbas destinadas à pesquisa, na forma deste título, devendo ser instituído um fundo especial para assegurar e tornar cada vez mais efetivo o exercício dessa função universitária.

Art. 90. A pesquisa poderá ser executada à conta de terceiros e por qualquer Unidade ou Órgão Suplementar da Universidade.

CAPÍTULO III DOS GRAUS, DIPLOMAS E CERTIFICADOS

Art. 91. A Universidade conferirá os seguintes diplomas:

I – de conclusão de Curso de Graduação;

II – de Mestre;

III – de Doutor.

Art. 92. Ressalvada a hipótese de convênio estabelecido entre o Brasil e outros países, o portador do diploma estrangeiro poderá requerer à Universidade sua revalidação, instruindo o pedido na forma das condições fixadas pelo Conselho Nacional de Educação.

§ 1.º (Revogado).

§ 2.º (Revogado).

§ 3.º (Revogado).

§ 4.º (Revogado).

Art. 93. A Universidade expedirá os seguintes certificados:

I – de aprovação em disciplina ou conjunto de disciplinas;

II – de conclusão do primeiro ciclo de estudos;

III – de conclusão de Cursos de Especialização, Aperfeiçoamento, Extensão e outros oferecidos pela Universidade;

IV – de exercício das funções de monitoria.

Art. 94. Os diplomas e certificados serão assinados pelas autoridades mencionadas no Capítulo IV, Título IV do Estatuto.

Art. 95. A solenidade de colação de Grau será regulamentada pela Câmara de Ensino de Graduação.

§ 1.º (Revogado).

§ 2.º (Revogado).

§ 3.º (Revogado).

Art. 96. A entrega dos certificados de conclusão de Curso de Especialização, Aperfeiçoamento, Atualização, Extensão e quaisquer outros obedecerá ao programa organizado pelo órgão incumbido da respectiva coordenação.

Art. 97. Os diplomas referentes às dignidades universitárias, concedidos na forma do art. 66 do Estatuto, serão assinados pelo Reitor e pelo homenageado e transcritos em livro próprio da Universidade.

TÍTULO IV DA COMUNIDADE UNIVERSITÁRIA

CAPÍTULO I DO CORPO DOCENTE

Seção I Do Provimento dos Cargos

Art. 98. O provimento dos cargos atinentes à carreira do magistério será de competência do Reitor, obedecidos os seguintes critérios:

I – para o cargo de Professor Auxiliar, o provimento dar-se-á na referência 1, mediante concurso público de prova e títulos;

II – para o cargo de Professor Assistente:

a) na forma dos artigos 132 e 135 deste Regimento;

b) mediante habilitação em concurso público, de provas e títulos, na forma disposta neste Regimento;

III – para Professor Adjunto:

a) na forma dos artigos 134 e 135 deste Regimento;

b) mediante habilitação em concurso público, de provas e títulos, conforme disposto neste Regimento;

IV – para Professor Titular, mediante concurso público de provas e títulos, no qual poderá inscrever-se o Professor Adjunto, bem como pessoa de notório saber.

Art. 99. O Departamento de Recursos Humanos promoverá a realização dos concursos, por proposta do Departamento onde ocorrer a vaga de que trata o artigo anterior, estabelecendo, em edital, os prazos para inscrição e realização das provas, os quais não deverão exceder a sessenta e cento e vinte dias, respectivamente, da publicação do edital.

Art. 100. Poderão inscrever-se no concurso:

I – à classe de Professor Titular, o Professor Adjunto ou pessoa de notório saber;

II – à classe de Professor Adjunto, os portadores do título de Doutor ou Livre-Docente;

III – à classe de Professor Assistente, os portadores do título de Mestre;

IV – à classe de Professor Auxiliar, os portadores de diploma de graduação em curso de nível superior.

§ 1.º Ressalvado o disposto no item I deste artigo, os títulos de Doutor ou Livre-Docente asseguram o direito à inscrição para provimento de quaisquer cargos incluídos nas diversas classes da carreira do magistério.

§ 2.º O reconhecimento do notório saber a que se refere o item I será da competência do Conselho da Unidade, ouvido o Colegiado do Departamento.

Art. 101. Os campos de conhecimentos sobre os quais versará o concurso serão definidos pelo Departamento respectivo.

Art. 102. Observado o disposto nos artigos anteriores, serão divulgadas as normas da inscrição baixadas pelo Conselho Universitário, que deverão conter:

- I – a matéria em concurso e os campos de conhecimentos nela compreendidos;
- II – o Departamento a que pertence o cargo a ser provido;
- III – os títulos e documentos exigidos para a inscrição;
- IV – o local, a data de abertura e o prazo de encerramento das inscrições.

Art. 103. O requerimento de inscrição, subscrito pelo próprio candidato ou por procurador, com poderes especiais, será dirigido ao Diretor do Departamento de Recursos Humanos, que dará recibo da entrega da petição e dos documentos que a acompanham.

Art. 104. Encerrada a inscrição, no término do prazo, improrrogável, lavrar-se-á o termo respectivo, em livro próprio, com especificação dos nomes dos candidatos inscritos.

Art. 105. O Departamento de Recursos Humanos homologará o pedido

Seção II

Do Concurso

Art. 106. O concurso para Professor Auxiliar, Professor Assistente, Professor Adjunto e Professor Titular será de títulos e provas. As provas constarão do seguinte:

- I – prova didática;
- II – trabalho ou prova escrita;
- III – prova prática, quando necessário, a critério do respectivo Departamento.

Art. 107. A comissão examinadora dará início aos trabalhos em local, dia e hora previamente marcados, com exame dos títulos apresentados pelos candidatos.

Parágrafo único. De cada reunião será lavrada uma ata, assinada pelos componentes da comissão, podendo ser assinada também pelos candidatos presentes.

Art. 108. O concurso de títulos constará de apreciação pela banca examinadora sobre o mérito dos seguintes elementos apresentados pelo candidato:

- I – estudos e trabalhos publicados que revelem conhecimento do candidato, especialmente aqueles que apresentam pesquisas originais ou com elementos de originalidade;
- II – trabalhos práticos, de natureza técnica ou profissional, sem caráter rotineiro, que revelem criação pessoal ou contribuição para a técnica ou profissão, bem como a participação ativa em congressos ou atividades afins;
- III – documento, devidamente autenticado, que comprove a participação do candidato em atividades relacionadas com o ensino, pesquisa e extensão em nível universitário;
- IV – desempenho de função ou cargo técnico no setor correspondente de estudos, exercício de função ou cargo ligado ao ensino universitário ou de função ou cargo público relacionado com os campos de conhecimentos, principais ou secundários, sobre que versa o concurso.

§ 1.º Não se consideram títulos, para os efeitos deste artigo, o desempenho de função ou cargo público não enquadrados no inciso IV.

§ 2.º Serão considerados, prioritariamente, os títulos pertinentes aos campos de conhecimento definidos para o concurso.

Art. 109. No concurso para Professor Auxiliar ou Professor Assistente, constituirão títulos preferenciais, na ordem de enumeração:

I – diploma de Doutor ou título de Docente-Livre, na área de conhecimento correspondente ou afim;

II – diploma de Mestre na área de conhecimento correspondente ou afim;

III – certificado de Curso de Especialização ou equivalente;

IV – tempo de Magistério Superior;

V – os títulos enumerados no inciso I do art. 108;

VI – os títulos enumerados no inciso II do art. 108;

VII – em igualdade de condições, os títulos enumerados nos incisos III e IV do art. 108;

VIII – certificado do exercício de monitoria.

Parágrafo único. Os diplomas e certificados de pós-graduação deverão ser de cursos credenciados pelo Conselho Nacional de Educação ou validados pela Câmara de Pós-Graduação.

Art. 110. A prova didática será pública, com duração de cinquenta minutos, e versará sobre o ponto sorteado pela comissão examinadora, com antecedência de quarenta e oito horas, de um programa de dez a 20 vinte pontos selecionados do campo de conhecimento organizado pelo Departamento e publicado com antecedência de dez dias.

Parágrafo único. Os candidatos serão chamados pela ordem de inscrição.

Art. 111. A prova didática terá como objetivo apurar a capacidade de comunicação do candidato e a adequação de seus conhecimentos.

Art. 112. No concurso para Professor Auxiliar, a avaliação de conhecimento constará de prova escrita, única para todos os candidatos, com duração de quatro horas, e versará sobre tema, sorteado na hora, do programa organizado para a prova didática, permitida ou não consulta, a critério da comissão examinadora.

Parágrafo único. Na avaliação da prova escrita, a comissão examinadora poderá arguir o candidato.

Art. 113. Para o concurso de Professor Adjunto e Titular será exigido trabalho escrito, em língua portuguesa, original e inédito, de autoria do candidato, compreendido na área de conhecimento do concurso.

Art. 114. O trabalho escrito para concurso de Professor Assistente constará de análise crítica de um artigo sobre assunto compreendido no campo de conhecimento do concurso, apresentado pelo candidato à comissão examinadora.

Art. 115. A Câmara de Pós-Graduação baixará normas sobre o trabalho escrito, não só quanto à sua forma de apresentação e exposição, como com relação à arguição pela comissão examinadora e sustentação pelo candidato.

Art. 116. Quando necessário, o Departamento exigirá, no concurso, uma prova prática.

Art. 117. O prazo e as condições para a realização da prova prática, que, em circunstâncias especiais, poderá ser executada por etapas, serão fixados pela comissão examinadora.

Seção III

Da Comissão Examinadora

Art. 118. A comissão examinadora dos concursos para provimento de cargos da carreira do magistério será indicada pelo Departamento e aprovada pelo Conselho da Unidade.

§ 1.º A comissão examinadora será composta de três professores, de reconhecida qualificação nos campos de conhecimentos compreendidos nos concursos e de hierarquia igual ou superior ao cargo a ser provido, presidida por um deles, indicados pelo Departamento.

§ 2.º Qualquer impugnação relativa à constituição da comissão examinadora só será admitida no prazo de oito dias, contados da publicação do edital.

Art. 119. Constituída a comissão examinadora, o Chefe do Departamento designará local, dia e hora para a instalação dos trabalhos do concurso, cientificando os candidatos, com antecedência mínima de trinta dias, mediante edital publicado na imprensa local.

Art. 120. O Chefe do Departamento designará um funcionário para servir de secretário da comissão examinadora e os que forem indispensáveis para auxiliar na realização da prova didática, requisitando-os do órgão competente, se necessário.

Seção IV

Do Julgamento do Concurso

Art. 121. Cada examinador dará aos títulos, em conjunto, e a cada uma das provas de cada candidato, segundo o merecimento que lhes atribuir, uma nota de zero a dez, consignando-a em cédula assinada e colocada em envelope até a apuração.

Art. 122. Terminadas as provas e o exame dos títulos, a comissão examinadora procederá à apuração das notas para habilitação e classificação dos candidatos.

Parágrafo único. Para habilitação será necessário que o candidato obtenha, da maioria dos examinadores, notas iguais ou superiores a sete.

Art. 123. No caso de empate, será indicado o candidato já pertencente à Universidade Federal de Santa Catarina, e se mais de um pertencer, o mais antigo no magistério da UFSC. Persistindo o empate, a comissão examinadora decidirá, em tantos escrutínios secretos quantos necessários, não sendo permitido voto em branco.

Art. 124. Ultimado o julgamento, a comissão submeterá seu parecer ao Conselho da Unidade, imediatamente, justificando a sua decisão.

Parágrafo único. Do parecer circunstanciado deverão constar, entre os elementos de informação, as notas de cada prova e a relação dos candidatos habilitados, por ordem de classificação.

Art. 125. O Conselho da Unidade, pelo voto de três quintos da totalidade de seus membros, poderá rejeitar o parecer da comissão examinadora, no caso de ocorrência de ilegalidade, cabendo, ao referido Conselho, a anulação do concurso.

Art. 126. Aceito o parecer, o Conselho da Unidade encaminhará ao Reitor a relação dos candidatos aprovados, obedecida a ordem de classificação.

Art. 127. O prazo de validade do concurso será de dois anos, a contar da data de sua homologação.

Seção V

Da Contratação de Professor Visitante

Art. 128. A Universidade poderá contratar Professor Visitante, na forma da legislação pertinente.

§ 1.º O Professor Visitante será pessoa de renome, contratado de acordo com normas fixadas pelo Conselho Universitário.

§ 2.º Caberá à Universidade fixar a retribuição do Professor Visitante, atendida sua qualificação e experiência.

Seção VI

Do Regime de Trabalho

Art. 129. O professor integrante da carreira do magistério ficará submetido a um dos seguintes regimes de trabalho:

- I – de tempo parcial, com obrigação de prestar vinte horas semanais;
- II – de tempo integral, com obrigação de prestar quarenta horas semanais;
- III – de dedicação exclusiva, com obrigação de prestar quarenta horas semanais e proibição de exercer outra atividade remunerada, pública ou privada.

§ 1.º A jornada correspondente a cada regime de trabalho destinar-se-á ao desempenho de atividades inerentes ao ensino, à pesquisa, à extensão e à administração universitária, conforme o plano de trabalho aprovado pelo Departamento em que o professor tenha exercício e respectivo Conselho da Unidade, obedecidos os critérios estabelecidos pelo Conselho Universitário.

§ 2.º Sem prejuízo dos encargos de magistério, será permitido ao docente em dedicação exclusiva:

- I – a participação em órgão de deliberação coletiva de classe ou relacionado com as funções de magistério;
- II – o desempenho eventual de atividade de natureza científica, técnica ou artística, destinada à difusão ou aplicação de ideias e conhecimentos;
- III – a participação em comissões julgadoras ou verificadoras relacionadas com o ensino ou a pesquisa.

Seção VII

Da Progressão Funcional

Art. 130. A progressão funcional do integrante da carreira de magistério será feita em nível horizontal e vertical.

Parágrafo único. Será horizontal a progressão feita para referência dentro da mesma classe, e vertical, a progressão para classe superior, observados os critérios fixados nos artigos 131 a 135.

Art. 131. Haverá progressão horizontal:

- I – do Professor Auxiliar para a referência consecutiva de sua classe:
 - a) automática, após interstício de dois anos na referência em que se encontrar;
 - b) independentemente de interstício e por uma única vez, quando aprovado em curso de especialização ou de aperfeiçoamento;
- II – do Professor Assistente:
 - a) automática, para a referência consecutiva de sua classe, após interstício de dois anos na referência em que se encontrar;
 - b) independentemente de interstício, da referência 1 para a 3 e das referências 2 ou 3 para a 4, após a obtenção do grau de Mestre;
- III – do Professor Adjunto:

- a) automática, para a referência consecutiva de sua classe, após interstício de dois anos na referência em que se encontrar;
- b) independentemente do interstício da referência 1 para a 3 e das referências 2 ou 3 para a 4, após a obtenção do grau de Doutor ou do título de Livre-Docente.

Art. 132. Haverá progressão vertical do Professor Auxiliar:

I – da referência 4 desta classe para a referência 1 da classe de Professor Assistente, após o interstício de dois anos, mediante avaliação de desempenho global do docente, segundo critérios estabelecidos pelo Conselho Universitário;

II – independentemente de interstício, da classe de Professor Auxiliar para a classe de Professor Assistente, após a obtenção do grau de Mestre.

Parágrafo único. Na hipótese do inciso II deste artigo, o Professor Auxiliar que ocupar a referência 1 ou 2 de sua classe progredirá para a referência 1 da classe de Professor Assistente. Nos demais casos, para a referência imediatamente anterior à ocupada na classe de Professor Auxiliar.

Art. 133. Professor Auxiliar, ao obter o grau de Doutor ou título de Livre-Docente, qualquer que seja a sua referência na classe, progredirá unicamente à referência 1 da classe de Professor Adjunto.

Art. 134. Haverá progressão vertical de Professor Assistente:

I – da referência 4 desta classe para a referência 1 da classe de Professor Adjunto, após interstício de dois anos, mediante a avaliação de desempenho global do docente, segundo critérios estabelecidos pelo Conselho Universitário;

II – independentemente de interstício, da classe de Professor Assistente para a classe de Professor Adjunto, após a obtenção do grau de Doutor ou do título de Livre-Docente.

Parágrafo único. Na hipótese do inciso II deste artigo, o Professor Assistente que ocupar a referência 1 ou 2 de sua classe progredirá para a referência 1 da classe de Professor Adjunto. Nos demais casos, para a referência imediatamente anterior à ocupada na classe de Professor Assistente.

Art. 135. A progressão vertical, em qualquer caso ou classe docente, dependerá de parecer favorável da Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD).

Seção VIII

Da Remuneração

Art. 136. Os integrantes da carreira do magistério serão remunerados segundo o regime de trabalho.

Art. 137. Ao professor investido em função de direção ou coordenação será atribuída gratificação, conforme dispuser a Lei.

Parágrafo único. As funções de que trata este artigo serão exercidas obrigatoriamente em regime de tempo integral e, facultativamente, em dedicação exclusiva.

Seção IX

Das Férias e Afastamentos

Art. 138. O pessoal docente da Universidade terá direito a quarenta e cinco dias de férias anuais.

Art. 139. As escalas de férias serão organizadas antes do início do ano escolar pelos respectivos Departamentos.

Art. 140. Além dos casos previstos em Lei, o ocupante de cargo da carreira do magistério poderá afastar-se de suas funções nos seguintes casos:

I – para aperfeiçoar-se em instituições nacionais ou estrangeiras;
II – para prestar colaboração temporária a outra instituição federal de ensino superior ou pesquisa;

III – para comparecer a congresso ou reunião, relacionados com sua atividade de magistério.

§ 1.º Os afastamentos previstos nos incisos I e II não poderão exceder a quatro e a dois anos, respectivamente, incluídas eventuais prorrogações, e serão autorizados pelo Reitor após o pronunciamento favorável do Colegiado do Departamento e do Conselho da Unidade.

§ 2.º No caso do inciso III, o afastamento dependerá da autorização do Reitor, quando ocorrer em país estrangeiro. Tratando-se de evento no País, a autorização dependerá do Diretor da Unidade, ouvido sempre o Colegiado do Departamento.

§ 3.º No caso dos incisos I e II, o professor somente poderá obter autorização para novo afastamento depois de exercer atividade de magistério, na Universidade, por período pelo menos igual ao do afastamento anterior.

§ 4.º Em qualquer caso, a concessão do afastamento implicará compromisso do docente de, no seu retorno, permanecer na Universidade por tempo igual ou superior ao do afastamento, incluídas as prorrogações.

§ 5.º O Conselho Universitário especificará as condições e normas a que devem obedecer os afastamentos previstos neste artigo.

Art. 141. A colaboração temporária à repartição pública federal, estadual ou municipal, para o exercício de cargos ou funções não docentes, processar-se-á em obediência à legislação comum sobre o afastamento de pessoal civil da União e será deferida pelo Reitor, ouvido o Colegiado do Departamento ou órgão de lotação do professor.

Seção X

Da Redistribuição e da Alteração da Lotação

Art. 142. A redistribuição de pessoal da carreira do magistério para quadro de outra Universidade ou Escola Isolada Federal far-se-á de acordo com a legislação federal vigente.

Parágrafo único. A redistribuição será aprovada pelo Reitor e dependerá, em qualquer hipótese, do pronunciamento favorável do Conselho da Unidade, exigido o quorum de três quintos dos seus membros.

Art. 143. A alteração da lotação do ocupante de cargo de magistério poderá efetuar-se de um para outro Departamento, respeitado, em qualquer caso, o critério de afinidade dos campos de conhecimentos e os limites da lotação aprovada.

§ 1.º Em caso da alteração da lotação para Departamento vinculado à mesma Unidade, deverá haver pronunciamento favorável do Conselho da respectiva Unidade.

§ 2.º Na hipótese de alteração da lotação para Departamento de outra Unidade, o atendimento dependerá, também, do parecer favorável do Conselho da Unidade de destino.

§ 3.º O ato de alteração da lotação é de competência do Reitor.

Seção XI

De Outros Direitos e Deveres do Corpo Docente

Art. 144. Os regimes de acumulação, licença, vantagens, disponibilidade, aposentadoria, substituição e outros direitos e deveres inerentes à vinculação do pessoal docente com a Universidade serão os prescritos na legislação pertinente.

Seção XII

Das Disposições Gerais e Transitórias Relativas ao Corpo Docente

Art. 145. Haverá, na Universidade, uma Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD), incumbida de assessorar a administração na execução da política de pessoal docente da entidade, de acordo com as normas estabelecidas pelo Conselho Universitário.

Art. 146. Para os efeitos do Decreto n.º 85.487, de 11 de dezembro de 1980, serão aceitos:

I – os graus e títulos acadêmicos nacionais ou estrangeiros reconhecidos como válidos pela Câmara de Pós-Graduação, comprovadamente obtidos em condições equivalentes às que são exigidas em cursos credenciados de pós-graduação;

II – exclusivamente os graus, títulos e certificados obtidos em áreas de conhecimentos correspondentes ou afins àquelas em que seja ou venha a ser exercida a atividade de magistério;

III – apenas os certificados de Cursos de Especialização ou Aperfeiçoamento com duração mínima de trezentas e sessenta horas e avaliação de aproveitamento.

Art. 147. A contagem de interstício nas referências de cada classe iniciar-se-á em 1.º de janeiro de 1981.

Art. 148. A dispensa ou a exoneração do professor, exceto se voluntária, dependerá da aprovação do Colegiado do Departamento a que esteja vinculado, ouvida a Comissão Permanente de Pessoal Docente, assegurados os direitos de defesa e de recurso.

Art. 149. As disposições deste Regimento aplicam-se aos atuais professores em regime estatutário, aos quais fica assegurada a manutenção desse regime em qualquer classe a que obtenham progressão.

Art. 150. As atividades do magistério serão exercidas independentemente da classe em que estejam lotados os integrantes da carreira do magistério.

CAPÍTULO II

DO CORPO DISCENTE

Seção I

Da Representação

Art. 151. O Corpo Discente, com exceção dos inclusos nos §§ 2.º e 3.º do artigo 81 do Estatuto, terá representação com direito a voz e voto nos Órgãos Colegiados da Administração Superior da Universidade, bem como das Unidades e Subunidades Universitárias.

§ 1.º A representação estudantil terá por objetivo promover a cooperação da Comunidade Acadêmica e o aprimoramento da Instituição, vedadas atividades de natureza político-partidárias.

§ 2.º Os representantes estudantis poderão fazer-se assessorar por outro aluno, com direito a voz, mas não a voto, quando exigir apreciação de assunto peculiar a um Curso ou setor de estudos.

§ 3.º (Revogado).

Art. 152. A representação do Corpo Discente obedecerá ao disposto no artigo 16, § 5.º do Estatuto da UFSC com as exceções do artigo 44 do Estatuto e artigo 81 deste Regimento.

Art. 153. Caberá ao Diretório Central dos Estudantes indicar os representantes estudantis nos Órgãos Deliberativos Centrais, e ao Diretório Acadêmico, os representantes estudantis nos Órgãos Deliberativos Setoriais.

- § 1.º Será de um ano o mandato dos representantes estudantis, permitida uma recondução.
§ 2.º (Revogado).
§ 3.º (Revogado).

Art. 154. (Revogado).

Art. 155. Os candidatos aos cargos dos órgãos de representação estudantil somente terão seus registros deferidos, bem como os representantes estudantis suas designações efetivadas, se preencherem o seguinte requisito:

I – estar cursando o período letivo.

§ 1.º O não preenchimento do requisito, a qualquer tempo, implicará a perda do mandato.

§ 2.º É vedado o exercício da mesma representação estudantil em mais de um Órgão Colegiado Acadêmico.

Art. 156. (Revogado).

Art. 157. Juntamente com os titulares da representação discente nos Órgãos Colegiados Acadêmicos deverão ser indicados os respectivos suplentes.

Parágrafo único. Os requisitos da inelegibilidade também devem ser observados quanto aos candidatos a suplentes.

Art. 158. Nos Colegiados de Cursos de Pós-Graduação, a representação do Corpo Discente será escolhida pelos respectivos alunos, com mandato de um ano, admitida a recondução por mais um período idêntico.

Parágrafo único. Caberá ao Coordenador de Curso convocar os alunos para a eleição.

Art. 159. Os representantes estudantis serão indicados ao Pró-Reitor de Assuntos da Comunidade Universitária que os encaminhará, após registro, ao Colegiado Acadêmico respectivo.

Art. 160. O aluno matriculado em disciplinas de diferentes Departamentos poderá exercer a representação em apenas um Departamento.

Seção II Dos Diretórios

Art. 161. (Revogado).

Parágrafo único. Cada Unidade Universitária terá um Diretório Acadêmico.

Art. 162. A organização e o funcionamento dos Diretórios constarão dos respectivos Estatutos, atendida a legislação em vigor.

§ 1.º (Revogado).

§ 2.º (Revogado).

Art. 163. (Revogado).

Art. 164. Os órgãos de representação estudantil prestarão contas à UFSC de quaisquer recursos que lhes forem repassados pela Universidade.

Art. 165. (Revogado).

Art. 166. (Revogado).

- § 1.º (Revogado).
- § 2.º (Revogado).
- § 3.º (Revogado).
- § 4.º (Revogado).
- § 5.º (Revogado).

Art. 167. (Revogado).

Art. 168. (Revogado).

Seção III Da Monitoria

Art. 169. Para o exercício da função remunerada de monitor poderão ser designados alunos dos Cursos de:

I – Graduação, que comprovem já ter integralizado em seu currículo escolar a disciplina objeto de exame e, ainda, demonstrarem capacidade de desempenhar atividades técnico-didáticas;

II – Pós-Graduação.

§ 1.º A função de monitor é considerada título para posterior ingresso na carreira do magistério superior.

§ 2.º As normas para admissão e controle de monitores serão fixadas pelos Pró-Reitores de Ensino de Graduação e de Pós-Graduação, observada a legislação pertinente.

CAPÍTULO III DO CORPO TÉCNICO-ADMINISTRATIVO

Art. 170. Os direitos, deveres e vantagens do Corpo Técnico-Administrativo serão os definidos na legislação pertinente.

CAPÍTULO IV DO REGIME DISCIPLINAR

Art. 171. As sanções disciplinares aplicáveis são as seguintes:

I – ao pessoal docente e técnico-administrativo:

- a) advertência;
- b) suspensão, facultada a conversão em multa nos casos previstos em lei;
- c) demissão;
- d) cassação de aposentadoria ou disponibilidade;
- e) destituição de cargo em comissão;
- f) destituição de função gratificada;

II – ao pessoal discente aplicar-se-ão as penalidades mencionadas nas alíneas “a” e “b” (primeira parte) do inciso I e, ainda, as de repreensão e de eliminação, obedecendo o disposto no Regime Disciplinar do Corpo Discente, baixado por resolução específica do Conselho Universitário.

Art. 172. Caberá ao Reitor aplicar as penalidades previstas no artigo 171, salvo aquelas em que disposição legal dispuser em contrário.

Parágrafo único. As penalidades aplicadas pelo Reitor obedecerão às formalidades legais, podendo delegar aquelas para as quais a lei não lhe reserve competência privativa.

TÍTULO V DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 173. Excluída a hipótese de exigência legal, o presente Regimento só poderá ser modificado por iniciativa do Reitor ou de um terço, no mínimo, dos membros do Conselho Universitário.

§ 1.º A modificação exigirá a maioria de dois terços dos membros do Conselho Universitário, em reunião especialmente convocada, cabendo a aprovação final ao Conselho Nacional de Educação.

§ 2.º As alterações que envolverem matéria pedagógica só entrarão em vigor no período letivo seguinte ao de sua aprovação.

Art. 174. Dentro de cento e vinte dias da aprovação deste Regimento, deverão ser elaborados Regimentos:

- I – dos Órgãos Deliberativos Centrais e Setoriais;
- II – dos Órgãos Executivos Centrais e Setoriais;
- III – dos Órgãos Suplementares;
- IV – dos Colegiados de Cursos.

Art. 175. O Hospital Universitário poderá prestar serviços sem prejuízo de suas precípuas finalidades de Hospital-Escola, mediante convênios firmados pela Universidade.

Art. 176. (Revogado).

Art. 177. (Revogado).

Art. 178. Os casos omissos neste Regimento serão resolvidos pelo Conselho Universitário.

Art. 179. O presente Regimento Geral entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 180. Revogam-se as disposições em contrário.

ANEXO A DO REGIMENTO GERAL

Relação das Unidades Universitárias a que se refere o § 1.º do art. 9.º do Estatuto.

1. Centro de Ciências Agrárias
2. Centro de Ciências Biológicas
3. Centro de Ciências da Educação
4. Centro de Ciências da Saúde
5. Centro de Ciências Físicas e Matemáticas
6. Centro de Ciências Jurídicas
7. Centro de Comunicação e Expressão
8. Centro de Desportos
9. Centro de Filosofia e Ciências Humanas
10. Centro Sócio-Econômico
11. Centro Tecnológico

ANEXO B DO REGIMENTO GERAL

Relação dos Departamentos de Ensino a que se refere o § 3.º do art. 10 do Estatuto.

1. Departamentos vinculados ao Centro de Ciências Agrárias

- 1.1.** Aquicultura
- 1.2.** Ciência e Tecnologia dos Alimentos
- 1.3.** Engenharia Rural
- 1.4.** Fitotecnia
- 1.5.** Zootecnia

2. Departamentos vinculados ao Centro de Ciências Biológicas

- 2.1.** Ciências Fisiológicas
- 2.2.** Ciências Morfológicas
- 2.3.** Microbiologia e Parasitologia
- 2.4.** Bioquímica
- 2.5.** Botânica
- 2.6.** Ecologia e Zoologia
- 2.7.** Biologia Celular, Embriologia e Genética.

3. Departamentos vinculados ao Centro de Ciências da Educação

- 3.1.** Estudos Especializados em Educação
- 3.2.** Ciências da Informação
- 3.3.** Metodologia de Ensino

4. Departamentos vinculados ao Centro de Ciências da Saúde

- 4.1.** Análises Clínicas
- 4.2.** Ciências Farmacêuticas
- 4.3.** Clínica Cirúrgica
- 4.4.** Clínica Médica
- 4.5.** Enfermagem
- 4.6.** Estomatologia
- 4.7.** Nutrição
- 4.8.** Patologia
- 4.9.** Pediatria
- 4.10.** Saúde Pública
- 4.11.** Ginecologia e Obstetrícia (Redação dada pela Resolução 012/CUn/2008)

5. Departamentos vinculados ao Centro de Ciências Físicas e Matemáticas

- 5.1.** Física
- 5.2.** Química
- 5.3.** Matemática

6. Departamento vinculado ao Centro de Ciências Jurídicas

- 6.1.** Direito

7. Departamentos vinculados ao Centro de Comunicação e Expressão

- 7.1.** Expressão Gráfica
- 7.2.** Jornalismo
- 7.3.** Língua e Literatura Estrangeiras
- 7.4.** Língua e Literatura Vernáculas

8. Departamento vinculado ao Centro de Desportos

8.1. Educação Física

9. Departamentos vinculados ao Centro de Filosofia e Ciências Humanas

9.1. Antropologia

9.2. Ciências Sociais

9.3. Filosofia

9.4. Geociências

9.5. História

9.6. Psicologia

10. Departamentos vinculados ao Centro Sócio-Econômico

10.1. Ciências da Administração

10.2. Ciências Contábeis

10.3. Ciências Econômicas

10.4. Serviço Social

11. Departamentos vinculados ao Centro de Tecnológico

11.1. Automação e Sistemas

11.2. Arquitetura e Urbanismo

11.3. Engenharia Civil

11.4. Engenharia Elétrica

11.5. Engenharia de Produção e Sistemas

11.6. Engenharia Mecânica

11.7. Engenharia Sanitária e Ambiental

11.8. Engenharia Química e Engenharia de Alimentos

11.9. Informática e Estatística

ANEXO C DO REGIMENTO GERAL

Relação dos Órgãos Suplementares a que se refere o § 2.º do art. 11 do Estatuto. (Redação dada pela Resolução Normativa n.º 20/CUn/2012)

1. Biblioteca Universitária

2. Biotério Central

3. Editora Universitária

4. Hospital Universitário “Prof. Polydoro Ernani de São Thiago”

5. Museu de Arqueologia e Etnologia “Prof. Oswaldo Rodrigues Cabral”

6. Restaurante Universitário

ANEXO D DO REGIMENTO GERAL

Relação das Pró-Reitorias a que se refere o § 1º do art. 37 do Estatuto. (Redação dada pela Resolução Normativa n.º 20/CUn/2012)

1. Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (PRAE)

2. Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD)

3. Pró-Reitoria de Extensão (PROEX)

4. Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento (PROPLAN)

5. Pró-Reitoria de Administração (PROAD)

6. Pró-Reitoria de Pesquisa (PROPESQ)
7. Pró-Reitoria de Pós-Graduação (PROPG)

ANEXO E DO REGIMENTO GERAL

Relação das Secretarias a que se refere o § 1º do art. 37 do Estatuto. (Redação dada pela Resolução Normativa n.º 20/CUn/2012)

1. Secretaria de Cultura (SECULT)
2. Secretaria de Aperfeiçoamento Institucional (SEAI)
3. Secretaria de Gestão de Pessoas (SEGESP)
4. Secretaria de Relações Internacionais (SINTER)

III – REGIMENTO INTERNO DO HOSPITAL UNIVERSITÁRIO PROFESSOR POLYDORO ERNANI DE SÃO THIAGO

CAPÍTULO I CONCEITOS E OBJETIVOS

Art. 1º O Hospital Universitário (HU), órgão suplementar previsto no Artigo 12, Inciso V do Estatuto da Universidade Federal de Santa Catarina, diretamente vinculado ao Reitor, é um Hospital Geral, e tem por finalidade promover assistência, ensino, pesquisa, e extensão na área de saúde e afins.

Art. 2º São objetivos do Hospital Universitário:

I - Ser campo de ensino, pesquisa e extensão na área de saúde e afins, em estreita relação e sob orientação das Coordenadorias e dos Departamentos de Ensino, que nele efetivamente atuam;

II - Prestar assistência à comunidade na área de saúde em todos os níveis de complexidade de forma universalizada e igualitária.

Parágrafo único. O Hospital Universitário está harmonizado com o Sistema Nacional de Saúde vigente.

CAPÍTULO II DA INTEGRAÇÃO DOCENTE ASSISTENCIAL

Art. 3º No âmbito do Hospital Universitário é obrigatória e imprescindível a integração docente assistencial.

Parágrafo único. O Hospital Universitário e a Administração Superior da Universidade Federal de Santa Catarina se obrigam a encontrar meios para atender ao disposto acima.

Art. 4º Cabe ao Hospital Universitário, conjuntamente com os Departamentos de Ensino, desenvolver assistência voltada às atividades de ensino, pesquisa e extensão.

CAPÍTULO III DA ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR DO HU

Art. 5º O Hospital Universitário é dirigido pela Administração Superior e Setorial.

Art. 6º A Administração Superior é constituída pelo Conselho Diretor (CD), Diretoria Geral (DG) e Vice-Diretoria (VD).

Art. 7º A Administração Setorial é constituída pelas Diretorias de Medicina, de Enfermagem, de Administração e Apoio Assistencial.

Art. 8º O Conselho Diretor é um órgão com funções normativas, consultivas e deliberativas, obedecendo as disposições legais, regimentais, estatutárias e normativas da Universidade Federal de Santa Catarina.

Art. 9º O Conselho Diretor do Hospital Universitário é constituído dos seguintes membros:

- I - Diretor Geral do Hospital Universitário, que é seu presidente;
- II - Vice-Diretor do Hospital Universitário;
- III - Diretor de Medicina;
- IV - Diretor de Enfermagem;
- V - Diretor de Administração;
- VI - Diretor de Apoio Assistencial;
- VII - Diretor do Centro de Ciências da Saúde;
- VIII - Chefes dos Departamentos de Ensino e dos Coordenadores dos Cursos de Graduação e Pós-Graduação do Centro de Ciências da Saúde que possuam atuação efetiva no Hospital Universitário;
- IX - 04 (quatro) Servidores do quadro permanente da UFSC, lotados no Hospital Universitário, sendo 1 (um) de cada Diretoria Setorial;
- X - Representante do corpo discente;
- XI - 1 (um) representante dos Residentes;
- XII - 1 (um) representante da Comunidade.

§ 1º Em relação aos incisos VII e VIII, consideram-se como suplentes os respectivos substitutos regimentais.

§ 2º Os Servidores de que trata o inciso IX serão eleitos pelos integrantes de suas respectivas Diretorias juntamente com seus suplentes, para um mandato de 02 (dois) anos, com direito a 1 (uma) recondução.

§ 3º A representação discente (inciso X) contará com alunos dos cursos da área da saúde do ciclo profissionalizante que tenham atividades no Hospital Universitário, em número igual à parte inteira do resultado obtido da divisão por 5 (cinco) do número da representação não discente do Conselho Diretor do Hospital Universitário, indicados pelos Centros Acadêmicos para o mandato de 01 (um) ano, podendo ser reconduzidas por mais (um) ano.

§ 4º O Representante dos Residentes, com seu suplente, será eleito por seus pares, para um mandato de 01 (um) ano, com direito a 01 (uma) recondução.

§ 5º A representação da Comunidade do Hospital Universitário de que trata o inciso XII será composta por um membro das comunidades circunvizinhas ao Campus, com seu respectivo suplente, indicado pelo Conselho Municipal de Saúde para o mandato de 01 (um) ano, com direito a 01 (uma) recondução.

Art. 10. O Conselho Diretor (DC) reunir-se-á ordinariamente 01 (uma) vez por bimestre, e extraordinariamente quando convocado pelo seu presidente, ou quando requerido por maioria simples de seus membros, constando da convocação, a pauta da reunião.

Parágrafo único. As convocações para as reuniões do Conselho Diretor (CD) deverão ser feitas com antecedência mínima de 48 (quarenta e oito) horas.

Art. 11. O Conselho Diretor (CD) deliberará por maioria simples dos votos dos membros presentes, tendo o presidente direito a voto quantitativo e qualitativo.

Parágrafo único. O Conselho Diretor (CD) reunir-se-á com a presença de metade mais 01 (um) de seus membros.

Art. 12. Compete ao conselho Diretor (CD):

- I - Promover a integração docente assistencial;
 - II - Apreciar os projetos de pesquisa e extensão a serem desenvolvidos no Hospital Universitário, previamente aprovados pelas Comissões de Ética respectivas;
 - III - Definir a política hospitalar em consonância com as normas vigentes na Lei Orgânica de Saúde;
 - IV - Estabelecer medidas que visem à melhor técnica e/ou administrativa do Hospital Universitário;
 - V - Apreciar o plano anual de trabalho, incluindo a proposta orçamentária a ser encaminhada à Reitoria;
 - VI - Estabelecer normas e critérios para consulta prévia a serem aprovadas pelo reitor, cuja consulta fornecerá subsídios ao mesmo para nomeação do Diretor Geral e Vice-Diretor do Hospital Universitário, bem como designar comissão para coordenar o processo;
 - VII - Elaborar e submeter à aprovação do Reitor seu próprio Regimento e Regulamentos das Diretorias Setoriais;
 - VIII - Propor a Reitoria as alterações do presente Regimento desde que aprovadas por 2/3 (dois terços) dos seus membros;
 - IX - Deliberar sobre questões omissas neste Regimento, aprovadas “ad referendum” pelo Diretor Geral.
- Parágrafo único. Das decisões do Conselho Diretor (CD), caberá recursos nos termos do Regimento Geral da UFSC.

Art. 13. A Diretoria Geral e Vice-Diretoria serão exercidas por docentes da área de saúde que estejam em efetivo exercício no Hospital Universitário por um período não inferior à 03 (três) anos.

Parágrafo único. O Diretor Geral e o Vice-Diretor do Hospital exercerão suas atividades em regime de tempo integral e facultativamente em dedicação exclusiva.

Art. 14. O Diretor Geral e o Vice-Diretor do Hospital Universitário serão nomeados pelo Reitor para um mandato de 04 (quatro) anos.

Parágrafo único. O Conselho Diretor (CD) do Hospital Universitário promoverá consulta prévia, visando oferecer subsídios ao Reitor para nomeação do Diretor Geral e Vice-Diretor do Hospital Universitário.

Art. 15. A Diretoria Geral contará com uma Secretaria Administrativa.

Art. 16. São atribuições do Diretor Geral do Hospital Universitário;

- I - Convocar e coordenar as reuniões do Conselho Diretor;
- II - Sugerir a nominata para o exercício dos cargos de chefia das Diretorias Setoriais, a serem nomeados pelo Reitor;
- III - Representar o Hospital Universitário junto à Administração Superior da Universidade Federal de Santa Catarina, demais órgãos governamentais e onde se fizer necessário;
- IV - Propor ao Reitor, após análise de projetos, a criação ou extinção de Divisões, Serviços ou Seções, além das Comissões Permanentes e Temporárias;
- V - Zelar pela disciplina no Hospital Universitário;
- VI - Cumprir e fazer cumprir o Estatuto e Regimento Geral da Universidade Federal de Santa Catarina, as determinações do Reitor, as deliberações do Conselho Diretor, este Regimento e as normas vigentes no Hospital Universitário;
- VII - Elaborar plano anual de trabalho a ser apresentado ao Conselho Diretor, contendo proposta orçamentária do Hospital Universitário para análise e apreciação;

VIII - Elaborar relatório anual do Hospital Universitário para apreciação do Conselho Diretor, até 31 de janeiro do ano seguinte ao exercício;

IX - Mandar licitar e ordenar as despesas nos processos de compra de materiais permanentes e de consumo para o Hospital, dentro das normas vigentes no Serviço Público federal e na Universidade Federal de Santa Catarina;

X - Executar outras atividades inerentes à área ou que venham a ser delegadas pela autoridade competente.

Art. 17. O Vice-Diretor do Hospital Universitário substituirá o Diretor Geral nos seus impedimentos e exercerá outras atribuições, permanentes ou temporárias, delegadas pelo Diretor Geral.

CAPÍTULO IV DAS DIRETORIAS SETORIAIS

Art. 18. A Diretoria de Medicina é o órgão responsável pelas atividades de assistência médica no Hospital Universitário, assim como o elo de ligação com os departamentos nas atividades de ensino, pesquisa e extensão na área médica.

Art. 19. O Diretor de Medicina será um médico do corpo clínico do Hospital Universitário, que tenha exercido atividade na Instituição por um período não inferior a 03 (três) anos, sugerido pelo Diretor geral e nomeado pelo reitor, devendo exercer suas funções em regime de tempo integral e facultativamente em dedicação exclusiva.

§ 1º O Diretor de Medicina é o chefe do corpo clínico;

§ 2º A Diretoria de Medicina contará com uma seção de expediente;

§ 3º O Corpo Clínico do Hospital Universitário é formado pelos médicos docentes que nele atuam e pelos servidores médicos nele lotados.

Art. 20. São atribuições do Diretor de Medicina:

I - Chefiar o corpo clínico do hospital Universitário;

II - Representar o Hospital Universitário junto aos órgãos de classe médica;

III - Planejar, organizar, dirigir, controlar e coordenar as atividades da Diretoria de Medicina;

IV - Assessorar o Diretor Geral em assuntos de sua competência;

V - Avaliar, com as Divisões, seus respectivos planejamentos e relatórios anuais;

VI - Apreciar todas as propostas e pedidos dos chefes de Divisões e Serviços antes de encaminhá-las ao Diretor Geral;

VII - Cumprir e fazer cumprir as disposições deste regimento e as normas e rotinas em vigor no âmbito de sua Diretoria;

VIII - Manter estreito contato com as demais Diretorias Setoriais;

IX - Estimular e apreciar o desenvolvimento da pesquisa clínica no âmbito do Hospital Universitário;

X - Garantir que os programas pedagógicos desenvolvidos através da assistência, realizem-se conforme as diretrizes propostas pelas chefias dos respectivos departamentos;

XI - Garantir o apoio necessário ao desenvolvimento nos cursos de pós-graduação da área médica;

XII - Promover e estimular a Educação continuada do Corpo Clínico através de reuniões clínicas, incentivo ao Centro de Estudos do Hospital Universitário e intercâmbio com outras Instituições de ensino médico;

XIII - Executar outras atividades inerentes à área ou que venham a ser delegadas pela autoridade competente.

Art. 21. A Diretoria de Enfermagem é o órgão responsável pela assistência de Enfermagem no Hospital Universitário, assim como o elo de ligação com o Departamento de Enfermagem nas atividades de ensino, pesquisa e extensão nele desenvolvidas.

Art. 22. O Diretor de Enfermagem será um enfermeiro do quadro permanente da Universidade Federal de Santa Catarina, lotado no Hospital Universitário, ou um enfermeiro docente do Centro de Ciências da Saúde que tenha exercido atividades no Hospital Universitário por um período não inferior a 03 (três) anos, sugeridos pelo Diretor Geral e nomeado pelo Reitor, devendo exercer suas funções em regime de tempo integral e facultativamente em dedicação exclusiva.

Art. 23. São atribuições do Diretor de Enfermagem:

- I - Chefiar a equipe de enfermagem do Hospital Universitário;
- II - Representar o Hospital Universitário junto aos órgãos de classe da enfermagem e onde se fizer necessário;
- III - Planejar, organizar, dirigir, controlar e coordenar as atividades da Diretoria de Enfermagem;
- IV - Assessorar o Diretor Geral em assuntos de sua competência;
- V - Avaliar, com as Divisões, seus respectivos planejamentos e relatórios anuais;
- VI - Apreciar todas as propostas e pedidos dos chefes de Divisões e Serviços antes de encaminhá-las ao Diretor Geral;
- VII - Cumprir as disposições deste regimento e as normas e rotinas em vigor no âmbito de sua Diretoria;
- VIII - Manter estreito contato com as demais Diretorias Setoriais;
- IX - Estimular e apoiar o desenvolvimento da pesquisa em enfermagem no âmbito do Hospital Universitário;
- X - Garantir que os programas pedagógicos desenvolvidos através da assistência, realizem-se conforme as diretrizes propostas pelas chefias dos respectivos Departamentos;
- XI - Executar outras atividades inerentes à área ou que venham a ser delegadas pela autoridade competente.

Art. 24. A Diretoria de Apoio Assistencial (DAA) é o órgão responsável pelas atividades de apoio à assistência, colaborando também com o ensino, pesquisa e extensão nas áreas de atuação de seus serviços.

Art. 25. O Diretor de Apoio Assistencial será um servidor de nível superior, docente ou técnico-administrativo, do quadro permanente da Universidade Federal de Santa Catarina que tenha exercido atividades no Hospital Universitário por um período não inferior a 03 (três) anos, sugeridos pelo Diretor Geral e nomeado pelo Reitor, devendo exercer suas funções em regime de tempo integral e facultativamente em dedicação exclusiva.

Parágrafo único. A Diretoria de Apoio Assistencial contará com uma Seção de Expediente.

Art. 26. São atribuições do Diretor de Apoio Assistencial:

- I - Garantir a representação do Hospital Universitário junto aos órgãos de classe dos componentes de sua Diretoria e onde se fizer necessário;
- II - Planejar, organizar, dirigir, controlar e coordenar as atividades da Diretoria de Apoio Assistencial;
- III - Assessorar o Diretor geral em assuntos de sua competência;
- IV - Avaliar, com as chefias de Divisões, seus respectivos planejamentos e relatórios anuais;
- V - Apreciar todas as propostas e pedidos dos chefes de Divisões e Serviços antes de encaminhá-las ao Diretor Geral;

VI - Cumprir e fazer cumprir as disposições deste regimento e as normas e rotinas em vigor no âmbito de sua Diretoria;

VII - Estimular e apoiar o desenvolvimento da pesquisa no âmbito do Hospital Universitário;

VIII - Promover e estimular a Educação continuada nas diversas áreas no âmbito de sua Diretoria;

IX - Garantir que os programas pedagógicos desenvolvidos através da assistência, realizem-se conforme as diretrizes propostas pelas chefias dos respectivos Departamentos;

X - Manter estreito contato com as demais Diretorias Setoriais;

XI - Executar outras atividades inerentes à área ou que venham a ser delegadas pela autoridade competente.

Art. 27. A Diretoria de Administração é o órgão responsável pela coordenação do sistema administrativo do Hospital Universitário.

Art. 28. O Diretor de Administração será um Administrador do quadro permanente da Universidade Federal de Santa Catarina, lotado no Hospital Universitário, (ou um Administrador Docente), que tenha exercido atividade no Hospital Universitário por um período não inferior a 03 (três) anos, sugerido pelo Diretor Geral e nomeado pelo Reitor, devendo exercer suas funções em regime de tempo integral e facultativamente em dedicação exclusiva.

Parágrafo único. A Diretoria de Administração contará com uma Seção de Expediente.

Art. 29. São atribuições do Diretor de Administração:

I - Representar o Hospital Universitário junto aos órgãos de classe dos integrantes de sua Diretoria e onde se fizer necessário;

II - Planejar, organizar, dirigir, controlar e coordenar as atividades da Diretoria de Administração;

III - Assessorar o Diretor Geral em assuntos de sua competência;

IV - Avaliar, com as chefias de Divisões, seus respectivos planejamentos e relatórios anuais;

V - Apreciar todas as propostas e pedidos dos chefes de Divisões e Serviços antes de encaminhá-los ao Diretor Geral;

VI - Cumprir e fazer cumprir as disposições deste regimento e as normas e rotina em vigor no âmbito de sua Diretoria;

VII - Prestar contas anualmente do inventário dos bens patrimoniais em uso no Hospital Universitário, encaminhado ao Diretor Geral em data conforme orientação dada pelo Tribunal de contas da União;

VIII - Definir diretrizes quanto à gerência de receitas, desembolso, orçamentos e custos de produção em consonância com a Administração Superior do Hospital universitário;

IX - Definir política relativa ao suprimento de materiais de consumo e permanente do Hospital Universitário;

X - Coordenar as atividades inerentes à área de Recursos Humanos;

XI - Manter estreito contato com as demais Diretorias Setoriais;

XII - Executar outras atividades inerentes à área ou que venham a ser delegadas pela autoridade competente.

CAPÍTULO V DAS DIVISÕES, SERVIÇOS E SEÇÕES

Art. 30. As Divisões são órgãos de planejamento tático e controle operacional das Diretorias Setoriais.

Art. 31. São atribuições do Chefe de Divisão:

Planejar, organizar, dirigir, controlar e coordenar todas as atividades de sua área de abrangência em relação à assistência, ao ensino, à pesquisa e à extensão, cumprindo as Diretrizes emanadas da Administração Superior e Diretoria Setoriais.

Parágrafo único. Cada Divisão será dirigida por um profissional de nível superior, sugerido pelo Diretor Geral em consonância com os Departamentos de ensino com atuação na área e nomeado pelo Reitor, devendo exercer suas funções em regime de tempo integral.

Art. 32. Os Serviços são órgãos de execução em relação à assistência, ao ensino, à pesquisa e à extensão, devendo cumprir as diretrizes emanadas da Administração Superior, Diretorias Setoriais e das Divisões respectivas.

Art. 33. Os Chefes de Serviços serão sugeridos pelo Diretor Geral em consonância com os Departamentos de ensino com atuação na área e nomeados pelo Reitor, devendo exercer suas funções em regime de tempo integral.

Art. 34. São atribuições do chefe de Serviço:

I - Planejar, organizar, dirigir, controlar, coordenar e propor normas para o bom funcionamento do Serviço;

II - Coordenar as atividades de assistência com as de ensino, pesquisa e extensão;

III - Supervisionar o cumprimento das normas estabelecidas pelo Serviço;

IV - Organizar os meios necessários para cumprir as determinações emanadas da Administração Superior, Diretoria Setorial e da Divisão respectiva.

Art. 35. As Seções são áreas operacionais subordinadas aos Serviços nos quais são vinculados.

Art. 36. Os Chefes de Divisões, Serviços e Seções deverão transferir aos seus sucessores, mediante termo de responsabilidade visado pelo Diretor do Hospital Universitário, a carga dos respectivos bens patrimoniais.

Art. 37. As Chefias de Serviços ou Seções, além de gerenciarem suas atividades, deverão desenvolver atividades fins conforme especificado no manual de atribuições.

Art. 38. A criação ou extinção de Seção, Serviço ou divisão dar-se-á exclusivamente após análise de proposta encaminhada pela Diretoria Setorial ao Diretor Geral, que, julgada pertinente, a encaminhará ao Conselho Diretor para apreciação e posterior encaminhamento ao Reitor para decisão final.

CAPÍTULO VI DAS COMISSÕES TEMPORÁRIAS E PERMANENTES

Art. 39. As Comissões são órgãos de assessoramento e/ou auditoria de caráter permanente ou temporário, estas últimas designadas por tempo determinado para avaliar problemas específicos.

Art. 40. São atribuições do Presidente da Comissão:

I - Coordenar as atividades da Comissão e representá-la junto à Direção Geral;

II - Deliberar sobre a distribuição de tarefas;

III - Convocar e presidir as sessões;

IV - Solicitar as informações necessárias aos trabalhos da Comissão;

V - Elaborar relatórios que reflitam o andamento e/ou conclusão dos trabalhos.

Art. 41. As Comissões Permanentes do Hospital Universitários são:

- I - De Prontuário;
- II - De Padronização de Medicamentos;
- III - De Controle de Infecção Hospitalar e Higienização (CCIIH);
- IV - De Residência Médica;
- V - De Ética e Deontologia Médica;
- VI - De Abertura de Licitação.

Art. 42. São atribuições da Comissão Permanente de Prontuários;

- I - Estabelecer Normas para avaliação e organização dos prontuários;
- II - Recomendar a confecção ou supressão de formulários;
- III - Avaliar os prontuários, verificando a qualidade das anotações e seu preenchimento;
- IV - Manter contato com os Chefes dos Serviços, transmitidos aos mesmos as observações que se fizerem recomendar;
- V - Assessorar o Diretor Geral em assuntos de sua competência.

Art. 43. São atribuições da Comissão Permanente de Padronização de Medicamentos:

- I - Estabelecer critérios para inclusão e exclusão de medicamentos na padronização;
- II - Elaborar a lista de medicamentos padronizados, divulgá-la e determinar seu uso como instrumento básico para a prescrição médica;
- III - Rever e atualizar, anual ou bianualmente, a lista de medicamentos padronizados;
- IV - Estudar medicamentos sob ponto de vista clínico, biofarmacocinético e químico, emitindo parecer técnico sobre sua eficácia terapêutica, como critério fundamental de escola;
- V - Relacionar, objetivamente, dados farmacológicos ou agentes terapêuticos propostos para uso no Hospital Universitário;
- VI - Divulgar informações relacionadas a estudos clínicos relativos a medicamentos incluídos e excluídos na padronização;
- VII - Servir como órgão assessor ao corpo clínico e à administração do Hospital em assuntos relacionados tecnicamente com medicamentos e produtos afins.

Art. 44. São atribuições da Comissão Permanente de Controle de Infecção Hospitalar e Higienização;

- I - Implantar um sistema de vigilância epidemiológica que compreende a coleta, análise e divulgação dos dados mais significativos;
- II - Realizar treinamentos em Serviços;
- III - Elaborar normas técnicas complementares para prevenção de infecção mais incidentes, com ênfase na regulamentação das necessidades e medidas de isolamento e acompanhamento de sua aplicação;
- IV - Sugerir medidas que resultem na higienização, prevenção e redução das infecções hospitalares;
- V - Implementar todas as medidas recomendadas e supervisionadas as suas aplicações;
- VI - Implantar controle do uso de antimicrobianos;
- VII - Preparar, com o Diretor Geral, relação de casos de doenças de notificação compulsória, a ser remetida ao órgão Estadual de Saúde de sua Jurisdição.

Art. 45. São atribuições da Comissão Permanente de Residência Médica;

- I - Propor, anualmente, ao Conselho Diretor o número de vagas para residentes e alunos de pós-graduação e sua distribuição por Serviço;
- II - Elaborar o Edital de inscrição e a sistemática a ser usada para demissão;
- III - Elaborar seu próprio regimento e submeter a aprovação do Conselho Diretor do Hospital Universitário;
- IV - Elaborar o manual de atribuições dos residentes;

- V - Manter estreito contato com as demais Diretorias Setoriais envolvidas com a Residência;
- VI - Prestar assessoramento à Administração Superior em assuntos de sua competência;
- VII - Manter esquema de avaliação periódica dos programas de residência e dos residentes.

Art. 46. São atribuições da Comissão Permanente de Ética e Deontologia Médica:

- I - Fiscalizar o exercício ético da profissão de médico;
- II - Fiscalizar as condições oferecidas pela Instituição para o bom funcionamento da mesma;
- III - Fiscalizar a obediência dos princípios que regulamentam os preceitos legais dos direitos dos médicos;
- IV - Fiscalizar a qualidade do atendimento dispensado aos pacientes;
- V - Servir de interlocutor com o Conselho Regional de Medicina nos assuntos envolvendo transgressões ao código de Ética Médica.
- VI - Emitir parecer sobre os projetos de pesquisa envolvidos na Instituição.

Art. 47. São atribuições da Comissão Permanente de Licitação:

- I - Proceder abertura da documentação das propostas que atendam aos requisitos do Edital de Licitação;
- II - Desqualificar e anular propostas que estejam em desacordo com o previsto no Edital;
- III - Lavrar ata circunstanciada, sobre todas as ocorrências de abertura de Licitações, bem como proceder a assinatura da mesma por todos os presentes.

CAPÍTULO VII

DOS SERVIÇOS PRESTADOS, DA CLIENTELA DO FLUXO DE PACIENTES

Art. 48. O Hospital Universitário, como Hospital Geral, contará com atendimento a nível ambulatorial e de internações nas áreas de Clínica Médica, Clínica Cirúrgica, Pediatria e Tocoginecologia, bem como serviços de apoio necessário ao pleno funcionamento das mesmas.

Parágrafo único. Pelas características de Hospital Escola e pela sua vocação natural de Hospital de Referência dentro do Sistema Nacional de Saúde vigente, deverá o Hospital Universitário buscar uma capacitação progressiva no que se refere a Recursos Humanos, bem como adquirir tecnologia necessária para torná-lo gradativamente uma instituição de alta resolutividade dos problemas de saúde de sua clientela.

Art. 49. A Clientela do hospital Universitário é universalizada, bastando, para ter acesso ao mesmo, a identificação pessoal.

Parágrafo único. A clientela do Hospital Universitário por este ser um Hospital Escola, será orientada quanto ao contato com alunos dos diferentes cursos que nele estagiam, sendo-lhe sempre assegurado respeito ético e assistência de saúde por profissional ou equipe multiprofissional qualificado(a).

Art. 50. O Atendimento ambulatorial dar-se-á prévio no Serviço de Prontuário do Paciente - SPP, para os diferentes profissionais, segundo as normas vigentes no mesmo.

Art. 51. O Atendimento a nível de emergência será prestado a quem a ele dirigir solicitando consulta, tendo prioridade os casos mais graves, quando assim identificados.

Art. 52. As internações hospitalares dar-se-ão exclusivamente através de ambulatórios do Hospital Universitário ou de seu Serviço de Emergência, sempre requisitadas por profissionais do corpo clínico do Hospital Universitário e condicionadas à disponibilidade de vagas no momento das solicitações.

CAPÍTULO VII DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E SUA APLICAÇÃO

Art. 53. Para a realização de suas atividades o Hospital Universitário disporá de recursos advindos:

- I - De dotação constante no orçamento geral de Universidade;
- II - De rendas auferidas de convênios firmados;
- III - De critérios abertos em seu favor;
- IV - De outras fontes.

Parágrafo único. Os convênios propostos deverão ter aprovação preliminar do Conselho Diretor e demais instâncias previstas na Legislação Superior da UFSC.

Art. 54. Todos os recursos auferidos pelo Hospital Universitário deverão ser necessariamente nele aplicados, quer para manutenção das suas atividades básicas, quer para o seu desenvolvimento técnico-científico e de recursos humanos.

CAPÍTULO IX DAS SANÇÕES DISCIPLINARES E SUAS APLICAÇÕES

Art. 55. As sanções disciplinares aos servidores lotados no Hospital Universitário serão aplicadas segundo as normas e leis vigentes, seguindo os trâmites estabelecidos pela administração Superior da Universidade.

CAPÍTULO X DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 56. Os grupos de trabalho já existentes, mas não suficientemente complexos ou estruturados para serem considerados Serviços, serão denominados Núcleos, os quais terão 1 (um) Coordenador escolhido pelo Diretor Geral e serão subordinados a uma das Diretorias Setoriais ou Divisões já existentes.

Art. 57. Quando determinada área hospitalar por suas características, necessitar da participação de serviços de diferentes Diretorias Setoriais, o Diretor Geral poderá designar um Coordenador de Unidade, o qual será responsável pela coordenação horizontal da mesma.

Art. 58. Cada Diretoria Setorial tem o prazo de 90 (noventa) dias, a contar da data de aprovação deste Regimento, pelo Reitor, para elaborar os respectivos regulamentos e manuais de atribuições de sua estrutura organizacional.

Art. 59. A Direção Geral tem o prazo de 180 (cento e oitenta) dias para elaborar um sistema único de avaliação de desempenho periódico dos Servidores do Hospital Universitário para aprovação pelo Conselho Diretor e bem como pelo Reitor, complementar à Resolução nº 121/CUn/90.

Art. 60. Este Regimento entrará em vigor na data de sua publicação no Boletim de Pessoal após sua aprovação pelo Reitor.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA

RELATÓRIO DE GESTÃO 2012

Elaboração

Pró-Reitoria de Planejamento e Orçamento

Prof.^a Beatriz Augusto de Paiva

Departamento de Planejamento e Gestão da Informação

Anna Cecília Amaral Petrassi

Jean Martins de Souto

Lucas Rotta Silva

Manuela Coelho Perez

Sergio Roberto Pinto da Luz

Fone:

+55 (48) 3721-4201

Endereço Eletrônico:

sergio.luz@ufsc.br

Página Eletrônica:

<http://proplan.ufsc.br>

Campus Universitário João David Ferreira Lima - Trindade

Florianópolis - Santa Catarina - Brasil

CEP: 88040-900